JORNAL DO BRASIL

Rio de Janeiro — Sexta-feira, 27 de junho de 1980 | Ano XC — Nº 80 | Preço: Cr$ 15,00

TEMPO

Rio — Instável com chuvas, períodos de melhoria; temperatura em declínio; ventos de noroeste a sudoeste, fracos; máxima, 28 (Jacarepaguá), mínima, 16.2 (Santa Teresa).

O Salvamar informa que o mar está agitado, com águas correndo de leste para sul. A temperatura da água é de 21 graus, dentro da baía e fora da barra.

* Temperatura referente às últimas 24 horas.

(Mapas na página 9)

PREÇOS, VENDA AVULSA:

Rio de Janeiro
Dias úteis .... Cr$ 15,00
Domingos .... Cr$ 15,00

Minas Gerais
Dias úteis .... Cr$ 15,00
Domingos .... Cr$ 20,00

RS, SC, PR, SP, ES, MS, MT, GO, DF, BA, SE, AL, PE, PB, RN
Dias úteis .... Cr$ 20,00
Domingos .... Cr$ 25,00

Outros Estados e Territórios:
Dias úteis .... Cr$ 25,00
Domingos .... Cr$ 30,00

Vaticano adota posição flexível na eutanásia

Ao rever sua posição sobre a eutanásia — que, teoricamente, continua a recusar — o Vaticano decidiu aceitar, na prática, que, se a morte for inevitável e iminente, e depois de esgotados todos os recursos terapêuticos, os médicos, a família e os próprios pacientes podem recusar a continuação do tratamento que daria prolongamento precário e oneroso à vida.

Em Brasília, ao analisar as condições do tempo para os 12 dias em que o Papa permanecerá no Brasil, o Instituto de Meteorologia previu a possibilidade de tempo ruim. Começará sendo parcialmente nublado em Brasília, dia 30, prosseguirá com muita névoa e chuvas ocasionais nas outras cidades, terminando nublado em Manaus, dia 11 de julho.

No Rio, o presidente do Celam, Dom Alfonso Lopes Trujillo, lembrou que as pessoas mais dotadas devem perguntar-se o que fazem para melhorar a sorte dos pobres. Mas, acha que aos pobres não se deve retirar a responsabilidade por sua pobreza. "O contrário seria oferecer-lhes ópio." Em Brasília, antes de viajar para o Nordeste, o Presidente Figueiredo, para comemorar a visita do Papa, assinou decreto indultando presos com penas até quatro anos e presos com mais de 60 anos.

O enviado do Vaticano, Monsenhor Paul Marcinkus, retorna hoje ao Brasil trazendo, prontos, os 44 discursos que o Papa fará durante a viagem. A Federação do Comércio Varejista do Rio pediu aos comerciantes que fechem suas lojas terça-feira, quando o Papa chega à cidade. (Páginas 14 e 15)

Paraíba — Foto de Jair Cardo...

Figueiredo deu títulos de terra e ganhou um chapéu do cantor Luiz Gonzaga

Figueiredo dá terra e garantia que ninguém toma

"Não há força humana que retire esta terra das mãos dos senhores", disse ontem o Presidente João Figueiredo a 90 famílias que receberam títulos de propriedade de 2 mil 700 hectares de terras desapropriadas pelo Governo na região de Alagamar, a 120 quilômetros de João Pessoa, na Paraíba, onde há alguns meses ocorreram conflitos entre lavradores e posseiros.

Recebido festivamente e depois de ganhar muitos presentes de artesãos e um chapéu de couro do cantor e compositor Luiz Gonzaga, o Presidente da República esteve também em Campina Grande, onde criticou a Oposição, afirmando: "O povo sabe discernir bem entre as intenções e as possibilidades e sabe também discernir com quem está a razão e quem está falando a verdade." (Página 6)

França admite que experimentou a bomba de nêutrons

A França tornou-se ontem o primeiro país do mundo a admitir publicamente ter feito experiências com a bomba de nêutrons, a mais moderna da segunda geração de armamentos nucleares. O Presidente Giscard d'Estaing, porém, garantiu que só em 1982 ou 83 será decidida a fabricação em série da arma, que extermina seres vivos e preserva os edifícios.

Giscard considera necessária uma solução definitiva e global que leve à retirada total das tropas soviéticas do Afeganistão, rejeitando, assim, a proposta do Presidente Carter de um Governo de transição. Comentou, contudo, que a retirada parcial já é positiva, pois significa que a URSS reconheceu que a crise deve ter uma solução política, e não militar. (Página 12)

Salvador/Foto de Gildo Lima

Geisel (C) visitou Camaçari e soube das dívidas da Copene

Geisel não se considera um ponta-de-lança

Ao assumir ontem a presidência do Conselho de Administração da Copene, em Salvador, o ex-Presidente Ernesto Geisel afirmou que não será "ponta-de-lança da empresa junto ao Governo" para resolver o problema dos preços dos produtos petroquímicos. Antes da posse, conversou com outros diretores sobre as dívidas da Copene, de 20 milhões de dólares, das quais o BNDE é o maior credor.

Pelo exercício do cargo ontem assumido, Geisel revelou que ganhará um salário mínimo por ano. Respondeu, depois, ao Deputado Erasmo Dias (PDS-SP), que não desejava vê-lo na iniciativa privada, sem saber que a sua decisão tomou conta da sessão de ontem da Câmara. O Deputado goiano Ademar Santillo pediu a cassação da pensão que o ex-Presidente recebe. (Página 2)

Governo corta US$ 1 bilhão em suas importações

O corte nas importações diretas dos ministérios e das empresas estatais chegou a 1 bilhão de dólares, divulgou ontem a Sest (Secretaria de Controle das Empresas Estatais). A decisão se refletirá nas indústrias nacionais, pois ocorrerão cortes adicionais de compras de quase Cr$ 1,5 bilhão no mercado interno.

A ociosidade das indústrias de equipamentos de telecomunicações, que vinha sendo de 50%, vai elevar-se para até 65%, por causa da decisão do CDE (Conselho de Desenvolvimento Econômico) de cortar em 15% os investimentos das estatais, segundo estimou o presidente do Grupo Telebrás, General Alencastro e Silva. (Página 16)

Carta Industrial

O declínio da taxa de crescimento da produção industrial a partir do primeiro trimestre deste ano, as medidas de reorientação da economia e as previsões de médio e longo prazos sobre os seus resultados no campo social e político são analisados num amplo painel de debate entre os empresários e autoridades do Governo na Carta Industrial que circula com a edição de hoje do JORNAL DO BRASIL.

Os Ministros da área econômica não acreditam na possibilidade de ocorrer uma recessão e manifestam a convicção de que altas taxas de inflação não são incompatíveis com um regime político aberto. Os empresários pedem maior participação nas decisões de ordem econômica.

Furnas avisa que luz pode faltar de novo

O Rio voltará a ficar sem energia elétrica, hoje, se a população não reduzir o consumo no horário de pique, entre 16h30m e 19h. A advertência é de Furnas, que atribuiu ao mau tempo e à sobrecarga em seu sistema de transmissão, ontem à tarde, a interrupção por mais de 40 minutos no fornecimento de energia.

Faltou luz também em Niterói, à tarde, e em Belo Horizonte, de madrugada. Em alguns pontos do Rio os ventos atingiram 117 quilômetros horários, derrubando árvores e destelhando casas. Segundo a Meteorologia, a chuva e a ventania foram resultado da chegada de uma frente fria procedente da Argentina. (Página 9)

Previsão de geada aumenta preço do café

A previsão de geadas para a madrugada de hoje no Paraná provocou uma alta de Cr$ 400 na cotação da saca de café em Londrina. A preocupação dos cafeicultores paranaenses aumentou com a notícia de que um anticiclone, de 1 mil 31 milibares, se desloca da Argentina e deverá atingir o Oeste do Estado, ameaçando os cafezais.

Em Santa Catarina nevou na região do planalto. A temperatura mais baixa foi registrada, como sempre, em São Joaquim: 3 graus negativos. No Rio Grande do Sul também nevou na região serrana e choveu granizo em Porto Alegre, onde a temperatura mínima ficou em 5,8 graus. (Página 9)

Serviço

Seis anos depois de ter dirigido Traviata, Sérgio Brito volta ao Municipal para apresentar O Guarani, de Carlos Gomes. Com 52 figurantes, além do coro, solistas, orquestra e bailarinos, a versão que subirá ao palco no domingo, 110 anos depois de sua estréia em Milão, equilibra a visão romântica do índio brasileiro com alguns traços de sua extinção.

O Guarani foi escrita quando Carlos Gomes tinha 34 anos e é fortemente inspirada na linguagem musical de Verdi. A estética do músico de Campinas, no entanto, estava sobrecarregada de "sentimento brasileiro", o que foi reconhecido por Mário de Andrade, apesar dos ataques violentos contra Carlos Gomes feitos pelos participantes do Modernismo.

Caderno B

Empresário quer que sociedade controle Estado

O empresário Abílio Diniz, diretor-superintendente do Grupo Pão de Açúcar e membro do Conselho Monetário Nacional, defendeu ontem, em São Paulo, "a participação de setores cada vez mais amplos da população no processo político brasileiro", pois entende que "só assim asseguraremos o controle do Estado pela sociedade". Ele falou ao ser homenageado pela Associação dos Dirigentes de Vendas do Brasil.

Ainda em seu discurso, o Sr Abílio Diniz disse que "a solução dos problemas econômicos e sociais brasileiros não depende de fórmulas mágicas" e sim de uma aproximação maior entre a sociedade e o Governo. Apoiou o processo de abertura política, afirmando que ele "está em marcha", e encorajou o aumento do diálogo dos empresários com o Poder Legislativo. (Página 2)

Coluna do Castello

Autonomia ainda é inalcançável

Brasília — As sondagens que está realizando junto aos Partidos o Senador Aloysio Chaves, relator da comissão especial que oferecerá parecer à emenda das prerrogativas, representam um esforço conciliador e obedecem à orientação traçada pelo Ministro da Justiça de procurar um meio-termo entre as reivindicações do Congresso e a permanência de prerrogativas atribuídas ao Poder Executivo. Em princípio, nada há a alegar quanto ao método, pois a negociação é da natureza da atividade política.

No fundo, porém, o que o PDS tem como missão é impedir ainda que o Poder Legislativo recupere, mediante a restauração da inviolabilidade parlamentar, a sua autonomia. A Oposição que, em bloco, apoiou a Emenda Flávio Marcílio, inspirada por dois Deputados da Situação, os Srs Djalma Marinho e Célio Borja, poderia negociar em matéria de imunidades e em matéria de tramitação de projetos, mas evidentemente não pode ceder na defesa da inviolabilidade, sem a qual não há autonomia do Congresso. A imunidade preserva a pessoa do representante político, não a representação. Esta só a inviolabilidade defende, embora seja desejável que, internamente, os regimentos estabeleçam normas disciplinares que evitem, pela punição, o agravo à honra de pessoas e à respeitabilidade de instituições.

Do modo como as coisas estão sendo postas — com o veto do Governo a quatro pontos, pelo menos, do projeto de emenda — não se pode deixar de identificar como verdadeira a frase constante do último discurso do Deputado João Cunha segundo a qual enquanto o Congresso estiver pendente do consentimento do Executivo para o exercício do seu Poder é que na realidade continua continua sem poder. Poder exerce-se e não se postula, a não ser nas urnas, junto ao povo de cuja autoridade em princípio emanam todos os Poderes. O primeiro sinal de autonomia do Congresso seria votar a emenda, subscrita por dois terços dos seus membros, dispondo a respeito das suas atribuições e das suas prerrogativas. Se não o faz é que as circunstâncias eliminam sua capacidade de decisão, subordinando-a a uma conjuntura de transição, mas ainda não de normalidade.

O reconhecimento dessa realidade seria a inspiração possível de negociações na base das quais estaria a identificação de um estado ainda de emergência. A promessa do Presidente Figueiredo é de democratizar o país, mas progressivamente, gradualmente e lentamente. Ainda há no seu lado dificuldades a vencer, pois se existe radicalismo em setores da Oposição tudo indica que persistem "bolsões revolucionários, sinceros mais radicais" dos quais no dava notícia o antigo Presidente Ernesto Geisel.

A resistência

A resistência ao exercício de prerrogativas ainda existentes no Congresso é o indício mais concreto de que o Governo não consentirá que a elas se acrescentem novas prerrogativas, quando nada porque não há no sistema condições de respeitá-las. A recusa de um General R-1 de atender à convocação de uma CPI do Senado é um caso de desrespeito à autoridade do Poder Legislativo, desrespeito que não foi sanado pela presença do Ministro das Minas e Energia. O General deveria ter atendido à convocação e negado a autoria do documento, pela qual se responsabilizou o Ministro sem no entanto revelar a autoria material do mesmo. Perante ele, outro militar, o Coronel Aragão, chefe da DSI do Ministério, declarou-se responsável. Propôs-se na CPI a convocação desse Coronel, mas a maioria do PDS acudiu ao sistema rejeitando o pedido de convocação.

Se não se exercem as prerrogativas sobreexistentes do Poder Legislativo, como supor-se que o Governo, neste momento, consinta em ampliá-las a ponto de tornar esse Poder efetivamente autônomo? Autônomo ele será no dia em que puder decidir, não segundo instruções do Palácio do Planalto, mas segundo suas próprias inspirações e interesses. A influência do Governo no Congresso é um fato normal nas democracias, partindo-se da presunção de que o Governo se funda em maiorias conquistadas nas urnas. O principal Partido, que lhe dá respaldo, defende a sua política, o que não equivale a reconhecer seja seu dever declinar de suas reais atribuições para submeter-se a injunções que se superpõem aos poderes constituídos, inclusive à própria Presidência da República.

A viagem de Abi-Ackel

Atribuem-se propósitos diversos à viagem que o Ministro da Justiça pretende fazer a alguns Estados. Ora dizem que ele irá conquistar votos para a prorrogação dos mandatos, ora que ele reproduz a remota missão Negrão de Lima que precedeu a implantação do Estado Novo. Não cremos, no entanto, que ele tenha missão específica nem se lhe podem atribuir, por suposição, propósitos subversivos.

O Ministro Abi-Ackel vai fazer uma missão de reconhecimento ao longo de um país que ainda não conhece bem nas suas peculiaridades sociais e políticas, a não ser por leitura. Será uma tomada de contato com realidades e uma oportunidade de conhecer ele, no seu habitat, os políticos do seu Partido e de fazer-se por eles conhecido. Afinal ele figura na lista dos civis presidenciáveis, segundo se ouve em círculos governamentais.

Carlos Castello Branco

São Paulo/Foto de Arquivaldo dos Santos

O Sr Abílio Diniz foi homenageado pela ADVB

Empresário quer que todos participem do processo político

São Paulo — O diretor-superintendente do Grupo Pão de Açúcar, Sr Abílio Diniz, disse ontem que "é necessária a participação de setores cada vez mais amplos da população no processo político brasileiro. Só assim asseguraremos o controle do Estado pela sociedade".

O processo de abertura política está em marcha. Temos que auxiliar o Governo no fortalecimento das instituições democráticas. Precisamos prestigiar os novos Partidos políticos em formação, e ao mesmo tempo aumentar o diálogo com os membros do Poder Legislativo", afirmou o empresário.

FÓRMULAS MÁGICAS

O Sr Diniz foi homenageado ontem pela Associação de Dirigentes de Vendas do Brasil. Estava presente uma parlamentar, a Senadora Eunice Michilis (PDS-AM). O empresário reconheceu que "muitas vezes é mais fácil para nós empresários, tentarmos o diálogo apenas com o Poder Executivo". Sem dúvida este processo deve continuar, mas no momento em que a sociedade se redemocratiza, o diálogo com os parlamentares é essencial.

Disse ainda que "o livre debate conduzido através dos sindicatos, associações de classe e das lideranças mais representativas, só tende a fortalecer a sociedade brasileira" e acrescentou ser preciso considerar que "a solução dos problemas econômicos e sociais brasileiros não depende de fórmulas mágicas, mas de uma aproximação cada vez mais intensa da sociedade com o Governo; esse diálogo não só permitirá encontrar as melhores soluções, mas também lhe dará maior legitimidade".

Depois seu pronunciamento, o Sr Abílio Diniz respondeu a uma pergunta da atriz Ruth Escobar. Ela perguntou se o empresariado também pensa em participar do desenvolvimento social, "pois 50% da população do país estão afastados do consumo, por não terem poder aquisitivo, e em São Paulo existem 1 milhão 400 mil favelados".

O Sr Diniz respondeu que essa colocação "é válida, e sabemos que em outras regiões do país, há mais miséria do que em São Paulo. A situação do favelado de São Paulo é até razoável em relação a essas áreas".

Disse que "sempre fomos favoráveis a medidas que permitam uma melhor distribuição da renda no país. Acho que a senhora tem razão. Creio que o empresariado está consciente disso", concluiu o superintendente do Grupo Pão de Açúcar.

Diniz lamenta os momentos difíceis

"Não é novidade para nenhum de nós que a economia brasileira enfrenta momentos difíceis. Seu passivo é formado pelo desequilíbrio das contas externas, pela persistência de uma elevada taxa de inflação, pela dependência energética, pela concentração de renda, e pela excessiva participação do Estado na nossa economia".

A afirmação é do diretor-superintendente do Grupo Pão de Açúcar, empresário Abílio Diniz, durante almoço da Associação dos Dirigentes de Vendas do Brasil (ADVB), ao qual compareceram mais de 200 empresários. Segundo ele, "os empresários, apesar do Estado, são responsáveis por uma parcela ponderável da produção brasileira e a base do sistema capitalista. Assim, reconhecer a existência e a extensão dessas dificuldades, e procurar equacioná-las, é dever de todo o empresário".

RECEITA CAMBIAL

"Não podemos mais permitir que nossas compras de petróleo venham a consumir cerca de 50% da nossa receita cambial. Enquanto não conseguirmos encontrar soluções que nos levem, a um mínimo de auto-suficiência energética, o nosso futuro econômico contará sempre com um grau muito grande de imprevisibilidade", afirmou.

Para ele, "deve-se repudiar, com firmeza, as soluções ortodoxas de combate à inflação e equilibrar o balanço de pagamentos, mesmo que elas tenham sido sugeridas por respeitáveis instituições financeiras, ou por nossos credores internacionais".

"Resumindo, teremos que procurar atingir um crescimento da ordem de 5% ao ano, média entre os 3% recessivos e os 7% desejáveis, para absorver totalmente o aumento da força de trabalho. Um crescimento de 7% ou mais só não é viável porque implicaria numa demanda de importações incompatível com o equilíbrio da balança comercial".

EXIGÊNCIA EMPRESARIAL

O Sr Diniz considera "legítima a exigência, por parte do empresariado, de uma política clara do Governo com relação a sua interferência na economia. Em razão de fatores históricos, a economia está hoje com elevado grau de participação do Estado. Esta intervenção se faz, inicialmente, através de um grande volume de gastos do Governo em relação à produção nacional. Se incluirmos nos gastos do setor público os dispêndios das empresas estatais, verificamos que esta interferência se torna excessiva. Uma segunda forma de intervenção, como se sabe, é feita através da atividade reguladora do Estado, procurando indiretamente influenciar as decisões da iniciativa privada".

Geisel diz que não será ponta-de-lança de empresa junto ao Governo

Salvador — O General Ernesto Geisel garantiu, ontem, em entrevista à imprensa, pouco depois de assumir a presidência do Conselho de Administração da Copene, que não vai interferir para resolver a questão de preços dos produtos petroquímicos: "Não sou ponta-de-lança junto ao Governo para solucionar esses problemas."

Sobre as afirmações do Deputado Erasmo Dias (PDS-SP), de que ficara decepcionado com a sua decisão de ingressar na iniciativa privada, o ex-Presidente da República disse que discordava delas e explicou que como presidente da Norquisa poderá trabalhar pelos interesses do país, ajudando no desenvolvimento da petroquímica.

A entrevista

• A ida do Sr para a presidência da Norquisa causou forte reação no Congresso e há deputados propondo a cassação de sua pensão como ex-Presidente da República. Também o Deputado Erasmo Dias disse que sempre votou contra a convocação do Sr para depor na Câmara e agora não tem mais condições. O que o Sr diz?

— É o ponto-de-vista dele. Ele acha que é assim. Eu não acho. Eu acho que posso ir para a Norquisa, posso trabalhar pelos interesses do país, ajudar a desenvolver a petroquímica. Recebi um convite nesse sentido e aceitei.

— Empresários do setor petroquímico se posicionaram contra o projeto da Dow Química porque, segundo eles, inviabilizaria o Copesul e traria sérios prejuízos para outras empresas nacionais concorrentes. Como o Sr vê esta questão da Dow?

— Eu não tenho nada com o projeto da Dow.

— Mas como empresário...

— O projeto da Dow, não já ficou resolvido que o Governo não ia atender? Então você não tem interesse mais em saber nada. O Governo não cancelou? Ou você quer que o projeto volte?

— Não, como empresário...

— Eu quero saber qual é seu objetivo me fazendo esta pergunta.

— Eu queria saber a opinião do Sr como empresário do setor que...

— Não. Não lhe interessa saber a minha opinião porque o Governo já resolveu não atender à Dow. Ponto final. Está liquidado o assunto. Você quer saber minha opinião por quê?

— A opinião do presidente de uma empresa do porte da Norquisa seria importante...

— Não tem valor nenhum porque o Governo já solucionou o problema.

— O presidente da Comissão Nuclear disse que vai convidar o Sr para depor. O Sr irá?

— Não tem nada que ver aqui com a petroquímica. Eu vim aqui para dar informações a vocês sobre a petroquímica. Não me perguntem outra coisa que eu não respondo. Não sejam imprudentes de fazer perguntas sobre outras coisas que eu não quero responder.

A Norquisa pretende entrar na área da química fina, Presidente?

— Pode ser.

— Seria um dos objetivos da empresa?

— É sim. É um dos seus objetivos. Se ela puder realizar projetos de química fina, realizará.

— E na indústria de transformação petroquímica?

— Nesta eu creio que não, porque é uma área que está se desenvolvendo muito. A não ser que exista um setor carente.

— Aqui na Bahia há grande reclamação quanto à falta de indústrias de terceira geração petroquímica. O que o Sr acha?

— Mas já se começa a fazer muita indústria de terceira geração e, inclusive, falta matéria-prima para algumas indústrias.

— O Sr já afirmou que o modelo tripartite pode ser melhorado. De que forma?

— Pode, inclusive, desaparecer, em certos casos. Já não tem empresa no pólo petroquímico de Camaçari sem ser no sistema tripartite? Pode haver empresas formadas só por empresários nacionais, sem intervenção do Governo.

— O sistema tripartite não é a melhor opção?

— Em certas circunstâncias, sim. Mas não é absolutamente, uma regra que não possa ser modificada. Foi muito bom para fazer o pólo daqui, mas não quer dizer que daqui para o futuro todos os empreendimentos tenham que ser no modelo tripartite.

Seu salário, nas novas funções, pode ser revelado?

— Aqui, na Copene, pelo que estou informado, é um salário mínimo por ano. Na Norquisa parece que estabeleceram uma quantia global para o Conselho de Administração. Dentro dessa quantia global vai fixar o salário dos diretores e o meu.

E a questão da inflação no país. Como o Sr está vendo? Ontem, o Conselho...

— Não é pergunta pra fazer, que não tem nada a ver com petroquímica. Vocês querem perguntar, mas eu não vou lhe responder.

Há uma defasagem na liberação de preço para produtos de primeira, segunda e terceira geração petroquímica. O Sr é favorável à liberação dos preços de uma só vez para evitar prejuízos para a indústria de ponta?

— Tem que examinar, tem que estudar para ver.

O Sr pode interferir junto ao Governo nesse sentido?

— Não, não vou interferir, não. Existe o CIP, existem os representantes das empresas para fazerem isso. Eu não sou ponta-de-lança junto ao Governo para resolver esses problemas.

Ex-Presidente assume a Norquisa

O ex-Presidente da República e atual presidente da Norquisa-Nordeste Química S/A, General Ernesto Geisel, foi empossado ontem, às 17h30m, na presidência do Conselho de Administração da Copene-Petroquímica do Nordeste, maior empresa do pólo de Camaçari, em solenidade que contou com a participação de cerca de 200 empresários.

Ao tomar posse, em substituição ao Marechal Ademar de Queiroz — que decidiu deixar o cargo para dedicar-se exclusivamente ao Conselho da Petrobrás — o ex-Presidente Geisel disse que pretende, com a ajuda de todos os diretores da empresa, resolver os problemas financeiros, mas "continuando a crescer". O General manifestou sua confiança no empreendimento, que, como salientou, exigiu muito investimento, mas já é uma "etapa vencida", pois está atingindo sua fase de funcionamento pleno.

O ex-Presidente, visitou, pela manhã, as instalações da Copene, da Oxiteno, e da Companhia Petroquímica de Camaçari (CPC).

O General Geisel fez muitas perguntas ao diretor-superintendente da CPC, Florentino Munóz, principalmente sobre as dívidas da empresa, atualmente em torno de 20 milhões de dólares, que devem ser amortizados, a partir do próximo ano. O principal agente financeiro é o BNDE.

Deputado pede revisão de pensão

Brasília — O Deputado Adhemar Santillo (GO), depois de pedir ontem, do plenário da Câmara, a revisão da pensão concedida aos ex-Presidentes da República, afirmou que o ex-Presidente Ernesto Geisel, ao aceitar cargo na diretoria da Norquisa, serviu-se de uma legislação criada por ele próprio, que "ampara suas pretensões de testa-de-ferro do interesse particular". O Deputado Israel Dias Novaes (PMDB-SP) também condenou o emprego do General Geisel, enquanto os Deputados Alcides Franciscato, Edison Lobão e Djalma Bessa defenderam o ex-Presidente.

O Sr Santillo convocou os setores "nacionalistas das Forças Armadas, do Congresso e da sociedade civil, para a correção urgente de tal legislação", afirmando que como está, significa uma "realidade muito mais danosa para o justificado brio de nossos militares, que qualquer discurso parlamentar mais inflamado que traduza tais inquietações".

Debate

O Deputado Adhemar Santillo propôs, ainda, um debate nacional sobre a "dignidade da função pública", lembrando que os objetivos da legislação que estende aos ex-Presidentes uma pensão vitalícia tinha por objetivo "propiciar uma sobrevivência digna a quantos houvessem ocupado tão elevado cargo, sem que se tornassem agentes de interesse particulares contra o Estado, por premências financeiras".

"Tal não é o caso do ex-Presidente Ernesto Geisel" — disse — "que além de somar às rendas de aposentadoria os proventos de agregação militar, do patrimônio que formou em toda sua vida profissional e da significativa pensão vitalícia proveniente do exercício da Presidência da República, aluga hoje o seu prestígio, suas relações na estrutura do Poder e todo o seu conhecimento sobre a segurança nacional, a uma empresa *holding*, formada por 17 empresas petroquímicas, fartamente subsidiadas pelo Estado".

Ele prosseguiu afirmando que o Sr Ernesto Geisel "não é apenas um mandatário aposentado", acrescentando que sua biografia difere, "em maquiavelismo, da dos demais ex-mandatários do país. Geisel fez de seu mandato uma administração autoritária voltada para a formação de uma estrutura paralela de poder, que até hoje compete com a administração oficial do país. Foi o homem que governou com o AI-5 em plena intensidade, censurando a imprensa e seus propósitos; que modificou mais de 50 artigos da Constituição através do **pacote** de abril; foi o criador dos **biônicos** e dos critérios de eleições indiretas; puniu e perseguiu militares nacionalistas que se preocupavam com a direção alienante dos negócios do Estado, como nos episódios que envolveram Hugo Abreu e todos os setores militares que este representava; nomeou os atuais governadores, assim como o próprio atual Presidente da República".

Poder paralelo

O Deputado Adhemar Santillo disse, ainda, que o ex-Presidente Ernesto Geisel é, atualmente, no cenário político brasileiro, "a pessoa física de maior poder paralelo ao das instituições oficiais, pelas suas amizades e relacionamentos anteriores. Tem relação com os trustes internacionais dos maiores países, além de membros do Executivo, Legislativo e Judiciário, assim como nas Forças Armadas, onde promoveu a maioria dos atuais militares de alta patente nas três Armas. Nas empresas estatais promoveu estranho e eficiente rodízio, fazendo-se substituir por Shigeaki Ueki na Petrobrás, a quem levou para o Ministério das Minas e Energia, quando Presidente, tendo fechado questão para seu retorno à presidência da empresa quando de sua sucessão".

O Deputado Alcides Franciscato (PDS-SP), antes de ocupar a tribuna para defender o General Ernesto Geisel, conversou, demoradamente, no plenário, com o Deputado Erasmo Dias (PDS-SP), o primeiro a se manifestar "preocupado" com a ida do ex-Presidente para a Norquisa.

Os segredos

O Sr Alcides Franciscato refutou as críticas de que o Sr Ernesto Geisel não poderia ter aceito o convite da Norquisa pelo fato de ser "conhecedor de vários segredos", acentuando que os que assim pensam "talvez estejam julgando o próximo como a si próprio. Afinal de contas — frisou — se o ex-Presidente Geisel fosse capaz de usar estes segredos em benefício da empresa que vai dirigir, também o poderia fazer em qualquer instante, sem necessariamente pertencer a qualquer delas".

"Bastaria uma análise rápida da posição assumida pelo ex-Presidente em benefício de nosso país — prosseguiu o parlamentar paulista — para anular a crítica de seus adversários. Durante anos, tentou o Brasil ingressar na era do átomo sem qualquer sucesso. Foi o ex-Presidente Geisel que teve a coragem e a disposição de enfrentar o cartel internacional do domínio atômico, e foi buscar na Alemanha, único país realmente independente daquele cartel, e que se dispôs a dividir com o Brasil a mais avançada tecnologia da utilização do átomo."

"Agora" — frisou — "dizer-se que o Acordo Nuclear Brasil—Alemanha é uma sangria para os cofres nacionais é outra coisa. É assunto que pode ser debatido com prós e contras, mas cujo saldo é sempre a favor do Brasil. Que as usinas sejam construídas em tempo mais longo é tese que também defendo, mas o acordo é algo que a posteridade há de fazer justiça ao homem que teve a visão e a coragem de realizá-lo, tal como Juscelino, quando partiu contra a opinião de muitos para construir Brasília."

Intriga

O vice-líder do Governo, Deputado Edison Lobão, eleito pelo Maranhão com o apoio do ex-Presidente Geisel, disse, por sua vez, que "era inútil", a tentativa oposicionista de querer "intrigar" o ex-Chefe do Governo com seus colegas de farda. "As Forças Armadas" — frisou — "as quais Geisel perlustrou e honrou por mais de 40 anos, estão muito atentas para a cizania que aves agourentas tentam lançar em seu meio."

"Lamento profundamente — disse — que agora se pretenda armar uma tempestade em torno de nada, simplesmente porque o Presidente Ernesto Geisel, cujos serviços prestados à nação brasileira são incontáveis, que restabeleceu a democracia e fortaleceu a soberania deste país, cansou-se do ócio que a condição de ex-Presidente lhe impunha. Geisel, um dos homens mais capazes que a administração brasileira já possuiu, está em condições de prestar agora mais alguns serviços ao país, desta feita numa empresa privada".

Soldos

O Deputado Israel Dias Novaes (PMDB-SP) ocupou, também, a tribuna para indagar numa comunicação de liderança os motivos que levaram o "áspero General" a deixar seu "refúgio" nas montanhas de Teresópolis, para "novas sortidas, desta feita privadas". "Necessidade financeira não é — disse — pois num país de 33 milhões de pobres absolutos, pode Ernesto ser considerado milionário, pois soube fazer-se o mais aquinhoado inativo da República. Mensalmente recebe pensões de ex-Presidente da República e da Petrobrás, de ex-Ministro do STM, sem prejuízo do soldo militar da reserva. Não se sabe o quanto monta isso tudo, mas pergunta-se, e o esclarecimento se impõe, para edificação nacional".

Outro vice-líder do Governo, Deputado Djalma Bessa (BA), pediu a palavra para uma "comunicação de liderança", e também contrariando o Regimento Interno, usou o tempo para fazer também a defesa do ex-Presidente da República, classificando as críticas da minoria de "gratuita, improcedente e inusitada". "É triste — frisou — que se acuse, que se ofenda na base da presunção de que o ex-Presidente, no exercício do cargo que vai exercer na empresa privada, venha a se prevalecer de seus poderes anteriores".

O presidente da Mesa, Deputado Renato Azeredo (PP-MG), lembrou ao vice-líder que, pelo Regimento Interno, só se permite comunicações de liderança em caráter urgente e inadiável. "A comunicação de Vossa Excelência — disse — não foi nem urgente, nem inadiável e esse pronunciamento poderia processar-se em outra oportunidade".

A aposentadoria depois do Poder

Na lista de ex-Presidentes que o país registra a partir de 1945, o General Ernesto Geisel aparece como uma exceção, ao lado do falecido Presidente Juscelino Kubitschek. Ambos, após deixarem o Governo, tornaram-se empresários, assumindo a direção de grupos econômicos.

A concessão de pensão vitalícia para ex-Presidentes é criação da Emenda Constitucional nº 11, de 1979, e beneficia os únicos ocupantes da chefia do Governo ainda vivos: Jânio Quadros, Emílio Medici e Ernesto Geisel. Por decisão do Supremo Tribunal Federal, a pensão a que teria direito o Presidente Costa e Silva foi concedida a sua viúva, Dona Yolanda.

Eurico Dutra — viveu dos vencimentos de Marechal.

Getúlio Vargas — suicidou-se em agosto de 1954, meses antes de terminar o mandato.

Café Filho — Vice-Presidente, completou o mandato de Vargas e morreu como Ministro aposentado do Superior Tribunal do Trabalho.

Juscelino Kubitschek — depois de passar a Presidência a Jânio Quadros, elegeu-se Senador por Goiás. Cassado em julho de 1964, no último dia da vigência do AI-1, tornou-se fazendeiro e empresário, criando um conglomerado financeiro.

Jânio Quadros — Depois de renunciar ao Governo, em 1961, escreveu um dicionário da língua portuguesa e uma História do Brasil, em parceria com seu Ministro das Relações Exteriores, Afonso Arinos. Disse que passaria a viver de conferências e da profissão de advogado. Segundo declarou, mantém intacta a conta aberta em seu nome no Banco do Brasil para recebimento da pensão de ex-Presidente.

João Goulart — deposto pelo golpe de 1964, reverteu à atividade de estancieiro. Do exílio no Uruguai dirigiu suas fazendas de gado no Rio Grande do Sul.

Castello Branco — viveu dos vencimentos de Marechal.

Costa e Silva — morreu de trombose antes de concluir o mandato.

Emílio Médici — além da pensão de ex-Presidente e dos vencimentos de General-de-Exército da reserva, tem uma fazenda em Dom Pedrito, Rio Grande do Sul, onde passa seis meses. A outra metade do ano o General Médici fica em seu apartamento da Rua Júlio de Castilhos, no Rio.

Ernesto Geisel — a presidência do grupo petroquímico Norquisa é a mais nova fonte de renda do ex-Presidente. Além da pensão que passou a perceber após entregar o Governo ao Presidente Figueiredo, ele retira vencimentos de uma dessas fontes: presidência da Petrobrás, que ocupou durante o Governo Médici; aposentadoria de Ministro do Superior Tribunal Militar ou vencimentos de General-de-Exército da reserva. O General Geisel nunca disse por qual das três optou.

Abi-Ackel garante que eleição direta é fato consumado

Brasília — O Ministro da Justiça, Sr Ibrahim Abi-Ackel, garantiu ontem aos coordenadores de bancadas do PDS na Câmara que o Presidente Figueiredo não recuará em hipótese alguma de seu projeto de aprimoramento das instituições democráticas e reafirmou que o restabelecimento de eleições diretas para governador é um fato consumado.

Adiamento do pleito municipal através da prorrogação dos atuais mandatos, coincidência eleitoral ou não, eleição direta de governadores, sublegenda, nova lei para garantir o acesso dos políticos ao rádio e à televisão e a devolução das prerrogativas do Congresso foram os principais temas tratados na reunião de ontem pela manhã do Ministro da Justiça com 16 coordenadores de bancadas. Estavam presentes também o Sr José Sarney e os líderes Jarbas Passarinho e Nélson Marchezan.

OPORTUNIDADE

Enquanto ficava confirmado que a bancada do PDS será convocada para se reunir em agosto próximo, a fim de se definir a respeito da prorrogação dos mandatos de prefeitos e vereadores em votação secreta, o Ministro da Justiça e o presidente do PDS desaconselhavam a discussão a respeito da introdução da sublegenda e do voto distrital, alegando que se trata de um problema inoportuno, no momento.

Como a posição que o Partido deve adotar em relação ao pleito municipal deste ano deve ser definida em votação secreta da bancada, o Ministro e os líderes transmitiram aos coordenadores de bancada a orientação de que a proposta de emenda constitucional sobre as prerrogativas deve ser aprovada com o apoio do Partido, numa fórmula negociada.

O Deputado Inocêncio de Oliveira, coordenador da bancada de Pernambuco, defendeu a tese de que, se existe sublegenda para prefeitos e senadores, esse instituto deveria ser ampliado para alcançar candidatos a governadores, argumentando que a mesma luta encarniçada que se verifica na base municipal ocorre no âmbito estadual em proporção tão mais intensa.

O Deputado Júlio Campos, coordenador da bancada do PDS de Mato Grosso, apoiou as colocações de seu companheiro de Pernambuco, mas tanto o Ministro da Justiça quanto o presidente do PDS, Sr José Sarney, sem entrar no mérito da sublegenda, disseram que se trata de um tema inoportuno, devendo ser examinado posteriormente.

O Ministro da Justiça referiu-se à eleição direta dos governadores, "cuja realização em 1982 ninguém pode colocar em dúvida", assinalou, e anunciou que o Governo enviará em agosto próximo ao Congresso um projeto de lei alterando a chamada Lei Falcão para garantir o acesso dos políticos aos veículos de comunicação de massa.

Estiveram presentes ao encontro de ontem no Ministério da Justiça os Deputados Inocêncio de Oliveira (PE), Nosser de Almeida (AC), Paulo Guerra (Territórios), Vinght Rosado (RN), Antonio Ferreira (AL), Salvador Julianelli (SP), Túlio Barcelos (RS), Ludgero Raulino (PI), Alípio de Carvalho (PR), Luís Rocha (MA), Anísio de Souza (GO), Júlio Campos (MT), Rubem Figueiró (MS), Vivaldo Frota (AM), Furtado Leite (CE) e Darcílio Aires (RJ).

Brasília/Foto de Guilherme Romão

Abi-Ackel convidou Sarney para a reunião com os coordenadores do PDS

Bonifácio acha que radicais são os que insistem na fusão

Brasília — Existe um objetivo bem claro por trás da ofensiva oposicionista na radicalização extremada do debate parlamentar, em plenário: criar condições para que se evidencie uma polarização de posições que não seja apenas o maniqueísmo Governo/Oposição, para que possa ser concretizada com maior facilidade a aglutinação das forças oposicionistas.

Este ponto-de-vista foi externado, ontem, pelo vice-líder governista na Câmara, Deputado Bonifácio de Andrada (MG), para quem interessa à Oposição manter-se unida para enfrentar o Governo, que está coeso e firme em torno de seu único Partido de sustentação parlamentar, o PDS. Apesar de ter participado do jantar do colégio de vice-líderes com o líder Nélson Marchezan, anteontem, ele disse que dentro da bancada já não se fala mais na prorrogação de mandatos, por ser um fato consumado.

O líder do PMDB na Câmara, Deputado Freitas Nobre (SP), rebateu a afirmação do Deputado Bonifácio de Andrada dizendo que, na realidade, quem está provocando a união das oposições é o próprio Governo, através de gestos como o da campanha de mobilização em que se empenha com vistas à aprovação da emenda que prorroga os mandatos municipais.

Explicou que o Governo tinha todas as condições de realizar o pleito, adiando apenas a sua data para janeiro de 1981, com o que não deixaria mal a Oposição. "Mas não. Fecha questão em torno da prorrogação e é claro que agindo dessa maneira ajuda a aglutinar as forças oposicionistas" — disse o líder.

O Deputado Bonifácio de Andrada explicou, ainda, que sua idéia de prorrogação de mandatos por apenas um ano não foi abandonada.

Ministro lança campanha do PDS

O Ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, viaja hoje para Curitiba, onde presidirá o lançamento da Campanha Nacional pela Filiação do PDS. Mais tarde ele irá para Juiz de Fora onde fará conferência para uma turma de acadêmicos de Direito.

A viagem que o Sr Abi-Ackel faz hoje é a primeira de uma série programada para o mês de julho, quando, aproveitando o recesso parlamentar, percorrerá diversas regiões do país em campanha de esclarecimento das dificuldades econômicas que o Governo enfrenta, assim como de divulgação do programa do PDS.

Reunião contraria as lideranças

Além do presidente do PDS, Senador José Sarney, a reunião promovida na manhã de ontem, pelo Ministro da Justiça, com os coordenadores de bancadas do Partido (presentes 16 dos 23) deixou contrariado o líder governista na Câmara, Nélson Marchezan, que fez chegar ao próprio Sr Abi-Ackel queixas.

O presidente do PDS, José Sarney, confidenciou a vários parlamentares que essas reuniões com os coordenadores — como a que foi realizada com os vice-líderes do Partido nas duas Casas — constituíam um desprestígio e uma diminuição dos líderes Jarbas Passarinho e Nélson Marchezan, que deveriam ser prestigiados pelo Ministro da Justiça.

RESTAURANDO A TRADIÇÃO

Enquanto o Senador Sarney desfiava seu rosário de queixas, de um lado, agora auxiliado pelo líder Nélson Marchezan, o Sr Ibrahim Abi-Ackel reiterava a disposição de restaurar a tradição do Império e da República Velha até o reinado da Carta de 26, quando o Ministro da Justiça era o ministro político, por excelência, de todos os Governos.

Para isso, o Sr Ibrahim Abi-Ackel acha que deve estabelecer um estreito relacionamento com os deputados e senadores em todos os seus níveis. Ele tem dito a parlamentares do PDS que o Sr José Sarney transformou-se num obstrutor das vias de comunicação entre o Congresso e o Governo, na medida em que deseja guardar para si a tarefa da coordenação política.

Ainda que tenha provocado contrariedade e ressentimentos, o Ministro da Justiça tem reafirmado a disposição de estreitar os seus contatos com os parlamentares, tratando de sistematizar reuniões com os vice-líderes do PDS na Câmara e no Senado, bem como com os coordenadores de bancadas estaduais para uma constante avaliação dos temas da atualidade nacional.

O Deputado Nélson Marchesan queixou-se a vários deputados da iniciativa do Ministro da Justiça de realizar encontro com os coordenadores de bancadas e fez chegar o seu protesto ao próprio Sr Abi-Ackel. O líder acha que se trata de uma usurpação de suas funções, pois, na qualidade de líder, cabe-lhe promover esses contatos.

O Sr Ibrahim Abi-Ackel sustenta que não está agindo por iniciativa pessoal, mas procurando se desincumbir de uma missão que lhe foi atribuída pelo Presidente da República, para que, ao exercer as funções de Ministro da Justiça, assumisse igualmente o papel de coordenador político do Governo, uma tradição da história do país, desde o Império.

Acha o Ministro da Justiça que lhe caberá, ainda, nesse processo, estabelecer permanentes e estreitos vínculos com o seu Partido, em todos os níveis, esperando que o presidente do PDS, Senador José Sarney, assim como os líderes da Maioria na Câmara e no Senado, Nélson Marchezan e Jarbas Passarinho, lhe ofereçam a colaboração de que necessita.

Direção do PMDB retarda campanha pela mudança das leis de imprensa e greve

Brasília — A direção nacional do PMDB adiou para a próxima semana, possivelmente terça-feira, a aprovação de requerimento de vários deputados, pedindo que o Partido inicie uma campanha, ao lado de outros Partidos oposicionistas, a favor da mudança das Leis de Segurança Nacional, de Imprensa e de Greve, conforme sugestão do líder do PP, Deputado Thales Ramalho (PE).

Na próxima reunião do comando pemedebista, será votado, ainda, outro documento, sugerindo uma campanha nacional em torno da convocação da Constituinte. O Senador Teotônio Vilela (AL) falará hoje no Senado sobre o tema. Sua idéia é a de organizar comitês municipais pró-Constituinte, com a participação de todos os segmentos da sociedade.

PROBLEMAS REGIONAIS

Ontem, foram discutidos dois problemas regionais do PMBD: Rio Grande do Norte e Amazonas. Foi decidido o primeiro caso com o ingresso do Deputado federal Carlos Alberto (ex-PTB) e adiado o caso amazonense, porque o Senador Itamar Franco (MG) pediu vista.

O Partido acertou, ainda, a edição de um jornal quinzenal, tipo tablóide, com oito páginas, que será rodado em Brasília.

No exame da situação da direção regional integrará o órgão e indicará outros três membros. O Senador Agenor Maria fará parte e indicará outros dois e o ex-Deputado Odilon Coutinho poderá presidir a comissão, indicando outros dois integrantes. O 11º membro deve ser um deputado estadual. A filiação imediata do Sr Paulo Alberto é condição indispensável à concretização do acordo.

Houve resistência à reformulação da comissão provisória regional do Rio Grande do Norte, sob a alegação de que nenhum integrante da direção nacional havia mantido contatos diretos com os atuais dirigentes, para saber se todos concordavam com a revisão.

Apesar de resolvido o problema, um emissário da direção nacional (talvez o Sr Fernando Coelho) irá a Natal, nos próximos dias, para "consultas", mas o novo quadro não seria alterado. "O emissário vai conversar, mas a situação está consumada" — comentou um dos participantes da reunião.

Com relação à crise no Amazonas, persistem resistências de parte de senadores à sugestão de 80 deputados, de destinar a maioria da direção regional ao grupo do Deputado federal Mário Frota, em detrimento da corrente do Senador Evandro Carreira. O Senador Itamar Franco (MG) pediu vista e a decisão foi transferida para a próxima semana.

Se não ficar com a maioria da direção do Partido no Estado, o Deputado Mário Frota confirmaria sua inscrição no PDT (que suspendeu), juntamente com vários vereadores e deputados estaduais. Se ficar, sairia do PMDB o Senador Evandro Carreira. Ontem à tarde, filiou-se ao PMDB o Deputado fluminense Édson Khair, que há dias deixou o PT.

O documento pedindo mobilização nacional pela convocação da Constituinte e revisão das leis de Segurança Nacional, de Imprensa e de Greve foi coordenado, entre outros, pelos Deputados Francisco Pinto (BA), Edgard Amorim (MG), Fernando Coelho (PE), Marcelo Cerqueira (RJ), Cristina Tavares (PE), Aldo Fagundes (RS) e pelo líder Freitas Nobre.

Lobão condena comportamento de oposicionistas

Brasília — O vice-líder do PDS, Deputado Edison Lobão (MA), falando ontem no plenário da Câmara em nome da liderança do Partido, criticou o comportamento "antiparlamentar" registrado no primeiro semestre legislativo "por diversos representantes da Oposição".

"O grande debate parlamentar que no passado tanto engrandeceu este plenário, — frisou — porque marcado pelo jogo de inteligência, desgraçadamente foi substituído pela incontinência verbal, pela provocação e pelo insulto".

Depois de afirmar que "só as idéias geram revolução" e que o movimento de 1964, "sem sangue e sem violência" procura reconduzir o país ao "leito da legalidade", o Deputado Edison Lobão afirmou que não poderia dizer o mesmo "se o esquerdismo exacerbado e radical houvesse triunfado. Estaria ensangüentado o chão da pátria, com um tipo de sedição marxista, ou cripto-marxista.

Revolução

"Caracterizada a situação brasileira, em 31 de março de 1964, como uma nação ingovernável — prosseguiu o vice-líder do Governo — houve uma revolução quando afloraram os sentimentos de recomposição da alma nacional. Os editos próprios de um processo revolucionário são extremamente brandos, diante das sublevações vitoriosas que tomam o Poder inspiradas no ódio e no terror."

Ele disse ainda que no segundo ano de seu Governo, o Presidente João Figueiredo "não afastou um milímetro de sua meta no rumo ao aperfeiçoamento democrático da nação, mantendo admiráveis níveis de tolerância em face à ação insensata e violenta de opositores radicais. No caso do abuso do direito da palavra, as esferas dirigentes do Executivo deliberaram-se a acionar o dispositivo normal, que é o do levantamento da responsabilidade dos culpados, por via judicial".

Sem permitir apartes, apesar dos insistentes pedidos de parlamentares oposicionistas, o Deputado Edison Lobão continuou afirmando que "o Governo é a todo momento agredido, difamado, injuriado. Se não se defende, o silêncio é recebido como confissão tácita de culpa. Mas, se ao revés, recorre à lei e conduz os difamadores à instância própria — o Judiciário — é acusado de silenciar o Congresso.

"E na fúria difamatória", prosseguiu, "já não se respeita mais sequer as Forças Armadas, injusta e inconseqüentemente vergastadas por dezenas de representantes oposicionistas. Há como que uma atração mórbida no parlamento de nossos dias a esse tipo de objurgatório."

Referindo-se ao PT, o vice-líder do Governo disse que os "liderados do Sr Lula questionam a participação de militares na administração pública e na atividade política". "Ora", frisou, "por ser militar não pode aspirar a um cargo na administração, como supor seja lícito a um engenheiro, a um médico, a um advogado, a um economista fazê-lo?"

Revelou ainda o Deputado Edison Lobão que a presidência da Câmara "já começou a censurar — censurar por inteiro — os discursos mais agressivos, deixando os mais ou menos agressivos para outra oportunidade. Porém, nem isto tem bastado. Um código de ética passou à cogitação dos dirigentes do Congresso como última tentativa para impedir a ação dos carbonários deste parlamento."

Rischbieter defende estudantes

Curitiba — A Auditoria da 5ª Região Militar aceitou o pedido que recebeu por carta do Presidente Figueiredo e dos Ministros Danilo Venturini e Amaury Stábile e dispensou-os do depoimento, solicitado pela defesa, no processo contra os estudantes de Florianópolis. O ex-Ministro Karlos Rischbieter depôs ontem durante uma hora e meia e a defesa considerou suas declarações favoráveis aos estudantes.

Em carta datada de 18 de junho, à Auditoria, o Presidente Figueiredo afirma que no dia 30 de novembro do ano passado ele presenciou uma manifestação defronte ao Palácio do Governo de Santa Catarina, envolvendo um pequeno grupo de pessoas no meio de uma multidão. "Este grupo logo se aproximou mais do palácio, gritando em coro insultos vários, em linguagem obscena" — ofensivos à minha honra e à dignidade do cargo que ocupo", diz a carta.

O Presidente afirma, ainda, que não conhece as pessoas que compunham o grupo e nem sabe a razão do episódio e diante disso, solicita a dispensa do depoimento. As cartas dos Ministros Danilo Venturini e Amaury Stábile seguem a mesma exposição da primeira e alegam os motivos do Presidente para solicitar a dispensa. Ambos lembram que o grupo também exibia várias faixas, onde se podia ler "abaixo a inflação" e "não sorria Presidente".

Em depoimento considerado favorável aos estudantes catarinenses pelos advogados da defesa, o ex-Ministro Karlos Rischbieter falou durante uma hora e meia na Auditoria. Ele declarou que no dia 30 de novembro estava junto ao Presidente, na sacada do palácio, quando um grupo de 40 pessoas, em idade de 20 a 30 anos, começou a estender as faixas com os dizeres "abaixo a inflação", "não sorria Presidente" e "panela vazia", à frente da comitiva.

O ex-Ministro disse que não presenciou a agressão à comitiva porque nesse momento se encontrava ainda conversando com amigos, dentro do palácio. Na parte considerada mais importante pelos advogados Wagner D'Angelis e Walter Gorges, que defendem os estudantes, o Sr Rischbieter afirmou que no seu primeiro despacho com o Presidente da República procurou demonstrar que aquele comportamento do grupo não fazia parte da opinião do povo catarinense sobre o Governo.

"O Presidente não fez comentários e apenas exclamou: deixa prá lá", relatou. Esse detalhe, conforme os advogados, vem provar a tese de que o General sempre esteve disposto a esquecer o episódio de Florianópolis.

Presidente do PT pede aos jovens que não se limitem a ler Marx

Belo Horizonte — Ao falar, ontem, para estudantes da Universidade Federal de Minas, o presidente do PT, Luís Inácio da Silva, anunciou que brevemente o seu Partido divulgará uma proposta de educação popular para o país, depois de sugerir aos universitários que "não se limitem a ler Marx, mas procurem conhecer os problemas do país, especialmente os da classe trabalhadora".

Lula negou que a reunião do PT na qual se elegeu presidente da Comissão Nacional provisória, realizada numa fazenda da cidade de Bragança Paulista, tenha sido sigilosa: "Apenas procuramos um lugar calmo para discutir o programa do Partido". Criticou, no campus, em Pampulha, o sistema de ensino do país, por entender que ele foi montado apenas para atender aos interesses das empresas.

O boicote

Segundo Luís Inácio da Silva, os metalúrgicos do ABC paulista desistiram da idéia de sabotar as empresas em que trabalham através da má qualidade dos produtos que fabricam. E revelou: "Eles estão fazendo outro tipo de boicote, seja gastando mais tempo quando vão ao banheiro, seja produzindo menos". Acenou com a possibilidade de nova greve, este ano, se todas as reivindicações da classe não forem atendidas.

Na Cidade de Nova Lima, a 20km de Belo Horizonte, dois médicos e seis operários, quando pichavam muros para anunciar um comício de lançamento do PT, à noite, que contaria com a presença de Lula, foram presos. O comício acabou cancelado, em virtude das fortes chuvas que caem na capital mineira. O delegado de Polícia do município, Geraldo Alzírio, chegou a desmentir as prisões.

Os médicos Celso Rosa e Jardel Lopes e os operários Francisco Leônico, Herbert Martins Flores, Jamil Xavier Silva, Fernando Antônio Pereira, Edward Jener e um outro, que não chegou a ser identificado, foram detidos pela madrugada de ontem. Prestaram depoimento a um delegado da Coordenação de Segurança Geral, órgão da Secretaria de Segurança de Minas, sendo liberados no final da tarde.

Partido faz comício em Pernambuco

Recife — "Chega de Partidos e de políticos que vivem de discursos e de promessas, e de gente que só fica esperando tempo bom. Para conseguir melhorar a nossa vida, temos que lutar e o PT é nossa arma. É a chave que vai abrir, para os trabalhadores, as portas da política, quer dizer, dos destinos do país".

É o que consta nos 80 mil panfletos que foram distribuídos ontem nas ruas centrais da Capital e nos bairros proletários, convocando a população a participar das concentrações que o PT realizará hoje à noite, no bairro de Santo Amaro e no Centro. No folheto, um homem indaga para um operário: "Por que o PT, se já existem outros Partidos de Oposição que se colocam do nosso lado?"

E o trabalhador responde: "Existem sim, companheiro. Mas uma coisa é a gente passar procuração para os outros resolverem nossos problemas. E outra é nós mesmos, unidos e organizados, irmos **prá** lá conferir". Os panfletos asseguram que o Partido já tem 30 mil adeptos no Brasil e informa que "o PT se organiza por núcleos, que podem ser formados: nos locais de trabalho; nos bairros; nas categorias profissionais.

Além dos panfletos, foram distribuídos centenas de convites, em linguagem mais formal, destinados às lideranças políticas e sindicais não só de Pernambuco, como de outros Estados, mostrando a programação do PT, que tem início às 11h, com o desembarque de Luís Inácio da Silva, o Lula, e só termina na madrugada de amanhã, com o forró **Procurando Tu**, que será no Clube América, no bairro de Casa Amarela, um dos mais populares do Recife.

Leia "Segredos", na página 10

Ex-Ministro recomenda trégua

Brasília — O ex-Ministro da Indústria e do Comércio do Governo Geisel, Sr Severo Gomes, sugeriu, ontem, ao Governo, uma trégua com a Oposição — para mobilizar as classes assalariadas no combate à inflação, depois de envio ao Congresso de projeto de reforma tributária impondo sacrifícios às classes privilegiadas.

O Sr Severo Gomes disse que como não dispõe de sustentação política, o atual Governo não tem autoridade para convocar os assalariados na luta contra a inflação. Além disso, frisou que qualquer projeto de reforma tributária correria o risco de contar com votos contrários do PDS, mas com apoio da Oposição.

DESCRÉDITO

"Infelizmente, não acredito na queda da inflação", lamenta o ex-Ministro. "Há uma porção de medidas que poderiam indicar que vamos chegar a uma recessão. Mas, sinceramente, eu vejo que a produção industrial não está sendo reduzida. Não estou sentindo nenhuma recessão", argumenta.

O Sr Severo Gomes considera "muito difícil" para o Governo, com as medidas que adotou até agora, baixar os índices inflacionários para um nível razoável. Um arrocho salarial — "impraticável" em termos políticos no momento — ou uma recessão "significaria jogar sobre os trabalhadores o peso da luta contra inflação", observou.

Em sua opinião, só no futuro se conseguirá identificar como a economia pode funcionar normalmente com uma inflação de 100% sem que chegue à recessão. "No momento, temos várias moedas no país: a da inflação de 100%, a da correção monetária de 50% e a da correção cambial de 40%. Estou procurando uma explicação razoável para isto, mas não encontro, pois não sou economista", afirmou.

Segundo ele, a inflação brasileira não tem como causa fundamental a política salarial, mas a falta de condições do Governo de jogar o peso dos elevados índices de aumento de preços em outras camadas da população. "A solução é política, mas isto tem que ser feito com uma proposta de reforma tributária. O Governo teria o apoio da Oposição, pois o PMDB, por exemplo, não deixaria de apoiar o projeto, que faz parte do seu programa. O PDS é que não iria aprovar", assinalou.

Para o ex-Ministro, a preferência do Governo de solucionar com a agricultura três grandes problemas da economia — abastecimento interno, balança comercial e crise energética — é "absurda". Para isso, na sua opinião, a agricultura teria que crescer a taxas superiores a 15% ao ano, o que considera impossível.

A agropecuária é prioritária em Linhares, que também se prepara para as indústrias

A criação há cinco meses da Secretaria Municipal de Agricultura deste município capixaba, às margens do rio Doce, revela a prioridade que o Prefeito Luiz Cândido Durão concede aos problemas agropecuários. E a implantação da Agrovila Jacob Dalla Tardin, em convênio com a Secretaria de Agricultura do Estado, é um marco importante, pois inicia o trabalho de fixação do homem ao campo.

Linhares, a 128 quilômetros de Vitória, pela BR-101, está hoje com cerca de 160 mil habitantes e sua economia, que durante algum tempo se baseou na exploração madeireira — a cidade chegou a possuir 400 serrarias — vem-se diversificando e hoje o café (há no município 42 milhões de covas plantadas) e o cacau já contribuem significativamente para a arrecadação municipal e a ocupação de considerável parcela da mão-de-obra liberada pelo esgotamento das reservas naturais de madeira e que estão sendo repostas pelo replantio.

ATENÇÃO AOS PEQUENOS

Segundo o Secretário Municipal de Agricultura, Luiz Garcia Duarte, nomeado em 8 de fevereiro, uma semana após a criação da Secretaria pela Lei nº 860/80, a administração atual se preocupou principalmente em dar aos pequenos e miniprodutores a condição de melhor lavrar a sua terra.

Assim, em 25 de março, comprou-se a primeira patrulha mecanizada, composta de quatro tratores de pneus, de médio porte, "para dar início aos objetivos da recém-criada Secretaria".

— Passamos, através dos meios de comunicação disponíveis, a divulgar o nosso trabalho. Em conseqüência desta divulgação, foram chegando em nossas mãos os primeiros pedidos de pequenos proprietários e, hoje, já conseguimos entregar devidamente preparados mais de 500 hectares de terras, atendendo às solicitações de aproximadamente 50 proprietários — revelou o Sr Luiz Duarte.

A demanda dos serviços foi tão grande, que há ainda 75 outros proprietários rurais cujos pedidos estão aguardando a oportunidade de atendimento. "Vale ressaltar que nossa Secretaria possui um engenheiro-agrônomo e um técnico agrícola à disposição dos proprietários agricultores para lhes fornecer informações e assistência técnicas, dentro da atividade agropecuária", acrescentou o Secretário.

Também a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos está empenhada em fornecer condições para o desenvolvimento do setor agropecuário, considerado prioritário, em razão da necessidade de fixar no campo o homem, evitando a migração desordenada para a região urbana.

A Prefeitura Municipal de Linhares firmou convênio com a Secretaria de Agricultura do Estado para implantar a Agrovila Jacob Dalla Tardin, numa área de 36 mil 248 metros quadrados. Estão sendo construídas ali 29 unidades residenciais, compostas de todas as condições humanas: água, luz, esgoto, escolas, posto telefônico, centro de saúde, posto policial, área de lazer e outros equipamentos que beneficiarão também as regiões de Barro Novo, Degredo, Ipiranga, Lagoa Bonita e Suruaca.

Esta iniciativa é pioneira no Espírito Santo e "vem de encontro aos anseios dos proprietários daquelas regiões, já que com a sua existência diminuirá o êxodo rural", conforme os funcionários municipais.

MUITAS OBRAS

O Prefeito Luiz Cândido Durão completa um ano de administração no próximo dia 3 de julho. Ao assumir, a Prefeitura de Linhares possuía as seguintes máquinas e veículos: 15 caminhões, duas camionetas Ford F-75, um Volkswagem, duas Kombi, duas Caravans, uma Veraneio, seis patróis, uma pá carregadeira, dois tratores de esteira.

Mas, dessa relação, encontravam-se em condições de funcionamento apenas 11 caminhões, duas camionetas Ford F-75, um Volkswagem, uma Kombi, uma Caravan, duas patróis e uma pá mecânica. Segundo o Secretário Municipal Administrativo, Nelson Darby de Assis, essa situação exigiu da atual administração, no início, um grande esforço para a recuperação das máquinas e equipamentos danificados.

— Recuperou-se, naturalmente, todas as máquinas e veículos possíveis de reparos e, a esta frota, incorporou-se novas máquinas adquiridas pela atual administração — disse.

Informou que a divisão conta hoje, em pleno funcionamento, com 15 caminhões, oito patróis, três tratores de esteira, três pás carregadeiras, duas retroescavadeiras, quatro ambulâncias, quantro camionetas, e quatro automóveis. Foram adquiridos pela atual Administração duas patróis, um trator de esteira, duas pás carregadeiras, duas retroescavadeiras, um caminhão Mercedes Benz, duas camionetas e quatro tratores de pneus que estão colocados na Secretaria da Agricultura de Linhares.

"Após a organização da patrulha", disse o Secretário Nelson Darby de Assis, "partimos para o trabalho. E conseguimos realizar as seguintes obras: 760 km de estradas patroladas, 10 km de recapeamento, 600 metros cúbicos de aterro, 15 pontes, 50 bueiros, 400 metros de drenagem urbana, 5 mil metros de drenagem no meio rural, uma rampa de acesso para barcos e 75 quilômetros de reabertura de estradas.

Já a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos executou a reforma da Escola Marília de Resende Scarton Coutinho, no Bairro Interlagos, e construiu uma creche no Bairro Aviso, assumindo ainda o compromisso de fornecer infra-estrutura para 5 mil lotes urbanizados para a erradicação de favelas existentes no município.

Executou ainda a reforma do Jardim de Infância "Chapeuzinho Vermelho", no Bairro Interlagos e, no mesmo bairro, fez reparos no Jardim de Infância "Cinderela II". Construiu uma creche na localidade de Córrego Dagua, 26 casas destinadas aos flagelados pelas últimas enchentes na localidade de Bebedouro (15 já estão concluídas), além de 12 embriões, já em fase de conclusão, destinados também a flagelados.

Outras obras: reparos na instalação sanitária do mercado municipal; reforma de 19 escolas singulares; reforma do Centro de Saúde Municipal; construção do Jardim de Infância "Cinderela I", no Bairro BNH; em fase de construção, uma Praça no Bairro Interlagos. No Distrito de Rio Bananal, foram construídas 11 pontes. Ainda, uma ponte em Santo Ilário, na estrada que liga Linhares a São Rafael, e uma outra em Córrego Paraizópolis, na Fazenda Eurides Vacari.

A Secretaria de Obras e Serviços Urbanos fez também aterro em 50 estradas vicinais e ramais, utilizando um total de 520 manilhas, a drenagem de águas pluviais nos Bairros Aviso e Interlagos, o calçamento no Centro, numa extensão de 15 mil metros e iniciou o calçamento no Bairro Colina, com previsão para outros 15 mil metros de extensão.

Vista parcial de Linhares, com o rio Doce ao fundo

SAÚDE

Outra preocupação do Prefeito Luiz Cândido Durão é fornecer, dentro das possibilidades do Município, condições à população para que tenha o melhor atendimento médico. Um relatório das atividades da Secretaria Municipal da Saúde e Assistência Social revela que entre outubro do ano passado e maio último foram concedidas 6 mil 833 consultas pelos médicos Luthgards Lamêgo, Pedro Bonicenha, José Benedicto de Lima, José de Almeida, Rogério Lengruber, entre outros. Os atendimentos odontológicos chegaram a 1 mil 048 pelo Dr Henrique Machado Filho e a 585 pela Dra Raquel Mello Pereira.

O médico José de Almeida efetuou 188 pequenas cirurgias. O número de exames patológicos feitos chegou a 3 mil 021. Foram aplicadas 1 mil 191 injeções na sede, onde o número de curativos atingiu a 1 mil 398. Nos mini-postos de Rio Bananal e Tiradentes, de Bebedouro e Regência os atendimentos ultrapassaram a 7 mil, os curativos a 1 mil 900, as injeções aplicadas a 160. A Secretaria se responsabilizou também por 50 exames de vista, 56 passagens doadas, 196 registros de óbitos e nascimento, e 188 caixões doados. E conduziu a Vitória e outras cidades, em ambulância, 452 pacientes.

FESTAS

Linhares contribui com grandes festas populares para a série de realizações deste tipo no Espírito Santo. Segundo o calendário de eventos para este ano, lançado pela terceira vez pela Empresa Capixaba de Turismo, de Vitória, são quatro os destaques em comemorações na cidade.

O Festival de Férias, realizado em julho, promove os grupos de teatro sendo que desde maio são abertos as inscrições para qualquer grupo municipal ou de fora. Depois do número de inscrições definido, a cidade prepara uma tabela, montando o programa de apresentação, com uma premiação para diversos tipos de trabalhos inscritos.

O município recebe muitos turistas no final do ano. De 24 a 27 de novembro, a Festa de São Benedito, em homenagem ao padroeiro, é uma das principais festas promovidas pela comunidade. Na passagem do dia 24 para 25, com a procissão do Menino Jesus e sua bandeira, num desfile pelas ruas principais, começa a movimentação. Acompanhada pelo Congo de São Benedito, com apenas quatro instrumentos — dois tambores e dois ganzás — a procissão é esperada com grande expectativa pelos moradores. De 25 a 27 a festa continua, com a promoção de jogos como bingos, de leilões e Congo completo, terminando com a procissão de São Benedito e sua bandeira, que toma lugar no mastro em frente à igreja.

Uma festa móvel comumente realizada em novembro, é a Exposição Agropecuária, realizada no Parque de Exposições localizado no Bairro Interlagos. Há barracas com comidas típicas, artesanato, bebidas, **shows** com artistas nacionais convidados, rodeios, apresentação de grupos teatrais e leilões, entre outras atrações.

No dia 8 de dezembro, a Festa de Nossa Senhora da Conceição completa a série de principais festejos da cidade, com celebração de missas e movimentação de barracas de leilões, bingos e outras atrações artísticas. Apesar de ser fixa a data da festa, ela pode começar dias antes ou terminar alguns dias depois, dependendo do dia da semana em que cair o feriado.

Linhares possui mais de 40 lagoas de grande porte, destacando-se a de Juparanã, com 36 Km de extensão, além das praias do rio Doce e dos restaurantes, que atraem muitos turistas das cidades vizinhas, inclusive de Vitória. As três praias mais procuradas são as do Pontal, do Ipiranga, Povoação e Regência.

O município oferece também facilidades para a implantação de indústrias, pois dispõe de infra-estrutura básica, está situada próximo de grandes centros consumidores, aos quais se liga por excelente rodovia asfaltada — a BR-101 — e hoje a grande reivindicação de seus habitantes, aos Governos Estadual e Federal, é que criem incentivos para a sua industrialização.

Como demonstra a Praça Regis Bittencourt, a Prefeitura de Linhares está atenta à preservação das áreas verdes

Informe JB

Eficiência

O DOPS de São Paulo tem agora oportunidade de mostrar sua eficiência.

Há tempos, durante greve de bancários na Capital paulista, elementos estranhos à categoria se infiltraram no movimento grevista e quebraram vidraças dos bancos, no centro da cidade. Foi um quebra-quebra terrível. Os jornais, no dia seguinte, publicaram fotos das pessoas que danificaram os bancos. Através das fotos foi possível identificar e prender o principal arruaceiro.

■ ■ ■

Agora um grupo de homens, ao defender o Governador Paulo Maluf de eventuais vaias, agrediu a soco inglês, cano de ferro e estiletes diversos populares, deputados, jornalistas e até padres. Os jornais também publicaram as fotos dos agressores.

Presume-se que o DOPS paulista use o mesmo processo para identificar e prender os agressores.

Se o Governo de São Paulo estiver realmente interessado em prendê-los.

Rouco

A gripe, que está retirando de circulação várias figuras do Planalto, ronda o Senado.

Ontem à tarde, com o gabinete repleto de deputados, o Senador Tancredo Neves começou a sentir os primeiros sintomas: afonia, dor de cabeça e cansaço muscular.

E a um jornalista que insistia em obter entrevista o Senador mineiro respondeu:

— Meu filho, não posso falar. Estou rouco de tanto ouvir.

Terror

Todos os donos de bancas de jornais de Belo Horizonte receberam circular anônima, anteontem, ameaçando com "perigosas conseqüências se recebessem os repartes dos jornais alternativos.

Escrito em tom vesânico, a carta-circular afirma que jornais como *Pasquim, Coojornal, Movimento* e outros servem ao comunismo; e que medidas drásticas serão tomadas contra aqueles jornaleiros que continuarem vendendo "literatura subversiva"

■ ■ ■

A ameaça foi levada a sério. Os jornaleiros de Belo Horizonte recusaram-se a receber os jornais alternativos distribuídos ontem.

É um mau precedente. As bancas são depositárias fiéis da liberdade de imprensa e não podem fugir à sua missão de oferecer ao leitor o que se publica legalmente no país.

■ ■ ■

E, quanto às ameaças, o que se sabe em Belo Horizonte é que só a polícia não sabe de onde partem.

Reunificação

O grupo de parlamentares que defende a reunificação das oposições tem dois novos entusiastas: os Srs Tancredo Neves e Leonel Brizola. E dois ferrenhos adversários: os Srs Ulysses Guimarães e Freitas Nobre.

Insânia

Em Brasília, os políticos de oposição que tiveram em mãos documento do MR-8 avaliando a situação nacional, consideram-no insano.

Para o MR-8, até a convocação de Assembléia Constituinte é considerada medida "convencional", que não atende aos interesses imediatos do povo.

Trens

Logo após a partida do Papa João Paulo II, chegam ao Brasil os novos trens comprados no exterior para os subúrbios do Rio. Começa assim um grande programa de substituição das atuais composições, com a aquisição de 150 trens, que chegarão à razão de seis por mês, durante dois anos. Assim, serão desativados 52, antigos trens, os famosos *cacarecos*; alguns, totalmente remodelados, mantendo apenas a casca, e substituindo-se a tração por diesel, vão para a linha Cachoeiro do Itapemirim—Niterói, onde correm antigos trens de madeira, que se desmancham ao menor choque.

■ ■ ■

A metade dos trens *cacareco* estava destinada à sucata. Mas, reconhecendo que o país é pobre, a Rede resolveu aproveitar todos. Substituirá os truques — o conjunto de rodagem, com suspensão e rodas — de bitola larga por truques de bitola estreita, para colocá-los na ligação Rio Bonito—São Gonçalo, no lugar de trens de madeira que hoje fazem apenas uma ligação cedo e outra à tarde. A idéia da Rede é manter um sistema diesel para Rio Bonito com freqüência de meia em meia hora, pois a demanda de transporte naquela área está crescendo muito.

Lamentável

Dirigentes nacionais do PP consideraram lamentável a atitude dos Deputados Henrique Alves e Mac Dowell Leite de Castro, que acompanharam parlamentares do PDS nos aplausos ao Governador Paulo Maluf, anteontem, no Congresso.

Em segurança

Jornalistas e funcionários da Câmara conversavam ontem, num canto do plenário, sobre a insegurança física dos que permanecem no local, com a série de conflitos que ali sucedem todos os dias.

Uma taquígrafa recordou que certa vez, quando trabalhava na Assembléia Paulista, levou um cinzeiro na testa; e um repórter garantiu que o melhor local para trabalhar em segurança, hoje, na Câmara, é atrás da Mesa: isto é, fora da linha de tiro.

Parlamentarismo

O Sr Oscar Dias Correia, ex-Deputado da UDN de Minas, tem idéias originais.

Em 1965, quando o Ato Institucional nº 2 assassinou a UDN, ele passou a usar fumo no braço, em sinal de luto e pesar.

Agora, sugere que a única saída para enfrentar as dificuldades econômicas é o parlamentarismo.

E recomenda que deputados e senadores mantenham sempre em discussão, no Congresso, um projeto sobre o assunto.

— Na primeira grande crise, o projeto acaba sendo aprovado.

■ ■ ■

Para ser desaprovado na primeira oportunidade, como aconteceu em 1963.

Apoio

A promoção do diplomata Celso Amorim, presidente da Embrafilme, a Ministro de Segunda Classe, pode ser interpretada como endosso do Governo à política que vem sendo desenvolvida pela empresa em relação ao cinema brasileiro.

Celso Amorim, que hoje, aos 38 anos de idade, é o mais jovem Ministro do Itamarati, recebeu mensagem assinada por nove entidades, representando a classe cinematográfica, apoiando sua entrevista em defesa da lei de reserva de mercado para o cinema nacional.

Ciúmes

A liderança do PDS no Congresso começa a ficar preocupada com a desenvoltura do Ministro Ibrahim Abi-Ackel na área parlamentar.

Igualdade

Na palestra que proferiu, ontem, para esposas de membros da Associação dos Dirigentes de Vendas do Brasil, ADVB, a Senadora Eunice Michiles, PDS do Amazonas, foi aparteada pelo presidente da entidade, Sr Armando Ferrentini, que confessou estar cansado de comparecer a reuniões "em que mulheres discutem assuntos secundários como aborto e planejamento familiar". Para ele, a mulher só estará em condições de igualdade com o homem quando discutir temas como energia nuclear.

Sem perder a fleugma, a Senadora amazonense retrucou:

— É lógico que ele considera o aborto um assunto secundário. Ele nunca vai abortar.

Contra parasitas

Os médicos Mauro Scapin, do Departamento de Biofísica da Universidade Gama Filho, e Carlos Alberto Pereira Tavares, do Instituto de Ciências Biológicas de Minas Gerais, participaram, juntamente com especialistas da África, Ásia e América Latina, do curso de quatro semanas na Escola de Medicina da Uniformed Services University, fundada em 1972, em Bethesda, Maryland, EUA.

O curso versou sobre a aplicação de energia nuclear em doenças transmitidas por parasitas, através do uso de radioisótopos e cobalto, e o desenvolvimento de vacinas contra doenças como esquistossomose, malária e outras.

Sob o patrocínio do Departamento de Energia dos Estados Unidos, Agência Internacional de Energia Atômica e Conselho Nacional para a Saúde Internacional.

Poluição

As três indústrias de beneficiamento de pescado que poluem as águas de Jurujuba estão obrigadas a adotar medidas para o tratamento de seus efluentes líquidos no prazo máximo de 30 dias. A determinação é da Comissão Estadual de Controle Ambiental e faz parte do conjunto de medidas para melhorar a qualidade da água da Baía de Guanabara, poluída por dezenas de indústrias de beneficiamento de pescado localizadas em sua orla.

As três fábricas em questão já foram autuadas por não requerer à FEEMA licença de operação ou instalação de equipamentos de controle de poluição e estão sujeitas a novas multas.

Lance-livre

● Hoje, às 21h, o Consultor Geral da República, Clóvis Ramalhete, entrega ao Núncio Apostólico, D Carmine Rocco, urna contendo terra da cela em que morreu o Padre José de Anchieta.

● **Os muros de diversos bairros da cidade estão com o** slogan: **Novo Mobral — Ação Comunitária. Quem deseja iniciar atividade voltada para a comunidade, deveria pelo menos preservar a estética da cidade.**

● Já foi recuperado o microfone de apartes da Câmara quebrado na quarta-feira durante um incidente envolvendo os Deputados Elquisson Soares, Ruy Bacellar, Horácio de Mattos e Iranildo Pereira.

● **Tisuka Yamasaki e Jorge Duram, diretora e roteirista do filme** Gaijin, **participam amanhã de um debate, às 20h, no Arco, na Rua Marquês de Olinda, 25.**

● O PMDB vai editar um jornal quinzenal, tipo tablóide, de oito páginas. Será rodado em Brasília.

● **O presidente em exercício da Câmara de Vereadores do Rio, Moacir Bastos, montou audiovisual mostrando a história da Câmara. É exibido diariamente aos alunos de 1º grau que visitam a Câmara.**

● Com a viagem do Deputado Prisco Viana para a Alemanha, o Deputado Ricardo Fiúza assumiu a secretaria-geral do PDS.

● **Na segunda-feira será inaugurada no Arquivo-Geral da Cidade (Rua Amoroso Lima, 15) a exposição dos quadros vencedores do 4º Salão Carioca de Arte, promovido pelo Departamento-Geral de Cultura da Prefeitura carioca.**

● Ficou para amanhã, no Rio, a reunião entre a direção nacional do PDT e a comissão de políticos baianos, liderada pelo Sr Valdir Pires, para debater a proposta de reunificação das oposições num só Partido. Os Deputados federais Marcelo Cordeiro e Jorge Viana, o estadual Gutemberg Amazonas e o economista Rômulo de Almeida virão da Bahia para o encontro.

● **Um jornalista de Brasília comentou com o Senador Tancredo Neves: "Senador, o senhor viu o jornal hoje? A sua entrevista saiu muito bem." O Senador mineiro respondeu: "Vamos conferir. Pode ter saído bem para você e ruim para mim."**

● O presidente do PP mineiro, Deputado Hélio Garcia, insiste em dizer que não é candidato ao Governo do Estado. Confessa: "Meu objetivo é o Senado."

Figueiredo distribui terras em Alagamar

João Pessoa — Na primeira visita de um Presidente da República a Alagamar — área de tensão social na Paraíba — o General João Figueiredo prometeu aos moradores que "daqui para frente não há força humana que retire esta terra das mãos dos senhores". Elogiou a atitude dos lavradores por terem aceitos diálogo e considerou a solução — desapropriação de 2.700 hectares - justa, prometendo que jamais a violência será necessária.

Alagamar fica a 112 quilômetros de João Pessoa e o Presidente Figueiredo, acompanhado de assessores e do Governador da Paraíba Tarcísio Buriti, dirigiu-se para lá, no meio da tarde de ontem, de helicóptero. Foi recebido por agricultores da área e por habitantes das duas cidades próximas, Salgado de São Félix e Itabaiana. O Presidente Figueiredo ficou impressionado com a recepção e inúmeras vezes rompeu seu esquema de segurança para receber apertos de mão.

DESCONTRAÇÃO

Assim que subiu ao palanque armado na fazenda Maria de Melo-uma das três propriedades da grande Alagamar em que o Governo executa um projeto integrado de apoio aos agricultores — o Presidente por sugestão do subsecretário de imprensa, Alexandre Garcia, chamou o cantor e compositor Luiz Gonzaga, que momentos antes havia se apresentado para os camponeses.

O compositor subiu ao palanque, cumprimentou o Presidente e disse que só não pedia a ele para usar o seu chapéu de couro porque não era "ético". O General Figueiredo, sem pensar duas vezes, respondeu sorrindo: "Me dê assim mesmo". E pôs o chapéu de couro na cabeça, sendo aplaudido por aproximadamente 1 mil 500 pessoas que lá estavam.

Logo em seguida, o Ministro da Agricultura entregou ao presidente da Cooperativa de Alagamar os títulos de 2.700 hectares de terra que daqui em diante serão utilizados em sistema cooperativo pelos moradores da região. O Ministro Amaury Stábile, em seu pronunciamento, reclamou de críticas: "Em Alagamar não faltaram as vozes dos que preferem criticar a construir; dos que procuram dividir, ao invés de somar, dos que tentam semear a discórdia entre irmãos. Alagamar é, antes de tudo, um desafio à nossa coragem, à nossa humildade, ao nosso patriotismo e à nossa fé".

E acrescentou que "a desorganização da produção agropecuária não beneficia ninguém. Nem a coletividade, nem aos produtores. E as autoridades não serão levadas a decisões pela criação artificial de clima de tensão social. A desapropriação por interesse social só será acionada após minucioso exame, que conduza ao absoluto convencimento de que é a solução mais adequada para cada caso concreto, esgotadas as demais alternativas de entendimento previstas na legislação agrária".

Apesar da festa, o Presidente Figueiredo frustrou alguns agricultores de Alagamar, que pretendiam reclamar pessoalmente contra a organização da cooperativa administrada pelo INCRA. Segundo eles, a cooperativa só irá para a frente quando os próprios agricultores a organizarem e dela tomarem conta. Tanto é que das 347 famílias da área, apenas 90 aderiram à cooperativa criada pelo Goveno.

Campina Grande-PB — Foto de Jair Cardoso

Figueiredo assistiu ao casamento da roça e depois beijou a noiva

Presidente quer conter êxodo rural

Alagamar — O Presidente João Figueiredo afirmou ontem que uma das metas do seu Governo para combater a seca do Nordeste é a construção conjugada de açudes com projetos de irrigação de forma a fixar o lavrador no campo, com condições mínimas para produzir o suficiente ao menos para o seu sustento pessoal.

Segundo o Presidente Figueiredo, a fixação do homem no campo é uma forma indireta de controlar a inflação, porque o "homem só se fixa no campo se puder produzir, do contrário ele emigra para buscar melhores salários ou então para sobreviver".

A entrevista

— Quando o senhor esteve em Pernambuco, disse que não gostou. Está gostando aqui do que viu?

— Agora eu estou gostando. Estou gostando demais.

— Outros Alagamar serão construídos no Brasil?

— agora mesmo nosso amigo acabou de perguntar e eu disse que essa é uma das soluções que preconizo. O problema é haver recursos para indenizar os proprietários com preços justos.

Os problemas dos índios serão resolvidos da mesma forma?

— O problema dos índios é diferente. O problema deles é questão de reservas e eles ficaram confinados nas reservas com todos os seus direitos, respeitadas as necessidades de desenvolvimento do país.

— E para a seca do Nordeste qual a solução que o senhor traz?

— É essa que o Governo está bancando. O problema é água, o que falta é água e então vamos à água para que o homem não saia de sua propriedade e para que o pequeno lavrador não saia de sua região, não emigre e que possa suportar a seca. Essa é a filosofia do meu Governo.

— E a mensagem do Luiz Gonzaga, o senhor o que achou?

— Ele disse umas verdades, não é? Vamos ver se eu respondo com outra. Se aquilo tudo é verdade, então vamos dar água para que não aconteça.

— Fixar o produtor na terra é uma forma de combater a inflação?

— Fixar como?

— O homem no campo.

— Não deixa de ser porque ele só se fixa no campo se puder produzir, não é? Se não puder ele emigra para buscar melhores salários ou então para sobreviver. Agora, se a gente tiver condição de ele poder produzir e ainda ter um lucro, sobreviver, manter a ele e a sua família, ter um apoio de saúde, apoio de previdência e ter uma habitação, ele não vai querer sair de sua propriedade.

— O Governo vai continuar entregando terra ao povo, titulando terra?

— Sempre que eu fizer força e isso acontecer eu terei o maior prazer.

— Esta é uma das metas do seu Governo?

— É. Exatamente.

— E quanto a dar água para o Nordeste, como o senhor vai fazer?

— Há várias soluções para o problema da seca, mas para mim o mais fácil é levar a água lá, se não houver água, mas eu tenho a impressão que há. O poço artesiano está aí e eu encontrei muitos proprietários aqui que me dizem que a água fica salobra, que não dá para alimentação, a irrigação, etc. Mas eu vi lá em Israel a adoção da água salobre com salinização, utilizada e com bom proveito e vamos introduzir isto aqui no Brasil.

— Na região da seca tem o Rio São Francisco com aquele volume todo de água jogando-a ao mar, quando a margem dele está a seca...

— Exatamente, a questão é que os recursos necessários para levar água para lá eu teria que parar, porque não tenho nem dinheiro para pagar o funcionalismo, quer dizer, tem que ser feito num ritmo que o Tesouro da União possibilite. Basta dizer o seguinte: só o açude que estão reclamando aqui na Paraíba, só este vai a Cr$ 3 bilhões e só açude não resolve, estamos cheios de açudes no Nordeste e não resolvem. É fazer açude e irrigação, com isso vai a mais de 12 bilhões. Orós é um exemplo. Então temos que primeiro aproveitar esses açudes.

Petrolina e Juazeiro disputam porto

Salvador — Ao comentar, ontem, a disputa entre as cidades de Petrolina, em Pernambuco, e Juazeiro, na Bahia, para sediarem o porto fluvial do médio São Francisco, que será reativado com a inauguração, hoje, da eclusa da barragem de Sobradinho, o presidente da Portobrás, Sr Arno Oscar Markus, disse que "há perfeita compatibilidade jurídica" para funcionamento de dois portos, um em cada município.

Segundo o Sr Arno Markus, que veio a esta Capital reunir-se com o conselho de administração da empresa, a Portobrás não entra no mérito da questão porque, a seu encargo, cabe apenas fornecer parecer técnico para o funcionamento dos portos. "A viabilidade econômica é um problema que cada município deve analisar".

Um apelo ao discernimento

Campina Grande — "O povo sabe discernir entre as intenções e as possibilidades e sabe também discernir com quem está a razão e quem está falando a verdade", afirmou ontem o Presidente João Figueiredo ao falar de improviso numa concentração popular na Praça da Bandeira, numa referência indireta às críticas formuladas pela Oposição.

Emocionado, o Presidente Figueiredo lembrou que, "às vezes, vale a pena ser injustiçado, e até mesmo injuriado por alguns, quando se encontra esta receptividade, esta generosidade na interpretação dos meus atos e é como eu interpreto a presença dos senhores aqui neste momento".

"OBRIGADO PRESIDENTE"

Quando o Presidente Figueiredo e sua comitiva entraram na Praça da Bandeira, uma multidão calculada em 3 mil pessoas começou a cantar uma quadrilha com título **Obrigado Presidente**, de autoria do Sr Antônio Barros.

Depois de ouvir a música, o Presidente Figueiredo ouviu o discurso do Governador Tarcísio Burity e do Prefeito de Campina, Sr Enivaldo Ribeiro, e falou de improviso para lembrar que, ao pisar novamente o solo nordestino, não podia esquecer o "sofrimento do nordestino habitante do sertão".

SOLUÇÃO PARA SECA

Reconheceu o Presidente Figueiredo a incapacidade dos Governos revolucionários em dar uma solução definitiva para o problema da seca e manifestou o propósito de sua administração em dar condições ao homem do sertão de "superar esta seca e continuar produzindo da terra".

Após a cerimônia em praça pública, quando foram assinados dois convênios, um com o Banco do Brasil, liberando recursos para solucionar a questão trabalhista provocada pelo fechamento da fábrica de fogões a gás Wallig, e Cr$ 23 milhões liberados pela Caixa Econômica Federal, para a Prefeitura de Campina Grande adquirir máquinas coletoras de lixo.

Ainda em Campina Grande, o Presidente Figueiredo inaugurou a rodovia ligando os Municípios de Queimadas e Boqueirão, num total de 30kms, representando investimentos de Cr$ 108 milhões. O asfaltamento do trecho, segundo explicou depois o Ministro dos Transportes, Eliseu Resende, vai facilitar o escoamento da produção agrícola da chamada Borborema Oriental, aos centros de maior consumo da Paraíba.

Outro trecho inaugurado pelo Presidente Figueiredo foi o contorno rodoviário da cidade, viaduto sobre a linha férrea, obra de 7 quilômetros de extensão e investimento de Cr$ 35 milhões.

BEIJO

A comitiva presidencial já iniciava os preparativos para o deslocamento até o aeroporto local, quando a multidão cantando a música **Obrigado Presidente** rompeu os cordões de isolamento e tentou por todos os meios abraçá-lo.

O General Figueiredo acabou dando um beijo na noiva Mary D'Arc que dançava uma quadrilha em plena praça — e distribuiu abraços a vários populares. Antes de embarcar no Boeing oficial com destino à região de Alagamar, o Presidente Figueiredo ganhou da Prefeitura local um jibão, chapéu de couro, sapato, luvas e uma cela para cavalo, utensílios feitos a mão por artesões paraibanos.

Paraíba ganha Cr$ 10 bilhões

O Presidente João Figueiredo presidiu, ontem, no Palácio Redenção, nesta Capital, a assinatura de convênios nas áreas de saúde, habitação e educação, no valor de Cr$ 10 bilhões, beneficiando uma população estimada em 80 mil pessoas.

Antes da assinatura dos convênios, pouco depois de visitar a região de Alagamar, o Presidente Figueiredo foi saudado ao longo das ruas da Capital paraibana por cerca de 50 mil pessoas.

NA PRAÇA

No palanque armado na praça João Pessoa, o Presidente Figueiredo assistiu a um desfile de grupos folclóricos da Paraíba, todos eles inspirados nas festas de São João e São Pedro que se realizam neste mês. Ao lado de alegres colegiais, se desenvolveu uma disputa de faixas com dizeres pró e contra a decisão oficial de proibir no país a pesca da baleia.

Um grupo que se autodenominou representante dos pescadores trazia faixas com os dizeres: "Se a baleia acabar como é que vamos ficar." "Não tirem o nosso pão." O Presidente Figueiredo não se manifestou a respeito.

OS CONVÊNIOS

Todos os convênios foram assinados com a interveniência do Governo do Estado da Paraíba com o Banco do Brasil, Banco Nacional da Habitação e Caixa Econômica Federal. O mais importante deles prevê a construção de 10 mil casas populares no Estado, com a aplicação de recursos no valor de Cr$ 10 bilhões.

A CEF vai financiar também a construção do espaço cultural de João Pessoa, com investimentos previsto de Cr$ 400 milhões. Denominado Mercado Cultural da Paraíba, o local terá cinema, audiovisual, teatro e centro musical.

Délio não duvida da abertura

Curitiba — "Afinal a Oposição também é brasileira", disse, ontem, o Ministro da Aeronáutica, Brigadeiro Délio Jardim de Matos, ao exortá-la "a olhar um pouco mais os problemas econômicos do país. Uma coisa são os seus problemas filosóficos, que eu acho que devem ser mantidos. E outra, é a situação econômica, que é patrimônio de todos nós" — afirmou.

O Brigadeiro, que esteve em Curitiba para participar de uma casamento, garantiu que "não há porque duvidar da abertura". Considerou ainda que "o retorno à normalidade democrática beneficia inclusive os militares. Que se desgastaram com um processo revolucionário muito demorado". Em sua opinião, foram vencidas todas as resistências e temores que, de início preocuparam os militares diante da redemocratização, sobretudo em relação à eventuais revanchismos.

SEM RADICALISMOS

Para ele, hoje, "nenhum radicalismo vinga. Nem o de esquerda, nem o de direita. Tenho combatido estes extremismos, mesmo o nacionalismo mais exacerbado". Advertiu para que ninguém superestime o perigo do comunismo, não dando muita atenção às declarações de dirigentes do Partido Comunista do Brasil de que estão preparando as condições para a luta armada no país.

O Brigadeiro Délio Jardim agradeceu "a gentileza" do Deputado Renato Bueno, do PDS, que em pronunciamento na Assembléia Legislativa o lançou para a Presidência da República e deixou claro que não quer ser presidente, "pois conheço as minhas limitações e, ademais, garanto que a mosca azul jamais me morderá". Ele conversou rápidamente com jornalistas no hotel colonial, na presença do ex-Deputado Aníbal Khoury, secretário do PP no Paraná e seu velho amigo. "Amigo está acima de qualquer lado", explicou o Brigadeiro.

Senador vai ao Supremo pelo PTB

Brasília — O Senador Leite Chaves apresentou ontem ao Tribunal Superior Eleitoral recurso extraordinário, a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal, contra a decisão que deu a legenda do PTB ao grupo liderado pela ex-Deputada Ivete Vargas.

Segundo a alegação do parlamentar paranaense, o TSE teria que julgar simultaneamente os pedidos de registro da agremiação trabalhista apresentados pela facção da Sra Ivete Vargas e pela do ex-Governador Leonel Brizola, já que esta contava com maior representatividade, expressa na adesão de 23 deputados federais e dele próprio.

Ao julgar primeiro o pedido da ex-Deputada, o TSE, segundo o Senador Leite Chaves, contrariou o Artigo 153 da Constituição, que estabelece os direitos e garantias individuais. Caberá ao Presidente do Tribunal, Ministro Leitão de Abreu, decidir se encaminha ou não o recurso ao STF.

Maluf diz que Figueiredo o recebe com fidalguia e nega força paramilitar

São Paulo — O Governador Paulo Maluf, que retornou de Brasília afirmando que é recebido pelo Presidente Figueiredo "com uma fidalguia acima daquilo que eu mereço", desmentiu, ontem, a existência em São Paulo de uma força paramilitar, criada com a finalidade de protegê-lo de eventuais hostilidades que lhe são dirigidas em contato com o público.

Para o Governador, a declaração do Sr Paulo Egídio Martins sobre a existência da força paramilitar, "não tem nenhum fundamento". O Sr Paulo Egídio fez tal afirmação depois dos acontecimentos no bairro da Freguesia do Ó, quando um grupo de homens, armados de estiletes, canos de ferro e socos ingleses, investiu contra populares que queriam protestar contra o Governo Paulo Maluf.

Sintonia

O Sr Paulo Maluf negou, ainda, que haja desavença entre ele e o Prefeito Reynaldo de Barros, por causa dos distúrbios na Freguesia do Ó, uma vez que eles ocorreram durante despachos dos dois com representantes de entidades. "Estamos totalmente sintonizados e essas notícias de vez em quando envolvem Prefeito, secretários e elementos de autarquias, mas o tempo se encarrega sempre de desmentir ou a notícia nunca existiu".

Sobre o seu encontro com o Presidente Figueiredo, o Governador disse:"Foi excepcional, o Presidente me recebendo de braços abertos, sempre me recebendo com uma fidalguia acima daquilo que eu mereço, com todos os problemas administrativos resolvidos, inclusive o da Light, que é o grande projeto ecológico em transformar a represa Billings no melhor centro de Lazer da América Latina". O Governador, no entanto, não respondeu quando o Presidente virá a São Paulo.

Deputada afirma que vai a Cuba da mesma forma que Erasmo irá a Moscou

Brasília — A repercussão obtida na imprensa à viagem que um grupo de parlamentares empreenderá na próxima segunda-feira a Havana causou surpresa à Deputada Cristina Tavares (PMDB-PE), uma das que viajarão, para quem a celeuma que se criou em torno do assunto "demonstra que o cordão sanitário em volta da ilha ainda está muito apertado".

Ela lembrou que "inúmeros parlamentares têm ido à China, à Albânia e outros países de Governos socialistas", e que, recentemente, Deputados declaradamente pertencentes à extrema direita, como os Srs Sérgio Cardoso de Almeida (SP) e Erasmo Dias (SP), anunciaram que irão a Moscou, "e nem por isso o fato subiu às manchetes".

Os participantes

O grupo de Deputados que irá a Cuba é composto pelos Srs Ralph Biasi, Audálio Dantas e Alberto Goldmann (PMDB-SP); Alceu Collares (PDT) e Emídio Perondi (PDS), do Rio Grande do Sul; e Cristina Tavares e Roberto Freire (PMDB-PE). O Deputado Adhemar Santillo (GO), que pertencia ao PT e se está filiando ao PMDB, desistiu da viagem, mas ainda não decidiu a quem transferirá a sua passagem.

O convite para a viagem dos parlamentares partiu, conforme a Srª Cristina Tavares, do próprio Governo de Havana, através do Deputado estadual Fernando Moraes, do PMDB paulista, amigo particular de Fidel Castro e autor de um **best-seller** nacional sobre Cuba, chamado **A Ilha**. Ela não soube dizer se a programação a ser cumprida em Havana pelos visitantes inclui uma visita ao Presidente Fidel Castro. O Deputado Audálio Dantas, embora desconheça a programação, disse que certamente este encontro ocorrerá.

A Srª Cristina Tavares aproveitará sua estada em Havana para examinar de perto a planificação familiar na ilha e a posição que a mulher ocupa na sociedade cubana. Ela adiantou que, de Cuba, alguns Deputados prosseguirão viagem para o Canadá, uma parte voltará fazendo escala no México e Peru. O Sr Audálio Dantas disse que há alguns que também irão à Nicarágua. No próximo dia 19 transcorre o primeiro aniversário da Revolução Sandinista.

Quem paga a viagem

A viagem dos parlamentares brasileiros a Havana é paga em parte por eles próprios. Até o Peru, eles pagarão as passagens do próprio bolso. Do Peru a Cuba, as despesas correm por conta do Governo de Havana. A estadia na ilha também ocorrerá por conta dos próprios parlamentares. O grupo deve ficar sete dias em Cuba, a maior parte em Havana. Os que tiverem interesse em conhecer outros pontos da ilha poderão fazê-lo.

Lembra a Deputada Cristina Tavares que "nós vamos passar sete dias em Cuba. E outros 15 nos países chamados de civilização capitalista cristã." Por isso não entende o que classificou de "histeria coletiva", que a seu ver "é sintomática da insegurança dos países latino-americanos que não sabem sequer analisar seus próprios problemas globais."

Deputado defende Governador

Brasília — O vice-líder do Governo, Deputado Djalma Bessa (BA), ao defender, ontem, o Governador da Bahia, Sr Antônio Carlos Magalhães, das acusações de enriquecimento ilícito feitas pelo Deputado Elquisson Soares (PMDB-BA), afirmou que o Governador "continua a merecer o respeito, a admiração, o apreço e o aplauso da Bahia e do Brasil". Referindo-se ao Sr Elquisson Soares, o vice-líder do PDS disse que ele "fracassou fazendo oposição ao Governo federal e, com maior insucesso, partiu para se opor ao Governo do Estado".

O Deputado Djalma Bessa respondeu, uma a uma, as acusações, segundo ele feitas "sem prova, sem documentos e sem sentido". O Sr Bessa afirmou que o Governador Antônio Carlos Magalhães "tem um passado limpo e o seu sucesso na vida pública decorre do seu próprio esforço, do seu trabalho diuturno, da sua capacidade administrativa e da sua expressão política".

EMPRÉSTIMO

Disse ainda que a "insinuação" sobre a destinação do empréstimo externo de 10 milhões de dólares "é mais uma ofensa grosseira e maliciosa, já que ele foi recebido pelo diretor do Departamento de Estradas de Rodagem da Bahia e aplicado em estradas".

"Como Prefeito de Salvador" — prosseguiu — "o Governador Antônio Carlos Magalhães fez uma administração inigualável. Como Governador, projetou a Bahia, dando-lhe a infra-estrutura necessária para se desenvolver, como está-se desenvolvendo. A volta de Sua Excelência ao Governo decorreu das suas expressivas e comprovadas qualidades de lisura, de admirável administrador e de acentuada liderança política".

Polícia investiga agressão

Salvador — A Secretaria de Segurança Pública designou, ontem, dois delegados especiais para apurar as disputas entre dois grupos políticos do Município de Jacobina, no sertão da Bahia, que resultou numa briga corporal entre o Deputado estadual Fernando Daltro (PP) e o advogado João Maximiliano dos Santos, anteontem, no cartório civil do Forum daquela cidade.

O parlamentar comunicou o fato ao presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Barbosa Romeu, relatando que fora agredido fisicamente, por vingança, em razão das denúncias que fizera na Assembléia contra o delegado municipal Luiz Maximiliano dos Santos, pai do advogado. Em Jacobina, os grupos estão armados alegando defesa contra novos confrontos.

Brizola lança seu PDT em MS

Campo Grande — Ao lançar oficialmente o PDT em Mato Grosso do Sul, ontem, o ex-Governador Leonel Brizola afirmou que "todos os Partidos estão em condições de igualdade". Ele comparou a atual reestruturação partidária a uma corrida de cavalos, na qual a vitória de cada um vai "depender da capacidade dos seus líderes estaduais e nacionais".

O lançamento do PDT foi feito no plenário da Assembléia Legislativa do Estado, que estava totalmente lotada. O Sr Leonel Brizola, acompanhado dos Deputados gaúchos Magnus Guimarães e Getúlio Dias, manteve à noite, um encontro com os líderes estaduais de seu Partido na Câmara Municipal. Hoje, ele fará um comício na cidade de Dourados — principal reduto da colônia gaúcha em Mato Grosso do Sul — onde espera reunir mais de 5 mil pessoas.

Lagoas de águas mansas e sereias são as atrações das noites de Itapemirim

Itapemirim — Divididas em duas pela estrada de rodagem, as águas da lagoa do Siri, uma das principais atrações turísticas deste município, são ao mesmo tempo doces e salgadas, nas suas margens esquerda e direita. O fenômeno se deve à infiltração das águas do mar, através do canal que a liga ao oceano.

Mas é na Lagoa Encantada que residem os mistérios lendários de Itapemirim: segundo as lendas, nas noites de lua cheia, quando suas águas brilham, prateadas, uma linda moça surge na superfície mansa e sua beleza encanta os visitantes. Barcos e pedalinhos permitem um passeio na superfície dos dois lagos.

IMPORTÂNCIA TURÍSTICA

Itapemirim é, assim, uma das regiões turísticas mais conhecidas do Espírito Santo. A origem do topônimo se deve ao rio que banha o município, que, por sua vez, recebeu a denominação vinda dos pontões da cadeia da Mantiqueira. Na serra, destacam-se o pico de Itabira e, um pouco mais a Nordeste, os do Frade e da Freira.

A existência dessas cadeias rochosas gerou nas mentes dos habitantes primitivos a idéia de pedra, do que se compôs o nome Itapemirim, de ita (pedra, 1º linguagem indígena, ou o leito da cachoeira); pe (caminho, ou o trajeto a percorrer por via terrestre para atingir o local); e mirim (pequena extensão do caminho, até a curva). Itapemirim significa, assim, "pedra pequena no caminho".

As praias são outros pólos de atração turística, e a principal delas é a de Marataízes, de areias terapêuticas, radioativas, formadas por monazita e ilmenita. Uma rede hoteleira, bares e restaurantes, com cozinha típica, atendem aos visitantes. A Barra do Itapemirim, com cais de atracação, é um importante centro e colônia de pesca.

Já a praia da Boa Vista, onde se explora ilmenita e zirconita, faz divisa com o Município de Presidente Kennedy, enquanto a de Itaoca, ao Norte do Município, exibe a ilha dos Franceses, onde funciona um farol, reabastecido de seis em seis meses pela Marinha de Guerra e com uma gincana de pesca que se realiza anualmente. A praia de Itaipava fica no sopé do famoso monte Aghá.

NOTÍCIA HISTÓRICA

As famílias Domingos de Freitas Bueno Coxanga e Pedro Silveira radicaram-se em 1700 na região do Baixo Itapemirim, iniciando a cultura de cana-de-açúcar. A cidade, propriamente dita, teve origem na fazenda e no engenho fundados pela família Freitas Bueno de Camargo. Um alvará do Príncipe Regente Dom Pedro, expedido em 27 de junho de 1815, deu origem ao Município.

Ele está localizado ao Sul do Espírito Santo, com uma altitude de 16 metros acima do nível do mar e uma temperatura média que varia entre a máxima de 30 graus centígrados e a mínima de 16 graus. É a topografia da região que dá fama a Itapemirim, que assim se tornou conhecido como dos mais belos Municípios do Estado, destacando-se a baixada do Rio Itapemirim, que deslumbra a todos.

Entre as principais obras realizadas pela atual administração municipal, destacam-se a iluminação de mercúrio da Praça Jacques Soares, em Barra do Itapemirim, o calçamento das Ruas Desembargador Ayrton Lemos e Oliveira Sobrinho, na Barra do Itapemirim. São também importantes as reformas feitas nos postos de saúde da Barra e da Vila, além da reconstrução da Escola de primeiro grau José Marcelino, em Barra do Itapemirim.

A Prefeitura deu também início às obras de calçamento da Rua Capitão Miguel Sad, em Barra do Itapemirim, e à construção de uma Escola Singular, com 20 salas de aula, no Alto de Marataízes.

TRADIÇÃO

No calendário de eventos de Itapemerim, destacam-se a Festa das Canoas, folclórica-religiosa, promovida pelos pescadores no segundo domingo do mês de março, e a de Nossa Senhora dos Navegantes, em Barra do Itapemerim, celebrada no segundo domingo de fevereiro, promovida pelos pescadores residentes na comunidade de Barra do Itapemerim.

Na Festa de Nossa Senhora dos Navegantes, realiza-se uma procissão marítima, na qual o andor da padroeira é levado pelo rio Itapemerim acima, partindo do porto da Barra, até o Centro da cidade e daí voltando ao ponto de partida. Também a Festa das Canoas consiste numa procissão marítima: num dos barcos, é levado o estandarte do Divino Espírito Santo.

Para os turistas, a cidade oferece inúmeros entretenimentos noturnos, como a Casa de Serestas San-Remo, com serestas e sambão; o Casarão, com música ao vivo; a boate Coruja, a Discoteca Bolione e o Refúgio, com seresta, sambão e gafieira.

Coutinho quer criar mais vagas para carros em Ipanema

O Prefeito Júlio Coutinho aprovou, ontem, a criação de vagas denteadas e inclinadas no lado esquerdo da Rua Visconde de Pirajá, em Ipanema. Dentro de três meses as obras poderão ser iniciadas, pois estão na dependência do andamento do projeto da Secretaria Municipal de Obras que vai estudar o número de vagas e a delimitação dos trechos onde poderão ser construídas.

Para o lado direito da rua, a Prefeitura decidiu que serão construídas bainhas para ônibus e abrigos, para maior fluidez do tráfego. A duração das obras será estabelecida no projeto mas o Prefeito afirmou que "foi a solução mais rápida e antes do Natal já teremos os resultados." A curto prazo, o problema do estacionamento em Ipanema, segundo ele, só pode ser resolvido pelo Detran.

Semelhantes

O Secretário Municipal de Obras, Renato de Almeida, explicou ontem que as vagas a serem criadas na Visconde de Pirajá serão similares às já existentes nas Praças Nossa Senhora da Paz e General Osório, denteadas e inclinadas. Segundo ele, há necessidade de um projeto detalhado para levantamento das larguras da calçada, que variam muito de prédio para prédio, das entradas de garagens e das árvores de grande porte, que não poderão ser removidas.

Esses aspectos, além de definirem o número de vagas vão indicar também os trechos das quadras onde poderão ser construídas, pois de acordo com o Secretário, há calçadas muito estreitas que não terão vaga alguma. Apesar de ainda não poder calcular o número exato das vagas, o Secretário disse que "acredito que vamos ficar com a mesma quantidade de espaço já existente nas calçadas." O projeto, segundo o Sr Renato de Almeida, deverá estar concluído "dentro de três ou quatro meses", quando serão iniciadas as obras.

O Prefeito Júlio Coutinho disse também que a Prefeitura vai reativar o plano de construção de garagens na Zona Sul. "Vamos rever estudos antigos, analisar os locais desses estacionamentos e pensar, também, nas possibilidades de participação da iniciativa privada. Será um estudo mais voltado para a Zona Sul. Temos que pensar em garagens em termos de zonas comerciais".

A Rua Ataulfo de Paiva, no Leblon, não está incluída no projeto de vagas da Prefeitura. Segundo o Secretário Renato de Almeida, há menos possibilidades de construção desse tipo de estacionamento naquele bairro porque existem muitos prédios antigos com recuo pequeno na calçada.

Diretor estaciona onde não deve

Ipanema, Rua Visconde de Pirajá, 9h10m. Em frente ao número 201, estacionado com as quatro rodas na calçada, o Opala preto, chapa particular XT-4981. Marcelo Cardoso Fontes, proprietário da livraria Rubayat aproxima-se do motorista alto e forte.

— O senhor vai multar? — pergunta, assustado, o motorista.

— Não, que é isso. Eu apenas quero falar com o Doutor Sérgio Rodrigues — diz o comerciante.

Marcelo Cardoso Fontes havia reconhecido o Opala como sendo o do diretor do Detran, que mora no prédio nº 201. De imediato o motorista vai chamar o Sr Sérgio Rodrigues, que demora alguns minutos e vem com alguns documentos na mão, sem saber quem quer falar com ele.

Marcelo Cardoso Fontes não tocou no problema do carro que vira estacionado com as quatro rodas na calçada. Apenas aproveitou a oportunidade, para conversar com o diretor do Detran e expor as reivindicações dos comerciantes.

—O Dr Sergio — contou ele, depois — foi extremamente simpático e receptivo às minhas ponderações, mostrando que o seu principal desejo é chegar a uma solução que atenda todas as partes. Pediu-me que telefonasse amanhã (hoje), ou segunda-feira, que talvez já tenha uma resposta. Fiquei muito bem impressionado com a conversa e acho que a solução chegará mais cedo do que se pensa.

Deixando esperançado o comerciante — um dos que formam a comissão de empresários e profissionais do bairro que estuda uma alternativa para o problema do estacionamento — o Opala XT-4981, que depois de deixar a calçada foi para a garagem do prédio 201, partiu com seus ocupantes em direção ao Detran.

Foto de Delfim Vieira

Acompanhado de políticos e do Secretário dos Transportes, Adyr Veloso, o Prefeito Júlio Coutinho visitou as obras da Grajaú—Jacarepaguá

Obras na Grajaú – Jacarepaguá ameaçam barracos de favelados

Para a duplicação total — oito quilômetros — da Estrada Grajaú-Jacarepaguá, a Prefeitura terá que remover cerca de 180 barracos e casas de alvenaria da Favela da Cachoeira Grande, que ficam nos primeiros dois quilômetros, à direita, na subida da serra em direção a Jacarepaguá.

O Prefeito Júlio Coutinho visitou ontem as obras de duplicação dos quatro quilômetros que ligam Jacarepaguá ao Grajaú, da Estrada do Pau-Ferro ao Restaurante Cabana da Serra. Segundo o prefeito, esse trecho será aberto ao tráfego no dia 9 de setembro.

Ajuda política

A parte mais difícil da obra na Estrada Menezes Cortes começou ontem, com a autorização do Prefeito Júlio Coutinho para orçar e conseguir verbas, a fim de iniciar o mais rápido possível a construção dos quatro quilômetros restantes que duplicarão totalmente a Grajaú-Jacarepaguá.

Segundo o Sr Júlio Coutinho "a Prefeitura precisará da classe política" para poder iniciar os trabalhos. É que nos dois primeiros quilômetros, entre o Grajaú e o Restaurante Cabana da Serra (lado direito), será necessário fazer várias desapropriações, principalmente na Favela da Cachoeira Grande.

Tanto o Prefeito como o Secretário Municipal de Obras, Renato de Almeida, afirmaram que os moradores atingidos não serão despejados, "apenas transferidos para outro local do morro." Mas, segundo alguns moradores, já há boatos de que serão removidos para Paciência.

Oficialmente, ninguém no morro de Cachoeira Grande sabe o que pode acontecer nos próximos dias. A única informação que chegou até eles foi através do presidente da Associação dos Moradores da Favela, José Araújo de Oliveira, que disse que 180 famílias terão que ser removidas.

Não há ainda clima de desespero entre os moradores, mas de expectativa. Todos os proprietários de barracos na beira da estrada estão aguardando informações oficiais para fazerem melhoramentos em suas casas. O Sr Manoel Cândido da Silva, dono de uma tendinha perto da estrada, como muitos outros moradores, está aguardando a definição da situação para puxar o cano de água até sua casa. Dona Georgina Paixão quer murar seu terreno, mas primeiro quer saber se vai poder continuar onde está.

Para D Jandira Berto da Silva, que mora num barraco de um cômodo só há quase 30 anos, "uns engenheiros que estiveram lá com uns instrumentos grandes" disseram que seu barraco teria que sair de onde estava, mas se ela e sua família não quisessem ir para Paciência, poderiam reconstruí-lo em outro local, ali perto.

Falta espaço

Segundo os moradores, na Cachoeira Grande não há mais lugar para construir casas ou barracos. As opções próximas são a favela da Cachoeirinha, embaixo de Cachoeira Grande, ou a favela da Cotia, em frente. Só que ninguém quer ir para esses lugares.

Desde o ano passado que o terreno nas proximidades dessas três favelas — Cotia, Cachoeirinha e Cachoeira Grande — está sendo medido por técnicos da Prefeitura. Apesar de estarem sabendo que, provavelmente, 180 famílias terão que sair, segundo os moradores, ainda não identificadas, todos ignoram quanto tempo terão para abandonar o local.

Os quatro quilômetros que estarão totalmente concluídos em setembro, não atrapalharão o tráfego normal da estrada e custarão Cr$ 87 milhões 365 mil. Devido à série de problemas que terá de enfrentar, não só com o remanejamento dos favelados, mas com a aquisição de recursos, e a própria dificuldade da obra nos primeiros dois quilômetros da estrada, em direção a Jacarepaguá, o Prefeito decidiu iniciar a construção nos dois quilômetros intermediários, entre o Restaurante Cabana da Serra e a favela de Cachoeira Grande.

Previsão de geada provoca alta do preço do café no Paraná

Londrina — Um aviso meteorológico especial prevendo geadas para a madrugada de hoje no Paraná trouxe sérias preocupações aos cafeicultores, já que a ameaça do fenômeno persistirá até a madrugada de domingo. Esta é a quarta onda de frio no Estado e a que deixou mais preocupados os meios agrícolas.

Em Londrina o mercado cafeeiro reagiu antecipadamente e ainda ontem as cotações subiram Cr$ 400 — em parte por altas nas Bolsas de Nova Iorque e Londres, que reagiram com o vendaval que assolou a região de Irati. Preocupados, os produtores consideraram defasado o preço mínimo de Cr$ 6 mil para o café.

Gelo

O Instituto Agronômico do Paraná informou que um anticiclone de 1 mil 31 milibares encontra-se entre a serra de Córdoba e os Andes, na Argentina. Por seu desenvolvimento, tende a entrar pelo Oeste do Paraná, o que representa perigo para as plantações de café. Nesta madrugada, massa fria vai atingir o Estado de São Paulo, causando forte queda de temperatura. Há previsão de geada no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Sul e Oeste do Paraná. O Norte desse Estado, onde está situada a cafeicultura, pode ser atingido em 24 ou 48 horas. A ameaça de geada promoverá outras altas nos preços do café. Mesmo com as altas de ontem o café continua emCr$ 5 mil 400, porque no dia anterior havia caído para Cr$ 5 mil em conseqüência das especulações que antecederam a fixação dos preços-mínimos.

Reações

O líder da cafeicultura, Sr Wilson Baggio, reiterou ontem em Cornélio Procópio que a maior ameaça à economia do café não é o frio, mas o Governo. "Ele continua avançando celeremente para o esfriamento cada vez maior de suas relações com os produtores agrícolas, porque não tem coragem de sustentar o preço do café que, pela primeira vez em sua história, registra baixas em momentos que sempre foram de altas" — disse. Criticou o novo preço mínimo do café e afirmou que o Governo fez uma simples conta de multiplicar entre o preço anterior e o índice de 45% fixado para a expansão dos meios de pagamento — o que dá um total de Cr$ 6 mil 90, a saca. O cafeicultor disse estar espantado com a frieza das autoridades econômicas porque, ao somarem, "elas arredondaram para menos o preço mínimo, desconsiderando todos os elementos de custo de produção fornecidos pelos cafeicultores". Segundo ele, o custo de uma saca de café é superior Cr$ 6 mil 500.

O principal corretor de café em Londrina, Sr Márcio Tamares de Meneses, comentou ontem que, apesar de todas as oscilações de preços nos últimos dias, o mercado continua sem vendedores. Considerou que o preço mínimo foi bom para o setor comercial porque constitui fator de baixa, reclamou do percentual 65% e do financiamento estabelecido para evitar especulações. "Esse percentual vai prejudicar a todos. Os cafeicultores serão forçados a vender suas safras assim que a colherem. Nem eles, nem os compradores poderão estocar. Vai agilizar o mercado, mas descapitalizar todos" — concluiu. Ele reconheceu que os produtores podem ter razão em reclamar contra o preço mínimo estabelecido. O Sr Wilson Baggio disse ontem que na verdade o preço mínimo estabelecido deixa ao produtor somente Cr$ 4 mil 740 para cobrir custos acima de Cr$ 6 mil 500 porque somente de ICM, Funrural, juros de estocamento, sacaria e fretes ao IBC é preciso pagar Cr$ 1 mil 260 por saca.

Irati (PR)/Foto de Carlos Sdroywski

Os moradores de Irati reconstroem suas casas em regime de mutirão

Irati avalia danos do ciclone

Irati (PR) — População e autoridades de Irati passaram o dia de ontem tentando avaliar os danos causados pelo ciclone que atingiu a região na tarde de quarta-feira. Das 36 pessoas hospitalizadas, 22 permaneciam internadas, outras oito foram atendidas sem internamentos, totalizando 44 feridos. Três pessoas morreram em Irati.

No Norte do Paraná, menos afetado, duas pessoas morreram e há dezenas de feridos. O ciclone começou por volta das 13h de quarta-feira, em Irati, atingiu 12 cidades do Sul do Paraná e cerca de quatro outras, no Norte, Onde Cambira e Maringá foram as mais afetadas. Mesmo sem ter atingido os cafezais, já provocou reflexos no mercado cafeeiro na Bolsa de Londres.

Prejuízos

O Prefeito Olavo Santini ainda não tem o balanço final dos prejuízos, pois a todo momento chegavam novos flagelados na Prefeitura pedindo auxílio para a reconstrução de suas casas. Até a tarde, 210 flagelados haviam sido cadastrados, dando conta da destruição total de 25 casas e parcial de outras 25 — todas de famílias pobres.

A Prefeitura mobilizou todas as 13 viaturas de que dispõe, até caminhões basculantes e tratores, para remover os escombros. O bairro Lagoa foi o mais afetado, onde além das casas, um armazém de alvenaria da Cibrazém foi totalmente destruído, bem como parte das máquinas e secadeiras de cereais. Parte do telhado de zinco do armazém foi encontrado a dez quilômetros de distância.

"A sorte foi que o povo se organizou de modo próprio", declarou o Prefeito, informando que listas de contribuição financeira organizadas por voluntários já haviam arrecadado pelo menos Cr$ 60 mil até o final da manhã. A maior parte dos flagelados foi socorrida pelos próprios parentes ou amigos, que também se encarregaram de reunir pertences, pedaços de mobília, documentos e até dinheiro espalhado pelo vendaval. Para o trabalho pesado, entretanto, além dos veículos da Prefeitura, foi necessário mobilizar também as 15 viaturas do Departamento de Estradas de Rodagem (DER).

Pedro Gauron, 20 anos, operário, estava trabalhando no momento do vendaval, mas sua mulher, Dirce, almoçava quando a casa toda foi arremessada pelo ar. As paredes voaram e ela tentou agarrar-se ao assoalho, que ficou preso em uma árvore 10 metros distante, mas não conseguiu e foi atirada, pelo vento, para outra árvores, onde ficou presa entre os galhos e um travessão de madeira. Foi internada em estado grave, "parecendo morta", segundo a mãe, Aurora Bruck, viúva, oito filhos, que esfregava numa tábua improvisada as poucas roupas da filha, que encontrou na lama. "Não sobrou nada, a não ser essas peças de roupa", dizia, resignada. Dirce, que passou a noite vomitando, recuperou-se e passava bem ontem no hospital regional de Irati.

O vento levou

No bairro São João, o menos atingido, era difícil avaliar os danos, mas a fúria dos ventos podia ser notada nos pinheiros tombados com as raízes expostas e nos incontáveis fragmentos de madeira de casas destruídas, espalhados num descampado onde grupos de pessoas tentavam encontrar os pertences mais valiosos. O Prefeito Olavo Santini, exaltando a integridade e honestidade do povo em momentos de desgraça, disse que um flagelado perdeu, como vento, uma pasta com Cr$ 300 mil, mas uma pessoa a encontrou e devolveu, com Cr$ 200 mil.

O tratorista Jair Rodrigues de Freitas, casado, 26 anos, é o pai das duas crianças que morreram, Sérgio Rodrigues, 3 anos, e Claudinéia, 4 meses. Ele se dizia conformado por Deus lhe ter poupado outros dois filhos: Josmair, 6, e Marcos, 4 anos. Com o pai, Sr João, ele explicava para a funcionária da Prefeitura que a mulher Euzélia Mendes de Freitas estava traumatizada e não queria continuar morando no local onde seus filhos morreram, esmagados pelos destroços. O pai, que morava no outro lado do mesmo lote, pedia que a casa do filho fosse reconstruída no lugar da sua, também destruída.

Os prejuízos provocados pelo vendaval que atingiu o Norte e o Sul do Estado não foram significativos na lavoura, segundo informou a Secretaria de Agricultura ontem à tarde. As chuvas de granizo chegaram a arrancar alguns pés de café no Norte, mas não comprometeram a colheita do próximo ano. As perdas, nesses casos, ainda não foram calculadas, mas os técnicos consideram que não vão prejudicar os agricultores.

No caso do trigo, Região Sul, que está no início do desenvolvimento vegetativo, as chuvas foram até benéficas e nem mesmo os ventos trouxeram problemas ao plantio. No Sudoeste, plantações de trigo mais antigas foram acamadas, mas, segundo o chefe do Departamento de Economia Rural (Deral) daquela secretaria, Derly Dossa, "há possibilidade de a cultura se restabelecer".

Neve pára aulas em São Joaquim

Florianópolis — Uma forte nevasca, em flocos grossos, começou a cair em todo o planalto serrano catarinense — cuja altitude média é de 1 mil 300 metros acima do nível do mar — na tarde de ontem, prosseguindo até o anoitecer. Em São Joaquim, o município mais frio do Estado, a temperatura atingiu 3 graus negativos, obrigando a paralisação das aulas e de parte do comércio. Os dois hotéis da cidade estão lotados há alguns dias cada vez mais turistas continuam a chegar, principalmente de São Paulo, Rio e Minas Gerais.

Nos municípios de Bom Jardim da Serra, Lages, Urubici e Curitibanos, a neve começou por volta das 16h, ou seja, uma hora após caírem os primeiros flocos em São Joaquim. Nestas localidades as temperaturas mantiveram-se durante a tarde entre 1 e 2 graus negativos, mas espera-se que o frio aumente, com intensidade, na nevasca.

Temperatura cai mais em Canela

Porto Alegre — Os gaúchos foram obrigados a recorrer às roupas de lã e abrigos típicos, como o poncho, para enfrentar o rigor do frio que aumentou ontem acompanhado de geadas, na madrugada e à tarde. Nevou na região da serra, onde o gelo chegou a acumular-se em camadas por algumas horas, para alegria dos poucos turistas favorecidos com o espetáculo.

A mínima no interior do Estado foi registrada em Canela, onde a temperatura desceu a 2 graus negativos, com ocorrência de neve à tarde, a partir das 14h. Em Porto Alegre, a mínima foi registrada às 7h30m, com 5,8 graus e a tarde caiu uma chuva miúda com granizo, que fez com que muitos acreditassem que nevaria também na Capital.

Neve e frio

Em São Francisco de Paula (a 114 quilômetros da Capital) nevou por cerca de 45 minutos, branqueando a pacata cidade serrana por algumas horas. Gaúchos de poncho e crianças com grossas roupas de lã não se assustaram com o frio de zero grau e fizeram os tradicionais bonecos de neve. Com a notícia da nevada transmitida pelas emissoras de rádio de Porto Alegre, os turistas começaram a se dirigir para a serra.

Também em Gramado (a 116 quilômetros da Capital) a neve foi intensa, acumulando-se sobre automóveis e telhados, para satisfação dos hoteleiros, que prevêem um fim de semana com casa cheia. A nevada foi intensa também em Canela (a 124 quilômetros da Capital).

Já em Caxias do Sul (a 131 quilômetros da Capital), onde a temperatura foi de 2,3 graus, a neve começou a cair por volta das 13 horas, mas por falta de frio mais rigoroso os flocos se liquefaziam em contato com o solo. Em Bento Gonçalves (a 126 quilômetros da Capital) a nevada foi intensa, mas só durou pouco mais do que 10 minutos, porém o frio permaneceu com os termômetros marcando dois graus.

Bom Jesus (a 222 quilômetros da Capital) registrou um quadro semelhante ao de Caxias do Sul, com precipitação intensa, mas sem acumulação. Segundo o 8º Distrito de Meteorologia do Ministério da Agricultura, a pressão alta, a temperatura baixa e céu nublado reúnem as condições favoráveis para o fenômeno.

Justiça garante aulas na Rural

Enquanto a Juíza da 4ª Vara Federal, Julieta Luntz, concedia habeas corpus a favor de um grupo de alunos contra a greve da Universidade Rural, a 9ª Vara Federal (Niterói), Mário Mesquita, tomava igual medida beneficiando o Reito da Universidade, Arthur Orlando da Costa, e garantindo o reinício das aulas com apoio dos órgãos de segurança. Na fundamentação da liminar concedida ao reitor consta que: "a ação de piquetes organizados por 100 alunos, deixa antever uma agressão perniciosa, que compete ao Poder Executivo coibir através da polícia e dos órgãos de segurança". No habeas corpus concedido aos alunos a Juíza afirma: "Concedo aos impetrantes, bem com a quantos revelem igual intento, o habeas corpus requerido para que o reitor lhes assegure liberdade de locomoção, requisitando, se necessário para o cumprimento da ordem, o socorro policial".

Figueiredo visita o S. Francisco

O Presidente João Figueiredo assiste hoje à assinatura de contrato da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco — Codefasf — para a construção da barragem de Miroros no Norte da Bahia, orçada em Cr$ 1 bilhão 150 milhões. O Presidente visita a região do Vale do São Francisco em companhia do Ministro do Interior, Mário Andreazza.

A barragem de Miroros ficará localizada no Rio Verde, um dos afluentes do São Francisco, e permitirá a ampliação dos projetos de irrigação na área do Irecê, uma das maiores produtoras de feijão do país. A conclusão das obras, incluído fornecimento e montagem de equipamentos, está prevista para 1982.

Motoristas fazem manifestação

Quando foi confirmado o aumento de 50% nas tarifas de táxi, que passa a vigorar a 1º de julho, com a bandeirada a Cr$ 30, mais de 100 motoristas chegaram em caravana à Cinelândia, protestando contra o novo preço da gasolina, a Cr$ 34,50 o litro. Depois foram depressa para o Sindicato, porque policiais do 5º BPM os multaram por estacionamento irregular.

Com cartazes dizendo "SOS ao Papa", "Papa vem, gasolina vai" eles cobravam liderança do presidente do Sindicato, Sr Adorino Pinheiro, aos gritos. Nenhuma das reivindicações, muitas delas contraditórias, foram votadas e a reunião ficou marcada pelo tumulto. Eles pediam subsídios para a compra de gasolina; aumento das tarifas acompanhando os aumentos da gasolina, facilidades para a conversão de motores para os movidos a álcool.

Poeta de 13 anos ganha concurso

Aracaju — Vamos amigos/ Construir um mundo/ Para crianças/ Um mundo de circo/ Onde todos cantem/ Onde todos brinquem/ Onde todos amem. Assim começa a poesia **Carrossel**, de Carlos Augusto de Lima Júnior, uma das cinco crianças escolhidas para representar o Brasil no Concurso Mundial de Poesia Infantil da UNESCO. Sergipano, 13 anos, é aluno da 6ª série da Escola Nobre, e será o único garoto brasileiro que participará do concurso. As outras quatro premiadas são meninas.

O poeta sergipano recebeu ontem os prêmios das mãos do diretor do Departamento Educacional do JORNAL DO BRASIL, professor Dymas Joseph, em solenidade que contou com a presença do Subsecretário de Cultura e Arte de Sergipe, professor Luiz Eduardo Costa; do Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Artur Oscar de Oliveira Deda; e da coordenadora de cultura, Sylvia Virginia Leite.

Metrô tem empréstimo do BNDE

Em empréstimo de Cr$ 2 bilhões, acertado com o BNDE, garantirá as obras do metrô, a partir de março do ano que vem, entre Botafogo e Maracanã. O dinheiro se destina à instalação de equipamentos de sinalização e controle da rede básica. O presidente do metrô, engenheiro Carlos Theóphilo, está em Brasília discutindo a programação da empresa. Por enquanto, não houve mudança nos planos e a Companhia deverá terminar a reurbanização da cidade até o fim do ano. As obras, hoje, empregam pouco menos de três mil operários.

Ministro confirma negociações

São Paulo — O Ministro das Comunicações, Haroldo de Mattos, confirmou ontem à noite que o Grupo Abril está negociando apenas a compra das emissoras de televisão dos Diários e Emissoras Associados. "Temos em vista um prazo razoável, mais ou menos duas semanas, para a conclusão das negociações."

O Ministro disse que nessas transações é muito difícil fixarem-se prazos. "Se prosseguir o real interesse e sem que se criem obstáculos, não há por que o Governo intervir." Segundo o Sr Haroldo de Mattos, as conversações estão até o momento transcorrendo dentro das expectativas.

Lei de estrangeiros não é votada

Brasília — A Oposição se retirou do plenário e o líder Freitas Nobre (PMDB-SP) não aceitou a votação simbólica, proposta pelo PDS, obstruindo, com isso, pela segunda vez no últimos dois dias, a aprovação pelo Congresso do projeto de lei do Executivo que torna mais rigorosa a legislação sobre estrangeiros, anulando todo impedimento para os casos de expulsão.

O Deputado Freitas Nobre, sob os protestos do líder Djalma Bessa, do PDS, não aceitou a votação por acordo de lideranças por entender que o projeto, "a pretexto de definir a situação jurídica do estrangeiro, alcança até a liberdade do brasileiro".

Água para Baixada será antecipada

"Se for mantido o ritmo atual dos trabalhos, será possível antecipar a chegada da água do Guandu para a Baixada Fluminense em cerca de um ano." A afirmação é do Secretário de Obras, Emílio Ibrahim, durante a vistoria a Marapicu, ponto onde começa a adutora da Baixada, na estação de tratamento do Guandu em Campo Grande. A obra foi iniciada dia 31 de agosto do ano passado, devendo ser entregue em setembro de 1981. Seu custo final somará cerca de Cr$ 2 bilhões 500 mil, e ela comportará 500 milhões de litros diários em seus 55,9 quilômetros de tubulação (atualmente são 150 milhões litros/dia). O Secretário visitou também a subadutora da Barra que deverá ficar pronta em outubro do ano que vem.

Previdência anistia mais 32

Brasília — O Ministério da Previdência e Assistência Social liberou ontem sua última lista de anistiados, totalizando 155 beneficiados desde a assinatura da lei pelo Presidente Figueiredo. A última relação anistiou o ex-Deputado do antigo Estado da Guanabara, Jamil Haddad, cassado após o movimento revolucionário de 1964.

O jornalista Jacy Pereira Lima, ex-fiscal do extinto IAPC, hoje asilado no Uruguai, também foi anistiado, assim como o jornalista Luiz Carlos Naso, também ex-fiscal da Previdência. O Ministério da Previdência apreciou 394 processos de pedidos de anistia, indeferindo 239.

"Bom Burgês" não volta

Brasília — Por ter sido condenado pela prática de crimes de terrorismo, o ex-funcionário do Banco do Brasil, Jorge Medeiros Valle, o **Bom Burgês**, não foi beneficiado pela Lei da Anistia, depois da última lista distribuída ontem pela Comissão Especial de Anistia do Ministério da Fazenda. Desde o ano passado, a Comissão examinou 461 pedidos de reintegração ao serviço, beneficiando 353 funcionários.

Segundo se soube ontem, a Comissão Especial de Anistia do Ministério da Fazenda tinha decidido anistiar o **Bom Burgês**, enquadrando-o entre os ex-funcionários que seriam aposentados. Mas, num último exame do caso, decidiu por não anistiá-lo.

Greve em sindicato do ABC

São Paulo — Os 152 funcionários do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo entraram em greve ontem, protestando contra a presença de policiais no prédio da entidade e contra pressões que dizem sofrer do interventor Oswaldo D'Aguiar Baptista. A greve começou às 14h30m, depois que o interventor passou a convocar os funcionários para tentar fazer com que assinassem um documento negando o abaixo-assinado em que pediam a saída dos policiais.

Em Brasília, o Ministro do Trabalho, Murilo Macedo, dizia ter autorizado e aprovado a demissão, ontem, de 28 funcionários do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo: "O nosso interventor, antes de tomar a medida, consultou-me. Eu a aprovei e a autorizei".

Dois morrem em violento tiroteio

Dois homens foram mortos e um terceiro foi baleado num tiroteio travado às 19h30m de ontem na Av. Suburbana, esquina com Rua José dos Reis, em Pilares. Os criminosos viajavam num Brasília e num Volkswagen e as vítimas no Passat RJ TP 1421 (fria), roubado no Leblon há 15 dias e cuja placa verdadeira é RJ ZT 57 88. Anselmo Vieira, 19 anos, e **Zezinho Diabo** morreram com vários tiros e o terceiro homem, identificado apenas como Vanderlei, foi levado para o Hospital Salgado Filho, com 13 tiros.

Tempo

INPE/CNPq Via Rio-Sul 9h16m (Via Riosul)

As imagens do satélite meteorológico SMS são recebidas diariamente pelo Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE/CNPQ), em São José dos Campos (SP) e transmitidas em infravermelho.

As áreas brancas indicam temperaturas baixas e as áreas pretas temperaturas elevadas. Conhecendo-se a temperatura das áreas brancas e das áreas pretas pode-se, com escala cromática, determinar a temperatura das massas de ar, do topo das nuvens e da superfície da Terra.

O Nordeste brasileiro aparece com a área escura que indica tempo bom, ausência de chuva, temperatura elevada. Uma grande área branca sobre o Oceano Atlântico, estendendo até o litoral paulista, atinge parte de Minas e Goiás, indicando, nebulosidade e chuvas associadas à frente fria, que está sa movimentado, para Nordeste.

Todo o Sul do continente aparece com uma tonalidade cinza bem claro, indicando que toda esta área está sob influência da circulação da massa de ar polar responsável pelo acentuado declínio de temperatura que ocorre no Sul do Brasil, no Uruguai, Paraguai, Argentina e Chile.

NO RIO

Instável com chuvas, períodos de melhoria; temperatura em declínio; ventos de Noroeste a Sudoeste, fracos; máxima, 28 (Jacarepaguá), mínima, 16.2 (Santa Teresa)

O SOL

Nascer	6h34m
Ocaso	17h18m

A CHUVA

PRECIPITAÇÃO (mm)

Últimas 24 horas	17.9
Acumulada este mês	45.1
Normal mensal	43.2
Acumulada este ano	330.7
Normal anual	10[illegible]9

O MAR

Marés

Rio/Niterói — Preamar: 01h55m/1.2m e 14h43m/1.3m Baixamar: 09h16m/0.1 e 21h46m/0.3m

Angra dos Reis — Preamar: 01h13m/1.1m e 13h52m/1.3m Baixamar: 08h37m/0.2m e 21h17m/0.4m

Cabo Frio — Preamar: 01h30m/1.1m e 14h22m/1.2m Baixamar: 08h10m/0.2m e 20h38m/0.4m

Temperaturas

Dentro da baía	21.0
Fora da barra	21.0

OS VENTOS

De Noroeste a Sudoeste, fracos.

A LUA

CRESCENTE até hoje

CHEIA 28/6

MINGUANTE 5/7

NOVA 12/7

NOS ESTADOS

Amazonas — Parcialmente nublado a nublado com chuvas ocasionais; temperatura estável; máxima, 31.8; mínima, 23.8; **Roraima** — Nublado a encoberto com chuvas esparsas; temperatura estável; **Acre** — Parcialmente nublado a nublado com possibilidade de névoa úmida e nevoeiro pela manhã; temperatura estável; **Pará** — Parcialmente nublado com possibilidade de chuvas na região do Baixo Amazonas, temperatura estável; máxima, 31.0; mínima; 21.4; **Rondônia** — Parcialmente nublado; temperatura estável; máxima, 31.8; mínima, 19.0; **Amapá, Maranhão e Piauí** — Parcialmente nublado a nublado; temperatura estável; máxima 30.4; mínima, 22.7; **Ceará e Rio Grande do Norte** — Parcialmente nublado a nublado com pancadas ocasionais no litoral nas demais regiões parcialmente nublado; temperatura estável; máxima, 30.0; mínima, 24.4; **Paraíba e Pernambuco** — Nublado com chuvas isoladas no litoral, nas demais regiões parcialmente nublado, temperatura estável; máxima, 28.0; mínima, 22.7; **Alagoas e Sergipe** — Parcialmente nublado; temperatura estável; máxima 27.7; mínima 21.1; **Bahia** — Encoberto sujeito a chuvas e trovoadas ao Sul do Estado nas demais regiões parcialmente nublado a nublado; temperatura em ligeiro declínio no sul do Estado e nas demais regiões estável; máxima, 27.0, mínima, 21.8; **Mato Grosso** — Nublado a encoberto sujeito a instabilidade; temperatura estável; máxima, 28.6; mínima, 21.7; **Mato Grosso do Sul** — Claro a parcialmente nublado com possibilidade de geadas ao sul do Estado; temperatura em declínio; máxima, 16.0; mínima, 10.0; **Brasília** — Nublado a encoberto passando a instável com chuvas; temperatura em ligeiro declínio; máxima, 27.7; mínima, 16.3; **Bahia** — Encoberto sujeito a chuvas e trovoadas ao sul do Estado, nas demais regiões parcialmente nublado a nublado; temperatura em ligeiro declínio no sul do Estado e estável nas demais regiões; máxima, 29.2; mínima, 17.7; **Minas Gerais** — Instável com chuvas, períodos de melhoria ao sul, oeste e centro, nas demais regiões encoberto passando a instável com chuvas; temperatura em declínio; máxima, 19.7; mínima, 14.7; **Espírito Santo** — Encoberto passando a instável com chuvas; temperatura em ligeiro declínio; máxima, 28.5; mínima, 14.7; **São Paulo** — parcialmente nublado a nublado ainda sujeito a chuvas nas regiões do Vale do Paraíba e Planalto paulista; temperatura em declínio; máxima, 15.9; mínima, 14.5; **Paraná** — Claro a parcialmente nublado com possibilidade de geadas a oeste e sul do Estado; temperatura em declínio; máxima, 14.8; mínima, 6.7; **Santa Catarina** — Claro a parcialmente nublado com formação de geadas; temperatura em declínio; máxima, 18.4; mínima, 14.0; **Rio Grande do Sul** — Claro a parcialmente nublado com formadas de geadas; temperatura em declínio; máxima 15.8, mínima, 11.5.

ANÁLISE SINÓTICA DO MAPA DO INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA — Frente fria no Estado do Rio de Janeiro. Anticiclone tropical com centro de 1022MB localizado a 18ºS/33ºW. Anticiclone polar com centro de 1030MB localizado a 35ºS/75ºW. (Aviso especial) possibilidade de ocorrência de neve nas próximas 24 horas nas cidades de Lagoa Vermelha, Bom Jesus, Caxias do Sul, São Joaquim e Campu Novo.

Energia volta a faltar no Rio se a população não racionar

A sobrecarga no sistema de transmissão de energia elétrica de Furnas na hora do **pique** de consumo foi a causa da interrupção no fornecimento de luz, ontem, que deixou toda a cidade às escuras durante 40 minutos. Furnas-Centrais Elétricas avisou que, hoje, a interrupção no fornecimento poderá ocorrer outra vez, se a população não procurar reduzir o consumo no período de **pique** — das 16h30m às 19h.

Desde a tarde de quarta-feira o Rio de Janeiro está sendo abastecido de energia elétrica unicamente através dos circuitos de transmissão em 500 quilovolts que saem da hidrelétrica de Marimbondo, em Minas, passam pela subestação de Cachoeira Paulista e vêm sair na subestação de Adrianópolis, em Nova Iguaçu. Ontem, as más condições de tempo, aliadas à sobrecarga do sistema, fizeram com que a subestação de Adrianópolis se desligasse durante 25 minutos, o que causou o corte de luz.

A sobrecarga sobre os circuitos de transmissão até Adrianópolis continuará por, pelo menos, cinco dias, tempo previsto para a recuperação dos circuitos em 345 quilovolts, entre a hidrelétrica de Furnas e Itutinga, no Sul de Minas, onde sete torres de transmissão caíram, na quarta-feira, devido aos ventos de mais de 120 quilômetros horários que atingiram a região, parte de São Paulo e o Paraná.

O diretor de operações de Furnas, Sr Luiz Carlos Barreto, foi ontem para Itutinga chefiar os trabalhos de reparo da linha e da torre de microondas da empresa, que também caiu com os ventos, o que está dificultando as comunicações entre as diversas usinas e subestações de Furnas.

O acidente na linha Furnas-Itutinga obrigou a empresa a colocar em operação as usinas termelétricas de Santa Cruz, Campos e São Gonçalo, que estavam paradas para economizar óleo combustível.

Vento chegou a 117km por hora

Desde o final da noite de quarta-feira, com a mudança repentina do tempo, fortes rajadas de ventos, seguidas de chuvas, causaram transtornos à cidade. A Meteorologia explicou que os ventos que chegaram a correr em alguns pontos da cidade entre 103 e 117 quilômetros horários foram provocados pela aproximação de uma frente fria procedente da Argentina, e que chegou ontem ao Rio.

A velocidade dos ventos — que chegaram a derrubar árvores e a destelhar casas — não atingiu as características de um tufão (80 quilômetros horários, ininterruptamente e por várias horas) visto que o fenômeno não teve uma constância. Nos tufões, segundo a Meteorologia, a velocidade dos ventos acima dos 80 quilômetros se mantém de três a oito horas seguidas.

Mais chuvas

A previsão meteorológica indica que o tempo no Rio continuará instável com chuvas e períodos de melhoria. A temperatura vai declinar, (a mínima ontem foi de 16.5, no Alto da Boa Vista) enquanto a frente fria permanecer sobre o Estado do Rio, até se deslocar rumo a Vitória, no Espírito Santo, e Caravelas, na Bahia.

Com as chuvas, o tráfego ficou lento em quase todas as ruas e avenidas principais. A falta de luz atingiu também os sinais luminosos, mas até a hora do **rush** a energia elétrica já tinha sido restabelecida.

O primeiro chamado aos bombeiros para socorrer pessoas presas em elevador foi da Av. Epitácio Pessoa, 844, na Lagoa. Logo a seguir o Quartel Central deslocou bombeiros para o mesmo tipo de atendimento nos seguintes locais: Rua Francisco Lamedo, s/nº, em Campos; Rua Jane Perdigão, 539, na Ilha do Governador; Rua Jardim Botânico, 67, Gávea; Rua Senador Dantas, 25, no Centro; Rua Marquês de São Vicente, 52, Gávea; Rua do Matoso, 175, Praça da Bandeira; Rua Raul Pompéia, 85, Copacabana; Rua Aníbal de Mendonça, 52, em Ipanema; Rua Pereira Nunes, 29, Tijuca; Rua Duquesa Bragança, 95, Grajaú; Rua Conde de Bonfim, 573, Tijuca, e Rua Valparaíso, 24, Tijuca.

Caíram árvores na Rua Embaixador Morgado, 39, Botafogo; Estrada da Água Branca, 5 203, em Realengo; Estrada do Calomi, s/nº, em Teresópolis; Rua Jacutinga, 450, em Nova Iguaçu; Rua Gabriel Garcia Moreno, 590, na Gávea; no Parque Dom Bosco, em Campos, e na Rua das Azaléias em Campinho.

Os 46 minutos de falta de luz no Palácio da Justiça — de 16h às 16h45m — causaram vários transtornos; os julgamente nos quatro Tribunais do Júri foram suspensos, como também estiveram interrompidas as audiências nas varas singulares.

Bairros da Zona Zul já têm água

O abastecimento de água nos bairros de Laranjeiras, Cosme Velho, Botafogo, Urca e Praia Vermelha foi normalizado ontem pela manhã, após uma parada de 10 horas no abastecimento, devido ao rompimento de uma junta da adutora da Rua Barão de Petrópolis, próxima à elevatória de Guaicurus, na quarta-feira, às 21h.

Segundo informações da Cedae, não chegou a haver falta dágua naqueles bairros, que são abastecidos pela adutora. O rompimento da junta foi causado por falta de energia elétrica, que provocou a formação de uma bolha de ar na parte interna da adutora. Os trabalhos de recuperação foram iniciados imediatamente, com a duração de 10 horas.

JORNAL DO BRASIL

Rio de Janeiro, 27 de junho de 1980

Vice-Presidente Executivo: M. F. do Nascimento Brito
Editor: Walter Fontoura

Diretora-Presidente: Condessa Pereira Carneiro

Diretor: Bernard da Costa Campos
Diretor: Lywal Salles

Coerência Agrícola

A fixação dos novos níveis para o financiamento do custeio agrícola (o credito chamado de VBC, Valor Básico de Custeio), na reunião de anteontem do Conselho Monetário Nacional, demonstrou de forma inequívoca que, pelo menos no que concerne à agricultura, o Governo tem sido coerente e judicioso.

Os pequenos e médios produtores agrícolas do país receberão um financiamento de 100% para custear o plantio de suas lavouras (a única exceção são os plantadores de soja, que receberão 80%). Ou seja, fica assegurado o suporte financeiro mínimo indispensável para 70% da produção agrícola, já que, *grosso modo*, os *grandes*, segundo os critérios seguidos pelo Banco do Brasil, produzem apenas 20% da produção do país. Os *grandes* agricultores, porém, não podem lastimar-se do que lhes concedeu o Conselho Monetário: terão 80% de financiamento. E é muito justo. Deles se espera, sempre e crescentemente, uma participação de recursos próprios, para incentivar a produtividade e a busca incessante da competitividade.

Basicamente, o Governo deu agora à agricultura o que já tinha oferecido no ano passado, em seguida à explícita determinação do Presidente Figueiredo de conceder indiscutível prioridade à agricultura. Teria sido inadmissível, portanto, que o Governo, de um ano para outro, mudasse as regras. Ainda mais que só agora, nesta safra que está sendo colhida, os lavradores começam a buscar de volta os prejuízos financeiros acumulados ao longo de duas safras de quebras volumosas e desesperadoras.

O Governo Figueiredo fixou a regra: prioridade à agricultura. E a está cumprindo. O que inspira confiança, encoraja investimentos novos, acelera decisões. Nenhum ramo empresarial pode sobreviver à inconstância da legislação, à instabilidade das regras do jogo. Faz parte intrínseca da atividade empresarial privada pressupor, com um mínimo de antecedência, quais os limites normativos a que deverá obedecer. Não bastassem os riscos inerentes à livre iniciativa empresarial; não bastasse a imprevisibilidade climática, a agricultura brasileira não resistiria a uma gangorra administrativa que, num ano, desse tudo e no outro, nada.

Fez muito bem o Governo Figueiredo em *bancar* o jogo da agricultura. E melhor ainda quando estabeleceu que os Cr$ 40 bilhões adicionais para o financiamento do custeio — aquilo que ultrapassa a previsão orçamentária anterior — sejam retirados do orçamento fiscal. Ou seja, alguém, da administração federal, direta ou indireta, deixará de contar com Cr$ 40 bilhões. Não haverá recurso novo para a agricultura. As necessidades serão atendidas dentro do orçamento de arrecadação tributária prevista. Logo, será cumprida uma regra elementar: prioridade é prioridade. E, se a agricultura é prioritária, alguém ficará sem dinheiro — em parte ou no todo.

O que é muito bom. Tomara que a agricultura se preste a esse papel adicional, relevante: ajudar a administração federal a *enxugar* seus inúmeros programas desnecessários.

Motivos Persistentes

Os mesmos motivos que, em janeiro, justificaram a decisão do Governo ao prefixar a correção monetária e a cambial por um largo período de tempo repetem-se agora, quando o Conselho Monetário Nacional limitou em 50% a correção monetária de 1º de julho deste ano a 30 de junho em 1981, e a correção cambial em até 50% no mesmo intervalo.

Em primeiro lugar, fica desmoralizado, de uma vez, o rumor persistente de uma nova maxidesvalorização. Incentiva-se a exportação, porque se abre um horizonte mais largo de previsibilidade sobre quanto o exportador poderá ganhar em cruzeiros. Pelo mesmo motivo, incentivam-se os investimentos estrangeiros diretos, ou os empréstimos levantados no mercado internacional.

A esta altura do ano, com a elevação dos preços internacionais do petróleo e a própria aceleração dos preços internos, já se tinha tornado intolerável o teto de 40% para a correção do câmbio e de 45% para a correção monetária, previsto em janeiro. Compreende-se, por isso, que o Governo tenha antecipado a decisão de anunciar, logo, os novos limites a vigorar no intervalo de 12 meses que vai deste segundo semestre ao primeiro do ano que vem. A progressão da inflação, em resumo, levou o Governo a rever suas metas e previsões, de forma realista, e a encurtar o período de prefixações.

É compreensível, também, que o Governo tenha tomado a precaução de não reacender ainda mais as expectativas inflacionárias, procurando fixar, para os próximos 12 meses, correções um pouco mais altas que as estabelecidas em janeiro. Faz parte do combate à inflação demonstrar o empenho do Governo em derrubar as taxas e adicionar aos vendedores e compradores um mínimo de confiança em que a inflação, apesar de intoleravelmente alta, tende, de fato, a cair.

Porém, talvez valesse a pena ter subido um pouco o patamar dos 50%. Apesar de se acreditar que há motivos técnicos para que a inflação passe a crescer, por volta da metade do segundo semestre, com ímpeto sensivelmente menor, os 50% podem, eventualmente, ser insuficientes para remunerar, com segurança, aplicadores, investidores e exportadores. E o Governo, mais uma vez, se verá na obrigação de refazer limites em períodos mais curtos de tempo.

Espera-se, porém, que isso não aconteça. Que, a partir de setembro deste ano, por exemplo, uma correção anual de 50% para o câmbio e a moeda se revelem suficientes para conter expectativas inflacionárias. E certamente foi com essa convicção que o Governo tomou a acertada decisão de rever, agora, os tetos fixados em janeiro.

Horizonte da Crise

A reunião da OTAN em Ancara, Turquia, realiza-se num clima de evidente nervosismo, motivado pelos últimos acontecimentos internacionais. Como declarou o Secretário-Geral Joseph Luns, da Holanda, "estamos passando de um período de relativa estabilidade para uma era incerta e inquietante". Luns chegou a invocar a sua experiência pessoal do período que antecedeu a Segunda Guerra e a sua pouca confiança na crença de que a História não se repete.

As razões de inquietação são óbvias e dispensam recapitulações. Ao mesmo tempo, para um ex-comandante da OTAN e autor de um flamante *best seller* (*A Terceira Guerra Mundial*), alguns dos motivos para essa inquietação são também motivos que desmentem a hipótese de uma próxima guerra generalizada.

A verdade — diz o General John Hackett em entrevista a *Veja* — é que a União Soviética encontrou no Afeganistão resistência superior ao esperado. Passaram-se cinco meses da invasão, e o país ainda não está subjugado; a última retirada de tropas, ao que tudo indica, não é senão rotatividade de contingentes, motivada por necessidades táticas. Amarrada a esse ponto ao Afeganistão, de que maneira a URSS poderia lançar-se a uma nova aventura? Os últimos indícios são, mesmo, de que o Kremlin poderia vir a interessar-se pelas propostas norte-americanas de neutralização da área.

A guerra total, de qualquer forma, é para Sir John uma hipótese ainda abstrata — pois norte-americanos e soviéticos não teriam por que contemplar a simples idéia de um mútuo aniquilamento.

Avanços do bloco soviético sempre ocorrerão nos pontos onde a resistência for débil — e daí a necessidade de repensar e reforçar esquemas de defesa, enfatizada na atual reunião da OTAN.

Perigos um pouco mais concretos podem estar à espreita para os próximos anos. É ainda o autor de *A Terceira Guerra Mundial* quem sustenta a tese de que o atual império soviético pode parecer formidável; mas tem, como todos os impérios, os pés de barro. Cada nova anexação à herança de Pedro, o Grande é uma fonte potencial de ressentimento e tensão: países que já foram independentes não se contentam eternamente com a condição de *fornecedores* de um poder central. A população islâmica progride no interior dessas fronteiras. O império pode, um dia, vir a fragmentar-se, em data talvez não tão distante. Terá chegado, então, o verdadeiro perigo: a tentação de criar inimigos externos para conter a desagregação interna. Mais um motivo para que os países não *sovietizados* mantenham em dia as suas estruturas defensivas. O preço da liberdade ainda é a eterna vigilância.

Tópicos

Um Embrião

Acordo realizado entre o Presidente do Irã, Abol Hassan Bani Sadr, e o líder do Partido Republicano Islâmico, o **ayatollah** Behesti, pode representar a semente de um embrião de alguma coisa parecida com um Governo no Irã revolucionário — o que seria, também, o primeiro passo para retirar o Irã do primeiro plano das crises internacionais. O acordo vem depois de dramático apelo do próprio Khomeiny, segundo o qual a Revolução poderia desintegrar-se pelas divergências internas. Seu outro aspecto positivo vem do fato de ter sido feito em torno da idéia de pôr de lado radicais dos dois extremos — tanto marxistas quanto integristas islâmicos. É sabido o quanto Bani Sadr ainda desperta suspeitas nos meios religiosos: diante desses meios, faz quase o papel de um ocidental. Mas a Revolução também descobriu que o simples fanatismo não compõe um Estado; e a própria violência revolucionária produzia temperaturas elevadas em excesso para as quase inexistentes estruturas sociais e políticas do Irã de hoje. O temor pode ser o início da lucidez. Surge, assim, ao menos uma perspectiva de que o Irã se afaste da pura patologia política — o que permitiria finalmente aos países da área encarar com seriedade o problema bem mais grave do Afeganistão e do expansionismo soviético.

Renúncia Não

Os membros oposicionistas da CPI sobre o acordo nuclear resolveram retirar-se não apenas de uma sessão, mas do próprio órgão. Sentem-se frustrados porque não conseguiram aprovar a convocação do general que dirige a DSI — Divisão de Segurança e Informação — do Ministério das Minas e Energia. Os representantes da Oposição foram derrotados pela maioria de votos que asseguram ao PDS prevalência de sua vontade. Isto é, da vontade do Governo.

Não houve, porém, interferência de qualquer fator alheio à política e em desacordo com a mecânica das relações que regem a convivência parlamentar. Apesar do que se passou no episódio da convocação recusada, é inegável que essa CPI foi das mais produtivas em matéria de esclarecimento público. Seu trabalho foi importante e valioso. Por seu intermédio a sociedade ficou sabendo muito mais do que lhe tinha sido permitido conhecer num assunto tão fechado.

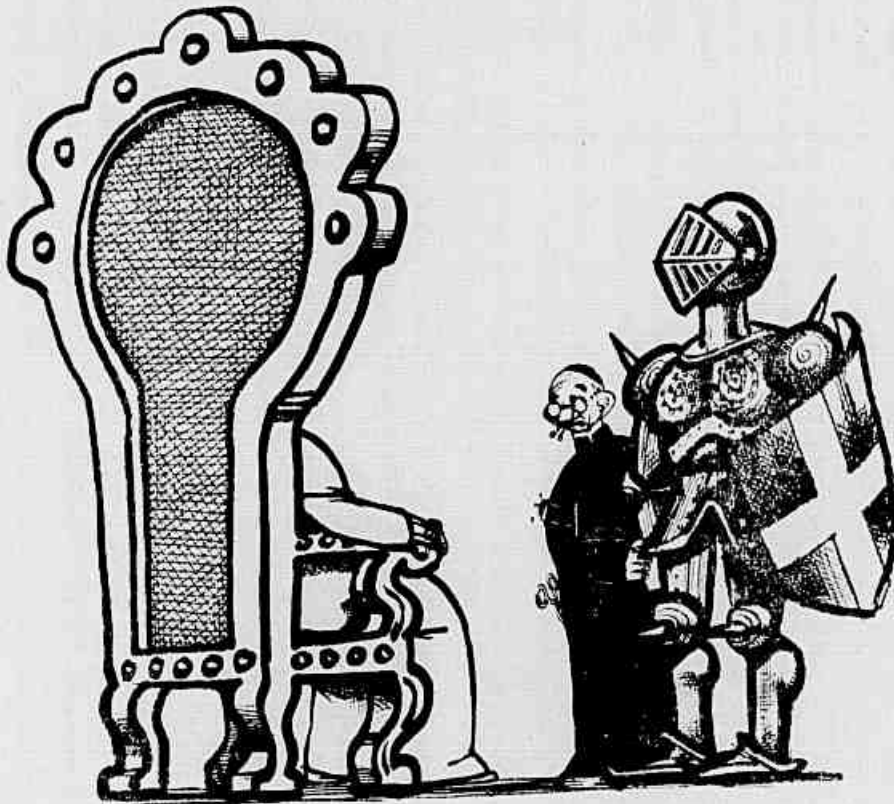
A retirada dos oposicionistas não foi um ato político. Quando nada porque a desistência da missão implica a volta da cortina de mistério que envolve entre nós as questões atômicas. O ato de retirar-se esgota-se em si mesmo. Muito mais fariam os representantes da Oposição se permanecessem escavando os segredos que envolvem decisões que, antes tarde do que nunca, a nação precisa e quer conhecer. As dificuldades que tolhem o exercício do oposicionismo são também uma parte das limitações que impedem a participação dos brasileiros. Mas não é renunciando que se consolidará a parte que cabe a todos no processo de abertura, ainda longe da etapa definitiva.

Segredos

O PT reuniu-se debaixo do maior segredo para fazer uma eleição interna. Não se trata de um Partido, ao que se saiba, com a necessidade de viver na clandestinidade, mas, ao contrário, nascido da abertura partidária. A eleição de um presidente é ato normal na vida de qualquer agremiação política. A escolha do Sr Luís Inácio da Silva dispensava tanto o excesso de cautela quanto a desconfiança em relação aos eleitores.

Ficou no ar, em conseqüência, a impressão de que o PT nasce afligido pela idéia de perseguição. Se o segredo era impedir que a chamada **comunidade de informações** tomasse conhecimento da eleição do Sr Luís Inácio, foi tempo perdido porque, se não ficasse sabendo na oportunidade, ficaria sabendo depois. O importante era a escolha do presidente e não o sigilo.

Ao tornar pública a escolha do seu presidente natural, o caçula dos Partidos brasileiros deu, porém, a razão oficial para o ritual secreto da eleição: pretendeu evitar a presença de "pessoas estranhas". Estranhas, porém, a quê? Se era ao Partido, bastaria instituir o credenciamento dos partidários. Não poderiam ser considerados estranhos a um Partido Trabalhista, pelo menos, os trabalhadores metalúrgicos do ABC paulista. A simples carteira profissional poderia dar direito de voto num Partido que se pretende exclusivo de trabalhadores. No final das contas fica uma suspeita a esclarecer: a de que o PT tenha escondido a eleição interna para evitar o tumulto dos radicais dos mais variados prefixos ideológicos que lhe fazem o cerco. Bastariam, para o caso, o critério de idade e a carteira profissional. Critério, aliás, que se tivesse sido observado na última greve dos metalúrgicos teria evitado o erro das decisões aclamadas: carteira de trabalho e voto de cada um.

Chico

— ... *E para sair com o Maluf por aí, temos este modelito aqui ...*

Cartas

Exemplo de Adalgisa

Fiquei deveras sensibilizada com o lindo artigo de Carlos Drummond de Andrade intitulado a **Indômita Adalgisa**, publicado no domingo, 17 de junho. Gostaria de endossar o respeito e a admiração que ele manifestou dedicar à grande brasileira que foi Adalgisa Nery. Não tive a aventura de privar com ela como o emérito escritor e nosso único encontro se limitou a uma rápida visita que lhe fiz em seu apartamento em Botafogo, quando já se encontrava bem doente. Como presidente da Pró-Matre, o motivo de minha visita foi de ter a honra de conhecer a agradecer pessoalmente a esta benemérita amiga o substancial auxílio que vinha prestando há vários anos à nossa instituição. Por sua espontânea vontade, Adalgisa Nery nos dedicava grande parte de seus subsídios como Deputada, o que ela fazia também com outras Obras Sociais. Durante o período de seu mandato, a Pró-Matre recebeu de Adalgisa vultosa quantia que contribuiu de forma decisiva para o nascimento sadio de milhares de brasileirinhos.

Um exemplo admirável nos deu esta mulher que vivia modestamente e que certamente teria necessidade desta quantia que mensalmente distribuía às Obras Sociais, mas nunca fez alarde de sua generosidade, seguindo o preceito do Evangelho que nos diz que "a mão direita não deve saber o que faz a esquerda". Seu gesto humanitário traduzia a nobreza de sua alma e seu exemplo nos estimula a crer no verdadeiro espírito de solidariedade humana que ainda existe em muitos corações, apesar do egoísmo e da violência que procuram assolar o mundo. Obrigada Carlos Drummond de Andrade por ter retratado tão fielmente a figura admirável da Adalgisa nery, a benemérita amiga dos humildes. **A Indômita Adalgisa** de Drummond é a **Sublime Adalgisa** da Pró-Matre, onde sua memória será sempre reverenciada com gratidão e permanecerá viva nos corações de todos nós que vemos no próximo a figura de Cristo e queremos dar à nossa vida um sentido real. **Gilda Rocha Miranda Sampaio — Rio de Janeiro.**

Desafio do metrô

Consta na reportagem do JORNAL DO BRASIL de domingo, 22/6/80, que o engº Noel de Almeida teria sido imposto pelo Governo federal para a presidência do metrô. Só quem não conhece o Almte. Faria Lima pode ser levado a acreditar em tal versão. Sua espinha dorsal não é de bambu. Jamais aceitou qualquer imposição, de qualquer ordem. E, verdade seja dita, nunca o Presidente da República tratou o Governador da Fusão como um subordinado, porém como um leal, franco e eficiente colaborador.

O metrô, na realidade, era um desafio muito peculiar para o Governador Faria Lima. Isto porque, seu irmão, o Prefeito Faria Lima, não obstante toda sua capacidade, só conseguira iniciar a obra do metrô paulistano. Só um administrador excepcional e um político repleto de êxitos poderia ter suplantado tantos obstáculos. Acreditava o Prefeito de São Paulo que o metrô tinha uma série de defeitos, mas que nenhum país do mundo havia ainda encontrado melhor sistema de transporte de massa. Era preciso arrojo, competência e verbas para, no menor tempo possível, conscientizar o povo de sua importância social.

Desta forma, o Governador do Rio de Janeiro, usando da experiência fraterna, procurou entregar a alguém com vivência o comando da obra de tal porte. O Grupo Especial de Obras Prioritárias — GEOP — da Petrobrás, dirigido pelo engº Orfila Lima dos Santos, dera sobejas provas de competência, de honestidade e de respeito a prazos quando, entre outros empreendimentos, construiu a Refinaria de Paulínea, ampliou as Refinarias Duque de Caxias e Presidente Bernardes e o Terminal Almirante Barroso (São Sebastião), construiu o oleoduto São Sebastião—Paulínea etc., etc.

Entre os colaboradores diretos do engº Orfila — na época tendo a delicada missão de dirigir a Petroquímica União — estava o engº Noel de Almeida. Na verdade, a comprovada excelência da **performance** do GEOP foi a única responsável pela lembrança do nome de um dos seus dignos componentes, no caso, o do engº Noel de Almeida. **Carlos Balthazar da Silveira — Rio de Janeiro.**

Apelo ao bom senso

Apelamos para o bom senso dos senhores diretores e professores de escolas federais, estaduais e municipais e, também, de escolas particulares, no sentido de terminarem com os festejos referentes ao Dia dos Pais e, em especial, ao Dia das Mães, tendo em vista que nem todos podem partilhar das alegrias dessas datas tão maravilhosas. Notamos que, enquanto muitos têm a alegria estampada em seus semblantes, por contarem com a participação dos genitores, outros trazem em seus corações a dor de um pai ou mãe ausente, quer seja por divórcio, desquite, separação ou mesmo, a morte. Lembremos, ainda, o quanto é doloroso ver crianças que, obrigatoriamente, participam dos festejos, mesmo chorando, pois não podem ausentar-se da turma, por falta de compreensão dos adultos, os quais ficam mais compenetrados e orgulhosos em suas apresentações, do que no sentimento desses coraçõezinhos carentes de carinho que, muitas vezes, ainda clamam pelo amor dos que estão ausentes ou, ainda, daqueles que poderiam estar presentes mas não compareceram porque não podiam perder a hora marcada com o cabeleireiro, a reunião de biriba, o cinema e muitas outras futilidades, deixando, assim, seus filhos sem o privilégio da presença e sem argumentos ou desculpas pela ausência, com o presentinho na mão, olhando seus amiguinhos felizes, por terem ao seu lado aqueles a quem mais amam.

Pensemos nos menos afortunados. Naqueles que estão sofrendo e sofrendo calados, sem o apoio de um lar bem constituído pois somente aquele que, porventura, tenha sentido na própria pele é que pode avaliar o quanto é importante o término dessas solenidades. Vejamos essas datas com mais amor! Ergamos os olhos para o céu e, em oração, peçamos a Deus que se lembre sempre dos menos favorecidos. Só assim é que poderemos sentir a alegria e o agradecimento daqueles que estão sofrendo. Deixemos para o lar de cada um a verdadeira comemoração. Elma Fenianos Nahra e Lourdes de Godoy — Rio de Janeiro.

Astrologia

É com muita tristeza que recebi a notícia que Astrologia virou curso de faculdade nas Faculdades Reunidas Estacio de Sá. Isto só pode ser mais uma atitude que mostra claramente que os cursos superiores particulares estão voltados para o lucro imediato, apelando até mesmo para crendices ou para modismos para atingir seus fins. Nunca foi provado algo que justificasse a Astrologia como ciência ou como atividade útil à sociedade para vermos esforço e dinheiro esbanjados deste modo. Está sendo dado um curso de como contar mentiras adequadamente e de como explorar crendices através de um emaranhado de bobagens que só fazem sentido na cabeça dos astrólogos. Estes sempre fazem previsões vagas e de sentido ambíguo, deixando uma margem de erro enorme para justificativas posteriores.

A seguir dou um exemplo de previsões típicas de astrólogos. Não me preocupa errar duas ou três previsões, pois mesmo assim terei um percentual de acerto invejável. 1. Morrerá um grande estadista. 2. Ocorrerá um grave acidente. 3. Um grande progresso será dado na medicina. 4. Uma república da América Latina mudará o Governo pela força. 5. O mundo enfrentará sérias dificuldades econômicas. 6. Uma nova e importante cartada será dada pelos árabes em relação ao petróleo. 7. O Brasil perderá um de seus artistas de renome. 8. Em compensação um artista brasileiro alcançará fama internacional. 9. Surgirá um grande astro de futebol. 10. Ocorrerão violentos crimes de sangue na Baixada Fluminense. Cada um deve julgar por si o valor destas previsões. Otto Triebe de Mello — Niterói (RJ).

Ambivalências

O que mereceu pela imprensa mundial a indicação de ser pomposo, tal o caso de coroação da Rainha Beatriz da Holanda (que no meu ver é uma das mais simples do mundo), me põe perplexo diante das ambivalências e contradições de nosso tempo. O enterro de Tito não mereceu tal adjetivação e no entanto foi uma cerimônia, na qual a pompa foi um destaque de princípio ao fim. John Kennedy teve um enterro bem mais simples. O fato de os Chefes do Governo soviético residirem no Kremlin, antiga residência dos tzares, fazia destes pomposos e dos atuais mandatários de todas as Russias simples. Acho tudo isto fantástico, deve estar havendo uma patente inversão de valores. Mas a realeza não perde sua linha, por mais que se faça. Respondendo aos **squaters**, em suas demonstrações por falta de moradias, a Rainha Beatriz da Holanda declarou que só a democracia pode ter tal sangue-frio e que não os considerava seus inimigos. Mostrando com isto respeitar as justas manifestações, embora em dia impróprio. Ora, em qualquer república há pompas, mas a compreensão de Beatriz da Holanda, raramente. Ficou célebre Maria Antonieta com uma frase que mostrava seu desconhecimento da real situação francesa, e não ficam célebres os eminentes representantes do povo, por frases bem piores, quando esta compreensão do povo deveria ser nata. **Win de Jesus Almeida e Oliveira — Rio de Janeiro.**

Jornal comunista

Li na coluna social do **JORNAL DO BRASIL** (25/6) uma notícia sob o título **A Festa do Avante**. Nela se diz que os Srs Chico Buarque, Milton Nascimento e o Conjunto MPB-4 estão entre as estrelas convidadas para animar a festa do **Avante**, "uma promoção popular do conhecido jornal socialista português". Esclareço que o **Avante** é o órgão oficial do Partido Comunista Português, nada tendo a ver com o Partido Socialista Português. **José Luiz de Sampayo Torres Fevereiro — Rio de Janeiro.**

Normas para caçar

Aberta a temporada de caça amadorista em 15 de maio, (...) que não dá a mínima chance ao animal, devido às sofisticações das armas do esperto homem, envio minha sugestão racional. Nas áreas de caça ficariam alguns fiscais do IBDF que distribuiriam jaquetas coloridas aos caçadores, correspondendo cada cor a um determinado tipo de animal (irracional), podendo cada caçador (racional) abater somente um tipo de caça (só jaquetas da mesma cor), a fim de se preservar o equilíbrio ecológico. Esse controle deveria, também, ser feito pelos homens do Deus-IBDF para que os caçadores, espertos como todo racional, não exterminassem mais de uma cor com o intuito de elevar seus quadros estatísticos.

No final da jornada, os caçadores (racionais) teriam atingido o extase, após tanta matança e na melhor das hipóteses restaria apenas um caçador. As estatísticas seriam feitas normalmente, assim como a venda de armas e munições (um dos grandes incentivos a essa selvageria) e no final da brincadeira os selvagens, as feras, os irracionais, continuariam ali, belos, simples e irracionais. **Luiz Carlos Oliveira Cruz — Rio de Janeiro.**

Análise política

Felicitações pela excelente e serena análise da situação social, política e econômica do país, realizada através do editorial **Cristal Partido**, de 25/5/80. Intervencionismo federal generalizado, estatização econômica disseminada e os gastos governamentais excessivos devem, como sugere o editorial, ser reduzidos, dado que a atual administração deseja, com sinceridade de propósitos, libertar-se da herança legada por passados Governos prepotentes e insinceros. Somente assim poderá o Governo readquirir a perdida credibilidade, pondo em prática o ideário de 1964, que veio pôr um paradeiro aos desmandos do peleguismo, mas que descambou pela pirambeira da corrupção e da mistificação institucionalizada. **J. Barros de Morais — Rio de Janeiro.**

As cartas serão selecionadas para publicação no todo ou em parte entre as que tiverem assinatura, nome completo e legível e endereço que permita confirmação prévia.

JORNAL DO BRASIL LTDA., Av. Brasil, 500 CEP: 20940 Tel. Rede Interna: 264-4422 — End. Telegráficos: JORBRASIL Telex números 21 23690 e 21 23262

SUCURSAIS

São Paulo — Av. Paulista nº 1.294 — 15º andar — Unidade 15-B — Edifício Eluma. Tel.: 284-8133 PABX
Brasília — Setor Comercial Sul — S.C.S. — Quadra 1, Bloco K, Edifício Denasa, 2º and. Tel.: 225-0150
Belo Horizonte — Av. Afonso Pena, 1.500, 7º and. Tel.: 222-3955
Niterói — Av. Amaral Peixoto, 207, Loja 103. Tel.: 722-2030
Curitiba — Rua Presidente Faria, 51 — Conjuntos 1103/1105 — Edifício Faria Surugi. Tel.: 224-8783
Porto Alegre — Rua Tenente Coronel Correia Lima, 1960 — Morro Santa Tereza — Porto Alegre. Tel. (PABX) 33-3711
Salvador — Rua Conde Pereira Carneiro, s/nº (Bairro de Pernambués). Tel.: 244-3133
Recife — Rua Gonçalves Maia, 193 — Boa Vista. Tel.: 222-1144

CORRESPONDENTES

Macapá, Boa Vista, Porto Velho, Rio Branco, Manaus, Belém, São Luís, Teresina, Fortaleza, Natal, João Pessoa, Maceió, Aracaju, Cuiabá, Campo Grande, Vitória, Florianópolis, Goiânia, Washington, Nova Iorque, Paris, Londres, Roma, Moscou, Los Angeles, Tóquio, Buenos Aires, Bonn, Jerusalém e Lisboa.

SERVIÇOS TELEGRÁFICOS

UPI, AP, AP-Dow Jones, AFP, ANSA, DPA, Reuters e EFE.

SERVIÇOS ESPECIAIS

The New York Times, L'Express, Times, Le Monde.

ASSINATURAS — DOMICILIAR (Rio e Niterói) tel. 264-6807
Trimestral .... Cr$ 1.050,00
Semestral .... Cr$ 1.900,00

BH
Trimestral .... Cr$ 1.070,00
Semestral .... Cr$ 1.960,00

SP, ES
Trimestral .... Cr$ 1.170,00
Semestral .... Cr$ 2.210,00

ASSINATURAS
POSTAL EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
Trimestral .... Cr$ 1.470,00
Semestral .... Cr$ 2.760,00

CLASSIFICADO POR TELEFONE 284-3737

Coisas da política

Uma nação de nervo exposto

Acílio Lara Resende

A Nação brasileira é hoje um nervo exposto e, como todo nervo exposto, extremamente sensível. Tomou ela, há dias, estupefata, conhecimento de uma declaração do seu Ministro da Justiça: o Brasil pode reviver a crise de 1968 se se insistir no projeto, sem modificações, que restabelece as prerrogativas do Congresso Nacional. No dia seguinte, tal o tumulto que se criou em torno do assunto, o mesmo Ministro negou, em nota oficial, "qualquer fundamento à notícia de que se referira à possibilidade de repetição no país dos acontecimentos de 1968". Mesmo assim, dois vice-líderes do PDS — o Senador Aderbal Jurema e o Deputado Jorge Arbage — não só apoiaram a advertência, mas afirmaram que a ouviram do Ministro Ibrahim Abi-Ackel.

Discípulo por laços partidários de uma das figuras mais expressivas da política nacional até há poucos anos, o Ministro Ibrahim Abi-Ackel deve ter sempre em mente a sábia lição do pessedista José Maria de Alkmim, traduzida numa de suas mais famosas frases de efeito: "O que interessa mesmo é a versão, não o fato".

Mentira ou verdade, muito mais mentira do que verdade, a declaração que depois se desmentiu traz a todo mundo a mesma inquietação que se instalou logo após a supressão do AI-5, que representa sem dúvida uma batalha ganha, mas não se aproxima, nem de longe, da vitória final de todo o povo brasileiro, ou seja, da instalação definitiva, entre nós, do regime democrático.

Pode o Ministro não ter dito o que disseram que disse. Pelo seu passado político e pela sua formação jurídica, de advogado que militou na dura lide, tem-se mesmo a certeza de que não disse ou de que foi mal interpretado no que disse. Mas a ameaça a ele atribuída e depois por ele mesmo desmentida ganhou foro de verdade simplesmente porque ela está aí, solta no ar, a pairar sobre todas as nossas cabeças. Pois tudo isso revela esse nervo exposto da Nação brasileira, que aguarda, impaciente, o refazimento de uma ordem jurídica e social jogada para cima, que expõe o país a riscos incríveis. Riscos esses que já poderiam há muito ser detectados pelo Presidente João Baptista de Figueiredo, sobre cujos ombros, por livre compromisso, recai a maior parte da responsabilidade nessa transposição do arbítrio para o império da lei.

Mais do que com a inflação, que pode servir de pretexto aos que querem tirar proveito dos regimes de força, há que se preocupar com a construção de um futuro sólido para a Nação brasileira. E esse futuro só será possível através da construção de uma nova ordem jurídica e social, que tenha como pressuposto básico a liberdade. Não a liberdade de privilégios, mas a que há-de impedir, pela sua própria essência, o privilégio de alguns poucos e corrigir, enquanto há tempo, as injustiças e os desníveis sociais. Só se combaterá a inflação com uma ordem jurídica e social justa, estável e solidamente bem estruturada. Não serão medidas de ocasião, demagógicas porque casuísticas ou casuísticas porque demagógicas, que recolocarão o país na única trilha que lhe foi destinada desde o seu descobrimento e parece que definitivamente consolidada desde a sua independência.

Hoje, mais do que nunca, os brasileiros querem fazer a sua opção: ou serão, agora, já, uma Nação, que deseja ardentemente uma nova civilização, ou perderão talvez a sua última oportunidade e se alinharão entre os que, por um século ainda, estarão preocupados com pentear o grosso pêlo que cobre sua pele.

Há temas postos na mesa que podem, devem e precisam ser discutidos. Um deles é o restabelecimento da dignidade de um Poder profundamente ferido, que encara o Superpoder Executivo com medo, e o povo, a que deveria representar, com vergonha. Onde, então, estaria a ameaça de qualquer retrocesso político se o que se deseja — e basta, para assim concluir, que se leiam as declarações de responsáveis integrantes do Congresso Nacional — é o estabelecimento de regras estáveis para a convivência democrática entre os três Poderes?

Declarações do Senador Tancredo Neves surgem, neste momento, apesar da advertência e da denúncia que contêm, como verdadeiro bálsamo: o hábil político, apesar de toda a amargura que demonstra em todos os seus pronunciamentos, ainda crê em eleição e na possibilidade, através da reaglutinação das oposições, de alternância do Poder. Eis aí, afinal, a fórmula mágica: eleição. Eleição em todos os níveis, que corrija, pelo voto, o "retumbante fracasso" que foi, no dizer do Senador mineiro, a reforma partidária.

A anunciada viagem do Ministro da Justiça pelo país, para manter contatos capazes de devolver ao projeto de abertura do Governo a confiança de que necessita, só terá sucesso se estiver apoiada, não mais em propósitos, mas em atos concretos, que visem à consolidação do regime democrático e não à consolidação de um Partido que tem, como uma de suas primeiras metas, a proibição de alianças e coligações partidárias.

"Uma coisa é um país, outra um ajuntamento. Uma coisa é um país, outra um fingimento" — já disse o poeta Affonso Romano de Sant'Anna, em seu livro "Que País é Este?" E a maneira mais prática de o Brasil ser um país e não um ajuntamento ou um fingimento é esta: estimular, na Casa do Povo, onde não deve haver lugar para coação de espécie alguma, a discussão de todos os temas de seu interesse. Pois é nesse livre debate que se formarão as lideranças que não temos mais e que são, juntamente com uma Universidade aberta e realmente digna desse nome, fundamentais a qualquer regime que preze, como bem maior, a liberdade.

Acílio Lara Resende é chefe da Sucursal do JORNAL DO BRASIL em Belo Horizonte.

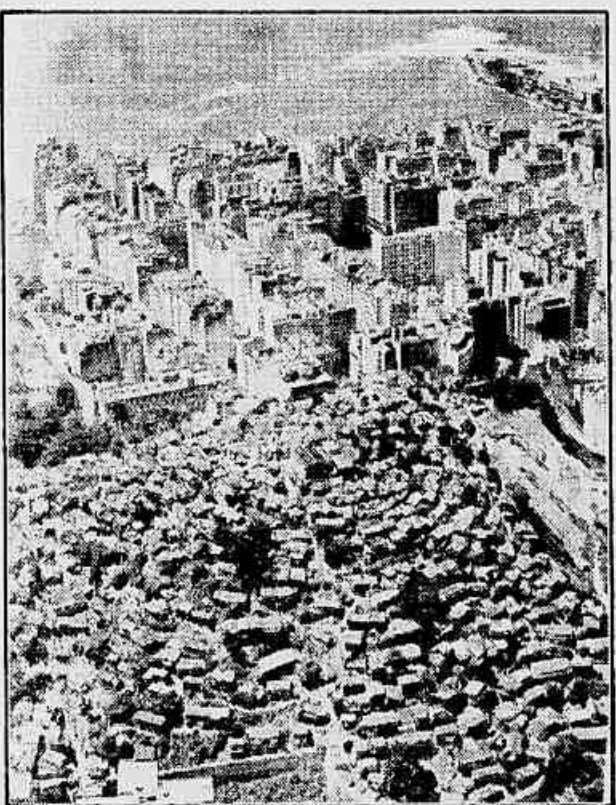
Estado do Rio: ainda a decadência

Josef Barat

PERIODICAMENTE — embora sem muita freqüência — têm surgido, no Rio de Janeiro, conceituações a respeito de idéias-força que poderiam mobilizar o desenvolvimento do Estado. O fato de essas conceituações serem pouco freqüentes mostra, de um lado, que as preocupações com o seu próprio desenvolvimento não constituem o forte do pensamento político e técnico das elites estaduais, que se sentem mais à vontade no trato dos grandes problemas nacionais.

A capacidade de pensar e de criar na ex-Corte e ex-Capital ainda se volta, na verdade, para as indagações "mais nobres" a respeito do desenvolvimento nacional, sem sensibilidade para detectar o processo de decadência econômica, social e política que há, pelo menos, duas décadas afeta penosamente o atual Estado do Rio de Janeiro.

Por outro lado, essas conceituações pouco freqüentes são tão díspares entre si, demonstrando que o pequeno número de políticos, líderes sociais, empresários e técnicos que pensam sobre o futuro da coletividade fluminense o fazem de maneira dispersiva e com idéias pouco trabalhadas. Ora o Rio é visto como devendo ser o grande centro financeiro do País, ora como uma espécie de Cingapura latino-americana, abrigando o que se convencionou chamar de "Rio-dollar" ou ainda como o grande centro nacional de turismo e amenidades. Houve, inclusive, quem quisesse ver no Rio do futuro um grande empreendimento carnavalesco, transformando sua festa mais popular e espontânea numa espécie de "show-business" de massa sob o patrocínio da burocracia estadual.

Enquanto eram lançadas essas idéias-força, São Paulo consolidava os estágios superiores da sua industrialização. Minas Gerais se mobilizava organizadamente para a sua industrialização de base através de uma saudável aliança entre políticos e técnicos, o Paraná aprofundava o seu processo de ocupação de fronteiras agrícolas e iniciava sua industrialização com base nos excedentes da vigorosa economia rural e a Bahia mobilizava-se politicamente para consolidar Aratu e o Complexo de Camaçari.

Ou seja, naqueles Estados, a **industrialização** se constituía na grande idéia-força capaz de mobilizar os grupos de pressão estaduais. Conceituação elementar e óbvia, pois é a indústria — seja ela ligada à agricultura, a insumos básicos ou ainda à produção de bens de capital — que desencadeia processos duradouros de desenvolvimento e que tem a capacidade de induzir a geração de empregos no setor de serviços.

Cabe não esquecer, ainda, esta premissa básica que deve estar presente em qualquer discussão sobre o futuro do Rio de Janeiro: ele é um **Estado industrializado** e com algumas indústrias de vanguarda no cenário nacional: a siderurgia, a construção naval e a eletroeletrônica. Sendo o Estado mais urbanizado do País e sem fronteiras agrícolas por expandir, o Rio de Janeiro **terá o seu destino inexoravelmente associado à indústria**. Inclusive a própria agricultura do Norte fluminense é ligada desde um passado remoto a uma vigorosa agroindústria canavieira diante da qual se abrem promissoras perspectivas no setor do álcool e da álcool-química.

Mas diante do quadro atual, que indústrias devem ser estimuladas? Como especificar melhor a idéia-força da industrialização? Tudo indica que o melhor caminho é o que resulta naturalmente das próprias vantagens que o Rio de Janeiro oferece em termos: a) da sua urbanização, b) do seu repositório de mão-de-obra qualificada em todos os níveis e c) das amenidades e cultura que oferece como fatores de atração, ou seja, devem ser estimuladas as **indústrias de alta tecnologia** associadas à pesquisa científico-tecnológica e à utilização intensiva de insumos urbanos.

Pela sua capacidade de gerar empregos compatíveis com os anseios de uma comunidade cosmopolita, pelo elevado poder de induzir outras atividades e dinamizar o setor de serviços pelas suas profundas ligações com os centros de ensino e pesquisa e pela sua perfeita integração ao meio urbano, estas indústrias representam a conquista mais importante que qualquer **lobby** de comunidade fluminense pode almejar.

O fortalecimento do Rio como centro financeiro (mesmo a implantação do "Rio-dollar") ou como centro nacional de turismo e amenidades seriam **conseqüência** de uma **política conseqüente e consistente de industrialização**, jamais o contrário. O Estado não poderá mais admitir formulações isoladas e festivas do seu desenvolvimento futuro.

É importante, portanto, que a elite do pensamento carioca e fluminense comece a pensar de forma mais organizada e convergente sobre o desenvolvimento do seu Estado. Esta assertiva pode parecer, à primeira vista, uma restrição às amplas dimensões das discussões a respeito dos problemas nacionais. Mas as preocupações nacionais se nutriram até o passado recente da fonte da Corte e Capital Federal e da prosperidade fluminense. Esta fonte secou. Para assegurar lugar à mesa de jogo das grandes discussões nacionais torna-se necessário reunir agora todas as fichas disponíveis e potenciais do desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro.

Josef Barat é professor da COPPE/UFRJ.

Graus de cultura

Tristão de Athayde

PODE ser, sem dúvida, mera coincidência, que o roteiro do primeiro Papa a vir às nossas plagas, tenha passado pela África e pela França, antes de o trazer a esta terra da Santa Cruz, cujo nome "a cobiça humana mudou para Brasil", segundo o velho cronista Frei Luiz de Souza. Mas justamente por termos nascido sob o signo da Cruz, a ela devemos nos manter ligados para sempre, sob pena de trairmos o sentido da verdadeira cultura que nos deve animar, muito antes e muito acima de uma ambição subalterna e meramente secundária, como a de um dia nos convertermos em uma potência mundial.

Não se trata, tampouco, da vaidade infundada e meramente demográfica de constituirmos hoje "a maior nação católica do mundo", título a que, quando muito, poderíamos aspirar. Se devemos ser fiéis às nossas origens e ao imperativo que elas impõem ao nosso futuro como povo, será única e exclusivamente para que o nosso humanismo brasileiro não se deixe deturpar pelos rumos de uma civilização, desligada do sentido autêntico da palavra Cultura. A passagem de João Paulo II pela África nos deve levar a uma meditação sobre as raízes **vegetativas** da cultura em geral e da nossa própria cultura brasileira em particular. Como sua passagem pela França, por sua vez, nos deve levar igualmente a uma meditação sobre as **frondes sapienciais** da cultura em seu sentido pleno, se nos for permitido usar da imagem da Árvore, como sendo o símbolo universal da Cultura, como foi o símbolo da própria vida em pleno Paraíso terrestre. Não é à toa que, no edifício das Nações Unidas em Nova Iorque, há uma "sala de meditação", tendo ao centro um tronco de árvore!

É nesse sentido que considero a vinda do Papa, ao Brasil, como sendo um roteiro para o futuro do nosso humanismo cultural. A África representa, para nós, junto às raízes indígenas autóctones, o sentido **vegetativo** da Cultura. A França, por sua vez, representa, em nossa história, o sentido **intelectual** dessa corrente cultural, que veio da China, da Índia, da Mesopotâmia, do Egito, da Grécia, de Roma, até desaguar em Portugal, através da Idade Média, do Renascimento e do século XVIII, de onde a recebemos sobretudo por via da França. No entanto, é precisamente de lá que nos vem o mais recente protesto da **contracultura**, expresso naquelas inscrições de "à bas la culture", com que os estudantes encheram os muros da própria Sorbonne, ditadas pela traição da cultura quando se torna elitista e dá as costas ao povo. Pois a cultura intelectual não deve ser o privilégio de uma classe, de uma raça ou de um país e sim o estágio intermediário entre o **cultivo da terra** e o **culto da sabedoria**. Entre a Natureza e Deus. O lavrador é o mais naturalmente culto dos homens simples, erroneamente chamados de incultos, embora suscetíveis de progredir na sua cultura, através da alfabetização, como o disse o Santo Padre no seu discurso na Unesco. A cultura nativa do homem lhe vem, justamente, do cultivo da terra, do seu contato com os elementos primordiais da vida, a terra, o sol, a chuva, a semente, a lavoura, a colheita, de que a Bíblia está cheia. A palavra **cultura** vem daí. Vem da própria vida, em seus elementos originais. Desse limo primeiro, de que o Fiat criador fez a Vida, passando do Caos ao Ser. Não foi à toa, portanto, que em seu contato passageiro com as populações africanas, o Papa estimulasse a fidelidade de seus povos aos costumes primitivos e nativos, às tradições tribalistas, às danças e aos cantos, mesmo durante a missa, onde sua alma se exprime do modo mais espontâneo. Sem com isso desconhecer as aberrações, os desvios ou desmandos de costumes, a que essa vegetalidade pode levar todo povo, que se recuse ao progresso e às conquistas da moral, da ciência e da técnica, que a própria criatividade humana traz consigo. Essa dupla advertência das palavras do Pontífice às populações africanas, de fidelidade à natureza e de aperfeiçoamento de costumes, está perfeitamente na linha do patrimônio primitivo e digamos assim vegetativo, que recebemos das raízes africanas e indígenas, de nossa própria cultura brasileira.

■ ■ ■

Mas logo em seguida à sua viagem por essas paragens africanas, em que a cultura humana ainda se encontra tão próxima do campo e da floresta, o sucessor de Pedro passou pelo ápice da pirâmide cultural, pelo próprio centro de destilação da inteligência universal, de que, bem ou mal, a França continua a ser a mais requintada depositária. E se, da África, o Papa nos aconselhou a nunca perder o contato com as bases elementares da cultura e, portanto, com o homem simples em sua evolução pré-intelectual, em Paris suas palavras se alçaram a outra dupla fidelidade. A fidelidade ao progresso do conhecimento e, portanto, à cultura intelectual no sentido mais estrito da palavra. E assim falou: "Como filho de Deus, o homem deve crescer e desenvolver-se através de tudo o que contribui para o seu próprio progresso e o do mundo em que vive, através de todas as obras de suas mãos e do seu gênio, através dos êxitos das ciências contemporâneas e da aplicação da técnica moderna; através de tudo o que conhece a respeito do microcosmo e do macrocosmo, graças a equipamentos cada vez mais sofisticados".

Isto representa um decidido **não à contracultura**. A passagem do estado pré-civilizado ao estado-cultural, isto é, de uma cultura primitiva e puramente instintiva, a uma cultura baseada na instrução e na educação, é um progresso positivo e mesmo imperativo para o destino individual de cada criatura humana e, por conseguinte, dos povos coletivamente. É precisamente essa a passagem **do cultivo à cultura**.

■ ■ ■

Existe, porém, um estado superior de cultura (que pode ser concomitante com os outros), acima do estado instintivo (o cultivo do campo) e do estado formativo (a cultura intelectual), que é o estado **sapiencial** da cultura, que nos leva ao **culto divino**. Esse estágio supremo é que impede a degradação da cultura, não pela ciência mas pelo cientificismo, que representa uma formação meramente racionalista do desenvolvimento humano. Pois o progresso meramente cognoscitivo não trouxe à humanidade, necessariamente, os valores qualitativos do convívio fraterno, da harmonia social, da justiça coletiva, da paz criadora, que só a sabedoria da cultura pode e deve promover. E o Papa então pergunta: "Por que, depois de tanto tempo, o homem descobriu, em todo esse enorme progresso, uma fonte de ameaça contra si mesmo? De que maneira e por quais caminhos, chegou-se ao fato de que, no próprio coração da ciência e da técnica modernas, tenha surgido a possibilidade de uma gigantesca destruição da humanidade?"

Essa pergunta angustiante, que todo homem consciente está hoje fazendo em face do Saber, que leva o homem à Lua e seus aparelhos de observação a galáxias estranhas ao próprio sistema solar e não nos ensina a conviver, na liberdade e na justiça, com o nosso próximo, a essa pergunta responde o Papa: "Porque o homem escolheu o caminho mais fácil e esqueceu a aliança com a Sabedoria eterna. O problema da ausência de Cristo e do silêncio de Deus não existe. Existe apenas o problema de nossa lealdade para com Deus eterno, fonte da verdadeira cultura e do verdadeiro progresso. O poder do homem sobre seu próximo é cada vez maior e, ao abandonar a aliança com a Sabedoria eterna, o homem sabe cada vez menos governar-se a si mesmo e já não sabe governar os outros".

■ ■ ■

No início deste século, ao receber o Prêmio Nobel, Henri Bergson dissera coisa semelhante, advertindo o homem moderno de que ele aumentara desmedidamente a sua própria potência material, mas lhe faltara acrescentar **"un suplément d'âme"**. Na passagem da cultura humana por suas três fases ascensionais, a vegetal, a intelectual e a sapiencial, aumentamos extremamente as duas primeiras, mas esquecemos a principal.

O que esperamos ouvir, daqui a dias, da boca do Embaixador da Sabedoria Divina é que nos ajude a viver, integralmente, a ascensão do humanismo brasileiro, como cultivo, cultura e culto. Cultivo da terra. Cultura da inteligência. Culto da Sabedoria.

França admite ter realizado teste com bomba de nêutrons

Arlete Chabrol

Correspondente

Paris — A França tornou-se ontem o primeiro país do mundo a admitir publicamente ter feito experiências com a bomba de nêutrons, a arma mais moderna da segunda geração de armamentos nucleares. Em 1978, os Estados Unidos revelaram possuir esse tipo de bomba — que produz o dobro da radiação das armas nucleares, mata seres humanos e não destrói prédios — mas o Presidente Carter abandonou o projeto de sua construção devido à forte oposição internacional.

Durante a nona entrevista coletiva desde que assumiu a Presidência da França, em 1974, Valéry Giscard d'Estaing comunicou que, apesar de já ter sido testada e aprovada uma carga nuclear de nêutrons, só em 1982 ou 1983 será decidida a construção em série desta arma. Anunciou que está sendo projetada uma base móvel para mísseis nucleares estratégicos.

Defesa

"A França responderá a todo ataque nuclear com um contragolpe atômico. Este é um ponto central de nosso dispositivo de defesa", assinalou, acrescentando em seguida que o país "está diretamente relacionado com a segurança dos Estados vizinhos". Afirmou que a política francesa sempre se caracterizou pela independência, pela paz e pela segurança, no plano externo, enquanto, no interno, pela justiça e progresso econômico e social.

O Presidente reafirmou que o país dispõe de armamentos estratégicos baseados em três componentes: mísseis estratégicos, submarinos nucleares e bombardeiros atômicos, cuja estrutura será válida até os anos 1990 e 1992, com a introdução — a partir de 1984 e 85 — de projéteis balísticos de ogivas múltiplas nos submarinos.

Para fazer frente à substituição de alguns componentes desse sistema de defesa a partir de 1992, nas duas últimas reuniões do Conselho de Defesa, decidiu-se iniciar a preparação da base móvel para os mísseis, esclareceu. "No estado de insegurança do mundo atual", enfatizou, "é impossível" a redução da duração do tempo de serviço militar, que é atualmente de 12 meses.

Vietnamitas retornam ao Camboja mas tailandeses esperam novas incursões

Makmun e Bancoc — O grosso das tropas vietnamitas que invadiram a Tailândia, na segunda-feira, já retornou ao Camboja e se uniu aos 10 mil soldados que ocupam uma faixa ao longo da fronteira, restando algumas unidades em posições defensivas em Makmun e Nong Chan, informaram fontes militares tailandesas que se disseram preparadas para rechaçar qualquer nova tentativa de ataque.

Em Bancoc, o Ministro das Relações Exteriores do Vietnam, Nguyen Co Thach, afirmou que as notícias de invasão foram forjadas, mas prometeu que os combates continuarão em território cambojano onde as forças tailandesas estão infiltradas e apóiam os guerrilheiros do Khmer Vermelho. Thach, que chegou a Bancoc em meio a protestos, propôs uma reunião com autoridades tailandesas, mas elas se recusaram a recebê-lo.

NOVOS ATAQUES

O Coronel tailandês Prachack Sawangchit, que comanda um posto em Makmun, disse aos jornalistas que as forças vietnamitas foram derrotadas e empurradas de volta para o território cambojano, mas poderão atacar, nos próximos dias, a localidade cambojana de Phnomchant, a 250 quilômetros a Nordeste de Bancoc, em área montanhosa freqüentemente usada pelos guerrilheiros do Khmer Vermelho.

O Coronel Prachack informou que a operação dos vietnamitas teve dois objetivos: interromper o retorno dos refugiados cambojanos e cortar o fornecimento de víveres a civis cambojanos nos postos fronteiriços. O primeiro objetivo não foi atingido, mas o segundo foi. A população cambojana está enfrentando sérias dificuldades para se suprir de alimentos e remédios, pois o Governo tailandês proibiu o desembarque desses produtos em seus portos e aeroportos.

Ainda é difícil um cálculo preciso do número de baixas porque existem mortos e feridos em áreas fora do alcance dos tailandeses. Equipes médicas das organizações internacionais de socorro informaram que estão cuidando de 580 refugiados cambojanos feridos e calculam que existam ainda outros 500 escondidos nas matas.

As baixas tailandesas giram em torno de 50 a 100 mortos e centenas de feridos, a maior parte nas primeiras horas dos combates. Militares tailandeses recolheram os corpos de 72 vietnamitas, mas como estes têm por norma recolher imediatamente os mortos nos campos de batalha, muitos devem ter sido levados para o Camboja.

Fontes militares tailandesas informaram que foram feitos três prisioneiros vietnamitas. Um deles teria revelado, durante os interrogatórios, que os comissários políticos do Exército de Hanói disseram aos soldados que a operação tinha por objetivo destruir os campos de refugiados e que o Exército tailandês colaboraria com isso. Os vietnamitas ficaram surpresos quando viram tanques tailandeses avançarem contra eles, contou o prisioneiro.

O Chanceler vietnamita acusou os Estados Unidos e a China de fomentar o conflito entre tailandeses e vietnamitas e comparou as atuais notícias de invasão da Tailândia ao incidente do golfo de Tonquim, segundo ele, forjado pelos Estados Unidos.

Ele disse que a história se repete agora e o Vietnam espera um segundo ataque da China contra a fronteira vietnamita, semelhante à invasão de março do ano passado. Na época, a ação chinesa foi justificada como sendo uma lição a Hanói por ocupar o Camboja, conforme versão divulgada pelas próprias autoridades de Pequim.

Thach explicou as incursões na fronteira como uma forma de deter a "repatriação armada" ao Camboja dos seguidores de Pol Pot a partir de acampamentos de refugiados na Tailândia. Acrescentou que os guerrilheiros estão sendo protegidos pela força aérea e artilharia tailandesas e disse ter provas de que tropas tailandesas encontram-se em território cambojano.

China adverte Vietnam e apóia a Tailândia

Pequim — O Ministério das Relações Exteriores da China advertiu o Vietnam sobre os graves riscos que significa a presença de suas tropas na Tailândia, mas não ameaçou Hanói com uma nova invasão como a ocorrida em 1979. A declaração diz que a atitude vietnamita representa séria ameaça à paz e à segurança da Tailândia e da região como um todo.

"O Governo e o povo chinês apóiam firmemente a justa posição da Tailândia e apoiarão resolutamente o Governo e o povo tailandês em sua luta contra a agressão", diz a nota, acrescentando que o Governo de Pequim acompanha de perto os desdobramentos da crise.

Líbia treina mercenários

Cairo — Vinte mil mercenários europeus, asiáticos e africanos estão sendo treinados na Líbia em operações de guerrilha urbana e sabotagem, segundo a revista egípcia Akher Saa, acrescentando que sete mil deles, que formam a vanguarda dos "Libertadores do Terceiro Mundo", desfilaram recentemente em Bengazi diante do Coronel Muammar Kadhafi.

A revista afirma que os mercenários estão distribuídos em diferentes campos de treinamento, de acordo com o tipo de operações a realizar e os países onde pretendem agir. Referiu-se especialmente ao acampamento de Benina, próximo a Bengazi, onde os mercenários seriam preparados por instrutores palestinos em operações de terrorismo e guerrilha urbana.

A Akher Saa disse que este acampamento inclui elementos do ETA (Organização separatista basca), do IRA (Exército Republicano Irlandês), das Brigadas Vermelhas italianas e extremistas da Córsega e da Sardenha. Beduínos do deserto, preparados para realizarem operações de sabotagem no Egito, são treinados por soviéticos no acampamento de Merada, próximo de El Beida, segundo a revista egípcia.

Quanto aos africanos, em sua maioria originários do Chade e do Sudão, asseguram a revista, se encontrariam na base militar de Mascara, nas proximidades da fronteira sudanesa. Afirmou ainda que mercenários argelinos, marroquinos e sul-iemitas, nigerianos e ugandeses, estariam concentrados em Sebha e Tamou. Todos esses acampamentos, concluiu a revista, estariam sob o comando direto de um comitê denominado Escritório de Exportação da Revolução.

Polícia prende membros da ETA

Bilbao — Trinta e duas pessoas suspeitas de estarem vinculadas à organização separatista basca ETA-Político-Militar, foram detidas na noite de quinta-feira nas províncias de Guipuzcoa, Bizcaya, Alava e Navarra, segundo anunciaram fontes policiais em Bilbao.

Segundo os meios bascos, as detenções fazem parte das medidas adotadas pelas autoridades espanholas, após a campanha armada lançada pela ETA contra as zonas turísticas do país. As quatro primeiras bombas dessa campanha explodiram na quinta-feira em Javea e Alicante, no Sudeste da Espanha, sem causar vítimas.

A ETA-Político-Militar anunciou pelo telefone a um jornal espanhol que, da noite de ontem para hoje, explodiram várias bombas em um hotel de Valencia e em outro de Cullera.

Angola denuncia invasão

Luanda — O Exército Sul-africano iniciou no último dia 7 uma "invasão aberta" ao Sul de Angola, denunciou ontem o Ministério da Defesa angolano, acrescentando que a invasão provocou 300 mortos, entre velhos, mulheres e crianças.

O Governo de Pretória disse que tropas angolanas derrubaram um helicóptero do Exército do Sul e atacaram a tripulação, matando o técnico de vôo. O comunicado não informou a data do incidente, nem esclareceu se o helicóptero foi derrubado em espaço aéreo angolano.

O Ministério da Defesa angolano afirmou que as forças sul-africanas são estimadas em cerca de 3 mil homens e compreendem uma brigada de infantaria, apoiada por 3 esquadrilhas de Mirages (com 12 aviões cada), dois aviões Hércules C-130, 20 helicópteros Puma, 32 peças de artilharia terrestre e 40 blindados AML-90.

O comunicado desmentiu a argumentação sul-africana de que suas tropas visam objetivos da SWAPO — movimento guerrilheiro de libertação da Namíbia — e assinalou que os invasores "lançam o terror e a morte contra as populações indefesas do Sul de Angola".

Disse também que Pretória pretende introduzir "os agrupamentos fantoches angolanos — a UNITA — colocando-os no interior da zona desmilitarizada e poder assim assumir a Resolução 435 das Nações Unidas".

Giscard faz críticas à proposta americana

Paris (da Correspondente) — "É necessário buscar uma solução definitiva, global, que deve conduzir à retirada total das tropas soviéticas do Afeganistão", disse ontem o Presidente da França, Giscard d'Estaing, criticando implicitamente a recente proposta do Presidente dos Estados Unidos, Jimmy Carter, de buscar uma solução transitória para o problema afegão.

Giscard comentou, no entanto, que a retirada parcial das tropas soviéticas significa um reconhecimento pela União Soviética de que o problema afegão deve ser solucionado politicamente e não militarmente. Descartou a possibilidade de a França vir a ajudar militarmente os rebeldes afegãos, insistindo que seu Governo "pronuncia-se pela busca de uma solução política da crise." Reconheceu desconhecer a existência de um calendário das autoridades soviéticas para a retirada total das tropas no Afeganistão, mas insistiu — apesar de considerar indispensável o estabelecimento de um — que tem de ser avaliado que "seria extremamente difícil e de conseqüências imprevisíveis uma retirada imediata".

É necessário que o Afeganistão restabeleça sua situação histórica tradicionalmente não alinhada, disse, explicando que assim ele não poderá ser usado por ninguém como ponto de partida de uma ameaça para os Estados vizinhos. Sobre a visita do Chanceler da Alemanha a Moscou, julgou útil (assim como seu próprio encontro com o Presidente Leonid Brejnev, em Varsóvia, recentemente), justificando que isso permitirá a Helmut Schmidt expor as teses, com as quais colaborou.

Giscard disse que os territórios ocupados por Israel "devem ser evacuados e que, a partir desse momento, a organização do povo palestino poderá ser tratada de forma positiva". Advertiu que "assiste-se atualmente uma corrida para o abismo, já que o tempo não ajuda a conciliação" do conflito.

Para Giscard, o dia em que os armamentos mais modernos chegarem ao Oriente Médio a luta poderá "tomar dimensões trágicas". A solução, a seu ver, consiste em se conciliar o direito à segurança do Estado de Israel e o direito à autodeterminação do povo palestino, o que faz com que a retirada dos territórios árabes ocupados esteja no centro do debate.

"Fronteiras seguras e internacionalmente reconhecidas para Israel não podem e não poderão jamais englobar os territórios árabes ocupados", frisou o Presidente francês, sugerindo que seja negociado um prazo para a desocupação da área reclamada pelos árabes. Acrescentou que só a partir daí será possível negociar relações de paz entre Israel os Estados vizinhos. Disse que os países da Comunidade Econômica Européia estão prontos a garantir a segurança de Israel, se suas sugestões forem aplicadas.

URSS prepara novas retiradas de tropas

Nova Déli — Os Governos soviético e afegão estão preparando o terreno para novas retiradas de tropas soviéticas do Afeganistão nos próximos dias, anunciou a agência noticiosa indiana PTI.

Acrescentou que a imprensa afegã começou a especular sobre a melhoria da situação no país e a possível capacidade das Forças Armadas e do povo afegão para se defenderem por conta própria.

O correspondente da PTI em Cabul reproduziu comentários nesse sentido de oficiais e soldados soviéticos, ouvidos durante a recente retirada de uma divisão soviética de tanques. Em círculos diplomáticos de Cabul, no entanto, afirmava-se que estava sendo estudada a questão de que se as novas retiradas seriam efetuadas por simples acordo bilateral soviético-afegão ou através de entendimentos multilaterais.

A União Soviética poderia estar interessada em receber maiores informações a respeito do plano norte-americano para um Governo de transição para o Afeganistão, divulgado pelo Presidente Carter embora sua primeira reação tenha sido rejeitá-lo em bloco, disseram à UPI observadores diplomáticos. A correspondente da UPI, Douglas Stanglin, lembra que a reação soviética diante dos mais graves problemas mundiais tem por tradição desdobrar-se lentamente, com tendências sinuosas, até chegar à elaboração de um roteiro político definitivo. Nessa perspectiva, a recusa de Moscou ao plano Carter não constitui exceção.

Afegão acha que todo americano é da CIA

Dilip Ganguly

Enviado Especial da AFP

Cabul — *Um norte-americano que passava por uma rua de Cabul foi abordado por um afegão, que lhe disse: "Você deve ser agente da CIA. Se quiser se avistar com os rebeldes, eu o levo por 100 dólares".*

Ao ver o norte-americano reagir, espantado, o afegão prosseguiu: "Não se assuste. Somos seus amigos. Aqui, todos detestam os soviéticos e apreciam os norte-americanos." E insistiu: "Pode me seguir."

O jovem norte-americano acabou perdendo a calma: "Não pertenço à CIA. Sou estudante. Me deixe em paz". O afegão ficou confuso: "Mas você é norte-americano e deveria nos ajudar a expulsar os soviéticos de nosso país".

Essa cena ocorreu na minha frente, sábado passado, numa rua de Cabul. Os afegãos e soviéticos pelo menos estão de acordo que todo norte-americano é agente da CIA.

A cada dia, a cada hora, a rádio oficial de Cabul acusa a Agência Central de Informações norte-americana de ajudar os rebeldes e organizar sabotagens. A todo o momento, os afegãos discutem o montante da ajuda que esperam dos serviços especiais norte-americanos.

Os rumores se multiplicavam ontem no Afeganistão sobre os milhões de dólares que a CIA entregará aos rebeldes islâmicos e aos afegãos refugiados no Paquistão.

Muitos querem cruzar a fronteira, dirigir-se a Peshawar, no Paquistão, para embolsar os preciosos dólares norte-americanos. Em todo o país, vive-se uma espécie de sonho de ouro.

Todos os afegãos com quem puder conversar se mostravam convencidos de que a CIA poderá ajudá-los. Mas, quando lhes perguntava o que sabiam sobre esse organismo, respondiam vagamente. "São muito poderosos. Podem matar quem quiser, inclusive os soviéticos", me disse um comerciante no fundo de sua loja, fechada por causa de uma greve geral.

Desde a prisão de Robert Lee, norte-americano acusado de espionagem pelas autoridades afegãs, a Embaixada dos Estados Unidos em Cabul zela pelo destino de seus cidadãos.

Contudo, há cada vez menos norte-americanos no Afeganistão. Quando alguém desembarca no aeroporto de Cabul, seus documentos são rigorosamente examinados. Se tiver sorte, terá autorização para entrar no país, mas será seguido e vigiado estritamente.

Em geral, os gerentes de hotéis se mostram pouco acolhedores. "Quando chega um norte-americano, ele é seguido pelo menos por cinco policiais", confidenciou um deles. "A polícia volta a cada hora para perguntar onde está, o que faz e com quem se encontra".

Chineses, paquistaneses e israelenses também são atacados pela rádio de Cabul. São bem-vistos apenas os indianos e os cidadãos da Europa comunista.

Somente os japoneses são apreciados indistintamente pelos rebeldes e partidários do regime.

Novo Déli/UPI

As cinzas de Sanjay Gandhi serão jogadas hoje nas águas sagradas do rio Ganges, em Allahabad

Carter faz elogios a Portugal

Juarez Bahia

Correspondente

Lisboa — "Vim testemunhar a admiração e o apoio dos Estados Unidos ao avanço democrático deste país", afirmou ontem o Presidente Jimmy Carter em Lisboa, última etapa de sua viagem à Europa. Ela destacou também que "não é de espantar que Portugal tenha sido um dos primeiros países do mundo a reconhecer e a reagir à ameaça às sociedades democráticas em todo o mundo, representada pela agressão no Afeganistão e pelo terrorismo oficial no Irã".

Mais expontâneo e caloroso que em Madri, o clima oficial foi assinalado por duas reuniões de Carter com o Presidente Ramalho Eanes e o Primeiro-Ministro Sá Carneiro. O balanço é de gestos de boa vontade de parte a parte. Carter convidou Eanes a visitar os Estados Unidos. Os dirigentes portugueses reafirmaram sua solidariedade sem restrições às posições norte-americanas. E Carter ainda mostrou-se disposto a aumentar a ajuda econômica de Washington a Lisboa.

SEM OBJEÇÕES

As conversações de Carter ontem em Lisboa tomaram quatro horas úteis do seu tempo total de sete horas em Portugal. E concentraram-se nas questões políticas e econômicas debatidas na reunião de cúpula de Veneza. Carter agradeceu ao Governo Sá Carneiro e à Aliança Democrática a atitude tomada por Portugal nas crises do Irã e do Afeganistão e a imediata solidariedade às iniciativas de Washington.

Não há objeções a registrar na área oficial aos termos das relações que Portugal mantém com os Estados Unidos. Lisboa foi o primeiro Governo a endossar o boicote norte-americano ao Irã e a aprovar a reação de Carter à invasão do Afeganistão. Foi um pouco mais longe que seus aliados europeus, rompendo relações comerciais com Teerã num momento em que a Comunidade Econômica Européia ainda vacilava.

Assim Portugal limita-se a ouvir e a aprovar o que Cater diz no relato das posições norte-americanas em face dos problemas mundiais. O Governo de centro-direita só reivindica dos Estados Unidos maior ajuda econômica, mas sem nenhuma atitude traumática. Um dia antes da chegada de Carter, um acordo econômico garantia a Portugal o financiamento de 40 milhões de dólares para assegurar o fornecimento de cereais à debilitada capacidade de produção local.

Vinculado ao Fundo Monetário Internacional através de acordo que talvez não seja renovado e com uma economia em recuperação, Portugal considera necessária, no entanto, uma favorecida ajuda econômica norte-americana para tornar bem-sucedidos os seus objetivos de combate à inflação, e equilíbrio da balança de pagamentos. Os Estados Unidos não opõem qualquer dificuldade ao financiamento de grandes projetos agrícolas e industriais portugueses. O Governo de centro-direita, com seu programa de reincorporação da iniciativa privada e de atração dos investimentos internacionais, tem livre trânsito para firmar compromissos a longo prazo e em condições vantajosas com os Estados Unidos.

Mesmo o encontro de Carter com o líder socialista Mário Soares foi ditado pela "tradicional amizade" entre Estados Unidos e Portugal. "Foi uma conversa de amigos", esclareceu Soares, sobre temas internacionais atuais. Mas o secretário-geral do Partido Socialista aproveitou para dizer a Carter que a democracia portuguesa corre o risco de uma "ressaca da direita".

As reações da imprensa portuguesa à visita de Carter vão do elogio da personalidade do Presidente à alegria de ter sido Portugal escolhido para última etapa do giro por países europeus. Uma exceção é a do semanário de direita Tempo que lamenta a "indelicadeza" de Carter pelo fato de permanecer apenas sete horas em território luso.

Irã executa líderes da conspiração para repor o Xá no trono

Teerã — Após condenação do tribunal revolucionário das Forças Armadas, foram executados o General Mohsen Zadegan e o Tenente Abas Gnolis, líderes do desmantelado golpe de estado que pretendia devolver o Poder ao Xá Reza Pahlavi. A agência de notícias iraniana Pars esclareceu que a organização Grupo Eliminação pretendia matar numerosos comandantes militares iranianos.

Presos há duas semans, os conspiradores colaboravam com partidários do Xá no exílio, aos quais teriam entregue segredos militares iranianos. Outras 33 pessoas, inclusive um civil, continuam presos, sob acusação de participarem da tentativa golpista iniciada nas guarnições da localidade de Piranshard, perto de Mahabad, ex-Capital da efêmera República Autônoma do Curdistao, criada após a Segunda Guerra Mundial.

FUZILAMENTOS

Mais sete pessoas foram fuziladas ontem no Irã, sendo cinco em Teerã e duas em Qazvin, após condenações de tribunais revolucionários. Dos executados, dois eram mulheres consideradas culpadas de explorar a prostituição e traficar drogas. Outro era um judeu, identificado como Kalal Massarrat, acusado de manter relações sexuais com mulheres cristãs e muçulmanas, de produzir e distribuir heroína, além de exploração do tráfico de escravas.

As execuções em Qazvin foram por banditismo e assaltos a mão armada. Segundo se informou em Teerã, Khalkhali viajou para a cidade santa de Mashad para presidir novos julgamentos contra traficantes de drogas, dos quais teriam sido confiscados cinco quilos de ópio. Antes de viajar, Khalkhali recebeu a visita do Presidente Bani Sadr na prisão de Evin, em Teerã. O Presidente disse que o Governo anunciará em breve se dará ou não atribuição a Khalkhali de coibir as especulações dos comerciantes iranianos.

Táxis são o novo alvo da Revolução

Teerã — O ayatollah Khameney, que faz a pregação das sextas-feiras em Teerã, denunciou a influência perniciosa dos táxis, estes "salões abertos", onde se conspira contra a Revolução Islâmica do Irã. "Desmascaremos os que dizem ser motoristas de táxis para difundir rumores: são ex-agentes da Savak (polícia política do Xá)", afirmou.

"Vocês saíram às ruas oferecendo o peito e dizendo estarem dispostos a morrer pela República Islâmica. Agora, padeçam", disse um motorista de táxi de Teerã a seus cinco passageiros, ao ser entrevistado pelo correspondente da agência AFP. Outro declarou: "Um dia ainda vão beijar a mão do Xá, rogando-lhe que regresse."

MONARQUIA

Faz 10 dias que os táxis foram proibidos de circular nas faixas dos ônibus e, a partir de então, para muitos motoristas de táxi a República Islâmica não vale mais do que a monarquia. Alguns dizem: "Para que fizemos a Revolução? Afinal Khomeiny disse que não era nem pela habitação, nem pelo pão. Foi então para favorecer a alguns mullahs?".

O fenômeno atingiu tal amplitude que o ayatollah Khomeiny, na pregação de sexta-feira passada, na Universidade de Teerã, especulou que, "se o inimigo veicula rumores para debilitar-nos, poderia isso ser possível sem uma rede organizada"? Os cerca de 40 mil fiéis presentes escutaram o líder religioso, mas os rumores continuaram.

Durante o regime do Xá, os passageiros dos táxis permaneciam mudos o tempo que durasse o percurso. Agora, porém, não cessam de comentar as iniciativas favoráveis ou desfavoráveis da Revolução, seja o alto preço da melancia ou dos cigarros, seja um mullah que viram na calçada quando o carro passou.

"É tudo culpa de vocês", acusou um motorista, dirigindo-se aos passageiros. Para outro, "70 mil mortos não é o bastante para uma Revolução. Deveriam ter sido vários milhões", declarou como que desculpando o regime do Xá. Um é contundente: "Os mullahs estão em todas as partes. Não se sabe de onde vêm, porém ocupam todos os postos importantes. Entretanto, eles não apareciam durante a Revolução."

Célebre pelas centenas de execuções que determinou, o ayatollah Khalkhali, coordenador da campanha contra o tráfico de drogas, recebe críticas contraditórias. Um chofer mais revoltado e amedrontado do que seu passageiro, adverte: "Tenha cuidado, porque você pode cair nas mãos dele. Não esqueça o que ele disse no Curdistão: Matem os prisioneiros que virei para julgá-los depois."

Segundo alguns, no entanto, "Khalkhali sim, é um revolucionário. Se o tivessem eleito presidente do Parlamento, tudo funcionaria bem." Destemido, um passageiro objeta: "Sim, pois teria matado todos os deputados". Todos os vícios, inclusive a corrupção, são atribuídos aos mullahs: "Tomaram o Poder e agora roubam tudo. Com o pretexto de construir mesquitas no estrangeiro, retiram o dinheiro do país e é por isso que a situação não muda," denuncia um passageiro.

Com aprovação, outro passageiro balbucia: "Pode-se ocultar o dinheiro sob o turbante". Mas a indignação é unânime contra a proibição de algumas atividades de lazer: "Suprimiram tudo: o cinema, a música. Não há mais distrações. Parece que logo fecharão também os parques públicos." Um jovem motorista, ansioso, advertiu que, assim, "os táxis serão controlados".

"Se tirarem os cassetes dos carros, vou mudar de ofício, porque não posso viver assim. O que eles querem é virar os ponteiros dos relógios para trás, fazendo-nos viver como há 100 anos", sublinhou mais um entrevistado. "Todas as universidades serão transformadas em mesquitas", acrescenta, informando que "as farmácias vendem remédios adulterados". Para muitos, "os mulás enchem seus bolsos com o dinheiro dos Pahlavi", ou ainda "a produção de petróleo diminuiu porque já não existe nada que funcione neste país".

Iranianos e líbios querem matar Pahlavi

Cairo — "Os regimes revolucionários do Irã e da Líbia estão agindo em conjunto, fazendo esforços extraordinários, dignos de filmes de James Bond, para tentar assassinar o Xá Reza Pahlavi, em território egípcio", revelou um assessor do Presidente Anwar Sadat, em artigo assinado que publicou no jornal Al Ahram, do Cairo.

Assessor para assuntos culturais, Rashad Roushdy limitou-se a fazer a denúncia, evitando descrever em detalhes as tentativas de assassinato do Xá, que teriam sido realizadas. Reza Pahlavi continua morando num palácio no subúrbio do Cairo, guardado por agentes particulares e da segurança pessoal de Sadat.

Leia "Um Embrião", na página 10

Indira chora em cerimônia por Sanjay

Nova Déli — A Primeira-Ministra Indira Gandhi chorou e soluçou alto ontem ao receber em sua casa as cinzas de seu filho Sanjay, levadas das margens do sagrado rio Jumna, para a Havan, ou adoração do fogo, cerimônia que purifica a família e ajuda a alma do morto a repousar em paz.

Sanjay morreu na segunda-feira em Nova Déli, num acidente de avião. Suas cinzas, recolhidas pelo irmão mais velho, parentes, amigos e sacerdores e colocadas em urnas de latão e cobre, foram depositadas no alto de uma plataforma de barro. Elas permanecerão lá até hoje, quando serão mergulhadas nas águas sagradas do rio Ganges, em Allahabad, cidade natal de Indira.

Centenas de amigos e parentes reuniram-se para assistir à cerimônia do fogo, na qual os sacerdotes cantaram hinos e fizeram oferendas de manteiga, incenso, flores e água santa diante de um altar de fogo que ardia.

OTAN critica soviéticos

Ancara — Os 15 Ministros do Exterior dos países-membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) pediram a "retirada imediata e incondicional" das tropas soviéticas do Afeganistão e colocaram em dúvida a importância da saída parcial dos soldados russos. Destacaram que essa operação "só é de interesse geral se for o primeiro passo na direção de uma retirada total".

Os Chanceleres pediram também a libertação imediata dos 53 reféns norte-americanos detidos no Irã, reiteraram a necessidade de instalação de novos mísseis nucleares na Europa e apoiaram o reforço do flanco Sul da OTAN, na Turquia e na Grécia. Só não chegaram a um acordo sobre a questão palestina. O Secretário de Estado norte-americano Edmund Muskie bloqueou uma referência à autodeterminação do povo palestino, alegando que o tema tem "diversas interpretações" e ainda é objeto de negociação entre Egito e Israel.

Quanto à proposta da Alemanha Ocidental de se adiar por três anos a instalação de mísseis norte-americanos em território europeu, o comunicado, argumentando que o Pacto de Varsóvia está ainda procurando uma "superioridade militar", acrescentou que os países da OTAN decidiram tomar todas as providências necessárias, individual ou coletivamente, "para manter un nível adequado de material de defesa". A possibilidade de controle armamentista, ressaltou o comunicado, "dependerá da restauração da confiança internacional, bastante abalada com a intervenção soviética no Afeganistão".

O documento destacou ainda que a União Soviética não está pensando em adiar a instalação dos mísseis SS-20 na Europa Oriental — ao contrário, a instalação já começou — forçando, assim, a OTAN a promover planos de modernização de seu arsenal de armas nucleares de médio alcance. Apesar dessa recomendação, os ministros disseram que "é muito importante que os Estados Unidos e a União Soviética continuem as negociações para a limitação de armas estratégicas, o que proporcionaria a preservação da distensão em escala mundial".

Pela primeira vez num comunicado conjunto, os Ministros do Exterior da OTAN reconheceram de forma expressa não apenas o direito de existência do Estado de Israel, mas também os direitos legítimos do povo palestino. Em virtude da pressão norte-americana, o comunicado final não mencionou de forma direta a Organização para a Libertação da Palestina (OLP); em seu lugar, exortou todas as partes interessadas, "incluindo os representantes do povo palestino" a que participem das negociações de paz no Oriente Médio.

Leia editorial "Horizonte da Crise"

França admite ter realizado teste com bomba de nêutrons

Vietnamitas retornam ao Camboja mas tailandeses esperam novas incursões

Makmun e Bancoc — O grosso das tropas vietnamitas que invadiram a Tailândia, na segunda-feira, já retornou ao Camboja e se uniu aos 10 mil soldados que ocupam uma faixa ao longo da fronteira, restando algumas unidades em posições defensivas em Makmun e Nong Chan, informaram fontes militares tailandesas que se disseram preparadas para rechaçar qualquer nova tentativa de ataque.

Em Bancoc, o Ministro das Relações Exteriores do Vietnam, Nguyen Co Thach, afirmou que as notícias de invasão foram forjadas, mas prometeu que os combates continuarão em território cambojano onde as forças tailandesas estão infiltradas e apóiam os guerrilheiros do Khmer Vermelho. Thach, que chegou a Bancoc em meio a protestos, propôs uma reunião com autoridades tailandesas, mas elas se recusaram a recebê-lo.

NOVOS ATAQUES

O Coronel tailandês Prachack Sawangchit, que comanda um posto em Makmun, disse aos jornalistas que as forças vietnamitas foram derrotadas e empurradas de volta para o território cambojano, mas poderão atacar, nos próximos dias, a localidade cambojana de Phnomchant, a 250 quilômetros a Nordeste de Bancoc, em área montanhosa freqüentemente usada pelos guerrilheiros do Khmer Vermelho.

O Coronel Prachack informou que a operação dos vietnamitas teve dois objetivos: interromper o retorno dos refugiados cambojanos e cortar o fornecimento de víveres a civis cambojanos nos postos fronteiriços. O primeiro objetivo não foi atingido, mas o segundo foi.

A população cambojana está enfrentando sérias dificuldades para se suprir de alimentos e remédios, pois o Governo tailandês proibiu o desembarque desses produtos em seus portos e aeroportos.

Ainda é difícil um cálculo preciso do número de baixas porque existem mortos e feridos em áreas fora do alcance dos tailandeses. Equipes médicas das organizações internacionais de socorro informaram que estão cuidando de 580 refugiados cambojanos feridos e calculam que existam ainda outros 500 escondidos nas matas.

As baixas tailandesas giram em torno de 50 a 100 mortos e centenas de feridos, a maior parte nas primeiras horas dos combates. Militares tailandeses recolheram os corpos de 72 vietnamitas, mas como estes têm por norma recolher imediatamente os mortos nos campos de batalha, muitos devem ter sido levados para o Camboja.

Fontes militares tailandesas informaram que foram feitos três prisioneiros vietnamitas. Um deles teria revelado, durante os interrogatórios, que os comissários políticos do Exército de Hanói disseram aos soldados que a operação tinha por objetivo destruir os campos de refugiados e que o Exército tailandês colaboraria com isso. Os vietnamitas ficaram surpresos quando viram tanques tailandeses avançarem contra eles, contou o prisioneiro.

O Chanceler vietnamita acusou os Estados Unidos e a China de fomentar o conflito entre tailandeses e vietnamitas e comparou as atuais notícias de invasão da Tailândia ao incidente do golfo de Tonquim, segundo ele, forjado pelos Estados Unidos.

Ele disse que a história se repete agora e o Vietnam espera um segundo ataque da China contra a fronteira vietnamita, semelhante à invasão de março do ano passado. Na época, a ação chinesa foi justificada como sendo uma lição à Hanói por ocupar o Camboja, conforme versão divulgada pelas próprias autoridades de Pequim.

Thach explicou as incursões na fronteira como uma forma de deter a "repatriação armada" ao Camboja dos seguidores de Pol Pot a partir de acampamentos de refugiados na Tailândia. Acrescentou que os guerrilheiros estão sendo protegidos pela força aérea e artilharia tailandesa e disse ter provas de que tropas tailandesas encontram-se em território cambojano.

China adverte Vietnam e apóia a Tailândia

Pequim — O Ministério das Relações Exteriores da China advertiu o Vietnam sobre os graves riscos que significa a presença de suas tropas na Tailândia, mas não ameaçou Hanói com uma nova invasão como a ocorrida em 1979. A declaração diz que a atitude vietnamita representa séria ameaça à paz e à segurança da Tailândia e da região como um todo.

"O Governo e o povo chinês apóiam firmemente a posição da Tailândia e apoiarão resolutamente o Governo e o povo tailandês em sua luta contra a agressão", diz a nota, acrescentando que o Governo de Pequim acompanha de perto os desdobramentos da crise.

Líbia treina mercenários

Cairo — Vinte mil mercenários europeus, asiáticos e africanos estão sendo treinados na Líbia em operações de guerrilha urbana e sabotagem, segundo a revista egípcia **Akher Saa**, acrescentando que sete mil deles, que formam a vanguarda dos "Libertadores do Terceiro Mundo", desfilaram recentemente em Bengazi diante do Coronel Muammar Kadhafi.

A revista afirma que os mercenários estão distribuídos em diferentes campos de treinamento, de acordo com o tipo de operações a realizar e os países onde pretendem agir. Referiu-se especialmente ao acampamento de Benina, próximo a Bengazi, onde os mercenários seriam preparados por instrutores palestinos em operações de terrorismo e guerrilha urbana.

A **Akher Saa** disse que este acampamento inclui elementos do ETA (Organização separatista basca), do IRA (Exército Republicano Irlandês), das Brigadas Vermelhas italianas e extremistas da Córsega e da Sardenha. Beduínos do deserto, preparados para realizarem operações de sabotagem no Egito, são treinados por soviéticos no acampamento de Merada, próximo de El Beida, segundo a revista egípcia.

Quanto aos africanos, em sua maioria originários do Chade e do Sudão, assegurou a revista, se encontrariam na base militar de Bascara, nas proximidades da fronteira sudanesa. Afirmou ainda que mercenários argelinos, marroquinos e sul-iemitas, nigerianos e ugandeses, estariam concentrados em Sebha e Tamou. Todos esses acampamentos, concluiu a revista, estariam sob o comando direto de um comitê denominado Escritório de Exportação da Revolução.

Polícia prende membros da ETA

Bilbao — Trinta e duas pessoas suspeitas de estarem vinculadas à organização separatista basca ETA-Político-Militar, foram detidas na noite de quinta-feira nas províncias de Guipuzcoa, Biscaya, Alava e Navarra, segundo anunciaram fontes policiais em Bilbao.

Segundo os meios bascos, as detenções fazem parte das medidas adotadas pelas autoridades espanholas, após a campanha armada lançada pela ETA contra as zonas turísticas do país. As quatro primeiras bombas dessa campanha explodiram na quinta-feira em Javea e Alicante, no Sudeste da Espanha, sem causar vítimas.

A ETA-Político-Militar anunciou por telefone a um jornal espanhol que, da noite de ontem para hoje, explodiram várias bombas em um hotel de Valencia e em outro de Cullera.

Angola denuncia invasão

Luanda — O Exército Sul-africano iniciou no último dia 7 uma "invasão aberta" ao Sul de Angola, denunciou ontem o Ministério da Defesa angolano, acrescentando que a invasão provocou 300 mortos, entre velhos, mulheres e crianças.

O Governo de Pretória disse que tropas angolanas derrubaram um helicóptero da África do Sul e atacaram a tripulação, matando o técnico de vôo. O comunicado não informou a data do incidente, nem esclareceu se o helicóptero foi derrubado em espaço aéreo angolano.

O Ministério da Defesa angolano afirmou que as forças sul-africanas são estimadas em cerca de 3 mil homens e compreendem uma brigada de infantaria, apoiada por 3 esquadrilhas de Mirages (com 12 aviões cada), dois aviões Hércules C-130, 20 helicópteros Puma, 32 peças de artilharia terrestre e 40 blindados AML-90.

O comunicado desmentiu a argumentação sul-africana de que suas tropas visam objetivos da SWAPO — movimento guerrilheiro de libertação da Namíbia — e assinalou que os invasores "lançam o terror e a morte contra as populações indefesas do Sul de Angola".

Disse também que Pretória pretende introduzir "os agrupamentos fantoches angolanos — a UNITA — colocando-os no interior da zona desmilitarizada e sabotando assim a Resolução 435 das Nações Unidas".

Arlete Chabrol
Correspondente

Paris — A França tornou-se ontem o primeiro país do mundo a admitir publicamente ter feito experiências com a bomba de nêutrons, a arma mais moderna da segunda geração de armamentos nucleares. Em 1978, os Estados Unidos revelaram possuir esse tipo de bomba — que produz o dobro da radiação das armas nucleares, mata seres humanos e não destrói prédios — mas o Presidente Carter abandonou o projeto de sua construção devido à forte oposição internacional.

Durante a nona entrevista coletiva desde que assumiu a Presidência da França, em 1974, Valéry Giscard d'Estaing comunicou que, apesar de já ter sido testada e aprovada uma carga nuclear de nêutrons, só em 1982 ou 1983 será decidida a construção em série desta arma. Anunciou que está sendo projetada uma base móvel para mísseis nucleares estratégicos.

Defesa

"A França responderá a todo ataque nuclear com um contragolpe atômico. Este é um ponto central de nosso dispositivo de defesa", assinalou, acrescentando em seguida que o país "está diretamente relacionado com a segurança dos Estados vizinhos". Afirmou que a política francesa sempre se caracterizou pela independência, pela paz e pela segurança, no plano externo, enquanto, no interno, pela justiça e progresso econômico e social.

O Presidente reafirmou que o país dispõe de armamentos estratégicos baseados em três componentes: mísseis estratégicos, submarinos nucleares e bombardeiros atômicos, cuja estrutura será válida até os anos 1990 e 1992, com a introdução — a partir de 1984 e 85 — de projéteis balísticos de ogivas múltiplas nos submarinos.

Para fazer frente à substituição de alguns componentes desse sistema de defesa a partir de 1992, nas duas últimas reuniões do Conselho de Defesa, decidiu-se iniciar a preparação da base móvel para os mísseis, esclareceu. "No estado de insegurança do mundo atual", enfatizou, "é impossível" a redução da duração do tempo de serviço militar, que é atualmente de 12 meses.

Giscard faz críticas à proposta americana

Paris (da Correspondente) — "É necessário buscar uma solução definitiva, global, que deve conduzir à retirada total das tropas soviéticas do Afeganistão", disse ontem o Presidente da França, Giscard d'Estaing, criticando implicitamente a recente proposta do Presidente dos Estados Unidos, Jimmy Carter, de buscar uma solução transitória para o problema afegão.

Giscard comentou, no entanto, que a retirada parcial das tropas soviéticas significa um reconhecimento pela União Soviética de que o problema afegão deve ser solucionado politicamente e não militarmente. Descartou a possibilidade de a França vir a ajudar militarmente os rebeldes afegãos, insistindo que seu Governo "pronunciou-se pela busca de uma solução política da crise". Reconheceu desconhecer a existência de um calendário das autoridades soviéticas para a retirada total das tropas no Afeganistão, mas insistiu — apesar de considerar indispensável o estabelecimento de um — que tem de ser avaliado que "seria extremamente difícil e de conseqüências imprevisíveis uma retirada imediata".

É necessário que o Afeganistão restabeleça sua situação histórica tradicionalmente não alinhada, disse, explicando que assim ele não poderá ser usado por ninguém como ponto de partida de uma ameaça para os Estados vizinhos. Sobre a visita do Chanceler da Alemanha a Moscou, julgou útil (assim como seu próprio encontro com o Presidente Leonid Brejnev, em Varsóvia, recentemente), justificando que isso permitirá a Helmut Schmidt expor as teses, com as quais colaborou.

Giscard disse que os territórios ocupados por Israel "devem ser evacuados e que, a partir desse momento, a organização do povo palestino poderá ser tratada de forma positiva". Advertiu que "assiste-se atualmente uma corrida para o abismo, já que o tempo não ajuda a conciliação" do conflito.

Para Giscard, o dia em que os armamentos mais modernos chegarem ao Oriente Médio a luta poderá "tomar dimensões trágicas". A solução, a seu ver, consiste em se conciliar o direito à segurança do Estado de Israel e o direito à autodeterminação do povo palestino, o que faz com que a retirada dos territórios árabes ocupados esteja no centro do debate.

"Fronteiras seguras e internacionalmente reconhecidas para Israel não podem e não poderão jamais englobar os territórios árabes ocupados", frisou o Presidente francês, sugerindo que seja negociado um prazo para a desocupação da área reclamada pelos árabes. Acrescentou que só a partir daí será possível negociar relações de paz entre Israel os Estados vizinhos. Disse que os países da Comunidade Econômica Européia estão prontos a garantir a segurança de Israel, se suas sugestões forem aplicadas.

URSS prepara novas retiradas de tropas

Nova Déli — Os Governos soviético e afegão estão preparando o terreno para novas retiradas de tropas soviéticas do Afeganistão nos próximos dias, anunciou a agência noticiosa indiana PTI.

Acrescentou que a imprensa afegã começou a especular sobre a melhoria da situação no país e a possível capacidade das Forças Armadas e do povo afegão para se defenderem por conta própria.

O correspondente da PTI em Cabul reproduziu comentários nesse sentido de oficiais e soldados soviéticos, ouvidos durante a recente retirada de uma divisão soviética de tanques. Em círculos diplomáticos de Cabul, no entanto, afirmava-se que estava sendo estudada a questão de que se as novas retiradas seriam efetuadas por simples acordo bilateral soviético-afegão ou através de entendimentos multilaterais.

A União Soviética poderia estar interessada em receber maiores informações a respeito do plano norte-americano para um Governo de transição para o Afeganistão, divulgado pelo Presidente Carter embora sua primeira reação tenha sido rejeitá-lo em bloco, disseram à UPI observadores diplomáticos. A correspondente da UPI, Douglas Stanglin, lembra que a reação soviética diante dos mais graves problemas mundiais tem por tradição desdobrar-se lentamente, com tendências sinuosas, até chegar à elaboração de um roteiro político definitivo. Nessa perspectiva, a recusa de Moscou ao plano Carter não constitui exceção.

Afegão acha que todo americano é da CIA

Dilip Ganguly
Enviado Especial da AFP

Cabul — *Um norte-americano que passava por uma rua de Cabul foi abordado por um afegão, que lhe disse: "Você deve ser agente da CIA. Se quiser se avistar com os rebeldes, eu o levo por 100 dólares".*

Ao ver o norte-americano reagir, espantado, o afegão prosseguiu: "Não se assuste. Somos seus amigos. Aqui, todos detestam os soviéticos e apreciam os norte-americanos." E insistiu: "Pode me seguir."

O jovem norte-americano acabou perdendo a calma: "Não pertenço à CIA. Sou estudante. Me deixe em paz". O afegão ficou confuso: "Mas você é norte-americano e deveria nos ajudar a expulsar os soviéticos de nosso país".

Essa cena ocorreu na minha frente, sábado passado, numa rua de Cabul. Os afegãos e soviéticos pelo menos estão de acordo que todo norte-americano é agente da CIA.

A cada dia, a cada hora, a rádio oficial de Cabul acusa a Agência Central de Informações norte-americana de ajudar os rebeldes e organizar sabotagens. A todo o momento, os afegãos discutem o montante da ajuda que esperam dos serviços especiais norte-americanos.

Os rumores se multiplicavam ontem no Afeganistão sobre os milhões de dólares que a CIA entregará aos rebeldes islâmicos e aos afegãos refugiados no Paquistão.

Muitos querem cruzar a fronteira, dirigir-se a Peshawar, no Paquistão, para embolsar os preciosos dólares norte-americanos. Em todo o país, vive-se uma espécie de sonho de ouro.

Todos os afegãos com quem puder conversar se mostravam convencidos de que a CIA poderá ajudá-los. Mas, quando lhes perguntava o que sabiam sobre esse organismo, respondiam vagamente. "São muito poderosos. Podem matar quem quiser, inclusive os soviéticos", me disse um comerciante no fundo de sua loja, fechada por causa de uma greve geral.

Desde a prisão de Robert Lee, norte-americano acusado de espionagem pelas autoridades afegãs, a Embaixada dos Estados Unidos em Cabul zela pelo destino de seus cidadãos.

Contudo, há cada vez menos norte-americanos no Afeganistão. Quando alguém desembarca no aeroporto de Cabul, seus documentos são rigorosamente examinados. Se tiver sorte, terá autorização para entrar no país, mas será seguido e vigiado estritamente.

Em geral, os gerentes de hotéis se mostram pouco acolhedores. "Quando chega um norte-americano, ele é seguido pelo menos por cinco policiais", confidenciou um deles. "A polícia volta a cada hora para perguntar onde está, o que faz e com quem se encontra".

Chineses, paquistaneses e israelenses também são atacados pela rádio de Cabul. São bem-vistos apenas os indianos e os cidadãos da Europa comunista.

Somente os japoneses são apreciados indistintamente pelos rebeldes e partidários do regime.

Nova Déli/UPI

As cinzas de Sanjay Gandhi serão jogadas hoje nas águas sagradas do rio Ganges, em Allahabad

Indira chora em cerimônia por Sanjay

Nova Déli — A Primeira-Ministra Indira Gandhi chorou e soluçou alto ontem ao receber em sua casa as cinzas de seu filho Sanjay, levadas das margens do sagrado rio Jumna, para a Havan, ou **adoração do fogo**, cerimônia que purifica a família e ajuda a alma do morto a repousar em paz.

Sanjay morreu na segunda-feira em Nova Déli, num acidente de avião. Suas cinzas, recolhidas pelo irmão mais velho, parentes, amigos e sacerdores e colocadas em urnas de latão e cobre, foram depositadas no alto de uma plataforma de barro. Elas permanecerão lá até hoje, quando serão mergulhadas nas águas sagradas do rio Ganges, em Allahabad, cidade natal de Indira.

Centenas de amigos e parentes reuniram-se para assistir à cerimônia do fogo, na qual os sacerdotes cantaram hinos e fizeram oferendas de manteiga, incenso, flores e água santa diante de um altar de fogo que ardia.

Carter faz elogios a Portugal

Juarez Bahia
Correspondente

Lisboa — "Vim testemunhar a admiração e o apoio dos Estados Unidos ao avanço democrático deste país", afirmou ontem o Presidente Jimmy Carter em Lisboa, última etapa de sua viagem à Europa. Ele destacou também que "não é de espantar que Portugal tenha sido um dos primeiros países do mundo a reconhecer e a reagir à ameaça às sociedades democráticas em todo o mundo, representada pela agressão no Afeganistão e pelo terrorismo oficial no Irã".

Mais expontâneo e caloroso que em Madri, o clima oficial foi assinalado por duas reuniões de Carter com o Presidente Ramalho Eanes e o Primeiro-Ministro Sá Carneiro. O balanço é de gestos de boa vontade de parte a parte. Carter convidou Eanes a visitar os Estados Unidos. Os dirigentes portugueses reafirmaram sua solidariedade sem restrições às posições norte-americanas. E Carter ainda mostrou-se disposto a aumentar a ajuda econômica de Washington a Lisboa.

SEM OBJEÇÕES

As conversações de Carter ontem em Lisboa tomaram quatro horas úteis do seu tempo total de sete horas em Portugal. E concentraram-se nas questões políticas e econômicas debatidas na reunião de cúpula de Veneza. Carter agradeceu ao Governo Sá Carneiro e à Aliança Democrática a atitude tomada por Portugal nas crises do Irã e do Afeganistão e a imediata solidariedade às iniciativas de Washington.

Não há objeções a registrar na área oficial aos termos das relações que Portugal mantém com os Estados Unidos. Lisboa foi o primeiro Governo a endossar o boicote norte-americano ao Irã e a aprovar a reação de Carter à invasão do Afeganistão. Foi um pouco mais longe que seus aliados europeus, rompendo relações comerciais com Teerã num momento em que a Comunidade Econômica Européia ainda vacilava.

Assim Portugal limita-se a ouvir e a aprovar o que Cater diz no relato das posições norte-americanas em face dos problemas mundiais. O Governo de centro-direita só reivindica dos Estados Unidos maior ajuda econômica, mas sem nenhuma atitude traumática. Um dia antes da chegada de Carter, um acordo econômico garantia a Portugal o financiamento de 40 milhões de dólares para assegurar o fornecimento de cereais à debilitada capacidade de produção local.

Vinculado ao Fundo Monetário Internacional através de acordo que talvez não seja renovado e com uma economia em recuperação, Portugal considera necessária, no entanto, uma favorecida ajuda econômica norte-americana para tornar bem-sucedidos os seus objetivos de combate à inflação, e equilíbrio da balança de pagamentos. Os Estados Unidos não opõem qualquer dificuldade ao financiamento de grandes projetos agrícolas e industriais portugueses. O Governo de centro-direita, com seu programa de reincorporação da iniciativa privada e de atração dos investimentos internacionais, tem livre trânsito para firmar compromissos a longo prazo e em condições vantajosas com os Estados Unidos.

Mesmo o encontro de Carter com o líder socialista Mário Soares foi ditado pela "tradicional amizade" entre Estados Unidos e Portugal. "Foi uma conversa de amigos", esclareceu Soares, sobre temas internacionais atuais. Mas o secretário-geral do Partido Socialista aproveitou para dizer a Carter que a democracia portuguesa corre o risco de uma "ressaca da direita".

As reações da imprensa portuguesa à visita de Carter vão do elogio da personalidade do Presidente à alegria de ter sido Portugal escolhido para última etapa do giro por países europeus. Uma exceção é a do semánario de direita **Tempo** que lamenta a "indelicadeza" de Carter pelo fato de permanecer apenas sete horas em território luso.

Irã executa líderes da conspiração para repor o Xá no trono

Teerã — Após condenação do tribunal revolucionário das Forças Armadas, foram executados o General Mohsen Zadegan e o Tenente Abas Gnolis, líderes do desmantelado golpe de estado que pretendia devolver o Poder ao Xá Reza Pahlavi. A agência de notícias iraniana Pars esclareceu que a organização **Grupo Eliminação** pretendia matar numerosos comandantes militares iranianos.

Presos há duas semans, os conspiradores colaboravam com partidários do Xá no exílio, aos quais teriam entregue segredos militares iranianos. Outras 33 pessoas, inclusive um civil, continuam presos, sob acusação de participarem da tentativa golpista iniciada nas guarnições da localidade de Piranshard, perto de Mahabad, ex-Capital da efêmera República Autônoma do Curdistão, criada após a Segunda Guerra Mundial.

FUZILAMENTOS

Mais sete pessoas foram fuziladas ontem no Irã, sendo cinco em Teerã e duas em Qazvin, após condenações de tribunais revolucionários. Dos executados, dois eram mulheres consideradas culpadas de explorar a prostituição e traficar drogas. Outro era um judeu, identificado como Kalal Massarrat, acusado de manter relações sexuais com mulheres cristãs e muçulmanas, de produzir e distribuir heroína, além de exploração do tráfico de escravas.

As execuções em Qazvin foram por banditismo e assaltos a mão armada. Segundo se informou em Teerã, Khalkhali viajou para a cidade santa de Mashad para presidir novos julgamentos contra traficantes de drogas, dos quais teriam sido confiscados cinco quilos de ópio. Antes de viajar, Khalkhali recebeu a visita do Presidente Bani Sadr na prisão de Evin, em Teerã. O Presidente disse que o Governo anunciará em breve se dará ou não atribuição a Khalkhali de coibir as especulações dos comerciantes iranianos.

Táxis são o novo alvo da Revolução

Teerã — O **ayatollah** Khameney, que faz a pregação das sextas-feiras em Teerã, denunciou a influência perniciosa dos táxis, estes "salões abertos", onde se conspira contra a Revolução Islâmica do Irã. "Desmascaremos os que dizem ser motoristas de táxis para difundir rumores: são ex-agentes da Savak (polícia política do Xá)", afirmou.

"Vocês saíram às ruas oferecendo o peito e dizendo estarem dispostos a morrer pela República Islâmica. Agora, padeçam", disse um motorista de táxi de Teerã a seus cinco passageiros, ao ser entrevistado pelo correspondente da agência AFP. Outro declarou: "Um dia ainda vão beijar a mão do Xá, rogando-lhe que regresse."

MONARQUIA

Faz 10 dias que os táxis foram proibidos de circular nas faixas dos ônibus e, a partir de então, para muitos motoristas de táxi a República Islâmica não vale mais do que a monarquia. Alguns dizem: "Para que fizemos a Revolução? Afinal Khomeiny disse que não era nem pela habitação, nem pelo pão. Foi então para favorecer a alguns **mullahs**?".

O fenômeno atingiu tal amplitude que o **ayatollah** Khomeiny, na pregação de sexta-feira passada, na Universidade de Teerã, especulou que, "se o inimigo veicula rumores para debilitar-nos, poderia isso ser possível sem uma rede organizada"? Os cerca de 40 mil fiéis presentes escutaram o líder religioso, mas os rumores continuaram.

Durante o regime do Xá, os passageiros dos táxis permaneciam mudos o tempo que durasse o percurso. Agora, porém, não cessam de comentar as iniciativas favoráveis ou desfavoráveis da Revolução, seja o alto preço da melancia ou dos cigarros, seja um **mullah** que viram na calçada quando o carro passou.

Iranianos e líbios querem matar Pahlavi

Cairo — "Os regimes revolucionários do Irã e da Líbia estão agindo em conjunto, fazendo esforços extraordinários, dignos de filmes de James Bond, para tentar assassinar o Xá Reza Pahlavi, em território egípcio", revelou um assessor do Presidente Anwar Sadat, em artigo assinado que publicou no jornal **Al Ahram**, do Cairo.

Assessor para assuntos culturais, Rashad Roushdy limitou-se a fazer a denúncia, evitando descrever em detalhes as tentativas de assassinato do Xá, que teriam sido realizadas. Reza Pahlavi continua morando num palácio no subúrbio do Cairo, guardado por agentes particulares e da segurança pessoal de Sadat.

Leia "Um Embrião", na página 10

EUA não apóia mudança da Capital israelense e árabes ameaçam boicotar petróleo

Washington — Os Estados Unidos comunicaram hoje ao Egito que não concordam "com qualquer mudança no **status** de Jerusalém e não apóiam a iniciativa israelense de anexar o setor Leste da cidade". O Embaixador norte-americano no Cairo, Robert Atherton afirmou que a posição já foi comunicada a Tel Aviv.

O Embaixador do Kuwait nas Nações Unidas, Abdalla Yaccoub advertiu ontem, no Conselho de Segurança da ONU, que poderá haver novo boicote petrolífero contra o Ocidente se o Governo israelense for transferido para a parte oriental de Jerusalém. "Isto seria uma humilhação para o Irã, um insulto que os muçulmanos não podem aceitar", afirmou.

PREOCUPAÇÃO

O representante da Arábia Saudita, Adulla Zowawi afirmou que seu Governo está "gravemente preocupado" com a possibilidade e pediu a imediata retirada israelense dos territórios ocupados e de Jerusalém. Pediu ao Conselho de Segurança que condene as recentes medidas adotadas por Israel que considera um obstáculo para uma paz global, justa e duradoura no Oriente Médio.

Yehuda Blumi, Embaixador israelense na ONU, afirmou que a ameaça do Kuwait, trazida por um porta-voz do "ódio, incitação, chantagem e intimidação" é inaceitável e deve ser repelida pela comunidade internacional.

OTAN critica soviéticos

Ancara — Os 15 Ministros do Exterior dos países-membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) pediram a "retirada imediata e incondicional" das tropas soviéticas do Afeganistão e colocaram em dúvida a importância da saída parcial dos soldados russos. Destacaram que essa operação "só é de interesse geral se for o primeiro passo na direção de uma retirada total".

Os Chanceleres pediram também a libertação imediata dos 53 reféns norte-americanos detidos no Irã, reiteraram a necessidade de instalação de novos mísseis nucleares na Europa e apoiaram o reforço do flanco Sul da OTAN, na Turquia e na Grécia. Só não chegaram a um acordo sobre a questão palestina. O Secretário de Estado norte-americano Edmund Muskie bloqueou uma referência à autodeterminação do povo palestino, alegando que o tema tem "diversas interpretações" e ainda é objeto de negociação entre Egito e Israel.

Quanto à proposta da Alemanha Ocidental de se adiar por três anos a instalação de mísseis norte-americanos em território europeu, o comunicado, argumentando que o Pacto de Varsóvia está ainda procurando uma "superioridade militar", acrescentou que os países da OTAN decidiram tomar todas as providências necessárias, individual ou coletivamente, "para manter um nível adequado de material de defesa". A possibilidade de controle armamentista, ressaltou o comunicado, "dependerá da restauração da confiança internacional, bastante abalada com a intervenção soviética no Afeganistão".

O documento destacou ainda que a União Soviética não está pensando em adiar a instalação dos mísseis SS-20 na Europa Oriental — ao contrário, a instalação já começou — forçando, assim, a OTAN a promover planos de modernização de seu arsenal de armas nucleares de médio alcance. Apesar dessa recomendação, os ministros disseram que "é muito importante que os Estados Unidos e a União Soviética continuem as negociações para a limitação de armas estratégicas, o que proporcionaria a preservação da distensão em escala mundial".

Pela primeira vez num comunicado conjunto, os Ministros do Exterior da OTAN reconheceram de forma expressa não apenas o direito de existência do Estado de Israel, mas também os direitos legítimos do povo palestino. Em virtude da pressão norte-americana, o comunicado final não mencionou de forma direta a Organização para a Libertação da Palestina (OLP); em seu lugar, exortou todas as partes interessadas, "incluindo os representantes do povo palestino", a que participem das negociações de paz no Oriente Médio.

Leia editorial "Horizonte da Crise"

Líder do M-19 foge da prisão

Pepe Fajardo
Especial para o JB

Bogotá — *Dois meses após a liberação do grupo de embaixadores que mantinha na Embaixada dominicana em Bogotá, o M-19 volta a ser notícia de primeira página com a misteriosa e cinematográfica fuga do homem que encabeçava a lista de presos políticos cuja libertação exigiu, ao que parece sem êxito, o Comandante Uno: Ivan Marino Ospina, oficial superior do M-19 e, sob o pseudônimo de Felipe González, chefe da Operação Colômbia, que custou ao Exército mais de 7 mil armas roubadas. Junto com Ospina desapareceu outro importante chefe do movimento subversivo: José Elmer Marin Marin.*

Ignora-se como os dois conseguiram fugir da prisão mais segura do país — depois da desumana ilha-prisão de Górgona — reforçada por um impressionante cordão de segurança militar precisamente para evitar a fuga de um dos mais de 200 presos que estão respondendo a um conselho verbal de guerra, como supostos membros do M-19. Segundo uma versão, a fuga foi resultado de um plano minuciosamente elaborado pelo conselho superior do Movimento 19 de Abril, a que pertencem Ospina e Marin, e que consistiu em sair tranqüilamente da prisão, misturando-se aos habituais visitantes de La Picota e com os advogados que os defendem na Corte Marcial a que estão sendo submetidos os supostos membros do M-19.

De todos os guerrilheiros detidos, Ospina era o de mais alto posto dentro da organização — foi um dos fundadores do M-19 — a que chegou com sua experiência guerrilheira nas FARC, como comandante geral do Movimento Jaime Bateman. Ospina tomou parte na primeira ação espetacular do M-19: o roubo da espada do Libertador Simon Bolivar. As autoridades o acusam de ter planejado e dirigido outras ações desse movimento, entre elas, o seqüestro e execução do sindicalista José Raquel Mercado, após um julgamento popular do qual, dizem, Ospina foi uma parte civil. Também é considerado o chefe da audaz operação que culminou com o roubo de mais de 7 mil armas do depósito central da Brigada de Institutos Militares, cuja posse vitoriosa assinou como Felipe González, junto com Carlos Toledo Plata e Pablo Garcia, pseudônimo utilizado por Bateman.

Marin, conhecido no movimento como Mario Roberto, também é fundador do M-19 e membro de seu conselho superior. É acusado de numerosos atos subversivos e delituosos, inclusive de ter sido o executor material da sentença de morte ditada contra Mercado, e organizador da escola de instrução guerrilheira criada pelo M-19 em Caqueta.

Há duas semanas se soube do regresso ao país do Comandante Uno, que em declarações a um jornalista de Cáli disse que o resgate dos embaixadores foi de 15 milhões de dólares e estava sendo preparado outro golpe espetacular, uma "bomba-relógio que dará muito o que falar." Uno disse também que tinham sido selecionados 50 guerrilheiros para a tomada da Embaixada, dos quais somente 17 participaram diretamente da ação e insistiu em dizer que haviam tornado a pedir ao Governo a oportunidade de dialogar.

Sobre esse grande diálogo nacional insiste precisamente o comandante-geral do M-19, Jaime Bateman, em cartas pessoais enviadas a várias personalidades da vida política colombiana, convidando-os para uma reunião de cúpula no Panamá nos dias 4 e 5 de julho para "dialogar e encontrar os caminhos que conduzam ao bem-estar de nossa pátria". Bateman enviou uma nota ao Governo e aos meios de comunicação anunciando que, se as autoridades concordarem com esse diálogo, estão dispostos a depor armas imediatamente, e reiterando que não visam, com esse encontro no Panamá, obter publicidade ou humilhar o Governo. "Se fosse esse nosso propósito" — diz — "desde já poderiam prever seu fracasso".

Entre as personalidades diretamente convidadas por Bateman estão os ex-Presidentes Echandia, Lleras Restrepo, Lopez Michelsen e Pastrana, os ex-candidatos presidenciais Maria Eugenia Rojas, Belisário Betancur e Alvaro Gómez, o escritor Gabriel Garcia Márquez, os generais reformados Valencia Tovar e Matallana, os comandantes guerrilheiros das FARC, ELN, EPL e MAO, o Comitê de Defesa dos Direitos Humanos, presidido pelo ex-Chanceler conservador Vázquez Carrizosa e, ao que se presume, os delegados que o Governo ache oportuno enviar em sua delegação.

Muitos dos convidados confirmaram o desejo de assistir a essa reunião, inclusive os Generais Valencia Tovar e Matallana, por considerarem que pode ser decisiva para o país e seu futuro. O Governo, que anteriormente rejeitara categoricamente essa idéia proposta por Bateman, até agora não respondeu.

Enquanto isso, foram detidos todos os guardas que estavam ontem de serviço em La Picota, sob suspeita de terem sido subornados, e as Forças Armadas e os serviços secretos iniciaram uma operação, tão vasta e intensa quanto inútil, até agora, para recapturar os fugitivos, que, parece, quiseram demonstrar que o M-9 tinha outros meios de libertá-los e por isso não haviam insistido obstinadamente nessa primeira condição para devolver seus reféns diplomáticos.

Terroristas param trem na Itália

Turim — Numa ação inédita, sete terroristas da organização de extrema-esquerda Prima Linea pararam um trem que se dirigia a Turim, ontem, ao amanhecer, e armados de metrelhadoras, revólveres e escopetas distribuíram entre os 400 assustados passageiros panfletos mimeografados onde explicavam a "filosofia" do grupo.

Os magistrados de Roma entraram ontem em greve geral de duração indefinida em protesto contra o terrorismo e exigindo maior proteção policial. A paralisação foi decidida numa assembléia plenária de juízes e promotores, convocada após a morte, no início da semana, do Procurador-Geral da República em Roma, Mário Amato.

O grupo Prima Linea disputa com as Brigadas Vermelhas o recorde de atentados extremistas assumidos pela extrema esquerda italiana. Por isso, foi com espanto que as autoridades reagiram à ação de ontem, no trem que ia de Susa a Turim, sem vítimas, a não ser o policial que viajava no trem para dar segurança aos passageiros, golpeado e desarmado pelos terroristas.

O trem saiu de Susa às 6h40m de ontem. Quando estava a uns 20 minutos do ponto final, os sete terroristas puxaram os freios de emergência, se levantaram, armados e disseram que não haveria nenhuma ação sangrenta se todos se portassem direito. Após golpearem o **carabinieri**, distribuíram sua propaganda política.

Finda a ação, em poucos minutos, despediram-se dos 400 passageiros, então mais calmos, e deixaram o trem, indo para um veículo parado perto dos trilhos. Os passageiros descobriram que um dos membros do comando deixara uma bomba nos trilhos. Após permanecer no local durante mais de meia hora, o trem seguiu para Turim, finalmente.

Exército mata 25 em El Salvador

San Salvador — *Tropas do Exército mataram ontem 25 pessoas na favela La Fosa, em San Salvador e, em seguida, invadiram a Universidade Nacional, na vizinhança, ferindo 12 estudantes e prendendo outros 100. Oficiais que comandavam os 400 soldados, três carros blindados e seis jipes com metralhadoras afirmaram que foram atacados a tiros por militantes esquerdistas aquartelados no campus quando se preparavam para uma operação de busca na favela.*

Testemunhas afirmaram, no entanto, que as tropas invadiram a favela matando 25 pessoas com um tiro na cabeça e, logo em seguida, bloquearam e invadiram a universidade que tem 3 mil estudantes. Vários dirigentes esquerdistas que estavam dando entrevista à imprensa, num dos prédios, foram presos. A invasão era esperada há vários dias, pois o campus se havia convertido em território livre e abrigava oposicionistas à Junta salvadorenha. Nas últimas 24 horas, 15 pessoas morreram em atentados políticos em El Salvador.

Suazo escapa de atentado

La Paz — *Uma bomba atirada durante comício do candidato à Presidência da Bolívia pela esquerda moderada, Hernan Siles Suazo, matou uma pessoa e feriu outras 24 ontem à noite no centro de La Paz. A explosão ocorreu a pouco menos de 50 metros de onde estava Suazo, que não ficou ferido.*

Testemunhas afirmaram que homens armados escondidos num edifício foram os responsáveis pelo atentado e pelos tiros que se seguiram enquanto a multidão fugia em pânico. Não houve prisões. O comício já havia sofrido interferência da polícia que jogou bombas de gás lacrimogêneo para controlar supostas manifestações contra o candidato da UDP.

Líder do M-19 foge da prisão

Pepe Fajardo
Especial para o JB

Bogotá — *Dois meses após a liberação do grupo de embaixadores que mantinha na Embaixada dominicana em Bogotá, o M-19 volta a ser notícia de primeira página com a misteriosa e cinematográfica fuga do homem que encabeçava a lista de presos políticos cuja libertação exigiu, ao que parece sem êxito, o Comandante Uno: Ivan Marino Ospina, oficial superior do M-19 e, sob o pseudônimo de Felipe González, chefe da Operação Colômbia, que custou ao Exército mais de 7 mil armas roubadas. Junto com Ospina desapareceu outro importante chefe do movimento subversivo: José Elmer Marin Marin.*

Ignora-se como os dois conseguiram fugir da prisão mais segura do país — depois da desumana ilha-prisão de Górgona — reforçada por um impressionante cordão de segurança militar precisamente para evitar a fuga de um dos mais de 200 presos que estão respondendo a um conselho verbal de guerra, como supostos membros do M-19. Segundo uma versão, a fuga foi resultado de um plano minuciosamente elaborado pelo conselho superior do Movimento 19 de Abril, a que pertencem Ospina e Marin, e que consistiu em sair tranqüilamente da prisão, misturando-se aos habituais visitantes de La Picota e com os advogados que os defendem na Corte Marcial a que estão sendo submetidos os supostos membros do M-19.

De todos os guerrilheiros detidos, Ospina era o de mais alto posto dentro da organização — foi um dos fundadores do M-19 — a que chegou com sua experiência guerrilheira nas FARC, como comandante geral do Movimento Jaime Bateman. Ospina tomou parte na primeira ação espetacular do M-19: o roubo da espada do Libertador Simon Bolívar. As autoridades o acusam de ter planejado e dirigido outras ações desse movimento, entre elas, o seqüestro e execução do sindicalista José Raquel Mercado, após um julgamento popular do qual, dizem, Ospina foi uma parte civil. Também é considerado o chefe da audaz operação que culminou com o roubo de mais de 7 mil armas do depósito central da Brigada de Institutos Militares, cuja posse vitoriosa assinou como Felipe González, junto com Carlos Toledo Plata e Pablo Garcia, pseudônimo utilizado por Bateman.

Marin, conhecido no movimento como Mario Roberto, também é fundador do M-19 e membro de seu conselho superior. É acusado de numerosos atos subversivos e delituosos, inclusive de ter sido o executor material da sentença de morte ditada contra Mercado, e organizador da escola de instrução guerrilheira criada pelo M-19 em Caqueta.

Há duas semanas se soube do regresso ao país do Comandante Uno, que em declarações a um jornalista de Cáli disse que o resgate dos embaixadores foi de 15 milhões de dólares e estava sendo preparado outro golpe espetacular, uma "bomba-relógio que dará muito o que falar." Uno disse também que tinham sido selecionados 50 guerrilheiros para a tomada da Embaixada, dos quais somente 17 participaram diretamente da ação e insistiu em dizer que haviam tornado a pedir ao Governo a oportunidade de dialogar.

Sobre esse grande diálogo nacional insiste precisamente o comandante-geral do M-19, Jaime Bateman, em cartas pessoais enviadas a várias personalidades da vida política colombiana, convidando-os para uma reunião de cúpula no Panamá nos dias 4 e 5 de julho para "dialogar e encontrar os caminhos que conduzam ao bem-estar de nossa pátria".

Terroristas param trem na Itália

Turim — Numa ação inédita, sete terroristas da organização de extrema-esquerda Prima Linea pararam um trem que se dirigia a Turim, ontem, ao amanhecer, e armados de metrelhadoras, revólveres e escopetas distribuíram entre os 400 assustados passageiros panfletos mimeografados onde explicavam a "filosofia" do grupo.

Os magistrados de Roma entraram ontem em greve geral de duração indefinida em protesto contra o terrorismo e exigindo maior proteção policial. A paralisação foi decidida numa assembléia plenária de juízes e promotores, convocada após a morte, no início da semana, do Procurador-Geral da República em Roma, Mário Amato.

O grupo Prima Linea disputa com as Brigadas Vermelhas o recorde de atentados extremistas assumidos pela extrema esquerda italiana. Por isso, foi com espanto que as autoridades reagiram à ação de ontem, no trem que ia de Susa a Turim, sem vítimas, a não ser o policial que viajava no trem para dar segurança aos passageiros, golpeado e desarmado pelos terroristas.

O trem saiu de Susa às 6h40m de ontem. Quando estava a uns 20 minutos do ponto final, os sete terroristas puxaram os freios de emergência, se levantaram, armados e disseram que não haveria nenhuma ação sangrenta se todos se portassem direito. Após golpearem o carabinieri, distribuíram sua propaganda política.

Finda a ação, em poucos minutos, despediram-se dos 400 passageiros, então mais calmos, e deixaram o trem, indo para um veículo parado perto dos trilhos. Os passageiros descobriram que um dos membros do comando deixara uma bomba nos trilhos. Após permanecer no local durante mais de meia hora, o trem seguiu para Turim, finalmente.

Meteorologia prevê tempo ruim em toda a viagem do Papa

Brasília — O Instituto de Meteorologia distribuiu um quadro prevendo que é ruim a tendência do tempo no período de permanência do Papa no Brasil, começando por ser parcialmente nublado em Brasília, dia 30, prosseguindo com muita névoa e chuvas ocasionais nas outras cidades e terminando nublado em Manaus dia 11 de julho.

A partir de ontem a Meteorologia colocou em estado de alerta seu sistema de avisos meteorológicos para permitir que as tendências previstas sejam confirmadas a cada período de 72 horas, permitindo a preparação de novas previsões com antecedência de 48 horas para cada cidade.

O quadro do tempo

Local	Data	HoraCondições do Tempo	Temp.
Brasília	30/6	12/18parcialmente nublado	22/26ºC
		18/24parcialmente nublado	20/17ºC
	1/7	7/10parcialmente nublado	15/20ºC
B.Horizonte	1/7	10/16parcialmente nublado a nublado	18/25ºC
Rio	1/7	16/24nublado	23/25ºC
	2/7	7/13nublado	16/19ºC
		13/20nublado	22/28ºC
	3/7	7/09parcialmente nublado	16/18ºC
São Paulo	3/7	9/13névoa úmido a parcialmente nublado	13/15ºC
		13/20nublado	16/22ºC
	4/7	7/09névoa úmido	12/14ºC
Aparecida	4/7	9/13nublado	15/18ºC
São José dos Campos	4/7	13/16 Encoberto	21/26ºC
P. Alegre	4/7	16/20 Encoberto com Chuvas Ocasionais	14/16ºC
	5/7	7/12 Encoberto com Chuvas Leves	9/12ºC
P. Alegre	5/7	12/16 Encoberto Chuvas Ocasionais	14/16ºC
Curitiba	5/7	16/20 Encoberto Com chuvas ocasionais	10/14ºC
	6/7	7/12 encoberto com chuvas ocasionais	6/8ºC
Salvador	6/7	13/20 nublado a encoberto	24/26ºC
	7/7	8/12 nublado	22/25ºC
		12/15 nublado	26/28ºC
Recife	7/7	15/20 encoberto com chuvas ocasionais	24/28ºC
	8/7	7/10 encoberto	24/26ºC
Teresina	8/7	9/12 claro a parcialmente nublado	26/28ºC
Belém	8/7	12/20 nublado	28/32ºC
	9/7	7/10 nublado	24/27ºC
Fortaleza	9/7	9/13 parcialmente nublado	25/27ºC
		13/22 parcialmente nublado	27/30ºC
	10/7	8/13 parcialmente nublado	25/27ºC
		13/17 parcialmente nublado	27/30ºC
Manaus	10/7	18/21 parcialmente nublado	26/29ºC
	11/7	8/12 nublado	25/28ºC
		12/16 nublado	28/32ºC

Foto de Rogério Reis

A chuva não impediu a colocação do carpete que se estende até ao altar

Operários colocam o carpete vermelho

Apesar da chuva, os operários colocaram parte do carpete vermelho na escadaria que o Papa subirá, para chegar ao altar, no Monumento aos Mortos da Segunda Guerra. A passarela que o Papa utilizará também já está montada, faltando apenas a cobertura de carpete. Na arquibancada destinada ao coral falta colocar os assentos de madeira, e a destinada à imprensa ainda está sendo montada.

No Maracanã a montagem do altar não foi interrompida e a estrutura de tubos metálicos ficou praticamente concluída. Hoje, os operários acabarão de armá-la e começarão a colocar o piso de madeira — trabalho que deverá estar pronto amanhã.

No Corcovado, começou a desmontagem dos andaimes que foram utilizados para a limpeza e restauração do Cristo Redentor — o que deverá estar concluído ao meio-dia de hoje — e, para que a chuva não impeça a visita do Papa à Favela do Vidigal, na rua principal está sendo colocada terra misturada com pedra. A construção da capelinha será concluída segunda-feira.

O lado direito do peito e os cabelos do Cristo Redentor foram"massageados" com óleo de soja, para retirar algumas manchas brancas da estátua, por dois operários. Agora restam a colocação de uma placa alusiva à visita do Papa e uma limpeza geral em toda a área.

Na Rua Cardeal Eugênio Sales, na Favela do Vidigal, a Prefeitura está construindo um muro de contenção, em frente à capelinha, instalando grades laterais, limpando valas e restaurando um dos acessos da favelas. Ao mesmo tempo, a Light está trabalhando na instalação de postes, para levar luz à favela, enquanto a Cetel instala três orelhões.

A Sra Ana Maria Noronha, da Pastoral das Favelas, negou que a Secretaria de Obras tenha assumido a responsabilidade da construção da capelinha, afirmando que os trabalhos continuam sendo supervisionados pelos arquitetos André Lopes e Maria Carmem, que trabalham gratuitamente para a Arquidiocese.

Vidigal pedirá ajuda do Papa

Se até quarta-feira, dia da visita do Papa, o Governo do Estado não editar um decreto desapropriando a área do Vidigal por interesse social, os moradores da favela podem entregar um documento a João Paulo II pedindo sua interferência para a solução do problema.

Essa decisão foi admitida por diretores da Associação dos Moradores do Vidigal, que vão redigir hoje um esboço do documento, que será colocado em votação na assembléia-geral da entidade, domingo, na Escola Almirante Tamandaré, na Estrada do Tambá.

ATITUDE JUSTA

O advogado dos moradores, Bento Rubião, principal responsável pelas negociações com o Governo do Estado, considerou justo que eles tomem essa atitude. Acrescentou que os moradores e ele próprio estão com esperança de que até o dia da visita do Papa o Governador edite um decreto alterando um outro decreto, o nº 1 647, assinado por Faria lima, desapropriando a área por motivo de interesse social ou utilidade pública.

Assim estaria cumprida apenas a primeira parte do trâmite burocrático do processo. Em seguida, seria aguardada a decisão da 1ª Vara de Fazenda Pública fixando o preço a ser pago pelo Estado aos atuais proprietários.

"O caso ainda está engatinhando", observa o advogado Rubião, lembrando que, depois da fixação do preço, o Governo do Estado estudará a fórmula de transferência dos terrenos, com a concessão de títulos de propriedade para os moradores.

O vice-presidente da Associação, Carlos Duque, acha que a visita do Papa é uma excelente oportunidade para que a comunidade apresente suas reivindicações. Se isto não acontecer agora, Duque teme que fique mais difícil a obtenção dos títulos de posse da terra.

CAMINHO RÁPIDO

O advogado da Associação considera que a desapropriação por interesse social é o caminho mais rápido e o que mais interessa à comunidade.

Decretada a desapropriação por interesse social, a fórmula de transferência dos terrenos para os moradores vai depender, mais uma vez, do Governador Chagas Freitas. Na sua opinião, ele pode optar pela transferência da área para o BNDE ou CEHAB-RJ, além da criação de um condomínio.

Figueiredo indulta presos até 4 anos

Brasília — A visita do Papa motivou o Presidente Figueiredo a assinar, antes de partir para o Nordeste, decreto de indulto que beneficia parte dos condenados a pena não superior a quatro anos e a todos condenados maiores de 60 anos, desde que não tenham praticado roubo à mão armada, crime contra a segurança nacional, tráfico de entorpecentes, extorsão com agravante ou estupro contra menores e incapazes.

Esta é a primeira vez que um indulto brasileiro beneficia especificamente condenados que já ultrapassaram os 60 anos de idade.

Segundo o Secretário de Imprensa do Planalto, Marco Antônio Kraemer, a idéia do Governo é que os beneficiados pelo decreto estejam em liberdade a tempo de assistir a visita do Papa ao Brasil.

RITO SUMARÍSSIMO

Os Conselhos Estaduais de Penitenciárias, a quem cabe aplicar os decretos de indulto, estão instruídos a dar rito sumaríssimo ao exame dos casos. O decreto presidencial prevê ainda redução de penas para aqueles que foram condenados a até mais de 10 anos.

Na exposição de motivos que acompanha o decreto, o Ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, diz que o indulto foi concedido "de modo natural dentro de nossa realidade cristã". O Sr Kraemer diz que o Governo não tem idéia de quantos presos serão beneficiados pelo indulto, pois só o exame dos Conselhos de Penitenciárias é que indicará o número.

UM TERÇO DA PENA

Diz o Artigo 1º do decreto que o indulto é concedido "aos condenados a penas privativas de liberdade não superiores a quatro anos que, até 30 de junho de 1980, tenham efetivamente cumprido, no mínimo, um terço da pena aplicada, se primários, ou metade, se reincidentes". O parágrafo único do artigo estende o benefício "aos condenados a penas superiores a quatro anos que tenham completado 60 anos de idade até a data fixada neste artigo, desde que tenham cumprido um terço da pena aplicada, se primário, ou metade, se reincidentes".

Segundo o decreto, o indulto e a redução de pena não atingem a quem já foi beneficiado por outro indulto ou redução de pena ou os condenados que não apresentem boa conduta. Estão ainda excluídos do benefício os que praticaram roubo à mão armada, tráfico de entorpecentes, crime contra a segurança nacional, extorsão com agravante ou estupro contra menores ou incapazes.

Índio fará apelo por demarcação de terra

Manaus — Quarenta e oito anos, oito filhos, vida atribulada por constantes mudanças, forçadas principalmente pelo fato de a tribo ter perdido, ao longo dos anos, suas terras, Agostinho, um apuriná da região do rio Purus, é um dos índios da Amazônia a ser recebido pelo Papa. Já sabe, desde já, o que dirá se for chamado: pedirá que o Papa se esforce pela demarcação das terras indígenas do Brasil.

Baixo, mas forte, Agostinho conta que há muitos anos seu povo se espalhou por diferentes pontos da região do Purus, especialmente por áreas do município de Labréa, por falta de terras. Ultimamente, no entanto, à medida que foram se conscientizando de seus direitos, os apurinás começaram a voltar aos lugares de origem e hoje, na região chamada Caitetu, perto da cidade de Labréa, há 30 famílias reunidas.

AMEAÇAS VELADAS

É em Caitetu que Agostinho vive há 10 anos com a mulher, os filhos e os companheiros de tribo, enfrentando, como afirma, pressões e ameaças veladas, situações às vezes humilhantes, mas todos resistindo: "Os apurinás se cansaram de andanças forçadas e agora querem ficar, para o resto da vida, nas terras que são nossas."

Essa disposição, que Agostinho revela em palavras e em firmeza ante manifestações hostis dos quem não vêem com bons olhos o retorno dos apurinás, levou o pequeno índio a ser reconhecido pelos companheiros com um tuxaua (líder indígena). Por isso foi escolhido para representar seu povo na assembleia nacional em realização em Brasília e também o apuriná que falará com o Papa.

O tuxaua Agostinho lembra que ele e muitos outros apurinás, nas constantes mudanças de lugar, ocupavam áreas abandonadas, inexploradas, até que alguém aparecia e se dizia dono da terra, obrigando-os a sair. Ou então, iam trabalhar para algum "patrão", extraindo latex ou realizando outros trabalhos.

"PARA MIM MESMO

"Fui seringueiro e sorveiro. Mas cansei e me aborreci de tanto ser explorado. Agora trabalho para mim mesmo. Quero só uma coisa: Não ser obrigado a mudar de lugar. Os apurinas não sairão mansamente como antes".

Dom Alfonso responsabiliza também os pobres pela pobreza

O presidente do Celam (Conselho Episcopal Latino-Americano), Dom Alfonso Lopes Trujillo, lembrou ser necessário que as pessoas mais dotadas se perguntem, "com seriedade", o que fazem para melhorar a sorte dos pobres. Mas pediu também que "aos pobres não se retire sua responsabilidade; o contrário seria oferecer-lhes ópio".

Dom Alfonso, que veio participar de uma reunião do Serra Clube e preparar o próximo encontro do órgão que preside, anunciou ainda que o Celam já tem também sua Comissão de Direitos Humanos que se interessará por aqueles que estão privados de participar da vida política, mas também por "todos os miseráveis que não têm nem como se defender dos antinaturalistas e abortistas".

Dinheiro e sexo

O tema da defesa da vida foi levantado pelo Arcebispo colombiano na entrevista e na missa que celebrou ontem de manhã, num salão do Hotel Intercontinental, com o Bispo de Miami, Dom Mac Carthy, e mais 35 padres.

Depois de afirmar que "não é fácil ser cristão", ainda mais quando se considera o "mundo que se seculariza, um mundo injusto e violento" e que só se ajoelha "diante dos ídolos do dinheiro, sexo, poder e ideologias", Dom Alfonso denunciou aqueles que julgam o valor do homem só por aquilo que produz. São aqueles também para os quais "o velho e a criança se convertem em carga insuportável e o filho que palpita nas entranhas é ameaça ao egoísmo e o ventre materno já não é aurora de vida mas sepultura".

Para esse tipo de mundo, disse, a oração (que ele tanto recomendou) "é perda de tempo" e a Igreja, "um escolho que aparece como coisa inútil".

"São variadas as formas de injustiça", insistiu o prelado. E elas existem "no sistema de relações sociais, políticas e econômicas, tanto no capitalismo como no socialismo marxista." "E existem também nos lares e no nosso relacionamento pessoal com os demais." O presidente do Celam achou oportuno lembrar a Doutrina Social da Igreja, por ele comparada a "uma escola de amor e responsabilidade". Reconheceu que "o compromisso pela promoção e libertação integral de nossos irmãos faz parte da missão dos cristãos". Mas, em virtude do Sermão da Montanha, declarou Dom Trujillo: "O cristão não pode, nunca, fazer a apologia da violência."

O religioso falou também do "flagelo do subdesenvolvimento que impede a plena realização do homem, imagem de Deus" e do homem que "é espezinhado em seus direitos fundamentais, em seu direito de ser mais, de esperar, de participar..."

"Ser cristão hoje", finalizou o Arcebispo, "é dilatar nosso coração em atitudes de solidariedade que sejam uma opção de amor, de predileção, pelos pobres."

Celam avalia fala de João Paulo II

É esperado com ansiedade o discurso que o Papa João Paulo II fará quarta-feira às 9h30, na Catedral, para os 150 participantes da reunião do Celam. O encontro começa segunda-feira e vai até sábado, mas os convidados (mais da metade) só participarão das reuniões de terça e quarta-feiras.

O objetivo da reunião, segundo Dom Alfonso, é fazer um levantamento do que a Igreja realizou a partir da última Assembléia-Geral dos Bispos da América Latina relizada em Puebla (México), em fevereiro do ano passado, sob a palavra de ordem "opção preferencial mas não exclusiva pelos pobres", e "fazer um bom estudo do discurso do Papa".

O Celam, que tem sua sede em Bogotá, se reúne uma vez por ano com seus 70 bispos dirigentes e responsáveis pelos 15 departamentos em que se divide.

A reunião, à qual o Papa dedicará uma hora e meia em sua estada no Rio, é extraordinária e tem como objetivo particular comemorar os 25 anos de fundação do Celam, no Rio, por ocasião do 36º Congresso Eucarístico Internacional. Do Celam foi primeiro presidente o Cardeal Jaime de Barros Câmara, então Arcebispo do Rio de Janeiro. Presidentes brasileiros daquele organismo foram também Dom Avelar Brandão Vilela (Arcebispo de Salvador e Primaz do Brasil) e o Cardeal Aluísio Lorscheider (Arcebispo de Fortaleza). Dom Helder Câmara foi vice-presidente.

Foto de Ronaldo Theobald

Dom Alfonso reza missa no Serra e se preocupa com as vocações na América Latina

Falta de vocações continua grave

O presidente do Celam, Dom Alfonso López Trujillo, reconhece que "é grave e crônica" a falta de vocações sacerdotais e religiosas na América Latina. "Mas acredito que, se houver uma boa pastoral vocacional, daqui a alguns anos poderemos mandar padres para aqueles países que primeiro mandaram para nós".

No discurso que fez na última sessão formal da Convenção do Serra Internacional, Dom Alfonso recordou algumas das exigências para ser padre: além do celibato e o compromisso com o serviço divino, "e tudo em comunhão sempre com o bispo e seus irmãos", o padre "deve ter em conta a situação de subdesenvolvimento, injustiças e o risco das tentações das ideologias que algumas vezes golpeiam os padres, angustiados na construção de um mundo mais humano".

A MAIS URGENTE

Dom Alfonso afirmou: "Nenhuma outra urgência pastoral poderia desviar a atenção de nossas igrejas diante deste problema crucial", que é a escassez de vocações. E logo lembrou serem necessários muitos anos para desenvolver uma razoável pastoral vocacional.

Segundo ele, a falta de vocações se deve sobretudo a que "a confusão, as posições caóticas, os critérios apoiados em raciocínios meramente mundanos não propiciam as opções vocacionais". "De comunidades confusas, desconcertadas, amargadas e de ministros vacilantes, sem um mínimo de alegria e heroicidade sacerdotal, não costumam surgir nem a chamada nem o atrativo para uma resposta a Deus".

Como remédios, lembrou o Arcebispo que não se trata "só de uma questão de estratégias pastorais, nem de concentração de esforços em uma pastoral orgânica". Julga indispensável "uma série de critérios teológicos e pastorais, sem os quais vêm o marasmo e o anquilosamento, que são como anemia para a comunidade eclesial".

E, embora sem se referir a experiências mais ou menos extravagantes, Dom Alfonso julgou oportuno advertir que "os ministérios confiados aos leigos não substituem nem aliviam o padre mas devem mostrar sua fecundidade no surgimento das vocações sacerdotais".

Ao encerrar sua palestra, o religioso lembrou que as vocações sacerdotais "nascem normalmente nos lares que se sentem Igreja doméstica e são escola de rico humanismo e onde os pais são os primeiros evangelizadores". Teve ainda palavras de apoio às comunidades eclesiais de base, das quais, segundo ele, podem surgir vocações "sempre e quando forem abertas à comunhão com a paróquia, a Igreja e não se convertam em grupos fechados ou em presa da invasão da politização ou das ideologias".

O Bispo de Nova Iguaçu, Dom Adriano Hipólito, que fez exposição sobre as comunidades eclesiais de base, não se mostrou tão preocupado com o número de padres que os Serra Clube estipulam como conveniente para o Brasil: 90 mil, e não os 13 mil atuais (metade dos quais vieram do exterior).

Lula não fala no Morumbi

São Paulo — O Cardeal D Paulo Evaristo Arns negou que o líder metalúrgico Luiz Inácio da Silva, Lula, tenha sido escolhido para saudar o Papa no Estádio do Morumbi: "Vou apresentar o Papa no máximo por um minuto, e um operário está sendo escolhido para fazer uma breve saudação. Mas não será o Lula".

Uma edição especial sobre o Papa, do semanário da Arquidiocese **O São Paulo**, começa a circular hoje em todas as igrejas da Capital. A edição é apresentada pelo Cardeal Arns, observando que "muito se tem especulado sobre posições de bispos em nosso país e sobre a atitude do Papa em relação a elas". Depois de lembrar os documentos da CNBB, D Paulo destaca que "o Papa costuma reforçar a pastoral assumida pelo conjunto dos Bispos, confirmando seus irmãos na fé e também na esperança".

UNIDADE

O artigo de D Paulo, **O sentido da viagem do Papa**, destaca que "os documentos da CNBB provaram sempre de novo que há uma unidade fundamental dentro da variedade de situações e temperamentos. Isso aconteceu quando o Episcopado nacional propôs as "exigências cristãs para uma ordem política". E este campo, tão explorado pelos meios de comunicação, parecia o mais incerto quanto à unidade de pontos-de-vista. No entanto, mereceu aprovação quase unânime".

"No exame dos aspectos sócio-econômicos" — prossegue — "do país, nunca houve divergências essenciais. A grande maioria dos bispos, padres e fiéis estão em contato constante com a pobreza, as doenças e as diversas formas de exploração do povo."

D Paulo lembra que "restava o grande problema do campo. E foi ele que deu origem à urbanização explosiva e, assim, às favelas em torno das grandes cidades. Os bispos vinham-se pronunciando sobre o problema desde 1950 e fixaram sua posição em documento memorável, promulgado neste ano. De 200, apenas quatro se manifestaram contrários".

A edição especial tem 24 páginas e apresenta o trabalho do Papa, sua vida, seus pronunciamentos e o roteiro da visita, além do trabalho desenvolvido na Arquidiocese de São Paulo.

Jornalistas temem pela cobertura

Araújo Netto
Correspondente

Roma — Com o apoio do Padre Romeo Panciroli, diretor da Sala de Imprensa de Santa Sé, os 60 jornalistas do vôo pontifício encaminharam ao Monsenhor Paul Marcinkus uma carta-protesto reivindicando modificações no programa organizado para a cobertura da viagem do Papa ao Brasil.

Monsenhor Paul Marcinkus viajou ontem para o Brasil, onde entrará em contato com as agências de turismo e as autoridades que elaboraram o programa criticado pelos jornalistas. O texto da carta-protesto dos repórteres de seis grupos de línguas diz o seguinte:

"Os jornalistas, fotógrafos e cinegrafistas, que fazem parte da comitiva do Papa na viagem ao Brasil, receberam com estupor o programa apresentado pela agência de viagem. O programa proposto não corresponde, de maneira alguma, às nossas exigências profissionais.

"Em anexo uma cópia do programa proposto pela agência para um mais detalhado confronto com o programa oficial do Papa. Entre outras coisas, não foi respeitado o compromisso de que os jornalistas viajariam em um vôo especial paralelo que precederia em meia hora ao do Papa (conforme boletim da Sala de Imprensa de Santa Sé, de 23 de junho de 1980).

"Entre os vários acontecimentos que o programa proposto nos obriga a perder, indicamos: o encontro do Papa com os reclusos em Brasília, a inteira visita a Aparecida do Norte, a visita ao leprosário e aos Alagados na Bahia, a inteira visita a Teresina e o encontro com os bispos brasileiros, em Fortaleza, quando da inauguração do Congresso Nacional Eucarístico.

Dom Eugênio diz que credencia até Prestes

"Por determinação pessoal, a Diocese do Rio de Janeiro estava orientada para credenciar todos os jornalistas interessados e para se ter uma idéia de que não há nenhuma restrição, até mesmo o Sr Luiz Carlos Prestes, se fosse jornalista, receberia sua credencial." O comentário foi feito pelo Cardeal Eugênio Sales ao saber que 23 profissionais não receberam credencial do I Exército.

Dom Eugênio Sales adiantou também que "embora não seja da competência exclusiva da Diocese esse credenciamento, pois há também o Governo (Ascom) e o I Exército, talvez ainda haja uma maneira de se resolver o problema". Para ele, a visita do Papa é um evento público que interessa à Igreja, ao Governo, ao povo, a todos.

SEM EXPLICAÇÃO

Os pedidos de credenciais haviam sido remetidos no prazo oficial e o Serviço de Relações Públicas do I Exército distribuiu as credenciais quarta-feira sem dar qualquer explicação para os 23 nomes não credenciados.

Nos pedidos enviados ao Comandante do I Exército, através da V Seção — Serviço de Relações Públicas, as empresas jornalísticas forneciam, além dos nomes dos jornalistas, o número da carteira de identidade, registro profissional, filiação e endereço pessoal de cada um.

Os nomes não credenciados pelo I Exército são os seguintes: repórteres Marcelo Pontes, Luís Eduardo de Rezende, Sílvio Paixão, José Argolo, Paulo Sérgio Markum, Telmo Wambier e o fotógrafo Athayde dos Santos, todos de **O Globo**; repórteres Ana Maria Mandim, Antônio Henrique Lago, Altenir Rodriguez, Vera Durão e Ubirajara Loureiro, da sucursal carioca da **Folha de S. Paulo**; repórteres Beliza Contino e Fernando Pereira, ambos da **Gazeta Mercantil**.

Da revista **Veja** não foram credenciados Ricardo Noblat, editor assistente em São Paulo, e a repórter Elizabeth Carvalho, da sucursal carioca. Do JORNAL DO BRASIL não foi credenciado o repórter Fritz Utzeri, da **Ultima Hora**, o fotógrafo Gilmar Santos, da Rádio Tupi, a repórter Dulce Alves; da sucursal do jornal **O Estado de S. Paulo**, o repórter Domingos Meireles; e os fotógrafos Jorge Reis e Ricardo Coelho e o repórter Heris Félix Ferreira, todos da **Tribuna da Imprensa**.

Igreja admite forma especial de eutanásia em caso extremo

Cidade do Vaticano — Embora mantenha a posição da Igreja contrária à prática da eutanásia, a Sagrada Congregação da Doutrina e da Fé divulgou um documento em que afirma: "Quando a morte é inevitável e iminente, apesar das medidas adotadas, é permitido adotar a decisão de recusar formas de tratamento que somente assegurariam um precário e oneroso prolongamento da vida."

Segundo o documento, "em tais circunstâncias o médico não tem motivos para se recriminar por não ajudar o enfermo". A Igreja reafirma que "não se pode causar a morte por piedade", mas condena o uso intensivo de calmantes e analgésicos, quando podem causar estado de semi-inconsciência e reduzem a lucidez".

ABERTURA

A posição manifestada pela Sagrada Congregação da Doutrina e da Fé está sendo considerada "menos rígida" em relação à eutanásia. Sobre o uso de tranqüilizantes, o documento adverte que "uma pessoa não tem apenas que satisfazer os seus deveres morais e suas obrigações familiares, mas tanto o homem, como a mulher enferma também devem preparar-se conscientemente, para reunir-se a Cristo." Cita, a seguir, uma advertência do Papa Pio XII, de 1958, de que "não é correto privar a uma pessoa enferma de sua consciência, a não ser por uma razão muito forte."

O documento define a eutanásia como "uma ação ou omissão, que por si mesma, ou pela intensão, causa a morte com o propósito de se eliminar o sofrimento, " e reafirma a posição da Igreja de que "nada pode, em nenhuma circunstância, permitir que se mate um ser inocente, seja um feto ou um embrião, um jovem ou um adulto,"ou uma pessoa enferma." Mas adverte que "quando se fala sobre o chamado direito de morrer, o uso de meios terapêutico pode às vezes acarretar certos problemas."

DECISÃO FINAL

— Em certos casos — diz o documento — a complexidade da situação pode chegar a tais proporções, que se tem dúvida de que forma deveriam ser aplicados os princípios éticos. Em última análise, a decisão final e uma questão de consciência, seja da pessoa enferma, de seus responsáveis, ou dos médicos à luz dos diversos aspectos do caso."

Ainda segundo o documento, "é permitido, com o consentimento do paciente, a utilização das mais avançadas técnicas da Medicina, mesmo em caráter de experiência. Mas também é permitido interromper o tratamento, se os resultados não respondem ao desejado. Em tais casos, os médicos podem julgar se as técnicas aplicadas foram ineficases, acarretando maiores sofrimentos ao paciente."

Papa amplia o alcance da viagem

Cidade do Vaticano — Participando da reunião do Conselho Episcopal Latino-Americano no Rio, o Papa dará um alcance continental a sua visita pastoral ao Brasil. Foi justamente no Rio que, em 1955, se criou o Celam, quando a Igreja deu o primeiro exemplo de colegiado entre os bispos de um mesmo Continente, que compartilham dificuldades semelhantes.

Com sua presença nesta reunião de 25º aniversário, o Papa quer demonstrar o interesse e, principalmente, a esperança de Roma na experiência única da Igreja brasileira e das demais Igrejas da América do Sul: a resposta cotidiana ao chamado de populações às quais não se reconhece ainda a plena dignidade do homem. É o que afirma uma análise da AFP.

MUDANÇA

Em quase todos os países latino-americanos a Igreja mudou progressivamente, convertendo-se na Igreja do povo. Nos países ditatoriais constitui a única força de oposição. A Conferência de Puebla (México), motivo da primeira grande viagem de João Paulo II, no início do ano passado, reconheceu esta força de agrupamento concreta.

As comunidades de base testemunham a transformação da Igreja em uma comunidade de participação ativa nas lutas das quais emergem a consciência política e a experiência da força coletiva do povo.

Puebla aprovou a mudança. Nos anos 60, muitas congregações religiosas estabeleceram-se em vilas miseráveis e tomaram a seu encargo paróquias inteiras, descobrindo novamente as necessidades dos pobres. Os bispos reunidos em Puebla comprovaram que a experiência "levou a uma revisão das obras tradicionais para melhor responder às exigências da evangelização".

E o Papa sabe, salienta-se no Vaticano, que o futuro da Igreja no próximo século ocorrerá nos Continentes hoje chamados "em vias de desenvolvimento". Isto ele repetiu ao longo de toda a sua viagem pela África.

Acrescenta a AFP que, nas últimas semanas, João Paulo II recebeu numerosos bispos brasileiros. Um deles, o Cardeal Paulo Evaristo Arns, Arcebispo de São Paulo, respondeu a um jornalista italiano que lhe pediu sua opinião sobre o "Papa conservador": "Ouça e muito atentamente. Não me ocorreria chamar de conservador alguém que escuta. Os conservadores não escutam nunca."

Segundo a análise da Agência France Presse, através do Brasil o Papa se dirigirá de fato a todo o Continente sul-americano.

Recife/Foto de Natanael Guedes

D Lamartine, Bispo-Auxiliar, vê a maquete do altar para a missa do Papa

Lojas recebem apelo para fechar

• O presidente da Federação do Comércio Varejista do Estado do Rio de Janeiro e presidente do Sindicato dos Lojistas do Município, Mozart Amaral, fez um apelo aos comerciantes para que não abram as portas na terça-feira, levando em conta o pedido das autoridades, as dificuldades de trânsito e para permitir aos comerciários participarem das homenagens ao Papa. O mesmo apelo foi feito pela Associação Comercial e pelo Clube de Diretores Lojistas do Rio.

• Seis Galaxie pretos foram cedidos por particulares, cujas identidades não foram reveladas, para servir ao Papa e a comitiva que o acompanhará no Rio. Os carros serão vistoriados amanhã no posto da Polícia Rodoviária Federal do Km 0 da Via Dutra. Os motoristas serão designados pelo Major Zairo, do I Exército.

• O Governador Chagas Freitas presenteará o Papa com uma imagem de São Sebastião, padroeiro do Rio, esculpida em marfim. A peça data do início do século XVIII, mede 22 centímetros e foi feita num bloco maciço de marfim com setas de ouro. Sob a base, uma placa de ouro com as armas do Estado e os dizeres: "Homenagem do Estado do Rio de Janeiro e do Governador Chagas Freitas a Sua Santidade o Papa João Paulo II, Rio, julho de 1980".

• O prédio anexo ao Palácio São Joaquim, que recebeu o nome de Edifício João Paulo II, foi inaugurado ontem pelo Cardeal D Eugênio Sales.

• Quarta-feira, após a visita à favela do Vidigal, o Papa e sua comitiva passarão, em carro fechado, junto ao Hotel Nacional, na Praia de São Conrado, onde estarão para saudá-lo 120 passistas, baianas, porta-bandeiras, mestres-sala e bateristas das Escolas de Samba Mangueira, Salgueiro, Vila Isabel e Unidos de São Carlos.

• A visita do Papa está servindo para que algumas pessoas ganhem "um dinheirinho a mais" trabalhando na montagem dos altares onde o João Paulo II celebrará missa. É o caso de Nélson de Oliveira, funcionário da Suderj, que receberá Cr$ 3 mil pelo trabalho de montador da estrutura de tubos metálicos do altar no gramado do Maracanã.

• A comissão Municipal de Energia está colocando iluminação na Estrada do Sumaré, que serve de acesso à residência do Cardeal D Eugênio Sales onde o Papa ficará hospedado. O serviço termina amanhã. Alguns trechos da estrada estão sendo asfaltados e o mato das margens cortado.

• A estação do bondinho do Corcovado, no Cosme Velho, acabou de ser pintada. Na linha férrea resta apenas a retirada das árvores e galhos caídos nos trilhos. Depois da visita do Papa, a Comlurb colocará 500 garis, limpando todo o percurso cumprido pelo Papa, na maior operação de limpeza já execuatada pela companhia.

• Até ontem estavam inscritas 50 mil pessoas para o Congresso Eucarístico, entre elas 32 argentinos que virão com o Arcebispo de Córdoba. O local do congresso pode receber até 120 mil.

• O altar onde o Papa celebra a missa de abertura do Congresso Eucarístico, em Fortaleza, será giratório (dará uma volta inteira a cada 30 minutos) para permitir a visão total de todas as pessoas.

• Para obter pelo menos "uma palavra de esperança e fé", o presidiário Luís Carlos Lira, condenado a 25 anos de prisão por estupro e assassínio da estudante Arlene Maria Hansel em 1976, enviou carta ao Papa insistindo em sua inocência e denunciando torturas que sofreu para confessar o crime. Cópia da carta e um abaixo-assinado (500 adesões) foram entregues ao Arcebispo de Curitiba, D Pedro Fedalto.

• Os hotéis de Brasília estão com suas reservas quase esgotadas. Muita gente está chegando principalmente de Anápolis, Goiânia, Ceará, Minas e do exterior.

• **Em Brasília**, vão ser providenciados 174 ônibus gratuitos no dia 30, das cidades satélites ao Plano Piloto, facilitando o acesso dessas populações à missa a ser celebrada pelo Papa.

• Um jegue com o nome de **Jericá** é o presente que o paraibano Damião Galdino da Silva, 50 anos, motorista do Senado, pretende dar ao Papa: "É um animal bíblico que inclusive serviu de transporte na fuga de Cristo para o Egito", ele explica.

• Estatuetas do Papa, cartões postais, chaveiros, **posters**, bandejas, objetos de decoração em geral e até camisas estão sendo vendidos em grande escala pelas lojas brasilienses. Além de quatro discos com músicas do Papa.

• "PC — Operação Vaticano" — da sala onde estão afixados estes dizeres, o Comando Militar do Planalto pretende cobrir todo o esquema de segurança durante a visita do Papa a Brasília, não só através dos quase cinco mil homens mobilizados — Exército, Marinha, Aeronáutica, PM e Corpo de Bombeiros — como também por meio de um circuito fechado de rádio e TV.

• Quando chegar a Brasília, o Papa receberá do Núncio Dom Carmine Rocco uma caixa de jacarandá contendo pedras da fundação da casa onde morreu o Padre José de Anchieta e porções da areia da praia onde o beato escrevia seus poemas a Nossa Senhora.

• Cada paróquia de Manaus escolherá três doentes para receberem a bênção do Papa em frente a uma igreja por onde ele passará rumo ao Aeroporto Internacional, para voltar ao Vaticano.

• Por seu tamanho — 1m90 — o emissário do Papa, Monsenhor Paul Marcinkus, terá uma cama especial no Palácio do Bispo em Recife: ela é antiga e bem grande. Foi emprestada pela tradicional família pernambucana Brennand.

• A maquete do altar onde o Papa celebrará missa na tarde de 7 de julho em Recife foi apresentada no Palácio do Campo das Princesas. D Hélder Câmara chegou para vê-la à hora marcada, 15h, mas a maquete não tinha chegado e ele não pôde esperar, o que causou certo constrangimento entre os funcionários da Empresa de Urbanização.

• A Arquidiocese de Salvador começou a distribuir os 720 convites para os bispos, padres e irmãs da Bahia e Sergipe que vão participar da solenidade na Catedral, que marcará o encerramento do desfile do Papa em carro aberto pela orla marítima e centro histórico da cidade.

• Terça-feira, não haverá coleta de lixo em Belo Horizonte e a Prefeitura pediu à população para não colocar sacos de lixo nas ruas. Não funcionarão as repartições públicas federais, estaduais e municipais e os estabelecimentos bancários. A Federação do Comércio fez um apelo aos comerciantes para que fechem suas lojas.

• O Vaticano vai usar um carimbo especial de correspondência para comemorar a visita do Papa ao Brasil. O carimbo terá o escudo do Papa dentro de um círculo e as seguintes palavras em latim: "O Pontífice Supremo visita o Brasil com o carimbo de um pastor".

Marcinkus traz os 44 discursos

Brasília e Fortaleza — **Monsenhor Paul Marcinkus, emissário do Papa para sua visita ao Brasil, chega hoje ao Rio, seguindo para Brasília, para fazer um levantamento final do roteiro. Na bagagem, traz os 44 discursos que João Paulo II pronunciará. A CNBB informou que levará dois dias para fazer a tradução dos textos em inglês, francês e espanhol.**

O pronunciamento mais importante do papa deverá ser feito durante o seu encontro com todos os bispos brasileiros em Fortaleza na manhã do dia 10, que será reservado e sem a presença da imprensa, como confirmou uma fonte da Arquidiocese e outra ligada à segurança do Papa.

A reunião está sendo mantida em absoluto sigilo, mas soube-se que alguns cardeais e bispos — de tendências conservadora e progressistas — vão falar ao Papa sobre o trabalho da Igreja no país. O texto do pronunciamento de João Paulo II só será distribuído à imprensa ao final do encontro.

Os outros discursos — quase quatro por dia — terão divulgação simultânea pela CNBB no momento em que o Papa os estiver pronunciando. As emissoras católicas — 120 — falarão, em cadeia com a Rádio América de São Paulo, uma síntese dos discursos.

Prefeito garante paz em Aparecida

São Paulo — **O Prefeito de Aparecida, Alfredo Bourabebi, disse que a expectativa em torno do número de visitantes ao município dia 4, durante a visita do Papa, gira entre 600 mil a 800 mil e que são infundadas notícias referentes à falta de condições da cidade para abrigar essa multidão.**

Acrescentou que não existe possibilidade da repetição "do caos de 12 de outubro de 1975, quando a presença de mais de 300 mil romeiros provocou a decretação do estado de calamidade pública".

ANO 2 000

O Prefeito lembrou que com as obras realizadas e com os esquemas de trânsito e policial já prontos não se repetirão os problemas ocorridos em 1975. O Sr Alfredo Bourabebi afirma que "hoje é diferente: "Com os recursos recebidos dos Governos estadual e da União, Aparecida está preparada para o ano 2 000, em termos de abrigo a romeiros."

Segundo ele, no dia 4, durante a visita além da infra-estrutura que já existe, 1 mil sanitários e 340 barracas de comestíveis e 15 caminhões-pipa com água potável estarão instalados nas proximidades da área principal de recepção aos peregrinos. Também um amplo esquema médico-hospitalar de emergência estará à disposição de todos.

EXPOSIÇÃO E MEDALHA

• Domingo será aberta uma exposição sobre a Polônia no Seminário Bom Jesus, que hospedará o Papa em Aparecida. A exposição constará de fotos da visita de João Paulo II à sua terra natal e de artigos, roupas e objetos do folclore polonês. A exposição será inaugurada pelo Cônsul polonês.

• Já está pronta a medalha de ouro que será entregue ao Papa pelo Arcebispo Coadjutor de Aparecida, Dom Geraldo Penido. De um lado está cunhada a efígie do Papa com a data da visita e de outro uma vista do Santuário Nacional de Aparecida. A Arquidiocese informa que já embarcaram, em Roma, os 2 mil 800 mosaicos coloridos que serão o presente do Papa a Aparecida.

Reverendo critica reunião ecumênica

Porto alegre — **Por discordar do caráter privado do encontro ecumênico que o Papa manterá com os representantes de igrejas cristãs, a 4 de julho, o presidente nacional da Igreja Pentecostal Brasil para Cristo, Reverendo Olavo Nunes, decidiu não participar da reunião, pois "eucumenismo são portas e janelas abertas."**

Ele também não concorda com os gastos que o Governo brasileiro está fazendo com os preparativos da visita, "quando há tantas crianças com fome e gente doente". Mostrou-se admirado diante "do gasto fabuloso, pois sabe que o Papa é um homem simples e humilde". Sobre a negativa ao convite, o presidente da CNBB, Dom Ivo Lorscheiter, disse que respeita a opinião do reverendo, mas "é um encontro de responsáveis, não uma sessão pública, por isto o convite é limitado".

DISCORDÂNCIAS

Para o encontro eucumênico que será realizado no final da tarde do dia 4, na Cúria Metropolitana, foram convidados cinco representantes de igrejas cristãs: Artur Kratz, Primaz da Igreja Episcopal; Janos Apostol, presidente da Igreja Reformada; Augusto Kunerte, presidente da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil; Sadi Machado da Silva, presidente do Colégio Episcopal da Igreja Metodista; e Olavo Nunes. Dom Ivo Lorscheiter estará presente como representante da Igreja Católica.

Embora afirmando que o Papa "nos é muito caro, temos consideração e respeito por ele", o presidente da Igreja Pentecostal não comparecerá ao encontro porque discorda de seu caráter privativo. Para ele "não há nada que os repórteres não possam ouvir e estar junto. Se é um encontro ecumênico, não há por que a privacidade".

Salientando que está "engajado no sentido ecumênico, com a Igreja Católica, na defesa dos espoliados e dos trabalhadores", ele considerou que sua ausência ao encontro com o Papa não prejudicará a continuidade do diálogo ecumênico, "salvo se interpretarem erradamente." Ressaltou que sua desistência "não é um protesto à pessoa do Papa ou à Igreja Católica".

Afirmou, ainda, que não foi sequer, consultado sobre a inclusão de seu nome na lista dos representantes de igrejas que se encontrarão com o Papa, o que ele credita "à amizade e confiança da Igreja Católica". Em telegrama lacônico enviado ao presidente da CNBB e ao Cardeal Vicente Scherer, ele explicou sua desistência dizendo que sua Igreja não comparecerá "por motivos pertinentes à mesma".

A Igreja Pentecostal Brasil para Cristo tem cerca de 500 mil membros no país. Seu presidente, Reverendo Olavo Nunes, eleito em 1974, tem 72 anos, é casado com Dona Orlandina Nunes, tem seis filhos, 11 netos e dois bisnetos.

OPÇÃO PESSOAL

Indagado sobre a decisão do Reverendo Olavo Nunes, Dom Ivo Lorscheiter disse: "Foi uma opção dele que encaro com naturalidade". Embora concordando com sua afirmação de que ecumenismo são portas e janelas abertas, o presidente da CNBB salientou que "quer se dar um sentido de extrema objetividade ao encontro".

Aluguel no Sul chega a Cr$ 800 mil

Porto Alegre — Com preços que variam de Cr$ 100 mil a Cr$ 800 mil, os moradores das imediações da esquina das Avenidas Érico Veríssimo com José de Alencar — onde será rezada a missa campal do dia 5 — estão oferecendo quartos e apartamentos, além de janelas "com vista ampla para o altar", para os turistas.

A campanha da hospitalidade, da Empresa Portoalegrense de Turismo superou a oferta da rede hoteleira da cidade, de mil leitos, que está esgotada. O diretor da Epatur, acredita que, se as inscrições continuarem na proporção de 2 mil por dia, a cidade terá uma oferta extra hoteleira de 15 mil leitos.

QUARTOS E JANELAS

O bancário Edson Carati, morador no Conjunto Residencial Castelo Branco, está alugando, por Cr$ 100 mil por pessoa as duas janelas do seu apartamento no quarto andar, "de onde se tem uma vista ampla e muito boa do altar". No preço está incluído o café da manhã.

Já o gráfico Walmor Fortunato, que oferecia o aluguel de sua janela por Cr$ 300 mil, decidiu agora alugar todo o apartamento de dois quartos, e oferecer dois carros com motoristas, além, é claro, das duas janelas. Tudo por Cr$ 800 mil, sem incluir refeições.

Enquanto o Sr João Silva Pereira, proprietário de uma casa localizada há uma quadra do local onde está o altar, está pedindo Cr$ 150 mil por sua casa de três quartos, para quatro pessoas, por uma semana, a Sra Miriam Ávila cobra o mesmo preço pelo aluguel de seu apartamento de dois quartos, para seis pessoas, por uma noite.

O Sr João Silva Pereira, mineiro aposentado, mora numa casa com três quartos com a mulher e duas filhas. A idéia de alugar a casa foi da filha mais velha, "que viu que todo mundo ia ganhar dinheiro com a visita do Papa". E, como o ex-mineiro recebe salário mínimo e está precisando terminar o acabamento da casa, e a mulher precisa fazer um tratamento de saúde, ele concordou.

A Sra Miriam Ávila, moradora do apartamento 311 do Conjunto Residencial Presidente Castelo Branco, acha que "para botar gente estranha dentro de casa, só ganhando muito dinheiro". Por isso, ela pensa cobrar Cr$ 150 mil para hospedar de cinco a seis pessoas, por uma noite, além de oferecer as duas janelas do apartamento, que também têm vista para o altar.

TUDO MUITO SIMPLES

São 30 degraus. E cada um será pisado pelo Papa quando for procurar o descanso das horas de sono. Depois de passar pelo jardim da Cúria Metropolitana, sobe-se a escada e dobra-se à direita. Uma porta cinza, abre para o escritório, ante-sala do quarto do Arcebispo de Porto Alegre, Cardeal Dom Vicente Scherer, que, por uma noite, será ocupado pelo Papa.

O escritório é amplo, espaçoso. Os móveis, dispostos com simetria, dão a impressão de jamais terem sido trocados de lugar. Na mesa redonda, no centro do escritório, a imagem de São Stanislau. Mas não é em homenagem ao Papa que o santo polonês ocupa um lugar permanente e de destaque no centro da mesa.

"Era de um irmão muito querido que faleceu", explica Dom Vicente Scherer, que não consegue entender o grande interesse da imprensa pelo local onde o Papa vai dormir.

Duas prateleiras, onde livros de Teologia e Filosofia estão dispostos aleatoriamente, numa quase desordem. Uma escrivaninha, onde os papéis conseguem esconder o telefone e espalhar-se por cima da máquina de escrever elétrica. Um armário, que exibe nas três portas fotografias em que aparecem João XXIII, Paulo VI, João Paulo I e João Paulo II, cumprimentados pelo Cardeal Dom Vicente Scherer, quando de suas sagrações. No centro, uma mesa redonda, com algumas cadeiras. No canto, um aparelho de televisão a cores. Na frente, uma cadeira de balanço. E, como se vigiasse tudo, na parede, a imagem de Nossa Senhora.

"Nós vamos limpar isto aqui", disse Dom Vicente Scherer dirigindo-se à escrivaninha e apanhando alguns papéis, "e também colocar muitas flores coloridas."

Depois, outra porta cinza como a primeira, e um corredor onde quatro prateleiras de livros tomam conta das paredes, do teto ao chão. Finalmente, ultrapassando a última porta, entra-se no quarto onde pernoitará João Paulo II. No estilo mais simples estão colocadas uma cama de solteiro, um armário de quatro portas, uma cômoda com tampo de mármore, um cabide para chapéus, uma mesa de cabeceira. Nas paredes, um único crucifixo. Uma janela e um aparelho de ar-condicionado.

Na Cúria Metropolitana de Porto Alegre o ambiente de tranqüilidade só é interrompido pelas constantes chamadas telefônicas, todas buscando informações sobre a visita do Papa. Se algo de especial está sendo preparado para Karol Wojtyla, é mantido em segredo. A todas as indagações a resposta é a mesma: "Tudo muito simples".

Defesa Civil apronta seu esquema

O Departamento Comunitário de Defesa Civil vai instalar, em todos os locais por onde o Papa passará, Postos de Comandos Avançados (PCAVs) para atendimento à população, constituídos de unidades da Defesa Civil, Corpo de Bombeiros, Polícias Civil e Militar, Juizado de Menores, atendimento médico e radiocomunicação.

Eles também funcionarão como postos de achados e perdidos, e para lá devem ser encaminhadas e procuradas as crianças que se perderem dos responsáveis. A Secretaria de Segurança Pública, através de 21 itens, recomenda como as pessoas devem proceder desde a saída de casa, o meio de transporte e a aparência pessoal, até como agir em casos de acidentes e tumultos.

A CHEGADA

Para o trajeto a ser percorrido em carroaberto pelo Papa, a Defesa Civil instalará seis Postos de Comando Avançados; Estrada do Galeão — Hospital de Puericultura, na ilha do Fundão; Avenida Londres com a Avenida Brasil — Hospital do INAMPS, em Bonsucesso; Av Brasil — em Manguinhos; Rua Francisco Bicalho, 146 — usina de Asfalto, em São Cristóvão; e Av Presidente Vargas, no Campo de Santana.

Para a missa campal que será celebrada no Aterro do Flamengo dia 1º, às 18h, serão instalados três; ao longo da Av Infante Dom Henrique, em frente ao Museu de Arte Moderna; no centro da Praça Paris; e no estacionamento do Monumento dos Pracinhas.

Ao longo da Rua Augusto Severo, funcionarão 20 sanitários instalados em cabinas duplas, podendo, também, ser utilizados outros 24 que serão colocados próximos à Marina da Glória.

A fim de melhor atender ao público, a Cedae colocará carros-pipa com água potável: próximo à estação do metrô, na Glória; no centro da Praça Paris; e na confluência das Avenidas Presidente Wilson e Rio Branco. Na área de concentração popular serão instaladas, pelo Corpo de Bombeiros, 15 bicas nos hidrantes já existentes.

DEMAIS EVENTOS

A Secretaria de Segurança Pública lembra que a programação prevista para 2 de julho será restrita ao público que receber convite fornecido pela Arquidiocese do Rio de Janeiro e às pessoas devidamente credenciadas.

Na Avenida Niemeyer, que estará totalmente interditada para a visita do Papa à Favela do Vidigal, serão instalados Postos de Comando Avançado no Motel Clube do Brasil, no Leblon; na Galeria do Hotel Nacional (loja 16), em São Conrado; e na Av. Niemeyer, 418, no Vip's Motel.

Para o encontro com os bispos do Celam, a Avenida República do Chile está igualmente interditada e os postos terão a seguinte posição: Avenida Chile esquina com a Rua do Lavradio; Avenida Chile esquina com a Rua Senador Dantas; e no subsolo da Catedral.

Durante a visita ao Corcovado, para benção à cidade, os postos serão instalados na Avenida Edson Passos com a Estrada do Redentor, no Alto da Boa Vista; na Rua Almirante Alexandrino com a Estrada das Paineiras, em Santa Teresa; e na Rua Cosme Velho, em frente à igreja de São Judas Tadeu.

No Estádio Mário Filho, onde ocorrerá a ordenação dos diáconos, três Postos de Comando Avançado funcionarão internamente: no setor A, para atendimento ao lado direito do Estádio (geral, cadeiras e arquibancadas), tomando-se por referência a rampa principal da Avenida Marechal Rondon; no setor B, que atenderá ao lado esquerdo; e um terceiro no gramado.

RECOMENDAÇÕES

Depois de lembrar que todos esses postos serão identificados pelo público pelas inscrições Defesa Civil, a Secretaria de Segurança recomenda às pessoas que se deslocarem para ver o Papa que observem as seguintes instruções:

1) Evitar, tanto quanto possível, o carro particular, dando preferência ao transporte coletivo;

2) Usando o carro particular, se assim for necessário, procurar verificar, após estacionar, se todos os vidros e portas estão bem fechados e no interior não ficou qualquer objeto de valor;

3) Procurar se deslocar com intinerário determinado e sem correrias;

4) Identificar as crianças (nome da mesma, do responsável, endereço e telefone e, se possível, o grupo sanguíneo), mantendo-as sempre ao alcance da visão;

5) Evitar entregar as crianças aos cuidados de estranhos, por menor que seja o tempo;

6) As mulheres é de todo desaconselhável o uso de sapato com salto alto;

7) Evitar o uso de jóias;

8) Evitar o transporte desnecessário de grande quantias em dinheiro;

9) Ter toda cautela com os objetos transportados, tais como: chaves do carro e da residência, bolsas, máquinas fotográficas e de filmar, binóculos, rádios portáteis, etc.;

10) Levar para o local rádio portátil para o acompanhamento da missa e informações úteis que serão transmitidas.

11) Aceitar, acatar e proceder somente de acordo com as informações oficiais;

12) Recorrer, sempre que necessário, a uma pessoa do grupo pastoral ou policial, seguindo a orientação que for dada;

13) Procurar ajudar seu semelhante até que possa recorrer e chegar ao local o atendimento necessário;

14) Dar especial atenção aos idosos, inválidos, gestantes e crianças, que deverão evitar os locais de maior aglomeração;

15) As pessoas que estiverem doentes devem conduzir suas medicações de uso individual;

16) Evitar acender velas e respeitar a proibição legal quanto à queima de fogos;

17) Após a missa retirar-se devagar;

18) Seja qual for a situação apresentada, procurar manter a calma: evitando empurrar e correr;

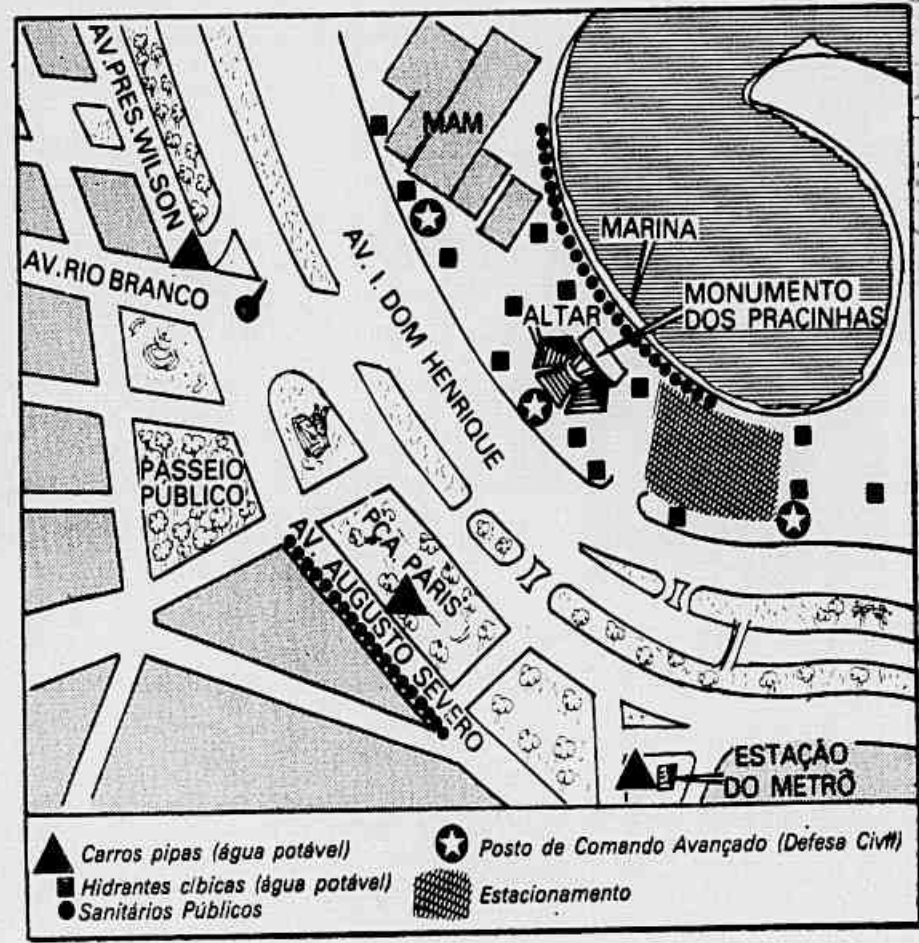
19) Compenetrar-se de que no local está sendo celebrada uma missa de júbilo e paz, não um espetáculo. Portanto, é necessário todo o respeito ao evento, respeitando, também, cada um, o direito do outro, em benefício de todos;

20) Não esquecer que os Postos de Comando Avançados instalados estão no local para atendimento ao público, não devendo haver hesitação em acioná-los;

21) Ao se retirar de casa, deve-se verificar se estão bem fechadas as torneiras e os bicos de gás, bem como se estão desligados os aparelhos eletrodomésticos, tendo o cuidado de fechar convenientemente as portas e janelas das residências.

Rafael Wasserman

AV. PRES. WILSON · AV. RIO BRANCO · AV. I. DOM HENRIQUE · MAM · MARINA · ALTAR · MONUMENTO DOS PRACINHAS · PASSEIO PÚBLICO · PÇA PARIS · AV. AUGUSTO SEVERO · ESTAÇÃO DO METRÔ

▲ Carros pipas (água potável) · ✪ Posto de Comando Avançado (Defesa Civil) · ■ Hidrantes cíbicas (água potável) · ● Sanitários Públicos · Estacionamento

Docenave examina expansão da frota com estaleiros

Caneco aceita novas condições de pagamento para manter encomendas

O presidente do estaleiro Caneco e candidato à presidência da Federação das Indústrias do Estado do Rio, Arthur João Donato, admitiu que a alocação dos recursos de forma diferente, mas dentro do prazo, alterando as condições de pagamento, pode ser uma saída para o possível corte de encomendas ao setor naval.

Segundo ele, "estamos dispostos a colaborar com a Petrobrás e a Sunamam no sentido de compatibilizar a escassez de recursos momentânea com as encomendas". A indústria de construção naval não recebeu ainda o detalhamento dos cortes orçamentários para o setor, sabendo somente que "a Petrobrás recebeu ordens para reexame de seu plano de encomendas".

ABERTURA

Arthur Donato lembrou que os empresários precisam ocupar os espaços que estão sendo abertos a eles. "É fundamental que o empresário saiba ocupar em toda sua extensão o espaço de manobra e de pressão concedidos. Um certo esforço no sentido de ampliar sua faixa de atuação não será descabido, fazendo com que a sociedade e o Governo ouçam mais os empresários".

O futuro presidente da Firjan rechaçou qualquer medida de tratamento de choque para a economia brasileira — "Deus me livre" — ao mesmo tempo que lembrava sua posição em relação à inflação, "que tem que ser combatida com os melhores remédios que pudermos usar sem chegar à recessão e ao desemprego, pois somos absolutamente contra essas opções".

Ele afirmou, ainda, a sua intenção de profissionalizar as direções do Sesi e Senai no Estado do Rio — organismos ligados à Firjan. Quanto aos grandes projetos do Governo federal para o Estado do Rio, disse que "toda essa programação faz parte do **pacote** da fusão e enquanto tivermos forças devemos lutar por esses projetos". Ele considerou fundamental para o Estado e em particular para a construção naval, a segunda usina da CSN em Itaguaí.

De acordo com Arthur Donato, "toda evolução econômico-social brasileira deve desenvolver-se debaixo do império da lei e dentro do salutar clima de diálogo, de forma a serem evitadas ou banidas as manifestações radicais, que só servem para conturbar o processo democrático".

Disse, ainda, que os empresários têm sofrido com as constantes e graves mutações da política econômica. "Sabemos que elas decorrem de fatores estranhos ao próprio comando de seus formuladores, mas não devemos deixar de admitir que um melhor entrosamento entre autoridades e o empresariado redundaria na diminuição dos efeitos negativos de tantas variações".

Além de presidir as Indústrias Reunidas Caneco SA — o nome é uma homenagem ao fundador do estaleiro Caneco, no Caju, em 1886, Capitão Vicente dos Santos Caneco, um velho marujo português — o advogado Arthur João Donato, através da **holding** Arthur Donato Comércio e Participações faz máquinas e equipamentos na Fermasa; fábrica móveis com a Cimbarra; está na pesca com a Frigoria; na agropecuária, reflorestamento e Proálcool, no Espírito Santo, com a Apal; faz projetos técnicos na Engenave; e loteamentos com a Urbs.

Seu grupo — a família comprou o Caneco em 1945 — participa, ainda, de vários outros empreendimentos, entre os quais a CEC e Helistone; duas empresas de navipeças, fornecedoras do estaleiro.

A Docenave — Vale do Rio Doce Navegações S.A. estuda a expansão de sua frota e já estabeleceu contatos com estaleiros nacionais para uma avaliação prévia dos dados técnicos e financeiros. Além do minério de ferro — cuja exportação para o Japão ela torna viável cobrando frete especial, na concorrência com a Austrália — a empresa governamental pretende transportar mais carvão e trigo dos EUA, Canadá, Austrália e Polônia, fertilizantes e enxofre para o Brasil.

Seu diretor-superintendente, Almirante Carlos Auto de Andrade, lembra que no mercado de granel não há Conferência de Frete, mas sim disputa de carga, com o aluguel de navios subindo rapidamente, pois eles estão sendo usados para estocar matérias-primas estratégicas e os portos permanecem congestionados.

"O mercado está em alta; quem tiver navio ganha dinheiro. Há dois anos atrás ocorria situação inversa, e dificilmente se poderá prever o que vai acontecer depois de passada a atual safra" — afirma o Almirante Auto de Andrade. Ele frisa que o Governo poderá interferir nas encomendas das empresas estatais aos estaleiros e acrescenta que de sua parte nada fará que não atenda aos objetivos imediatos das autoridades federais e da Companhia Vale do Rio Doce.

ARMADA

Em sua opinião é viável reaparelhar a esquadra a partir de estaleiros no Brasil, com a importação da tecnologia que se fizer necessária, incluindo a construção de submarinos, mantendo a ocupação de homens e máquinas. "Pode ser feito, inclusive, no Arsenal de Marinha" — acrescenta o superintendente da Docenave, ex-Chefe do Estado-maior da Armada.

No ano passado a Docenave teve um lucro líquido de Cr$ 994 milhões 73 mil, transportando um total de 21 milhões 12 mil toneladas de carga, quando no ano anterior registrou-se Cr$ 137 milhões 937 mil e 20 milhões 637 mil toneladas, respectivamente. "Portanto, o aumento expressivo do resultado financeiro deveu-se a uma elevação considerável dos níveis de fretes" — comentou. Nos próximos dias a empresa vai registrar o lançamento de mais um casco, pelo estaleiro Verolme, de um graneleiro de 70 mil toneladas de porte bruto, e em agosto receberá outro navio do estaleiro Emaq, de 35 mil toneladas.

Arquivo 7/5/80

Auto de Andrade

Sobre o pronunciamento do superintendente da Sunamam — Comandante João Carlos Palhares, chamando atenção para o problema do afretamento de navios à medida em que cresce o comércio exterior brasileiro, o Almirante Auto de Andrade disse: "Também prefiro ter navio próprio. Só é negócio afretar quando o aluguel está barato; e a conjuntura não é boa para quem aluga, é boa para o dono do navio. O Comandante Palhares assinalou que afretando deixaremos de gastar dólares na importação de produtos mas iremos pagar pelo aluguel de navios — quando nossas exportações chegarem a 40 bilhões de dólares, os fretes representarão 8 bilhões de dólares. É uma posição lúcida, a do Comandante Palhares."

FROTA

Dando respostas por escrito às perguntas que lhe foram previamente encaminhadas, o Almirante Auto de Andrade afirmou:

"A Docenave estuda a possibilidade de expandir sua frota a fim de habilitá-la ao transporte decorrente do incremento programado para os próximos anos no intercâmbio comercial brasileiro de mercadorias a granel."

Parâmetros criteriosamente adotados e a avaliação de cargas que potencialmente se apresentam como transporte atrativo dentro da faixa de mercado que a Docenave opera, justificam e viabilizam, nos limites de riscos aceitáveis, o dimensionamento que estudamos para a expansão da frota de nossa empresa.

No momento, estamos na fase de coleta de dados necessários à complementação do processo e ainda é cedo para dar uma expressão numérica aos nossos estudos, mas já estabelecemos contatos preliminares com estaleiros nacionais para uma avaliação prévia dos dados técnicos e financeiros.

A Docenave possui quatro navios minero-petroleiros e seis navios graneleiros, perfazendo um total de 717 mil 500 toneladas DWT. Ainda temos um navio graneleiro de 15 mil toneladas de nossa subsidiária — Navegação Rio Doce Ltda.

No momento estamos com 23 navios afretados por períodos de tempo determinados e seis navios afretados por viagem, totalizando cerca de 2 milhões 220 mil toneladas DWT.

A Docenave tem encomendados, em diversas fases de construção, três graneleiros no estaleiro Caneco, três graneleiros no Emaq, e seis graneleiros no estaleiro Verolme, num total aproximado de 650 mil toneladas DWT.

Nossa subsidiária Seamar Shipping Corporation possui três navios mineropetroleiros e um navio graneleiro, num total de 565 mil toneladas DWT e está operando com um navio afretado por tempo determinado e dois afretados por viagem.

Não há nenhum navio encomendado ou em construção para essa empresa, nem se cogita fazê-lo.

Os tripulantes da Docenave são recrutados através dos Centros de Instrução da Marinha Mercante (Centro de Instrução Almirante Graça Aranha e Centro de Instrução Almirante Brás Aguiar).

Após períodos de praticagem nos navios da empresa, são conduzidos a adestramento próprio, ficando em condições de realizar os embarques já em caráter definitivo.

Para as demais categorias, além dos Centros de Instrução, recorremos a mercado, originário de sindicatos de classe (enfermeiros, eletricistas, condutores, etc) ou de procura e oferta de emprego, sendo realizados os processos comuns de recrutamento e seleção.

Contamos, atualmente, com um contingente de aproximadamente 650 tripulantes, incluindo os de rebocadores e lanchas, lotados nos escritórios de Vitória e Trombetas."

Corte nas estatais e Ministérios vai a Cr$ 52,3 bilhões

Brasília — Chegou a cerca de 1 bilhão de dólares (Cr$ 52 bilhões 300 milhões) o corte nas importações diretas dos Ministérios e empresas estatais, conforme divulgou ontem a Secretaria de Controle das Empresas Estatais (Sest), do Ministério do Planejamento. A decisão, que vai atingir mais diretamente as empresas industriais brasileiras, foi cortar adicionalmente em quase Cr$ 1 bilhão 500 milhões as compras a serem efetuadas no mercado interno, durante este ano.

Foi anunciado ontem, também pela Sest, que o corte no teto dos dispêndios globais — investimentos e custeio — dos Ministérios chegou a Cr$ 106 bilhões. De acordo com a decisão, o novo teto de dispêndios globais das empresas estatais e Ministérios é de Cr$ 3 trilhões 400 bilhões, sendo de Cr$ 2 trilhões 400 bilhões para custeio e de Cr$ 617 bilhões 600 milhões para investimento.

Tetos

Agora, as importações diretas das empresas estatais e Ministérios só poderão chegar ao limite de 2 bilhões 290 milhões de dólares, quando anteriormente o autorizado era para 3 bilhões 280 milhões. As compras no mercado interno, pelas empresas estatais e Ministérios, têm agora o teto de Cr$ 6 bilhões 370 milhões, enquanto que antes o teto era de Cr$ 7 bilhões 830 milhões.

Pela relação preparada pela Sest, o maior dispêndio global (de investimentos e custeios) é o do Ministério das Minas e Energia, com o valor autorizado de Cr$ 1 trilhão 260 bilhões. Nenhum outro Ministério sequer chega à metade desse valor. O segundo maior teto de dispêndio, por exemplo, do Ministério da Previdência Social, é de Cr$ 545 bilhões 400 milhões.

Por ordem de grandeza, são os seguintes os novos tetos de dispêndios globais dos Ministérios: Indústria e do Comércio — Cr$ 349 bilhões; Fazenda — Cr$ 341 bilhões 700 milhões; Transportes — Cr$ 202 bilhões 500 milhões; Comunicações — Cr$ 180 bilhões 300 milhões; Agricultura — Cr$ 55 bilhões 400 milhões; Interior — Cr$ 53 bilhões 700 milhões; Educação e Cultura — Cr$ 34 bilhões 600 milhões; Aeronáutica — Cr$ 17 bilhões 800 milhões; Planejamento — Cr$ 11 bilhões 700 milhões.

Entre os tetos menores estão os seguintes Ministérios: Saúde — Cr$ 9 bilhões 600 milhões; Exército — Cr$ 1 bilhão 300 milhões; e Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República — apenas Cr$ 773 milhões 200 mil. No total dos Ministérios só poderão dispender com custeio e investimento, este ano, cerca de Cr$ 3 trilhões 40 bilhões.

À exceção das empresas estatais do grupo Petrobrás, todos os demais grupos e Ministérios tiveram expressivas reduções nos limites para as importações diretas. O grupo Petrobrás continuou com o limite de 613 milhões 400 mil dólares, para as importações diretas. Já o grupo Siderbrás teve uma redução no limite a importar, de 1 bilhão 350 milhões para 919 milhões 600 mil dólares.

Para o grupo Eletrobrás o limite para as importações diretas é agora de 150 milhões 200 mil dólares, quando anteriormente era de 407 milhões de dólares. Para a Acesita, a redução foi menor, passando o limite de 162 milhões para 138 milhões 600 mil dólares. Para a Siderama, o limite é agora de 8 milhões 800 mil dólares sendo o anterior de 12 milhões de dólares; para as duas centrais elétricas de Roraima e Rondônia os limites respectivos são agora de 1 milhão 460 mil e de 4 milhões 970 mil dólares.

Ministérios

São os seguintes os novos limites de importação direta para o Serviço Público Federal: Ministério da Aeronáutica — 94,4 milhões de dólares; Agricultura — 2,36 milhões de dólares; Comunicações 46,8 milhões de dólares; Educação e Cultura — 4,76 milhões de dólares; Exército — 12,02 milhões de dólares; Fazenda — 22,49 milhões de dólares; Indústria e Comércio (inclusive para barrilha e borracha) — 27,72 milhões de dólares; Interior — 2,99 milhões de dólares.

Para o Ministério da Marinha, o limite de importação direta é de 63,06 milhões de dólares; para o de Minas e Energia 73,32 milhões de dólares; para o da Previdência Social — 3,66 milhões de dólares; para o da Saúde — 930 mil dólares; para o dos Transportes — 102,67 milhões de dólares (o maior limite). Para o Ministério do Planejamento, foi fixado limite de 2,42 milhões de dólares; e para o Governo do Distrito Federal 1,13 milhão de dólares.

No total, o setor público federal — empresas estatais e Ministérios só poderão importar 2,9 bilhões de dólares, cerca de 30% a menos do que o previsto pelo CDE anteriormente (fevereiro último), cujo limite fora estabelecido em 3,28 bilhões de dólares. Não vão importar nada, por terem perdido na íntegra os limites anteriores, os seguintes setores: Justiça (que tinha limite anterior de 910 mil dólares); Relações Exteriores (tinha 140 mil dólares); Presidência da República (tinha 10 mil dólares); SNI (tinha 120 mil dólares); EMFA (tinha 60 mil dólares); Trabalho (tinha 60 mil dólares).

Mercado interno

As maiores modificações no que a Sest denomina "Importação de Mercado Interno" estão nos limites do Ministério da Previdência Social, que caiu de Cr$ 1,38 bilhão para Cr$ 288,3 milhões, e do Ministério da Fazenda, de Cr$ 2,08 bilhões para Cr$ 765,2 milhões. Permaneceram inalterados os limites do Ministério da Aeronáutica (Cr$ 214,7 milhões); Trabalho (Cr$ 36 milhões); Presidência da República (Cr$ 3,14 milhões); Conselho de Segurança Nacional (Cr$ 410 mil); Vice-Presidência (Cr$ 160 mil); e grupo Petrobrás (Cr$ 714,8 milhões).

Os novos limites de importação de mercado interno — conforme denominação da Sest — para o setor público federal são os seguintes: Ministério da Agricultura — Cr$ 114,2 milhões; Comunicações — Cr$ 645,4 milhões; Educação e Cultura — Cr$ 297,8 milhões; Exército Cr$ 93,7 milhões; Indústria e Comércio — Cr$ 67,2 milhões; Interior — Cr$ 245,6 milhões; Justiça — Cr$ 28,5 milhões; Marinha — Cr$ 49,7 milhões; Minas e Energia — Cr$ 489,1 milhões; Relações Exteriores — Cr$ 19,7 milhões.

Ainda estão limitados os seguintes setores: Ministério da Saúde — Cr$ 99,6 milhões; Transportes — Cr$ 373,1 milhões; Planejamento — Cr$ 213,4 milhões; SNI — Cr$ 5,9 milhões; EMFA — Cr$ 10,4 milhões; DASP — Cr$ 820 mil; Secom — Cr$ 7,35 milhões; Consultoria-Geral da República — Cr$ 180 mil; Governo do Distrito Federal — Cr$ 106,7 milhões; Grupo Siderbrás — Cr$ 649,02 milhões; Grupo Eletrobrás — Cr$ 711,6 milhões; Acesita — Cr$ 121 milhões; e Centrais Elétricas de Roraima — Cr$ 6,5 milhões.

No total, o corte nas compras internas foi de 18,6% para todo o setor público federal. Agora, o novo limite é de Cr$ 6,37 bilhões, sendo o anterior de Cr$ 7,83 bilhões. O setor público federal deixará de utilizar cerca de Cr$ 1,45 bilhão, em compras. É este o total cortado pela Secretaria de Controle das Empresas Estatais (Sest), do Ministério do Planejamento — Cr$ 1,45 bilhão.

Ociosidade será de 65% nas telecomunicações

Brasília — A decisão do Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE) em cortar 15% dos investimentos nas empresas estatais, este ano, vai provocar uma ociosidade de 65% na capacidade de produção das indústrias do setor de equipamentos de telecomunicações. Sem a medida do CDE, o setor já vinha apresentando uma ociosidade de 50%.

Essa estimativa de cálculo de ociosidade do setor de equipamentos de telecomunicações foi feita pelo presidente do Grupo Telebrás, General José Antônio de Alencastro e Silva, ressaltando que "há muito tempo que manifestamos nossa preocupação com a redução da capacidade de produção das indústrias do setor, em função também da queda da demanda de equipamentos pela Telebrás, provocada, por sua vez, por restrições de investimentos".

Estudar os reflexos

O presidente da Telebrás ressaltou, porém, que a solução para esse problema está no retorno do desenvolvimento das telecomunicações. "Nós temos esperanças de que o país volte à sua saúde econômica e recuperemos o processo", frisou.

Ele disse que os empresários do setor ainda não se manifestaram porque não se conhece a quantificação das conseqüências dos cortes determinados pelo CDE. Informou, no entanto, que o programa para 1981 foi suspenso em função "dessa nova ordem" até que essa situação seja bem definida, isto é, saber o que as empresas do Grupo Telebrás vão poder realizar em 1980.

Acrescentou o General Alencastro e Silva que na próxima quinta-feira será realizada uma reunião com os dirigentes das empresas do Grupo Telebrás para analisar e verificar quais serão os reflexos nas suas programações. Ele acredita que esses reflexos, em termos de investimentos, vão variar de 15%, no mínimo, a 40%, no máximo. Esses estudos serão posteriormente encaminhados ao Ministério do Planejamento.

O presidente da Telebrás revelou também que os excedentes de recursos, provocados pela redução de investimentos, e como as receitas da empresa não vão diminuir na mesma proporção, serão aplicados em Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN), numa operação que ele classificou de "enxugar o mercado".

Governo MARCO MACIEL Desenvolvimento com participação

Expressivo contingente de mão-de-obra desempregada e subempregada e deficiente utilização dos recursos naturais continuam a caracterizar a economia do Nordeste. A pobreza, as intensas migrações, a subnutrição e a mortalidade precoce, entre outros problemas, são os reflexos mais visíveis dessa situação.

Outro não poderia deixar de ser o quadro em Pernambuco. Apesar de ser um dos Estados nordestinos cuja economia, nos últimos tempos, tem experimentado satisfatórios níveis de desenvolvimento, ainda persistem em Pernambuco sérias dificuldades quanto à absorção de crescente contingente de mão-de-obra e quanto a uma rápida ampliação dos serviços públicos voltados para as populações de mais baixa renda.

Mas uma análise, rápida ela seja, das atuais tendências da economia pernambucana, leva o reconhecer que o Estado apresenta grande possibilidades de consolidar-se como centro de prestação de serviços de porte regional e como eixo de irradiação do desenvolvimento agrícola e industrial para o Nordeste. E o grande potencial do Estado, resultante de seu processo interno de evolução, vocação econômica, localização geográfica, disponibilidade de recursos naturais e, principalmente, expressiva população, deverão assegurar a Pernambuco retomar a posição que lhe cabe no contexto nacional.

A AÇÃO DO GOVERNO

O Estado é viável economicamente. Mas a redução do estado de pobreza da população é um dos maiores desafios enfrentados pelo Governo do Estado de Pernambuco. Fazer crescer a economia do Estado, explorar todas as suas grandes potencialidades, ao mesmo tempo em que procura reduzir drasticamente os níveis de pobreza, é o que tem em mente o Governador Marco Maciel.

E a ação do seu Governo é marcada por profundas preocupações sociais. Pode-se mesmo dizer que o social é a meta, é o alvo maior e o balizamento permanente. E o Governo Marco Maciel dá conseqüência a suas ações partindo do entendimento de que a questão social está direta e estreitamente relacionada com a geração de empregos, com a elevação dos níveis de renda.

É como diz o secretário Jorge Cavalcante, do Planejamento: "Preocupar-se com a questão social, para o Governo Marco Maciel, é bem mais do que assistir o homem, ofertando-lhe os serviços pelos quais não pode pagar; é dar a esse homem condições de um dia não mais precisar dessa assistência".

O Governo, dentro dessa ótica, tem procurado orientar a sua atuação de modo a ampliar, no menor espaço de tempo que lhe seja possível, a oferta de empregos. E que essa ampliação atinja todo o Estado, principalmente o interior. Para tanto está implantando obras de infra-estrutura que, no momento seguinte, serão voltadas para assegurar o crescimento do produto e, também, da renda do Estado.

É ainda o secretário Jorge Cavalcante quem afirma: "O governo resolve um problema imediato, dando emprego em obras. Só que essas obras estão voltadas para aumentar a renda e dinamizar o aparelho produtivo, o que significará aumento do emprego".

É dentro dessa estratégia que estão incluídas as grandes obras do Governo. Como, por exemplo, a construção do Complexo Industrial e Portuário de Suape. E a implantação do II Pólo Metropolitano, o amplo programa de investimentos na Região Metropolitana do Recife, a construção de estradas vicinais nas três zonas fisiográficas de Pernambuco, o ambicioso programa habitacional, o vasto programa de saneamento. Tudo gerando emprego imediato. Tudo gerando condições a que mais empregos sejam ofertados no futuro.

E não só as grandes obras estão assim orientadas. Elas apenas configuram a ação do Governo como construtor, como agente transformador direto. Há também todo um esforço no sentido de atrair para o Estado grandes investimentos — públicos e privados. É disso exemplo a implantação de uma laminação de planos na área de Suape. É também a implantação da ALUNE, de outros complexos industriais ainda na área de Suape, de distritos industriais disseminados por todo Pernambuco. E há também a concessão de incentivos para a interiorização do desenvolvimento, cujo exemplo mais recente é a instituição do Fundo de Desenvolvimento Industrial.

INCENTIVO INDUSTRIAL

O Fundo de Desenvolvimento Industrial talvez seja o melhor exemplo da política de incentivo industrial posta em prática pelo Governo Marco Maciel. Criado com o objetivo de promover a expansão e a consolidação do setor industrial, seus recursos são utilizados pelo Banco do Estado de Pernambuco — BANDEPE, com vistas a reduzir em até 30%, a critério do Conselho de Desenvolvimento Industrial e Comercial, os encargos decorrentes de financiamentos a empreendimentos industriais, a médio e longo prazo, cujos recursos sejam provenientes de repasse com entidades oficiais de credito.

Para se habilitar aos benefícios do Fundo, as empresas deverão procurar a Secretaria de Indústria Comércio e Minas de Pernambuco, através de requerimento anexado do plano de aplicação dos recursos. A redução dos encargos de financiamento está beneficiando projetos industriais de implantação, ampliação, modernização e reativação considerados de interesse para o desenvolvimento pernambucano pelo Conselho de Desenvolvimento Industrial e Comercial.

Outro incentivo concedido pelo Governo de Pernambuco é isenção de 30% do ICM de empreendimentos industriais que sejam implantados nos Distritos Industriais localizados no interior do Estado. O objetivo aqui é a desconcentração industrial e, principalmente, o fortalecimento da base econômica de importantes áreas no interior do Estado, atendendo inclusive, a objetivos de contenção das migrações.

COERÊNCIA NA PROGRAMAÇÃO

O secretario Jorge Cavalcante destaca a estreita correspondência que existe entre as obras de infra-estrutura, a política de incentivos e a atração de segmentos industriais. Para ele essa correspondência demonstra a coerência da ação do Governo.

Segundo ele, a implantação de uma laminação de planos deverá estimular a indústria metal-mecânica, que inclusive já tem tradição no Estado. Essa indústria metal-mecânica tanto propiciará o surgimento de indústrias pesadas quanto implementos agrícolas, ferramentas, etc. De outro lado estimular-se-á a implantação de fábricas que consumam o álcool e seus derivados como insumo principal. No momento em que os equipamentos e as ferramentas agrícolas estejam sendo produzidas no Estado — é de presumir-se que a custo bem inferior — estará sendo dinamizada a agricultura.

A laminação de chapas finas e folhas de flandres viabilizará indústrias de vasilhames, "justamente o que a nosso agroindústria está esperando para demarrar".

Papel importante também, nesse esquema, deverá desempenhar o complexo de fertilizantes que igualmente será implantado em Suape. Ele vai viabilizar o programa de apoio à economia canavieira, na zona da mata. E vai viabilizar também os projetos da agricultura, como o ASA BRANCA e o POLO-NORDESTE, e outros, pois fertilizante produzido fora é muito caro. E fertilizante entra com uma proporção muito grande nos custos finais do produto agrícola.

ECONOMIA CANAVIEIRA

Ao mesmo tempo em que cuida de garantir implementos, vasilhames e fertilizantes para o desenvolvimento da agroindústria, o Governo trata de tocar alguns projetos voltados para garantir também o aumento na produção agrícola. E da produtividade logicamente. Daí o Programa de Apoio à Economia Canavieira e de Fomento à Indústria Sucro-álcool-química em Pernambuco. Daí também o Projeto Asa Branca.

O Programa de Apoio à Economia Canavieira, recentemente instituído pelo Governo de Pernambuco, objetiva institucionalizar a participação do Estado na defesa dos interesses da economia canavieira, aglutinando e coordenando os esforços das diversas ações em andamento no setor e mobilizando, de forma permanente e com condutos apropriados, as classes empresarial e trabalhadora, agente e beneficiária direta dos progressos buscados.

O Programa estabelece como meta a produção anual em Pernambuco de 1 bilhão de litros de álcool, conseguindo também a elevação de cerca de 40% nos atuais níveis de produtividade da agricultura, além da incorporação de novas áreas de cultivo. "Visualiza-se a geração de 46 mil novos empregos diretos, no campo e nas fábricas, dado bastante expressivo quando comparado com o número de empregos criados, em todo o Nordeste, em 20 anos de administração de incentivos fiscais". Quem afirma é o secretário Jorge Cavalcante, do Planejamento, para quem o estímulo à produção de álcool para fim carburante e para a indústria química deverá abrir novas e importantes perspectivas.

ASA BRANCA

Mas Pernambuco não é só zona da mata. Nem a economia Pernambucana está resumida à agroindústria canavieira. Existe todo um Estado — e um Estado castigado constantemente pela seca. Existe toda uma vocação agrícola a ser estimulada e apoiada, toda uma série de potencialidades a serem convenientemente exploradas. E o Governo volta suas vistas para o interior. Tanto no incentivo à localização de indústrias, quanto na distribuição de infra-estrutura sobre o espaço estadual. E, principalmente, através do Projeto Asa Branca.

O Asa Branca tem por objetivo fundamental fixar o homem na terra, dando-lhe a água que necessita para plantar melhor, durante todo o ano, e para beber. Para tanto pereniza importantes rios do Agreste e do Sertão pernambucanos — e seus afluentes. Fura poços, faz barragens, constrói açudes de médio e pequeno portes, implanta adutoras, faz barragens, cava barreiros. E não é só isso: dá também eletrificação rural, de olho na produtividade que tem de aumentar, pois não adianta só a água se não se tem como fazer a irrigação racionalmente; e constrói estradas vicinais, pois o que for produzido tem que sair rápido, em busca de mercados onde conseguir bons preços para tudo começar de novo.

A racionalização do uso dos recursos hídricos prevista pelo Asa Branca implicará na implantação de sistemas de alimentação e recepção que irão permitir a utilização operacional daqueles recursos. É prevista a construção de barragens de grande porte, com volume armazenado suficiente para permitir o funcionamento de barragens médias e pequenas, a jusante, garantindo assim, inclusive, o abastecimento das comunidades. E isso vai proporcionar a irrigação de culturas durante o ano todo.

Ação Metropolitana

É na Região Metropolitana do Recife onde a pobreza se manifesta de forma mais contundente, obrigando o Governo a aliar providências mais imediatas àquelas de longo prazo. E o Governo está dirigindo suas ações para possibilitar à população metropolitana o acesso a melhores condições de vida, ao mesmo tempo em que dirige seu trabalho para atingir as raízes da problemática metropolitana, tentando provocar, sobretudo, profundas alterações econômicas, como a desconcentração espacial e industrial do Recife, a criação de novos empregos, a elevação do nível de renda da população.

Entre os grandes programas de Governo dirigidos para a solução dos graves problemas metropolitanos são destacados o II PÓLO Metropolitano e o Complexo Portuário e Industrial de Suape.

O II PÓLO está sendo implantado a Oeste da Cidade do Recife. Deverá provocar profundas alterações no quadro urbano, gerando economias e consolidando uma mais racional estrutura de organização territorial na metrópole. Deverá também reverter uma tendência de localização apenas ao longo das faixas de praia, provocando sensíveis alterações nas funções metropolitanas e contribuindo para diminuir o ritmo de crescimento da especulação imobiliária.

São construídos atualmente no II PÓLO equipamentos altamente indutores de ocupação territorial, o que lhe garante irreversibilidade. É o caso, por exemplo, do Terminal Integrado de Passageiros, que está programado para atender grandes contingentes de população, devendo conter as modalidades de transporte de massa em via fixa, transporte ferroviário de longa distância e suburbano, de transporte rodoviário de longa distância e atividades complementares de comércio e serviços. É o caso também da Central de Cargas/ Centro de Comércio Atacadista, que vai ordenar os transportes de carga na Região e as atividades de armazenamento e de comércio atacadista.

Suape deverá modificar de forma particularmente sensível a estrutura produtiva do Estado. Uma vez concluída, deverá constituir-se em um dos principais agentes de transformação industrial, de Pernambuco e do próprio Nordeste. Por dispor de um Porto para navios de grande calado, associado a todo um complexo de infra-estrutura necessário, Suape proporcionará a instalação de indústrias básicas e usuárias de serviços portuários, além de permitir a consolidação do eixo industrial Maceió/ Recife/ João Pessoa/ Natal.

E Suape já é uma realidade. É um canteiro de obras monumental, onde vão surgindo as primeiras e grandes estruturas, como os molhes norte e sul, como a estrutura viária que está em ritmo acelerado. Já se dispõe de água e de energia, e as primeiras indústrias podem começar a instalar-se. E o nível de solicitação também já é grande. Tem muita empresa querendo beneficiar-se das vantagens de Suape.

TRANSPORTES

Como se pode notar, o Programa de Governo cobre realmente todas as regiões do Estado. Por esse motivo é que se desenvolve também um extenso programa de Transportes, de modo a integrar todas essas regiões, permitindo o escoamento da produção do Estado em bases racionais.

Implantaram-se cerca de 100 quilômetros de Rodovias no ano de 1979, e pavimentaram-se quase esse número. Na Região canavieira estão sendo implantados em torno de 1200 quilômetros de estradas vicinais, dentro do Programa de Apoio à Economia Canavieira. E n'ao é só isso: estradas subvicinais também estão sendo construídas e melhoradas, num total de 1400 km, atendendo ao grande número de engenhos e fornecedores, melhorando o escoamento da cana em busca das usinas.

Também são construídas estradas vicinais para apoiar o programa agrícola integrado do leite, milho e feijão. São previstos 950 km, dos quais boa parte já está em adiantado estágio de andamento.

Afora essas estradas, todo um programa de rodovias está em andamento. E já começam a ser inaugurados os primeiros trechos. A malha viária do Estado está sendo estendida por todo o seu território. E estradas pavimentadas rasgam o Sertão e o Agreste, cortam o Estado desde a Paraíba até o Rio São Francisco, penetram até a região produtora de cebola, vão à fronteira com o Piauí, ligam importantes cidades, enfim, constituem as veias de escoamento do produto pernambucano.

EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO

Trabalhar para o longo prazo, buscando a dinamização dos setores produtivos de forma a gerar um desenvolvimento auto-sustentado, deixa de ter sentido se não se desenvolve, ao mesmo tempo, um consistente programa de educação para o trabalho. Consciente dessa condicionante, o Governo do Estado estabeleceu como meta maior e constante a preparação do alunado para o mercado de trabalho. E a diretriz tem sido seguida a nível do primeiro e segundo graus — e até mesmo do ensino supletivo. Ao mesmo tempo, esforços são voltados para a obtenção da melhoria da qualidade do ensino e, fundamentalmente, para o aumento das oportunidades educacionais, dentro da preocupação do Governo com o social.

Assim, todas as ações desenvolvidas pela Secretaria de Educação do Estado, em todo o sistema estadual de ensino, estão voltadas para viabilizar a aplicação da lei de reforma do ensino do primeiro e segundo graus (Lei 5.692/71), acompanhando também as novas perspectivas surgidas nos quase nove anos de sua vigência. E Pernambuco aceitou o desafio de implantar o ensino do 2º grau — continuidade e terminalidade dos estudos.

A Secretaria de Educação tem utilizado alternativas de atendimento para os alunos do ensino profissionalizante com escolas que oferecem educação geral e formação especial instrumental. Está oferecendo, nos Centros e Escolas Profissionalizantes das Unidades Escolares, 43 habilitações profissionais, como Técnico de Edificações, Desenhista de Arquitetura, Auxiliar de Escritório, Técnico de Estradas, Laboratorista de Solos e Pavimentação, Topógrafo de Estradas, Desenhista de Estruturas entre outros.

Dentro também do objetivo do governo de promover um desenvolvimento auto-sustentado, promove também cursos de Técnico em Mecânica, Técnico em Eletromecânica, Técnico em Química, Desenhista de Instalações Hidráulicas, Técnico de Saneamento, Desenhista de Padronagem, Técnico em Agricultura de Defesa Sanitária Animal, Agente de Defesa Sanitária, Técnico em Agropecuária.

Além disso, para a operacionalização da organização curricular implantada, são desenvolvidas ações para aperfeiçoar o sistema de estágios que atendam às necessidades de aprendizado dos alunos. São assim realizadas atividades de integração empresa-escola visando a melhoria do ensino do segundo grau, no que se refere ao intercâmbio de recursos disponíveis.

A Secretaria de Educação vem desenvolvendo trabalho pioneiro na realização de exames de suplência profissionalizante, objetivando oferecer diplomas ou certificados aos profissionais qualificados a partir das experiências diárias na força do trabalho, desde que exerçam a profissão a mais de dois anos — e que tenham mais de 2 anos. Até agora já foram realizados exames supletivos profissionalizantes, abrangendo cerca de 40 categorias tecnicas, tendo sido beneficiados em torno de 800 candidatos.

A FONTE DOS RECURSOS

Para realizar o elenco de obras que definiu no seu programa de prioridades, o governador Marco Maciel tem de contar com uma máquina fazendária eficiente. Essa eficiência vem sendo demonstrada já a partir do balanço geral da administração direta, de 1979. Nele, os números expressam não apenas o desempenho do Estado, mas o esforço que se processa no sentido de compatibilizar uma receita tributária modesta com encargos cada vez mais altos.

É por esse motivo, porque tem que lutar com recursos escassos que, ao lado da agilização da máquina fazendária, vem o secretário Everardo Maciel defendendo, desde o início da atual administração, uma reforma tributária. "À parte benefícios que possam advir de uma reforma tributaria de caráter distributivo — diz o secretário — o único procedimento que resta aos Estados no sentido de ampliarem seu nível de investimentos é uma recorrência mais eficiente à sua capacidade de endividamento, vez que suas receitas próprias se encontram quase que integralmente comprometidas com os gastos de funcionamento. As receitas tributárias (principalmente o ICM), são absorvidas, na quase totalidade, pelas despesas de pessoal".

À parte esse confronto de cifras que torna mais e mais urgente uma reforma tributária nos termos que vêm sendo defendidos pelos secretários da Fazenda do Nordeste, segundo foi expresso no recente encontro do Conselho de Política Fazendária em Salvador, o desempenho das receitas orçamentárias em Pernambuco se indentifica plenamente com os modernos planos de trabalho implantados pelo governador Marco Maciel. Na Secretaria da Fazenda, não há mistérios nem fórmulas mágicas para a melhoria da Receita. Apenas se busca a justiça fiscal, aprimorados os mecanismos internos para isso.

Prova do significativo desempenho das receitas orçamentárias é que elas cresceram em 1979, em termos reais, 18,1%, em relação ao ano anterior. As receitas de capital apresentaram uma taxa de 51,2% e as correntes, de 6,9%. As operações de crédito da ordem de 50 milhões de dólares representaram uma taxa de crescimento da ordem de 138,9%. Na apresentação do Balanço de 1979, a Secretaria da Fazenda registra que, "nada obstante a exacerbação do processo inflacionário no País, afetando negativamente o desempenho das receitas públicas estaduais, vez que suas principais componentes não se sujeitam diretamente à incidência de tributos estaduais, vale destacar que as receitas tributárias apresentaram em 1979 um crescimento real de 5,1%, representando 65% das receitas orçamentárias".

A participação de Pernambuco na arrecadação nacional do ICM, em 1979, atingiu um percentual de 2,71%, a mais elevada participação de toda a década. Pernambuco é hoje a oitava unidade da Federação, em termos de arrecadação do ICM. No contexto dos Estados que apresentam arrecadação superior, apresentou o terceiro maior incremento real, inferior apenas ao de Santa Catarina e ao da Bahia. Enquanto isso, a participação das transferências federais no conjunto das receitas orçamentárias caiu de 21,2% em 1978 para 18,9% em 1979.

DESENVOLVIMENTO COM PARTICIPAÇÃO

Entendendo o desenvolvimento como tarefa de todos e não apenas do Governo, a filosofia de Desenvolvimento com Participação traduz uma nova postura para a condução da coisa pública e formulação de objetivos, estratégias e linhas de ação com os quais enfrentar os desafios que caracterizam o atual momento do País, do Nordeste e de Pernambuco. Expressão de uma vontade política, essa postura compreende, necessariamente, a busca permanente do consenso da comunidade, ao escolher caminhos capazes de conduzir ao desenvolvimento pleno e integral da sociedade pernambucana, de modo a fazer do Governo instrumento catalisador de suas mais legítimas aspirações.

A mesma orientação está presente no II Plano de Desenvolvimento do Estado, elemento maior a nortear a conduta administrativa do Governo. E também está presente na seleção de cada prioridade, na definição de cada projeto, na orientação, enfim, de cada pequena ação.

E é essa participação — estilo e prática de governo — que concorrerá, sem dúvida, para a melhoria dos níveis de bem-estar dos pernambucanos, pois a crescente incorporação de suas aspirações ao processo decisório constitui o mecanismo mais eficaz de promoção social de que se tem conhecimento nas sociedades modernas, além de ser fator imprescindível a distribuição cada vez mais ampla dos frutos do desenvolvimento.

O Governador Marco Maciel e o ex-Presidente Geisel no escritório da SUAPE

Governador Marco Maciel com o Ministro Mario Andreazza na regiao das secas

Informe Econômico

Os novos números

A inflação no mês de junho será de 5,1% ou 5,2%, garantiu ontem uma fonte da Fundação Getúlio Vargas. Finalmente, portanto, caiu o recorde histórico de 95,2% registrado em julho de 1964, segundo os cálculos da Divisão de Econometria do Instituto Brasileiro de Economia da FGV.

Se a inflação de junho se situar em 5,1%, a taxa acumulada em 12 meses atingirá 97,9%, pois a inflação de junho do ano passado foi de 3,4% e a taxa anual até maio de 1980 chegou a 94,7%. Se a elevação dos preços alcançar 5,2%, o novo recorde da inflação brasileira será 98%.

■ ■ ■

Há, porém, um aspecto positivo no índice de inflação do mês de junho: é inferior aos 6,4% verificados em maio. Isso poderia ser um indicador da reversão de expectativas quanto ao processo inflacionário.

A resposta virá com os índices de julho.

O dilema

Para John Kenneth Galbraith, a condução dos problemas econômicos acaba se resumindo a um simples dilema quanto à adoção desta ou daquela medida:

— Escolher entre prejudicar poucos por pouco tempo, ou de prejudicar muitos, durante muito tempo.

Para um conceituado economista brasileiro, os problemas atuais de nossa economia explicam-se pela seguinte metáfora:

"O Brasil é uma criança com cárie, mas que teme a cadeira do dentista. Adia o tratamento e a única solução será a extração do dente."

"Blackout"

O presidente da Eletrobrás, Maurício Schulman, tem feito constantes advertências sobre o risco do corte indiscriminado dos investimentos no setor elétrico, apontando, inclusive, para as possibilidades de ocorrerem colapsos no fornecimento.

Infelizmente, no entanto, suas previsões estão-se confirmando com uma incrível rapidez. Sucessivos cortes de energia elétrica têm paralisado o parque industrial do Rio, inflingindo aos consumidores expressivos prejuízos.

Já é tempo de o Governo fazer uma pausa para pensar sobre o caos em que se transformarão os centros urbanos — com os conseqüentes reflexos negativos na economia nacional — antes de conter investimentos imprescindíveis.

Sob o risco de serem revividos os tempos do racionamento.

Mudança na Anbid

Depois de uma longa gestão à frente da Anbid — Associação Nacional de Bancos de Investimentos — o vice-presidente do Banco Finasa de Investimentos, Casimiro Ribeiro, deixou a presidência da entidade e deverá ser substituído, hoje, pelo diretor do Banco Aimoré de Investimentos e presidente do conselho técnico da Anbid, Ary Waddington.

Dando a volta

Com relação a atitude do BNDE os membros da família Lutfalla não tem o que temer. Isso se depreende da atitude de passividade absoluta que seus burocratas resolveram assumir diante do processo. Limitam-se a informar que "está tudo nas mãos do Ministro da Justiça".

Esquecem-se, no entanto, que no processo que acusa os antigos diretores da Tecelagem e Fiação Lutfalla de prática de sonegação fiscal, o BNDE aparece como promotor da ação e contribuiu com farta documentação e provas obtidas por seus auditores de que a fraude fiscal existiu.

No que se refere ao confisco dos bens da família Lutfalla para saldar a dívida com o Erário, o BNDE limitou-se a fazer um inventário e a proceder a sua avaliação. A incorporação do patrimônio confiscado ao patrimônio público não ocorreu.

Para o burocrata está tudo bem: existia um papel em sua mesa e ele deu tramitação. Se foi cumprido o determinado não é mais seu problema, segundo o seu ponto-de-vista. Com esta atitude, não será impossível o contribuinte ler, dentro de algum tempo, que o Governo está devendo aos Lutfalla.

Caminho das Índias

A Cobec fechou ontem, finalmente, a operação de venda de 20 mil toneladas de óleo de soja para a Índia. Com outros negócios em andamento, a Cobec espera exportar um total de 100 milhões de dólares para aquele país.

Sem crédito

A aproximação das aplicações das financeiras do limite de 45% para este ano já está provocando sérias retrações na comercialização de automóveis pela falta do suporte do crédito direto ao consumidor.

Em São Paulo, onde a situação é mais sentida, as financeiras e revendedores estão exigindo um entrada ao redor de 50% para a venda de carros a prazo. A entrada mínima exigida pela legislação é de 30% e o pagamento de metade do preço do automóvel à vista (ou com outro carro de entrada) significa um mínimo de Cr$ 100 mil de despesa inicial para a compra de qualquer carro.

O saque de parte dos depósitos em cadernetas de poupança pelos grandes e médios depositantes vem sendo outra saída para o pagamento dessas entradas exigidas, já que os rendimentos dos depósitos estão bem abaixo da inflação.

Carter admite estudar em julho uma redução da carga tributária

Washington — Depois que o provável candidato republicano Ronald Reagan prometeu que, se eleito, reduzirá o imposto de renda em 10%, o coordenador da campanha de Carter à reeleição, Robert Strauss, revelou que o Presidente examinará o assunto em julho. Até aqui, Carter só admitia adotar a medida após as eleições de novembro.

Enquanto isso, no Senado, o presidente da comissão de finanças, Russel Long, instruiu a bancada democrata para bloquear qualquer projeto republicano viabilizando a redução de impostos. Reagan prometera que os republicanos proporiam, com o corte das taxas, desafogar o contribuinte e relançar a economia.

O prejuízo total das companhias aéreas norte-americanas com a recessão econômica atingiu 400 milhões de dólares no 1º semestre deste ano. Segundo David Kyd, porta-voz da Associação Internacional de Transporte Aéreo (IATA), contribuíram para os maus resultados o custo crescente de combustíveis e a guerra de preços entre as linhas aéreas.

O principal assessor econômico de Carter, Charles Schultze, previu ontem que o Produto Nacional Bruto (PNB) dos EUA deverá apresentar um brusco declínio de 8% ou 9% (taxa anual) no 2º trimestre. Mas espera Schultze obter uma acentuada diminuição da inflação no 2º semestre.

Países ricos e 3º Mundo conseguem o acordo para apoiar matérias-primas

Genebra — Os negociadores encarregados de criar um fundo comum para estabilização das matérias-primas chegaram ontem em Genebra a um acordo definitivo sobre os estatutos deste organismo, símbolo do diálogo Norte-Sul entre países ricos e o 3º Mundo, revelaram fontes diplomáticas francesas.

O fundo, cuja carta deverá ser formalmente adotada antes do fim da semana, será operacional desde que 90 países o integrem. As negociações foram realizadas dentro do contexto da Conferência das nações Unidas para o comércio e o desenvolviemento (UNCTAD) e o esquema geral do fundo havia sido aprovado no último mês de março.

O projeto inclui duas **contas**, uma de 400 milhões de dólares, procedente de contribuições obrigatórias, cujo objetivo é financiar estoques reguladores de matérias-primas. A outra, de 350 milhões de dólares (sendo 280 milhões procedentes de contribuições voluntárias), deve ser destinada a projetos de pesquisas e de produtividade.

Entretanto, faltavam ainda importantes assuntos a serem solucionados, entre eles o problema do direito a voto dos diferentes grupos de países que integram o fundo, problema que quase fez fracassar a negociação final, devido à intransigência de países de extremos opostos, entre eles EUA e Argélia.

Chefe militar argentino faz primeira restrição à atual política econômica

Rosental Calmon Alves

Buenos Aires — O Comandante-em-Chefe do Exército e membro da Junta Militar que governa o país, General Leopoldo Fortunato Galtieri, afirmou ontem que as Forças Armadas apóiam a "filosofia" da política econômica aplicada pelo Governo do Presidente Videla, mas advertiu que isso não quer dizer que ele pessoalmente e o Exército apóiem taxativamente todos os aspectos da aplicação dessa política.

Esta foi a primeira vez que um alto comandante militar fez alguma restrição ao apoio das Forças Armadas ao programa econômico aplicado pelo poderoso Ministro José Alfredo Martinez de Hoz, alvo das mais intensas críticas de partidos políticos e vários setores, pela adoção de uma política de abertura das importações e por um sistema cambial que representa uma supervalorização do peso em relação ao dólar.

PONTO SENSÍVEL

"O Exército, como expressei recentmente, apóia o que fez o Governo, o que está fazendo e o que fará no resto da gestão do Presidente da nação. Mas, se a aplicação da filosofia da política econômica é de responsabilidade do Presidente da República, isso não significa que o Exército, ou eu pessoalmente, seu Comandante, apóie taxativamente todos os aspectos em que se está aplicando essa política", disse o General Galtieri.

Tocando no ponto que se tem demonstrado como um dos mais vulneráveis nos ataques da Oposição civil argentina ao regime militar, o Comandante do Exército disse ainda que "a filosofia da política econômica é das Forças Armadas", mas "a forma de aplicá-la e da responsabilidade do Poder Executivo nacional."

Explicou que, no avanço da aplicação da política econômica, pode haver diferentes variantes e ajustes, advertindo, porém, que "ninguém deve esperar que vamos modificá-la nem para a esquerda nem para a direita, pois ela tem que se mover dentro desses limites".

Banco Central promove fusão de financeiras

Buenos Aires — O Banco Central argentino autorizou ontem a fusão das instituições financeiras Martens e Lider para criação da Basei Companhia Financeira, numa tentativa de evitar a falência das empresas e, assim, o agravamento da crise que atravessa o setor.

O Banco Central estuda propostas de fusão apresentadas por outras 23 instituições financeiras, para constituição de apenas cinco entidades, "maiores e mais saudáveis." Em outra medida, o BC resolveu levar a termo a dissolução da financeira Doai, que figurava na lista de empresas com problemas.

Depois da liquidação da financeira Promosur, no início de março, o Governo argentino dissolveu o Banco de Intercâmbio Regional (BIR) — o mais importante do setor privado — dando origem à grave crise. Posteriormente, foi decretada intervenção em outros três grandes bancos e a prisão de seus diretores, por irregularidades, inclusive estelionato.

Uma delegação de 24 técnicos argentinos, civis e militares, chefiada pelo Brigadeiro Ubaldo Afonso Dias, chegará ao Brasil, amanhã, desembarcando em São José dos Campos, para manter contatos com o pessoal da Embraer, com vistas a um futuro intercâmbio entre os dois países, no campo aeronáutico.

A comitiva argentina trará um avião militar Pucarala 58, para fazer demonstração às autoridades brasileiras.

Trata-se de um bimotor turboélice, com asa baixa, capacidade para dois tripulantes, velocidade de cruzeiro de 485 quilômetros por hora, equipado com dois canhões de 20 milímetros e quatro metralhadoras de 7.62mm.

Como o avião brasileiro Xavante, é uma aeronave militar de treinamento e ataque. Embora chegue a uma velocidade de 800 quilômetros/hora, não há, até o momento, segundo se soube na FAB, intenção em adquirir o avião argentino.

"The Times" pode parar de novo

Londres — A companhia editora dos jornais britânicos **The Times e Sunday Times** acusou os sindicatos de gráficos de boicotar a produção, prevendo-se a repetição do impasse que, no ano passado, privou os ingleses da leitura dos dois jornais durante 11 meses.

Os tipógrafos reabriram a crise, acusando duramente a editora Times Newspaper Ltd. que edita os dois jornais, de ter rompido de má-fé o acordo de novembro, que permitiu a volta às bancas de ambas as publicações.

Há uma controvérsia sobre a interpretação do acordo, que segundo os editores estipula 12 meses para as duas partes discutirem a introdução de novas tecnologias. Os gráficos, que se queixam do desemprego que as novas técnicas imporiam à categoria profissional, alegam que o acordo prevê três anos de debate antes de sua efetiva introdução.

Atraso de Guri não é brasileiro

São Paulo — A participação das empresas Camargo Corrêa e Cetenco nas obras da hidrelétrica de Guri, na Venezuela, não foi afetada ainda, e também não se confirmou a entrada de empresas de construção pesada dos Estados Unidos, para recuperar o atraso das obras civis, já de aproximadamente um ano. O Governo venezuelano formou uma comissão de alto nível que estuda no momento os caminhos a seguir e como recuperar o tempo perdido.

As empresas brasileiras, não são responsáveis pelo atraso nas obras, causado pela deficiência dos equipamentos para produção de concreto (britagem também). Essas unidades já estavam no canteiro de obras quando as construtoras se estabeleceram em Guri.

(Este comunicado tem finalidade exclusivamente informativa)

Bolsa de Valores do Rio de Janeiro

A Bolsa de Valores do Rio de Janeiro certifica que, em 26 de junho de 1980, foram negociadas pela primeira vez em seu pregão as ações do

BANCO MERCANTIL DE INVESTIMENTOS S/A

Sede: Rua Rio de Janeiro, 654 - 9º andar - Belo Horizonte - MG
Capital social: Cr$ 312.109.200,00, dividido em 111.505.680 de ações ordinárias e 71.014.320 de ações preferenciais, ambas nominativas, do valor nominal de Cr$ 1,71 cada uma.
Exercício social: 01/01 a 31/12
Valor patrimonial: Cr$ 2,49 (balanço em 31/12/79)
Lucro líquido: Cr$ 38.887.961,45 (balanço em 31/12/79)
Renda operacional: Cr$ 1.286.878.538,62 (balanço em 31/12/79)
Últimos eventos: dividendo: Cr$ 0,078 por ação (referente ao 2º semestre de 1979)
bonificação: 50,0% (AGE 08/04/80)
subscrição: 50,0% (AGE 04/01/80)
Atividade: Operações legalmente permitidas a Bancos de Investimentos.

Diretor de Relações com o Mercado:
Milton de Araújo

Ata da Assembléia Geral Extraordinária e Ordinária dos acionistas da "IMCOSUL S.A.", realizada nesta cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, em 19 de maio de 1980. Inscrição no CGC/MF nº 92.783.646/0001-00.

Aos 19 dias do mês de maio de 1980, reuniram-se na sede social da "IMCOSUL S.A.", em Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Sete de Setembro nº 630, às 14,30 horas, seus administradores e acionistas, representando estes mais de dois terços do capital social com direito de voto, conforme assinaturas lançadas no livro "Presença dos Acionistas", tendo sido aclamados para presidir os trabalhos o Sr. Aloysio Pagnoncelli de Souza e para secretariá-los o Sr. Rudi Rubens Essig, ambos agindo na qualidade de representantes legais do acionista "Banco Maisonnave de Investimento S.A", ficando assim constituída a mesa dirigente.

Dando início aos trabalhos, o Sr. Presidente informou ter sido a assembléia regularmente convocada, através de editais publicados no "Diário Oficial" do Estado do Rio Grande do Sul, nas edições dos dias 28, 29 e 30 do mês de abril do corrente ano; no "Jornal do Comércio" desta cidade de Porto Alegre, edições dos dias 29 e 30 do mês de abril e dia 2 do corrente mês de maio; e no "Jornal do Brasil", da cidade do Rio de Janeiro, em suas edições dos dias 29 do mês de abril e dias 1º e 2 do corrente mês de maio; editais estes do seguinte teor: IMCOSUL S.A. CGC/MF nº 92.783.646/0001-00 CONVOCAÇÃO ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA E ORDINÁRIA São convocados os senhores acionistas da "IMCOSUL S.A." a se reunirem em Assembléia Geral Extraordinária e Ordinária, a se realizar na sede social, na Rua Sete de Setembro nº 630, nesta cidade de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul, às 14,30 horas do dia 19 de maio de 1980, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA 1. Alteração do Artigo 2º dos Estatutos Sociais, relativo ao objeto social, visando exclusivamente um maior detalhamento das atividades sociais. 2. Alteração do Artigo 12 dos Estatutos Sociais, relativo à composição do Conselho de Administração. 3. Alteração do § 5º do Artigo 12 dos Estatutos Sociais, relativo às atribuições do Conselho de Administração. 4. Alteração do Artigo 13 dos Estatutos Sociais, relativo à composição da Diretoria. 5. Alteração do § Único do Artigo 14 dos Estatutos Sociais, relativo às atribuições da Diretoria. 6. Extinção do Conselho Consultivo com correlata revogação das disposições constantes do Título VI dos Estatutos Sociais (Arts. 17 a 20).

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA 1. Exame, discussão e votação do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras, do Parecer dos Auditores Independentes e demais documentos relativos ao exercício social encerrado em 31-12-1979. 2. Destinação do lucro líquido do exercício e distribuição de dividendos. 3. Eleição dos membros do Conselho de Administração. 4. Fixação da remuneração dos Administradores. 5. Aprovação da correção da expressão monetária do capital social, de Cr$ 163.200.000,00 para Cr$ 224.400.000,00, com elevação do valor nominal das ações, de Cr$ 1,36 para Cr$ 1,87, e correlata alteração do Artigo 5º dos Estatutos Sociais. Porto Alegre, 24 de abril de 1980. Roberto de Moraes Maisonnave. Presidente do Conselho de Administração. Os Editais de Convocação foram aprovados pela unanimidade dos acionistas presentes à assembléia, tendo o Sr. Presidente informado que as publicações previstas na Lei nº 6.404/76 e na Instrução Normativa CVM nº 02, de 04-05-1978, além de serem efetuadas no "Diário Oficial" do Estado do Rio Grande do Sul e no "Jornal do Comércio", ambos editados em Porto Alegre, passarão também a ser efetuadas no "Jornal do Brasil", editado na cidade do Rio de Janeiro, sem prejuízo da eventual publicação em outros jornais. Dando atendimento às matérias a serem apreciadas em regime de Assembléia Geral Extraordinária, o Sr. Presidente solicitou ao Sr. Secretário que procedesse a leitura da seguinte PROPOSTA DA DIRETORIA Ilmos. Srs. Acionistas da "IMCOSUL S.A." **Porto Alegre — RS** Prezados Acionistas: PROPOMO-LHES: 1º) Seja alterada a redação do Artigo 2º dos Estatutos Sociais, que enuncia o objeto social, visando exclusivamente uma maior explicitação das atividades desenvolvidas pela Companhia. Esta seria a nova redação do precitado dispositivo:

"**Artigo 2º** — A companhia terá por objeto o comércio, a exploração de representações comerciais, a importação e a exportação de: tintas, produtos de limpesa; perfumaria; máquinas, veículos e aparelhos de locomoção por terra e água, acessórios e peças; ferramentas e instrumentos manuais; eletrodomésticos; relógios; instrumentos de precisão e medicina; artigos de cine-foto-som; sementes e mudas; jornais e revistas; barracas e acessórios; armas de fogo, metais preciosos, jóias e suas partes, inclusive bijuterias; instrumentos musicais; materiais de escritório; móveis em geral; materiais de construção em geral; animais vivos; tecidos em geral, inclusive artigos de cama, mesa e banho; artigos de vestuário em geral; brinquedos e artigos para ginástica e esporte; produtos alimentícios, piscinas; bebidas em geral; artigos de paisagismo e decoração. A companhia exercerá ainda a prestação de serviços de montagens, consertos, armazenagem e transporte dos bens acima referidos. Poderá a sociedade fazer parte de outras sociedades como sócia ou acionista." 2º) A alteração da composição e das atribuições do Conselho de Administração da Companhia, passando o "caput" do Artigo 12 e seu respectivo Parágrafo 5º a terem a seguinte redação: "**Artigo 12** — O Conselho de Administração será composto de no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 9 (nove) membros, eleitos pela Assembléia Geral, pelo prazo de 3 (três) anos, todos acionistas, residentes no País, admitida a reeleição." "**Parágrafo 5º** — Compete ao Conselho de Administração: a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; b) eleger e destituir os diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições, observado o disposto nestes Estatutos; c) fiscalizar a gestão dos diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos; d) convocar anualmente a Assembléia Geral Ordinária, e a Extraordinária quando julgar conveniente; e) manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da diretoria; f) escolher e destituir os auditores independentes; g) deliberar sobre a aquisição de ações de emissão da Companhia, para cancelamento, permanência em tesouraria ou posterior alienação; h) deliberar sobre a alienação de bens imóveis de propriedade da Companhia, bem como sobre a constituição de ônus reais sobre tais bens; i) deliberar sobre a abertura de filiais, agências, representações ou quaisquer outras dependências da Companhia."

3º) A alteração da composição da Diretoria da Companhia, inclusive com a criação do cargo de Diretor Presidente, passando a ser a seguinte a redação do Artigo 13 dos Estatutos Sociais: "**Artigo 13** — A Diretoria será composta de, no mínimo 3 (três) e, no máximo, 11 (onze) membros, todos eleitos pelo Conselho de Administração, pelo prazo de 3 (três) anos, reelegíveis, acionistas ou não e residentes no País, sendo 1 (um) Diretor Presidente, até 4 (quatro) Diretores e até 6 (seis) Diretores Adjuntos. **Parágrafo 1º** — Competirá ao Diretor Presidente convocar e presidir as reuniões da Diretoria as quais se instalarão e funcionarão, validamente, com a presença da maioria de seus membros. **Parágrafo 2º** — A Diretoria reunir-se-á, ordinariamente, todo mês e, extraordinariamente, sempre que necessário. As deliberações, tomadas por maioria de votos, constarão de atas lavradas e assinadas no livro próprio. **Parágrafo 3º** — As atribuições de cada Diretor serão fixadas pelo Conselho de Administração, quando de sua eleição. **Parágrafo 4º** — Em caso de ausência temporária de qualquer Diretor, inclusive do Diretor Presidente, caberá ao Conselho de Administração designar, dentre os demais Diretores, um substituto provisório. Na hipótese de ocorrência de vaga definitiva na Diretoria, o Conselho de Administração designará um substituto definitivo para completar o mandato do substituído." 4º) Seja dada a seguinte redação ao § Único do Artigo 14 dos Estatutos, que dispõe sobre as atribuições da Diretoria da Companhia: "**Parágrafo Único** Somente à Diretoria, agindo no mínimo por intermédio de dois de seus membros, em conjunto, fica reservada a prática de atos que importem em: a) nomeação de Procuradores para a prática de atos de gestão, sendo sempre obrigatória a especificação, no respectivo instrumento, dos poderes outorgados e dos atos que poderão os Procuradores praticar, bem como do respectivo prazo de vigência; b) outorga de aval ou fiança em nome da companhia; c) atribuição, a um só Diretor ou Procurador, de poderes expressos para a prática de qualquer dos atos mencionados neste Artigo e em seu Parágrafo Único." 5º) A extinção do Conselho Consultivo da Companhia, com a correlata revogação das disposições constantes do Título VI dos Estatutos Sociais, ou sejam, os Artigos 17 a 20. Porto Alegre, 22 de abril de 1980. Roberto de Moraes Maisonnave. Sergio Saddy. Rubens Pereira Piccolo. Udo Vath Diretores.

Encerrada a leitura da "Proposta da Diretoria" acima transcrita, foi o aludido documento submetido à discussão e votação, verificando-se que a assembléia, por unanimidade, aprovou-o integralmente. Em conseqüência de tal aprovação, o Sr. Presidente declarou: a) alterada a redação do Artigo 2º dos Estatutos Sociais, que dispõe sobre o objeto social; b) modificada a redação do Artigo 12 e seu § 5º dos Estatutos, dispositivos que regulam respectivamente a composição e atribuições do Conselho de Administração da Companhia; c) alterada a redação do Artigo 13 e do § Único do Artigo 14 dos Estatutos Sociais, dispositivos que dispõem respectivamente sobre a composição e atribuições da Diretoria da Companhia; e d) extinto o Conselho Consultivo da Companhia, com a revogação dos Artigos 17 a 20 dos Estatutos Sociais; tudo nos precisos termos da proposição da Diretoria ora aprovada. Prosseguindo com os trabalhos, passou-se ao exame das matérias a serem apreciadas em regime de Assembléia Geral Ordinária, tendo o Sr. Secretário a pedido do Sr. Presidente, procedido a leitura do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras e do Parecer dos Auditores Independentes, documentos esses relativos ao exercício social encerrado em 31-12-1979, os quais devidamente examinados, foram aprovados pela unanimidade dos acionistas presentes. Esclareceu, a seguir, o Sr. Presidente que, em decorrência da aprovação das demonstrações financeiras, ficava igualmente aprovada a destinação do lucro e a distribuição de dividendos nelas consignadas. Em seqüência, deliberou a assembléia aprovar a correção da expressão monetária do capital social, por capitalização de parte da "Reserva de Capital" resultante da correção monetária do capital realizado, no valor de Cr$ 61.200.000,00 (sessenta e um milhões e duzentos mil cruzeiros), elevando o capital social, ora do valor nominal e integralizado de Cr$ 163.200.000,00 (cento e sessenta e três milhões e duzentos mil cruzeiros), para a importância de Cr$ 224.400.000,00 (duzentos e vinte e quatro milhões e quatrocentos mil cruzeiros) com aumento do valor nominal das ações de Cr$ 1,36 (um cruzeiro e trinta e seis centavos) para Cr$ 1,87 (um cruzeiro e oitenta e sete centavos). Esclareceu o Sr. Presidente que deixava de ser capitalizada da aludida conta de "Reserva de Capital" a quantia de Cr$ 364.884,28, correspondente às frações de centavos do valor nominal das ações. Como decorrência da capitalização da "Reserva de Capital" resultante da correção monetária do capital realizado, deliberou a assembléia alterar a redação do "caput" do Artigo 5º dos Estatutos Sociais, o qual passará a dispor consoante a seguir se transcreve:

"**Artigo 5º** — O capital social é de Cr$ 224.400.000,00 (duzentos e vinte quatro milhões e quatrocentos mil cruzeiros) moeda corrente nacional, dividido em 120.000.000 (cento e vinte milhões) de ações, do valor nominal de Cr$ 1,87 (um cruzeiro e oitenta e sete centavos) cada uma, assim especificadas: a) 44.300.000 (quarenta e quatro milhões e trezentos mil) ações ordinárias; e b) 75.700.000 (setenta e cinco milhões e setecentas mil) ações preferenciais estas sem direito a voto, mas com direito a um dividendo anual, mínimo, não cumulativo, de 6% (seis por cento) sobre seu valor nominal." Prosseguindo com os trabalhos, informou o Sr. Presidente que competia à assembléia proceder a eleição dos membros integrantes do Conselho de Administração. Realizada a eleição, verificou-se terem sido eleitos, por unanimidade: **Conselho de Administração: Presidente** — ROBERTO DE MORAES MAISONNAVE (CPF nº 001.141.460-04), brasileiro, casado, banqueiro, residente e domiciliado em Porto Alegre, RS, na Avenida Carlos Gomes nº 300, portador da Carteira de Identidade número 3.007.903.614, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul, em 7-12-1976. **Conselheiros**: EDUARDO RAUL AARON (CPF nº 000.302.870-49), brasileiro, casado, banqueiro, residente e domiciliado em Porto Alegre, RS, na Avenida Guaíba nº 1.646, portador da Carteira de Identidade nº 5.001.075.752, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul, em 2-12-1974; ALOYSIO PAGNONCELLI DE SOUZA (CPF nº 001.605.200-53), brasileiro, casado, banqueiro, residente e domiciliado em Porto Alegre, RS, na Rua Luiz Manoel Gonzaga nº 188, portador da Carteira de Identidade nº 2.007.903.351, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul, em 03-12-1976; SERGIO SADDY (CPF nº 031.599.818-00), brasileiro, separado judicialmente, engenheiro industrial, residente e domiciliado em Porto Alegre, RS, na Rua Regente nº 200, portador da Carteira de Identidade nº 4.005.537.487, pela Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul, em 17-06-1976; LUIZ CARLOS HEINZ HONY (CPF nº 000.672.370), brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado em Porto Alegre, RS, na Av. Maryland nº 1.367, apto. 301, portador da Carteira de Identidade nº 1.001.469.244, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul, em 20-12-1974; NELSON DE MORAES MAISONNAVE (CPF nº 001.002.180-91), brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado em Porto Alegre, RS, na Rua Na. Sa. Aparecida nº 375, portador da Carteira de Identidade número 3.003.178.526, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul, em 18-08-1975; RUDI RUBENS ESSIG (CPF nº 001.905.780-68), brasileiro, casado, Bacharel em Administração de Empresas, residente e domiciliado em Porto Alegre, RS, na Rua Pedro Chaves Barcellos nº 961, portador da Carteira de Identidade nº 8.002.530.643, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul, em 04-06-1975; e PEDRO HENRIQUE TEIXEIRA (CPF nº 001.289.610-15), brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado em Porto Alegre, RS, na Rua Mariante nº 180, portador da Carteira de Identidade nº 6.004.139.587, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul, em 5-12-1975.

Prosseguindo, esclareceu o Sr. Presidente que, tendo em vista que os acionistas da Companhia, reunidos em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 29 do mês de fevereiro do corrente ano, deliberaram alterar a data de encerramento do exercício social, de 31 de dezembro para o último dia do mês de fevereiro de cada ano, o mandato dos membros eleitos para o Conselho de Administração encerrar-se-ia por ocasião da realização da Assembléia Geral que vier a apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social a se findar no último dia do mês de fevereiro do ano de 1983. Por último, deliberou a assembléia fixar a remuneração total anual do Conselho de Administração e da Diretoria, respectivamente, em 3.000 e em 4.000 maiores salários mínimos vigentes no País, verbas estas que deverão ser rateadas, de comum acordo, entre os membros integrantes de cada órgão, assim como reajustadas na proporção das eventuais elevações dos níveis de salário mínimo. Como ninguém mais quizesse fazer uso da palavra, o Sr. Presidente agradeceu o comparecimento de todos os acionistas presentes, bem como do representante de "Roberto Dreyfuss & Cia. S.C.", Sr. Deici Gomes Capilhera, contador, registrado no CRC-RS sob nº 24.685 e inscrito no CPF/MF nº 131.840.541-15, deu por encerrados os trabalhos e mandou lavrar a presente ata no livro próprio, a qual vai assinada por todos os acionistas comparecentes, os quais representam mais de dois terços do capital com direito de voto, depois de terem ouvido sua leitura feita em voz alta, verificado sua exatidão e manifestado sua aprovação a todos os seus termos. Aloysio Pagnoncelli de Souza Presidente da Assembléia Rudi Rubens Essig Secretário da Assembléia BANCO MAISONNAVE DE INVESTIMENTO S.A. Roberto de Moraes Maisonnave Diretor Presidente Rudi Rubens Essig Diretor Na condição de Presidente e Secretário da Assembléia, declaramos que a presente é cópia fiel da ata original lavrada no livro próprio. Porto Alegre, 19 de maio de 1980 (ass.) Aloysio Pagnoncelli de Souza Presidente da Assembléia (ass.) Rudi Rubens Essig Secretário da Assembléia SECRETARIA DA JUSTIÇA JUNTA COMERCIAL DO RIO GRANDE DO SUL CERTIDÃO Certifico que este documento foi arquivado sob número e data estampados mecanicamente. GILBERTO MEDEIROS Secretário Geral (P

RANDON S.A.
VEÍCULOS E IMPLEMENTOS
COMPANHIA ABERTA
CGC 88610829/0001-57

AVISO

Encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social, na rua Attilio Andreazza, 3500, Caxias do Sul, RS, os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei 6404/76, relativos ao exercício social encerrado em 30 de Abril de 1980.

Caxias do Sul, 22 de Junho de 1980

JOÃO LUIZ DE MORAIS
Diretor Administrativo e Financeiro

(P

Penna viajará para Iraque e Kuwait buscar negócios

A ampliação do intercâmbio comercial e a consolidação de alguns investimentos no Brasil levará o Ministro da Indústria e do Comércio, Camilo Penna, ao Iraque e ao Kuwait nos primeiros dias de julho. O Ministro irá também negociar a concessão de um financiamento no montante de 160 milhões de dólares do Kuwait para o BNDE, para ser aplicado, preferencialmente, em projetos agropecuários.

A decisão da viagem partiu do Presidente Figueiredo que viu na solenidade do aniversário da revolução iraquiana uma boa oportunidade para enviar um membro de seu Ministério e explorar as chances existentes de diminuir o déficit da balança comercial com os países produtores de petróleo. O Ministro Camilo Penna poderá ainda estender a sua viagem à Polônia.

Coordenação

No início da semana, o Ministro Camilo Penna se reunirá com o Chanceler Saraiva Guerreiro para elaborar a agenda dos encontros que manterá no Iraque e no Kuwait. Este será o terceiro encontro do Ministro da Indústria e do Comércio com o Ministro do Comércio do Iraque, Hassan Ali. Da última vez, em Bagdá, Camilo Penna conseguiu fechar uma exportação de açúcar e aprofundar conversações visando à maior participação brasileira no setor de serviços. No Kuwait, as conversas serão facilitadas, segundo fonte do Ministério, pela recente aquisição de 10% do controle da Volkswagen do Brasil. Na Polônia, o Ministro Camilo Penna irá negociar carvão e venda de minério de ferro.

Em Brasília, a missão militar da Arábia Saudita que visita o país a convite da Engesa — fábrica de material bélico de São José dos Campos — visitou o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, General Ferraz da Rocha, e o chefe do Estado-Maior do Exército, General Ernani Airosa. O Ministério do Exército informou desconhecer a informação de que estaria para ser fechada a maior transação comercial envolvendo um só cliente no setor de armamentos.

Governo perde prestígio com empresários

São Paulo — O prestígio do Governo caiu entre os empresários, segundo mostram os resultados da consulta realizada pela revista **Exame** desta quinzena, que começa a circular hoje. Tabuladas as primeiras 340 respostas dos empresários, a avaliação do Governo Figueiredo mereceu o julgamento de **regular** de 57,8% dos que responderam ao questionário, e de **excelente e bom** por parte de 22,4%, contra 40,5% há seis meses e 47,7% há um ano.

De acordo com a pesquisa, 19,8% atribuíram ao Governo o desempenho de **ruim e péssimo**, "praticamente dobrando o índice negativo computado no último semestre." O levantamento mostra ainda que o insucesso (até agora) da política antiinflacionária parece ser a base do atual pessimismo empresarial.

Na análise do desempenho dos Ministérios, o Ministro do Planejamento, Delfim Neto, sofreu uma reavaliação radical no meio empresarial. Há seis meses, 69% dos empresários consultados consideraram a atuação do Sr Delfim Neto entre excelente e boa. Na pesquisa desta quinzena, essa opinião representou apenas 39,5%, o que significou uma redução de 30% no total de empresários satisfeitos com o desempenho do Ministro do Planejamento.

Assim, se, há seis meses, apenas 5,2% dos empresários optaram pelo conceito de "ruim e péssimo" para a administração do Sr Delfim Neto, a parcela com opinião negativa elevou-se para 28,3% do total na última pesquisa. Subiu, também, o percentual de opiniões que apontam um desempenho "regular" do Ministro do Planejamento, de 25,4% para 32,2%.

A pesquisa revela que uma parcela ponderável dos empresários que, há quase um ano, elegia o crescimento como o melhor caminho para combater a inflação (62,5%) e fulminava a tática de desaceleração adotada pelo ex-Ministro Mário Henrique Simonsen, não vê hoje distinções fundamentais entre a política econômica traçada por Delfim e a de seu antecessor. Mesmo assim, 42% preferiram a orientação atual, enquanto 16% afirmaram o contrário.

O Ministro das Minas e Energia, César Cals, manteve os mesmos índices de impopularidade junto aos empresários. Sua cotação de "ruim e péssimo", que atingira 73,6% há seis meses, alcançou 76,7%. Ao mesmo tempo, obteve apenas 3% de conceito "excelente e bom" perdendo 1% em relação à pesquisa anterior.

O Ministro da Indústria e do Comércio, Camilo Penna, não mereceu nenhuma mudança significativa na opinião dos empresários — 21,1% ainda o acham "bom e excelente" — mas seu conceito de "ruim e péssimo" passou de 20,1% para 31,8%. O mesmo não ocorreu com o Ministro do Trabalho, Murilo Macedo, que perdeu 19,6% no critério "excelente e bom". O Ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, que entrou na pesquisa pela primeira vez, estreou com 49,5% de conceito "ruim e péssimo", superando apenas o índice negativo do Sr César Cals.

Sem problemas

Belo Horizonte — O empréstimo compulsório renderá cerca de Cr$ 20 bilhões ao Governo com a emissão de perto de 30 mil avisos aos mutuantes que, segundo o Secretário da Receita Federal, Sr Francisco Neves Dorneles, têm aceito bem a medida. Salientou ter recebido várias comunicações favoráveis dos que irão pagar e que identificam a cobrança como "um investimento compulsório."

"Nenhum dos mutuantes criará problemas e não existe a intenção de discutir o empréstimo judicialmente. Grande parte dos que têm parcela vencível no próximo dia 4 — o primeiro lote de 5 mil 286 avisos — já fez o pagamento antecipado e nossa intenção é recolher tudo até o dia 30 de julho com a entrega do último lote de avisos ao final da primeira quinzena", disse o Sr Francisco Dorneles.

Ele observou que é grande o peso da tributação sobre os rendimentos assalariados e que isto deve ser corrigido com maior taxação sobre os ganhos de capital mas, entretanto, não anunciou nenhuma nova medida.

BNDE privatiza sua parte na Abico

O BNDE vai privatizar parte de seu capital na Arab Brazilian Investment Company — Abico — passando 30% do que detém para grupos privados nacionais e alterando a estrutura da empresa, de forma a facilitar o ingresso de investimentos árabes como capital de risco no país.

Metade do capital da Abico pertence a um consórcio de três empresas do Kuwait e elas já concordaram com a modificação e deram sinal verde para o BNDE negociar a sua parte. Os grupos foram previamente selecionados pelo Banco e apresentados ao consórcio árabe e, no caso, pelo acordo assinado, não cabe licitação pública.

Desde sua criação, em 1976, a Abico não desempenha o papel a que se propôs, já que o capital árabe, por tradição, é vinculado a atividades mercantis e financeiras, com giro rápido, o que contraria as diretrizes de atuação do BNDE.

O capital em patrimônio da empresa atualmente é de Cr$ 600 milhões, aplicado em operações vegetativas para sua preservação. Assim, 70% estão no mercado financeiro, 20% no acionário e apenas 10% como capital de risco. Segundo o diretor-superintendente da Abico, José Afonso Guerreiro, até o final de agosto a modificação estará concretizada.

Dificuldades

Como os investimentos de risco não se materializaram, o sócio brasileiro desenvolveu um trabalho lento para que os responsáveis pelas empresas do Kuwait conhecessem com maior profundidade a realidade brasileira e aceitam esse tipo de investimento. Isto já foi conseguido e eles estão dispostos, quando a nova estrutura entrar em operação, a investir em projetos integrados onde a Abico ou as empresas árabes tenham participação majoritária.

Inicialmente eles se interessaram por setores alimentícios para exportação. As primeiras exigências foram feitas com frangos, que hoje são exportados para o Kuwait e tentam ampliar o volume exportado. A dificuldade encontrada é justamente o BNDE não poder participar desse tipo de negociação, que deve ser feito por empresário nacional.

Pretendem, também, nos mesmos moldes, operar com a criação de carneiros. Aí enfrenta-se outro problema, já que os animais devem ser transportados vivos para serem sacrificados lá, por questões religiosas. Outros negócios desse tipo estão praticamente acertados, dependendo apenas da participação de sócios privados nacionais.

Para o Sr José Afonso Guerreiro o trabalho desenvolvido pelo BNDE com os sócios do Kuwait, nas visitas periódicas que fazem ao Brasil, certamente influenciou de uma forma indireta no recente negócio fechado com o Grupo Monteiro Aranha. Eles eram levados a visitar indústrias ou setores industriais, num trabalho didático, como o CTA, Embraer, setor de bens de capital, entre outros.

A grande vantagem que a Abico poderá vir a proporcionar é o ingresso direto do capital árabe no Brasil, sem negociações intermediárias com os Bancos europeus, onde estão concentrados esses recursos. Acredita-se que dois terços do dinheiro obtido pelo Brasil na Europa venha dos árabes, de forma indireta, encarecendo a operação. Algumas dessas operações diretas já foram concretizadas, a maior delas a compra das ações da Volkswagen.

Hoje as operaçõs da Abico são vegetativas, apenas para preservação de seu patrimônio, com o fundo acionário operando na Bolsa de Valores e demais papéis. Uma opção era formação de um banco de investimento, nos moldes de um **banquete d'affaires**, mas que necessita de um grande número de participantes.

Para essas operações, entretanto, é necessário modificar o capital acionário da Abico, já que o BNDE pode operar nesse sentido. A busca de novos sócios árabes não foi considerada viável, já que para eles não existe o problema de capital.

A Arab Brazilian Investment Company é formada com 50% do capital do BNDE e 50% do consórcio das empresas do Kuwait, sendo duas estatais: a KIC (Kuwait Investment Company) e a KFTCIC (Kuwait Foreign Trading Commerce Investment Company) e uma particular, a KIIC (Kuwait International Investment Company). Seu capital em patrimônio é de Cr$ 600 milhões e seu capital autorizado eleva-se a 350 milhões de dólares.

Plano nuclear alemão só precisa de decisão em 90, acha deputado

William Waack
Correspondente

Bonn — A Alemanha só precisará decidir em 1990, se prosseguirá ou não em seu programa nuclear, e até lá não há pressa em se construir novos reatores. Essa é a conclusão de uma comissão parlamentar convocada para ajudar o Governo alemão a definir o futuro da energia nuclear no país.

O presidente da comissão, deputado Reinhard Ueberhorst, do Partido Social Democrata (SPD), disse ontem, ao apresentar o relatório final dos trabalhos que "no momento ainda não é possível e nem necessário pronunciar-se definitivamente contra ou a favor da energia nuclear".

A comissão recomenda como objetivo central da política energética alemã a economia de energia através de formas mais racionais de utilização das fontes existentes e o desenvolvimento de meios alternativos, além da utilização crescente do carvão mineral. A energia nuclear também teria um papel a cumprir, mas sua expansão deveria ser apenas "moderada", segundo o deputado Ueberhorst.

Apenas após um balanço dos resultados, obtidos com essa política nos próximos dez anos, seria possível decidir pela construção de mais reatores convencionais ou de super-regeneradores (**fast-breeders**) (que ajudam a consumir menos urânio), ou se a energia nuclear deveria permanecer como solução transitória para o problema do abastecimento energético alemão.

Sete parlamentares e oito especialistas convocados pelo Bundestag elaboraram, durante mais de um ano de discussões, um compromisso político que ficou bem aquém dos entendimentos já alcançados entre Bonn e os Governos estaduais, sobretudo na questão do reprocessamento e armazenamento do lixo nuclear, que é vital para o programa nuclear alemão.

Sempre contra os votos dos representantes da Oposição conservadora, a maioria dos membros da comissão acredita que ainda não chegou o momento de optar por uma "solução gigante" do problema do reprocessamento, tal como pretendido pelo governo e indústria nuclear alemães. A comissão recomendou apenas a construção de uma unidade de demonstração um pouco maior que a instalação piloto de reprocessamento atualmente funcionando em Karlsruhe.

Da mesma maneira a comissão ainda acha muito cedo para decidir sobre a entrada em funcionamento de um reator **fast breeder** em Kalkar, mais avançado que os reatores a água leve atualmente em operação. Para a comissão parlamentar, o número de reatores convencionais na Alemanha só deverá ser aumentado durante os próximos dez anos "se realmente houver necessidade".

Os três deputados da Oposição apresentaram outra conclusão, sugerindo a construção de pelo menos dois reatores por ano, até 1990. Seja como for, a comissão não adotou a estratégia recomendada pela indústria nuclear alemã, para a qual a manutenção da "opção nuclear" significaria a construção de 50 usinas do tipo Biblis (1 mil 300 mw) até o ano 2000.

Erasmo Dias acusa "rãs vermelhas"

Brasília — O presidente da Comissão de Segurança Nacional da Câmara, Deputado Erasmo Dias (PDS-SP), autor da proposta que cria uma subcomissão naquele órgão técnico para opinar sobre a instalação de usinas nucleares, atribuiu ontem, do plenário da Câmara, à Internacional Comunista a campanha "massificante desenvolvida por setores marxistas" contra a instalação das usinas no país.

Segundo o Deputado, "com o mesmo tom de engodo nacionalista com que, ontem, as rãs vermelhas gritavam "o petróleo é nosso", prejudicando a sua exploração com graves comprometimentos à economia brasileira, hoje proclamam "o urânio é nosso", visando influir no aspecto psicossocial do nosso povo".

No Senado, o Senador Jarbas Passarinho negou que o Ministro das Minas e Energia, César Cals, tivesse adulterado o documento original fornecido à CPI nuclear, em que políticos e cientistas brasileiros foram apontados como "inimigos do acordo nuclear". O Senador Dirceu Cardoso não aceitou a versão do líder do PDS, reafirmando que o documento entregue à CPI não era o mesmo que o Senador Passarinho exibia em plenário como sendo o autêntico.

Em São Paulo, o Deputado Fernando Moraes (PMDB), deu entrada ontem na Justiça Federal a uma ação popular contra o Presidente Figueiredo, para que seja anulado o ato de desapropriação de áreas no litoral Sul do Estado para instalação de usinas nucleares.

Leia "Renúncia Não", na página 10

Indústrias vão criar cooperativa para comprar aço

O Sindicato das Indústrias Mecânicas e de Material Elétrico do Município do Rio de Janeiro está liderando a formação de uma cooperativa para fornecimento de matérias-primas em geral, principalmente aço, "já que as micro, as pequenas e as médias empresas não suportam mais os preços que estão sendo praticados acima do estabelecido pelo CIP."

A informação é do presidente do sindicato, Sr Antônio Carreira, da Induco, para quem a cooperativa terá cota garantida com preço do momento. Segundo ele, a Cia Siderúrgica Nacional só garante o fornecimento para quem precisa de uma cota mínima de 100 t/mês e, com isso, os pequenos e médios empresários caem nas mãos dos intermediários, "que aceitam o preço do CIP, mas só entregam seis meses depois".

O secretário-geral do IBS (Instituto Brasileiro de Siderurgia), Sr Fred Woods de Lacerda, afirmou ontem que "o aumento de 17,7% para os aços não planos dado pelo CIP está bem abaixo do que pedimos. O setor pleiteava 25%."

Abi-Ackel é quem decidirá sobre Lutfalla

São Paulo — O caso Lutfalla está nas mãos do Ministro da Justiça, Ibrahim-Ackel, para quem foi remetido o levantamento dos bens da família Lutfalla confiscados por ato do Presidente Ernesto Geisel. O valor da dívida de Cr$ 600 milhões, em 1976, hoje atinge, com a correção das ORTNs, Cr$ 2 bilhões 100 milhões.

Como a dívida se refere à aplicação de recursos da reserva monetária formada pelo IOF (Imposto sobre Operações Financeiras), tem que ser cobrada com juros e correção monetária. O decreto do confisco, segundo revelou ontem o ex-advogado do BNDE, Walter Amaral, salienta que a avaliação dos bens que tem de ser considerada válida pela Justiça é a de 1976.

Uma fonte do BNDE assegurou que o banco nada tem mais a ver com o caso Lutfalla, pois os documentos a ele referentes foram remetidos ao Ministério da Justiça.

Crise na construção levou a Alfredo Mathias à concordata

São Paulo — "A Construtora Alfredo Mathias, infelizmente, foi atingida em sua estabilidade econômico-financeira pela crise que o setor imobiliário atravessa, ditada pela retração do crédito, altos custos financeiros, variações cambiais e a situação econômica que atingiu nosso país, como reflexo da conjuntura mundial", afirma o advogado Sebastião Carneiro Giraldes, na petição em que impetrou a concordata da empresa, deferida pelo juiz da 29ª Vara Cível, de São Paulo, com prazo de 20 dias para apresentação dos documentos.

No pedido de concordata, a Construtora Alfredo Mathias compromete-se a pagar integralmente seus credores quirografários, no prazo de dois anos, em duas prestações anuais, sendo a primeira de dois quintos. Assinala ainda que ajuizou inopinadamente o pedido de concordata devido à precipitação de credores mais afoitos que apontam títulos seus para protesto.

Prejuizo

No ano passado, a Construtora Alfredo Mathias figurava em sexto lugar na lista das maiores empresas do país do setor de edificações, com uma receita líquida de Cr$ 771 milhões 900 mil. Teve, no entanto, um prejuízo de Cr$ 146 milhões e 500 mil, com seu patrimônio apresentando rentabilidade negativa de 449,3%.

A situação financeira da empresa começou a se deteriorar em 1978, ano em que seu balanço registrou prejuízos acumulados de Cr$ 219 milhões 854 mil. Em 1979, esses prejuízos evoluíram para Cr$ 307 milhões 540 mil, conforme indicam os balanços anexados ao pedido de concordata.

Entre as obras de maior destaque realizada pela Construtora Alfredo Mathias estão: a Câmara Municipal de São Paulo, o Hospital Beneficência Portuguesa, o Shopping Center Iguatemi, o Centro Empresarial de São Paulo, o Shopping Center da Bahia, o Shopping Center Iguatemi de Campinas, algumas construções industriais de grande porte, como as fábricas de Villares, da Alpargatas e empreendimento residenciais luxuosos de grande porte, a exemplo do Wimbledon Park e do Portal do Morumbi, este último apontado como a principal razão de suas dificuldades.

Obras continuam

O diretor comercial da empresa, Fernando Mazzucchelli, garantiu que todas as obras em desenvolvimento pela construtora continuarão sendo executadas. "A Alfredo Mathias já construiu mais de 3 milhões de metros quadrados e não existem motivos para que deixe de executar as obras contratadas."

Atualmente, a Construtora Alfredo Mathias está construindo 5 mil 500 unidades — casas e apartamentos no Estado de São Paulo, dentro de programas sociais do Governo. Outras 2 mil 500 unidades estão sendo contratadas e deverão ser iniciadas ainda este ano.

Além disso, a Alfredo Mathias está construindo dois hotéis no Iraque — Bagdá e Basrah — em cumprimento a um contrato de 30 milhões de dólares. É possível, segundo afirmou o diretor da empresa, que outros contratos sejam assinados no Iraque para a construção de outros hotéis.

Setor

O presidente do Secovi, Paulo Germanos, disse que, desde 1976, todo o setor imobiliário passa por dificuldades e as grandes empresas são as que mais sentem, pois são obrigadas a reduzir de maneira brusca seu ritmo de obras.

As razões dessas dificuldades, segundo o Sr Paulo Germanos, estão na falta de capital de giro e na retração do crédito. Mas o que vem agravando substancialmente a situação são a disparada de preços dos materiais de construção e o desaparecimento de alguns produtos fundamentais, como ferro, madeira e cimento.

ADEMI culpa política errada do BNH

O presidente da ADEMI (Associação dos Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário), Mauro Magalhães, afirmou ontem, a respeito da concordata solicitada pela construtora paulista Alfredo Mathias, que o problema enfrentado pelas empresas do mercado imobiliário "não tem muito a ver com a crise geral de todo o país, pois para o setor habitacional não está faltando recursos. A expansão do crédito não está contida em 45% este ano, como no mercado financeiro".

Segundo disse, os problemas enfrentados pelas construtoras são fruto de uma política errada desenvolvida pelo BNH, cuja legislação não permite que as empresas mantenham seu ritmo de atividades, apesar de terem garantido o crédito para a construção habitacional, através das empresas de crédito imobiliário, com recursos captados pelas cadernetas de poupança.

Como um dos problemas mais graves, ele citou os prejuízos causados aos empreiteiros pelos reajustes dos contratos de construção, que, ao final da obra, nunca acompanham o aumento real dos custos de construção. Os reajustes não acompanham o aumento real, mesmo que sejam feitos pelo índice do Sinapi (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil), ao invés de utilizarem os índices de UPC (Unidade Padrão de Capital), que varia segundo a correção monetária, disse ele.

Além disso, o presidente da ADEMI lembrou que as construtoras enfrentam dificuldades com a atual "falta de liquidez e de recursos para o financiamento de capital de giro. As empresas continuam sendo penalizadas com a continuidade de trechos da Resolução 388 e Circular 311, do Banco Central", que impediram o crédito bancário às construtoras.

Ele afirmou que "há algum tempo, um pedido de concordata solicitado por uma grande construtora era motivo de rebuliço no mercado imobiliário. Hoje, a exemplo do que ocorreu com a Construtora Adolpho Lindenberg (que pediu concordata em junho do ano passado), é a única forma encontrada pelas empresas para superar as dificuldades enfrentadas".

BB repete lucro do 1º trimestre

São Paulo — O diretor de controle de operações do Banco do Brasil, José Luiz de Miranda, previu ontem, em reunião da Abamec(Associação Brasileira dos Analistas do Mercado de Capitais) que a instituição repetirá no segundo trimestre o desempenho do primeiro, obtendo um lucro de Cr$ 10 bilhões, o que elevará o total do semestre para Cr$ 20 bilhões, o que atribuiu ao aumento dos juros agrícolas.

Esse desempenho foi considerado altamente satisfatório pelos analistas presentes, que prevêem uma distribuição de aproximadamente Cr$ 0,67 por ação no semestre, ou seja, um lucro líquido depois do Imposto de Renda de 50% para os aplicadores em papéis da instituição.

Segundo o Sr José Luiz de Miranda, o limite de 45% à expansão dos empréstimos para o comércio e a indústria tem sido aplicado de forma rigorosa no Banco do Brasil. Observou que a instituição vem sofrendo um controle mais severo do que os demais bancos, pois está com as operações de financiamento de exportações de café e de empréstimos por intermédio da Resolução 63 também limitadas.

Mercado financeiro tem CPI

Brasília — O Senado criou ontem, por requerimento do Senador Roberto Saturnino (PMDB-RJ), subscrito por mais 22 senadores, a Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar o funcionamento do mercado financeiro do país, em razão, segundo o autor do requerimento,"da gravidade do processo inflacionário que assola a economia brasileira e suas vinculações com o mercado financeiro".

A CPI se preocupará especialmente com a instituição do "refinamento compensatório", no período 1974-75; a crise no mercado financeiro de 1976, as operações de socorro e a recompra das obrigações da Eletrobrás; a maxidesvalorização do cruzeiro em fim de 1979; e as operações de venda das ações da Cia. Vale do Rio Doce efetuada em março deste ano.

A comissão será constituída por nove membros, terá o prazo de 120 dias e suas despesas ficam estimadas em Cr$ 700 mil.

Faturamento da Vale em 2 meses soma Cr$ 9,3 bilhões

Nos meses de abril e maio, o faturamento da Vale do Rio Doce somou Cr$ 2 bilhões no mercado interno, enquanto as vendas para o exterior alcançaram 140,2 milhões de dólares (cerca de Cr$ 7,3 bilhões, ao câmbio de hoje) — num total de Cr$ 9,3 bilhões. Os dados foram fornecidos ontem pelo diretor-financeiro da empresa, Samir Zraick, que entretanto esquivou-se de revelar o lucro do período ou de projetar o do segundo trimestre, "deixando isso para os analistas".

Em termos de receita, ele divulgou números exatos estimados para o exercício de 80: as vendas de minério para o exterior deverão atingir 952 milhões de dólares e, para o mercado interno, 274 milhões de dólares. Somados à receita de serviços, o total alcançará 1 bilhão 418 milhões de dólares, contra 1 bilhão 70 milhões no ano passado.

Foto de Almir Veiga

Samir Zraick

Samir Zraick confessou que há "um certo fundamento" nos boatos que correm no mercado, sobre problemas de transporte e congestionamento de navios em portos europeus: "Mas o ritmo de embarque na última semana de junho está sendo reativado", comentou.

Revelou ainda que a dívida externa líquida da Vale, hoje, é de 550 milhões de dólares — enquanto há um ano estava na casa dos 800 milhões — e que junto ao Finame e BNDE há mais Cr$ 8,3 bilhões.

Quanto ao corte de 15% nos investimentos, decretado pelo CDE (Conselho de Desenvolvimento Econômico) há uma semana, afirmou que significará Cr$ 7 bilhões no orçamento do sistema CVRD, orçado em Cr$ 49,6 bilhões. O corte não atinge Carajás, que está tendo seu cronograma revisto para torná-lo mais "realista", ou seja, com o término das obras fixado para o final de 84 e início de produção em janeiro de 85.

Vale

	1º TRIMESTRE/80	ABRIL	MAIO
FATURAMENTO			
Mercado externo — US$ milhões	199.3	69.1	71.1
Minério	167.9	64.7	61.7
Pelotas	31.4	4.4	9.4
Mercado interno — Cr$ milhões	2.169,00	1.167.1	839.1
PRODUÇÃO/ COMPRA	18.0	6.2	6.4
Minério	16.2	5.6	5.8
Pelotas	1.8	0.6	0.6

Bolsa adia envio da lista

A Bolsa do Rio entrou com um pedido na 6ª Vara Federal para que o Juiz Armindo Guedes da Silva reconsidere a decisão de requisição da lista dos compradores de ações da Vale. **O listão** de 170 nomes não mais será enviado hoje, portanto, data anteriormente fixada pela Justiça.

Segundo nota distribuída ontem, a Bolsa explica que seu pedido baseia-se na lei do sigilo e lembra que ela não é parte envolvida na ação popular movida contra o Ministério da Fazenda, através do advogado Paulo da Matta Machado, por causa da venda de 150 milhões de preferenciais da Vale entre os dias 5 e 11 de março.

O pedido deveria ser julgado pelo juiz titular da 6ª Vara que, entretanto, está de férias. O juiz da 7ª Vara Federal, que o está substituindo, decidiu esperar que seu colega volte ao trabalho para julgar ele mesmo o caso.

Embora o Código Tributário determine que os nomes dos investidores devem ser mantidos em sigilo pelas instituições, a Bolsa vinha mantendo a posição de que o fato de remeter a lista não faria com que ela quebrasse o sigilo. O temor de que a relação se torne pública através de sua anexação aos autos do processo, aberto ao público, levou-a a requerer um pedido de reexame da exigência.

Mercado reage bem à correção

Como previram anteontem os corretores, o mercado reagiu favoravelmente ao anúncio de uma correção monetária de 50% de junho deste ano a julho de 81, o que significa um rendimento de 59% para os depositantes de cadernetas e, portanto, torna mais atraente o investimento em ações. O volume voltou para a casa de Cr$ 1 bilhão e o índice de lucratividade valorizou-se 2,4% na média de 1% no fechamento, com 22 papéis do IBV em alta.

A **performance** de segunda linha, justificada pela divulgação de alguns bons balanços, vem superando a das **blue-chips** que no pregão de ontem só contou com as ordinárias de Petrobrás entre as maiores altas (6,75%). A lista das mais foi liderada por Alpargatas (não incluída no IBV) PP e OP, respectivamente 19,3% e 15,9%, Samitri (7,8%), Ferro Brasileiro (7,2%) Açonorte (5,4%).

Samitri, Brasiljuta e Vale estão oferecendo as maiores lucratividades do ano, se considerada a lista do IBV, enquanto Café Brasília mostra uma perda nominal de quase 17%. Vale, no mercado futuro, bateu ontem em Cr$ 11,75, para vencimento em agosto.

EMPRESAS

- **Termina hoje, na área interna do estaleiro da Verolme em Jacuacanga, Angra dos Reis, a Semana de Prevenção de Acidentes do Trabalho 1980, promovida pela Gerência de Recursos Humanos da empresa, através de sua área de Higiene e Segurança. A promoção faz parte da Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes e tem por objetivo divulgar métodos prevencionistas e expor seus equipamentos de proteção individual, assim como possibilitar a troca de experiência entre técnicos dos setores de Medicina e Segurança e das áreas de produção.**
- O relatório da Força e Luz Cataguazes—Leopoldina, relativo ao ano passado, mostra que o lucro líquido cresceu 78%, somando Cr$ 130,1 milhões, com a rentabilidade do patrimônio líquido passando de 10,66 para 11,01. Nos últimos 10 anos, a Cataguazes aumentou em 58% o número de localidades atendidas, em quase 94% a produção própria de energia, e em 153,4% a energia vendida.
- **A Açonorte (Grupo Gerdau) enviou à Bolsa os resultados do primeiro trimestre: o lucro líquido atingiu Cr$ 172,3 milhões, o que equivale a Cr$ 0,22 por ação. A receita líquida das vendas cresceu 122%, se comparada ao mesmo período do ano passado, totalizando Cr$ 803,5 milhões.**
- **Terça-feira, dia 1º, a Bolsa do Rio não funciona, devido a chegada do Papa. A ordem foi dada em circular do Banco Central.**
- A Ponte Aérea Fortaleza—Brasília, operada pela Transbrasil, já está em atividade, com um vôo diário e direto que deixa Fortaleza às 8h30m e regressa às 16h.
- **O superintendente da Sunaman, Comandante João Carlos Palhares dos Santos, foi agraciado pela Rainha da Holanda com a Comenda de Orange e Nassau. A comunicação foi transmitida pelo Embaixador H. Schaapveld e a entrega será feita durante jantar na residência do Cônsul da Holanda, Alberto Nooij.**
- A Volkswagen confirma que dará férias coletivas a 18 mil funcionários na fábrica de São Bernardo, do próximo dia 30 até 21 de julho
- **O primeiro Airbus, de uma encomenda de quatro, comprado pela Cruzeiro do Sul à Airbus Industrie, chega amanhã ao Aeroporto Internacional do Galeão. O aparelho entra em operação no próximo dia 1º de julho, através de acordo de intercâmbio de aviões mantido com a Varig e, a partir de 15 de julho, interligará as cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília, Belém, Manaus, Caracas, Miami e Assunção.**

Cotações da Bolsa de São Paulo

São Paulo — No Índice Bovespa, as ações da Light sofreram a maior baixa, com variação de 9%. Os papéis da Sharp voltaram ao pregão depois das explicações da empresa à BVSP sobre o incêndio que atingiu suas instalações em Manaus.

No mercado à vista, Petrobrás PP, Banco do Brasil PP, Alpargatas PP, Transbrasil PP e Solorrico PP foram as mais negociadas. O mercado fechou em alta, com o índice atingindo 10 mil 592 pontos, 2,6% superior ao da véspera.

Ação	Abert.	Méd.	Fech.	Quant. 1 000
Acesita op	2,20	2,20	2,20	2.933
Acos Vill pp	1,90	1,93	1,94	426
Acos Vill pp	1,29	1,30	1,30	3.880
Alpargatas op	5,50	5,63	5,85	1.447
Alpargatas pp	5,30	5,64	5,70	4.731
Amazonia on	0,80	0,80	0,80	190
And Clayton op	4,30	4,30	4,30	10
Anhanguera op	1,45	1,45	1,45	69
Antarct Nord op	1,90	1,93	1,95	280
Antarct Nord pp	2,45	2,50	2,50	210
Arno pp	5,90	5,90	5,90	590
Artex pp	4,60	4,60	4,60	90
Auxiliar pn	0,90	0,90	0,90	3.730
Banespa on	0,86	0,86	0,86	49
Banespa pn	0,92	0,92	0,92	11
Banespa pp	0,97	0,98	0,97	5.698
Belgo Mineir op	4,35	4,44	4,52	2.340
Bic Monark op	2,60	2,60	2,60	2.044
Brad Invest on	3,50	3,53	3,53	449
Bradesco on	2,33	2,35	2,35	1.162
Bradesco pn	2,35	2,34	2,35	1.111
Brahma pp	1,60	1,57	1,58	1.038
Brasil on	3,90	3,87	3,85	417
Brasil pp	4,30	4,28	4,32	7.463
Brasilit op	4,20	4,20	4,20	690
Brasimet op	2,30	2,26	2,25	120
Brasmotor op	5,15	5,39	5,35	790
Caf Brasilia pp	2,50	2,50	2,50	100
Cam Correa pp	1,75	1,75	1,75	21
Cam Correa pp	1,68	1,68	1,68	10
Casa Anglo op	2,75	2,81	2,80	2.310
Casa Anglo pp	2,50	2,51	2,65	22
Cemig pp	0,53	0,55	0,55	102
Cerv Polar pp	1,90	1,90	1,90	2.120
Cesp pp	0,89	0,88	0,86	936
Ceval on	4,10	4,10	4,10	60
Ceval pn	5,50	5,50	5,50	100
Chapeco pp	6,00	6,00	6,00	50
Cica pp	3,30	3,30	3,30	1.590
Cim Aratu op	1,15	1,15	1,15	2.484
Cim Caue pp	3,10	3,10	3,10	475
Cim Gaucho on	2,50	2,50	2,50	28
Cim Gaucho pn	2,50	2,50	2,50	20
Cim Itau pp	4,70	4,73	4,80	415
Cimetal pp	1,05	1,11	1,15	160
Cobrasma pp	2,60	2,75	2,75	3.983
Cobrasma pp	2,50	2,50	2,50	150
Coest Const pp	0,80	0,80	0,80	1.204
Com e Ind SP pn	1,00	1,00	1,00	15
Concretex pp	3,70	3,78	3,80	400
Confrio pp	3,00	3,03	3,10	15
Const Beter pp	0,44	0,43	0,43	450
Consul pp	7,71	7,97	7,90	1.281
Copas op	3,80	3,77	3,70	771
Copas pp	4,35	4,40	4,45	454
Cruzeiro Sul pp	4,20	4,23	4,25	1.146
Denasa Inv pp	0,70	0,70	0,70	382
Dist Ipiranga pp	4,31	4,31	4,31	79
Docas Santos op	3,25	3,34	3,40	1.348
Duratex pp	5,00	5,00	5,00	975
Economico pn	1,85	1,85	1,85	81
Elekeiroz pp	3,00	3,04	3,05	850
Eletrobras pp	1,54	1,54	1,54	30
Eletromar op	1,80	1,78	1,75	410
Eluma op	2,40	2,44	2,50	450
Eluma pp	3,00	3,16	3,15	1.672
Engesa pp	13,00	13,00	13,00	30
Ericsson op	1,50	1,55	1,56	56
Ericsson pp	2,00	2,00	2,00	10
Ericsson pp	2,00	2,00	2,00	10
Eucatex pp	12,00	12,00	12,00	400
FNV pp	370	3,68	3,65	161
Ferro Bras pp	1,30	1,30	1,30	1.613
Ferro Bras pp	1,20	1,20	1,20	20
Ferro Ligas pp	2,10	2,10	2,10	510
Ford Brasil op	9,70	9,70	9,70	370
Frigobras op	3,00	3,00	3,00	9
Fund Tupy pp	2,25	2,25	2,25	57
Fund Tupy pp	2,20	2,20	2,20	160
Grazziotin pp	10,00	10,00	10,00	10
Guararapes op	7,25	7,29	7,40	217
Heleno Fons op	1,40	1,40	1,40	33
Heleno Fons pp	1,40	1,40	1,40	10
IAP op	3,00	3,00	3,00	2.485
Ibesa pp	2,20	2,24	2,25	620
Ind Hering pp	7,25	7,26	7,30	63
Ind Villares pp	2,24	2,51	2,50	1.217
Ind Villares pp	1,70	1,72	1,70	810
Inds Romi op	1,36	1,36	1,36	700
Inds Romi pp	1,50	1,50	1,50	20
Itap pp	8,50	8,80	9,00	500
Itaubanco on	1,72	1,72	1,72	8
Itaubanco pn	1,41	1,41	1,42	2.206
J H Santos pp	6,00	6,00	6,00	200
Karsten pp	6,25	6,29	6,30	140
Klabin op	2,29	2,29	2,29	50
Lark Maqs pp	1,65	1,71	1,72	2.180
Light or	1,15	1,10	1,10	244
Light op	1,28	1,26	1,25	3.608
Lojas Americ op	2,40	2,38	2,40	1.120
Lojas Renner pp	2,91	2,91	2,91	200
Madeirit pp	2,25	2,27	2,30	2.100
Manah op	3,95	3,95	3,95	287
Manah pp	4,10	4,09	4,05	2.263

Ação	Abert.	Méd.	Fech.	Quant. 1 000
Manasa pp	5,10	5,10	5,10	300
Maqs Pirat pp	2,35	2,35	2,35	1.097
Marcopolo pp	4,70	4,70	4,70	100
Marcovan pp	1,20	1,69	1,80	72
Marisol pp	4,80	4,80	4,80	100
Mec Pesada pp	1,85	1,88	1,85	2.995
Mendes Jr pp	3,70	3,70	3,72	517
Merc S Paulo on	1,60	1,60	1,60	40
Merc S Paulo pn	1,50	1,50	1,50	85
Met Barbara op	1,34	1,34	1,34	600
Met Gerdau pp	5,50	5,50	5,50	120
Metal Leve pp	5,35	5,40	5,40	102
Micheletto pp	1,52	1,52	1,52	500
Moinho Flum op	4,50	4,50	4,50	100
Moinho Sant op	4,10	4,20	4,20	2.120
Montreal op	1,42	1,40	1,40	184
Montreal pp	1,50	1,50	1,48	147
Nacional on	1,72	1,72	1,72	39
Nacional pn	1,72	1,72	1,72	176
Nord Brasil on	1,20	1,25	1,25	55
Nord Brasil pp	1,68	1,68	1,70	518
Nordon Met op	3,80	3,88	3,90	235
Noroeste Est pp	1,80	1,80	1,80	191
Nylonsul pp	2,15	2,15	2,15	300
Ornilex pp	2,80	2,80	2,80	500
Panambra Sul pp	1,21	1,25	1,25	504
Paramount pp	2,00	2,00	2,00	5
Paul F Luz op	0,60	0,60	0,60	412
Perdigão pp	5,75	5,75	5,75	50
Persico pn	2,40	2,30	2,20	2.870
Pet Ipiranga pp	6,10	6,10	6,10	35
Petrobras on	2,55	2,60	2,60	507
Petrobras pp	4,12	4,17	4,17	8.306
Peva op	1,10	1,10	1,10	2.696
Pir Brasilia pp	5,90	5,93	6,00	300
Pirelli op	1,40	1,42	1,42	2.446
Pirelli pp	1,30	1,30	1,30	646
Premesa pp	1,90	1,85	1,85	977
Randon op	2,90	2,90	2,90	20
Real on	1,30	1,30	1,30	207
Real pn	1,30	1,30	1,30	423
Real Cia Inv pn	310	3,10	3,10	29
Real Cons pn	2,10	2,10	2,10	20
Real Cons on	1,95	1,95	1,95	40
Real de Inv on	2,02	2,02	2,00	123
Real de Inv pn	2,10	2,11	2,12	52
Real Part pn	1,80	1,80	1,80	15
Real Part on	1,80	1,80	1,80	21
Real Cafe pn	9,20	9,77	10,00	365
Real Cafe op	5,50	5,50	5,50	30
Real Cafe pp	8,00	8,00	8,00	50
Refripar pp	2,90	2,90	2,90	10
Ricosa pp	0,40	0,40	0,40	13
Sadia Avicol pp	5,00	5,00	5,00	350
Sadia Concor pp	5,90	5,86	5,85	931
Sadia Joacab pp	2,60	2,57	2,60	1.655
Samitri op	4,35	4,40	4,50	12
Saraiva Livr pp	1,25	1,30	1,30	839
Schlosser pp	2,72	2,72	2,27	311
Servix Eng op	0,67	0,66	0,67	2.177
Sharp op	1,80	1,80	1,80	249
Sharp pp	2,35	2,35	2,35	60
Sid Aconorte op	1,75	1,77	1,80	304
Sid Aconorte pp	2,65	2,72	2,80	2.148
Sid Coferraz op	0,96	0,96	0,96	70
Sid Guaira pp	4,00	4,08	4,10	25
Sid Nacional pp	0,90	0,90	0,90	105
Sid Riogrand pp	4,00	4,02	4,10	1.052
Sifco Brasil op	1,25	1,25	1,25	156
Sifco Brasil pp	1,45	1,41	1,40	782
Simesc pp	1,80	1,80	1,80	980
Solorrico op	1,80	1,90	1,95	1.822
Solorrico pp	2,30	2,37	2,40	5.009
Souza Cruz op	3,15	3,17	3,18	367
Springer Adm pp	1,50	1,50	1,50	22
Sudameris pn	1,30	1,30	1,30	16
Sudeste op	2,00	2,00	2,00	10
Sudeste pp	1,50	1,57	1,70	30
Supergasbras op	4,30	4,30	4,30	20
Supergasbras pp	4,50	4,60	4,60	510
Tecel S José pp	3,50	3,51	3,50	383
Telesp oe	0,50	0,50	0,50	238
Telesp on	0,48	0,48	0,50	91
Telesp pe	1,61	1,61	1,61	236
Telesp pn	1,58	1,59	1,60	225
Tex G Colfat pp	1,19	1,20	1,20	117
Tibras pn	3,00	3,00	3,00	77
Transbrasil pp	3,70	3,70	3,70	3.808
Transparana pp	1,95	1,99	2,00	410
Tur Bradesco pn	2,06	2,05	2,04	20
Unibanco on	0,88	0,88	0,88	78
Unibanco on	0,98	0,98	0,98	111
Unibanco pp	1,75	1,74	1,75	653
Unipar pe	5,20	5,20	5,20	582
Vale R Doce pp	10,60	10,97	11,00	339
Vale R Doce pp	10,50	10,90	11,00	503
Varig on	2,50	2,50	2,50	24
Varig pp	4,10	4,18	4,20	398
Veplan pe	2,40	2,40	2,40	15
Vidr Smarina op	4,15	4,11	4,20	445
Vigorelli op	1,40	1,40	1,40	80
Zanini pp	1,65	1,73	1,75	1.811
Ecisa pp	0,50	0,54	0,55	500

Cotações da Bolsa do Rio

Títulos	EM CRUZEIROS Abert.	Fech.	Méd.	Var. méd. ant.	Luc. em 80 Jan:	Quant. (1 000) 100
Acesita c/d op	2,25	2,15	2,15	-4,02	197,25	8.680
Acesita ex/d op	2,05	2,00	2,01	-4,74	197,06	128
Alpargatas op	5,59	5,59	5,59	15,98	193,43	1
Alpargatas pp	5,61	5,61	5,61	19,36	221,74	13
Açonorte pp	2,63	2,90	2,73	5,41	166,46	778
Cim. Aratu op	1,11	1,11	1,11	-1,77	165,67	20
Arno pp	5,85	5,90	5,86	—	165,07	204
Atma pp	2,90	2,90	2,90	—	—	70
Casas Banha op	7,00	7,00	7,00	—	189,19	6
Barbara c/db op	2,30	2,30	2,30	0,44	184,00	140
B. Amazonia on	0,80	0,82	0,82	2,50	154,72	201
B. Brasil on	3,82	3,90	3,84	-0,78	185,51	5.656
B. Brasil pp	4,30	4,33	4,32	2,61	182,28	8.273
B. Boavista on	3,00	3,00	3,00	—	—	40
Bardella op	4,70	4,70	4,70	—	—	800
Baneb pp	1,23	1,23	1,23	—	139,77	2
Belgo Min. op	4,38	4,55	4,45	3,97	235,45	2.857
Banespa pp	0,95	0,96	0,96	—	105,50	22
B. Itaú ex/d pn	1,41	1,42	1,41	0,71	130,56	172
B. Merc. Inv pn	0,60	0,61	0,60	—	—	80
B. Nacional on	1,72	1,72	1,72	Est	129,32	40
B. Nacional pn	1,72	1,72	1,72	Est	129,32	53
B. Nordeste pp	1,60	1,63	1,63	3,16	131,45	269
Boz. Simonsen op	2,20	2,20	2,20	3,29	140,13	7
Boz. Simonsen pp	2,75	2,75	2,75	-2,83	144,74	1
Brahma op	1,65	1,66	1,65	-1,79	179,35	1.463
Brahma pp	1,60	1,57	1,58	Est	169,89	8.430
Casa Anglo op	2,85	2,85	2,85	—	114,00	1.000
Bangu Desenv pp	0,91	0,91	0,91	—	140,00	1
Elet. Rio Jan. c/db op	0,70	0,66	0,69	—	153,33	18
Cica pp	3,30	3,30	3,30	—	—	240
Cemig pn	0,47	0,48	0,48	—	120,00	121
Cemig pp	0,53	0,54	0,53	Est	203,85	276
Souza Cruz op	3,15	3,20	3,14	3,63	109,03	628
Caf. Brasilia pp	2,45	2,45	2,45	-1,21	83,05	16
S. Nacional pp	1,00	0,98	1,00	4,17	196,08	70
Imcosul pp	3,80	3,80	3,80	0,80	158,33	100
D. Isabel Ant pp	0,31	0,31	0,31	—	103,33	5
Docas Santos c/d op	3,30	3,35	3,37	5,31	234,03	4.130
Docas Santos ex/d op	3,23	3,38	3,33	—	236,17	279
Eletrob. c/a pn	1,01	1,01	1,01	—	—	46
Eletrob. c/a pp	1,10	1,11	1,10	—	229,17	11
Eletrob. c/b pn	1,21	1,21	1,21	—	—	38
Ericsson op	1,47	1,47	1,47	—	—	1.220
Bangu P. Indl pp	1,15	1,15	1,15	-8,00	147,44	2
Ferbasa ex/dbs pp	3,30	3,30	3,30	—	286,96	10
Ferro Br. Nov pp	1,20	1,25	1,25	4,17	109,65	103
Ferro Bras. op	1,06	1,06	1,06	6,00	30,29	6
Ferro Bras. pp	1,30	1,35	1,34	7,20	131,37	1.526
Fertisul ex/bs op	5,00	5,00	5,00	Est	342,47	100
Fertisul ex/bs pp	5,78	6,00	5,74	1,95	313,66	917
Catag. Leopol ex/db pp	0,91	0,91	0,91	—	151,67	34
Finor ci	0,44	0,40	0,40	2,44	148,15	315
Fril mb	4,00	4,00	4,00	—	—	20
Met. Gerdau pp	5,05	5,05	5,05	1,00	118,55	2
Itap pp	9,10	9,10	9,10	—	121,33	1.500
Brasiljuta pp	5,30	5,30	5,30	1,34	373,24	13
Light ex/ds op	1,30	1,17	1,19	-10,53	258,70	620
L. Americanas op	2,35	2,38	2,37	1,28	109,72	1.212
Lubras pp	2,74	2,35	2,36	1,29	100,00	236

Títulos	EM CRUZEIROS Abert.	Fech.	Méd.	Var. méd. ant.	Luc. em 80 Jan:	Quant. (1 000) 100
Manguinhos pp	1,03	1,02	1,03	Est	108,42	330
Mannesmann op	2,05	2,20	2,14	4,39	196,33	3.257
Mannesmann pp	1,50	1,58	1,53	3,38	157,73	3.949
Metalflex pp	1,00	1,00	1,00	Est	285,71	10
Mesbla 55 Pl op	3,75	3,80	3,75	1,35	125,00	501
Mesbla 55 pl pp	3,90	3,90	3,90	-0,26	125,81	10
Moinho Flum. op	4,40	4,45	4,41	-0,90	140,90	201
Nova América op	1,62	1,60	1,61	-0,62	122,90	549
Sid. Pains pp	1,60	1,68	1,56	-2,50	157,58	9.881
Cim. Paraiso op	2,00	2,00	2,00	Est	100,00	1
Petrobrás on	2,60	2,68	2,69	6,75	244,55	1.268
Petrobrás pn	3,85	3,85	3,85	1,32	308,00	5
Petrobrás pp	4,15	4,20	4,20	3,70	289,66	12.159
Paul. F. Luz op	0,57	0,55	0,56	5,66	121,44	163
Perf. Phebo c/d pp	2,00	2,00	2,00	—	—	343
Pet. Ipiranga on	3,00	3,00	3,00	—	142,86	2
Pet. Ipiranga c/db pp	5,95	6,05	5,96	-1,65	186,25	114
Riograndense pp	3,95	4,20	4,02	2,03	172,53	481
Ref. Ipiranga c/db pp	4,60	4,90	4,89	—	—	736
Sadia Conc. pp	5,80	5,80	5,80	—	113,73	200
Samitri op	4,39	4,70	4,67	7,85	420,72	2.7676
Sano pp	1,60	1,60	1,60	Est	106,67	1.050
Supergasbras op	4,10	4,10	4,10	2,76	128,13	1.157
Supergasbras pp	4,50	4,70	4,62	2,67	149,03	2.201
Sadia Joacaba pp	2,59	2,59	2,59	—	—	2.020
Sondotecnica op	3,30	3,30	3,30	Est	165,00	1.764
Sondotecnica pp	3,20	3,20	3,20	Est	182,86	72
Santacan. Prt pp	2,75	2,75	2,75	1,85	—	1.120
Telerj oe	0,39	0,39	0,39	—	139,29	5
Telerj on	0,29	0,31	0,30	3,45	136,36	53
Telerj pe	0,87	0,87	0,87	1,16	131,82	100
Telerj pn	0,85	0,86	0,87	Est	150,00	365
Technos Rel. op	1,78	1,78	1,78	-0,56	84,76	1.000
Transbrasil pp	3,85	3,85	3,85	—	273,05	1.705
Unibanco pp	1,70	1,74	1,73	2,37	279,03	209
Unipar oe	4,20	4,20	4,20	-0,47	101,94	105
Unipar pe	5,15	5,15	5,15	-0,96	103,00	306
Vale R. Doce pp	10,55	11,00	10,71	2,39	369,31	844
Vale R. Doce pp	10,60	10,90	10,60	1,53	371,93	2.893
Whit. Martins op	2,50	2,40	2,42	-1,22	162,42	130

Mercado Futuro

Títulos	Venc.	Ult.	Méd.	Quant (mil)
Acesita EX op	Ago	2,30	2,30	660
B. Brasil pp	Ago	4,68	4,69	26.890
Belgo Min. op	Ago	4,98	4,92	3.200
Brahma pp	Ago	1,72	1,71	2.370
Docas Santos Ex op/d	Ago	3,76	3,65	5.660
Docas Santos Ex op/d	Out	3,75	3,73	3.340
L. Americanas op	Ago	2,60	2,56	450
Mannesmann op	Ago	2,36	2,30	2.160
Petrobras pp	Ago	4,54	4,52	63.900
Petrobras pp	Out	4,90	4,90	200
Riograndense pp	Ago	4,60	4,51	200
Samitri op	Ago	5,13	5,05	7.290
Vale R. Doce Ex op/D	Ago	11,70	11,53	14.170

Os números do pregão

Papéis mais negociados à vista, em dinheiro: Petrobrás pp(14,92%), B. Brasil pp(10,43%), Vale pp/ex(8,96%), B. Brasil on(6,34%) e Pains pp (4,50%)

Na quantidade de títulos: Petrobrás pp(11,89%), Pains pp(9,66%), Brahma pp(8,25%), B. Brasil pp(8,09%) e B. Brasil on(5,53%)

IBV: Médio 14 mil 768(+2,4%); final 14 mil 911(+1%)

IPBV: 1 mil 164(+2,2%)

Média SN: Ontem: 222.864; anteontem: 219.206; há uma semana: 213.743; há um mês: 201.131; há um ano: 89.358

Oscilação: Das 40 ações do IBV, 22 subiram, 12 cairam, 3 ficaram estáveis e 3 não foram negociados

Maiores altas do IBV, em relação ao pregão anterior: Ferbasa pp(10,74%), Samitri op(7,85%), Petrobrás on(6,75%), Açonorte pp(5,41%) e Docas op(5,31%)

Maiores baixas do IBV, em relação ao pregão anterior: Light op(10,53%), Acesita op(4,02%), Bozano pp(2,83%), Petróleo Ipiranga pp(1,65%), W. Martins op(1,22%)

NOTA: O IBV médio e o de fechamento são calculados pela Bolsa levando em conta sua oscilação sobre o pregão anterior. O gráfico representa a média do IBV a cada meia hora, no pregão do dia.

IBV

NO MÊS

14500- 14000- 13500- 13000- 12500- 12000-
16/5 23/5 30/5 6/6 13/6 20/6

ONTEM

14800- 14760- 14720- 14680- 14640- 14600
11.00 11.30 12.00 12.30 13.00

Volume negociado

	Quant	Cr$
À vista	102.247.850	342.319.239,40
A termo	5.540.000	24.204.580,00
M. Futuro	130.490.000	677.785.600,00
Total	238.277.850	1.004.309.479,40
Mais alto do ano (21/5)	784.426.759	4.002.421.113,70
Mais baixo do ano (2/1)	56.185.750	123.249.433,18

Cotações da Bolsa de Valores de Nova Iorque

Nova Iorque — Foi a seguinte a Média Dow Jones na Bolsa de Valores de Nova Iorque ontem:

Ações	Abertura	Máxima	Mínima	Fechamento
30 Industriais	889.65	896.33	880.03	883.45
20 Transportes	275.65	279.33	273.99	276.12
15 Serviços Públ.	114.93	115.74	114.06	114.64
65 Ações	320,02	322.88	317,06	318.77

Foram os seguintes os preços finais na Bolsa de Valores de Nova Iorque, ontem, em dólares:

Airco Inc	33 1/2	Crown Zellerbach	45 1/2	Texas Instruments	92 7/8
Alcan Alum	27 1/2	Dow Chemical	34 1/2	Textron	24 5/8
Allied Chem	50 3/4	Dresser Ind	62 1/4	Twent Cent Fox	38 1/4
Allis Chalmers	25 1/4	Dupont	42 1/2	Union Carbide	44 1/8
Alcoa	59 1/4	Eastern Air	8 3/4	Uniroyal	3 5/8
Am Airlines	7 7/8	Eastman Kodak	56 5/8	United Brands	13 5/8
Am Cynamid	29 1/8	El Passo Companyn	20 1/2	US Industries	8 1/8
Am Tel & Tel	53 1/2	Easmark	49	US Steel	19 1/4
Amf Inc	15 3/8	Exxon	68 7/8	West Union Corp	24 1/4
Anaconda	27 3/8	Firestone	7	Woolworth	26 1/4
Asarco	37 1/4	Ford Motor	24 1/2	Gulf & Western	16 1/2
ATL Richfiedd	96 5/8	Gen Dynamics	67	IBM	59 1/8
Avco Corp	37	Gen Elwtric	31	Int Harvester	29 1/4
Bendix Corp	43 1/2	Gen Foods	31	Int Paper	37 3/4
Ben CP	23 1/2	Gen Motors	46 1/2	Int Tel & Tel	28
Bethlehem Steel	22 3/4	GTE	28 1/2	Johnson & Johnson	79 5/8
Boeing	35 7/8	Gen Tire	15 3/8	Kaiser Alumin	22 7/8
Boise Cascade	37 5/8	Getty Oil	80 1/2	Kennecott Cop	27 1/2
Bord Warner	34 5/8	Goodrick	19 1/2	Litton Indust	50 1/2
Braniff	6 7/8	Goodyear	13 1/4	Lockheed Airc	25 1/2
Brunswick	11 1/2	Gracew	39	Ltv Corp	10 1/8
Bourroughs Corp	65 3/8	GT ATL & Pac	5 1/4	Manafact Hanover	33 1/8
Campbell Soup	30 1/4	Gulf Oil	42 1/4	Merck	71 7/8
Caterpillar Trac	53 1/4	Procter & Gamble	74 3/8	Mobil Oil	73 1/8
CBS	49 7/8	RCA	22 3/4	Monsanto Co	53 1/8
Celanese	48 3/8	Reynolds Ind	46 3/8	Nabisco	24 1/2
Chase Manhat Bk	45 5/8	Reymolds Met	39 3/8	Nat Distillers	28
Chessie Systemm	33 1/8	Royal Dutch Pet	86	NCR Corp	56 3/8
Chrysler Corp	6 7/8	Safeway Strs	28 1/2	NL Indust	48
Citicorp	22	Scott Paper	16 7/8	Northeast Airlines	32 7/8
Coca Cola	5	Sears Roebuck	17 1/4	Occidental Pet	27 3/8
Colgate Palm	14 1/4	Shell Oil	38 7/8	Olin Corp	18 3/4
Columbia Pict	29 3/4	Singer Co	7 1/2	Owens Illinois	23 1/2
Com. Satellite	37 7/8	Smithkeline Corp	59 1/4	Pacific Gas & El	24 1/4
Cons Edison	26 1/8	STD Oil Calif	79	Panam World Air	4 1/2
Continental Oil	30 3/4	STD Oil Indiana	61 1/2	Pespsico Inc	24 1/2
Control Data	55 1/8	Slown	52 1/2	Pfizer Chas	31
Corning Glass	54 1/4	Teledyne	118 7/8	Phillip Morris	40 3/8
CPC Intil	68 7/8	Tenneco	40 3/8	Phillips Pet	47 5/8
		Texaco	37 5/8	Polaroid	23 1/2

Mercado externo

Chicago e Nova Iorque — Cotações futuras nas Bolsas de mercadorias de Chicago e Nova Iorque ontem

MÊS	FECHAMENTO	VARIAÇÃO DIA ANTERIOR
AÇÚCAR (NI) cents por libra (454 grs) Nº 11		
Julho	31.75	31.83
Setembro	34.05	34.05
Outubro	34.82	34.82
Janeiro	35.83	35.83
Março	36.79	36.78
Maio	35.80	35.81
ALGODÃO (NI) cents por libra (454 grs)		
Julho	74.80	74.96
Outubro	71.60	71.65
Dezembro	70.30	70.37
Março	71.25	71.77
Maio	72.80	72.80
CACAU (NI) cents por libra (454 grs)		
Julho	102.00	104.50
Setembro	105.50	108.35
Dezembro	123.86	124.50
Março	124.65	125.16
CAFÉ (NI) cents por libra (454 grs)		
Julho	179.50	179.55
Setembro	184.44	184.63
Dezembro 189.00	190.20	
Março	185.00	185.09
Maio	187.00	187.00
COBRE (NI) cents por libra (454 grs)		
Julho	86.00	86.10
Agosto	86.85	86.85
Setembro	89.70	87.65
Dezembro	90.40	89.70
Janeiro	91.50	90.40
Março	92.80	91.80

MÊS	FECHAMENTO	VARIAÇÃO DIA ANTERIOR
FARELO DE SOJA (Chicago) dolares por toneladas		
Julho	17.67	17.73
Agosto	17.99	18.07
Setembro	18.32	18.38
Outubro	18.60	18.70
Dezembro	19.10	19.19
Janeiro	19.35	19.45
MILHO (Chicago) cents por bushel (25,46 Kg)		
Julho	284	284
Setembro	289	290
Dezembro	295	297
Março	308	309
Maio	315	316
ÓLEO DE SOJA (Chicago) cents por libra (454 grs)		
Julho	22.74	22.79
Agosto	22.96	23.04
Setembro	23.17	23.26
Outubro	23.40	23.45
Dezembro	23.75	23.83
Janeiro	23.90	23.93
Soja (Chicago) dólares por toneladas		
Julho	652	656
Agosto	660	662
Setembro	669	673
Novembro	684	689
Janeiro	700	703
Março	716	721
TRIGO (Chicago) dolares por toneladas		
Julho	424	433
Setembro	437	444
Dezembro	455	462
Março	467	475
Maio	473	482

SERVIÇO FINANCEIRO

Lemgruber acha conter moeda opção política

"Os fatos que impedem a execução de uma política monetária restritiva já são amplamente conhecidos. Entretanto, ainda é possível que o Governo cumpra suas metas. Isso depende de uma decisão política, pois implica redução no ritmo de crescimento da economia" — afirmou ontem o chefe do Centro de Estudos Monetários da Fundação Getúlio Vargas, economista Antônio Carlos Lemgruber, ao comentar a expansão de 85,6% nos meios de pagamentos de maio de 1979 a maio deste ano.

Para o Sr Lemgruber, existem três fontes principais de expansão monetária: o crédito à agricultura e exportação — as chamadas "contas abertas" do Orçamento Monetário, o rápido aumento nos subsídios ao consumo de derivados de petróleo, trigo e carne, e o controle das taxas de títulos públicos, que desativa o **open market** como instrumento de política monetária. Esses fatores permitiram que o Produto Interno Bruto crescesse mais de 8% no primeiro semestre deste ano.

Se esses focos inflacionários forem eliminados, o economista da Fundação Getúlio Vargas considera viável que a inflação no segundo semestre possa cair para taxas mensais da ordem de 4% ao mês, chegando a 80% ao final de 1980. Ele advertiu, porém, que "a extinção dos subsídios a derivados de petróleo e trigo poderá exigir mais um **round** de inflação corretiva em julho e agosto, retardando a esperada melhoria em matéria de inflação."

BC já recebe proposta para cartas patentes

Brasília — A partir de hoje, o Departamento de Mercado de Capitais do Banco Central estará recebendo as propostas dos interessados na constituição das novas instituições financeiras autorizadas pelo Conselho Monetário Nacional na reunião da última quarta-feira, segundo comunicado distribuído no início da noite de ontem.

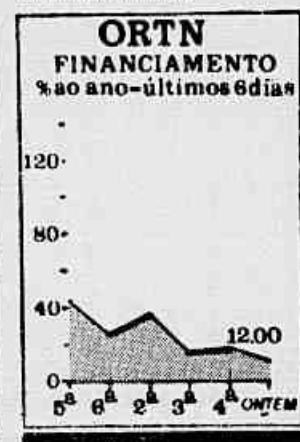
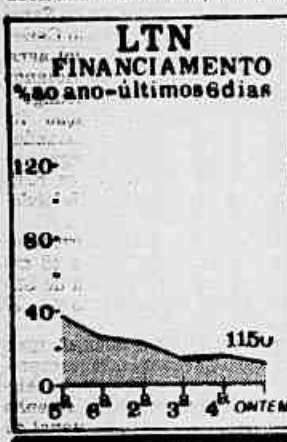
As propostas para a constituição de seis bancos de investimento, seis sociedades de arrendamento mercantil, doze sociedades distribuidoras e doze sociedades de crédito, financiamento e investimento deverão ser entregues até o próximo dia 31 de julho, quando termina o prazo estipulado pelo Banco Central. Segundo o comunicado, as instituições autorizadas a funcionar somente poderão iniciar, efetivamente, suas atividades a partir de 1981.

As "manifestações de interesse" deverão ser apresentadas em documentos formais, assinados pelos proponentes, que permitam a análise do preenchimento das condições determinadas pelo Banco Central e discriminadas no comunicado distribuído ontem.

LTN
FINANCIAMENTO
%ao ano-últimos 6 dias

120 · 80 · 40 · 0
5ª 6ª 2ª 3ª 4ª ONTEM
11,50

ORTN
FINANCIAMENTO
%ao ano-últimos 6 dias

120 · 80 · 40 · 0
5ª 6ª 2ª 3ª 4ª ONTEM
12,00

Mercado de LTN

A operação de venda pela Monteiro Aranha de 10% da Volkswagem do Brasil ao Governo Kuwait garantiu novamente a liquidez do mercado aberto de Letras do Tesouro Nacional. Com isso, os bancos que estão no início da composição da média móvel do cumpulsório, não tem pressionado o custo do dinheiro a curto prazo, que permaneceram equilibrados praticamente durante todo o período das operações de ontem. Os operadores acreditam que a liquidez deverá permanecer até o início do próximo mês, já que as instituições bancárias vem procurando, atualmente, fazer caixa para enfrentarem o recolhime-nto do INPS e o pagamento das grandes indústrias do Rio e São Paulo. De modo geral, as LTNs estiveram com ligeira tendência compradora, embora o volume de operações continue bastante abaixo da média dos negócios. Os papéis de maior interesse foram os com vencimento em julho cotados na faixa de 33,50% até 33,05% de desconto ao ano. Quanto, aos financiamentos a curto prazo tiveram suas taxas oscilando entre 17,50% e 8,60% ao ano, com a média dos negócios a 11,50% ao ano. Segundo dados fornecidos pela Andima, o volume de operações com esses papéis somou Cr$ 44 bilhões 431 milhões. A seguir as taxas médias anuais de desconto de todos os vencimentos:

Vencimento	Compra	Venda
02/07	33,50	30,50
09/07	33,20	30,20
16/07	33,15	30,15
18/07	33,12	30,12
23/07	33,10	30,10
30/07	33,00	30,05
06/08	33,00	31,50
13/08	32,95	31,45
20/08	32,90	31,40
22/08	32,88	31,38
27/08	32,85	31,35
03/09	32,80	31,80
10/09	32,75	31,65
17/09	32,70	31,60
19/09	32,68	31,58
24/09	32,65	31,65
01/10	32,60	31,50
08/10	32,55	31,45
15/10	32,50	31,40
177/10	32,45	31,45
22/10	32,40	31,30
29/10	32,30	31,20
05/11	32,20	31,10
12/11	32,10	31,00
19/11	32,00	31,00
21/11	31,95	30,85
26/11	31,90	30,80
03/12	31,80	30,70
10/12	31,70	30,60
17/12	31,60	30,50
19/12	31,55	30,45
16/01	31,50	30,40
13/02	31,60	30,50
20/03	31,50	30,40
17/04	31,40	30,30
15/05	31,30	30,20
19/06	31,20	30,10

Títulos públicos

O mercado secundário de títulos públicos e privados de renda fixa manteve-se com volume fraco de negócios de compra e venda. As ORTNs de dois anos de prazo e juros anuais de 6%, com vencimento no 1º semestre de 1982, foram cotadas a 142,73% e 143,41% e as com cinco anos de prazo e juros anuais de 8%, com vencimento no 1º semestre de 1985, negociadas a 104,70% e 105% sobre o valor nominal do mês Cr$ 586,13. Os financiamentos overnight oscilaram entre 15,90% e 8,60%, com a média dos negócios a 12,00% ao ano. O volume de negócios somou Cr$ 51 bilhões 796 milhões segundo dados da ANDIMA.

Metais

Londres: Cotações dos metais em Londres, ontem.

Cobre		
à vista	845,00	846,00
três meses	869,00	870,00
Estanho (Standart)		
à vista	74,30	74,40
três meses	73,40	73,45
Estanho (high grade)		
à vista	74,30	74,40
três meses	73,60	73,75
Zinco		
à vista	287,50	288,50
três meses	300,00	301,00
Prata		
à vista	685,50	687,50
seis meses	716,00	717,00
sete meses	687,50	
Chumbo		
à vista	322,00	323,00
três meses	330,00	330,50

Ouro
à vista 621,00 (Londres) 624,00 (Zurique) São Paulo (Degussa lingote de 1.000 gramas) Cr$ 1.222,00 — Cr$ 1.300,00 o grama

Nota: Cobre, Estanho, Chumbo e Zinco — em libras por toneladas.
Prata — em pence por troy (31,103 grs).
Ouro — em dólares por onça.

Taxas

Londres — O aumento da demanda tornou ativa a sessão de ontem no mercado do eurodólar, fazendo com que as taxas da Libor (a seis meses) subissem de 9,37% para 9,68%, o que encarece ligeiramente os juros da dívida externa brasileira contratada a taxas flutuantes (70%)

A elevação das cotações em relação aos prazos de seis a 12 meses chegou a 3/16. Na escala de um a cinco meses, contudo, a procura de empréstimos por parte de contratantes europeus foi superada pela oferta de financiamentos por parte de instituições norte-americanas, o que deixou as taxas equilibradas.

Interbancário

O mercado interbancário de câmbio para contratos prontos apresentou-se procurado ontem, registrando um bom volume de negócios. As taxas para telegramas e cheques situaram-se entre Cr$ 52,190 e Cr$ 52,270. O bancário futuro também esteve procurado, com volume fraco de negócios realizados a Cr$ 52,310 mais 3,00% até 3,45% ao mês para contratos com prazos de 30 até 180 dias, respectivamente.

Taxas do Euromercado

A taxa interbancária de câmbio de Londres, no mercado do eurodólar, fechou ontem, para o período de seis meses em 9 1 1/16%. Nos demais moedas foi o seguinte o seu comportamento, segundo dados do Banco Central.

Prazo	Dólar	Libra	Marco	Fr. Suíço	Fr. Francês	Florim
1 mês	9 1/16	17 11/16	9 5/8	5 13/16	12 5/8	10 3/4
3 meses	9 1/2	17	9 3/8	5 3/4	12 5/8	10 5/8
6 meses	9 11/16	15 11/16	8 13/16	5 5/8	12 5/8	10 9/16
12 meses	9 1/2	14 5/16	8 3/16	5 3/16	12 11/16	10 1/4

Taxas de câmbio

MOEDAS	COMPRA	VENDA	REPASSE	COBERTURA
Dólar	52,115	52,315	52,165	52,285
Dólar australiano	60,171	60,685	60,229	60,650
Libra esterlina	122,12	123,10	122,23	123,03
Coroa dinamarqueza	9,5050	9,5830	9,5141	9,5775
Coroa norueguesa	10,717	10,805	10,727	10,799
Coroa sueca	12,499	12,600	12,511	12,593
Dólar canadense	45,179	45,554	45,223	45,528
Escudo português	1,0597	1,0702	1,0607	1,0696
Florim holandês	26,878	27,111	26,904	27,096
Franco belga	1,8397	1,8549	1,8415	1,8538
Franco francês	12,679	12,782	12,691	12,774
Franco suíço	31,976	32,257	32,006	32,238
Iem japonês	0,23968	0,24167	0,23991	0,24153
Lira italiana	0,062028	0,062542	0,062087	0,062506
Marco alemão	29,518	29,759	29,546	29,742
Peseta espanhola	0,74069	0,74693	0,74140	0,74650
Xelim austríaco	4,1459	4,1852	4,1499	4,1828

As taxas acima fixadas ontem, pelo Banco Central, às 16h30m do Rio, no fechamento do mercado de câmbio brasileiro. As demais, tomam por base as cotações do fechamento no mercado de Nova Iorque.

Diretor da Delfin acha que só salário garante poupança

"Enquanto vigorar essa lei salarial, eu não me preocupo com o poder de poupança das pessoas", afirmou ontem o diretor-superintendente da Delfin, Ronald Guimarães Levinsohn, para quem "a correção monetária não tem nada a ver com o poder de poupança das pessoas". Ele não demonstrou a mínima preocupação com a possibilidade de queda dos depósitos de poupança, com uma rentabilidade inferior à inflação, e, muitos menos, com as discussões a respeito dos índices de correção monetária fixados pelo Governo.

Ele informou que as empresas de crédito imobiliário tiveram o maior índice de aumento na captação de recursos através das cadernetas em 1973, quando a correção monetária foi de apenas 12,84%, enquanto os índices de preços cresceram 15,5%. E acrescentou que para se analisar o comportamento dos depósitos em caderneta, deve-se levar em conta apenas o poder de poupança das pessoas, que hoje é determinado pela nova lei salarial.

O diretor-superintendente da Delfin não acredita que os atuais níveis da taxa anual de inflação — 94,7% até maio último — reduzam o poder aquisitivo das pessoas e, conseqüentemente, seu poder de poupança. Segundo afirmou, a atual lei salarial garante o reajuste real dos salários, já que os aumentos são semestrais e de acordo com o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), cujas taxas acompanham o índice de inflação.

Mesmo quando os salários não sobem na mesma proporção do crescimento da inflação — como ocorreu em maio, quando o salário mínimo teve um reajuste anual de 82,96% — o Sr Ronald Levinsohn destacou que devem ser levados em conta, também, as promoções pessoais dos trabalhadores.

Ele não demonstrou preocupação nem com a possibilidade de saques de depósitos dos grandes investidores da caderneta, cujas aplicações procuram sempre rentabilidades maiores, porque não existe opção de investimento no mercado financeiro, já que todos os títulos também estão com seus rendimentos tabelados. E disse, ainda, que o grande depositante não é um investidor "muito desejável" para as empresas de crédito imobiliário, já que suas aplicações não são muito estáveis.

Já o diretor do Grupo Bamerindus, Roberto de Coutinho Gouveia, depois de revelar que os depósitos de poupança cresceram 4% na rede Bamerindus em junho, disse não esperar que haja 5% de diferença nos depósitos em 1º de julho ante as perspectivas de menor correção até o fim do ano. Segundo ele, o novo teto de 50% para a correção monetária nos próximos 12 meses deve estabilizar os depósitos das camadas de menor renda, admitindo, porém, que os grandes depositantes possam transferir parte dos depósitos para aplicações em Bolsa. Mas ele não crê que tal movimento provoque muito abalo na poupança: "Porque não há muita alternativa de investimento."

Sem alternativa

São Paulo — O presidente da Brasilpar, empresa do Grupo Moreira Sales, Sr Roberto Teixeira da Costa, disse ontem que "não havia alternativa para o Governo que não fosse a da prefixação das correções monetária e cambial, como forma a dar continuidade à política de combate à inflação num prazo de 12 meses. Caso contrário, nós ficaríamos sempre ao sabor de novas medidas. Sua adoção poderá evitar distorções".

Para o empresário Dilson Funaro, se no decorrer de sua aplicação o índice fixado se mostrar insuficiente para dar suporte aos exportadores, poderá ser acompanhada da criação de novos incentivos, como, por exemplo, impostos indiretos. "Isso seria aceitável até dentro do GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio)."

O vice-presidente do Grupo Cobrasma, Sr Luís Eulálio de Bueno Vidigal Filho, explicou que nenhum empresário poderia prever que os preços do petróleo subissem a mais de 150% em um período de 12 meses. "Foi realmente um fenômeno que nos deixou preocupado".

O diretor-superintendente do Grupo Pão de Açúcar, Sr Abílio Dinis, disse que "um cálculo feito com as correções prefixadas, principalmente a cambial, mostra que no período de 12 meses para frente, poderemos ter uma inflação interna de 72,5% e uma externa de 15%. Se a inflação externa for de 12%, a interna será de 68%. Acho que a inflação vai cair e os exportadores não terão problemas em relação à competitividade externa de seus produtos. Essa é uma questão matemática".

Leia editorial "Motivos Persistentes"

BC suspende créditos para comercialização

Através de circular dirigida semana passada aos bancos comerciais, o Banco Central determinou a suspensão de qualquer operação de redesconto de comercialização agrícola e, com isso, forçou os bancos a não prorrogarem qualquer empréstimo de custeio da safra 79/80 — que vencem em julho — para obrigar os produtores e comerciantes a colocarem no mercado os estoques de produtos agrícolas (arroz, milho, soja, principalmente).

Fonte da área de comércio exterior confirmou a informação, ressaltando que além de haver retenção de arroz em Mato Grosso e Goiás, os produtores e comerciantes de soja estão segurando ao máximo o fechamento dos contratos (venderam com preço em aberto) à espera de valorização dos preços internacionais — o que resultou em paralisação das exportações.

Ao comentar os novos Valores Básicos de Custeio para a safra 80/81, o diretor do Bamerindus, Roberto de Coutinho Gouveia, os classificou de "muito bons", acrescentando que o alto grau de subsídio no crédito agrícola atual vai estimular todos os níveis de agricultores a ampliar a área plantada.

Ele explicou que com a préfixação da correção cambial para os próximos 12 meses já está voltando a haver consultas das empresas para a tomada de empréstimos externos pela Resolução 63, porque a limitação de 45% à expansão do crédito interno torna inevitável essa opção. Destacou, ainda, que a limitação de 40% dos empréstimos globais dos bancos ao setor público e empresas estrangeiras também vai forçar as multinacionais a buscar a 63.

Ministro contesta os que criticam custeio

Brasília — Ao referir-se ontem às reclamações quanto aos Valores Básicos de Custeio (VBCs) para a safra 1980/81, fixados quarta-feira pelo CMN (Conselho Monetário Nacional), o Ministro do Planejamento, Delfim Neto, afirmou que "os grandes são os únicos que ainda podem reclamar, e assim mesmo sem razão". Para o Ministro, "as críticas dos grandes proprietários rurais não são procedentes".

— Afinal — frisou o Ministro Delfim — eles ganharam muito dinheiro na colheita de 1979/80, e nada mais justo do que colocarem 20% do seu próprio bolso para o custeio da próxima safra; nós tínhamos que privilegiar a grande massa dos agricultores, que são os médios e pequenos". Ele se referia ao fato de que os grandes agricultores só terão financiamento para 80% do valor do custeio do que plantarem.

Sobre as reações do setor agrícola aos níveis dos VBC's o diretor executivo da CFP (Comissão de Financiamento da Produção), Francisco Vilela, disse que o reajuste para o financiamento do custeio "foi muito bom", por ter sido em média de 110%, "muito acima da inflação". Ele rebateu os argumentos do setor agrícola, que alegam que os insumos aumentaram muito: cloreto de potássio (225%); superfosfato simples (181%); superfosfato triplo (165%); óleo diesel (132%).

Segundo as alegações do setor, veiculadas pela imprensa, o VBC deveria ter sido reajustado em 145%, e não em 110%; o único insumo cujo preço teria subido menos de 100% seria o termofosfato, com aumento de 73% nos últimos 12 meses.

Para o Ministro da Agricultura, Amaury Stábile, as reclamações dos grandes agricultores também não procedem. Segundo ele, os valores atuais do VBC só são inferiores em 10% ao que era pretendido por setores como a Organização das Cooperativas Brasileiras. Isso porque, conforme explica, não foram incluídas nos cálculos da fixação as despesas de transporte da colheita. Na sua opinião, os custos de transportes da colheita devem ser financiados com crédito para capital de giro, principalmente o EGF (Empréstimo do Governo Federal).

Falecimentos

Rio de Janeiro

Gilda Ferreira de Santana, 78, de acidente vascular cerebral, na residência no Flamengo. Carioca, viúva de Amaury Santana, tinha dois filhos: Paulo e Eduardo, vários netos. Será sepultada às 10 horas no Cemitério São João Batista.

Carlos Vasconcelos de Oliveira, 66, de infarto, na Casa de Saúde São Fernando. Carioca, comerciante, desquitado, tinha quatro filhos: Luiz, Leonor, Leda e Leandro, netos, morava em Copacabana. Será sepultado às 11h no Cemitério São João Batista.

Bartolomeu Gouveia da Silva, 79, de parada cardíaca, na residência no Jardim Botânico. Carioca, funcionário público, era viúvo de Amélia Nogueira da Silva. Será sepultado às 9h no Cemitério São João Batista.

Elisabete Vieira de Carvalho, 54, de infarto, no Hospital da Penitência. Carioca, casada com João Augusto Barbosa de Carvalho, tinha três filhos: Antonio, Alceu e Sônia, duas netas, morava na Tijuca. Será sepultada às 11h no Cemitério São Francisco Xavier.

Nely Almeida Ferreira, 68, de insuficiência renal, no Hospital Souza Aguiar. Carioca, solteira, morava no Rio Comprido. Será sepultada às 10h no Cemitério São Francisco Xavier.

Roberto Profilo de Souza, 45, de infarto, na Casa de Saúde Grajaú. Carioca, industriário, casado com Jussara Castanheira de Souza, tinha um filho: Evandro, morava no Grajaú. Será sepultado às 10h no Cemitério São Francisco Xavier.

Denise Rodrigues Machado, 40, de insuficiência cardíaca, no Hospital Universitário. Carioca, tinha dois filhos: Waldir e Walter, morava em Ramos. Será sepultada às 12h no Cemitério São Francisco Xavier.

Estados

Tellino Chagastelles, 83, de insuficiência respiratória, no Hospital Moinhos de Vento, em Porto Alegre, onde nasceu. Era General de Brigada R/1 do Exército e desempenhou as funções de presidente do Grêmio Beneficente de Oficiais do Exército durante 20 anos até 1969. Foi sócio-fundador do Montepio da Família Militar em 1963, sendo seu presidente até 1969. Trabalhou também como professor de Matemática no Colégio Militar de Porto Alegre e no Colégio Militar do Rio de Janeiro. Após a Revolução, em 1964, foi interventor da Caixa Econômica Federal na Capital gaúcha, onde ficou até fevereiro de 1965. Viúvo de Olga Castro Chagastelles, tinha quatro filhos, entre os quais o Coronel R/1 do Exército, Derck Chagastelles, e o Tenente-Coronel José Cláudio Chagastelles, que está na Academia Militar de Agulhas Negras. Tinha ainda 14 netos e quatro bisnetos.

Vereador traficante é cassado

O mandato de Vereador Renato Ramos da Silva — ex-MDB que ainda não se definiu por Partido — foi cassado ontem pela Câmara Municipal de Angra dos Reis. Ele está preso desde o último dia 19 por tráfico de drogas, e uma comissão especial encarregada de estudar o caso ainda não se pronunciou. Ontem, o Presidente da Câmara, Orlando Soares Moreira, colocou em votação a cassação. Somente dois Vereadores, Artur Jordão Costa e Irene de Paiva Jordão, votaram contra.

Renato Ramos da Silva está preso em Angra dos Reis, por determinação do Juiz Nelson Caetano da Silva , daquela Comarca. No final da noite, após a resolução da mesa diretora da Câmara Municipal, houve manifestação na cidade, com o povo aplaudindo os vereadores que votaram a favor da medida. Na praça, em frente ao prédio, populares chegaram a soltar fogos de artifício. O Vereador Jorge Martins, do PP, assumiu a vaga.

Grupo mata rapazes em Osvaldo Cruz

Sérgio Machado da Paixão e Renato Oliveira Guedes foram mortos, na manhã de ontem, por quatro homens que os aguardavam, bebendo cerveja, numa birosca na Rua Frei Bento, em um lugar conhecido como Favela Beira Rio, em Osvaldo Cruz. Sérgio baleado seis vezes, morreu no local. Renato foi socorrido no Hospital Carlos Chagas e, devido à gravidade do seu estado, foi removido para o Hospital Getúlio Vargas, onde morreu.

Banco é assaltado na Barra

Quatro homens armados de revólveres assaltaram, por volta das 14h de ontem, o posto do Banco Bradesco do Condomínio Barramares, no nº 3 300 da Avenida Sernambetiba, na Barra da Tijuca. Eles levaram a importância aproximada de Cr$ 1 milhão 500 mil e fugiram no Passat cinza, placa QT-9252.

Os bandidos renderam seis funcionários, entre os quais o gerente Arquibaldo Ferreira Índio do Brasil; o guarda de segurança Hermínio Raimundo, de quem tomaram um revólver calibre 38 e um fuzil; e o inspetor Mário Fontes, da 16ª DP, que colabora, nas horas de folga, na segurança do banco. Todos foram obrigados a sentar de pernas cruzadas e mãos atrás da cabeça.

Assaltante que roubou casa da novelista Janete Clair ataca a de professor da PUC

Depois de assaltar a residência do professor da PUC Vanderbelt Martteleto, na Rua Marquês de São Vicente, 431, ap. 201, na Gávea, ontem, ao meio-dia, de onde roubou jóias, dólares e Cr$ 20 mil, Carlos Alberto Almeida Constantino, o Mussula — que roubou recentemente as casas da atriz Marília Pera e da novelista Janete Clair — fugiu da polícia e se escondeu em um bueiro, onde foi cercado durante quatro horas.

Bombas de gás e tiros de revólver e pistola não intimidaram o bandido a sair da galeria, que liga a Rua Graça Couto ao Parque da Cidade. No fim da tarde, um homem que estava em um matagal próximo, foi cercado e baleado por soldados da PM, que o confundiram com o bandido. Ele está internado no Hospital Miguel Couto, com dois tiros, um dos quais fraturou o fêmur esquerdo.

NO BANHEIRO

Eram mais ou menos meio-dia, quando uma das filhas do professor, Fátima, saiu do banho e viu a porta do apartamento aberta. Ao fechá-la, viu um homem alto, preto, no corredor. Logo depois, bateram à porta e outra filha do professor, Regina, foi abrir; o mesmo homem colocou uma arma em sua cabeça e a levou para o banheiro, trancando-a.

Em seguida, foi para a cozinha, onde agarrou a empregada, Jacira Rosa Miranda e, apertando o seu pescoço, obrigou-a a mostrar onde estavam as outras pessoas. Na casa, além da empregada e das duas filhas, havia mais cinco pessoas, que foram imobilizadas pelo assaltante. Em seguida, ele mandou que o professor abrisse o cofre e entregasse todo o dinheiro.

O professor, nervoso, custou a acertar o segredo do cofre e, por isso, foi ameaçado pelo ladrão. Enquanto isso, a filha Regina, que estava no banheiro, pulou pelo basculante e saiu na área de serviço, de onde desceu para a rua, gritando por socorro. No apartamento, o professor entregava ao ladrão vários dólares, um par de alianças, Cr$ 20 mil, além de jóias da filha Fátima. Achando que o dinheiro era pouco, o ladrão mandou que o professor assinasse um cheque e exigiu que Fátima fosse com ele ao banco receber, "para evitar que a polícia fosse chamada".

Neste momento, passava pela rua uma viatura da Polícia Militar e seus ocupantes atenderam o pedido de socorro de Regina, entrando no apartamento para pegar o ladrão. Este pressentiu a chegada dos soldados e pulou do segundo andar, caindo em um matagal. Dali, saiu por um riacho e entrou em um bueiro.

A PM enviou reforços e o local foi totalmente cercado, desde o ponto onde o ladrão se escondeu, até o Parque da Cidade, para evitar a fuga. Dezenas de bombas de gás e tiros de revólver e pistola foram disparados para dentro do bueiro — uma galeria de 1 metro de altura por 3 metros de largura — durante quatro horas, mas o bandido não se entregou.

A PM já pensava que o ladrão tinha conseguido romper o cerco policial e suspendeu as buscas às 16h. Foi quando um soldado viu um homem de cócoras, dentro de um matagal próximo ao local em o ladrão entrara no bueiro, usando a mesma roupa do assaltante: camisa azul e calça preta. Sem perguntar nada, os soldados foram atirando e o balearam duas vezes. Ferido, saiu do matagal José Moreira Pacheco — solteiro, de 42 anos, residente na Rua Goiás, s/n, na Favela do Jacarezinho — que vive de biscates naquela área.

Na 15ª DP, o professor, suas duas filhas e a empregada reconheceram no album fotográfico o bandido Carlos Alberto Almeida Constantino, o **Mussula**. O bandido, que está com prisão preventiva decretada e, na semana passada, trocou tiros com soldados da PM na Favela da Rocinha, onde mora, conseguindo fugir ao cerco. O bandido é acusado, ainda, de ter, no princípio do ano, assaltado um ônibus de turismo com 12 argentinos, perto da Rocinha.

O coletivo, em virtude de um engarrafamento na Avenida Niemeyer, tomou outro caminho para chegar ao Hotel Nacional e, ao passar pela Favela da Rocinha, foi obrigado a parar por **Mussula** e seus cúmplices, que roubaram todos os passageiros e ainda os ameaçaram de morte.

Foto de Carlos Mesquita

Nanuccia negou o crime e disse que soube da morte de Vânia pelo síndico, que a acordou

Dupla sevicia moças

O soldado pára-quedista Cosme Luís Azevedo dos Santos, solteiro, de 21 anos, foi assaltado, na noite de ontem, por dois homens, quando passeava na Rua Coronel Fortes, em Magalhães Bastos. Ele estava em companhia de sua irmã, A.M.S., de 14 anos, e de sua namorada, Carmem Lúcia Morais da Silva, de 18 anos, que foram seqüestradas e seviciadas.

Quando recebeu a ordem de parar, o soldado imediatamente tentou entregar sua carteira e o relógio, mas que foi impedido pelos assaltantes, que disseram só desejavam "as meninas". Depois de mandarem que o militar corresse, os dois homens levaram as duas menores para uma pedreira, na Rua Xavier, onde as seviciaram, libertando-as durante a madrugada.

O soldado deu queixa na 33ª DP, em Realengo. O assalto ocorreu às 9h30m e as moças somente foram liberadas pelos bandidos às 2h. Quando foram liberadas, elas procuraram socorro no Hospital Carlos Chagas e, pela manhã, compareceram à delegacia, para tentar identificar os seqüestradores. Soldados do 25º Batalhão de Pára-quedistas, colegas do rapaz, também ajudam na procura dos bandidos.

Servente luta com policiais, desarma e mata dois e mais tarde é morto pela polícia

Porto Alegre — Depois de provocar brigas e confusões num canteiro de obras da empresa Concrisa, o servente Jorge Alésio Maciel, de 33 anos, enfrentou os inspetores Gilmar Botari e Cláudio da Rocha Nunes, desarmou um deles e matou os dois com tiros de revólver, às 14h de ontem. Três horas mais tarde, foi localizado morto, num novo tiroteio com a polícia.

O duplo crime ocorreu na obra da Construtora Concrisa, nos fundos da Rua Campos Velho, no Bairro Cristal, após reclamação na 13ª Delegacia de Polícia, pelo encarregado da obra, engenheiro Celso Araújo Balle, que pediu ao delegado Hugo Amorim a retirada do servente do local.

Na noite anterior, Jorge Alésio Maciel — tinha três entradas na polícia como ladrão — provocou confusão e brigas no dormitório. Ontem de manhã, ao ver que o alojamento estava fechado, pulou a janela e ficou deitado, como normalmente faz durante a semana. Segundo queixa do engenheiro, o servente batia o ponto mas trabalhava somente duas vezes por semana, passando deitado o resto do tempo, alegando estar doente.

O delegado Hugo Amorim mandou, então, os inspetores Gilmar Botari, de 27 anos, e Cláudio da Rocha Nunes, de 31, retirarem o operário da obra, mas Jorge Alésio resistiu, entrou em luta corporal com Gilmar e, após desarmá-lo, matou-o com um tiro no peito e ao seu colega, Cláudio, com um tiro na cabeça. A polícia mobilizou, então, várias equipes nas buscas ao servente, até localizá-lo na Vila Flórida, onde, após um novo tiroteio, Jorge foi morto.

Termina hoje o julgamento da secretária acusada de matar ex-Miss Jacarepaguá

Com quatro homens e três mulheres no júri e com a sala do 4º Tribunal do Júri totalmente repleta de estagiários de Direito e de curiosos, começou, ontem, o julgamento de Nanuccia Bianchi, secretária de 31 anos, acusada de ter atirado pela janela de seu apartamento, em Jacarepaguá, no dia 1º de novembro de 1977, Vânia Batista da Silva, ex-Miss daquele bairro. A sentença sai hoje.

Por falta de luz, o julgamento foi suspenso por 50 minutos e só foi feita a leitura do processo, de quase 600 páginas. A leitura de 14 cartas de amor de Nanuccia a Vânia provocou comentários e risos de alguns rapazes, chamados à atenção pelo Juiz Paulo Roberto Leite Ventura. Se considerada culpada, Nanuccia poderá ter uma pena de 12 a 30 anos de reclusão.

Às 13h, quando o julgamento começaria, a sala do 4º Tribunal do Júri já estava lotada de estudantes de Direito e curiosos que, de pé, se amontoavam nos corredores laterais. Dezenas de pessoas, junto à porta de entrada do tribunal, fechada, tentavam entrar, o que só era permitido à medida em que algumas se retiravam.

De vestido branco, casaco cinza e sapatos de saltos altos e sem embaraço, mas com a voz um pouco baixa, Nanuccia Bianchi respondia às perguntas do juiz que, antes de perguntar o tipo de relacionamento havido entre ela e Vânia, esclareceu que seu objetivo era a investigação da verdade dos fatos.

Nanuccia Bianchi disse que conhecera a ex-Miss dois anos antes de sua morte e que, de fevereiro a abril de 1977, moraram juntas, tendo Vânia saído de sua casa e voltado em setembro, grávida. Afirmou ter-lhe dado abrigo, então, por pena, uma vez que o pai a expulsara de casa e ela não tinha para onde ir.

Cartas

Nanuccia reconheceu a autoria de 14 cartas e bilhetes, nas quais ela fazia juras de amor a Vânia e dizia que ela lhe dava "forças para ir para a frente". Sentada, de cabeça baixa, emocionada, Nanuccia ouviu o Juiz Paulo Roberto Leite Ventura ler cada carta.

Um pouco antes, ele lera duas certidões de casamento que, segundo a acusada, foram brincadeiras de sua amiga. Essa leitura também levou parte do plenário a se manifestar, com cochichos e exclamações.

Disse Nanuccia que, uma semana antes da morte de Vânia — que a defesa afirma ter sido suicídio — ela se mostrava introvertida e muito deprimida, por ter procurado a família e não ter sido recebida pelo pai. Segundo ela, na noite da morte de Vânia, ela dormia no quarto e a vítima em um sofá, na sala.

De madrugada, foi acordada pelo síndico, que lhe disse que Vânia estava caída na entrada do edifício (elas moravam no quarto andar, a uma distância de pouco mais de 12 metros do solo). Disse, ainda, que, da primeira vez em que ex-Miss fora morar com ela, levara junto uma irmã, ambas desempregadas, eram sustentadas por ela.

Laudos

Na acusação, a cargo do Promotor Gil Castelo Branco e do advogado João Carlos Mallet, Nanuccia Bianchi é chamada de "pervertida sexual, que vivia com a vítima" e é dito que, em seu apartamento, eram organizadas orgias de homossexuais. Eles pedem sua condenação por homicídio qualificado com motivo torpe (ciúme), com a agravante de coabitação. Foi pedido seu enquadramento no Artigo 121, parágrafo segundo, inciso I, do Código Penal.

Mesmo que seja condenada, Nanuccia, que ainda hoje trabalha como secretária da mesma empresa onde estava na época da morte de Vânia, poderá ficar em liberdade, aguardando o resultado da apelação.

Hoje, o julgamento prossegue, a partir das 8h, com a inquirição das 10 testemunhas (metade para cada parte), a acusação e a defesa (duas horas para cada parte), a réplica e a tréplica (30m para defesa e acusação) e a sentença.

Na leitura do processo, o juiz chamou a atenção para os dois laudos da morte: no primeiro, os peritos concluíram por suicídio e, no segundo, afirmam que o local onde estava o corpo, a 60 centímetros do prédio, levava a crer ter havido um impulso pequeno na queda de Vânia; no caso de suicídio, normalmente a vítima dá um grande impulso, caindo a uma distância maior.

Policial fere menor na boca

O menor A.F.S., de 15 anos, morador na Rua 10, casa 10, na Vila Operária, em Duque de Caxias, foi socorrido na tarde de ontem, no Hospital Getúlio Vargas, com um ferimento a bala na boca. Sem poder falar, o menor escreveu num pedaço de papel que quem o havia baleado fora o policial José Vidigal, da delegacia de Duque de Caxias.

O menor ficou internado para observação e, com acenos de cabeça, com muita dificuldade, confirmou não ser essa a primeira vez que o policial tenta matá-lo, não sabendo o motivo. O delegado de Caxias, Joni Siqueira, informou que o menor é o bandido conhecido como **Kung-Fu** e que havia trocado tiros com uma turma de policiais de sua delegacia, usando dois revólveres.

ARBITRÁRIO

O rádioperador da Secretaria de Segurança Pública, José Vidigal, é conhecido em Duque de Caxias como um policial arbitrário, que, exercendo funções burocráticas, faz às vezes de detetive, participando de diligências e outras investigações, por se tratar de homem de confiança do delegado Joni Siqueira.

Há seis meses, ele foi processado pelo presidente da 2ª Seção da Ordem dos Advogados do Brasil, de Duque de Caxias, por haver invadido a casa de uma lavadeira na Vila Operária, à procura de um homem. Por não encontrá-lo, deu uma rajada de metralhadora na cama da mulher, quase atingindo uma criança de dois anos. A lavadeira estava grávida de seis meses.

Motorista do Governador se declara incapaz de apontar ladrões que roubaram carro

A negativa do motorista Elias Oliveira de Sousa, do Governador Chagas Freitas, de identificar os dois homens que o atacaram na noite de quarta-feira, e levaram o Brasília placa RZ-2033, quando ele reparava um defeito no motor do carro na Lagoa Rodrigo de Freitas, está fazendo com que a polícia tenha dificuldades em encontrar uma pista para prender os assaltantes.

Em depoimento na 15ª DP, na Gávea, o motorista declarou que dispensava a formalidade de identificação dos assaltantes, através de retratos, em virtude de ter ficado nervoso e não ter visto a fisionomia deles. As investigações sobre o roubo do carro do Sr Chagas Freitas estão sendo feitas pelo 2º Setor Operacional de Roubos e Furtos chefiado pelo delegado Borges Fortes.

COMO FOI

O motorista estava-se dirigindo à ladeira do Sacopã, onde reside o Governador, para recolher o Brasília, que está registrado em nome do jornal **O Dia**. Na Rua Fonte da Saudade, próximo da igreja de Santa Margarida Maria, Elias Oliveira de Sousa parou o carro, ao ouvir um barulho estranho no motor. Quando reparava o defeito, surgiram os dois bandidos de armas nas mãos e o imobilizaram.

O bandido branco, com uma arma em sua cabeça, mandou que ele ficasse quieto, enquanto o preto entrou no carro e ligou o motor. Pronto para a fuga, ordenou que seu cúmplice largasse o motorista. .Depois, eles tomaram o rumo da Avenida Epitácio Pessoa. No porta-luvas do carro estavam todos os documentos do veículo e no banco traseiro o paletó de Elias, com Cr$ 3 mil.

Quando a queixa foi apresentada ao delegado Ribeiro Franco, na 15ª DP, todo o esquema policial foi acionado. O Centro de Controle de Operações de Segurança, da Secretaria de Segurança, foi informado e alertou todas as viaturas nas ruas. Também o Centro de operações Policiais Militares, da PM, foi avisado e todas as viaturas militares foram acionadas. O assalto ocorreu por volta das 22h.

Hoje, o motorista comparecerá ao 2º SORF, na Barra da Tijuca, onde será ouvido pelo delegado Borges Fortes.

Menina espancada com um martelo de cozinha pela patroa vai a novo exame

Arlete Marques de Almeida, de 13 anos, que na quarta-feira, foi espancada por Teresa Alaíde Machado, com um martelo de cozinha, voltou, ontem, ao Instituto Médio-Legal, para novo exame de corpo de delito. A menina apresenta, nas costas e na cintura, manchas arroxeadas, que a polícia quer saber se são hematomas provocados por surras anteriores.

A menor está sob os cuidados do Juizado de Menores, enquanto Teresa foi autuada na 14ª DP no Leblon, por maus-tratos. Arlete, segundo testemunhas que ainda serão ouvidas no inquérito, apesar de sua pouca idade, era quem tomava conta dos cinco filhos menores de Arlete, além de lavar, passar, cozinhar e fazer faxina.

O delegado Jorge Marques Sobrinho, responsável pelo inquérito, não revelou detalhes do depoimento de Arlete, assistida pelo Curador Ronald Maciel. Segundo comentários, a menor fez sérias acusações a Teresa, não só de espancá-la, mas de obrigá-la a trabalhos pesados e de impor uma série de proibições, como não sair de casa, conversar com vizinhos, passear e ir ao cinema.

Cópia do flagrante vai ser remetido ao Juiz de Menores, que deverá abrir outro inquérito para apurar em que circunstâncias Arlete, há um ano, deixou a casa dos pais, na cidade de Jaciara, em Mato Grosso, para morar com Isaac Sukermar, sua mulher Teresa Alaíde Machado e os cinco filhos do casal. O Juiz de Menores Campos Neto deverá requerer ao seu colega de Mato Grosso que ouça os pais da menina, Euzo Francisco de Almeida e Elvira Marques.

Arlete contou que cursava a 3ª série, quando houve um concurso de redação em sua escola e, como prêmio, ganhou a oportunidade de viver com a família de Isaac Sukermar. Com eles, esteve em Cuiabá e em São Paulo e, há uma semana, estavam no Rio, na Rua Conde de Bernadote, 26 ap. 601, no Leblon. O espancamento foi causado porque Arlete foi dormir sem passar a roupa da família, o que irritou Teresa, que a acordou a tapas, às 5h30m de quarta-feira, e a levou para o banheiro, onde bateu em seus dedos com o martelo de cozinha.

A menina abandonou a casa e começou a andar pelo edifício, quando foi encontrada por Bárbara Maria Brito, que trabalha como doméstica no apartamento 806.

Menor depõe sobre Casa das Pedras

Pela segunda vez, o menor PHAF, — acusado da morte de Angélica Barbosa de Araújo, no Condomínio Casa das Pedras — foi ouvido a portas fechadas pelo delegado Peter Gersten, da Delegacia de Homicídios. Depois de passar parte da tarde na delegacia, o menor, que continua acautelado na Funabem, foi ouvido durante a noite de ontem.

Os depoimentos que estão sendo prestados não foram liberados para a imprensa. Segundo policiais que estão acompanhando o caso, PHAF teria dito que ele segurou Angélica, enquanto o economista Antenor Rangel da Fonseca Neto aplicava os golpes de faca.

DEU TAMBÉM

Segundo o menor, ele estava na beira do rio, nos fundos do condomínio, quando Antenor o chamou para fazer "um trabalho". Ao chegar no apartamento do casal, ele teria visto o economista agredir a mulher com várias facadas e que ele também deu outros golpes, porque "fui ameaçado por Antenor".

À tarde, o delegado Peter Gersten esteve no Instituto Afrânio Peixoto conversando com o legista que fez a necrópsia no corpo de Angélica, onde confirmou a seguinte questão: o crime teve a participação de mais uma pessoa, já que era quase impossível um menor ter controlado a vítima e ter aplicado inúmeras facadas.

Diretor do IML desiste de punir legista e dá novo prazo para laudo de Aézio

Após anunciar, na tarde de ontem, que iria punir com suspensão o hematologista Gilberto Navarro, por não ter entregue o laudo do exame sorológico das manchas de sangue nas roupas do servente Aézio da Silva Fonseca, o diretor do Instituto Médico-Legal, Olímpio Pereira da Silva, voltou atrás em sua decisão, alegando que o legista se justificou.

Com isso, foi dado novo prazo de 15 dias para a complementação do exame, sob a alegação de que estão sendo desenvolvidas análises laboratoriais muito complexas e demoradas, pelos métodos Eluato, Absorção e Aglutinação e Mixed Aglutination. Aézio apareceu enforcado na cela nº 6 da 16ª DP, na Barra da Tijuca, no dia 22 de junho do ano passado; o primeiro pedido de exame foi solicitado no dia 28 de agosto.

DIFICULDADES

Segundo o hematologista Gilberto Navarro, a demora na entrega do resultado do exame tem sido decorrente da falta de equipamento adequado e de reagentes químicos que tiveram de ser importados da Alemanha. Atualmente, os exames estão sendo realizados no laboratório de análises do Hospital Universitário da Ilha do Fundão.

Explicou que o primeiro método empregado — **Eluato** — foi desenvolvido durante 23 horas de pesquisas de laboratório, repetido 10 vezes e "não deu certo"; o segundo — **Absorção e Aglutinação** — gastou 48 horas e "deu certo"; agora, será empregado o **Mixed Aglutination**, que é mais demorado, levando a uma nova dilatação de prazo. Também está sendo empregado do soro anti-H e um sistema de microscopia fotográfica.

Cânter

• **Amanhã no Posto de Fomento, haverá uma nova reunião da comissão de obras que estuda a conclusão das obras. O industrial paulista José Ermírio de Moraes doou 1 mil 500 sacos de cimento para as obras e deverá ser seguido de outros interessados em doar materiais para aquela obra. Ainda nesta reunião, a comissão vai estudar a possibilidade de fazer um grande empréstimo bancário, com prazo de pagamento de 5 anos, visando levantar fundos para o Posto de Fomento. A oferta do estabelecimento de crédito já existe, faltando para o seu final, apenas pequenos detalhes de ordem técnica.**

• A Associação dos Criadores e Proprietários dos Cavalos de Corrida do Estado do Rio de Janeiro vai, provavelmente, instalar linhas telefônicas entre Rio-São Paulo, Rio-Porto Alegre, visando o aproveitamento maior possível de pessoas interessadas em comprar animais no leilão carioca de agosto.

• **Nos planos dos dirigentes da Associação dos Criadores de Cavalo de Corrida do Estado do Rio de Janeiro, a instalação o mais breve possível de um posto de socorro urgente para atender os criadores do Estado. Há possibilidades, também, de ser criada seção de ferrageamento, com preços mais acessíveis que os cobrados atualmente na Gávea. Quanto ao transporte de animais em todo Estado, os dirigentes da Associação, avisam que continuam servindo aos associados normalmente.**

• No próximo dia 20 de julho, serão disputados os páreos Cidade de Teresópolis e o Câmara Municipal de Teresópolis, com almoço na tribuna de honra em homenagem às autoridades naquele município. Deverão estar presentes, ainda, criadores do Estado e o presidente Francisco Eduardo de Paula Machado.

• **O condomínio do cavalo Parnell (St. Paddy em Nella, por Nearco) resolveu colocar à venda 20 coberturas do garanhão por Cr$ 50 mil, cada uma. Estas coberturas podem ser tratadas na sede da Associação dos Criadores.**

• Os potros do Haras Inshalla que vão ser leiloados no dia 20 de agosto no Tattersal de Cidade Jardim, serão enviados para o Centro de Treinamento de Campinas, onde poderão ser visitados pelas pessoas interessadas. Este estabelecimento de criação teve direito a ser o primeiro na venda dos seus produtos, porque o seu índice de IPM do ano passado lhe garantiu o privilégio.

• **O cavalo Ilozone, que tem corrido na Gávea provas especiais e algums vezes se aventurando na esfera clássica, foi negociado para o turfe cearense onde vai prosseguir sua campanha nas pistas. Seus novos responsáveis querem vê-lo atuar mais uma vez ainda no Hipódromo carioca, antes de mandá-lo para Fortaleza.**

• A revista do Jóquei Clube Brasileiro, em fase de reformulação, vai passar a colocar o número de pules vendidas pelo animal que ganha uma carreira. Isto serve de orientação para o criador que tem o seu estabelecimento fora do Estado e agora pela revista poderá melhor orientar os seus ganhos. Como curiosidade, podemos destacar o potro Lucksor, do Haras Santa Maria de Araras, que vendeu 32 mil 400 e foi o maior favorito da semana que passou. O filho de Sabinos deu para o seu criador um prêmio de Cr$ 9 mil 720.

• **Moacir de Freitas confirmou ontem a presença da castanha Apple Honey nos 1 mil 600 metros do Grande Prêmio Onze de Julho, dia 6 de julho.**

• Baronius, em preparativos para o Grande Prêmio Dezesseis de Julho, **Brasil trial**, fez partida muito suave na manhã de ontem, sob a direção do bridão Gabriel Meneses, marcando 1m07s3/5 no quilômetro, controlado em todo o percurso.

• **Novamente este ano haverá uma infeliz coincidência de datas nos leilões da Gávea e Cidade Jardim. Ambos, estão marcados para os dias 19 e 20 de agosto, o que vai dificultar um pouco o comprador realmente interessado em comprar lá e cá.**

• O Haras Santa Ana do Rio Grande vai vender alguns dos seus animais em atividade atualmente no Hipódromo da Gávea para abrir vagas nas cocheiras para os potros que virão do Rio Grande do Sul para o leilão de agosto. Entre os que serão postos à venda, está Quality Show, por Empyreu em Fair Fortune, por Fairfax. Entre as exibições de Quality Show está a sua vitória no clássico Prefeitura Municipal do Estado do Rio de Janeiro, em 2 mil 100 metros, areia encharcada, sob a direção do jóquei Edson Ferreira.

• **Ontem pela manhã, na hora em que os animais estavam se exercitando na pista de areia do Hipódromo da Gávea, caiu uma enorme árvore, existente perto da estátua do pomar que, por pouco não ocasiona um sério acidente de raia. Aliás, o estrago da forte ventania de ontem no Hipódromo foi logo superado pela equipe que entrou em ação para recolocar as coisas nos seus devidos lugares.**

• O alazão Busiris, que defenderá os Haras São José e Expedictus nos três quilômetros clássicos de domingo, aprontou ontem em Cidade Jardim e à noite foi embarcado para o Rio, sendo esperado na manhã de hoje nas cocheiras de Francisco Saraiva.

• **Atop Sin exercitou muito bem para correr o páreo que homenageia o Jóquei Clube Brasileiro, terça feira, em Campos, assinalando 1m23s para os 1 mil 300 metros, com boa ação, sob a direção do bridão Ubirajara Meireles. Edson Ferreira participará da carreira, mas ainda não sabe qual será a sua montaria, se Adelfo ou Tom Sawyer.**

• Brulot, que seria um dos favoritos de seu páreo na reunião de ontem, quando não foi apresentado, levará pontas de fogo nos joelhos, devendo ficar algum tempo em tratamento na cocheira de Gilberto Lúcio Ferreira.

• **Imperator, que estava aos cuidados de Waldemar Piotto, foi acometido de mal súbito quando realizava um exercício na manhã de ontem e morreu na pista.**

Resultado da corrida noturna

Os resultados da reunião noturna de ontem no Hipódromo da Gávea foram os seguintes:

1º páreo

1º Delfim Prince, J. M. Silva
2º Kineto, J. B. Fonseca
Vencedor (4) 3,60. Dupla (22) 11,80. Placês (4) 2,70 (4) 2,50. Tempo, 1m24s
Treinador, A. P. Lavor.

2º páreo

1º Resquier, J. Pinto
2º Sine Die, E. Freire
Vencedor (10) 7,70. Dupla (44) 14,20. Placês (10) 3,80 (11) 3,00. Tempo, 1m03s. Treinador, E. Cardoso. Dupla exata combinação (10-11) Cr$ 58,00

3º páreo

1º Argozol, E. Ferreira
2º Caming, P. Vignolas
Vencedor (10) 2,70. Dupla (44) 12,70. Placês (10) 2,00 (8) 2,90. Tempo, 1m14s. Treinador, C. Rosa

4º páreo

1º Dooble, J. M. Silva
2º Sarrazani, J. Ricardo
Vencedor (1) 4,50. Dupla (11) 4,20. Placês (1) 1,80 (2) 1,60: Tempo, 1m02s
Treinador, S. P. Gomes

5º páreo

1º Good Senior, A. Oliveira
2º Erol, R. Freire
Vencedor (12) 3,00. Dupla (44) 3,30. Placês (12) 2,00 (10) 2,10. Tempo, 1m01s. Treinador, A. Araujo. Dupla exata combinação (12-10) Cr$ 15,10.

6º páreo

1º Tailina, J. M. Silva
2º Amaporã, G. Meneses
Vencedor (5) 2,40. Dupla (34) 3,00. Placês (5) 1,50 (7) 1,80. Tempo, 1m08s3/5. Treinador, Paulo Morgado.

7º páreo

1º Ix. T. B. Pereira
2º Hono-Flete, J. Ricardo
Vencedor (8) 3,70. Dupla (33) 5,40. Placês (8) 2,10 (7) 2,00. Tempo, 1m21s. Treinador, Silvio Morales

8º páreo

1º Ogaice, F. Esteves
2º Inera, J. R. Oliveira
Vencedor (1) 2,00. Dupla (14) 2,40. Placês (1) 1,70 (9) 2,20. Tempo, 1m04s. Treinador, Eneas Cardoso.

9º páreo

1º Decujos, F. Esteves
2º Lança-Chamas, F. Carlos
Vencedor (9) 4,10. Dupla (33) 3,20. Placês (9) 2,00 (7) 4,90. Tempo, 1m09s. Treinador, J. B. Silva. Exata (09-07) Cr$ 23,00.

Fotos de José Camilo da Silva

Brighton mostrou que pode surpreender nos três quilômetros de domingo

Brighton apronta em bom estilo para o St. Leger

Brighton, sob a direção do bridão Jorge Ricardo, aprontou antecipadamente para os três quilômetros do Grande Prêmio Jóquei Clube Brasileiro, terceira prova da Tríplice Coroa, marcando 1m17s2/5 para os 1 mil 200 metros, correndo sempre com ação das melhores, com 13s para os últimos 200 metros. Almiro Paim Filho é o responsável pelo preparo do defensor do Stud Montese.

Outro que aprontou foi o **outsider** Shot Lancer. Dirigido pelo freio Eriton Ribeiro Ferreira, fez boa marca nos 1 mil 200 metros, 1m18s3/5, sempre com disposição, marcando 13s para os últimos 200 metros, apenas um pouco solicitado. A pista de areia estava pesada na manhã de ontem, mas boa para marcas.

Outro que antecipou foi Rock Ridge, mas praticamente fez um galope largo, com 1m24s para os 1 mil 200 metros e 1m13s para o quilômetro final, pelo centro da pista, sofreado em todo o percurso pelo freio Adail Oliveira, jóquei oficial do Haras Santa Ana do Rio Grande, cuja blusa Rock Ridge defende. Os demais concorrentes alistados na Gávea, Nagami, Match Point Again e Blue Betting devem aprontar na manhã de hoje.

OUTROS PÁREOS

Outros concorrentes aprontaram antecipadamente para as carreiras comuns. O destaque ficou com Irishwoman, alistada na sétima carreira, que marcou 43s para os 700 metros, correndo com disposição das melhores, na condução do bridão U. Meireles.

Para o terceiro páreo, Zefette, com G. F. Almeida, marcou 38s para os 600 metros, sem preocupações de marca. No quarto páreo, Gerki com J. M. Silva, aprontou do partidor, saindo com velocidade, o Freitas, com U. Meireles, não foi apurado em parte alguma do percurso, marcando 46s, com facilidade.

No sexto páreo, Salteada, com um **lad**, marcou 44s3/5 para os 700 metros, com boa disposição, em 12s3/5 para os últimos 200 metros; Filatova, com J. M. Silva, e Princess Child, com G. Alves, aprontaram juntas, sem vantagens para uma ou outra, em 45s para os 700 metros, com 13s para os 200 metros finais.

Na última prova, Xis Crack, com G. F. Almeida, marcou 37s nos 600 metros, deixando claro que está em boa forma; Titov, com C. Morgado Neto, levou vantagem de Pajan e chegou junto em 38s para os 600 metros, um pouco solicitado; Quick, com J. Escobar, mostrou bom preparo em 45s3/5 nos 700 metros, com firmeza.

Vento favorece Bi-Cobalt

Muito ajudado pelo favorável vento frio que assolou a manhã cinzenta do Hipódromo da Gávea, Bi-Cobalt marcou 49s3/5 para os 800 metros, sob a direção de Jorge Ricardo, num apronto muito bom para atuar na primeira prova da programação de amanhã. Artur Araujo é o responsável pelo preparo do alazão.

Outro que deixou impressão das melhores em seu exercício final foi o potro Vingo que, conduzido por Francisco Esteves, arrematou correndo muito em 43s paa os 700 metros, sempre com boa ação, gastando 36s1/5 para a reta de chegada e 12s2/5 de arremate, em clara demonstração de que pode apagar a má impressão deixada por suas duas primeiras atuações.

Estreante Tangket também agradou no apronto

OUTROS APRONTOS

Para a primeira carreira, Recuado, com A. Oliveira, finalizou em 53s para os 800 metros, com boa ação; Da Vinci, com C. Valgas, marcou 51s nos 800 metros, com muita facilidade, em 13s para os 200 metros finais.

Na segunda prova, Farahoun, com C. Morgado Neto, assinalou 43s3/5 para os 700 metros, com disposição, apesar de ligeiramente solicitado; Mister Yata, com A. Oliveira, igualou a marca de Farahoun, com ação das melhores; Escardillo, com R. Macedo, foi outro que aprontou de maneira excepcional, marcando 43s3/5, correndo muito no final; Fambino, com E. R. Ferreira, agradou em 43 para os 700 metros, mostrando bom preparo.

Para o terceiro páreo, Ilang, com L. Maia, cravou 36s na reta de chegada, correndo muito nos instantes finais; Quadratura, com A. Oliveira, terminou em 23s para os 360 metros, sempre com reservas, sem ser apurada; Tuyupesa fez um pique ligeiro de 200 metros, marcando 11s2/5, com boa ação; Aniela, com J. Mendes, arrematada no final, marcou 36s2/5 para os 600 metros, com firmeza.

Para a quarta carreira, Lampezia, com P. Vignolas, assinalou 43s nos 700 metros, correndo muito nos últimos instantes; Tangket agradou em 43s1/5 para os 700 metros, mostrando boa forma; Adelaide, com W. Gonçalves, marcou 38s nos 600 metros, com disposição das melhores; Haretha, com ação boa, marcou 43s1/5 nos 700 metros, um pouco solicitada por J. M. Silva.

No quinto páreo, além do bom apronto de Vingo, Quinn, com J. Queirós, terminou com boa ação em 45s para os 700 metros, finalizando com facilidade; Fim de Papo, com J. M. Silva, terminou correndo muito em 43s3/5 para os 700 metros, chegando a agradar.

Para a sexta carreira, Cigarrinha, com A. Ramos, arrematou com firmeza em 38s para os 600 metros, sem chegar a impressionar pela disposição do final; Elevage, com J. Ricardo, marcou 38s para os 600 metros, com boa disposição; Bolive, com J. M. Silva, igualou a marca de Cigarrinha e Elevage, com facilidade; Dodoya, com R. Macedo, galopou largo na pista de corridas, sem maiores preocupações de marca.

No sétimo páreo, Furore, com E. R. Ferreira, finalizou em 44s3/5, mostrando bom preparo; Faites-vos-Jeux, com P. Cardoso, arrematou em 45s nos 700 metros, sempre com disposição, sem ser apurado em momento algum do exercício; Sistema, com A. Oliveira, apenas galopou largo, sem a menor preocupação de marca.

Para o oitavo páreo, Sineta, com A. Oliveira, fez apenas um pique de 360 metros, marcando 23s, com 13s para os últimos 200 metros.

No nono páreo, Esquadro, com J. Ricardo, marcou 53s nos 800 metros, sempre com disposição, gastando 13s para os últimos 200 metros.

Para a última carreira, Buick, com F. Esteves, terminou em 38s para os 600 metros, sempre com disposição; Joeiro aprontou antecipadamente ao lado de Miss Encerramento em 37s para os 600 metros da reta de chegada; Duke Shelton, mostrando que sua última atuação não valeu, finalizou em 37s nos 600 metros, sempre com boa ação; Viva Vida, com A. Ferreira, aprontou do partidor, largando com velocidade; Umatá, com R. Marques, fez o mesmo tipo de treinamento, saindo com disposição; Favorable, com J. F. Fraga, marcou 37s para os 600 metros, com 12s3/5 nos últimos 200 metros; Escudo Real, com T.B. Pereira, assinalou 38s nos 600 metros, sempre com reservas.

Montarias para o fim de semana

SÁBADO

1º PÁREO — Às 14h.00 — 1.600 metros — Cr$ 78.000,00 (GRAMA) — Kg.
1—1 Recuado, A. Oliveira — 1 56
2—2 Cadenciado, T. B. Pereira — 2 55
3 Bi-Cobalt, J. Ricardo — 3 55
3—4 Lobis, F. Esteves — 4 56
5 Boccio D'Agnolo, J. Escobar — 5 56
4—6 Da Vinci, J. Pinto — 6 55
7 Pato Branco, G. F. Almeida — 7 56

2º PÁREO — Às 14h.00 — 1.500 metros — Cr$ 68.000,00 (AREIA) 1a. DUPLA-EXATA — Kg.
1—1 Balado, A. Romos — 1 54
2 Gaius, J. Ricardo — 2 54
2—3 Farahoun, P. Vignolas — 3 57
" Mister Yata, A. Oliveira — 6 56
3—4 Filmador, G. F. Almeida — 7 57
5 Grand Ville, W. Gonçalves — 5 54
6 Night Cup, P. Cardoso — 7 57
4—7 Cinderela, J. Pinto — 8 55
" Escardillo, R. Macedo — 9 57
8 Fambino, E. R. Ferreira — 10 54
9 Bombur, J. M. Silva — 11 54

3º PÁREO — Às 15h.00 — 1.000 metros — Cr$ 85.000,00 (GRAMA) PROVA ESPECIAL — — Kg.
1—1 Ilang, J. Queiroz — 1 54
2 Flight Of Fancy, E. Ferreira — 2 52
2—3 Moina, J. Ricardo — 3 57
3—4 Quadratura, A. Oliveira — 4 59
4—5 Tuyupesa, R. Macedo — 3 53
" Lady First, G. F. Almeida — 7 52
6 Aniela, J. Mendes — 6 50

4º PÁREO — às 15h30m — 1.400 metros Cr$ 95.000,00 (AREIA) — Kg.
1—1 La Pasionaria, E. B. Queiroz — 1 55
2 La Marquise, G. F. Almeida — 2 55
2—3 Lampezia, P. Vignolas — 3 55
4 Tangket, F. Esteves — 4 55
3—5 Almanar, J. Ricardo — 5 55
6 Adelaide, W. Gonçalves — 6 55
7 Laia, A. Ramos — 7 55
4—8 Haretha, J. M. Silva — 8 55
9 Esso, T. B. Pereira — 9 55
10 Aguia Barbara, J. Queiroz — 10 55

5º PÁREO — às 16h.00 — 1.500 metros Cr$ 95.000,00 (GRAMA) — Kg.
1—1 Vingo, F. Esteves — 1 55
2 Em Kifala, M. G. Santos — 2 55
2—3 Quinn, J. Queiroz — 3 55
4 Bei, M. Alves — 4 55
3—5 Adorado, J. R. Oliveira — 5 55
6 Lucas, E. Ferreira — 6 55
7 Bregal, J. Pinto — 7 55
4—8 Revano, E. R. Ferreira — 8 55
9 Fim de Papo, J. M. Silva — 9 55
10 Sapporo, G. F. Almeida — 10 55

6º PÁREO — às 16h30m — 1.100 metros Cr$ 78.000,00 (AREIA) 2º DUPLA-EXATA — Kg.
1—1 Sabia Laranjeira, J. Pinto — 1 56
2 Niceara, E. B. Queiroz — 2 56
3 Sambarella, I. Oliveira — 3 56
4 Fil, F. Esteves — 4 56
2—5 Bivertida, E. R. Ferreira — 5 56
6 Rainha da Noite, M. Niclevi — 6 56
7 Cigarrinha, A. Ramos — 7 56
8 Borgnosse, C. Valgas — 8 56
3—9 Old Town, W. Gonçalves — 9 56
10 Elevage, J. Ricardo — 10 56
11 Carabambo, M. C. Porto — 11 56
" La Patrulheira, J. Queiroz — 13 56
4-12 Bolive, J. M. Silva — 12 53
13 Aguia da Patria, G. Meneses — 14 56
14 Dodoya, R. Macedo — 15 56
15 Narif, R. Marques — 16 56

7º PÁREO — Às 17h.00 — 1.500 metros Cr$ 95.000,00 (GRAMA) — Kg.
1—1 Matisse, J. Pinto — 1 55
2 Chandon, W. Costa — 2 55
2—3 Vascão, F. Esteves — 3 55
4 Furore, E. R. Ferreira — 4 55
3—5 Estal, G. Meneses — 5 55
6 Valid, G. F. Almeida — 6 55
4—7 Faites Vos Jeux, P. Cardoso — 7 55
8 Lord, J. M. Silva — 8 55
9 Sistema, A. Oliveira — 9 55

8º PÁREO — Às 17h.30 — 1.000 metros Cr$ 95.000,00 (AREIA) — Kg.
1—1 Cayenne, W. Gonçalves — 1 55
2 Craviola, M. Andrade — 2 55
2—3 Dinara, G. F. Almeida — 3 55
" Tipica, J. M. Silva — 7 55
4 Sineta, A. Oliveira — 4 55
3—5 Eletriz, P. Cardoso — 5 55
6 Miss Sambola, A. Ferreira — 6 55
7 Colorata, J. Escobar — 8 55
4—8 Tal Qual, T. B. Pereira — 9 55
9 Faniana, F. Esteves — 10 55
10 Vengo, J. Ricardo — 11 55

9º PÁREO — Às 18h.00 — 2.00 metros Cr$ 1.600,00 (AREIA) (VARIANTE) — Kg
1—1 Rei Barbaro, F. Esteves — 1 56
" Fiumuccino, M. Vaz — 4 57
2—2 Sir Lancer, J. Malta — 2 56
" El Caramelo, P. Cardoso — 10 57
3—3 Calvados, G. F. Almeida — 3 57
4 Barrac, W. Costa — 5 57
5 Bac, M. C. Porto — 6 57
4—6 Rei do Norte, U. Meireles — 7 57
7 Esquadro, J. Ricardo — 8 57
8 Maestro Pablo, J. Pinto — 9 57

10º PÁREO — Às 18h.30 — 1.000 metros Cr$ 68.000,00 (AREIA) 3º DUPLA-EXATA — Kg.
1—1 Buick, F. Esteves — 1 57
" Joeiro, Jua. Garcia — 10 57
2 Duke Shellton, R. Freire — 2 57
3 Yrhalla, E. R. Ferreira — 3 57
2—4 Viva-Vida, A. Ferreira — 4 57
" Umatá, R. Marques — 8 56
5 Great Bliss, E. B. Queiroz — 5 56
6 Favorable, J. F. Fraga — 6 57
3—7 Laço Firme, A. Souza — 7 57
8 Escudo Real, T. B. Pereira — 9 57
9 Hel Jourdan, M. C. Porto — 11 57
10 Fritz Klanner, E. Marinho — 12 56
4—11 Huygens, J. Malta — 13 56
12 Panzito, P. Cardoso — 14 57
13 Epiro, M. Vaz — 15 57
14 Florera, J. B. Fonseca — 16 57

DOMINGO

1º PÁREO — Às 14h.00m — 1.200 metros Cr$ 78.000,00 — (GRAMA) — — Kg.
1 1 Capela Sun, U. Meireles — 1 56
2 Lavuca, R. Freire — 2 56
2 3 Full Girl, J. Pinto — 3 56
4 Edanka, A. Ramos — 4 55
3 5 Raramente, A. Oliveira — 5 56
6 Ustian, G. F. Almeida — 6 55
4 7 Bella Strega, P. Queiroz — 7 56
8 Barastia, R. Macedo — 8 56
9 West Bird, J. M. Silva — 9 53

2º PÁREO — Às 14h.30m — 1.400 metros Cr$ 95.000,00 — (AREIA) — (DUPLA-EXATA) — — Kg.
1 1 Overdown, W. Costa — 1 55
2 Enfoque, J. Pinto — 2 55
2 3 O'Brien, P. Cardoso — 3 55
4 Al Jabbar, J. Queiroz — 4 55
3 5 Bem Ksar, J. Malta — 5 55
6 Vox, G. F. Almeida — 6 55
7 Calbar, J. Ricardo — 7 55
4 8 Tujubá, P. Vignolas — 8 55
9 Nougat, J. M. Silva — 9 55
10 Pert, A. Oliveira — 10 55

3º PÁREO — Às 15h.00m — 1.300 metros Cr$ 58.000,00 — (GRAMA) — — Kg.
1 1 Beibi, J. Queiroz — 1 56
" Meluca, G. Alves — 3 56
2 2 Sodalgia, F. Esteves — 2 57
3 Dogesa, J. R. Oliveira — 4 58
3 4 Muzuia Dezha, J. L. Marins — 5 57
5 Blu-Blu-Bras, W. Costa — 6 55
4 6 Thelita, T. Brasiliense — 7 55
7 Zikitom, J. M. Silva — 8 56
8 Zefette, G. F. Almeida — 9 57

4º PÁREO — Às 15h30m — 1.500 metros Cr$ 98.000,00 — (GRAMA) — (INICIO DO CONCURSO DE 7 PONTOS) — (HANDICAP EXTRAORDINARIO) — Kg.
1 1 Xadir, J. Queiroz — 1 51
2 Gerki, J. M. Silva — 2 57
3 Suzanne Lenglen, R. Macedo — 3 51
2 4 Velietti, E. Ferreira — 4 52
Bravio, E. Ferreira — 5 53
Aragonian, G. Meneses — 9 58
3 5 Freitas, U. Meireles — 6 54
6 Elois, J. Ricardo — 7 55
4 7 Harnard, G. F. Almeida — 8 58

5º PÁREO — Às 16h00m — 3.000 metros Cr$ 700.000,00 — (GRAMA) — GRANDE PRÊMIO JOCKEY CLUB BRASILEIRO — (Grupo I) — (Seleção) — 3º Prova da Triplice Coroa — — Kg.
1 1 Rock Ridge, A. Oliveira — 1 56
2 Shot Lancer, E. R. Ferreira — 2 56
2 3 Nagami, J. Pinto — 3 56
4 Brighton, J. Ricardo — 4 56
5 Exótico, J. Fagundes — 5 56
3 6 Leão do Norte, G. F. Almeida — 6 56
7 Match Point Again, W. Gonçalves — 7 56
8 Blue Betting, J. Queiroz — 8 56
4 9 Busiris, E. Ferreira — 9 56
10 Ugogo, F. Pereira — 10 56
11 Chevillard, J. M. Silva — 11 56

6º PÁREO — Às 16h.30m — 1.300 metros — Cr$ 95.000,00 — (AREIA) — (DUPLA-EXATA) — Kg.
1 1 Jocaster, J. Pinto — 1 55
2 Vissage, J. Ricardo — 2 55
2 3 Segundo, R. Freire — 3 55
" Salteada, A. Oliveira — 11 55
" Solteirona, E. R. Ferreira — 4 55
4 Bala, A. Ramos — 4 55
3 5 Careless Love, G. Meneses — 5 55
6 Filatova, J. M. Silva — 6 55
" Princess Child, G. Alves — 9 55
4 7 Migo, G. F. Almeida — 7 55
8 Lymph, W. Gonçalves — 8 55
9 Tuyatina, F. Esteves — 10 55

7º PÁREO — Às 17h.00m — 1.200 metros — Cr$ 78.000,00 — (GRAMA) — Kg.
1 1 Breezy, G. Meneses — 1 56
2 Ana Torage, J. Ricardo — 2 55
" Big Passion, J. M. Silva — 4 55
2 3 La Anah, G. F. Almeida — 3 55
4 Irishwoman, U. Meireles — 5 55
3 5 Cote, F. Esteves — 6 55
6 Good Queen, A. Oliveira — 7 55
4 7 Ussage, J. Pinto — 8 55
8 Wellcome, A. Ramos — 9 55

8º PÁREO — Às 17h.30m — 1.100 metros — Cr$ 48.000,00 — (AREIA) — Kg.
1 1 Cirgento, V. Oliveira — 1 55
2 Feno, J. R. Oliveira — 2 54
2 3 Guaros, E. R. Ferreira — 3 58
4 Kharkov, F. Esteves — 4 55
3 5 Dan August, M. Peres — 5 57
6 Torquinin, M. Andrade — 6 58
7 El Passaporte, A. Ferreira — 7 57
4 8 Otherwise, J. Escobar — 8 56
9 Deep River, J. Mendes — 9 51
10 Rion, J. Queiroz — 10 56

9º PÁREO — às 18h.00m — 1.600 metros Cr$ 48.000,00 — (AREIA) — (VARIANTE) — — Kg
1 1 Pharcal, A. Ramos — 1 54
2 Jurista, M. C. Porto — 2 56
2 3 Kavalier, J. Ricardo — 3 57
4 Iambic, H. Cunha Fº — 4 55
3 5 Paulão, T. B. Pereira — 5 51
6 Radi, G. F. Almeida — 6 57
4 7 Emerillon, F. Esteves — 7 55
8 Lob, J. M. Silva — 8 56
9 Toulon, G. Menezes — 9 57

10º PÁREO — às 18h.30m — 1.300 metros Cr$ 48.000,00 — (AREIA) — (VARIANTE) — (DUPLA-EXATA) — Kg
1 1 Takahir, J. M. Silva — 1 58
2 Anatril, V. Oliveira — 2 57
3 Kabul, J. Ricardo — 3 54
2 4 Canhanaço, J. Malta — 4 58
" Selo Verde, A. Oliveira — 15 54
5 Jorranti, W. Costa — 5 55
6 Xis Crack, G. F. Almeida — 6 55
3 7 Starlight, J. Pinto — 7 57
8 Dona Bety, J. Queiroz — 8 54
" Arabianna, D. Guignoni — 10 57
9 Diabro, F. Esteves — 9 58
10 Titov, C. Morgado — 11 56
4 11 Curiosité, E. R. Ferreira — 12 55
Cash L'Anthony, W. Gonçalves — 16 58
12 Baby Sing, R. Freire — 13 58
13 Quick, J. Escobar — 14 56
14 Laço Forte, R. Correia — 16 54

Volta fechada

Escorial

ONTEM, falamos sobre as duas potrancas mais interessantes da fraquíssima geração feminina nascida em 1976 em campos nacionais de criação, Cannelle (Earldom II em Chadai, por Sandjar), criação do Haras São Luiz e propriedade do Haras Santa Maria de Araras, e Damping Wave (Tumble Lark em Tereza II, por Imbroglio), criação e propriedade do Haras Rosa do Sul. A nosso ver, dentro do panorama em discussão, estes dois nomes conseguiram amplo destaque sobre os demais, à exceção da Oaks winner *paulista de 1979, Bela Reca (Viziane em Anything Once, por Ridan), criação e propriedade do Haras São Quirino da Bela Esperança. Naquele hipotético feminino Handicap Libre que citamos e onde tanto Cannelle quanto Damping Wave receberiam 59 quilos, esta descendente de Tourbillon receberia 58 quilos. E, em nossa relação de cinco, ela vem na terceira posição, atrás exatamente das duas citadas, com Canelle na primeira posição.*

■ ■ ■

PARA muitos, esta proximidade de Bela Reca pode parecer, à primeira vista, resultado de uma inexplicável benevolência para com a filha do ganhador dos grandíssimos clássicos Brasil e São Paulo, em 1970 e 1971, respectivamente. Para nós, é uma simples questão de justiça menos pelo montante quantitativo de seus resultados e mais pela qualidade de algumas *performances*. Antes de mais nada, há que se registrar que sua apresentação no grande clássico Taça de Ouro-potrancas (Grupo I), vencido exatamente por Cannelle, não deve ser lida de modo absoluto. Para uma potranca possuidora de mãos pouco corretas, a nosso ver com visíveis problemas de aprumo, a raia de grama da Gávea, sobretudo para o animal que nela corre pela primeira vez, é muito pouco favorável. Além disso, seu percurso foi também bastante infeliz tanto no que se refere à *allure* que a prova tomou até Cannelle assumir o papel de *meneuse du jeu* do espetáculo quanto na total incerteza com que galopou nos metros iniciais da *lingne droite*, incerteza de tal ordem que seu piloto acabou abandonando a carreira.

Uma égua, portanto, com indiscutíveis limites físicos, que, mesmo assim, obteve um instigante triunfo no Oaks paulista trazendo, inclusive, ao cruzar o *dernier poteau*, o *record* absoluto do grandíssimo clássico. Assim, Bela Reca deu sua melhor demonstração exatamente na prova em que era obrigada a dar, derrotando, com autoridade, Damping Wave, a potranca que teve nos dois Oaks da geração dias não tão felizes (o que ninguém pode, em sã consciência, chamar de simples coincidência). É claro que a defensora do Haras São Quirino, em seguida, não deu qualquer demonstração comparável àquela alcançada no último domingo de outubro do ano passado. Mesmo assim, em pista violentamente contrária (grama encharcada) e enfrentando perfil nada técnico e bastante negativo para suas características, foi a *runner-up* de Damping Wave no Prix Vermeille paulista, grande clássico José Guatemozin Nogueira, Grupo I. Finalmente, reaparecendo este ano, foi um bom segundo para a quatro-anos Epopés (Falkland em Muscó, por Cigal), do Haras Larissa (outra égua com visíveis e expressivos problemas de aprumos), no segundo comparação de éguas de Cidade Jardim, importante clássico Fábio da Silva Prado (Grupo II).

■ ■ ■

PARA a lista de cinco nomes ficar completa, dois ficam faltando. E esses, sim, já têm que ser colocados em plano inferior aos das três citadas.

Na quarta posição, com 56 quilos no hipotético e feminino Handicap Libre, portanto, dois quilos abaixo de Bela Reca, vem Refinada (Kamel em Gifted, por In The Gloaming), criação e propriedade do Haras Santa Ana do Rio Grande. Esta descendente de Hyperion, invicta em pistas cariocas, ganhadora de um semiclássico (os dois quilômetros preparatórios para o grande clássico Carlos Telles da Rocha Faria) e de um grande clássico, exatamente o Carlos Telles da Rocha Faria (Grupo II), à primeira vista, estaria no mesmo caso de Bela Reca, pois, como ela, superava, com alguma qualidade, significativos problemas físicos. Mas, infelizmente para ela, seus triunfos não foram demonstrações de superioridade sobre suas rivais (certamente, alguém vai lembrar que no citado Carlos Telles da Rocha Faria ela derrotou Cannelle, uma Cannelle, no entanto, ainda imatura e que, mesmo assim e apesar do percurso infelicíssimo, lhe ficou a pouco mais de um corpo) e não chegou a participar, de modo mais completo, dos clássicos seletivamente mais significativos da geração. Por sinal, estes 56 quilos e esta quarta colocação ficam mais por conta de seu quarto posto no Oaks paulista do que por sua invencibilidade carioca. Teve, portanto, Refinada uma campanha curta com falta de confirmação.

A quinta e última de nossa relação (54 quilos e meio no citado e hipotético Handicap Libre), é First Crop (Lunard em Tuft, por Primera), criação do Haras Expert e propriedade do Stud Expert. Égua de classe visivelmente limitada, mesmo assim venceu o Criterium de Potrancas de Cidade Jardim (importante clássico João Cecílio Ferraz, Grupo II), na areia e ainda perdedora, e obteve algumas colocações honrosas (segunda nas One Thousand Guineas paulistas, talvez sua melhor performance, *terceira na Taça de Ouro-potrancas e nos Prix Vermeille do Rio e de São Paulo).*

Agberto treina bem e pode ganhar medalha olímpica

Nem mesmo as chuvas de ontem à tarde afastaram Agberto Conceição Guimarães e seus companheiros da equipe olímpica do Brasil do treinamento na pista do Estádio Célio de Barros. Agberto estuda há três anos nos Estados Unidos e durante o treinamento revelou excelente forma física e técnica, o que lhe dá muitas esperanças de conquistar uma das três medalhas nos 800 metros.

Além de Agberto, participaram da prática Cláudio da Matta Freire, Nélson Rocha, Geraldo Pegado, Antônio Euzébio e Altevir Araújo. Segunda-feira, a equipe embarca para a Itália, onde disputa pelo menos duas competições importantes. Como nas vezes anteriores, o treinamento de ontem constou de piques rápidos para os velocistas e corridas mais longas para os meio-fundistas. Agberto e Antônio Euzébio, por exemplo, fizeram tiros de 150 metros, com intervalo de dois minutos. Hoje, os seis atletas voltam à pista, na Vila Olímpica da Gama Filho, em Jacarepaguá, e amanhã os cinco cariocas participarão do Campeonato Universitário, no Célio de Barros.

Programa no Exterior

A delegação olímpica brasileira viaja segunda-feira e quinta-feira participa do Torneio Internacional de Milão, no qual intervirão os melhores atletas europeus. Dois dias depois, estarão em Piza, em outra prova internacional. Dia 9, haverá nova competição em Gênova, mas somente lá decidem quem participa.

Sempre otimista quanto aos resultados, Carlos Alberto Lanceta admitiu que os velocistas brasileiros foram beneficiados com o boicote dos Estados Unidos, pois os atletas norte-americanos são sempre os melhores. Na prova de 400m com barreiras, considerou boas as chances de Antônio Euzébio participar da final, pois os maiores adversários — John Aki-Bua (Uganda) Harald Scmidt (Alemanha Ocidental) e Edwin Moses (EUA) não competirão. De todos, apenas João Carlos de Oliveira não foi beneficiado, pois seus adversários são mesmo os soviéticos.

Certo na final

Agberto Conceição Guimarães é paraense de nascimento e há três anos estuda Arquitetura na Universidade de Utah, na cidade de Provo, Estados Unidos. Quarta-feira ele veio de Belém, para se juntar ao grupo carioca da Gama Filho e treinar em conjunto com o técnico titular, Carlos Alberto Lanceta.

Após exaustivo trabalho de mais de 15 vezes ontem, em que correu mais de 150 metros mais de 15 vezes, Agberto definiu suas possibilidades em Moscou: espera correr a final dos 800m, apesar da presença dos ingleses Sebastian Coe e Steve Ovett, que considera fracos favoritos para a medalha de ouro.

— Sou modesto e não quero dizer que conquistarei a medalha. Mas de uma coisa estou certo: farei abaixo de 1 minuto e 46 segundos, meu atual recorde sul-americano. Com esta marca, acredito que poucos têm condições de entrar na minha frente. Mas olimpíada é coisa séria e não basta a gente falar. O importante é estar preparado, como felizmente me encontro agora.

Encerrados os jogos de Moscou, Agberto volta aos Estados Unidos, em companhia do seu técnico, Alberto Oliveira, que o assiste há mais de um ano, lá Agberto ficará estudando pelo menos mais dois anos e, quando concluir o curso, virá de vez para Belém. No momento, cursará arquitetura, mas está inclinado a tentar o desenho industrial.

Ele confessa que em Provo pôde realizar bom treinamento. O centro é mais adiantado e, em razão disso, as competições melhores, assim como os treinamentos muito mais avançados. Contudo, diz que no atletismo atual o importante é quase uma dedicação total ao treinamento, sem o que nada se consegue.

Um desafio para Nélson

A presença nos Jogos Olímpicos de Moscou será mais um desafio para o corredor Nélson Rocha dos Santos, inscrito nos 100m e no revezamento 4 x 100m. Após operar um olho (sofreu deslocamento da retina), no final do ano passado, Nélson competiu nos Estados Unidos, obtendo a marca de 10s56, com cronometragem eletrônica, tempo inferior ao conseguido por ele (10s38) nos Jogos Pan-Americanos de Porto Rico.

Ele começou em 1969, sempre correndo os 100m, prova clássica do atletismo, e foi obrigado a parar de correr em 71, devido a problemas familiares. Voltou ao atletismo em 74, desenvolveu seu potencial e disputou as Universiades do México em 79, conseguindo a marca de 10s21, que na cronometragem manual passou a ser considerada recorde brasileiro (10s1).

Suas atuais condições dão ao técnico Lancetta quase a certeza de que será também um dos finalistas em sua prova, além de representar uma das principais peças do revezamento que, como segundo homem, pode corrigir um possível defeito na largada de Milton Costa Carvalho.

Velocista em ascensão

Um dos velocistas que mais progrediu em sua especialidade — 400m com barreiras — sem dúvida foi Antônio Eusébio que, pela idade (19 anos) e forma atual, tem condições de chegar à final nos Jogos Olímpicos, com chance de uma medalha. Seu tempo vem melhorando sensivelmente e ele mesmo se julga capaz de atingir os 49s, durante as Olimpíadas.

Eusébio começou a correr os 400m com barreiras em 1978, por brincadeira, mas acabou se especializando. Antes, corria 400m e 800m e resolveu participar de uma prova com barreiras, entre corredores juvenis. O técnico Genaro Simões observou suas passadas mais longas, entre um obstáculo e outro, e pediu a Lancetta para também observá-lo. Os dois treinadores se entusiasmaram e começaram a treiná-lo.

Como disputava provas longas e de velocidade, a adaptação aos 400m com barreiras foi fácil. Começou fazendo 50s8 e já está com a marca de 50s4. Eusébio sabe de suas possibilidades nos Jogos de Moscou, embora tenha consciência de que somente nos Jogos de 1984, em Los Angeles, terá condições de disputar a medalha de ouro.

ALTEVIR ARAÚJO (200m) — Disputou salto em distância e altura, embora já corresse os 200m desde 73, quando se tornou atleta. Só se dedicou aos 200m a partir de julho de 79. Tem 25 anos, estuda Administração e a evolução de sua marca é a seguinte: 22s1, em 74; 21s2, em 77; e 20s43 (recorde sul-americano e brasileiro), em 79. Pretende chegar aos 20s para se classificar às finais dos Jogos. O recorde mundial (19s72) pertence ao italiano Pietro Mennea.

AGBERTO CONCEIÇÃO GUIMARÃES (800m) — Começou em 75 nas provas de 800 e 1 mil 500m. Correrá os 800m apenas nos Jogos, pois acredita ter maiores possibilidades. Com 22 anos, estuda Arquitetura nos Estados Unidos, onde mora. A evolução de sua marca é a seguinte: 1m51s8, em 75; 1m49s4, em 76; 1m46s (recorde sul-americano e brasileiro), em 77; 1m47s, em 78; 1m46s em 79; e 1m46s3, em 80. Tem certeza de que fará 1m45s, nas eliminatórias dos Jogos. O recorde mundial é de 1m42s4 e pertence ao inglês Sebastian Coe.

ANTÔNIO EUSÉBIO (400m com barreiras) — Sempre correu 400 e 800m. É estudante do 2º grau e começou a correr os 400m com barreiras em 1978, quando tinha apenas 17 anos. A evolução de sua marca é a seguinte: 50s54, em 79; e 50s4 (recorde brasileiro) em 80. Acredita que se classifica para as finais com o tempo de 49s a 49s5. O recorde mundial (47s45) pertence ao norte-americano Edwin Moses.

NÉLSON ROCHA DOS SANTOS (100m e 4 x 100m) — Tem 25 anos, é professor de educação física e sempre correu os 100m, desde quando começou, em 1969. De 71 a 73 parou de correr e a evolução de sua marca é a seguinte: 11s8, em 69; 11s3, em 70; 10s5, em 74; 10s38 (eletrônico), em 75; 10s42 (eletrônico), em 76; 10s6, em 77; 10s1 (recorde brasileiro) em 78; e 10s21 (eletrônico), em 79. O recorde do mundo (9s95) pertence ao norte-americano Jim Hines. Nélson acredita atingir os 10s nas Olimpíadas.

CLÁUDIO DA MATTA FREIRE (salto em altura) — Sempre foi especialista em altura, desde que começou, em 1974. Tem 23 anos, estuda educação física e a evolução de sua marca é 1,80m, em 74; 1,85 e 1,95m, em 75; 2,6m, em 76; 2,6m, em 77; 2,10m, em 79; e 2,18m (recorde sul-americano e brasileiro), em 80. O recorde mundial (2,34m) pertence ao soviético Vladimir Yashchenko. Freire pretende vencer a prova nos Jogos e não tem previsão de quanto pode atingir.

GERALDO PEGADO (400m e 4x400m) — Correu todas as provas de velocidade e se dedicou aos 400m, com exclusividade, a partir de 74. Tem 25 anos e estuda educação física. A evolução de sua marca é a seguinte: 51s, em 74; 50s5, em 75, 49s9, em 76; 49s, em 77; 49s3, em 78; 49s, em 79, e 46s, em 80. Quer fazer 45s nos Jogos Olímpicos. O recorde mundial (43s86) pertence ao norte-americano Lee Evans. O recorde brasileiro é 45s53, em poder de Delmo da Silva.

MÍLTON COSTA (4x100m) — Tem 25 anos e uma carreira muito irregular desde 1972, quando começou. Esteve parado de 74 a 79, embora continuasse treinando sozinho. Estuda educação física e a evolução de sua marca é a seguinte: 10s6, em 72; 10s6, em 73, 10s3 em 79, e 10s4, em 80. Responde pela abertura do revezamento, como principal peça do Brasil na busca de uma medalha. O recorde mundial é 38s03, da equipe norte-americana.

Foto de Ari Gomes

Agberto Conceição, em ótima forma, espera melhorar sua marca nos 800m

Chuva adia prova a fantasia

As fortes chuvas dos últimos dois dias alagaram completamente a pista da Sociedade Hípica Brasileira obrigando os organizadores da Prova à Fantasia, que era esperada com grande ansiedade pelos que, na quarta-feira, disputaram a Gincana Hípica, transferissem a prova para o próximo dia 2.

Os 41 cavaleiros inscritos foram avisados a tempo e guardaram suas fantasias que estão cercadas de mistério já que a mais bonita concorre a uma viagem Rio—Miami—Rio e a mais original a uma passagem Rio—Buenos Aires—Rio. Com a transferência, os juniores que não participariam da prova a fantasia porque se preparam para o Campeonato Estadual que começa hoje poderão se inscrever durante a semana.

As inscrições foram reabertas e a prova será realizada no dia seguinte da posse do novo presidente da Hípica, Júlio Lima Neto que, como seu antecessor Maurício Memória, está dando todo o apoio necessário aos organizadores, a Associação Brasileira de Cavaleiros de Saltos e loja O Pingalim.

Juniores saltam hoje

Paulo Stewart, atual campeão estadual da categoria, montando **Gulag** e **Boêmio** — seu melhor cavalo, **Tacatan**, mancou — Manoel Galliez Pinto, com **Arlequim B** e **Aquarius**, Claude Papantonakis, com **Pitágoras**, Luciano Blessman, com **Reservado** e **Déja Vu**, Gustavo Padilha, com **Mr Gent** e Carlos Eduardo Palhares, com **Mike**, são alguns dos favoritos para a conquista do Campeonato Estadual de Saltos para Juniores que começa hoje às 20h30m na Hípica com uma prova normal, ao cronômetro, tabela A e obstáculos a 1,30m x 1,70m, dentro do 2º Torneio Gama Filho de Hipismo.

Segundo o diretor técnico da Federação Eqüestre do Estado do Rio de Janeiro, Coronel Jerônimo Fonseca, o campeonato deste ano promete ser muito disputado por cerca de 15 conjuntos já que não há um favorito absoluto.

— A safra de juniores deste ano é a mais homogênea dos últimos tempos. Nos anos anteriores tínhamos a Cláudia Itajahy absoluta mas agora todos têm chances. As duas primeiras provas serão bem fortes mas, no terceiro dia, a de dois percursos terá uma pista mais aberta.

O Coronel Fonseca será o responsável pela armação das pistas. Este campeonato apontará a equipe carioca que disputará, de 4 a 6 de julho, em Porto Alegre, o Brasileiro de Juniores. A classificação será dada pela soma do número de faltas nos três dias de provas.

O TORNEIO

Promovido pelo segundo ano consecutivo, pela FEERJ e Universidade Gama Filho, o Torneio terá um total de sete provas, três das quais pelo Carioca de Juniores. Ele se encerra domingo, com a realização de três provas, pela manhã e à tarde.

Com a realização da Gincana Hípica muita gente se esqueceu de inscrever-se no torneio, deixando isso para última hora. Até ontem poucos cavaleiros tinham ido à Comissão Esportiva da Hípica ou à própria Federação pagar a taxa de inscrição e dar seu nome para o programa do Torneio que deverá mais uma vez ter como atrações Cláudia Itajahy — com **Puma** — e Elizabeth Assaf — com **Para Bellum** e **Primo**.

FIRST NÃO SALTA

O brasileiro Jorge Carneiro que, depois de tentar sem êxito, atingir os índices estabelecidos pelo Comitê Olímpico Brasileiro para ir aos Jogos Olímpicos de Moscou, radicou-se em Liège, na Bélgica, ficará sem sua égua **First**, levada para a Europa no início deste ano para participar dos concursos do circuito europeu. A égua foi levada para a Holanda para ser coberta por um dos garanhões do criador holandês Tom Merquior, um dos maiores daquele país.

Com isso, Jorge saltará apenas com **Bernard**, um cavalo inglês emprestado. O cavaleiro tem tido dificuldades de conseguir inscrições para concursos nacionais na França, o mesmo acontecendo com os Concursos Internacionais. Entretanto, ele tem saltado em provas na própria Bélgica, sem dificuldades. Este fim de semana Jorge não vai participar de nenhum concurso para poupar seu cavalo já que as provas seriam no Marrocos.

Patrocinado pela Ypiranga Petróleo e organizado por sócios do Teresópolis Golfe Clube, será realizado, de 4 a 6 de julho, naquele clube, um torneio de saltos para cavaleiros e amazonas do Rio. Serão disputadas quatro provas, duas da série preliminar e duas da principal.

O Tenente Fernando, montando **Monsieur**, venceu ontem uma prova de saltos do calendário do Regimento de Polícia Montada, realizada na pista daquela guarnição, em Campo Grande. Ele cumpriu os dois percursos sem faltas com 23s8 na barragem. Em segundo lugar ficou o Capitão Bonfim, com **Grajaú** — 00 em 25s8 — seguido do Major Torres, com **Galante** — 00 em 27s52 — e do Tenente Nicolichi, com **Expert** — 00 em 34s8.

FARJ faz prova para homenagear Papa, ex-nadador

João Paulo II era nadador quando morava na Polônia. E, mesmo no Vaticano, não abandonou a prática do esporte — sempre que pode dá algumas braçadas. Por isso, a Federação Aquática do Rio de Janeiro resolveu promover, em homenagem ao Papa, no domingo, uma travessia, denominada João Paulo II, na que teve total apoio da Cúria.

O percurso terá um total de quatro quilômetros e meio, com saída do Leme e chegada no Posto 6 de Copacabana, em frente ao Clube dos Marimbás. Até agora, já estão inscritos mais de 350 nadadores, que serão divididos em três categorias: 13 a 15, 16 a 40 e acima de 40 anos.

A competição será uma verdadeira festa e deve contar com a presença do Cardeal D Eugênio Sales, que pretende prestigiar o evento pelo menos durante 15 minutos. Além de medalhas, com efígies do Papa, os campeões individuais masculino e feminino terão o privilégio de entregar a João Paulo II um diploma de nadador honorário da FARJ, durante a missa que ele realizará no Aterro, terça-feira, no Monumento dos Pracinhas.

A banda do Flamengo estará também presente ao evento e a Riotur se fará representar, montando um palanque no Posto 6. O tiro de largada da travessia será dado do Forte de Copacabana, através de um canhão de 75 mm.

Vicente Brun passa para 3º da Classe Soling na Alemanha

Kiel, Alemanha Ocidental — O brasileiro Vicente Brun, escalado para disputar os Jogos Olímpicos de Moscou, na Classe Soling, manteve ontem a terceira colocação geral na Semana de Kiel, que reúne os melhores iatistas do mundo. Vicente, que tem como proeiros seu irmão Gastão e Roberto Luís Martins, soma 247 pontos perdidos nas cinco regatas disputadas.

A liderança, na Classe Soling, permanece com o norte-americano Robert Haines, ex-campeão mundial, que tem apenas três pontos perdidos. A surpresa da Semana de Kiel é o alemão ocidental Eric Hirt, que ocupa a vice-liderança, com 244 pontos.

Outras classes

Na Classe Tornado, a dupla brasileira Alex Welter/Lars Bjorkstron, está na sexta colocação geral, com 40,7 pontos perdidos, enquanto a liderança pertence aos dinamarqueses Peter Due e Per Kjorgard, com 19,7 pontos negativos nas cinco regatas. Reinald Conrad e Manfred Kaufinam estão na quinta posição na Classe Flying Dutchman, que está sendo liderada pelos irmãos Vollebregt.

O Brasil está competindo ainda, com Eduardo Souza Ramos e Peter Ersberger, na Classe Star; 9º lugar Cláudio Biekarck, na Classe Finn; Marcos Soares e Eduardo Penido, na classe 470, que não figuram entre os dez primeiros colocados.

Brasil cai no vôo livre

Kossen, Áustria — Embora Paul Gaiser (Cantão 4), Pepê (Company) e Guto Vilas Boas (Tênis Esporte) tenham melhorado suas colocações individuais na etapa de ontem, o Brasil perdeu a liderança do Campeonato Europeu Aberto de Vôo Livre para a Inglaterra, que tem agora 34 mil 611 pontos, contra 34 mil 238 do Brasil e 33 mil 991 da Austrália.

Pepê, que ocupava a sétima posição, fez uma excelente prova ontem (permanência, pouso e cross country) e passou para o quarto posto, enquanto Guto saiu do nono para o quinto lugar. A melhor atuação, no entanto, foi de Paul Gaiser, que estava em 31º e subiu para o 16º lugar. Dos 45 pilotos que disputam a etapa de hoje somente 20 passam à final, marcada para amanhã.

Connors vence em Wimbledon

Wimbledon, Inglaterra — O norte-americano Jimmy Connors passou por seu segundo adversário em Wimbledon, Sherwood Stewart, também dos EUA, com a mesma facilidade com que venceu o inglês Richard Lewis, em seu primeiro compromisso. Jogando na rede, Connors marcou 6/0, 6/2 e 6/1, sem deixar que Stewart, um especialista de duplas, conseguisse usar o seu melhor golpe, o voleio.

Na próxima rodada, Jimmy Connors deverá enfrentar o vencedor da partida entre o suíço Heinz Gunthardt e o alemão Warren Maher, em mais um compromisso que não lhe acena com maiores problemas em sua inédita caminhada rumo ao pentacampeonato de simples em Wimbledon.

Cox perde

Mark Cox, um dos dois únicos ingleses que ainda participavam do torneio, foi fácil e surpreendentemente eliminado pelo juvenil indiano Tamesh Krishnan, que teve que disputar o **qualifying** para ingressar na chave principal, pelo placar de 6/7, 7/5, 7/5 e 6/1.

Krishnan superou a maior experiência do louro e veterano Cox com sua juventude e, depois de três sets equilibrados, o filho de um dos mais famosos tenistas indianos, R. Krishnan, responsável pela eliminação do Brasil na Taça Davis de 1963, quando a Índia atingiu a única final de sua história, mostrou um bom jogo de rede. Krishnan é o favorito para conquistar o torneio juvenil.

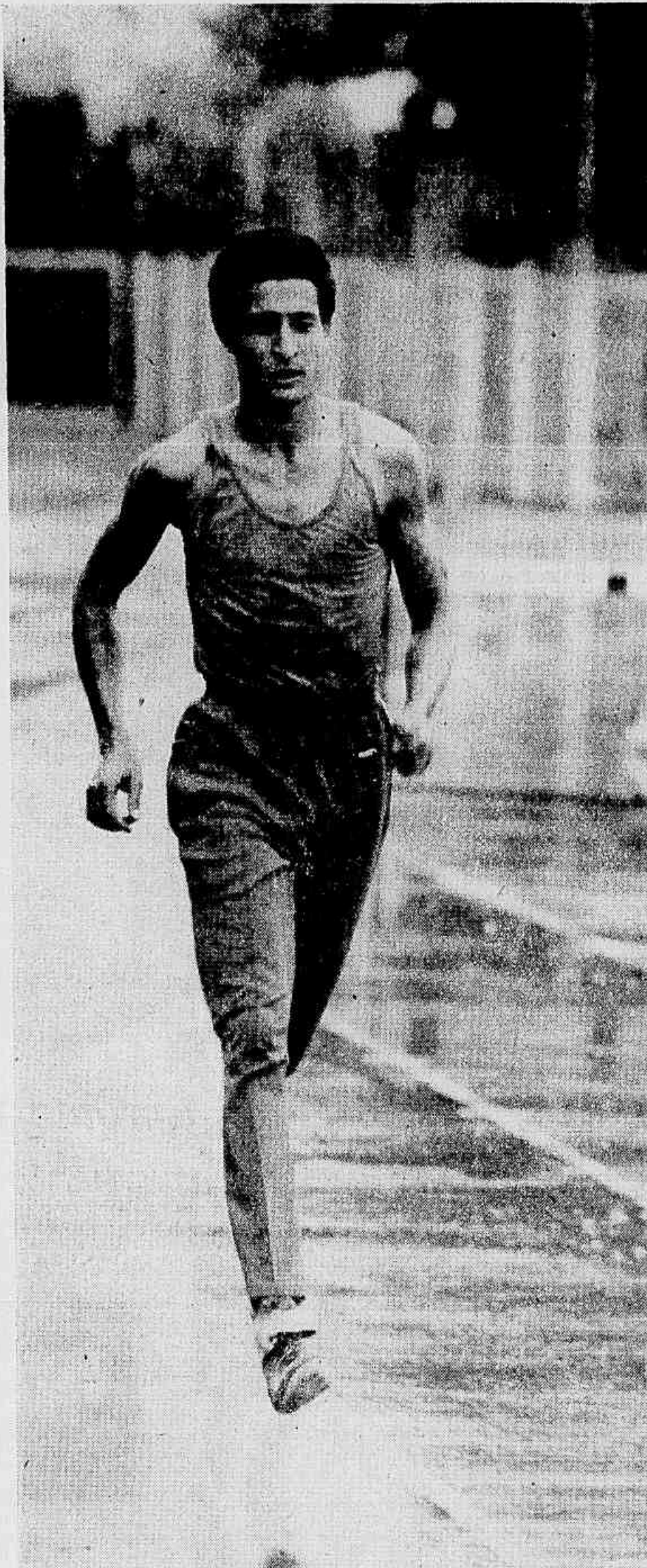
Krishnan, agora, terá uma partida muito difícil contra o húngaro Balas Taroczy, que, mesmo sendo especialista em quadras de pó de tijolo, pode, com seu jogo regular, de poucos erros, eliminá-lo. Krishnan vem sendo a maior surpresa de um campeonato que só teve resultados esperados — à exceção da derrota de Raul Ramirez na rodada inicial.

King vence

Billie Jean King, com 21 títulos de Wimbledon em diversas competições — simples, duplas e duplas mistas — venceu, em sua primeira partida, a norte-americana Anne Smith. Smith fez um primeiro **set** fraco, perdendo por 6/3, mas subiu de produção no segundo **set**, equilibrando com King, que só foi vencer no **tiebreak**, por 7/6, marcando 7/3 nesse desempate.

A vitória de King foi um tanto decepcionante, pois esperava-se que fosse fácil. Na terceira rodada — estreou na segunda — King jogará contra a vencedora da partida entre as norte-americanas Anne Louie e Ann Kyiomura.

King, ano passado, chegou às quartas-de-final, quando foi eliminada com dificuldades por Tracy Austin. Este ano, não deve ter problemas para atingir a mesma etapa, quando encontrará Martina Navratilova, a favorita do torneio.

Navratilova e King, vencedoras de dupla no ano passado, são novamente favoritas este ano, quando Billie Jean King, aos 36 anos, pode conquistar o seu 22º título em Wimbledon.

Andrea Jaeger não pensa só em tênis

Rachel Shester

Washington Star

— Se Chris Evert era feita de gelo e Tracy Austin é como que papel carbono dela, esse novo modelo do tênis feminino mundial, Andrea Jaeger, de 15 anos, precisa ter o mesmo nariz empinado de suas antecessoras.

Mas ela não é. Com seus 1,60 metro e 48 quilos, portanto um tipo esguio que gosta sempre de brincar, falar e se mostrar, ela adora jogar tênis, mas também gosta de conversar e namorar.

"Se eu estou nervosa? Não. Eu acho que jogar Wimbledon é mais diferente para mim do que para outras tenistas" ela disse antes de sua vitória na primeira rodada de 6/3 e 6/3 sobre a inglesa Anthea Cooper.

— Alguns jogadores pensam que são os maiores só porque estão jogando em Wimbledon. Mas para mim, na minha idade, somente entrar e estar entre as pré-classificadas como 14ª (é a mais nova pré-classificada de toda a história de Wimbledon) é suficiente, não sendo necessário nada mais para mim, apesar da minha vontade de vencer.

Andrea prossegue dizendo que "não vai vencer", mas explica que está jogando bem e com velocidade, que "essa experiência de agora pode me ajudar muito daqui a dois anos ou mais". E diz que, enquanto Martina Navratilova joga na rede e Tracy Austin fica no fundo, ela pode fazer as duas coisas.

Não há dúvida de que, em termo de inteligência e personalidade, Andrea já marcou sua presença, apesar de estar jogando o circuito profissional há menos de seis meses.

RESULTADOS

Simples masculino — 2ª rodada
Jimmy Connors (EUA) 6/0, 6/2 e 6/1 Sherwood Stewart (EUA)
Remesh Krishnan (Índia) 6/7, 7/5, 7/5 e 6/1 Mark Cox (Inglaterra)
Phil Dent (Austrália) 7/5, 6/3 e 6/3 Bernie Mitton (África do Sul)
Onny Perun (Nova Zelândia) 7/5, 6/3 e 6/4 Pascal Portes (França)
Adriano Panatta (Itália) 1/6, 6/3, 4/6, 6/3, 1/1 des. C. Barazzutti (Itália)
Johan Kriek (África do Sul) 6/4, 6/3 e 6/1 John Austin (EUA)
Balas Taroczy (Hungria) 6/3, 6/2 e 6/2 Trey Waltke (EUA)
Paul McNamee (Austrália) 6/1, 6/1 e 6/3 Robert Van't Hoff (EUA)

Suspensas
Dick Stockton (EUA) 6/4, 2/6, 7/5, 1/5 Illie Nastase (Romênia)
Nick Saviano (EUA) 6/7, 7/6, 6/3 Buster Mottom (Inglaterra)

Simples feminino — 1ª rodada
Greer Stevens (África do Sul) 6/1 e 6/4 Paula Smith (EUA)
Whendy White (EUA) 6/2 e 6/3 Pam Whitycross (Austrália)

Simples feminino — 2ª rodada
Billie Jean King (EUA) 6/3 e 7/6 Anne Smith (EUA)
Betty Stove (Holanda) 6/0 e 6/4 Anne Hobbes (Inglaterra)
Lindsay Morse (EUA) 6/4 e 6/4 Kathy May Teacher (EUA)
Rose Fairbank (África do Sul) 6/1 e 6/2 Andrea Duchanan (EUA)
Evonne Goolagong (Austrália) 6/2 e 6/2 Jonny Walker (Austrália)
Bettina Bunge (RFA) 6/4 e 6/0 Beth Norton (EUA)
Nina Bohm (Suécia) 4/6, 6/2 e 6/3 Dionne Morrisson (EUA)

Suspenso
Andrea Jaeger (EUA) 3/0 Marita Redondo (EUA)

Golfe tem "match" no Itanhangá

Isabel Rudge e Susan Zobaran fazem hoje, no campo do Itanhangá, o **match** complementar pela segunda rodada da Taça das Bandeiras, disputada ontem, com sete jogos na chave A (das ganhadoras) e oito jogos da chave B (das perdedoras).

A competição, num total de seis rodadas, continua dia 15 de julho, com a terceira etapa, e reúne ao todo 32 jogadoras pré-selecionadas. Devido aos feriados no início da semana que vem, o calendário de golfe do clube prossegue apenas na quinta-feira.

Na chave A, Vera Noel Ribeiro venceu Ana Maria Lynch sem muita dificuldade, por 7/5; Lígia Porto derrotou Eleanor Williams por 5/3; Teruko Mitsuya ganhou de Ulla Beildeck, por 3/1; Glória Abregu superou Margaretha Nystron, por 4/3; Paule Lucaussy venceu Hermina Steuer, por 2/1; Cristina Costa ganhou de Sônia Aragão, por 2 up, e Bárbara Garia superou Clarice Stransky, por 1 up.

Na chave B, seis jogos foram definidos por W.O. Assim, Ana Fulchigoni derrotou Mônica Rungard, Joan Du Chemin a Heloísa Porto; Pirula Carvalho a Sílvia Houli, Marion Irving a Erice Cardoso, Nancy Ri a Mag Hamilton-Jones e Hortênsia Weisshuhn a Anja Kamps. Nos dois outros **matches** do dia, Edith Maidantick derrotou Etha Kaiser, por 5/3, e Rita Barki ganhou de Marina Walker, por 2 up.

Polônia chega trazendo Lato como única atração

Para enfrentar o Brasil, domingo, no Morumbi, chega hoje, às 5h, no Galeão, a Seleção da Polônia que o técnico Ryszard Kuleska começa a preparar para o futuro. Por isso, nela não vêm Deyna, Lubansky, Szymanovski, Boniek nem Zmuda, substituídos por jovens que já mostraram qualidades individuais para conseguir um objetivo imediato: passar pelas eliminatórias da Copa do Mundo. A atração da equipe é o veterano Lato.

O time polonês que chega hoje vem de uma temporada que pode ser considerada boa, pois, na classificação dos analistas da Europa, foi o sexto melhor do Continente em 79, quando jogou 11 vezes, ganhou sete, empatou três e perdeu uma partida. Se não foi a brilhante temporada que se esperava, ela deixou pelo menos muita esperança, pois surgiram novos talentos para substituírem craques hoje ausentes.

Na Copa Européia das Nações, vencida pela Alemanha Ocidental, os poloneses não conseguiram passar da fase de classificação, embora tenham tirado três pontos da vencedora do grupo, a Holanda. No entanto, a Polônia perdeu os mesmos três pontos para a Alemanha Oriental e terminou em segundo lugar na chave.

Apesar da desclassificação, o maior desapontamento foi com o sorteio para as eliminatórias da Copa do Mundo de 82, na Espanha: a Polônia caiu no mesmo grupo da Alemanha Ocidental — o outro é Malta — mas só um vai ao Mundial. Para o secretário-geral da Federação Polonesa, o resultado do sorteio foi catastrófico:

— Levamos muito azar, porque uma derrota nos coloca de fora desse pequeno grupo. E para completar, não há dinheiro que suporte um novo fracasso.

Foi para melhorar sua posição financeira que a Federação conseguiu uma programação intensa para esta temporada, com jogos contra adversários fortes e esperanças de encher os estádios. Para este ano, estão programados 16 amistosos, cinco a mais que no ano passado, mas os resultados não os deixam tranqüilos para o início das eliminatórias da Copa, no início de dezembro. Em sete amistosos, venceram o único que fizeram em casa: 1 a 0 na Escócia. Os demais foram fora: empataram dois e perderam quatro. No tour que iniciam pela América do Sul, devem enfrentar Argentina, Paraguai e Colômbia.

RECONSTRUÇÃO

No time que chega ao Brasil, Piotr Mowlik é o mais contado para substituir o goleiro Tomaszëwski, agora com 32 anos e profissional na Bélgica. Zdzislaw Kostrzewa, de 24 anos, reserva na Copa de 78, também tem chance.

Na defesa, o mais experiente não veio o líbero Wladyslaw Zmuda, que deve ter cedido lugar ao jovem Marek Motyka. O lateral-esquerdo Rudy, o zagueiro Janas e o lateral-direito Dziuba, completam o que deve ser a colocação oficial.

Com a ausência de Boniek, o cérebro do meio-campo, que integrou a Seleção da FIFA que venceu a Argentina, o setor deverá ser formado por Nawalka, outro talento internacional, apesar dos 22 anos; Roman Wojciki, 22, e Henryk Miloszewicz, de 24.

No ataque, a descoberta da temporada é Andrezej Palasz, de apenas 19 anos. Sua velocidade, técnica e dribles lembram Gadocha. Andrzej Iwan, de 20 anos, deve ser o substituto de Szarmach, para formar com Stanislaw Terlecki o que eles já consideram o trio de ataque do futuro, já que Lato perdeu a velocidade e não se adapta ao novo estilo implantado pelo treinador.

POLÔNIA/80

1 a 1 Iraque
1 a 2 Hungria
1 a 2 Bélgica
2 a 2 Itália
1 a 2 Iugoslávia
1 a 3 Alemanha Oc.
1 a 0 Escócia

A Polônia, mesmo com Lato (C), está inferior à Seleção eliminada da Copa Européia pela Alemanha Oriental

Os jogadores

Nome	Posição	Idade	Altura	Peso	Clube	Jogos na Seleção
Zdzislaw Kostrzewa	goleiro	25	1,82	81	Slask	1 (78)
Piotr Mowlik	goleiro	29	1,71	71	Lech	10 (76)
Marek Dziuba	lat. dir.	25	1,76	72	LKS	25 (77)
Pawel Janas	zagueiro	27	1,85	89	Legia	25 (76)
Wojciech Rudy	Lat-esq.	28	1,75	73	Zagreb	33 (74)
Marek Motyka	zagueiro	22	1,82	90	Wisla	4 (80)
Hieronin Barczak	lat-esq.	27	1,73	71	Lech	1 (80)
Leszek Lipka	meio-campo	22	1,73	61	Wisla	10 (79)
Adam Nawalka	meio-campo	23	1,81	78	Wisla	30 (77)
Wlodzimiersz Ciolek	meio-campo	27	1,68	64	Stal	2 (78)
Roman Wojcicki	meio-campo	22	1,92	86	Slask	9 (78)
Henryk Miloszewicz	meio-campo	24	1,75	72	Legia	4 (80)
Janus Sybis	ponta-dir.	28	1,62	61	Slask	13 (76)
Grzegors Lato	ponta-dir.	30	1,75	71	Legia	88 (71)
Miroslaw Okonski	atacante	22	1,71	61	Legia	1 (77)
Andrzej Palasz	atacante	20	1,70	63	Gornik	6 (80)
Kozimierz Kmiecik	atacante	29	1,75	69	Wisla	31 (72)
Stanislaw Terlecki	ponta-esq.	25	1,77	70	LKS	22 (76)
Roman Ogaza	atacante	28	1,79	76	Szombierki	14 (76)
Marek Kusto	ponta-esq.	26	1,80	75	Legia	12 (74)

Obs: Entre parêntesis, o ano de estréia na Seleção.

Vitória do Grêmio

Porto Alegre — O Grêmio derrotou o Argentino Júniors por 1 a 0, ontem à noite, dentro dos festejos de reinauguração do Estádio Olímpico. Leandro marcou o gol, aos 37 minutos do segundo tempo, com violento chute que enganou o goleiro argentino, após tocar num zagueiro. Diego Maradona participou de toda a partida, mas seu desempenho foi apenas discreto.

Flu quer contratar Marinho

A diretoria do Fluminense espera conseguir nos Estados Unidos a solução para as posições que o técnico Zagalo considera os pontos fracos do time: a lateral-esquerda e a ponta-de-lança. O diretor de finanças, Manoel Schwartz, viajou ontem para tentar o empréstimo do brasileiro Marinho, que joga no Forth Lauderdale, e do paraguaio Romerito, do New York Cosmos.

Uma reunião entre o vice-presidente de Futebol, Gil Carneiro de Mendonça, o diretor de Futebol, Newton Graúna, e o técnico Zagalo, logo após a partida entre o Fluminense e a Seleção do Kuwait, foi decisiva para que os dirigentes resolvessem tentar no exterior os nomes que poderão solucionar os problemas para estas posições.

Zagalo insistiu na necessidade dos dois reforços, que vem pedindo já há algum tempo, para que possa armar o time do Fluminense em condições de disputar o título da Taça Guanabara de igual para igual com os outros grandes clubes. Como as tentativas feitas no país não foram bem-sucedidas, os dirigentes decidiram partir para o exterior.

Marinho foi lembrado porque seu clube está desclassificado do Campeonato Americano e não deve criar problemas para emprestar o jogador. Zagalo, que já trabalhou com Marinho, conhece bem seu temperamento e não vê nenhum problema em voltar a tê-lo em seu time. Já a contratação de Romerito é considerada mais complicada.

Gilson Nunes quer Vasco no Rio para entrosar P. Cesar

Dourados, MTS — A delegação do Vasco chegou ontem à noite a esta cidade, após viajar oito horas de ônibus desde Rondonópolis, no Mato Grosso do Norte, onde o time empatou com o União, anteontem, por 2 a 2. O técnico está preocupado com a possibilidade de surgir outro amistoso na excursão, pois deseja voltar ao Rio para entrosar Paulo César no time.

Como também Guina está fora da equipe, devido à suspensão de quatro partidas amistosas, Gilson quer ter toda a semana próxima livre para preparar o time que estréia dia 6 na Taça Guanabara, contra o Botafogo. Ele vai exigir mais atenção dos jogadores no sábado para evitar nova surpresa, pois os gols do União surgiram em falhas da defesa, a primeira logo no início e a segunda quando o jogo já ia acabar.

No Rio, o vice-presidente de Futebol, Antônio Soares Calçada, disse que conversará com o técnico para saber as razões das falhas no jogo com o União, mas a permanência de Gilson Nunes no cargo está assegurada até o término da Taça Guanabara, não dependendo dos resultados da excursão, mesmo em caso de insucesso amanhã. Depois da Taça, sua situação estará condicionada à campanha do clube na competição.

Hoje pela manhã, Paulo César fará seu primeiro treino coletivo em São Januário, entre os juvenis, juntamente com Guina, que voltará à equipe contra o Botafogo.

Fla testa ex-juvenis contra o Kuwait no Torneio de Friburgo

Com a finalidade de observar a equipe em movimentação e preparar alguns ex-juvenis como Antunes e Anselmo, que deverão ser aproveitados no time este ano, o Flamengo estréia hoje, às 15h30m, no Torneio de Inverno de Friburgo, contra a Seleção do Kuwait, treinada por Carlos Alberto Parreira e Admildo Chirol.

Do torneio participam ainda as equipes do Friburguense, organizador da competição, e do Serrano. O Flamengo, que recebe a cota de 70% das partidas, e jogará no domingo contra o vencedor da preliminar Friburguense x Serrano e na quarta-feira contra o perdedor deste jogo.

O técnico Cláudio Coutinho, que tinha dúvida na ponta-esquerda porque Júlio César está contundido, já confirmou Adílio na posição. Júlio César vai ser poupado desta partida, mas deverá estar presente no jogo de domingo.

Reinaldo e Júlio César estiveram ontem no Departamento Médico do clube fazendo exercícios de musculação na bicicleta ergométrica. Cláudio Coutinho confirmou a equipe para hoje com Cantarele, Carlos Alberto, Marinho, Manguito e Antunes; Andrade, Carpeggiani e Tita; Reinaldo, Anselmo e Adílio.

Coutinho vai aproveitar a realização destas partidas fora do Rio, e preparar com calma o time para a campanha da Taça Guanabara. Ele pretende observar o lateral esquerdo Antunes, que estava emprestado ao Ferroviário do Ceará e que vem agradando nos treinamentos, e também o ponta-de-lança Anselmo, que vem sendo preparado para entrar na equipe principal.

Os jogadores viajaram ontem à tarde em ônibus especial.

Os reforços do Botafogo

Não tendo chegado ainda a um acordo com o América para uma troca de jogadores, o Botafogo vai conseguindo pequenos reforços, como o do zagueiro Gaúcho, do Palmeiras de São João da Boa Vista, já treinando no clube, e Jorge Luís, do Madureira, ainda em fase de testes.

O time, que não foi bem na excursão pelas Américas, ganhando apenas uma partida contra a fraca Seleção de Aruba, joga amanhã em Coração e retorna no dia seguinte ao Rio, já que é muito grande o ambiente de descontentamento na delegação.

A decisão do presidente Charles Borer de não contratar nenhum grande reforço para o time, acabou prevalecendo, sendo acatada pelos dois únicos dirigentes que eram contrários: Antonio Tomé e Carlos Imperial. Tomé, aliás, está esperando o time voltar da excursão para decidir sobre a sua saída, já que se convenceu ser impossível qualquer diálogo no setor de futebol.

Assim, dentro da política de gastar pouco, Borer autorizou somente a contratação de jogadores do interior ou de veteranos à procura de uma última oportunidade. Dentro desse esquema, já está no clube o zagueiro Gaúcho, do Palmeiras de São João da Boa Vista e que começará imediatamente os treinamentos, podendo ainda ser contratado o lateral Jorge Luís.

Brasil lança selo olímpico

Em solenidades marcadas para Brasília, Rio e São Paulo, dia 30, a Empresa de Correios e Telégrafos registrará a participação do Brasil nas Olimpíadas de Moscou com o lançamento de três selos, referentes ao tiro ao alvo, ao remo e ao ciclismo. A autora é Maria Clara de Moraes e a tiragem de cada um será de 2,5 milhões de exemplares, a Cr$ 4, o valor facial.

Segundo informação da ECT, a emissão do selo referente ao tiro ao alvo teve por objetivo comemorar o primeiro título olímpico levantado pelo Brasil. O grande vencedor foi o atirador Guilherme Paraense, que compôs a equipe de 21 atletas participantes dos Jogos de Antuérpia, há 60 anos, a primeira a representar o Brasil em Olimpíada.

Os Jogos de Moscou serão realizados de 19 de julho a 3 de agosto.

Bomba no estádio faz polícia agir

Cuiabá — As autoridades policiais de Mato Grosso já estão de posse do nome de vários suspeitos que teriam sido os responsáveis pela bomba que explodiu quarta-feira à noite, no Estádio José Fragelli, durante a partida entre Mixto e Operário de Várzea Grande. Os culpados poderão até mesmo ser enquadrados na Lei de Segurança Nacional.

Por pura sorte não houve mortos nem feridos, embora a bomba, de proporções semelhantes à dinamite, tenha destruído 21 cadeiras no setor inferior à Tribuna de Honra, causando um grande pânico em meio ao público. A bomba foi colocada dentro de uma caixa de isopor e antes de sua detonação uma nuvem de fumaça começou a irradiar-se ao redor do local onde fora colocada.

Nesse momento, centenas de pessoas em pânico correram para lugares distantes e seguros. Passados alguns segundos, veio a explosão violenta, que propagou uma cortina de fumaça que espalhou-se até pelo gramado, interrompendo a partida por alguns minutos.

Campo Neutro

José Inácio Werneck

NÃO tenho conversado recentemente com o senhor Giulite Coutinho, mas, conhecendo-o bem, estou convencido de sua firme disposição de prosseguir o trabalho iniciado com o técnico Telê Santana à frente da Seleção Brasileira. Em outras palavras, Telê não será substituído, a não ser em caso de catástrofe total e irremediável.

Mas, a esta altura, faltando apenas uma partida da temporada internacional da Seleção Brasileira, admitamos que uma catástrofe total e irremediável só poderia ser constituída por uma goleada deprimente ante a Seleção Polonesa, domingo, no Morumbi. A verdade é que existe um consenso de que, no estágio atual do futebol brasileiro, uma mera derrota para a Polônia não será recebida com estupefação, a não ser pelos menos bem informados.

A Seleção Brasileira tem problemas, é evidente, mas Telê não é o único culpado. É preciso, em primeiro lugar, acabar com a tola campanha, cochichada pelas ruas e pelas redações, de que Telê Santana é um técnico provinciano, caipira ou municipal. Tais pessoas não percebem que caipiras, provincianas e municipais são elas, achando que só Cláudio Coutinho ou Mário Zagalo podem ser treinadores do Brasil, pela virtude principal de morarem perto de suas ruas e treinarem no Maracanã, em vez de o fazerem na Pampulha.

Telê Santana é um técnico campeão nos principais centros de futebol do Brasil, inclusive o Rio de Janeiro, e se morar no Rio de Janeiro dá a alguém status *de mundanismo e sofisticação (coisa que não dá, em absoluto), Telê Santana morou aqui muitos anos. Aqui se fez jogador e técnico. Aqui tem no momento um apartamento, em plena Zona Sul. (Algumas pessoas acham morar na Zona Sul tão vital que lá se instalam em um cubículo, em cima de um ponto final de ônibus, tomando seu café da manhã na imunda lanchonete da esquina. Não é o caso de Telê.)*

A Seleção Brasileira tem problemas, mas o senhor Giulite Coutinho vai manter Telê porque sabe que os problemas não são todos de responsabilidade dele. A própria CBF teve sua parcela de culpa, como na dispensa de Zico e Júnior e nos desencontros da semana inicial de treinamento. Houve ainda dificuldades que podem ser revistas a partir do ano que vem, como a dispensa para os jogadores envolvidos na Taça Libertadores da América. Tal Taça não tem a menor importância e não merece que para sua disputa se dispensem jogadores, quando muito mais necessário é conseguir um sentido de conjunto na Seleção Brasileira.

Dentro do campo, especificamente, há o caso ainda não solucionado da ponta-direita, a incapacidade física de Nelinho para subir com o vigor desejado pelo técnico, a má forma exibida por Zico tanto contra a União Soviética como contra o Chile.

Zico é hoje o principal jogador brasileiro. Nada mais natural então do que se esperar dele, em nível de Seleção, um desempenho de acordo com sua justa reputação. Mas em Belo Horizonte vimos Zico novamente deficiente no aspecto do combate no meio-de-campo, com a agravante de não mostrar sua conhecida capacidade ofensiva. Ao contrário, viu-se Zico aparentemente submisso à marcação adversária.

Acho inútil ficar discutindo se no passado havia mais craques do que hoje. O futebol mudou, intensificou seu ritmo, e os craques do passado não encontrariam hoje o mesmo espaço e o mesmo tempo para se afirmarem. O assunto precisa ser visto sob outro prisma: por uma razão ou por outra, o desnível que antes existia entre nossos jogadores e os de outros países diminuiu. Nossos craques (mesmo um Zico, mesmo um Falcão) hoje não desequilibram jogos como Pelé, Gérson, Carlos Alberto ou Tostão o faziam (já para não falarmos de Garrincha, Didi, Nilton Santos).

Esta é a realidade, que precisa ser compreendida para ser enfrentada. O erro maior de Telê neste mês em que tantos erraram tanto, foi não perceber que o tempo à sua disposição era mais premente do que ele supunha e não procurar, com maior determinação, uma definição mais imediata da equipe titular. Mas mesmo aí, como vimos, ele deparou-se com circunstâncias alheias à sua vontade.

Vamos dar um pouco de paz à Telê. E acabemos com o neoprovincianismo dos otários fantasiados de malandro.

■ ■ ■

DE PRIMEIRA: *Os oradores do simpósio do Corja, amanhã, sábado, de meio-dia às três da tarde, na Universidade Santa Úrsula (Rua Farani, 42), serão Yllen Kerr, Ebnas Mello de Vasconcellos, Leduc Fauth, Carlos José e Carlos Alberto Lancetta /// As inscrições para a Corrida da Tarantella, dia 20 de julho, poderão ser feitas no local. Outros endereços: Academia Leduc Fauth (Avenida Copacabana, 542, 202), Loja Canalonga (Avenida Copacabana, 897, 206), Best Sport (Rua Tirol, 3, em Jacarepaguá), Samepe (Rua do Ouvidor, 169, 1º andar) e Sport Show (Avenida Copacabana, 581, 307) /// Amanhã, às nove da noite, será disputada na Ilha do Governador a Corrida de São João, do Clube dos Suboficiais e Sargentos da Aeronáutica. Informações e inscrições pelo telefone 393-2452.*

Seleção vence de 9 a 0 o juvenil do Atlético

Belo Horizonte/Foto de Woldemar Sabino

Zico acha que a Seleção está mais veloz e tem certeza de que domingo, contra a Polônia, a exibição será muito melhor

Antonio Maria Filho
Enviado especial •
Cláudio Arreguy

Belo Horizonte — O frio e a forte chuva que caiu ontem à tarde nesta cidade não atrapalharam em nada a Seleção Brasileira. Pelo contrário, o que se viu no campo da Toca da Raposa foi um time veloz, agressivo e que chegou facilmente aos 9 a 0 sobre o time juvenil do Atlético, pentacampeão mineiro da categoria e vice-campeão do Torneio Cidade de São Paulo.

O curioso é que, desta vez, a defesa, apesar de muito improvisada devido às ausências de Amaral e Edinho (atuou com Getúlio e Pedrinho como zagueiros de área) não se mostrou tão vulnerável. E isso vem provar que os problemas não eram causados por falhas individuais e sim de ordem coletiva, uma vez que, a partir do momento em que todos procuraram se aplicar taticamente, não houve maiores dificuldades para evitar os contra-ataques adversários.

A ponta direita, ocupada por Paulo Isidoro, também funcionou bem principalmente em razão do quase perfeito entendimento entre os jogadores do meio-de-campo, que a todo momento se revezam por aquele setor.

Os gols foram surgindo naturalmente e quando terminou a primeira parte do treinamento a Seleção já vencia por 5 x 0. Esta fase teve a duração de 45 minutos e a equipe formou assim com Carlos, Nelinho, Getúlio, Pedrinho e Junior; Cerezo, Sócrates e Zico; Paulo Isidoro, Serginho e Zé Sérgio.

Os gols foram marcados por Serginho, aos 14, 17 e 37 minutos, Zé Sérgio, aos 33, e Zico, aos 42.

Na segunda fase, ocasião em que Telê colocou em campo os reservas disponíveis, a Seleção mostrou objetividade e conseguiu mais quatro gols, sendo que Nunes fez três (igualando-se a Serginho) e Éder um. Nesta etapa, que teve apenas 37 minutos, o time atuou com Raul; Nelinho, Getúlio, Pedrinho e Junior; Cerezo, Sócrates e Zico; Renato, Nunes e Éder.

Não se pode apontar que formação se saiu melhor, já que as duas se movimentaram taticamente iguais e mostraram as mesmas virtudes. A defesa não chegou a se complicar nos contra-ataques e os ataques dos juvenis do Atlético só levaram algum perigo quando Telê deixava de marcar impedimento em lances claros, apenas para que todos voltassem em velocidade, procurando uma posição melhor.

Muitos se destacaram

Carlos — Está em excelente forma. Realizou grandes defesas, principalmente na segunda fase do treino, quando atuou contra a Seleção, sendo muito exigido.

Nelinho — Não chegou a realizar grandes jogadas, mas fez tudo certo, apenas não conseguindo detonar seu possante chute.

Getúlio — Quase não foi forçado pelo ataque do Atlético, devido à boa proteção que o meio-de-campo deu à defesa.

Pedrinho — Também não foi exigido. De proveitoso, o treino para ele valeu apenas pela movimentação.

Júnior — Uma atuação das melhores. Marcou bem o ponta e ofensivamente esteve perfeito, subindo na hora certa, tabelando corretamente com Zé Sérgio e Eder.

Cerezo — Cobriu os zagueiros com perfeição. Não que tenha se fixado à frente deles, mas porque só saiu quando havia algum que pudesse desempenhar a sua função. Esteve na ponta direita e em algumas ocasiões penetrou pelo lado esquerdo, buscando alguns claros no time adversário.

Sócrates — Mostrou mais uma vez que foi benéfica sua permanência na Toca, treinando diariamente em regime de tempo integral. Correu e lutou durante os dois tempos com a mesma disposição. Chegou a realizar algumas jogadas pela ponta direita.

Zico — Fez apenas um gol, mas deu de presente vários outros, sendo que quando atacou pela ponta-direita o fez como autêntico ponta, chegando com facilidade à linha de fundo e centrando com perfeição para a área. O último gol de Nunes foi numa jogada dessas, em que deixou o companheiro inteiramente à frente de Carlos.

Paulo Isidoro — Se analisado como ponta, foi um mau jogador, mas cumpriu uma atuação taticamente perfeita, já que combateu pelo meio, auxiliou Nelinho na marcação do ponta e procurou ser rápido na troca de passes.

Serginho — Uma excelente atuação. Marcou três gols, mostrando ser jogador de muita lucidez nos lances de área, mesmo quando cercado por dois ou três zagueiros.

Zé Sérgio — Chegou facilmente à linha de fundo e individualmente realizou grandes jogadas.

Raul — Muito pouco exigido, embora tenha mostrado boa colocação nos poucos ataques do time do Atlético.

Renato — Uma atuação discreta, mas sem comprometer. Individualmente, consegue boas jogadas, mas parece um pouco desacostumado da função que procurou desempenhar no treino.

Nunes — Outro destaque do treino, marcou três bonitos gols, sendo que um deles por cobertura, de fora da área, e quase sem ângulo, aproveitando-se que Carlos saíra para combatê-lo. Conseguiu também excelentes cabeçadas.

Éder — Marcou um bonito gol em jogada pessoal e sua atuação pode ser comparada à de Zé Sérgio, pois, se não dribla com a mesma facilidade do companheiro, ganha muitos lances pela sua melhor forma física.

João Saldanha

Solução mexicana

EU ia escrever sobre a Seleção, mas nem sei se esta é bem a questão no momento. Nosso time apresenta insistentemente os mesmos defeitos do começo desta fase de preparação e, para não bancar Ravel em seu bolero, prefiro outros casos. Basta repetir que a Seleção ainda está sem nenhum conjunto. Em segundo lugar, sem uma tática definida e, em terceiro, alguns jogadores, dois ou três, ainda não podem fazer parte do primeiro time do Brasil. O rebolado da maioria dos que têm jogado também deve ser assinalado com destaque. Não estão jogando tanto assim para rebolar. No mais, vamos esperar a Polônia.

Então falemos dos mexicanos. Não é bem do time. Das idéias que os mexicanos usam de vez em quando. Pois bem, quando a Seleção veio aqui, um jornalista saiu comigo e passamos na Rua Visconde de Pirajá. Lá estava um "reboque" do Detran levando um carro. O pessoal em volta, como sempre, aplaudindo e gozando a gorda proprietária. Mas o bolo de gente e a manobra do "guincho" fizeram um bolo maior no trânsito. Que a rua melhorou, nem pode haver dúvida. Era intransitável e irritante. Agora é uma rua de bom tráfego e de calçadas limpas. Voltamos à civilização. E saibam que também costumo meter meu carro em cima das calçadas. É só darem sopa que também entro na onda. Mas a Visconde de Pirajá e a Copacabana aprovaram totalmente a medida. As queixas dos comerciantes são mais as de estacionamento de seus próprios carros. Aquilo já era uma garagem.

Mas o mexicano meu chapa lembrou a minha trapalhada no México. Seguinte: bem perto do jornal onde trabalhei, o Esto *e a cadeia* Valseca*, achei sopa uma vaga e botei lá o carro. Quando ia saindo, estavam um guarda e uma guarda. Ele abaixado e ela assinando um papel. O cara, sem mais nem menos, tranqüilamente, tirou a minha placa da frente. O papel que ela assinava tinha impresso o seguinte: seu carro foi multado em (uma nota preta) X. "Sua placa está na delegacia deste bairro à rua tal e coisa e tal. Saiba que, cada três dias sem ir buscar a placa, a multa aumenta de x para x mais 50%." E fim de papo. O meu caso complicou porque eu estava sem licença de dirigir e o meu colega quebrou o galho. Mas eu tive que sair com um inspetor e dar uma volta provando que sabia dirigir. Ganhei um outro papel por dois meses de licença. Tudo muito simples e a multa foi paga em cinco ou 10 minutos. Quando cheguei ao Brasil, falei com o Abrahim Thebet, que me disse que o Código Brasileiro não permitia isto. Paciência. Se nosso código de trânsito acha que tirar uma placa é violência, acho que levar o carro é maior. E posso garantir que o negócio funciona mesmo. Ninguém deixa o carro em áreas proibidas. A solução inteligente dos mexicanos bem que poderia ser usada aqui. É jogo limpo, rápido e rasteiro.*

Sócrates pode voltar à ponta

Apesar do mistério que Telê vem fazendo em torno da escalação da equipe para a partida de domingo contra a Seleção da Polônia, o mais provável será a volta de Sócrates à função de falso ponta direita, anteriormente ocupada por Paulo Isidoro, para que Batista seja lançado à frente dos zagueiros.

Telê Santana nada quis adiantar sobre a escalação da Seleção Brasileira, mas, por suas explicações, deu a entender que Serginho será o ponta de lança, uma vez que considera Nunes melhor para os contra-ataques e, de acordo com sua filosofia de jogo, a equipe marcará por pressão e não tentará atrair a Seleção Polonesa.

A definição

Ninguém dos que acompanham o dia-a-dia da Seleção Brasileira tem dúvidas de que a equipe formará com Carlos, Nelinho, Mauro, Amaral e Júnior; Batista, Cerezo e Zico, Sócrates, Serginho e Zé Sérgio.

Entretanto, a oficialização desta escalação só acontecerá após o treinamento a ser realizado em São Paulo, sábado de manhã, possivelmente no Morumbi, quando Telê pretende dirigir um coletivo de curta duração.

Telê assegura que não está fazendo mistério, apenas ainda tem dúvidas sobre determinados setores e não quer antecipar a escalação da equipe antes de se definir e comunicar aos jogadores. Ao conversar ontem sobre o treino e sobre a possível escalação, o técnico tomou o maior cuidado para não se deixar trair nas respostas e, assim, revelar seus pontos-de-vista.

Mas deixou claro que para o jogo contra a Polônia o meio-de-campo contará com Batista e que Sócrates deverá realizar a mesma função do jogo contra a União Soviética, ocasião em que teve a incumbência de cair pela extrema direita, revezando-se com outros jogadores.

— Agora o time está melhor entrosado e, se tiver que optar por esta formação, tenho certeza de que renderá bem mais — disse Telê, mostrando que está mais confiante agora quanto a esta escalação.

Sempre que indagado sobre a escalação da equipe, Telê respondia laconicamente que só a definiria após o treino a ser realizado em São Paulo. Indagado se já sabia qual equipe escalar, confessou que tinha dúvidas, mas ao analisar o comportamento tático de Nunes e Serginho, mostrou que o atacante paulista tem sua preferência para este jogo.

— Serginho é um jogador que atua melhor quando jogamos no campo adversário, já que o Nunes é uma melhor opção para as jogadas de contra-ataques, pois tem mais velocidade e se desloca com maior constância. Se o Serginho for o escolhido o será unicamente em razão das nossas necessidades táticas. Comigo não existe este negócio de colocar um jogador para agradar à torcida local — observou Telê.

Elogios ao time

Telê considerou o coletivo de ontem o melhor já realizado pela Seleção Brasileira nesta fase de treinamentos. Não que tenha se entusiasmado com os gols, mas pela movimentação da equipe e pela forma como ela se colocou em campo, marcando por pressão e tocando a bola com velocidade.

Sobre os gols, limitou-se a responder:

— Contra o juvenil do América Mineiro não marcamos nenhum gol, mas considerei excelente o treino. As chances foram criadas e, se aproveitássemos, poderíamos construir um placar talvez igual ao deste treino contra os juvenis do Atlético. Gostei do coletivo não pelos gols mas porque nossa equipe se saiu muito bem.

Telê não se abalou com as críticas feitas pelo presidente Giulite Coutinho quanto à forma de a equipe atuar. Pra ele, o dirigente fez um comentário normal e equilibrado, sem que houvesse uma censura maior ao seu trabalho à frente da Seleção Brasileira.

Caso de Edinho define-se hoje

Enquanto fazia tratamento de contraste, com parafina, ontem, no Departamento Médico da Toca da Raposa, o quarto-zagueiro Edinho parecia bastante pessimista quanto às chances de se recuperar a tempo de enfrentar a Polônia, domingo. Ele prefere voltar ao Rio hoje, caso não se constate qualquer melhora da torção em seu tornozelo direito.

O médico Neilor Lasmar adiou para hoje uma definição sobre o zagueiro. Acha difícil que Edinho se recupere a tempo, pois o prazo é muito pequeno, mas não quis antecipar nada ontem, explicando que apenas depois de 48 horas após a contusão seria possível um quadro mais preciso.

Sem sentido

Edinho ficou o dia todo no Departamento Médico. Praticamente não se afastou dali desde que se contundiu contra a Seleção Chilena. Mesmo pessimista, ele tem demonstrado muita dedicação ao tratamento.

— Melhorei bem e meu pé está quase normal. Mas ainda sinto muita dor, tanto que estou caminhando com dificuldade. Espero que a definição seja mesma dada amanhã (hoje). Se não for possível me recuperar a tempo, prefiro ser desligado da delegação que vai para São Paulo, pois não há sentido ir aguardar lá minha recuperação.

O médico Neilor Lasmar também acha que será difícil Edinho ganhar condições para jogar contra a Polônia, mas ele lembra que cada jogador tem recuperação diferente e que Edinho, por exemplo, costuma ficar bom das contusões em pouco tempo.

— Eu prefiro esperar para dar uma definição. Realmente as chances do Edinho são poucas para essa partida. Mas precisamos sentir a evolução do problema. E depois de 48 horas é possível termos um quadro mais definido sobre sua situação. Ainda é cedo para dizer se terá ou não condições de jogo.

Contusão de Zico não foi mais que um susto

Logo que acabou o coletivo da Seleção Brasileira, os jogadores se dirigiram satisfeitos para os vestiários quando foram surpreendidos por mais um problema que, no fim, acabou não passando de um susto: Zico sofreu um traumatismo na região ilíaca e se queixava de muitas dores no local. Mas foi tranqüilizado pelo médico Neilor Lasmar.

O jogador se deitou num banco do vestiário e, enquanto Neilor examinava o local, Zico chegava até a gritar de dor. O médico garantiu, porém, que não havia qualquer problema e determinou ao atacante que aplicasse uma bolsa de gelo no local.

Time melhor

Zico pareceu bem mais aliviado e analisou com tranqüilidade a produção da equipe no coletivo e as perspectivas para o jogo com a Polônia.

- Gostei muito do treino, o time foi muito bem, os jogadores sempre dando combate, ocupando os espaços e não dando chance para o adversário. Acredito que contra a Polônia teremos mais facilidades para jogar do que contra o Chile, porque eles não jogam tão fechado. Já estamos entendendo melhor o posicionamento dos companheiros e isso é fundamental. Tanto que no treino estávamos bem mais rápidos nas jogadas e nos revezamentos. Contra a Polônia a torcida pode esperar um time bem mais combativo. E espero ter uma boa participação dentro da equipe.

Zico foi visto muitas vezes ocupando a ponta direita no coletivo, e sempre que caiu por ali criou boas jogadas. Suas penetrações levaram perigo e no segundo tempo Carlos teve que se desdobrar para evitar que seus chutes entrassem, mas não foi tão feliz quando Zico preferia o passe ao companheiro mais bem colocado, caso do último gol, feito por Nunes.

Duelo de artilheiros

O número muito reduzido de torcedores que se aventurou a enfrentar o frio e a chuva para assistir ao último coletivo da Seleção Brasileira na Toca da Raposa acabou presenciando um bom duelo: o de gols, entre Serginho e Nunes. Cada um jogou um tempo e marcou três gols.

Telê Santana resolveu iniciar o coletivo com Serginho, como já estava previsto após o jogo contra o Chile, e ele não decepcionou. Mexeu-se bastante, mostrou bom entendimento com Zico e Sócrates e marcou o primeiro, o segundo e o quarto gols. No intervalo do treino, antes de ser chamado pelo preparador físico Gilberto Tim para um treino de finalizações, foi cercado pelos repórteres.

— Se vou entrar jogando ou não é um problema do treinador. Ele é quem sabe das coisas e decide o que é melhor para o time. Eu me senti bem no treinamento e gostei da movimentação da equipe. Tenho confiança em mim contra a Polônia.

Ao ser perguntado se acreditava que, pelo fato de ter sido escalado no primeiro tempo do coletivo, o técnico deixara claro que o escalaria também no início contra a Seleção Polonesa, preferiu a saída diplomática.

— Não sei de nada. O treinador é que decidirá. Se me escalar de início, farei o possível para corresponder. Caso o Nunes entre de cara, estarei torcendo por ele.

Declaração idêntica foi feita por Nunes mais tarde no vestiário: "Se o Serginho entrar, eu baterei palmas; se eu entrar, ele é quem baterá palmas"; disse, bem-humorado.

Mas não era essa a impressão que dava antes do treino, quando parecia decepcionado por não ter sido escalado como titular no coletivo. Tanto que quando foi chamado pelo preparador físico para se aquecer, no intervalo do treino, não parecia estar com boa vontade, mas no segundo tempo do coletivo ele já entrou jogando.

Resultado: o ataque manteve a boa atuação do primeiro tempo e ele marcou três gols: o sexto, o oitavo e o nono. O penúltimo foi o mais bonito do treino: deslocado para a ponta-esquerda, percebeu que Carlos se adiantara, e, com muita consciência, colocou por cima, com a bola entrando no ângulo direito.

— Já estou me entendendo mais com Zico e Sócrates e o time parece bem mais entrosado. Geralmente jogo contra os times europeus, porque procuro sempre aproveitar as dificuldades deles: O drible nosso é uma vantagem. Se for escalado de início vejo boas possibilidades de fazer uma boa partida.

Belo Horizonte/Foto de Woldemar Sabino

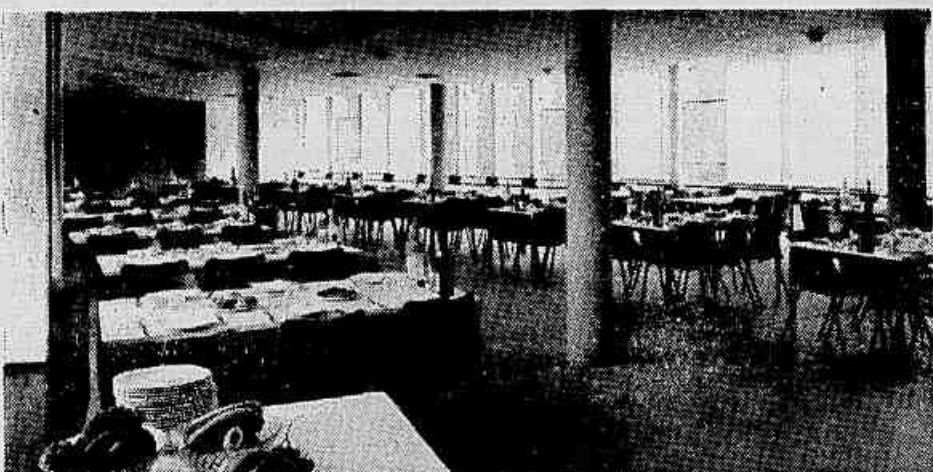
Telê ficou satisfeito com o time, apesar da fragilidade do adversário

caderno B
JORNAL DO BRASIL
Rio de Janeiro □ Sexta-feira, 27 de junho de 1980

É LUXO SÓ

A SEDE DO PC FRANCÊS É UM PALÁCIO QUE NÃO COMBINA COM A MODÉSTIA DO PROLETARIADO

Na sala do Comitê Central, milhares de plaquetas de metal refletem a luz, o que levou os franceses a se lembrarem do Castelo de Versalhes

A construção levou 14 anos e o PCF espera pagar as contas até 1982

Há um andar só para restaurantes e cozinhas

Extensos corredores e *halls* no subsolo, de concreto aparente, em curvas suaves — não existe um só ângulo reto. O tapete é de lã, verde-musgo

Arlette Chabrol

Correspondente

PARIS — Enfim, terminada. A sede do Partido Comunista Francês, concebida por Oscar Niemeyer, será inaugurada hoje, por ocasião da última reunião do Comitê Central antes das férias de verão (julho). Entre os primeiros desenhos do arquiteto e a última árvore plantada na relva pouco antes da chegada dos convidados, passaram-se 14 anos.

Mas valeu a pena esperar: tal como está, a nova Casa do PCF é uma das mais belas construções contemporâneas de Paris — para não dizer a mais bela. Há nove anos, funcionários e visitantes do PCF conheciam o novo imóvel do Partido, assinado pelo arquiteto brasileiro Oscar Niemeyer: a primeira parte — os escritórios — tinha sido inaugurada em 1971.

Só que eles não podiam ter idéia do conjunto: uma paliçada alta e uma casa velha, cuja proprietária resistiu obstinadamente à expropriação durante anos, prejudicavam muito a visão. Era preciso passar pela parte de trás e por corredores no subsolo para chegar às salas de reunião e aos escritórios.

Assim, ontem de manhã, quando os primeiros jornalistas descobriram o edifício em curva suave que se estende sobre uma vasta relva distribuída num vale, de onde emerge uma cúpula branca, eles ficaram extasiados. É verdade que a arquitetura francesa, e parisiense, em particular, de modo algum os habituou a tamanha harmonia. Os tubos multicoloridos do Centro Pompidou, em Beaubourg, provocaram ou muita surpresa ou diversão. Algumas vezes, até seduziram, mas ninguém teve o impulso de exclamar diante dessa estranha **refinaria**: "Que bonito!"

Diante da sede do PCF, na praça do Coronel Fabien, em Paris, é a frase que imediatamente vem aos lábios. O edifício, integrado num quarteirão bem popular da Capital, com sua longa fachada sombreada e envidraçada, evoca os mais belos achados de Brasília. E exatamente por isso poderia tornar-se um ponto de atração turística de Paris.

No interior, guiados por Oscar Niemeyer, que chegou especialmente do Brasil, e por Georges Gosnat, tesoureiro do PCF, os jornalistas descobriram a famosa sala do Comitê Central, em forma de cúpula, e cujo teto, que pende até o solo, é constituído por milhares de plaquetas de metal branco que refletem a luz de maneira prodigiosa.

É quase como estar no Castelo de Versalhes, sob os lustres de cristal do Rei-Sol. É espetacular. Ainda no subsolo, extensos **halls** e corredores de concreto aparente em curvas suaves — aqui não existe sequer um ângulo reto — o piso recoberto de tapete verde-musgo, religam uma dezena de salas de reuniões, grandes e pequenas.

O edifício tem cinco andares de escritórios, um andar de restaurantes e cozinhas, um terraço, uma biblioteca, salas de reunião, sala de recepção, um estúdio de rádio, um estúdio de televisão e dois andares para estacionamento. No total, 20 mil metros quadrados de superfície, o que faz sonhar não só todos os outros Partidos franceses, ridiculamente apertados em relação ao PCF, mas também os organismos nacionais e internacionais.

O Partido Comunista Francês pediu a Oscar Niemeyer que revisse seu projeto inicial para a segunda etapa dos trabalhos, a fim de reduzir os gastos. Foi isso que ele fez (parece que originalmente o edifício deveria refletir-se na água). Os 6 mil metros quadrados que serão inaugurados nesta manhã custaram, segundo afirmou George Gosnat, 20 milhões de francos, em vez dos 30 milhões previstos no início. Mesmo com a redução, o Partido Comunista pediu um empréstimo e espera pagar as contas inteiramente até o começo de 1982.

Para isso, o Partido conta como sempre com o apoio financeiro dos militantes que já contribuíram largamente para a primeira etapa de construção do edifício (14 mil metros quadrados). Um milhão de selos de 10, 20 e 50 francos serão postos à venda, assim como placas sobre a história e os detalhes técnicos relativos ao imóvel, oferecidos nas células e na própria sede, onde são esperados 30 mil visitantes até o fim do ano.

Esses detalhes financeiros só podem reforçar as propostas de Oscar Niemeyer, durante a inauguração para a imprensa. Perguntado sobre o interesse que teria de construir um prédio semelhante para o PCB, o arquiteto foi bem claro: "Em 1945, eu tinha feito um projeto para a sede do PCB. Mas ele ficou no esquecimento, quando o Partido foi proibido. Hoje, reclamar um edifício como esse no Brasil seria pura demagogia. O que os operários brasileiros precisam, e com urgência, é comida e melhores salários, e não de uma casa luxuosa." Não é certo, aliás, que os operários franceses pensem de modo diferente.

Cartas

Psicanálise

O artigo publicado no **Caderno B** do dia 4 de junho sob o título **A Psicanálise Está Sendo Destruída por Psicanalistas** merece a reflexão de algumas citações.

Logo no primeiro parágrafo lê-se que "a invasão destruidora da profissão se vai tornando em alarmante destruição da própria ciência psicanalítica." Há que se esclarecer, como é citado no decorrer do artigo, que o reconhecimento por lei, da profissão de psicanalista, ainda não tem vigor entre nós. Nesse sentido, não seria tanto uma "legião de psicopatas" que "tomou de assalto a psicanálise", mas muito mais, indivíduos interessados na teoria e prática psicanalíticas, que por não estarem filiados à ABP nem serem reconhecidos legalmente, não podem ser considerados "pessoas com distúrbios da personalidade (...) se arvorando em psicanalistas." Cabe lembrar a citação do próprio presidente da ABP: "Surge o perigo de o poder exacerbar-se em escalada rumo à psicopatia, à perversão de tudo e de todos", incluindo assim, também, os membros das sociedades psicanalíticas reconhecidas pela Associação Psicanalítica Internacional. Importante frisar esse ponto, pois se é verdade que "as ciências sociais se beneficiaram com a Psicanálise, torna-se necessário também que a própria Psicanálise se valha das contribuições dessas ciências, iniciando desde já uma revisão de seus critérios de desvio, no que concerne à participação junto às entidades reconhecidas pela API. Isso porque, "a desvalorização do homem a favor da valorização do poder" deve ser, inicialmente, revista a partir da organização e estruturação das "sociedades oficiais", afim de que possam, no exercício da formação, se beneficiar do conceito de saúde, e posteriormente utilizá-lo científica e socialmente. Dessa forma também, as "pretensas limitações" da Psicanálise, citadas pelo presidente da ABP, deverão se tornar mais evidentes, na medida em que souberem aproveitar contribuições de outras áreas, realmente limitadas, do conhecimento científico; acarretando assim um maior desenvolvimento de sua cientificidade, e uma maior compreensão quanto às acusações de "individualismo", "elitismo", "bom negócio", sociedade secretas e fechadas" etc.

Quanto ao problema das "pessoas despreparadas que se intitulam psicanalistas" trazerem à Psicanálise, segundo o presidente da ABP, os mesmos argumentos onde "nós somos os elitistas e eles os apóstolos do social", é necessário que:

1) voltando-se a discutir esse problema, procure-se eliminar a divisão nós-eles, pois sustentam-se com ela as atribuições referentes, no caso, a parcela elitista e a doutrinação pelo social. E se quem escreve somos "nós", "os elitistas", o discurso se volta para a defesa, e não para a cientificidade.

2) não se tome como gratificante o fato de outras ciências se terem "beneficiado muito com a Psinacanálise". Isso porque a gratificação, no campo científico, surge inicialmente na medida em que o corpo teórico-técnico, evoluindo, se mostra capaz de utilizar as contribuições de outras áreas da ciência, para o desenvolvimento de sua cientificidade. Na medida em que isso ocorre, o benefício obtido por outras ciências é conseqüência, e não gratificação. É um ponto importante para ser estudado, pois além de retornar à divisão nós-eles, sob a forma de beneficiados e beneficiadores, sugere também a existência de uma superciência, ou ciência mater, onde repousam as verdadeiras contribuições. A moderna Epistemologia, chamada por Bachelard de racionalismo materialista, contribui muito para essas questões, na medida em que rompeu com a tradição que procurava atribuir a uma única ciência, no caso a Física, o caráter verdadeiramente científico, ou seja, de ciência mater. Cabe, portanto, aos psicanalistas uma dedicação à Epistemologia de sua ciência, a fim de que encarem a produção de conhecimentos como um processo, onde a realidade social é considerada uma parcela, uma constante, nas diferentes relações e conclusões obtidas. A acentuação feita pelo presidente da ABP no sentido de que os analistas "nunca foram infensos ao problema social", deve ser revista, pois, no campo científico, não se é, ou deixa de ser inimigo (do latim **infensu**) de um determinado problema; procura-se estudá-lo apenas. Da mesma forma, é viável que se referindo aos indivíduos que "surgem com as transformações e melhoras que freqüentemente nos atropelam do alto de sua mania com a angústia e a pressa de quem precisa estar vivo (...)", não os denominem como "os arautos", já que são, segundo Aurélio Buarque de Holanda, os oficiais da monarquia da Idade Média, que anunciavam a guerra e proclamavam a paz.

3) a síntese na atividade científica seja vista como possível, quando o surgimento da antítese não for impedido "a favor da valorização do poder", já que a noção de destruição de uma ciência só é admissível quando se supõe uma inconseqüente construção dessa mesma ciência.

Considerando que a má utilização da ciência é uma realidade entre nós, precisamos distinguir a atividade desses grupos "de geração espontânea "intitulados dissidentes", dos poderes oficiais e educacionais de que se valem, a fim de que possamos introduzir uma mudança legitimada socialmente. Nesse sentido, cabe à Associação Brasileira de Psicanálise abrir-se a diálogo com esses grupos e representantes do Governo, responsáveis pelo setor educacional, já que a formação de comissões e soluções restritas ao âmbito da ABP não serão suficientes para a incursão de mudanças que possibilitem o desenvolvimento de uma prática acusada muitas vezes de agente de poder. Estaremos assim, além de assumindo uma "posição histórica", contribuindo para com outros setores da atividade científica e social, que pretendem uma sociedade verdadeiramente democrática. **Mauro Mendes Dias — Rio de Janeiro.**

■ ■ ■

Foi com muito interesse que li, muito embora só recentemente, as reportagens publicadas por Norma Couri no JORNAL DO BRASIL de 10 de novembro e 10 de dezembro de 1979 sobre a Psicanálise praticada, discutida e principalmente disputada no Brasil. Vou então procurar ser o mais breve e objetivo possível, me atendo ao aspecto que considero o principal, para não correr o risco de cair num discurso narcisista destrutivo. Isso posto, vamos lá.

Há em nossa terra (o Brasil) a falsa idéia de que a clínica psicanalista é privilégio de médicos e psicólogos. Por mais absurdo que possa parecer, qualquer pessoa no Brasil pode ser psicanalista com clínica, não precisando para isso ser médico nem psicólogo ou ter qualquer outro título universitário (essa verdade legal tem sido simplesmente escamoteada). Se, por exemplo, um digno torneiro mecânico decidir amanhã ser psicanalista sem passar por nenhum instituto de Psicanálise, poderá sê-lo sem que exista nenhuma lei que venha a impedi-lo.

Frente aos itens anteriores, acreditamos que a atitude mais saudável, pois que liquidaria de vez com tantas discussões estéreis, é a regulamentação da profissão (ciência autônoma, profissão autônoma) de psicanalista. Nesse sentido, o grupo do qual fazemos parte, após muitos meses de trabalho, encaminhou ao ilustre Deputado Pacheco e Chaves (ex-MDB-SP) subsídios que resultaram num anteprojeto com boa fundamentação. (...) É nosso desejo ainda lembrar que há aqui em São Paulo um movimento profissional psicanalítico que entendemos deva merecer imparcial atenção. Para quaisquer outras informações colocamo-nos à disposição. **Manoel de Lemos Barros Neto — São Paulo (SP).**

Fotografia

Com o prazer de ter ido à mostra fotográfica de Guilherme Fracornel, sobre a natureza, elemento que a meu ver, também, possui alma, e conhecendo um pouco do trabalho do excelente Ansel Adams, ambos naturalistas, devo informar que na coluna de Roberto Pontual, no dia 22 de maio, as duas fotografias que ilustram a matéria (muito boa, por sinal) saíram com as legendas trocadas, ou melhor, com os autores trocados.

Quando tanto se fala sobre direitos autorais, é necessário que se faça um reparo nas legendas, pois deve-se dar a Fracornel o que é de Fracornel, e a Ansel Adams o que é de Ansel Adams.

Confesso não ter entendido o porquê da nacionalidade dos autores em questão destacada nas legendas. A fotografia não é considerada arte? Como tal, segundo os teóricos da arte, deve ser considerada universal. **Edmilson Oliveira da Silva — Rio de Janeiro.**

José Carlos Oliveira

A MULHER DE MAIO

SÃO muitos cadernos, pastas, folhas soltas e errantes na confusão do meu escritório, e formam, se as juntarmos, o meu Diário. Às vezes tenho medo de morrer assim de repente e que leiam. Mesmo quem, como eu, vive em público, tem sua vida secreta. Em maio, sete anos atrás, anotei:

— Uma perturbadora mulher, que para ocultar seu desespero simulava uma desesperante euforia... Uma desconhecida íntima...

Quem será? "Saiu chorando, levada pelo amigo e confidente, e eu por minha vez perdi-me na noite. Mas deixou comigo, em meu anular direito, o anel com um escaravelho engastado, um escaravelho turquesa."

Eu poderia copiar essa página. É um poema em prosa. O personagem (eu) sai pela noite com o anel no dedo, um anel mágico: "Ele atrai as mulheres, perturba-as, intimida-as." Mas não há traço dessa noite do anel. Estaria eu no Antonio's, *no* Lunar Bar, *no* Sereia de Ipanema? *A atmosfera do relato é noturna e elegante, ou noturna e "artística". Estive com aquela mulher nalgum ambiente fumarento (embora a minha memória esteja impregnada de um perfume francês, que dela emana, dessa mulher que — ?), e nosso encontro foi dramático, pois ela saiu chorando. Procuro recordar. Uma noite, no* Antonio's, *Sulamita ou alguma coisa assim era densa, carnuda, e sofria. Havia um anel em seu dedo. Tirei-lhe o anel e o coloquei em meu dedo. Ela estava se divorciando. Creio que, ao amanhecer, saindo do bar, levei comigo o anel. Mas ela ao sair (chorando, sem dúvida: está escrito), não foi na companhia de um amigo, e sim de uma amiga, aliás tão densa quanto ela própria e infinitamente mais frágil, porém não demonstrava. Não costumo mentir quando faço confissões dessa intensidade: se esta mulher de maio, em 1973, saiu com um amigo, não é a mesma de quem roubei o anel (com seu consentimento). E agora me apercebo de outra coisa: Assim como a turquesa está engastada no anel, o objeto simbolizado está embutido no escaravelho. É só prestar atenção. Eu devia estar numa das minhas noites de ninfomaníaco.*

Temos então uma mulher e um anel. A maioria das pessas se lembraria desse instante, quando menos porque não é todo dia que se apanha um anel com um escaravelho turquesa no dedo de uma desconhecida. Não é todo dia que se transfere um anel do dedo de uma mulher para o nosso próprio dedo. Comigo no entanto isso já aconteceu vezes sem conta. Anéis, boinas, bonés, colares, camisas, uma infinidade de objetos que me ornamentavam, um de cada vez, passaram ao corpo de uma mulher de cada vez. E quase todas elas me deram coisas, inclusive anéis, boinas, bonés. Nenhuma peça do meu vestuário de inverno (essas vestimentas que cobrem a cabeça, os braços, o tronco) foi comprada por mim: ganhei todas todas elas de mulheres, nem todas minhas mulheres, mas todas importantes em dado instante da minha vida. Como no Rio raramente se tem necessidade de renovar o guarda-roupa de inverno, continuo vestindo o que elas me deram. Hoje ninguém repara: 10 anos atrás, porém, eu sem saber lançava em Ipanema a moda unissex. *Se a mulher que usa a camisa do homem se sente mais feminina, também o homem que usa a suéter da mulher se sente mais masculino. A ambigüidade reforça a identidade. Era assim que eu me sentia naqueles invernos. Eram invernos cálidos!*

"Chorou convulsivamente". Está escrito. Não é literatura, quer dizer, não estou enganando alguém, forjando uma ilusão feliz. E não é realista porque o momento era fantástico. Em 10 minutos de conversa (está dito) a mulher rompeu em lágrimas, ela que 10 minutos antes nem sequer me conhecia. E foi-se embora, chorando, depois de dizer — agora me lembro! Não da cena, não da qualidade da noite, não do rosto dela, mas do som de sua voz: "Pode ficar com ele". Era o anel. Era um objeto de estimação. Era algo simbolizando todo o passado que ela, naquela noite, estava destruindo — o casamento, o marido, a família, o lar, a segurança afetiva. E eu certamente andei pelas outras noites com aquele anel, sem poder dizer de onde ele vinha, e finalmente alguma outra mulher se apossou dele, do anel com o escaravelho. Outros anéis passaram no meu dedo, e se foram: vão-se os anéis, fique a experiência...

MÚSICA

UM QUARTETO REDESCOBERTO

Ronaldo Miranda

DANDO prosseguimento à nova série de Música Contemporânea que vem promovendo às segundas-feiras, a Sala Funarte apresentou uma sólida versão do **Quarteto Simbólico**, de Villa-Lobos — para harpa, celesta, flauta e saxofone — obra que não se ouvia no Rio há mais de 50 anos, pois inexplicavelmente ficou restrita a apenas uma audição carioca, na década de 20, quando foi composta.

Mais uma vítima do ostracismo em que se encontra a criação musical nacional, mesmo em se tratando de Villa-Lobos, esse curioso **Quarteto** não merecia o esquecimento a que foi relegado: é uma obra rica e inventiva, com descobertas tímbricas de grande efeito e uma agradável fusão de sugestões do impressionismo francês com elementos da música brasileira.

A execução da última segunda-feira contou com os desempenhos eficientes do flautista Norton Morozowicz, do saxofonista Antonio Elmo Mendonça, da harpista Wanda Eichbauer e da pianista Sonia Maria Vieira (na celesta), além do Coro Feminino da Associação de Canto Coral, que se uniu eventualmente ao quarteto numa espécie de fundo sonoro previsto pelo compositor. Excelentes foram as soluções cênicas para a apresentação, com o coro nos bastidores e os quatro solistas realçados multiplicados pelos expressivos **slides** de Murilo Rocha.

Precedendo a apresentação do **Quarteto Simbólico**, o pianista Homero Magalhães fez uma bem-humorada exposição sobre as **Cirandas**, de Villa-Lobos, executando boa parte delas e recordando as melodias folclóricas em que se baseiam, com as respectivas letras, cada vez menos lembradas e cultivadas pelas gerações mais jovens.

Em relação à apresentação, ficam duas sugestões para o Pro-Memus da Funarte: gravar o **Quarteto Simbólico** com esses excelentes intérpretes que se interessaram em reavivá-lo e editar, com bons corais infantis, discos que registrem o nosso repertório folclórico destinado à infância, não apenas com as canções que inspiraram as **Cirandas** mas com toda a imensa variedade de melodias das diversas regiões do país. Com exceção de um excelente LP da Escola Corcovado — de tiragem pequena e âmbito particular — não há um registro, em bom nível de execução, do nosso folclore infantil. O que ouvem hoje, em disco, as nossas crianças são versões medíocres de canções de roda em ritmo de discoteca. Como ficará em sua memória a identidade musical nacional?

Fica o apelo ao Pro-Memus, que, nesse particular, poderia trabalhar em conjunto com o Projeto Corais da própria Funarte.

Norton Morozowicz: no *Quarteto*, apenas eficiente

EM PAUTA

- O compositor Marlos Nobre acaba de ser convidado para escrever uma nova obra sinfônica para ser estreada no Festival de Verão que a Universidade de Indiana promoverá de 27 de julho a 9 de agosto de 1981. Marlos foi também solicitado, pela mesma Universidade, para participar do **Forum sobre a Música do Nosso Tempo** (durante o Festival) e para ser um dos três compositores residentes que comentarão as obras dos alunos do Forum, ao lado de Milton Babbitt e Lukas Foss.
- **O Projeto Espiral, do INM-Funarte, está iniciando um levantamento de obras para cordas de compositores nacionais, em níveis elementar e médio do aprendizado de instrumentos de arco. Os compositores interessados devem procurar a Funarte (Rua Araújo Porto Alegre, 80), que, após analisar as obras enviadas segundo critérios artísticos e didáticos, irá distribuí-las entre os diversos núcleos do Projeto Espiral.**
- A Editora Vitale apresentará dia 3 de julho, às 21 horas, no IBAM, um concerto com as obras vencedoras do seu 1º Concurso de Música Erudita para Piano e Violão, concluído ao início de 79. Das obras pianísticas contempladas, serão executadas **Dirg**, de Guilherme Bauer, **Ciclo**, de Maria Helena Rosas Fernandes, e **Suite Mirim**, de José Alberto Kaplan. Das obras para violão, serão ouvidas **Divagações Poéticas**, de Amaral Vieira, **Suite Quadrada**, de Nestor de Hollanda Cavalcanti, e **Repentes**, de Pedro Cameron. Os intérpretes serão a pianista Ruth Serrão e os violonistas Pedro Cameron e Francisco Araújo.

O PORTADOR DE CRISTO

Dom Marcos Barbosa

Quando o fidalgo espanhol, portador de fogo, Inigo de Loiola,
tendo trocado as suas vestes de nobre com as de um pobre mendigo
e deposto sua branca espada aos pés da Virgem Negra de Monserrate,
saiu a coxear (como Jacó após a luta com um Anjo),
a fim de conquistar o mundo para o Cristo,
enviou Francisco Xavier por mares nunca dantes navegados
às antiqüíssimas terras do Oriente,
mas destinou seu sobrinho Anchieta ao novo mundo recém-saído das águas.
Vinham os jesuítas realizar na Terra da Santa Cruz ou dos Papagaios
o mesmo que os discípulos de Bento nos outrora novos países da velha Europa,
ensinando aos novos bárbaros o Evangelho e o cultivo dos campos e das letras.
E o jovem, de roupeta preta e com sua corcova causada pela tuberculose óssea
ou pela escada (seria a de Jacó?) que lhe tombara em cima, devia perguntar-se Cor, quo vado?,
ao vir ao nosso encontro com o Cristo aos ombros.
Ao contrário de certos missionários — pedantes etnólogos — que não pretendem
perturbar os índios anunciando-lhes a Boa nova,
aprendeu logo a Língua Mais Usada na Costa do Brasil,
para falar-lhes de Deus, do Cristo, do Espírito Santo, e de Maria e dos Anjos,
que vieram representar os seus autos nas terras por onde andou,
"num paciente vaivém de lançadeira que durou quase meio século",
unindo com os fios do Evangelho os retalhos da Pátria
— Bahia, Espírito Santo, São Vicente e Rio de Janeiro —
para a túnica que se tornou inconsútil do Brasil cristão.
Não queria morrer náufrago na viagem a fim de ser devorado pelos Brasis,
e o Brasil o devorou pouco a pouco ao longo de quarenta e quatro anos,
já não se alimentando mais dos heróis presos em guerra,
mas do corpo e da alma do missionário que se repartia entre as tribos
e do corpo, sangue, alma e divindade de Cristo palpitantes no altar.
Não apenas abriu os caminhos do céu, mas também os da terra,
como o "do Padre José", que nem era padre ainda, e em cuja ponta
colocou a maior cidade do Brasil, a que deu o nome de Apóstolo das Nações.
E fabricou não apenas caminhos, mas alpercatas para os índios.
Pois foi o nosso primeiro sapateiro, como nosso primeiro poeta,
e repórter, e médico, e gramático, e arquiteto, e embaixador, e refém.
Uma única vez precisou enfrentar inimigos contra os quais
de nada valia a espada deixada por Inácio aos pés da Virgem...
Como poderia um refém usar da espada?
Para defender-se das índias que o tentavam em Iperoig,
tomou um bordão, que lembrava a cruz, e pôs-se a escrever na praia
os 5.786 versos em honra da Virgem de que se fizera noivo em Coimbra,
e que ia guardando de cor, de coração, enquanto o mar os levava.
Viera para o Brasil quase morto e no Brasil ressurgira.
E como não seria, o outrora canarino, o nosso primeiro poeta e primeiro santo?
O primeiro poeta, celebrado por Fagundes Varela, Castro Alves e Bilac,
como depois por Jorge de Lima, Cassiano Ricardo e Cecília Meireles.
"Vede o Santo Anchieta, o Santinho corcós, de roupeta preta,
como vai e vem entre as aldeias a salvar alguém.
Vede Anchieta, o Santo, como o céu descreve um tamanho encanto,
que o índio quer trocar depressa este mundo por esse lugar.
Vede Anchieta, o Santo, entre montes altos e praias de espanto,
pisar este chão entre o Pão de Açúcar e o Cara de Cão."
Pois, se fundou a Cidade de São Paulo, ajudou a consolidar a de São Sebastião,
onde a silhueta do Corcovado eterniza a corcova do portador do Cristo,
que um dia se tornou visível em brancura de pedra.
E que nos traz agora Anchieta, vindo ao nosso encontro beatificado,
senão o outro Cristo, branco e visível,
que o proclamou Beato?

Zózimo

Quem sabe?

• *O exemplo do Governo do Kuwait, passando a participar acionariamente da Volkswagen do Brasil, devia ser incentivado e estimulado entre todos os demais países produtores de petróleo.*

• *Quem sabe, passando a ter grandes interesses na indústria automobilística, os produtores de petróleo começariam a pensar duas vezes antes de decidir seus periódicos aumentos de preço?*

* * *

• *No fundo, vender petróleo a preços proibitivos e apostar nos lucros de uma empresa que produz automóveis constituem uma contradição.*

QUESTÃO DE PREÇO

• O restaurante de Paul Bocuse, em Collonges-au-Mont d'Or, nas proximidades de Lyon, poderá mudar de mãos.
• Entre os interessados em comprá-lo está o Sr Fred Chandon (Moet et Chandon).
• Quanto a Bocuse, prefere comentar o assunto usando da maior objetividade: "em princípio, tudo está à venda. É uma questão de preço".

Esquecimento

• *A Rua Barão de Itambi, em Botafogo, foi esquecida pela Telerj depois que o metrô dali levantou acampamento.*
• *As dificuldades telefônicas ali continuam.*
• *O melhor exemplo é o de uma assinante da rua que só consegue falar para qualquer número do Rio se discar antes o prefixo do DDD de Belo Horizonte.*

* * *

• *E quando quer realmente falar para Belo Horizonte só o consegue se pedir auxílio à telefonista.*

PRECAUÇÃO

• Os banqueiros do bicho da praça do Rio já recomendaram a seus tomadores de apostas que não aceitem mais jogos na águia nos dias 1 e 2 de julho.

• Como a águia e o Papa João Paulo II, que estará na Cidade naqueles dois dias, têm como final o 2, as apostas já chegaram há uma semana a um limite considerado arriscado para os banqueiros.

• Aos que ainda assim quiseram arriscar um palpite aproveitando a inspiração Pontifícia, resta investir na dezena, que até o momento ainda não se encontra sobrecarregada.

■ ■ ■

Viva o Inter

• Quem assistiu anteontem pela TV ao jogo Internacional x Velez Sarsfield ficou encantado: tudo o que faltara na véspera à Seleção Brasileira na modesta vitória sobre o Chile sobrou 24 horas depois ao time gaúcho.

• O Inter mostrou uma defesa vigorosa, um bloqueio perfeito no meio de campo, onde o adversário que tinha a bola era sempre combatido por três, quatro e até cinco jogadores, e um ataque rápido lançado constantemente com passes em profundidade por Mário Sérgio, que fez lembrar em vários momentos o Gérson da Copa de 70.

• Em miúdos: o Inter, mesmo desfalcado de seu melhor jogador, Falcão, mostrou tudo o que o técnico Telê sonha em ter na Seleção Brasileira sem conseguir.

Barry Berenson, Liza Minelli e Ana Maria Tornaghi Affonseca em recente e movimentado acontecimento social em Nova Iorque

Jogo rápido

• **A Secretaria da Receita Federal instituiu, no caso do empréstimo compulsório do Imposto de Renda, a possibilidade do chamado** jogo rápido.
• **Só que contra o contribuinte.**
• **Aqueles que receberam suas notificações de pagamento e não concordarem com os números da Receita Federal têm apenas sete dias para entrarem com um recurso.**

• • •

• **Além do prazo exíguo, seu efeito não é suspensivo — ou seja, se o julgamento desse recurso demorar dois anos, durante esse período o contribuinte deverá pagar o que deve para, só depois, receber a devolução.**

■ ■ ■

Novidades à vista

• *O diretor-geral do Detran, Sergio Rodrigues, tem sobre a mesa de trabalho dois telegramas recebidos ontem, a propósito da campanha contra o estacionamento irregular nos bairros de Ipanema, Leblon e Copacabana.*
• *O primeiro vem assinado pelo Sr Luís Felipe Figueiredo, irmão do Presidente da República, e agradece a possibilidade de alguém, que reside e trabalha há 20 anos no bairro, sentir-se novamente civilizado e humano.*
• *O segundo, assinado a quatro mãos por Millôr Fernandes e Yllen Kerr, externa, com outras palavras, a mesma opinião.*

* * *

• *Quanto aos lojistas, cujas reivindicações estão sendo estudadas pelo Detran, há novidades no ar.*
• *Não será surpresa se vier a ser autorizada brevemente uma utilização das calçadas mais largas como estacionamento rotativo — mas apenas naquelas em que os carros não interfiram na livre circulação dos pedestres.*
• *Se isso não resolver o problema dos lojistas, pelo menos certamente os diminuirá.*

■ ■ ■

CAMPEÃ MUNDIAL

• Segundo estatísticas atuais, é da França e não — como muitos pensavam — do Leblon ou de Ipanema o recorde mundial do consumo de bebidas alcoólicas.
• Os franceses bebem em média, por pessoa, 220 litros de vinho por ano.
• Em termos de álcool puro, compreendidas ai todas as bebidas, cada francês consome em média 30 litros por ano.
• Ainda assim, a cirrose concorre apenas com 3% para o total anual dos óbitos franceses.

■ ■ ■

Sem cortes

• **A grande surpresa do ano na área da Censura cinematográfica ficou por conta da liberação, ontem, sem cortes de qualquer espécie, de La Luna, de Bernardo Bertolucci.**
• **O filme, que entra na próxima semana, trata de assuntos até então tidos como pratos feitos para a tesoura dos ávidos censores de Brasília.**

RODA-VIVA

• Depois que voltar de sua **tournée** pela Europa (Lisboa e Montreux), Gal Costa Gravará um LP só com músicas de Ary Barroso.
• **O tradicional** atelier **De Cicco — 45 anos de existência — está lançando uma linha de roupas intermediária entre a sob medida e o** prêt-à-porter. **O novo estilo, que levará a griffe De Cicco-Linea Sport, requer uma única prova, com manga alinhavada. A complementá-la, as camisas do estilista Waldemar Braga.**
• A galeria Point Rouge, de Nova Iorque, tem engatilhadas para este ano exposição de três artistas brasileiros: Pietrina Checcacci, Agostinelli e Rosina Becker do Valle.
• **A fotógrafa Vânia Toledo lança hoje na Concha Verde seu livro de ensaios fotográficos.** Homem.
• A partir de hoje o Club 48 passa a funcionar no mesmo esquema do 21: piano-bar, com música a cargo de Ana Mazzoti (ex-Ta Ma Tete) e Ronnie Mesquita.
• **Leon Hirshman concluiu as filmagens de** Eles Não Usam Black Tie **que chegará às telas com outro nome:** Segunda-Feira, Greve Geral. **A música será de Chico Buarque e Milton Nascimento, com arranjos de Gilberto Gil.**
• O restaurante Rive Gauche, agora dirigido pelo competente Flávio Ramos, abrirá pela primeira vez para almoço a partir do próximo domingo, com direito a telão exibindo o jogo Brasil x Polônia.
• **O perigo da reivindicação dos comerciantes de Ipanema e Leblon, que pedem estacionamento dos carros nas calçadas, é seus colegas da Avenida N. Sª de Copacabana pleitearem a mesma regalia. Ou os da Avenida Rio Branco.**
• A Sra Josefina Jordan reuniu ontem em casa um grupo pequeno de amigos para jantar.
• **O Inter-Continental tem agora um novo** chef: **Hubert Rossier, francês, como deve ser.**

Insistência

• *Embora o técnico Zagalo seja contra, é provável que o Fluminense contrate o jogador Marinho, atualmente jogando nos Estados Unidos.*
• *Marinho viria por empréstimo, por cinco meses, apenas para disputar o campeonato estadual, ganhando Cr$ 250 mil por mês.*

Zózimo Barrozo do Amaral

FILATELIA

TRÊS SELOS ABREM A PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA NAS OLIMPÍADAS DE 80

Carlos Alberto L. Andrade

Na primeira homenagem oficial brasileira aos jogos olímpicos de Moscou, na União Soviética, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos emitirá na próxima segunda feira, dia 30, uma série de três selos que serão lançados festivamente em Brasília (DF), São Paulo (SP) e no Rio de Janeiro (RJ).

Os selos que retratam o ciclismo, o remo e o tiro ao alvo, deverão circular em território brasileiro e servirão para divulgação do Comitê Olímpico Brasileiro (COB) durante os jogos que serão oficialmente abertos em Moscou, no próximo dia 19 de julho.

Criadas por Maria Clara R. de Moraes, as peças retratam em concepção tradicional os esportes destacados, realçando em seu canto inferior direito, sob fundo vermelho, o emblema das XXII Olimpíadas da era moderna. Seu valor facial é de Cr$ 4,00 para cada uma, com tiragem unitária de dois milhões e quinhentos mil exemplares que receberam impressão offset sobre papel couché gomado e folhas de 35 selos.

Brasil 80 4,00

Brasil 80 4,00

PICOTES & FILIGRANAS

• A solenidade oficial de lançamento dos selos da série comemorativa do 10º Congresso Eucarístico Nacional e da visita do Papa João Paulo II ao Brasil foi realizada na última terça-feira, dia 24, no salão nobre do Palácio do Planalto, com a presença do Presidente João Figueiredo que recebeu exemplares especiais dos cinco selos e dos envelopes de primeiro dia de circulação, carimbados nos respectivos locais de emissão das peças. Na ocasião, o Presidente da ECT, eng. Adwaldo Botto de Barros informou que estava sendo entregue ao Núncio Apostólico, Dom Carmine Rocco, um álbum especialmente preparado, para presentear o Papa com exemplares dos selos, classificados como "verdadeiras obras de arte e demonstrativos do que nós somos e de como é nossa arquitetura". O álbum seguiu para o Vaticano na bagagem do Núncio Apostólico.

• **Com a chamada de Registre a Visita do Papa, os Correios publicaram na edição de terça-feira do JORNAL DO BRASIL, e dos principais órgãos da imprensa, uma peça publicitária promovendo a série de cinco selos emitidos para comemorar a viagem do Chefe da Igreja Católica ao Brasil. A inteligente concepção do anúncio mostra, destacadamente, a cruz romana na montagem dos selos.**

• O jornalista esportivo polonês, Zdzislaw Holowiecki (31 — 505 Krakow-Arianska 17 — Poland) deseja manter contacto com filatelistas brasileiros interessados na permuta de peças sobre o Papa João Paulo II, pedindo em troca os selos brasileiros que registrem a viagem que o ex-Cardeal de Cracóvia realizará ao Brasil a partir da próxima segunda-feira. Diz o correspondente que se interessa também por selos do tema esportes. Escreve ele em inglês.

• **Ontem, em solenidade especial em sua sede em Nova Iorque, em Genebra, na Suíça e em Viena, na Áustria, a Administração Postal das Nações Unidas lançou seis selos e três blocos, com nove valores faciais, comemorando o 35º aniversário de fundação da Organização das Nações Unidas. As peças filatélicas emitidas pela ONU podem ser adquiridas no Brasil através de contatos com o distribuidor autorizado, Adalberto Marcus (Rua Barão de Itapetininga, 262 — sala 313 — CEP 01042 — São Paulo — SP).**

• Ao contrário do que foi noticiado nesta coluna, o selo em homenagem à norte-americana Helen Keller, registrando o IV Congresso Brasileiro de Prevenção da Cegueira, não foi eliminado do calendário filatélico deste ano. Sua emissão foi transferida para o próximo dia 28 de julho. Além desse lançamento e da emissão comemorativa da beatificação do Padre José de Anchieta, estão previstas mais duas emissões. A primeira, dia 11, em homenagem ao Projeto Rondom, com um selo. A segunda, no dia 27, com três selos, integrará a série **Desenvolvimento Agropecuário**. No programa oficial brasileiro, o Quarto Centenário da morte de Camões e o cinqüentenário da Revolução de 1930, continuam sendo episódios que não merecem homenagem filatélica, não recebendo o assunto nenhuma manifestação por parte da presidência da ECT.

• **A Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa está promovendo uma Exposição Filatélica comemorativa do aniversário da Rainha Elizabeth II, com a apresentação de peças que integram a coleção elisabetana do filatelista Roberto José Collaço Roliz. A mostra está sendo realizada nos salões da SBCI à Avenida Graça Aranha, 327 — 3º andar e deverá permanecer aberta ao público, entre 9h e 19h, até o dia 4 de julho.**

• A cidade fluminense de Cabo Frio deverá receber proximamente nova Agência Postal Telegráfica, na qual está prevista a instalação de moderno guichê filatélico e dependências próprias para o funcionamento desse setor da administração posta naquela estância. O edital de tomada de preços para as obras de construção já foi publicado.

• **Encerrou-se em Fortaleza (CE), no último domingo, a Brapex IV — Exposição Filatélica Nacional, apresentando um dos mais positivos resultados já obtidos em mostras filatélicas realizadas no país. Contando com excepcional índice de qualidade na participação dos expositores, a Brapex mereceu dos seus participantes as mais elogiosas referências, após o jantar de congraçamento promovido por sua Comissão Executiva, na noite do domingo.**

VERÍSSIMO

ANTONIO, VOCÊ TEM MESMO A COISA SOB CONTROLE?
CLARO!
QUEREM VER?... SENTA!
PAF!

PEANUTS

CHARLES M. SCHULTZ

AQUI VAI O FAMOSO ESCRITOR JORGE GAMADO DESPACHANDO SEU ÚLTIMO ROMANCE!
SERÁ QUE O PESSOAL LEU DE VERDADE MEU MANUSCRITO?

A.C.

JOHNNY HART

...E ESTE PÁSSARO É ESPETACULAR!
ESPETACULAR... POR QUE?
IMITA O TRAVOLTA!
EMPRESÁRIO

KID FAROFA

TOM K. RYAN

JURO QUE SACUDIREI ESTA CIDADE!
NÃO FIQUE AÍ PARADO! FAÇA ALGUMA COISA!
ESTOU REZANDO PARA APARECER UM TERREMOTO!
JUIZADO

O MAGO DE ID

BRANT PARKER E JOHNNY HART

UM GRUPO DE MILITANTES CONFISCOU TODO O ESTOQUE DE GRÃOS!
O QUE QUEREM, AFINAL?!
IGUAL JUSTIÇA PARA TODOS!
ÓTIMO! CONFISQUE AS FAZENDAS DELES!

LOGOGRIFO

JERÔNIMO FERREIRA

N	P	L
	S	R
F	T	G

PROBLEMA Nº 413

1. agreste (6)
2. ávido (7)
3. benzer (8)
4. cevar (7)
5. descrição da Lua (12)
6. evidenciar (9)
7. mandato de senador (9)
8. omitir (7)
9. pão bento (7)
10. que causa sono (8)
11. que faz sortilégios (9)
12. que se alimenta de coisas putrefatas (9)
13. relativo a searas (7)
14. relativo a seda (8)
15. relativo aos sonhos (6)
16. sábio (8)
17. sangue derramado (7)
18. senhor de solar (9)
19. soleira (8)
20. vasilha para sal (7)

Palavra-chave: 16 letras

Consiste o LOGOGRIFO em encontrar-se determinado vocábulo, cujas vogais já estão inscritas no quadro acima. Ao lado, à direita, é dada uma relação de 20 conceitos, devendo ser encontrado um sinônimo para cada um, com o número de letras entre parênteses, e todos começados pela letra inicial da palavra-chave. As letras de todos os sinônimos estão contidas no termo encoberto, e respeitando-se as letras repetidas.

Soluções do problema nº 412: Palavra-chave: HELESPONTÍACO
Parciais: **hostil; halito; hepatólise; helênico; hospital; hélice; heleno; heliose; hóstia; hipoteca; hiante; hepático; helespontico; helianteo; hipnose; hipótese; hética; helcose; honesto.**

CRUZADAS

CARLOS DA SILVA

HORIZONTAIS — 1 — moléstia infecciosa causada por bactérias, comum aos bovinos, caprinos e suínos, por eles transmitida ao homem e que provoca febre, anemia, nevralgias, dores articulares e suores; febre de Malta; 9 — a primeira cavidade do estômago dos ruminantes; 10 — peixe teleósteo, percomorfo, da família dos cianídeos, que habita o Atlântico desde as Antilhas até as costas do Brasil; oveva; 12 — ainda não contados; esquecidos; 14 — militar, geralmente de direita, que toma o Poder por golpe, ou que é defensor dessa prática; 15 — árvore pequena, da família das anonáceas, de folhas ásperas, e cujo fruto é baga composta, de casca avermelhada ou amarelada, fornecendo madeira fibrosa e macia, usada em construção civil; coração-de-boi; 16 — nome dado a rochedos e blocos quadrangulares de pequena superfície, dificilmente acessíveis; 18 — que lhe pertence; 20 — última porção do intestino delgado; 21 — gigante mencionado no culto pelos rabinos israelitas; 22 — construção que forma ângulo em baluarte, trincheira, etc.; ressalto na parte superior de muros construídos em terreno inclinado para nivelar essas construções; 25 — que não ultrapassou o estágio de rudimento; que não se desenvolveu ou aperfeiçoou; 27 — bolsa de caça feita de fibras de caroá; 28 — registro escrito no qual se relata o que se passou numa convenção; 29 — voz imitativa da pancada muito ruidosa; 30 — o primeiro estado dos insetos, depois de saírem do ovo; entre os antigos romanos, espírito malfazejo de um morto que vagueava entre os vivos para os atemorizar.

VERTICAIS — 1 — galo de briga; 2 — cada uma das direções marcada na rosa-dos-ventos; direção do movimento da embarcação, quando se está navegando; 3 — pertencente ao úmero; 4 — lugar onde se enterram animais; lugar onde se depositam objetos já sem uso ou imprestáveis (pl.); 5 — esconderijo de coelhos e outros animais; qualquer buraco; 6 — cada uma das seis divisões de cada tribo ateniense; 7 — resultante do processo de sedimentação; sedimentário; 8 — iguaria feita de milho e azeite-de-dendê, à qual, às vezes, se acrescenta feijão-fradinho torrado; 11 — cruzamento de peças em forma de X, usado para garantir a estabilidade de armações ou estruturas; peça honrosa de primeira ordem, formada pela combinação da banda com a barra; 13 — cada uma das tiras de folhas de palmeira que, preparadas, perfuradas e metidas entre capas de madeira formam, entre povos indianos, uma espécie de livro; 16 — encoraja, respira; 17 — espécie de tonel com capacidade de três quartos de pipa; composição ruim de gravador; 19 — andar a esmo; bestar; 20 — subconjunto I de um anel R, estável sob adição, e que contém qualquer elemento cx ou xc, desde que c pertença a R e x a I; 23 — dentro de; 24 — qualquer planta venenosa que nasce em pastagens e que, comida pelos animais, pode causar-lhes a morte; 26 — as horas ou período diariamente estabelecido pelo uso ou pela lei para o trabalho. Léxicos: Melhoramentos; Aurélio e Casanovas.

SOLUÇÕES DO NÚMERO ANTERIOR

HORIZONTAIS — semimetal; acoreses; lotus; bi; arcal; corear; ado; agestrato; cisplatina; ev; sumas; aaru; tabla; esporo.

VERTICAIS — salicaceas; eco; motores; iru; mes; es; tear; as; filo; badanal; arrasto; catimbo; ogiva; esprus; atl; atuar; asas; re.

Correspondência e remessa de livros e revistas para: Rua das Palmeiras, 57 apto. 4 — Botafogo — CEP 22 270.

HORÓSCOPO

JEAN PERRIER

CARNEIRO — 21/3 a 20/4

Finanças—Trabalho — Suas concepções serão excelentes e realistas. Você deve pôr em dia todos os seus projetos. Contatos interessantes. Cuide de tudo com minúcia. Os estudos serão favorecidos. **Amor** — Seja amável e conciliador. Suas relações com as pessoas amadas estarão protegidas. Deixe que uma delas tome a decisão. **Pessoal** — O ciúme vai ensinar-lhe a desconfiar dos outros. Portanto, seja mais sociável. **Saúde** — Evite todos os excessos.

TOURO — 21/4 a 20/5

Finanças—Trabalho — O dia será difícil pois haverá acontecimentos repentinos e complicações com certas pessoas no setor financeiro. Evite assinar documentos ou atos importantes. **Amor** — A pessoa que você ama poderá, com palavras ou atitudes, criar dúvidas em você. Procure não condená-la e tenha confiança. **Pessoal** — Procure conhecer melhor as pessoas amigas. Você mudará de opinião. **Saúde** — Um pouco de cansaço. Tome vitamina C.

GÊMEOS — 21/5 a 20/6

Finanças—Trabalho — Dia propício para os negócios e o trabalho. Você receberá uma proposta ou uma oferta de colaboração inesperada. Profissões liberais favorecidas. Pode viajar. **Amor** — O plano sentimental continua excelente com Vênus no seu signo. Aproveite o período para tomar decisões importantes. Bom clima familiar. **Pessoal** — Enfrente tudo com calma, e resolva os problemas familiares em suspenso. **Saúde** — Boa forma.

CÂNCER — 21/6 a 21/7

Finanças—Trabalho — Dia proveitoso. Negócios benéficos. Você pode realizar grandes lucros ou gozar de uma sorte repentina no setor financeiro. Pode iniciar um processo. Bom clima profissional. **Amor** — Uma pessoa despertará em você um certo entusiasmo, mas as circunstâncias não ajudarão e os projetos que você havia elaborado vão fracassar. **Pessoal** — Não ligue para as intrigas e cuide mais de você mesmo. **Saúde** — Mal-estar: você deve consultar um médico.

LEÃO — 22/7 a 20/8

Finanças—Trabalho — Domínio financeiro bom. É possível que você não aceite uma ajuda por motivos inexplicáveis. Será um erro mas não assine documentos. **Amor** — Clima sentimental excelente. Durante o dia você poderá se reconciliar com uma pessoa que você ama ou então ter um novo encontro. **Pessoal** — Procure aplicar sua extraordináriaa faculdade de adaptação a tudo. **Saúde** — Não pense sempre nos seus problemas.

VIRGEM — 23/8 a 22/9

Finanças—Trabalho — O dia facilitará os contatos com as pessoas que você encontrar, seja para os negócios ou sua profissão. Estudos, solicitações, assinaturas e viagens favorecidos. **Amor** — Plano afetivo pernicioso. Hoje, você perceberá que existe uma certa insatisfação sentimental. Você descobrirá que está idealizando demais a pessoa amada. **Pessoal** — Transformações na sua casa serão favorecidas. **Saúde** — Tome cuidado com seus rins.

BALANÇA — 23/9 a 23/10

Finanças—Trabalho — Idéias excelentes, vá até o fim de tudo aquilo que você iniciou e não se deixe desanimar por eventuais obstáculos. Você vencerá. Viagens de negócios favorecidas. **Amor** — O dia sentimental será bom e você receberá notícias de uma pessoa amada e que você não vê há muito tempo. Responda imediatamente a sua carta. **Pessoal** — Não complique inutilmente as suas relações com uma pessoa idosa. **Saúde** — Grande forma física.

ESCORPIÃO — 24/10 a 21/11

Finanças—Trabalho — O dia será bom e você não deve ficar inativo (a). Faça progredir seus empreedimentos ou seus projetos mesmo que você encontre sérios obstáculos. Solicitações favorecidas. **Amor** — Hoje, você agradará muito mas ainda hesita em se lançar em novas aventuras. Aliás, você deve agir com prudência. Harmonia em família. **Pessoal** — Seja prudente com os seus problemas estritamente pessoais. **Saúde** — Boas condições físicas. Evite os excitantes.

SAGITÁRIO — 22/11 a 21/12

Finanças—Trabalho — Hoje, sua perseverança e sua tenacidade devem permitir que você seja bem-sucedido (a). Uma surpresa e sorte profissional devem acontecer. Comece um novo processo. **Amor** — Você não será feliz pois está inquieto (a) com o comportamento da pessoa amada. Você terá a impressão de ser abandonado (a). **Pessoal** — Não deixe pessoas estranhas se intrometerem na sua vida. **Saúde** — Vigie a sua linha e peça uma boa dieta ao seu médico.

CAPRICÓRNIO — 22/12 a 20/1

Finanças—Trabalho — Plano profissional mal influenciado, mas o dia será ótimo para resolver os negócios litigiosos, iniciar um processo ou assinar documentos. Estudos e escritos favorecidos. **Amor** — Sentimentalmente, você lamentará muitas coisas e terá nostalgia do passado, com todos os nativos deste signo. Grande satisfação com seus filhos. **Pessoal** — Uma discussão franca poderá restabelecer o equilíbrio e a harmonia. **Saúde** — Pratique mais esportes.

AQUÁRIO — 21/1 a 18/2

Finanças—Trabalho — Excelente dia. Hoje, você pode estabelecer contatos decisivos e benéficos para os seus projetos e seus novos negócios. Propostas inesperadas que devem ser aceitas. Viagens favorecidas. **Amor** — Hoje, você se sentirá forte e seguro (a) do amor da pessoa amada. Esta certeza facilitará muito a sua vida sentimental. Alegria com seus filhos. **Pessoal** — Não hesite em dar aos seus próximos os parabéns que eles merecem. **Saúde** — Procure o ar puro.

PEIXES — 19/2 a 20/3

Finanças—Trabalho — Atrasos e divergências com seus superiores o (a) deixarão irritado (a). Nada de grave deve ser temido. Seja mais paciente. Contratos favorecidos. **Amor** — O plano sentimental não apresentará muito atração, principalmente porque Vênus está em quadratura. Você terá mais satisfações no plano da amizade. **Pessoal** — Não exagere os motivos de desacordo e não faça intrigas. **Saúde** — Tome cuidado com o seu coração.

SERVIÇO

O GUARANI

DA IMAGEM ROMÂNTICA AO ESTADO ATUAL, SÉRGIO BRITO REVÊ A CULTURA INDÍGENA

Fotos de Delfim Vieira

Na concepção de Sérgio Brito, os índios romantizados de Carlos Gomes adquiriram contornos mais contemporâneos. Nesta versão de *O Guarani*, o sentimento brasileiro se equilibra com o caráter verdiano da obra que estreou em Milão em 1870

Ronaldo Miranda

SEIS anos depois de ter dirigido uma criativa **Traviata** — cuja ousadia da concepção cênica gerou polêmicas mas abriu fronteiras — Sérgio Brito volta a dirigir uma ópera no Municipal. É dele a **mise-en-scène** do **Guarani**, de Carlos Gomes, que estréia domingo, com a participação de um numeroso elenco e dos três corpos estáveis do Teatro: orquestra, coro e corpo de baile.

Sentindo-se mais tranqüilo e amadurecido em relação ao seu trabalho como **régisseur**, Sérgio Brito afirma que, para o espetáculo atual, partiu de uma visão bem ampla da cultura indígena, procurando relacionar "a imagem romântica do índio de José de Alencar com a realidade do índio de hoje, que é brasileiro como nós e continua sendo destruído dia a dia".

— O índio de Alencar é intensamente romântico — diz Sérgio. O escritor o descreve como o "Deus da floresta brasileira", atribuindo-lhe uma força e uma beleza que o nosso índio na verdade não tem. Ou se teve, no passado, nós não chegamos a conhecer. Acho importante transmitir e cultivar esse apelo à permanência da imagem romântica, mas é preciso também relacioná-la com a verdadeira posição do nosso índio, que vem sendo explorado de 1500 até hoje.

— Em termos práticos, vou utilizar 52 figurantes que atuarão junto ao coro e aos solistas, representando o lado mais ativo da tribo, isto é, os jovens guerreiros e suas mulheres. Essa equipe — formada por atores jovens, manequins e figurantes de TV — trabalhou conosco durante um mês e meio, fazendo exercícios diários de expressão corporal, sob a orientação de Maria Rita Costa, que foi também minha assistente na montagem da **Traviata**. Antes de iniciarmos o trabalho com os atores, levamos três meses pesquisando tudo sobre o comportamento indígena, em livros, filmes e gravações. Procuramos saber como os índios andam, como comem, como choram. Maria Rita fez os atores caminharem com o pé reto, o joelho dobrado, o ombro caído. Nossa tentativa de reproduzir o comportamento dos índios não se prende à idéia de uma encenação realista, mas a uma maior intimidade com o seu mundo, com a sua maneira de viver. Algo que pudesse criar uma atmosfera e ao mesmo tempo aumentar o poder da nossa fantasia.

Como é obtida a correlação entre a imagem romântica do índio e o seu estado atual?

— A equipe de figurantes aparece em vários momentos da ópera, desde a **Abertura**, estabelecendo uma linha de ação, uma espécie de **leit-motiv** cênico. No 3º ato, há um verdadeiro massacre da tribo dos aimorés e os remanescentes aparecem no 4º ato, após a explosão do castelo dos portugueses, não como vitoriosos, mas como um bando de gente faminta, suja e abandonada, que olha protestando para o público. Na verdade, os poucos índios que sobraram são perdedores, tendo muito a ver com os índios carentes de hoje. A imagem final é de grande força e impacto, mas não perturba: esclarece.

— Em termos do desenvolvimento da ação, como você vê a personalidade dos personagens principais?

— Vejo o Peri muito apaixonado e amadurecido, e a Cecília uma menina que não sabe exatamente o que quer. Ele a evita como defesa, pois é fiel a Dom Antônio e respeita aquela jovem; já teve sexo com as mulheres de sua tribo e conhece o amor físico. Ela, ao contrário, amadurece no decorrer da ação, depois do verdadeiro contato com o índio. A relação entre os dois é difícil e contraditória, mas é um dos grandes encantos da ópera.

— Não termino a encenação, contudo, com a imagem tradicional de Peri salvando Ceci. Creio que, no momento final, o que interessa mais é o fato social, é saber o que aconteceu com a tribo. Isso é mais importante do que o destino do par romântico.

— E a música italianizante de Carlos Gomes? Não se choca com a sua visão do espetáculo?

— Procurei harmonizar bem as coisas e dosar as contribuições que pesquisamos em matéria de gestos e ritmos, para o coro e os figurantes. Respeito muito a música de Carlos Gomes, mas me achei no direito de reduzir o **ballet** da partitura original, de 12 para quatro minutos, acrescentando dois minutos de ação e ritmo percutido, tocado por percussionista no próprio palco e não no fosso da orquestra. Isso não está previsto na partitura, mas não causou qualquer prejuízo à obra. E não sou apenas eu quem pensa assim: os maestros Tavares, Cellario e Maspero concordaram plenamente com a redução e o acréscimo.

— E a concepção de Luís Carlos Ripper para os cenários e figurinos?

— Posso garantir que é bastante original. Não tem nada a ver com o **Guarani** de sempre, com índios de malha marrom e cara pintada. Os figurantes usam o mínimo de roupa possível e mesmo o coro usa o indispensável, sem que isto venha a chocar. Os índios de Ripper são azulados e cheios de imaginação. São índios quase fenícios. No cenário da floresta também prevalece o tom de azul, como uma espécie de cor mágica. No chão, há uma série de blocos, com volumes, arestas e saliências, mais escuros em baixo e mais claros em cima. Do teto, pendem cortinas transparentes de filó e isopor, com aplicações de palmeiras e outros elementos da natureza. Tudo evidentemente realçado pela expressiva iluminação de Jorginho de Carvalho, que é um grande profissional e dá uma contribuição definitiva ao espetáculo.

— Como você vê o seu trabalho no "Guarani" em relação à sua concepção para a "Traviata"?

— Minha primeira preocupação ao dirigir a **Traviata** foi inovar, sacudir a poeira. Quis contar, como num pesadelo, a história da decadência de uma classe média, onde uma jovem prostituta é condenada e massacrada por valores preconceituosos e falsos. Posso ter cometido exageros, mas creio que obtive um bom resultado. Em relação ao **Guarani**, sinto-me mais tranqüilo e não vejo necessidade de uma encenação tão revolucionária. A própria ópera não é tão universal quanto a **Traviata** e não resistiria a uma abordagem excessivamente vanguardista. Mas não abdico de criar em cima de um texto: acho que um trabalho de direção, mesmo em ópera, vai além da mera **mise-en-scène**. Essa foi a postura de um Visconti, como é a de um Lavelli. E é com essa disposição que pretendo sempre me aproximar do gênero lírico.

UM VERDIANO DE TALENTO

Luiz Paulo Horta

CARLOS Gomes tem um lugar muito especial entre os mestres da música brasileira: foi o primeiro a transpor, pela fama, as nossas fronteiras. Por isso — e também pelo gênero que cultivava — terá conquistado a condição de compositor nacional. Quem conhece música talvez preferisse ver esse título entregue a José Maurício ou a Villa-Lobos, por diversos motivos. Mas também não há razão para brigar com a voz do povo: tudo pesado, Carlos Gomes não é indigno do majestoso monumento que a Capital do seu Estado — São Paulo — lhe dedicou.

Sua linguagem musical é a de Verdi; seus libretos são escritos em italiano; mas estas eram, afinal, a linguagem e a forma que dominavam a sua época — a segunda metade do século XIX quando o Rio de Janeiro mal sabia o que fosse música sinfônica ou de câmara e enchia o Teatro Lírico para ovacionar as divas.

Dentro dessas limitações, Carlos Gomes não era desprovido de sentimento brasileiro — e antes de embarcar para a Itália já tinha composto uma famosa modinha: Quem Sabe? *O Modernismo, iconoclasta por vocação, arremeteu contra ele, como contra todo o passado. Depois, Mário de Andrade reconheceu o erro, e fez um esforço talvez excessivo para demonstrar a brasilidade de Carlos Gomes. Mas essa brasilidade está mais nos libretos do que na música, como observou mestre Carpeaux, acrescentando: "Não se compreende, aliás, por que o compositor, homem do seu tempo e de fortes convicções nacionalistas, não teria tido o direito de exprimir essas convicções na melhor linguagem musical que conhecia: a de Verdi".*

As defesas são desnecessárias: Carlos Gomes está firmemente incrustado no nosso repertório operístico, e faz juz a isso, pois seu talento melódico é imenso.

Qualquer dúvida a esse respeito, em torno do jovem músico de Campinas que estudava na Europa por proteção de D. Pedro II, foi dissipada exatamente com o Guarani, *que estreou em Milão em 1870, quando seu autor tinha 34 anos.*

Estudante no grande centro operístico, Carlos Gomes já compusera duas óperas com libreto em português, dentro do compromisso de trabalhar para o desenvolvimento do canto lírico em nossa língua. Mas estudando em Milão, na época do apogeu do verdianismo, é natural que Carlos Gomes visse o seu gênio melódico encaminhar-se nesta direção.

Já tinha concluído seus estudos na Itália, já obtivera sucesso com uma revista musical — Se Sà Minga *— quando, andando pelo* Duomo de Milão, *encontrou à venda, em italiano, o* Guarani, *de Alencar. Lido com entusiasmo, o livro acendeu-lhe a imaginação. Carlos Gomes procurou o poeta Antonio Scalvini, seu colaborador, para que extraísse do romance um libreto. O próprio Scala de Milão depositava confiança no jovem compositor já conhecido, pois encomendou o* Guarani *para a temporada de 1869-70. Presente aos ensaios, Carlos Gomes esforçou-se para obter os cantores apropriados aos papéis — sendo o físico um dos requisitos. Tratou também de conseguir instrumentos típicos, que dessem colorido indígena aos bailados do terceiro ato. A estréia, a 19 de março de 1870, foi um acontecimento. O poeta Luís Guimarães Júnior, que era secretário de embaixada em Roma, foi a Milão e registrou: "Depois de cada ato, são quinze, dezesseis ou dezoito chamadas ao autor, e no fim da ópera, público, adversários e maestros estão vencidos, subjugados, e rendem a devida glória ao novo astro que surge".*

Em fins de 1870 a ópera estreava no Rio, com a presença do Imperador. Caracterizam-se, então, os trechos de maior sucesso: o dueto Sento una Forza Indomita, *a balada do soprano* C'era una Volta un Principe, o Coro dos Caçadores, *a* Ave Maria.

O ouvinte desprevenido conhece Carlos Gomes pela Protofonia *(abertura) desse mesmo* Guarani, *ou pela* Alvorada do Schiavo. *Esses trechos são representativos da estética do músico de Campinas: é a linguagem dramática e colorida da Itália de Verdi; mas há algo mais, que todo brasileiro é capaz de reconhecer, embora seja apenas o embrião de um sentimento nacional: Carlos Gomes tinha saudades do Brasil.*

A versão que subirá ao palco domingo, 110 anos depois da estréia da ópera, tem encenação de Sérgio Brito, cenários e figurinos de Luís Carlos Ripper. Áurea Gomes, no papel de Ceci, acaba de revelar suas qualidades no Réquiem, *de Verdi, depois de ter feito carreira no exterior. Benito Maresca, o tenor que faz Peri, é outro artista que construiu a sua reputação no exterior, apresentando-se por toda a Europa e cumprindo, atualmente, contrato de dois anos no Teatro de Mônaco. O barítono Paulo Fortes e o baixo Amin Feres são figuras de destaque em nossas temporadas operísticas. Atuarão ainda o balé do Municipal, em coreografia de Dennis Gray, o Coro e a Orquestra do Teatro, sob a regência de Mário Tavares.*

O FILME EM QUESTÃO

O CORCEL NEGRO

(The Black Stallion)
Elenco

Kelly Reno	Alex Ramsey
Mickey Rooney	Henry Dailey
Teri Garr	Mãe de Alex
Hoyt Axton	Pai de Alex
Clarence Muse	Snoe
Michael Higgins	Nevile

Produtor executivo — Francis Ford Coppola. Diretor — Carrol Ballard. Roteiro — Melissa Mathison, Jeanne Rosemberg e William D. Wittliff. Baseado no romance de Walter Farley. Diretor de Fotografia — Caleb Deschanel. Montagem — Robert Dalva. Música — Carmine Coppola. Produção — Omni Zoetrope Studios. Distribuído pela United Artist.

Ely Azeredo
★★★

ESTARÍAMOS aqui com cinco estrelas, em vez de três, para **O Corcel Negro**, se a eficiência da direção, o profissionalismo da produção e o esplendor da fotografia bastassem como índices de avaliação do nível de um filme. Como tudo o que sai dos estúdios do produtor Coppola, o filme seduz como uso inteligente do instrumental cinematográfico. Mas a história, embora cativante, cai muito a partir de meados da projeção. O final, convencional, fica inúmeros pontos abaixo da expressividade das seqüências na ilha deserta, por exemplo. No segmento da ilha, além de algumas das mais belas imagens do cinema dos últimos anos, o filme comunica sensorialmente — em planos antológicos, montagem, ritmo — o sentido de liberdade e energia que emana de Black. Afinal, muito mais que um cavalo.

Hugo Gomez
★★★★

OFICIALMENTE destinado às crianças, **O Corcel Negro** é na realidade, face a seus componentes intrínsecos — a convivência com a solidão, o aprendizado da sobrevivência — um filme mais recomendável para adultos. A primeira parte, passada numa ilha deserta em cenários naturais extasiantes, é uma beleza inenarrável, tal o impacto das imagens, destacadas por uma fotografia que supera a de **A Filha de Ryan**, até então sem paralelo. O início de relacionamento entre os náufragos é da mais pura poesia, obtida em parte graças ao desempenho de Kelly Reno, um ator nato, sem o menor ranço de garoto prodígio, e ao **trabalho** de um belíssimo animal. O filme cai de ritmo na segunda metade, mais pela intrusão de terceiros numa história até então fundamentalmente a dois, mas Mickey Rooney se destaca numa feliz participação, que deve tê-lo recordado de seu trabalho em **A Mocidade é Assim Mesmo**, 35 anos atrás, com tema semelhante. Louvável a economia de diálogos, dispensáveis, e parabéns a Coppola pelo insuperável nível artístico do filme-surpresa do ano.

Ivanir Yazbeck
★★★

EIS um bonito exemplar do gênero feito para entreter, sem maiores compromissos. A assinatura de Francis Ford Coppola como produtor executivo representa, no mínimo, a garantia de um espetáculo tecnicamente ambicioso e sua presença faz-se sentir até mesmo na direção, evitando que a narrativa sucumbisse no sentimentalismo, tipo Disneylândia. Tudo funciona bem: fotografia, montagem, música e as interpretações do garoto Kelly Reno e de Mickey Rooney, retornando às telas, marcado pela idade, com os mesmos tiques simpáticos que o tornaram famoso desde criança. Seu trabalho não chega a convencer para a indicação ao Oscar de Melhor Coadjuvante, mas valeu pela homenagem ao seu reaparecimento nesse inofensivo **Corcel Negro**.

José Carlos Avellar
★★

QUANDO a história avança no navio a câmara esquece os personagens e vem ao convés, para, sozinha, ver e ouvir o mar. Quando a história salta para a praia, a câmara esquece o pequeno náufrago e passeia à vontade pelos rochedos, pela areia, pela vegetação rala, e até dança um pouco debaixo dágua. E o que importa mesmo são estas coisas que a câmara vê (e ouve) à margem da história. História, aliás, quase nem existe. Temos só um pretexto para ordenar imagens e sons que tentam pegar o espectador como imagens e sons mesmo. Como sensações endereçadas aos olhos e ouvidos. Aos sentidos. Como pintura super-realista. Como superampliação na natureza. Feito para ser exibido em cinemas com som **dolby** e vários alto-falantes, o filme perde muito exibido assim como está, com projeção comum e som encolhido como voz de sujeito tímido que fala para dentro. O que aparece é só a história de um pequeno príncipe que oferece seu reino por um cavalo, quando tudo foi feito para que aparecesse a voz agradavelmente musical e tronitroante do narrador.

Roberto Mello
★★★

KUROSAWA disse que teve o maior trabalho com os 200 cavalos na filmagem de **Kagemusha**: "Os cavalos não sabem mais representar". Não é esse o caso de **Black**, o grande ator de **Corcel Negro**, sem menosprezo por Mickey Rooney, indicado para o Oscar de coadjuvante. **Black** é o maior, mais bonito, mais rápido, mais selvagem. O bestiário americano vai lá na infância e reconstrói os mitos que sustentam o Poder: irresistível desejo de que **Black** vença a corrida final, confirmação das fantasias de onipotência infantil, o culto do herói fortalecido pelo sofrimento de uma criança, a dicotomia perdedor-vencedor eternamente sedutora. Não há quem não caia, afinal todo menino teve pelo menos um cachorro. O diabo é que se cresce e a derrota final nos espera.

Kelly Reno (Alex) e Black, O Corcel Negro

Rogério Bitarelli
★★

DURANTE vários minutos, na primeira parte de **O Corcel Negro**, predominam belas e convencionais molduras fotográficas. Terry, o garoto náufrago e o cavalo selvagem são vistos, na ilha deserta, num solene ritual de aproximação. Até aí existe algo de misterioso no animal, associado à lenda sobre Bucéfalo, o cavalo de Alexandre Magno. O que poderia ser um filme de aguçada fantasia (talvez até com o sabor da literatura corsária de Stevenson, nos domínios da civilização industrial), a meio caminho do romantismo naturalista, acaba-se reduzindo a uma corriqueira competição de hipódromo, tendo como meta as glórias publicitárias. "Não deixe que o cavalo selvagem perca a sua natureza" — diz um dos personagens ao menino, quase no final. A advertência chega muito tarde. Não há mais lugar para ímpetos nostálgicos. Resta o **sonho americano**, modelo infanto-juvenil, transformado em realidade.

Susana Schild
★★★

A amizade entre criança e bicho significa geralmente uma receita segura para conquistar o público infanto-juvenil. No caso de **O Corcel Negro**, baseado em **best-seller** de Walter Farley, todos os cuidados foram tomados para tornar esse binômio irresistível.

Um clima de aventura marca as cenas no navio, onde o pequeno Alec descobre o cavalo e o poder de suborno emocional que torrões de açúcar têm. O naufrágio é bem conduzido, mas o melhor do filme se passa na ilha paradisíaca — certamente desconhecida por especuladores imobiliários onde o pequeno Robinson Crusoé e o cavalo se seduzem mútua e lentamente, à distância, num respeito à natureza de ambos, que uma fotografia lindíssima valoriza. O resgate à civilização corta o clima onírico e apresenta Mickey Rooney em ótimo desempenho. Mudam as regras do jogo, que o menino, para surpresa, aceita com muita facilidade, e às quais o cavalo selvagem, como **bom companheiro**, sucumbe por amor.

Cinema

Estréias da semana

- O Corcel Negro
- Nós Jogamos com os Hipopótamos
- Caravanas
- O Porão das Condenadas
- Os Rapazes da Difícil Vida Fácil

Cotações

★★★★★ *EXCELENTE*
★★★★ *MUITO BOM*
★★★ *BOM*
★★ *REGULAR*
★ *RUIM*

★★★★★

O ENCOURAÇADO POTEMKIN (Bronenosets Potyomkin), de Sergei Eisenstein. Com A. Antonov, G. Alexandrov e W. Barski. **Lido-2** (Praia do Flamengo, 72 — 245-8904): 14h30m, 16h, 17h30m, 19h, 20h30m, 22h (10 anos). Filme russo de 1925 e proibido no Brasil desde 1964. O filme é considerado como uma das maiores obras cinematográficas de todos os tempos. Passado em 1905, no porto de Odessa, Rússia, conta o motim a bordo do Potemkin e as manifestações populares reprimidas com massacres. **Reapresentação.**

★★★★

A INTRUSA (Brasileiro), de Carlos Hugo Christensen. Com Maria Zilda, José de Abreu, Palmira Barbosa, Maurício Loyola, Arlindo Barreto, Fernando de Almeida, e Ricardo Wanick. **Pathé** (Praça Floriano, 45 — 220-3135): de 2º a 6º, às 12h, 14h, 16h, 18h, 20h, 22h. Sábado e domingo, a partir das 14h. **Paratodos** (Rua Arquias Cordeiro, 350 — 281-3628): 14h, 16h, 18h, 20h, 22h. **Art-Copacabana** (Av. Copacabana, 759 — 235-4895), **Art-Tijuca** (Rua Conde de Bonfim, 406 — 288-6898), **Art-Madureira** (Shopping Center de Madureira), **Rio-Sul** (Rua Marquês de São Vicente, 52 — 274-4532): 14h40m, 16h30m, 18h20m, 20h10m, 22h. **Coral** (Praia de Botafogo, 316 — 246-7218): 15h, 17h10m, 19h20m, 21h30m. **Jacarepaguá Autocine 1** (Rua Cândido Benício, 2 973 — 392-6186): de 2º a 6º, às 20h, 22h. Sábado e domingo, às 18h30m, 20h30m, 22h30m. Até terça no **Jacarepaguá-1**. (18 anos). Em Uruguaiana, por volta de 1890, viviam dois irmãos. A região os temia: eram tropeiros, ladrões de gado e, uma ou outra vez, trapaceiros. O mais velho leva uma mulher jovem para viver com ele. O mais novo, torna-se carrancudo, embriaga-se sozinho, não se dá com ninguém. Está apaixonado pela mulher do irmão. Até que um dia passam a dividi-la, enquanto ela, submissa, atende os dois. Premiado no Festival de Gramado como melhor diretor, melhor ator (José de Abreu), melhor fotografia (Antônio Gonçalves) e melhor trilha sonora (Astor Piazzola). Baseado em um conto de Jorge Luiz Borges.

★★★★

GAIJIN — CAMINHOS DA LIBERDADE (Brasileiro), de Tizuka Yamasaki. Com Kyoko Tsukamoto, Antônio Fagundes, Jiro Kawarasaki, Gianfrancesco Guarnieri, Álvaro Freire e José Dumont. **Cinema-1** (Av. Prado Júnior, 281 — 275-4546), **Copacabana** (Av. Copacabana, 801 — 255-0953), **Leblon-2** (Av. Ataulfo de Paiva, 391 — 239-6019): 14h, 16h, 18h, 20h, 22h. **Studio-Paissandu** (Rua Senador Vergueiro, 35 — 265-4653), **Lido-1** (Praia do Flamengo, 72 — 245-8904): 16h, 18h, 20h, 22h. (14 anos). Premiado no Festival de Gramado como o melhor filme, melhor ator coadjuvante (José Dumont), melhor roteiro, melhor cenografia (Yurika Yamasaki) e melhor trilha sonora (John Neschling). No Festival de Cannes ganhou o prêmio especial da Associação dos Críticos Internacionais. Cerca de 800 imigrantes japoneses chegam ao Brasil em 1908, durante o período da expansão cafeeira. Entre eles, Yamada e Kobayaski são contratados para trabalhar na fazenda Santa Rosa, em São Paulo, onde enfrentam a hostilidade do capataz, que exige sempre um ritmo inalterável de trabalho. O tratamento humano só é sentido através de outros imigrantes — italianos e nordestinos. Sem alternativas, os japoneses sofrem as conseqüências de uma vida quase animal: a maleita, o suicídio e a degradação determinam o desaparecimento dos mais fracos.

★★★★

A CLASSE OPERÁRIA VAI PARA O PARAÍSO (La Classe Operaia Va in Paradiso), de Elio Petri. Com Gian Maria Volonté, Mariangela Melato, Gino Pernice, Luigi Diberti, Donato Castellaneta e Salvo Randone. **Bruni-Copacabana** (Rua Barata Ribeiro, 502 — 255-2908): 14h30m, 16h50m, 19h10m, 21h30m. (16 anos). Produção italiana de 1972. No Brasil, o filme chegou a ser exibido, depois foi censurado e agora novamente liberado. Massa (Gian Maria Volonté) trabalha numa fábrica e é considerado **operário-padrão**, chegando a ser hostilizado pelos colegas. Mas, depois de um acidente onde perde um dedo da mão, sua atitude na fábrica muda radicalmente ao ver o gesto de solidariedade dos companheiros. Aos poucos torna-se militante radical acabando por ser demitido. Novamente os companheiros mostram solidariedade, começando um movimento para sua readmissão, com uma série de passeatas e greves. Ganhador da Palma de Ouro no Festival de Cannes, 1972. **Reapresentação.**

★★★★

FESTIVAL HITCHCOCK — Domingo: **Ladrão de Casaca (To Catch a Thief)**, de Alfred Hitchcock. Com Cary Grant, Grace Kelly, Jessie Royce Landis, John Williams e Charles Vanel. **Baronesa** (Rua Cândido Benício, 1.747 — 390-5745): 14h30m, 16h40m, 18h50m, 21h. (10 anos). **O Gato**, ladrão de jóias elegante e sofisticado, pratica seu ofício freqüentando os mais endinheirados grupos que se dedicam a não fazer nada sob o sol da Riviera. Produção americana. **Reapresentação.**

★★★★

FESTIVAL HITCHCOCK — Amanhã: **Trama Macabra (Family Plot)**, de Alfred Hitchcock. Com Karen Black, Bruce Dern, Bárbara Harris e William Devane. **Baronesa** (Rua Cândido Benício, 1.747 — 390-5745): 16h, 18h30m, 21h. (14 anos). Milionária encarrega uma charlatã (falsa médium) de localizar seu único herdeiro, desaparecido desde criança. Este se tornou ladrão, traficante de diamantes e prefere passar por morto. Produção americana. **Reapresentação.**

★★★★

BYE BYE BRASIL (brasileiro), de Carlos Diegues. Com Betty Faria, José Wilker, Fábio Junior e Zaira Zambelli. **Cinema-3** (Rua Conde de Bonfim, 229): 15h, 16h40m, 18h20m, 20h, 21h40m. **Ilha Autocine** (Praia de São Bento — Ilha do Governador — 393-3211): de 2º a 6º, às 20h30m, 22h30m. Sábado e domingo, às 18h30m, 20h30m, 22h30. **Jacarepaguá Autocine 2** (Rua Cândido Benício, 2 973 — 392-6186): de 2º a 6º, às 20h, 22h. Sábado e domingo, às 18h30m, 20h30m, 22h30. Até terça no **Ilha** e **Jacarepaguá-2** (18 anos). Um grupo de artistas ambulantes, a Caravana Rolidei, cruza de caminhão todo o sertão nordestino em direção à floresta amazônica, saindo de Piranhas, em Alagoas, até Altamira daí se deslocando para Belém e em seguida para Brasília. Diegues, o realizador de **Xica da Silva** e de **Chuvas de Verão**, segue a viagem ao mesmo tempo interessado em retratar o que se passa com os artistas ambulantes (que encontram público cada vez menor nas cidades que contam com televisão) e o que se passa com as pessoas que eles encontram ao acaso no meio da viagem. Candidato à Palma de Ouro no Festival de Cannes, 1980.

CONSELHO DE CINEMA JB

Filmes	Ely Azeredo	Hugo Gomez	Ivanir Yazbeck	José Carlos Avellar	Roberto Mello	Rogério Bitarelli	Susana Schild
A Classe Operária	★★★★	★★★★	★★★★★	★★★★	★★★★★	★★★★	★★★★
Gaijin — Caminhos da Liberdade	★★★	★★★	★★★★★	★★★★	★★★★★	★★★★	★★★★
Bye Bye Brasil	★★★	★★★	★★	★★★★	★★★	★★★★	★★★
A Intrusa	★★★★	★★★	★★	★★	★★	★★★	★★
A Rebelde	★★			★★★	★★	★★★	
Caravanas	★		★	★	★★	★	
Nós Jogamos com os Hipopótamos	★			★	★	★	★

JARI: UM PROJETO DOCUMENTADO

JORGE Bodansky, o mesmo diretor de Iracema *(junto com Orlando Sena) e de* Os Mucker *(ao lado de Wolf Gauer), volta a dirigir um documentário com Wolf Gauer:* Jari, *que tem uma hora de duração e foi totalmente filmado na área do Projeto Jari, na Amazônia. O filme discute projeto na visão dos empresários, políticos, trabalhadores e ecólogos, com depoimentos do Senador Evandro Carreira (presidente da CPI), do Deputado federal Modesto da Silveira e do ecólogo José Lutzenberger. O filme, de produção independente, não será exibido comercialmente, tendo seu lançamento previsto para vários cineclubes. Neste fim de semana, há duas sessões programadas: amanhã, às 21h, no* Cineclube Macunaima *e domingo, às 18h30m, no* Cineclube Jean Renoir, *no Méier. Em ambas as sessões haverá debates, estando confirmada a presença de Modesto da Silveira no* Cineclube Macunaima.

★★★

O CORCEL NEGRO (The Black Stallion), de Carroll Ballard. Com Kelly Reno, Teri Garr, Clarence Muse, Hoyt Axton, Michael Higgins e Mickey Rooney. **Veneza** (Av. Pasteur, 184 — 295-8349), **Comodoro** (Rua Haddock Lobo, 145 — 264-2025): 15h, 17h15m, 19h30m, 21h45m (livre). O garoto Terry e um cavalo puro-sangue são os únicos sobreviventes de um naufrágio. Socorrem-se e sobrevivem três meses numa ilha deserta. Resgatados, vão viver em Flushing, Nova Iorque. O cavalo foge pelas ruas, mas é capturado por um treinador profissional que o prepara a fim de disputar corridas. Versão do livro de Walter Farley. Produção americana de Francis Ford Coppola.

★★★

A GAIOLA DAS LOUCAS (La Cage aux Folles), de Edouard Molinaro. Com Ugo Tognazzi, Michael Serrault, Michael Galabru, Claire Maurier e Remy Laurent. **Caruso** (Av. Copacabana, 1.326 — 227-3544): 14h, 16h, 18h, 20h, 22h (16 anos). Comédia baseada na peça de Jean Poiret, sucesso de bilheteria em inúmeros países (aqui interpretada por Jorge Dória e Carvalhinho). O casamento entre uma jovem, considerada modelo de virtude, e o filho do gerente de uma boate de travestis, **La Cage aux Folles**. Na festa, os anfitriões precisam representar o que não são: o gerente e a estrela do **show**, homossexuais, vivem juntos há 20 anos. Michel Serrault conquistou o Prêmio César, como "melhor ator". Realização francesa em co-produção franco-italiana.

★★★

O SÓCIO DO SILÊNCIO (The Silent Partner), de Daryl Duke. Com Elliott Gould, Christopher Plummer, Susannah York, Mario Kassar e Andrew Vajna. **Roma-Bruni** (Rua Visconde de Pirajá, 371 — 287-9994): 15h, 17h15m, 19h30m, 21h45m (18 anos). Miles Cullen é um respeitado, mas tolo, solteirão com seus 30 e poucos anos de idade, que trabalha como caixa-chefe num banco de Toronto. Ele se interessa somente por peixe tropical e por sua atraente colega Julie, que tem por ele apenas um carinho especial, desde que iniciou um romance com o gerente do banco. Trilha sonora de Oscar Peterson. Produção americana.

★★

A REBELDE (La Califfa), de Alberto Bevilacqua. Com Ugo Tognazzi, Romy Schneider, Marina Berti e Roberto Bisacco. **Roxi** (Av. Copacabana, 945 — 236-6245): 14h, 16h, 18h, 20h, 22h. **Carioca** (Rua Conde de Bonfim, 338 — 228-8178): 13h30m, 15h30m, 17h30m, 19h30m, 21h30m. **Santa Alice** (Rua Barão de Bom Retiro, 1.095 — 201-1299): de 2º a 6º, às 17h, 19h, 21h. Sábado e domingo, a partir das 15h. (18 anos). Produção italiana. O filme estava interditado pela Censura desde 1972. Tendo como pano de fundo uma cidade industrial no Norte da Itália agitada por greves dos operários, conta a história de amor entre uma mulher do povo, viúva de um operário assassinado durante manifestações políticas, e um rico empresário, aristocrata da cidade. **Reapresentação.**

★★

FESTIVAL HITCHCOCK — Hoje: **Topázio (Topaz)**, de Alfred Hitchcock. Com Frederick Stafford, Dany Robin, John Vernon e Karin Dor. **Baronesa** (Rua Cândido Benício, 1 747 — 390-5745): 15h40m, 18h15m, 20h50m. (18 anos). Versão do **best-seller** de Leon Uris. Intriga internacional, envolvendo uma rede de espionagem, infiltrada em altos escalões do Governo francês e a tentativa de instalar poderosa base soviética em Cuba. Filme americano. **Reapresentação.**

★★

POR QUE EU AGRADO OS HOMENS (La Marge), de Walerian Borowczyk. Com Sylvia Kristel, Joe Dallesandro, Mirelle Audibert, André Falcon e Denis Manuel. **Art-Méier** (Rua Silva Rabelo, 20 — T. 249-4544): 14h40m, 16h30m, 18h20m, 20h10m, 22h (18 anos). Um homem casado se apaixona por uma prostituta parecida com sua mulher. Esta, com o tempo, corresponde a este amor, mas seu caráter a torna impossível. Borowczyk é cineasta polonês radicado na França. **Reapresentação.**

★★

MULHER, MULHER (Brasileiro), de Jean Garret. Com Helena Ramos, Carlos Casan, Petty Pesce, Paulo Leite e Zélia Toledo. Programa complementar: **Gigantes do Karatê. Orly** (Rua Alcindo Guanabara, 21): de 2º a 6º, às 10h, 13h35m, 17h10m, 19h10m. Sábado e domingo, a partir das 13h35m (18 anos). Produção de linha **pornô. Reapresentação.**

★

NÓS JOGAMOS COM OS HIPOPÓTAMOS (Hippopotamus), de Italo Zingarelli. Com Bud Spencer e Terence Hill. **Odeon** (Praça Mahatma Gandhi, 2 — 220-3835), **América** (Rua Conde de Bonfim, 344 — 248-4519): 13h30m, 15h30m, 17h30m, 19h30m, 21h30m. **Rian** (Av. Atlântica, 2 964 — 236-6144), **Leblon-1** (Av. Ataulfo de Paiva, 391 — 239-5048), **Ópera-1** (Praia de Botafogo, 340 — 246-7705): 14h, 16h, 18h, 20h, 22h. **Imperator** (Rua Dias da Cruz, 170 — 249-7982), **Rosário** (Rua Leopoldina Rego, 52 — 230-1889): 15h, 17h, 19h, 21h. **Madureira-1** (Rua Dagmar da Fonseca, 54 — 390-2338): 13h, 15h, 17h, 19h, 21h. **Madureira-2** (Rua Dagmar da Fonseca, 54 — 390-2338): 13h40m, 15h40m, 17h40m, 19h40m, 21h40m. (Livre). Comédia de aventuras. Para descobrir contrabandistas de marfim e animais, Bud e Terence levam suas artimanhas ao interior da África. O primeiro se faz guia de safáris enquanto o segundo faz o giro das salas de jogo, atraindo atenções com sua perícia nas cartas.

★

CARAVANAS (Caravans), de James Fargo. Com Anthony Quinn, Jennifer O'Neill, Michael Sarrazin, Christopher Lee, Barry Sullivan e Joseph Cotten. **Vitória** (Rua Senador Dantas, 45 — 220-1783), **Tijuca** (Rua Conde de Bonfim, 422 — 288-4999): 13h30m, 16h, 18h30m, 21h. **Ópera-2** (Praia de Botafogo, 340 — 246-7705): 14h, 16h30m, 19h, 21h30m (10 anos). Em 1948, no Oriente Médio, um funcionário da embaixada americana recebe a incumbência de localizar Ellen Jasper, filha de um político dos Estados Unidos. Ellen desapareceu sem deixar pistas e, segundo uma informação, teria casado com um sobrinho de um potentado político da região. O funcionário se perde no deserto e vai encontrar Ellen ligada ao líder de uma caravana de beduínos, em cujo meio encontrou uma forma de liberdade. Aceitando transportar carregamento clandestino de armas, a caravana é perseguida por tropas regulares. Produção Estados Unidos/Irã de 1978.

★

AVALANCHE (Avalanche), de Corey Allen. Com Rock Hudson, Mia Farrow, Jeanette Nolan, Rick Moses, Steve Franken. **Palácio** (Campo Grande): 15h, 17h, 19h, 21h, (14 anos). Na encosta de uma montanha gelada, sem levar em consideração os riscos de avalanche, um homem ávido de lucros constrói o Ski Haven, milionário "paraíso para esportes de inverno". Entre os protagonistas: uma mulher cuja independência permanece ameaçada pelo possessivo amor do ex-marido; um campeão de esqui contratado para promoção do hotel; um ator de TV à procura de história e sua mulher atraída pelo esquiador. Produção americana.

★

DIÁRIO DE UMA PROSTITUTA (Brasileiro), de Edward Freund. Com Helena Ramos, Alan Fontaine, Ivete Bonfá, Roque Rodrigues, Américo Tarricano e Edward Freund. **Jóia** (Av. Copacabana, 680 — 237-4714): 15h20m, 17h, 18h, 22h20m. **Olaria, Cisne** (Av. Geremário Dantas, 1207-392-2860): 14h50m; 16h30m, 18h10m, 19h50m, 21h30m. **Vitória** (Bangu): 15h, 16h30m, 18h, 19h30m, 21h. (18 anos). Intriga de sexo, jogo do bicho e chantagem envolvendo o diário que uma prostituta pretende publicar.

★

ENCONTROS E DESENCONTROS (Starting Over), de Alan J. Pakula. Com Burt Reynolds, Jill Clayburgh, Candice Bergen, Charles Durning, Frances Sternhagen e Austin Pendleton. **Palácio-2** (Rua do Passeio, 38 — T. 240-6541): 12h50m, 15h, 17h10m, 19h20m, 21h30m. **Studio-Catete** (Rua do Catete, 228 — T. 205-7194), **Studio-Copacabana** (Rua Raul Pompeia, 102 — 247-8900): 14h, 16h, 18h, 20h, 22h (18 anos). As coisas não estão bem no casamento de Phil e Jessica. Ela quer o divórcio, pois que ser livre para se expressar através de suas composições musicais. Supondo que ela tem um caso com alguém, Phil sai de casa e procura seu irmão, em Boston, onde passa a freqüentar um círculo de homens divorciados. Produção americana. **Reapresentação.**

★

O CONVITE AO PRAZER (Brasileiro), de Walter Hugo Khouri. Com Sandra Bréa, Roberto Maya, Helena Ramos, Serafim Gonzalez, Kate Lyra, Aldine Muller e Rossana Ghessa. **Studio-Tijuca** (Rua Desembargador Isidro, 10 — 268-6014): 15h, 17h, 19h, 21h. **Lagoa Drive-In** (Av. Borges de Medeiros, 1 426-274-7999): 20h, 22h30m. Até quarta no **Lagoa**. (18 anos). Marcelo membro da alta burguesia e herdeiro da empresa paterna, e um quarentão aparentemente cínico e desiludido. Encontra-se, depois de muitos anos, com um amigo, Luciano, e relembram suas situações conjugais. Luciano declara-se em "liberdade vigiada" e Marcelo em "prisão livre". No dia seguinte, Marcelo recebe Luciano em seu apartamento de cobertura, mantido apenas para encontros amorosos. **Reapresentação.**

O PORÃO DAS CONDENADAS (Brasileiro) — Com Francisco Cavalcanti, Sônia Garcia e Ruy Leal. **Palácio-1** (Rua do Passeio, 38 — 240-6541): 13h30m, 15h30m, 17h30m, 19h30m, 21h30m. **Scala** (Praia de Botafogo, 320 — 246-7218): 16h, 18h, 20h, 22h (16 anos). A distribuidora não forneceu o nome do diretor do filme. Um rapaz cujo pai foi assassinado vive em função da vingança. O assassino é de uma quadrilha que explora a prostituição e jogo clandestino. O porão do título é o cenário onde mulheres seqüestradas são vítimas de violências sexuais e torturas.

OS RAPAZES DA DIFÍCIL VIDA FÁCIL (brasileiro), de José Miziara. Com Ewerton de Castro, Silvio Salgado, Elizabeth Hartmann e Guilherme Correa. **Tijuca-Palace** (Rua Conde de Bonfim, 214 — 228-4610): 16h15m, 18h, 19h45m, 21h30m. **Astor** (Rua Ministro Edgar Romero, 236): 14h30m, 16h15m, 19h45m, 21h30m. **Metro Boavista** (Rua do Passeio, 63 — 240-1291), **Condor Copacabana** (Rua Figueiredo Magalhães, 286 — 255-2610), **Condor-Largo do Machado** (Largo do Machado, 29 — 245-7374): 14h10m, 16h, 17h50m, 19h40m, 21h30 18 anos). Um rapaz pobre, com muitas dívidas e sem possibilidades de pagar as prestações do apartamento que comprara pelo BNH, resolve empregar-se numa cantina italiana, onde rapidamente passa a prostituir-se, para ganhar dinheiro.

O NAMORADOR (Brasileiro), de Adnor Pitanga e Lenine Ottoni. Com Isolda Cresta, Neila Tavares, Jotta Barroso, Gilson Moura, Otávio Cezar e Maria Lúcia Schmidt. **Bruni-Tijuca** (Rua Conde de Bonfim, 379 — 268-2325): 14h30m, 16h20m, 18h10m, 20h, 21h50m (18 anos). Comédia de dois episódios (1º — **Quem Casa Quer Casa**; 2º — **A Noite de São João** ou **O Namorador**) baseado em obras de Martins Pena. No primeiro, um casal de meia-idade mora no subúrbio com dois filhos. Quando estes se casam, continuam a viver sob o mesmo teto, o que mina aos pouco a harmonia familiar. No segundo, um negociante emprega como motorista um africano. Tempos depois chega da África a noiva do motorista, uma bela negra cujos costumes perturbam os moradores da casa e seus convidados.

O DOADOR SEXUAL (Brasileiro), de Henrique Borges. Com Ubiratan Gonçalves, Dorival Coutinho, Zilda Mayo, Silvia Gless, Renato Bruno e Alan Fontaine. **Méier** (Av. Amaro Cavalcanti, 105 — 229-1222): 15h, 16h30m, 18h, 19h30m, 21h (18 anos). Pornochanchada. Um **atleta** sexual é utilizado por um médico que deseja promover o nascimento de um "bebê de proveta" a fim de solucionar o dilema de um casal. O **doador** passa a ser disputado pelas mulheres.

GIGANTES DO CARATÊ (The Strongest Karate), de Takashi Nomura. Com Katsuaki Satoh, Hatsuo Royama, Toshikazu Satoh e William Oliver. Programa complementar: **Mulher, Mulher. Orly** (Rua Alcindo Guanabara, 21): de 2º a 6º, às 10h, 13h35m, 17h10m, 19h10m. Sábado e domingo, a partir das 13h35m (18 anos). Produção japonesa que se anuncia como retrato de um campeonato de caratê, reunindo inclusive lutadores americanos e chineses de Hong-Kong. **Reapresentação.**

MATINÊS

SESSÃO COCA-COLA — **Bernardo e Bianca** — **Lagoa Drive-In**: amanhã e domingo, às 18h30m (Livre).

CINDERELA E O PRÍNCIPE — **Cine-Show Madureira**: amanhã, às 14h, 16h, 18h. Domingo, às 10h, 14h, 16h, 18h (Livre).

Extra

★★★★★

O GRANDE DITADOR (The Great Dictator), de Charles Chaplin. Com Charles Chaplin, Jack Oakie e Paulette Godard. Amanhã e domingo, às 18h30m, na **Cinemateca do MAM**, Av. Beira-Mar, s/nº — bloco-escola. (Livre). Primeiro filme falado de Chaplin (realizado em 1940). Sátira ao nazi-fascismo através dos personagens de Hynkel (Chaplin) e Napolini (Oakie), ditadores de dois países imaginários, a Tasmânia e a Bactéria.

★★★★★

FESTIVAL BUSTER KEATON — Exibição de **O General (The General)**, de Buster Keaton, com Buster Keaton e Miriam Mack. Complemento: **O Ferroviário**, com Buster Keaton. Hoje, às 16h30m, na **Cinemateca do MAM**, Av. Beira-Mar, s/nº bloco-escola. Legendas em inglês.

★★★

SUSPEITA (Suspicion), de Alfred Hitchcock. Com Cary Grant, Joan Fontaine e Nigel Bruce. Hoje, às 18h30m, na **Cinemateca do MAM**, Av. Beira-Mar, s/nº bloco-escola

O FILME MUSICAL AMERICANO — Exibição de **Um Dia em Nova Iorque (On The Town)**, de Stanley Donen e Gene Kelly. Com Gene Kelly, Frank Sinatra, Ann Miller e Betty Garrett. Hoje às 20h, na **Cinemateca do MAM, Av. Beira-Mar, s/nº — Bloco-escola. Legendas em português.**

ENCONTROS COM O CINEMA BRASILEIRO — Exibição de **Eram-se Opostos**, desenho animado de Chico Liberato, **O Aleijadinho**, documentário de Joaquim Pedro de Andrade e **Orixá Ninu Ile — Arte Sacra Negra**, documentário de Juana Elbein dos Santos. Amanhã e domingo, às 16h30m, na **Cinemateca do MAM**, Av. Beira-Mar, s/nº — bloco-escola.

MILAGRE EM MILÃO (Milagro a Milano), de Vittorio de Sica. Com Francesco Gilosano. Amanhã, às 20h, na **Cinemateca do MAM**, Av. Beira-Mar, s/nº — bloco-escola. Legendas em espanhol.

O CINEMA BRASILEIRO NA DÉCADA DE 50 — Exibição de **Sinhá Moça**, de Tom Payne e Oswaldo Sampaio. Com Anselmo Duarte e Eliane Laje. Domingo, às 20h, na **Cinemateca do MAM**, Av. Beira-Mar, s/nº — bloco-escola.

JARI (Brasileiro), documentário de Jorge Bodansky e Wolf Gauer. Depoimentos de José Lutzenberger, Evandro Carreira e Modesto da Silveira. Amanhã, às 21h, no **Cineclube Macunaima**, Rua Araújo Porto Alegre, 71 — 9º andar. Após a sessão haverá debates com o Deputado Modesto da Silveira. Domingo, às 18h30m, no **Cineclube Jean Renoir da Aliança Francesa do Méier**, Rua Jacinto, 7. Após a sessão haverá debates.

A CLASSE OPERÁRIA NO CINEMA BRASILEIRO — Exibição de **Os Queixadas**, de Rogério Correa, **Trabalhadoras Metalúrgicas**, de Olga Futemma, **Pergunta de Amor**, de Reinaldo Volpato e **Só o Amor não Basta**, de Dilma Lóes. Domingo, às 20h, no **Cineclube Barravento**, Rua Senador Muniz Freire, 60 — Tijuca. Após a sessão haverá debates.

CICLO DE CINEMA ITALIANO — Exibição de **A Burguesia**, de Mauro Bolognini. Com Catherine Deneuve. Amanhã, às 19h, no **Cineclube do SESC — Engenho de Dentro**, Av. Amaro Cavalcanti, 1.661. Após a sessão haverá debates. Entrada franca.

DOCUMENTÁRIO — Exibição da II parte de **Risos e Sensações de Outrora**, documentário cedido pela Rede Globo. Domingo, às 18h, no **Cineclube CSU de Brasilândia**, Rua Miguel Ângelo, s/nº — São Gonçalo.

Grande Rio

NITERÓI

ALAMEDA (718-6866) — **Diário de uma Prostituta**, com Helena Ramos. Hoje, às 17h20m, 19h10m, 21h. Amanhã, a partir das 15h30m (18 anos). Até sábado.

BRASIL — **Diário de uma Prostituta**, com Helena Ramos. Hoje e amanhã, às 14h50m, 16h30, 18h10m, 19h50m, 21h30. (18 anos). Domingo: **A Noite do Terror**, com Donald Pleasence. Às 15h, 17h, 19h, 21h. (18 anos).

CENTER (711-6909) — **Nós Jogamos com os Hipopótamos**, com Terence Hill. Hoje, amanhã e domingo, às 14h, 16h, 18h, 20h, 22h (livre).

CENTRAL (718-3807) — **Caravanas**, com Michael Sarrazin. Hoje e amanhã, às 13h30m, 16h, 18h30m, 21h (10 anos).

CINEMA — 1 (711-1450) — **Gaijin — Caminhos da Liberdade**, com Gianfrancesco Guarnieri. Hoje, amanhã e domingo, às 14h, 16h, 18h, 20h, 22h (14 anos).

ÉDEN (718-6285) — **O Porão das Condenadas**, com Francisco Cavalcanti. Hoje e amanhã, às 13h30m, 15h30m, 17h30m, 19h30m, 21h30m (16 anos). Domingo: **Os Rapazes da Difícil Vida Fácil**, com Ewerton de Castro. Às 14h30m, 16h15m, 19h45m, 21h30m. (18 anos).

NITERÓI (719-9322) — **Nós Jogamos com os Hipopótamos**, com Terence Hill. Hoje, amanhã e domingo, às 13h30m, 15h30m, 17h30m, 19h30m, 21h30m (livre).

DRIVE-IN ITAIPU — **OS Sete Gatinhos**, com Lima Duarte. Hoje, às 20h30m. Amanhã e domingo, às 20h30m, 22h30 (18 anos). Matinê: **Festival de Desenhos**. Amanhã e domingo, às 18h30m. (Livre).

ICARAÍ (718-3346) — **A Rebelde**, com Ugo Tognazzi. Hoje, amanhã e domingo, às 14h, 16h, 18h, 20h, 22h (18 anos).

PETRÓPOLIS

DOM PEDRO (2659) — **Nós Jogamos com os Hipopótamos**, com Terence Hill. Hoje, amanhã e domingo, às 15h, 17h, 19h, 21h (livre).

PETRÓPOLIS (2296) — **Avalanche**, com Rock Hudson. Hoje e amanhã, às 15h, 17h, 19h, 21h (14 anos).

TERESÓPOLIS

ALVORADA (742-2131) — **Diário de uma Prostituta**, com Helena Ramos. Hoje, às 15h, 21h. Amanhã, às 15h, 20h, 22h (18 anos).

Curta-metragem

DEIXA FALAR — De Iole de Freitas. Cinema: **Roma-Bruni**.

LINGUAGEM MUSICAL: ESPONTANEIDADE E ORGANIZAÇÃO — De Nelson Xavier. Cinema: **Bruni-Copacabana**.

A ARMADILHA — De Henrique Faulhaber. Cinema: **Baronesa**.

GOTEIRAS NA ALMA — De Ramon B. Stulbach. Cinema: **Ricamar** (dia 23)

A MENINA E A CASA DA MENINA — De Maria Helena Saldanha. Cinema: **Ricamar** (dia 24).

TRIUNFO HERMÉTICO — De Rubens Gershman. Cinema: **Ricamar** (dia 26).

Teatro

OS ÓRFÃOS DE JÂNIO — Texto de Millôr Fernandes. Dir. de Sérgio Britto. Com Tereza Rachel, Suzana Vieira, Stella Freitas, Cláudio Corrêa e Castro, Milton Gonçalves e Hélio Guerra. **Teatro dos Quatro**, Rua Marquês de São Vicente, 52 — 2º (274-9895). De 3ª a 6ª, às 21h30m; sáb., às 20h e 22h30m; dom., às 18h e 21h. Ingressos de 3ª a 5ª e dom., Cr$ 250 e Cr$ 150, estudante; 6ª e sáb., à Cr$ 300. Reunidos ao acaso num bar, cinco personagens representativos de diversas faixas do panorama humano do Rio fazem o balanço das suas vidas, e do universo em que elas se desenrolaram nos últimos 20 anos.

TWELFTH NIGHT — Comédia de Shakespeare apresentada, em inglês, pelo grupo The Players. Dir. de David Briggs. Com Chris Hieatt, Seymour Greenman, Col Allan, Margareth Thompkins, Fiona Brown, Bob Jones, Marione Seymour, David Cole e outros. **Community Hall**, Rua Real Grandeza, 99 (reservas tel. 286-5008, 274-4506). De 3ª a sáb., às 20h30m. Ingressos 3a, 4a e 5a, Cr$ 200 e Cr$ 100, estudante; 6a (sessão de gala) preço único Cr$ 350; sáb., preço único Cr$ 200. Versão integral de uma das mais encantadoras comédias shakespearianas, com ambientação visual e música da época. Até amanhã.

UM GRITO PARADO NO AR — Texto de Gianfrancesco Guarnieri. Coord. de Victor Villar. Com Victor Villar, Tania Moraes, Edgar Hofmann, Lurdes Naulor, Humberto Sant'Anna, Maristela Veloso. **Teatro Experimental Cacilda Becker**, Rua do Catete, 338 (265-9933). De 4ª a 6ª, às 21h, sáb. e dom. às 20h e 22h. História de uma montagem teatral, que o elenco resolve levar adiante, apesar de todos os obstáculos. Até domingo.

O PÃO E O CIRCO — Texto de Wilson Sayão. Dir. de Angela Bacchetti. Com Clarisse Terra, Cláudia Richer, Dal Ribeiro, Geovaldo Souza, José Mauro Carvalho, Lúcia Helena de Freitas, Lúcio Campos, Nina Rosa, Pedro Veludo, Rita de Cássia, Roberto Ribeiro, Viviane Brandão. **Teatro Glauce Rocha**, Av. Rio Branco, 179 (224-2356). De 3ª a dom., às 21h. Prova pública de alunos do Centro de Artes da Uni-Rio. Por meio de um grotesco programa de televisão, uma família de pequena classe média fica indefinidamente escrava do seu **status quo**. Até domingo.

ESTE BANHEIRO É PEQUENO DEMAIS PARA NÓS DOIS — Duas comédias em um ato de Ziraldo. Dir. de Paulo Araújo. Com Stênio Garcia, Regina Viana, Clarice Piovesan, Martin Francisco, Stepan Nercessian, Thelma Reston, Vanda Lacerda. **Teatro Princesa Isabel**, Av. Princesa Isabel, 186 (275-3346). De 3ª a 6ª, às 21h30m; sáb., às 20h30m, 22h30m; dom., às 18h e 21h30m. Ingressos de 3ª a 5ª a Cr$ 250 e Cr$ 150, estudante; 6ª, sáb., e 2ª sessão de dom., a Cr$ 300 e vesp. de dom., a Cr$ 300 e Cr$ 200, estudantes. Em espaços insolitamente exíguos, o autor desencadeia uma luta revolucionária e uma comédia de adultério (14 anos).

GOTA DÁGUA — Texto de Paulo Pontes e Chico Buarque. Mús. de Chico Buarque. Dir. de Dulcina de Moraes e Bibi Ferreira. Com Bibi Ferreira, Felipe Wagner, Adriano Reis, Oswaldo Neiva e outros. **Teatro João Caetano**, Praça Tiradentes (221-0305). De 3ª a 6ª, às 21h, sáb., às 18h30m e 22h; dom., às 17 e 21h. Ingressos de 3ª a 5ª a Cr$ 250 (platéia e 1º balcão) e Cr$ 150 (2º balcão); de 6ª a dom., a Cr$ 300 (platéia e 1º balcão) e Cr$ 200 (2º balcão). Adaptação, versificada e musicada, da tragédia **Medéia**, de Eurípedes, cuja ação foi transplantada para um conjunto habitacional da periferia do Rio. Até 3 de agosto.

BRASIL: DA CENSURA À ABERTURA — Texto de Jô Soares, Armando Costa, José Luiz Archanjo e Sebastião Nery. Dir. de Jô Soares. Com Camila Amado, Marco Nanini, Sílvia Bandeira, Geraldo Alves. **Teatro da Lagoa**, Av. Borges de Medeiros, 1 426 (274-7999 e 274-7748). De 4ª a 6ª, às 21h30m., sáb. às 20h e 22h30m, e dom. às 19h. Ingressos de 4ª a sáb. a Cr$ 300 e dom. a Cr$ 300 e Cr$ 150, estudantes. **Show** satirizando os costumes dos políticos brasileiros nas últimas décadas, através de suas amostras particularmente pitorescas (14 anos).

A SERPENTE — Texto de Nelson Rodrigues. Direção de Marcos Flaksman. Com Cláudio Marzo, Sura Berditchevsky, Carlos Gregório, Xuxa Lopes, Yuruah. **Teatro do BNH** (Av. República do Paraguai, (acesso pelo viaduto que liga o Passeio Público à Pça. Tiradentes). (262-4477). De 3ª a 6ª, às 21h30m. Sábado, às 20h, 22h. Domingo, às 19h e 21h. Ingressos, de 3ª a 5ª e dom., a Cr$ 250 e Cr$ 150 (estudantes) 6ª e sáb., a Cr$ 250. O que acontece quando uma esposa feliz resolve emprestar o seu marido, por uma noite, à sua irmã mal-amada. Até domingo.

OS SOBREVIVENTES — Texto de Ricardo Meirelles. Dir. de Vilma Dulcetti. Com Anselmo Vasconcellos, Elza de Andrade, Jitman Vibranovski, Toninho Vasconcelos, Vera Setta. **Teatro Opinião**, Rua Siqueira Campos, 143 (235-2119). De 4ª a sáb., às 21h30m; dom., às 18h30m e 21h30m. Ingressos dom., a Cr$ 200 e Cr$ 100, estudantes.. Através da imagem de uma noiva que espera indefinidamente pelo casamento, a peça satiriza a decadência da família burguesa desde o suicídio de Vargas até a década de 70.

PLATONOV — Texto de Anton Tchecov. Dir. de Maria Clara Machado. Com Vicentina Novelli, Octávio de Moraes, Bia Nunes, Bernardo Jablonski, Maria Clara Mourthe, Ricardo Kosovski, Juarez Assumpção, Fernando Berditchevsky, Toninho Lopes e outros. **Teatro Tablado**, av. Lineu de Paula Machado, 795 (226-4555). 6ª e sáb, às 21h, dom, às 19h. Ingressos a Cr$ 150 e Cr$ 100, estudante. Numa cidadezinha russa em torno de 1900, um panorama humano cheio de amores contrariados e de buscas vãs de um sentido na vida.

A FILHA DA... — Comédia de Chico Anisio. Dir. de Antônio Pedro. Com Yolanda Cardoso, Lutero Luiz, Alcione Mazzeo. **Teatro Vanucci**, Rua Marquês de São Vicente, 52-3º (274-7246). De 4ª a 6ª e dom., às 21h30m, sáb., às 20h e 22h30m, vesp., 5ª às 17h30m, e dom., às 19h. Ingressos 4ª, 5ª e dom, a Cr$ 250 e Cr$ 150, estudantes, 6ª e sáb, a Cr$ 300, vesp. 5ª, a Cr$ 150. Peripécias dos preparativos do casamento de filho de uma ex-prostituta com o filho de uma família tradicional.

À DIREITA DO PRESIDENTE — Comédia de Mauro Rasi e Vicente Pereira. Dir. de Álvaro Guimarães. Com Gracindo Júnior, Araci Balabanian, Jorge Botelho, André Villon e Bento. **Teatro Glória**, Rua do Russel, 632 (245-5527). De 4ª a 6ª, às 21h30m; sáb., às 20 e 22h30m dom., às 18h e 21h. Ingressos a Cr$ 250 e Cr$ 150. Um famoso cabeleireiro, uma jovem ambiciosa, um alto funcionário do Governo e um traficante encenam, à sombra do Palácio do Planalto, o seu pequeno ritual de luta pela subida na escala social.

LONGA JORNADA NOITE A DENTRO — Texto de Eugene O'Neill. Dir. de Roberto Vignatti. Com Nathália Timberg, Mauro Mendonça, Otávio Augusto, Wolf Maia, Cláudia Costa. **Teatro Copacabana**, Av. Copacabana, 327 (257-1818). De 4ª a 6ª, às 21h, sáb, às 21h30m e dom, às 18h e 21h. Vesp. de 5ª, às 17h. Ingressos de 4ª a 5ª e dom. a Cr$ 250 e Cr$ 150 estudantes e 6ª e sáb., a Cr$ 300, vesp. de 5ª, a Cr$ 150. Vendo no local ou no Toc Tenha, Rua Gal. Urquiza, 67, loja 10 (274-9898 e 274-4747). O grande autor norte-americano rememora, em 1941, um dramático dia de 1912, extraído do cotidiano de sua família: quatro personagens infelizes e profundamente humanos, perdidos num beco sem saída, passam o tempo a se ferirem mutuamente, apesar da ternura que os une. (16 anos).

NÓS — Colagem de textos de vários autores, compilada e organizada por Elyseu Maia. Com Marcelo Picchi, Lourdes de Moraes e Hélio Makumbo. **Teatro Cândido Mendes**, Rua Joana Angélica, 63. De 4ª a sáb., às 21h30m, dom., às 18h30m e 21h30m. Ingressos de 4ª a 6ª e dom., a Cr$ 150 e Cr$ 100, estudantes e sáb., a Cr$ 180 e Cr$ 120, estudantes. Formação do povo brasileiro a partir da fusão das suas três raízes étnicas. Até domingo.

O DESEMBESTADO — Texto de Ariovaldo Mattos. Dir. de Aderbal Júnior. Com Grande Otelo, Rogério, Nelson Caruso, Mario Pietro e Iracema Borges. **Teatro do América F.C.**, Rua Campos Salles, 118 (234-8155). De 4ª a sáb., às 21h30m; dom., às 18h30m e 21h30m. Ingressos de 4ª a 6ª e dom. Cr$ 200 e Cr$ 150, estudante; sáb., preço único Cr$ 200. História de um personagem que, segundo o autor, "agride as que não sabem lutar pelos seus direitos e se comprazem com a miséria fedorenta que é a miséria dos pobres".

As obsessões de Nelson Rodrigues em *A Serpente* (Teatro do BNH)

Delito Carnal, um texto irregular num bom espetáculo (Teatro da Aliança Francesa da Tijuca)

ÚLTIMA OPORTUNIDADE PARA ASSISTIR A ALGUNS BONS ESPETÁCULOS

Macksen Luiz

MUITOS espetáculos encerram sua carreira este fim de semana, ou no máximo na segunda-Feira. Alguns deles estão em curta temporada, com poucas perspectivas de se transferirem para outros teatros. É o caso, por exemplo de Twelfth Night, *comédia de Shakespeare numa montagem do grupo The Players, de língua inglesa. O empenho e a seriedade desse grupo amador recomendam o espetáculo àqueles que dominam bem o inglês. Amanhã é o último dia. E para quem ainda não assistiu a* Um Grito Parado No Ar, *de Giafrancesco Guarnieri, há ainda oportunidade até domingo, no Teatro Experimental Cacilda Becker, de conhecer um texto que na década de 70 cumpriu a função de manter acessa a indignação contra os rigores da Censura. O grupo Eu Te Pego, Eu Te Mato, Eu Te Atiro, responsável por essa nova versão do Grito é desconhecido, mas espera-se que a sua originalidade não se restrinja ao seu nome. Também até domingo,* Pão e Circo, *de Wilson Sayão, pode ser visto no Teatro Glauce Rocha. Vale conferir para conhecer o texto de Sayão, um autor finalmente encenado.*

Numa outra perspectiva empresarial, A Serpente, *de Nelson Rodrigues cumpre no domingo o final de sua temporada no Teatro do BNH. Não prestigiada pelo público carioca, pelo menos à altura dos méritos da direção e da homogeneidade do elenco,* A Serpente *não desmente as obsessões de Nelson Rodrigues, um autor sempre controvertido.* Nós, *coletânea de vários autores, demonstra a dedicação de Lourdes de Moraes e Marcelo Picchi, coadjuvados por Hélio Makumba, em se expressar no palco. E José Vasconcelos que depois de encerrar a carreira de* O Pacote Que Não Se Abriu, *decidiu improvisar espetáculo no Teatro Brigitte Blair, em carreira também até domingo. Já* Delito Carnal, *um texto desorientado de Eid Ribeiro, mas num bom espetáculo de Paulo Reis, só poderá ser assistido até segunda-feira, na Aliança Francesa da Tijuca. E* A Alma Boa de Setsuan *deixa no domingo o Teatro Glaucio Gill. Um Brecht um tanto tímido, mas digno. Também se despendem no domingo* A Reforma, *no Teatro Dirceu de Mattos e* Jogos Na Hora da Sesta, *no Teatro Ipanema. E segunda-feira é o último dia de* Disritmia, *no Cacilda Becker.*

RIO DE CABO A RABO — Revista de Gugu Olimecha. Direção de Luiz Mendonça. Direção musical de Nelson Melin. Com Elke Maravilha, Alice Viveiros de Castro, Isa Fernandes, Maria Cristina Gatti, Nadia Carvalho, Marco Miranda e outros. **Teatro Rival**, Rua Álvaro Alvim, 33 (240-1135). De 4ª e 6ª, às 21h, sáb., às 19h30m e 22h30m, dom., às 18h30m e 21h30m. Ingressos 4ª a Cr$ 80, 5ª e 2ª sessão de dom., a Cr$ 160 e Cr$ 120, estudantes, 6ª e sáb., a Cr$ 250 e 1ª sessão de dom., a Cr$ 200. Uma inteligente e irreverente tentativa de ressuscitar a tradição do teatro de revista, tendo por eixo uma visão crítica da atualidade carioca.

RASGA CORAÇÃO — Texto de Oduvaldo Vianna Filho. Dir. de José Renato. Com Raul Cortez, Débora Bloch, Sônia Guedes, João José Pompeo, Tomil Gonçalves, Isaac Bardavid, Márcio Augusto, Guilherme Karan, Oswaldo Louzado, Sidney Marques. **Teatro Villa-Lobos**, Av. Princesa Isabel, 440 (275-6695) de 3ª a 6ª, às 21h30m, sáb, às 19h45m e 22h45m e dom, às 18h e 21h30m. Ingressos 3ª, 5ª e dom, a Cr$ 250 e Cr$ 150, estudantes, 4ª a Cr$ 250 e Cr$ 80, estudantes e 6ª e sáb, a Cr$ 250. Tendo como painel de fundo a História do Brasil dos últimos quatro décadas, o autor, na sua magistral obra-testamento, mostra com lirismo, ternura e ironia as contradições, perplexidades, generosidades e descaminhos de três gerações da classe média brasileira. Recomendação especial da Associação Carioca de Críticos Teatrais.

ZÉ VASCONCELOS É O ESPETÁCULO — Comédia com José Vasconcelos. **Teatro Brigitte Blair**, Rua Miguel Lemos, 51 H. (521-2955). De 3ª a 6ª, às 21h30m. Sáb., às 20h e 22h. Dom., às 18h e 21h. Ingressos de 3ª a 5ª, a Cr$ 200 e de 6ª a dom., a Cr$ 250. Até domingo.

PAPO-FURADO — Comédia de Chico Anisio. Dir. de Antônio Pedro. Com Ítalo Rossi, Elizangela, Ricardo Blat, Ivan de Almeida, Walter Marins, Vinicius Salvatori, José de Freitas. **Teatro Ginástico**, Av. Graça Aranha, 187 (220-8394). De 3ª a 6ª, às 21h15m; sáb., às 20h e 22h30m; dom., às 18h e 21h15m. Ingressos de 3ª a 5ª e dom. a Cr$ 250 e Cr$ 150, estudantes; 6ª e sáb., a Cr$ 300. Enquanto o analista não chega, os integrantes de um grupo de psicanálise põem a nu os seus problemas pessoais.

ARACELLI — Texto de Marcílio Moraes. Dir. de Carlos Murtinho. Com Rosamaria Murtinho, Cláudia Martins, Deny Perrier, José Augusto Branco, Marco Antônio Palmeira, Mário Jorge. **Teatro Senac**, Rua Pompeu Loureiro, 45 (256-2641). De 4ª a 6ª, às 21h30m, sáb, às 22h, e dom, às 18h e 21h. Ingressos de 4ª a 6ª e dom, a Cr$ 100 e sáb., a Cr$ 150. O chocante crime que traumatizou Vitória em 1973 transformado em texto teatral de caráter documental.

DELITO CARNAL — Texto de Eid Ribeiro. Dir. de Paulo Reis. Com Rosane Goffman, Sebastião Lemos, Eduardo Lago, Paulo Renato Braga, Charles Myara, Angela Rebello, Paulo Carvalho. **Aliança Francesa da Tijuca**, Rua Andrade Neves, 315 (268-5798). 6ª, sáb e 2ª, às 21h e dom, às 20h30m. Ingressos de 6ª a dom, a Cr$ 150, e Cr$ 100, estudantes e 2ª a Cr$ 80 e Cr$ 50 (mediante carteira do Sindicato dos Artistas). Até dia 30.

NA sessão de domingo da peça D. João VI, do grupo português A Barraca, no Teatro Glauce Rocha, a bilheteria se recusava a aceitar cheques (que sempre aceitou, principalmente os especiais) sob a alegação de que os portugueses só aceitavam dinheiro vivo, pois estavam às vésperas de viajar para São Paulo. E recusou a entrada de espectadores. Mas os responsáveis pelo teatro atrasaram o espetáculo 40 minutos para — segundo se explicou ao público, impaciente por tanta espera — permitir que pessoas da classe teatral também pudessem assisti-lo. E, então, foram introduzidas na sala umas 60 pessoas, de graça.

EL DIA QUE ME QUIERAS — Texto de José Ignacio Cabrujas. Dir. de Luis Carlos Ripper. Com Ada Chaseliov, Chico Ozanan, Heleno Prestes, Nildo Parente, Pedro Veras, Thais Portinho, Yara Amaral. **Teatro Dulcina**, Rua Alcindo Guanabara, 17 (220-6997). De 3ª a 6ª, às 21h, sáb., às 20h e 22h30m, dom., às 18h e 21h. Ingressos de 3ª a 5ª e dom., a Cr$ 200 e Cr$ 100, estudantes, 6ª a Cr$ 200 e Cr$ 150, estudantes e sáb., a Cr$ 200. Todas as sextas-feiras, após o espetáculo, debates sobre a Identidade Latino-Americana Carlos Gardel, o ídolo do tango, chega a Caracas para um recital e visita a casa de uma família de fãs, contribuindo para mudar o curso de suas vidas.

LES JUSTES — Texto de Albert Camus produzido, em francês, pelo Théâtre de l'Alliance Française. Dir. de Etienne Le Meur. Com Ana Lúcia Bruce, André Vandam, Richard Roux, Pierre Astrié, Henri Raillard. **Aliança Francesa de Botafogo**, Rua Muniz Barreto, 54 (286-4248). De 5ª a sáb., às 21h; dom., às 19h. Ingressos a Cr$ 50; entrada franca para estudantes. Em torno de uma célula de revolucionários idealistas na Rússia de 1905 surge uma apaixonada discussão sobre a legitimidade ética do terrorismo político.

A ALMA BOA DE SETSUAN — Texto de Bertolt Brecht. Dir. de Eric Nielsen. Dir. musical de Ian Guest. Com Suzana Faini, Orlando Macedo, Luiz Imbassahy, Sylvia Heller, Renato Pupo, Arnaldo Marques, Carlos Vieira, Henriqueta Moura e outros. **Teatro Gláucio Gill**, Praça Card. Arcoverde (237-7003). De 3ª a sáb., às 21h; dom., às 20h. Ingressos de 3ª a 5ª a Cr$ 80; de 6ª a dom. a Cr$ 150 e Cr$ 100, estudante. Fábula moral que leva a personagem-título, após muitas peripécias numa China poética, a concluir: "Ser boa para mim e para os outros, ao mesmo tempo, não era possível. Como é difícil este vosso mundo!" Até domingo.

TOALHAS QUENTES — Comédia adaptada por Bibi Ferreira de um original de Marc Camoletti. Dir. Bibi Ferreira. Com Suely Franco, Milton Moraes, Jonas Mello, Maria Pompeu, Mila Moreira. **Teatro Mesbla**, Rua do Passeio, 42/56 (240-6141). De 3ª a 6ª, às 21h15m, sáb., às 20h e 22h30m, dom, às 18h e 21h15m. Ingressos de 3ª a 5ª e dom., a Cr$ 250 e Cr$ 150 estudantes. 6ª e sáb., a Cr$ 300. Na sua casa de campo em Petrópolis, um casal recebe três hóspedes para um fim de semana repleto de quiproquós e intenções equivocas.

TEU NOME É MULHER — Comédia de Marcel Mithois. Dir. de Adolfo Celi. Com Tônia Carrero, Luís de Lima, Célia Biar, Hélio Ary, Ivan Mesquita, Maria Helena Velasco e Marcos Wainberg. **Teatro Maison de France**, Av. Pres. Antônio Carlos, 58 (220-4779). 5ª, 6ª, às 21h30m, sáb., às 20h e 22h30m, dom, às 17h e 20h. Ingressos 5ª, 6ª, e dom., a Cr$ 300 e Cr$ 150, estudantes e sáb. a Cr$ 300. A laboriosa carreira de uma recordista em golpes de baú no **jet set**.

TERESINHA DE JESUS: QUE JÁ FOI ANDRÉ — Comédia musical com texto e direção de Ronaldo Ciambroni. Com Ronaldo Ciambroni, José Rosa, Paulo Narkevits e Vera Mancini. **Teatro Rival** (Rua Álvaro Alvim, 33 — 240-1135). 3ª, às 18h30m, 21h30m. De 4ª a 6ª, às 18h30m. Ingressos a Cr$ 150 e Cr$ 100, estudantes. Trajetória de um jovem homossexual que emigra do interior para a cidade grande.

FOMIZELDA BRASILEIRA — Criação do grupo Asfalto Ponto de Partida. Jogo cênico e cenário de Marcondes Mesqueu. **Sala Monteiro Lobato**, ao lado do **Teatro Villa-Lobos**, Av. Princesa Isabel, 440. De 5ª a dom., às 21h. Ingressos a Cr$ 70.

A REFORMA — Texto e direção de Dirceu de Mattos. Com o grupo Teatro Off-Rio: Yonne Stormi e Carlos Roberto. **Teatro Dirceu de Mattos**, Rua Barão de Petrópolis, 897 (próximo ao túnel da Rua Alice). Sexta, às 21h e sáb. às 20h. Ingressos a Cr$ 150 e Cr$ 100, estudantes. Até domingo.

JOGOS NA HORA DA SESTA — Texto de Roma Mahieu. Montagem do grupo Minha Mãe Não Vai Gostar. Dir. de Henrique Cukerman e Janine Goldfeld. **Teatro Ipanema**, Rua Prudente de Morais, 824 (247-9794). Sábados e domingos, às 18h30m. Ingressos a Cr$ 100. Um grupo de crianças, através de suas cruéis brincadeiras, traça uma poética metáfora de uma sociedade repressiva (14 anos). Até domingo.

O AMOR, ESSA PALAVRA — Coletânea de textos de vários autores. Direção de Juracy Alarcon Chamarelli. Com Ana Marcia Mixo e Evans Brito. **Teatro Arcádia**, Travessa Alberto Cocozza, 38, Nova Iguaçu. De 6ª às 20h30m sáb. e dom., às 18h e 20h30m. Ingressos a Cr$ 100 e Cr$ 60, estudantes. Até dia 13 de julho.

Música

HEITOR ALIMONDA — Recital de piano. Programa: **Prelúdio, Fuga e Variações**, Cesar Franck, **Variações Fuga sobre o tema de Haendel**, de Brahms, **Contrastes**, de Sergio de Vasconcellos Correa e **Quatro Prelúdios**, de Debussy. **Auditório da Sondotécnica**, Lgo. dos Leões, 15. Hoje, às 21h, Entrada franca.

II CONCERTO DA SÉRIE MÚSICA CONTEMPORÂNEA — Recital de Jeffrey Macomber, Irany Leme, Quinteto Brasileiros de Metais, Carol Macdavit, Eládio Perez-Gonzalez e Harold Emert. No programa, obras de William Presser, Francisco Mignone, Oswaldo Lacerda, Ralph Williams e Arthur Frankenpohl. **Seminários de Música Pro-Arte**, Rua Alice, 462. Hoje, às 20h30m. Entrada franca.

FESTIVAL JOSÉ SIQUEIRA — Recital com a participação de David Alves (trompete) e Oscar Brum e Daniel Rangel (trombones). **Auditório do Liceu de Artes e Ofícios**, Rua Benedito Hipólito, s/nº. Hoje, às 20h. Entrada franca.

SÉRIE VESPERAL — Recital do violonista Nathan Schwartzman, acompanhado ao piano de Amaral Vieira. No programa, peças de Vivaldi, Beethoven, Guarnieri e Fauré. **Sala Cecília Meireles**, Lgo. da Lapa, 47. Hoje, às 18h30m. Ingressos a Cr$ 40 e Cr$ 20.

III PANORAMA DA MÚSICA BRASILEIRA ATUAL — Recital do trio Norton Morozowicz (flauta), José Botelho (clarineta) e Noel Devos (fagote), de José Carlos Cocarelli (piano), do duo Ilda Lauria (mezzo-soprano) e Sarah dos Santos (piano), de Alceu Reis (violoncelo) e do Quarteto de Cordas da UFRJ. No programa, peças de Henrique Morozowicz, Ronaldo Miranda, Gilberto Mendes, Armando Albuquerque, Joaquino Campos, Maria de Lourdes Ribeiro, Leonardo Jardim, Henrique Korenchendler, Heitor Alimonda e Vieira Brandão. **Salão Leopoldo Miguez, Escola de Música da UFRJ**, Rua do Passeio, 98. Hoje, às 18h. Entrada franca.

RECITAL DE MÚSICA DE CÂMARA — Apresentação de Glória Leonardo (piano), Antonina Wood e José Freitas (Clarineta) e Alceu de Almeida Reis (violoncelo). **Salão Henrique Oswald, Escola de Música da UFRJ**, Rua do Passeio, 98. Hoje, às 17h30m. Entrada franca.

O GUARANI — De Carlos Gomes. Com o Coro, Orquestra e Balé do Teatro Municipal, sob a regência do Maestro Mário Tavares. **Régisseur**: Sérgio Brito. Cenários e figurinos: Luiz Carlos Ripper e Coreógrafo: Dennis Gray. Intérpretes: Áurea Gomes, Benito Maresca, Paulo Fortes, Wilson Carrara e Amin Feres. **Teatro Municipal**, Pça. Mal. Floriano. (263-1717). Domingo, às 17h, dia 1º de julho, às 21h30m, dia 3, às 21h e dia 6, às 17h. Ingressos para os dias 29 e 6: a Cr$ 2 100, frisa e camarote, a Cr$ 350, frisa e camarote a Cr$ 200, balcão simples e a Cr$ 100, galeria: para o dia 1º: a Cr$3 300, frisa e camarote, a Cr$ 550, poltrona e balcão nobre, Cr$ 300, balcão simples, e a Cr$ 200, galeria, para o dia 3: a Cr$ 2 700, frisa e camarote, a Cr$ 450, poltrona e balcão nobre, a Cr$250, balcão simples e a Cr$ 150, galeria.

ORQUESTRA SINFÔNICA NACIONAL DA RÁDIO MEC — Concerto sob a regência do maestro Eleazar de Carvalho. Solista: Luis Ascot (piano). No programa, obras de Almeida Prado, Saint Saens, e Dvorak. **Sala Cecília Meireles**, Lgo. da Lapa, 47. Domingo às 21h. Entrada franca.

CONJUNTO DE MÚSICA ANTIGA DA RÁDIO MEC — Concerto sob a regência do maestro Borislav Tschorbow. No programa, obras de Haendel, Telemann, Purcell, Daquin, Scarlatti e M. Franck. **Museu Nacional de Belas-Artes**, Av. Rio Branco, 199. Domingo, às 18h. Entrada franca.

QUARTETO DE METAIS DA ESCOLA VILLA-LOBOS — Recital com a participação do maestro e compositor José Siqueira. **Sala Arnaldo Estrella, Casa Milton**, Rua Hilário de Gouveia, 88. Amanhã, às 17h.

OS assinantes da Série Verde, da Sala Cecília Meireles, estão sem sorte. No primeiro dos concertos, do flautista suíço Peter Graf, dia 6 de maio, a Sala perdeu as partituras enviadas antecipadamente pelo intérprete, de Jolivet e Kuhlau, para serem ensaiadas por sua acompanhante ao cravo. Teve de improvisar um festival do velho e eterno Bach (menos mal). O segundo concerto, marcado para ontem, do violonista Barbosa Lima, foi cancelado. O terceiro concerto, do Trio Tortelier (cello, violino e piano), marcado para 1º de julho, foi substituído, para descontentamento de muitos assinantes, por um concerto de piano de Jacques Klein. Mas, agora, tendo Jacques Klein assumido a direção da Sala, cancela-se a si próprio para o 3º concerto (menos mal).

■ ■ ■

A Sala Cecília Meireles comunica o cancelamento do recital de Antonio Barbosa Lima. Tratando-se de recital de assinatura, a Sala entrará em contato com os assinantes para informá-los da compensação a que terão direito.

ELEAZAR REGE A SINFONIA "NOVO MUNDO"

Luiz Paulo Horta

Eleazar de Carvalho rege, no domingo, a Orquestra Sinfônica Nacional, na Sala Cecília Meireles, com entrada franca

AO lado da estréia do Guarani, *merece destaque, neste fim de semana, o reencontro de Eleazar de Carvalho com o público carioca, regendo a Orquestra Sinfônica Nacional na Sala Cecília Meireles, domingo, com entrada franca. Regente titular da Orquestra Sinfônica Brasileira, logo em seguida aos tempos heróicos de Szenkar, Eleazar marcou toda uma época da música brasileira, com sua personalidade forte e seu indiscutível talento. Dirigindo atualmente a Orquestra Estadual de São Paulo, apresenta-se domingo com um programa romântico que sempre constituiu o seu território artístico preferido:* Sinfonia nº 9, *de Dvorak,* Concerto nº 3, *de Saint-Saenz; para piano e orquestra, e* Estigma, *de Almeida Prado. Luis Ascot, que será solista do Concerto de Saint-Saenz, nasceu em Buenos Aires, estudou no Rio com Jacques Klein e transferiu-se para a Europa, onde fez carreira, ensinando atualmente no Conservatório de Genebra.*

Hoje, às 18h30m, recital do violinista Nathan Schwartzman na Sala Cecília Meireles, acompanhado ao piano por Amaral Vieira: Sonata nº 8, *de Beethoven,* Sonata em lá maior, *de Fauré,* Sonata em lá maior, *de Vivaldi,* Encantamento, *de Camargo Guarnieri. Nos Seminários de Música Pró-Arte, às 20h30m, segundo concerto da série* Música Contemporânea, *com peças de Presser, Mignone, Oswaldo Lacerda, Vaughan Williams e Arthur Franckenpol. Participação de Jeffrey Macomber, Irany Leme, do Quinteto Brasileiro de Metais, Carol Mcdavit, Eladio Perez e Harold Emert. Às 21h, na Sondotécnica, recital do pianista Heitor Alimonda:* Prelúdio, Fuga e Variações, *de César Franck,* Variações, *de Brahms, sobre um tema de Haendel,* Contrastes, *de Sérgio Vasconcelos Correa, quatro* Prelúdios, *de Debussy, e* L'Isle Joyeuse, *também de Debussy. Na Sala Funarte, hoje e amanhã, Maria Lúcia Godoy está-se apresentando ao lado de Miguel Proença numa seleção musical eclética que vai de Bach e Villa-Lobos a Chico Buarque e Jacó do Bandolim. Hoje, na Escola de Música, encerramento do III Panorama da Música Brasileira Atual, com peças de Henrique de Curitiba, Ronaldo Miranda, Gilberto Mendes, Armando Albuquerque, Joaquina Campos, Maria de Lourdes Ribeiro, Leonardo Sá, Antônio Jardim, Henrique Korenchendler, Heitor Alimonda e Vieira Brandão. Amanhã, às 17h, na Sala Arnaldo Estrella (Hilário de Gouveia, 88), apresentação do Quarteto de Metais da Escola Villa-Lobos, em peças de José Siqueira.*

Aonde levar as crianças

QUERIDOS MONSTRINHOS — Texto de Paulo Cesar Coutinho. Direção de Chico Terto. Com Suzana Queiroz, Vera Holtz, Maro Souto, Márcia Vasconcelos e Pedro Aurélio. Música de Paulo Romário. **Teatro Casa-Grande**, Av. Afrânio de Melo Franco, 290. Sáb., às 17h e dom., às 16h. Ingressos a Cr$ 100.

ARCO-ÍRIS SEM COR — Texto de Raimundo Alberto. Direção de Fayvel Hohchman. Com o grupo América. **Teatro Glaucio Gill**, Pça. Cardeal Arcoverde, s/nº (237-7003). Sáb. e dom., 16h. Ingressos a Cr$ 60. Até dia 27 de julho.

QUEM FANTASMOCANTA... OS HOMENS ESPANTA — Musical infanto-juvenil de Sérgio Melgaço. Dir. do autor. Mus. de Lucia Maria Dantas, coreografia de Edien Lyra e Carla Chaves. Com Marthita Gonzales, Fernando Perez, Amélia Navarro, Fernando Pontes e Antônio Pereira. **Teatro Teresa Rachel**, Rua Siqueira Campos 143 (235-1113). Sáb. e dom., às 15h. Ingressos a Cr$ 100,00. Até dia 12 de julho.

CRESÇA E APAREÇA — Texto de Alexandre Marques. Direção de Marco Antônio Palmeira. Com Eduardo Azevedo, Eliana Dutra, Francisco Sztockman, Marco Antônio Palmeira e Maria Alice Mansur. Música de Dirney Machado e Mauro Dellal. **Teatro das Laranjeiras**, Rua das Laranjeiras, 232. sáb. e dom., às 16h. Ingressos a Cr$ 80.

DR. BALTAZAR, O TALENTOSO, NO MUNDO DA IMAGINAÇÃO CONTRA O DR. DRÁSTICO — Musical de Neila Tavares. Direção do Grupo. Com Zemario Limongi, Wagner Vaz, Wagner Fontes e outros. Música de Luiz Gonzaga Junior **Teatro do América**, Rua Campos Sales, 118. Sáb., às 16h e dom., às 15h30m. Ingressos a Cr$ 80 e Cr$ 60, sócios.

A MENINA QUE PERDEU O GATO... — Texto de Marco Antônio Apolinário Santana. Direção de Luis Mendonça. Com Nádia Maria, Silvia Maria, José Rocha, Márcio Luiz e outros. **Teatro do América F.C.**, Rua Campos Salles, 118. Sáb. e dom. às 17h. Ingressos a Cr$ 80.

LIBEL, A SAPATEIRINHA — De Jurandyr Pereira. Direção de Jorge Lúcio. Com Ruth Machado, Luis Carlos Cavalcanti, Jorge Lúcio, Alice Kocnow e Carlos Ferraz. **Teatro da Galeria**, Rua Senador Vergueiro, 93. Sábados e domingos, às 16h. Ingressos a Cr$ 100.

CHAPEUZINHO AMARELO — Texto de Chico Buarque. Adaptação e direção de Zeca Ligiéro. Com Chico Sergio, Jana Castanheira, Juliana Prado, Marcio Galvão, Felipe Pinheiro e Zezé Polessa. **Teatro Cândido Mendes**, Rua Joana Angélica, 63. Sáb e dom. às 16h. Ingressos a Cr$ 100.

KAKAREKO BONEKO — Idéia M. Cena. Coordenação Marcondes Mesqueu. Com Izildo Fraga, Marcondes Mesqueu e Rita de Cassia. **Teatro Souza Lima**, Rua Gal. Sezefredo, 646. Sáb. e dom., às 10h30m. Ingressos a Cr$ 35. Até domingo.

FLICTS — Texto de Ziraldo e Aderbal Júnior. Direção de José Roberto Mendes. Músicas de Sérgio Ricardo. Com Alby Ramos, Ligia Diniz, Cacá Silveira, Maria Gislene, Daniela Santi e outros. **Teatro Princesa Isabel**, Av. Princesa Isabel, 186 (275-3346). Sábados às 17h30m. e domingo, às 16h. Ingressos a Cr$ 100.

EU CHOVO, TU CHOVES, ELE CHOVE — Texto e direção de Sylvia Orthof. Produção de Adalberto Nunes. Com Bia Sion, Cláudia Richer, Everardo Sena e Jorge Maurílio. **Teatro SENAC**, Rua Pompeu Loureiro, 45. Sábados, às 17h e domingo, às 16h. Ingressos a Cr$ 100.

O SEGREDO DAS MÁGICAS — Texto de Alexandre Vieira e Maria Cristina Brito. Direção coletiva do grupo Olhos D'Agua. Com Alexandre Vieira, Arminda Amorim, Henrique Pires, e Inês Junqueira. Orientação coreográfica de Graciela Figueiroa. **Teatro Opinião**, Rua Siqueira Campos 143 (235-2119). Sábados e domingos, às 16h Ingressos a Cr$ 80.

O MAGO DAS CORES — Texto de Veronique Rateau. Direção de Serge Ruest e Pato. Com Dirceu Rabelo e José Roberto Mendes. **Teatro Princesa Isabel**, Av. Princesa Isabel, 186. Sábados, às 15h45m. Ingressos a Cr$ 100.

COM PANOS E LENDAS — Musical de José Geraldo Rocha e Vladimir Capella. Direção de Ivan Merlino e Vladimir Capella. Com Angelo Dantas, Marco Miranda, Nadia Carvalho, Otávio Cesar e outros. **Teatro do Sesc da Tijuca**, Rua Barão de Mesquita, 539 sáb., às 17h e dom. às 10h30m e 17h. Ingressos sáb. e dom., às 17h, a Cr$ 100, e dom. às 10h30m, a Cr$ 80. Bela remontagem pautada no jogo entre as transformações dos panos que constituem o cenário e o rápido encadeamento de lendas e cantigas, numa viagem pelo repertório ficcional popular brasileiro. (F. S.)

FALA PALHAÇO — Criação do Grupo Hombu. Com Beto Coimbra, Regina Linhares, Walkyria Alves, Sérgio Fidalgo e outros. **Teatro do Sesc de S. João de Meriti**, Rua Ten. Manoel Alvarenga Ribeiro, 66 (756-4615). Sáb e dom, às 16h. Ingressos a Cr$ 50 e Cr$ 20, sócios. Até domingo.

PENA SOLTA — Teatro de bonecos e máscaras. Criação de Ricardo Howat e Gina Paduska. **Sala Monteiro Lobato, Teatro Villa-Lobos**, Av. Princesa Isabel, 440. Sáb. às 17h30m e dom, às 17h. Ingressos a Cr$ 80. Até dia 30 de agosto.

PEQUENINOS MAS RESOLVEM — Texto de Licia Manzo. Direção coletiva do grupo Além da Lua. **Teatro Rio-Planetário**, Rua Pe. Leonel Franca, 240. Sáb. e dom., às 16h e 17h30m. Ingressos a Cr$ 70. Até dia 6 de julho.

CHAPEUZINHO QUASE VERMELHO — Texto e direção de Luiz Sorel. Com Nádia Nardini, Ângela Vieira, Sônia Machado e outros. **Teatro da Aliança Francesa da Tijuca**, Rua Andrade Neves, 315. Sáb. e dom, às 17h. Ingressos a Cr$ 100.

CHAPEUZINHO VERMELHO E O LOBO MAU — Texto e direção de Jair Pinheiro **Teatro Teresa Rachel**, Rua Siqueira Campos, 143 (235-1113). Sáb. e dom., às 17h. Ingressos a Cr$ 100.

JOÃOZINHO E MARIA NA CASA DA BRUXA — Texto e direção de Jair Pinheiro. **Teatro Brigitte Blair**, Rua Miguel Lemos, 51 (521-2955). Sáb. e dom., às 16h. Ingressos a Cr$ 70.

Estréia hoje no Maracanãzinho para mais uma temporada carioca o *Holiday on Ice*, tradicional espetáculo de patinação no gelo

EMÍLIA, SACI E VISCONDE CONTRA ASTERIX O GAULÊS — Musical com texto e direção de William Guimarães. Com Kátia Regina, Roberto dos Santos e Ricardo dos Santos. **Teatro Alaska**, — Av. Copacabana, 1241 (247-9842). Sáb. e dom., às 16h. Ingressos a Cr$ 80.

MICKEY, PATETA E A PANTERA COR-DE-ROSA NA FLORESTA ENCANTADA — Direção de Roberto de Castro. Com o grupo Carrossel. **Teatro do Colégio Laranjeiras**, Rua Cde. de Baependi, 69. Sáb. às 17. Ingressos a Cr$ 60.

CHAPEUZINHO VERMELHO E O LOBO MAU DA FLORESTA — Direção de Roberto de Castro. Com o grupo Carrossel. **Teatro do Colégio Laranjeiras**, Rua Cde. de Baependi, 69. Dom., às 15h45m. Ingressos a Cr$ 60.

OS TRÊS PORQUINHOS E O LOBO MAU — Texto e direção de Jair Pinheiro. **Teatro Brigitte Blair**, Rua Miguel Lemos, 51 (521-2955), Sábado e Domingo, às 17h. Ingressos a Cr$ 70.

DUVI-DE-O-DÓ — Texto de Lucio Coelho e Caique Botkai. Direção de Lucia Coelho. Com o grupo Navegando. **Teatro Vanucci**. Rua Marquês de S. Vicente, 52. Sáb. e dom., às 15h30m. Ingressos a Cr$ 100.

SUPER-HERÓIS CONTRA — MULHER GATO E CIA. — Musical com texto e direção de William Guimarães. Com Fabiana Gouveia, Wagner José, Solange Gouveia e Jorge Eliano. **Teatro Alasca**. Av. Copacabana 1.241. Sáb. e dom., às 17h. Ingressos a Cr$ 80.

A GATA BORRALHEIRA — Texto e direção de Jair Pinheiro. **Teatro Teresa Raquel**, Rua Siqueira Campos, 143 (235-1113). Sáb. e dom., às 16h. Ingressos a Cr$ 100.

BRANCA DE NEVE E OS SETE ANÕES — Direção de Roberto de Castro. Com o grupo Carrossel. **Teatro do Colégio Laranjeiras**, Rua Cde. de Baependi, 69. Dom., às 17h. Ingressos a Cr$ 60.

QUEM QUER CASAR COM A DONA BARATINHA — Direção de Roberto de Castro. Com o grupo Carrossel. **Teatro do Colégio Laranjeiras**, Rua Cde. de Baependi, 69. Dom., às 10h30m. Ingressos a Cr$ 60.

OS TRÊS PORQUINHOS E GASPARZINHO, O FANTASMINHA LEGAL, CONTRA O LOBO MAU — Direção de Roberto de Castro. Com o grupo Carrossel. **Teatro do Colégio Laranjeiras**, Rua Cde. de Baependi, 69. Sáb. às 15h45m. Ingressos a Cr$ 60.

FESTIVAL DA CANÇÃO NA FLORESTA — Texto de Sidney Becker e direção de Alisio Falcato. **Teatro Leopoldo Fróes**, Rua Professor Manoel de Abreu, 16, Niterói. Sáb e dom., às 16 h. Até domingo.

NUM LUGAR DISTANTE, PERTINHO, PERTINHO DAQUI — Com o grupo Carreta. **Teatro de Fantoches e Marionetes do Parque do Flamengo**, entrada em frente à Rua Tucuman. Sáb. e dom., às 10h30m. Entrada franca.

BRANCA DE NEVE E OS SETE ANÕES — Texto e direção de Jair Pinheiro. **Teatro Serrador**, Rua Senador Dantas, 13 (220-5033). Sáb. e dom. às 16h. Ingressos a Cr$ 70.

O DIAMANTE DO GRAO-MOGOL — Musical "capa e espada" de Maria Clara Machado. Dir. e coreografia de Wolf Maia. Com Lupe Gigliotti, Cininha de Paula e grande elenco. Cenários e adereços de Analu Prestes, figurinos de Kalma Murtinho. **Teatro Vanucci**, R. Marquês de São Vicente, 52-3º andar. Sáb e dom, às 17h15m. Ingressos a Cr$ 100.

PASSAGEIROS DA ESTRELA — Texto de Sérgio Fonta. Direção de Lauro Goes. Com Lidia Brondi, Julio Braga, Ruth de Souza, Sadi Cabral e outros. Músicos de Egberto Gismonti. **Teatro Villa-Lobos**, Av. Princesa Isabel, 440 (275-6695). Sáb. às 17h e dom. às 16h. Ingressos a Cr$ 100.

PLANETÁRIO — Programação para sábados e domingos: às 16h, **Amiguinho Sol**, para crianças de quatro a sete anos; às 17h **O Universo em que Vivemos**, para crianças de oito a 12 anos; às 18h30m, **Do Geocentrismo ao Heliocentrismo**, para adolescentes e adultos. Av. Pe. Leonel Franca, 240. Gávea. Ingressos a Cr$ 20 e Cr$ 10, estudantes.

No domingo, o Museu Carmem Miranda realiza Manhã de Criatividade Infantil, de 11h às 13h, no Parque do Flamengo, em frente ao nº 560 da Av. Rui Barbosa. Da programação constam atividades lúdicas e plásticas. A entrada é franca

EXTRA

HOLIDAY ON ICE — Espetáculo de patinação no gelo com a participação de 75 artistas. **Maracanãzinho**. De 3ª a 6ª, às 21h, sáb. e feriados, às 17h e 21h e dom. às 15h30m e 19h. Ingressos arquibancada a Cr$ 120 e Cr$ 60 (crianças até 10 anos), cadeira de pista a Cr$ 240, cadeira especial a Cr$ 300, camarote (quatro lugares), a Cr$ 1 mil, e frisa (cinco lugares), a Cr$ 1 mil 800. Vendas no local, Guanatur Turismo (Rua Dias da Rocha, 53), Teatro Municipal e Loja A Samaritana.

CIRCO ORLANDO ORFEI — Leões e cavalos amestrados, acrobatas, contorcionistas, ginastas, trapezistas e outras atrações. **Praça Onze** (221-5531). 3ª, 4ª e 6ª às 21h, 5ª às 15h e 21h. Sábado, às 15h, 18h e 21h. Domingos e feriados, às 10h, 15h, 18h, 21h. Ingressos na geral a Cr$ 170 e Cr$ 100 (menores), na lateral a Cr$ 200 e Cr$ 130 (menores), central a Cr$ 220 e Cr$ 160 (menores), cadeira sem número a Cr$ 280 e Cr$ 200 (menores), cadeira numerada a Cr$ 350 e Cr$ 250 (menores) e camarote a Cr$ 500 por pessoa. Os ingressos estão à venda no local, **Mercadinho Azul e Guanatur** (256-2383 e 255-1271).

PASSEIOS

TIVOLI PARK — Parque infantil com muitos brinquedos de interesse para jovens e adultos. Para crianças até 10 anos os mais atrativos são os carrosséis com variadas formas: diligências, elefantinhos voadores, motocicletas, animais e aviões. Para crianças maiores e adultos os de mais interesse são a montanha-russa, roda-gigante, pista de choque, trem-fantasma, expresso do amor, mexicano, autopista e castelo das bruxas. Está em fase final de acabamento o Museu Histórico. O parque fica na Av. Borges de Medeiros — Lagoa (274-1846). Funciona de 3ª a 6ª das 16h às 22h. Sábados, de 15h às 23h. Domingos e feriados, de 10h às 23h. Ingressos Cr$ 180 (adultos) e Cr$ 150 (crianças até 10 anos), utilizados em qualquer brinquedo.

PÃO DE AÇÚCAR — Além da paisagem que se possa ver dos mirantes dos morros da Urca e Pão de Açúcar todos os sábados e domingos há os seguintes programas infantis: **Bandinhas de Bichos**, que recebem as crianças das 9h às 17h. **Teatro de Marionetes**, com sessões às 11h, 15h e 17h; **Museu Antônio de Oliveira**, que expõe figuras de madeiras mecanizadas; **Playground** e quatro viveiros de pássaros. Há ainda serviço de bar e restaurante. Av. Pasteur, 520 (295-5244 e 226-2767). O acesso se faz por um bondinho, que custa Cr$ 120 e Cr$ 60 (crianças entre três e 10 anos) e dá direito a subir até o Pão de Açúcar.

JARDIM BOTÂNICO — Criado em 1808 por D João VI, tem posto 5 mil variedades de plantas numa área de 141 hectares dos quais mais da metade permanece como mata natural. No Jardim funcionam ainda o **Museu Botânico Kuhlmann, e o Instituto de Botânica Sistemática**, uma biblioteca sobre botânica e o horto. Está localizado na Rua Jardim Botânico, 930 e Rua Pacheco Leão, 915 (274-3896). A entrada para o estacionamento é pela Rua Jardim Botânico, 1008. Funciona diariamente das 8h às 17h. Ingressos a Cr$ 5 (adulto e crianças acima de 10 anos). Entrada franca para menores de 10 anos.

JARDIM ZOOLÓGICO — Fundado em 1945, está instalado numa área de 92 mil metros quadrados. Em seu acervo estão 1 mil 600 exemplares de aves e cerca de 400 espécies de mamíferos, das faunas americanas, africana e asiática. **Quinta da Boa Vista** (254-2024). S. Cristóvão. De 3ª a dom., das 8h às 16h30. Ingressos a Cr$ 5. Crianças até 1,20m não pagam.

PLANETÁRIO — Programação para sábado e domingo: às 16h, **Amiguinho Sol**, para crianças de quatro a sete anos; às 17h, **O Universo em que Vivemos**, para crianças de oito a 12 anos; às 18h30m; **Do Geocentrismo ao Heliocentrismo**, para adolescentes e adultos. Av. Pe. Leonel Franca, 240, Gávea. Ingressos a Cr$ 20 e Cr$ 10, estudantes.

PARQUE DA CIDADE — Com 42 mil metros quadrados de área gramada é um dos parques mais bem-cuidados do Rio. Com guardas vigilantes, que não permitem que se jogue bola, o parque possui bonitas alamedas, um córrego e pequeno lago. Na sede do Parque, antiga propriedade do Marquês de São Vicente, está instalado o Museu da Cidade. O Parque da Cidade fica aberto das 8h às 17h, e de outubro a março a hora de fechamento se estende até às 19h. Estrada Santa Marinha, s/nº. Entrada franca.

CAMPO DE SANTANA — Lago, gramados bem-tratados e como curiosidade cutias espalhadas pelos jardins, esse parque localizado na Av. Presidente Vargas, em frente à Central do Brasil, pode ser alcançado facilmente de metrô. Até o início do do século abrigava nas redondezas importantes edifícios públicos e foi o local onde D Pedro foi aclamado Imperador e, mais tarde, onde se proclamou a República. Todos os fins de semana há programação especial para as crianças. Entrada franca.

QUANDO É PRECISO MATAR UMA CRIANÇA

Flora Sussekind

É difícil determinar em que realmente se começa a ter consciência do próprio crescimento. Talvez quando algumas coisas começam a aparecer menores, como os portais que se achavam altíssimos e ficam mais baixos, ou corredores que, de uma hora para outra, ficam menos escuros e compridos. Ou quando se olha de repente para os pais e eles parecem estranhamente mais velhos. Assim como o quarto e a própria casa tornam-se subitamente pequenos demais. Tudo parece ter acontecido muito rápido, sem que se tivesse tempo para reparar. Não que não se tivesse ouvido as incansáveis observações de parentes e conhecidos sobre "como ele está crescendo", "está quase uma mocinha", "qualquer dia está casando". Mas as festas de Natal, os aniversarios e frases desse tipo se repetem sem que se preste atenção. Até que as frases param e as coisas já ficaram pequenas. É quando se percebe que uma criança morreu.

Essa dificuldade em viver a morte da criança que se está deixando de ser costuma se estender igualmente pelas tentativas de representar ficcionalmente essa morte. Sobretudo representá-la para aqueles que estão passando por ela, ou seja, para uma platéia infantil. Problema enfrentado por dois dos bons espetáculos infantis atualmente em cartaz: Pena Solta, *de Ricardo Howat e Gina Paduska, em temporada na Sala Monteiro Lobato; e* Cresça e Apareça, *no Teatro das Laranjeiras.*

Ambas as peças tomam como eixo para representar o crescimento, a viagem. Viagem onde se enfrenta diferentes situações, até que ao final já se sabe andar com as próprias pernas. Em Pena Solta *se representa desde o nascimento de um personagem a que inicialmente se atribui apenas uma máscara em branco como rosto. E, à medida em que sai pelo mundo e encontra outros personagens, abrem-se-lhe buracos nos olhos para que possa enxergar e na boca para que possa falar. Formado o rosto e andando sobre as próprias pernas, pode até voltar para casa e dizer: "Pena Solta aprendeu a voar". Aprendizado encenado com base sobretudo num jogo com máscaras e bonecos. Ora são mascaras costuradas em grandes tecidos, presas por cordas ao cenário, ou coladas ao rosto dos atores; ora são pinturas que se faz no próprio rosto e funcionam como disfarces para entrar na terra das Pessoas Pintadas. Jogo que chega a propiciar alguns momentos muito bonitos como o nascimento de Pena Solta, mas que se encontra prejudicado pela própria localização do palco, já exíguo, da Sala Monteiro Lobato. O espaço cênico disponível já é bem reduzido e a disposição da platéia ainda dificulta mais a movimentação dos atores, já que a parte dos espectadores sentada nas últimas filas consegue enxergar muito pouco. O que só poderia acontecer se os atores andassem apenas lateralmente e quase encostados no fundo do palco. Parece que a própria sala não leva em conta a diversidade de recursos cênicos que podem ser usados num espetáculo de bonecos, pressupondo um cenário fixo com bonecos tradicionais. Coisas que se torna especialmente prejudicial numa montagem como* Pena Solta, *habitualmente apresentada em praças e espaços mais amplos. Outro problema é a tentativa de fazer da história de Pena Solta, metáfora política para se falar de um outro amadurecimento possível. Como na casa de Pena Solta, na terra das Pessoas Pintadas também havia uma mistura de patrão e pavão misterioso que não a deixava crescer. Cenicamente não chega a se realizar, entretanto, uma ligação maior entre as duas histórias. Daí a necessidade de surgir um narrador para explicar: "Eu vou agora contar uma nova história... É como se fossem coisas diferentes que um narrador costura de repente. E quando se diz da terra o mesmo que de Pena Solta: "Agora essa terra vai começar a caminhar com suas próprias pernas", chega até a parecer gratuito.*

Já em Cresça e Apareça, *num texto interessante de Alexandre Marques, quem está em cena é um clorofilo sufocado no vasinho de sua jardineira-mãe. E que sai na garupa de uma andorinha para poder crescer. Como em* Pena Solta *é preciso sair do espaço familiar para "ser inteiro, do próprio tamanho". E enquanto em* Pena Solta *o inimigo a ser enfrentado é um misto de ditador e pavão misterioso, em* Cresça e Apareça *o antagonista é fundamentalmente a figura da mãe. A mãe e sua representação de seu clorofilho como uma eterna criança: "Sera que ele se lembrou de escovar os dentes?", "Olhe como está desarrumado", "Tão magro, tão pálido". Tudo num cenário quase nu e um bom aproveitamento dos poucos materiais disponíveis: escadas, panos e música. Numa viagem feita ao mesmo tempo pelo filho e pela mãe. É significativo que essa representação do crescimento tome como interlocutora uma imagem materna. Não é qualquer criança que morre quando se cresce, mas a imagem que de cada um produzem os desejos paternos. E só matando essa representação é que talvez seja possível crescer. Crescimento impossível sem perdas. Sem uma casa, um pai, uma imagem de mãe que ficam longe. E uma criança que se perde. E se sabe que não se é Peter Pan, nem dá mais para voltar à Terra do Nunca.*

Pena Solta, o processo de crescimento das crianças numa viagem com bonecos (Sala Monteiro Lobato)

Artes Plásticas

GRAVURAS ESTRANGEIRAS — Mostra de 99 obras, de diversos estilos. **Museu Nacional de Belas-Artes**. Av. Rio Branco, 199. De 3ª a 6ª, das 12h às 18h, sáb. e dom., das 15h às 18h. Até dia 7 de setembro.

MOSTRA — Fotografias de Paulo Gaitan, desenhos e pinturas de Roberto Magalhães, Rubens Gerchman e Lindenberg. **Galeria Andréa Sigaud**, Rua Visc. de Pirajá, 207/307. De 2ª a 6ª, das 13h30m às 20h. Até dia 4 de julho.

COLETIVA — Obras de Sergio Telles, Géza Heller, Manoel Santiago e Antônio Maia, **Galeria Lebreton**, Rua Visc. de Pirajá, 550. De 2ª a 6ª, das 10h às 22h, sáb, das 10h às 18h.

COLETIVA — Obras de Bianco, Manoel Santiago e Adelson do Prado. **Galeria Bahiart**, Rua Carlos Gois, 234. De 2ª a 6ª, das 10h às 21h.

COLETIVA — Obras de Lazzarini, Angelo Canone e José Paulo. **Galeria Signo**, Rua Visc., de Pirajá, 550. De 2ª a 6ª, das 15h às 21h. Sáb das 10h às 13h.

MAMÍFEROS BRASILEIROS AMEAÇADOS DE EXTINÇÃO — Mostra de cerca de 20 animais. **Museu da Fauna**, do Parque Nacional da Tijuca, ao lado do Jardim Zoológico, Quinta da Boa Vista. De 3ª a dom., das 12h às 17h.

COZINHA NO RIO ANTIGO — Mostra de receitas do Império e utensílios de cozinha. **Museu Histórico da Cidade**, Estrada de Santa Marinha, s/nº. De 3ª a 6a, das 13h às 17h e sáb e dom, das 11h às 17h. Até dia 3 de agosto.

FERNANDO COSTA FILHO — Desenhos. **Museu Nacional de Belas Artes**, Av. Rio Branco, 199. De 3ª a 6ª, das 12h às 18h, sáb e dom, das 15h às 18h. Até domingo.

ESTRÁZULAS — Pinturas. **Galeria Quadro**, Rua Marquês de S. Vicente, 52/332. De 2ª a 6ª, das 16h às 22h. Último dia.

SYLVIE CHAUFOUR — Esculturas. **Aktuell**, Av. Atlântica, 4240/223. De 2ª a 6ª, das 12h às 20h, sáb., das 15 às 19h. Até amanhã.

ARTE DO BARRO NO BRASIL — Mostra de peças utilitárias e figurativas de diversas partes do país. **Museu de Artes e Tradições Populares**, Rua Presidente Pedreira, 78, Niterói. De 3ª a dom., das 11h às 17h. Até dia 3 de agosto.

ABELARDO ZALUAR — Pinturas. **Galeria Saramenho**, Rua Marquês de S. Vicente, 52/165. De 2ª a 6ª, das 13h às 21h, sáb., das 12h às 18h. Até amanhã.

GEORGES RACZ — Fotografia. **Galeria Luz e Sombra**, Rua Marquês de S. Vicente, 52/202. De 2ª a 6ª, das 10h às 19h, 5ª até às 22h, sáb., das 10h às 16h. Até dia 5 de julho.

FERNANDO MARCATO — Caricaturas. **Galeria da Biblioteca Regional de Copacabana**, Av. Copacabana, 802/4º. De 2ª a 6ª, das 8h às 20h. Até dia 2 de julho.

COLETIVA — Obras de Inês Cavalcanti, Guido, Hugo Jorge e Ana Telles. **Galeria Divulgação e Pesquisa**, Rua Maria Angélica, 37. De 2ª a 6ª das 10h às 19h. Até dia 2 de julho.

RECONSTITUIÇÃO DA HISTÓRIA DA ARTE — Exposição de Essila Paraíso. **Espaço ABC, Parque da Catacumba**, Lagoa. De 2ª a 6ª, das 15h às 19h, sáb e dom, das 10h às 18h. Até domingo.

GERINGONÇA — Mostra de bonecos. **Galeria Rodrigo Melo Franco de Andrede, Funarte**, Rua Araújo Porto Alegre, 80. De 2ª a 6ª, das 10h às 18h. Até dia 9 de julho.

Iª MOSTRA DE JORNAIS E REVISTAS — **Arquivo Geral da Cidade**, Rua Amoroso Lima, 15, Cidade Nova. De 2ª a 6ª, das 10h às 17h. Até dia 15 de julho.

1ª MOSTRA DE MINITÊXTEIS BRASILEIROS — Mostra de obras de Olly Reinheimer, Ann Barbosa, Arlinda Volpato, Fernando Manoel, Heloisa Crocco e outros. **Sala Cecília Meireles**, Lgo. da Lapa, 47. De 2ª a 5ª, das 10h às 20h e 6ª até às 17h. Até dia 30.

JUAREZ MACHADO — Colagens, desenhos e pinturas. **Mini Gallery**, Av. Copacabana, 1 417. De 2ª a sáb., das 10h às 21h.

CESAR AUGUSTO RIBEIRO — Pinturas. **Biblioteca Regional da Glória**, Rua da Glória, 214/2º. De 2ª a 6ª, das 8h às 18h. Último dia.

KARL ERNST PAPF 1833-1910 — Mostra de pinturas, desenhos e fotografias. **Acervo Galeria de Arte**, Rua das Palmeiras, 19. De 2ª a 6ª, das 14h às 22h; sáb. das 16h às 21h.

ELZA MARIA — Pinturas. **Galeria Angelli**, Rua Presidente Becker, 188. Icaraí, Niterói. De 2ª a 6ª, das 10h às 18h. Até dia 10 de julho.

V. TEIXEIRA — Pinturas. **Galeria Michellangelo**, Rua Tavares de Macedo, 128, Icaraí, Niterói. De 2ª a 6ª, das 10h às 22h. Até dia 4 de julho.

TRAJES AFRO-BRASILEIROS — **Museu do Folclore**, Rua do Catete, 179, entrada pela Rua Silveira Martins. De 3ª a 6ª, das 11h às 18h. Até dia 31 de julho.

JOÃO JOSÉ RESCALA — Pinturas. **Museu Nacional de Belas-Artes**, Av. Rio Branco, 199. De 3ª a 6ª, das 12h às 18h, sáb. e dom., das 15h às 18h. Até domingo.

HELENE E RITA GEBARA — Desenhos. **Galeria Improviso**, Rua Cde. de Bonfim, 229. Diariamente, das 14h às 21h. Até dia 30.

NEWTON NAVARRO — Desenhos. **Galeria Sergio Milliet, Funarte**, Rua Araújo Porto Alegre, 80. De 2ª a 6ª, das 10h às 18h. Último dia.

ARTISTAS PLÁSTICOS FLUMINENSES — Mostra de Kato, Selga, Miriam Etz, Hans Etz e Nêgo. **Socius**, Rua Mascarenhos de Morais, 156. De 2ª a 6ª, das 15h às 20h.

80 FOCO — Fotografias de Eduardo Pinto, Gorki, Marko e Paulo Lara. **Galeria Oca**, Rua Jangadeiros, 14-C. De 2ª a 6ª, das 10h às 18h, sáb, das 10h às 13h. Até dia 5 de julho.

CLASSE MÉDIA BRASILEIRA — Mostra de 64 fotografias de 39 fotógrafos brasileiros. **Galeria de Fotografia**, Rua Araújo Porto Alegre, 80. De 2ª a 6ª., das 10h às 18h. Até dia 11 de julho.

ACERVO ARTÍSTICO DO MUSEU DA FAZENDA FEDERAL — Exposição comemorativa dos 10 anos de criação do museu, com mostra de pinturas e peças artísticas que pertenceram a ex-ministros. **Museu da Fazenda Federal**, Av. Antônio Carlos, 375. De 2ª a 6ª, da 11h às 17h.

FOTÓGRAFOS AMERICANOS — Fotografias de Elaine O'Neill, James Dow e William Burke. **Galeria do Centro Cultural Cândido Mendes**, Rua Joana Angélica, 63. De 2ª a 6ª das 10h às 12h, e das 17h às 22h30m, sáb. e dom., das 16h às 20h. Até dia 7 de julho.

CELESTE E CARLOTA BRAVO — Pinturas. **Galeria da Biblioteca Regional de Campo Grande**, Pça. Telmo Gonçalves Maia, s/ nº de 2ª a 6ª, das 8h às 18h. Até dia 21 de julho.

OS BAIANOS DE HOJE — Pinturas de Ada Brito, Adelson di Prado, Caribé, Carlos Bastos, Fernando Coelho, Rescala, Walmy e outros. **Galeria de Arte Maria Augusta**, Av. Atlântica, 4 240. Sem indicação de horários. Até dia 20 de julho.

MARCIER — Pinturas. **Galeria Bonino**, Rua Barata Ribeiro, 578. De 2ª à sáb., das 10h às 12h e das 16h às 22h. Até dia 5 de julho.

PALHAS — Mostra de Inge Roesler. **Galeria Cesar Aché**, Rua Visc. de Pirajá, 282. De 2ª a 6ª, das 15h às 22h, sáb., das 10h às 15h. Até dia 5 de julho.

CARYBÉ — Pinturas, guaches e publicações **Museu da Chácara do céu**, Rua Murtinho Nobre, 93. De 3ª a 6ª, das 13h às 17h e sáb. e dom., das 11h às 17h. Até dia 30.

CULTURA POPULAR BRASILEIRA — Mostra de instrumentos musicais, indumentária, artesanato, além de apresentação de músicos regionais e barrocas com comida típica. Exposição dirigida aos deficientes visuais. **Instituto Benjamim Constant**, Av. Pasteur, 350. De 2ª a 6ª, das 10h às 12h e das 14h às 17h. Até dia 4 de julho.

JORGE GUINLE — Pinturas. **Galeria Amniemeyer**, Rua Marquês de S. Vicente, 52/205. De 2ª a 6ª, das 14h às 22h, até dia 5 de julho.

APARATOS — Exposição de João Grijó e Paulo Paes. **Café des Arts**. Av. Atlântica, 1020/4º.

MARTINHO DE HARO — Pinturas. **Galeria Trevo**, Rua Marquês de S. Vicente, 52/260. De 2ª a sáb. das 14h às 22h. Até dia 5 de julho.

MAURÍCIO DE MAGALHÃES — Pinturas. **Galeria Deson**, Av. Atlântica, 4240. De 2ª a 6ª, das 10h às 18h. Até dia 7 de julho.

SYTÉ — Pinturas. **Eucatexpo**, Av. Princesa Isabel, 350. De 2ª a 6ª, das 14h às 22h, sáb. das 19h às 22h. Até dia 7 de julho.

SELOS INGLESES — Mostra de Selos postais da Coleção Elizabetana, pertencentes a Roberto José Collaço Roliz. **Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa**, Av. Graça Aranha, 237/3º. De 2ª a 6ª, das 9h às 19h. Até dia 4 de julho.

COLETIVA — Obras de Ester Azulay, Marco de Paulo, Miriam Medeiros e Wolfgong. **Luxor Hotel**, Av. Atlântica, 3716. Diariamente, das 10h às 22h. Até dia 2 de julho.

MARTINHO DE HARO — Pinturas. **Galeria Trevo**, Rua Marquês de S. Vicente, 52/260. De 2ª a sáb., das 14h às 22h. Até dia 5 de julho.

MAURÍCIO DE MAGALHÃES — Pinturas. **Galeria Dezon**, Av. Atlântica, 4 240. De 2ª a 6ª, das 10h às 18h. Até dia 7 de julho.

SYTÉ — Pinturas. **Eucatexpo**, Av. Princesa Isabel, 350. De 2ª a 6ª, das 14h às 22h, sáb. das 19h às 22h. Até dia 7 de julho.

Show

E AGORA PRA VOCÊS... **Show** do cantor, compositor e guitarrista Robertinho de Recife, acompanhado de Pedrão (baixo), Sergio Della Mônica (bateria) e Givaldo Repolho (percussão). **Teatro de Arena da UFRJ**, Av. Pasteur, s/nº, 300. Amanhã, às 21h. Ingressos a Cr$ 100.

SEIS E MEIA NA PRAÇA — Roda de Samba com a participação de sambistas de diversas Escolas. Pça. Tiradentes. Hoje, às 18h30m. Entrada franca.

CÉU DA BOCA — **Show** do grupo vocal e instrumental. **Concha Acústica da UERJ**, Av. Radial Oeste, Maracanã. Amanhã, às 18h. Ingressos a Cr$ 50.

MUTIRÃO CULTURAL — **Show** do conjunto de choro Mistura e Manda. **Parque União**, Bonsucesso. Amanhã, às 18h30m. Entrada franca.

LAURO BENEVIDES — **Show** do cantor e compositor acompanhado por Domício Bevilacqua (bandolim e violino) e Gil Lima (flauta e percussão). **Casa do Mobral**, Ladeira do Ascurra, Cosme Velho. Hoje, às 20h30m. Entrada franca.

HOJE É DIA DE FEIRA LIVRE — **Show** do conjunto Feira Livre. **Faculdade Souza Marques**, Rua do Catete, esquina de Rua Santo Amaro. Hoje, às 19h. **Universidade Santa Úrsula**, Rua Farani, 42. Amanhã, às 21h.

FREE CONCERT — **Show** com o conjunto de **rock** Back Street, a cantora Diana Pequeno e a banda Black Rio. **Praia do Pepino.** Amanhã, às 21h. Entrada franca.

PROPOSTA — **Show** promovido pela revista **Proposta** com a apresentação dos grupos: Flávio e Spirito Santo, Bolo de Cera, Banda da Santa e outros. **Ginásio da PUC**, Rua Marquês de S. Vicente, 209. Hoje, às 21h. Entrada franca.

PERFIS — **Show** dos cantores e compositores Agenor de Oliveira, Moacyr Luz e Luiz Sergio Cruz, acompanhados de Fernando Merlino (teclados), Paulo Souza (contrabaixo) e Wellington Gusmão (bateria). **Faculdade de Letras Souza Marques**, Av. Ernani Cardoso, 335, Cascadura. Amanhã, às 18h30m. Ingressos a Cr$ 50.

SENTIMENTAL DEMAIS — **Show** do cantor Altemar Dutra acompanhado do grupo Os Sentimentais, formado por Dejair Ferreira (guitarra), Ubaldo de Oliveira (bateria) e João Tavares (baixo). **Cine-Show Madureira**, Rua Carolina Machado, 542. De 5ª a dom., às 21h. Ingressos 5ª, 6ª e dom., a Cr$ 150 e sáb., a Cr$ 200. Até domingo.

PROJETO PIXINGUINHA — **Show** dos cantores e compositores Belchior, Diana Pequeno e Cláudia Versiani. Direção de Antônio Chrisóstomo. **Teatro Dulcina**, Rua Alcindo Guanabara, 17. Hoje, às 18h30m. Ingressos a Cr$ 60.

LENY ANDRADE, TECA E RICARDO — **Show** dos cantores e instrumentistas. **Sala Funarte**, Rua Araújo Porto Alegre, 80. De 3ª a sáb., às 18h30m. Ingressos a Cr$ 80. Até amnhã.

NEGRA ELZA — **Show** da sambista acompanhada do grupo Amalá. **Teatro do Sesc de S. João de Meriti**, Rua Tenente Manoel Alvarenga Ribeiro, 66. De 5ª a dom., às 20h30m. Ingressos a Cr$ 150 e Cr$ 30, sócios. Até domingo.

TRANSE TOTAL — **Show** do grupo A Cor do Som. Formado por Dadi (baixo), Armandinho (guitarra), Gustavo (bateria), Mu (teclados) e Ary (percussão). **Teatro Casa-Grande**, Av. Afrânio de Melo Franco, 290. De 4ª a dom. às 21h. Ingressos de 3ª a 6ª e dom., a Cr$ 150 e sáb., a Cr$ 200. Até domingo.

MARIA LUCIA GODOY E MIGUEL PROENÇA — **Show** da cantora e do pianista acompanhados de Rafael Rabelo (violão de sete cordas), Neusa Prado (piano), Luiz Moura (violão), Afonso Machado (bandolim) e José Mario Braga. Direção de Teresa Aragão. **Sala Funarte**, Rua Araújo Porto Alegre, 80. De 4ª a sáb, às 21h. Ingressos a Cr$ 100. Até dia 4 de julho.

PARALELO À NERUDA — **Show** do cantor e compositor Claudio Cartier, acompanhado de Darci de Paula (piano), Jacaré (contrabaixo) e João Cortez (bateria). **IBAM**, Lgo. do Ibam, 1, Humaitá. De 4ª a sáb., às 21h30m. Ingressos a Cr$ 150. Até amanhã.

SAUDADE DO BRASIL — **Show** da cantora Elis Regina com participação de 11 atores e bailarinos e acompanhamento da banda formada por Cesar Camargo Mariano (teclados), Sérgio Henriques (teclados), Nonô (trumpete), Faria (trumpete), Bangla (sax), Lino Simão (sax), Paulo (flauta), Chiquinho Brandão (flauta), Chacal (percussão), Natam (guitarra), Kzam (baixo), Bocato (trombone) e Sagica (bateria). Dir. Ademar Guerra, dir. musical e arranjos de César Camargo Mariano, coreografia de Marika Gidali, figurinos de Kalma Murtinho, cenário de Marcos Flaksman e programação visual de Carlos Vergara. **Canecão**,, Av. Wenceslau Brás, 215 (295-3044 e 295-9747). 4ª e 5ª, às 21h30m, 6ª e sáb., às 22h30m, e dom., às 20h30m. Ingressos a Cr$ 400.

VIVA O GORDO E ABAIXO O REGIME — **Show** do humorista Jô Soares. Texto de Jô Soares, Millôr Fernandes, Armando Costa e José Luis Archanjo. Cenário e iluminação de Arlindo Rodrigues. Direção de Jô Soares. Direção musical de Edson Frederico. **Teatro da Praia**, Rua Francisco Sá, 88 (267-7749). De 4ª a 6ª, às 21h30m, sáb., às 20h30m e 22h30m e dom., às 20h. Ingressos de 4ª a sáb. a Cr$ 350, e dom. a Cr$ 350, e Cr$ 150, estudantes.

SONHE MAIS — **Show** de Martinho da Vila, acompanhado de Helio Schiavo (bateria), Jorge Degas (contra baixo), Irene Mello (piano), Buda (surdo), Ovidio (percussão), Rui Quaresma (violão), Luciana (cavaquinho), Victor Netto (oboé) e Zeca do Trombone. Roteiro de Ferreira Gullar. Direção de Tereza Aragão. **Teatro Clara Nunes**, Rua Marquês de S. Vicente, 52 (274-9696). De 4ª a dom. às 21h30m. Ingressos de 4ª a 6ª e dom. a Cr$ 300 e Cr$ 200,-estudantes e sáb., a Cr$ 300.

REVISTAS

GAY GIRLS — Revista musical com Nelia Paula, Veruska, Maria Leopoldina, Ana Lupez, Theo Montenegro, Stella Stevens e La Miranda. **Teatro Alasca**, Av. Copacabana, 1241. De 3ª a 5ª e domingo, às 21h30m, 6ª e sáb., às 22h. Ingressos de 3ª a 5ª, e dom. a Cr$ 200 e Cr$ 150, estudantes, 6ª, a Cr$ 200 e sáb., a Cr$ 250.

MIMOSAS ATÉ CERTO PONTO Nº2 — **Show** de travestis, com texto e direção de Brigitte Blair. Com Marlene Casanova, Camile, Alex Mattos e outros. **Teatro Serrador** (R. Senador Dantas, 13 — (220-5033). De 3ª a sáb., às 21h e dom. às 18h, 21h. Vesperal de 5ª, às 17h. Ingressos de 3ª a 5ª a Cr$ 200 e Cr$ 100 (estudantes). 6ª, sábado e domingo, a Cr$ Cr$ 200.

PARA OUVIR

O TECLADO — Aberto de 2ª a dom., das 21h às 4h. Música ao vivo a partir das 22h, com os cantores Márcio José e Áurea Martins, o trio San e o pianista Eduardo Prates 3ª a sáb, a cantora Leny Andrade. Av. Borges de Medeiros, 3207, Lagoa (266-1901). **Couvert** de 2ª a 5ª, a Cr$ 200, 6ª e sáb. a Cr$ 250., dom., sem **Couvert**.

CHIKO'S BAR — Aberto diariamente a partir de meio-dia. Música ao vivo às 20h, com o pianista, cantor e compositor Johnny Alf e seu conjunto. Participação de Cidinho Teixeira (piano), Tião Cruz (bateria) e Maurício Ramos (baixo). Av. Epitácio Pessoa, 1560 (267-0113 e 287-3514). Sem **couvert** e sem consumação mínima.

CLUBE 21 — Aberto diariamente a partir das 18h. Música ao vivo. 21h., com apresentação de Osmar Milito (piano), acompanhado de Nilson Matta (contrabaixo), Nivaldo Ornellas (sax e flauta) e os cantores Bibo Ribeiro, Luci Newell, revezando com o pianista Nilson. Todas as 2ªs feiras, Noite de Jazz. Rua Maria Angélica, 21 — Jardim Botânico (286-8338): Sem **couvert** e sem consumação mínima.

COISAS NOSSAS — **Show** do grupo de choro Com Casca e Tudo. Participação especial do sambista Ataulfo Alves Jr. Direção musical: Walter Silva. Serviço de restaurante e tiragostos. 6ª e sábados, às 21h30m. Estrada de Jacarepaguá, 6473 (342-0377). **Couvert** de Cr$ 200.

FOSSA — **Show** de 2ª a sábado, à meia-noite, com Valeska, Tito Madi e Ribamar e Ivan El-Jaick. Aberto, diariamente, a partir das 19h. Aos domingos, a partir das 19h, **show** com Ivan El-Jaick e seus convidados. Rua Ronald de Carvalho, 55 (235-7727 e 237-1521). **Couvert** de Cr$ 300, por pessoa.

ZEPPELIN TERRASSE BAR — Aberto diariamente a partir das 19h com música ao vivo. Anexo o restaurante Zur Katz de especialidade alemã e cozinha internacional. Estrada do Vidigal, 471 (1º entrada à direita depois do hotel Sheraton) 274-1549. Couvert 2ª, 5ª e dom. a Cr$ 100. 6ª e sáb. a Cr$ 150.

PARA DANÇAR

CLUBE DO SAMBA — Música para dançar com a orquestra comandada pelo baterista Wilson das Neves. Participação especial de **Moacir Silva, Nelsinho (trombone) e Juarez Araújo. Sede do Flamengo, Morro da Viúva (289-3122). Sextas-feiras, a partir das 22h. Ingressos a Cr$ 200 (individual), e Cr$ 300 (casal) e Cr$ 100 (estudantes).**

BIERKLAUSE — Apresentação de Miguel França e seu conjunto. De 2ª a sábado, às 23h30m. Aberto para jantar, a partir das 19h. Aos domingos, roda de samba com o conjunto Ritmo 7, a partir das 22h. Rua Ronald de Carvalho, 55. (237-1521). **Couvert** de Cr$ 200, por pessoa.

ELITE BAR DANCING GUANABARA — Aberto todos as 4ªs., 6ªs e sábs., das 23 às 4h e doms., dos 17h às 3h. Com animação do conjunto de Silvio Mongol. Rua Frei Caneca, 4 (232-3217). Ingressos a Cr$ 100, homem, e Cr$ 20, mulher.

SAMBA-TÃO — **Show** de samba, gafieira e seresta com os cantores Maria Gabriela e Sandra, Aldemar Mário e José Luiz acompanhados dos conjuntos Diamate e Carinhoso. Rua do Riachuelo, 373/2º (232-2086). 6ªs e sábs a partir das 22h. Ingressos a Cr$ 50 (homem), Cr$ 30 (mulher) e Cr$ 100 (mesa).

CARINHOSO — Bar e restaurante aberto, diariamente, a partir das 20h, com música ao vivo com Ed Lincoln e sua orquestra e o conjunto Carinhoso. Rua Visc. de Pirajá, 22 (287-0302 e 287-3579). **Couvert** de dom. a 5ª, a Cr$ 200 e 6ª e sáb. a Cr$ 300, sem consumação mínima.

MIKONOS — Aberto diariamente a partir de 22h, para serviço de bar e restaurante, com música de fita. Depois das 2h, macarronada de cortesia. Rua Cupertino Durão, 177 (294-2298). **Couvert** de Cr$ 400, na sexta e no sábado.

NOITES CARIOCAS — Aberto de 6ª a dom., a partir das 22h, com música de fita com o discotecário Dom Pepe. Às 24h, apresentação da orquestra de sopros **Metalúrgica Dragão de Ipanema**, sob a regência do maestro Edson Frederico. **Morro da Urca**, Av. Pasteur, 520. Ingressos 6ª e dom., a Cr$ 300 e Cr$ 200 (estudantes). Sábado a Cr$ 300.

O DIA DO AVESSO — Amanhã, Arraia Eva e Adão, festa Junina, animada pelos travestis Ana Karina Berg, Andréa Casparelly, Cintia Levy, Samantha, Laura de Vison, Rhodda e Mabel Luna. Todos os sábados, à 0h30m. A casa está aberta, a partir das 22h30m, com música de fita. **Restaurante O Bifão**, Rua Santa Luzia, 760 (240-7259). Ingressos a Cr$ 150 por pessoa e Cr$ 100 cada mesa.

FORRÓ E SAMBA — **Show** com Ary Coutinho, Xangô da Mangueira, Hugo do Acordeão, os Filhos do Nordeste, Som Lazer e Reais do Samba. Apresentação de Almir Saint Clair. **Condomínio Esporte Clube**, Rua Pacheco Leão, 758. Todos as sextas-feiras, a partir das 22h.

ROLLER CIRCUS — Pista para dançar com patins. Os patins podem ser alugados no local. Aberto de 3ª a domingo, das 14h às 2h. Rua Marquês de São Vicente, 147. Ingressos a Cr$ 50.

RIO'S — Aberto diariamente, com música de fita, a partir das 20h30m. De 4ª a dom, às 20h30m, música ao vivo, com a orquestra do Maestro Eduardo Lajes. Anexo piano-bar, cervejaria e restaurante de cozinha francesa, aberto diariamente. **Parque do Flamengo**, em frente ao Morro da Viúva (285-3848 e 285-4698). Consumação mínima da boate Cr$ 500, sem **couvert**.

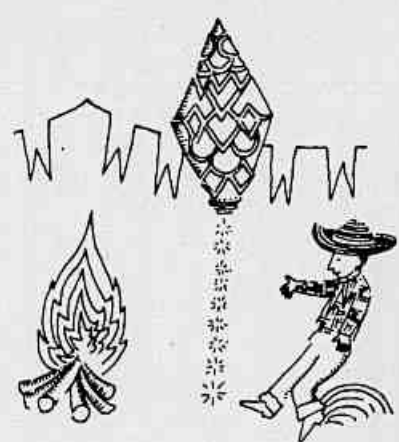
SUBLIME TENTAÇÃO — Cabaré-gafieira com dois **shows** de travestis por noite: 1h30m, Shirlei Montenegro e às 2h30m, As Guerreiras da Madrugada conjunto formado por Vera Barbo, Marlene Casanova, Marisa e outros, acompanhados pelo conjunto Musiscop. **Cine São José**, Praça Tiradentes. 6ª e sábados, a partir das 23h30m. Ingressos a Cr$ 150, e couvert artístico (mesa). Cr$ 200.

O Free Concert, amanhã, às 12h, na praia do Pepino, terá a participação de Diana Pequeno e da banda Black Rio

FIM DE SEMANA ANIMADO COM ESPETÁCULO AO AR LIVRE

Maria Helena Dutra

ANIMARAM-SE. O fim de semana mais movimentadinho já se inicia hoje, 18h30m, com a continuação da série de espetáculos musicais de graça e em locais público promovida pela Fundação Rio. Nesta sexta vai acontecer, na Praça Tiradentes, "uma roda de samba nunca vista" como garante a vaga publicidade do evento. Como prometem originalidade é bem capaz de seus integrantes serem um lord inglês, Jean Sablon, o anônimo veneziano, Sergio Endrigo e Antonioni, só assim cumprem a promessa. Às 19h, show *mais específico. Na Faculdade Souza Marques, Catete,* Hoje é Dia de Feira Livre. *Não acontecerá a própria e sim espetáculo com conjunto que tem este nome. Às 20h30m, de hoje a domingo, retorna* Negra Elza, *desta vez no Sesc de São João de Meriti. Um* show *que estreou na finada série das sete da noite do Carlos Gomes e que reúne Elza Soares e o grupo Amalá, sob a direção de Gerson Alves. A estréia recebeu elogios. No mesmo horário a série Canário, que de vez em quando acontece na Casa do Mobral, na Ladeira do Ascurra, apresenta apenas hoje um* show *com Lauro Benevides. Sem a Banda da Santa vai mostrar toadas cearenses, canções românticas da década de 70, composições de temática urbana e músicas folclóricas em festas juninas. Deve ser o único que lembrou dos antigos folguedos. Às 21h, já em temporada que acaba em 6 de julho, Maria Lúcia Godoy e Miguel Proença estão apresentando-se na Sala Funarte. De acordo com a divulgação "a seleção musical é das mais variadas de Bach a Villa-Lobos, de Chico Buarque a Jacob do Bandolim". Nem tanto, pois nem chegam a Dicró. A direção é de Teresa Aragão e grupo de cinco músicos acompanham, acredito, apenas a cantora. O pianista deve dispensá-los. No mesmo horário, só hoje, festa com entrada franca no ginásio da PUC para lançamento da revista* Proposta *dos alunos de lá. Para o som, Flávio Y Spirito Santo, conjunto Bola de Cera, deve escorregar, já que é de Sergipe, e a Banda da Santa. As duas da manhã, outro quinau do Clube do Samba. Homenageia os músicos nesta madrugada mostrando na sede do Flamengo, Morro da Viúva, um trio para ninguém botar defeito composto por Juarez Araújo, Nelsinho e Moacyr Silva.*

Ao meio-dia de sábado deve acontecer na praia do Pepino uma segunda festa ao ar livre reunindo Banda Black Rio, Diana Pequeno e um estranho e desconhecido grupo chamado Backstreet. Dizem ser estrangeiro. O grupo Céu da Boca, às 18h30m, se apresenta na Concha Acústica da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. O nome do conjunto é que é difícil de engolir. Também apenas amanhã show *intitulado* Perfis, *que reúne os ditos de Agenor de Oliveira, Moacyr Luz e Luis Sérgio Cruz, jamais antes visto de frente também, na Faculdade Souza Marques em Cascadura. Em outro subúrbio, Bonsucesso, para o Mutirão Cultural no Parque União e, em igual horário, mostra o conjunto de choro Mistura e Manda. Estão trabalhando muito agora. Às 21h, a* Feira Livre *é agora no Teatro da Universidade Santa Úrsula. No mesmo horário, as universidades mantêm a maioria de atrações, pois apenas amanhã Robertinho de Recife apresenta seu* show *no Teatro de Arena da Federal do Rio de Janeiro. Depois tem festa de despedida da turma de Economia. Começam bem, pois ainda vão ter lucro com o acontecimento.*

FESTAS JUNINAS

- O Noite Cariocas, no Morro da Urca, promove festa junina no domingo, a partir das 20h, com comidas típicas e traje caipira. São Pedro Esperto, título da festa, será animada com música Prá Pular Brasileira e a entrada custa Cr$ 200, para estudantes e Cr$ 300 inteira.

- **Hoje, no Umuarama Gávea Clube (Estrada da Gávea, 147), a partir das 20h, se realiza a festa do Arraial da Maria Sanfona, com a presença de Marta Anderson, Fernando Reski, Neila Tavares, Carlos Imperial, Anilza Leone, entre outros. O preço por casal é de Cr$ 300.**

- A Associação de Moradores e Amigos de Laranjeiras realizará amanhã, a partir das 20h, festa na Rua das Laranjeiras, 232. A intenção é manter a festa dentro das suas melhores tradições. O ingresso custa Cr$ 40, e criança não paga. A festa para as crianças começa às 16h.

- **Amanhã e domingo, em Jurujuba, na sede da colônia de pesca, haverá festa comemorativa do ciclo junino que compreenderá atos religioso e festejos típicos da cultura local. A entrada é franca e as atividades se distribuem em futebol de praia, teatro infantil e danças típicas.**

- O Sesc promoverá várias festas juninas, que se realizarão nos seus diversos centros. Hoje será em São João de Meriti, amanhã em Ramos (das 16h às 20h), na Tijuca (das 15h às 23h), em Copacabana (das 15h às 22h) e em Teresópolis (das 18h às 23h), e, no domingo, em Madureira e em Petrópolis.

Dança

DANÇA CONTEMPORÂNEA — Espetáculo com apresentação dos grupos de Graciela Figueiroa, Michel Robin, Regina Vaz, Mariana Muniz, e Rainer Viana. **Escola de Artes Visuais, Parque Lage**, Rua Jardim Botânico, 414. Sáb e dom, às 21h. Até domingo. Ingressos a Cr$ 100.

Televisão

Lucille Ball em *Tormentas do Matrimônio* (canal 7, 15h)

Os filmes de hoje

"WESTERNS" E UMA COMÉDIA DIVERTIDA

Hugo Gomez

DIRETOR com excelente bagagem de westerns — Winchester 73, E o Sangue Semeou a Terra — *Anthony Mann não tem dificuldade em conduzir* O Tirano da Fronteira, *que, embora uma obra menor em sua filmografia, é aventura movimentada e tem no elenco a excelente Anne Bancroft, ainda na sua fase de obscurecimento. Autor de um* far west *clássico* (Matar ou Morrer), *Fred Zinnemman não se dá bem em* A Voz do Sangue, *que apesar da trama promissora se arrasta e não consegue interessar, em parte pela má escolha de Gregory Peck. Comediantes tarimbados, Bob Hope e Lucille Ball mantêm um diálogo espirituoso e às vezes ferino em* Tormentas do Matrimônio, *uma comédia divertida decalcada em famoso crítico teatral da Broadway, Walter Kerr, que passou por uma experiência semelhante na vida real. Para quem não viu* Amargo Pesadelo (Deliverance), Caçada Mortal *não desaponta e serve como passatempo, sem as conotações apocalípticas daquele filme.*

O TIRANO DA FRONTEIRA
TV Globo — 14h30m
(The Last Frontier) — Produção norte-americana de 1955, dirigida por Anthony Mann. Elenco: Victor Mature, Guy Madison, Robert Preston, Anne Bancroft, Robert Preston, Peter Whitney, Pat Donde, James Whitmore. **Colorido.**

***** Comandante irresponsável de um forte (Preston) ordena ataque contra índios sem dar ouvidos aos conselhos de seus batedores, o que provoca uma violenta reação dos peles-vermelhas e um massacre desnecessário.**

TORMENTOS DO MATRIMÔNIO
TV Bandeirantes — 15h
(Critic's Choice) — Produção norte-americana de 1963, dirigida por Don Weiss. Elenco: Bob Hope, Lucille Ball, Marilyn Maxwell, Rip Torn, Jesse Royce Landis, John Dehner, Jim Backus, Dorothy Green. **Colorido.**

**** Crítico da Broadway (Hope), temido pela sua falta de contemplação, se surpreende ao descobrir que a mulher (Ball) está escrevendo uma peça e a surpresa se transforma em pânico ao perceber que há produtores interessados em montá-la.**

CHAMAM-ME TRINITY
TV Studios — 21h
(Lo Chiamavano Trinità) — Produção italiana, de 1972, dirigida por E. B. Clucher. Elenco: Terence Hill, Bud Spencer, Steffen Zacharias, Dan Sturkie, Gisela Hahn, Elena Pedemonte, Farley Granger. **Colorido.**
**** Ao chegar a um povoado, Trinity (Hill) descobre que o irmão, conhecido ladrão de gado, assumiu o posto de xerife. Com suas habituais travessuras, ele atrapalha seu plano para roubar manada de uma colônia de mórmons, que, agradecidos, querem mantê-lo junto a eles.**

A VOZ DO SANGUE
TV Tupi — 23h05m
(Behold a Pale Horse) — Produção norte-americana de 1964, dirigida por Fred Zinnemann. Elenco: Gregory Peck, Anthony Quinn, Omar Sharif, Raymond Pellegrin, Paola Stoppa, Mildred Dunnonck, Christian Marquand. **Preto e branco.**

**** Guerrilheiro espanhol (Peck) se exila ao final da guerra civil que ensangüentou sua terra e 20 anos mais tarde é persuadido a retornar à Espanha para assassinar um chefe de polícia brutal (Quinn).**

VIDAS CRUZADAS: A VIDA ÍNTIMA DOS MÉDICOS
TV Globo — 23h35m
(Doctor's Private Lives) — Produção norte-americana de 1978, dirigida por Steven Stern. Elenco: John Gavin, Barbara Anderson, Ed Nelson, Donna Mills, John Randolph, Elinor Donahue, Randy Powell. **Colorido.**

**** Enquanto luta para que o Governo sul-coreano permita a saída de órfãos de guerra para ser adotados por casais norte-americanos, mulher sem filhos (Anderson) não percebe que o marido estéril (Gavin) está de romance com uma médica (Mills), sua colega de hospital. Feito para a TV.**

BATALHA EM RIO COMANCHE
TV Bandeirantes — 0h05m
(Gunfight at Comanche Creek) — Produção norte-americana de 1963, dirigida por Frank McDonald. Elenco: Audie Murphy, Ben Cooper, Colleen Miller, DeForest Kelley, Jan Merlin, John Hubbard, Damian O'Flynn. **Colorido.**

1875, Colorado. Quadrilha se especializa em raptar prisioneiros da cadeia em troca de resgates. Quando estes atingem somas elevadas, os chefes ficam com o dinheiro e liquidam os outros bandidos. Para desmascarar o chefe do bando, um justiceiro (Murphy) se infiltra no bando. Nos cinemas chamou-se Fúria de Brutos.

CAÇADA MORTAL
TV Globo — 1h35m
(Death Stalk) — Produção norte-americana de 1974, dirigida por Robert Day. Elenco: Vince Edwards, Carol Lynley, Anjanette Comer, Vic Morrow, Neville Brand, Norman Fell, Larry Wilcox, Robert Webber. **Colorido.**

**** Em busca de emoções, dois casais amigos descem um rio em balsas e são surpreendidos por quatro bandidos, fugitivos de uma penitenciária, que amarram os maridos e fogem com as mulheres, mantendo-as como reféns. Feito para a TV.**

De Amanhã

LIVREMENTE baseado em O Rapto das Sabinas, *de Plutarco,* Sete Noivas Para Sete Irmãos *é um musical de impressionante vitalidade devido à acrobática coreografia de Michael Kidd, que concebeu balés imaginativos e chega ao zênite da criatividade com a cena do piquenique e construção do celeiro. Howard Keel e Jane Powell estão surpreendentemente à vontade e Russ Tamblyn se destaca como dançarino.*

Já no começo do declínio, Clark Gable interpreta um personagem decalcado no seu Rhett Butler (de ...E o Vento Levou*) em* Meu Pecado Foi Nascer, *melodrama, a partir do título, ambientado em Nova Orléans, com Yvonne De Carlo vivendo uma mestiça.*

Bem recebido pela crítica norte-americana, Conrack *relata a história de um professor que se esforça para melhorar o nível intelectual de seus alunos numa ilha da Carolina do Sul. (H.G.)*

21h05m — Canal 4 — *Sete Noivas Para Sete Irmãos (Seven Brides for Seven Brothers).* Americano (54) de Stanley Donen, com Howard Keel, Jane Powell. (Cor)

23h — Canal 6 — *Peripécias Caninas (Dogpound Shuffle).* Americano (75) de Jeffrey Bloom, com Ron Moody, David Soul, Kay Medford. (Cor)

23h15m — Canal 4 — *Conrack (Conrack).* Americano (74) de Martin Ritt, com Jon Voight, Paul Winfield, Hume Cronyn, Tina Andrews. (Cor)

24h — Canal 7 — *O Xerife da Cidade Explosiva (Tick... Tick... Tick).* Americano (69) de Ralph Nelson, com Jim Brown, George Kennedy. (Cor)

1h15m — Canal 4 — *Meu Pecado Foi Nascer (Band of Angels).* Americano (57) de Raoul Walsh, com Clark Gable, Yvonne De Carlo, Sidney Poitier. (Cor)

De Domingo

ATRIZ talentosa, mas de pouca empatia, Sandy Dennis estreou em Quem Tem Medo de Virginia Woolf? *e se destacou em* The Fox, *uma história de lesbianismo dissimulado. Em* Subindo Por Onde Se Desce *ela interpreta uma espécie de versão masculina de Sidney Poitier em* Ao Mestre Com Carinho, *vivendo uma professora às voltas com alunos rebeldes e colegas omissos.*

Produção inédita de TV, Cilada Irresistível *é uma aventura de espionagem passada durante a II Guerra Mundial, com elenco desconhecido, à exceção de George Baker, e* A Queda de Roma, *mais um dos supostos filmes históricos com Carl Mohner, que teve chance em* Rififi. *(H.G.)*

20h — Canal 11 — *A Queda de Roma (The Fall of Rome).* Italiano, de Anthony Dawson, com Carl Mohner, Jim Dolen, Andrea Laurel. (Cor)

23h30m — Canal 4 — *Cilada Irresistível (Colour Scheme).* Americano (77) de Peter Sharp, com George Baker, Norris Smith, Charlie Strachan. (Cor)

1h — Canal 4 — *Subindo Por Onde se Desce (Up the Down Staircase).* Americano (67) de Robert Mulligan, com Sandy Dennis, Patrick Bedford. (Cor)

As novelas

Resumo das novelas apresentadas nas emissoras do Rio

Marina — TV Globo, 18h — Fernanda diz a Carlos Eduardo que anda preocupada com os contrastes sócio-econômicos que vem descobrindo e a vida burguesa que leva. Ivan diz a Marlene que acha que a insistência em dizer que está apaixonada por Carlos Eduardo é puro hábito e a beija. Mário desanima de trabalhar sem nada receber. Fernanda vai ao bar de João e à oficina a procura de José, que sai para almoçar num recanto com Maria. José fala a Maria como Fernanda o impressionou. O médico de Soninha diagnostica virose. Estêvão entrega as passagens a Tonho que parte para o Rio com as instruções de procurar Marina que o levará até Sônia. Carlos Eduardo faz Marlene sair no meio de uma reunião para escolher uma jóia para Fernanda. Indignada, Marlene não atende Ivan ao telefone. João diz a José que Fernanda fora ao bar a sua procura. Tonho chega a casa de Anita. Adriana, surpresa, diz que ela saiu com o namorado.

Chega Mais — TV Globo, 19h — Argumentando que Tom é um aventureiro e que saiu com sua mãe, Cris diz a ele que não o quer mais ver. Gely conta a Guto que obterá informações da Cuíca com Hércules, autor do projeto. Cris, alegando mal-estar, sai da reunião. Gely convida, pelo telefone, Hércules para almoçar. Para sua surpresa, ele recusa, pois sairá com Patrícia. Depois do susto, Léa incentiva Cris a namorar Tom e a tirar suas próprias conclusões. Cris vai à casa de Roberto mas ao encontrar Edna deduz que os dois estejam de caso e vai embora sem nada dizer. Roberto deixa o teatro e parte para o artesanato, montando uma barraca na feira hippy. Gely vai ao escritório de Hércules e vê Tom. Quando Tom sai da sala, ela convida o detetive a sair, dizendo ter saudades dele e que nunca o esqueceu. Lourdes, imitando sotaque baiano, liga para Amaro mas Valda atende e diz que ele não está. Gely, ao sair com Hércules, passa na sala de Tom e o encontra conversando com Cristina.

Água Viva TV Globo, 20h15m — Sandra fica decepcionada com Bruno que a incentiva a viajar fazendo um curso. Miguel pede a Celeste que insista no telefonema para Nélson e pergunta porque ela saiu da casa de Lígia. Celeste diz que prefere ter seu próprio canto, mas que não está brigada com ele. Stella coloca algumas jóias na bolsa e diz a Lafayette para não revelar a ninguém que está na casa de Lourdes. Miguel fica contente com a proposta de Lígia de viajarem sozinhos para Angra. Stella entrega as jóias a Lourdes para ela usar no jantar com Jaime. Jaime chega. Lafayette telefona na hora exata. Lourdes deixa as jóias, propositalmente, na sala e se desculpa dizendo que vai trocar de roupa para saírem. Jaime coloca as jóias no bolso e, quando vai saindo, Stella o chama e avisa que a polícia cercou o edifício.

A Deusa Vencida — TV Bandeirantes, 18h — Cecília tenta se desvencilhar do pai, não consegue e acaba permitindo que ele a acompanhe. Durante o passeio, um amigo de Manoel o chama para jogar cartas. Ele deixa Cecília sozinha e ela vai ao consultório de Edmundo, que a censura por ter ido lá e a manda embora. Ela sai correndo, tropeça e cai pela escada do edifício. Edmundo a pega, desmaiada, e a leva para casa. Fernando e Sofia conversam e esta o aconselha a ir à cidade para tirar suas dúvidas. Fernando não aceita o conselho e diz para Sofia que se Cecília tiver se encontrado com Edmundo nunca mais entrará em sua casa.

Cavalo Amarelo — TV Bandeirantes, 18h30m — No envelope há dinheiro, com um bilhete assinado por Porfírio. Téo conversa com Porfírio, diz rindo que agora ele sempre dará dinheiro a Dulcinéa e Pepita através dele. Joana comenta com Téo e Lalucha que viu o Cavalo Amarelo. No Haras Jaci mente e diz que precisa ir embora mais cedo, pois seu pai está doente. Joana comenta com Valter que acha que no Cavalo Amarelo estão escondidos as jóias da família. Valter vai pagar o aluguel atrasado e fica conhecendo Maldonado. Viriato percebe que Jaci não tem nenhuma experiência e ela lhe pede para que ele a deixe ficar com o emprego. Maldonado diz a Dulcinéa que Téo está noivo e com o casamento marcado.

O Todo Poderoso — TV Bandeirantes, 19h45m — Emmanuel não veste a camisa que Marta lhe dera. Dudu reaparece no hospital e diz que Teresa pode estar morta. Matilde comenta com Cláudio que presença de Lucas no hospital. Emmanuel acaba vestindo a camisa. Cláudio tenta falar com Paula, mas não consegue pois ela não quer ouvi-lo. Queiroz conversa com Norberto e pergunta se Norberto acha que ele deve procurar Emmanuel para que este o ajude. Norberto diz que sim e ele sai da sala. Linda é impedida a morder Cristiano e ele se assusta com o que vê. Tião percebe que Queiroz fugiu, avisa a Caio e este lhe diz que precisam acabar com ele o mais depressa possível. Emmanuel começa a sentir-se fascinado por Marta e lhe diz que nada é mais importante que ela e que a deseja como nunca desejou ninguém.

João Roberto Kelly se transfere de canal: agora está no 7

• O aniversário de Sandra Fragonard (Glória Pires) será comemorado em Angra dos Reis e será mostrado a partir do capítulo 138, prolongando-se até o 140. Quase todo o elenco de **Água Viva** participará da festa, contando ainda com um novo personagem — Rodrigo — interpretado por Paulo Ramos, cirurgião plástico que deseja uma vaga na clínica de Miguel (Raul Cortez).

• **A novela Chega Mais teve seus capítulos aumentados, passando a contar, até o seu final, no dia 6 de setembro, com um total de 163 capítulos.**

• Augusto César Vanucci não é mais diretor de shows da Globo, cargo agora ocupado por Walter Lacet. De qualquer maneira, Vanucci continua responsável pelo **Alerta Geral, Globo de Ouro, MPB-80** e o especial **100 Anos de Espetáculo** que irá ao ar no dia 29 de agosto focalizando o teatro, a música, o cinema, a televisão e o rádio no Brasil.

• A Deusa Vencida, **novela da Bandeirantes, está alcançando uma média de nove pontos no IBOPE. Por motivo de doença, Sérgio Mattar foi substituído por Antonio Seabra em sua direção. E** Cavalo Amarelo **atingiu, na sua semana de estréia, uma média de oito pontos. Etty Frazer deverá entrar no elenco e Moacir Franco está gravando uma participação especial ao lado de Dercy Gonçalves no café-teatro, um dos cenários desta novela.**

• Depois de conquistar campeonato de equitação na Argentina, Ivan (Edson Celulare), da novela **Marina**, é recebido com uma festa oferecida por Carlos Eduardo (Oswaldo Loureiro). As cenas, gravadas no Regine's, irão ao ar nos Capítulos 41 e 42 e contam ainda com as participações de Fernanda (Beth Goulart), Marlene (Glauce Graieb), Diana (Rosana Penna), Pirulito (Ankito) e José (Fábio Junqueira).

• **O programa Rio Dá Samba, de João Roberto Kelly, estréia amanhã, no horário das 15h às 18h, no Canal 7. No programa, as presenças de Jamelão, Emilinha Borba, Xangô da Mangueira, Haroldo Santos, Dominguinhos do Estácio, Jurema e outros.**

PITANGUY, PELÉ E SCHUMANN NOS VÍDEOS ESTE FIM DE SEMANA

Maria Helena Dutra

NESTA noite, 21h, duas atrações em tudo opostas. No canal 4, mais um Globo de Ouro *com aquela parada mensal de música atual e de consumo. No canal 2,* Encontro *mostra tradicionais festas juninas em várias cidades do país. Acredito ser fácil de adivinhar quem será campeão de audiência do horário. Às 22h15m na Globo mais um* Festival 15 anos Internacional. *O título é pomposo, mas a atração é de circunstância: Nathalie Cole. Às 23h, Educativa, o final da série de programas que* Momento *dedicou a questão religiosa. E pode acabar muito bem, pois o tema de encerramento é A Igreja e as Comunidades de Base.*

Amanhã é a estréia do presidente da Riotur na TV Bandeirantes. Às 15h a autoridade municipal João Roberto Kelly inicia em novo canal mais uma etapa de seu já antigo programa Rio dá Samba. *Melhor que emprestar. Agora tem três horas de duração e pode ser uma boa para quem não gosta de filmes. Às 23h, sem maiores explicações, a Educativa anuncia um* Concerto Sinfônico Estadual. *Deve ser enorme. A meia-noite, mesmo canal,* Vox Populi *entrevista Ivo Pitanguy. Melhor que Miguel Fragonard e Marcos Mesquita.*

Domingo animado. Às 9h30m da matina, a Bandeirantes transmite o Grande Prêmio da França de Fórmula-Um. Quem aprecia sons maviosos tem às 10 h a opção do Concertos para a Juventude, *Globo, com o terceiro programa do Ciclo Schumamm com os pianistas Diana Kackso e José Carlos Cocareli. Às 14h, o* Teatro Infantil *da Educativa mostra* Seu João e Dona Rosa, *de Marcos Caetano Ribas com o grupo Contador de Estórias. Às 14h45m, a esfuziante Bandeirantes exibe* A História de Todas as Copas. *Um primor de síntese porque em uma hora vai enfocar 11 campeonatos. Às 16h, a Globo, Bandeirantes e Educativa transmitem direto o jogo do Brasil contra a Polônia que se vai realizar em São Paulo. Será que vão aprender a jogar até lá? Às 18h, outra vez a Bandeirantes nos esportes. Programou filme intitulado* A Visão dos Oito Mestres, *um famoso documentário das Olimpíadas de Munique em 1972, realizado por diretores famosos como Artur Penn, Kon Ishiwa, Claude Lelouch, John Schlesing (este focaliza o seqüestro dos atletas de Israel), Milos Forman, Judy Ozerov, Michael Pfleghar e May Zetterling. No mesmo horário, na Educativa, um especial sobre a próxima visita do Papa ao Brasil. Foi a única que se antecipou. Às 19 h, a mesma estação, mostra outro especial. Desta vez com Menotti Del Picchia. E a animação se encerra com* O Sonho de Um Menino de Três Corações, *às 22h30m, na Rede Globo. Não é filme científico mas sim um lacrimoso encontro produzido pela estação entre o menino Darlan e Pelé. Em lugar de comemorar com sobriedade os 10 anos do terceiro campeonato de futebol conquistado pelo Brasil a estação inventa e faz correio sentimental. Edição e criação de Michel Laurence, texto de Armando Nogueira, cooperação de cinegrafista mexicano e música composta por Otávio Burnier. Vamos ver se o resultado final não é de cortar corações.*

Manhã

7:10 [6] — Mobral.
30 [4] — Telecurso 2º Grau.
[6] — O Poder da Fé. Religioso.
45 [4] — TVE
[6] — O Despertar da Fé.

8:00 [4] — Telecurso 2º Grau. Reprise.
15 [6] — Jesus, a Verdade que Liberta.
30 [4] — Sítio do Pica-Pau-Amarelo. Hoje: A Rainha das Abelhas. Reprise.
45 [6] — Inglês com Fisk.

9:00 [6] — Pastor Samuel. Religioso.
[4] — TV Mulher. Programa apresentado por Marília Gabriela e Ney G. Dias.
30 [6] — Caminhos da Vida. Religioso.
45 [6] — Clube 700. Religioso.

10:00 [11] — Nossa Terra, Nossa Gente. Educativo.
30 [11] — Xênia e Você. Programa feminino.
45 [6] — Programa José Salene. Variedades.

11:00 [11] — Cozinhando com Arte.
15 [7] — Pullman Jr. Reprise.
[11] — Jornal da Manhã.
45 [7] — Rhoda. Seriado.

Tarde

12.00 [4] — Globo Cor Especial. Desenhos: Zé Colméia e Os Quatro Fantásticos.
[6] — Jornal do Rio. Noticiário.
[11] — A Pantera Cor-de-Rosa. Desenho.
15 [7] — Guerra, Sombra e Água Fresca. Seriado.
30 [11] — Maguila, o Gorila. Desenho.
[6] — Aqui e Agora. Show e jornalismo.
45 [7] — Bandeirantes Esporte. Noticiário esportivo.

1.00 [4] — Globo Esporte.
[7] — Jornal Bandeirantes (1ª edição).
[11] — Elo Perdido. Seriado de aventura.
15 [4] — Hoje. Noticiário e entrevistas com Sônia Maria e Lígia Maria.
30 [7] — Programa Roberto Milost. Noticiário social.
[11] — Johnny Quest. Desenho.
35 [7] — Programa Edna Savaget. Atualidades femininas.
50 [4] — Vale a Pena Ver de Novo. Hoje: Dona Xepa.

2.00 [11] — Don Pixote. Desenho.
30 [4] — Sessão da Tarde. Filme: O Tirano da Fronteira.
[11] — Ligeirinho e Seus Amigos. Desenho.

3.00 [7] — Matinê. Filme: Tormentas do Matrimônio.
[11] — O Pica-Pau. Desenho.
30 [11] — A Família Dó-Ré-Mi. Desenho.

4.00 [11] — Os Caçadores de Fantasma. Desenho.
15 [2] — Ginástica. Aula com a profª. Yara Vaz.
30 [11] — Super Robin Hood. Desenho.
45 [2] — Telecurso 2º Grau.
[4] — Sessão Aventura. Hoje: O Planeta dos Macacos.

5.00 [7] — Pullman Jr. Programa infantil apresentado por Luciana Savaget.
[2] — Curso de Desenho Mecânico.
[11] — Smokey, o Guarda Legal. Desenho.
15 [2] — Era uma Vez. Hoje: Rique-Roque, o Ratinho Sonhador.
[4] — Globinho.
30 [4] — Sítio do Pica-Pau-Amarelo. Hoje: A Galinha dos Ovos de Ouro.
[7] — Batman. Seriado.
[11] — A Turma do Pica-Pau. Desenho.
45 [2] — Turma do Lambe-Lambe — Infantil com Daniel Azulay.
55 [7] — Atenção. Jornalístico.

Noite

6.00 [6] — Olimpíada da Música Popular.
[4] — Marina — Novela de Wilson Aguiar Filho, inspirada no livro de Carlos Heitor Cony. Direção de Herval Rossano. Com Denise Dummont, Carlos Zara, Lauro Corona, Oswaldo Loureiro e outros.
[7] — A Deusa Vencida. Novela de Ivani Ribeiro. Direção de Sérgio Mattar. Com Elaine Cristina, Roberto Pirillo e Altair Lima.
15 [11] — Popeye. Desenho.
45 [2] — Sítio do Pica-Pau-Amarelo. Hoje: A Sacizada.
[7] — Atenção.
[11] — O Homem Invisível. Seriado.
50 [4] — Jornal das Sete. Telejornal local.
[7] — Cavalo Amarelo. Novela de Ivani Ribeiro. Direção de Henrique Martins. Com Dercy Gonçalves, Yoná Magalhães, Fulvio Stefanini e Ronaldo Mayer.

7.00 [4] — Chega Mais. Novela de Carlos Eduardo Novaes e Walter Negrão. Dir. de Walter Campos. Com Sônia Braga, Tony Ramos, Renata Sorrah e outros.
[6] — Jornal Tupi. Noticiário.
20 [2] — João da Silva. Novela didática.
40 [7] — Atenção. Noticiário.
45 [7] — O Todo-Poderoso. Novela com Eduardo Tornaghi, Jorge Doria, Selma Egrei e outros.
[11] — Mister Magoo. Desenho.
50 [4] — Jornal Nacional. Telejornal.

8.00 [11] — Sessão Bangue-Bangue — Laramie. Seriado.
[2] — A Conquista. Novela didática.
[6] — A Viagem. Novela de Ivany Ribeiro. Reprise.
15 [4] — Água Viva. Novela de Gilberto Braga. Direção de Roberto Talma e Paulo Ubiratan. Com Reginaldo Faria, Betty Faria e Raul Cortez.
40 [7] — Jornal Bandeirantes.
45 [2] — Telecurso 2º Grau.

9.00 [2] — Encontro. Hoje: Festas Juninas.
[6] — O Carro da Morte. Seriado.
[7] — Sexta no Cinema. Filme: O Mistério do Triângulo das Bermudas.
[11] — Sessão das Nove Premiada. Filme: Chamam-me Trinity.
10 [4] — Sexta Super. Hoje: Globo de Ouro.

10.00 [2] — 1980. Jornalístico.
[6] — O Mágico. Seriado.
10 [4] — Minuto Olímpico.
15 [4] — Festival 15 Anos Internacional. Hoje: Nathalie Cole.

11.00 [2] — Momento.
[6] — Informe Financeiro.
[7] — Atenção. Noticiário.
[11] — Barnaby Jones. Seriado.
05 [6] — Longa-Metragem. Hoje: A Voz do Sangue.
[7] — Police Woman. Seriado.
15 [4] — Jornal da Globo.
35 [4] — Sessão Dupla. Filmes: Vidas Cruzadas: A Vida Íntima dos Médicos e Caçada Mortal.

Madrugada

0.05 [7] — Cinema na Madrugada. Filme: Batalha em Riacho Comanche.

Rádio Jornal do Brasil FM Estéreo

ZYD-460
99,7MHz

A programação de música clássica para hoje é a seguinte:

Hoje

20h — **Abertura da Ópera O Barbeiro de Sevilha**, de Rossini (Marriner — 7:00); **Fantasia em Fá Menor, para Piano a 4 Mãos**, de Schubert (Emil e Elena Gilels — 18:20); **Mazeppa**, de Liszt (Haitink — 16:30); **Lasciatemi Morire (de Arianna)**, de Monteverdi (Janet Baker — 9:40); **Sinfonia nº 8, em Ré Menor**, de Vaughan Williams (Boult — 28:40); **Sonata nº 6, para Violino e Órgão**, de Mondonville (Erlih e Puig-Roget — 13:00) **Suite Rossiniana**, de Respighi (Dorati — 24:30); **Tema e Variações em Dó Sustenido Menor**, de Fauré (Collard — 16:23); **Concerto Duplo em Lá Menor, para Violino, Violoncelo e Orquestra, Op. 102**, de Brahms (Accardo, Schiff, Gewandhaus de Leipzig e Kurt Masur — 35:20).

Rossini é o autor da ópera **O Barbeiro de Sevilha**, cuja abertura pode ser ouvida hoje às 20h, na programação de música clássica da Rádio JORNAL DO BRASIL

A próxima semana

A visita do Papa ao Brasil dominará a programação das televisões, com cobertura ampla de todas as atividades do Pontífice nas diversas cidades por onde passará. Na área teatral há a estréia de uma produção alternativa, enquanto **Liberdade, Liberdade** chega à cena depois de problemas com a Censura. E Jacob do Bandolim terá duas homenagens na segunda-feira, enquanto a música eletroacústica poderá ser conhecida na Sala Funarte. No setor das artes plásticas, a presença mais destacada é a do pintor Aluísio Carvão. No cinema são várias as estréias, com atenção maior para **Contos Eróticos** e o discutido episódio do diretor Joaquim Pedro de Andrade.

TEATRO

"LIXO" LANÇA MOVIMENTO ALTERNATIVO

Yan Michalski

APÓS um primeiro semestre que colocou diante do espectador carioca um número excepcionalmente elevado de espetáculos, a segunda metade do ano inicia-se com uma semana pouco movimentada. Apenas um lançamento está programado: quinta-feira, dia 3, no Teatro da CEU, estreará **É Proibido Jogar Lixo Neste Local**, de Wagner Melo, com direção e cenografia do autor, e com Ana Maria Taborda e Neila Tavares no elenco. Não foram divulgados maiores detalhes sobre a peça e o espetáculo, mas a equipe responsável pela sua produção informa estar iniciando, com essa realização, um empreendimento de pretensões mais abrangentes: o movimento Arte Viva — "sem patrões, sem empresários, sem patrocínio ou verbas governamentais; movimento aberto, sem registros, sem dono, sem estatutos ou burocracias; projeto amplo, de busca e de união dos setores da linguagem e da comunicação, e que pode ser usado por qualquer um dos que tenham objetivos afins." O Arte Viva, que paralelamente está lançando em Porto Alegre o livro **Poesia na Prisão**, e promete para breve o lançamento carioca do volume de poemas de Ana Maria Taborda, **Celebração do Bagaço**, convida todos os artistas, poetas, jornalistas, escritores, músicos etc. interessados nesse projeto de produção cultural solidária e autofinanciada a aderirem à sua experiência.

Millor Fernandes, ao lado de Flávio Rangel, é autor de *Liberdade, Liberdade*, espetáculo liberado e que estréia no Sesc de São João de Meriti

Na periferia da cidade, no excelente Teatro Sesc de São João de Meriti, estreará, também na quinta-feira, a nova montagem de **Liberdade Liberdade**, de Millor Fernandes e Flávio Rangel, recentemente anunciada para o Teatro Experimental Cacilda Becker, e cancelada em decorrência de problemas com a Censura. Depois de uma temporada itinerante em julho, o espetáculo pretende fixar-se no Rio, a partir de agosto, se e quando conquistar um espaço disposto a acolhê-lo. O experiente ator Roberto Azevedo faz, na direção de **Liberdade Liberdade**, a sua estréia como encenador.

Ainda no dia 3, o Departamento Educacional do JB dá prosseguimento ao seu projeto **O Professor Vai ao Teatro**, oferecendo aos professores de todos os níveis entrada gratuita para um dos mais interessantes acontecimentos teatrais do ano, **El Dia Que Me Quieras**, no Teatro Dulcina.

ARTES PLÁSTICAS

CARVÃO ACENDE A SEMANA

AO terminar um semestre e começar outro, há uma quantidade impressionante de exposições ocupando espaços nesta cidade. Mas para a semana que agora se inicia não será grande a rotatividade: apenas quatro novas exposições virão substituir as anteriores, num conjunto de aproximadamente meia centena de espaços hoje em plena atividade. E delas uma só tem interesse suficiente para entrar com realce. É a do pintor Aluísio Carvão, na Galeria Seramenha. Um dos artistas fundamentais no nosso neoconcretismo, ele tem exposto a intervalos muito largos de 1960 para cá. Se há algum tempo tinha saído da pintura para a criação de objetos com valores cinéticos, agora estará apresentando os resultados de seu filme e forte retorno ao predomínio do pintor. São quadros de evidente estrutura geométrica, reminiscentes às vezes de pipas em vôo, com a cor usada para contrabalançar qualquer rigidez. A inauguração será quinta-feira, dia 3.

Fora da individual de Carvão, anote-se as de Tancredo de Araújo, antes mais desenhista e agora aderindo de vez à pintura (Galeria Sérgio Milliet), e do compositor-pintor Guilherme de Brito (Galeria Socius), ambas na quarta-feira, dia 2. E, a partir de hoje, o Museu Nacional de Belas-Artes apresenta 99 gravuras de artistas estrangeiros, todas de seu acervo, abrangendo um período de três séculos sob perspectiva eminentemente didática.

Completando o movimento da semana, mas em outro âmbito, a Funarte entra com a contribuição de conferências e debates. A primeira, na segunda-feira, estará a cargo do fotógrafo norte-americano William Burke, atualmente expondo na Galeria do Centro Cultural Cândido Mendes, onde a conferência se realizará a partir das 21h. E nos dias 1º e 2, sempre às 21h, no Parque da Catacumba, dois painéis debaterão problemas de arquitetura contemporânea, com a participação, entre outros, de Edgar Graef, Paulo Mendes da Rocha, Glauco Campello, Alfredo Brito e Júlio Katinsky.

Uma pintura de Aluísio Carvão, da época do neoconcretismo (1959)

SHOW

Na segunda-feira, dois espetáculos homenageiam Jacob do Bandolim

MUITO CHORO EM HOMENAGEM A JACOB DO BANDOLIM

O choro se divide em dois espetáculos que, na mesma noite de segunda-feira, vão homenagear Jacob do Bandolim. O primeiro, por ser em horário mais cedo, 21h, é no Teatro Casa Grande, quando Deo Rian e seu grupo Noites Cariocas fazem festivo lançamento de seu mais recente disco que é **Inéditos de Jacob do Bandolim**. No show também participações especiais de Copinha, Zé da Velha, Paulo Bombardino e Orlando Silveira. De igual e alto nível musical é a outra apresentação, 21h30m, no Teatro João Caetano, quando também vai ser lançado disco. Este intitulado **Tributo a Jacob do Bandolim**, que será integralmente interpretado por Radamés Gnatalli, Camerata Carioca e Joel do Nascimento. Este recital tem entrada franca. Esperamos que tantas lembranças ao grande músico não se esgotem em uma noite apenas.

De terça a 12 de julho mais um **show** na Sala Funarte, às 18h30m. Este reúne Tito Madi e Maricene Costa. Um compositor e cantor muito conhecido ao lado de intérprete bem menos. Ela participou de festivais e gravou discos no Brasil, mas depois esteve por muito tempo nos Estados Unidos com o conjunto de Walter Wanderley. Quando retornou, ano passado, ficou apenas trabalhando em São Paulo e me parece ser a primeira vez que faz **show** no Rio. Nos acompanhamentos o Terra Trio e na direção Creusa de Carvalho. Desta mesma noite a sábado, Leny Andrade está fazendo, todas as semanas, apresentações na boate Teclado, na Lagoa. **Faz dois shows** por noite, mas não informam seus horários.

De quarta a domingo, no Teatro Ipanema, às 21h, **Alumbramento**. Segundo **show** do cantor e compositor Djavan nos palcos cariocas, tem roteiro de Aldir Blanc e direção de Paulinho Albuquerque. Depois de início meio vacilante, lembrava demais Gilberto Gil, ele está em nítida fase de evolução na sua carreira, embora seu último disco ainda não seja nenhuma maravilha.

Quinta e sexta, Teatro Dulcina, às 18h30m, mais um grupo do Projeto Pixinguinha, composto por Inezita Barroso, Sá e Guarabira. Realmente um som rural. A direção é de Roberto Moura e o espetáculo é repetido de segunda a quarta-feira próximas no Teatro do Sesc de Meriti. Às 21h, de quinta a domingo, **Portal dos Anjos**, no Planetário da Cidade. Já estão vendo, portanto, até mais longe do que estrelas e astros. O responsável por isso é Nivaldo Ornelas que, ao lado de seu grupo e do conjunto Céu da Boca, por lá vão se apresentar com espetáculo assim intitulado. Também de quinta a domingo, 21h30m, Lecy Brandão leva **Essa Tal Criatura** para o Cine-Show de Madureira. A direção é de Otoniel Serra e esperamos que todos por lá cheguem bem.

CINEMA

ENTRE "O CAVALEIRO ELÉTRICO" E "CONTOS ERÓTICOS"

Ely Azeredo

O Charme da dupla Jane Fonda/Robert Redford bastaria para muitos produtores de olho na bilheteria, mas Ray Stark, além de convocá-los para a liderança de uma trama curiosa, entregou a direção de **O Cavaleiro Elétrico** ao exigente e talentoso Sydney Pollack, que dirigiu Jane em um dos grandes momentos de sua carreira, **A Noite dos Desesperados (They Shoot Horses, Don't They?)**. O resultado, a julgar pelas referências é mais que **charmoso** e atraente como espetáculo, embora a crítica de **Time** tenha enfatizado sobretudo o ângulo "encantador" e o encontro "elétrico" daqueles intérpretes. Redford faz o papel de Sonny Steele, campeão de rodeios que se afasta de tais competições em conseqüência de um acidente em ação. Assina contrato com uma grande corporação a fim de promover um cereal de **breakfast**; aparece em **shows** ao vivo e no material de propaganda do produto, ao lado de seu cavalo, **Rising Star**. Ao descobrir que o animal vem sendo tratado com drogas fortes pela corporação, Sonny abandona um **show** promocional e decide partir para outro tipo de vida. Jane Fonda (como em **Síndrome da China**) é reporter de televisão. Ela se dirige ao deserto a fim de filmar uma entrevista com Sonny e adere à sua revolta. As sinuosidades da história fazem com que sejam perseguidos por representantes dos ex-patrões do "cavaleiro elétrico" e pela polícia.

Segundo **Time**, o roteiro de **O Cavaleiro Elétrico** "é uma incrementada adaptação dos antigos filmes de **cowboys** e **cowboyladies**, com fortes semelhanças com **Mr Deed (O Galante Mr Deeds)** e com **Lonely Are the Brave (O Último Bravo)**, no qual Kirk Douglas e seu cavalo cruzaram um Oeste asfaltado". O crítico inglês Richard Combs também viu na trajetória de **O Cavaleiro Elétrico** a sombra da inspiração das comédias sociais de Frank Capra. Há amplos elogios ao elenco (a oportunidade de Robert Redford é excepcional) e referências a felizes "coincidências" entre preocupações ecológicas (a **bandeira** de Redford) e outras de interesse social com as que os dois intérpretes manifestam longe da tela. Também no elenco: John Saxon e Valerie Perrine. Segunda: Leblon-2, Metro-Boavista, Cines Condor, Carioca, Art-Palácio-Méier e Baroneza.

Finalmente, o público terá acesso a **Contos Eróticos**, liberado sem cortes depois de inexplicável interdição pela Censura. Proibido por ser erótico, naturalmente, porque de pornográfico não tem nada. São quatro episódios autônomos, muito diversos, baseados em textos premiados em concurso de contos promovido pela revista **Status**. A produção (Lynxfilm, Editora Três) é de nível quase impecável em todos os setores técnicos. Se **O Arremate**, realizado por Eduardo Escorel, deixa muito a desejar, **As Três Virgens**, de Roberto Palmari é primoroso como direção, **Arroz e Feijão**, de Roberto Santos, dá seu recado com segurança, e **Vereda Tropical**, de Joaquim Pedro,. é proeza de talento e eficiência de direção e elenco a partir de uma anedota que realizadores menos inteligentes desprezariam como grosseira ou limitada demais. César Mêmolo Júnior, veterano realizador, deu o melhor de si (como produtor) a fim de exorcizar o fantasma da pornochanchada, demonstrar a viabilidade da inteligência no **cinema de público** e lembrar que erotismo é realmente **outra coisa**. No elenco: Joana Fomm, David José, Carmem Silva, Lima Duarte, Liza Vieira, Castro Gonzaga, Cláudio Cavalcanti, Cristina Aché, Carlos Galhardo. Segunda: Pathé, Art-Copacabana, Art-Tijuca e Art-Madureira.

Na antiga tradição disneyana de misturar desenhos animados com atores **ao vivo** (**Canção do Sul**, **Mary Poppins**), os estúdios Disney produziram **Meu Amigo o Dragão (Pete's Dragon)**, cujo elenco inclui os excelentes Mickey Rooney e Shelley Winters, e, com prioridade nos créditos de apresentação, Sean Marshall, Helen Reddy e Jim Dale. A direção de Don Chaffey não deve fazer muita diferença, pois segundo a técnica de trabalho do inesquecível Walt, o que funciona mesmo é a equipe, e, acima desta, a administração de produção. Inúmeras crianças têm "amigos ocultos", que só vivem em sua fantasia, em sua carência afetiva. Elliott, o dragão dessa história (personagem em desenho animado), só se materializa para Pete, órfão de nove anos. Segunda-feira: Copacabana, Ópera-2, Palácio-2, Tijuca-Palace, Astor, Cinema-1 de Niterói. Dublado em português.

Novamente Renato Aragão recorre a uma antiga obra da estante internacional e a adapta aos tempos modernos e à fórmula de chanchada de seus Trapalhões: das páginas de Alexandre Dumas deu um jeito de extrair elementos de enredo para **Os Três Mosqueteiros Trapalhões**, filmado em Foz do Iguaçu, Manaus, Teresópolis e Rio. Produção, direção e roteiro de Aragão. Segunda: Palácio-1, Roxy, Leblon-1, Paissandu, Tijuca, Santa Alice, Olaria, Madureira-2, Icaraí, Central (Niterói), Petrópolis e outros.

Prevista a continuação em cartaz de **Gaijin**, **Potemkin**, **A Rebelde**, **O Corcel Negro**, **A Rosa**, **A Gaiola das Loucas**.

TELEVISÃO

NO AR, A VISITA DO PAPA

A partir das 11h da manhã de segunda-feira, as estações de televisão, reunidas, transmitirão os principais acontecimentos da visita do Papa João Paulo II ao Brasil que se inicia nesta hora em que ele desembarca em Brasília. Separadamente, todas elas deverão transformar este acontecimento na sua principal fonte de notícias durante os 12 dias da estada do Papa em 13 cidades do nosso país. Às 14h30m, a missa em Brasília também por todas será transmitida. Na programação normal, 21h, o **Tudo É Música**, na Educativa, renuncia a qualquer sutileza e exibe **As Músicas que Não Prestam e os Cantores Imprestáveis**. Dependendo do ponto-de-vista, pode durar uma semana a produção. Às 22h15m, a Rede Globo inicia mais uma **Semana Um** que substitui as séries nacionais. Desta vez a produção americana se chama **O Sempre Difícil Recomeçar** e inflaciona o mercado de descasados. São seis. Às 23h, **Encontro com a Imprensa**, Bandeirantes, entrevista o ex-Secretário de Cultura de São Paulo e o sempre empresário José Mindlin.

Na terça-feira, transmissão simultânea por todos os canais da missa que o Papa rezará no Aterro da Glória, às 18h30m. Às 21h, o **Show de Comunicação** continua abordando o consumo. Sem **show** e sem comunicação.

Na quarta-feira, 9h30m, o encontro do Papa no Celam, ao meio-dia, sua bênção no Corcovado e, às 16h30m, a ordenação de padres no Maracanã. Neste dia sério, a Educativa mostra, 21h, em **Decisão Pública**, a discussão sobre o magno tema: Os Filhos Devem Apanhar? Eles não, mas alguns produtores muito se esforçam para isso.

Na quinta-feira, 9h30m, a transmissão da missa e sagração da catedral de Aparecida do Norte. Às 21h, **Ponto de Encontro**, produção da TV Cultura de São Paulo, é exibido na Educativa e focaliza Toquinho. Pena que estes programas passem por aqui com indisfarçável atraso. Há duas semanas mostraram um trabalho com Gonzaguinha que devia ter sido gravado há pelo menos dois anos. (M.H.D.)

Os passos do Papa no Brasil serão registrados pelas emissoras de televisão em cobertura total

MÚSICA

Graziela Figueroa participa de *Heterozygote* na série Música Eletroacústica da Sala Funarte

MÚSICA ELETROACÚSTICA NA SALA FUNARTE

Luiz Paulo Horta

"UM dia eu parti, por razões que não explicarei, com um gravador que não era meu. Viajei, não longe demais mas muito, e gravei coisas da vida. Assim nasceu **Heterozygote**, a primeira peça de um gênero que chamei de música anedótica. Pretendi fabricar uma linguagem que se situasse ao mesmo tempo no plano musical e no dramático. O emprego de elementos realistas me deixou contar uma história, ou permite ao ouvinte a invenção de imagens, pois a montagem propõe ambiguidades ..."

Assim Luc Ferrari explica a origem de uma peça de 1963 que será apresentada segunda-feira na Sala Funarte na série de Música Eletroacústica. A peça de Ferrari terá a participação especial da bailarina Graciela Figueroa. Outras peças do programa dedicado aos "Sons Anedóticos na Música Eletroacústica" são **Tératologos**, de Jacques Lejeune, e **Tremblement de Terre Frés Doux**, de François Bayle. Também segunda, na Casa de Ruy Barbosa, recital da soprano Sonja Stenhammar, figura de destaque do meio musical sueco, acompanhada ao piano por Miguel Proença em peças de Grieg, Sibelius, Granados, Villa-Lobos e outros. Patrocínio do Círculo de Arte Vera Janacopulos. No Auditório do Jóquei Clube, na Série Funarte 1980, o pianista Caio Pagano apresenta-se ao lado do trombonista Roney Carlos Stella em programa do maior interesse: uma **Sonata**, de Corelli (transcrita do violoncelo para o trombone), uma **Sequenza** de Luciano Berio e peças para piano a serem anunciadas no momento do concerto. Às 17h, no auditório do Palácio da Cultura, concerto do Quinteto Villa-Lobos em homenagem póstuma ao seu fundador Airton Barbosa. Na Sala Cecília Meireles, às 21h, primeiro concerto nesta temporada da Orquestra de Câmara do Brasil regida por José Siqueira, e tendo a pianista Miriam Ramos como solista do **Concerto K. 466**, de Mozart. Quarta-feira, no Planetário da Gávea, apresentação do Quadro Cervantes em peças de Rameau, Telemann, Haendel, Machault e outros. Na Igreja de São José, pelo Projeto Música nas Igrejas, tocam Ricardo Rodrigues (oboé) e Verônica Lapa (piano): peças de Schumann, Hindemith, Paulenc e outros.

Casablanca

Fotos de Ari Gomes

A LEMBRANÇA DE UM FILME NO PALADAR MARROQUINO

Joelle Rouchou

A imagem do Marrocos está indissoluvelmente ligada ao filme Casablanca que imortalizou atores e canções. Agora no Rio, Casablanca é o nome do restaurante marroquino instalado no Hotel Méridien — em princípio somente até setembro — que serve a quase desconhecida comida do Marrocos. O paladar dos pratos obedece, rigorosamente, à tradição marroquina que dita que o cozinheiro deve "ter paciência, boa vontade, usar fogo baixo e ter prazer em receber."

No Rio volta o **Festival** de comida marroquina no restaurante **Casablanca**, no segundo andar do Hotel Méridien. A decoração é típica, um pedaço de Marrocos incrustado no Leme, com tendas, poltronas baixas e bancos estofados. Objetos do Marrocos são colocados sobre estante e arabescos enfeitam as paredes. A luz é difusa, dá a impressão de se viver um sonho das mil e uma noites.

E por que não aproveitar esse festival para se deixar deleitar com as iguarias exóticas e saborosas? Os garçons estão devidamente trajados até com o chapéu marroquino, mas falam português. O **maitre** é solícito, arranhando o francês. Sugere pratos, dá explicações, pois nem todos conhecem os ingredientes empregados. O cardápio vem escrito em francês e árabe, com lindos desenhos incompreendidos pela maioria, o que fornece mais um toque de mistério ao ambiente.

O nome do restaurante, Casablanca, lembra o filme do mesmo nome, mas Humphrey Bogart não estará presente, nem repetirá **Play it again, Sam**, pois a música é marroquina e os cantos orientais não cessam durante todo o jantar. A freqüência do restaurante é predominantemente estrangeira, ainda, e ouve-se nas mesas ao lado, conversas em árabe, francês e italiano. O restaurante foi inaugurado na semana passada e ficará aberto até meados de setembro. O chefe Abdou Radouan, que com o patrocínio da Royal Air Maroc, promoveu o mesmo festival ano passado, passa pelas mesas, conversa com os clientes, explica e supervisiona os serviços.

Os freqüentadores estranham, a princípio, a mesa baixa, mas logo se acostumam: "é preciso fazer como no Marrocos". O aspecto lúdico do restaurante, do novo, do diferente toma conta de todos que logo comem o pão de cominho a espera das entradas.

Há saladas, por Cr$ 160 ou brochettes a Cr$ 180. Duas sopas com ou sem sêmola são servidas e custam Cr$ 190. Os apreciadores de refrigerantes conseguem toda a variedade de bebidas gasosas e a carta de vinhos apresenta um leque de opções que vai dos vinhos nacionais, Forestier, por exemplo, por Cr$ 550, até franceses quatro vezes mais caros: Cr$ 2.000.

Há sugestões de pratos, nem sempre as mais completas, pois um jantar marroquino requer uma lauta mesa, com diferentes variedades. Quanto maior o numero de pratos, maior a importância do convidado, é assim que se faz no Marrocos. Mas aqui cada um escolhe seu prato e a maioria prefere a **pièce de resistance** da cozinha marroquina, o mais conhecido, o **couscous**, — ensopado de carneiro, comido com sêmola de trigo e molhos — mais precisamente o **Couscous Kadra au Poischiches et Raisins Seca,** para duas pessoas, por Cr$ 600. É servido numa travessa de cerâmica coberta e colocado na mesa, cada um serve-se. Há outros pratos como **Loup Farci au Riz,** um peixe recheado de arroz, com canela e custa Cr$ 600 ou ainda uma **Tajine de Viande Aux Pruneau,** carne com ameixas e amêndoas, com um pouco de mel, por Cr$ 580. Uma pedida leve é a **Bastella,** por Cr$ 700 e é suficiente para duas pessoas. É uma massa recheada com galinha e amêndoas, acre doce, diferente de qualquer empadão e com um gosto agradável.

Entre os freqüentadores do restaurante estão cozinheiros de outros restaurantes e turistas franceses de passagem no Rio, que já conhecem a comida marroquina. Stéphane Jouslin, que passou algum tempo nos emirados árabes e no Marrocos, se deliciava com os pratos de Abdou. Comia um **Tajine Kefta M'Chermela Aux Ceufs** (Cr$ 580) e comentava:"Não há nada como a comida marroquina. Tem um gosto próprio, não se parece com as outras comidas árabes."

Na mesa ao lado Antônio e Lourenço reclamavam de uma certa demora:"Estamos comendo pão sem parar, nossos pratos ainda não chegaram"

O Poulet aux Citrones Confits, de Cr$560, galinha preparada com limãos em conserva, é macio, pode ser servido inteiro ou já cortado. Todos os pratos são colocados na mesa e os convivas dividem a comida. Todos querem provar os diferentes pratos. Os garçons não deixam de atender às mesas, sob os olhos vigilantes do **maitre**. Por enquanto o restaurante não dispõe do Sidi Brahim, um vinho marroquino, mas há a promessa de que brevemente será possível degustar esse delicioso vinho.

A música árabe não cessa, o **maitre** troca as fitas gravadas e o ambiente feérico mantém-se até o final do jantar quando chegam as sobremesas, um prato com três bandejas, em cada um diferentes doces. Há as **Cornes de Gazelles**, massa folhada com amêndoas, por Cr$ 140 a porção para dois, **Ghoriba aux Amendes**, porção dupla, Cr$120, tudo acompanhado de um chá de limão, que facilita a digestão. O chá é servido em copos desenhados, e mantido quente numa chaleira marroquina grande. Nem tudo está no cardápio, mas Abdou faz pratos sob encomenda, que podem ser levados para casa.

O cozinheiro não se importa em dar as receitas de suas iguarias, dá conselhos, e lembra que a cozinha marroquina, antes de mais nada, requer paciência, boa vontade, fogo baixo e "prazer em receber. Esse ingrediente é fundamental para um bom jantar marroquino." Abdou consegue transmitir sua idéia de alegria aos convidados. Os pratos são suculentos e o cenário marroquino fascina os freqüentadores. Marta Castelo gostou das poltronas "diferentes e confortáveis", Michelle confessa que comeu bastante "mas não me arrependo" e Fernando avisa que pretende voltar. Os comentários à saída do restaurante prenunciam sucesso para a gastronomia marroquina, temporariamente servida no Rio.

Com garções vestidos de maneira típica, o Casablanca serve, numa decoração oriental onde predominam tendas e móveis de estilo, a suculenta cozinha marroquina, que é praticamente desconhecida do carioca

EXPERIMENTE PREPARAR OS PRATOS

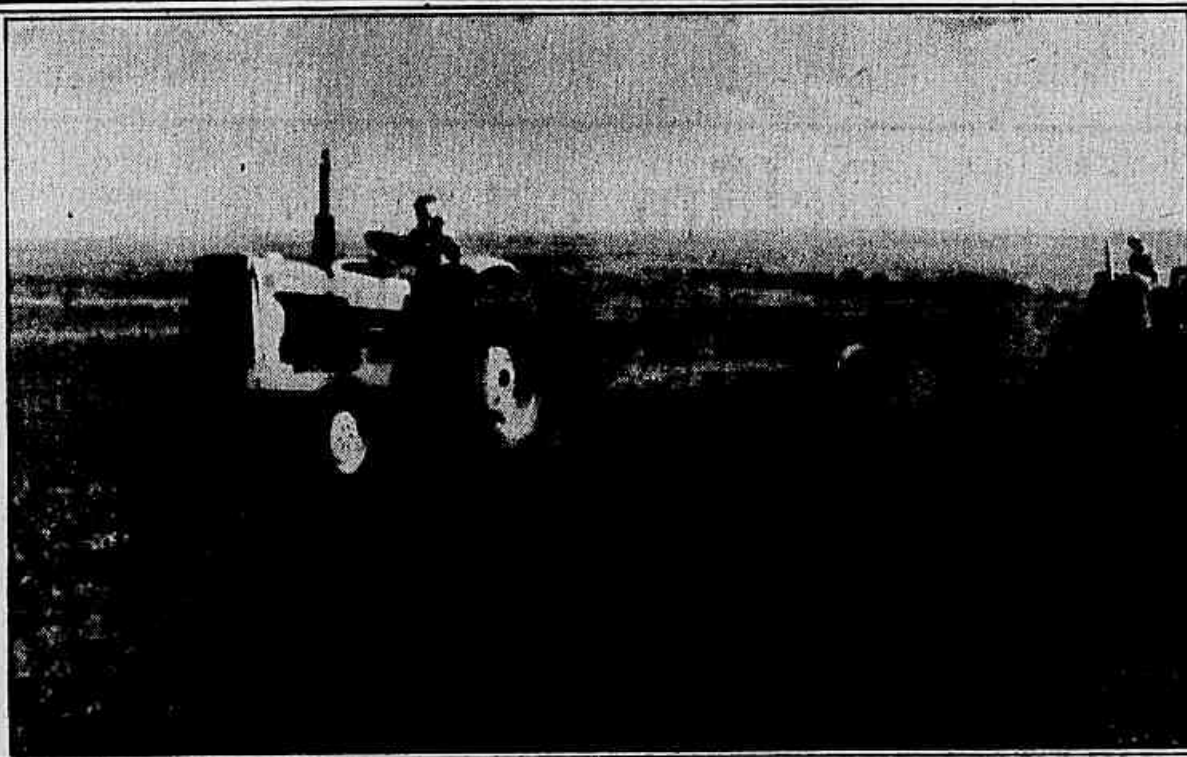
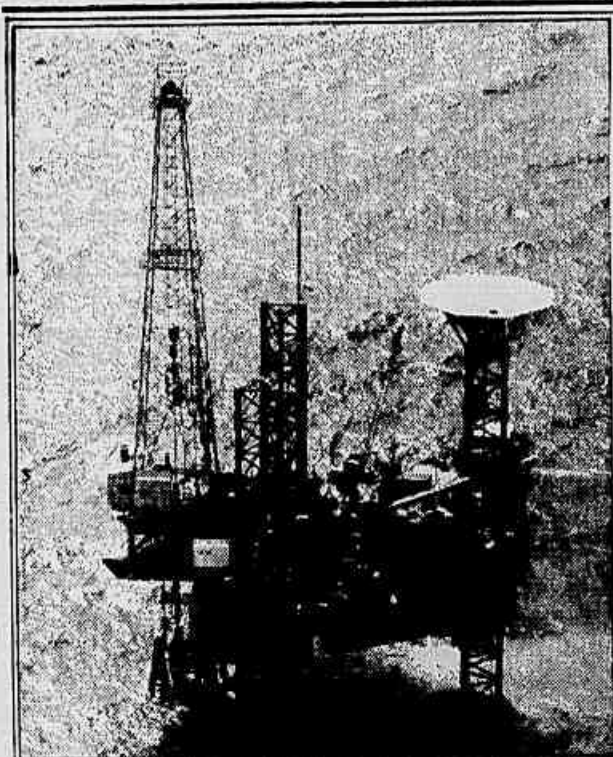
Não é difícil experimentar, na própria cozinha, os pratos marroquinos. Deve-se apenas seguir à risca as recomendações do chef do Casablanca e conseguir os ingredientes necessários para a preparação de Tajine, Bastella ou Ghoriba.

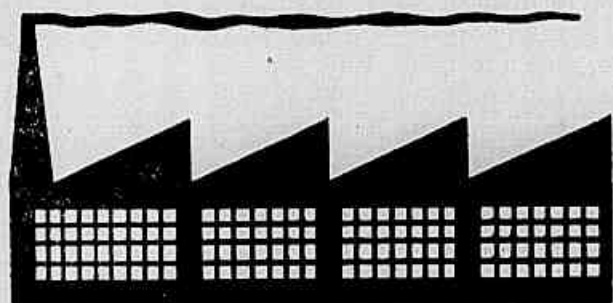
BASTELLA: ingredientes: massa folheada, 200 gramas de manteiga, salsa moída, cebola, uma galinha cortada, oito ovos, meio quilo de amêndoas. Preparação: Coloca-se a massa numa forma untada de manteiga; numa panela, cozinham-se as cebolas com a galinha salpicada de canela, açúcar, açafrão, pimenta e gengibre. Bater oito ovos com sal e despejar lentamente no molho, misturando-se até que desapareça a água e se veja a manteiga. Fritar as amêndoas e moê-las com açúcar. Desossar a galinha, cortá-la em pedaços pequenos. Colocar na forma da massa folheada uma camada de amêndoas em pó, outra de galinha e a seguir o molho com ovos. Cobrir com massa e levar ao forno por meia hora. Tirar, virar e cobrir com açúcar e canela a gosto.

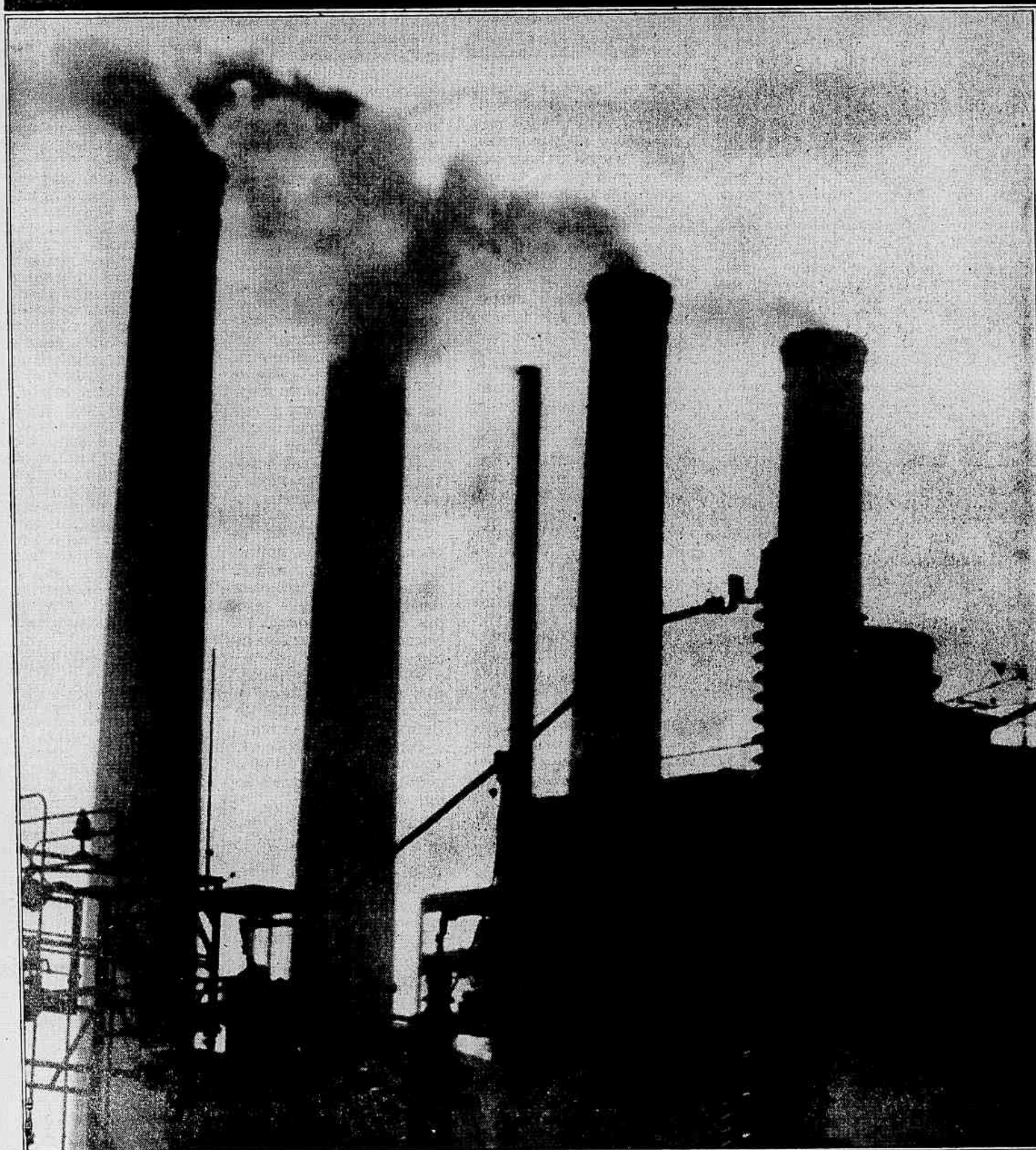
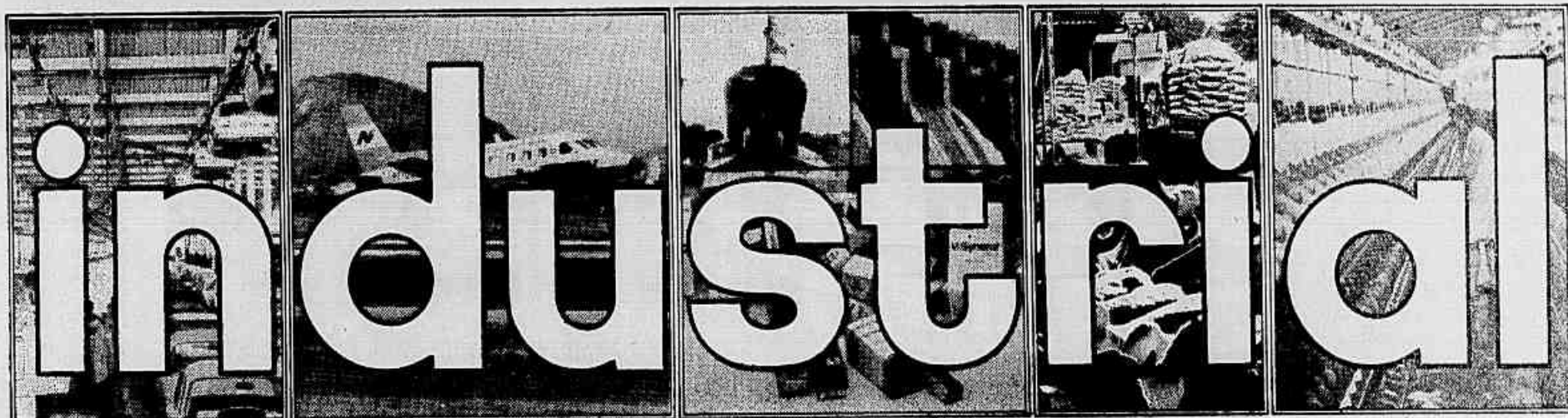
TAJINE de Cordeiro com Ameixas: ingredientes: duas cebolas, 150 gramas de manteiga, dois quilos de carne de cordeiro, açafrão, canela, mel, 100 gramas de amêndoas sem casca e gergelim.

Preparação: Colocar a carne cortada, numa panela com a manteiga, temperada com sal e pimenta sob fogo baixo. Deixar a carne cozinhar com o açafrão, dois pedaços de canela, dois copos d'água. Cobrir a panela. Quando a carne estiver cozida, colocar duas cebolas cortadas, mexer até conseguir um molho espesso. Juntar três colheres de sopa de mel, e canela em pó. Deixar um quilo de ameixas duas horas na água, e, passando o prazo, colocá-las numa panela cozinhando durante meia hora e retirá-las. Numa frigideira colocar 100 gramas de manteiga, quatro colheres de mel, colocar as ameixas, salpicar com canela e fazê-las pular até incharem. Fritar no óleo 100 grams de amêndoas sem casca com 10 gramas de gergelim. Colocar a carne com seu molho e por cima, as ameixas. Cortar dois ovos cozidos sobre a carne, para decoração, e salpicar com gergelim e amêndoas.

POULET Aux Citrons Confits: ingredientes: limãos em conserva (feito em casa), um frango, duas cebolas, duas colheres de sopa de gengibre, três dentes de alho, açafrão e manteiga. Preparação do limão: cortar limãos amarelos em quatro, colocar num vidro bem apertados, cobrir com suco de limão e deixar durante um mês. Preparação do prato: cortar um frango em quatro, tirar os pés e o pescoço. Lavar bem, salgar e apimentar dentro e fora do frango. Colocá-lo numa marmita com as duas cebolas inteiras, duas colheres de sopa de gengibre, três dentes de alho amassados, uma pitada de açafrão, uma colher de sopa de manteiga, outra de azeite e duas de óleo e uma pitada de sal. Deixar a galinha cozinhar numa panela. Juntar dois copos de água. Tirar as cebolas já cozidas, e moelas até conseguir uma pasta, juntar uma colher de baunilha diluída na água. Assim que a galinha estiver cozida tirá-la da panela e misturar no caldo a pasta de cebola até ter-se um molho untuoso. Colocar quatro ou cinco fatias de limão em conserva (apenas a casca) e algumas azeitonas pretas. Tirar a panela do fogo, colocar a galinha. Esquentar tudo antes de ir à mesa.

GHORIBA Aux Amendes: ingredientes: um quilo de amêndoas, 650 gramas de açucar glacê, três ovos, um limão, um sachê de baunilha e uma colher de fermento em pó. Preparação: Moer duas vezes as amêndoas sem casca. Bater os ovos com o açúcar até que fique branco. Juntar a casca de limão ralado e a baunilha. Misturar o fermento à pasta de amêndoas até conseguir uma massa maleável. Passar manteiga nas mãos e formar bolas com a massa do tamanho de um brigadeiro. Achatar cada bola, apenas de um dos lados e colocar açúcar glacê por cima. Colocar cada peça num tabuleiro já amanteigado, com a parte açucarada para cima. Cozinhar em forno morno por quinze minutos. Tirar, deixar esfriar e servir. Guardar em lata de metal para que não seque. Essa receita é para 90 unidades.

JORNAL DO BRASIL

carta industrial

Suplemento especial
Rio de Janeiro, 27 de junho de 1980

O empresariado nacional defende, em sua maioria, a coparticipação nas decisões do Governo no campo da economia sob pena das medidas caírem no descrédito geral. Acreditam que a indústria vem perdendo sua posição mantida nos últimos 20 anos.

As distorções no processo de reorientação da política econômica concentram a principal preocupação dos empresários.

Os remédios para neutralizar a inflação, as ameaças de recessão, a permanência da crise e as saídas propostas são vistas do ângulo do Governo e de líderes empresariais.

O Ministro Delfim Netto não teme que uma inflação superior a 100% possa sacrificar a abertura institucional do país. Prevê mais apertos para o segundo semestre, quando os preços começarão a cair e obter-se-á equilíbrio na balança comercial.

Delfim espera reduzir inflação até fim do ano com novo aperto

Ministro Delfim Neto

Brasília — O Ministro do Planejamento, Sr Delfim Neto, prevê para este segundo semestre "um enorme aperto" no crédito — único caminho, na sua opinião, de se quebrar as expectativas inflacionárias — um controle mais amplo dos dispêndios do Governo e um superávit que classificou de "gigantesco" no Orçamento do Tesouro, fatores que, combinados a uma conseqüente queda no nível da demanda, irão atenuar os aumentos de preços.

"Várias sociedades politicamente abertas tiveram inflação superior a 100% e sobreviveram", declarou, ao negar que a taxa inflacionária anual de três dígitos esperada para este ou o próximo mês possa colocar por terra a abertura política. "O que importa" — acentuou — "é ter uma política firme e esperar os resultados. Me apontem uma coisa que devia ser feita e não foi feita, quer no campo político ou no econômico".

Passados 10 meses de sua posse no Ministério do Planejamento, o Sr Delfim Neto fez uma análise sucinta das quatro causas básicas da inflação por ele apontadas logo após haver assumido o Ministério, concluindo que pelo menos duas — os aumentos de salários e os preços externos do petróleo — continuam a exercer fortes pressões no índice de preços. As duas restantes — escassez de alimentos e o déficit do setor público — estão sendo gradualmente eliminadas, assegurou.

No campo do salário e emprego, reconheceu haver problemas. A política de reajuste semestrais está desempregando as pessoas de renda mais elevada, "os colarinhos brancos" das empresas, na sua expressão, enquanto os dados de desemprego no Rio e São Paulo levantados pela Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE — embora necessitem de maiores informações por se tratarem de pesquisa recém-lançada, sem uma série histórica — "não são uma coisa razoável, medidos pelos padrões narnais". Atribui os índices de desemprego de 6% a 8% apurados pelo IBGE nas duas capitais ao fato de o país estar "há quatro anos sem crescer, patinando".

O Ministro do Planejamento revelou ser tão fundamental a prioridade da agricultura que a transferência de recursos de outras áres ao setor primário implicará em cortes de obras. Informou que os superávits do Tesouro serão desviados ao Banco Central e transformados em empréstimos ao setor agrícola e o que restar em poder da CFP (Comissão de Financiamento da Produção) como resíduo será incorporado como estoque regulador.

A indústria, por seu turno, de acordo com o Sr Delfim Neto, terá que forçosamente procurar a exportação, a partir do momento em que, com o aperto no crédito mais acentuado neste semestre, vai encontrar dificuldades em colocar seus produtos no mercado interno, quando existe um bom canal de financiamento para dirigi-los ao mercado internacional. As empresas estatais, particularmente — disse — serão obrigadas a limitar seu endividamento de curto prazo, atualmente ao redor de Cr$ 35 bilhões, ao mesmo tempo em que são cortadas suas importações.

Ele se mostra otimista em relação às grandes dificuldades na frente externa, negando estar havendo problemas na captação de recursos externos, com números segundo os quais já ingressaram no País, desde o início do ano, mais de 4 bilhões 500 milhões de dólares. "Tomamos 1 bilhão de dólares por mês até agora, está tudo em fase", assinalou. "Continuo achando que temos chance de terminar o ano com a balança comercial mais ou menos equilibrada. Se isto não ocorrer, a diferença será coberta com perda de reservas".

A entrevista

JB — A inflação está alta, o crédito apertado, o controle de preços ferrenho, e a sua previsão é de que o país tenha, este ano, um crescimento de 5 a 6% do PIB. Como é que o Sr espera que se comporte a indústria dentro deste quadro?

Delfim — Se olharmos os indicadores industriais, eles voltaram a subir. Se pagarmos janeiro, fevereiro, março de 1979 a janeiro, fevereiro, março de 1980, a indústria como um todo cresceu quase 30%. A indústria de bens de capital cresceu mais de 20% e a indústria de bens de consumo durável, em alguns casos, cresceu mais de 30%. Tenho a impressão de que estas taxas deverão diminuir ao longo do ano, porque taxas desta dimensão só seriam compatíveis com taxas de crescimento do PIB de 10 a 11%. Ora, taxas de crescimento do Produto Interno desta ordem representariam um desastre no balanço de pagamentos. Portanto, estas taxas vão diminuir. É exatamente por isso que se nota que já existe um certo crédito apertado, que ainda não é muito, mas começa a funcionar a política creditícia. A minha esperança é de que uma parcela importante destes bens se oriente para a exportação. A partir dum momento em que não possamos vender estes bens no mercado interno, por causa da limitação dos financiamentos em 45%, vai se deixar um canal de financiamento que vai conduzir tais produtos para o mercado externo.

JB — Neste ponto, seria interessante levantar uma questão. Se o mercado interno se fecha em função desta conjuntura, e a indústria procura o mercado externo, o quadro de recessão nos Estados Unidos — que Milton Friedman diz ser mais grave do que o ocorrido em 1974/75 — não atrapalharia os nossos planos?

Delfim — Isto cria uma dificuldade adicional, mas nós somos muito competitivos e não temos nenhuma importância. De forma que existem possibilidades de superarmos estas dificuldades. Depende de nós, de alguns truques assim e assado, indo devagarzinho.

JB — À época de sua posse no Ministério do Planejamento, umponto que o Sr enfatizou muito foi a estratégia de ocupação da capadidade ociosa, além da agricultura, também na indústria. Como está hoje esta capacidade ociosa na indústria? A de bens de capital, por exemplo, se encontrava, há quase um ano, com 50% de capacidade ociosa.

Delfim — Aumentou a utilização, está aumentando a utilização, o que, no fundo, fala a favor de um certo controle de preços, duma expansão dos preços. Esta capacidade ociosa, hoje, é um pouco menor do que era há 10 meses. Agora, é preciso compreender que a estratégia adotada para o combate à inflação é gradualista — nós não estamos querendo parar o setor industrial, não estamos querendo trocar inflação por desemprego. Isto é o que torna a situação complicada.

Acertar a escrita

JB — O Sr está fazendo quase um ano à frente do Ministério do Planejamento. Como vê, hoje, as quatro causas básicas da inflação — escassez de alimentos, salários, a questão do petróleo e o déficit do Governo?

Delfim — Estão razoavelmente sob controle. Por isto acredito que, em pouco tempo, teremos boas notícias. A escassez de alimentos realmente desapareceu. É claro que os preços dos produtos agrícolas não baixaram, mas subiram um pouco menos. Fisicamente, a escassez desapareceu. O controle das empresas do Governo está fazendo-se corretamente. No início, este controle tem que ter um tempo para funcionar, porque as empresas não se ajustam imediatamente. Pressentindo que haveria controle, procuraram escapar através do endividamento. Hoje, as empresas públicas estão devendo de Cr$ 30 a Cr$ 35 bilhões ao sistema bancário interno, que vai passar apertado, porque elas não vão ter reajustes de tarifas suficientes para pagar estas dívidas. Esta ampliação do endividamento a curto prazo das empresas do Governo tem conseqüências sérias sobre o setor bancário. É exatamente por isto que não se notou, ainda, uma redução importante nos dispêndios das empresas estatais, porque, durante algum tempo, elas puderam ajustar os seus programas tomando emprestado, não diretamente, mas fazendo seus fornecedores tomarem emprestado e aceitando as duplicatas. Este é um processo normal da administração financeira, mas que tem um limite. Estamos chegando ao limite. Como elas não podem continuar rodando esta dívida, porque o Governo não está dando tarifa, daqui a pouco chega a hora da verdade e terão que ajustar seus programas. Os banqueiros que emprestaram, um pouco afoitamente, vão ter que esperar o seu dinheiro.

JB — A propósito disto, está se falando na praça que, nestes primeiros cinco meses após a aprovação do orçamento das estatais, elas andaram meio indisciplinadas, apesar do orçamento.

Delfim — Não, não. Elas ficaram dentro do orçamento, só que aumentaram seu endividamento de curto prazo. Não precisaram tomar emprestado. Deixaram fazer a medição e o empreiteiro é quem tomou.

JB — E daí, como é que fica este buraco?

Delfim — Ele estava previsto, mas se tem que segurar tudo. Acontece que não se pode dirigir a empresa estatal, tem-se que deixá-la com uma certa flexibilidade. O que está claro é que buraco ia aparecer e este buraco termina, fecha. Estamos chegando a julho, não há mais condições de se fazer dívida. Então, aí a escrita será acertada.

JB — Em função disto, não teria que haver uma revisão no orçamento das estatais?

Delfim — Não, não vai haver uma revisão do orçamento em função disto. É claro que aqui temos mais um indicador para o próximo ano, quando se voltar a fazer o controle. Vai se obrigar que o passível exigível a curto prazo seja mantido constante. São coisas que vão acontecendo no processo de análise. As empresas não estiveram indisciplinadas, não é bem isto. Elas estiveram dentro do orçamento.

Colarinho apertado

Delfim — A terceira causa básica da inflação — os salários — acho que continua a exercer pressões substanciais nos índices inflacionários, principalmente os de pessoal de mais alta renda, onde a aplicação dos reajustes semestrais está levando a uma posição difícil para, digamos, os colarinhos brancos das empresas, que são realmente, os que estão sofrendo mais, hoje. Quem está sendo posto na rua é quem ganha um pouco mais. Basta olhar o nível de desemprego de profissionais liberais que há por aí.

JB — E a questão da regionalização do INPC como é que está?

Delfim — Estamos praticamente acertados com o Ministro Murilo Macedo. É muito cedo ainda para determinar a entrada em vigência.

Eliseu Resende — É. Preparou-se um programa, distribuiu-se os navios entre os armadores e estabeleceu-se os estaleiros que iriam construí-los. Da mesma forma, estabeleceu-se os prêmios, as condições de financiamentos. Eles foram realmente programas de construção naval, propriamente encomendas em pacotes. No entanto, não queremos mais desenvolver mais programas assim. Agora o armador compra o navio que deseja comprar e coloca essa encomenda no estaleiro que desejar e submete à Sunamam o pedido de financiamento de acordo com as condições normais de financiamentos.

Com essa nova diretriz, queremos que a construção naval ou o programa de construção naval se desenvolva da mesma forma que o programa de fabricação de equipamentos ferroviários ou de qualquer outro tipo de programa de fabricação de equipamentos de transporte. Quero enfatizar, todavia, que a política de compras de equipamentos do Ministério dos Transportes está voltada para a indústria nacional, somente importamos equipamentos, seja de trem, navio, vagões, locomotivas quando não existir similar nacional.

P — Mesmo quando a proposta externa for considerada "irrecusável" em termos de condições de financiamentos?

Eliseu Resende — Nesse caso será uma decisão do Governo. Se por uma questão de política comercial o Governo achar conveniente fazer a importação, a decisão será dele. Nossa diretriz é dirigida para a indústria nacional.

Setor Ferroviário

O Ministro dos Transportes não esconde o seu otimismo quando se refere à indústria ferroviária nacional, e afirma: "no transporte ferroviário, que é a ênfase do Governo Figueiredo para o transporte de carga, nós procuramos colocar nossas encomendas no parque industrial brasileiro que é muito grande e bem desenvolvido." Ele informou que recentemente o Ministério dos Transportes, através da Rede Ferroviária Federal, assinou um contrato com o BNDE/FINAME de quase 1 bilhão de dólares para a compra de equipamentos ferroviários na indústria nacional. Esse contrato abrange trens-unidade elétricos para os transportes de passageiros nas regiões metropolitanas, locomotivas e vagões para o transporte de cargas, principalmente de safras agrícolas e de carvão mineral.

Cortes de obras

JB — Estes níveis de desemprego que estão apontados pela Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE — entre 6 e 8% no Rio e em São Paulo — podem ser considerados normais?

Delfim — Para conceituarmos exatamente o que é anormalidade, no caso, precisamos de mais informações. Certamente é um indicador alto. É um indicador novo, que estamos começando a levantar, mostra um nível de desemprego de 8% que, medido por padrões normais, não é uma coisa razoável. Isto tudo é fruto de o Brasil estar há quatro anos sem crescer, patinando por aí.

JB — Vamos falar de agricultura. A safra está excelente, o setor animadíssimo. Tudo indica, por isto, que vai haver novamente uma grande demanda por crédito. Como é que vai se compatibilizar esta demanda — o Sr tem reafirmado inclusive que o empréstimo de custeio não tem limites — com um orçamento monetário apertado?

Delfim — Transferindo recursos de todos os setores para a agricultura. Não só do próprio orçamento federal, no qual deverão acontecer cortes de obras para transferir recursos à agricultura, como dentro do orçamento monetário, no qual se vai mobilizar tudo em direção à agricultura. No caso do orçamento federal, seus saldos positivos serão encaminhados ao Banco Central para serem usados como empréstimos. Os agricultores não terão escassez de crédito. O que nós esperamos é que coloquem, este ano, um pouco mais de recursos próprios do que colocaram no ano passado, o que é razoável, uma vez que ganharam dinheiro. É natural que, após dois, três anos de safras frustradas, os agricultores queiram trocar de carro ou viajar. O que espero é que coloquem uma pequena parcela do que lucraram como capital de giro e mais nada. Nós não queremos capitalizar a agricultura em um ano. Queremos fazer esta política continuamente, durante cinco ou seis anos, de tal forma que, quando terminar este processo, uma parcela importante do capital de giro seja deles mesmos.

JB — Relativamente à política de estoques reguladores, o que está na cogitação do Governo?

Delfim — O que está se pensando é que o que ficar na mão da CFP, como resíduo, vamos começar a incorporar como estoque regulador. Já temos previsão, no orçamento federal, para realizar esta incorporação.

JB — Há alguma idéia nova para alterar os prazos dos financiamentos tipo EGF (de cinco a seis meses, em média)?

Delfim — Não. Se houver alguma coisa, é para reduzir o prazo e deixar a circulação mais fluida.

Abertura e inflação alta

JB — Como está a frente externa? O Sr realmente previu que os juros internacionais iam cair e, enquanto eles estavam altos, se lançou mão das reservas cambiais. Como está se comportando o ingresso de recursos externos?

Delfim — Vou lhe dar um número só: nestes últimos meses, entraram 4 bilhões 500 milhões de dólares. Estão entrando normalmente 250 milhões de dólares por semana, sem precisar falar, sem precisar brigar, sem precisar contar com ninguém, sem precisar fazer coisa alguma. Continuo achando que temos chance de terminar este ano com a balança comercial mais ou menos equilibrada. Se não terminarmos com a conta de comércio mais ou menos equilibrada, se cobre a diferença com perda de reservas. Portanto, o que vamos tomar no exterior são realmente 12 bilhões de dólares — 7 dos quais para amortização da dívida, que está rodando tranqüilamente bem. Já tomamos 1 bilhão de dólares por mês até agora. Está tudo em fase.

JB — É verdade que aquela previsão de importações e exportações em 20 bilhões de dólares para este ano foi reformulada para 22 bilhões de dólares, por causa do petróleo?

Delfim — Não. Continuamos com uma previsão de equilíbrio em 20 bilhões de dólares e, por isto, estamos tentando controlar as importações. As importações das empresas do Governo vão ter um pequeno controle adicional.

JB — Mas já não estão controladas? O que é que está faltando?

Delfim — Já estão controladas. mas elas estavam importando 80% do que haviam importado em 1979. Vamos reduzir isto para 70%.

JB — Onde seria feito este aperto adicional?

Delfim — Elas terão que importar menos, alongar os prazos de seus projetos. É um dispêndio de menos. É coisa simples.

JB — A inflação já passou dos 94% nos últimos 12 meses. Se ela chegar a três dígitos, como o Sr vê inflação alta e abertura política?

Delfim — Várias sociedades politicamente abertas tiveram inflação superior a 100% e sobreviveram. O que importa é ter uma política firme e esperar os resultados. Me apontem uma coisa que devia ser feita e não foi feita. O que acho é que as pessoas estão querendo uma recessão, principalmente aquelas que têm por obrigação escrever, analisar os fatos e não se conformam que a inflação diminua. Estas pessoas não têm coragem de escrever que a política de combate à inflação é a recessão, porque ninguém quer ser apontado como quem sugeriu a recessão. Todo mundo quer ser apontado como a pessoa que sugeriu diminuir a inflação. O que ninguém compreende é que a inflação, com toda a sua gravidade, com todas as suas dificuldades, com todos os males que produz, com toda a ineficiência que acarreta à economia, é um mecanismo de transferência de um para o outro. E a recessão é um mecanismo de empobrecimento de todos, de uns mais que os outros. O fundamental é que a gente crie um estado de espírito de que a inflação vai reduzir e de que está se tomando as medidas fundamentais para que isto aconteça. O segundo semestre vai revelar um enorme aperto de crédito, que é o único caminho de se quebrar as expectativas. O segundo semestre vai revelar um controle mais amplo dos dispêndios do Governo, vai revelar um superávit gigantesco das contas governamentais. O segundo semestre vai revelar, realmente, uma queda no nível de demanda que vai aquietar os aumentos de preços.

JB — Em relação a aumentos de preços, o Sr costuma dizer sempre que todo mundo quer controlar a inflação dos outros e não a sua. Como é que funciona isto na prática?

Delfim — Isto é normal. Nenhum de nós acredita que a sua ação produza inflação, porque as pessoas persistem em ignorar que a soma de todas as nossas ações é que gera inflação. Cada um de nós, individualmente, não tem responsabilidade nenhuma. Somos, todos nós, solidários na nossa ação inflacionária, quem causamos inflação.

CARTA INDUSTRIAL

Coordenação geral
Waldyr Figueiredo

Texto
Jair Rocha, Artur Aymoré, Antônio José Libório e Sucursais de Brasília, São Paulo, Porto Alegre, Curitiba, Belo Horizonte, Salvador e Recife

CDI prevê encomendas de 14 bilhões de dólares este ano

Brasília — O aumento da carteira de pedidos e a geração de divisas com a exportação de equipamentos deverão delinear o futuro desempenho da indústria de bens de capital no programa de alternativas energéticas. Uma estimativa preliminar feita pelo Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI) prevê encomendas, este ano, de 14 bilhões de dólares e, nesta perspectiva, o Proálcool representa parte substancial por contar com recursos de maior monta e metas de produção definidas a médio prazo.

O Ministro da Indústria e do Comércio, Camilo Penna, ressalta a importância que o Proálcool está apresentando para o aumento da ocupação na indústria pesada — onde importantes linhas operam com ociosidade — com a demanda de destilarias para projetos nacionais e internacionais. Ele comenta com entusiasmo a negociação mantida pela Zanini com produtores de álcool de cereais dos Estados Unidos para a venda de destilarias no valor de 150 milhões de dólares, com tecnologia agregada ao **pacote**.

SETORES

O MIC não conta com números precisos que dimensionem a atual capacidade da indústria para atender à demanda de equipamentos nas outras áreas alternativas, carvão, energia elétrica e nuclear, já que não está concluído o acompanhamento de mercado feito pela Abdib, Abinee e Sindipeças sob a coordenação do CDI.

Mas, sabe-se que as linhas de produção de equipamentos para extração de carvão, assim como a de minérios vem sendo aumentada para atender os pedidos que deverão entrar de acordo com o programa de substituir óleo combustível usado pelas indústrias por outros insumos.

Na área elétrica, a indústria está plenamente capacitada a atender as encomendas com um índice de nacionalização de 85%. Já na área nuclear as perspectivas não são tão animadoras pois, embora existam fabricantes capacitados a atender importantes encomendas como a Confab, a indústria nacional continua se queixando da concorrência que lhe é feita pela Nuclep.

PROÁLCOOL CONSOLIDADO

Até o final do primeiro semestre de 1982, o Proálcool deverá estar com um volume de projetos de novas destilarias aprovadas que corresponda a meta de 10 bilhões 700 milhões de litros/safra em 1985, prevê a Comissão Executiva Nacional do Álcool — Cenal, presidida por Camilo Penna. Até agora foram enquadrados 267 projetos que representam um aumento da capacidade nominal de produção da ordem de 6 bilhões 100 milhões de litros — 5 bilhões 800 milhões de novos projetos e o restante anteriormente instalados.

Nos próximos três meses, deverão ser enquadrados projetos correspondentes a 800 milhões de litros, o que, de acordo com a Cenal, cumpre-se 64% da meta prevista para 1985. O órgão está aprovando, em média, 1 milhão de litros/dia um dado que serve como indicador interno da Cenal para a execução do Proálcool.

Nos meses de janeiro, fevereiro e março de 1980 — acrescenta a Cenal — foram enquadrados um total de 23 projetos com capacidade de produção de 3 milhões 260 mil litros/dia (um volume superior à média necessária). Na primeira reunião do mês de abril foram aprovados 5 novos projetos (650 milhões de litros/dia) e, na reunião da Cenal de 28 de abril último, foi consolidado um volume de projetos aprovados que assegura o ritmo do programa nos próximos seis meses.

A Cenal informa ainda que, nos contatos mantidos com empresas de consultoria que assessorou os industriais, os projetos a darem entrada no órgão será suficiente para manter esse ritmo de enquadramentos em 1980 — 1 bilhão 500 milhões de litros/safra.

Na safra do ano passado, que produziu 3 bilhões 600 milhões de litros, 2 bilhões 700 milhões corresponderam ao Proálcool. Outro importante fator a aumentar a confiança na execução da meta proposta foi a entrada de pequenos produtores agrícolas em projetos de destilarias de 60 mil/120 mil litros/dia com financiamento de 90% pelos agentes financeiros às cooperativas. O financiamento normal era de 80%, e a viabilidade econômica das mini e micro destilarias ainda não foi atingida devido à problemas de deseconomia de escala e alto custo do transporte.

ENCOMENDAS E PROBLEMAS

A previsão da Cenal é de que os 28 projetos enquadrados este ano representem investimentos da ordem de Cr$ 6 bilhões apenas no financiamento da parte industrial, a maior parte representada pela compra de equipamentos, excluído o conjunto de projetos em fase de contratação, inplantação e produção.

Existe, contudo, uma insegurança quanto à estabilização desde montante no atual quadro inflacionário agravado por uma defasagem entre os custos reais de produção na data de apresentação do projeto e sua entrada em operação. Este problema já levou importantes Bancos de Desenvolvimentos estaduais, como o Banco de Desenvolvimento do Paraná-Badep, a cancelar as operaçoes financeiras do Proálcool.

A própria Cenal admite a importância de se fixar "regras do Jôgo fixas para a indústria produtora", de forma que os preços de venda do álcool carburante cubram os custos de produção, o que, inclusive, atrairia novos capitais para o Proálcool. A indefiniçao da política de custos por parte do Governo está acarretando ainda outro problema: uma demora excessiva entre a aprovação do projeto pela Cenal e a real decisão de investir do empresário.

A previsão do MIC é de que o aumento da meta de produção para 14 bilhões de litros/safra, em 1987/88, representará um aumento dos recursos (atualmente cotados em 5 bilhões de dólares) para 6 bilhões 300 milhões de dólares.

Camilo Penna

Pelo menos formalmente, a participação do capital estrangeiro no Proálcool ainda não foi acertada: o Ministro Camilo Penna tem reafirmado, inúmeras ocasiões, que essa participação, embora possa acontecer normalmente em situação minoritária nos projetos e sem participação na produção agrícola conforme prevê a legislação brasileira, dependerá do cumprimento da meta fixada pelo MIC até o final deste ano pelo empresariado nacional. Até o momento a participação estrangeira está restrita a um projeto de álcool de mandioca em Minas Gerais e a outro projeto na Bahia.

Deverão ser gerados 350 mil novos empregos na área rural, entre 1979 e 1985, com a execução do Proálcool de acordo com a Cenal. A média prevista é de 50 empregos diretos e firmes a cada 1 milhão de litros/safra instalados, sem contar o potencial de emprego de braços na lavoura na fase de colheita. Esse último tópico é variável nas regiões produtores em função da produtividade mecanização em cada uma delas.

O Ministro Camilo Penna prefere citar esses dados a comentar a possibilidade de surgimentos dos chamados "bóias-frias energéticos" e da extinção das culturas alimentares em determinadas regiões monocultoras, como se tem advertido. O Ministério do Trabalho está montando, juntamente com o MIC, um levantamento detalhado dessa geração de empregos. O MIC lembra que a média de ocupação de mão-de-obra no campo é de 2 mil pessoas por colheita.

O MIC está montando um plano operacional dividido em cinco itens principais englobando vários aspectos do Proálcool: 1) parte administrativa com estudos de conjuntura, 2) parte produtiva a cargo do IAA, que estabelecerá o plano de safra, montagem e tombamento de destilarias, controle de qualidade, assistência técnica, etc. 3) pesquisa, desenvolvimento e tecnologia pela Secretaria de Tecnologia Industrial (STI) e o IAA. 4) parte social com a instalação de um programa de habilitação rural em convênio com o Ministério do Interior, e promoção social, onde há idéia da criação de um Fundo com contribuições feitas pelas usinas. 5) desenvolvimento de recursos humanos.

Além deste plano, há possibilidade de que a Ibrasa e o Finac apóiem a criação de pólos alcooleiros que é o desenvolvimento de um conjunto de projetos integrados onde serão otimizadas soluções globais nos aspectos técnico-financeiro-sociais do Proálcool.

SUBSTITUIÇÃO DE ENERGIA

Dentro de três semanas, a Comissão Nacional de Energia firmará com a Associação Nacional dos Fabricantes de Papel e Celulose o terceiro protocolo para a substituição do óleo combustível por fontes alternativas, depois dos acordos feitos com as indústrias siderúrgica e cimenteira.

O protocolo a ser assinado entre a CNE e a indústria de papel e celulose prevê a substituição gradativa do óleo combustível usado pelo setor por carvão mineral e resíduos florestais (cascas, etc.) O programa deve começar a ser executado em 1982, quando a indústria estiver consumindo 1 milhão 237 mil toneladas/ano de óleo combustível, dos quais serão substituídos por 160 mil t de carvão mineral (72 mil t/ano de toneladas equivalentes em óleo combustível — TEOC) 838 mil t como madeira seca (335 mil t/ano correspondente TEOC) e 157 mil t/ano correspondente TEOC de biomassa plantada. O saldo de óleo combustível a ser coberto será de 673 mil t/ano. Baixando p/200 mil/ano em 1990.

Somente na execução deste programa para a indústria de papel e celulose serão investidos Cr$ 8 bilhões 500 milhões na parte industrial (basicamente caldeiras para implantação do novo processo energético) em condições que estão sendo negociadas com o BNDE.

Falta também definir com o IBDF os recursos para o plantio de florestas energéticas que correspondem a 100 mil ha/ano — Cr$ 2 bilhões 500 milhões em incentivos fiscais. Atualmente a indústria de papel e celulose consome quase 10% combustível, depois da indústria do cimento e da siderúrgica.

O protocolo a ser firmado entre a CNE e a indústria de vidros está em fase final de estudos. Na área de refratários e cerâmica a solução será a gaseificação do carvão onde há possibilidade de uma economia de escala — 40% da indústria cerâmica, por exemplo, está localizada em São Paulo — e uso da madeira como combustível no interior.

A orientação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico — BNDE — de deslocar grande parte de seus investimentos para a indústria de bens de consumo de massa, no escopo do programa de redistribuição de renda do governo Figueiredo e descentralização industrial, está sendo cumprido segundo o ministro Camilo Penna. Ele disse que os recursos destinados ao BNDE, apesar de serem menores que o desejável, têm um valor real no mesmo nível de 1979, enquanto os do Finame são superiores aos do ano anterior.

Neste sentido, não é verdadeira, para o ministro, a afirmação de que o BNDE estaria com uma capacidade de atuação muito limitada, pois só disporia de Cr$ 15 bilhões para novos investimentos, porque a maior parte dos recursos a ele destinados já estaria comprometida com os projetos contratados nos anos anteriores. Camilo Penna é de opinião que o BNDE não é um pequeno Banco — em volume de recursos ele supera o próprio BIRD — que opera com calendário gregoriano e aplicações mensais.

A política do governo em relação às áreas de bens de capital, por exemplo, é não financiar a implantação de novos projetos destinados ao mercado interno, procurando consolidar o parque produtivo existente que praticamente triplicou sua capacidade instalada nos últimos 5 anos com incentivos e recursos subsidiados. Entre 1975 e 1979 o BNDE desembolsou Cr$ 200 bilhões no seu programa de equipamentos básicos. A participação do setor no total dos desembolsos do BNDE — incluindo operações diretas mais as da Finame e a subsidiária Embramec — passou de 23,2% para 42,1%.

O ministro Camilo Penna garantiu que 25% do programa quinquenal do BNDE — cerca de Cr$ 150 bilhões — a preços de junho de 1979, seriam aplicados na siderurgia, uma forma de estimular a demanda de bens de capital, ao lado de outros setores igualmente prioritários como o programa ferroviário, o Proálcool e do carvão.

Providências contra inflação não alteram nível de emprego

Brasília — O Ministro da Fázenda, Sr Ernane Galvêas, garante que as providências adotadas pelo governo para reverter a tendência de crescimento da inflação estão sendo desenvolvidas "sem prejuízo do crescimento da produção e do emprego e do necessário equilíbrio de nossas contas externas". Para ele, a atual estratégia implicará num custo social menor do que se daria num processo drástico de contenção da inflação, mas, sem dúvida, num prazo maior.

Por isso, ele adverte: "todos nós estamos ansiosos por ver refletidos na redução dos índices de preços os resultados da política do governo. Temos que ter um pouco de paciência. A partir do início do segundo semestre deste ano a taxa de inflação — medida em doze meses — deverá apresentar os primeiros resultados das medidas já adotadas e entrar em tendência declinante".

Perspectivas

Em relação às prerrogativas do balanço de pagamentos para este ano, destaca o sr Ernane Galvêes que os cálculos feitos pelo Governo indicam que a balança comercial deverá fechar em equilíbrio, com as importações e exportações ao nível de 20 bilhões de dólares. Quanto ao balanço de pagamentos, deverá apresentar um déficit da ordem de 9 bilhões 100 milhões de dólares em conta corrente.

Na verdade, as projeções do Governo indicam que, em 1980, o Brasil terá um déficit na conta de serviços semelhante ao de transações correntes porque a balança comercial será equilibrada (as exportações terão o mesmo valor das importações). Deverão ingressar no país, na forma de investimentos diretos, cerca de 2 bilhões de dólares, o que reduzirá para 7 bilhões de dólares o saldo negativo das transações correntes.

As contas externas contam ainda com o auxílio, já definido e concretizado, de 2 bilhões de dólares em recursos contratados com os programas de instituições internacionais como o Banco Mundial (Bird) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), os quais diminuirão para 5 bilhões de dólares as necessidades efetivas de recursos externos em 1980.

A estes números devem ser acrescentados cerca de 7 bilhões de dólares para pagar as prestações da dívida (amortizações dos empréstimos já contratados), totalizando, portanto, uma necessidade de captação de recursos no mercado financeiro internacional, entre operações bancárias e de financiamento, de 12 bilhões de dólares.

Para o Ministro da Fazenda, o Governo brasileiro não se pode fixar em uma determinada proporção para a relação custo da dívida externa e exportações. Explica ele que a ação do Governo somente se pode dirigir ao perfil do endividamento e ao incremento das exportações, não tendo alcance sobre a variável do custo do financiamento, que é determinado pelas condições dos mercados financeiros internacionais.

"Aliás, nos dias que correm, é difícil pretender fixar uma relação estática no que diz respeito à comparação serviço da dívida/exportações, mesmo porque esse indicador perde em representatividade, como é o caso brasileiro, quando o país acumula reservas por endividamento", frisa. E acrescenta: "Na prática, uma política eficiente de administração da dívida externa consiste, basicamente, em conservar a proporção entre o total das exportações e o saldo da dívida externa e assegurar uma taxa de expansão das exportações superior à taxa de crescimento do serviço da dívida".

Bônus

Embora afirme que o lançamento de bônus, por parte do Brasil, ainda não se constituiu em fonte vital de captação de recursos no exterior, tanto que, em relação ao nível global da dívida, representa pouco mais de 5%, o Sr Ernane Galvêas diz que o Brasil continuará recorrendo ao lançamento de títulos da dívida pública no mercado internacional, dependendo das condições do mercado.

Desde o início do ano até agora, o Brasil conseguiu fazer três lançamentos de bônus no exterior, dentro da meta de captar 500 milhões de dólares com estes papéis em 1980, apesar do mercado estar retraído para este tipo de operação. O primeiro lançamento ocorreu em janeiro, na Alemanha, com títulos da Light no valor de 70 milhões de dólares; o segundo também foi feito na Alemanha, com 150 milhões de marcos; o terceiro foi feito no Japão, num total de 93 milhões de dólares, no início de junho.

Ainda em relação às contas externas do Brasil, o Ministro da Fazenda frisa que não existe preocupação dos banqueiros internacionais com a situação da dívida externa. "A comunidade financeira internacional demonstra grande confiança na **performance** da economia brasileira. A administração eficiente da dívida externa brasileira é amplamente reconhecida pela comunidade financeira internacional, tendo o Brasil acesso a todos os mercados de capitais internacionais", declara.

Novas condições

Por isso, na opinião do Ministro, não se pode afirmar que haja dificuldades em obter empréstimos externos. O que existe — e existiu particularmente no primeiro trimestre deste ano — foram dificuldades em negociar as novas condições que os bancos comerciais estrangeiros estão oferecendo em seus empréstimos, "ao lado de uma taxa de juros do libor (taxa interbancária de Londres) que atingiu níveis espantosos".

Além disso, espera o Governo contar com que as empresas estrangeiras aqui sediadas transformem parte de seus empréstimos em capital de risco. "Esta idéia está ganhando força no seio das próprias empresas", diz. Os resultados, entretanto, ainda são pequenos, diante da importância da dívida externa assumida pelas empresas multinacionais, que representa cerca de 8% do endividamento brasileiro.

Comentando a **performance** esperada para o desempenho da balança comercial até o final do ano — equilíbrio entre exportações e importações em torno de 20 bilhões de — dólares o Sr Galvêas frisa que as exportações de produtos básicos estão estimadas em 9 bilhões 500 milhões de dólares, enquanto os produtos manufaturados deverão render cerca de 10 bilhões 500 milhões de dólares.

Novos mercados

"Acreditamos firmemente no crescente desenvolvimento das nossas vendas de manufaturados, havendo indícios de que alguns setores, como os da indústria automobilística, de bens de capital e de alimentos deverão aumentar em 40% suas exportações em 1980. Tudo isso permite-nos afirmar que devemos não só alcançar como até ultrapassar os 20 bilhões de dólares de exportações previstos para este ano", acrescenta.

Para alcançar estas metas, o Brasil tem procurado diversificar sua pauta de exportações para países com os quais já mantém relações comerciais e ao mesmo tempo tem buscado novos mercados para seus produtos. Menciona o Ministro da Fazenda, como parceiros tradicionais, os países da América Latina e África e cita que a República Popular da China é outro exemplo de um parceiro comercial em perspectiva, "como enormes possibilidades".

Além disso, a estratégia de abertura de novos mercados para venda de produtos brasileiros tem levado a que o Brasil procure aproveitar ao máximo a potencialidade de intercâmbio comercial oferecida pelos países do Leste Europeu.

"Ocorre, porém, que nem sempre é possível aumentar nossas exportações para alguns desses países, sem que aumentemos nossas importações, visto que o desequilíbrio da balança comercial a nosso favor já é bastante acentuado", afirma.

De qualquer forma, adianta o Ministro Ernane Galvêas que o governo não pensa, pelo menos no momento, em criar novos estímulos aos exportadores para fortalecer as vendas ao exterior. E explica: "as medidas introduzidas no sistema de comércio exterior brasileiro em dezembro do ano passado, afastaram de maneira concreta várias ameaças de imposição de barreiras penetração de nossos produtos em diversos mercados, o que por si só garante condições estáveis para a conquista e alargamento de mercados para nossos produtos exportáveis".

Ademais, lembra, várias outras medidas no campo da desburocratização do setor exportador estão sendo tomadas como, por exemplo, a dispensa da obrigatoriedade da emissão prévia da guia de exportação para produtos manufaturados, substituída por um controle "a posteriori". Além disso, continua o apoio financeiro do governo, principalmente através da alocação de recursos do Banco Central e do Banco do Brasil, cujas linhas de crédito contemplam tanto os exportadores brasileiros como os importadores de produtos brasileiros de diversos países.

Inflação

Passando para outro problema da economia, que tem preocupado sobre maneira o governo — a inflação — o Ministro Ernane Galvêas enfatiza que no Brasil, "é fenômeno tão antigo e tão profundamente arraigado que, se tentássemos arrolar todas as suas causas, certamente seríamos traídos pela memória e não esgotaríamos a relação".

"Assim, as principais causas da inflação são identificadas no próprio sistema de correção monetária e suas variantes cambial e salarial, nos preços do petróleo importado, na quebra das safras agrícolas e conseqüente redução na oferta de alimentos, no desequilíbrio financeiro do setor público e no crescimento acelerado da procura global de bens e serviços".

Além disso, aponta o Ministro da Fazenda que há de ser considerada a componente psicológica, pois "é evidente que o organismo cria defesas naturais contra todo mal crônico". No caso da inflação, acredita ele, as empresas e os indivíduos de um modo geral já aprenderam a incluir a inflação nas suas expectativas e uma primeira barreira a ser transposta no combate à inflação seria a quebra dessas expectativas.

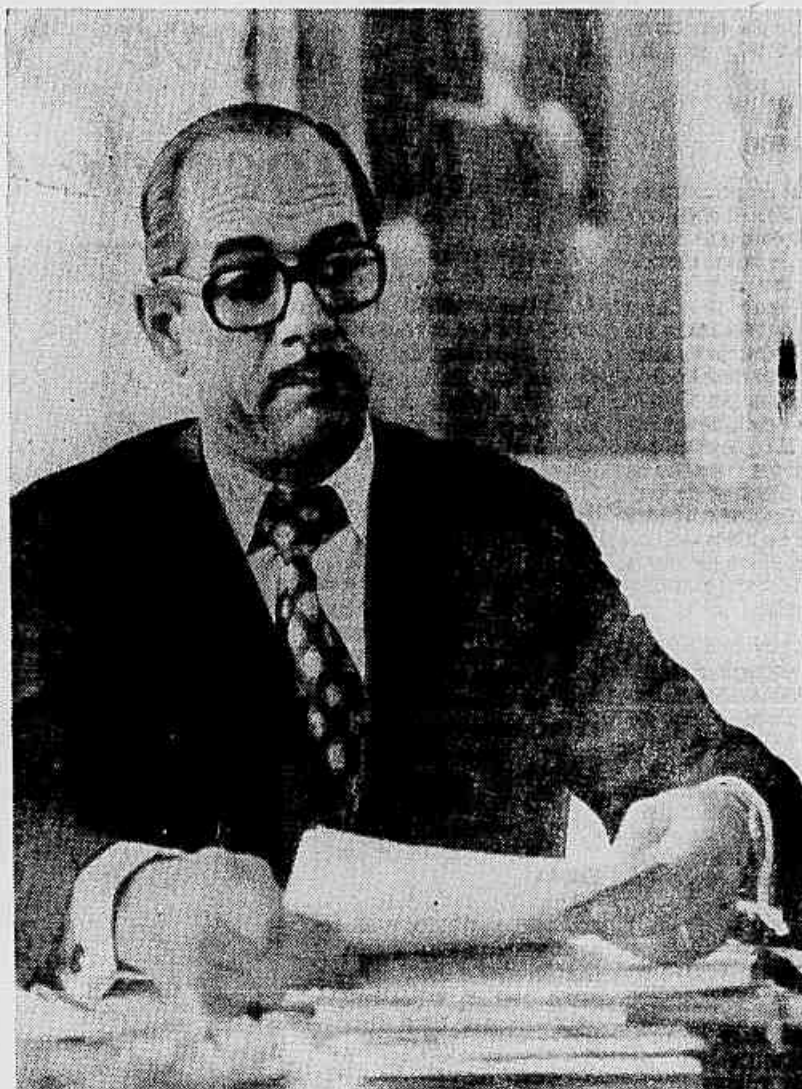
Estratégia

"A atual estratégia antiinflacionária está sendo desenvolvida sem prejuízo do crescimento da produção, do emprego e do necessário reequilíbrio de nossas contas externas. E, evidentemente, uma estratégia que implicará num custo social menor do que se daria num processo drástico de contenção da inflação, mas, sem dúvida, num prazo maior".

A estratégia do governo, neste caso particular de combate à inflação, está sendo implementada através de medidas que visam:

1) dinamização da produção agrícola, como meio de reduzir as pressões do ítem alimentação no custo de vida e de gerar excedentes exportáveis em níveis que possam complementar o esforço geral de exportações;

2) redução do desequilíbrio financeiro da União, cujos déficits têm-se constituído em uma das principais causas da inflação no Brasil.

Em relação a este segundo item, o objetivo do governo seria atingido com providências tais como: redução e eliminação dos subsídios creditícios; eliminação de incentivos fiscais com elevado peso sobre as receitas da União, como o crédito prêmios de IPI substituído por uma taxa de câmbio mais realista; absorção, pelo orçamento de dispêndios com os subsídios ainda indispensáveis; compatibilização dos orçamentos das empresas estatais com a efetiva disponibilidade de recursos não inflacionários.

Ernane Galvêas

Reitera o Ministro da Fazenda que, embora a atual política salarial do Governo procure, inclusive, diminuir as desigualdades de renda, isto não impede que ela seja inflacionária e muito menos que o Governo reconheça este fato, "que nada mais significa de que mais uma variável a ser considerada na política de combate à inflação".

Esclarece que "é reconhecido o papel da correção monetária como realimentador do processo inflacionário, não sendo muito diferente o papel da correção salarial, ao corrigir a folha de salários. Se a isso somarmos uma taxa de produtividade superior ao efeito ganho de produtividade das empresas, é evidente que estaremos diante de um importante foco de inflação".

Por outro lado, ele acredita que é bastante justificável o comportamento dos empresários e trabalhadores neste início da atual política salarial, onde os dois lados ainda não se conhecem suficientemente neste tipo de negociação. "Um lado não sabe até onde pode pressionar; o outro, até onde resistir. Trata-se de um impasse que somente o tempo irá solucionar", frisa o Ministro da Fazenda.

O Sr Ernane Galvêas é de opinião, ainda em relação ao problema da inflação, que as medidas já adotadas para o sistema financeiro são suficientes para evitar que o setor venha a dificultar o processo de redução do índice geral de preços.

Medidas tomadas

Foram reduzidos os níveis das taxas de juros cobradas pelo sistema financeiro e a correção cambial e a correção monetária foram limitadas em, respectivamente, 40% e 45% até o final do ano. A principal providência, contudo, foi a limitação em 45% da expansão dos empréstimos do sistema financeiro. A esse teto não estão sujeitas as operações de repasse de instituições financeiras oficiais e de recursos externos captados sob a forma da resolução nº 63.

"A vantagem do controle direto da expansão do crédito, relativamente à política até então utilizada, e que se voltava principalmente para dificultar a captação de recursos pelas instituições financeiras, é que não provocará aumento das taxas de juros, sendo de admitir-se, inclusive, ligeira redução. Na sistemática anterior, as instituições financeiras eram levadas a aumentar o rendimento dos seus títulos, como forma de compensar o investidor que, caso contrário, não aplicaria nesses ativos", observa o Ministro da Fazenda.

O governo, que limitou em 45% as aplicações do setor bancário para este ano, teme que isto contribua para um menor nível de investimentos na economia, pois "isto pode realmente ocorrer, não obstante esse limite estar perfeitamente coerente com a meta de 50% estabelecida para o controle da oferta da moeda. Por outro lado, a estratégia da política econômica para 1980 está apoiada no aproveitamento da capacidade ociosa existente na economia, particularmente nos setores ligados à produção agropecuária e exportador."

A limitação de 45% para as aplicações do setor privado, de outro lado, traz um efeito de expansão do nível da dívida pública, já que as instituições financeiras estão obrigadas a aplicar em títulos públicos — letras do Tesouro Nacional e Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional — o que exceder o limite prefixado pelo governo.

Para o Ministro Ernane Galvêas, entretanto, o nível de endividamento interno não é grave, encontra-se em posição compatível com as necessidades do governo de financiar seus déficits, inclusive aqueles não aparecem ostensivamente no orçamento da União. "É verdade que estamos lutando para reduzir esse déficit e com isso limitar a expansão da dívida interna, cuja previsão para o final do ano é de aproximadamente Cr$ 750 bilhões, ou seja, expansão de 45%."

Reforma tributária

Sobre a atual política tributária em vigor no país, o entendimento do governo é de que não devem ser feitas alterações substanciais nos mecanismos existentes. O Sr Ernane Galvêas, inclusive, por diversas vezes, tem enfatizado que é preferível aperfeiçoar os dispositivos legais existentes, sem que seja feita uma reforma tributária global. "O governo tem-se preocupado com o desequilíbrio da renda entre os Estados", observa.

Sob o aspecto tributário, promoveu-se recentemente, por intermédio da resolução do Senado nº 129, de 28 de novembro de 1979, a elevação da alíquota máxima do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM) para as operações internas e interestaduais. A alíquota máxima, nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, era de 15% e passou para 16%; nas regiões Sul e Sudeste, era de 14% e passou a ser de 15% em 1980, assegurada, desde já, sua elevação para 15,5% em 1981 e 16% em 1982.

Por outro lado, a Resolução do Senado nº 07, de 22 de abril de 1980, estabeleceu para as operações interestaduais, a par da alíquota genérica vigente, uma alíquota específica, quando fossem destinadas mercadorias a contribuintes de outros Estados para fins de industrialização ou comercialização.

Nesses casos, a alíquota será de 11%, salvo quando as saídas sejam promovidas das regiões Sul e Sudeste para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, hipótese em que a alíquota será de 10% durante o corrente exercício, de 9,5% em 1981 e de 9% em 1982.

O sentido dessa medida, explica a Ministro, foi de proporcionar maior receita ao Estado de destino. Na operação subseqüente aí ocorrida, prossegue ele, o imposto será cobrado com base numa alíquota mais elevada, assegurando-lhe em conseqüência, além da receita decorrente da incidência do imposto sobre o valor acrescido no seu território, a arrecadação resultante da incidência da diferença entre as alíquotas internas e interestaduais sobre o valor da mercadoria ou de insumos no Estado de origem.

O Sr Ernane Galvêas acredita que o Governo vem atuando com a prudência necessária — "o que não deve ser confundido com timidez na abordagem do problema", adverte — no caso de adoção de medidas na área fiscal que, ao mesmo tempo, contribuam para a correção das disparidades de renda.

Segundo ele, existem vários mecanismos na área do imposto de renda que se dirigem à alteração e correção das disparidades de renda, considerando-se três principais níveis em que estas ocorrem: regional, setorial e pessoal. Entre tais mecanismos, ele cita os incentivos ao desenvolvimento regional e setorial, representados pelas isenções, reduções e deduções do Imposto de Renda; e os incentivos ao investimento, no campo do IR das pessoas físicas, os quais resultam em reduções do imposto devido.

"O Governo deseja atuar com segurança nessa área, tendo determinado à administração tributária o exame minucioso do universo a que se destinam tais medidas, visando adequá-las à realidade presente, e determinar suas possíveis repercussões", frisa.

Despesas públicas

Embora o instrumental tributário seja, até certo ponto, eficiente para a correção de distorções na distribuição de renda, e o governo o esteja utilizando neste sentido, o Sr Ernane Galvêas chama a atenção "para o importante papel reservado a uma adequada política de dispêndios públicos que, por meio de transferências indiretas de renda, na produção de bens e serviços destinados a amplas camadas da população, possibilite o atingimento de objetivos sociais mais amplos".

Observa o Ministro que, embora conste entre as diretrizes do Ministério da Fazenda a tributação de heranças e doações, o governo está agindo com cautela em relação ao assunto. Lembra que a Secretaria da Receita Federal tem promovido estudos de forma a estabelecer o nível adequado de incidência do que seria esse novo tributo, "pois, do ponto de vista psicológico, a criação de qualquer imposto não deve traumatizar a sociedade e, sob o aspecto econômico, sua progressividade não pode ser elevada, sob pena de desestimular a poupança".

Finalmente, o Ministro da Fazenda acredita que do ponto de vista formal, na sua opinião, a justiça fiscal consiste numa legislação que distribua da maneira mais equânime possível a carga tributária que deve ser suportada pela coletividade.

Por outro lado, do ponto de vista material, por justiça fiscal entende a aplicação mais exata possível do disposto na legislação tributária. "Daí resulta que de pouco adiantam leis justas e carregadas de boas intenções, se não houver condições que assegurem sua correta aplicação", alerta.

Daí, conclui, "pode-se mesmo dizer que sem efetuar qualquer alteração no atual ordenamento tributário, se avançará muito na direção da almejada meta da justiça fiscal, na medida em que todos os quase todos cumpram corretamente suas obrigações fiscais". Para o Ministro, parece evidente que à medida que se erradique a sonegação, pelo aperfeiçoamento da atuação do aparelho fiscalizador e arrecadador e pela melhoria dos padrões de comportamento contributivo, serão criadas condições para a revisão da carga tributária, no sentido da melhor distribuição possível.

Uma das maiores aspirações nacionais começa a se tornar realidade: casa própria para mais brasileiros, principalmente para aqueles situados nas camadas sociais de média e baixa rendas.

Para que isto se transformasse num benefício real, o BNH - Banco Nacional da Habitação - acaba de reformular a política de prazos e juros dos financiamentos habitacionais.

Mais do que isto, o BNH ampliou e complementou outras vantagens já implantadas, como o Sistema de Amortização Misto - SAM. Fez retornar a utilização da Tabela Price e facilitou o emprego do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço no pagamento de prestações.

Somadas, estas medidas representam uma redução de até 27,5% nas prestações dos mutuários do Sistema Financeiro da Habitação.

Com isto, o Banco Nacional da Habitação começou a se transformar num verdadeiro Banco de Desenvolvimento Social.

Estas medidas já estão em vigor desde o último dia 31 de julho e são as seguintes:

1 Menor renda familiar.

A renda familiar mínima exigida para se conseguir um financiamento foi reduzida em até 21,6%.

Isto significa o seguinte: digamos que você quisesse um financiamento que exigisse comprovação de renda mínima familiar de Cr$ 5.000,00.

Se a renda da família não atingisse esta soma, seria impossível obter o financiamento.

Mas, a partir de agora, com a redução feita pelo BNH, você já consegue o mesmo financiamento com uma renda familiar de apenas Cr$ 3.920,00.

2 Você pode usar o Fundo de Garantia para pagar as prestações mensais.

Por exemplo: se você tem que pagar uma prestação de Cr$ 1.451,00, usando seu Fundo de Garantia você pode baixá-la para Cr$ 995,00.

3 Agora você gasta menos de sua renda familiar para pagar mensalidades.

A partir de agora, você precisa tirar menos dinheiro do seu salário para pagar as mensalidades da casa própria.

Tome o seguinte exemplo: quem ganhasse um salário de Cr$ 5.000,00 tinha que destinar 28,8% deste total - isto é, Cr$ 1.440,00 - para pagar a primeira prestação do financiamento.

De agora em diante, quem ganha os mesmos Cr$ 5.000,00 precisa tirar apenas 13,8% - isto é, apenas Cr$ 690,00.

Na medida em que você vai pagando, as prestações baixam ainda mais.

Assim, lá pela décima terceira prestação, destes mesmos Cr$ 5.000,00, você iria tirar apenas Cr$ 480,00 por mês.

4 Redução dos juros.

Os juros para compra da casa própria foram reduzidos em até 1%, nas faixas de financiamento entre 302 e 1499 UPC - ou seja, Cr$ 117.000,00 a Cr$ 584.000,00.

Pelo sistema antigo, para um financiamento de Cr$ 195.000,00, você pagaria Cr$ 11.700,00 de juros anuais.

Com a redução feita agora, para os mesmos Cr$ 195.000,00, você vai pagar Cr$ 9.750,00.

5 Mais prazo para pagar.

Os prazos para pagamento dos financiamentos entre 1251 a 2400 UPC foram aumentados.

Para financiamento de 1251 UPC, este prazo varia em até 12 meses a mais.

Para as faixas de 1500 a 2200 UPC, varia em até 36 meses a mais.

6 Você pode comprar a casa que alugou.

Se você mora numa casa alugada antes de 16 de maio de 1979, desde o dia 1º de agosto você pode requerer um financiamento para comprar o imóvel, caso haja acordo entre você e o proprietário.

E para beneficiar as camadas de média e baixa rendas, o BNH determinou que cada agente deve aplicar um mínimo de 40% dos seus recursos destinados a esse programa, para financiamentos de valor unitário de até 900 UPC*.

Se você quer maiores detalhes, procure uma agente do Sistema Financeiro da Habitação.

Chegou sua vez de ter casa própria.

MINISTÉRIO DO INTERIOR

BNH

BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO

* UPC = 546,64

CASA PRÓPRIA FICA 27,5% MAIS FÁCIL.

Investir no Trabalhador é também preservar o lucro

O conceito de empresa como um corpo, onde o todo só vai bem quando cada um dos membros funciona perfeitamente e onde todos os membros agem conjuntamente à procura de um objetivo comum, está se firmando cada vez mais no Brasil. Nessa concepção, a máxima — "mens sana in corpore sano" — encontra sua perfeita aplicação. Se é preciso que o corpo tenha saúde para que o intelecto funcione bem, o mesmo pode-se dizer em relação à empresa: o lucro não deixa de ser o objetivo principal, mas deve ser procurado na medida em que cada colaborador se sinta cada vez mais realizado e responsável.

Ernst-August Walter Kleinheidt

Ernst-August Walter Kleinheidt, diretor industrial da Bayer do Brasil, encara esse tema com muito realismo: "Dizer que o lucro não é o objetivo basico da empresa é uma utopia; mas ver no lucro o único objetivo e nos trabalhadores um simples meio de se chegar a esse fim é ter horizontes muito limitados". Mas essas duas posturas extremas não são novas.

Desde o início do processo de industrialização no fim do século passado, segundo Kleinheidt, surgiram na Alemanha duas fortes correntes de pensamento empresarial: uma que considerava um bom salário como a única responsabilidade do empresário em relação a seus funcionários; e a outra, que se institucionalizou também na Alemanha e que oferece uma outra visão do problema, assinalando que, além do salário, é indispensável que a empresa se preocupe com as condições e o ambiente em que as pessoas trabalham. A criação de uma infra-estrutura favorável pode exigir maiores ou menores esforços, dependendo da localização da empresa.

"Se a indústria está instalada junto a um grande centro urbano, a preocupação com moradia, transportes, lazer e atividades culturais certamente será menor que a de outra empresa implantada em campo aberto", explica Kleinheidt. E a Bayer, segundo ele, tem uma experiência muito particular em relação a este problema: na Alemanha, logo após seus primeiros anos de vida numa região urbana, a empresa se transferiu no fim do século para as margens do Reno, numa pequena vila de pescadores, e teve que atuar tanto na criação de condições favoráveis ao trabalho que, no local, nasceu uma cidade: Leverkusen, hoje com 200 mil habitantes, dos quais cerca de 20 por cento são funcionários da empresa.

Em situações diferentes, a mesma experiência está sendo revivida em Belford Roxo, no Rio de Janeiro, "onde temos que dedicar maior atenção às necessidades recreativas, sanitárias e culturais". Para isso, a empresa fundou um clube, para as mais diversas atividades esportivas e culturais, construiu amplo refeitório, realiza constantes cursos de treinamento e formação profissional, inclusive para os filhos de seus funcionários, e entre outras iniciativas, criou no ano passado o Coral Masculino Bayer, cujo maestro, Moacir Geraldo Maciel, venceu o recente concurso promovido pela Arquidiocese e Prefeitura do Rio de Janeiro para escolha de uma música oficial para a visita do Papa João Paulo II, no início do próximo mês.

Em escala diferente e com outras prioridades, esse esforço de melhor integração empresa-empregado e de atendimento aos anseios de seus colaboradores é realizado também na matriz de São Paulo, em Socorro. "Hoje — garante Kleinheidt — de cada dez cruzeiros que a Bayer do Brasil paga em salários, são acrescentados mais seis a sete cruzeiros de benefícios paralelos. Não fazemos isso por demagogia, mas porque estamos profundamente convencidos de que só um colaborador motivado faz bem o seu trabalho".

AS PRIORIDADES

A constatação do diretor da Bayer coincide perfeitamente com a observação feita periodicamente por diversas empresas: quando um time de futebol popular, como o Corinthians ou o Flamengo, perde no domingo, no dia seguinte a produtividade baixa e os índices de acidentes aumentam nas indústrias.

"Fica portanto muito claro — acrescenta Kleinheidt — que na medida em que conseguirmos atender às aspirações de nossos colaboradores evitaremos as frustrações, e a empresa funcionará melhor. Infelizmente não podemos fazer com que todos os times saiam de campo vencedores".

Para exemplificar melhor seu ponto de vista, o diretor da Bayer lembra a "Pirâmide de Exigências de Abraham Maslow", sociólogo americano. Na base dessa pirâmide estão as exigências básicas da própria sobrevivência de todo o trabalhador: salários adequados, alimentação, moradia e saúde; no segundo estágio encontram-se as aspirações de se sentir parte de um grupo, pela necessidade de segurança. No terceiro estágio estão a formação profissional e um melhor entrosamento com os objetivos gerais da empresa, através de um bom sistema de informações internas, atividades culturais e lazer; no estágio superior, as aspirações mais sofisticadas, entre elas a realização profissional.

OS ESTÁGIOS

Em relação ao primeiro e segundo estágios, a empresa assegura que nenhum funcionário, nem mesmo "office-boy", ganha salário mínimo. Em relação às exigências de saúde, a empresa mantém um sistema próprio de primeiros atendimentos médicos, convênio com empresas especializadas, plano de assistência odontológica, assistência farmacêutica, seguro de vida e de acidentes, e complementação do valor pago pelo INPS aos funcionários afastados por acidente ou doença; no campo da alimentação mantém restaurantes nos locais de trabalho.

No terceiro estágio, foram gastos no ano passado, só em atividades de treinamento e formação profissional, Cr$ 8,5 milhões. Além disso, para melhor entrosamento com os objetivos gerais da empresa, é feita, uma vez por ano, reunião com todos os funcionários que ocupam cargo de liderança, inclusive chefes de departamentos. No final do ano passado, de 4 mil pessoas que trabalham diretamente na empresa, aproximadamente 350 participaram desse encontro geral. Kleinheidt acha que a maioria dos funcionários considera alcançados os dois primeiros estágios da pirâmide.

No campo cultural e de lazer, a manutenção de clubes, promoções especiais, a vinda do Coral da Bayer alemã e a formação de um próprio coral são alguns exemplos de realizações bem sucedidos.

Com o objetivo de assegurar melhor realização profissional, uma das aspirações relacionadas no terceiro estágio, a Bayer procurou desenvolver um sistema de liderança colegiada, onde cada responsável por um departamento tem possibilidade de opinar e participar efetivamente de toda iniciativa em sua área. "Evidentemente — explica Kleinheidt — a empresa não é um parlamento onde sempre prevalece a opinião da maioria. A responsabilidade final é sempre da diretoria. Mas não se toma nenhuma decisão importante sem ouvir as bases a serem envolvidos".

Convencido de que a "centralização das decisões numa só pessoa é o melhor caminho para o enfarte e a "implosão" de uma empresa, a direção da Bayer procura dar suficiente autonomia a cada departamento e estes, por sua vez, a cada setor. Com isso, tem conseguido um baixíssimo índice de rotatividade, que comprova o elevado espírito de colaboração e de entrosamento existente entre os funcionários da empresa.

Fiemg cita controle de preços como grande mal da política econômica

Belo Horizonte — o vice-presidente da Federação das Indústrias de Minas — Fiemg, Sr Nansen Araújo, considera que o grande mal da política econômica do País é a sua instabilidade. "As medidas são adotadas com uma rapidez muito grande, sem maior amadurecimento. Exemplo disso foi a taxação de ganhos de capital, com vigência retroativa. Não há o menor sentido em se pagar imposto sobre a inflação. Essa decisão é de tal modo elementar, que só pode ter sido adotada sem maior exame".

Outro vice-presidente da Fiemg, o empresário Maurício Roscoe, presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil de Minas e vice-presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção, acha que a excessiva centralização de decisões em um só ministro tem vantagens e desvantagens. "Se Delfim Neto acertar, tudo bem. Mas o risco que ele corre é muito grande, pois assumiu uma enorme responsabilidade. Se o governo falhar no plano econômico, falha também no político".

O Sr Maurício Roscoe afirmou que o governo agiu acertadamente ao centralizar o controle financeiro, medida indispensável para evitar que os órgãos comecem a gastar mais do que o previsto no orçamento, agravando o processo só se justifica em período de guerra ou por pouco espaço de tempo. Num período normal e por longo tempo, o controle de preços cria distorções na economia".

Mesmo condenando a rapidez com que são tomadas as medidas governamentais, o Sr Nansen Araújo afirma que com Delfim Netto no Ministério do Planejamento, o empresário brasileiro está mais bem servido do que estava no Governo Geisel, "que tinha como ministro um homem como o Sr Ângelo Calmon de Sá, para quem desconto de duplicata era instrumento inflacionário. Ele chegou a nos dizer isso, a mim e a Fábio Motta, presidente da Federação".

— Enquanto Calmon de Sá era um astrônomo, pois sabia ver estrelas, Delfim Netto é uma pessoa que tem os pés no chão. Trata-se de um homem inteligente, que sabe ouvir ponderações e pode ser convencido, se a argumentação foi procedente, afirmou o Sr Nansen Araújo, para quem a situação difícil em que vive a economia do País não pode ser debitada ao Ministro do Planejamento.

— Nossos problemas se devem sobretudo à falta de visão do futuro demonstrada pelo Ex-Presidente Geisel, que, se fosse um grande estadista, teria ativado desde o início do seu governo o programa do álcool, que é a salvação nacional. A crise mundial do petróleo se configurou em 1973. Seria fácil prever que, num futuro próximo, enfrentaríamos o problema dos combustíveis, disse o empresário, observando que outros fatores incontroláveis, como secas e enchentes, levaram o País à situação em que se encontra.

Na opinião do Sr Maurício Roscoe, o Sr Delfim Netto tem acertado mais do que errado. Entende, porém, que o Ministro do Planejamento deve ser mais aberto ao diálogo, ao debate, à opinião das entidades de classe, para que se reduzam ao mínimo os erros das decisões governamentais.

O empresário justifica, diante das circunstâncias do momento, o pedido que o governo fez aos empresários para que se sacrifiquem, auferindo menores lucros, mas acredita que o mais eficiente seria solicitar aos ricos que consumam menos, restrinjam seus gastos com supérfluos e aumentem suas poupanças. "Com um consumo menor, reduz-se a pressão de demanda e alivia-se o crescimento dos preços. Em suma, o que o se deve fazer prioritariamente é motivar ao máximo a população e estimular a produção, o que se pode alcançar levando a população a aplicar mais em ações de boas empresas".

Segundo ele, o que não se compreende é que se taxe a correção monetária, que não é ganho de capital. "Essa medida é altamente desestimulante, ou melhor, cria um estímulo inverso: quem tem dinheiro prefere ou gastá-lo ou depositá-lo fora do País. A tributação do ganho de capital é aceitável; mas a da correção monetária, não. Além de injusta, a medida é prejudicial à economia do País".

O Sr Maurício Roscoe acha que o Governo não combate corretamente a inflação. Para ele, é preciso primeiramente levar em consideração o fato de que existe uma crise mundial a nível de moeda, iniciada a partir da Primeira Guerra Mundial, quando começaram as emissões sem lastro. A partir de então, nunca mais houve um equilíbrio monetário no mundo.

Convicto de que é necessário haver uma maior correlação entre a moeda e algo que lhe sirva de lastro — "algo que não seja, necessariamente, ouro ou prata" — o empresário fez um estudo sobre a inflação brasileira e em 1977 apresentou uma fórmula que, na sua opinião, poderá fovorecer o equilíbrio monetário.

Nesse estudo, sugere que o governo use como lastro os produtos industriais e agrícolas básicos e estabeleça mecanismos de estocagem, de tal modo que possa sempre controlar o mercado. "Assim, a inflação poderá ser mais controlada. Não concordo com o ex-Ministro Roberto Campos, quando ele diz que o olho do estadista pode medir a quantidade de dinheiro a injetar ou retirar de circulação", afirmou o Sr Maurício Roscoe.

O empresário aprova uma melhor destribuição de renda, mas entende que o que deve haver é uma gestão mais democrática e não co-gestão, como está definido — "por sinal mal definido" — no programa do PDS. Observa, contudo, que a gestão mais democrática deve ser uma decisão da empresa, não imposta de cima.

Depois de observar que a co-gestão, como está posta, pode redundar num colapso, o Sr Maurício Roscoe disse ser preciso que se dê um passo atrás em relação à intervenção do governo na economia, embora ache que este tem que exercer "a função de órgão disciplinador das decisões do empresariado, a nível de mercado e de ética. Deve intervir mais como órgão moralizador, disciplinador, do que como deliberador", concluiu o empresário.

Proprietário de uma média empresa, a Nansen S/A — Instrumentos de Precisão, o Sr Nansen Araújo classifica de infantil o apelo feito pelo governo para que os empresários façam um sacrifício, auferindo menores lucros. Lembra que 92% das empresas do País são pequenas e médias e se encontram de tal modo sobrecarregadas de encargos que não têm mais a menor condição de apertar o cinto.

"Talvez as multinacionais possam se sacrificar. Mas as demais, não. O exemplo de minha empresa demonstra que, via de regra, a pequena e a média empresas nacionais fazem um tremendo esforço para suportar a série de encargos que têm e que são agravados pelo tabelamento dos preços dos seus produtos, pelas matérias-primas caras, pelo problema salarial, cada vez mais intenso", afirmou o Sr Nansen Araújo, concluindo que, apesar de tudo, continua otimista, pois "o que não tem remédio remediado está".

FAEP reivindica política agrícola sem interferência de inflação ou de crédito

CURITIBA — "O maior problema da agricultura, hoje, é a ausência de uma política agrícola de 5 ou 10 anos, com continuidade nas suas linhas mestras. Um plano onde todos soubessem o caminho a ser seguido, sem curvas ou surpresas brucas", a afirmação é do Presidente da Federação de Agricultura do Paraná (FAEP), Sr Mário Stadler de Souza.

"A cada problema, seja de inflação ou balança de pagamentos, a política agrícola no Brasil sofre os percalços. E o agricultor fica permanentemente a mercê dessas mudanças, sem poder, sequer, planejar seu próprio empreendimento, a curto prazo". O Presidente da FAEP explica que, em função das circunstâncias, o Governo Federal poderia realizar mudanças na política agrícola, mas sem transformar completamente o essencial, como vem fazendo.

PROBLEMAS

O Sr Mário Stadler cita o recente problema do trigo para exemplificar seu raciocínio. "As autoridades imaginaram, de repente, que o plantio do trigo no cerrado poderia ser a solução para abastecimento interno do País.

E, imediatamente, limitaram os financiamentos do custeio e deram um preço mínimo abaixo do custo de produção para o produtor paranaense, alegando que ele tinha obtido grandes lucros com a soja. Resultado: o Paraná teve uma redução de mais de 40 por cento no plantio de trigo e o Brasil terá que dobrar a compra de trigo para abastecer o mercado interno, no próximo ano".

Ele afirma que, com uma estrutura tecnológica de armazenagens, estradas e pesquisas agrícolas, o Paraná, hoje, representa uma grande expressão na agricultura brasileira e, mesmo assim, continua sofrendo as conseqüências de uma política agrícola sem qualquer planejamento a médio e longo prazo. "Quando o produtor consegue obter um pequeno lucro depois de três frustrações de safra (caso da soja), vem o Governo e taxa a exportação do produto. Isso é direito? pergunta.

FALTA DE CRÉDITO

"Hoje, a lavoura está com o crédito racionado, tanto para o custeio como para a comercialização. Alguns produtos estão tabelados (caso do feijão-preto), e os insumos continuam com os preços subindo até 250% ao ano. O resultado disso é que o trabalhador do campo está fugindo para a cidade e a situação é de desestímulo e descrédito", garante. Não se pode combater a inflação através do prejuízo de uma única classe social, ainda mais a dos agricultores.

Na verdade, apesar de ter obtido lucros razoáveis com o plantio da soja, o agricultor paranaense se desestimulou com o VBC e o preço mínimo do trigo. E reduziu a área de plantio, preferindo, na grande maioria dos casos, deixar a terra nua, do que correr o risco de mais uma frustração de safra. A Secretaria de Agricultura, temendo a repetição desse problema no próximo ano, começa a fazer projetos para substituir o plantio de trigo por colza e girassol, e evitar, dessa forma, que grandes áreas de terra permaneçam improdutivas durante seis meses.

"Se a terra ficar sem plantio durante seis meses teremos graves problemas de erosão, desemprego no campo, encarecimento do custo de produção da soja, porque os gastos com equipamentos, insumos e mão-de-obra serão creditados a uma só cultura — e prejuízos incalculáveis para o Estado e o País, afirma o diretor-geral da Secretaria de Agricultura, Sr Eugênio Stefanello. O que a Secretaria não conseguirá evitar é o cancelamento do plantio de trigo nesse inverno, porque a substituição do produto é impossível, por falta de infra-estrutura e de sementes.

Um produtor com 40 hectares de terra, plantados com soja, terá neste ano, só com essa cultura, um lucro líquido de Cr$ 700 mil. Se plantar o trigo, sujeito a frustração, poderá perder, pelo menos, Cr$ 400 mil, com o custo de produção.

O Governo estabeleceu o Proagro para médio e grande produtor em 80%, o que significa que, se o produtor perder a safra, perde também uma parte do dinheiro aplicado, ganho na colheita da soja. "Diante disso qual o produtor que vai se arriscar?, pergunta o Presidente da FAEP. Se continuar assim, o Governo corre o risco de perder o apoio político da classe agrícola que até hoje tem sido a mais fiel de todas, finaliza, categórico, o Sr Mário Stadler de Souza.

Industrial quer revisão da política salarial

Curitiba — O presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná, Sr Altavir Zaniolo, identifica "um distanciamento entre as intenções e as ações práticas", na política econômico-financeira do Governo. As medidas de restrição de crédito, elevação nos custos de diversos insumos e mesmo dos financiamentos, e maiores encargos fiscais, "têm nítida conotação recessiva", afirma.

A revisão da política salarial "é de urgente necessidade como única forma de prevenir novos conflitos". Ele explica que a atual sistemática "mostrou o despreparo de todas as partes do processo de livre negociação". O Sr Altavir Zaniolo, um dos signatários da carta de empresários que manifestam apreensão com o processo de abertura, ao Presidente João Figueiredo, pouco antes de sua posse, é presidente da FIEP há seis anos, e deverá ser reeleito para os próximos dois anos.

INFLAÇÃO

"Se nos restringem e encarecem o crédito, se sobem os custos tanto operacionais quanto os de produção, honestamente não vemos como se possa alcançar êxito no combate à inflação, pois, em termos gerais, a demanda existe e não pode ser reprimida compulsoriamente, comenta. Lembra que, "de início, a filosofia governamental era francamente anti-recessiva", mas as medidas posteriormente adotadas "têm nítida conotação recessiva, contrária, portanto, ao nosso pensamento de que os problemas atuais só serão superados através da ativação da economia".

Observa que a limitação na expansão do crédito e o seu encarecimento, via aumento do IOF, "teriam a finalidade de enxugar os meios de pagamento, esterilizando-os, no Tesouro Nacional, mas acrescenta que existe uma contradição nessa medida, sem benefício algum de ordem antiinflacionária e com grandes inconvenientes às pequenas e médias empresas, para as quais o crédito externo é praticamente inacessível. E explica:

"Ao se estimular a captação de recursos externos, obviamente o seu contra-valor em cruzeiros terá de voltar a engrossar o estoque monetário circulante. Vislumbramos, então, tendências de mais enfraquecimento das pequenas e médias empresas e em contrapartida agravamento do processo de desnacionalização de nossa economia".

DESEMPREGO

Adverte ainda que "se os mecanismos de combate à inflação provocaram diminuição no ritmo da atividade econômica, certamente haverá desemprego". Dizendo "que somos contrários a qualquer medida recessiva", chama atenção para a "necessidade permanente de ampliação do mercado de trabalho, e justifica:

"Não há dúvida de que precisamos se não estimular a utilização de mão-de-obra, pelo menos evitar o desestímulo, muito embora sem, por outro lado, prejudicar a modernização de nosso parque industrial através dos avanços tecnológicos. É exatamente dentro desse contexto — conclui — que as pequenas e médias empresas devem ser prestigiadas por todas as formas, pois são elas que absorvem os maiores contingentes de mão-de-obra, especialmente a de menos qualificação, como, de outra parte são as mais carentes de apoio creditício."

O Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná entende que a greve dos metalúrgicos de São Paulo é indicativo da necessidade de rever a política salarial recentemente implantada, pois mostrou o despreparo de patrões e empregados na livre negociação. Por isso, os empresários paranaenses também não estão preparados para aceitar delegados sindicais, conforme explica:

A recente política salarial foi louvável em seu espírito ao pretender estabelecer a livre negociação como uma conquista democrática. Infelizmente ao não definir os critérios de aferição da chamada produtividade, fez com que esta se tornasse uma figura completamente subjetiva e, por isso, foco das dificuldades de entendimentos entre patrões e empregados.

Se não estamos preparados ainda para a livre negociação salarial, muito menos o estamos para absorver a figura do delegado sindical. Não que ele seja ruim intrinsecamente, mas porque, no estágio atual, o exercício dessa função poderia acrescentar como elemento de agregação, de união das classes envolvidas. E, a tê-lo como elemento de desunião, é preferível não tê-lo, por enquanto.

AGROINDÚSTRIA

A indústria paranaense, nesse contexto, sofre todos os percalços, mas o potencial agrícola de nosso Estado abre perspectivas muito favoráveis para a agroindústria, segundo o Sr. Altavir Zaniolo. Observa que nos falta, contudo, aprimorar e ampliar os mecanismos de apoio e de atração para esse segmento, o que não é fácil dada a escassez de recursos, apesar de já contarmos com ótima infra-estrutura para aproveitar nosso potencial."

CNI quer participação dos empresários nos atos do Governo

Ao defender enfaticamente "a coparticipação e corresponsabilidade da classe empresarial nas tomadas de decisão econômica", o presidente da Confederação Nacional da Indústria, Sr Domicio Velloso, afirmou que isso "evitaria as marchas e contramarchas dos textos legais e é o caminho certo para, afastando hesitações, manter a credibilidade do Governo."

— Mais do que nunca — frisou — o processo de tomada de decisão econômica tem de seguir a via consensual. Sem isso, há um alto risco para os governantes da hora, obrigados por definição a manter um clima de otimismo, de se mostrarem perplexos diante de uma realidade que não se curva ao que foi imaginado.

QUEDA DA INDÚSTRIA

Numa análise que cunhou de "realista", o presidente da CNI considera que "é quase certo que o papel de setor líder da economia nacional (o industrial) não lhe estará mais reservado nos anos iniciais da presente década". "Esta perspectiva negativa do setor industrial baseia-se no fato de que num periodo de 20 anos a taxa histórica de crescimento do produto industrial foi da ordem de 8,2% ao ano. Nos últimos dois anos do decênio que acaba de findar, as taxas estiveram acima de 7% de expansão de volume físico. Para este ano, sua previsão é a de um decréscimo do ritmo de atividade em termos da taxa histórica, levando a uma taxa provável de 4% e a taxa ainda mais modesta em 1981.

Para ele, alimentada pelo impulso do mercado interno criado pela substituição de importações, a atividade industrial tem sido o principal motor do nosso desenvolvimento econômico, com uma matriz cada vez mais complexa de interações entre os diversos tipos e gêneros de atividade, gerando efeitos de crescimento sobre toda a economia.

É possivelmente numa antevisão de queda de vitalidade da atividade industrial, forçada pela conjuntura econômica e financeira mundial que, a seu ver, o Governo está anunciando, desde o ano passado, como o setor de mais alta prioridade, o das atividades agropecuárias.

Segundo o presidente da CNI trata-se de uma tentativa de substituir uma fonte de crescimento, temporariamente enfraquecida, por outra que, se bem não tenha o mesmo poder de germinação de atividade — na quadra que o país atravessa — possui um papel muito especifico em termos de criação ou economia de divisas. "E um valor muito critico na relação intuitiva que existe, na mente de cada um, entre oferta de alimentos e indice de custo de vida", assinalou.

PERGUNTAS NO AR

— No tocante à atividade industrial — afirmou — há toda uma série de perguntas que pairam no ar, sobre inflação e balanço de pagamentos. Elas apontam, se corretamente respondidas, para uma queda no ritmo da atividade de industrial, levando a uma taxa provável de 4% no final deste ano, e a taxa ainda menor em 1981.

Não há, por enquanto — observou — evidência numérica que venha em apoio dessas previsões sobre o papel da atividade industrial. No entanto, lembrou, de março de 1979 a março de 1980, a estatística industrial elaborada pelo IBGE revela uma taxa de 7,2%, que é pouco inferior à taxa historicamente observada. A expectativa dos industriais, segundo ele, sobre o nível de capacidade utilizada dos equipamentos situa-se, globalmente, em 84% na Sondagem Conjuntural de abril. Apenas o ramo de produção de material ferroviário traduz uma expectativa de operação a nível inferior a 2/3 da capacidade instalada, o que não deixa de ser paradoxal em face das prioridades que a escassez de petróleo coloca para o Brasil. O consumo de energia elétrica no primeiro trimestre deste ano no eixo Rio—São Paulo denota uma variação de 8,7%.

— Mais importante do que a busca de sinais de alerta quantitativos é considerar qual o ritmo de atividade industrial possível, considerada a intensidade da inflação e a **brecha** de recursos para o equilíbrio do balanço de pagamentos, afirmou.

Domício Velloso, presidente da CNI

Na sua opinião, por mais que se procure elaborar uma teoria autóctone da inflação, não há sombra de dúvida sobre a existência de uma alta correlação entre a expansão de meios de pagamento e o ritmo de alta de preços. "Num periodo em que" — assinalou — "a falta de um fato novo, e alimentada pela força viva que vem do passado, a inflação parece caminhar celeremente para os três digitos, não pode haver hesitação quanto ao possível comportamento do Governo. Herdeiro da ideologia de 1964, seu compromisso maior é com a taxa inflacionária. Manterá a expansão dos meios de pagamento tal como programada, apesar da crise de liquidez que a decisão possa provocar. No mesmo contexto, procura disciplinar os seus próprios gastos e reduzir os investimentos em curso aos projetos de altíssima prioridade."

— Ora, sabe-se que em tempos normais — advertiu — os investimentos do Governo excedem em mais de 50% os investimentos privados na formação total de capital fixo. E que tais projetos de investimento criam demanda pelos bens industrializados e, muito especialmente, pelos bens produzidos sob encomenda, produtos não seriados.

Assim, segundo o presidente da CNI, dada a intensa presença do Estado na economia, a demanda agregada é de composição dual e a componente pública tem o principal papel nas flutuações do nível de investimentos.

MAIS AGUDO

Ao analisar a estratégia da politica antiinflacionária, o Sr Domicio Velloso observou que, em relação ao balanço de pagamentos, houve no primeiro trimestre do ano uma perda de cerca de 2 bilhões de dólares de reserva, "bem além daquilo que deliberadamente as autoridades monetárias pensavam perder como efeito contracionista da base monetária e para manter em 12 bilhões de dólares a necessidade de contratar novos empréstimos externos".

— É evidente — salientou — que um processo inflacionário cada vez mais agudo e os constantes reajustes do preço do petróleo não tranqüilizam o sistema financeiro internacional, mesmo diante da possibilidade de vir o Brasil exportar 22 bilhões de dólares. Daí certamente, — continuou — a imposição de novo tributo, o Imposto sobre Operações Financeiras, cujo principal objetivo é encarecer as importações em 15%, numa complementação de maxidesvalorização de 7 de dezembro.

Imposto que — afirmou — em definitivo, significa a reintrodução do sistema de taxas diferentes na economia e representa um sinal de alerta quanto a possíveis mini-choques de oferta, impeditivos da produção industrial pela compressão física do nível das importações em relação ao que seria o nível de pleno emprego.

A SAÍDA ?

Para o presidente da CNI, os segmentos que podem parcialmente compensar o esfriamento da atividade industrial decorrente da queda dos investimentos publicos são: a demanda agrícola e a demanda do resto do mundo, isto é, as exportações. Ele entende ser "fora de dúvida que a combinação volume colhido e preço resultou num aumento real de renda de vários segmentos da produção agrícola" e a manutenção desta prioridade de produção para os próximos anos "deve gerar demanda diretamente orientada para a indústria mecânica, a indústria de fertilizantes, veículos e certos tipos de bens de consumo."

— Assim — disse — o setor de exportação é a saída óbvia para um declínio da demanda efetiva em termos da capacidade produtiva instalada.

A dificuldade, na sua opinião, está na conquista de novos mercados para um país ainda sem maior tradição do comércio, fora da área dos produtos agrícolas e das matérias-primas. Indicou que a área é de acirrada competição internacional, predominando as práticas protecionistas e uma visão mercantilista do comércio exterior, mesmo em países que até aqui têm conseguido gerir adequadamente sua conta petróleo.

— Nesse sentido, da conquista de novos mercados, o trabalho diplomático de reaproximação com países da América Latina pode resultar em um efeito de desafogo da atividade industrial, através de vendas aos países vizinhos. Seja como for — assinalou — é muito pouco provável que as taxas de crescimento da indústria, deste e dos próximos anos mais imediatos, se aproximem do valor correspondente ao da observação histórica.

O presidente da CNI observou que os preços administrados e o controle de preços sempre aparecem em nosso marco institucional como peças-chaves no combate à inflação e o desenho de uma politica antiinflacionaria. E foi além:

— A estimativa administrativa explica-se pela situação de monopolio criado pela interveniência do Estado. O controle de preços justifica-se pelo pressuposto do mercado de conformação oligopolitica. Seja como for, para as industrias enquadradas num e noutro caso, coloca-se sempre o problema da tempestividade dos reajustes de preços.

Em nosso país — prosseguiu — a experiência tem demonstrado de forma exaustiva que os reajustes se fazem, como regra geral, tardiamente, a inflação reprimida tornando-se elemento importante da politica antiinflacionaria. Dessa forma, converte-se em sistemática o que deveria ser transitório, se acompanhado por um conjunto de providências destinadas a agir sobre as causas da inflação ascendente.

— Se a defasagem entre o preço relativo reprimido — frisou — e o preço relativo de mercado cresce demasiadamente, chega um momento em que o dique fatalmente termina por romper-se e o impacto tão temido sobre os indices de preços é muito maior. Há aí também matéria para ser considerada pelos formuladores da politica econômica.

"O empresariado aceita o mal menor para previnir o mal maior. Mas é indispensável que as mentes esteja mobilizadas para o combate às causas da inflação e não dos seus efeitos", disse Domicio Velloso.

DIFICULDADES DA HORA

— Ao apreciar a ação dos governantes — afirmou — a Confederação Nacional da Indústria procura afastar-se de uma atitude cega que nega as dificuldades da hora. Entretanto, — continuou — não substitui o elogio pela recriminação. Apenas aponta para os obstáculos à frente, na difícil arte de conciliar conflitos via formulação de politica econômica. Conflitos que a situação mundial tornou mais aguçados e a liberalização politica mais flagrantes.

Para ele, se a conjuntura que se avizinha e a fase que se configura são de reordenação de nossa atividade econômica, fazendo baixar os indices de inflação e equilibrar as contas externas, o conflito só pode ser resolvido aceitando a sociedade brasileira uma redução do ritmo de crescimento econômico a que tinha se acostumado.

"Reordenação para que se possa, como já disse ao saudar o Presidente da República em recente homenagem que a este foi prestada pelas classes empresariais, adaptar nossa estrutura produtiva à escassez da oferta de derivados de petróleo. Essa adaptação tem tantas e tão importantes implicações que significará rever o padrão de nosso crescimento econômico e alterar a configuração do aparelho produtivo nacional", disse.

Embraer pretende exportar US$ 100 milhões este ano

São Paulo — O vôo do primeiro protótipo do turboélice de treinamento militar básico EMB-312 (T-27 na designação da FAB) e superar os 100 milhões de dólares em exportação são as metas da Embraer (Empresa Brasileira de Aeronáutica) para este ano, segundo as previsões do diretor-presidente da empresa, Sr Osires Silva.

Além disso, a Embraer começa a mostrar nos cinco Continentes os **mock-up** (maquete em tamanho natural com todos os detalhes e equipamentos) do EMB-120 Brasília, que será o sucessor do atual principal produto de exportação da empresa, o EMB-110 Bandeirante.

Metas

A empresa, sediada em São José dos Campos, emprega atualmente mais de cinco mil funcionários e, além de um amplo programa de exportação de aeronaves — principalmente o Bandeirante e o Xingu — atende também ao reequipamento da Força Aérea Brasileira, que já tem mais de 65% de sua frota totalmente nacionalizada. A Embraer trabalha em cooperação com mais de 100 fornecedores nacionais de aeropeças e com as mais importantes indústrias aeroespaciais internacionais, como o caso da Pratt Whitney do Grupo United Tecnologies, da Northorp, da Lucas Aerospace, Piper Aircraft e Aermachi.

Possui um capital autorizado de Cr$ 2 bilhões e mais de 176 mil acionistas, sendo que 86% de seu capital integralizado pertencem à iniciativa privada. Suas instalações ocupam uma área de mais de 120 mil metros quadrados de edifícios e hangares, de onde já saiu uma produção acumulada superior a dois mil aviões.

Dos 15 tipos de aeronaves que produz, de pequenos monomotores como o EMB-712 Tupi, até o EMB-110 Bandeirante, turboélice bimotor ao jato EMB-326 Xavante, os mais conhecidos atualmente são o Bandeirante e o Xingu. O primeiro é a aeronave mais vendida no mercado internacional e responsável pelo faturamento de cerca de 40 milhões de dólares no ano passado. O Xingu começa este ano a sua ofensiva comercial no exterior e já tem um **handicap**: Nada menos do que 35 unidades foram vendidas para a Força Aérea francesa, além de cinco unidades vendidas para a Sabena, na Bélgica e o interesse já manifestado pela Lufthansa por mais cinco unidades. Todos esses Xingus serão utilizados como aviões de treinamento para pilotos militares e comerciais e a Embraer explica que a razão da escolha ter recaído sobre o avião brasileiro é que ele dispõe de avançado equipamento eletrônico e ser suficientemente robusto para agüentar qualquer tipo de operação.

No ano passado, das 42 unidades produzidas do Bandeirante, 90% foram comercializadas no exterior, gerando uma receita de 60 milhões de dólares. O Bandeirante está sendo vendido tanto a países tradicionalmente exportadores de aviões como os Estados Unidos, Inglaterra e França, como para países distantes, como Papua, Nova Guiné e Austrália. Para a Embraer, o mercado mais promissor atualmente é o dos EUA, onde o Bandeirante praticamente não tem concorrentes e onde a frota já neste ano superará a da Inglaterra, que possui 14 unidades e é a maior frota fora do Brasil.

Para o diretor-presidente da Embraer, Sr Osires Silva, a meta dos 100 milhões de dólares de exportação poderá ser conseguida caso sejam mantidos os ritmos de comercialização do Bandeirante e do Xingu. "A Embraer hoje está com seu nome consagrado no mercado internacional pelos excepcionais desempenhos do Bandeirante e do Xingu", lembra o diretor. Essa afirmativa ele faz com base no recente encontro que teve com os principais operadores do Bandeirante em todo o mundo durante um simpósio realizado no Rio de Janeiro.

Durante esse encontro, a Embraer mostrou, pela primeira vez, o **mock-up** do EMB-120 Brasília aos seus operadores internacionais. O sucessor do Bandeirante nas empresas aéreas regionais será um bimotor, turboélice, pressurizado, com capacidade para transportar 30 passageiros, sem escalas, por três etapas consecutivas de 160 quilômetros.

Primeiro vôo

No plano técnico, o maior objetivo da Embraer neste ano é o vôo, no dia 19 de agosto, do protótipo do T-27, turboélice de treinamento militar básico que a empresa está desenvolvendo para a FAB e para o qual tem muitos planos de exportação, principalmente porque atualmente o mercado está carente desse tipo de aeronave, uma vez que os países mais desenvolvidos partiram para treinamento com jatos, o que está cada vez mais antieconômico e inviável com a crise de combustíveis.

O T-27 substituirá na Academia de Força Aérea os aviões T-37, da Cessna. Atualmente, os setores técnicos da Embraer estão envolvidos com as seguintes atividades, face ao objetivo de voar o avião no dia 19 de agosto: fabricação de ferramental, gabaritos e peças primárias: produção do "Canopy", acabamento da maquete-mãe; projeto geral e traçagens de estruturas primárias e implantação dos sistemas hidráulicos, elétricos e eletrônicos do protótipo. Segundo o Departamento Técnico, até o momento todos os itens do cronograma de produção do protótipo estão dentro dos prazos estabelecidos.

Murillo Souza Telles, diretor administrativo das "Lojas Americanas"

Evolução das vendas mostra que o comércio varejista não se ressente da inflação

Apesar das dificuldades apontadas por alguns setores da economia, o comércio varejista de bens de pequeno valor não se parece ressentir de problemas como o da inflação, a julgar, por exemplo, pelos resultados que vêm sendo experimentados pela Lojas Americanas S/A, cujas vendas nos primeiros nove meses do atual exercício — julho de 1979 a junho de 1980 — evoluíram nada menos do que 67%.

A observação é endossada pelo diretor-superintendente da empresa, Raul Freitas de Oliveira, ao assinalar que no mês da abril o crescimento fixou-se em 84% — na comparação com idêntico período do ano passado — enquanto em maio a evolução foi ainda maior: 89%. A previsão é de que o total para todo o exercício alcance os Cr$ 13 bilhões de vendas, superando em aproximadamente 69% os Cr$ 7,7 bilhões anteriores.

CRENÇA E EXPANSÃO

O próprio programa de expansão da Lojas Americanas S/A é prova inquestionável da segurança com que a empresa encara o seu futuro, segundo assinala o seu diretor administrativo, Murillo Fonseca de Souza Telles. "Durante o exercício que se está encerrando, realizamos investimentos da ordem de Cr$ 400 milhões, que ampliaram em cerca de 12 mil metros quadrados — aproximadamente 16% — a área total de vendas existentes em 30 de junho do ano passado, de 74 mil 500 metros quadrados".

Entre as principais atividades desenvolvidas durante o período, encontra-se a reforma da loja da Rua do Ouvidor, no Rio de Janeiro, e a ampliação da loja de Curitiba — inaugurada recentemente — que teve mais do que duplicada a sua área real de vendas (de 1 mil 500 para 4 mil metros quadrados).

Além disso, foram inauguradas quatro novas unidades, elevando para 45 o número de lojas existentes em todo o País. a do Shopping Center de Belo Horizonte, com área de 2 mil 400 metros quadrados, escadas rolantes e ar condicionado; a do Shopping Center Iguatemi-Campinas, de especificações idênticas à anterior; a de Maringá (PR), com 1 mil 700 metros quadrados de área de venda; e a de Maceió, com 1 mil 750 metros quadrados.

Murillo Fonseca de Souza Telles salienta que, permanentemente, a empresa está estudando a possibilidade de abrir novas unidades, de acordo com um planejamento que leva em consideração cidades cujo mercado potencial seja digno de atenção. É constante também a preocupação com a racionalização de serviços, em termos administrativos e operacionais. Responsável pela introdução no Brasil, de forma regular, do trabalho feminino nos balcões de atendimento ao público, a Lojas Americanas S/A — criada há 51 anos — possui, ainda, inúmeras outras características que em geral são desconhecidas do público. Poucos sabem, por exemplo que, computando-se as instalações existentes em todas as suas unidades, ela possui a mais extensa rede de lanchonete do País, responsável por aproximadamente 8% do faturamento global da empresa.

PROGRAMA REVISTO

Embora o assunto ainda vá ser debatido pelo Conselho de Administração da empresa, Raul Freitas de Oliveira adianta que inúmeros projetos já foram desenvolvidos para implementação no exercício que se inicia no dia 1º de julho, quando, na sua opinião, o faturamento bruto poderá alcançar a casa dos Cr$ 25 bilhões.

Já foram celebrados, por exemplo, contratos para a instalação de uma loja em Joao Pessoa, com área construída global de 6 mil 367 metros quadrados, dos quais 2 mil 292 correspondentes à área de vendas, dotada de estacionamento e ar condicionado central; uma em Natal, em prédio de quatro pavimentos, sendo dois para salões de vendas e os demais para instalações secundárias, com ar refrigerado e escadas rolantes.

No Rio de Janeiro deverá surgir uma nova loja, no Shopping Center da Barra da Tijuca, com 3 mil 300 metros quadrados de área de vendas inicial e previsão para um acréscimo futuro. Este shopping será o maior do País, contando com a presença de inúmeras outras empresas de grande destaque, como a Sears, Mesbla, C&A e Casa José Silva. A sua inauguração está prevista para setembro de 1981. E a loja de Copacabana — uma das mais rentáveis da empresa — será ampliada de 1 mil 200 para 1 mil 500 metros quadrados de área de vendas.

Além disso, estão previstas ampliações para Campo Grande (MS), de 1 mil 600 para 2 mil 400 metros quadrados; Santos, com mais um andar, que elevará o total de 1 mil 800 para 2 mil 700 metros quadrados; Volta Redonda, mais 900 metros quadrados; e Belo Horizonte. Encontra-se em estudos, também, uma possível instalação no Shopping Center Morumbi, em São Paulo.

Conforme explica Raul Freitas de Oliveira, a empresa manterá a mesma linha, que sempre seguiu, de não se endividar, realizando todos os investimentos com recursos próprios. "Como não vendemos a crédito, o nosso giro de recursos é bastante elevado, muito embora tenhamos uma considerável imobilização permanente em estoques dos mais de 70 mil itens que comercializamos".

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA

Perspectivas do setor industrial para 1980

No quadro atual da economia brasileira destaca-se como medida inadiável compatibilizar três metas prioritárias: a redução da taxa inflacionária a nível suportável, o equilíbrio na balança comercial e a manutenção do crescimento econômico. O ajuste na conta de comércio permitirá neutralizar a crescente deterioração das contas externas e a contínua expansão das taxas de investimentos é condição básica para que se continue a ampliar novos empregos.

Não é fácil a tarefa de atingir estes três objetivos de forma simultânea. Ela exige dos dirigentes e das autoridades responsáveis pela economia um elevado grau de sensibilidade e discernimento, alem de um clima favorável e necessário apoio político. O espaço para manobras é, no entanto, extremamente reduzido neste momento.

É pacífico o fato de que o combate à inflação assume maior importância à medida em que esta, quando excessivamente elevada, torna-se obstáculo à consecução do objetivo de crescimento econômico. Este combate vem sendo travado em várias frentes. Ampliam-se os controles de preços e adotam-se políticas fiscal e monetária mais rígidos. A ortodoxia no controle monetarista da inflação, baseado simplesmente na contenção dos meios de pagamentos, poderá levar o país a mergulhar no poço da recessão. Além disso, a restrição da liquidez, assim como o próprio processo inflacionário, tendem a penalizar desigualmente os agentes econômicos de menor poder.

Para as pequenas empresas, a disponibilidade de crédito é fator de sobrevivência. Para os trabalhadores, a menor procura de bens e serviços que a restrição monetária induz, provoca, por outro lado, um estreitamento do mercado de trabalho. As grandes empresas, por seu turno, além de se constituirem clientes preferenciais do sistema bancário, têm capacidade, na maioria dos casos, de gerar internamente recursos suficientes para manter o seu nível de produção.

Para se obter o reequilíbrio das contas externas, papel preponderante deverá caber ao incremento das exportações. O ano de 1979 registrou um déficit recorde em conta corrente, ao passo que a contenção das importações vem sendo seguida sem grandes resultados. Se esta restrição for levada além de determinado limite poderá pôr em risco o próprio crescimento da economia.

A longo prazo, uma política energética adequada poderá representar ganhos ponderáveis no caso das contas externas, mas a resposta mais eficaz para o desequilíbrio comercial continuará por muito tempo na expansão acelerada das exportações.

É de se notar que, no processo de crescimento da economia, a maior utilização da capacidade ociosa existente nos diferentes setores como forma de expandir a oferta agregada é medida cujos resultados são de curta duração, já que a plena ocupação dos equipamentos é atingida rapidamente. Daí por diante novos investimentos serão necessários para expansão da capacidade produtiva. A restrição de crédito, como forma principal de combate à inflação, poderia levar a uma retração dos investimentos, o que implica a médio prazo no surgimento de pontos de estrangulamento na oferta de produtos, provocando em mais inflação futura.

O Governo reafirma a intenção de promover aplicação de significativo volume de recursos públicos em setores sociais, o que resultará na rápida ampliação da oferta de habitação, saúde e saneamento, com vistos a beneficiar a população de baixa renda. No conjunto destas diretrizes pretende-se, paralelamente ao desenvolvimento tanto industrial como agrícola, criar, onde for adequado, condições para a utilização mais intensiva do fator trabalho. Daí a ênfase e a prioridade reservadas aos projetos que impliquem em expressivo geração de empregos.

Como consequência desta orientação geral, a composição da oferta industrial deverá ser naturalmente alterada. Setores cuja produção não envolva elevada importação de matérias primas ou componentes deverão se estimulados a produzir mais. O inverso acontecerá com empresas que dependem substancialmente de importações: terão de reduzir o ritmo de expansão de suas operações, ou buscar internamente suprimentos alternativos.

No seu aspecto global, a estratégia formulada pelo Governo atual reverte a orientação básica anteriormente adotada. Ao invés de um crescimento mais lento, principalmente do setor industrial, pelo menor durante alguns anos, optou-se por outras formas para se contornar problemas como a inflação e o desequilíbrio nas contas externas. A estratégia formulada elegeu como setores prioritários para o crescimento acelerado a agricultura e a produção doméstica de energia.

A política de se combater a inflação e, ao mesmo tempo, incrementar o desenvolvimento a taxas elevadas, baseia-se essencialmente na constatação da existência de capacidade ociosa na economia brasileira.

No entanto, duas questões básicas se colocam diante da estratégia escolhida:

1. será possível aumentar a produção agrícola destinada aos mercados doméstico e externo, sem prejuízo do abastecimento interno?

2. qual seria a taxa máxima de expansão do produto industrial, isto é, a partir de onde a oferta não conseguiria acompanhar o crescimento da demanda, resultando, portanto, em pressão inflacionária?

O Governo procura enfrentar o problema agrícola através de uma política de maciço incentivo à produção, buscando ainda conquistar a confiança dos agricultores. Acreditam as autoridades que a agricultura responderá rapidamente e, em grande escala, a estímulos adequados de preços e créditos.

Um dos fatores que motivaram a opção do crescimento acelerado é a experiência da economia brasileira nas últimas décadas, segundo a qual não existe evidência de relação de causa e efeito entre inflação e desenvolvimento. Daí tornar-se plenamente válida a opção de compatibilizar crescimento e combate à inflação.

No campo da política monetária as autoridades estabeleceram que o crescimento dos meios de pagamento não deverá superar 50% ao ano, enquanto a oferta de crédito terá sua expansão limitada a 45%. Estas medidas são reflexos da necessidade inadiável de se buscar por todos os meios a contenção do processo inflacionário. Procura-se financiar tanto quando possível o déficit governamental, em sua concepção mais abrangente, através de medidas como a ampliação do campo de atuação do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) e simultânea elevação das alíquotas já em vigor, e a imposição do empréstimo compulsório sobre rendimentos não tributáveis, basicamente ganhos de capital, superiores a um determinado peso.

Reconhece-se que a manutenção do ritmo de crescimento da economia com a simultânea redução da taxa de inflação a níveis aceitáveis dependerá em larga escala da utilização criteriosa das políticas monetárias e fiscal.

A INDÚSTRIA E O COMBUSTÍVEL

Na busca de soluções alternativas à utilização industrial do petróleo, o que imediatamente fica evidenciado é que seus efeitos atuam sobre toda a indústria. Ele é hoje, direta ou indiretamente muito sensível ao problema energético.

O caso da construção civil, por exemplo, é bastante expressivo. Na realidade, o setor não é um grande consumidor de petróleo, ainda que ele seja utilizado em máquinas e, principalmente em equipamentos de transporte. Assim, embora a construção não seja grande consumidora em si de produtos petrolíferos, seus insumos mais importantes, como o cimento e produtos siderúrgicos, o são, o que, em última análise, é quase a mesma coisa. E neste caso estão também as montadoras de veículos, a indústria farmacêutica, a de construção naval e uma série de outros ramos industriais.

A nível global do país, a implantação de processos alternativos de utilização energética, a esses segmentos industriais, não representaria resultados expressivos. É possível ainda que nem justificassem as inversões realizadas para efetivá-la. Para os empresários que atuam nesses setores, o grande problema que a crise energética traz consigo, diz respeito à possibilidade de queda na oferta de seus insumos principais ou de uma acentuada elevação em suas cotações.

Embora influenciados por toda uma conjuntura desfavorável, a solução do problema não lhes está diretamente afeita, e qualquer contribuição que possam oferecer será minimizada face à disparidade entre os efeitos que serão obtidos e aqueles que podem decorrer de uma modificação na estrutura de consumo dos setores que se utilizam intensivamente dos derivados de petróleo no processo de produção.

Seria possível dividir a indústria em termos de consumo de petróleo em dois grupos. O de utilização intensa e outro — que emprega como isumos os produtos originários das unidades do primeiro grupo.

Com relação aos setores grandes consumidores de combustível — cimento, siderurgia, cerâmica, papel e celulose etc — quase que todos já dispõem de programas para a substituição do óleo por fontes alternativas de energia. Embora tecnicamente viáveis, esses programas têm esbarrado no elevado montante de investimentos exigidos, bem como na origem e condições de liberação dos recursos.

Um dos problemas, que tem tornado a substituição menos rápida do que seria desejável, e a existência de uma certa falta de definição dos programas governamentais voltados à produção dos insumos energéticos alternativos necessários ao atendimento de novas escalas de demanda. O carvão e o álcool, as principais opções, ainda têm seus programas constantemente questionados. Além disso, suas metas são muitas vezes revistos, o que provoca uma certa falta de confiança no empresariado, preocupado de não dispor de um fornecimento compatível com suas necessidades, após a conversão de suas máquinas.

As várias opções que existem para o emprego do carvão como substituto ao óleo demonstram a viabilidade deste processo alternativo. Mas, paradoxalmente, acrescentam mais uma dificuldade ao problema: a escolha do melhor entre elas. Ao considerarmos o gasoduto como o mais vantajoso, apenas está-se refletindo a opinião da maioria dos estudos sobre o assunto. Mas, todos são exequíveis tecnicamente.

Essa possibilidade de alternativas viáveis tem tornado difícil a execução de um plano global para o carvão e esta indefinição, apesar de compreensível, tem minimizado o interesse na conversão dos equipamentos. A preocupação com o fornecimento de insumos energéticos é vital para o empresariado, cujo receio de uma parada de suas máquinas por falta de combustível é mais que justificável.

Outras alternativas, também viáveis econômica e tecnicamente, existem e podem ser desenvolvidas. Assim, deve ser programada a produção de óleos vegetais para mistura de diesel; aumento de produção de etanol, não só a partir de cana, mas também de madeira e outras biomassas, que pode ser usado misturado ao diesel ou em sua substituição, com aditivos; produção de diesel a partir do carvão mineral; aumento de produção do xisto pirobetuminoso; além de uma possível substituição do diesel por metanol.

Deste modo, a parte técnica do problema energético está bastante bem equacionada. Não só existem alternativas ao uso do petróleo, como em alguns casos, as opções são várias. O que falta resolver são os problemas econômicos, neste caso, tanto o das empresas como os dos programas governamentais de produção de insumos combustíveis.

A experiência tem mostrado que a tecnologia de substituição tem sido desenvolvida, em grande parte, pelas empresas interessadas. O empresariado de um modo geral tem procurado dentro de suas fábricas buscar as melhores soluções específicas. Com o passar do tempo, as melhores e mais eficientes soluções serão copiadas e desenvolvidas, criando-se um **know-how** nacional altamente desenvolvido. Mas, a tecnologia não é tudo, já que para sua implantação são necessários investimentos muitos vezes elevados, sem o que a implantação do novo processo incorre em riscos muito elevados.

Outro ponto importante a ser considerado na adoção de combustíveis é quanto a sua influência no custo da produção. À parte os dispêndios para a instalação do sistema, o seu uso oneraria o custo final do produto. Isto porque os seus preços reais são comparativamente mais elevados que os dos derivados do petróleo.

Para que possam ter suas cotações compatíveis, é necessário que seja estabelecida uma política realista de preços, para que insumos não derivados do petróleo se tornem competitivos e atrativos em termos industriais.

Desde que superados estes dois problemas — fornecimento garantido e preços compatíveis — as soluções substitutas para óleo importado são perfeitamente viáveis. Não só do ponto-de-vista técnico mas também econômico. E é de interesse do empresariado que esta substituição se realize no menor prazo possível, não só em função dos benefícios que dela surgirão para a economia nacional, mas também por livrarem-no do incômodo ônus pela importação de custos adicionais. Estes custos decorrem das freqüentes e imprevisíveis altas internacionais do petróleo.

Empresário diz que dificuldades não são problema só do Governo

O vice-presidente executivo da Bombril S/A, Fernando Ferreira, disse que as dificuldades econômicas e sociais que o país enfrenta atualmente não são um problema exclusivo do governo. "As soluções para os obstáculos não serão encontradas pelo Executivo, se ele tiver de agir sozinho; ao contrário, essas condições adversas somente serão superadas através de um trabalho cooperativo, em que se empenhem todas as classes trabalhadoras, empresariais e políticas".

O empresário — dirigente de uma companhia de capital 100% nacional — vem acompanhando de perto as análises sobre o desempenho da economia brasileira e qualificou de "incríveis" as opiniões que indicam a iminência de uma recessão econômica para o Brasil. "Não entendo como alguém pode falar de recessão diante de uma safra gigantesca, de mais de 50 milhões de toneladas de grãos e do montante de crédito que vem sendo canalizado para o setor agrícola".

COMBATE À INFLAÇÃO

Quanto às medidas antiinflacionárias, que visam a desaquecer a demanda, prosseguiu, não restam dúvidas de que o governo, tendo nas mãos os instrumentos para aferir a sua profundidade e influência sobre a atividade econômica, certamente não permitirá que as empresas e os índices de emprego sejam prejudicados ao ponto de uma recessão, o que, aliás, as autoridades têm assegurado com freqüência.

"É preciso lembrar que o objetivo do governo é, tão-somente, reverter a tendência altista da inflação, sem abandonar o gradualismo". É com esse espírito que Fernando Ferreira conduz a Bombril, ou seja, com o sentido de enfrentar as situações de escassez, com o uso das próprias forças de mercado.

Em sua opinião, o papel da sociedade brasileira, nesta fase de transição da economia, deve ser o de colaborar com os propósitos que perseguem a redução da inflação, já que, do contrário, o país estará sujeito apenas a acréscimos meramente nominais e enganosos de crescimento e de justiça social.

Do lado do governo, ele explica que deve prevalecer a observância da distribuição equânime dos ônus do combate à inflação, principalmente no que concerne à fixação de aumento de preços para matérias-primas e produtos acabados, os quais precisam continuar mantendo a correlação de sempre, a fim de que produtores e indústrias possam suportar o peso dos custos. Se não for assim, ocorrerá apenas um fenômeno de transformação do caráter dominante da inflação, hoje de demanda, para o de custeios.

FORÇAS DE MERCADO

Fernando Ferreira explica que as forças de mercado de que fala são as mesmas que ele utilizou para vencer situações nem sempre favoráveis em 1979 e neste início de 1980. Trata-se da força de penetração do produto que responde por cerca de 70% das vendas da empresa, a esponja de lã de aço Bombril.

Ele adianta que a população sabe que a Bombril é uma empresa essencialmente nacional, que optou pela fabricação de um produto cujo preço é baixíssimo, colocando-se, portanto, ao alcance de todos, sem artifícios de sofisticação para atrair o consumidor e sim valendo pelo que tem de utilidade real.

"É esse o tipo de produto que interessa ao povo ver no mercado, numa hora em que o supérfluo deve ser eliminado de nossas casas", acrescenta o vice-presidente executivo da Bombril. Se os nossos resultados contábeis não são melhores — esclarece — é porque refletem uma conjuntura que é desfavorável para todos, numa demonstração de que estamos construindo as bases para um futuro próximo muito melhor.

"Eles traduzem o esforço necessário ao combate à inflação, ao reequilíbrio do balanço de pagamentos, ou melhor, a parcela de colaboração da parte do empresariado. Isto não significa, porém, que pregamos o imobilismo, e tanto é assim que as vendas cresceram em 1979, um ano em que, por força da necessidade dos controles de preços, os aumentos que nos foram concedidos não se comparam com os de exercícios anteriores", comentou.

BRASILEIRO MESMO

Para melhor situar a Bombril no contexto nacional, Fernando Ferreira assinala que "formamos uma empresa brasileira, cujos proprietários são todos nascidos no Brasil e sem qualquer vínculo com outras nações, a não ser de caráter comercial, em virtude das nossas exportações, o que, em outras palavras, significa carrear divisas para o país".

A Bombril foi fundada em 1948, por Roberto Sampaio Ferreira, a quem, o país deve a construção de um empreendimento que hoje distribui quase quatro mil empregos direto, sendo responsável, portanto, pela manutenção de, pelo menos, 16 mil brasileiros.

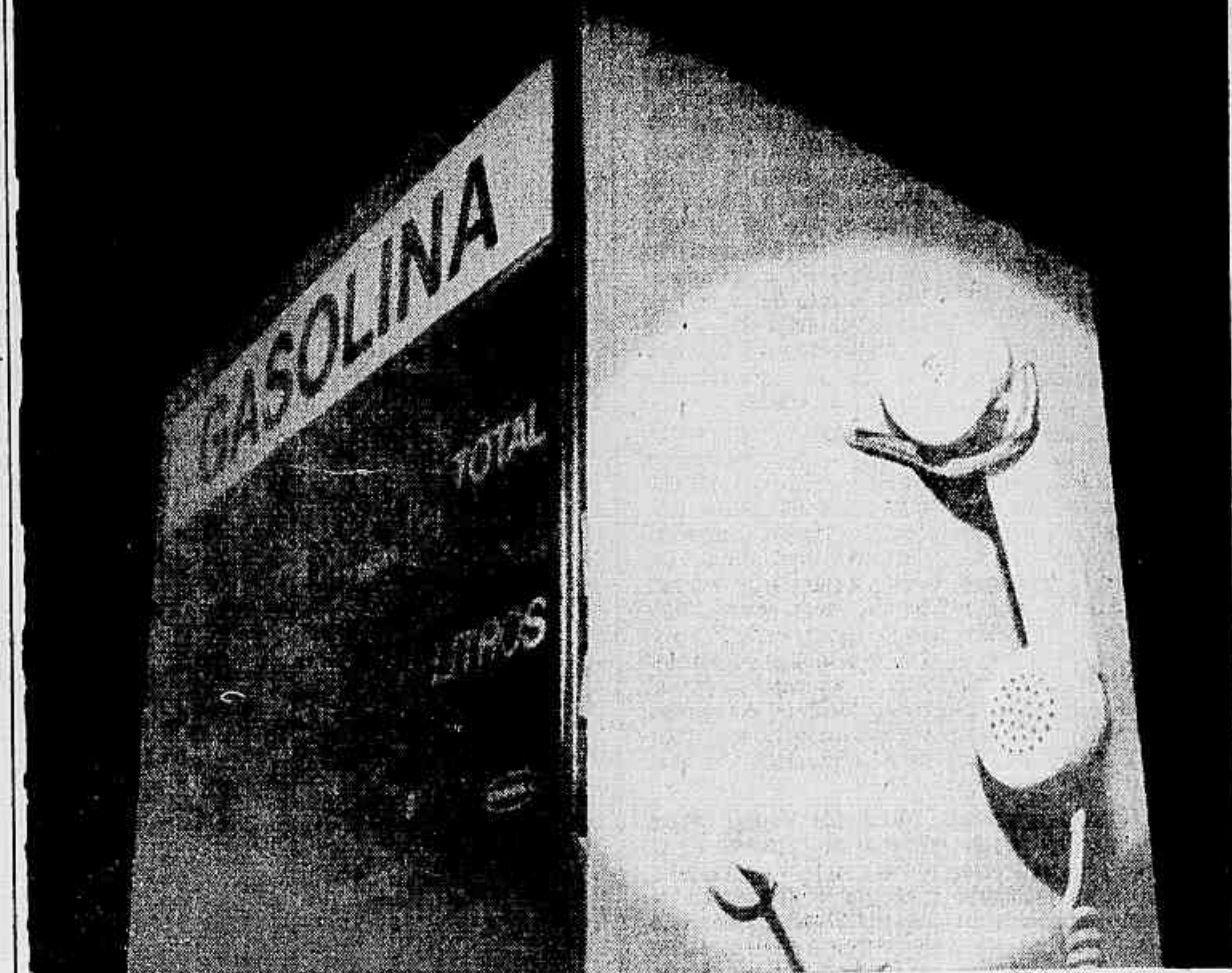
"Para dar uma idéia do que seja a Bombril, em termos industriais, posso informar que nós cosumimos nada menos do que 10% da produção de trefilados da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira. Com isso, lançamos no mercado 3 mil 300 toneladas de esponjas de aço por mês, no que não encontramos paralelo em nenhum lugar do mundo, já que a segunda maior fábrica está situada nos Estados Unidos, onde produz apenas 800 toneladas mensalmente", diz Fernando Ferreira.

Ele afirma que não é por outra razão que alguns concorrentes constumam espalhar que nós somos uma multinacional. "É claro que, mesmo eles se impressionam com o fato de o Brasil possuir um empreendimento desse vulto sem a ajuda de capital estrangeiro. Mas é assim mesmo. E é porque somos brasileiros e estamos no Brasil que temos disposição para enfrentar as dificuldades, apertados entre o dever de obedecer aos controles de preços e os grandes concorrentes estrangeiros."

MARCA DE VALOR

A concorrência a que Fernando Ferreira se refere não ocorre apenas no âmbito do mercado. Ele explica que a marca Bombril é notória, ou seja, ela serve para designar não apenas um produto fabricado por uma empresa, mas todos os produtos daquele tipo, produzidos, inclusive, por outras indústrias.

"Numa avaliação feita por organismos especializados, ficamos sabendo que esse nome vale, pelos menos US$ 50 milhões — Cr$ 2,5 bilhões aproximadamente — como marca. É natural, portanto, que tratemos de defender essa marca, pois, do contrário, estaríamos negando a nossa própria qualidade de empresários", diz o vice-presidente executivo da empresa, assinalando que Bombril é a única marca notória essencialmente brasileira e, por isso mesmo, deve ser considerada com um patrimônio inestimável, a ser defendido "não só por nós, mas por todos os brasileiros".

Afirmou que é por isso que rechaça, com rigor, as inumeras tentativas de imitação de que, repetidamente a empresa tem sido vítima. Explicou que elas partem de pessoas que querem se aproveitar de um conceito firmado, com esforço e capital, ao longo dos últimos 32 anos. O último caso que a Bombril enfrentou foi com uma empresa, já falida, de Minas Gerais. "Gostaríamos que isto não mais se repetisse."

FIEP quer que o Governo diga as regras do jogo

Recife — "Atualmente, quando transformações de ordem econômico-social se processam num mundo estarrecido diante de uma inflaçao que desafia os economistas clássicos, neo-clássicos e monetaristas, urge que se estabeleça a nivel interno um dialogo mais franco entre governo e empresários. Faz-se necessário que o Governo diga quais são as regras do jogo para que o empresariado possa assumir uma posição".

Antonio Carlos Brito Maciel, empresário, 36 anos, presidente da Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco, diz o que o empresariado espera do Governo Central e mostra as dificuldades que se apresentam no momento, para os produtores.

— "As constantes mudanças nos rumos da economia levadas a efeito nos ultimos seis meses geraram uma insegurança de tal ordem no mundo dos negócios, que torna-se de todo impossivel fazer quaisquer projeções por mais de 90 dias. Ao mesmo tempo em que se cria atraves da nova lei de S/A a obrigatoriedade de promover a incorporação imediata ao capital da empresa da reavalição do ativo, institui-se um empréstimo compulsório sobre as bonificações geradas por este aumento".

— "Ainda não refeita a classe empresarial da maxi-desvalorização determinada no fim do exercicio anterior, que provocou o desequilibrio financeiro de um sem numero de empresas, eis que volta o governo através da elevação das aliquotas do IOF, a introduzir novamente ao endividamento em dólares sem fornecer nenhuma garantia quanto a possiveis maxi-desvalorizações no ano seguinte", afirmou ainda o sr Antônio Carlos Brito Maciel.

— "Ao mesmo tempo em que pretende estabelecer controles rigidos dos preços sobre os produtos acabados, soltam-se as peias dos custos das matérias-primas, combustiveis, energia elétrica, despesas financeiras, etc."

O presidente da Federação das Industrias do Estado de Pernambuco enumera os problemas provados pela politica econômica, na região Nordeste:

— Restringe-se os créditos nas entidades oficiais, provocando quase que uma paralisação nas aplicações nos últimos meses.

— Reduz-se o orçamento do Finor em quase 20% em relação ao exercicio anterior, mesmo sabendo que tivemos uma inflação da ordem de 80% no último ano.

— Prorroga-se os programas do P.I.N. e do Proterra, mesmo sabendo que os mesmos absorvem 50% dos recursos oriundos dos incentivos fiscais.

— Cria-se um empréstimo compulsório incidente sobre os rendimentos não tributaveis do exercicio anterior, quando se sabe que tal medida penalizará de forma contundente a atividades agricola e industrial, porquanto pela própria legislação do imposto de renda, os excessos da Cedula G e as Reavaliações de Ativo, de valores substanciais, verificaram-se exatamente nas fases de grandes investimentos.

Diante destes fatos — diz o presidente da FIEP — o que a classe empresarial do Nordeste espera do Governo federal, é que seja estabelecido a partir de quando o Nordeste passara a ter "o decantado tratamento diferenciado".

HISTORIA DA ECONOMIA REGIONAL

O Sr Antonio Carlos Brito Maciel divide a atuação da Sudene em duas etapas: "A primeira de 1960 ate 1967, onde existiam recursos orçamentarios, possibilitanto ao aludido órgão, o inicio de um processo de desenvolvimento da região, caracterizado inicialmente pela formação de uma equipe com o nivel necessario ao desempenho de uma tarefa de tamanha envergadura, qual seja, a de fazer acordar uma economia em processo de estagnação há mais de 200 anos. Apesar de todos os percalços, conseguiu a SUDENE não só a formação de uma equipe, como também a formação de uma mentalidade empresarial, trazendo com isso a implantação de um sem número de projetos industriais e agricolas que através de novas técnicas e até mesmo **know-how** importado, modificaram em muito a fisionomia da região".

"Cabe acrescentar que em decorrência de uma demanda cada vez mais crescente, implantaram-se um sem número de escritórios de pesquisas, de projetos, de consultoria, etc., criando com isso uma grande fonte de empregos no setor terciário".

Para o presidente da FIEP, quando a economia regional começava a despontar em todos os seus setores, "eis que inicia-se a segunda fase", a de cortes sistemáticos de recursos, começando pela Constituição de 1967, que suprimiu a participação da SUDENE e do BNB no orçamento tributário da União, e, em seguida, em 1970, com a criação do P.I.N. e, em 1971, com a criação do Proterra, tendo só estes programas absorvido 50% dos recursos dos incentivos.

— "Posteriormente, em 1974, criaram-se os fundos setoriais, passando o Norte e o Nordeste a concorrer com as regiões mais desenvolvidas na captação dos recursos de incentivos, sendo o resultado desta disputa desigual — a SUDENE, que outrora participava com 100% do total dos incentivos, teve sua participação reduzida para 20% deste total, situação que permanece até hoje".

Nestas condições, afirma o sr Antônio Carlos Brito Maciel dentro dos recursos que teve a sua disposição para promover uma tarefa das mais abrangentes, a SUDENE tem agido de forma destacada, na identificação de prioridades e no estabelecimento dos criterios mais validos para o seu atendimento, tendo conseguido despertar todas as forças vivas da região, levando-a a experimentar indices de crescimento industrial que chegaram a superar os obtidos na mesma época, pela nação como um todo. No que concerne ao problema social, "não é possivel negar que o crescimento tem se mostrado impotente para conter as migrações constantes das populações interioranas para as capitais, os desajustes sociais e o desemprego".

— "Contudo, com os trabalhos que vêm sendo realizados na zona semi-árida, na identificção de culturas mais resistentes aos fatores climáticos adversos, na pesquisa de recursos hidricos e nos projetos de irrigação, através dos programas do Polonordeste e Projeto Sertanejo, espera-se conter o exôdo rural, obtendo-se uma melhor distribuição dos beneficios do desenvolvimento, com conseqüente diminuição da pobreza absoluta e do desemprego.

Ressaltou que, enquanto se dá especial ênfase a paralisação de algumas indústrias, deixa-se de destacar o fato de que do total investido até hoje em projetos dos mais variados setores, "teve a SUDENE insucesso em 17.4% dos projetos e em apenas 5.6% dos investimentos realizados."

TRATAMENTO DIFERENCIADO

O presidente da Fiepe afirma que, apesar dos inumeros problemas econômicos do País, a região Nordeste deveria ser tratada, de fato, de maneira diferenciada, o que não tem acontecido.

— "A partir de 1979, com a posse do General Figueiredo, renovaram-se as esperanças, porquanto dentre as prioridades anunciadas à nação pelo Presidente, destacava-se a diminuição das disparidades regionais. Ainda repercute em todo o Nordeste o discurso pelo Presidente no auditório da SUDENE, e as medidas anunciadas em seguida pelo Ministro Andreazza, todas elas tendentes ao fortalecimento da economia regional."

"Passado este primeiro ano, constatamos que, apesar do esforço que tem sido desenvolvido pelo Ministro Andreazza, face a diversos problemas econômicos que passou a nação a conviver, vendo-se forçada de um lado a flutuar entre a recessão e a hiper inflação e de outro, a manter em nivel elevado a produção de produtos exportáveis e realizar grandes investimentos na busca de novas alternativas energéticas, que o Nordeste, inicialmente tido como prioritário, passou a ser tratado, dentro das soluções globais, preconizadas para o Pais como um todo".

"Em nenhum momento podemos desconhecer a gravidade da situação e a necessidade de um esforço coletivo na busca de soluções urgentes para os nossos principais problemas. Contudo, entendemos que uma região como a nossa que pesa tão pouco nos dispêndios da nação não pode ser tratada em pé de igualdade com as demais, no que tange a: restrições de créditos, principalmente nos Bancos oficiais, retiradas de subsídios, empréstimos compulsórios, tão em moda hoje em dia e cortes em programas governamentais".

DESNÍVEIS

O empresário fala sobre os desniveis intra-regionais de renda, e da posição em declinio do Estado de Pernambuco, frente a outros estados da região, na luta pelo desenvolvimento.

— O crescimento da região na forma como processado, isto é, procurando paralelamente despertar o empresariado local e trazer investidores de outras regiões, teria que criar desniveis intra-regionais, porquanto Estados mais desenvolvidos, com uma vocação empresarial já definida e com condições de infra-estrutura bem mais propicias, necessariamente atrairiam com mais facilidade os novos investimentos.

— "Contudo, na medida em que Pernambuco, Ceará e Bahia destacavam-se dos demais, absorvendo mais de 80% dos recursos de incentivos, o Estado de Pernambuco, que outrora liderava o comércio regional, constituindo-se num pólo regional de abastecimento para os demais Estados da região, graças à falta de unidade da classe empresarial e ao imobilismo da classe politica em sua maioria, vem nos últimos dez anos experimentando sinais de declinio, sobretudo quando parametrado aos índices de crescimento alcançados no mesmo periodo pelos Estados da Bahia e Ceará".

"Hoje, com a inclusão nas metas do novo Governo, de grandes projetos industriais, como a ALUNE e a LAMINAÇÃO, com a implantação em ritmo acelerado do Complexo de Suape e dos Projetos de Infra-Estrutura na zona Semi-arida, especialmente o Projeto Asa Branca e ainda com a busca de maior entendimento entre o Governo e a classe empresarial, esperamos que Pernambuco volte a ocupar, dentro em breve, o lugar que lhe cabe na economia regional", concluiu o Sr Antonio Carlos Brito Maciel.

A irrigação da lavoura canavieira fluminense

O período de safra canavieira, no Estado do Rio de Janeiro, estende-se normalmente de julho a novembro e até dezembro, sendo os métodos de plantio e colheita da cana-de-açúcar, excetuando as indústrias e grandes fornecedores considerados geralmente ultrapassados. O mesmo se pode dizer quanto ao manejo do solo e aos tratos culturais, desde a adubação aos cuidados fitossanitários, sempre deficientes e incorretos. Seja por falta de informações, de recursos financeiros, de oferta adequada, ou, fundamentalmente de estímulos; a assistência técnica à lavoura canavieira fluminense continua muito restrita e ineficiente.

A disponibilidade de solos agrícolas virgens e daqueles recuperados ou em recuperação pelo DNOS, incluídos os vales de São João e Macaé, indicam uma potencialidade de expansão da ordem de 100% para a lavoura de cana do Estado do Rio de Janeiro, que poderá atingir progressivamente 400 mil hectares, sem prejuízo de outras culturas tradicionais e da pecuária. Essa expansão deverá ocorrer naturalmente sob condições tecnológicas mais modernas, com produtividade média da ordem de 60 a 70 toneladas por hectare mas, se medidas de assistência e estímulo não forem oportunamente adotadas e mantidas, a tendência será o rebaixamento também dessa nova área aos atuais níveis exploratórios.

Os métodos empregados no plantio da cana-de-açúcar são, de um modo geral, ultrapassados

ASPECTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS

O valor e a distribuição da terra dizem por si só da importância econômica e social do fator na região. Se para as usinas e alguns poucos fazendeiros maiores representa uma imobilização substancial, para a grande maioria de proprietários ela é praticamente o seu único capital, ao qual agregam anualmente o seu trabalho e os recursos creditícios de custeio. Se os resultados operacionais mal cobrem esses custeios, deixando insignificante recuperação (quando deixam) para o trabalho pessoal, quer dizer que o capital terra fica sem qualquer remuneração ano após ano, desgastando-se pelo uso quase predatório, face à falta de reinvestimentos regeneradores e de técnicos de uso adequados. A ilusão da valorização absoluta pelo fermento inflacionário e a crescente expansão urbana, aliada à tradição patrimonial que representa, confere ainda à terra a magia de posse e domínio, mas à sua exploração cada vez menos encanto, notadamente para os pequenos proprietários. Muitos destes se mantêm na atividade por absoluta falta de alternativas, reais ou aparentes, à sua capacitação pessoal. Mas todos sofrendo um empobrecimento progressivo, já muitas vezes denunciado, que lhes tira todo estímulo e vigor, causa e efeito simultâneos entre outros, do empobrecimento geral da região norte-fluminense.

É óbvio que, sem um melhor uso da terra, justamente remunerado, não se poderá fazer bom uso das instalações industriais, mormente quando estas já têm uma capacidade ociosa. Por isso mesmo, o setor agroindustrial, como um todo, além de empobrecido, está fortemente endividado, com sua capacidade financeira exaurida e seus limites de crédito estourados. Urge pois conferir à lavoura condições modernas de desempenho para que, da sua recuperação, surja o grande impulso recuperador da economia regional. Tão importante quanto o preço compensador para o produto é produzir mais e melhor por área plantada, dando aos bens de origem — terra e trabalho — a justa recompensa. Investimentos e trabalhos adicionais se fazem necessários no melhor preparo do solo, na adubação, nos tratos fitossanitários, nos métodos de plantio e colheita, na pesquisa de novas variedades de cana, na formação de sementeiros e, principalmente, na introdução da irrigação na região. Esta é que irá otimizar e assegurar os resultados de toda a modernização agrícola, porque é a única providência que poderá atuar sobre a variável climática, de todas a mais aleatória e a que vem causando maiores prejuízos.

PAPEL DA IRRIGAÇÃO

O papel básico da irrigação é corrigir as deficiências e irregularidades do suplemento natural de águas às plantas. Sua importância é, assim, função dupla dessa deficiência e do valor econômico e social dependente. Do retorno do investimento e da garantia de produção depende essencialmente da viabilidade da irrigação. Proporcionar a elevação da produtividade e a melhoria de qualidade do produto se ligam à idéia imediata de retorno do investimento, mas assegurar que a cultura se desenvolverá e será colhida quaisquer que sejam as condições climáticas é ainda mais relevante, particularmente quando esta cultura é matéria-prima industrial. A este aspecto está ligada a idéia de prejuízos reais e de lucros cessantes, nem sempre considerados nos cálculos de viabilidade dos sistemas de irrigação e que tem no presente caso invulgar relevância. Essa relevância é ainda maior quando se pensa em dar à agricultura uma função energética, como é o caso da cana.

A série histórica do balanço hídrico dos últimos 50 anos na região de Campos indica um déficit praticamente igual à pluviosidade efetiva, distribuído por todos os meses do ano. A elevada temperatura da região, se por um lado, com uma alta luminosidade, facilita a fotossíntese, por outro lado faz a evapotranspiração potencial superior à precipitação efetiva até nos meses mais chuvosos do verão. Qualquer irregularidade, por atraso ou deficiência dessas chuvas, principalmente no período de crescimento da cana, pode frustrar grande parte da safra, baixando a níveis desastrosos os seus rendimentos agrícola e industrial.

Experimentos que vêm sendo conduzidos na região pelo PLANALSUCAR, utilizando os métodos de aspersão convencional e de gotejamento, tanto na baixada como nos tabuleiros, revelam resultados muito bons, mesmo se referindo a períodos em que as chuvas foram razoavelmente regulares, beneficiando as testemunhas não irrigados. Mesmo assim se pode notar acréscimos da ordem de 70% a 110% na produção de açúcar por hectare, nas variedades mais cultivadas na área. É claro que, em períodos mais irregulares — o que já é uma constância, as diferenças seriam muito maiores, pela acentuada queda nos índices da cultura não irrigada.

Presentemente, a COOPERPLAN (Cooperativa Mista dos Plantadores de Cana do Estado do Rio de Janeiro), com o apoio do Ministério do Interior e do Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas (IICA), vem desenvolvendo pequenos projetos pilotos, da ordem de 20 a 25 hectares, em propriedades de fornecedores, usando o método de sulcos superficiais, também com muitos bons resultados, embora ainda sem nenhuma colheita realizada que permita qualificá-los.

Parece não restar dúvida de que a resposta à irrigação da cana no Norte Fluminense é altamente positiva, certamente por suas qualidades de solo e de clima. Considerando a topografia predominantemente plana ou ligeiramente ondulada, o imenso manancial de água superficial de boa qualidade dos rios Paraíba do Sul, Muriaé e São João, com seus afluentes; as cotas favoráveis em que se situam as terras, pouco elevadas ou abaixo dos níveis mínimos desses rios e sempre acima dos reservatórios natuais de drenagem; a infra-estrutura física especial, constituída por diques, canais e comportas, construída pelo DNOS, com apoio financeiro do IAA; a infra-estrutura geral, estradas, energia elétrica e sistema de comunicação, de boa qualidade, para os nossos padrões; os recursos institucionais disponíveis, representados pelas cooperativas de usineiros e plantadores, pelo PLANALSUCAR, pela FUNDENOR, pelo DNOS, pelas entidades dos sistemas de pesquisas (PESAGRO/EMBRAPA) e de extensão (EMATER/EMBRATER) agrícola, pelos agentes financeiros públicos (BB, BNDE) e privados; os recursos humanos, de todos os níveis, experimentados na cultura da cana na região, que poderão ser facilmente treinados nos técnicos de irrigação e receber o suporte de novos profissionais especializados — todos esses fatores constituem um conjunto favorável, a reclamar talvez uma organização com distribuição de tarefas, mas necessitando prioritariamente de apoio e estímulo oficial, a partir de recursos financeiros, em maior parte creditícios, para sua plena utilização com a implantação progressiva da irrigação.

SISTEMAS E MÉTODOS DE IRRIGAÇÃO

A prática da irrigação vem se desenvolvendo rapidamente nos últimos anos em todo o mundo. Com esse desenvolvimento, novos conceitos e cuidados, sistemas e métodos, materiais e equipamentos vão sendo introduzidos, procurando sempre melhor eficiência e menores custos, de forma ajustada à cultura e às condições locais de clima, solo, capital e mão-de-obra.

O Brasil, muito embora a sua insignificante área irrigada em relação à cultivada (+ — 2%), vem acompanhando de perto esse avanço tecnológico, tanto na especialização de profissionais como na pesquisa e experimentação e na fabricação de materiais e equipamentos.

Basicamente, os sistemas de irrigação reduzem-se a dois: um aberto, em que a água é conduzida à planta por gravidade, através de sulcos no terreno; outro fechado, em que a água é mandada sob pressão por tubulações das quais é aspergida ou simplesmente gotejada às plantas. Mais antiga, a irrigação por sulcos é a mais simples, mais intensiva de mão-de-obra, da qual não exige grande qualificação. Em terrenos planos, pouco permeáveis e com água disponível em cotas mais elevadas, pode requerer menos investimento fixo que qualquer sistema de pressão, embora quase sempre exija mais tempo de implantação e maior intervenção no solo, o que sempre prejudica as áreas já sob cultivo.

Relativamente recente, o sistema de pressão vem apresentando rápida evolução, segundo dois segmentos: aspersão e, mais modernamente, gotejamento. Ambos nos oferecem hoje vários métodos alternativos, permitindo uma correta ajustagem às culturas e condições locais. Assim é que já temos, no Brasil, dos pequenos aspersores convencionais aos grandes autopropelidos, o pivô central é o campo da aspersão; e os mais diversos tipos de gotejadores, diferenciando os métodos de gotejamento.

As pesquisas e os experimentos prosseguem e mais métodos estão sendo concebidos e testados, aqui no Brasil e em todas as partes do mundo, não sendo por isso conveniente raciocinar com investimentos de longa duração, geralmente de maior vulto, porque poderão estar obsoletos antes da sua plena amortização.

O importante é que cada projeto seja tratado especificamente, recebendo o tratamento técnico e a verificação econômica da melhor alternativa, que pode, inclusive, naqueles de maior tamanho, ser a conjugação de vários métodos, cobrindo os sistemas de gravidade e de pressão. Tais projetos necessitam de cuidadoso acompanhamento na sua implantação e na operação, para o que deverá contar com instruções claras e específicas e com mão-de-obra convenientemente treinada em todos os níveis.

INVESTIMENTOS E CRÉDITOS

O custo médio atual (março/1980) para implantação de sistema de irrigação é da ordem de Cr$ 50 mil por hectare. Isto representa uma variação de Cr$ 30 mil para os casos mais simples de sulcos superficiais até Cr$ 80 mil para o mais sofisticado método de gotejamento.

Quanto à operação, há que cotejar principalmente o consumo de água, de energia e mão-de-obra. De um modo geral, gastos maiores no investimento inicial representam economia nesses fatores, isto é, menor custo operacional. Há que ver, portanto, em cada caso, onde economizar. Sem prejuízo, naturalmente, da eficácia global do projeto, no qual entram outros fatores, ligados à planta, ao solo, ao clima e ao tempo de implantação.

Com a média indicada e a possibilidade de irrigar 100 mil hectares nos próximos 5 anos, já beneficiados com a infra-estrutura especial (diques, canais e comportas) construídas e em construção pelo DNOS, o investimento fixo global seria em torno de Cr$ 5 bilhões, sob a forma de crédito aos usineiros e lavradores. Esse crédito deveria ter uma carência de 3 a 5 anos e amortização em 6 a 8 anos, com os juros próprios dos investimentos agrícolas.

Como a irrigação leva consigo natural e necessariamente uma elevação do padrão tecnológico aplicado à lavoura, os investimentos no custeio agrícola também se elevarão e sua liberação deverá ser muito mais desembaraçada, sem o que grandes prejuízos poderão ocorrer. Com efeito, desde o preparo do terreno, o cultivo de mudas, o plantio, a adubação, os tratos fitossanitários, a colheita e o transporte da cana, além da irrigação, se alteram profundamente em qualidade e quantidade, exigindo gastos bem maiores.

RESULTADOS

A esperada produtividade média de 120 toneladas por hectare em 5 cortes nos canaviais irrigados representará um incremento de 75 t/ha sobre a média dos últimos 10 anos na região. Vale considerar ainda, no setor agrícola, a grande importância no alargamento no período de safra, de 5 para 8 a 9 meses, principalmente quando se pensa na produção de álcool. A irrigação possibilitará também, em muitos canaviais, o consorciamento de leguminosas como o feijão e o amendoim, aumentando a renda da terra e a produção de alimentos básicos.

Mas o maior benefício da irrigação estará reservado ao setor industrial, que passará a ter segurança na disponibilidade da matéria-prima, com uma qualidade muito mais positiva, além de uma produtividade que poderá atingir mais de 110 quilos por tonelada de cana. A produção de álcool poderá se elevar de 65 para 75 litros por tonelada de cana.

A integração dos fatores agrícolas e industrial permitirá que o rendimento do solo se eleve de 5 para 15 toneladas de açúcar e de 3 mil para 9 mil litros de álcool por hectare de cana cultivada anualmente, representando acréscimo de 300% no rendimento do capital imobilizado em terras e instalações industriais.

Convém finalmente ter em conta que o grande aumento de oferta de matéria-prima, e, conseqüentemente, da produção industrial, poderá acarretar escala econômica ao aproveitamento de resíduos como o vinhoto e a sobra de bagaço, agregando renda à atividade.

A sazonalidade da agroindústria canavieira não é responsável apenas pelo baixo uso do capital imobilizado. Seu fluxo e refluxo semestral dão o ritmo da economia regional, comandam a circulação do dinheiro e o nível de empregos. Qualquer perturbação de clima ou de mercado — cada vez menos eventual — quebra esse instável equilíbrio, com danosos reflexos em toda a economia regional. Desses danos nenhum é mais penoso que o desemprego e o subemprego, que simplesmente se agravam, porque já se fazem parte natural da sazonalidade, principalmente da lavoura.

A irrigação, ampliando o período da safra, elevando o padrão técnico da agricultura e as receitas operacionais, assegura maior estabilidade e eleva os níveis dos empregos. Este é um aspecto social da maior importância e que não diz respeito apenas à mão-de-obra diretamente ocupada no setor, mas a todos que direta ou indiretamente dele dependem, melhorando a distribuição da renda regional.

Em conclusão, a irrigação da lavoura canavieira não é apenas técnica e economicamente viável, mas necessária e urgente, além de socialmente muito positiva. Ela permitirá melhor utilização do capital já imobilizado em terras, canais e instalações industriais, assegura o retorno lucrativo dos novos investimentos exigidos, eleva o volume de capital circulante, os níveis da tecnologia, dos empregos e salários na região, revitalizando a economia global e particularmente a agroindústria canavieira.

Os investimentos requeridos são relativamente modestos face aos elevados e variados benefícios que poderão promover

Conflitos sociais são naturais no processo de abertura política

"Na medida em que nos encontramos em um processo de abertura política, temos que aceitar como natural o surgimento de conflitos sociais entre os diversos segmentos da Nação. O que, se bem conduzido, nos levará a uma sociedade cada vez mais justa, minimizando, ao longo do tempo, a desigualdade na renda **per capita** nacional, que é, sem sombra de dúvida, o maior desafio que temos, se olharmos o País a longo prazo".

Para Daniel Ioschpe, do Conselho de Administração da Cia. Iochpe de Participações — empresa **holding** do Grupo empresarial de mesmo nome — esta é uma visão bastante realista e positiva do processo atravessado pelo Brasil nos dias atuais. Na sua opinião, cada segmento da sociedade deve participar ativamente do grande projeto nacional, colaborando para a superação das dificuldades existentes, dividindo-se melhor, depois, os resultados entre todos.

TRADIÇÃO NO SUL

Um dos mais tradicionais do Rio Grande do Sul, o Grupo Iochpe tem sua origem há quase 70 anos, em 1913, com atividades no setor madeireiro. Em 1918 foi constituída, efetivamente, a sua primeira empresa, que 20 anos mais tarde se transformaria na Irmãos Iochpe S/A — Indústria e Exportação, hoje uma das maiores exportadoras brasileiras de madeiras em bruto e beneficiadas.

Segundo Ivoncy Brochman Iochpe, outro membro do Conselho de Administração, desde então houve, sempre, uma preocupação de diversificar as atividades do Grupo, à medida que as fases anteriores iam sendo consolidadas. Em 1944, por exemplo, foi criada a Iochpe Exportadora de Pinho S/A, que em 1973 se transformou na Iochpe Trade — Comércio Internacional S/A, acompanhando o surgimento das **trading-companies** no País e colaborando no esforço de comercialização externa. De exportador exclusivo de madeira, o Grupo passou a vender, para terceiros, produtos como aço, têxteis, sucos e artigos de cutelaria.

"A primeira grande diversificação" — observa — "ocorreu em 1968, quando obtivemos as cartaspatentes de uma distribuidora de títulos e de uma financeira, ingressando no sistema financeiro. Em 1970 adquirimos uma sociedade corretora e, finalmente, em 1973, um banco de investimentos, consolidando toda uma estrutura para esta primeira fase de atuação nesse mercado específico."

Ivoncy Brochman Ioschpe não deixa claro, mas a sua colocação revela que o Grupo pretende, a longo prazo, ampliar a sua participação no setor financeiro. De imediato, por exemplo, sabe-se que é aguardado, apenas, o **sinal verde** do Banco Central para o início de operações com uma empresa de arrendamento mercantil (**leasing**), que complementaria as atividades de locação já desenvolvidas por outra companhia do Grupo, a Sernic — Comércio, Representações e Serviços Ltda.

"Estivemos sempre preocupados, também, com o setor agroflorestal, no qual atuamos desde 1954, muito embora a primeira empresa nessa área, a Iochpe Agropecuária do Norte S/A, só tenha sido constituída em 1970. Na prática, possuímos cerca de 70 mil hectares de terras em seis diferentes fazendas, nas quais desenvolvemos projetos de reflorestamento, criação de gado e culturas de arroz, soja e milho, além de uma das maiores plantações de maçãs do país — o que significa dizer que colaboramos para a economia de divisas, já que o Brasil é um tradicional importador deste produto."

Além destas áreas, o Grupo Iochpe se dedica, ainda, ao setor imobiliário, através de empreendimentos que se restringem ao mercado da Grande Porto Alegre, e a atividades industriais, controlando o capital da Indústria de Máquinas Agrícolas Ideal S/A e da Edisa — Eletrônica Digital S/A.

A primeira se dedica à fabricação de colheitadeiras automotrizes e tem como sócios, entre outros, a International Harvester, dos Estados Unidos — fornecedora de tecnologia e um dos maiores grupos mundiais no setor — e a Embramec, subsidiária do BNDE. A segunda atua na área de minicomputadores, com tecnologia da Fujitsu, a maior empresa japonesa do setor.

FILOSOFIA DE AÇÃO

Uma frase do Ministro Hélio Beltrão — "O empresário brasileiro não é um maximizador do seu **portfolio** e sim um indivíduo que conhece o seu negócio e tenta desenvolvê-lo" — é lembrada por Ivoncy Brochman Ioschpe e define bem a postura do Grupo diante do seu próprio processo de evolução.

"Nós não nos consideramos um agregado de empresas em diversos setores. Na verdade, somos um grupo empresarial bem definido, que tem por objetivo transformar-se, a médio prazo, em uma verdadeira corporação, procurando dirigir os seus investimentos para áreas de interesse nacional".

É seguindo esta filosofia, por exemplo, que — embora o dirigente afirme nada ter contra empresas de caráter estritamente familiar — o Grupo Iochpe procurou, nos últimos anos, imprimir uma estrutura completamente profissionalizada nas diversas áreas em que atua, contratando pessoal altamente qualificado para a gestão dos negócios. "Os objetivos de um grupo com as noissas dimensões atuais ultrapassam a capacidade de uma administração exclusivamente familiar. Hoje, temos profissionais contratados em nossas diversas linhas e pretendemos ampliar ainda mais esta estrutura".

FASE DE MUDANÇAS

Para Daniel Ioschpe, o País atravessa, atualmente, uma fase de profundas alterações em sua estrutura social, política e econômica. "Não se pode esperar, por exemplo, que se consiga concretizar um projeto de abertura política da Nação sem que se enfrente certos percalços. A democracia só se aprende através da prática".

"No momento, estamos em pleno reinício da prática democrática, na qual sempre existirão em jogo os mais diversos interesses, de certa forma antagônicos, o que é inerente ao próprio processo. É preciso haver tolerância, compreensão e conscientização do significado dessa abertura política para as gerações futuras."

Quanto aos aspectos econômicos, Daniel Ioschpe observa que "em função de toda uma conjuntura internacional e nacional — cujos principais contornos não são recentes — a economia atravessa uma fase difícil, mas que não é uma prerrogativa apenas brasileira, uma vez que a reciclagem do patamar de preços do petróleo obrigou também a uma reciclagem econômica pela qual estão passando todos os países não auto-suficientes na produção de óleo, que, por sinal, são a maioria."

Aliado a outros fatores estruturais — existentes há décadas — o Brasil enfrenta, hoje, três grandes problemas que necessitam de solução a curto prazo: inflação, balança comercial e crise de combustível líquido." Particularmente, prefiro encarar tais dificuldades como desafios e não como motivo de desânimo, porque a própria história do homem tem demonstrado que as melhores soluções surgem nos momentos mais difíceis."

CONDIÇÕES FAVORÁVEIS

Segundo o dirigente do Grupo Ioschpe, o Brasil oferece todas as condições para que se tenha otimismo "e certeza de que com o engajamento de toda a sociedade os problemas serão superados. É utópico imaginar que o Governo ou a iniciativa privada ou qualquer outro segmento da Nação possa, isoladamente, realizar milagres. Num país em que 50% da população possuem menos de 23 anos de idade e que dispõe das riquezas potenciais que possuímos, só se pode pensar em crescer. Isto, além de um desejo de todos, é uma necessidade imperiosa, a fim de que se possa gerar empregos para todos os cidadãos que, diariamente, ingressam no mercado de trabalho".

Daniel Ioschpe defende, ainda, a necessidade de que se tenha "um pouco de paciência: nada disso se faz da noite para o dia. É preciso dar o devido crédito às autoridades competentes e, também, uma quota de sacrifício, pois as soluções não são fáceis e a situação atual não deverá se modificar substancialmente nos próximos dois anos. Mas temos a convicção de que a partir do segundo semestre deste ano começaremos a observar resultados positivos na luta decisiva que estamos empreendendo contra tais tipos de problemas".

O empresário salienta, também, a necessidade de serem estabelecidas soluções regionalizadas, para que os problemas específicos de cada área não venham a assumir proporções nacionais. "Uma definição neste sentido trará maior estabilidade política e social, circunscrevendo-se os problemas regionais sem que seja arranhada a filosofia federalista do País".

Para justificar sua tese, Daniel Ioschpe observa que "não se pode olhar sob o mesmo enfoque reivindicações sociais de uma região como a de São Paulo — que possui, aproximadamente, a mesma renda **per capita** dos Estados Unidos — e de áreas como as do Norte e Nordeste, com problemas de fome oriunda do subemprego de 20 milhões de pessoas. Os problemas são diferentes e as soluções terão que ser, necessariamente, específicas para cada caso".

Desenvolvimento social passa a preocupar Governo de Minas

Belo Horizonte — Superada a febre da industrialização a todo custo, da década passada, Minas Gerais deverá se preocupar, nos próximos anos, com o desenvolvimento social que, na opinião do Secretário do Planejamento, Sr Paulo Haddad, exigirá a adequação do processo de planejamento à abertura política, tornando-se participativo e voltado para a solução do problema maior — o desemprego.

Já o Secretário da Indústria, Comércio e Turismo, Sr José Romualdo Cançado Bahia, aponta um outro problema a ser superado: a inexistência de regras permanentes do jogo econômico, que só poderão ser estabelecidas com a participação mais ativa da iniciativa privada. E o Secretário da Fazenda, Sr Márcio Garcia Vilela, reclama maior autonomia dos Estados, que enfrentam hoje uma exagerada e sufocante interferência da União.

Tendência declinante

Segundo o Sr Paulo Haddad, o Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado encaminha soluções para o problema de desemprego e distribuição da renda pessoal e regional, além de se preocupar com a recuperação da taxa de crescimento do PIB estadual, de 3,4% em 1978, para uma média entre 6% e 7% em cada ano da administração Francelino Pereira.

"Em termos de desenvolvimento econômico, disse, já se conseguiu mudar a tendência declinante do Produto Interno Bruto e a economia mineira obteve um resultado positivo, na faixa de 6,5%, em 1979".

O Secretário do Planejamento acha muito difícil que, nos próximos anos, o Estado venha a participar acionariamente de grandes empreendimentos, como no passado fez com a Fiat Automóveis. Mas acha conveniente estimular a vinda para Minas de pequenas e médias indústrias, considerando que em geral elas têm um efeito empregado por unidade de investimento maior e um perfil de distribuição de renda mais favorável.

Entre as dificuldades atuais do tesouro estadual, está a própria política antiinflacionária do Governo Federal, quando ela restringe as possibilidades de obter financiamentos externos ou internos, aponta o Sr Paulo Haddad. Segundo ele, o endividamento é que possibilitou os investimentos, "já que a receita tributária cobre a despesa de pessoal, as despesas de custeio e os encargos da dívida, sobrando muito pouco para investimento".

Depois de lembrar que a política implica também na redução dos gastos federais nos Estados, ele observa que isto influi no ânimo dos empresários, que se retraem, quanto a novos investimentos, à espera de um novo ciclo de expansão da economia.

Esse fato, na opinião do Secretário da Indústria e Comércio, Sr Romualdo Bahia, não chegará a prejudicar o desenvolvimento do Estado, porque "existem bons campos para serem explorados e um mercado que, de certa forma, é um privilégio".

Programas prioritários

Afirmou o Sr Paulo Haddad que a economia mineira apresenta potencial para a realização de alguns programas considerados prioritários pelo Governo Federal, a exemplo do Proálcool. E mostra disposição para disputar recursos que o Estado sempre deixou relegados a segundo plano, como aqueles destinados ao esporte, educação e aos programas sociais.

Pretende vencer os obstáculos para buscar também no exterior recursos, lembrando que no primeiro ano do Governo Francelino Pereira eles já somam Cr$ 20 bilhões, do Banco Mundial e do Banco Internacional de Desenvolvimento.

Também o Secretário da Fazenda, Sr Márcio Vilela, pensa em aumentar a capacidade de investimento do Estado, pela expansão da receita tributária. Segundo ele, a capacidade de investimento está definida por duas componentes, sobre as quais a atuação do governo estadual é fortemente limitada:

"A primeira destas componentes, e a mais crítica, refere-se às despesas obrigatórias do Estado. No orçamento do corrente exercício, elas atingem a Cr$ 37 bilhões, dos quais o principal item é o correspondente a pessoal e encargos. É a que mais limita a capacidade de investimentos. A segunda componente — receitas próprias — tem seu suporte básico no ICM, e apresenta um campo maior de atuação do poder estadual, embora limitado à capacidade econômica do Estado e à legislação fiscal federal".

Disse que, além de ampliar a vigilância fiscal, "sem configurar o temível arrocho", a Secretaria da Fazenda vem procurando exercer,"dentro dos limites da responsabilidade e da cautela, a capacidade de endividamento do Estado".

Na opinião do Secretário do Planejamento, os recursos obtidos do BID e do Bird não pesam na capacidade de endividamento, porque têm prazo de pagamento de 20 a 25 anos e são contemplados com condições especiais de juros.

"Outro ponto que devemos considerar, em termos de capacidade de endividamento externo", acrescentou o Sr Paulo Haddad, "é que a administração passada deixou para o atual governo muita folga no endividamento. Minas praticamente tinha uma capacidade enorme de endividamento, quando começou a administração Francelino Pereira".

Relocalização de indústrias

O Secretário do Planejamento admite que outra fonte de recursos para Minas será a relocalização de indústrias. Disse que na atual administração, seis indústrias já se decidiram a deixar o ABC paulista ou a área metropolitana do Rio de Janeiro pelo Sul de Minas, região mineira da Sudene ou até mesmo a Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Mas o Secretário da Indústria e Comércio acha que vencer a força de atração dos pólos já instalados não é fácil para Minas, mesmo com os incentivos. "Muitas vezes, o empresário prefere abrir mão desses incentivos e continuar junto aos pólos de atração, devido à existência de mercado, concentração do poder aquisitivo e existência de indústrias complementares", explicou o Sr Romualdo Bahia.

Mesmo assim, disse, Minas vem recebendo transportes de indústrias localizadas na Região Metropolitana de São Paulo. Pressionadas pela expansão urbana e pelos problemas gerados, estas indústrias são também atraídas pelos instrumentos que o Governo mineiro coloca à sua disposição, "desde o Fundo de Assistência à Industrialização, o Instituto de Desenvolvimento Industrial de Minas, a Companhia de Distritos Industriais", afirma o Secretário, lembrando também que Minas oferece Oposição privilegiada em relação aos mercados consumidores de Rio e São Paulo.

Disse que os empresários levam em conta também a mão-de-obra disponível e mais barata em Minas. "O problema de desconcentração do parque industrial tem sua importância ainda mais destacada, quando os movimento reivindicatórios se tornam mais freqüentes, principalmente no caso das greves", lembrou.

Queda da expansão

Segundo o Secretário do Planejamento de Minas, Sr Paulo Haddad, o crescimento industrial mineiro, que há uns três ou quatro anos estava em torno de 15% ao ano, está reduzido agora para 7 a 8%, tornando mais difícil o problema do desemprego.

"Acho que há uma tendência a se tornar mais grave o problema de emprego no Estado. O problema número um que vamos viver este e nos próximos anos é o do desemprego, não só em Minas mas no Brasil. Acredito que o índice de desemprego esteja aumentando, pois quando se anuncia um concurso para um determinado setor, o número de candidatos é desproporcionalmente maior que o número de vagas".

O Sr Paulo Haddad espera do Governo federal maiores facilidades para a contratação de empréstimos externos, liberação mais rápida de recursos federais aos Estados — por exemplo, do DNER para pagamento dos serviços de manutenção de estradas feitos pelo DER — e principalmente "uma sensibilidade maior do Governo federal para a grave situação financeira que todos os Estados estão vivendo".

Já o Secretário da Fazenda, Sr Márcio Garcia Vilela, espera que sejam revistas as restrições no campo econômico-financeiro e fiscal, bem como no tocante à capacidade de endividamento dos Estados, seja via empréstimos, seja via emissão de títulos da dívida pública. Espera ainda um disciplinamento do atual nível de liberdade de endividamento da União.

"Esperamos também — disse — que os Estados passem a participar da arrecadação nos jogos de azar, no confisco cambial correspondente a cada unidade federada, como forma de manter parte dos recursos arrecadados.

Na verdade, ele pretende que realmente sejam ampliados os poderes dos Estados, relativamente aos da União, quanto ao domínio da sua política financeira, libertando-os da exagerada e atualmente sufocante interferência. Esta concentração de poder, atualmente observada, é também criticada pelo Secretário da Indústria e Comércio, Sr José Romualdo Bahia, para quem a maioria das dificuldades dos Estados decorre do fato de que "nós realmente não somos uma federação".

Política difícil

Segundo o Secretário da Fazenda de Minas, a política econômico-fiscal do Governo Federal de modo geral não atende às necessidades de nenhum Estado da Federação.

"A capacidade dos Estados de atuar sobre sua legislação tributária é quase nula, uma vez que o Governo Federal exerce rigoroso centralismo fiscal, inibindo qualquer iniciativa dos Estados no sentido de aumentar suas receitas — reclama o Sr Márcio Vilela.

Acentua que o Governo Federal vem exercendo o poder de utilizar um imposto de concepção original de neutralidade — o ICM — para estabelecer políticas econômicas de interesse e proveito próprio, promovendo desonerações fiscais, estabelecendo isenções e proporcionando créditos presumidos.

"Ao invés de se tornarem beneficiários de tais políticas, os Estados têm sido onerados por elas. No caso de Minas, a redução da receita causada pelas desonerações fiscais impostas pelo Governo Federal situa-se em torno de 40% da arrecadação do ICM. Em termos do orçamento fixado para este ano, todos os investimentos programados — num total de Cr$ 18 bilhões — seriam cobertos com a receita tributária, não fossem as desonerações impostas".

Segundo ele, se fosse promovida uma revisão das desonerações, o endividamento do Estado, única opção para manter os níveis de investimento, poderia ser feito de forma consideravelmente menor. A adequação do sistema tributário à realidade atual "é o que está faltando para solucionar ou, na pior das hipóteses, minorar os problemas financeiros dos Estados".

— Muito se tem falado — acrescentou o Secretário da Fazenda — sobre uma possível reforma tributária. Acredito, entretanto, que por ser a instituição do ICM relativamente recente, mais lúcido seria procurar retorná-lo à sua concepção original de tributo neutro, nos moldes em que foi criado, a fim de dotar os Estados dos recursos necessários para a manutenção de seu ritmo de crescimento, sem endividamento.

Na opinião do Secretário do Planejamento, Sr Paulo Haddad, a política de desenvolvimento econômico do Governo federal, apesar de difícil para todos, é necessária no momento. Ele porém acha que ela é incompleta, "porque o Governo federal está dando muito pouca ênfase às questões sociais, principalmente o problema da pobreza da periferia das grandes cidades e a pobreza rural nas áreas deprimidas".

Ele observa que o primeiro ano do Governo Figueiredo foi muito difícil, principalmente no campo econômico, porque a mudança do Ministério do Planejamento e a reorientação da política econômica não apresentaram resultados. Mesmo agora, disse, "A gente sente que ainda não há o controle do processo inflacionário, nem há resultados positivos em termos de balanço de pagamentos".

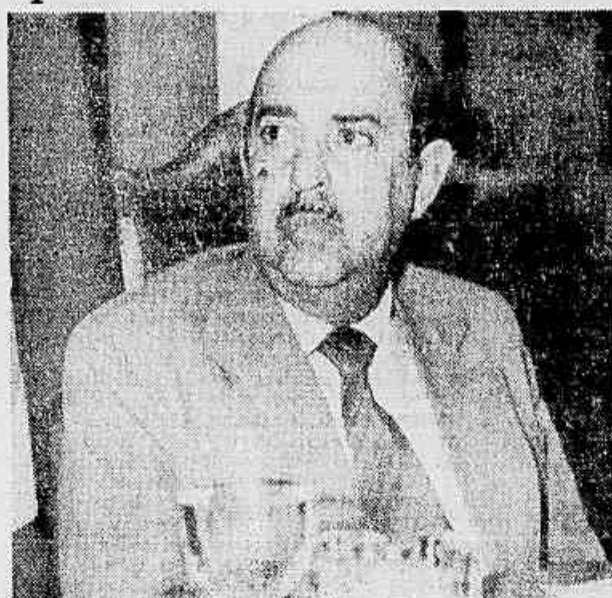
Já o Secretário da Indústria e Comércio, ex-presidente da Associação Comercial de Minas, ressalta que não só os empresários, mas todos os mineiros e brasileiros, esperam do Governo federal que "realmente se faça deste país uma democracia e uma federação".

— Na medida — disse o Sr José Romualdo Bahia — em que nós ingressarmos num regime democrático e federativo, a maioria dos problemas estará resolvido. Inclusive aquele da péssima distribuição da receita tributária brasileira, que centraliza as decisões a um nível insuportável e incompatível seja com a democracia, seja com o regime federativo.

O Secretário da Fazenda, Márcio Garcia Vilela, defende uma reforma tributária e um ICM voltado às origens, de imposto neutro

O Secretário José Romualdo Bahia acha que um regime democrático e federativo resolverá a maioria dos problemas do País

O Secretário do Planejamento, Paulo Haddad, quer um planejamento que esteja adequado ao processo de abertura política

Nordeste quer tratamento diferenciado nas medidas para combater a inflação

Salvador — Intransigente defensor do desenvolvimento do Nordeste, o presidente da Federação das Indústrias do Estado da Bahia, Fernando Costa D'Almeida, entende que as medidas mais drásticas da política de combate à inflação não devem atingir de forma indiferenciada todas as regiões brasileiras, colocando ônus idênticos para áreas mais desenvolvidas e outras mais atrasadas. "Não é justo que, por conta dessas medidas mais drásticas que estão sendo levadas a efeito, o Nordeste sofra e tenha a sua economia atingida tanto quanto o Centro-Sul, que já se encontra numa fase extraordinariamente mais avançada de desenvolvimento".

Fernando D'Almeida vai ainda mais longe ao dizer que, "se existe um firme propósito de reduzir desigualdades, essa é a oportunidade mais séria que se apresenta. Se o momento exige restrições e sacrifícios, que recaiam sobre as áreas mais consolidadas e que se deixe livre o crescimento das regiões em atraso". Ele acha que algumas diferenças de tratamento para o Nordeste na verdade estão sendo colocadas mais para salvar as aparências e resultam inócuas, a exemplo das taxas de juros mais baixas que os órgãos financeiros oficiais concedem à região. "Eles não resultam em praticamente nada, ao contrário do que aconteceria com taxas diferentes na correção monetária."

MENOR LUCRO

O presidente da Fieba entende também que o pedido do presidente João Figueiredo para que os empresários se contentem com menos lucros e façam um pouco de sacrifício em favor da nação "não se aplica ao Nordeste. Os lucros de o empresários que aqui se encontram, ou pelo fato de os projetos em que investiram estarem ainda em implantação, ou por não terem atingido a essa altura uma real maturidade, não apresentam o que reduzir. É evidente que o apelo do presidente se dirige aos Estados que já atingiram um amplo desenvolvimento, como São Paulo. Aqui, basta analisar, por exemplo, os balanços das empresas do Pólo Petroquímico, para se ver os sacrifícios a que estão sendo levados pelo CIP".

Falando de um ponto-de-vista mais global, sobre a atual política de combate à inflação, Fernando d'Almeida diz que os seus idealizadores são bem intencionados, mas não conseguem auferir resultados positivos das técnicas econômicas que vem sendo utilizadas. "Essas técnicas não vem tendo a suficiência que delas se esperava e talvez disso decorra as suas mudanças constantes, seja por pressões políticas ou sociais, seja pela própria mudança das idéias e escolas dos titulares que tem sido os idealizadores dessas medidas".

Fernando D'Almeida, presidente da Federação das Indústrias da Bahia

EXERCÍCIO DE IMAGINAÇÃO

E frente aos "resultados frustrantes da política de combate à inflação, que estão aí", ele se sente pouco à vontade para lhe apontar defeitos, "porque nesse quadro esta é uma atitude não construtiva".

— Creio que há nesse momento uma frustração muito grande daqueles que dirigem a política econômica nacional e ela essencialmente decorre do fato de se verem forçados, dentro das teorias econômicas que adotaram, a um permanente exercício de imaginação e uso de artifícios, que permitam combater a inflação sem levar o país a uma recessão severa.

Infelizmente, no entender do presidente da Fieba, o Brasil não pode se dar ao luxo de uma recessão e ter diante dela uma atitude semelhante à dos Estados Unidos, que pôde cunhar o **slogan** "afinal, a recessão. Antes tarde do que nunca". Assim, "há que se conviver com a inflação, procurando apenas debelar surtos de maior intensidade, com as medidas mais drásticas, que evidentemente não podem ser as mesmas para todas as áreas do país.

Voltando à defesa do Nordeste, ele acrescenta que "uma mesma correção monetária para todo o Brasil, a contenção dos empréstimos a nível de 45% para todo o país são decisões profundamente injustas para a nossa região. Aqui estão-se instalando complexos industriais de grande porte, que para operar precisam de amplas faixas de crédito e é até inconcebível que haja o financiamento para o investimento e não haja, em seguida, para a sustentação do projeto." Drástico, ele sentencia: "Nessas condições, é impossível a sobrevivência".

PACIÊNCIA E TOLERÂNCIA

Numa época em que a inflação se exacerba e "traz no seu bojo uma série de distorções, levando a uma conturbação social geral", o presidente da FIEB pensa que é muito difícil se manter intocado o projeto da abertura política. "Entretanto, como Figueiredo seguidamente vem repetindo que se mantem firme no propósito de normalizar a vida política do país, creio que um compasso entre política e economia é uma questão de dosagem, tempo e paciência e sobretudo de tolerância. Mas este também não é certamente o momento de estimular a indisciplina e a desordem".

Fernando d'Almeida está convencido também que a "apertura" econômica se deve hoje, muito mais à conjuntura externa, do que a problemas internos. E conciliar essa situação, com a abertura política — que sempre sente os reflexos da economia — "exige sensibilidade e senso de oportunidade".

De qualquer sorte, ele não crê que a contrapartida econômica da abertura política, seja um liberalismo puro, "que a rigor não existe sob nenhum regime e muito menos, poderia existir num país que realiza um enorme esforço de desenvolvimento. No Brasil, há que haver una co-participação do Estado, maior ou menor, nas várias regiões e setores econômicos".

Quanto às teses econômicas do PDS, o presidente da FIEB acredita que nesse particular o programa do Partido contem mais uma proposta filosófica, do que questões pragmáticas. "A economia é algo muito dinâmico para conseguir estar contida de forma prática num programa partidário. Digamos que ali se trata mais de metas a atingir".

Particularmente sobre a co-gestão, ele diz que trata-se de uma fórmula que apresenta tantas facetas a serem discutidas, "coloca tantos interesses em jogo, que não pode ser imposta indiscriminadamente". Fernando D'Almeida, aliás, tem idéias curiosas sobre co-gestão. Por exemplo, ele acha que hoje ela já é praticada nas grandes firmas, onde muitos dos dirigentes, são funcionários, ou executivos da empresa. "Mas de uma forma geral penso que dentro do espaço da iniciativa privada — que me parece a forma mais eficiente de desenvolvimento — não se pode impor a co-gestão".

Quadro econômico da Bahia é privilegiado apesar da crise

Salvador — Se comparada hoje a alguns outros Estados, principalmente da Região Nordeste, a Bahia, na visão do seu Secretário de Planejamento, Antônio Osório Menezes Batista, "graças às suas condições de solo e clima, apresenta um quadro econômico privilegiado, apesar dos problemas conjunturais que o país atravessa, decorrentes da crise energética e do processo inflacionário".

É evidente — explica o Secretário — que nesse contexto "falar em quadro privilegiado não significa dizer que o Estado desfruta de uma situação de riqueza, mesmo porque, na Bahia, se encontram alguns dos maiores bolsões de pobreza do país. Mas, dentro da realidade nordestina, o Estado está muito bem e tem condições de encarar de frente, como vem fazendo, os problemas conjunturais que hoje vivemos".

Antônio Osório acrescenta que para se ter uma visão real da economia baiana é importante se considerar que, além de superavitária em seu comércio com o exterior, a Bahia conta ainda com imensas áreas agricultáveis, a serem incorporadas à sua economia. "Uma estratégia de governo que leve em conta esse segundo aspecto, é uma garantia para a continuidade do desenvolvimento do Estado, a despeito das atuais condições adversas", afirmou.

OCUPAÇÃO DO OESTE

Para caracterizar melhor a Bahia, de um ponto de vista econômico, o Secretário do Planejamento diz que "o Estado é responsavel por 95% da produção nacional de petróleo; participa com 97% da produção nacional de cacau, item importante da pauta de exportações brasileiras; com o apoio do empresariado baiano e nacional, está entrando na cultura e exportação do café, com grandes vantagens sobre os maiores produtores tradicionais (São Paulo e Paraná), porque não enfrenta geadas, nem ferrugem; está entrando firmemente no aproveitamento do cobre, através da implantação da mineração e metalurgia; desenvolve seu parque industrial, que hoje já tem uma participação significativa na receita tributária do Estado (o Complexo Petroquímico de Camaçari, será responsável, este ano, por 25% desta receita) e tem condições de se transformar num grande produtor de alimentos, o que fica bem patente com a safra recorde de feijão deste ano".

Ao lado desses dados que vai desfiando, Antonio Osório destaca o grande estoque de terras agricultáveis de que a Bahia ainda dispõe, como um fato essencial a ser considerado para seu planejamento econômico. "É esse um dado que não se pode esquecer e foi exatamente ele que o Governo do Estado levou em conta, quando traçou o programa de ocupação econômica do Oeste, que se constitui numa das metas prioritárias da atual administração".

O Secretário do Planejamento explica que esse programa, inaugurado em abril, prevê a incorporação de uma área de 215 mil quilômetros quadrados, que até então podia se considerar marginal à economia do Estado. O que o Governo pretende é dotar toda essa área de infra-estrutura (sobretudo energia elétrica e estradas) e, paralelamente, atrair grandes investimentos do setor de agroindústria para dinamizá-la.

— A região apresenta grandes possibilidades para a cultura da soja, do café, para produção de alimentos e pecuária, sem se esquecer da sua importância para a produção do álcool. Ao elaborar o programa para o seu desenvolvimento sócio-econômico, nos preocupamos em zonear toda a área, fazendo reservas de terras para direcionar os investimentos privados que pretendemos atrair. Assim, já definimos que os vales, que guardam as melhores terras, ficarão reservados à produção de alimentos e neles se manterão os pequenos e médios agricultores, que já ocupam de forma incipiente a área e tem uma tradição na cultura de alimentos. Nos cerrados, devem surgir investimentos em soja e café, além dos 4,5 milhões de hectares que já foram reservados para projetos de florestamento e reflorestamento. Há outros trechos reservados para o álcool e assim por diante.

Esse zoneamento, segundo Antonio Osório, é um comportamento pioneiro em planejamento estratégico para grandes áreas. "E pioneiro também, nesse programa, é a regionalização de orçamento a nível de Estado. Em outras palavras, reservamos 10% do orçamento de capital do Estado para investir nessa área, o que este ano significa inversões em torno de Cr$ 1,5 bilhões".

Ele diz também que os incentivos fiscais, mais os mecanismos criados para agilizar a análise dos projetos agroindustriais e tomar decisões administrativas quanto a problema de terras que surjam (toda a região enfrenta grandes problemas de grilagem), foram pensados para dar todas as condições para que a iniciativa privada participe ativamente do desenvolvimento do oeste. "O capital intensivo será mais exigido nos cerrados e nos vales queremos prioritariamente aproveitar a experiência já existente dos pequenos e médios agricultores".

ECONOMIA DÉBIL

O entusiasmo do Secretário do Planejamento frente a programas como o da ocupação do oeste não o impede de dizer que "em muitos pontos, sente-se a economia do Estado ainda débil". A afirmativa, no caso, foi provocada pela constatação de que se andou pouco na implantação da indústria de transformação petroquímica. "Mas, temos que ver — ressalva — que muitas vezes o equacionamento de questões como essa independe do Governo do Estado. Penso que o fato de a matéria-prima ser levada do Nordeste para o Centro-Sul e voltar em forma de produto final para o Nordeste extrapola o poder do Estado e se torna problema de economia nacional. Mas o Governo do Estado, sabendo que a manutenção desse esquema pode refrear muito a sua expansão industrial, está tentando apresentar sempre algumas soluções".

Em termos de receita tributária, o Complexo Petroquímico de Camaçari gera o equivalente a cacau e, por isso mesmo, a consolidação do Copec é outra meta básica do Governo do Estado, na atual gestão. A meta que se segue logicamente a esta é a da implantação da indústria de transformação petroquímica, para o que o Estado criou uma série de incentivos e ainda implantou uma empresa, a Propar — Promoções e Participações da Bahia S/A, que participa acionariamente de projetos em implantação neste setor.

A indústria da química fina é outra meta do atual Governo, "essa de importância até mesmo para a segurança nacional". Antonio Osório explica entretanto que o incremento a essa indústria está a depender de uma definição política, a nível nacional, semelhante a que se fez para implantar no Nordeste o segundo pólo petroquímico do país. "O setor está hoje quase totalmente, ou seja, 97% em mãos de multinacionais, daí falarmos em problema de segurança. Por outro lado, o país tem um mercado cativo, para essa indústria dentro do próprio governo, que é o INAMPS. Urge portanto uma decisão política".

Ele defende que o Pólo Petroquímico Baiano tem todas as condições de ser o centro em torno do qual se desenvolva essa indústria de química fina. "É claro que o governo federal tem que olhar interesses que surjam de outros estados, mas em termos de viabilidade econômica a Bahia é quem oferece as melhores condições para atrair essa indústria".

A intensificação da produção de café e o programa do álcool são as outras grandes metas econômicas do Governo baiano. "O café — diz o Secretario de Planejamento — caso se chegue às 500 milhões de covas previstas, num prazo de cinco anos, ultrapassará a receita do cacau". Quanto ao álcool, embora o Governo já tenha definido áreas de produção e até mantido contínuos contatos com os empresários, "sente-se que as indefinições do Governo federal se refletem no andamento dos programas estaduais".

VINCULAÇÃO PREJUDICIAL

Não é só no que se refere ao álcool que o Secretário de Planejamento levanta queixas e críticas contra ações do Governo federal. Essas queixas vão a um plano mais geral e incidem de forma mais enfática sobre a administração dos instrumentos financeiros e tributários que a União detém.

— O momento histórico que o país está atravessando — diz Antonio Osório — momento da abertura política, implica em necessidade também de desconcentração econômica e financeira. Mas a maioria dos instrumentos de política financeira e tributária continuam administrados, de forma centralizadora, pelo Governo Federal e isso traz conseqüências nefastas para os Estados.

O Secretário de Planejamento se refere, a título de exemplo, a isenções, que muitas vezes são corretas a nível de Governo federal, mas que prejudicam substancialmente os Estados do Nordeste. "O Estado é que deveria decidir o que tem efeito germinativo na sua economia e em função disso, pode receber isenções. Nas transferências com fundo de participação, quando ocorrem isenções os Estados nordestinos perdem muito".

— Um outro problema é o da vinculação nos programas que são elaborados pelo Governo federal, para serem executados pelos Governos estaduais. Na verdade, quem deveria dizer como e quando fazer quais programas é o Governo do Estado, pois tem um conhecimento mais íntimo da sua realidade. Entretanto, não é essa a regra do jogo e como o Estado depende econômica e financeiramente da União, tem que aceitar a sua regra.

Antônio Osório diz ainda que nessa época de recursos parcos, "todos têm que se adaptar às circunstâncias. Mas infelizmente pagamos um ônus mais pesado, porque na disputa para gerar bons projetos e ganhar os parcos recursos, os Estados do Centro-Sul sempre saem na frente — é lógico, pela sua própria realidade é muito maior sua capacidade de gerar bons projetos".

— O que acho — defende com veemência — é que os organismos financeiros teriam que regionalizar seus orçamentos. Se o desenvolvimento do Norte e Nordeste é prioritário, determine-se um percentual dentro do oçramento geral desses organismos para essas regiões e deixe-se aos Estados a elaboração dos programas e projetos a serem feitos com esses recursos.

Finalmente, Antônio Osório diz que é preciso que o Governo federal tome posturas corajosas, "no sentido de correr o risco de eventualmente desagradar os Estados do Centro-Sul, para levar a efeito sua política de desconcentração industrial".

— Se existe a política de desconcentração industrial e se ela é prioritária (até mesmo pelos efeitos danosos, econômicos, sociais e até políticos, que a concentração gera) é preciso ter instrumentos especiais e determinação para implementá-los. Custo menor dos recursos, taxa diferenciada de correção monetária, regionalização dos orçamentos dos agentes financeiros são alguns desses instrumentos fundamentais para o Nordeste, onde o empresariado não pode ser tratado como se tivesse a mesma capacidade do empresariado do Centro-Sul.

Antonio Osório Batista, Secretário de Planejamento da Bahia

BNDE dá mais apoio aos setores de energia e agricultura

Os setores de energia, infra-estrutura e agricultura passaram a receber maior apoio financeiro do BNDE, em decorrência da reorientação política do Governo na área econômica que objetiva manter o crescimento da economia e da oferta de empregos conjugados com o esforço para o reequilíbrio do balanço de pagamentos e o combate à inflação.

Ao explicar a mudança de ênfase nos programas de investimentos do BNDE, o seu presidente, Sr Luís Sande de Oliveira, afirmou que as encomendas feitas por esses setores promovem a consolidação do parque nacional produtor de equipamentos. Além disso, o BNDE e suas quatro subsidiárias — Embramec, Finame, Ibrasa e Fibase — prosseguem no apoio à conclusão dos grandes projetos substitutivos de importações na área de insumos básicos.

Nova ênfase

Para ilustrar o resultado da nova orientação do Sistema BNDE na prática, o Sr Luís Sande informou que o Banco se comprometeu a aplicar Cr$ 100 bilhões no setor agrícola, mediante convênio assinado com o Ministério da Agricultura, no período de 1979/84. Esse convênio foi desdobrado em outros, firmados com todos os Estados, e ampliados posteriormente, para atender a projetos específicos de infra-estrutura urbana e implantação de distritos industriais.

Observou que em função desses convênios, diversos programas e projetos foram apresentados ao BNDE no decorrer do ano passado, tendo sido concedido enquadramento para financiamentos no valor global de Cr$ 10,7 bilhões. Destinam-se a desenvolver projetos de eletrificação rural, pesquisa agropecuária e assistência técnica e extensão rural.

Outro ponto importante da política de aplicações do BNDE, segundo o Sr Luís Sande, é a integração do Banco ao Programa Nacional do Álcool — Proalcool — a partir deste ano. "Estamos aptos a aprovar em curto espaço de tempo projetos que venham a ser apresentados, no âmbito do Proalcool. Para tanto, criamos um departamento específico, atendendo à orientação do Governo federal no sentido de incentivar o uso de fontes alternativas de energia", disse.

— O objetivo maior do sistema BNDE é contribuir para o processo de superação do subdesenvolvimento do país. Procuramos mobilizar as forças produtivas no sentido de padrões de desenvolvimento adequados à realidade nacional. E que neles se harmonizem crescimento econômico e distribuição da renda; garantia de suprimento energético e defesa dos recursos naturais; preservação da economia de mercado e correção da estrutura de produção e consumo para que possa atender melhor a todos os estratos sociais e a todas as regiões do país, afirmou.

Para ele, as mudanças de ênfase na ação do BNDE "refletem a permanência e os desdobramentos dos efeitos desfavoráveis para a economia brasileira da evolução da conjuntura energética mundial". Tais efeitos — observou — somam-se às dificuldades inerentes ao esforço de construção de uma sociedade mais desenvolvida, o qual não admite renúncia ao crescimento econômico nem à distribuição mais justa dos frutos desse crescimento.

Projetos substitutivos

Assegurou o Sr Luís Sande que o BNDE não concederá financiamento a projetos que impliquem o uso de combustíveis de origem petrolífera, excluídos os casos em que for comprovada a inviabilidade técnico-econômica do emprego de fontes alternativas de energia. "Apenas o setor petroquímico não está sujeito a esta restrição", assinalou.

Em contrapartida, segundo Luís Sande, o BNDE oferece às empresas apoio para a racionalização do uso de insumos, bem como para a utilização de fontes alternativas aos derivados de petróleo. Explicou que o Banco já incorporou às suas normas operacionais tratamento prioritário a projetos que tenham por finalidade a economia de consumo de energia e de derivados de petróleo, e à conversão de processos à base de combustíveis petrolíferos para os oriundos de outras fontes energéticas. Nesta prioridade estão também incluídos o desenvolvimento de tecnologia ou equipamento destinados à conservação de energia ou substituição de combustível tradicional por fontes alternativas.

Regiões metropolitanas

O BNDE vem investindo igualmente em infra-estrutura nas regiões metropolitanas do país, destacando-se programas para várias capitais nos quais são financiados desde a aquisição de equipamentos para transporte de massa até investimentos em saneamento ambiental dessa cidades. Em 1979, o BNDE concedeu financiamentos no valor de Cr$ 5 bilhões 412 milhões para as regiões metropolitanas, principalmente as do Nordeste.

— Com isto, afirmou o Sr Luís Sande, o BNDE não só colabora para a melhoria da qualidade de vida das populações das grandes cidades, como beneficia o parque produtor de equipamentos, responsável pelo fornecimento do maquinário necessário a esses programas.

Destinado às implantação de distritos industriais foram concedidos recursos pelo BNDE em 1979 no valor de Cr$ 1 bilhão 406 milhões, dos quais cerca de Cr$ 610 milhões para o distrito do Ceará.

Destacou que o Banco vem dando um forte apoio à produção de bens de consumo essenciais, com investimentos que favorecem prioritariamente a expansão e o aumento da produtividade desse segmento, o que resultará em melhorias para as famílias de menores níveis de renda. Citou como exemplo as indústrias de alimentos básicos, medicamentos de consumo amplo e habitação popular.

Em 1980, a indústria vai se beneficiar de 38% dos recursos previstos no programa de orçamento de investimentos do BNDE, no total de Cr$ 49 bilhões 400 milhões, o que significa um aumento de 17% em relação ao ano anterior. Para a agricultura estão previstos Cr$ 7 bilhões 485 milhões, o que significa uma elevação de 381% sobre o total dos investimentos realizados em 1979.

Substituição de importações

Explicou o Sr Luís Sande que o sistema BNDE concentra-se ainda na substituição de importações, principalmente no setor de bens de capital, que ajudou a expandir no país. Para isto, foram mantidos investimentos nesse setor de modo que o país possa não só substituir importações, mas também exportar esses bens, através da ampliação da capacidade de produção e diminuição da capacidade ociosa das empresas.

Para a indústria de cimento, o Sr Luís Sande considera imprescindível novos investimentos, necessários à continuidade da auto-suficiência da produção nacional, de modo que seja afastada a hipótese de o país vir a ter um déficit acumulado da ordem de 22 milhões de toneladas no período 1981/85.

— O BNDE se preocupa em assegurar a consolidação do parque industrial instalado recentemente, mediante apoio à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico; à melhoria de produtividade; ao reforço da estrutura financeira das empresas e às iniciativas que contribuam para a redução do volume de importações e aumento das exportações.

Desconcentração

O presidente do BNDE afirmou que uma das grandes preocupações do Governo e já apontadas pelo Ministro Camilo Penna, da Indústria e do Comércio, é relativa aos desequilíbrios regionais da renda. Por ser o principal agente financeiro da política de investimentos do Governo federal — disse — o sistema BNDE tem-se dedicado com prioridade ao apoio a empreendimentos localizados nas regiões menos desenvolvidas do país.

— A região Nordeste, em particular — assinalou — recebe atenção especial devido às necessidades geradas pela combinação de expressiva densidade populacional e estrutura econômica limitada. A atuação do BNDE no Nordeste procura proporcionar maior dinamismo à economia da região, mediante maciça colaboração financeira destinada à ampliação da capacidade produtiva e à melhoria da eficiência do seu sistema produtivo, acrescentou.

Afirmou que no sentido de promover o desenvolvimento regional, o Banco já iniciou, de forma decidida e até mesmo agressiva, um processo de maior aproximação com as unidades da Federação, especialmente as mais carentes de recursos, de forma a propiciar-lhes suporte financeiro para a viabilização de oportunidades de investimentos.

Revelou que nesta linha, o BNDE realizou, no ano passado, a assinatura de convênios com todos os Estados e, como exemplo dessa política de desconcentração do crescimento econômico, o Sr Luís Sande citou que em 1979 os desembolsos do sistema BNDE para a região Sudeste cresceram 30%, enquanto para o Nordeste houve aumento de 70% em relação ao ano anterior.

— As principais formas de promover a desconcentração econômica são a mobilização de recursos privados e a ampliação das transferências governamentais para as regiões menos desenvolvidas. Portanto, coerente com o objetivo de atuar no sentido de atenuar os desequilíbrios regionais, o BNDE vem ampliando consideravelmente o valor dos recursos destinados às áreas de menor dinamismo econômico, frisou.

Empresa nacional

Frisou que "continua firme e é permanentemente reforçado" o princípio de colocar junto à indústria privada as encomendas referentes aos investimentos públicos financiados pelo Banco.

— Hoje parece não haver mais dúvidas — observou — quanto à afirmação do sistema BNDE como mecanismo de fomento econômico dinâmico, flexível e capaz de assegurar à empresa privada nacional a liderança do processo de desenvolvimento do país.

Destacou que a nova estratégia do Banco resultará sempre no fortalecimento da empresa privada nacional, mobilizada para o esforço de superar as dificuldades que o país atravessa no momento. Acrescentou que isso ocorre também nas operações com o setor público, já que "todas as aplicações nesse setor vão reverter em benefícios para a empresa privada nacional sob a forma de oferta de infra-estrutura e insumos que ela própria não tem interesse ou condições de produzir.

Bens de capital

Num rápido balanço do desempenho das subsidiárias do BNDE, o Sr Luís Sande afirmou que a Finame — Agência Especial de Financiamento Industrial — aprovou em 1979 o total de 21 mil 984 operações no valor global de Cr$ 54 bilhões 400 milhões, com a média aproximada de 100 operações por dia. Esses financiamento da Finame vêm contribuindo, na sua opinião, no processo de substituição de importações de bens de capital e no desenvolvimento do parque industrial brasileiro de fabricação de equipamentos.

Os desembolsos da Finame no ano passado atingiram a Cr$ 43 bilhões 637 milhões, dos quais Cr$ 6 bilhões 678 milhões foram para pequenas e médias empresas; Cr$ 9 bilhões 674 milhoes para o programa de longo prazo; e Cr$ 27 bilhões 285 milhões para o programa especial.

Assinalou que a Finame é uma das responsáveis pela elevação que vem sendo observada no índice de nacionalização dos equipamentos, citando como exemplo os utilizados na hidrelétrica de Itaipu, onde já se atingiu o índice de 82% nas grandes turbinas e a 85% nos geradores. Em 1979, o setor siderúrgico absorveu cerca de 30% dos recursos da Finame e, para 1980 está prevista participação substancial dos setores de energia elétrica e ferroviário.

A Finame opera atualmente com 200 agentes financeiros, dos quais 169 são ativos, e cerca de 2 mil e 500 fabricantes de bens de capital. A subsidiária do BNDE dispõe de programas automáticos — para pequenas e médias empresas e a longo prazo — que permitem a aprovação de operações em até dois dias.

Mecânica

A Embramec — Mecânica Brasileira S/A — Bateu seu recorde de operações em 1979, financiando 21 projetos de aporte de capital, no valor de Cr$ 996 milhões e outros 30 de financiamento a acionistas, através do Finac, no valor de Cr$ 1 bilhão 268 milhões. O total de recursos desembolsados ano passado pela Embramec atingiu a Cr$ 2 bilhões 38 milhões.

A política de desconcentração industrial foi ampliada, cabendo ao Nordeste Cr$ 480 milhões, contra Cr$ 399 milhões para a região Sul e Cr$ 1 bilhão 300 milhões para a região Sudeste. Ainda no ano passado, a Embramec arrecadou Cr$ 171 milhões com a venda de ações de cinco empresas privadas das quais participava como acionista.

Novas empresas

O volume de operações aprovadas o ano passado pela Ibrasa Investimentos Brasileiros S/A — atingiu a Cr$ 3 bilhões 600 milhões. Foram apoiadas 67 novas emresas, das quais 18 receberam participação acionária e 49 Finac — elevando para 150 o total de empresas financiadas pela subsidiária. O volume de desembolsos atingiu Cr$ 2 milhões 680 milhões, dos quais 27,8% sob forma de participação acionária e o restante destinado a repasse. Esse volume representa um acréscimo de 270% sobre 1978, em termos nominais, e foi superior ao volume desembolsado pela Ibrasa desde a sua criação (em 1974) até 1978, quando atingiu o total de Cr$ 2 bilhões 300 milhões.

As aplicações da Fibase — Insumos Básicos S/A alcançaram no ano passado de Cr$ 8 bilhões 236 milhões, contra Cr$ 4 bilhões 270 milhões, em 1978. Para 1980, a Fibase prevê uma demanda de recursos da ordem de Cr$ 13,2 bilhões incluídos gastos em operações já contratadas, em análise, aprovadas e operações em perspectivas.

O MERCADO DO CIMENTO

"Vai faltar cimento" — era a afirmação dos técnicos do Sindicato Nacional da Indústria do Cimento, em 1974, quando as previsões baseadas nos estudos do SNIC já indicavam essa realidade. Segundo os cálculos da época, em 1979 o déficit da indústria cimenteira seria de cerca de 100 mil toneladas e em 1981, superior a 4 milhões de toneladas, com projeções de consumo conservadoras.

Na época, indústrias do setor, comprometidas com investimentos capazes de manter o equilíbrio até 1979, apresentavam as suas previsões de impasse no futuro, assim como algumas sugestões visando a solução do quadro de déficit de oferta que se desenhava.

Lamentavelmente, nada foi possível fazer na ocasião própria, e,hoje, as previsões estão confirmadas pela realidade, estando o país na contingência de importar cimento, dispendendo nessa operação recursos que poderiam ter sido carreados para o investimento em novas unidades. A elevação dos preços ao consumidor, evitada no passado, agora virá inexoravelmente, em função da falta do produto e do maior preço do similar importado.

A indústria do cimento vem cumprindo o seu dever de tentar manter o mercado abastecido, dentro das limitações impostas pela insuficiente geração de recursos livres para investimento, que é uma decorrência do controle governamental dos preços.

OS PROBLEMAS

Em 1967, a capacidade nacional de produção era de 7 milhões de toneladas. Nessa época, foram feitos apelos e concedidos estímulos para que as indústrias aumentassem sua capacidade, já que estava prevista uma forte elevação no consumo, e o setor respondeu imediatamente iniciando uma fase de grande expansão.

Em 1969, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico concedeu grande parte dos financiamentos e os projetos foram viabilizados. Nesse exato momento, quando os projetos já eram irreversíveis, o preço real do cimento começou a ser comprimido e os equipamentos para as indústrias em instalação ou em expansão começaram a ter o seu valor aumentado, em razão da alta internacional do aço.

Há que se ressaltar que grande parte dos financiamentos foi tomada em marcos alemões, moeda usada na grande maioria dos "suppliers credits" obtidos pelos cimenteiros do país, e que os financiamentos em cruzeiros sofreram os efeitos da correção monetária. Os custos da construção civil sofreram forte elevação e a indústria do cimento não recebeu o apoio necessário para enfrentar as altas constantes.

O controle de preços resultou no esgotamento da capacidade de pagamento das empresas, impossibilitando a viabilização dos projetos de expansão ou implantação de novas fábricas que atendessem ao crescimento da demanda prevista para os anos seguintes a 79, para quando os projetos já em andamento assegurariam o equilíbrio entre produção e consumo.

Uma das características comuns à atividade produtiva de bens básicos é a baixa rentabilidade. Assim é que os Governos são levados, muitas vezes, a apoiar de forma excepcional as categorias econômicas privadas e, em casos extremos, a assumir diretamente os investimentos e a operação das unidades, apesar dos problemas que toda atividade fora de linha geralmente acarreta.

Da elaboração de um projeto até a produção do primeiro saco de cimento são necessários, no mínimo, 4 anos, o que significa que uma fábrica iniciada hoje só começaria a produzir a plena carga em 1985. Assim, não há solução imediata para a crise no setor do cimento, em relação à expansão de sua producão para o perfeito atendimento da demanda de consumo interno.

A volta da dependência da importação, a custos bastante elevados, é atribuída ao cóntrole rígido dos preços, imposto pelo Conselho Interministerial de Preços, que inviabilizou os investimentos no setor. A rentabilidade da indústria cimenteira é uma das mais baixas do país, atualmente sete por cento em média.

CRESCIMENTO DO SETOR

Num período de dez anos, entre 1967 a 1977, a capacidade de instalada de cimento triplicou, apresentando um índice de crescimento que não foi superado ou igualado por nenhum outro setor da indústria brasileira: de 7,5 milhões de toneladas passou a ter, durante o período, 22,5 milhões de toneladas de capacidade.

Essa expansão não se constituiu somente da instalação de novas fábricas, ou de ampliações e melhoramentos nas já existentes, mas foi acompanhado do aperfeiçoamento dos condições técnicas e da melhoria da produtividade, especialmente pela substituição do sistema de produção "via úmida" pelo processo "via seca", com substancial economia de óleo combustível.

Durante esse período de dez anos, registraram-se no setor de produção de cimento, investimentos no valor de um bilhão e duzentos milhões de dólares, o que permitiu sustentar durante uma fase tumultuada da economia nacional, o esforço para acompanhar a demanda interna.

Para atender ao crescimento anual de 10 por cento no consumo — até 1985 — a previsão do Sindicato Nacional da Indústria de Cimento é de que seria necessário um investimento da ordem de 3,5 milhões de cruzeiros, considerando os compromissos do setor, que detém um endividamento de 50 por cento. Desse modo, não é difícil perceber que um acréscimo no endividamento para esse fim seria agora totalmente inviável.

O SNIC afirma que não houve, entre 1977 e 1979, superacapacidade de produção nas fábricas, que não chegaram a operar com capacidade ociosa, porque alguns novos empreendimentos não iniciaram sua produção nos prazos previstos. A oferta, assim, foi um pouco menor que a esperada.

Apesar de seus tradicionais problemas de abastecimento, a Região Sul não apresentou problemas de abastecimento, uma vez que recebeu grandes carregamentos do Nordeste, até 1978, além de grandes quantidades de produção enviados do Paraná e das fábricas do Sul de São Paulo. Normalmente a região adquire 200 mil toneladas/ ano do Uruguai, quantidade essa que se reduziu muito em 1979.

No Nordeste o crescimento foi de 7,2 por cento, em 1979. Já na Região Norte, o abastecimento foi normal com uma importação praticamente inexistente. Outra região sem problemas foi a Centro-Oeste, uma vez que suas cinco fábricas atenderam à demanda, completada com pequenas importações provenientes de Minas Gerais.

Eis o quadro do balanço da capacidade nominal comparada com o consumo para os anos de 1970 a 1979:

ANOS	CAPACIDADE NOMINAL	CONSUMO	DIFERENÇA %
1970	9.174	8.994	102,0
1971	10.630	19.768	108,8
1972	12.273	11.345	108,2
1973	14.560	13.238	109,2
1974	15.830	14.860	106,5
1975	17.180	16.648	103,2
1976	19.130	19.049	100,4
1977	21.540	20.910	103,0
1978	24.705	22.963	107,6
1979	25.640	25.719	99,7

Não há problemas no Brasil para a fabricação de cimento. Existe matéria-prima (calcário, argila e gipsita) em quantidades razoáveis para a produção a longo prazo. É excelente o desenvolvimento tecnológico da indústria transformadora. Há oferta de energia elétrica nas regiões de produção. O mercado nacional é ávido, consumindo sempre dentro das projeções mais ousadas.

O preço fixado pelo Conselho Interministerial de Preços é razoável e ao afirmar isso não se diz uma inverdade, levando-se em conta os interesses de produtores e consumidores. Na prática, porém apenas pouquíssimas empresas obtém lucro, e muito menos lucros altos. E são justamente aquelas que não foram obrigadas a recorrer a financiamentos junto às agências oficiais de crédito, destinados às suas expansões ou implantações de novas unidades.

A explicação é fácil: o dinheiro oficial é muito caro, afogando em dívidas o empresário e, em conseqüência, cerceando sua capacidade de investir. Despesas financeiras muito elevadas encarecem o produto final, cujo preço, contido, não responde às necessidades de poupança exigidas para as reinversões.

É por isso que não existem perspectivas favoráveis para o Brasil pelo menos até 1985. Vamos importar cimento, em quantidades cada vez maiores a cada ano, e num mercado internacional carente. Logo, vamos pagar mais caro por ele, desnivelando ainda mais a nossa balança de pagamentos.

As projeções mostram um quadro pouco promissor...até 1985:

ANO	CAPACIDADE INSTALADA	CONSUMO	DIFERENÇA
1980	27.075	28.805	-1.730
1981	27.615	32.262	-4.647
1982	30.610	36.133	-5.523
1983	31.310	39.024	-7.714
1984	32.160	42.146	-9.986
1985	32.160	45.518	-13.358

SOLUÇÕES

O problema, como se apresenta na sua realidade e na sua complexidade, reclama, como já há algum tempo reclamava, uma solução objetiva que apresente principalmente estabilidade e segurança para a expansão necessária da indústria cimenteira.

O setor não trata de reivindicar nada ao governo, mesmo porque qualquer solução adotada agora só renderia resultados daqui a quatro ou cinco anos, mas sim lembrar que as advertências foram apresentadas a tempo e que a atual escassez do produto não tem como responsável o industrial do cimento, ao qual essa situação em nada beneficia. Como vêm repetindo há mais de cinco anos, é necessário permitir o crescimento dos recursos livres para investimento, pois do contrário, não será possível reequilibrar o mercado.

Empresário não acredita em crise mas quer que se estabeleçam prioridades

"O Brasil acaba de vencer uma fase de transição, até de ordem política, e agora está partindo para definições maiores, no que diz respeito à atividade econômica. E é exatamente a observação desse progresso que me faz discordar daqueles que acreditam numa crise global para os negócios no País".

Esta é a opinião do industrial Darcy Epaminondas de Almeida, diretor-superintendente da Sotema S/A, para quem as perspectivas da economia brasileira são muito boas, do lado do empresariado, mas para a realização de negócios especiais.

GRANDES PRIORIDADES

Com base no fato, já estabelecido pelas condições gerais, de que não haverá recursos para tudo, ele prevê a ocorrência futura de sérios problemas internos. Mas chama a atenção para um aspecto importante: o próprio Governo está iniciando um conjunto de programas de grande envergadura, que não pode parar. O resultado desse comportamento será a criação de critérios, os quais certamente carrearão as disponibilidades financeiras para as grandes prioridades.

Dentro dessa linha de raciocínio, o industrial aponta três grandes vertentes de negócios especiais para as empresas: nos setores da construção civil, principalmente na área de obras residenciais; de transportes, pela importância dos caminhões na movimentação das safras e dos ônibus no transporte urbano; e o das construções pesadas, para a solução dos problemas brasileiros de energia e do transporte aeroviário (construção de aeroportos).

HABITAÇÕES

"No setor da construção civil, mas especificamente na área habitacional — explica — há grandes possibilidades de desenvolvimento, desde que as empresas se capacitem para a realização de programas habitacionais adequados às necessidades do País. É inegável a existência de uma forte carência de habitações, o que está ocorrendo ao lado da disposição demonstrada pelo Governo de solucionar esse problema. O caminho mais bem indicado é o da construção de habitações por métodos racionais, já que, em termos tradicionais, é praticamente impossível o alcance de escalas ideais de produção e custos".

"Particularmente — continua — nós, da Sotema, defendemos a construção com maior velocidade e de execução sem gastos irrecuperáveis. Estamos aparelhados para isso. Com a rapidez, anulamos o problema dos custos inflacionários. A verdade é que não vemos solução na construção convencional, onde o tempo de realização é muito maior. O mundo inteiro já superou esse problema e, no Brasil, temos de nos conscientizar da necessidade da implantação de processos racionais".

"É certo que alguém dirá que o processo racional pode gerar problemas de ordem social, tais como o desemprego, pelo fato de incorporar alta dose de racionalidade no âmbito da mão-de-obra. Mas isto não é verdadeiro, se olharmos o mercado como um todo. A construção racional tem a propriedade de acelerar o ritmo e, assim sendo, cria muito mais empregos. Além disso, consegue fazer com que o operário seja melhor remunerado, considerando-se que um azulegista, por exemplo, ganha por metro quadrado acabado e tem, a seu lado, um índice de produtividade incomparável".

TRANSPORTES

No que se refere ao setor de transportes, Darcy Epaminondas aponta dois aspectos básicos. O primeiro é relativo à vontade do Governo de racionalizar os transportes urbanos. Foi essa vontade, expressa através da programação da EBTU, que gerou o projeto do ônibus **Padron**. "Nesse caso particular, todos têm de admitir que a Volvo do Brasil é a única empresa que produz de forma adequada e compatível com as determinações do projeto **Padron**. Mesmo porque, até agora, não se produziram ônibus no Brasil, e sim carrocerias de ônibus montadas em chassis de caminhão", declara.

O industrial lembra que os grandes movimentos de massas nos centros urbanos se constituem em desafios para a sociedade brasileira. O empenho do Governo, nesse campo, está diretamente vinculado ao interesse de dar viabilidade às cidades. Mas também se liga à preocupação de dar cumprimento à meta dirigida à agricultura, que já mereceu prioridade maior entre os planos governamentais. Nesse ponto, a figura do caminhão é indispensável para os propósitos de redução dos custos dos transportes.

"No que se refere especificamente aos caminhões — adianta — a solução está no aumento da capacidade de carga, o que poderá reduzir os custos do transporte. A Volvo, por exemplo, preferiu começar pelos caminhões pesados. De acordo com alguns estudos realizados, acredita-se que o Brasil vai precisar de, pelo menos, 40% da sua frota em caminhões pesados, para beneficiar a relação transporte-custo".

CONSTRUÇÃO PESADA

"No campo da construção pesada e, conseqüentemente, da necessidade de máquinas pesadas, são três os principais setores nos quais certamente haverá investimentos, a curto prazo. O primeiro é o de energia, onde há programas, por exemplo, na área da CESP, que envolvem contratos — aliás já assinados com empreiteiras — como nunca existiu, para a construção das hidrelétricas de Porto Primavera, Rosana e Taquarussu, no Pontal do Para-panema e, mais ao Norte, do Canal Pereira Barreto e da Barragem de Três Irmãos, no Tietê. Esses programas se ligam ao das usinas nucleares, como mais do que necessários para o atendimento da demanda de energia elétrica na região de maior consumo."

Em segundo lugar, os programas na área do carvão, alguns ainda não iniciados, mas que visam a melhoria de projetos localizados no Sul do País, tão importantes ao planejamento das alternativas para o consumo de derivados do petróleo. Como o primeiro, este é um programa que não pode parar, pois é parte integrante do esquema de prioridade do Governo.

Por último, vem à disposição de melhorar os aeroportos de São Paulo e de Belo Horizonte. Este último, já em execução, enquanto que o primeiro deverá ser iniciado em julho. Resta, ainda, paralelamente, o programa ferroviário, com vistas à conclusão das ferrovias de Aço e da Soja, esta imprescindível para o escoamento da produção.

Segundo Darcy Epaminondas, esses são alguns dos negócios especiais, para os quais não haverá falta de recursos. Nesses setores, será mantido o dinamismo da atividade, o que significará uma grande abertura para o empresariado.

Mesmo com problemas é grande o nosso progresso

HERMES FERNANDES

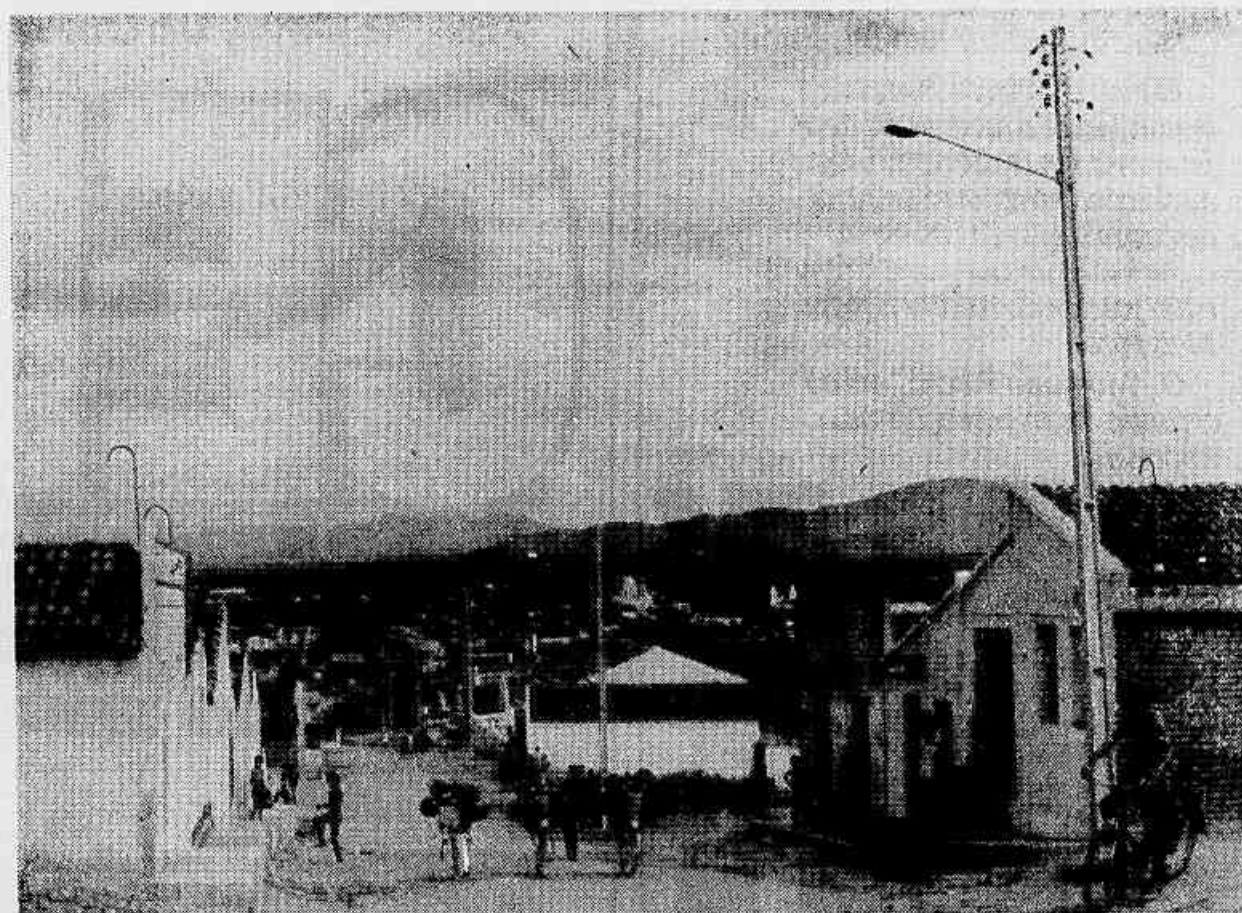
São inumeráveis os problemas brasileiros. Mas três se sobrepõem aos demais: inflação, balanço comercial e combustível-energia. Medidas de choque poderão abreviar a reversão inflacionária, porém desencadearão o progresso recessivo, o desemprego e desaparecimento de muitas pequenas e médias empresas. Os 45% fixados como teto de ampliação de crédito bancário para 1980 já são um freio-em-choque para a economia.Os efeitos estão à vista no **Monitor Mercantil**. O nosso atraso nas contas externas tem uma única fonte amortizante — as exportações. A partir do álcool carburante, nossa principal alternativa energética, além de mercados abertos à respectiva exportação, exemplo os Estados Unidos que nos compraram em abril findo 7,7 milhões de galões, temos centenas de produtos exportáveis, liderados pelo café, minério de ferro, soja, cacau, açúcar, veículos a motor, manufaturados, até frangos para o Oriente Médio. O terceiro problema em realce, o energético, tem no Proálcool um satisfatório sucedâneo para a gasolina, ao mesmo passo que o carvão mineral e vegetal substituirá, em parcela ponderável, o óleo combustível, somado ao metanol, etanol, mamona e marmeleiro. A Petrobrás, com ligeiros sinais de aumento de produção de 30 mil barris diários nos últimos seis meses, já reduz as compras de petróleo no exterior em 208 mil barris/dia. É muito provável que essa gigante estatal agora deslanche.

Vemos o trigo avançando nos Cerrados Mato-grossense, Goiano, Mineiro e no Vale do São Francisco; o cacau sendo beneficiado, ao invés de sua exportação em amêndoas; a cultura da cana-de-açúcar agora dinamizada pelo Proálcool; a instalação de quase 200 destilarias de álcool no País com a vantagem de exportar esses equipamentos industriais; a excelente perspectiva da indústria atender a demanda de mecanismos elétricos, do álcool e da energia nuclear — com apreciáveis depósitos de **Urânio**, em projeção os de Poços de Caldas, MG; o aproveitamento do extraordinário manancial hidrelétrico; a crescente produção de navios para a navegação de longo curso e de cabotagem; a inesgotável riqueza mineral do Vale do Rio Doce, acrescida às fabulosas minas de Carajás. O garimpo de Serra Pelada, no Paraná, com uma Produção superior a 500 quilos mensais de ouro, prenuncia a existência de depósitos externos do metal, que poderão se assemelhar às bilionárias minas de Johanesburgo. Todas essas riquezas em princípio de exploração, aliadas à criatividade e à titânica resistência brasileira — dão-nos a perspectiva de que a presente maré minguante é passageira, e que a bonança em arrimo aos sacrifícios de todos, não tardará.

Em tempo: a quantos que leiam este artigo, do tipógrafo ao dono de empresa, do magistrado ao insigne Chefe do Governo, sugere-se uma ação **imediata e dinâmica**, dupla ou triplamente produtiva — como oportuna resposta, pelo nosso brio, às dúvidas suscitadas por alguns institutos internacionais financeiros.

Ceará — Terceiro Estado do Nordeste em energização

Com quase 500 mil consumidores instalados, a Companhia de Eletricidade do Ceará (COELCE) beneficia, aproximadamente, a metade da população cearense, vez que já ultrapassou a 5,7 milhões de habitantes. É uma empresa componente da administração indireta do Estado do Ceará, cuja concessão federal para produzir, transmitir e distribuir a energia elétrica necessária ao suprimento de todo seu território, cobrindo uma área geográfica superior a 148 mil quilômetros quadrados. Como explicou o presidente da COELCE, Eng.º Marco Cesar Ferreira Gomes, no ano de 1979, "as atividades da empresa foram voltadas, de modo especial, para a melhoria da qualidade do serviço que vem sendo prestado aos seus usuários, bem como para a extensão dos benefícios de utilização da energia elétrica a uma parcela, cada vez maior, da população cearense".

Apesar dos apertos financeiros impostos as empresas do setor, basicamente pelas restrições de crédito, originados por fatores da política global econômica, a administração da COELCE não medirá esforços para cumprir as metas de 1980, como ocorreu em 1979. Entre as obras, no ano passado, destacam-se a construção de 1.796 km de linhas de distribuição primárias e secundárias visando a eletrificação rural, ampliando em 16,8 MVA a potência instalada, possibilitando a utilização da energia elétrica por 2 mil 722 propriedades rurais; a eletrificação de 44 outras localidades, perfazendo um total de 652 aglomerados populacionais, englobando cidades, vilas e povoados regularmente servidos por energia de origem hidroelétrica produzidas pela CHESF, colocando o Ceará em segundo lugar no Nordeste, em número de localidades energizadas; ligação de 12 mil 190 residências da população de baixa renda, através do "Projeto Integração", atingindo, no final do ano passado, 65 mil 723 casas ligadas, beneficiando cerca de 378 mil cearenses da classe menos favorecida; incremento de 14,5% na energia elétrica recebida da CHESF em relação ao ano de 1978, índice superior ao obtido pela Região Nordeste no mesmo período e que se situou em torno de 13,4%; alterações substanciais na Estrutura Organizacional da Empresa, através da Diretoria de Recursos Humanos, e ao desmembramento da antiga Diretoria Técnica em duas outras, de Engenharia e Expansão e de Operação e, finalmente, a elevação da taxa de atendimento, relação entre a população servida por energia elétrica e a população total, de 35% para 39%, no período 1978/79.

Projeto Irrigação beneficia população de baixa renda

Irrigação de fazenda

ELETRIFICAÇÃO RURAL

Um dos projetos de destaque da COELCE é o de Eletrificação Rural. As metas para 1980 prevêem que até o final do ano, o Ceará contará com mais de 14 mil propriedades energizadas. Em 1979, foram construídas 1.648,7 km de linhas de distribuição rural, dos quais 1.501,1 km de circuitos na tensão de 13,8 KV e 147,7 km em 380/220V. Essas construções possibilitaram acréscimos de 16.776,5 KVA na potência instalada bem como condições para ligação de 2 mil 722 novas propriedades rurais. Para execução dos programas vários convênios foram firmados entre a COELCE e a ELETROBRÁS, o Banco do Nordeste do Brasil, POLONORDESTE, além de outros órgãos cujos investimentos, no setor, atingiram a soma de Cr$ 134 milhões 700 mil. O programa vem recebendo todo apoio do Governo do Estado, na obtenção de novos recursos, com o objetivo principal de disseminar o sistema de distribuição de energia elétrica para as várias zonas rurais do Ceará.

PROJETO INTEGRAÇÃO

A atual administração, no seu primeiro ano à frente da COELCE, deu continuidade ao Projeto Integração, que tem como objetivo atender a população de baixa renda, cujo desempenho foi bastante razoável tendo em vista a limitação de recursos específicos para o atendimento de domicílios da população pobre, no ano de 1979. Ao final do exercício tinham sido ligadas 65 mil 723 residências das quais 12 mil 190, somente no ano passado, correspondente aproximadamente a 70 mil pessoas beneficiadas. Em Fortaleza, foram ligados 2 mil 833 domicílios e no interior 9 mil 357, totalizando 417 localidades cearenses beneficiadas desde o início da execução do projeto, em 1975. O desempenho desse programa reflete-se de forma positiva na elevação da taxa de atendimento, que evoluiu de 35,3% em 1978, para 39,3% em 1979, contribuindo com um acréscimo de 11%.

ADMINISTRAÇÃO LÚCIO ALCÂNTARA:

Na humanização de Fortaleza a preocupação com as lagoas

Voltada para a busca da "cidade desejável", com melhores condições de vida para a população, a administração do Prefeito Lúcio Alcântara vem conferindo uma ênfase toda especial à humanização de Fortaleza. Essa preocupação tem resultado numa série de providências destinadas a assegurar a preservação de importantes áreas naturais do município, entre as quais estão lagoas, rios e riachos.

Com esse objetivo, o Plano de Metas Governamentais — Plameg — Fortaleza estabelece zonas especiais de preservação, onde o Prefeito Lúcio Alcântara pretende executar projetos para dotar esses locais de infra-estrutura necessária para que eles sirvam como novas opções de lazer para a comunidade. São os pólos de lazer que a Prefeitura, na atual gestão, começa a implantar em diferentes bairros. Uma lagoa, a do Opaia, já foi beneficiada com um desses pólos, o mesmo devendo acontecer ainda este ano com a Lagoa de Parangaba, outra que se enquadra entre as principais de Fortaleza.

Parque da Lagoa do Opaia

OPAIA

Recentemente, o Prefeito Lúcio Alcântara inaugurou o pólo de lazer da Lagoa do Opaia, que conta com passeios, barcas, vias de acesso, avenida de contorno, locais para barracas, quadras de esportes e outros equipamentos para o divertimento da população fortalezense. Com a implantação de toda essa infra-estrutura, a Prefeitura evitou o desaparecimento de uma das principais lagoas de Fortaleza, salvando-a da especulação imobiliária a que estava sujeita. Foi um investimento de Cr$ 46 milhões, cuja importância social já se faz notar pelo número de pessoas que, principalmente no final de semana, freqüentam o Parque Opaia. Hoje não é apenas uma lagoa, mas todo um parque em condições de ser freqüentado com mais conforto, incluindo-se entre as novas opções não apenas para o fortalezense, mas também para quem visita a capital cearense.

PARANGABA

Agora, prepara-se a Prefeitura para, através da Empresa de Urbanização de Fortaleza (Emurf), urbanizar outra importante lagoa do município, a de Parangaba. Neste sentido, já existe um projeto elaborado pela Superintendência do Planejamento do Município (Suplam), prevendo playground, quadras esportivas, barracas e outros benefícios. A exemplo do que ocorreu com a Opaia, trata-se não apenas de garantir a preservação da lagoa, mas também de dotá-la da devida infra-estrutura para que possa ser desfrutada pela população como uma área de lazer mais completa.

O projeto tem execução prevista a partir de julho deste ano, devendo ficar concluído no próximo ano. Há previsão de aplicação de recursos da ordem de Cr$ 45 milhões, conforme estimativa da Suplam. A urbanização da lagoa de Parangaba é uma antiga reivindicação do povo de Parangaba, um dos mais populosos distritos do Município de Fortaleza. Por isso, está sendo recebido com muito entusiasmo o anúncio de sua execução a partir de julho.

GRANDE BACIA

É interessante ressaltar que Fortaleza possui uma grande bacia lacustre, exigindo providências para sua preservação, principalmente por parte de uma administração como a atual, bastante preocupada com a preservação do meio-ambiente, dos pontos naturais do município. Por essa razão, o Prefeito Lúcio Alcântara está com suas atenções voltadas para as diversas lagoas de Fortaleza, como já demonstrou ao inaugurar o Parque do Opaia e pretende fazer ainda este ano com a lagoa de Parangaba.

Esse comportamento levará o Prefeito, ainda na sua gestão, à adoção de providências com vistas à preservação e urbanização de outras importantes lagoas, conforme orientação de sua parte à Superintendência do Planejamento do Município (Suplam). Desse modo, estão previstas para a atual administração municipal trabalhos de urbanização também nas lagoas de Messejana, Bessa, Passaré, Maraponga e outras, sequenciando um programa que tem sido muito aplaudido pela comunidade, numa prova do acerto da política de humanização adotada por este governo municipal.

APOIO DE VIRGÍLIO

A exemplo do que se observa em outros setores, também para a urbanização das lagoas de Fortaleza a administração do Prefeito Lúcio Alcântara tem contado com o apoio firme, decidido, do Governador Virgílio Távora. Sempre presente nos esforços para a consecução dos recursos indispensáveis para a execução desses projetos, participando de contatos junto a órgãos federais, liberando recursos, o Governador Virgílio Távora proporciona ao Prefeito as condições para execução de projetos considerados essenciais dentro de um processo de crescente humanização, como determina a filosofia de governo do Prefeito Lúcio Alcântara.

Salmito elogia medidas do Governo em favor dos pobres do Nordeste

Recife — O superintendente da Sudene, Valfrido Salmito, afirma que algumas decisões tomadas a favor do Nordeste no primeiro ano do Governo Figueiredo têm bastante significação social e econômica: "Em primeiro lugar, mencionamos, por exemplo, a ênfase conferida às populações de baixa renda do Nordeste. Preocupações essas que se transformaram em importantes decisões, como a de estender a toda a região do semi-árido nordestino o Projeto Sertanejo, permitindo, assim, que as propriedades sertanejas se capacitem melhor para enfrentar as periódicas e repetidas calamidades climáticas".

"Ressaltamos, também, entre as medidas de repercussão social e econômica, a decisão do Presidente João Figueiredo, trazida pelo Ministro Andreazza, de expandir, intensamente, o programa de construção de residências para as populações de baixa renda, beneficiando a todos os grandes centros demográficos do Nordeste".

Programas Especiais

O Sr Valfrido Salmito acrescenta que a decisão de descentralizar a administração dos Programas Especiais, particularmente do Polonordeste e do Projeto Sertanejo, foram bastante positivas: "Com isto, o Governo federal vem permitir um andamento mais rápido na implementação desses programas que, coincidentemente, estão voltados para os produtos agricolas nordestinos, sobretudo os pequenos produtores. É sabido que essa decisão vinha sendo desejada pelos Governos estaduais e pela própria Sudene, e com ela se evitará atrasos na transferência de recursos financeiros para o Nordeste".

"A decisão de fortalecer o sistema de incentivos fiscais — Finor — através da determinação de as empresas estatais voltarem a optar a parte de incentivos decorrentes do Imposto de Renda somente em favor do Nordeste e da Amazônia, tem um alto significado. Isto representa um incremento de recursos para o sistema de incentivos", afirma o Sr Valfrido Salmito.

— "Compondo, ainda, esta decisão de fortalecimento do Finor, estabeleceu também o Presidente Figueiredo, que as empresas estatais, absorvedoras de incentivos, somente os recebessem até o montante equivalente às opções das empresas estatais em favor do Nordeste. Isto significa que as empresas privadas, beneficiárias do sistema de incentivos, não terão reduzidos os incentivos em decorrência de competição das empresas estatais. Devemos lembrar, ainda, uma decisão importante do Governo Figueiredo a favor do Nordeste, aquela relacionada com a intensificação dos projetos de irrigação que beneficiam os vários Estados.

— "Ainda tivemos, neste primeiro ano de novo governo, a criação do Programa de Recursos Hídricos para o Nordeste, objetivando aumentar substancialmente as reservas de água disponíveis na Região, seja através da grande açudagem pública e da particular, dos médios e pequenos açudes, seja por intermédio da elevação do numero de poços públicos e particulares, em operação, além de uma oferta maior de equipamento operador (perfuratrizes colocadas à disposição dos Governos Estaduais ou Órgãos Federais, como o DNOCS e o Grupamento de Engenharia do Exército) permitindo, assim, que o suprimento de água às populações humanas e aos rebanhos, seja feito em condições mais favoráveis. Esse programa foi definido para o triênio 79/81, envolvendo recursos financeiros de Cr$ 9 bilhões 900 milhões e já se encontra em franca implementação".

O superintendente da Sudene lembra ainda que a instituição do Programa de Apoio as populações pobres das zonas canavieiras foi um passo importante para o desenvolvimento social da região. "Ele envolve recursos financeiros de diversos Ministérios, que serão canalizados para melhorar as condições de vida daquelas populações, não somente no que diz respeito a habitação, como também à escola, assistência de saúde e até mesmo quanto a um sistema de produção que beneficie os trabalhadores das zonas canavieiras".

"Esses pontos mencionados já configuram uma mudança de atitudes, com relação ao Nordeste, da parte do Governo Federal, que não ficou apenas, em vagas proposições. Todos esses pontos já estão cristalizados em decisões e em programas e projetos que se encontram em implementação, e portanto, com recursos sendo transferidos e aplicados".

Em vista disso, "consideramos o primeiro ano de Governo Figueiredo como altamente positivo para a Região, não obstante a dificílima conjuntura em que se encontra o país: foram assumidos e vem sendo honrados os diversos compromissos", assegura o Sr. Valfrido Salmito.

O Nordeste vem, ano a ano, conseguindo aumentar as exportações para o exterior. Em 1979, em cerca de US$ 70 milhões foram obtidos através de exportações de produtos de pesca de projetos aprovados pelo Governo Federal, por intermédio da Sudene, disse ainda o Superintendente.

Mas — acrescentou o sr. Valdrido Salmito, não ficou apenas em pescados o incremento do Nordeste. "Podemos mencionar sucos de frutas e amendoas de caju, outros produtos agroindustriais, como a manteiga e a torta de cacau, que foram beneficiados e exportados, também por empreêdimentos apoiados pela Sudene. Poderíamos estender-nos, com relação a produtos de couro, calçados, confecções, produtos texteis (algodão) e até mesmo equipamentos e máquinas, produzidos na Região e que foram exportados para o exterior."

Entre essas máquinas, estão as agricolas, enviadas à Africa; tornos mecânicos, para diversos países; outros produtos industriais, como medidores elétricos, separadores, componentes eletrônicos, ligas especiais fabricados na Região por empreendimentos apoiados pela Sudene e destinados aos mercados externos. Afora grande contribuição consubstanciada em substituição maciça de importações, no que diz respeito a produtos petroquimicos básicos, fibras sintéticas, entre outros.

"Assim, se analisarmos o perfil das exportações nordestinas, hoje, e compararmos com a estrutura de 20 anos atrás, notamos que o Nordeste ganhou, em valores absolutos, nas suas exportações, e ganhou também, no que diz respeito à diversificação dos produtos exportados da Região, que não se limitam, apenas, ao algodão, a cera de carnaúba, ao sisal e ao cacau em emendoas".

"O Nordeste ganhou em quantidade, em qualidade e em diversificação de produtos exportados. É sabido que o Nordeste, que exportava naqueles anos, não mais de 20 milhões de dólares anuais, atualmente já está exportanto entre quase dois bilhões de dólares, contribuindo, anualmente, para ajudar o Brasil a resolver o seu gravíssimo problema de balanço de pagamentos. E essa grande contribuição do Nordeste ganha maior expressão com produtos manufaturados, a partir de empreedimentos apoiados pelo Governo Federal, através da Sudene".

Industriais baianos criticam mudanças bruscas na economia

Salvador — Uns mais, outros menos, a depender dos sacrifícios maiores ou menores a que foi submetido o setor em que operam, os empresários baianos, de uma maneira geral, se queixam de algumas medidas mais drásticas da política de combate à inflação — muito embora achem que ela é necessária — e se queixam principalmente da forma abrupta com que têm sido tomadas. Revelam quase sempre pequena confiança na manutenção de um caminho escolhido para a política econômica em determinado momento, "já que as regras do jogo se alteram de um dia para outro, sem obedecer a critérios claros de uma orientação global".

Em termos de política energética, estão certos de que o álcool é a grande solução para o país e por isso mesmo se confessam perplexos com as indefinições e a morosidade que cercam o projeto do álcool, para eles, inexplicáveis. Acham que essa postura insegura do governo, se reflete numa incapacidade de os empresários ousarem mais, na busca de fontes alternativas de energia para suas empresas.

INCERTEZAS NEGATIVAS

Falando basicamente a partir do seu setor, Geraldo Araújo, diretor superintendente da Polipropileno, engenheiro civil formado pela UFBa, com pós-graduação em refinação de petróleo pela Petrobrás e engenheiro químico formado pelo "Renssalaer Polytechnic Institute", do Estado de Nova Iorque, diz que vê com preocupação os problemas com que o país poderá se defrontar a curto prazo, "pelo fato de não alcançar o devido balanceamento entre a oferta e a procura de produtos químicos e petroquímicos".

— Falo sobre queda da produtividade industrial e o que quero dizer é que se dentro dos próximos cinco anos não houver o crescimento necessário, fatalmente o país estará sendo onerado no seu balanço de pagamentos pelas conseqüentes necessidades de importação. A economia de divisas advindas com a colocação da indústria química e petroquímica pesa sensivelmente na balança comercial do país. E o retorno dos investimentos efetivamente gastos em moedas estrangeiras são de curtíssimo prazo, no setor, após a entrada em operação normal das empresas.

Um exemplo é a Acrinor, empresa do Pólo Petroquímico, que teve operação iniciada em janeiro deste ano e em abril, quando foi inaugurada, havia proporcionado uma economia de divisas equivalente a todo o seu investimento em moeda estrangeira, durante a implantação.

Geraldo Araújo, que efetivamente é funcionário da Petrobrás, cedido à Petroquisa (uma das acionistas da Polipropileno) e que até março de 78 trabalhava na Refinaria Landulpho Alves, como coordenador de pré-operação dos novos investimentos (que incluía a instalação de uma unidade de sistemas auxiliares para abastecimento de matérias primas e óleos combustíveis à Copene) diz que entende que o Governo está tomando decisões compatíveis com a crise econômica brasileira.

— É claro — diz — que há necessidade de uma participação de todos os segmentos da nação no combate à inflação. Mas nesta política, as regras do jogo se alteram a tal velocidade, que as incertezas geradas tem efeitos até piores do que a efetiva diminuição dos lucros que está sendo experimentada pela maioria dos segmentos.

Quanto a investimentos para busca de fontes alternativas de energia, Geraldo Araújo diz que a Polipropileno é abastecida pela Copene e que está pronta a se engajar nos projetos que estão sendo desenvolvidos por ela. E por outro lado destaca que a Polipropileno na verdade dá uma contribuição maior e mais imediata nessa questão da energia, com o próprio produto que oferece ao mercado.

O polipropileno e outros plásticos — explica, com o auxílio de Ruy Monteiro, diretor comercial da empresa — para serem moldados exigem menos energia que outros produtos (metais sobretudo) que substituem. Quando se diminui a relação peso/potência, se diminui o consumo de energia. O que estamos dizendo, é particularmente aplicável à indústria automobilística, quando além da redução do consumo de energia para a moldagem de peças, se diminui o consumo de gasolina no veículo, porque se diminui o seu peso.

SETOR BENEFICIADO

Muito embora reconheça que o setor de fibras naturais, como o sisal, a que está ligado, foi beneficiado nos últimos anos pelo enorme aumento dos preços do petróleo, Wilson Andrade, diretor de planejamento do grupo Cresal (que iniciou com exportação de sisal e hoje compreende 12 empresas ligadas a vários setores), economista e um típico **self-made-man**, acha que a economia brasileira atravessa um momento tão crítico, que cabe a cada setor "inventar, bolar, criar novas soluções sem desanimar, para que não se entre numa recessão violenta e desastrosa".

— No sisal, temos elevação de produção e do volume de exportações, mas falando genericamente da economia, vejo que não estávamos preparados para enfrentar essa crise, que veio com a inflação, encarecimento do dinheiro e retração de compras a nível externo. Veio com a inflação e o encarecimento do dinheiro interno. E já nos assusta o problema do desemprego, cujo nível está crescendo aceleradamente, o que pode levar a uma desorganização social ainda maior. Não se pode barrar salários, porque é o operário que tem pago o preço mais alto da inflação. Nem podemos parar os investimentos, porque aí, a que ponto levará o desemprego?

Wilson Andrade que começou a trabalhar aos 14 anos como **boy** no grupo Coelho, onde aprendeu boa parte do que sabe sobre sisal (conhecimento que não é nada desprezível) e hoje é conselheiro da Federação das Indústrias do Estado da Bahia e da Bolsa de Valores e um dos diretores da Associação Comercial, acha bom que o grupo Cresal, nesse quadro da economia atual, continue com os investimentos.

"Recentemente a Sisalana aumentou sua capacidade de 22 mil toneladas para 38 mil toneladas/ano de cordoalha de sisal. Foi um investimento de Cr$ 80 milhões, dos quais a metade financiada e achamos que o nível de retorno do investimento vai cair. Mas como conhecemos muito o setor, não estamos com medo. E entre 1980 e 1981, o grupo vai investir mais Cr$ 50 milhões em dois pequenos projetos".

Quanto à busca de fontes alternativas de energia, o grupo, no momento, está tentando junto ao CDI, a aprovação de um projeto de fabricação de um produto feito a partir de resíduos de indústrias e refinarias, para substituir o óleo combustível que vem sendo utilizado hoje nas indústrias de sisal, juta, borracha e outras fibras naturais. Essa tentativa está sendo feita através da Refinor, empresa do grupo que se dedica à reciclagem de óleos lubrificantes.

— As indústrias de sisal, juta e borracha usam no seu processo produtivo, para amaciar, aglutinar e mesmo lubrificar as fibras vegetais, determinados tipos de óleo, que deveriam ser lubrificantes. Como estes são muito caros, algumas vêm usando óleo combustível tipo OC-4. Mesmo assim, ainda se consomem três milhões de litros/mês de óleo lubrificante. Se o nosso projeto for autorizado, sem ônus (porque vamos utilizar capacidade ociosa de Refinor), poderemos oferecer um produto 40% mais barato, no mínimo, que o OC-4. E quarenta empresas no país poderão ser beneficiadas, sem investimentos, se toda a indústria de re-refino do país fizer algo semelhante, utilizando sua capacidade ociosa.

Além desse projeto, o grupo Cresal está estudando a substituição das seis caldeiras a óleo que tem, por caldeiras elétricas. "Não sabemos ainda de quanto será o investimento. As caldeiras a óleo custam entre Cr$ 2 milhões e Cr$ 3 milhões de cruzeiros. As elétricas são mais caras, mas acreditamos que o investimento será coberto a curto prazo pela redução no custo da energia".

Mas, em termos globais, embora acredite que pode haver alguma coisa na área de carvão, mamona, e outras, Wilson Andrade acha que é o álcool a grande saída para a energia no país. "O programa ainda está muito solto, tem muita gente falando, muita gente metendo a mão na panela e não há nada seguro. É preciso uma orientação segura e firme do governo, uma orientação clara, para que os empresários entrem com mais força e confiança. Ainda estamos à espera do plano nacional de energia. Porque ainda não saiu?"

Cidade Industrial de Curitiba fatura Cr$12 milhões este ano

Curitiba — A Cidade Industrial de Curitiba, que em 1979 respondeu pela arrecadação de Cr$ 600 milhões em ICM, faturando cerca de Cr$ 7 bilhões, deverá faturar, este ano, pelo menos Cr$ 12 bilhões considerando a previsão de geração de Cr$ 1 bilhão de ICM, esperada pela Urbs. Este ano a CIC deverá atingir 150 milhões de dólares em exportações superando em 50% a expectativa inicial de 100 milhões de dólares para o triênio 1978/1980.

Atingindo esta previsão, a Cidade Industrial de Curitiba terá exportado, no triênio, mais 134 milhões 347 mil dólares do que todo o Estado do Paraná conseguiu exportar durante 1973, em produtos industrializados. Naquele ano foi assinado o Decreto Governamental que a criou. Os números, seis anos passados, permitem a seu idealizador, o prefeito Jaime Lerner, de Curitiba, defini-la como "uma certeza irreversível, capaz de gerar empregos, criar produtos, desenvolver tecnologia".

SISTEMA

Com área de 43 milhões 700 mil metros quadrados ou seja 10% da área de Curitiba, a Cidade Industrial — 10 quilômetros a Oeste do Centro — é o resultado do agrupamento de 188 empresas no período de seis anos. Atualmente há 95 em funcionamento, mas a Secretaria de Indústria e Comércio do Paraná estima que a CIC contará, ainda este ano, com 145 indústrias e 43 empresas de apoio.

Respondendo, atualmente, por 15 mil empregos diretos, a CIC, além de um projeto que comprovou sua viabilidade, foi a inspiração prática para a política anunciada pelo Secretário da Indústria e Comércio, Sr Fernando Fontana, no início de sua gestão, em abril de 1979. O Sistema Estadual de Indústria e Comércio, por ele criado, pretende a implantação de distritos industriais semelhantes em 15 cidades paranaenses, numa fase inicial do plano que considera 40 municípios "em condições verdadeiras de implementação".

Criada no impulso da política nacional de desconcentração do pólo industrial, a CIC aproveitou também, as boas condições de infra-estrutura conseguidas através do desenvolvimento do Estado, gerada pela produção de primários. Um anel elétrico em circuito duplo de 69 Kv e com linhas de transmissão de 230 Kv, já estava se instalando em Curitiba, pela COPEL, antes mesmo da fixação das primeiras indústrias. Não foi difícil, a partir desse anel, montar uma subes tação no centro da cidade industrial, para fornecimento de energia em alta tensão (1 mil 800, 66 mil e 220 mil volts) e baixa tensão (220/127 volts) na freqüência de 60 Hz.

PLANEJAMENTO

O planejamento foi minucioso ao ponto de definir espaços para áreas verdes, e suficientemente amplo para definir até a sua situação quanto ao fluxo dos ventos em relação à área urbana de Curitiba; tinha que ser a Oeste, para impedir que as indústrias poluidoreas lançassem fumaça e mau cheiro na fria Capital e tinha que ser em Curitiba porque o processo de urbanização do Paraná estava se acelerando, e a cidade não tinha como responder à crescente oferta de mão de obra, de diferente níveis.

Como prefeito da cidade quando o projeto começou a ser implantado, o arquiteto Jaime Lerner desencadeou um conjunto de medidas agilizando o setor de transportes e inovando quanto à circulação urbana, ao destinar espaços cuidadosamente urbanizados, para pedestres. Afinal, "era preciso convencer também os executivos das grandes empresas multinacionais que Curitiba já representava uma boa opção de moradia para suas famílias", conforme um dos assessores da Urbs — Companhia de Urbanização de Curitiba.

Dos 43 milhões 700 mil metros quadrados que constituem a Cidade Industrial de Curitiba, 57% destinam-se a áreas industriais ou seja, 25 milhões de metros quadrados; 15% (6 milhões 700 mil m²) destina-se à habitação; 12% (5 milhões 740 mil) a áreas verdes; 9% ao sistema viário, 4% às áreas mistas e 3% à área de serviço, que é o terminal de cargas, com 1 milhão 300 mil metros quadrados destinados ao embarque e desembarque das mercadorias ali movimentadas.

Para abastecimento de água, foi constituído um reservatório específico para a CIC, com capacidade de 2 milhões 600 mil litros abastecido pela estação de tratamento do Iguaçu, que tem potencial de 134 milhões de litros por dia. O sistema de telecomunicações previa a instalação de 1 mil 200 terminais, suficientes para a demanda de 100 unidades industriais de grande porte, ou até 150 de médio porte.

A localização próxima à refinaria da Petrobrás em Araucária, permite, se necessário, a instalação de gasodutos ou oleodutos para fornecimento de combustível às indústrias e possibilita a ligação com o sistema ferroviário nacional. O entroncamento de quatro rodovias federais em Curitiba (BR-116, BR-277, BR-476 e BR-468) liga-a com o sistema rodoviário nacional, através do terminal de cargas que fica no entroncamento das BR-116 e BR-277.

Contagem reúne empresas do setor metalúrgico de Minas

Belo Horizonte — O maior do Estado, o Distrito Industrial Coronel Juventino Dias, de Contagem, conta com uma área de 7 milhões 890 mil metros quadrados, praticamente ocupada por 95 indústrias em operação e uma em fase final de implantação. Atualmente, ele oferece mais de 60 mil empregos diretos, e, em 1977, já representava investimentos superiores a Cr$ 8 bilhões.

Em Contagem, estão grandes empresas do setor metalúrgico, como a Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira e a Laminação de Ferro S/A — Lafersa. O setor mecânico congrega projetos, entre outros, da Artefatos Hércules S/A, Delp Engenharia Mecânic, Pohlig Heckel do Brasil, Sociedade Brasileira de Eletrificação S/A, Tratores Fiat do Brasil S/A, Mafersa Materiais Ferroviários, Indústria Santa Clara Lta. e Barmell Industrial S/A.

PRINCIPAIS EMPRESAS

Reúne ainda grandes empresas no setor têxtil (Companhia Industrial de Estamparia, Companhia Têxtil Santa Elizabeth e Companhia Fiação e Tecelagem São Geraldo), do setor mineral não metálico (Companhia Cimento Portland Itaú e Magnesita S/A), elétrico e comunicações (General Elétrica S/A, IMS — Indústria Ltda., Tecnowat Indústria Eletrônica, RCA Eletrônica S/A, Dasa-Delle Alsthon S/A), de papel (Bates do Brasil), de produtos alimentares, borracha, produtos químicos, material de construção, madeira, mobiliário, vestuário e matérias plásticas.

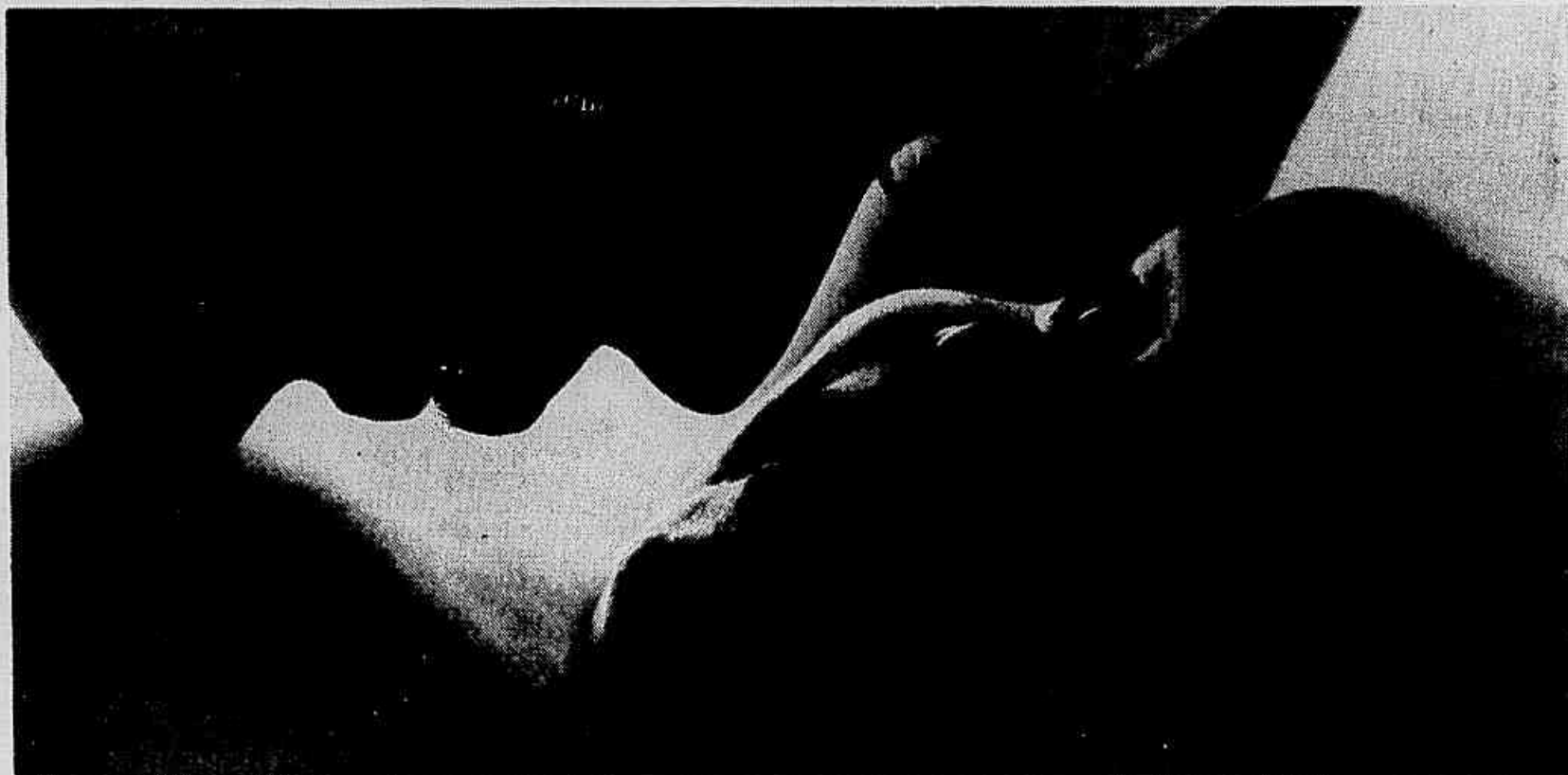
Ainda na Região Metropolitana de Belo Horizonte está o Distrito Industrial de Betim, numa área de 4 milhões 927 mil metros quadrados, com oito empresas em operação, sete em implantação e duas em fase de projeto final, representando a geração de 17 mil empregos diretos e investimentos da ordem de Cr$ 15 bilhões 15 milhões.

A Fiat Automóveis S/A, no setor automobilístico; FMB S/A, no setor metalúrgico; Krupp no mecânico; Ritz Change Indústria e Comércio Ltda. e Westinghouse, no de material elétrico são as principais empresas em operação no DI de Betim.

No Distrito Industrial de Vespasiano estão quatro empresas — uma em projeto final — numa área de 1 milhão 129 mil 865 metros quadrados, havendo ainda uma área disponível de 1 milhão 22 mil metros quadrados. Os empreendimentos no DI absorvem investimentos superiores a Cr$ 1 bilhão 785 milhões e geram 1 mil 730 empregos diretos.

Estão instaladas em Vespasiano, a Belgo Mineira Bekaert, a Demag Equipamentos Industriais Ltda. A Nordberg Industrial Ltda. E a Hasa-Horácio Albertini S/A nos setores mecânico e metalúrgico. Em fase de projeto está a indústria da P & H — Harnischefeger do Brasil e, fora do distrito, a fábrica de cimento da Soeicom-Sociedade de Empreendimentos Industriais Comerciais e de Mineração.

Nos quatros distritos Industriais de Santa Luzia há 25 empresas implantadas, três em instalação e sete em fase final de projeto, numa área de 8 milhões 425 mil metros quadrados. Estes empreendimentos absorvem investimentos superiores a Cr$ 1 bilhão 400 milhões e geram, no momento, 7 mil 682 empregos diretos.

Em Santa Luzia estão empresas como a Nadir Figueiredo Indústria e Comércio S/A (produtos de minerais não metálicos), Companhia Sincarbon (papel e papelão), Forjac Acesita e Hero S/A (equipamentos industriais), Celite S/A (minerais não metálicos) Klabin Irmãos e Companhia (minerais não metálicos) e outras nos setores mecânicos, metalúrgico, de material elétrico, de couros e produtos alimentares.

Distrito Industrial de Uberlândia já oferece empregos a mais de 6 mil

Belo Horizonte — A 557 quilômetros de Belo Horizonte, o Distrito Industrial de Uberlândia começou a ser implantado em 1972, com um investimento de Cr$ 19 milhões 453 mil 522 em obras de infra-estrutura. Possui uma área total de 5 milhões 322 mil 282 metros quadrados, dos quais 1 milhão 712 mil já estão ocupados por projetos industriais e 2 milhões 482 mil 675 metros quadrados disponíveis para novos investimentos.

As 33 empresas do DI de Uberlândia — nove implantadas, cinco em implantação e 19 em fase de projeto — representam investimentos superiores a Cr$ 1 bilhão 762 milhões, proporcionando 6 mil 36 empregos diretos.

Embora tenha sido projetado, como os demais de Minas, dentro da filosofia geral de diversificação do parque industrial do Estado, este Distrito concentra um maior número de indústria de produtos de minerais não metálicos.

Este setor reúne as empresas Produtos Vitória S.A, Precon — Uberlândia Industrial Ltda, Gama Construtora S.A, Hidroeste Indústria e Comércio Ltda, ABC — Artefatos de Cimento Costa e Barbassa Ltda, Vitral — Vidros Planos Ltda, Concretex S.A e Concreto Redimix de São Paulo S.A.

Mas o DI de Uberlândia, que possui a maior fábrica de cigarros da Companhia de Cigarros Souza Cruz SA, no país, reúne projetos no setor químico (Luber — Lubrificantes Uberlândia Ltda), de transporte (Expresso Universo Ltda, Transportes Ugereiro Ltda, Transporte Ferrola Ltda, Transportadora Resende Ltda e Onogás SA — Comércio e Indústria), mecânico (Secadores Weber Ltda e Implementos São Luiz Ltda), gráfico-editorial (Sociedade Administradora Brasileira de Empreendimentos Ltda), de papel (Comercial Irmãos Jorge Ltda), além de empresas nos setores comercial, de produtos alimentícios, de matérias plásticas, material elétrico e de construção civil.

No Triângulo Mineiro, encontrase ainda o Distrito Industrial de Uberaba, em três áreas diferentes. Embora bastante diversificado, o parque industrial de Uberaba foi escolhido para abrigar o complexo químico do Grupo Matarazzo, que se está transferindo de São Paulo para Minas.

O DI Uberaba-I possui uma área global de 1 milhão 663 mil 913 metros quadrados, dos quais 885 mil 375 metros quadrados já estão comprometidos em projetos industriais, havendo uma área de 384 mil 750 disponível para novos investimentos. A 474 quilômetros de Belo Horizonte, ele congrega atualmente 33 empresas, sendo sete já implantadas, sete em implantação e 19 em fase de projeto.

Já operam neste DI a Minasplac Sa (madeira), Companhia Têxtil Triângulo Mineiro (têxtil), Curtume Triângulo Indústria e Comércio Ltda (couros), Cia Ibiapuera de Avicultura (produtos alimentícios), Indústria Movy Ltda (produtos de minerais não metálicos), Concretex (produtos de cimento) e Curtidora Alvarada (couros).

Em fase de implantação e projetos, estão empresas no setor de madeira, gráfico-editorial, mecânico, metalúrgico, de material elétrico, de serviços de engenharia, de mobiliário e produtos alimentares, bebidas e vestuário.

Com duas empresas já implantadas — Cia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais e Cia Ibirapuera de Avicultura S/A — o Distribo de Caçu, também em Uberaba, tem uma área total de 1 milhão 985 mil 760 metros quadrados, dos quais apenas 233 mil 870 metros quadrados estão ocupados, havendo disponibilidade de uma área de 1 milhão 80 mil metros quadrados para novos projetos industriais.

O DI Delta, o terceiro de Uberaba, conta com uma área total de 5 milhões 571 mil 70 metros quadrados, dos quais 5 milhões 424 mil 505 metros quadrados já estão ocupados por sete empresas (três implantadas, duas em implantação e dois empreendimentos em projeto).

Neste DI já estão implantados os projetos da Mineração Vale do Paranaíba SA (Valep), da Fertilizantes Vale do Rio Grande (Valefértil) e da FMC do Brasil S/A, todos no setor químico. Duas outras, também do setor químico — Ultrafértil S/A Indústria e Comércio de Fertilizantes e Cia. Nitro Química Brasileira — estão em implantação. Os projetos em estudo são da Brasmix (concreto) e Fertibrás (adubos e inseticidas).

Os três Distritos Industriais de Uberaba já absorveram investimentos da ordem de Cr$ 9 bilhões 853 milhões 273 mil e proporcionam 6 mil 624 empregos diretos.

Com uma área total de 868 mil 80 metros quadrados (apenas 50 mil ocupados), o DI de Araguari, que começou a ser implantado há apenas dois anos, já conta com sete projetos industriais nos setores de vestuário, produtos alimentares, mecânico-metalúrgico, de comércio e produtos de borracha. O investimento atual é de Cr$ 40 milhões 597 mil, com a previsão inicial de 140 empregos diretos.

Sul de Minas

No Sul de Minas já estão implantados ou em fase de implantação os Distritos Industriais de Itajubá, Santa Rita do Sapucaí, Pouso Alegre, Extrema e Poços de Caldas.

O DI Sérgio de Freitas Pacheco, de Itajubá, já conta com quatro empresas implantadas e duas em fase de projeto, em uma área de 1 milhão 78 mil 533 metros quadrados. Há ainda uma área disponível de 256 mil metros quadrados. Ele concentra investimentos da ordem de Cr$ 754 milhões 83 mil e já abriu mercado de mão-de-obra para 2 mil 622 pessoas.

Já operam no DI a Helicópteros do Brasil (Helibrás), a única fábrica de helicópteros do país, a Standard Eléctrica S/A (material elétrico e de comunicação), a Hora Minas Ltda. (instrumentos para veículos e relógios e a Flygt do Brasil (material elétrico). Em fase de projeto, a Vicunha S/A (Têxtil) e Âncora S/A (vestuário e calçados).

Com uma área ocupada de 162 mil metros quadrados, o DI de Santa Rita do Sapucaí já abriga a Cooperativa Regional Agro-Pecuária Santa Rita do Sapucaí e o projeto da Precon Industrial S.A., este no setor de produtos de minerais não metálicos, representando investimentos de Cr$ 28 milhões 750 mil e 150 empregos diretos.

No DI de Porto Alegre, numa área de 250 mil metros quadrados, estão sendo implantados os projetos da Sigra S.A (têxtil-metalúrgico) e da Bloch Agro Industrial S.A. Ltda. (produtos alimentares), com investimentos de Cr$ 163 milhões e empregos a 1 mil 90 pessoas.

Em Poços de Caldas, onde está uma das fábricas da Danone, de derivados de leite, o DI só conta, no momento, com a Motores Elétricos do Brasil, em fase de projeto, com investimentos previstos de Cr$ 360 milhões e empregos diretos a 2 mil pessoas. Mas há uma área de 1 milhão 650 mil metros quadrados disponíveis no DI para novos empreendimentos.

Duas empresas — Karburex, no setor químico, e Extrema Comércio e Indústria Ltda., setor metalúrgico — já estão implantando no DI de Extrema, que conta com uma área de 213 mil 480 metros quadrados comprometidos e 188 mil 320 metros quadrados disponíveis. Com um outro empreendimento já em fase de projeto, da Metal Dois Indústria e Comércio, os investimentos neste distrito se elevam a Cr$ 12 milhões 880 mil, oferecendo 434 empregos diretos.

Zona da Mata

O DI de Juiz de Fora, cujas obras de infra-estrutura começaram em 1972, com investimentos superiores a Cr$ 50 milhões, conta atualmente com 37 empresas — 12 já implantadas, seis em implantação e 19 em fase de projeto final. Compreende uma área total de 7 milhões 101 mil metros quadrados, dos quais 1 milhão 883 mil 388 metros quadrados estão disponíveis para novos investimentos.

Os projetos industriais no DI de Juiz de Fora representam investimentos da ordem de Cr$ 1 bilhão 8 milhões 369 mil, oferecendo 7 mil 315 novos empregos diretos.

Já operam em Juiz de Fora a Predapi Indústria e Comércio Ltda. (produtos de minerais não metálicos), a Parapolpa SA — Embalagens de Polpa Moldada (papel e papelão), Serraria Maza Ltda. (madeira), Engefab SA (metalurgia), Moinhos Fartura Indústria e Comércio (produtos alimentares), Estruturas Metálicas Montovani (metalurgia), IBC (armazenagem), Caixolândia — Cartonagem e Tipografia Ltda. (papel e papelão), Fábrica de Caldeiras Santa Luzia (mecânica), Indústria de Meias Colorado (têxtil), SA White Martins (químico), e AGA SA (químico).

Em implantação ou em fase de projeto final, instalam-se no DI outras empresas no setor de vestuário, produtos alimentares, de transporte de passageiros, transporte de cargas, produtos de borracha e de material elétrico.

Norte de Minas

No Norte de Minas, o DI de Montes Claros possui uma área total de 5 milhões 298 mil 993 metros quadrados, dos quais 2 milhões 179 mil 901 estão disponíveis para novos empreendimentos. Suas 24 empresas — nove implantadas, quatro em implantação e 11 em fase de projeto final — representam investimentos atuais de Cr$ 2 bilhões 293 milhões 153 mil, proporcionando 7 mil 704 empregos diretos.

Operam no DI de Montes Claros a Tok SA Manufatura de Roupas (vestuário), Cia. Mineira de Doces e Laticínios (produtos alimentares), Agapress — Artes Gráficas de Precisão SA (papel e papelão), a Biobrás (produtos farmacêuticos), Transit Semicondutores SA (material elétrico e de comunicações), Almec — Indústrias Mecânicas SA (bicicletas e ciclomotores), Intermoinhos Nordeste SA (produtos alimentares), Metalúrgica Santa Rosa de Minas SA (metalúrgicos), Industrias Alimentícias Itacolomy SA e Biofar SA (produtos farmacêuticos).

As empresas em implantação ou na fase de projeto estão distribuídas entre os setores de vestuário, material de transporte, bebidas, produtos alimentares, produtos veterinários, extração de minerais, silos para produtos primários e acabados, detergentes, calçados e produtos químicos.

Em Governador Valadares, o DI, com uma área global de 1 milhão 695 mil 590 metros quadrados — dos quais 649 mil 400 ainda em disponibilidade — já possui 22 empresas, cinco implantadas e 17 em fase de projeto, que representam, hoje, investimentos de Cr$ 169 milhões 261 mil e oferecem 959 empregos diretos.

Neste Distrito Industrial já operam as empresas Catuaba Cristal Ltda (bebidas), Construtora Falci Ltda (manutenção de máquinas), Valadares Minérios Ltda (extração mineral), Cia Ultragaz SA (distribuição de gás) e Companhia Telefônica de Governador Valadares (serviços telefônicos).

As outras empresas, em implantação ou em fase de projeto, vão operar nos setores de comércio de ferragens, produtos farmacêuticos, produtos de cimento, mobiliário, gráfico-editorial, material elétrico.

Em Pirapora, o DI, com uma área global de 5 milhões 637 mil 784 metros quadrados, possui 13 empresas, sendo sete implantadas, três em implantação, e três em fase final de projeto. Elas absorvem investimentos de Cr$ 2 bilhões 23 milhões 749 mil, oferecendo empregos diretos a 3 mil 815 pessoas.

Estão já implantadas Liasa — Ligas de Alumínio SA (metalúrgico), Companhia Itacolomy de Cervejas (bebidas), Mason Ltda (produtos alimentares), Velonorte SA (têxtil) e Grisbi SA Indústrias Têxteis.

Com uma área total de 636 mil metros quadrados, o Distrito Industrial de Mesquita reúne 11 empresas — três implantadas, três em implantação e cinco em fase de projeto — representando investimentos da ordem de Cr$ 321 milhões 101 mil e a geração de 1 mil 536 empregos diretos. Neste distrito estão fábricas da Florestal Acesita SA, Cimento Cauê SA e Construtora Alcindo Vieira. O Distrito abrigará ainda projetos na área metalúrgica, do setor mecânico e de serviços industriais.

Próximo a Belo Horizonte, está o Distrito de Sete Lagoas, com uma área de 1 milhão 512 mil 230 metros quadrados, onde já estão três empresas em funcionamento, uma em implantação e sete em fase de projeto. Elas representam investimentos superiores a Cr$ 235 milhões 498 mil e a geração de 1 mil 359 empregos diretos.

Neste distrito já operam a Acker do Brasil (equipamentos de mineração), Formin Ltda (metalúrgico) e Swepco do Brasil Ltda (químico). Há um Distrito Industrial ainda em formação, o de Belo Oriente, onde já funciona a Cenibra — Celulose Nipo-Brasileira SA.

Pernambuco implanta complexos elevando sua oferta agrícola

Recife — Para fortalecer a base econômica já instalada no Estado, dotando-a de maior poder competitivo nos sistemas regional e nacional, o Governo estadual idealizou a implantação de três complexos industriais, que, pela modernização tecnológica e diversificação do produto, se ajustem ao padrão de competição existente a nível nacional. O secretário de planejamento, Jorge Cavalcante, entende que estes complexos deverão permitir a elevação da oferta estadual de produtos agrícolas, sobretudo alimentos e matérias-primas para a indústria.

"Nós estamos procurando induzir a implantação de empreendimentos que possam atender ao mercado nacional e estejam simultaneamente integrados a base regional de recursos naturais, bem como aqueles que possam inserir Pernambuco no processo de descentralização industrial, atribuindo ao Estado, um certo grau de especialização na produção de insumos básicos e bens de capital."

Jorge Cavalcante, Secretário de Planejamento de Pernambuco

O Sr Jorge Cavalcante detalha estes complexos: "1. Fertilizantes — com base na existência de mais de 65 milhões de toneladas de fosforita, de fácil acesso, evidenciando uma vocação natural do Estado para a produção de fosfatados e misturas N.P.K.

"O segundo complexo é o metalúrgico-mecânico, que associará a tradição local nesse tipo de empreendimentos à prioridade nacional para as indústrias de base, e com enfase especial em uma unidade para a produção de laminados planos, a ser implantada em Suape."

"O terceiro pólo objetiva a integração do parque agroindustrial canavieiro do Estado no esforço para a superação dos problemas energéticos nacionais. A partir do parque industrial açucareiro e alcooleiro, da cultura secular da cana-de-açúcar na Zona da Mata do Estado e das fábricas processadoras de álcool já existentes, como a Coperbo e a Elekeiroz, ambas, aliás, ora executando projetos de expansão."

A implantação do complexo portuário-industrial de Suape depende em muito da contratação de empréstimos externos que possibilitem a construção de toda a infra-estrutura necessária às indústrias que ali se instalarão. No ano passado o governo do Estado contratou empréstimo de 50 milhões de dólares, que, em parte estão sendo utilizados em Suape.

O secretário de Planejamento informa que se espera investir em Suape Cr$ 7 bilhões 900 milhões até 1983, para a montagem da infra-estrutura do porto e do distrito industrial. "No momento, temos já construído o Centro Administrativo da Empresa Suape, as barragens de Bita e Utinga de Baixo (13 milhões de metros cúbicos de água), uma estação rebaixadora de energia (capacidade de 10 mva e transmissão — em 6 9kv e 13.8 kv), um sistema de telecomunicações com dois canais (em ampliação para mais 10) e 10km de rodovias."

"A construção do molhe Sul, já iniciada e que deverá permitir a atracação dos primeiros graneleiros, deverá estar concluída no início de 1982. Em execução encontra-se a terraplenagem da área da estação de tratamento d'água, a rede adutora (4km), o tronco rodoviário, a malha ferroviária (26km) e sondagens para abertura da bacia de evolução do porto".

"Em termos de empreendimentos ou serviços com localização definida para Suape, pode-se registrar o parque de tancagem da Petrobrás, os projetos industriais da Diamar (contrução naval) da Agroquisa (ácido cítrico), ambos já aprojados pela Sudene, a Alune (100 mil toneladas anuais de alumínio primário), a Bacardi (relocalização da fábrica de rum, com ampliação), a Sanbra (o mesmo, em relação à sua fábrica de óleos vegetais), a Atlantum (entreposto pesqueiro, frigorífico e a unidade de fabricação de laminados planos, inicialmente referida.

Setor do café tem boas perspectivas

São Paulo — "Na área de café, as perspectivas para o Brasil são favoráveis nesse ano de 1980. Os contratos feitos pelo Instituto Brasileiro do Café com os torradores estrangeiros representam um esforço muito saudável para o Brasil recuperar a sua participação nos **blends** dos centros consumidores mundiais".

Essa opinião é do presidente da Anderson Clayton, Sr Don Wilson, acrescentando que "a forma desses contratos praticamente garante aos torradores estrangeiros um preço competitivo para o café brasileiro em relação aos de outras origens e dá uma garantia contra uma baixa eventual de preços entre o dia da compra e 40 dias após o embarque, o que faz com que as condições de oferta do café brasileiro sejam atrativas para os importadores estrangeiros. É portanto de se prever que a meta do Governo, que é de exportar 15 milhões de sacas durante 1980 — três milhões a mais do que em 1979 — seja cumprida".

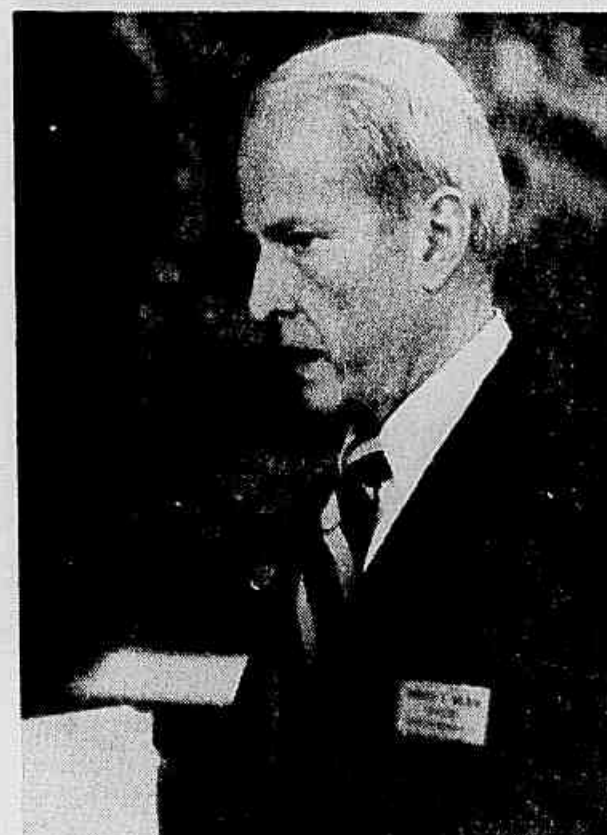
EXPORTAÇÃO

Explicou que a Anderson Clayton foi o 12º exportador do país em 1979, totalizando 133 milhões de dólares. "Para 1980 estamos empenhados em aumentar consideravelmente nossas exportações e esperamos poder fechar o ano com um acréscimo de até 40% sobre 1979".

"No que concerne às exportações de oleaginosas, o Brasil deve se empenhar em exportar o grão beneficiado pois os investimentos nessa área já foram realizados e o parque industrial tem capacidade instalada para processar toda a safra brasileira. Acresce ainda que a exportação de grão beneficiado representa maior nível de emprego no setor e maior receita cambial ao país resultante do valor agregado no seu beneficiamento", afirmou.

NORMALIDADE

O Sr Don Wilson salientou ainda que o suprimento de óleo de soja no mercado interno está normal como resultado da produção satisfatória obtida na safra do corrente ano. Nesse momento, tudo indica que para o ano-safra corrente o abastecimento do mercado interno se prepara com absoluta normalidade.

"No caso específico da soja, estamos estimando uma produções de aproximadamente 16 milhões de toneladas, bastante superior a do ano anterior que foi inferior a 10 milhões de toneladas. É preciso considerar, porém, que em 1979 ocorreu uma prolongada estiagem que ocasionou elevada perda. Em 1980 houve aumento de 3 por cento a 4 por cento na área plantada, significando que a maior parte do aumento da produção é decorrente de ganho da produtividade, principalmente devido a condições climáticas favoráveis em 1980."

Don Wilson, presidente da Anderson Clayton

OCIOSIDADE ALTA

O presidente da Anderson Clayton lembrou também que as indústrias de moagem de grãos estão com alta capacidade ociosa, isto é, a produção nacional ainda é inferior a capacidade de esmagamento das indústrias.

"A utilização da capacidade instalada deve se aproximar de 70 por cento em 1980 versus 52 por cento em 1979. O problema de capacidade ociosa é mais grave no Rio Grande do Sul. O aumento das safras de soja deverá continuar ocorrendo mas principalmente nos Estados de Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais. No Rio Grande do Sul o aumento previsto das safras não será suficiente para permitir que as indústrias daquele Estado possam reduzir sua ociosidade a curto prazo.

Ele entende também que o setor industrial de moagem, com os preços atuais, "não se tem uma rentabilidade adequada em relação ao capital investido".

ADIAMENTO DE INVESTIMENTOS

Disse também que se levando em consideração "a redução de rentabilidade bem como o quadro de incertezas dentro e fora do país, adiamos temporariamente investimentos significantes. Todavia, estamos nos concentrando naqueles investimentos orientados a melhorar nossas operações, tanto em sua eficiência como em seu consumo energético".

Oportunamente, o mundo em geral, e o Brasil em particular, vencerão as dificuldades atuais e delas sairão fortalecidos. Estamos convictos de que ao Brasil está reservado um destino de se tornar uma das principais economias do mercado do mundo livre, bem antes do fim desse século. E é neste quadro que se insere a intenção da Anderson Clayton de continuar dando sua contribuição e manter sua duradoura participação, ligada que está ao destino do Brasil desde a década de 30", concluiu o Sr Don Wilson.

Eliseu garante plena ocupação da indústria nacional em 1980

Brasília — Com um volume de investimentos da ordem de Cr$ 125 bilhões e 891 milhões, para este ano, o Ministério dos Transportes, segundo o Ministro Eliseu Resende, garante plena ocupação da indústria nacional através de encomendas de equipamentos, materiais e componentes e de serviços e obras, gerando empregos e contribuindo para uma melhor redistribuição da renda nacional.

O Ministro dos Transportes enfatizou que, não obstante todo o empenho do Governo em restringir os gastos públicos visando o combate à inflação, o Ministério conseguiu preparar bons projetos, facilmente financiáveis, quer externa quer internamente, para dar trabalho e serviço à indústria nacional.

Eliseu Resende e os investimentos do seu Ministério: Cr$ 126 bilhões

PRIORIDADES DEFINIDAS

O Ministro Eliseu Resende, observa, no entanto, que a programação de obras e política de compras do seu Ministério "não define apenas a idéia de para fazer, ou por fazer, de comprar, ou por comprar". Toda a programação de obras e de compras tem objetivos definidos, prioridades estudadas e com resultados positivos para o País e para a população brasileira.

— Dessa forma — acrescenta o Ministro — não damos seqüência a obras ou iniciamos novos projetos simplesmente por querer apresentar trabalho. Tudo é feito com prioridade e objetivo definidos. Assim, a política governamental de controle à inflação, que pode significar até uma desaceleração da economia nacional, não tem repercussão negativa no setor dos transportes no País, pois nossos investimentos, nossas aplicações financeiras são disciplinadas.

Os investimentos do setor

Com uma das dotações orçamentárias mais elevadas, entre os Ministérios civis da área econômica, ou seja, Cr$ 215 bilhões e 720 milhões somente para os seus órgãos modais, o Ministério dos Transportes conta com recursos do Programa de Mobilização Energética, previstos este ano em Cr$ 13 bilhões e 426 milhões. Esses recursos somados aos Cr$ 115 bilhões e 981 milhões, provenientes do seu orçamento, garantem ao Ministério dos Transportes e aos seus órgãos setoriais uma **performance** financeira capaz de atender plenamente a sua programação de obras e política de compras.

Construção naval

Na análise que fez sobre o relacionamento Ministério dos Transportes-indústria nacional, no que se refere à encomendas, o Ministro Eliseu Resende cita em primeiro lugar o setor de construção naval, onde se destaca um contrato a ser assinado entre a Petrobrás e Sunamam para construção, pela indústria nacional, de 1 milhão de toneladas de navios.

Além desse contrato a ser firmado com a Petrobrás, para construção de navios petroleiros, a indústria de construção naval brasileira está com encomendas totalizando 241 novas embarcações, o que representa cerca de 3 milhões e 84 mil toneladas. Essas encomendas, em construção, se referem também a embarcações previstas no II Programa de Construção Naval e se destinam ao mercado nacional e à exportação.

P — Como se encontram as encomendas de navios junto à indústria nacional?

Eliseu Resende — No setor de construção naval, o Ministério dos Transportes desenvolve um programa intenso. Os estaleiros ainda estão concluindo a fabricação de navios do II Programa de Construção Naval, que vai até 1982, mas já estamos preparando novas encomendas para que possamos alimentar o parque industrial brasileiro. O contrato a ser assinado com a Petrobrás é um exemplo da política governamental brasileira de se abastecer internamente. Esse novo contrato vai fazer com que a indústria nacional continue ocupada nos próximos dois ou três anos.

P — Existem outros contratos para o setor?

Eliseu Resende — Sim. Além dessas encomendas estamos desenvolvendo um programa de navegação interior no Brasil e um programa de transporte hidroviário urbano e tanto um quanto o outro vão gerar encomendas de embarcações menores a serem colocadas em estaleiros de menor porte.

Nós temos que encomendar, agora, por exemplo, novas embarcações para a navegação interior no Rio Grande do Sul, ao longo dos rios Taquari e Jacuí, destinadas ao transporte das safras agrícolas. Da mesma forma, a Sunamam já assinou com o Governo do Estado do Amazonas um contrato para a construção de 40 embarcações para o transporte hidroviário de carga. Essas embarcações se destinam ao programa que o Ministério dos Transportes denominou de "Carreteiros Fluviais".

Estão previstas, ainda, encomendas de barcos para o transporte hidroviário urbano nas cidades do Rio de Janeiro, Baixada Santista, Vitória, Belém, Salvador, Rio Grande (RS) e Aracaju. Esse programa, sem dúvida, vai gerar um bom volume de encomendas.

P — Ministro, e os navios para o transporte por cabotagem?

Eliseu Resende — Sem dúvida, precisamos também de navios para a cabotagem. Posso informar que grande parte de navios a serem encomendados pela Petrobrás se destinam à cabotagem. São os navios especiais para granéis líquidos, os petroleiros. Quanto aos granéis sólidos, estamos também estimulando a colocação de um maior número desses navios à indústria nacional, mas a efetivação dessas encomendas devem ser feita pelas empresas de navegação, como o Lóide Brasileiro, a Docenave e outros armadores privados.

— O desenvolvimento do programa de carvão vai gerar novas cargas para a cabotagem e, certamente, os armadores terão que adquirir novas embarcações, novos graneleiros para esse sistema de transporte. Eu acredito que isso vai gerar um volume muito grande de encomendas à indústria naval.

— Quanto à carga geral, o nosso esforço é desenvolver o sistema "roll-on-roll-off" e implantar terminais para esse tipo de transporte ao longo da costa brasileira. Como esses navios ainda não estão sendo fabricados no Brasil, á idéia é fazer com que a indústria nacional evolua para fabricar navios especiais tais como os "roll-on-roll-off", os porta-containers e navios especiais para o transporte de produtos da petroquímica.

P — O Ministerio dos Transportes mudou sua política com relação à construção naval, acabando com os "Programas de Construção Naval-PCNs" ou grandes pacotes fechados de encomendas, e passando a contratar navios de acordo com as necessidades dos armadores?

Eliseu Resende — Sim. Estamos fazendo encomendas de acordo com as necessidades dos armadores, mas isso não implica, porém, que não possamos fazer encomendas em "pacotes", como é o caso agora da Petrobrás, que vai encomendar de uma só vez 1 milhão de toneladas de navios.

P — Mas alguns setores da indústria de construção naval estão solicitando a criação do III PCN.

Eliseu Resende — Já ouvi reclamações nesse sentido. Os programas podem existir, as encomendas podem ocorrer em pacotes, como a Petrobrás está fazendo e outros armadores poderão fazer. Mas o que não vamos mais fazer é um terceiro Programa de Construção Naval, com prazo de cinco, seis anos, como foram o primeiro e segundo Programa de Construção Naval. Esses dois programas foram feitos não apenas com a características de "pacotes", eles especificavam os navios a serem construídos, disse qual o armador que ia utilizar o navio e qual o estaleiro que ia fabricá-lo. Essas sim, foram as suas características.

P — Os PCNS não se preocupavam se havia interesse ou não em produzir esses navios, se existia demanda?

Eliseu Resende — É. Preparou-se um programa, distribuiu-se os navios entre os armadores e estabeleceu-se os estaleiros que iriam construi-los. Da mesma forma, estabeleceu-se os prêmios, as condições de financiamentos. Eles foram realmente programas de construção naval, propriamente encomendas em pacotes. No entanto, não queremos mais desenvolver mais programas assim. Agora o armador compra o navio que deseja comprar e coloca essa encomenda no estaleiro que desejar e submete à Sunamam o pedido de financiamento de acordo com as condições normais de financiamentos.

Com essa nova diretriz, queremos que a construção naval ou o programa de construção naval se desenvolva da mesma forma que o programa de fabricação de equipamentos ferroviários ou de qualquer outro tipo de programa de fabricação de equipamentos de transporte. Quero enfatizar, todavia, que a política de compras de equipamentos do Ministério dos Transportes está voltada para a indústria nacional, somente importamos equipamentos, seja de trem, navio, vagões, locomotivas quando não existir similar nacional.

P — Mesmo quando a proposta externa for considerada "irrecusável" em termos de condições de financiamentos?

Eliseu Resende — Nesse caso será uma decisão do Governo. Se por uma questão de política comercial o Governo achar conveniente fazer a importação, a decisão será dele. Nossa diretriz é dirigida para a indústria nacional.

O Ministro dos Transportes não esconde o seu otimismo quando se refere à indústria ferroviária nacional, e afirma: "no transporte ferroviário, que é a ênfase do Governo Figueiredo para o transporte de carga, nós procuramos colocar nossas encomendas no parque industrial brasileiro que é muito grande e bem desenvolvido." Ele informou que recentemente o Ministério dos Transportes, através da Rede Ferroviária Federal, assinou um contrato com o BNDE/FINAME de quase 1 bilhão de dólares para a compra de equipamentos ferroviários na indústria nacional. Esse contrato abrange trens-unidade elétricos para os transportes de passageiros nas regiões metropolitanas, locomotivas e vagões para o transporte de cargas, principalmente de safras agrícolas e de carvão mineral.

Segundo o Ministro Eliseu Resende, é o seguinte o programa de encomendas da Rede Ferroviária à indústria nacional:

a) locomotivas diesel-elétricas: EMAQ, 74 locomotivas, das quais nove já foram entregues e as restantes serão entregues numa cadência de 4 a 5 unidades/mês. Indústrias Villares, 66 locomotivas, cujo início de entrega está previsto para julho de 1981, numa cadência de 4 a 5 unidades/mês. General Eletric do Brasil, 60 locomotivas, com previsão de entrega a partir de novembro deste ano, numa cadência de 4 unidades/mês.

b) trens-unidade elétricos: Santa Matilde, 60 trens, com entrega a ser iniciada a partir de julho deste ano, uma unidade, em agosto uma unidade e em setembro uma unidade. A partir de outubro, duas unidades até completar a encomenda. Cobrasma, 60 trens, seguindo esse cronograma de entrega: uma unidade em outubro, duas unidades em novembro e dezembro e a partir de janeiro de 1981 três unidades até completar o total encomendado. Mafersa, 30 trens, com previsão de entrega: a partir de maio de 1981 uma unidade por mês, nos três primeiros meses e três unidades/mês até o final das encomendas.

c) vagões — Mafersa, Cobrasma, FNV, CCC e CISM, 1.809 unidades, das quais já foram entregues: 1.124. Os restantes serão entregues em maio, 130 unidades; junho, 193; julho, 112; 25 em agosto; e 30 em setembro.

Explicou o Ministro que além desses 150 trens-unidade elétricos o Ministério dos Transportes já está negociando junto à indústria brasileira uma encomenda de mais 150 trens para atender o transporte ferroviário urbano de São Paulo, 50 unidades, de Belo Horizonte, 25 unidades, Salvador, 25 unidades, Recife, 25 unidades, e Fortaleza, 25 unidades.

P — O Sr disse que as locomotivas e vagões serão utilizados no transporte ferroviário de carga. Existe realmente carga ferroviária no País?

Eliseu Resende. Claro, por isso mesmo fizemos um programa muito grande para atender esse setor. Temos no transporte ferroviário grandes projetos, como a ferrovia do Aço, a ferrovia da Soja, o tronco sul, as ferrovias do carvão. É importante assinalar que o transporte ferroviário tem crescido de uma forma muito expressiva. No primeiro trimestre, por exemplo, a Rede Ferroviária transportou 30% a mais do que no mesmo período no ano passado, isso significou também um incremento de 120% na receita da Rede no período.

— Nós sabemos que a economia brasileira não está crescendo a essa taxa. Então se a economia estiver crescendo a 6% ou 7% e o transporte ferroviário 30%, essa diferença fica por conta da transferência de carga de outras modalidades de transporte para o ferroviário.

P — O Sr considera o transporte como um indicador de desenvolvimento?

Eliseu Resende — Sim. Mas nesse caso estamos vendo uma transferência de carga para as ferrovias, estamos vendo o desempenho melhor da ferrovia. Mas se o transporte ferroviário está crescendo em termos de tonelagem isso prova que existem cargas ferroviários e, então, temos que trazer essas cargas para a ferrovia.

— Na verdade isso já está sendo possível porque, primeiro, o sistema ferroviário está trabalhando melhor operacionalmente e, segundo, porque já se sente que o Governo quer prestigiar as ferrovias, quer desenvolver prioritariamente o programa ferroviário nacional. Esses fatores fazem com que o dono da carga passe a confiar mais no setor ferroviário. Essa situação deverá melhorar ainda mais quando os projetos que estão sendo implantados começarem a operar. Queremos que a população, os transportadores, os empresários acreditem no transporte ferroviário, na infra-estrutura existente, nos equipamentos disponíveis.

— Posso afirmar, ainda, que na medida que formos implantando ou concluindo esses grandes projetos de ferrovias nos grandes corredores de exportação, como a ferrovia da soja, a ferrovia do aço, o aumento da capacidade da linha centro, a remodelação da linha permanente e as ferrovias do carvão, vamos ter uma transferência de carga bem mais acentuada para o transporte ferroviário, o que significará também, conseqüentemente, mais investimentos no setor.

A previsão de transporte ferroviário, este ano, somente na área da Rede Ferroviária Federal é de 70 milhões de toneladas e para 1985 a expectativa é de que possamos atingir a 150 milhões de toneladas. Isso realmente será possível se o setor mantiver a taxa de crescimento que alcançou no primeiro trimestre deste ano.

De forma, este é o panorama do setor ferroviário onde estamos assistindo a presença mais expressiva da modalidade do transporte e onde vemos uma grande área para a colocação de encomendas à indústria nacional:

P — Como está-se comportando o transporte e escoamento das safras agrícolas?

Eliseu Resende — Podemos afirmar, sem medo, que esse transporte está dentro do que foi programado pelo Ministério dos Transportes. Temos um quadro completo sobre as safras agrícolas — zonas de produção, quantidades, épocas de colheitas, destino e necessidades de transportes. Com essas informações podemos estabelecer um programa de atendimento, isto é, qual será a participação da ferrovia, da rodovia, da hidrovia, o número de equipamentos, etc. Podemos assegurar, portanto, que este ano não haverá problemas para o escoamento das safras agrícolas.

P — Então o Ministério dos Transportes não será mais culpado ou apontado como o responsável pelos "chamados gargalos" no escoamento da produção agrícola nacional?

Eliseu Resende — Sim. Nosso trabalho foi dirigido para melhorar a operação do transporte e escoamento das safras. Foi um trabalho estudado, planejado, mas isso não significa que não possa surgir problemas, principalmente de natureza rural, por falta de estradas vicinais que alimentam os grandes eixos de transportes. Posso garantir é que nos grandes corredores de exportação, nos grandes eixos que convergem aos portos não haverá problemas.

Investimentos

O Ministro dos Transportes está tranqüilo com relação à programação financeira do seu Ministério para este ano. Ele afirma que os recursos orçamentários, os recursos do Programa de Mobilização Energética e mais os financiamentos que está negociando no exterior vão garantir a execução plena do programa de obras do Ministério dos Transportes.

Além desses recursos, o Ministério dos Transportes teve aprovado no ano passado, pelo Presidente João Figueiredo, o Programa de Transportes para a Economia de Combustíveis, que prevê aplicações no período de 1981/1983 da ordem de Cr$ 133 bilhões em programas e projetos nos setores de transportes urbanos e de cargas.

De acordo com os dados divulgados pelo Ministério dos Transportes é a seguinte a programação financeira para os órgãos setoriais do Ministério, este ano, em milhões:

Órgão	Rec. Orçamentários	Investimentos	PME
DNER	57.050	27.509	356
RFFSA	91.725	47.868	8.269
SUNAMAM	35.308	15.089	100
Portobrás	19.349	11.161	922
EBTU	12.116	10.928	3.779
Geipot			162

P — Com esse programa financeiro o Ministério dos Transportes pode garantir tranqüilidade ao empresário nacional em termos de serviços, obras e equipamentos?

Eliseu Resende — Claro que sim. Nossos programas são conhecidos. Mas tem muita gente que gostaria de receber mais do que sabe que vai ter. Para se ter uma idéia desse programa, somente o DNER vai aplicar mais de Cr$ 7 bilhões em obras de restauração e conservação de rodovias. O projeto da BR-364 — rodovia Cuiabá-Porto Velho — vai gerar 11 contratos para empresas construtoras nacionais.

— A reativação da ferrovia do aço foi um grande fator para dar mais serviço às grandes empresas nacionais. A Ferrovia da Soja, cujos editais de concorrência pública internacional serão publicados em junho próximo ocupará um grande número de empresas construtoras, além de gerar grande número de encomendas de equipamentos.

Poderia citar, ainda, os projetos da Portobrás, como o porto de Praia Mole, no Espírito Santo, o porto de Vila do Conde, no Pará, o programa de ampliação e modernização do sistema portuário nacional, a aquisição de equipamentos pesados, como guindastes. Temos ainda a programação da EBTU, entre as quais se destacam os projetos de ampliação e renovação das frotas de ônibus em todas as capitais e cidades de porte médio brasileiras, os projetos de Troleibus, etc.

"Quero reafirmar que se depender do Ministério dos Transportes e dos seus órgãos setoriais o empresariado nacional terá ocupação garantida neste e nos próximos anos", enfatizou o Ministro Eliseu Resende.

Países com áreas não cultivadas serão os ricos do próximo século

Porto Alegre — A medida em que a população mundial cresce assustadoramente, crescem também as necessidades de alimentação dos povos, o que se caracterizou como um desafio aos governantes, tendo em vista que as áreas cultiváveis disponíveis estão cada vez mais escassas e os estoques mundiais apresentando sensíveis declínios.

Em função destes fatores, os países que dispuserem de áreas ainda não cultivadas serão os detentores da alimentação e das proteínas, tornando-se os "ricos" do próximo século. Com exceção da América do do Sul, especialmente o Brasil, pela sua vasta extensão territorial, e África, não existem disponibilidades muito significativas no resto do mundo, pois as terras mais férteis, facilmente irrigáveis e mais próximas dos centros de consumo, já estão ocupadas.

Projetos alimentícios

O Brasil, portanto, tem em suas fronteiras a grande oportunidade de começar a desenvolver projetos alimentícios que considere especialmente as proteínas vegetais, que será o alimento das futuras gerações, diante não só da escassez de proteína animal como do elevado custo de produção de carnes.

Um exemplo apontado pelos especialistas em nutrição entre a proteína vegetal e a animal é demonstrado no próprio campo: um hectare aproveitado com pecuária de corte produz em torno de 20 kg/ano de proteínas, enquanto que o mesmo hectare cultivado com soja proporciona 500 kg/ano de proteínas. A diferença repercute nos preços, pois enquanto a proteína de carne custa Cr$ 500/kg e a do leite Cr$ 300/kg, as proteínas de soja têm preço inferior a Cr$ 80/kg.

Um outro exemplo muito usado pelos nutricionistas é que a produção de soja gaúcha — 6 milhões de toneladas — proporciona em média, 2,4 milhões de t de proteínas (levando-se em conta que a soja dispõe de 40% de proteínas). Um cálculo simples mostra que se 120 milhões de pessoas consumirem diariamente 60 gramas de proteínas por dia, em um ano, serão consumidas pelos brasileiros 2,6 milhões t/ano de proteínas. Portanto, somente a produção gaúcha de soja já seria suficiente para alimentar a população inteira.

É claro que para erradicar maus hábitos alimentares, já tradicionais nos brasileiros principalmente, será preciso buscar fórmulas que compatibilizem o aproveitamento biológico dos nutrientes a formas (sabores, coloração) agradáveis e de interesse do consumidor. É quando surge o alimento balanceado, em que a proteína serve de complemento a sopas, mingaus, bolos, pães, bebidas, grande parte desses alimentos utilizados em programas governamentais de alimentação escolar.

A farinha de soja

Uma iniciativa recente, mas que já está sendo utilizada em escala industrial é a farinha pré-cozida de soja integral, produzida pela NOVAL — Produtos Alimentícios Ltda., do município gaúcho de Guaiba. Ao contrário de outros produtos texturizados e hidratados derivados da soja, a farinha NOVAL-170, não é originária do farelo de soja, e sim diretamente do grão.

Seu diretor presidente, sr Antonio Carlos Smith, explicou que o produto serve como complemento nutricional de outros alimentos, como sopas, bolos, balas, vitaminas, pães, mas por ser pré-cozido, pode ser ingerido sem qualquer tratamento. Sua coloração é clara (creme) e com sabor neutro, para que não interfira nos sabores e coloração dos alimentos em que ele é adicionado. O grão de soja, depois de descascado, é submetido a um tratamento térmico (calor, água, vapor) transformando-se em farinha pré-cozida.

Sua composição química envolve 40% de proteínas; 20% de matéria graxa; 4% de fibras; 5% de cinzas; 6% de umidade e 25% de carboidratos. Para se ter uma idéia da superioridade de nutrientes protéicos do Noval-170, basta citar que a farinha de aveia contém 14,2% de proteínas; a farinha de trigo, 12%, farinha de milho de 9,6%, o leite em pó integral de 26,4% e a farinha de arroz de 6,5%. Além disso, o produto contém 421 calorias por 100 gramas; 226 miligramas em cada 100 gramas e 634 mg/ 100g. Em cálcio, ele só é inferior ao leite integral em pó, sendo superior a todas as outras farinhas e, em fósforo é inferior à farinha de amendoim e ao leite integral em pó.

A utilização da farinha Noval pode ser expressiva, como nos produtos para programas governamentais de alimentação e nutrição, preparações para restaurantes industriais e preparação de merenda escolar, cujos níveis variam de 10% a 20%, cujo objetivo é o aproveitamento do alto valor protéico calórico de Noval. Há casos, porém, em que o interesse está na qualidade emulsificantes, antioxidantes, estabilizantes, melhoramento de sabor e cor etc, não havendo maior interesse quanto à avaliação nutricional. Para esse tipo de uso, encontram-se os bolos, massas, pães, sorvetes, chocolates, doces, etc.

A produção média mensal de farinha de soja integral da Noval é de 100 toneladas, destinadas ao uso industrial ou programas governamentais. Por enquanto toda a produção da fábrica é destinada ao mercado interno, principalmente dos Estados do Sul e centro do país. Mas já existem estudos de mercado para que se iniciem as exportações da farinha de soja, principalmente para países com carência de proteínas, como os da america Latina e África.

A Noval foi fundada há dois anos por um grupo de pessoas interessadas num tipo de alimento mais rico e que satisfizesse as necessidades protéicas da população. O grupo liderado pelo Sr Antonio Carlos Smith que trabalhou durante 11 anos na Quaker — desenvolve hoje a farinha de soja integral em laboratórios onde é feito o controle bromatológico completo do alimento, grau de umidade, dosagem de óleo, e dispersão da proteína.

Brasileiro já é o terceiro poupador do mundo

Neste mês de junho, os saldos de depósitos nas 28 milhões de contas de poupança existentes no País ultrapassaram a casa dos Cr$ 710 bilhões.

Hoje, o brasileiro já é o terceiro poupador do mundo, apenas precedido por norte-americanos e ingleses, segundo levantamento feito pela **International Union of Building Society and Saving Association.**

A conquista dessa posição só se tornou possível graças à Caderneta de Poupança, que, em apenas 13 anos, transformou-se no instrumento de poupança financeira preferido pela imensa maioria dos brasileiros.

E com essa manifestação de confiança, o poupador possibilita recursos que, somado aos depósitos compulsórios dos FGTS (estes em montante superior a Cr$ 400 bilhões), estão contribuindo para reduzir a escassez habitacional do País.

Hoje, mais de 10 milhões de brasileiros moram em suas próprias casas graças ao Sistema Financeiro da Habitação. E até 1985, esse número vai triplicar, com a contratação de financiamentos para a construção de mais de 4 milhões e 400 mil unidades habitacionais, voltadas principalmente para beneficiar as populações de baixa e média rendas.

POUPAR E CONSUMIR

Levar o homem a poupar não é tarefa fácil, pois o natural do homem é gastar, segundo conclusão em que estão de acordo antropólogos, sociólogos e psicólogos.

Prova disso — lembram eles — é que os povos primitivos não poupam. E tanto a poupança é própria apenas das culturas mais refinadas que a capacidade de poupar é sempre mais desenvolvida nos povos de cultura mais avançada.

É claro que de modo geral esses povos também têm condições econômico-financeiras mais favoráveis para a poupança, ou mesmo para o hábito de poupar.

A rapidez com que o brasileiro vai assimilando a necessidade da poupança, por isso mesmo, é um dado que o recomenda altamente.

Lançadas em 1967, as Cadernetas de Poupança conheceram, nos três primeiros anos, um período discreto que se pode chamar de fase de implantação.

A partir de 1970, ano em que só 3% da população adulta das grandes cidades depositavam nas Cadernetas, é que começou a grande virada. No ano seguinte o número de depositantes dobrou e em 1972 chegava perto dos 10% da população adulta dos maiores centros urbanos.

Hoje, a Caderneta de Poupança está presente em 60% dos domicílios urbanos.

PREFERÊNCIA POPULAR

Numa visão comparativa com as demais formas de aplicação, mesmo em 1970, quando apenas iniciara a sua arrancada, a Caderneta de Poupança só perdia na preferência do público para os imóveis, ações e letras de câmbio.

Já em 1972, só os imóveis ganhavam da Caderneta. Quer dizer: em relação aos demais papéis, ela já havia assumido a liderança.

Dois anos depois a Caderneta chegava ao primeiro lugar na preferência do público, ultrapassando até mesmo os imóveis como forma de aplicação de capital. Daí para a frente nunca mais abandonou a posição de liderança. Ao contrário, assumiu-a de modo cada vez mais destacado.

UM FUTURO MELHOR

Mais importante, porém, do que se afirmar como a forma de aplicação mais popular do país é o fato de que as Cadernetas estão-se fixando cada vez mais como instrumento de poupança popular, bastante diferenciada do conceito de investimento.

Os que aplicam em Cadernetas de Poupança — segundo revelam as pesquisas — pensam muito mais em fazer uma reserva para o futuro, na concretização do sonho da casa própria, na segurança dos filhos. E aqui vale um parêntesis: dizem as pesquisas que, quanto mais elevado o nível de renda, maior é a tendência a preferir o imóvel como forma de manter ou fazer multiplicar-se o dinheiro. Mas, mesmo considerando o imóvel o melhor investimento, essa faixa do público não deixa de aplicar em Caderneta, exatamente por considerá-lo uma forma real de poupança. Isso significa que a faixa de público de maior renda tanto investe em imóveis como aplica em Caderneta de Poupança.

Quem aplica seu dinheiro na poupança de modo geral mexe o mínimo possível em sua conta. Pois os donos de Caderneta, em sua grande maioria, não estão pensando em investir capital para obter um retorno de alto lucro, a curto prazo. O verdadeiro poupador busca garantir para si todas as vantagens que a Caderneta oferece, que são tanto maiores quando não se mexe no dinheiro depositado.

HÁBITO DE POUPANÇA

O curioso é que a Caderneta não só vai divulgando como está ensinando o hábito da poupança ao brasileiro. Em consequência, vai estabelecendo hábitos gerais de economia doméstica, entre os quais um tradicionalmente pouco difundido no país, também: o de fazer orçamento.

Na verdade, o costume de poupar, entre algumas famílias, melhorou o controle das despesas mensais dessas mesmas famílias. Dados provam, apesar disso, que o brasileiro realmente ainda não é um povo voltado para o controle dos seus gastos: 65% da população adulta das grandes cidades não têm por hábito fazer previsão orçamentária, gastando sempre de acordo com as necessidades do momento.

Segundo as pesquisas, apenas 20% dessa população metropolitana declaram ter um perfeito controle do seu orçamento. É claro que não se pode desprezar o fato de que muitas famílias não fazem orçamento por absoluta falta de condições materiais, o salário funcionando como uma espécie de tapa-buracos, aqui e ali. Mas as respostas provam também que entre os que têm condições, isto é, os que dispõem de renda média, os mais organizados poupam mais. Quer dizer, quem está fazendo seu orçamento direitinho está engordando sua Caderneta sempre.

PROVAR E GOSTAR

Finalmente, há um último dado nada desprezível nessa história — tão recente, mas tão significativa — da poupança no Brasil.

É aquela velha história do fruto proibido: quem provou gostou e quem gostou quer mais. Com a diferença de que aqui não há nada de proibido. Como no caso dos orçamentos mensais e do controle das despesas domésticas, a Caderneta de Poupança, muito pelo contrário, só tem despertado virtudes.

Da questão de provar e gostar fala com ênfase a pesquisa mais recente encomendada pelo Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo, que reúne os agentes financeiros de Cadernetas de Poupança.

Os resultados mostram que 70% dos poupadores pretendem depositar, nos próximos 12 meses, no mínimo tanto quanto depositaram em período igual que acaba de transcorrer, mas quase sempre mais. E dizer quase sempre não é exagero. Eis os números da pesquisa: 53,5% pretendem depositar mais nos 12 meses subseqüentes do que nos 12 meses anteriores, e 16,5% planejam depositar igual quantia nos 12 meses que começam, em relação aos 12 meses que estão terminando.

Aritmeticamente, portanto, sete em cada 10 depositantes da Caderneta de Poupança provaram e gostaram. Gostaram e querem mais.

O índice é muito significativo. Alguma razão deve haver para essa fidelidade a fenômeno tão novo no Brasil e ao mesmo tempo tão sedimentado entre os que optaram por ele. Ou várias razões. Razões que certamente pesarão muito na conquista de novas fatias de mercado, que farão os anos 80, na opinião dos especialistas, no mínimo tão significativos para a poupança como os anos 70.

Governo já investiu mais de Cr$ 9 milhões no I Pólo Protéico

Porto Alegre — A descentralização econômica, visando a atenuar o êxodo para os grandes centros e a meta governamental de que as matérias-primas recebam o máximo de beneficiamento em seus próprios locais de origem, foram duas fortes razões para que o governo do estado pensasse em implantar no Rio Grande do Sul o I Pólo Protéico do País.

A escolha da região de Bagé (a 372 km de Porto Alegre) para a instalação do pólo deve-se ao fato de estar concentrado naquele município cooperativas agropecuárias, geradoras de proteínas animais e vegetais.

Idealizado no último ano de administração do ex-secretário da indústria e comércio, Sr Cláudio Strassburger, o Pólo Protéico agora é uma bandeira do atual secretário Antônio Carlos Berta. Para que o pólo seja instalado na região, foi preciso que primeiro o governo do estado colocasse à disposição das futuras indústrias interessadas em se instalarem, a infra-estrutura necessária à criação de um distrito industrial em Bagé, o que viabilizará o Pólo Protéico.

O objetivo final a longo prazo, é um centro de integração e aproximação entre pecuária, agricultura, industrialização e comercialização. A primeira etapa do investimento, que compreende a infra-estrutura da área para o desenvolvimento do distrito industrial, já dispendeu recursos na da ordem de Cr$ 9 milhões, de um total previsto de Cr$ 57 milhões para tais obras.

O secretário Antonio Carlos Berta enfatiza que o governo dará condições para que as indústrias ali se instalem, mas advertiu que não concluirá o distrito industrial enquanto não houver interesse formalizado das indústrias. "Já passou a época em que os governos colcluíam todo o distrito, e depois a área ficava ociosa sem que as indústrias se interessassem". A desapropriação de teras e o arruamento, assim como obras viárias, rede de água e esgotos já estão em fase de conclusão.

Pólo protéico será, portanto, um nucleo central do Distrito de Bagé. A partir de uma estrutura já montada, que é o parque industrial da Cooperativa Industrial de Carnes, com capacidade para abater 500 cabeças por dia, serão instaladas indústrias de transformação da carne ovina e bovina para a produção de couros, peles, glândulas, miúdos, embutidos, carne fresca, sangue, etc. A terceira fase da transformação de animais vai depender da segunda fase, para a produção de colas, gelatinas, rações, carvão ativado, botões, cabos, pentes, ferramentas (todos esses produtos, fabricados a partir de ossos dos animais). Do sangue bovino por exemplo, serão fabricados soro, albumina, sangue seco, para a elaboração de medicamentos farmacêuticos e veterinários, fertilizantes, rações e colas para madeira.

As possibilidades de transformação da carne de ovinos e bovinos são inúmeras, e o aproveitamento é integral: da cabeça às patas. Além disso, o estrume e resíduos intestinais servirão para a produção de adubos, rações e gás carbônico e metano.

A proteína de soja é um dos produtos alimentícios mais ricos e completos e dela pode-se produzir inúmeras variedades de alimentos

A área disponível do distrito industrial é de 67 hectares de propriedade da CEDIC (Companhia de Desenvolvimento Industrial e Comercial do Rio Grande do Sul) que já estão divididos em lotes (23 ao todo) que variam de 2.500 a 6.500 metros quadrados cada um. Um dos reflexos imediatos segundo o secretário da indústria e comércio, será a fixação da mão-de-obra local. Para o período de 10 anos está prevista a instalação de 50 empresas, gerando cerca de 2 mil empregos diretos.

A polêmica existente na época da desapropriação de terras em Bagé, pelo então secretário Claudio Strassburger, na área da Cidade, o que gerou um problema político para o secretário (houve denuncias sobre a avaliação das terras, que teriam sido desapropriadas a preços supervalorizados pelo Governo, o que depois foi desmentido e esclarecido pelo Sr Claudio Strassburger) causou certo temor junto aos empresários que ainda estão retraídos em relação ao investimento do pólo protéico. Mas o secretário Antonio Berta garante que esse temor está afastado, e uma prova disso, foi que a maior representação empresarial na viagem ao exterior no mês de abril visando associações com os europeus em investimentos locais, foi a de Bagé. O Governo do Estado está pleiteando novos recursos junto ao BNDE para agilizar os distritos industriais do Estado, entre eles o do Pólo Protéico.

Investimentos da Nestlé passam de Cr$ 3 bilhões

São Paulo — A Nestlé investirá em 1980 na ampliação da produção de alimentos no país, quantia superior a Cr$ 3 bilhões, sendo que a mais nova unidade indústria da empresa, a fábrica de Itabuna, na Bahia, será inaugurada no próximo mês, com sua produção destinada à exportação (beneficiamento de cacau principalmente), segundo revelou o presidente da companhia, Sr Alexandre Mahler, salientando que "o setor leiteiro no país necessita de uma política a longo prazo, para atrair novos produtores e se permitir a formação de novas bacias leiteiras".

No ano de 1979, a empresa investiu Cr$ 714 milhões e o seu faturamento foi de Cr$ 18 bilhões 500 milhões, isto é, 3,1 por cento acima do previsto, mas 7 por centro abaixo do valor inflacionado das vendas do exercício de 1978. O próprio presidente da empresa considera que esse resultado mostra que os preços de venda não acompanharam o ritmo do índice oficial de inflação.

OTIMISMO

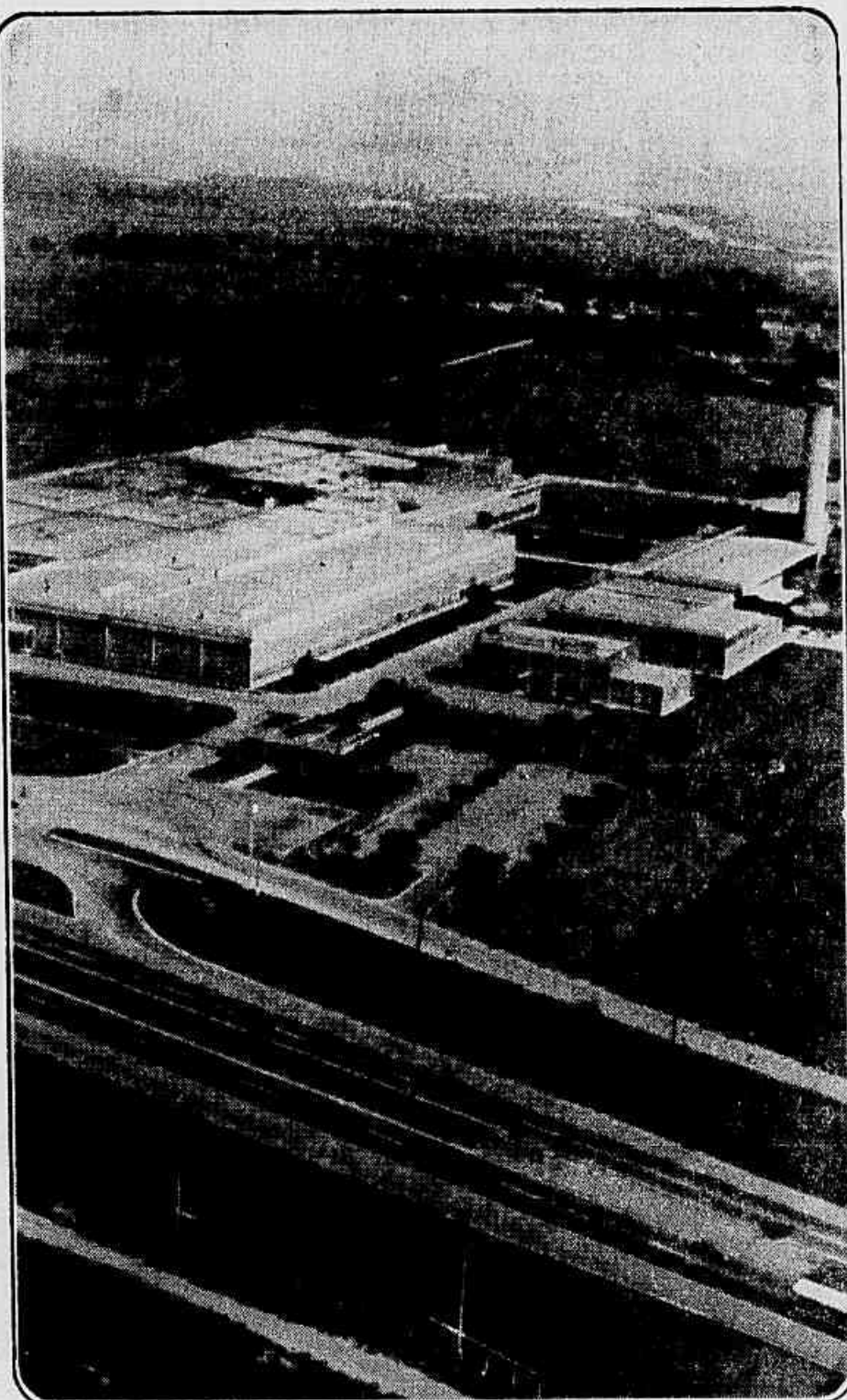
O Sr Mahler considera que "apesar dos grandes obstáculos que existem, vê-se com otimismo o futuro da economia brasileira, pois com o trabalho e dedicação, com vontade de todos, será possível a nação resolver os seus problemas e encontrar o caminho que permita incorporar os novos contingentes de mão-de-obra que a ela aportam constantemente".

A empresa concluiu, em 1979, a duplicação da capacidade de produção de sua fábrica de leite em pó, em Ituiutaba, Minas Gerais, que passou a operar com capacidade de 600 mil litros de leite/dia; acelerou as obras de expansão da fábrica de café solúvel de Araras (São Paulo) e da fábrica de São José do Rio Pardo. Inaugurou em Contagem, Minas Gerais, a nova filial da empresa naquele Estado; e além disso investiu na modernização de outras áreas.

Para o Sr Mahler fica claro que a indústria que utiliza o leite como matéria-prima, para atender suas necessidades precisa ir buscá-lo cada vez mais longe, o que encarece seus custos. "A Nestlé pretendia iniciar a implantação de bacias leiteiras em Goiás e Mato Grosso do Sul, mas enquanto não houver rentabilidade no setor. Cancelamos o projeto por falta de recursos", afirmou.

O presidente da Nestlé vê em 1980 um ano difícil, mas "não creio em recessão", acrescentando que para o setor de beneficiamento do leite "o Conselho Interministerial de Preços tem sido severo. Tivemos grande parte dos produtos com os preços congelados". Para ele, esse comportamento retira a possibilidade de rentabilidade e reinvestimento por parte das empresas.

O investimento da Nestlé na fábrica de café solúvel de Araras (a ser inaugurada no final do ano) é de 1 bilhão e 500 milhões, e o Sr Mahler explicou que a empresa não tem planos para diversificar sua atuação, permanecendo na área de alimentos.

As exportações da Nestlé em 1980 deverão se situar entre 5 a 10 milhões de dólares, contra os 16 milhões de dólares de 1979. "Nós reduzimos nossas exportações, mas com a entrada de novas unidades de produção, voltaremos em breve a elevá-la. A fábrica de Itabuna é um exemplo de unidade industrial voltada à exportação". Entretanto disse ainda que o grupo Nestlé, na Suíça, é um importador em potencial de produtos brasileiros, tendo em 1979 comprado aqui 150 milhões de dólares.

A fábrica de chocolate da Nestlé, em Caçapava, São Paulo

Secretário paulista defende mais recursos para projetos

São Paulo — O Secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, Sr Guilherme Afif, disse que se está perdendo no país uma grande oportunidade de se desenvolver, mais rapidamente, a indústria de alimentos de alto nível tecnológico, diante da falta de canalização de recursos para o financiamentos de projetos com tecnologia nacional moderna.

O Secretário chamou a atenção para o fato de o Instituto de Tecnologia de Alimentos (Ital), estar atendendo mensalmente cerca de 30 encomendas de projetos para industrialização de alimentos (a maioria para inovações, além de melhoria da produção e aproveitamento de subprodutos) mas as empresas solicitantes "deixam de implantar em média 90 por cento dos projetos estudados, por falta de financiamento."

Guilherme Afif, Secretário de Agricultura de São Paulo

Diante do problema, o Governo do Estado está ultimando um convênio com a Finpe — Financiadora de Projetos Especiais — para que o Ital, atualmente agente técnico daquele órgão financiador, possa ser também agente analítico, facilitando assim o processo de financiamento dos projetos que poderá ser automático, após a implantação daquele acordo.

A partir da dinamização dos financiamentos, o secretário de Agricultura acredita que será facilitada a implantação dos projetos solicitados, inclusive de forma mais racional e principalmente próximos às regiões produtoras. "Antigamente, os projetos eram instalados sem levar em conta a necessidade da proximidade das fontes produtoras, mas agora é preciso induzi-los, considerando não apenas o abastecimento da matéria-prima, mas também os problemas de frete e de combustível."

No caso de São Paulo, o Governo estadual pretende que os projetos industriais na área de alimentos sejam induzidos a determinados tipos de culturas, além da ocupação homogênea do Estado. O exemplo mais imediato a respeito dessa ocupação, segundo o secretário, é o desenvolvimento do programa do álcool "que será orientado para determinadas regiões."

PROBLEMA

Além do problema da falta de canalização dos recursos para os projetos de alimentos industrializados, o secretário de Agricultura disse que o setor de pesquisas se ressente também da inexistência de uma coordenação em termos de estudos mercadológicos. Ele acredita que os programas de merenda escolar do Estado (3 milhões 500 mil crianças e jovens), além dos congêneres federais e municipais, deveriam ser integrados àqueles projetos, "porque a merenda escolar em âmbito nacional poderá constituir-se no grande mercado para as novas tecnologias no setor de alimentos, pelo menos como mercado de prova de aceitação."

O Secretário da Agricultura disse que a dinamização dos programas de financiamentos de projetos na área de alimentos industrializados atenderá as pequenas e médias empresas interessadas, que atualmente não contam com aporte de recursos suficientes para implantar seus projetos, como acontece com as grandes empresas, principalmente as multinacionais, que podem fazê-lo graças a sua maior capacidade de investimento."

ITAL

Fundado em 1963, ainda sob a denominação de Laboratório de Tecnologia, em decorrência do convênio firmado entre o Brasil e a ONU, o Ital dedicou-se até 1969 exclusivamente à tecnologia dos produtos de origem vegetal. A partir daquela data passou a se preocupar também com produtos de origem animal, laticínios, carne e pescado.

Em 1974 inaugurou sua usina piloto de Laticínios, dois anos depois a Usina Piloto de Carnes e Derivados e em 1978 a Usina Piloto de Pescados e Recursos Marinhos, localizada no Guarujá. Os principais objetivos do Ital são:

a) Pesquisa e desenvolvimento de processos de transformação industrial e ou conservação de alimentos, visando a melhorar o abastecimento interno e aumentar a capacidade competitiva de exportação.

b) Transferência ao setor produtivo dos resultados das pesquisas, através de cursos, treinamento, assistência tecnológica, elaboração de anteprojetos e projetos técnicos econômicos.

c) Apoio institucional e técnico aos programas governamentais na área de alimentação.

d) Desenvolvimento de produtos visando ao alcance de camadas da população com evidentes carências nutricionais.

e) Pesquisa e desenvolvimento de equipamentos para a indústria alimentícia.

Indústrias investem e ampliam produção visando exportação

São Paulo — Os principais investimentos das indústrias de alimentação destinam-se à ampliação de suas produções para exportação, segundo revelou o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Alimentação, (ABIA), Sr João Franco de Camargo Netto, acrescentando que"é difícil se dizer o total do investimento, pois o setor está dividido em 22 segmentos".

O crescimento da indústria de alimentação é sempre um pouco abaixo do índice de evolução anual do país, sendo que nos últimos anos o comportamento foi o seguinte: 1976, crescimento de 11,3 por cento; 1977, 5,6 por cento e em 1979, 5 por cento. O Sr João Franco crê que, no caso de um desaceleramento da economia, o setor de alimentação evoluirá mais que o crescimento econômico do país.

Investimentos

Os setores que estão investindo são os de açúcar, cacau, café, óleos vegetais, azeites e outros e a estimativas de exportações são promissoras, devendo ser bem acima dos 2 bilhões de dólares do ano de 1979, como, por exemplo, um só setor, como o de sucos que atingirá a mais de 45 milhões de dólares em vendas externas.

"A indústria está investindo para exportar. O nosso maior problema está no aumento da produtividade, para tornar cada vez mais competitivo nossos preços no mercado internacional. A produtividade agrícola deve ser melhorada, ampliada mesmo. Há uma necessidade urgente de se modernizar a agricultura".

João Franco Camargo Netto

"O setor industrial é que deve buscar a modernização da agricultura, através de um trabalho sério junto ao agricultor. É preciso que ocorra uma conscientização a esse respeito. O assunto é sério mesmo", disse o Sr João Franco apresentando um levantamento da FAO (Organização de Agricultura e Alimentação da ONU).

PRODUÇÃO POR HECTARE

culturas	Brasil	Estados Unidos	Japão	Itália
arroz	[illegible]	[illegible]	[illegible]	—
milho	[illegible]	[illegible]		[illegible]
tomate	[illegible]	[illegible]	[illegible]	—

FAO em 1977

Explicou que no caso da CICA, ela conseguiu ampliar de 18 toneladas por hectare para 30 toneladas de hectare a cultura de tomate. "Foi um trabalho sério e que demandou algum tempo".

Sem lucros

O setor de alimentos tem seus lucros sempre abaixo da média dos outros setores industriais, afirmou o Sr Franco Camargo Netto, salientando que pelos levantamentos feito pela revista **Exame**, atingiu em 1976 a 13,1 por cento; 14,5 por cento em 1977; e 7,7 por cento em 1978; e de 76/78, 39,5 por cento.

"Além disso, temos um endividamento maior, isto é, em 76, de 67 por centro; 77, 65,7 por cento; e em 1978, 59,2 por cento; para um total de 64 por cento no período 76/78", afirmou.

Explicou que apesar de o bom diálogo existir com o Conselho Interministerial de Preços, "os reajustes que obtemos para nosso produtos são inferiores às necessidades das empresas para fazerem frente à elevação dos custos de produção."

"O leite e a carne são problemas crônicos de preços. Não há uma política a longo prazo para esses produtos e seus derivados. É necessário que o Governo se conscientize disso", concluiu o presidente da ABIA.

Paraíba desenvolve indústria e campo

Estimular a agricultura ou incentivar a industrialização? Esta indagação, que é comum à maioria dos Estados nordestinos, foi aceita pelo governador da Paraíba, Tarcísio Burity, como um desafio. O Estado tem uma economia preponderantemente agrícola, mas o setor industrial já é responsável por cerca de 30% de sua receita. Assim, não caberia opção ao Governo iniciado em março de 1979, senão elaborar planos e projetos capazes de fortalecer o desenvolvimento das duas áreas. E é precisamente a execução desses planos e desses projetos que está marcando a administração do Sr Tarcísio Burity.

O Plano de Ação do Governo do Estado (PDA) dá especial realce aos programas destinados à agricultura e à industrialização, destacando as variáveis da pecuária e da agroindústria. Há, naturalmente, importantes projetos para os demais setores de atividades: educação, saúde, saneamento básico, eletrificação, segurança, serviço social, transportes e administração propriamente dita, entre outros. O setor de habitação, por exemplo, está sendo atacado com um programa de construção de 50 mil casas populares. Mas é no campo e nos distritos industriais que se concentra o grande peso dos investimentos do Governo.

PRODUZIR PARA DESENVOLVER

O principal objetivo das ações do Governo Burity no setor agropecuário é o de aumentar a produção do Estado, visando ao seu desenvolvimento econômico. Com isto, pretende-se implantar uma sólida infra-estrutura econômica na Paraíba, oferecendo-se condições para melhoria da renda e do bem-estar da sua população. Uma das primeiras providências do atual Governo foi a criação da Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária (Emepa), com participação acionária do Estado (55%) e da Embrapa (45%).

A Emepa conduz pesquisas básicas indispensáveis ao desenvolvimento da produção de culturas tradicionais, tais como o algodão, o sisal e o abacaxi, e de novas culturas voltadas para o abastecimento agroindustrial, para a melhoria do padrão alimentar e para o reflorestamento. Paralelamente, o Governo cuidou de reforçar a capacidade operacional da Empresa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), ampliando para 122 os seus escritórios locais. Os resultados iniciais foram animadores: um ano depois das inovações introduzidas em sua estrutura, a Emater-Pb, prestou assistência técnica a 27.118 produtores, e um área de 33.855 hectares. Mais ainda: elaborou, com aprovação, 6.231 projetos de crédito rural, investindo Cr$ 632,9 milhões.

O Projeto Sertanejo, do Ministério do Interior, tem recebido apoio do Governo e já beneficiou 12 680 produtores

OS PROGRAMAS ESPECIAIS

A colaboração dada pelo Governo do Estado à execução dos programas especiais do Ministério do Interior resultou num desempenho considerado muito bom, tanto do Polonordeste, como do Projeto Sertanejo. O primeiro beneficiou, de março de 1979 a março deste ano, 12.680 produtores, cobrindo uma área de 126.833 quilômetros, com a aplicação de recursos financeiros no valor de Cr$ 12,5 milhões, em ações ligadas à produção, cooperativismo, regularização fundiária, crédito agrícola, armazenamento, apoio à comercialização e infra-estrutura econômica.

Já o Projeto Sertanejo, cuja área de atuação correponde a 40 municípios, assistiu a 850 produtores rurais, nas atividades de agricultura seca, irrigada e pastagens. Foram elaborados 175 planos de crédito para investimento e 80 planos para custeio. Além disto, o Governo Burity elaborou projeto para implantar um sexto Plano de Desenvolvimento Rural Integrado na Paraíba, com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Cabe registrar que o Pronasa, um programa especial destinado à preservação do rebanho bovino, assegurou a vacinação de 328.033 reses contra febre aftosa, em 16.739 propriedades rurais.

MAIS AÇÕES

Outra providência do Governo Burity foi a de fortalecer a Companhia de Desenvolvimento Agropecuário da Paraíba (Cidagro), aumentando para 66 o seu número de agências em funcionamento nas diversas regiões do Estado. A meta é melhorar o atendimento aos produtores rurais, com a execução de políticas de abastecimento de insumos, mecanização, engenharia agrícola e compra de produção. Em 1979, a revenda de sementes atingiu 1.252.025 quilos de algodão, milho e feijão, enquanto para 1980 foram adquiridos, também para revenda, 3.055.294 quilos dos mesmos produtos e de batatinha, alho, sorgo, capim Buffel e da leguminosa cunhã. A engenharia rural atuou basicamente no preparo de solos (24.012 ha), em desmatamento (2.059 ha), construção de açudes (82) e perfuração de poços (28). Foram trabalhadas 24.012 horas em mecanização leve e 36.023 horas em mecanização pesada.

No setor de abastecimento, além da classificação de produtos, 39 municípios foram beneficiados, até março passado, com a construção de cinco armazéns e dois frigoríficos, merecendo citação a implantação de duas unidades de varejo Ceasa-Pb, atendendo diretamente a população com cereais e gêneros hortigranjeiros. O programa mais importante desta área, no entanto, é o da fabricação e distribuição de silos metálicos. O plano do Governo Burity é distribuir 60 mil silos metálicos na Paraíba, até 1983. Iniciado no segundo semestre do ano passado, já distribuiu, até março, 3.065 unidades, em 13 municípios, com a aplicação de recursos da ordem de Cr$ 3,7 milhões. A implantação do Mercado do Produtor, em Campina Grande, e a instalação de uma usina de beneficiamento de sementes de algodão, em Pirpirituba, são outras realizações de destaque na programação setorial do Governo.

FORÇA PARA A INDÚSTRIA

Não são menos significativos os resultados do programa de Industrialização do Governo Burity. Os principais itens desenvolvidos até agora são a manutenção da infra-estrutura dos distritos industriais de João Pessoa e Campina Grande; o acompanhamento de análise de cartas-consulta e projetos de novos empreendimentos na Sudene; os contatos com investidores para atrair novas unidades industriais, em São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; a elaboração de proposta para estudos de viabilidade de implantação de distritos industriais no interior do Estado; e a construção de galpões multifabris, já tendo sido entregues dois em João Pessoa e dois em Campina Grande. Só nessas ações, a Companhia de Industrialização do Estado da Paraíba, a Cinep, investiu, em 12 meses, um total de Cr$ 17,1 milhões.

Exemplos bastante ilustrativos do empenho pessoal do governador Tarcísio Burity para ampliar e solidificar o desenvolvimento industrial da Paraíba podem ser retirados dos êxitos que vem alcançando em suas viagens para contatos com empresários do Sul e Centro-Sul do País. O Grupo Matarazzo vai instalar uma segunda fábrica de cimento no Estado, devendo investir 80 milhões de dólares. O Grupo Isdra, do Rio Grande do Sul, já está implantando uma fábrica de material de construção em amianto, com investimento de Cr$ 400 milhões. Hering e Leopoldo Schmaltz são outros grupos decididos a também investir na Paraíba. No cômputo total, o Sr. Tarcísio Burity tem praticamente garantidos novos investimentos industriais no valor aproximado de Cr$ 5,5 bilhões. Ao lado dessa intensiva programação, o Governo do Estado desenvolve uma série de projetos de tecnologia e de promoção à agroindústria, conferindo especial atenção ao Proálcool. Há, inclusive, um projeto para implantação de um terminal alcooleiro e de um outro para distribuição regional de carvão mineral.

UMA META ARROJADA

No setor de promoção social, o Governo Burity tem uma meta arrojada na construção de 50 mil casas populares. Quando o plano foi anunciado, houve quem o considerasse inexequível. "O homem se mede pelo obstáculo que tem de vencer; quanto maior a dificuldade, mais forças ele terá para enfrentá-la", rebateu o próprio Governador. Apoiado neste ponto de vista, lançou-se ao novo desafio e, em pouco tempo, conseguiu assegurar junto ao Banco Nacional de Habitação os indispensáveis recursos para a execução do plano, cerca de Cr$ 7 bilhões.

A política de habitação popular é desenvolvida na Paraíba através da Cehap, e do Ipep. A partir do início do atual Governo, só a Cehap está construindo 5.877 casas e tem 4.819 projetos em licitação. O Ipep tem convênios aprovados ou em fase de aprovação para construir outras 11.200. Há duas semanas, o Governador Tarcísio Burity assinou contrato entre a Cehap e o BNH para a construção de 5 mil unidades residenciais nos municípios atingidos pela seca. Dispõe, para isto, de Cr$ 700 milhões.

A Paraíba, é hoje, portanto, um Estado bem preparado para atender às suas necessidades de desenvolvimento agrícola e industrial, e também enquadrado nas diretrizes que o Governo Federal elaborou para elastecer a oferta de habitação à população de baixa renda do País.

O seu Governo pode mostrar ainda expressivos índices de desempenho administrativo, cobrindo setores básicos da infra-estrutura econômica e social: 230 quilômetros de estradas pavimentadas, 364 novas salas de aula, 173 propriedades rurais eletrificadas, 500 mil doses de vacinas aplicadas, 123 centros e postos de saúde construídos. São números que revelam o interesse do seu jovem Governador em mudar a fisionomia da Paraíba adequando-a aos novos rumos do País.

Programas de alimentação servem mais de 14 milhões

Porto Alegre — A Prátika — Indústria de Produtos Alimentícios Instantâneos Ltda., de Taquara, é outra empresa que freqüentemente está pesquisando e lançando um produto alimentício novo, destinado a um mercado muito específico, que são instituições ligadas a programas de alimentação e nutrição.

Fabricante de produtos instantâneos com fórmula balanceada e enriquecida à base de elementos como a soja, produtos lácteos, verduras, etc, a Prátika só lança seu produto alimentício no mercado depois de exaustivas pesquisas bromatológicas, testes de gustabilidade e aceitação que são feitos junto a uma comunidade determinada durante pelo menos 20 dias.

São 14 milhões de escolares atendidos através dos programas de alimentação que se utilizam de alimentos produzidos pela Prátika e outras indústrias congêneres. A linha de produtos da empresa gaúcha, fundada há 15 anos pelo Sr Nereu Wilhelms, que até hoje é diretor da empresa, compreende 48 alimentos diferentes desidratados.

Entre esses produtos, destacam-se os produtos lácteos (farinhas), bebidas enriquecidas (milk-shakes), sopas (ervilha, lentilha, bacon), mingaus e cangicas, bastante diversificados em comparação com os primeiros anos da empresa que iniciou produzindo feijão desidratado, passando a seguir para batatinhas, cebola etc.

O coordenador da empresa, sr Giardino Paese — ex-representante do Ministério da Educação do Rio Grande do Sul e responsável pela Campanha de Alimentação Escolar implantada pelo ex-Ministro Tarso Dutra — explicou que a empresa gaúcha — com capacidade de produção de 80 t/diárias — fornece alimentos para nove instituições que atuam com programas de alimentação escolar (entre elas a LBA, Gestal, INAM e Prefeitura de São Paulo).

"A partir de 1971, quando o convênio (USAID) entre Estados Unidos e Brasil, para fornecimento de merenda escolar pelos norte-americanos expirou, o Brasil precisou incrementar seus programas para o mesmo fim, o que estimulou as indústrias alimentícias nacionais a participarem ativamente do processo de alimentação", contou o Sr Giardino Paese.

No ano passado, a Prátika iniciou a produção de novos tipos de sopas, à base de verduras, que ao lado das canjicas e milk-shakes têm tido a melhor aceitação pelas populações atingidas. Antes que o produto seja colocado junto aos seus consumidores específicos, é testado pelo período de 20 dias em determinadas regiões do país, para ser testado o seu grau de aceitabilidade. Além disso, cada produto alimentício possui uma garantia de seis meses depois de colocado no mercado.

Bonfiglioli também vê que a agricultura é a grande saída

São Paulo — "A agroindústria é, como todos já estão percebendo, a grande saída para o país, quer a nível de balanço de pagamentos, quer a nível de combate à inflação, quer a nível de geração de empregos", disse o presidente da Corporação Bonfiglioli, que detém o controle da CICA, Sr Rodolfo Marco Bonfiglioli, acrescentando que "não se deve esperar um milagre, pois nosso problema é a baixa produtividade".

Rodolfo Marco Bonfiglioli

Para ele, "o problema da baixa produtividade só pode ser resolvido com anos de pesados investimentos em pesquisa genética e de trato cultural, educação em administração rural, infra-estrutura de armazenagem e transportes e outras áreas, sempre com um prazo de maturação longo. A perspectiva para os próximos anos é de muita luta, para recuperar nosso imenso atraso em relação aos países desenvolvidos".

TERRA OCIOSA

O presidente da CICA salientou que "há de se fazer crescer também as áreas de plantio, já que o país ainda possui muita terra ociosa. A chave, porém, de nossa competitividade internacional está na produtividade, que pode ser estimulada por um elenco de medidas corajosas, já que no setor sempre se investiu a longo prazo".

Disse também que na questão de preços, o setor de alimentos industrializados é pressionado pelo CIP. Sua opinião é a seguinte:

"O setor de alimentos frescos pressiona o CIP e este reage segurando os preços onde pode, isto é, nos alimentos industrializados, que representam pequena parte do índice de preços. É inegável o desgaste do setor, que tem sofrido bem mais do que outros segmentos da economia nacional. O importante é que o CIP tenha estabilidade em suas políticas, para que possa planejar".

Anunciou também que "a exportação da CICA deverá oscilar entre 6 a 10 milhões de dólares. Parece uma faixa muito ampla, mas depende precisamente de alguns mercados em vias de ser abertos, entre os quais se destaca a Argentina onde atua a Cicatrade Argentina com sucesso".

Assegurou também que o setor de alimentos industrializados não sofre no momento da falta de matérias-primas aumentaram em 100 por cento em relação a 1979, o que retira a rentabilidade da área industrial", afirmou o Sr Bonfiglioli. Para ele, "a Cica está digerindo alguns lançamentos feitos em 1979, cujo o sucesso nos compromete de um ponto de vista fabril, a devotar a eles nossos investimentos esse ano".

JORNAL DO BRASIL
SEXTA-FEIRA, 27 DE JUNHO DE 1980

Renda industrial gaúcha representa mais de 6%

Porto Alegre — A indústria de transformação do Rio Grande do Sul representa cerca de 8% do desempenho do processo industrial brasileiro, com base no recolhimento de IPI levantado pela Secretaria da Fazenda. A nível estadual, o pólo dinâmico constitui-se na produção de bens de consumo intermediário, sendo que quase 50% dos manufaturados são voltados para o resto do país, e pouco mais de 10% para o mercado externo. O que indica que os problemas observados na economia nacional, bem como as últimas medidas governamentais deverão repercutir com alguns reflexos, a nível de estado no desempenho global deste ano.

Praticamente, são quatro os grandes setores que compõem o grosso da indústria de transformação gaúcha: produtos alimentares (incluindo as bebidas), vestuário, couros e calçados, mecânica e metalurgia e química. Considerando o índice de pessoal ocupado nestes setores, podemos destacar que os ramos de calçados (15,69%) e alimentares (15,79%) predominam, seguindo-se metalurgia com 12,10% e mecânica com 9,32% de pessoal ocupado. O mesmo ocorre com o índice do valor bruto da produção, em que tais setores despontam como os que apresentam os maiores índices.

Em comparação com a renda industrial brasileira, a renda industrial gaúcha representa 6,30%. Por outro lado, os índices da produção industrial gaúcha fornecidos pelo IBGE, mostram que no ano de 79, embora a indústria de transformação tenha crescido em relação a 78, ocorreu em taxas decrescentes, pois no período de janeiro a junho alcançou uma taxa de 8,10%, chegando ao final do ano passado com apenas 4,41%.

Numa análise dos principais setores e previsões de financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) no Rio Grande do Sul para 1980, que deverá alcançar a Cr$ 8,9 bilhões, mais de 60% são para as indústrias produtoras de bens intermediários (petroquímica, couros, óleos, adubos, etc).Desta forma, o Estado ao sair de um processo onde predominava o setor primário, começa a ingressar na industrialização, investindo no setor de indústria intermediária, onde há pouco valor agregado o que, portanto, pouco contribui para o processo de acumulação a nível de Estado.

SOJA E CALÇADO

A indústria alimentar no Estado se divide em doces em conservas, carnes, bebidas, leite e a maior fatia desse ramo é a agroindústria da soja. Com uma produção de 6 milhões de toneladas de soja ao ano (em épocas normais de colheita), a capacidade de processamento de grãos (parque fabril) supera a 10 milhões de toneladas, ou seja, se tudo o que se produz no estado fosse transformado pelas indústrias, ainda sobraria uma capacidade ociosa de 4 milhões de toneladas no parque fabril.

Para se ter uma idéia da importância da indústria de óleos e farelos no Estado, os dois produtos participaram com uma exportação de US$ 560 milhões no ano de 1979, superior a exportação de calçados, couros, fumo e soja em grão.

Já o setor de calçados e couros, correspondeu com uma exportação de US$ 300 milhões no ano passado, com um volume de vendas para o exterior de 32 milhões 900 mil pares e 7 mil 225 peças de couro. O setor é o segundo maior exportador do Estado, e sua posição no país é das mais importantes, pois corresponde com mais de 70% das exportações brasileiras. Já no que se refere a couros e peles, as exportações de couro curtido foram liberadas recentemente pelo governo brasileiro, o que melhorará sensivelmente a posição do produto no mercado externo. A produção de couros do Rio Grande do Sul equivale a 45% do nacional, cerca de 4 milhões de peças acabadas pelos cortumes gaúchos.

O setor metalúrgico, a exceção do setor de cutelaria e talheres, que tem revelado um crescimento constante, enfrentaram nos últimos anos, uma redução em suas encomendas, refletindo-se nas despesas operacionais e redução de mão-de-obra empregada. Somente no ano passado houve uma recuperação do setor com um acréscimo de 21% nas vendas, e 16,7% nas compras, enquanto que a rotação de pessoal decresceu de 5% para 4,4%.

O Consider informou que o Rio Grande consumiu no último ano cerca de 219 mil 129 toneladas de aços planos, o que indica um ligeiro acréscimo em relação ao consumo de 78. Mas as medidas antiinflacionárias adotadas pelo governo provocaram o desaquecimento do setor em todo o país, com reflexos naturais no Estado. Segundo o diretor-presidente da metalúrgica Staiger, sr Carlos Staiger, o setor tem mantido um crescimento médio anual de 15%, mas atravessa uma crise semelhante a agropecuária devido a escassez de pedidos, e uma ociosidade média de 40% no setor de bens de capital e de até 50% nas indústrias de máquinas agrícolas.

No setor de vestuário (tanto na indústria têxtil como de confecções) o crescimento também tem se mantido baixo e estagnado. Para este se prevê um crescimento de apenas 5% no setor têxtil, um pouco inferior inclusive que a taxa do ano passado. Das quase 500 indústrias de fiação e tecelagem e confecções que existem no Estado, apenas 16 são empresas de porte e lideram o desempenho do setor; Os investimentos fixos (equipamentos) estão limitados diante da falta de linhas de crédito com juros subsidiados para esse tipo de financiamento, o que se constitui numa das queixas do setor.

No ramo do vestuário, que junto aos têxteis, representa 2,6% do total das receitas operacionais do setor industrial — a situação está um pouco melhor, segundo o sindicato das Indústrias do Vestuário de Caxias do Sul, através de seu presidente, Jorge Sehee. Em virtude do crescimento da demanda, as indústrias do vestuário mantiveram no ano passado, a sua capacidade plena de produção, sendo que algumas empresas tradicional do vestuário é o interno, responsável por 80% das vendas, sendo o restante canalizado para o exterior. As dificuldades em se ampliar as exportações do setor, são em função dos altos preços dos tecidos e couros nacionais, e a inexistência da permissão legal das operações solidárias (draw-back interno), entre indústrias brasileiras, segundo o sr Jorge Sehbe.

Por fim, o setor químico, que no momento no Estado restringe-se à produção de adubos e fertilizantes, plásticos e petróleo, será ampliado a partir de 1982 consideravelmente com a implantação do Pólo Petroquímico. Um pouco estagnado em função da falta de matérias-primas, e com uma capacidade ociosa das indústrias de até 35%, os empresários aguardam o início de operações do Pólo gaúcho para experimentar uma reativação do setor, apesar da visível falta de confiança das indústrias de transformação em relação ao empreendimento, pois existem pressões dos outros pólos do país sem qualquer interesse em abastecer o sul. Além disso, os grupos empresariais que estão com projetos de segunda-geração no III pólo, são novos no setor petroquímico e sem mercado, além das poucas chances que terão de dinamizar sua indústria de transformação final, o que torna bastante difícil o desenvolvimento das indústrias gaúchas.

O vestuário manteve a sua capacidade plena de produção. O mercado tradicional do setor é o interno, responsável por 80% das vendas

O setor metalúrgico enfrentou nos últimos anos uma redução em suas encomendas e uma ociosidade média de 40%

Governador Valadares prepara infra-estrutura visando à instalação de novas indústrias

Com a instalação de pequenas indústrias dentro do Distrito Industrial que está sendo implantado nesta cidade, o Prefeito Raimundo Monteiro de Resende espera aumentar a arrecadação municipal, que este ano deve chegar a Cr$ 320 milhões, a 12º maior entre os 722 municípios mineiros.

A 310 km de Belo Horizonte, com uma população de 240 mil habitantes, Governador Valadares apresenta como principais atividades econômicos a pecuária e pequenas indústrias, como a de papel; dois frigoríficos, que exportam carne; indústrias de calçados, confecções e massas alimentícias. O que, entretanto, na opinião do Prefeito Raimundo Resende, não atende às necessidades do município.

OBRAS

Segundo Raimundo Resende, a meta de sua administração é conseguir disciplinar o desenvolvimento, aparelhar e aperfeiçoar o sistema de arrecadação e aplicar a lei do uso e ocupação do solo, impedindo a construção de prédios em áreas não permitidas. O Prefeito ressaltou que um dos males que aflige o País é a corrupção e vem agindo com muita energia para evitá-la em Governador Valadares.

O Serviço Municipal de Obras e Viação — Semov — autarquia municipal responsável por grande parte da administração da cidade, presidida pelo Vice-Prefeito Ronaldo Perim, executa obras e presta serviços de fiscalização sanitária aos distritos da malha rodoviária, limpeza urbana e sinalização.

Sob administração do Semov, está sendo construído na cidade um prédio de quatro andares, além do subsolo e térreo, onde funcionarão a Biblioteca Pública, anfiteatro e cabine de projeção. A obra, no valor de Cr$ 20 milhões, iniciada em janeiro deste ano, tem sua conclusão prevista para julho de 1981.

Também em andamento está a construção de um viaduto de ligação dos Bairros São Pedro ao Esplanada, de 64 metros de extensão, com duas pistas de 3,5m cada uma. As obras, iniciadas em abril, devem estar prontas em março do ano que vem, com um investimento de Cr$ 17 milhões. Já em julho próximo será iniciada a construção da rede pluvial da Ilha dos Araújos.

Consta ainda do programa de obras da cidade a pavimentação rígida de vários bairros, utilizando pedras **uni-stein**, num total de 56 mil metros quadrados. Serão beneficiados os Bairros São Raimundo, Morro do Carapira, Vila Isa, Esperança, Grã-Duquesa, Santa Helena e centro, com a pavimentação e construção de uma ponte na Avenida Brasil.

ASSISTÊNCIA

A Prefeitura de Governador Valadares manterá este ano a assistência a vários Distritos, como São Vitor, Brejaubinha, Alto Santa Helena, Paca, Nova Brasilia, Penha do Cassiano, Pontal, Chonin, construindo escolas municipais, mini-postos médicos, manutenção dos 600 km da malha viária, postos policiais e pontes. O Distrito de Itapinoã deverá inaugurar ainda este ano uma ponte de concreto armado de 27 metros de extensão.

Para a realização das obras, o Semov conta com duas fábricas próprias, que além de gerar empregos diminuem o custo das obras. A fábrica de pedras uni-**stein**, utilizando uma de suas duas máquinas, produz 14 mil unidades por dia, o que representa o calçamento de 350 metros quadrados. A produção será aumentada em 1980. Já a fábrica de manilhas de concreto, com confecção em vários diâmetros, atende a 90% das necessidades do Município.

Governador Valadares possui completa infra-estrutura de serviços: água (SAAE — Serviço Autônomo de Água e Esgoto — autarquia municipal), energia elétrica da Cemig, extensa rede telefônica com 10 mil 160 aparelhos instalados e rede hospitalar com 635 leitos. A sede da região Geo-Educacional conta com 181 estabelecimentos de ensino, incluindo uma Universidade e cinco Faculdades de nível superior. Possui 39 hotéis, 400 indústrias e 12 bancos.

A cidade possui um aeroporto com 1 mil 460 metros de pista asfáltica, uma rodoviária onde chegam e saem diariamente cerca de 200 ônibus e dois trens expressos diários na Estação da Estrada de Ferro Vitória—Minas.

Industrial mineiro só crê no fim da inflação com plena democracia

Belo Horizonte — "Não tem muito sentido falar sobre a carestia sem o reconhecimento da importância popular no êxito de uma política de combate à inflação. Antes que tenhamos no Brasil uma vida democrática plena, dificilmente poderá se esperar a co-responsabilidade popular, absolutamente indispensável para o êxito de uma política anti-inflacionária".

Assim pensa o empresário José Alencar Gomes da Silva, presidente do Conselho de Administração e diretor superintendente da Coteminas-Companhia de Tecidos Norte de Minas, empresa que tem hoje uma produção de dois milhões de metros quadrados de tecidos e de 200 toneladas de fios e que se prepara para ganhar o mercado externo com uma nova unidade industrial em Montes Claros.

EXPECTATIVA

Para ele, o Ministro do Planejamento, Sr Delfim Neto, conhece perfeitamente os remédios que devem ser utilizados para o tratamento da economia. Observa que, como ele, há muitos capazes de prescreverem medidas corretas, do ponto de vista técnico, na administração da economia nacional.

"Só que a inflação brasileira de hoje tem raizes psicológicas profundas e de difícil extirpação. Uma das causas inflacionárias mais evidentes é a própria expectativa inflacionária, capaz de neutralizar todas as medidas técnicas postas em prática, deixando as autoridades perplexas e até mesmo as mais lúcidas inteligências confusas", afirmou.

O Sr José Alencar Gomes da Silva ressalta ainda que no País não se fala noutra coisa senão em inflação, deficit da balança comercial, problemas de endividamento externo, monetarismo, recessão, balança de pagamentos deficitária, custo dos serviços da dívida nacional, **prime rate, libor, spread**.

As pessoas já estão cansadas deste papo azedo, estéril e infrutífero. Chega a ser cansativo falar em economia para criticar medidas monetaristas e o segredo está em levantarem-se as verdadeiras causas da expectativa inflacionária, visando à sua reversão.

— Pergunte ao político e ao eleitor, ao empresário e ao trabalhador, à dona-de-casa e ao feirante, pergunte ao professor e ao aluno, pergunte ao povo se acredita no declínio das taxas inflacionárias. Certamente não acredita porque não confia no Governo. Isso é gravíssimo, porque só se pode co-reponsabilizar quando se confia.

PERÍODO DE TRANSIÇÃO

O presidente da Coteminas acrescenta que "se o povo não confia também não participa e procede de modo a dificultar o trabalho de combate à inflação". Disse confiar na vocação democrática do Presidente da República:

— A estratégia gradual no processo de aberutra prolonga demasiadamente o período de transição, durante o qual o Poder não é exercido de modo ditatorial nem democrático, o que contribui para o desgaste do Governo, minando cada vez mais a sua já enfraquecida confiabilidade — ressalta.

Segundo o Sr José Alencar Gomes da Silva, o período de transição longo é perigoso e cria perplexidade, já que o povo precisa confiar em alguma coisa. Para ele, a reversão da expectativa inflacionária só poderá acontecer quando o povo confiar no Governo e para isso seria necessária a aceleração do processo de abertura e a adoção do regime democrático pleno.

Acredita que uma das saídas seria a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, como forma de participação popular. Na sua opinião, com a própria legitimação das leis o problema estaria resolvido, sendo necessária a devolução ao Congresso do poder de legislar.

MERCADO EXTERNO

O presidente da Coteminas afirmou que a indústria têxtil nacional tem condições extraordinárias para se transformar em grande exportador, embora tenha atingido no ano passado a 757 milhões de dólares com a previsão de 1 bilhão 100 milhões de dólares de exportações este ano.

— Formosa, que dependia de importação de fibras têxteis, exportou no ano passado 4 bilhões de dólares, quase seis vezes mais que o Brasil. Mas temos condições de nos transformar em grande exportador, já que os custos da fiação e tecelagem brasileiras são os mais baixos do mundo — acrescentou.

Ressaltou que o potencial do mercado interno brasileiro é muito grande e, à medida em que o setor cresce, as indústrias se aparelham para exportar. Disse que o grande problema brasileiro para atingir o mercado internacional está no tamanho das empresas têxteis, pequenas até há pouco tempo. "Hoje estão melhor estruturadas com a economia de escala, capazes de competir no mercado externo", afirmou.

— Temos matéria-prima e mão-de-obra abundantes, custos econômicos, potencial de crescimento do mercado interno para melhor dimensionamento, temos tudo para conquistar o mercado internacional. O único problema é o alto custo das matérias-primas, pois o algodão, as fibras sintéticas, a energia sobem de preços frequentemente".

O Sr José Alencar Gomes da Silva anunciou a implantação, a partir do segundo semestre deste ano do projeto Cotenor S.A Industria Têxtil, anexo à Coteminas em Montes Claros, destinado à fabricação de têxteis para o mercado externo. A nova indústria, com investimentos de Cr$ 3 bilhões 400 milhões, entrará em operação em 1982, com a previsão final de produção de 70 milhões de metros quadrados de tecidos por ano.

A nova unidade da Coteminas gerará 2 mil 100 empregos diretos no Norte de Minas, terá apoio da Sudene e do BDMG, aplicando recursos gerados numa mesma área e para o mesmo ramo. Ocupará área de 166 mil metros quadrados, dos quais 68 mil metros quadrados cobertos. A previsão para implantação definitiva é de cinco anos.

Navegação Mercante: Resultados Obtidos

A Superintendência Nacional da Marinha Mercante — SUNAMAM — vem desenvolvendo importante trabalho no cumprimento das diretrizes delineadas na Política de Marinha Mercante, definidas pelo Ministério dos Transportes.

Nesta oportunidade cumpre ressaltar, além da firme orientação que vem sendo prestada pelo Ministro Eliseu Resende, o apoio que a SUNAMAM tem recebido para a solução dos problemas que incidem sobre a Marinha Mercante.

Os resultados operacionais registrados pela armação nacional, no período de janeiro a maio de 1980, são considerados bons, já que a participação da bandeira brasileira no volume global dos fretes marítimos, gerados pelo nosso comércio exterior, apresentou incremento.

Assim é que o movimento geral (exportação + importação) alcançou 658 milhões de dólares de frete auferido, registrando um aumento de 35% em relação ao realizado em idêntico período de 1979. Na importação, a participação da nossa bandeira, em termos de frete, atingiu a US$ 471.7 milhões tendo sido registrado o aumento de 38%.

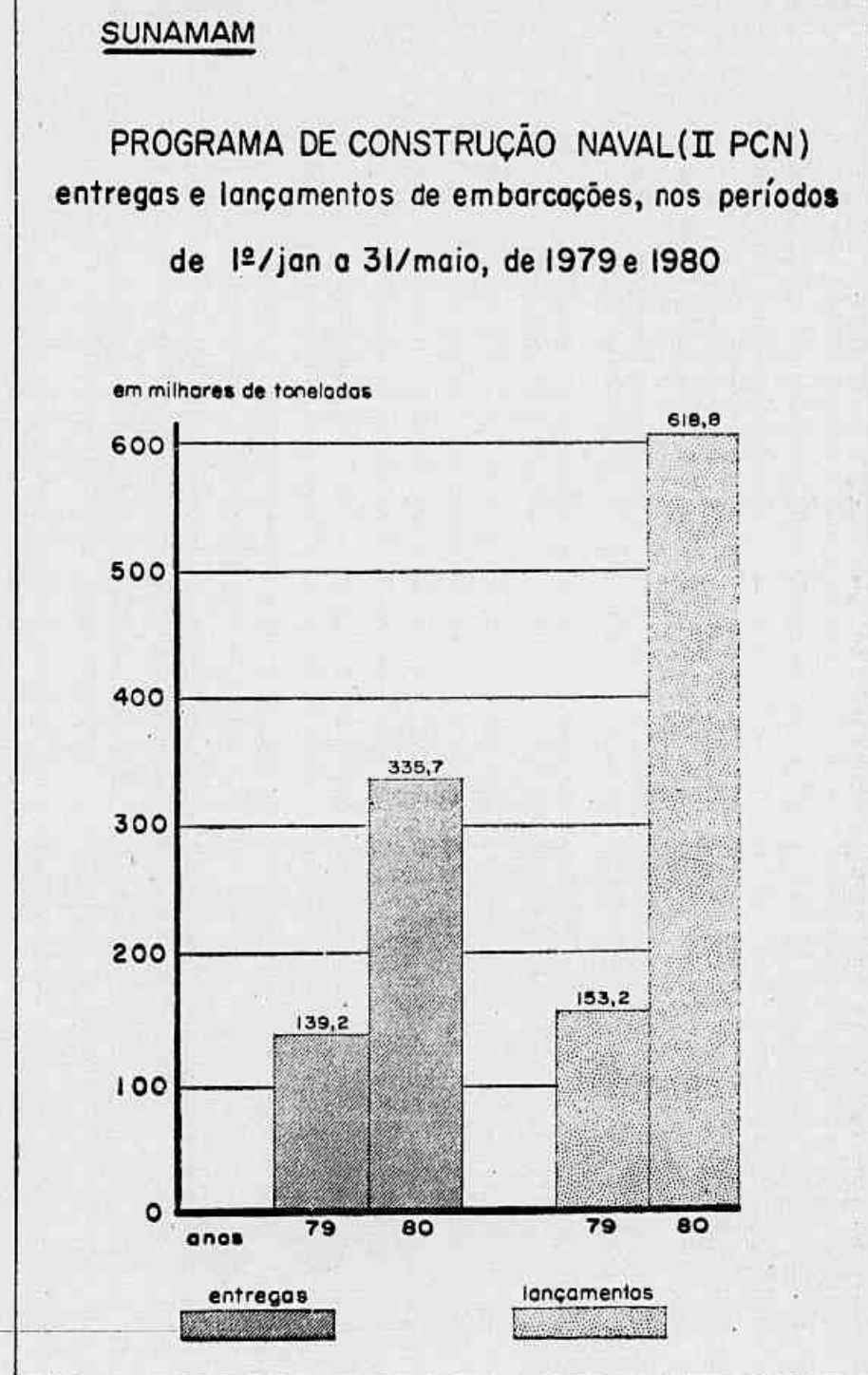
Com relação à Navegação de Cabotagem, nos cinco primeiros meses de 1980 foram transportados 9.8 milhões de toneladas, com aumento de 23% em relação ao mesmo período do ano anterior, tendo sido desenvolvido o trabalho de transporte de 9.8 bilhões de toneladas/milha, o que correspondeu a um aumento de 15%, e que comprova o crescimento marítimo ao longo de nossa costa.

SUNAMAM

PROGRAMA DE CONSTRUÇÃO NAVAL (II PCN)
entregas e lançamentos de embarcações, nos períodos de 1º/jan a 31/maio, de 1979 e 1980

em milhares de toneladas

anos	entregas	lançamentos
79	139,2	153,2
80	335,7	618,8

Na Navegação Interior, relativamente ao transporte realizado nas seis bacias hidroviárias, houve um acréscimo de 19%, tendo sido transportadas 1.7 bilhões de toneladas. Convém ressaltar que cerca de 60% do total dessa carga movimentada são decorrentes das operações na bacia do Sudeste onde foi registrado um incremento de 33%.

Há que reconhecer, ainda, o esforço que vem sendo desenvolvido pela Indústria de Construção Naval Brasileira, para alcançar o objetivo fixado pelo Governo do Presidente João Figueiredo de acelerar a entrega de navios.

Os lançamentos e entregas de embarcações do II Plano de Construção Naval prosseguem normalmente, dentro do programado, já tendo sido entregues até 31 de maio de 1980, 335.694 TPB de embarcações e lançados 618.760 Toneladas de Porte Bruto, resultados esses que vêm sendo amplamente divulgados, inclusive pelo noticiário internacional.

JOÃO CARLOS PALHARES DOS SANTOS
Superintendente

Os curtumeiros são favoráveis à liberação da exportação de couros crus, desde que o Governo libere também a importação da matéria-prima.

Rio Grande industrializa 40% da produção nacional de couro

Porto Alegre — Ao lado do setor de calçados, soja, fumo e lã, a indústria de couros e peles compõe a importância do quadro econômico do Rio Grande do Sul, produzindo para o abastecimento do mercado interno e arrecadando divisas na exportação de peças.

De um total de 4 milhões de couros que são industrializados anualmente no Estado — o que equivale a 40% da produção de couros do País — cerca de 20% (800 mil peças) são exportados pelos curtumes gaúchos, sendo o restante destinado à indústria de calçados (que consome a maior parcela) móveis, artefatos e vestuário.

DIFICULDADES

Em virtude da escassez de ofertas de matéria-prima (bois) ocorrida durante dois anos consecutivos (78 e 79) e agora da queda do consumo da carne, o que reduz a matança dos animais, aliada ao crescente uso de materiais sintéticos para fabricação de calçados, o setor de couros vem enfrentando dificuldades na ampliação de sua produção.

Basta dizer, que dos 4 milhões de peças industrializadas no Estado, apenas 1 milhão são oriundas de frigoríficos gaúchos, o restante vem de outros Estados. O presidente do Centro das Indústrias de Curtumes do Brasil, sr Luiz Otávio Vieira, lembra que a política do couro depende intimamente do tratamento dado à política da carne, que muitas vezes não se coaduna com as necessidades dos industriais. "Os burocratas, no luxo de seus gabinetes, muitas vezes decidem a política da carne, mas sequer se lembram de que nós, curtidores, dependemos dessa política".

Ele se queixa, também, da interferência do governo na comercialização do couro, que só foi liberada em meados deste ano. Até maio deste ano, o governo é que fixava cotas de exportação para o couro "in natura", limitando as vendas até determinados níveis, produto esse que ainda está taxado com um imposto de exportação de 36% (o couro curtido, com 18% de imposto). Com as pressões norte-americanas no sentido de serem liberadas as exportações de couro bruto, os industriais esperam, agora, que todo o sistema de comercialização externa seja baseado na "verdade cambial".

"Negociara com mentira cambial, isto é, com o Governo segurando a taxa do dólar, é quase impossível, pois o dólar de Cr$ 18, passa a valer 24 ou 25, e nós acabamos perdendo dinheiro", frisou o Sr Luiz Otávio Vieira. Para o industrial gaúcho, falta ao setor uma definição clara a nível de Governo que realmente beneficie a industrialização e comercialização. A burocracia, especialmente problemas surgidos com a área da Cacex, na liberação de cotas, guias, etc, tem sido um dos maiores entraves ao bom desempenho do setor.

A exportação de couros no país chegou em 1979 a US$ 165 milhões, e, dificilmente, o setor poderá atingir a meta proposta pelo Governo federal, de exportar US$ 600 milhões em 80, já que segundo os industriais, a política do couro "não é levada a sério pelo Governo". O apogeu do setor coureiro ocorreu entre os anos de 1976 e 1977, quando havia couros em abundâncias e os preços estavam compatíveis. "Hoje, se descontada a inflação, os preços estão mais baixos do que na mesma época do ano passado e a capacidade ociosa dos curtumes chega a 40%, o que indica sinais de depressão a médio prazo", estimou.

— "Aceitamos qualquer tipo de taxa, como a que nos é imposta hoje sobre o couro curtido (18%), pois ela serve para proteger os preços a nível de mercado interno, mas queremos mais liberdade de comercialização, e que o Governo não nos atrapalhe mais", frisou o Sr Luiz Otávio Vieira.

ECONOMIA DE COMBUSTÍVEIS

Os custos dos curtumes aumentarão mais ainda em função de novos investimentos que devem ser feitos para favorecer a substituição de combustíveis por outras fontes alternativas de energia. Neste ano somente com a racionalização nos equipamentos já existentes e que se utilizam de **fuel oil** para proporcionar o calor que beneficia o couro, foi conseguida uma economia de 10% além do corte imposto pelo Governo no início deste ano.

Logo após a racionalização no uso, eliminando os desperdícios, os curtumes optaram, como fonte alternativa numa primeira fase, pela madeira. O carvão, segundo os industriais, exigiria, imediatamente, uma tecnologia mais sofisticada, e da qual ainda não dispomos. Além dos problemas ocasionados pela substituição, como transporte, mão-de-obra, manuseio e a disponibilidade de uma área para replantio, a madeira exigirá investimentos na substituição de equipamentos. Mas até o final do ano, o setor curtumeiro espera ter substituído totalmente o óleo combustível em suas instalações, garante o sr Enio Fasolo, diretor dos curtumes Fasolo, de Bento Gonçalves.

Alguns curtumes já estão cultivando eucaliptos no interior do Estado e adquirindo desde já suas novas caldeiras movidas a lenha, cujo custo pode variar de Cr$ 5 mil a Cr$ 25 mil, dependendo do porte do equipamento.

Couro fatura este ano cerca de US$ 2 bilhões

São Paulo — Os setores de couro, calçados e têxteis alcançarão em 1980 um total de 1 bilhão 900 milhões de dólares em exportações, e o presidente do Conselho Nacional da Indústria Têxtil, Sr Luis Americo Medeiros, considera que o maior problema que sua área enfrenta diz respeito "aos custos das matérias-primas que se têm elevado ultimamente de forma absurda".

Para ele, o recente reajuste de 20% concedido pelo Conselho Interministerial de Preços (CIP) é precário, deixando de atender as necessidades do setor, que com o alto custo do dinheiro está se descapitalizando ao mesmo tempo em que se endivida. Para o presidente do Sindicato da Indústria de Calçados, Sr Sebastião Bourbulhau, "de nada adianta as pressões externas, principalmente de empresários norte-americanos, para que exportemos couro. Temos é que exportar calçados mesmo, manufaturados, onde o valor agregado do produto é maior".

EXPORTAÇÕES DE CALÇADOS

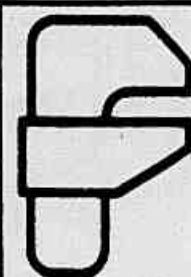
As exportações de calçados deverão atingir em 1980 a 500 milhões de dólares, o que significa um acréscimo de 30% sobre o ano de 1979. Para esse ano, a Rússia voltou a ser compradora do calçado nacional, que está sendo negociado através da **trading company** Comexport.

"Se computarmos outras exportações de couros e manufaturados que não calçados, o total das vendas externas da área de couros se elevará a 900 milhões de dólares, contra os 600 milhões de dólares do ano passado", afirmou o Sr Sebastião Bourbulhan.

As vendas internas de calçados estão apresentando um bom ritmo, segundo o Sr Bourbulhan. As exportações de calçados atingem a 35 países. O setor não tem maiores problemas hoje, nem em relação a reajuste de preços, conforme salientou o presidente do Sindicato patronal do ramo.

TÊXTEIS

O Sr Luís Americo Medeiros salientou que "as exportações do setor têxtil serão muito boas, atingindo 1 bilhão de dólares, contra os 600 milhões do ano passado. Desse total, 10% representam vendas para a América Latina. O grande mercado que se abriu nos últimos tempos foi o da Argentina, e agora surgem o Chile e Uruguai com grandes possibilidades de comprar grandes quantidades de produtos têxteis nacionais".

O presidente do Grupo Vicunha, Sr Jacks Rabinovicht, concorda com o Sr Luis Americo Medeiros, e disse que "a qualidade do produto têxtil nacional é muito boa, e isso nos traz grandes possibilidades externas". Para o Presidente do Conselho Nacional da Indústria Têxtil, o que prejudica o setor em termos de competitividade, é a elevação constante nos preços das matérias-primas.

FINAME
AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO
BNDE
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 1979

ATIVO

ATIVO CIRCULANTE E REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			
DISPONIBILIDADES		67.122.024,66	
REFINANCIAMENTOS DE EQUIPAMENTOS NACIONAIS		139.069.809.243,76	
CREDITOS DIVERSOS			
Devedores Diversos no País	64.879.034,19		
Tesouro Nacional - Decreto Lei 1452/ 76	3.964.470.783,38		
Títulos de Créditos a Receber	633.480.585,46		
Banco Central do Brasil	2.843.850.905,66		
Outros Valores	7.608.823,73	7.514.290.132,42	
VALORES MOBILIÁRIOS		244.847,67	
MATERIAL DE EXPEDIENTE		391.081,63	146.651.857.330,14
ATIVO PERMANENTE			
INVESTIMENTOS		6.703.776,19	
IMOBILIZADO			
Imóveis de Uso	26.870.220,95		
Móveis, Utensílios e Veículos	5.422.263,70		
	32.292.484,65		
(—) Depreciações Acumuladas	(3.636.325,05)	28.656.159,60	35.359.935,79
			146.687.217.265,93
COMPENSAÇÃO			121.134.942.692,42
TOTAL DO ATIVO			267.822.159.958,35

PASSIVO

PASSIVO CIRCULANTE E EXIGÍVEL A LONGO PRAZO			
EMPRESTIMOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS			
Do País	104.405.460.623,73		
Do Exterior	8.865.977.346,10	113.271.437.969,83	
OUTRAS OBRIGAÇÕES			
Contas a Pagar Diversas	202.498.290,35		
Contribuições Para o PASEP	222.385.592,16	424.883.882,51	113.696.321.852,34
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CAPITAL SOCIAL		19.000.000.000,00	
RESERVAS DE CAPITAL		13.338.866.686,56	
RESERVA LEGAL		80.095.050,04	
LUCROS ACUMULADOS		571.933.676,99	32.990.895.413,59
			146.687.217.265,93
COMPENSAÇÃO			121.134.942.692,42
TÓTAL DO PASSIVO			267.822.159.958,35

LUIZ SANDE DE OLIVEIRA
Presidente

IRIMÁ DA SILVEIRA
Diretor Executivo

HERBERT DRUMMOND FRANK
Diretor-Adjunto de Operações

DELFIM DA FONSECA NADAES
Chefe do Departamento Financeiro

ATTILIO GERALDO VIVACQUA
Diretor-Adjunto de Serviços Operacionais

JOÃO BAPTISTA MENEZES
Gerente Divisão Contabilidade
Contador CRC-RJ 002.566-9

Invernos curtos e falta de dinheiro atingem setor têxtil

Porto Alegre — A expectativa de um crescimento de apenas 5% neste ano, valor até um pouco inferior ao desempenho do ano passado, comprova a estagnação do setor têxtil no Rio Grande do Sul, o que vem se agravando com a sucessão de verões prolongados e invernos muito curtos, a perda do poder aquisitivo da população, além, é claro da concorrência enfrentada com as empresas estrangeiras.

O presidente do Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem do Estado, Sr Henrique Milagre, no entanto, se considera um otimista, e está sempre na expectativa de melhores dias para o setor e para o País. Acredita que, assim como o setor têxtil, toda a economia brasileira está passando por momentos difíceis em virtude da crise de petróleo que afetou a maioria dos países.

DESEMPENHO

O Rio Grande do Sul conta com cerca de 500 empresas de fiação, tecelagem e confecções mas apenas quatro do setor têxtil são empresas de grande porte e que juntas industrializam de 25% a 30% da lã gaúcha. Entre essas empresas, está a Companhia Industrial Rio Guahyba, — da qual é diretor-presidente, também, o Sr Henrique Milagre — e que produz fios, tops de lã (estágio anterior ao fio) e o tecido. A característica das indústrias têxteis gaúchas é a dedicação quase que exclusiva à produção de fios e tecidos de lã, já que a matéria-prima é abundante no Estado. Mas os fios sintéticos também são fabricados a partir de fibras sintéticas (acrílico) já produzidas no País pelos pólos petroquímicos da Bahia e, futuramente, no pólo do Rio Grande do Sul.

A Rio Guahyba elabora cerca de 9 milhões de quilos de lã, sendo que um terço desse total (3 milhões de quilos) são exportados já em forma de fios e tecidos para os Estados Unidos e Mercado Comum Europeu. E é nesses mercados que a competição com as grandes empresas multinacionais traz desvantagens às indústrias nacionais, comenta o Sr Henrique Milagre, pois países como Formosa, Índia e Indonésia oferecem tecidos semelhantes aos brasileiros, mas a custos muito inferiores, visto que são altamente subsidiados pelos seus governos. Isso já não acontece com a indústria brasileira, que apesar de ser isenta do IPI, ainda paga o ICM e uma sobretaxa de 0,65% nas exportações feitas para os Estados Unidos.

De qualquer forma, o industrial não se queixa da falta de subsídios (afinal a sobretaxa até o final do ano passado era de 18%), e sim das elevadas taxas de juros nos financiamentos de investimentos, que são as mesmas do mercado e da falta de recursos para a profissionalização dos trabalhadores na indústria de fiação e tecelagem. "Nossa indústria precisa modernizar-se para competir com as estrangeiras lá fora, mas os juros são tão elevados que não temos como investir no setor". Além disso, os industriais se queixam da falta de profissionalização dos trabalhadores, que muitas vezes, devem ser formados na própria fábrica, durante dois anos, o que implica em ônus para a empresa.

Além dos problemas naturais como verões prolongados, que reduzem as vendas para o inverno, os industriais enfrentaram em 79 uma greve dos operários no mês de outubro, que teve a duração de 15 dias. Apesar de avaliar a necessidade de os trabalhadores reivindicarem melhores salários, o Sr Henrique Milagre, vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado, observa que a indústria têxtil no Brasil tem dificuldades para sobreviver, com margens de lucro muito limitadas e que não absorvem os custos de uma greve. "Nossos preços, geralmente, estão muito abaixo dos permitidos pelo CIP, pois a competitividade é muito grande; portanto, se enganam os que pensam que nossas margens são fabulosas".

O setor reclama por mais recursos a juros baixos, para maiores investimentos em máquinas e instalações

Sobre a atuação do ministro Delfim Neto no Ministério do Planejamento, o presidente do Sindicato de Indústrias de Fiação e Tecelagem, admite que o governo está "sob um fogo cruzado", já que é muito difícil conciliar o combate a inflação e continuar mantendo a economia em crescimento. "Não sei que milagre irá ocorrer, mas Deus é brasileiro, e nós sairemos dessa crise", observou de forma otimista.

A busca de fontes alternativas de energia que substituam o uso de combustível em suas caldeiras é outro problema que está sendo enfrentado pelo setor têxtil. O carvão foi a opção considerada mais viável pelos industriais, mas como é um minério que contém alto teor de fuligem não pode ser usado a não ser em forma de gás. Mas o projeto de gaseificação do carvão no Estado ainda é um pouco remoto, portanto, até que se viabilize o uso de gás de carvão no País, a indústria têxtil continuará utilizando o gás combustível, procurando racionalizar o seu uso, para conseguir uma economia de pelo menos 20% este ano.

O sr Henrique Milagre é um português que está radicado no Brasil desde 1951, quando tinha 28 anos de idade. Naquele ano chegou a São Paulo com um grupo de amigos e com sua experiência em economia (era economista) e no setor têxtil, pois tinha trabalhado em tecelagem em seu país, empregou-se nas indústrias Gasparian. Quando a empresa paulista foi adquirida por outro grupo empresarial, o sr Henrique Milagre veio para Porto Alegre assumindo a diretoria da Rio Guahyba, onde hoje é diretor-presidente.

Sua empresa tem um faturamento de Cr$ 500 milhões, e uma produção média mensal de 80 toneladas de fios e 100 mil metros de tecidos. De sua produção global, apenas 10% é exportada, sendo o restante destinado ao abastecimento do Rio, São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Santa Catarina.

Custos impedem setor têxtil de Minas de ampliar mercado

Belo Horizonte — O setor da indústria têxtil em Minas Gerais, caracterizado por empresas de sólida posição financeira e grande parte delas centenárias, ainda participa de maneira tímida das exportações brasileiras de tecidos e, segundo os empresários, enfrenta problemas da falta de paridade entre os preços do algodão nos mercados interno e externo.

"Temos pretensões de continuar crescendo nossas vendas externas, mas somos freados pelos problemas de custos e da própria inflação interna. Com a má qualidade da atual safra nacional de algodão, os preços do produto encontram-se em especulação, acima da paridade internacional. Isso pode trazer problemas para o segundo semestre, quando, é provável, exportaremos sem ganhar", afirma o presidente da Companhia Industrial Belo Horizonte, Sr Aristides Mário Rache.

MERCADO

De acordo com o presidente do Sindicato de Fiação e Tecelagem de Minas Gerais e da Companhia de Tecidos Santanense, Sr Clóvis Gonçalves, as exportações mineiras do setor devem alcançar cerca de 50 milhões de dólares este ano, para um total nacional de 1 bilhão 70 milhões de dólares. Ele diz que as cerca de 70 empresas mineiras do setor — algumas ainda não exportam — sofrem dos mesmos problemas gerais à indústria nacional para comercializar no exterior.

"Com a alta do petróleo e a elevação das contas de combustível da maior parte dos países, todos querem apenas exportar e o mercado torna-se mais acirrado. Mesmo sem a característica de grande exportador, o setor mineiro mantém uma presença permanente no exterior", afirma o Sr Clóvis Gonçalves.

Ele salienta que o mercado americano, por exemplo, apresenta-se melhor este ano e que as indústrias nacionais de tecidos poderão conseguir preencher até 80% da cota prevista, contra um total de 40% em 1979. Lembra também que o setor mineiro vende muito para o Paraguai e Bolívia e que nem sempre estes dados são computados pela Cacex, já que a exportação é feita em cruzeiros. Segundo as estatísticas, as vendas mineiras de tecidos de algodão, fios e roupa de cama totalizaram, em 1979, cerca de 36 milhões de dólares.

O presidente da Companhia de Tecidos Santanense observa que, embora novas empresas não venham informando no setor, ele continua a fortalecer-se através de incorporações feitas pelas empresas de maior porte. Outra característica que começa a mudar a imagem de ser a área dominada apenas por grupos familiares é o fato de que já se realiza a abertura de capital das indústrias, com lançamento de ações em bolsas.

Ele cita o próprio caso da Santanense, que ofereceu 64 milhões de ações para subscrição de seus cerca de 1 mil acionistas. E a empresa informa que as sobras desta operação — estimadas em 50 milhões de ações — serão colocadas à disposição do público investidor em operação de **underwritting**.

PIONEIRA

O presidente da Companhia Industrial Belo Horizonte, Sr Aristides Mário Rache, salienta que sua empresa foi uma das primeiras em Minas a iniciar a exportação, por volta de 1969, a princípio de apenas tecidos crus para os Estados Unidos e Comunidade Econômica Européia. Esse processo foi dirigido pelas próprias firmas compradoras, com escritórios no Brasil.

"Depois, a empresa partiu para a instalação de um escritório na Europa, abandonando o mercado dos EUA, muito competitivo, exigente e que sofre problemas de contingenciamento mais rigoroso. Passamos a operar em países onde não existem acordos bilaterais em regime de cota", diz o Sr Aristides Rache.

O empresário assinala que, para a montagem do escritório de vendas em Zurich, o mais difícil foi conseguir pessoal capacitado para sua administração. Ele acentua que este escritório, há quatro anos o ponto de contato com os grupos compradores da Europa, organiza a participação da empresa em feiras e exposições internacionais.

O presidente da Industrial Belo Horizonte ressalta que, através deste trabalho, a companhia tem conseguido cobrir as cotas dadas pela Cacex e também parte das não cumpridas por outras empresas do setor. A fábrica vende também para os países da Cortina de Ferro, onde comercializa diretamente com as estatais e, este ano, deve exportar cerca de 6 milhões de dólares em tecido cru e estampado.

A empresa foi criada em 1906 e sua primeira fábrica localizou-se em Pedro Leopoldo, na região metropolitana de Belo Horizonte. A unidade implantada na nova capital visou, segundo o Sr Aristides Rache, atender a uma solicitação inicial de criação, na cidade, de mercado de trabalho também para asmulheres. Esta unidade localiza-se, até hoje, no bairro da Cachoeirinha, na Zona Norte de Belo Horizonte.

"A Industrial Belo Horizonte foi quem cedeu o terreno para a construção da Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais e, nos primeiros tempos da nova capital, colaborava com a cessão de energia elétrica quando faltava luz".

Em 1975, a Industrial Belo Horizonte incorporou a empresa Fibral — Fiação Brasileira de Algodão, da cidade de Pará de Minas, onde instalou também uma tecelagem com linha voltada para a confecção. A empresa é controlada por uma **holding** que conta com cerca de 280 acionistas, existindo outros 3 mil na Industrial Belo Horizonte.

Seu capital atual é de Cr$ 315 milhões e seu faturamento estimado para este ano excede a Cr$ 1 bilhão 500 milhões. As três unidades geram um total de 2 mil 400 empregos diretos e, segundo seu presidente,ela é um empreendimento rentável.

CAPITAL ABERTO

A Companhia de Tecidos Santanense, informa seu presidente, Sr Clóvis Gonçalves, foi fundada em 1881 em Itaúna pela família Gonçalves e sempre posicionou-se como uma empresa de capital aberto. Em 1973, ela incorporou duas outras fábricas: a Companhia de Tecidos Pitanguense e a Fiação Dom Bosco de São João Del Rey, o que motivou a transferência da sede da empresa para Belo Horizonte.

No início deste ano, a empresa adquiriu toda a maquinaria têxtil da Companhia Industrial Paraense, de Pará de Minas, por Cr$ 304 milhões, o que a torna uma das maiores do setor no Estado. Esta unidade comprada, esclarece o Sr Clóvis Gonçalves, não tem setor de acabamento para o tecido e, somente a partir de outubro próximo, ele estará funcionando. Até lá, a produção de tecidos crus será processada em Itaúna e outra parte exportada para a Polónia, segundo contrato já firmado.

As exportações não ultrapassam a 10% da produção anual da Santanense e são feitas também para a Bolívia e o Paraguai. Além destas unidades, a Santanense implanta outra fábrica na area mineira da Sudene dentro de três anos, ela estará operando. Seu capital atual é de Cr$ 400 milhões e o faturamento previsto para 1980 é da ordem de Cr$ 2 bilhões. Nas quatro unidades—Itaúna, Pará de Minas, São João Del Rey e Pitangui — são proporcionados 2 mil 500 empregos diretos.

"As indústrias têxteis mineiras caracterizam-se por sua solidez e operam com um folgado sistema financeiro. Antes, dizia-se que uma fábrica de tecidos em Minas era um projeto falido, mas verifica-se o contrário na prática", afirma o Sr Clóvis Gonçalves.

A indústria têxtil mineira enfrenta desequilíbrio no preço externo do algodão

Vendas de eletrodomésticos no trimestre aumentaram até 95,7%

Durante o primeiro trimestre de 1980, as vendas de aparelhos eletrodomésticos portáteis apresentaram acréscimos em todos os produtos, com exceção feita para os tostadores, que tiveram uma diminuição real de 13,7%, em comparação a igual período do ano passado.

De acordo com a Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), as taxas de crescimento verificadas oscilaram de um percentual mínimo de 13,3%, correspondente aos exaustores, a um máximo de 95,7%, referentes aos ventiladores domésticos.

DESTAQUES

Em relação aos eletrônicos domésticos, o cotejo entre os três primeiros meses deste ano com idêntico período do ano passado evidencia maiores níveis de vendas em todos os aparelhos, destacando-se os percentuais correspondentes aos rádios transistorizados e televisores a cores, respectivamente 41,6% e 27,9%.

Segundo a Abinee, como um todo, as vendas de aparelhos eletrônicos domésticos, durante os três primeiros meses deste ano apresentaram ritmo significativamente superior ao verificado em 1979, mas deve-se salientar, entretanto, que esse resultado foi bastante influenciado pelo baixo ritmo dos negócios durante o primeiro trimestre do ano passado.

No caso dos refrigeradores, as vendas atingiram uma expansão 17,1% superior ao verificado em 1979, o mesmo acontecendo com os condicionadores de ar, que chegaram ao nível de 13% de acréscimo.

VARIAÇÕES

O quadro de variação das vendas industriais de aparelhos eletrônicos domesticos, nos últimos quatro anos, segundo a Associação Brasileira da Industria e Eletrônica, apresenta os seguintes dados:

DISCRIMINAÇÃO	MIL UNIDADES VENDIDAS 1º TRIM/80	1º TRIM/79	1º TRIM/78	1º TRIM/77	VARIAÇÕES (%) 1º TRIM/80 1º TRIM/79	1º TRIM/79 1º TRIM/78	1º TRIM/78 1º TRIM/77
ELETRODOMÉSTICOS							
Aspiradores de Pó	66,4	52,6	46,5	31,8	+ 26,2	+ 13,1	+ 46,2
Batedeiras de Bolo	83,8	60,7	60,7	60,0	+ 38,1	0,0	+ 1,2
Enceradeiras	199,1	135,1	137,0	117,9	+ 47,4	– 1,4	+ 16,2
Exaustores	11,9	10,5	11,0	12,5	+ 13,3	– 4,5	– 12,0
Ferros Automáticos	517,0	328,7	327,1	235,7	+ 57,3	+ 0,5	+ 38,8
Grills	25,0	14,3	10,3	7,8	+ 74,8	+ 38,8	+ 32,1
Liquidificadores	375,4	295,1	283,7	241,0	+ 27,2	+ 4,0	+ 17,7
Tostadores	10,7	12,4	5,6	4,3	– 13,7	+ 121,4	+ 30,2
Ventiladores Domésticos	167,5	85,6	140,5	95,3	+ 95,7	– 39,1	+ 47,4
Condicionadores de Ar	51,4	45,5	47,1	36,7	+ 13,0	– 3,4	+ 28,3
Refrigeradores	455,8	389,4	357,6	326,0	+ 17,1	+ 8,9	+ 9,7
ELETRÔNICOS DOMÉSTICOS							
Auto-Rádios	215,0	215,0	156,0	157,0	0,0	+ 37,8	– 0,6
Fonógrafos e Radiofonógrafos	312,0	274,0	226,0	182,0	+ 13,9	+ 21,2	+ 24,2
Rádios Transistorizados	1.127,0	796,0	713,0	558,0	+ 41,6	+ 11,6	+ 27,8
TV — Preto e Branco	357,0	329,0	304,0	241,0	+ 8,5	+ 8,2	+ 26,1
TV — Em cores	257,0	201,0	197,0	125,0	+ 27,9	+ 2,0	+ 57,6

Fontes: ABINEE/ SINAEES — GECON
Departamento de Estatística

Empresa britânica fortalece sua participação

A Ferranti, empresa britânica de eletrônica e comunicações, fortaleceu ainda mais a sua participação na indústria brasileira de computadores ao estabelecer, com a Mayrink Veiga & Companhia Limitada, a nova Sistemas Ferranti do Brasil, localizada na cidade do Rio de Janeiro.

A nova companhia oferecerá serviços de programação, desenho, consultoria, manutenção e treinamento para a indústria de computadores, voltada particularmente para aplicações militares. A maior parte dos quadros da Sistemas Ferranti do Brasil será constituída por brasileiros, alguns dos quais irão à Grã-Bretanha para treinamento em técnicas de sofware e programação, com assistência de pessoal especializado.

PRIMEIROS TRABALHOS

Um porta-voz da Ferranti, em Londres, declarou que uma de suas primeiras atividades seria o exame dos sistemas de comando e controle instalados nas fragatas dos tipos 21 e 24, fornecidas recentemente à Marinha do Brasil pela Vosper Thornycroft, da Grã-Bretanha.

A Ferranti vai também levar a cabo a atualização dos sistemas de controle usados na Marinha, além de trabalhos de reparo e manutenção. O informante disse ainda esperar uma expansão de serviços no campo de sistemas de comando e controle da polícia e projetos semelhantes para corpos de bombeiros, pronto-socorros e outros serviços de emergência.

O presidente da nova companhia é o Sr. Antônio Mayrink Veiga, presidente da Mayrink Veiga & Companhia Limitada, que detém 51% das ações, ficando na vice-presidência o Sr. Harry Johnson, diretor de vendas da Ferranti Computer Systems Ltd.

O diretor administrativo da empresa, Sr. Fernando da Costa, reformou-se recentemente na Marinha, após ter se familiarizado com computadores e suas aplicações em defesa quando participou de trabalhos na fragata **Niterói**. Isto o levou a passar dois anos em Southampton, porto no Sul da Inglaterra, como chefe da missão naval brasileira responsável pela aquisição dos navios.

Presidente da CSN encara segundo semestre com apreensão

O presidente da Companhia Siderúrgica Nacional, Sr Benjamin Batista, encara "com certa apreensão o segundo semestre deste ano", quando será exigido grande concentração de desembolsos para a execução de montagem de equipamentos de plano de expansão da usina, "não estando ainda completamente assegurada a origem dos recursos necessários à manutenção do ritmo das obras".

Contudo, assegurou que até o momento, "o nosso plano de expansão não foi afetado", já contando com todos os equipamentos previstos adquiridos e com financiamentos garantidos tanto pelo BNDE/Finame, no caso de equipamento de origem nacional, quanto pelo BIRD, BID e instituições financeiras dos países de origem, para o caso dos equipamentos importados. Observou que a indústria nacional, neste estágio de expansão da CSN, está contribuindo com 70% dos equipamentos em termos tanto de peso como de valor.

A expansão

O Sr Benjamin Batista reafirmou que até o final de 1981 já estará concluído o Estágio II de expansão da usina de Volta Redonda. Informou que em novembro próximo deverão estar instalados os primeiros equipamentos dos altos fornos I e II e toda a parte de metalurgia deve entrar em operação no final deste ano. Em maio de 1981, estará em funcionamento o novo laminador de tiras a quente.

Considerou uma "cota de sacrifício para a siderurgia" o controle de preços estabelecido pelo Governo para os produtos siderúrgicos, que está provocando uma "deterioração da relação preço-custo, inconveniente para as empresas siderúrgicas". A esta respeito lembrou que o preço do aço no mercado interno brasileiro é hoje 30% inferior ao do Mercado Comum Europeu, 25% mais baixo do praticado nos Estados Unidos e 20% menor do que no Japão. "Para qualquer empresa siderúrgica é mais negócio exportar o aço do que vendê-lo no mercado interno", disse.

Revelou que na América Latina, a Argentina é um mercado promissor, com a vantagem do frete, país para o qual a CSN deve exportar este ano cerca de 60 mil toneladas de placas. Informou ainda que em julho próximo chegará ao Brasil missão oficial do Governo argentino para dar sequência aos entendimentos iniciados em Buenos Aires em maio último durante a visita do Presidente Figueiredo, destinados a ampliar a venda de aço brasileiro ao país vizinho.

A entrevista

Em entrevista, o presidente da CSN fez uma análise da conjuntura e dos problemas que enfrenta a CSN e a siderurgia brasileira de modo geral:

JB — O que vai representar para a indústria siderúrgica a substituição do óleo combustível pelo coque metalúrgico? Como está se processando esta mudança? Quais as dificuldades de ordem técnica?

Benjamin Batista — A substituição de coque metalúrgico por óleo combustível nos altos-fornos, representou um considerável avanço tecnológico e econômico, pela maior produtividade do equipamento que ela propiciou. No Brasil, a CSN foi pioneira neste processo de substituição. A partir de 1974, com a crise mundial do abastecimento de petróleo e consequente escalada nos preços, a tendência é voltar a operar os altos-fornos com a menor quantidade possível de óleo combustível. Além do mais, há o fato da maior segurança oferecida pelas fontes de abastecimento de carvão — matéria-prima do coque comparada com as de petróleo.

Há várias formas de reduzir a quantidade de óleo injetado nos altos fornos e dentre elas uma das viáveis e que já se tem praticado é a da mistura de alcatrão de hulha no óleo a injetar. Não existem problemas técnicos para o uso exclusivo de coque nos altos fornos. Este é um problema exclusivamente de ordem econômica.

À proporção que o custo da tonelada de óleo se distancia do custo do coque equivalente, torna-se cada vez mais vantajosa a utilização de coque. Por outro lado, o aumento do consumo específico do coque por tonelada de gusa, representa um maior investimento (na siderurgia) por tonelada de gusa produzida. Deve-se, portanto, perseguir a solução que ofereça melhor aproveitamento econômico.

Além do alto forno, a siderurgia utiliza o óleo combustível em vários outros fornos ao longo do processo metalúrgico, nos quais poderá usar outros tipos de combustível: gás de alto forno, gás de coqueria, alcatrão, etc.

JB — Que investimentos precisarão ser feitos para a troca não ser anti-econômica e nem poluente?

Benjamin Batista — Cada unidade siderúrgica tem suas características próprias e, atualmente, todas as usinas estão empenhadas no exame de alternativas para a substituição do óleo por outros tipos de combustível. No caso da CSN, estamos examinando a implantação de mais uma bateria de coque, de modo que possamos prescindir integralmente do óleo combustível nos altos fornos e ainda proporcionar aos fornos de reaquecimento a quantidade de gás necessária a seu funcionamento adequado.

O investimento exigido por mais essa bateria de coque conugado com a conseqüente ampliação dos pátios de carvão e de outros equipamentos acessórios, atingem a cerca de 150 milhões de dólares (Cr$ 7 bilhões 800 milhões).

JB — Como a CSN está enfrentando o processo de custos de produção maiores com o paralelo controle de preços mais rígido estabelecido pelo Governo?

Benjamin Batista — A situação descrita nessa pergunta representa a cota de sacrifício como um todo e da CSN em particular no combate à inflação que o Governo a toda a nação solicita. Esperamos que ela seja transitória. De qualquer forma, estamos procurando economizar gastos por todos os meios de que dispomos, mediante o corte de despesas adiáveis ou não essencialmente necessárias. Por outro lado, todos os gastos de investimento postergáveis estão sendo evitados.

Não há dúvida de que o processo de controle de preços leva a uma deterioração da relação preço-custo, inconveniente para as empresas siderúrgicas. Contamos porém que as dificuldades presentes sejam superadas pelo Governo para assim se poder restabelecer o desejável equilíbrio.

JB — De que forma a CSN pretende sustentar as suas faixas de lucratividade frente a um rígido controle de preços que está sendo executado dentro da política de combate à inflação?

Benjamin Batista — É evidente que não é possível sustentar faixas adequadas de lucratividade se se leva em conta a resposta à pergunta anterior. Acreditamos porém que só possamos operar nos desejáveis níveis de lucratividade quando a economia do país conseguir superar a atual crise inflacionária pela qual estamos passando.

JB — Qual o perfil que se delineia hoje no mercado interno e no externo para a produção siderúrgica?

Benjamin Batista — O mercado interno está no momento em expansão e muito especialmente nas faixas onde o abastecimento é de responsabilidade da CSN — produtos planos revestidos. Em vista da safra agrícola que se anuncia não se antevê nenhum problema quanto a encomendas. Nossa produção está vendida e os estoques se situam a níveis reduzidos, havendo mesmo, para a garantia de completo abastecimento, a necessidade de importação de certos contingentes de folhas-de-flandres, como de chapas zincadas (respectivamente 5 e 10% das produções previstas de cerca de 570 mil toneladas de folhas-de-flandres e 170 mil toneladas de chapas zincadas). Quanto ao mercado externo, sua posição no momento é compradora e a tendência dos preços é ascendente desde meados de 1979.

Nas circunstâncias presentes, a exportação é uma opção extremamente atrativa, pois o diferencial de preços alcança faixas entre 20 e 30% superiores aos preços praticados no mercado interno, dependendo do produto. Estamos exportando quantidades razoáveis de semi-acabados (placas e lingotes) com proveito econômico, mas, infelizmente não temos condições de exportar quantidades apreciáveis de produtos acabados, porque a primeira prioridade em nossa comercialização é dada para o pleno abastecimento do mercado interno, mesmo com sacrifícios para nossos resultados.

JB — Em que medida o corte orçamentário nas empresas estatais afetou o desenvolvimento dos planos de expansão da CSN? Que efeitos o corte provocou no desempenho da empresa e que perspectivas se pode esperar para 1980?

Benjamin Batista — Na verdade, até o momento, o nosso plano de expansão não foi afetado. Já estamos com todos os equipamentos previstos adquiridos e com financiamentos assegurados, quer seja pelo BNDE/Finame, no caso de equipamento de origem nacional, quer seja pelo BIRD, BID e instituições financeiras dos países de origem, para o caso dos equipamentos importados. Convém citar que a indústria nacional, neste estágio da expansão da CSN, está contribuindo com 70% dos equipamentos em termos tanto de peso como de valor.

As obras civis de montagem também estão virtualmente contratadas em sua quase totalidade, e já em estágio bastante avançado de execução, com suporte de financiamento do BNDE e aportes de capital da Siderbrás. Entretanto, encaro com certa apreensão o segundo semestre deste ano, quando atingiremos grande concentração de desembolsos para a execução de montagem de equipamentos, não estando ainda completamente assegurada a origem dos recursos necessários à manutenção do ritmo das obras.

A Siderbrás e a Secretaria de Planejamento da Presidência da República têm, entretanto, completo conhecimento dessa situação e, confio que haverá de surgir uma solução que não implique no retardamento das obras previstas, pois, o prejuízo para a CSN seria certamente insuportável, além das conseqüências indubitavelmente desastrosas de tal fato para o país, pois, cada mês de atraso na conclusão das obras do Estágio II da CSN, implicará em 150 mil toneladas de aço que deixarão de estar disponíveis no mercado nacional.

JB — Quais foram os resultados operacionais da CSN em 1979? Os números da produção da empresa em 1979 e os previstos para 1980, e a participação das vendas no mercado interno?

Benjamin Batista — A produção de aço líquido, de 2 milhões 347 mil 414 toneladas, foi superior em 7,4% à de 1978. Para 1980, está prevista uma produção de aço líquido de 2 milhões 400 mil toneladas. A CSN foi responsável pelo abastecimento integral ao mercado nacional de folhas-de-flandres, chapas zincadas, trilhos e acessórios, e perfis pesados, contribuindo ainda para a complementação do abastecimento de produtos planos não revestidos (chapas grossas, chapas finas a quente, bobinas a quente, chapas finas a frio e bobinas a frio).

Autopeças já exportam US$ 1 bilhão

São Paulo — A indústria de autopeças deverá exportar em 1890, cerca de 1 bilhão de dolares, mas o presidente do Sindicato Nacional da Indústria de Autopeças, Sr Carlos Fanuchi de Oliveira, disse que "ha muita preocupação no setor, que devido à conjuntura não pode se programar em relação ao futuro. Nos últimos meses não tenho visto investimentos no setor de autopeças, o que me traz preocupação. O endividamento do setor vem aumentando muito, porque sua margem de rentabilidade é baixa".

Para ele, "a verticalização poe em choque toda a estrutura industrial. Alem dos prejuizos ao proprio setor terminal, que, como um todo, perde as economias de escala de seus fornecedores verticalizados por uma das fábricas, ameaça a sobrevivência das empresas de todo porte, particularmente as menores, conduzindo a concentração industrial". No momento, o Sindipeças luta contra a instalação de uma fábrica de autopeças da Ford Brasil, em Jaboatão, no Pernambuco. O Sr Fanuchi considera isso um desrespeito a legislaçao em vigor.

PERIGO

O Sr Fanuchi alerta que "o fim do pequeno fabricante ameaçaria o próprio conceito de livre empresa em que nos baseamos, pois a diversidade e a única barreira eficaz a estatização". Advertiu ainda que "serios riscos estão contidos na implantação do carro mundial, com forte tendência a concentração das atividades tecnologicas e manufatureiras em mãos do projetista inicial: o fabricante de veiculo".

"A indústria terminal deveria demonstrar maior interesse na negociação de tecnologia com seus fornecedores de componentes, afastando a impressão de que pretenderia promover sua verticalização nacional ou internacional, via importações".

"Uma vez que os mecanismos hoje existentes são ineficazes para se oporem a verticalização externa e à importação de componentes diversos dos já aqui produzidos, abre-se para nos uma frente de trabalho politico dos mais delicados ja enfrentados, onde a propria sobrevivência do setor, como hoje o encaramos esta em cheque. Podemos regredir perigosamente 25 anos em nossa historia, aos tempos dificeis da substituição de importações, pois está seriamente ameaçado o grau de nacionalização dos nossos veiculos".

Para o Sr Fanuchi, "com o acesso barrado às tecnicas dos novos produtores, nossas fabricas poderão reverter a condição de supridores de peças de reposição da frota mais antiga, com grave estagnação tecnologica e produtiva. Os conjuntos vitais do automovel são os mais ameaçados, podendo ser reservado à indústria independente um papel de supridor apenas de peças menos elaboradas, que não interessam à fabricação pelas montadoras".

Advertiu que "os programas Befiex que, quando bem conduzidos, podem realmente constituir um instrumento benefico ao interesse nacional, seriam o canal de viabilização das praticas que tememos, pois os conjuntos, que incorporam inovação tecnológica poderão ser importados por seu intermedio sem que se possa contrapor o argumento da existência de fabricação local, ja que as industrias habilitadas não dispõem das necessarias licenças de fabricação".

Ele tem mantido contatos com as diversas áreas do Governo Federal, buscando uma alteração no programa Befiex que permita uma fiscalização mais ativa nas importações de componentes que podem ser produzidos no país, e também está solicitando que as autoridades unifiquem a politica industrial, para que possa ser a mesma em todos recantos do Brasil, "pois não e possivel que no Sul se tenha uma politica e no Nordeste outra. Não pode haver alterações, para que não se crie distorçoes", concluiu o Sr Carlos Fanuchi de Oliveira.

Maiores investimentos para ampliar produção de carros

São Paulo — Cerca de 2 bilhões de dólares deverão ser investidos pelas indústrias automobilisticas brasileiras entre 1980 e 1984, segundo revelam os principais dirigentes do setor, que levam em consideração a ampliação da produção e do lançamento de novos modelos. O presidente da Volkswagen do Brasil, Sr Wolfgang Sauer, admitiu também que é intenção da sua empresa diversificar, entrando na área de produção de ciclomotores, ainda em decisão a ser concretizada em 1980.

A Ford Brasil que lançou em maio último outro caminhão pesado, o F-2000, deverá lançar no próximo ano, segundo confirmou seu presidente, Sr Lindsay Halstead, um novo modelo de veiculos que substituirá a linha Maverick desativada em 1978. A Ford Brasil tem investimentos previstos até 1983 de 500 milhões de dólares.

Todas as indústrias automobilisticas terão em 1981 opções de veiculos a álcool simplesmente ou a álcool aditivado (para substituir o óleo diesel). Em 1980, 200 mil unidades de carros a álcool serão colocadas no mercado interno, devendo, em 1981, o total atingir a 300 mil unidades. "O carro a álcool é viável, foi provado e nós nos saimos bem," disse o diretor de Marketing da Fiat, Alberto Fava.

Exportações crescem

A indústria automobilistica deverá exportar, em 1980, 2 bilhões 500 milhões de dólares em veiculos, atingindo novos mercados africanos, latino-americanos e Estados Unidos, conforme assegurou o presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veiculos Automotores, Sr Mario Garnero.

Isso significa que o setor automobilistico atenderá plenamente ao pedido do Governo federal de crescimento de 40% nas exportações. A greve dos metalúrgicos não atrapalhou o ritmo das exportações, conforme explicou o vice-presidente da Anfavea, Sr Newton Chiaparini. O diretor comercial da Volkswagen, Sr Bernard Eland, disse que a sua empresa conseguiu reprogramar as exportações que não foram realizadas em abril e maio, devido a greve dos metalúrgicos, "e no momento estamos estudando novos mercados".

"A implantação da nossa montadora no Egito, ainda está na dependência de acerto de detalhes com o Governo local, mas tudo caminha muito bem", afirmou. No Egito, a Volkswagen montará mais de 15 mil veiculos anuais. Um novo mercado conseguido pela Volkswagen, é o da Argentina, para onde as exportações se sucedem, e deverão ser incrementadas a partir do momento que a Volkswagen Argentina começar a produzir a Kombi e o Gol, usando inicialmente peças fabricadas no Brasil.

Além disso, a Volkswagen também conta com a exportação de veiculos com motores diesel, que internamente não podem ser utilizados devido ao peso inferior a 1 mil 500 toneladas. A proibição é do Conselho Nacional de Petróleo. Outro ponto importante de vendas da Volkswagen brasileira, que investiu no lançamento do Gol, 350 milhões de dólares, é o mercado norte-americano, para onde exporta câmbios e motores. Mais de 3 milhões de dólares foram exportados em 1980 para os Estados Unidos.

Quanto ao mercado interno, o Sr Bernard Elland acredita num crescimento de até 5 por cento até o final do ano. As vendas externas da empresa serão maiores do que 300 milhões de dólares.

Análise de Halstead

O presidente da Ford Brasil, Sr Lindsay Halstead, considera que a indústria automobilistica pode ter uma evolução de até 6 por cento em 1980 em relação a 1979. "O mercado de caminhões esta indo bem, devido ao crescimento da safra agricola. Não podemos aumentar a produção de caminhões, porque não ha motor diesel disponivel no mercado. As fabricas de motor diesel não conseguem atender a demanda. Uma elevação na produção de motores diesel, necessita que o parque de componentes atenda a evoluão dos fabricantes. É um trabalho demorado. O mercado de caminhões podera ter um crescimento de 8 a 10 por cento, mas poderia ser mais, caso houvesse motores diesel disponiveis", afirmou.

"Além da expansão dos fornecedores, os fabricantes de motores diesel também não são animados a realizarem investimentos, pela falta de perspectiva de lucro. A margem de lucro é baixa".

A respeito do carro a álcool, o Sr Lindsay explicou que as empresas investiram muito no desenvolvimento dos motores e outros componentes. "A curto prazo o preço do motor a alcool e mais elevado. Para a empresa, a situação se torna dificil, porque não produz somente o carro a alcool, mas também o veiculo a gasolina". Ele entende que o preço do carro a alcool hoje esta abaixo do seu valor real.

"A industria automobilistica não pode produzir somente carros a álcool, pois tem de exportar. A Ford tem possibilidade de fabricar até 30 por cento da sua produção em veiculos a alcool. Em outubro, poderemos chegar a 70 por cento. Para se chegar a 100 por cento é necessario um investimento maior. O custo do veiculo a álcool deveria ser maior do que o da gasolina. Há alcool suficiente para abastecer os veiculos que utilizarão esse combustivel, ocorrendo apenas falhas na distribuição, que poderão ser corrigidas", afirmou.

A Ford deverá exportar em 1980, 250 milhões de dolares, no acordo conjunto com a Philco que tem no Befiex. A empresa que cumpriu sua exportação dentro desse programa de 1 bilhão de dólares para 1 bilhão 600 milhões de dolares em dez anos. Ela assinou o compromisso com o Programa Befiex em 1973, atingindo a meta de 1 bilhão de dolares antes do prazo dos dez anos. Na ampliação de seu compromisso de exportação, a Ford pretende duplicar as vendas externas dos seus tratores, caminhões e espera um maior incremento nas vendas externas do Corcel II.

A empresa está realizando ampliações na produção do Corcel II, que hoje tem uma produção anual de 125 mil unidades para 160 mil unidades. A partir de junho de 1981, essa ampliação estará concluida e a produção elevada, garantiu o Sr. Halstead.

Disse também que é intenção da empresa não aplicar a tecnologia para os veiculos a alcool no automóvel, mas também nos caminhões e tratores. "Temos tratores em testes pela Embrapa. Creio que isso vai muito bem".

Carro Mundial

O Sr. Halstead defende também o carro mundial, que para ele abre grandes perspectivas para todos, "uma verdadeira revolução industrial. Vários paises vão participar na sua produção.

Entretanto, o Brasil hoje não tem uma economia aberta, apesar de ser um pais desenvolvido que permita isso. Não haveria perda para a economia, mas sim a criação de uma serie de vantagens. Para que isso ocorresse seria necessario uma maior flexibilidade para a importação".

Enquanto a Ford Brasil apenas comenta o carro mundial, como uma possibilidade futura, a General Motors do Brasil ja participa do **Projeto J** como está sendo chamado o proximo carro mundial da General Motors Corporation, a estar no mercado a partir de 1982, com lançamento ao final de 1981.

Um investimento superior a 250 milhoes de dolares com a implantação de uma nova fabrica em São José dos Campos, ocupando instalações anteriormente utilizadas pela Detroit Diesel, sua subsidiaria. O novo carro mundial da General Motors que sucederá ao **Chevette** começa a ser comercializado na Europa. Sua fabricação e uma operação conjunta entre as subsidiárias da GMC do Brasil, da Alemanha, Australia e Inglaterra.

O presidente da General Motors do Brasil, Sr. Joseph Sanchez, disse que com o inicio das exportações dos motores do **Projeto J**, a empresa terá um acréscimo substancial nas suas vendas externas, superior a 200 milhoes de dolares.

Esse novo programa fez com que a General Motors do Brasil ampliasse junto ao Befiex seu programa de exportação de 1 bilhão de dolares em 10 anos. Ela assinou o acordo com o Befiex em 1976. Para o mercado de exportação, a empresa utiliza também os equipamentos produzidos pela divisão Terex, com sede em Minas Gerais.

O motor a ser produzido em São José dos Campos para o **Projeto J**, é multicombustivel, isto é, utilizará tanto a gasolina quanto o álcool.

Ainda este ano, a GMB deverá lançar o seu novo carro, a camioneta **Chevette**. Isso deverá ocorrer em outubro próximo.

Movimentação do mercado

Em 1980, a indústria automobilistica movimentou muito o seu mercado, com lançamentos sucessivos, como o da Fiat que apresentou a linha Europa; a Volkswagen, com o seu Gol; a Ford com o seu novo caminhão F-2000; a Chrysler, com o seu Dodge-1800 com varias alterações, principalmente internas, com um painel importado; a Fiat ainda com o seu Alfa Romeo 2300, com alterações interiores e uma direção hidráulica opcional. Até o final do ano teremos novos lançamentos, como os confirmados pela GM, da camioneta Chevette; o da Fiat, a camioneta Fiorino, que competira com a Kombi, da Volkswagen.

Além disso teremos tambem o lançamento das diversas linhas com os seus modelos 1982, o chamado **carro do ano**. A Fiat promete alterações substanciais nas suas linhas. A Mercedes Benz e a Saab-Scania não prometem grandes novidades nos seus modelos, mas informam que o esforço exportador persistira em 1980. A Saab-Scania exporta motores e câmbios para a Suecia, e caminhoes para a Africa e América Latina; a Mercedes Benz tem no mercado dos Estados Unidos, uma grande fonte de geração de divisas. São mais de 4 mil veiculos anualmente exportados para aquele pais, alem do fornecimento para outros paises da America Latina e Africa.

Novos lançamentos vão exigir investimentos maciços em quatro anos

Automóvel a álcool terá novos aperfeiçoamentos tecnológicos

São Paulo — "O carro a álcool não tem mais segredo e seu funcionamento é idêntico ao do veiculo movido a gasolina, mas é logico que com o passar do tempo sofrerá novos aperfeiçoamentos tecnológicos", afirmou o diretor de pesquisa da Volkswagen, Sr Philip Schmidt, acrescentando que "o motor a gasolina levou muito tempo para chegar ao estagio atual, por isso creio que o a álcool esta muito bem. Daqui para frente teremos aperfeiçoamentos".

Os técnicos dos departamentos de pesquisas e motores das industrias automobilísticas estão satisfeitos com os motores a álcool, pois atingiram um rendimento tecnologico alto e que as partes dos veiculos que sofrem corrosão, a partir do momento em que são tratadas adequadamente com a aplicação de estanho ou outras ligas, resistem bem a destruição causada pelo carburante produzido a partir da cana-de-açúcar.

TREINAMENTO

As indústrias automobilísticas estão treinando mecânicos de concessionários que têm autorização para modificação de motores a gasolina para álcool. Em 1980, somando-se a produção de veiculos a álcool que pode atingir 200 mil unidades com os transformados pelas retificas, o Brasil terá ao final do ano, rodando em suas estradas, 330 mil unidades a álcool.

O diretor comercial da Fiat, Sr Alberto Fava, disse que a sua empresa se comprometeu internamente em produzir de 27 a 30 mil veiculos a alcool em 1980. "O nosso carro tecnologicamente já aprovou muito bem. Posso dizer que a Fiat se considera a pioneira no carro a álcool no país. Nós fomos os primeiros a ter o carro homologado, e nossos testes mostraram o perfeito atendimento às exigências mais severas".

"No momento estamos desenvolvendo o motor a álcool do Alfa Romeo 2300, que já no próximo ano poderá contar com sua versão com esse tipo de combustivel. Vamos fazer o mesmo trabalho sério desenvolvido no Fiat-147", concluiu o Sr Fava.

DESENVOLVIMENTO

Os técnicos das fábricas automobilisticas são sinceros e dizem que ninguém pode deixar de prever algum problema com o carro a álcool, mas "serão pequenos" e em pouco tempo superados, pois é uma tecnologia nova.

O diretor de pesquisas da Volkswagen garante que "os testes realizados pelos nossos veiculos a álcool foram duros e ele passou por todos. O desenvolvimento do produto agora é uma constante. Temos que também analisar que até postos de gasolina terão de estanhar seus depositos para receber alcool".

Para os departamentos técnicos das indústrias, o Governo deve fazer um esforço para padronizar o álcool hidratado. São vários tipos no Brasil, e que em alguns casos o indice de água chega a ser superior a 10 por cento. Não há motor que aguente. Uma padronização seria muito importante em termos de rentabilidade para o veiculo e economia de combustivel para o país".

Ao lado disso, as fábricas de motores diesel experimentam o álcool-aditivado, com sucesso. As pesquisas da Mercedes Benz estão sendo praticadas também em ônibus, havendo linhas deles que atendem a bairros e municipios próximos a Capital de São Paulo que utilizam o álcool aditivado ao invés do diesel, com sucesso.

As mesmas pesquisas estão sendo desenvolvidas pela Saab-Scania, Ford, General Motors, Chrysler e Fiat Diesel. A industria automobilistica pretende substituir o diesel por álcool aditivado numa primeira etapa e se um dia a produção de óleos vegetais, como por exemplo o de dendê (considerado o substituto ideal para o diesel), for suficiente, passar para esse tipo de combustivel.

A indústria automobilística através da Associação Nacional dos Fabricantes de Veiculos, Anfavea, promete para 1981, uma produção de 300 mil veiculos a álcool, respeitando o acordo com o Governo, o que significa que com essas unidades, mais as transformadas, deveremos ter ao final do próximo ano, mais 450 mil veiculos a álcool rodando pelo Brasil.

Agricultor compra tratores com recursos próprios

São Paulo — Os financiamentos para compra de máquinas e implementos agricolas no país, alcançarão em 1980 a Cr$ 21 bilhões, o que abre boas perspectivas para o setor industrial, conforme assegurou o presidente da Associação Nacional Para a Difusão da Mecanização Agricola (Anagri), Sr Alberto Labadessa, acrescentando que "o agricultor também está comprando equipamentos com recursos próprios, o que dá mais tranquilidade à industria".

A Anagri reúne os maiores fabricantes do pais de máquinas e equipamentos agricolas e um estudo que realizou mostra que os preços dos tratores atualmente estão defasados da realidade econômica do pais. "A industria perdeu sua rentabilidade a partir do momento em que os preços das máquinas agricolas foram contidos e se defasaram em relação à realidade", afirmou.

Balanço geral

Na análise do Sr Labadessa a industria de tratores e implementos agricolas em geral do pais cresceu a taxas razoáveis desde sua implantação até 1976. "Ao final desse ano houve uma retração, até em decorrência da falta de aplicações de investimentos na agricultura. De 1977 a 1978 tivemos um periodo dificil. Se em 1976 conseguimos comercializar ao redor de 80 mil unidades, nos anos posteriores, a situação foi horrivel".

"O II PND anunciava a perspectiva de crescimento de 15 por cento ao ano no setor industrial de máquinas e implementos agricolas. O PND previa para esse ano um total de 100 mil tratores comercializados, sendo essa a média daqui para frente. Essa meta não foi atingida como outras", afirmou.

Disse ainda que "a partir de 1977, a queda foi violenta, e nós chegamos a produzir 45 mil unidades. Nossa capacidade de produção hoje somente de tratores é de 109 mil unidades, mas não chegamos a ocupar 70 por cento da capacidade das industrias ainda. A produção prevista para esse ano, somente de tratores é de 60 mil unidades, isto é, pouco mais 50 por cento da capacidade da industria.

Lembrou que em 1976, as redes de revendedores ficaram estocadas e a situação ficou dificil. "Em 1979, a partir de agosto, foi retomada a produção por parte da industria, devido a politica do governo de incentivar a agricultura. Tudo deu certo e o Brasil alcançou uma safra recorde em grãos de 52 milhões de toneladas".

Produção contida

O Sr Labadessa salientou ainda que a produção de alguns implementos agricolas, como os tratores, esta contida devido a falta de componentes.

"Isso é explicavel, os fornecedores não podem começar a produzir componentes caso não tenham a certeza de que a industria de tratores terá uma produção normal. Se for como nos anos anteriores, a situação mostrará que não é um bom negócio. Até agora tem ocorrido muita inconstância. Entretanto, se tudo continuar como de agosto de 79 para cá, a credibilidade do fornecedor de componentes aumentará e ele passará a investir na ampliação de sua produção, porque sabe que a industria de tratores terá um crescimento permanente", afirmou.

Para o Sr Labadessa, essa retomada de produção por parte do fornecedor não é imediata, demora algum tempo, mas "na realidade a demanda de máquinas agricolas está ligada a disponibilidade de financiamentos. Não havendo financiamentos, a demanda cai. Isso reflete a descapitalização da agricultura de um modo geral".

"Quando o agricultor sente que tem apoio, infraestrutura para produzir, ele produz. Isso é inconteste. Hoje mesmo com o aumento nas taxas de juros para financiamentos na agricultura, pela resolução 590 do Banco Central, a procura de recursos continua. O aumento nas taxas de juros não afetou a demanda", afirmou.

Perspectivas 80

O setor de máquinas e implementos agricolas conseguiram, em 1979, financiamentos para as vendas de Cr$ 17 bilhões, e para 1980, os recursos estão contidos nos 45 por cento de acrescimo permitidos ao Banco do Brasil pelo Banco Central. Mas, os Cr$ 17 bilhões do ano passado, acabaram por ter uma parte ao redor de Cr$ 3 bilhões liberados em janeiro de 1980, para oito ou nove mil máquinas. Isso significa que o crescimento sobre o ano passado será pouco, ao se levar em conta o limite de 45 por cento imposto ao credito de um modo geral no pais, dentro da politica de combate à inflação.

O Sr. Labadessa acredita que os financiamentos totais de 1980 para o setor atinjam Cr$ 21 bilhões. Explicou também que as máquinas e implementos agricolas terão um reajuste de preços agora nesse mês de maio, dentro dos reajustes de cada seis meses, permitidos pelo CIP.

"Um reajuste a cada seis meses nos deixa em uma situação dificil porque os custos de componentes e matérias-primas, além da mão-de-obra, são grandes e seus reajustes também. As indústrias de máquinas e implementos agricolas trabalham hoje com uma rentabilidade negativa. Houve uma queda real nos preços dos tratores nos últimos anos. O importante no setor é que os preços não têm influência na demanda, e sim a disponibilidade de financiamentos".

Hoje a indústria de tratores e máquinas agricolas em geral não estão bancando mais a venda de seus produtos, para não ocorrer o que aconteceu de 1977 a 1978, quando entregavam os equipamentos e ficavam na promessa de um pagamento rapido, que nunca ocorria, pois a liberação de financiamentos era demorada.

Fator de equilíbrio

As industrias de máquinas e implementos agricolas estão buscando ampliar suas exportações, de modo a criar um equilibrio económico financeiro dentro da própria empresa, isto e, para independer do mercado interno. O Sr Labadessa explicou que hoje os preços e a qualidade dos produtos nacionais do setor são competitivos, "e isso nos abre as perspectivas de boas vendas externas, mais do que qualquer outra nação".

Esse ano, a industria pretende reservar 15 por cento de sua produção para exportação, "e a venda externa é um fator regulador da produção, impedindo que a ociosidade e os aumentos de custos dela decorrente, prejudiquem as empresas".

"Nosso maior cliente hoje é o Banco do Brasil, mas a partir das exportações, estaremos diversificando. Em 1979 tivemos uma produção acumulada de 61 mil unidades, sendo negociados no mercado interno, 55 mil unidades vendidas internamente e o resto foi exportado, o que significa 10 por cento da produção".

Para ele, "o que auxilia esse desenvolvimento da industria nacional de maquinas e implementos agricolas é o fato de que há uma busca constante de desenvolvimento de tecnologia por parte das industrias aqui instaladas. Nossos tratores são modernos, não são sofisticados como os existentes nos Estados Unidos, mas são resistentes às nossas condições. A preocupação do produtor brasileiro de maquinas e implementos agricolas é de fabricar maquinas robustas".

Desafio da indústria cimenteira é abastecer mercado consumidor

Belo Horizonte — Manter abastecido o mercado consumidor nacional de 25 milhões de toneladas anuais, um dos maiores do mundo, que cresce a elevadas taxas, é o principal desafio da indústria cimenteira, que enfrenta, como principais problemas, a escassez de transporte econômico para um produto de baixo preço e o controle de preços pelo CIP, que sistemática e deliberadamente atrasa o repasse de aumentos dos insumos, impondo pesado ônus aos produtores.

Esta é a opinião do empresário Alberto Luiz Gonçalves Soares, presidente da Matsulfur-Companhia de Materiais Sulfurosos, fabricante do cimento Montes Claros, uma das três maiores unidades produtoras do País, que nos últimos 10 anos aumentou em 11 vezes a sua capacidade instalada, investindo Cr$ 2 bilhões 600 milhões na sua terceira etapa. Ele acha que o déficit entre a oferta e a demanda, a partir deste ano, durará pelo menos até 1984.

Reflexos negativos

Segundo ele, as perspectivas do setor de cimento não podem ser olhadas separadamente da economia do País como um todo: "Se a economia brasileira vai bem, o setor cimenteiro irá melhor ainda; se ela for mal, trará indiscutíveis reflexos negativos ao setor", afirma, depois de apontar, também como através do setor, os pesados investimentos — 150 dólares por tonelada — de uma indústria cimenteira, os altos custos financeiros, energéticos (óleo e eletricidade) e a cíclica falta de embalagem de papel **Kraft**.

— Certamente a Resolução 07/77 desempenhou um papel significativo no déficit que se anuncia, uma vez que quebrou o ritmo das ampliações projetadas para as fábricas situadas em Minas Gerais. Mas não foi o único fator. O desestímulo a novos investimentos pelo aviltamento dos preços do cimento, a baixa rentabilidade e os elevados custos destes investimentos foram, a meu ver, os fatores preponderantes.

Considera que a indústria de cimento é um investimento supostamente para dar lucros e, como tal, segue as regras habituais da economia, "já que ninguém investe — e no caso do cimento, maciçamente — senão com perspectivas razoáveis de resultado". "Nos últimos 10 anos a indústria de cimento no Brasil investiu 2 bilhões 600 milhões de dólares e ainda está pagando este investimento. Como investir mais, se a baixa rentabilidade não permite pagar os investimentos anteriores no devido tempo ou não atrai novos acionistas?", acrescentou.

O Sr Alberto Luiz Soares disse ainda que a Matsulfur sempre produziu muito mais do que a capacidade nominal de seus equipamentos e vem aumentando gradativamente sua participação no mercado. Ressalta que a empresa acaba de colocar em marcha sua terceira etapa, na qual investiu Cr$ 2 bilhões 600 milhões com a participação de 30% de recursos da Sudene e se coloca como uma das três maiores unidades do País. "De 1969 para cá, a Matsulfur aumentou 11 vezes sua capacidade instalada, enquanto, no mesmo período, a produção do Brasil aumentou 3,2 vezes", afirmou.

Energia difícil

Sobre o programa energético, o presidente da Matsulfur salientou que a quase totalidade das empresas de cimento já estão consumindo, em maior ou menor escala, combustíveis alternativos, principalmente carvão mineral, carvão vegetal e resíduos agrícolas, sobretudo palha de arroz. "Entretanto, para uma substituição completa, há necessidade de grandes investimento em equipamentos e instalações por parte das fábricas e a disponibilidade de carvão de qualidade uniforme, em quantidade suficiente por parte dos produtores".

Segundo ele, para o consumo atual das indústrias cimenteiras seriam necessários 16 milhões de toneladas anuais de carvão, mas a extração, lavagem, concentração e distribuição de todo esse carvão às 65 fábricas de cimento em todo o País não é problema de fácil solução e demandaria investimentos fantásticos. Assim, somente a médio prazo a substituição completa dos derivados de petróleo poderá ser concluída.

— Em relação ao setor cimenteiro, é necessária uma política realista de preços e de transportes. Desde que esteja assegurada a justa remuneração dos investimentos e a possibilidade de escoamento da produção, não faltará cimento. Mas será certamente necessário algum tempo até que as consequências dos equívocos do passado sejam superadas — acrescentou.

Excesso de casuísmo

Para o presidente da Matsulfur, "houve excessiva concentração de riqueza e elevada estatização e desnacionalização da economia". Observa que "lamentavelmente" não houve crescimento dos indicadores sociais e culturais. "Em muitos casos, o crescimento econômico se fez a custos sociais elevados. É hora de repensar o chamado modelo econômico e estabelecer prioridades de forma a atender a meta número um: o homem".

— Pessoalmente creio que o Brasil sairá fortalecido da crise econômica que atravessamos, se conseguir superar seus dois maiores desafios — a inflação e o balanço de pagamento — e conseguir transformar a escassez do petróleo em fator positivo para desenvolver seus recursos naturais, como hidroeletricidade, carvão, xisto e a biomassa.

O Sr Alberto Luiz Soares entende que, para isso, devem ser engajados no processo todos os segmentos da sociedade "e não apenas a elite empresarial e tecnocrata". Para ele, o esforço só trará resultado desejado se for centrado na empresa privada nacional, preferencialmente de pequeno e médio porte.

— A principal queixa que tenho ouvido dos empresários em relação à política econômica é o excesso de casuísmo e pragmatismo. As regras do jogo são mudadas a cada novo evento, o que impossibilita qualquer planejamento sério. Outra queixa é a indefinição entre uma economia de mercado e uma economia planificada pelo Estado — acrescentou.

Vocação siderúrgica vem de 1930

Belo Horizonte — À exceção dos setores siderúrgico e alimentar, Minas tinha experimentado pouco desenvolvimento industrial até a década de 40. A sua vocação siderúrgica já era patente em fins da década de 30, quando o Estado participava com aproximadamente 90% do ferro gusa, 60% do aço e 50% dos laminados produzidos no país.

Mas, conforme diz o economista Clélio Campolina Diniz, da Universidade Federal de Minas, em sua tese **Estado e Capital Estrangeiro na Industrialização Mineira**, a situação da economia mineira no final da década de 30 era nitidamente contraditória. De um lado, a redução drástica das exportações de café, atividade econômica mais importante; queda da arrecadação, que em boa parte se sustentava no imposto de exportação; aumento da dívida pública e aumento da corrente emigratória, caracterizando a crise econômica e financeira por que passava o Estado.

Por outro, na grande expectativa de transformar Minas em um grande centro industrial, vislumbrada pela possibilidade de aproveitar os recursos minerais, especialmente para a expansão siderúrgica, alguns projetos estratégicos, como a indústria aeronáutica e de alumínio, e outras oportunidade apontadas pelo crescimento industrial do país, que se acelerava naquela década de 30.

Outra evidência do quadro de estagnação econômica do Estado pode ser observada no que dizia respeito às condições de infra-estrutura. No período de 1930-1938, foram construídos apenas 2 mil 923 quilômetros de estradas. O tráfego ferroviário era feito em condições igualmente insatisfatórias. Em 1939, Minas contava com uma potência instalada de apenas 111 mil 715 KW contra 1 milhão 44 mil 738 KW no país.

Somente em 1940, Minas começa a dar um passo mais largo à industrialização, com o lançamento da Cidade Industrial de Contagem, para a qual o Governador Benedito Valadares convocou os empresários. A princípio, os resultados não foram muito satisfatórios. Em 1947, por exemplo, havia apenas 10 indústrias em funcionamento na cidade industrial de Contagem, com um total de 1 mil pessoas empregadas, indicador de que a maioria era de pequeno porte.

É também na década de 40 que são criadas a Companhia Vale do Rio Doce e a Aços Especiais Itabira S/A (Acesita) e a Elquisa, fábrica de alumínio, posteriormente encampada pela Alcan.

É também na década de 40 que são criadas a Companhia Vale do Rio Doce e a Aços Especiais Itabira S/A (Acesita) e a Elquisa, fábrica de alumínio, posteriormente encampada pela Alcan.

Mas foi o Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção, elaborado em 1947 pelo Governo Milton Campos, a primeira tentativa de planejamento da economia mineira, que, diagnosticando a situação econômica de Minas, procura apontar as bases de seu crescimento industrial.

"A tendência ao conservantismo levou Minas Gerais à condição de Estado de economia colonial. Vende e exporta matéria prima de baixo preço, compra e importa, em troca, artigos manufaturados de alto teor, "dizia o Plano, que apontava os obstáculos para a industrialização, como a precariedade do sistema de transportes a falta de energia elétrica.

Por falta de recursos e por problemas técnicos e administrativos, o Governo Milton Campos não conseguiu, contudo, executar o Plano de Recuperação, mas foi de fundamental importância para orientar o Governo Kubitscheck, empossado em 1951. Uma consequência direta do Plano foi a criação das Centrais Elétricas de Minas Gerais (Cemig), em 1952.

Através do binômio "Energia e Transportes", o Governo Kubitscheck vai procurar criar as condições de infra-estrutura necessárias para o processo de industrialização do Estado. Em 1952, é criada a Centrais Elétricas de Minas (Cemig). No período 1951-55, abriram-se 3 mil 725 quilômetros de estradas, quando as previsões eram para apenas 2 mil quilômetros.

Novas indústrias de grande porte são implantadas — como quatro fábricas de cimento, que elevam a produção de 211 mil 288 toneladas em 1950 para 689 mil 591 toneladas em 1956. Entraram em operação as usinas da Mannesmann e da Acesita.

Segundo o economista Clélio Campolina, no início dos anos 50, "a estrutura econômica de Minas começava a ganhar certos contornos que marcariam sua tendência futura como parte do capitalismo brasileiro. Em primeiro lugar, com a expansão da metalurgia e do cimento, começava a especialização mineira na produção de intermediários, sem a diversificação e integração do parque industrial, redefinindo a divisão inter-regional do trabalho a nível de indústria, no Brasil".

Ao mesmo tempo, "crescia o peso relativo do capital estrangeiro na incipiente indústria mineira, pois as empresas mais importantes estavam sob seu controle: Belgo Mineira, Cia Ferro Brasileiro, Mannesmann, Alcan, Cominci. Finalmente, ganhava importância a idéia da empresa pública como suporte e complemento aos setores privados, nacional e estrangeiro, para a expansão capitalista."

Além da implantação da Usiminas, em Ipatinga, projetos de importância optam pela cidade industrial de Contagem, a maioria ligada ao capital estrangeiro: RCA Victor, Pohlig Heckel, Sociedade Brasileira de Eletrificação, Eletro Solda Autogena Brasileira e Trefilaria da Belgo Mineira.

A cidade industrial de Contagem, que em 1947 tinha apenas 10 indústrias, passa a concentrar 82 empreeendimentos em 1960, oferecendo 14 mil 863 empregos diretos.

A década de 60 representou uma ruptura no processo de industrialização ao qual tinha sido lançado o Estado na década anterior. Ou, conforme diz o economista Clélio Campolina: "Quando então Minas afinal se preparava para suportar uma expansão industrial e diversificar sua estrutura industrial, adveio a crise econômica e política brasileira, provocando a retração dos investimentos, que não só frustrou como também retardou a expectativa mineira de expandir seu parque industrial. A situação política se tornava cada vez mais complicada. A política econômica, tanto federal quanto estadual, titubeava, sem orientação definida, ziguezagueando em função das pressões políticas e das lutas de interesse que se travavam entre grupos contraditórios. Em Minas, esta situação se manifestou de forma clara".

Sem condições para atrair novos investimentos para Minas, o governo estadual criou, na década de 60, alguns órgãos que terão participação decisiva no que se convencionou chamar de "a nova industrialização de Minas", nos anos 70.

Em 1962, é criado o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais que, além de exercer suas funções de órgão financiador, elaborou uma série de estudos sobre a economia mineira que, em 1968, seriam reunidos no **Diagnóstico da Economia Mineira**, que teve grande repercussão no Estado, sendo seus autores taxados de "profetas da catástrofe".

O Diagnóstico aponta os indicadores da situação de subdesenvolvimento do Estado — baixo grau de urbanização, predominância das atividades agropecuárias, grandes diferenças de produtividade, baixo nível de saúde e escolarização — as causas do atraso industrial.

Outros órgãos criados na década de 60 e que vão exercer decisivo papel na nova industrialização mineira foram o Instituto de Desenvolvimento Industrial, a Companhia de Distritos Industriais e a Fundação João Pinheiro.

É na década de 70 que Minas experimenta o maior grau de desenvolvimento e de expansão de seu parque industrial. O governo mineiro começa a imprimir maior agressividade à sua ação e, além de utilizar os incentivos fiscais como instrumentos de atração de novos investimentos, passou a investir também na superestrutura, participando diretamente de grandes projetos industriais de efeito multiplicador.

Com essa participação, o governo mineiro conseguiu atrair para o Estado indústrias como a Fiat Automóveis (onde subscreveu, inicialmente, 45% do capital), FMB (5%), Açominas (20%), Fosfértil (20%), Siderúrgica Mendes Jr e Helibras.

Para substituir o incentivo com base no ICM, que durante anos serviu de instrumento auxiliar para a atração de novos investimentos e posteriormente foi limitado à área da Sudene, o Estado criou o FAI — Fundo de Apoio à Industrialização, para financiamento subsidiado de capital de giro de novos projetos.

Só de 1970 a 1974, cerca de 480 novas empresas se instalaram no Estado. A partir de 1972, começaram a ser implantados os distritos industriais no interior de Minas, atendendo às diretrizes do Governo Federal, visando à desconcentração da atividade industrial. Embora o resultado, neste sentido, tenha sido pouco expressivo, houve pelo menos uma maior inversão de recursos em projetos para o interior. Em 1974, por exemplo, foi vendida na Região Metropolitana de Belo Horizonte uma área de 3 milhões 947 mil 880 metros quadrados, para projetos industriais, contra uma área de 320 mil metros quadrados no interior (7% da área total negociada). Já em 1977, foi vendida no interior uma área de 18 milhões de metros quadrados (85%), contra pouco mais de 3 milhões 200 mil metros quadrados na Região Metropolitana (15%).

De 1970 a 1977, foram feitos investimentos da ordem de Cr$ 48 bilhões 500 milhões em novos projetos, o que significou a geração de 84 mil 114 empregos diretos em várias regiões do Estado. O setor mais contemplado foi o de bens intermediários — papel e papelão, borracha, química, minerais não metálicos, metalurgia e material plástico.

Vinhoto é insumo básico fundamental

São Paulo — O vinhoto, um resíduo da produção do álcool, anteriormente jogado nos rio, hoje é um adubo importante para o produtor de cana-de-açúcar. "Hoje o vinhoto é um insumo básico fundamental na produção de cana e somente no ano de 1979, as 72 usinas cooperadas da Copersucar utilizaram 25 milhões de metros cúbicos desse adubo como fertilizante do solo", anunciou o presidente da Copersucar, Sr. José Luís Zillo, acrescentando que o percentual de utilização do vinhoto deverá se elevar em 1980.

Anunciou ainda que "o produtor de cana-de-açúcar para a utilização do vinhoto como fertilizante contou com estudos sérios desenvolvidos pelo centro de pesquisa da Copersucar. O preço da conquista da tecnologia de utilização do vinhoto é inestimável e se refletirá sem dúvida alguma no ganho da produtividade dessa matéria-prima fundamental".

PROÁLCOOL

Com a meta do **proálcool** de fabricar 10 bilhões 700 milhões de litros de álcool em 1985, se terá também produzido cerca de 160 bilhões de litros de vinhaça. Com as experiências desenvolvidas pela Copersucar em 72 de suas Usinas cooperadas do interior do país, o volume de vinhoto a ser aproveitado será quase total, não havendo mais o desperdício de antigamente, quando esse então resíduo era jogado nos rios, poluindo-os.

O vinhoto é composto em 63,4 por cento por matéria orgânica; 7,8 por cento em potássio; 6,4 por cento em enxofre; 2,6 por cento em cálcio; 1,2 por cento em nitrogênio; 0,6 por cento em magnésio; e 0,2 por cento em fósforo.

O presidente da Copersucar salientou que na fase inicial do **proálcool**, as usinas cooperadas da cooperativa, simplesmente ampliaram suas destilarias e chegaram mesmo a propiciar com as destilarias anexas, o grande suporte do programa. "Os gastos não foram elevados nessa primeira fase do proálcool, e assim mesmo elevamos em muito a produção no país. Da safra 77/78 conseguimos produzir 843 milhões de litros de álcool; 78/79, 1 bilhão 460 milhões de litros; e na 79/80, 1 bilhão 924 milhões de litros. O crescimento foi de 31 por cento de 78/79 e 74 por cento de 77 para 78".

META ATINGÍVEL

O Sr. José Luiz Zillo considerou que "o empresário pode perfeitamente atingir a meta solicitada pelo governo em 1980 para a produção de 3 bilhões 500 milhões de litros. Hoje também se conseguiu reduzir a burocracia para se conseguir a aprovação de um projeto de destilaria do programa nacional do álcool. Temos que apresentar dois projetos: um para o IAA e outro para o agente financeiro. Isso já facilita em muito a vida do empresário".

"O problema está no prazo de aprovação e de início do projeto com a liberação do financiamento. O prazo médio para isso é de 8 meses, e poderia ser diminuído, para que se agilizasse o processo e se aumentasse a capacidade de produção de forma rápida".

Ele entende que a segunda fase do **proálcool** não será tão fácil como a primeira, pois anteriormente o simples fato de implantação de destilarias anexas facilitou. Na segunda fase, os empresários terão de ter mais recursos, pois não há mais condições de instalação de novas destilarias anexas. O que tinha de ser feito, o foi".

"O problema agora é a liberação de novos recursos, pois se necessitará de mais investimentos. Para se atrair o empresário para o setor, é preciso que os preços sejam compensadores. Com preços justos, muitos se interessarão em aplicar recursos no setor", afirmou o Sr. José Luis Zillo.

PRODUTIVIDADE

O presidente da Copersucar salientou que "no momento nossas usinas cooperadas buscam incessantemente a busca no aumento da produtividade. O centro de pesquisa da Copersucar não cessa de buscar esse aumento de produtividade. Creio que isso está se conseguindo agora, e há conscientização do produtor para essa necessidade".

"O que também pode estimular o aumento da produtividade está na questão dos preços. Se tivermos preços compensadores, sem dúvida alguma, a história será outra. Até 29 de fevereiro último, havia uma defasagem de 40 por cento entre o preço da cana-de-açúcar autorizado pelo governo e o que deveria ser praticado realisticamente".

Disse também ser favorável a que "o álcool tenha um preço muito bom, mas sempre abaixo do da gasolina. O álcool foi até agora um produto rasidual do açúcar. Agora que está se transformando num produto de importância fundamental para o país, deve ser olhado com maior atenção. E realmente uma solução para parte dos problemas energéticos do país. Seu preço deve ser compensador".

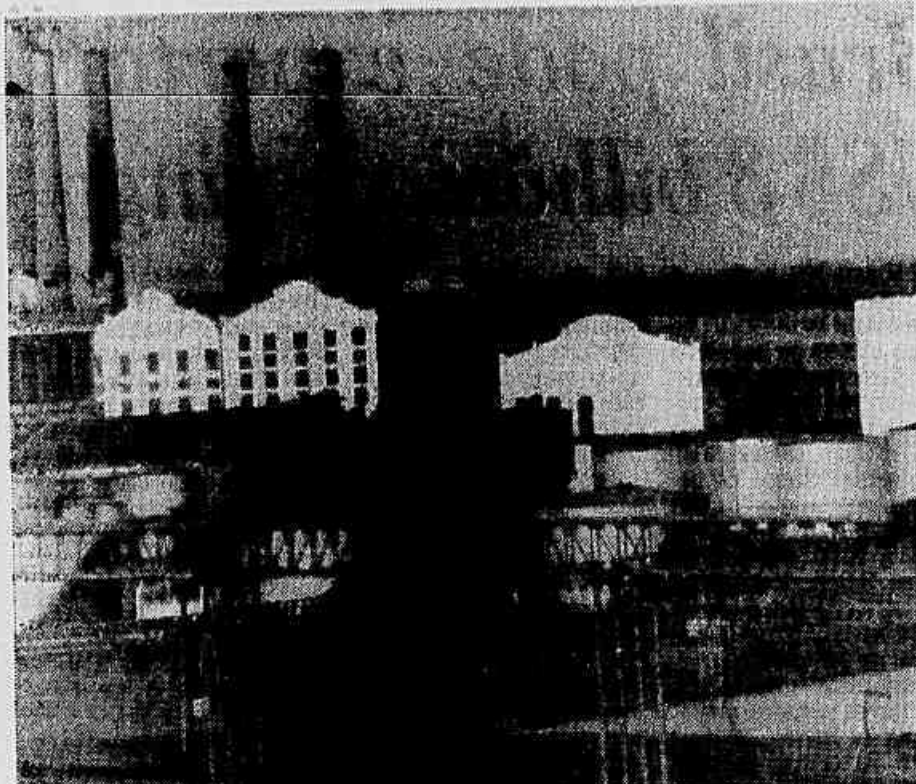
SEM PREJUÍZO

Explicou também que com a divisão de cotas de produção de álcool e açúcar determinados pelo Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA) não haverá prejuízo algum para o país. "Mesmo com o aumento dos preços internacionais do açúcar, não deixaremos de produzir o álcool em quantidades suficientes para abastecer o mercado nacional de combustível. Se o governo liberou a venda de carros a álcool para o público, nossa responsabilidade aumentou, como fornecedores. Vamos cumpri-la".

"Além disso o álcool excedente ainda poderá gerar divisas para o país, dentro de um programa ordenado de exportações. Nós da Copersucar exportamos, em 1980, 250 milhões de litros, gerando 60 milhões de dólares em divisas", afirmou.

PRODUÇÃO

A respeito da produção de açúcar, o Sr Zillo disse que "a produção de açúcar no país gera um produto competitivo em termos internacionais. Conseguimos produzir um açúcar mais barato. Considero que nossas exportações serão boas, e que a tendência de alta no mercado internacional ainda tende a permanecer por mais dois anos. Isso dá tranqüilidade ao produtor e também ao país, pois teremos mais divisas geradas nessas exportações".

Salientou que tanto a produção de álcool quanto a de açúcar tem importância social no país, pois geram grande número de empregos e destacou: "na produção do álcool, dentro do **proálcool**, temos a geração de 28 mil empregos na área industrial e 84 mil na área rural, o que dá 112 mil empregos, que estão dando recursos para 400 mil brasileiros viverem no interior do país, no campo, sem se dirigirem às cidades".

O Grupo Ometto está construindo uma das maiores usinas do mundo com capacidade para produzir 1 milhão e 100 mil litros de álcool

Grupo Ometto tem planos para ampliar maior usina do mundo

São Paulo — A maior usina de álcool do mundo, com capacidade hoje de produzir 1 milhão 100 mil litros do produto no período de 1 ano, a Usina São Martinho, do Grupo Ometto, tem planos para expandir sua produção para 2 milhões de litros/ano, segundo confirmou seu diretor comercial, Sr Orlando Ometto. A usina está instalada no município de Pradopolis, na Alta Mogiana, interior do Estado de São Paulo.

O Sr Ometto considera que "o pro-álcool está caminhando muito bem, e que os investimentos anteriores eram menores, pois tratava-se de implantação de destilarias anexas, o mesmo não se pode dizer sobre as destilarias autônomas, que exigem maior aplicação de recursos". A usina gera a energia que necessita para sua operação com a queima de bagaço de cana de açúcar, tendo uma capacidade instalada de 12 mil quilovates.

UTILIZAÇÃO DO VINHOTO

O Sr Ometto disse ainda que "o vinhoto proveniente da produção de açúcar e álcool, é totalmente utilizado na lavoura com bons resultados. Sua aplicação é feita através de bombeamento aos tanques situados nas áreas altas da lavoura, para posterior distribuição por gravidade".

O escoamento do álcool da São Martinho é totalmente feito por via ferroviária e no final de 1979, o Conselho Nacional de Petróleo enviou vários vagões-tanques extras, que eram cheios à noite com mais de 30 mil litros, "foi um trabalho rápido e eficiente", disse o Sr Orlando Ometto.

A São Martinho começou sua história em 1948, quando a firma Prado & Chaves resolveu montar uma usina de açúcar, que na primeira safra 48/49 produziu 44 mil 894 sacas de açúcar e 150 mil 350 litros de álcool, com moagem de 30 mil 701 toneladas de cana-de-açúcar. Foi vendida a Família Ometto em 1950.

Outro diretor da São Martinho, Sr. João Guilherme Ometto, salientou que "os produtores de álcool acreditam que o maior estímulo que o Governo pode dar ao pro-álcool, é o preço justo pela cana e pela produção. Não se deseja mais do que isso. Para que o pro-álcool ganhe também novos investimentos, o maior atrativo tem que estar no preço, sem isso empresário algum será mais um interessado em aplicar investimentos, principalmente num momento difícil como o de hoje".

OS OMETTO

Existem basicamente quatro grupos Ometto, produtores de cana-de-açúcar, açúcar e álcool, e eles são: Grupo de Luís Ometto, presidente das Usinas São Martinho e Iracema; Grupo Pedro Ometto, presidente Orlando Chesini Ometto, comandando as usinas da Barra, Santa Bárbara e Costa Pinto; Grupo Hermínio Ometto, Usina São João; e Grupo G. Ometto, usinas Iraquê e Santa Lucia.

Há ainda o grupo Dedini, que tem como presidente Dovílio Ometto, que tem sob sua responsabilidade a Usina São Luiz.

Produção de Pernambuco teve queda de 100 milhões de litros

Recife — Na safra passada Pernambuco produziu 250 milhões de litros de álcool, ou seja, 100 milhões de litros a menos do que a produção prevista para este período, deficiência que os produtores atribuem ao atraso na liberação dos financiamentos para a entressafra, ocorrido no ano passado. A capacidade instalada nas destilarias do Estado se situa, atualmente, em torno dos 500 milhões de litros, distribuídos nas 25 fábricas instaladas na zona da mata de Pernambuco.

Os empresários, de uma maneira geral, consideram o Programa Nacional do Álcool da mais alta importância, mas constatam que falta a este programa uma maior definição por parte do governo, para as diversas fases da produção, como a distribuição e o consumo, e criticam, ainda, a falta de uma estrutura de tancagem, que tem provocado sérios problemas.

RENTÁVEL

"O governo deveria tornar o álcool um produto mais rentável, o que viria diminuir a pressão da demanda de financiamentos, porque, da maneira como está estruturado o atual esquema, dentro de três anos todos os produtores de álcool estarão pedindo reprogramações financeiras de seus débitos", disse o presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar de Pernambuco, Sr Gilson Machado.

Ele faz um cálculo para fundamentar sua opinião: "Uma destilaria com capacidade para fabricar 120 mil litros diários de álcool requer investimento de Cr$ 1 bilhão, com juros de Cr$ 360 milhões ao ano. Durante os 200 dias de uma safra serão produzidos 24 bilhões de litros, que, vendidos a Cr$ 16,00 o litro, resultará num faturamento de Cr$ 384 milhões, ou seja, pouco mais do que se pagará somente de juros do empréstimo".

Gilson Machado, presidente do Sindicato da Indústria de Açúcar de Pernambuco

O presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar acha que o investimento feito numa destilaria não é compensador: "Qual o incentivo do industrial para investir no setor primário, se ele tem mais segurança e rentabilidade aplicando no mercado de capitais?"

Como empresário, ele diz que não se arriscaria a montar uma nova destilaria porque estaria se arriscando a tornar a fábrica deficitária e dependente de decisões oficiais: "Se o álcool fosse mais rentável o investimento compensaria, porque o programa é fascinante em termos da mercadoria final, com toda a potencialidade do mercado consumidor. E gerador de empregos e não é inflacionário, mas sua estrutura ainda apresenta falhas que entravam o seu desenvolvimento".

Na região Nordeste fabricam-se equipamentos para as destilarias capazes de atender à demanda regional. Em Alagoas existe a fábrica Fives Lille, do grupo Armando Monteiro Filho; em Pernambuco, a Piratininga fabrica praticamente todo o material de usinas, excetuando-se as caldeiras, enquanto a Cosinor fornece as moendas.

A instalação de minidestilarias não entusiasma a maioria do empresariado pernambucano do setor, que considera positiva a sistemática de multiplicação de pequenas destilarias mas vêm na necessidade permanente de químicos e técnicos de álcool um entrave à sua implantação. Uma minidestilaria precisa de um apoio técnico para os produtores, que, no momento, não parece viável nem realizável em Pernambuco.

O Sr. Gilson Machado afirma que os produtores nordestinos estão sendo prejudicados porque o lucro da venda do álcool misturado à gasolina, que é destinado ao CNP, está servindo para subsidiar a construção de vias de escoamento do carvão mineral em Santa Catarina — "Estes recursos da Alinea não voltam em forma de benefício para a região Nordeste, já que o carvão mineral não será consumido pelos nordestinos".

Burocracia, atraso na liberação de recursos e aprovação de projetos, além da falta de tancagem, são os principais entraves ao desempenho do Proalcool, em Pernambuco, onde a capacidade de armazenamento do produto é suficiente para guardar o álcool recolhido em dois dias nas destilarias. Se houver muita chuva ou qualquer outro problema que impeça os caminhões de trafegarem nas precárias estradas da zona açucareira, faltará álcool para as distribuidoras de petroleo.

CNA examina projetos de álcool na Bahia

Salvador — Atualmente 12 projetos de produção de álcool na Bahia estão em tramitação no Conselho Nacional do Álcool. Quando esses projetos estiverem implantados, com um investimento de Cr$ 9 bilhões e empregando 34 mil pessoas, a Bahia estará produzindo 415 milhões de litros dia de álcool, segundo as previsões do Secretário da Indústria e Comércio, Manoel Castro.

Em 1979 a Bahia produziu apenas 10 milhões de litros quando a produção nacional foi de três bilhões de litros. O secretário Manoel Castro garante que esse quadro vai ser modificado de forma que já em 1985 a Bahia deterá cinco por cento da produção nacional de álcool.

MANDIOCA

Além dos 12 projetos já encaminhados ao Conselho Nacional do Álcool um número igual de projetos já estão sendo trabalhados pelos empresários interessados em investir no Programa do Álcool. Por outro lado, a Bahia é o Estado mais interessado na produção do álcool a partir da mandioca.

Um dos primeiros projetos aprovados para a produção do álcool a partir da mandioca prevê a produção de 40 mil litros dia de álcool. Independente da iniciativa privada, o governo já está com dois projetos para a produção do álcool a partir da mandioca. Um em Cruz das Almas, que deverá produzir 10 mil litros dia e outra unidade sem local definido ainda, mas que deverá produzir 30 mil litros dias de álcool hidratado.

Segundo informa o secretário da Indústria e Comércio também se cogita a implantação de dois Pólos Alcooeiros no Estado. Um desses Pólos deverá ficar localizado na região Oeste do Estado, às margens do Rio São Francisco, que deverá ser liderado pelo grupo da Brasilinvest.

Em 1985 a Bahia deverá produzir quase 500 milhões de litros dias de álcool, sendo que o projeto da Brasilinvest deverá produzir 120 mil litros dias em 10 unidades de produção. O pólo do São Francisco deverá produzir 240 mil litros dias. Além desses existem vários outros pequenos projetos.

Grande parte do êxito da política do álcool na Bahia vai depender basicamente da implantação de novos projetos e da ampliação dos existentes. Assim a Usina Paranaguá pretende ampliar sua produção de nove milhões de litros para 18 milhões a partir do próximo ano. Outra Usina, a Agrovale, localizada em Juazeiro, está sendo implantada com capacidade para produzir 18 milhões de litros ainda este ano e 36 milhões para o próximo ano.

A Vale Rio, localizada em São Desidério, com previsão de funcionamento para 1981, deverá produzir 36 milhões litros ano, embora sua produção deverá ser vendida para o Estado de Goiás.

Segundo os estudos feitos pela Secretaria da Indústria e Comércio, a Bahia terá possibilidades de vir a produzir 16,3 bilhões de litros de álcool por ano, sendo que 5,1 bilhões ano podem ser obtidos da mandioca e 11,2 bilhões de litros da cana-de-açucar. O Estado da Bahia também apresenta potencial para o cultivo de outras matérias-primas tais como: madeira, sorgo, sacarino e babaçu.

Campos experimentais de mandioca para produção de álcool na Bahia

Brasil pode exportar US$ 3 bilhões de pinga

O Brasil tem condições de exportar até um bilhão de litros de aguardente, ao preço médio de 3 dólares por litro, gerando recursos, em moeda forte, correspondentes a um quarto das divisas dispendidas com a importação de petróleo, segundo afirma o empresário Reginaldo Barros Neto, diretor da Usina Santa Rosa, que produz a caninha Rosa de Prata, no município fluminense de Miracema.

A informação refere-se a seis novos pedidos procedentes da Bélgica, Portugal e Espanha, encaminhados pela Divisão de Informação Comercial do Ministério das Relações Exteriores, visando a comercialização do produto nas cidades de Wavre, Lisboa, Barcelona, Melilla, Las Palmas e San Isidro, que serão examinados pela Brasilian Marketing International — BMI, **trading company** dirigida pelo empresário Paulo Protásio.

NOVO MERCADO

Segundo o empresário Reginaldo Barros Neto, a Interbrás ofereceu a aguardente de Miracema aos visitantes de diversas exposições de produtos brasileiros em países da Europa Ocidental e do Leste Europeu, abrindo caminho para a penetração do destilado alcoólico nacional, cuja qualidade foi confirmada em maio de 1978 pelo Departamento Nacional de Serviços de Comercialização, do Ministério da Agricultura, através do certificado número 16 218.

Os maiores obstáculos à comercialização da aguardente brasileira no exterior, para o diretor da Usina Santa Rosa, estão relacionados com o domínio dos sistemas de distribuição pelas multinacionais — que não têm interesse em ver seus destilados compostos, sem o sabor natural da cachaça nacional, "competindo com produtos que não sejam procedentes de suas antigas colônias, onde ainda mantêm fortes influências".

POÇOS DE PETRÓLEO

"Dispor de uma destilaria funcionando hoje equivale a dispor de um poço de petróleo". A comparação é do industrial, que pretende fabricar álcool carburante nas instalações da Usina, com a finalidade de suprir o abastecimento regional do combustível dentro do Programa Nacional de Álcool (Proálcool).

A Usina foi instalada em 1973, com capacidade para esmagar 40 mil toneladas de cana por ano, "embora soubesse que, inicialmente, toda a produção da região não atingisse nem mesmo 10% deste total". A elevação da produção foi obtida com o autofinanciamento e ajuda técnica fornecidos aos plantadores e até mesmo pagamentos por preços maiores que os autorizados oficialmente para a matéria-prima.

Agora, o industrial acredita que é chegada a hora de ser lançado um livro-desafio, que fala não só aos miracemenses mas aos brasileiros em geral: "na hora amarga em que o petróleo escasseia em todo o mundo e os preços são elevados por fatores externos, contra os quais têm sido importantes os esforços das maiores nações consumidoras do mundo, pretendemos modificar a nossa destilaria com a finalidade de adaptá-la para fins carburantes, como medida estratégica para que a região disponha, no mais curto tempo possível, de fonte própria de suprimento de combustíveis".

JUSTIFICATIVAS

Reginaldo Barros Neto está procurando incentivar os produtores da região para aumentarem a sua área de plantio e deseja obter das autoridades competentes a autorização para dar início à fabricação do álcool carburante a partir da cana-de-açúcar. Ao começar o seu diálogo com as classes produtoras ele demonstra que a parte econômica é viável, pois para a formação de canaviais com esta finalidade vem conseguindo o Proálcool completo apoio do Banco do Brasil, sendo módicos os juros e longos os prazos de resgate.

Tecnicamente, o empresário justifica o seu projeto com os seguintes pontos essenciais:

1 — a cana-de-açúcar pode alcançar uma produtividade média de 80 toneladas por hectare, desde que a terra seja convenientemente preparada;

2 — se cada pecuarista ou lavrador de Miracema plantar um único alqueire de terra das que tenham ociosas ou mal-ocupadas, haverá no município matéria-prima suficiente para produzirmos álcool em escala econômica;

3 — com os novos preços estabelecidos para o álcool carburante, acompanhando uma margem de comercialização fixa em relação à gasolina, é possível estabelecer previamente com os plantadores uma base de remuneração que lhes seja compensadora;

4 — os pecuaristas, em particular, plantando um único alqueire com cana, terão forrageira para o gado durante o período anual da estiagem, o que dá a essa atividade dupla aptidão e representa a sua independência em relação à própria destilaria;

5 — a crise do petróleo torna a lavoura canavieira uma atividade estratégica, não só para o país em geral como para a região, em particular.

PRIORIDADE

Os municípios do Estado do Rio que contam com cooperativas de produtores de leite podem dispor de destilarias de álcool, mediante a utilização da força de trabalho dos pecuaristas, afirma o industrial Reginaldo Barros Neto. Para isso, recomenda que eles plantem canaviais como capineiras, vendam os colmos de cana para destilação e alimentem o gado com olhaduras do vegetal na estiagem.

Essa proposta foi feita em Miracema há quatro anos, com resposta considerada fraca pelo industrial fluminense, mas que poderá funcionar a partir de agora porque, com a escassez de combustíveis, será dada prioridade no fornecimento de álcool carburante aos fazendeiros que produzirem cana para destilaria e "aí quem não quiser se incorporar ao esforço em benefício próprio e da economia nacional pegará o fim da fila".

Com os novos preços da gasolina, entende o empresário que chegou a hora da agricultura brasileira se afirmar como instância decisiva da economia. Mantida a relação com o preço da gasolina, a produção, segundo ele, tende a crescer rapidamente, possibilitando a justa remuneração dos investimentos feitos em plantio e montagem das destilarias, melhores preços para os produtores de cana, melhores salários para o trabalhador rural, às custas do conforto dos que querem e podem comprar carros.

Outra sugestão feita às autoridades pelo diretor da destilaria Santa Rosa é no sentido de que as grandes frotas de táxis adquiram, imediatamente, pequenas destilarias, produzindo seu próprio combustível, com garantia de suprimento, já que a operação da unidade industrial é feita com assistência técnica da Secretaria de Agricultura, através da Empresa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater-Rio), no que concerne à lavoura, e pelo Instituto de Açúcar e do Álcool (IAA) quanto a parte industrial, não apresentando problemas gerenciais insuperáveis.

MAXIMIZAR OS LUCROS

Entidades que atuam sob a forma cooperativa, representativas de classe, produtores e consumidores podem também, segundo o industrial, adquirir ou instalar destilarias de pequeno porte para atendimento de seus próprios associados, como é o caso das que congreguem as cooperativas de leite, que poderão maximizar os lucros obtendo combustível de fabricação própria a custos mais reduzidos, circunstância que confirma a tese levantada de que poderá acelerar o Proálcool em diferentes pontos do país.

Salientou Reginaldo Barros Neto que a produção alcooleira deve ser desenvolvida sem perigo de aumentar a poluição, se o vinhoto for integralmente aproveitado, como em Miracema, na adubação por aspersão da lavoura, ou em Campos, na Martins Lage, na fabricação de gás metano para fins carburantes, solução ainda mais econômica, pois permite a utilização das caldas no abastecimento de gás às residências para consumo doméstico, conforme projeto já executado sob a orientação do cientista Maurício Prattes, de Campos.

Meta deste ano é de 4,1 bilhões

São Paulo — O Proálcool deverá proporcionar ao país na safra 79/80, 4 bilhões e 100 milhões de litros de álcool, disse o empresário Luís Lacerda Biagi, vice-presidente executivo do Grupo Biagi. Revelou que empresários de outras áreas deverão aderir ao programa, "considerado a grande prioridade para o país".

Para ele, a área de plantio de cana-de-açúcar no Centro-Sul tende a se deslocar mais para o Norte do Estado de São Paulo e chegar a Mato Grosso do Sul, "e que isso no futuro poderá representar uma evolução" para o país em termos de produção de álcool. "Ocupando regiões de Mato Grosso poderemos atingir até uma produção de 100 bilhões de litros de álcool. Nós fizemos estudos a esse respeito, chegando a essa conclusão", afirmou.

O Governo aplicará Cr$ 4 bilhões em investimentos para ampliação das destilarias de álcool, quantia considerada muito boa para 1980 pelo presidente da ABDIB, Sr. Waldir Gianetti, e que pode propiciar atingir rapidamente a meta de 10 bilhões 700 milhões de litros de álcool, a próxima etapa a ser alcançada no programa. O empresário Hermínio Ometto é favorável ao zoneamento das regiões para produção de cana-de-açúcar.

O presidente da Associação dos Empresários da Amazônia, Sr. João Carlos Meirelles, explicou que a região da Amazônia Legal, em Mato Grosso, é muito propícia ao plantio da cana-de-açúcar, e que muitos projetos deverão ser implantados na região para a produção de álcool. Um dos projetos é do grupo financeiro BCN. Um projeto grande, e que representará investimento de Cr$ 3 bilhões 500 milhões, só na implantação de uma destilaria para fabricação de 1 milhão 500 mil litros de álcool/dia, é o realizado em conjunto pelos grupos Atlântica-Boa Vista, Dedini, Ometto e Votorantim, na fazenda Bodoquena. O presidente do Grupo Atlântica Boa Vista, Sr. Almeida Braga, disse que "o plantio da cana já começou. Será um sucesso mesmo".

Exportação da soja em grão poderá alterar bastante os preços atuais

Curitiba — Atualmente, a grande perspectiva das cooperativas paranaenses é a exportação da soja em grão. Submetidas às grandes indústriais multinacionais como a Sociedade Algodoeira Nordeste do Brasil (Sanbra), Cargil e Anderon Clayton, as cooperativas curvam-se diante da necessidade de comercializar a soja, muitas vezes nos preços estabelecidos pelas indústrias, que dominam o mercado.

Dessa forma, a expectativa da exportação em grão, diretamente, pode alterar substancialmente os preços atuais. Com uma safra recorde, em relação aos anos anteriores, e a comercialização atrasada devido às paralizações para forçar o Governo a retirar o imposto sobre a exportação, as cooperativas — que são responsáveis por 40% da produção paranaense — começam a negociar o aumento de suas cotas para 1980. Até a Secretaria de Agricultura já foi conclamada a atuar na tentativa de, com maior exportação, diminuir a oferta da soja no mercado interno.

COMERCIALIZAÇÃO

No entanto, com uma grande oferta do produto, o mercado externo também não se mostra muito promissor. Em maio do ano passado, o preço mais alto pago por tonelada foi de 224 dólares. Com essa cotação, o produtor paranaense está recebendo das cooperativas Cr$ 505 por saca de 60 quilos.

"Se considerarmos que vamos exportar, então é possível pagar até Cr$ 510. Do contrário, para comercializar com as indústrias, não é possível pagar além de Cr$ 500 ou talvez menos", explica o diretor comercial da Cooperativa Agropecuária de Cascavel Ltda. (Coopavel), Sr Hélvio Fiedler.

O Paraná deverá exportar em torno de 1 milhão 200 mil toneladas de soja em grão. "Mas se as indústrias começarem a forçar demais o mercado para provocar uma tendência baixista, poderemos solicitar ao Governo para aumentar as cotas de exportação das cooperativas, causando a falta do produto no mercado", garante o diretor geral da Secretaria de Agricultura, Sr Eugênio Stefanello. O relatório de "intenções de plantio da safra norte-americana", divulgou no início de abril no Brasil, não causou a esperada elevação de preços.

Esperava-se que os produtores americanos, desestimulados pelos preços atuais da soja no mercado de Chicago, que não chega a cobrir o custo de produção, diminuíssem a produção em, pelo menos, 10 milhões de toneladas de 60 para 50 milhões — o que não aconteceu. Os norte-americanos deverão colher, no próximo ano, cerca de 55 milhões de toneladas, que começa a ser colocada no mercado a partir de setembro, quando então a soja brasileira deverá estar totalmente comercializada. Diante da perspectiva de uma boa safra americana, os preços atuais da soja brasileira em Chicago não registraram qualquer modificação.

"Não resta a menor dúvida de que nesse ano não se vai repetir a tendência do ano passado, que, a partir de agosto, quando a grande maioria dos produtores já tinha comercializado a safra, os preços tiveram uma alta repentina revolucionando completamente o mercado", garante o Sr. Hélvio Fiedler. Ele diz que os preços desse ano não vão muito além dos Cr$ 510 pagos atualmente.

OUTROS PRODUTOS

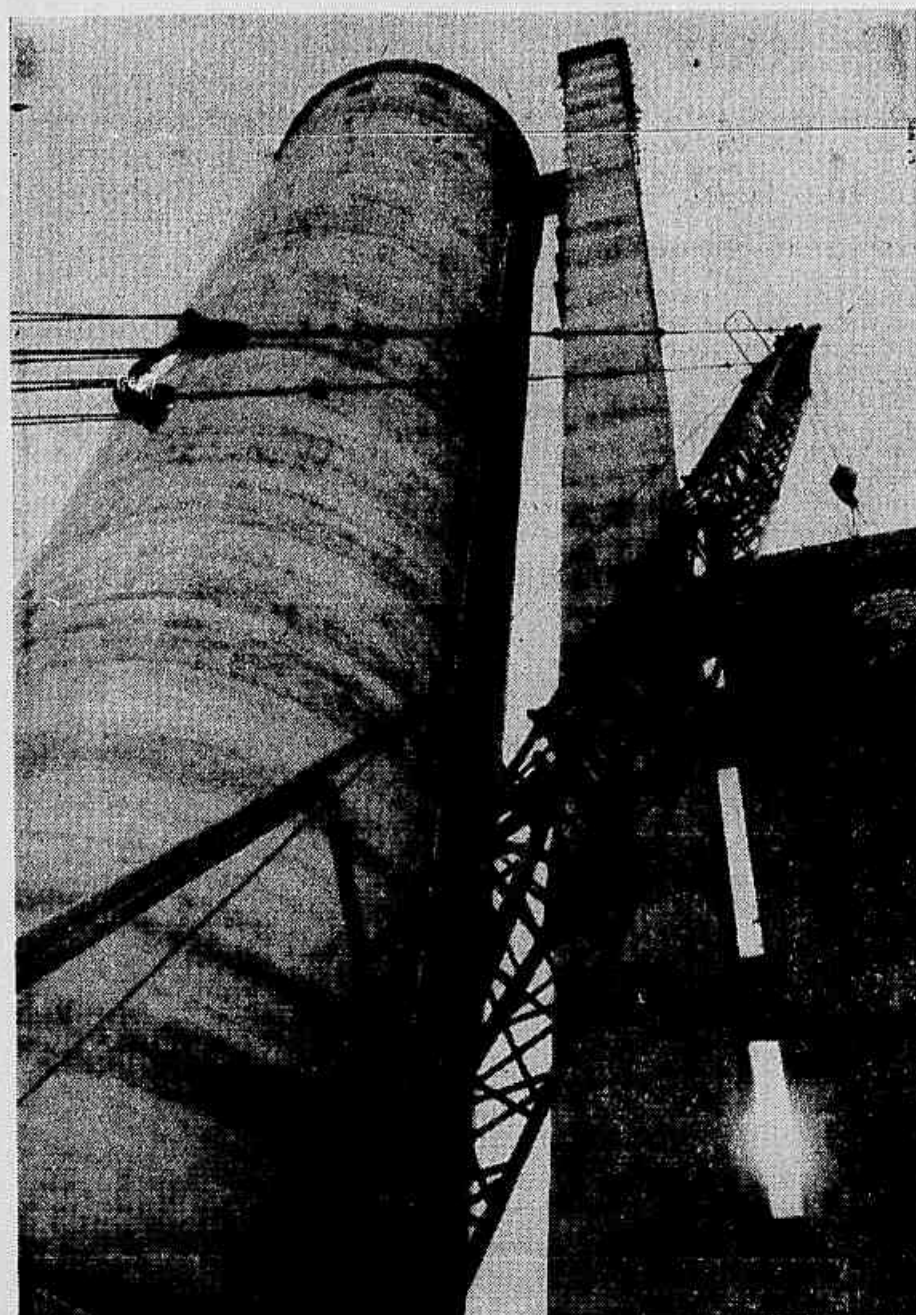
Além da soja, o Paraná não registra grandes exportações de matérias-primas, com exceção do café, mesmo com as últimas frustrações da safra. A partir do ano que vem, com uma produção prevista de 8 a 9 milhões de sacas, é possível que as exportações aumentem nessa proporção. A má qualidade do café produzido nos últimos anos, devido ao ataque de doenças e às constantes geadas, também reduziu muito os preços obtidos no mercado internacional.

Outras tentativas de exportar produtos não tradicionais da nossa pauta já tiveram problemas graves, como foi o caso do milho, que em 1977 registrou uma superprodução, e cujo excedente teve de ser exportado. No ano seguinte, houve frustração de safra e o Governo foi obrigado a importar milho. "Nesse ano, mesmo com as nossas superproduções, não haverá grandes campanhas e incentivos para as exportações", afirma Hélvio Fiedler.

TRANSPORTE E ARMAZENAGEM

O transporte da soja do Paraná, com 90 por centro da produção distante do porto e das indústrias de esmagamento, não vai registrar muitos problemas nesse ano. Sao 60 mil caminhões que vão transportar, além da soja do Oeste e Norte do Estado, as 700 mil toneladas produzidas no Paraguai. As filas acumuladas no porto de Paranaguá e à frente das unidades industriais de Ponta Grossa são esperadas.

"Não podemos transformar a estrutura de transporte de todo o Estado para resolver problemas de filas de caminhões que se repetem todos os anos", justifica o Secretário da Agricultura, Reinhold Stefhanes.

Em relação à armazenagem dessa safra, a própria Secretaria espera a ocorrência de alguns problemas em junho/julho, com o atraso na comercialização da soja e a necessidade de armazenar o trigo. Mesmo assim a capacidade de armazenagem estática do Estado é de 13 milhões 100 mil toneladas, em armazéns da Copasa, IBC e Cooperativas. "Deveremos ter problemas localizados, principalmente no Oeste, onde a safra de soja é maior, mas podemos garantir que o Paraná não vai perder um grão de cereal por falta de armazem", garante o diretor geral da Secretaria de Agricultura, Sr. Eugênio Stefanello.

Torre de granulação de uréia

Brasil dispenderá mais divisas com importação de fertilizantes

As importações de fertilizantes e suas matérias-primas deverão representar para o País, este ano, um dispêndio de divisas da ordem de US$ 1 bilhão e 190 milhões, contra US$ 867 milhões no ano passado. Somente o ácido fosfórico será responsável por 35% desse montante.

A meta do Governo Federal de expansão e adensamento da agricultura faz prever que o consumo de fertilizantes crescerá significativamente, exigindo, assim, grande esforço de investimentos para redução de nossa dependência em relação à importação desses insumos agrícolas. Neste contexto, os projetos da Petrofértil para produção de nitrogenados e fosfatados assumem importância cada vez maior.

CRESCIMENTO AGRÍCOLA

No momento em que se atribui à agricultura a função de criar novos empregos fixando o homem à terra; produzir alimentos a preços menores, reduzindo dessa forma os índices do custo de vida; e gerar excedentes, cuja comercialização contribuirá para o equilíbrio do balanço de pagamentos, o setor de fertilizantes passa a ter responsabilidades crescentes.

À Petrofértil — Petrobrás Fertilizantes, cabe a maior parcela da responsabilidade de suprir de matérias-primas o mercado interno de fertilizantes, ainda basicamente sustentado por importações. No esforço nacional de investimentos no setor, a Petrofértil aplicará, em 1980, cerca de Cr$ 6 bilhões e 800 milhões nas unidades produtoras, atualmente operadas por suas controladas e coligadas e nos projetos que vem executando diretamente.

Durante 20 anos a taxa de crescimento do setor agrícola brasileiro se manteve na média anual de 4,4 por cento. Somente nos últimos anos desse período é que esta taxa apresentou um crescimento de 6,5 por cento. Ao mesmo tempo, a taxa média anual de crescimento do consumo de fertilizantes cresceu intensamente a partir de 1970, evoluindo de 11 por cento no período de 1959/1969, para 16 por cento na última década.

IMPORTAÇÃO E CONSUMO

No ano de 1979, o País importou 658 mil toneladas de nitrogênio, sendo 517 mil t em fertilizantes acabados e, em 1980, as importações deverão atingir 620 mil t de nitrogênio, das quais 440 mil tem fertilizantes acabados. A importação nacional de uréia foi, no ano passado, equivalente a 505 mil toneladas.

Mesmo com a perspectiva de aumento do consumo de uréia, que no Brasil é produzida pelo Sistema Petrofértil, no ano corrente, as importações deverão ser bem menores, graças ao aumento da produção da Nitrofértil-NE (BA) — uma das controladas do Sistema Petrofértil. Em 1981, quando entrar em operação a Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados de Araucária (PR), o País ficará praticamente livre da dependência de importação de uréia, que no ano de 1979 representou um dispêndio de US$ 85,7 milhões.

O ANO DE 1980

O Sistema Petrofértil é constituído, atualmente, de três empresas controladas, três coligadas e três projetos de execução direta. Na produção de matérias-primas para a indústria de fertilizantes destacam-se, em 1980, os seguintes fatos, envolvendo as empresas controladas e coligadas:

1) — O início da fase de pré-operação da Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados de Araucária (FAFEN-PR), projetada para produzir 1.200 t/dia de amônia, 1.500 t/dia de uréia, 58 t/dia de enxofre e 24 t/dia de metanol;

2) — Na Ultrafértil (SP) estarão concluídas as obras de melhoria do sistema de descarga de granéis sólidos e iniciadas as obras ferroviárias entre o terminal marítimo de Piaçagüera e a fábrica. Será ainda instalado um terminal marítimo de descarga para o recebimento de rocha fosfática nacional, por via ferroviária, e iniciadas as obras da unidade da ácido nítrico;

3) — A Nitrofértil-NE, localizada no Pólo Petroquímico de Camaçari (BA), terminará a instalação da unidade de ácido nítrico;

4) — A ICC — Indústria Carboquímica Catarinense, teve concluída, em Imbituba (SC), a montagem da sua unidade de ácido fosfórico;

5) — Na Fosfértil, localizada em Patos de Minas, será ampliada e melhorada a usina protótipo para produção de fosfato natural;

6) — A Valefértil iniciou, em Uberaba (MG), sua produção de ácido sulfúrico, ácido fosfórico, MAP e superfosfato triplo;

7) — Na Goiasfértil, em Catalão/Ouvidor (GO), prosseguem as obras do projeto de produção de fosfato natural;

8) — Na Arafértil, de cujo capital a Petrofértil passou a participar no final de 1979, foram inciadas as obras de uma unidade industrial para produção de superfosfato simples.

A FÁBRICA DO PARANÁ

Dentro do esforço nacional de produção de matérias-primas para a indústria de fertilizantes, a Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados de Araucária (FAFEN-PR), em implantação pela Petrofértil, assume papel de destaque, não apenas quanto aos benefícios econômicos esperados para a região e o País, como também pelos benefícios sociais.

O atendimento do consumo brasileiro de nitrogênio para fertilizantes, substituindo maciças importações, é considerado a principal conseqüência dessa unidade. A produção de uréia e amônia dali resultante representará para o Brasil uma economia anual de divisas da ordem de US$ 100 milhões. Com início de operação previsto para 1981, a FAFEN-PR será responsável por cerca de 50 por cento do nitrogênio produzido no País.

Entre os benefícios sociais que trará para o Estado, destaca-se o número de empregos diretos que essa fábrica gerará (650). A complexa tecnologia envolvida no processo de produção de amônia e uréia, exigindo pessoal altamente qualificado e com treinamento específico, vem também provocando a formação de mão-de-obra local categorizada.

A produção da FAFEN-PR (1.200 t/dia de amônia, 1.500 de uréia, 58 de enxofre e 24 t de metanol) se destinará, basicamente, à Região Sul (PR, SC e RS), com alguns saldos que poderão ser transferidos para São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul.

Localizada ao Sul de Curitiba, no município de Araucária, a FAFEN-PR utilizará como matéria-prima básica o resíduo asfáltico da Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar). Em sua implantação, foram contratados com a Petrobrás os serviços de acompanhamento de engenharia de processo, básica e detalhamento, além do planejamento, programação, controle, supervisão e fiscalização técnica da construção e montagem.

Visando à preservação do meio-ambiente, a Petrofértil adotou todas as medidas cabíveis, como por exemplo, o aproveitamento do enxofre residual, evitando que este elemento contaminador fosse descartado sob a forma de efluente industrial. Da mesma forma, o balanceamento de amônia e uréia, maximizando o aproveitamento do gás carbônico produzido no processo, evitará que este produto seja liberado na atmosfera.

A Estação de Tratamento de Despejos Industriais, cuja construção foi contratada no mês passado, com a Companhia Técnica Internacional — Techint, impedirá a contaminação das águas do Rio Barigui, afluente do Iguaçú. Serão observados os mais modernos requisitos técnicos desejáveis para este tipo de empreendimento, permitindo a continuidade da utilização das águas daqueles rios no abastecimento doméstico, após tratamento convencional, e preservando a flora e a fauna.

Schulman quer tarifa própria para nuclear

O presidente da Eletrobrás, Sr Maurício Schulman, defende a tese de que são necessários outros recursos não setoriais para garantir os investimentos em projetos especiais e tecnologias, como a da energia nuclear e a transmissão em corrente contínua, a fim de que o aumento das tarifas seja por conta do desenvolvimento dessas novas tecnologias, principalmente a nuclear e não só do setor elétrico.

— Isto é necessário — frisou — para que não ocorra conflito entre a responsabilidade do suprimento e o desenvolvimento dos programas a cargo da Eletrobrás, a prazo mais longo.

OBRAS PROGRAMADAS

O Sr Maurício Schulman salientou que os investimentos programados (cerca de Cr$ 200 bilhões com o corte recente do CDE), para este ano, são apenas suficientes para a continuação das obras já iniciadas, "quando o ideal seria haver disponibilidade de recursos para novos projetos". Isto evitaria — observou — a concentração futura de obras indispensáveis que pressionarão os orçamentos setoriais, exigindo reajustes em termos de volume e de prazo de desembolso, para evitar colapsos no sistema em 1981 e 1982.

O presidente da Eletrobrás considera que o corte de 10% nas importações, também decidido pelo CDE na semana passada, não afetará o setor elétrico, porque este já vinha importando menos que o teto fixado no início do ano, devido à falta de dinheiro. O ritmo das obras das usinas de Tucuruí e Itaparica foi reduzido e, em conseqüência, importações que estavam previstas pela Eletronorte e pela Chesf não foram feitas. Das demais empresas do setor, só Itaipu tem importações a fazer este ano e estas não são afetadas, garantiu.

No momento, estão em construção ou ampliação centrais geradoras, em sua maior parte hidrelétricas, que acrescentarão cerca de 26 mil MW à capacidade geradora instalada atualmente (28 386 MW), que experimentou um crescimento de 12,5% em 1979, em relação ao ano anterior.

Entre as obras em construção e/ou ampliação encontram-se: Itaipu (12 600 MW); Tucuruí (3 960 MW), no rio Tocantins; Paulo Afonso IV (2 462 MW), no rio São Francisco; Salto Santiago (1 998 MW); Foz do Areia (2 511 MW) e Salto Osório (1 050 MW), no rio Iguaçu; Itumbiara (2 080 MW), no rio Paranaíba; as termelétricas à base de carvão-vapor Jorge Lacerda III (250 MW) e Presidente Médici (446 MW), na região Sul; e as unidades I e II (626 MW e 1 245 MW) da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto, em Angra dos Reis.

POTENCIAL PARA O FUTURO

O Sr Maurício Schulman entende que "para manter um ritmo de crescimento da economia compatível com o da população — com oferta crescente de novos empregos — é necessária uma disponibilidade adicional de energia primária. Assim, o crescimento nacional deve basear-se no desenvolvimento de fontes internas e, de preferência, renováveis, com redução da dependência de energia importada.

— Neste contexto — frisou — a hidreletricidade — oriunda de fontes renováveis internas — mostra-se como uma das mais importantes formas de energia, por sua qualidade, já que ela é transportável a longa distância, não poluente e grande empregadora de mão-de-obra, tanto na construção de usinas, linhas de transmissão e redes de distribuição, com na fabricação de equipamentos para a sua utilização. As concessionárias de energia elétrica empregam 151 mil pessoas.

Maurício Schulman, presidente da Eletrobrás

Explicou que o suporte básico da energia hidráulica é o significativo potencial hidráulico brasileiro, avaliado, em 31 de dezembro de 1979, em 213 mil MW, com uma energia média firme de 160 500 MW, igual a 933 mil GWh anuais, ou seja: o equivalente a 5 milhões e 600 mil barris de petróleo por dia. Ressaltou que, desse inventário, metade situa-se nas regiões Sudeste, Sul e Nordeste, próximo aos principais centro de consumo.

E que com relação ao potencial da região Amazônia, hoje integralmente medido, os seus rios têm um regime muito homogêneo. "Há rios com medições de regime que vem sendo observados há 60 anos, e nos últimos anos, tem-se feito o acompanhamento por satélites". Como são homogêneos, explicou, há condições de se extrapolar as informações de uns para outros.

Revelou que em 1979, a produção de energia elétrica alcançou a 124 673 GWh, sendo 92,3% de origem hidráulica (115 100 GWh). Do total da energia produzida, a energia hidrelétrica foi eqüivalente a 690 mil barris/dia de petróleo. O consumo foi de 109 793 GWh, com um crescimento de 13% em relação ao ano anterior, sendo de 908 KWh o consumo "per capita" e de 15 milhões 500 mil o número de ligações de consumidores.

— Nessas condições — assinalou — e como a capacidade instalada em usinas hidrelétricas corresponde, atualmente, a apenas 11,5% do potencial hidrelétrico do país — a estratégia básica do setor deve fixar-se na ampliação da geração de energia elétrica a partir de fontes primárias nacionais. Deve ser buscada — acentuou — maior participação da energia elétrica na estrutura de demanda de energia global do país, para elevá-la, progressivamente, dos 26% atuais, para 35%, a partir de 1985, atingindo a, pelo menos, 40% no final do século.

DÍVIDA VERSUS TARIFAS

Salientou o Sr Maurício Schulman que para fazer face a um programa desse porte, é necessário que os recursos estejam disponíveis em volume e tempo adequados.

— Desde 1964 — disse — a maior parte dos recursos do setor era proveniente das tarifas. Nos últimos anos, entretando, esta tendência sofreu mudanças, tendo havido alteração nos programas de investimentos em geração sem um correspondente ajustamento tarifário.

Assim, prosseguiu, enquanto em 1973 os recursos setoriais (54%) eram significativamente maiores do que os extra-setoriais (46%), em 1979 — em função dos custos principalmente da tecnologia nuclear — representaram 39% e 61%, respectivamente. Como os recursos extra-setoriais são obtidos, em sua maioria, na forma de empréstimos em moeda estrangeira — em prazos inferiores aos da maturação dos empreendimentos, devendo ser pagos com juros — cerca de 30% do disponível em 1979 foram utilizados no pagamento da dívida externa do setor. O serviço da dívida cresceu de 15% em 1973 para 26% em 1979, com os valores já deflacionados, isto é, já descontada a inflação.

Disse o Sr Maurício Schulman que para se manter uma oferta que garanta um crescimento de 12% anual com obras que exigem um grande período maturação, o setor vem investindo, por ano, aproximadamente 21,8% do que já se investiu em toda a história da energia elétrica do Brasil.

— O país tem conseguido manter suas aplicações em obras de geração de forma a atender ao crescimento do consumo — salientou — mas o mesmo não vem acontecendo nos sistemas de transmissão e distribuição, o que, a médio prazo, resultaria numa perda de confiabilidade do sistema e na degradação da qualidade do serviço.

Esclareceu ainda que a transmissão de energia elétrica a longa distância, apesar de envolver vultosos investimentos, representa, em base unitária do custo de energia, uma parcela relativamente pequena, por estar associada, normalmente, à transferência de grandes blocos de energia. Sua aplicação aplicação no país é utilizada há longo tempo em grande escala, já tendo o setor elétrico acumulado larga experiência. Estão em construção — lembrou — dois sistemas de maior porte que interligam as regiões Norte e Nordeste e o de Itaipu. "Futuramente, prevê-se o transporte de grandes blocos de energia do Norte para o Nordeste e para o Sudeste."

ACRESCIMOS PLANEJADOS A CAPACIDADE GERADORA INSTALADA 1979 — 1984

Referência: 31 de dezembro 1979

EMPRESA	USINA	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1979 84
REGIÃO NORTE								MW
CELPA	UTE Tapanã	52						52
• Eletronorte	UHE Tucuruí					330	990	1320
• CEM	UTE Manaus			60		60		120
CERON	UTE Porto Velho II e III			15				15
Eletroacre	UTE Rio Branco	3		9				12
CEA	UTE Macapá				5	5		10
CER	UTE Boa Vista		3					3
Eletronorte	UHE Coaracy Nunes						30	30
• Eletronorte	UHE Balbina						250	250
CELPA	UHE Curuá Una					20		20
• Eletronorte	UNE Samuel						60	60
REGIÃO NORDESTE								
• CHESF	UTE Salvador	232						232
• CHESF	UTE São Luiz	58						58
• CHESF	UHE Sobradinho	175	525	350				1050
• CHESF	UHE Paulo Afonso IV	410	820	1230				2460
• CHESF	UHE Pres. Castelo Branco				126			126
• CHESF	UHE Itaparica						1000	1000
REGIÃO SUDESTE								
CEMIG	UTE Igarapé	125						125
CEMIG	UHE São Simão	807						807
CESP	UHE Água Vermelha	920						920
• FURNAS	UHE Itumbiara		700	1050	350			2100
CEMIG	UHE Emborcação				500	500		1000
CESP	UHE Nova Avanhandava				300			300
	Desativa Avanhandava				-30			-30
• FURNAS	UTE Alte. Alvaro Alberto		626(1)					626
• LIGHT	UTE Sta. Branca					60		60
• LIGHT	UTE Nilo Peçanha					260		260
CESP	UHE Taquaruçu						300	300
CESP	UHE Rosana						240	240
REGIÃO SUL								
CEEE	UHE Itaúba	250						250
• ELETROSUL	UTE Jorge Lacerda	125	125					250
• ELETROSUL	UHE Salto Osório		350					350
COPEL	UHE Foz do Areia		419	1257				1676
	Desativa Salto O. de Iguaçu		-16					-16
• ELETROSUL	UHE Salto Santiago		333	999				1332
CEEE	UTE Pres. Médici					160	160	320
BINACIONAL	UHE Itaipu					2800	2800	5600
	Cota Paraguai					-1400	-1400	-2800
TOTAL GERAL		3157	3885	4970	951	3096	4430	20488
GRUPO ELETROBRÁS (•)		1000	3479	3689	476	710	2330	11684
OUTRAS EMPRESAS		2157	406	1281	475	2385	2100	8804
HIDRELÉTRICAS		2562	3131	4886	946	28070	4270	18665
TERMELÉTRICAS		595	754	84	5	225	160	1823

Fonte: Eletrobrás

PROJEÇÃO DA CAPACIDADE INSTALADA DE GERAÇÃO ELÉTRICA

BRASIL 1980 — 1984

	HIDRELÉTRICA		TERMELÉTRICA		TOTAL	INCREMENTO ANUAL	
ANO	MW	%	MW	%	MW	MW	%
1980	27 268	84,5	5 003*	15,5	32 271	3 885	13,7
1981	32 154	86,3	5 087	13,7	37 241	4 970	15,4
1982	33 100	86,7	5 092	13,3	38 192	951	2,6
1983	35 970	87,1	5 317	12,9	41 287	3 095	8,1
1984	40 240	88,0	5 477	12,0	45 717	4 430	10,7

* Inclui 626 MW de origem termonuclear
Fonte: Eletrobrás

Agroindústria necessita de maior eficiência na produção

O vice-presidente executivo do Grupo Colaço, João Bastos Colaço Dias, acredita que o Brasil já construiu uma base tecnológica sólida e dispõe de condições financeiras e materiais para revolucionar a sua agroindústria açucareira, alterando o quadro que o situa, de um lado, como o maior produtor e o maior consumidor mundial de açúcar e, de outro, num desconfortável oitavo lugar, em termos de eficiência produtiva, entre os principais países produtores.

A opinião de Colaço Dias é baseada em experiência própria, na implantação do primeiro empreendimento agroindustrial açucareiro, de grande porte, totalmente irrigado do Brasil. Trata-se do Projeto Tourão, situado no Município de Juazeiro, no sertão da Bahia, numa área de 10 mil 500 hectares, na região denominada Tourão, representando um investimento que, na parte privada, sobe a Cr$ 1,3 bilhão.

"O Projeto Tourão — explica — tem o apoio da Sudene, Banco do Brasil e Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA). É resultante de uma bem-sucedida conjugação de esforços, sob a forma de consórcio, com a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco-Codevasf. A produção final vai suprir, pelo menos, 40% das necessidades de consumo do Estado da Bahia, de onde também recebeu importante estímulo, através do Governador Antônio Carlos Magalhães".

"O aproveitamento agrícola e industrial, uma vez atingida plena maturação, o que é previsto para 1983, não vai encontrar paralelo nem mesmo entre países tradicionalmente detentores dos maiores índices de produtividade, tais como o Peru, Havaí, África do Sul e Austrália. Está dimensionado para uma colheita de aproximadamente 1,5 milhão de toneladas de cana-de-açúcar e a produção de 2,5 milhões de sacos de açúcar e 120 mil litros de álcool por dia, números que, dadas as condições, constituem recordes mundiais", continuou.

A razão do desempenho muito acima da média internacional é a localização do empreendimento e o uso de tecnologia pioneira. A região de Juazeiro oferece múltiplas vantagens, do ponto-de-vista da luminosidade, temperatura, qualidade do solo e topografia. O processo de irrigação, desenvolvido no Brasil, aproveita, enriquece e completa aquelas condições naturais.

Colaço Dias esclarece que o Projeto Tourão é originário dos incentivos fiscais oferecidos pelo Governo federal à participação da iniciativa privada no processo de desenvolvimento da região Nordeste do Brasil. Ele materializa a intenção e os esforços de interiorização do desenvolvimento, através do estímulo à expansão das fronteiras agrícolas, como forma de dar garantia de atendimento à demanda do consumo interno e das exportações.

"Tudo começou em 1972, quando, com recursos próprios e muita confiança no futuro do país, uma empresa do nosso Grupo, a Agro Indústrias do Vale do São Francisco S/A (Agrovale), iniciou a implantação de um projeto em terras de sua propriedade, na região do Tourão, às margens do Rio São Francisco. Era um projeto singular, cuja parte agrícola constava de um processo pioneiro e revolucionário, totalmente estruturado em métodos de irrigação e, na parte industrial, apoiava-se na relocalização da Usina de Terra Nova, que seria transferida do Recôncavo Baiano para o Tourão".

Segundo o empresário, pela sua originalidade, o projeto exigia investimentos adicionais, não contemplados pelo esquema de financiamentos governamentais existentes na época. A transferência da usina foi aprovada em 1973, pelo IAA. E, no mesmo ano, o Conselho Monetário Nacional acolhia um voto do então Ministro Costa Cavalcanti, criando o Programa de Irrigação de Empresas Privadas no Vale do São Francisco. Posteriormente, o Governo optou pela reformulação da sistemática de implantação de projetos de irrigação, de forma a torná-la mais efetiva. Pelo novo sistema, a Codevasf assume as tarefas de execução das obras de infra-estrutura, cabendo às empresas privadas a execução dos serviços internos.

TECNOLOGIA

"O Projeto Tourão — observa o empresário — nasceu de uma iniciativa ambiciosa, envolvendo a perspectiva de superar as dificuldades tradicionais do setor açucareiro do País e ir além, vencendo recordes mundiais. Ele já está implantado, o que significa que a sua disseminação pelo Nordeste poderá gerar a revolução agroindustrial de que falamos".

João Bastos Colaço Dias esclarece que, 1971, a Projetos Técnicos Ltda. (Projetec), hoje uma empresa do Grupo Colaço, anteviu nas terras do submédio São Francisco o cenário ideal para a implantação de um projeto de irrigação. A região reúne quase todos os fatores naturais favoráveis ao desenvolvimento de uma agricultura irrigada, em decorrência das condições de solo, clima, luminosidade, topografia e água. "Ali — continuou — os solos são planos e profundos, pobres em matéria orgânica e fósforo mas não apresentam deficiência de potássio, cálcio e magnésio. Os valores da condutibilidade elétrica indicam quantidades solúveis de sais que não afetam o cultivo. A temperatura, durante todo o ano, varia da máxima mensal de 30º C à mínima de 16º C. O clima é semi-árido, com média pluviométrica de 350 mm em 20 anos".

"A partir da escolha do local, técnicos da Agrovale começaram a visitar os países produtores e que dispõem de técnicas avançadas de irrigação para a cultura de cana-de-açúcar. A tecnologia apreendida no exterior foi processada no Brasil, adaptada às condições locais e desenvolvida sob formas diferenciais".

"As conclusões afastaram-se tanto dos modelos originais, e a tal ponto receberam contribuições novas que, hoje, depois de aplicadas com total sucesso, representam patrimônio de valor inestimável".

Ao mesmo tempo, o Grupo concebia a instalação de moderna usina, resultante do projeto de relocalização da Usina de Terra Nova, com capacidade prevista para 2,5 milhões de sacos de açúcar por safra e uma destilaria para 120 mil de litros de álcool por dia, em princípio, produzidos a partir de mel residual. Essa usina, uma vez instalada no Tourão, recebeu a denominação de Mandacaru. O empresário explica os resultados:

"No caso específico do rendimento médio por hectare de cana-de-açúcar colhida, a performance é de 200 toneladas em apenas um ano de ciclo vegetativo. Da mesma forma, o elevado teor de sacarose permite resultados industriais jamais alcançados no País e no mundo".

"Em termos industriais, a primeira e principal vantagem está no fato de que, enquanto a safra de moagem efetiva se estenderá por 250 dias para a Agrovale, os dias de moagem em outras usinas se limitam a apenas 150. Em termos agrícolas, o exemplo da Agrovale demonstra a possibilidade de uma produção de 200 toneladas por hectare, em 12 meses, ao passo que a média obtida em Alagoas e Pernambuco, por exemplo, situa-se em torno de somente 40 toneladas por hectare, mas em 14, 16 e até 18 meses".

"Essa diferença e tão flagrante, que algumas pessoas chegam a não querer acreditar. Acontece que as usinas tradicionais, não irrigadas, estão sujeitas a uma sazonalidade. Elas dependem das condições climáticas, dos ciclos da produção agrícola. Por isso mesmo, transferem problemas gravíssimos para a area social. Os trabalhadores só encontram emprego durante os seis meses de cada ano que correspondem ao ciclo vegetativo da cana. Estão sujeitas, também, a fatores fortuitos que podem determinar frustrações de safras, com repercussão negativa sobre os índices de produção de açúcar".

"Não é isto o que acontece com a usina Mandacaru. O sistema de irrigação, controlado pelo homem, é que determina a produção agrícola, e ele pode ser acionado durante todos os dias do ano. Assim, a usina trabalha 250 dias, o que, por outro lado, constitui fator de tranqüilidade social no campo, porque os empregos estão permanentemente assegurados".

João Bastos Colaço Dias, vice-presidente do Grupo Colaço

Sistema portuário tem papel importante na política desenvolvimentista do País

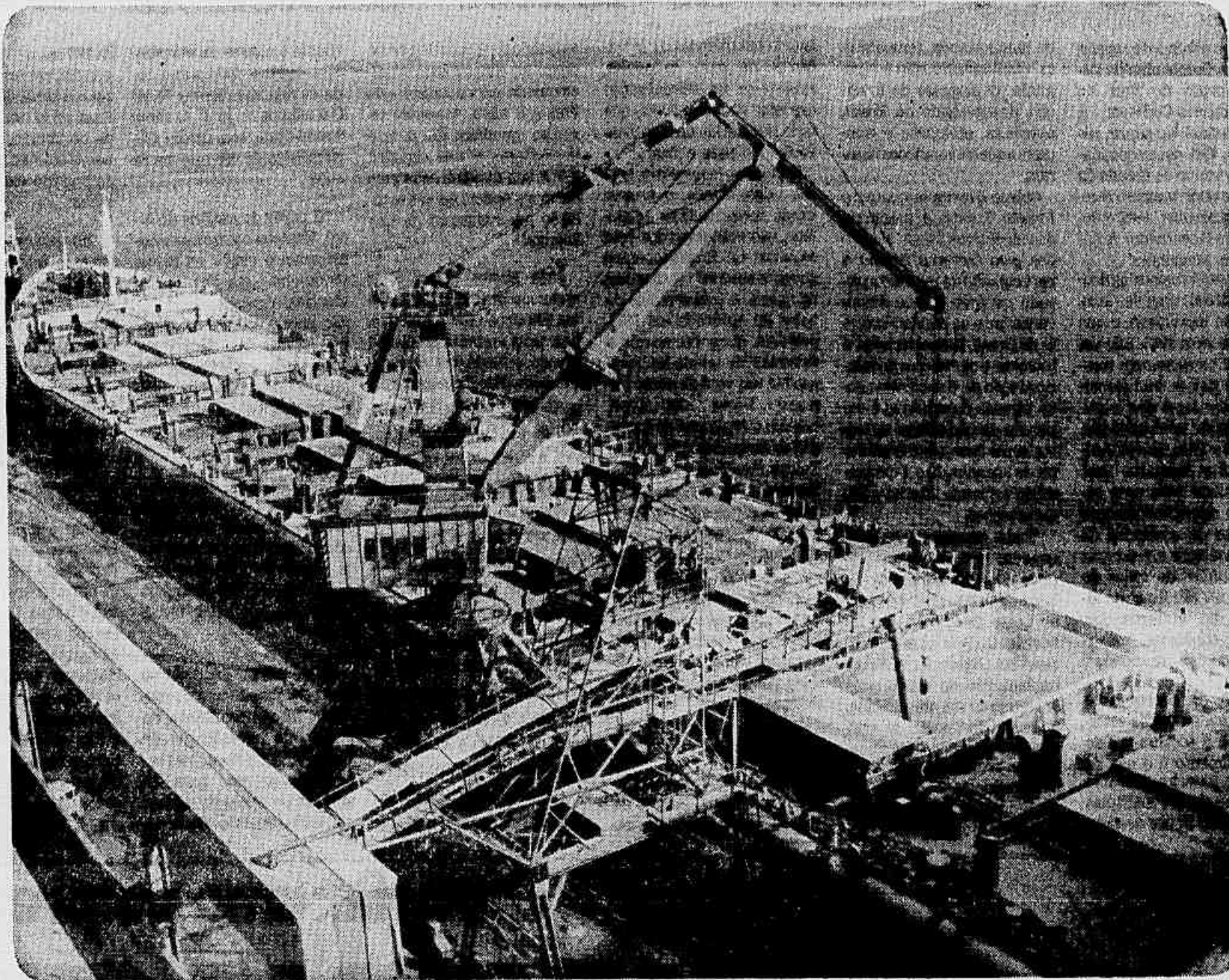
A adequação da consciência nacional à problemática emergente da abertura política, do combate ao fantasma inflacionário e da conquista de novos mercados para a produção brasileira, de forma a perseguir o equilíbrio da balança de pagamentos face à dependência externa, notadamente em relação ao petróleo e seus derivados apresentará na próxima década, sensíveis alterações no quadro social, político e econômico da sociedade brasileira. Caberá ao sistema portuário nacional, principalmente, o papel determinante dentro do quadro apresentado, considerando-se que mais de 95% das nossas exportações são realizadas por via marítima.

Resta saber, e avaliar, então, até que ponto os portos estarão capacitados a assegurar o máximo rendimento operacional, em conseqüência de instalações que diminuam sensivelmente a paralisação e permanência de mercadorias em suas instalações. Também torna-se indispensável uma total coordenação entre a infra-estrutura viária interna e os exportadores e armadores, para sustentar fluxos de carga dos pontos de produção aos portos e, imediatamente, a seu embarque. Está portanto fixada nessa coordenação a estratégia capaz de assegurar o sucesso de uma agressiva política de exportações.

IMPLANTAÇÃO

O sistema portuário brasileiro teve sua implantação iniciada no final do século passado. Decorridos mais de setenta anos, os principais portos brasileiros foram asfixiados pelo crescimento desordenado de cidades e, paulatinamente, suas instalações e operações foram esbarrando em eixos viários urbanos, congestionados pelo surgimento da indústria automobilística. Além disso, surgiu também a limitação de calados em virtude da defasagem entre a época de implantação e as mudanças periódicas introduzidas na indústria naval, com o surgimento de navios com capacidade para acima de 300 mil tdw. Para adequar o sistema portuário aos novos tempos foi elaborado o I Plano Diretor Portuário do Brasil, concluído em 1974, e em fase final de atualização pelo Ministério dos Transportes, através da Portobrás.

A partir de 1958, com o aparecimento do Fundo Portuário Nacional, já os técnicos portuários atentos ao problema começaram a implantação de nova filosofia, voltada para a construção de portos em áreas que previam acessos terrestres, áreas para futuras expansões, acesso marítimo compatível com os fluxos de carga e disponibilidade de regiões para a criação de complexos industriais, de modo a baratear o custo do transporte intermediário. Foi então que surgiram os portos de Itaqui, no Maranhão, Aratu, na Bahia, Águas Claras, no Rio de Janeiro, Malhado, Ilhéus, na Bahia, o terminal de Tubarão, no Espírito Santo, o terminal de fertilizantes na margem esquerda do porto de Santos e o complexo portuário industrial de Rio Grande.

O Plano Diretor de 1974 conservou essa filosofia e a sua atualização consolida em definitivo a conceituação, permitindo visualizar o sistema portuário em um horizonte mínimo de 30 anos de pleno aproveitamento dos novos complexos implantados e em fase de desenvolvimento; além disso, o Governo quer maximizar a utilização de portos, através da ampliação de cais, aquisição de novos equipamentos — guindastes, empilhadeiras, guindastes flutuantes — mantendo-se em condições satisfatórias de operação e até adaptando-os para novas modalidades, como o transporte **roll-on-roll-off** e de **containers**, que deverão contribuir sensivelmente para a política de racionalização de combustíveis, com a integração navio-porto-trem e, como alternativa, navio-porto-carreta.

A curto prazo, o Governo federal já proporcionou instalações para o sistema **ro-ro** nos portos de Santos, Rio de Janeiro, Salvador e Recife, como incentivo principalmente à cabotagem, evitando o desperdício de derivados de petróleo e oferecendo uma alternativa segura e eficiente para o transporte de mercadoria destinadas ao consumidor brasileiro.

CORREDORES DE EXPORTAÇÃO

O Ministério dos Transportes idealizou em 1973 o programa dos "Corredores de Exportação" para dinamizar os portos, barateando os custos e facilitando a conquista de mercado externo, além de assegurar maior sucesso na política de exportações. Desde então, as infra-estruturas viárias — ferrovias e rodovias — assim como o sistema portuário, recebem investimentos prioritários; inicialmente foram selecionados os portos de Vitória-Capuaba, Santos, Paranaguá e Rio Grande, como pontos de convergência da política de exportações; mais tarde, os portos de Sepetiba, Barra do Riacho, Praia Mole; começou também a carrear divisas o terminal salineiro de Areia Branca, que a partir de 1978 passou a exportar o sal para os Estados Unidos. A escolha dos portos acima mencionados decorreu dos pontos de produção e das ligações rodo-ferroviárias existentes, a implantar e a ampliar. Produtos agrícolas: soja, milho, celulose, minério de ferro e semi-acabados, além do sal, já dispõe de instalações portuárias em funcionamento constando da pauta de exportações ao lado dos tradicionais café (Santos, Paranaguá e Rio de Janeiro), açúcar (Recife e Maceió) e cacau (Ilhéus).

Pela sua natureza típica, a obra portuária constitui-se em empreendimentos que exigem técnica sofisticada; em alguns casos além da viabilidade econômica, a Portobrás realiza estudos em modelo reduzido (através do Instituto de Pesquisas Hidroviárias) para assegurar o aperfeiçomento técnico e ampliar a margem de segurança dos investimentos governamentais.

Na primeira etapa do programa dos "corredores de Exportação, os portos de Santos, Paranaguá e Rio Grande tiveram adaptadas algumas instalações de armazenamento e modernizados os sistemas mecânicos para desembarque, consolidação e embarque de grãos, com equipamentos de excelente índice operacional (1.500 t/h para desembarque e 3.000 t/h para embarque). Os demais investimentos para o programa foram sendo realizados e apresentaram um posicionamento de implantação que permite ao sistema portuário sua completa adequação ao programa geral de exportações, previsto para os anos 80.

CORREDOR DO RIO GRANDE DO SUL

No Estado gaúcho a conjugação rodo-ferro-hidroviária é amplamente utilizada. A rede hidroviária alcança o porto do Rio Grande através da hidrovia Jacui-Taquari e da Lagoa dos Patos; ferrovias e rodovias alcançam igualmente o principal porto sulino. Em Estrela, no remanso do rio Taquari, o Ministério dos transportes implantou um entroncamento rodo-ferro-hidroviário destinado a receber carga de trens e caminhões e transferi-las para barcaças que chegam até Rio Grande. A evolução do uso da navegação interior vem sendo constante, o que enseja a consciência dos usuários pelo transporte mais adequado.

No porto do Rio Grande está sendo instalado o TTS — Terminal de Trigo e Soja: trata-se da maior obra portuária do Brasil e após sua conclusão a movimentação de grãos somente no TTS será de 11 milhões de toneladas/ano. As obras compreendem em linhas gerais, um cais com 412 metros (profundidade de 14m) para operar 2 navios simultâneamente um cais com 612 metros (profundidade de 5m) destinado a acostagem de 6 barcaças, um silo vertical para 130.000 toneladas de capacidade estática destinado a trigo e soja e 2 armazéns horizontais para armazenagem de farelo e torta de soja, com 65.000 toneladas de capacidade cada um; posto de descarga de caminhões e vagões, pátio de triagem ferroviária e conexão rodo-ferroviária. O Terminal de Trigo e Soja será operado com sofisticado equipamento, que permitirão a movimentação de até 3.000 t/h de grão; o índice de nacionalização dos equipamentos alcançada 92%.

Cuida assim o Governo Federal de acionar seus mecanismos de forma a que a infra-estrutura portuária esteja permanentemente preparada para contribuir no processo do desenvolvimento nacional; obras, serviços de dragagem, aquisição de equipamentos são preocupações constantes das autoridades.

Nos primeiros meses de 1980, o porto do Rio Grande teve um movimento de carga de 1.740.201 toneladas, representando um acréscimo de 34% sobre o volume movimentado no mesmo período do ano passado. Esses dados crescem de importância se for levado em consideração o atraso verificado na colheita da soja, cuja movimentação deveria ter sido iniciada no mês de março.

Em abril, a colheita da soja começou, intensificando-se a movimentação de transportes no Estado, em direção aos portos — para exportação — e principalmente rumo ao parque industrial. Esse atraso no início da colheita da soja acabou se transformando um desafio ao sistema de transportes do Rio Grande do Sul, pois a demanda originada pelo complexo soja é sempre o grande pique do ano.

Nos três primeiros meses de 1980, a movimentação de carga na SR-6, Regional da Rede Ferroviária Federal no Estado, foi mais alta do que no mesmo período de 1979, verificando-se um transporte de 1.137.109 toneladas em 1980, 35% a mais do que no ano passado.

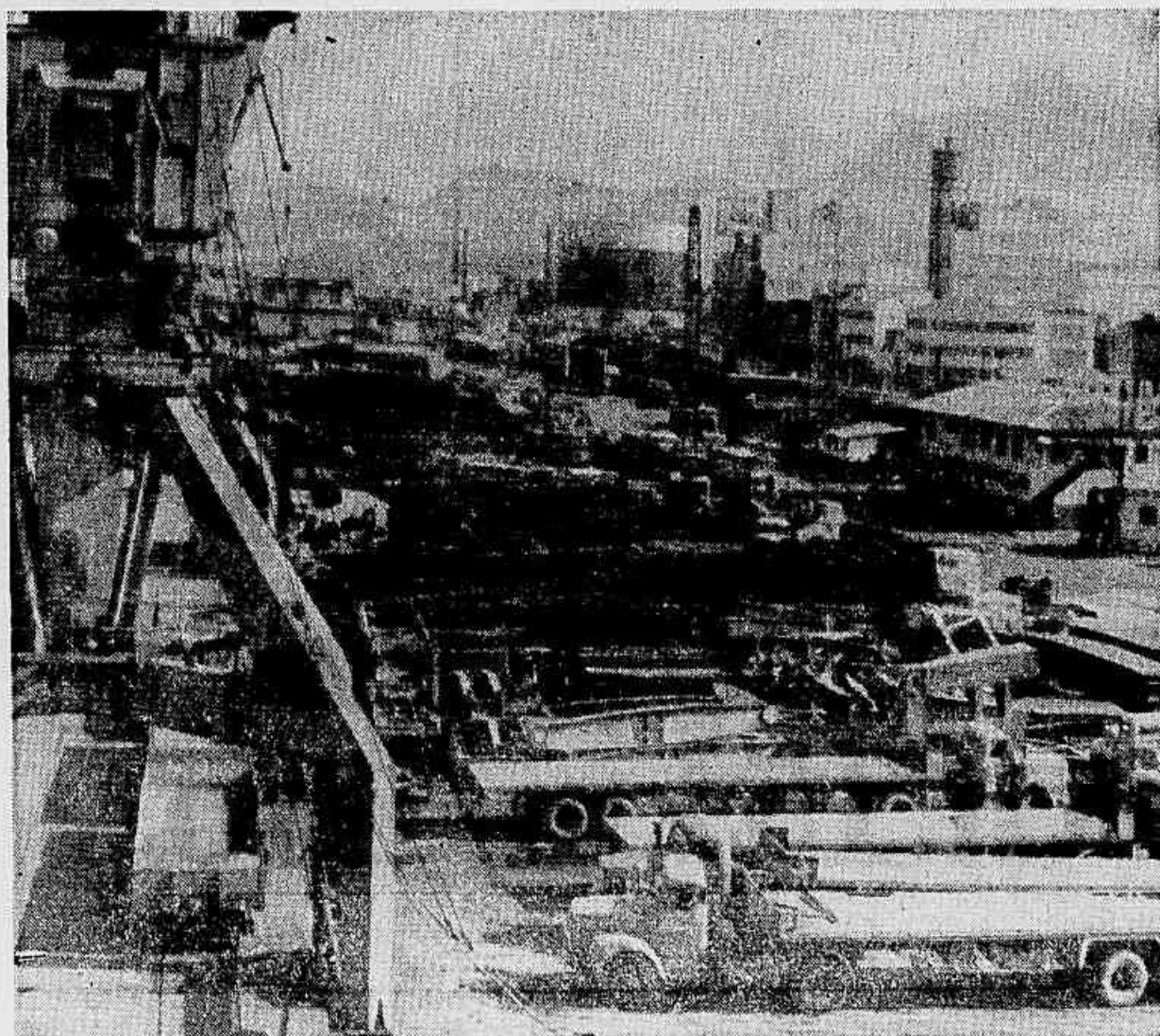
Entre o início de maio e o final de junho deverão ser transportadas para o Rio Grande do Sul 187.000 toneladas de soja para consumo interno e 280.000 para exportação. O farelo, por sua vez, deverá apresentar um fluxo mensal de 400.000 toneladas. No final de junho, ponto máximo da demanda, a movimentação deverá ultrapassar 800.000 toneladas, exigindo das autoridades governamentais e empresários envolvidos com o setor o maior esforço no sentido de racionalizar melhor o trabalho.

Visando esse objetivo, o Ministério dos Transportes vem mantendo entendimentos com produtores, exportadores, transportadores e autoridades portuárias e várias medidas já foram adotadas, como resultado desses entendimentos, e todos expressando o consenso geral das partes envolvidas. Chegaram à um regulamento pelo Gremos, no referente a produtos agrícolas, e a um Protocolo de Procedimentos, para que os produtos industrializados, ambos com normas gerais que permitem maior movimentação no porto e nos transportes para a zona portuária, com vistas a escoar sem problemas a safra recorde conseguida esse ano.

CORREDOR DO ESPÍRITO SANTO

A estrutura capixaba apresenta-se como uma das mais complexas do Brasil: dispõe de dois terminais privativos de minério de ferro, em Tubarão, operando pela Companhia Vale do Rio Doce e na ponta de Ubu, operada pela SAMARCQ. O Ministério dos Transportes implantou a primeira estapa do complexo portuário de Capuaba, em frente ao atual porto de Vitória, com áreas suficientes para expansão e dotado de um cais com 768 metros (profundidade de 10 metros), silo vertical para 30.000 toneladas, equipamento mecanizado ligando o silo ao cais, pátio para produtos siderúrgicos, acessos rodo-ferroviário e prédios administrativos; desde janeiro de 1979, Capuaba já está em franca operação. Pouco acima do novo porto a Portobrás e a Siderbrás deverão iniciar a instalação de um complexo portuário-industrial vinculado à Companhia Siderúrgia de Tubarão, além de fornecer matéria-prima (carvão) para as siderurgias da região (Usiminas, Açominas e outras). Ao norte do estado, em Barra do Riacho, estão em funcionamento o porto especializado para exportação de celulose e importação de insumos básicos, a Aracruz Celulose, e outras empresas do ramos deverão escoar a produção, em condições operacionais compatíveis com o produto.

Nesse corredor, constituído de uma malha viária de 5.054 quilometros de ferrovias e de 7.914 quilometros de rodovias, que ligam o complexo porutário em Vitória com os setores de produçõ de três estados — Minas gerais, Goiás e Espírito Santo — a demanda de transportes vem registrando um crescimento vertical. Durante os três primeiros meses do ano foram transportadas por trem 2.837.000 toneladas últeis (TU) contra 1.908:000 no mesmo período do ano passado, com um acréscimo de 48,7%. Em relação aos mesmos três meses, de 1979 para 1980 houveum

Porto de Paranaguá

Porto do Rio de Janeiro

Porto de Salvador

Sistema portuário tem papel importante...

acrescimo de 31,7% em Toneladas-Quilometros-Úteis (TQU).

Para enfrentar esse aumento vertiginoso da demanda de transporte a Rede Ferroviária Federal vem adotando uma política de efetiva modernização e remodelação de seus principais pátios na áres da Grande Belo Horizonte, buscando otimizar mais ainda a movimentação das cargas, para obter um fluxo mais racional e operacional. Com isso, a RFFSA procura, inclusive, compatibilizar as necessidades dos clientes com os objetivos governamentais de reduzir o consumo de combustíveis através do Plano Energético.

No quadro abaixo é destacado o crescente aumento das cargas exportadas através do Complexo Portuário de Vitória no período de janeiro a março de 1980, comparando com o mesmo período de 1979:

	1979	1980	Var %
Granéis Sólidos	12.911.637	14.426.183	+42,7%
Liquidos a Granel	397.656	436.053	+9,7%
Carga geral	164.044	200.887	+71,7%
Carga containerizada	839	2.230	+165,8%
Total	13.474.176	19.145.353	+42,1%

Em Barra do Riacho, o movimento de carga, em exportação de celulose teve considerável aumento de 72,4%, considerando-se que foram exportadas 36.000 toneladas em 1979 e 62.061 em 1980. A movimentação do minério de ferro foi maior: 43,7% — 12 milhões de toneladas em 1979 e 17 milhões em 1980.

A exportação de ferro gusa apresentou uma elevação maior ainda: 297.414 toneladas em 1980 contra 188.550 em 1979, com um acréscimo da ordem de 57,7%.

Não menos significativos são os números apresentados pela Receita Cambial do Porto de Vitória nos meses de janeiro e fevereiro deste ano, quando foram alcançados aproximadamente 12 bilhões de cruzeiros, tendo o minério de ferro e o gusa participado com 61% da receita.

CORREDOR DO RIO DE JANEIRO

O Porto de Sepetiba, implantado através da Companhia Docas do Rio de Janeiro, deverá exercer decisiva influência na estratégia formada para as exportações. Será o terminal para embarque de minério de ferro e para desembarque de carvão, podendo também movimentar **pellets**; sua primeira fase deverá estar concluída no início de 1981. Possui acesso marítimo considerável (15 metros) e acessos terrestres de primeira qualidade e em sua retaguarda desenvolvem-se diversos Distritos Industriais, viabilizando de forma irreversível o vultoso investimento ora mobilizado. Ao atual Porto do Rio de Janeiro caberá a movimentação de carga geral e um incremento expressivo para as modalidades **roro e containers**.

Pelo volume de carga que movimenta e pela importância econômica das áreas que abrange, o Corredor de Exportação e Abastecimento do Rio de Janeiro destaca-se pela contribuição que vem trazendo ao desenvolvimento dos transportes de carga no país. Esse corredor é formado de um sistema de transportes que integra atividades viárias terrestres, portuárias e de navegação que se desenvolvem na região geoeconômica do Estado e em polos situados nas áreas dos Estados limítrofes de São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo.

Destacadamente, o Corredor do Rio de Janeiro abrange a circulação dos fluxos de carga e descarga para todos os 64 municípios fluminenses, além daqueles procedentes de polos econômicos dos Estados vizinhos e que se destinam ao consumo interno do Estado do Rio de Janeiro, ou ao complexo de portos e terminais rodoferroviários fluminenses, para exportação para outros Estados e para o exterior.

O pólo-mater do corredor é naturalmente o Grande Rio, ligado por seis grandes rotas viárias terrestes e às zonas agrícolas, aos centros industriais e aos centros municipais do próprio Estado e adjacências.

Através dessas seis grandes rotas, circulam expressivos fluxos de carga de origem animal, mineral, vegetal e industrial, procedentes e destinados a unidades agropecuárias, alcooleiras, cimenteiras, de construção naval, de material ferroviário, metalúrgica, de papel, química, petroquímica, etc. No decorrer dos primeiros meses do ano foram registrados os seguintes números na movimentação de carga através das rotas do Corredor do Rio:

rota 1 —5.335.000 TU, por ferrovia
133.000 TU, por rodovia
rota 2 —1.665.000 TU, por ferrovia
179.000 TU, por rodovia
rota 3 — 227.000 TU, por ferrovia
67.000 TU, por rodovia
rota — 4 235.000 TU (calcáreo CSN), por ferrovia
rota 5 — 245.000 TU (**cimento e calcáreo**), por rodovia
rota — 6 20.000 TU, por rodovia

O contínuo crescimento da movimentação de cargas em **containers** é outro ponto que merece destaque. O atual pátio para movimentação desses cofres de carga já está necessitando de expansão, que será facilitada com a entrada em operação das instalações da Companhia Docas do Rio de Janeiro, em Sepetiba, no segundo semestre do próximo ano. A partir de então serão abertos amplos espaços no atual Pátio de Minério e Carvão, junto ao cais do Caju.

Em Cabo Frio, no Porto do Forno, Arraial do Cabo, encontram-se em fase final as obras de ampliação e reforço dos dois berços existentes onde serão instalados dois guindastes com capacidade, cada um, de 5,6 toneladas, equipados com **rabs** e que farão a descarga de sal para a Companhia Alcalis.

CORREDOR DO PARANÁ

O porto de Paranaguá é na verdade o terminal marítimo do Paraná, parte de Santa Catarina, Mato Grosso do Sul e da República do Paraguai. Com a implantação do trecho ferroviário Guarapava-Cascavel e com a modernização do trecho Curitiba-Paranaguá, surgirá a Ferrovia da Soja permitindo aumentar o nível das exportações e a produção dos custos intermediários, já que o transporte rodoviário responde atualmente pela maior parcela da carga destinada ao porto. Em outubro de 1979 foi entregue um silo vertical para cem mil toneladas de capacidade estática enquanto sistematicamente a Companhia Brasileira de Dragagem realiza os serviços de manutenção do canal de acesso mantendo-o na profundidade mínima de 12 metros.

A movimentação total dos portos do Paraná e Santa Catarina, nos três primeiros meses do ano, chegou à casa dos 4.251.87 toneladas, ultrapassando em 46% a registrada no mesmo período de 1979. Essa marca todavia, deve ser ultrapassada, graças às safras recordes de soja e milho obtidas este ano naqueles dois estados, que prepresentam 40% da produção nacional. A estimativa inicial de um produção de 5.225.000 toneladas de soja no Paraná passou para o mínimo de 5.400.000 toneladas enquanto a de milho, estimada em 5.110.000 toneladas. Em Santa Catarina. As previsões são de 636.000 toneladas de soja e 3.000.000 de toneladas de milho, superiores, respectivamente, em 46,6% e 92% aos números conseguidos no ano passado.

Pelo Porto de São Francisco do Sul foram exportadas 109.748 toneladas de soja, ao passo que a maior importação foi de milho 22.327 toneladas.O porto de Itajaí movimentou, na exportação 13.480 toneladas de açúcar e 9.845 toneladas de madeira, entre outros produtos, e na importação o destaque foi para os derivados de petróleo e soda cáustica, com 93.743 toneladas, em Ibituba, a exportação atingiu seus pontos mais altos no carvão mineral (458.980 toneladas). açúcar (33.982 toneladas) e ácido sulfúrico (35.982 toneladas).

CORREDOR DE SÃO PAULO

O porto de Santos, localizado próximo ao maior parque industrial da América Latina está sendo ampliado com o aproveitamento da margem esquerda. Já ligados por ferrovia ao sistema REFESA/FEPASA mediante uma ponte de 1.564 metros sobre o canal de Bertioga, as instalações ali localizadas destinam-se à importação de fertilizantes (em Conceiçãozinha) e no primeiro terminal especializado para **containers**, com 510 metros de cais (dois terços) pátios de estocagem com 109.000 metros quadrados equipados e também acesso rodoviário, poderá movimentar 100.000 containeres por ano.

CORREDOR DA AMAZÔNIA

No início de 1980 o movimento geral de cargas no Corredor de Exportação e Abastecimento da Amazônia, que abrange três estados (Pará, Amazonas e Acre) e três territórios (Amapá, Roraima e Rondônia), teve um aumento de 32% em relação ao mesmo período de 1979; isso a despeito do território de Roraima, através do Porto de Caracaraí, ter apresentado um decréscimo de 36%, devido a não movimentação de cargas nos meses de fevereiro e março, em conseqüência da estiagem ali ocorrida.

O tipo de carga que obteve mais incremento foram os granéis sólidos, atingindo 154%, graças às exportações de caulim (45.500 toneladas) através do Porto de Munguba, bauxita (368.586 toneladas) pelo porto de Trombetas e minério de manganês (274.874 toneladas) através do porto de Santana, no Território do Amapá.

Aumento considerável foi o da navegação de longo curso — 92% — tendo igualmente como fator principal a exportação de caulim, bauxita e manganês para o Exterior. A navegação fluvial elevou-se em 12% e a de cabotagem registrou um aumento de apenas 5%. Pelo sistema roll-on-roll-off foram movimentadas 30.353 toneladas através de 2.274 carretos.

CORREDOR NO NORDESTE

No período de janeiro a março de 1980, o desempenho ferroviário do Corredor de Exportação e Abastecimento do Nordeste alcançou marcas satisfatórias, superiores em 19,2% às obtidas nos primeiros três meses de 1979, a despeito dos prejuízos causados pelas intensas chuvas caídas na região. Foram transportadas este ano 425,6 milhões de toneladas quilômetros (TQU, contra 389,6 milhões em igual período do ano passado. O acréscimo foi de 36 milhões de TQU.

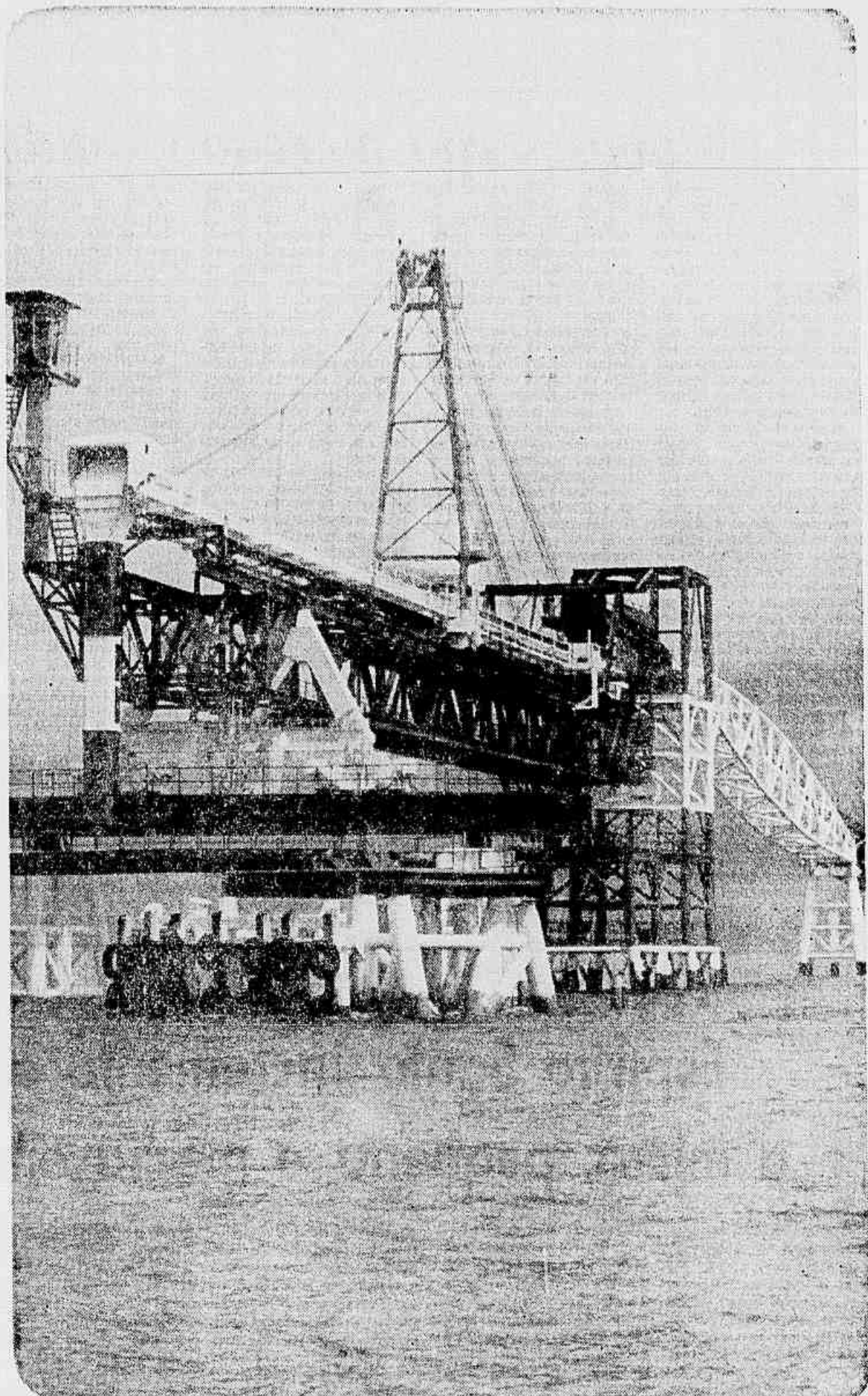
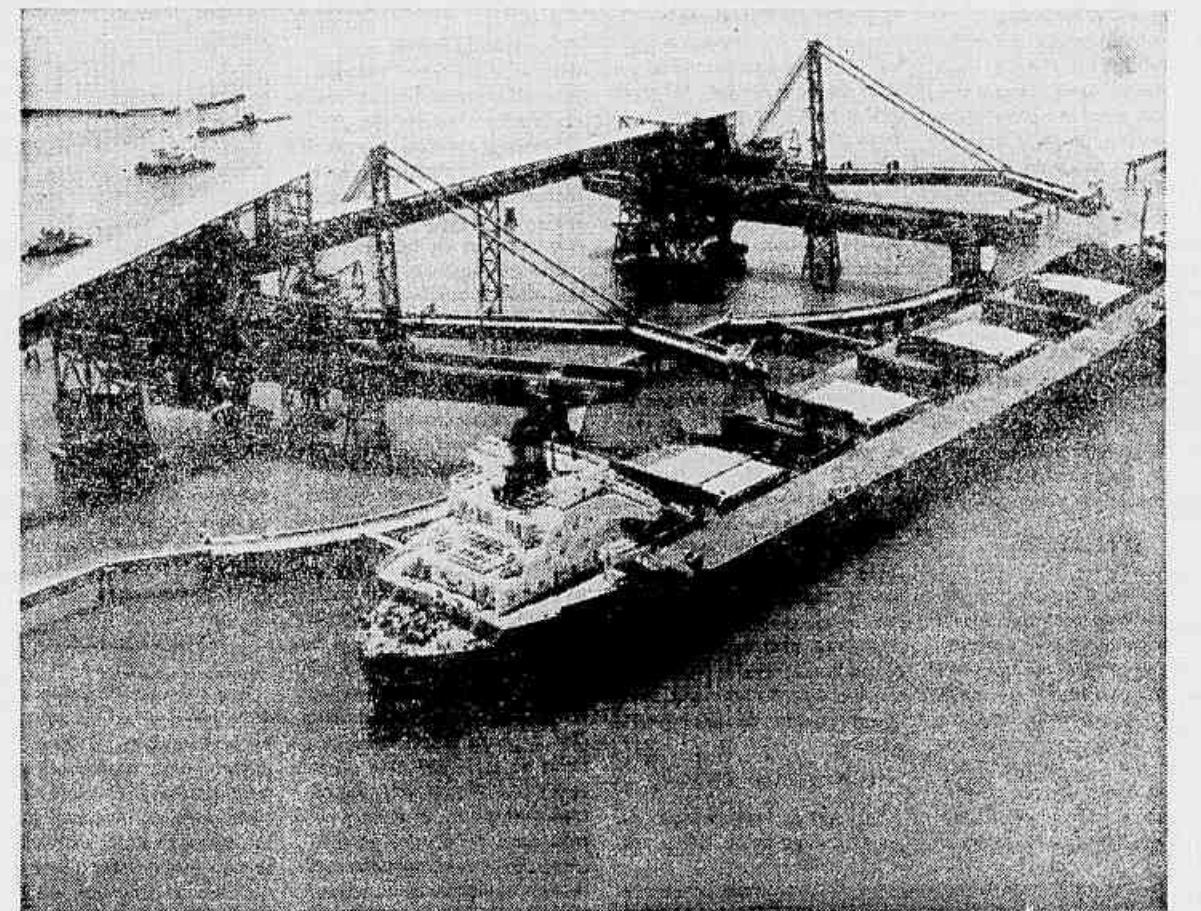
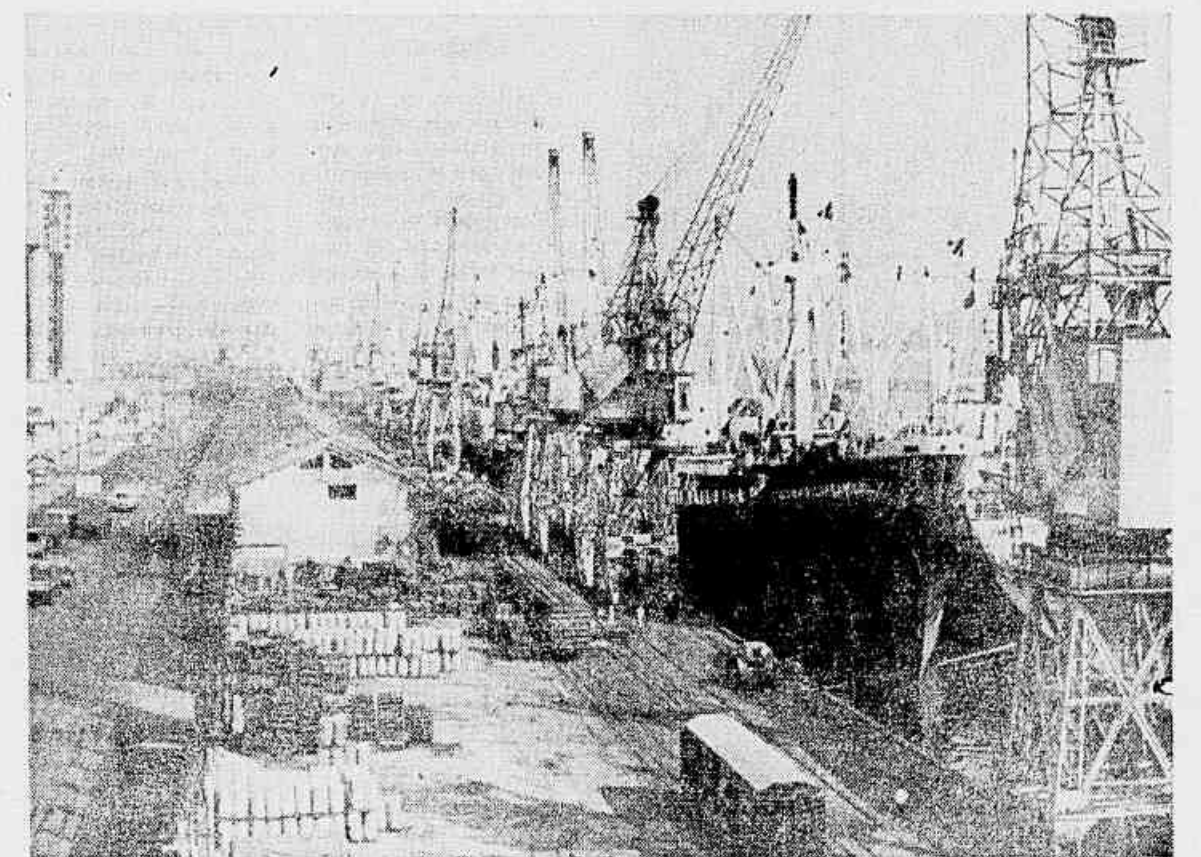
No Corredor do Nordeste, que abrange os estados de Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, as principais mercadorias transportadas no trimestre foram açúcar, sal, derivados de petróleo, cimento, magnesita, cromita, minério de manganês, álcool anidro e milho.

Os prejuízos causados ao transporte ferroviário pelas chuvas ocorridas nos meses de janeiro e fevereiro foram consideráveis, especialmente nas linhas Sul, Centro e Norte da Superintendência Regional Salvador — SR 7 — RFFSA, e Ramal de Macau, do Superintendência Regional do Recife — SR1 — RFFSA. A linha Sul da SR 7 Salvador foi a que sofreu maiores danos pela extensão dos prejuízos materiais e longa suspensão do tráfego, de 4 a 23 de fevereiro. Esses danos crescem de importância levando-se em consideração o fato de essa linha constituir a ligação ferroviária entre Nordeste e o Centro-Sul do país, e ter sido sensivelmente afetado o transporte de cimento, sal ensacado, minério de manganês, magnesita e derivados de petróleo, entre outras cargas de importância econômica. O ramal de Macau teva também interrompido seu tráfego no período de 5 a 20 de janeiro, com reflexos negativos no transporte de sal.

Os prejuízos foram minorados pela ação da RFFSA, que procurou restabelecer o tráfego nas linhas atingidas pelos temporais, embora com restrições na tração e composição dos três. Mas tendo em vista as condições observadas, os resultados dos transportes ferroviários no período pode ser considerado plenamente satisfatório.

A movimentação portuária na Região Nordeste apresentou um superávit maior no decorrer nos primeiros três meses do ano, em comparação com o obtido no mesmo período do ano passado: 4.416.000 toneladas contra 3.680.000 toneladas, o que equivale a um acréscimo de 20%. Esta análise inclui os portos de Malhado-BA, Salvador-BA, Aratu-BA, Maceió-AL, Recife-PE, Cabedelo-PB, Natal-RN, Terminal Salineiro de Areia Branca-RN, Fortaleza-CE e Itaqui-MA; com a única exceção deste último, todos os portos contribuíram para o superávit, destacando-se Maceió, Areia Branca e Aratu.

Em destaque o fato de o Terminal Salineiro de Areia Branca continuar registrando recordes sucessivos na exportação de sal. No primeiro trimestre de 1980, foram movimentadas 448 mil toneladas, sendo 180 mil só em janeiro, enquanto a transferência das salinas para o porto-ilha chegou a 430 mil toneladas nos três primeiros meses deste ano, sendo 150 mil em janeiro. Os números dos primeiros três meses de 1980 superaram em 43 e 33% as marcas do ano interior, quando foram alcançadas 314 mil e 324 mil toneladas, respectivamente.

Graças a isso, a colocação do produto no mercado externo, alcançou, no período janeiro/março de 80, 61 mil toneladas contra apenas 24 mil em igual período do ano anterior. A movimentação anual para 1980 de embarques e transferências deverá situar-se em torno de 1.600.000 toneladas, possibilitando o envio para o mercado externo de 200 mil toneladas.

Terminal de Areia Branca

Porto de Tubarão

Porto de Santos

Adubos terão mercado estabilizado

São Paulo — "Assegurar o atendimento da demanda em quantidades suficientes, qualidades e epocas oportunas de entrega; evitar a concorrência predatoria entre as empresas e defender adequadamente a produção nacional da concorrência das importações, estimulando o programa de substituição de importações", são algumas dos objetivos que implicarão em medidas por parte do Governo para o abastecimento de fertilizantes para 1980.

O novo presidente da Associação Nacional para Difusão de Adubos (Anda), sr Ruy Martins Altenfelder Silva, acha ainda necessario garantir condições financeiras as empresas, evitando-se que as insuficiências de capital de giro possam resultar em limitações dos volumes ofertados. Ele acha ainda necessario "prover os agricultores de volumes de créditos necessários e manter o equilibrio da relação de preços entre produtos agricolas e fertilizantes, para incentivar o consumo, do qual depende a produção e a produtividade agricola".

De acordo com dados recentemente divulgados pelo Sindicato da Industria de Adubos e Corretivos Agricolas, no Estado de São Paulo, o consumo aparente de fertilizantes, em todo o Pais, em 1979, atingiu a cerca de 8 milhões de toneladas de produto, ou seja, 3,4 milhões de toneladas de nutrientes, que representa um acrescimo de consumo da ordem de 10,9%, em relação a 1978. Segundo os empresários do setor, o acrescimo decorreu do apoio a agricultura dado pelo Governo.

Segundo o presidente da Anda, sr Ruy Altenfelder, os numeros referentes ao consumo efetivo de fertilizantes em 1979, ainda não se encontram disponiveis. De acordo com a amostragem efetuada com 15 principais empresas do setor da região Centro-Sul, espera-se um acrescimo naquele consumo de 15% em termos de Pais e em relação ao ano anterior.

Os dados disponiveis indicam a seguinte situação da produção nacional de fertilizantes basicos e matérias em 1979: a produção de adubos nitrogenados atingiu a cerca de 288 mil t de N (nitrogênio); os fertilizantes fosfatados alcançaram cerca de 1.200 t. de P2 05 (fósforo), um aumento de 10% em relação ao ano anterior.

Quanto as matérias-primas, a produção de rocha fosfatada, que atingiu o volume de 542 mil t de P2 05, significando um aumento de 59% quando comparada com a produção do ano anterior. O volume de acido fosfórico foi praticamente igual nos dois periodos atingindo, em 1979, cerca de 174 mil t de P2 05.

O acido sulfúrico teve um aumento de 10%, atingindo em 1979, 1.248 t de produto. A amônia anidra experimentou um acrescimo de 26,4%, atingindo 264 mil 103 t de produto.

IMPORTAÇÃO, FRETES
E PREÇOS

Para complementar as necessidades brasileiras de consumo, a industria de fertilizantes recorreu as importações, que, em correlação ao ano anterior, atingiram a 4.118 mil t de fertilizantes basicos (- 10,2%) e 2.153 t de materias-primas (- 11,6%), totalizando 6.271 mil t de produtos, o que representou um acrescimo de 4,5%, em relaão ao ano de 1978.

Destaca a Anda que os fretes maritimos apresentaram, durante 1979, uma constante tendência de aumento, chegando a dobrar seu valor em 10 meses. Essa tendência de alta também foi observada nos fretes internos, principalmente rodoviario, face aos reajustes de preço do oleo diesel.

O Sindicato da Industria de Adubos e Corretivos Agricolas no Estado de São Paulo, revelou que desde meados de 1979, tanto os agricultores como a industria vêm se preocupando com as elevações dos preços dos fertilizantes, que, no mês de março deste ano passaram a custar cerca de 180% mais que os preços oficiais de um ano atrás.

Segundo o sindicato, a evolução dos preços deve-se a três fatores principais e baseiam-se na "incontrolável elevação dos custos Fob e dos fretes marítimos para fertilizantes e matérias-primas; na desvalorização do cruzeiro e na inflação interna, da qual resultaram as altas das matérias-primas nacionais e outros fatores de custo."

O sindicato informa que a redução da remuneração das empresas, "o que já acontecera um ano atras e que agora se repete", vem desestimulando novos investimentos e a ampliação das capacidades do setor. Segundo a entidade, para um crescimento de 10% ao ano, "haveria necessidade de capacidades adicionais para cerca de um milhão de toneladas anuais, equivalentes, no segmento de adubos compostos, a 20 novas unidades por ano, dimensionadas para 50.000 t ano cada uma.

O secretario geral da Anda, Sr Marcos Rocha, informou que o consumo de fertilizantes no Brasil vem crescendo nos ultimos 10 anos a uma taxa media anual de 14,3%. Ele ressaltou que esse consumo esta fortemente ligado às culturas de exportação, como o café, cana-de-açucar e soja, em detrimento das culturas de consumo interno, como grãos e fibras.

Informou ainda o representante da Anda que existe um profundo desequilibrio entre as três principais regiões consumidoras de fertilizantes, quanto ao consumo: Nordeste, 10%; Centro, 63,2% e Sul, 26,8%.

Segundo a Anda, em 1979, cerca de 43% de todo o fertilizante consumido no Pais era de produção nacional, sendo que os fosfatados alcançaram 75%, os nitrogenados 37% e os potássicos, por serem totalmente importados, não tiveram participação.

Segundo estimativas levantadas pela entidade, a capacidade interna de produção de fertilizantes nitrogenados crescerá nos próximos cinco anos, cerca de 140%, passando de 414 mil t de nutrientes em 1980, para 995 mil t em 1985.

A uréia deverá constituir-se na maior fonte de fertilizantes nitrogenados, seguida pelos fosfatos de amônio. As seis unidades de amônia anidra do Pais, quatro ja operando e o restante em fase de instalação, garantirão o abastecimento dessa matéria-prima nos proximos anos, sendo que três delas operarão com gas natural e as demais com derivados de petróleo.

A produção de fertilizantes fosfatados soluveis deverá crescer 88%, passado de 1484 mil t de P2 05, para 2.785 t em 1985, "sendo insuficiente para atender à demanda". O superfosfato triplo deverá crescer de uma produção de 403 mil t de P2 05 para 902 mil em 1985 (+ 124%), "porém não será suficiente para atender a demanda interna, sendo necessaria complementa-la com a importação de cerca de 900 mil t para o final do quinquênio.

Os projetos de produção de rocha fosfatada, sete (há outros em estudo) apresentarão um crescimento em torno de 73% para os próximos cinco anos, "considerados, entretanto, insuficiente para atender a demanda interna."

Segundo o sr Marco Rocha, são grandes as esperanças nos projetos de mineração de potássio. O país consome cerca de um milhão de t de K 2 0 (potássio) com a perspectiva de aumentar para 2,2 milhões de t nos próximos anos, e até agora o Brasil depende totalmente das importações.

Com uma safra de 6,1 milhões de toneladas, a soja é a principal cultura do estado.

Espírito Santo incrementa apoio a micro, pequena e média empresas

Visando a distribuir harmonicamente o processo de desenvolvimento industrial do Espírito Santo, o Governo Eurico Rezende vem desenvolvendo um grande trabalho de interiorização do setor terciario, com outra finalidade precípua: a fixação do homem em suas bases, como forma de impedir o êxodo indiscriminado das populações da interlândia capixaba.

O trabalho, supervisionado pessoalmente pelo governador do Estado, é coordenado pelo secretário da Indústria e do Comércio, Adhemar Musso Leal, cuja Pasta desenvolveu um serio trabalho, durante o primeiro ano do Governo, de conscientização das micro, pequenos e médios empresarios, exortando-os a participar ativamente do processo desenvolvimentista por que passa o Espírito Santo.

Incentivando empresas de fora do Estado, porem dando preferência às indústrias locais, o Governo pretende atingir durante os proximos anos de administração um estagio de desenvolvimento que lhe permita colocar-se entre os mais desenvolvidos, proporcionalmente, de todo o país.

O PROGRAMA

Interiorizar o processo de desenvolvimento estadual; elevar os niveis qualitativo e quantitativo de empregos na economia capixaba; maximizar os efeitos indiretos dos projetos apoiados sobre a estrutura produtiva do Estado; distribuir mais equitativamente a renda gerada no Espírito Santo e harmonizar o crescimento econômico com a proteção dos recursos naturais e a preservação do meio-ambiente — estes formam as metas básicas das atividades do Grupo Executivo de Recuperação Econômica do Espírito Santo (Geres), disciplinando e administrando os recursos do Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo (Funres).

Criado através do Decreto-Lei 880, de 18 de setembro de 1969 e estruturado sob a forma de colegiado sob a coordenação da Secretaria de Planejamento da Presidência da Republica (Seplan), o Geres tem atingido as suas metas e durante 10 anos está sempre presente em todas as mais altas iniciativas de firmação do progresso capixaba.

Identificando as oportunidades de investimento, aprovando e apoiando planos, pesquisas e estudos relativos à recuperação econômica capixaba, o órgão tem aberto perspectivas sempre promissoras e seguras para os investimentos em varias áreas de aplicação de capitais. Articulado com organismos oficiais de desenvolvimento, igualmente o seu trabalho dentro de uma década, tem-se sobressaído com êxito na execução de programas e projetos localizados no Estado. Este sucesso, segundo a própria diretoria do órgão, tem sido apoiado pelo acompanhamento e fiscalização dos projetos e objetivos programados, metodo preliminar à autorização de liberação, pelo banco operador do sistema, dos recursos.

O PROGRAMA DE AÇÃO

São dois os tipos de ação de apoio financeiro do Geres aos empreendimentos de interesse capixaba. O primeiro chama-se ação indutora, que objetiva o configurar um papel ativo do órgão no processo de consolidação da economia estadual, compreendendo ação por programas e ação direta ou promotora. Este tipo de ação pode contar com a participação de outros organismos de fomento econômico atuantes no Estado, tanto a nível de formulação quanto de execução.

O segundo tipo é a chamada ação induzida. Dentro deste modelo cabe ao Geres atender à demanda espontânea, enquanto ela não for suscetível de incorporação a programas específicos, observando os critérios de prioridade estabelecidos em suas resoluções e os limites orçamentários que vierem a ser aprovados.

São as seguintes, as origens dos recursos administrados pelo Geres: subconta de participação societária-Funres/DL 1.376. Esses são os recursos deduzidos do Imposto de Renda por contribuintes domiciliados no Espírito Santo; os dividendos, bonificações e outros rendimentos derivados das aplicações desta subconta; subscrição, pela União Federal, de quotas inconversiveis em ações e outros recursos. O segundo recurso é denominado de participação societária Funres/SPS, assim distribuído: recursos de credores de depósitos de incentivos fiscais do imposto sobre a renda, previstos no DL 880, e do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias, previstos na Lei 2.469, que perderam o prazo de opção para aplicação direta em projeto aprovado pelo Geres; dividendos, bonificações e outros rendimentos derivados das aplicações desta subconta além de outros recursos. O terceiro tipo de recursos é fruto de inversões financeiras Funres/SIF e o quarto tem nas operações de crédito e aplicações a fundo perdido Funres/SOC a sua base.

FINALIDADES

O Espírito Santo, nos seus setores industriais, agropecuários, de pesca e de turismo, hoje conta com total apoio dos recursos do Funres. Qualquer tipo de investimento atualmente de êxito nessas areas não pode prescindir deste sólido respaldo financeiro.

Através dele proporcionou-se, nesses dez anos, a entrada de novas unidades produtoras no mercado, aumentou-se a capacidade nominal instalada de unidades produtores existentes e propiciou-se maior produtividade, com redução nos custos de produção, além de sofrido melhoria sensível a qualidade dos bens de serviços produzidos.

Junte-se a este detalhe importante o fato de excepcionalmente, o Geres ter apoiado empreendimentos já executados e que estiveram ou que estejam sofrendo processo de descapitalização, observadas as condições por ele estabelecidas, além da viabilidade do empreendimento.

APOIO FINANCEIRO

Para qualquer investidor capixaba não é difícil ter acesso ao apoio financeiro do Geres. Em primeiro lugar as decisões sobre sua concessão baseiam-se na viabilidade do investimento. Se for demonstrada a viabilidade, se ficar evidenciada a suficiente qualificação cadastral, técnica e gerencial para conduzi-la, se as obrigações assumidas anteriormente perante o Geres tenham sido atendidas; se a empresa interessa adota requisitos tecnológicos mínimos para a conservação de recursos naturais renováveis e se o investimento não se destinam à exploração da pecuaria bovina e reflorestamento — se estas condições estão supridas, o apoio é imediato.

Ao investidor bastará escolher uma das quatro formas de apoio financeiro dado pelo Grupo Executivo de Recuperação Econômica do Espírito Santo, que são: subscrição de ações; operações de credito; aquisição de debêntures e operações a fundo perdido.

AS PRIORIDADES

A escalada de sucesso nas atividades do Geres no Estado está definida e tem sua grande base na sua filosofia de atuação, baseada nos critérios de prioridade. Os projetos até agora aprovados são classificados segundo a faixa de necessidade que definem o percentual de incentivos fiscais a serem concedidos, tudo isto respeitando-se o limite máximo de 75% e o mínimo de 25% do investimento total.

Dentro desse critério, cabe ao Geres ajustar, ainda, o montante de incentivos fiscais com o objetivo de se alcançar uma composição adequada de fontes.

Os critérios que determinam a classificação do empreendimento compreendem: Localização, Dimensão, Integração, Geração de Renda e Geração de Emprego. Este esquema, que vem sendo a mola mestra dos entendimentos entre o órgão e a iniciativa privada no Estado, tem demonstrado suficiente acerto. E é por isto que, nesses dez anos consecutivos de participação no progresso capixaba, todas as suas iniciativas alcançaram o objetivo desejado.

Atuando em diversas áreas de aplicação de capital, como suporte aos empreendimentos, também ressalta-se nos objetivos do Geres sua sintonia com os interesses do Estado, só permitindo e apoiando iniciativas que realmente venham ao encontro do desenvolvimento capixaba. Assim é que durante uma década conseguiu-se dar ao Espírito Santo a real dimensão de suas bases desenvolvimentistas, racionalizando-se os investimentos por área de real interesse e dando-se ao investidor efetivo caminho para os seus almejados sucessos.

Eurico: futuro promissor

Musso Leal: seriedade e trabalho

Gaúchos devem exportar mais de US$ 2 bilhões neste ano

Porto Alegre — O Rio Grande do Sul tradicionalmente participa em media com 14% do global das exportações brasileiras, sendo que somente o setor agricola neste ano, deverá contribuir com pelo menos 10% da meta fixada pelo Governo de exportar US$ 20 bilhões.

A participação gaucha na renda externa do Brasil se amplia em 1980 em função do excelente desempenho das safras agricolas no Estado, com colheitas recordes e rendimentos acima dos niveis normais alcançados em anos anteriores. O incremento das lavouras, favorecerá também uma maior participação do estado no global das exportações brasileiras (incluindo produtos agricolas, manufaturados e transações especiais).

PREÇOS MINIMOS

Para se ter uma ideia do quanto será significativa a colheita de grãos do Rio Grande do Sul, ela contribuirá neste ano com 12 milhões de toneladas, do total de 52 milhões t de grãos que se espera colher em todo o pais o que representa pouco mais de 20%.

A politica de preços minimos, de certa forma, influiu no crescimento da agricultura e na expansão de áreas agricultáveis, mas não foi o fator determinante, pelo menos ate a poucos anos atrás, quando os preços eram desestimulantes e as safras eram comercializadas ao sabor das cotações de mercado. Além disso, a pecuária — um setor importante e tradicional no Estado — foi perdendo terreno para a agricultura graças a sua dificil situação econômica, que penalizava os estancieiros, proporcionando-lhes mais dividas do que propriamente lucros.

A partir do ano passado, com o ingresso do ministro Delfim Neto no Ministério da Agricultura e para atender a determinação do Presidente Figueiredo em dar prioridades ao setor agricola, e que os preços minimos fixados começam a compensar os custos de produção do lavoureiro, estimulando-o ainda mais a plantar. Os preços minimos fixados entre julho e agosto do ano passado — válidos para as atuais safras — visavam também a compensar as perdas sucessivas dos agricultores experimentadas nos anos de 78 e 79, em função de frustrações ocasionadas pela seca na região Sul.

O Secretário de Fazenda, Sr Mauro Knijnik, admite que a politica de preços minimos tem sido instável, pois ha periodos em que é ofertado um preço justo e remunerador e outros, em que os preços não são compativeis aos custos de produção. Ele defende uma projeção dos preços a médio prazo dos bens produzidos, a ser feita pelo proprio produtor, a fim de que o mínimo seja fixado com mais critérios. Exemplificou o caso do trigo, por exemplo, que em epocas em que o preço era baixo, fez com que o pais tevesse (e tem) que importar o cereal em quantidades significativas.

O Secretario de Agricultura, Sr Balthazar de Bem e Canto, no entanto, crê que a partir da prioridade dada a agricultura pelo governo federal, a politica será mais uniforme e compensadora. "Pela primeira vez, em 79, os preços minimos foram muito compensatorios, e com isso os agricultores se lançaram a expandir suas areas e a diversificar suas culturas".

APOIO

Destacou o apoio que o Governo Federal vem dando ao setor, atendendo, na medida do possivel, a todas as reivindicações dos agricultores gauchos. Não é para menos, pois graças ao empenho do governo estadual na pessoa do Secretário de Agricultura junto a área federal, e as mobilizações dos agricultores gauchos, foi conseguida a queda do confisco cambial sobre a soja (determinada no pacote de dezembro) e a elevação dos tetos de valores basicos de custeio para o trigo, que eram duas das grandes preocupações dos produtores gauchos.

Para o arroz, cujo preço minimo de Cr$ 320 (fixado em agosto) já estava defasado no final do ano passado, também foi encontrada uma solução, depois de tanto insistir o secretário gaúcho junto ao governo federal, temeroso de que os orizicultores poderiam reagir negativamente na proxima safra, diminuindo suas áreas de plantio.

A resposta dos agricultores gauchos para a prioridade a agricultura e aos preços minimos mais remunerados foi muito positiva. De soja, serão colhidas 6,1 milhões de toneladas, a maior produção dos últimos anos, para uma área que inclusive sofreu alguma redução. O rendimento medio por hectare da soja esta abaixo do registrado em 1977 (último ano bom para a agricultura no Estado), mas mesmo assim é significativo: 1.565kg/ha. O aumento verificado na safra deste ano, em relação a do ano passado — frustrada com a seca — será de 84%.

De milho, a surpresa também será boa, pois a colheita indica uma quantidade de 3,2 milhões t, safra nunca vista antes em toda a historia do milho no Rio Grande do Sul. A área foi ampliada para 1,8 milhões de hectare e o rendimento para 1.770 kg/ha, o que pesou significativamente para a boa safra gaucha deste ano. É bom lembrar que a ultima safra recorde de milho havia sido de 2,6 milhões t em 1977.

SAFRAS DE VERÃO

Das três grandes safras de verão, o arroz é um dos mais importantes, pois por ser toda ela tecnificada (irrigada) sempre foi uma cultura estavel, indicando pequenos decrescimos de produção. A exemplo da soja e do milho, também o arroz terá uma colheita superior aos anos anteriores: 2,1 milhões t (26% a mais do que em 1979) para um rendimento médio de 3,610 kg/ha. A área do arroz sofre muito pouca alteração em função de estar praticamente limitada à região Sul do Estado e zonas da fronteira com o Uruguai e Argentina.

A grande incógnita — como ocorre todos os anos na epoca do plantio — é novamente o trigo. Cultura difícil e frágil diante das intempéries e doenças fúngicas, o trigo depende ainda da boa disposição dos agricultores em aceitarem ou não a politica oficial. Neste ano o preço minimo fixado (Cr$ 710) foi considerado até que satisfatório (está abaixo apenas Cr$ 150 do custo levantado pelo Fecotrigo), mas certamente sofrerá revisão nesta epoca, pois quando foi fixado os custos eram outros. A grande expectativa dos triticultores se referia aos VBC, que graças ao empenho do governo estadual foi alterado e é calculado agora sobre a maior média de produtividade dos últimos anos (e não mais sobre a média de produtividade dos últimos cinco anos), que no caso do Rio Grande do Sul foi de 1.200 kg/ha, alcançada em 78. Mas a expectativa dos triticultores sobre os valores de custeio provocou um atraso na semeadura do trigo, impossibilitando qualquer previsão sobre área a ser plantada neste ano. Além disso, os órgãos ligados ao setor agricola não arriscam mencionar qualquer previsão de trigo neste ano, por ser uma cultura "imprevisivel". Se considerarmos os anos anteriores, no entanto, a área poderá ficar entre 1 e 1,2 milhão de hectares, para uma produtividade média entre 900 e 1.200 kg/ha. Ainda no plano das hipóteses, a colheita poderá situar-se entre 1,2 e 1,5 milhão t.

Diante desse desempenho da agricultura gaucha, as exportações do Estado poderão chegar a US$ 2 bilhões, referentes apenas ao setor agricola.

Petrobrás mantém otimismo na perspectiva de novos poços

A Petrobrás se mostra otimista quanto ao substancial aumento na produção brasileira de petróleo em 1980. Para tanto, a empresa pretende investir Cr$ 59 bilhões na exploração e produção, ou sejam, 64% do montante de Cr$ 92 bilhões previstos para serem aplicados em todas as áreas em que atua, incluindo refinação, transporte, comercialização e a intensificação do desenvolvimento de fontes alternativas de energia.

O presidente da Petrobrás, Shigeaki Ueki, informou que no primeiro trimestre deste ano, a empresa investiu na área de exploração e produçao Cr$ 11,2 bilhões, o que representa um aumento de 124,8% sobre o mesmo período de 1979. Os investimentos totais do sistema Petrobras atingiram Cr$ 19,6 bilhões nos três primeiros meses de 1980, significando um crescimento de 71,8% sobre o mesmo periodo do ano anterior.

EXPLORAÇÃO

Afirmou o Sr. Shigeaki Ueki que os recursos a serem aplicados na exploração e produção em 1980 serão 27% superiores aos destinados a este setor em 1979.

As atividades de exploração da Petrobras em 1979 — explicou — desenvolveram-se nas bacias sedimentares terrestres do Alto Amazonas, Maranhão, Barreirinhas, Alagoas, Recôncavo e Paraná e nas bacias marítimas da Foz do Amazonas, Pará-Maranhão, Piauí-Ceará, Potiguar, Bahia-Sul, Espírito Santo, Campos e Santos.

Segundo ele, os trabalhos exploratórios permitiram a verificação de novas ocorrências ou extensão de ocorrências em várias bacias sedimentares. Em terra, um poço em Sergipe revelou-se produtor de óleo e outro, na Bahia, produziu gás. Na plataforma continental, dois poços no Ceará, um na Bahia e quatro na Bacia de Campos mostraram-se produtores de petróleo.

Revelou que em 1979 elevou-se a Cr$ 12 bilhões os recursos aplicados na pesquisa de areas produtoras, apresentando crescimento real de 26,4% e correspondente a 23,4% do investimento global da Petrobrás.

— Este ano — disse — a ênfase na atividade exploratória sera caracterizada pela intensificação na aplicação de recursos proprios, pelo aumento da produtividade dos meios disponiveis e pela coordenação de recursos de terceiros, sob a forma de contratos de risco. O objetivo desta politica é a de concluir a avaliação do potencial petrolifero do pais no mais curto espaço de tempo possivel. Acrescentou que será também incentivada a participação do empresariado nacional nessa atividade.

Revelou que com aquele objetivo os trabalhos sismicos a serem realizados diretamente pela Petrobrás em terra terão aumento de 126% em relação ao programa de 1979, especialmente nas bacias do Amazonas, Maranhão e Parana, tendo em vista os recentes desenvolvimentos na tecnologia de levantamentos sismicos.

AS RESERVAS

As reservas brasileiras de petróleo situavam-se em dezembro de 1979 em 1 bilhão 264 milhões de barris (incluindo 16,3 milhões de barris de liquido de gás natural). Este número significou um aumento de 10,6% sobre o existente no ano anterior.

Para o presidente da Petrobrás, "o resultado representa novo recorde nos valores retrospectivos das reservas nacionais de petróleo, mantendo tendência crescente já verificada no ano anterior. Pela primeira vez — destacou — as reservas acumuladas de óleo da plataforma continental — avaliadas em 667 milhões de barris — superaram as das bacias terrestres, que montavam, ao final do ano, a 597 milhões de barris.

Esclareceu o Sr Shigeaki Ueki que o acréscimo no nivel das reservas "deveu-se em grande parte ao esforço desenvolvido pela Petrobrás na plataforma continental, cujas reservas registraram aumento de 30,1% em relação a 1978. "Percentualmente, a maior variação ocorreu nas bacias do Ceará e do Rio Grande do Norte, onde o crescimento foi da ordem de 43%, seguindo-se a Bacia de Campos, cujas reservas foram de 35% superiores às de 1978.

Ele forneceu outros números: as reservas de gás natural foram avaliadas em 45,1 bilhões de metros cubicos, com acréscimo de 693 milhões de metros cubicos, ou 1,6% em comparação aos valores obtidos em 1978.

A PRODUÇÃO

O presidente da Petrobrás argumentou que a expressiva contribuição dos campos maritimos não so permitiu, em 1979, compensar o declinio da produção terrestre, como também superá-lo, invertendo a tendência declinante registrada nos últimos anos em relação à produção total do país. Assim, no ano passado a produção brasileira de petróleo foi superior em 3% ao volume obtido em 1978, com o total de 62 milhões 443 mil 995 barris, com a media diaria de 171079 barris, contra 166.071 barris no ano anterior.

Para o Sr Shigeaki Ueki, a produção deverá ser bem mais expressiva em 1980, em face dos projetos em execução na Bacia de Campos, litoral do Ceará e do Rio Grande do Norte.

O aumento na produção em 1979 deveu-se principalmente à maior participação dos campos matítimos do Rio Grande do Norte e do Rio de Janeiro. Eles tiveram incremento de, respectivamente, 130% e 88%, e a produção dos 13 campos juntos alcançou 20 milhões 763 mil 158 barris, o que significa aumento de 31,3% em confronto com o ano de 1978. A produção dos 61 campos terrestres somou 41 milhões 680 mil 837 barris, o que representou uma queda de 7% comparado com o numero de 1978.

ANTECIPAÇÃO

— Em 1980 continuará sendo preocupação da Petrobras — afirmou — a colocação das jazidas descobertas em regime operacional no mais curto prazo possivel. Para tanto — disse — prosseguirão os programas especificos de produção antecipada na Bacia de Campos, no litoral da Bahia e do Ceara, alem da construção de plataformas fixas moduladas que permitirão rapida entrada em operação dos campos descobertos em lâmina d'agua de até 50 metros.

Lembrou que duas plataformas fixas para produção maritmma foram instaladas no ano passado, sendo uma no campo de Xeréu, no Ceará, e outra em Ubarana, Rio Grande do Norte. Quatro outras encontram-se em construção: uma para o campo de Curimã (CE), duas para os campos de Camorim e Dourado (SE) e outra para a área do poço 1-BAS-37, no litoral da Bahia. Para a Bacia de Campos foram contratadas a construção de quatro plataformas, sendo duas para a área de Namorado e duas para o campo de Cherne.

CONTRATOS

Até o final do ano passado, foram assinados 49 contratos de risco, com a área total dos blocos abrangendo 335 mil 115 km quadrados, e compromisso de aplicações minimas obrigatórias de 329 milhões 325 mil dólares, de parte das companhias contratadas.

Estes investimentos — afirmou o Sr Ueki — envolvem levantamentos de 38 mil 75 quilometros de linhas sismicas, estudos tecnicos e a perfuração de 44 poços pioneiros. Além disso — assinalou — os contratos com opção de perfuração apresentam possibilidades de investimentos adicionais de 177 milhões 490 mil dólares e perfuração de mais 47 poços pioneiros.

O presidente da Petrobrás fez um balanço das atividades desenvolvidas pelas empresas sob contrato de risco em 1979: foram executados 8,8 mil quilômetros de linhas sísmicas e perfurados 19 poços, sendo 12 da bacia de Santos e sete na bacia da Foz do Amazonas. Os poços concluidos e em perfuração totalizaram 68 mil 33 metros perfurados, com custo global da ordem de 132 milhões de dolares (Cr$ 6 bilhões 864 milhões).

Revelou que alguns poços revelaram indicios de oleo ou gás, porém sem interesse comercial. Os resultados mais significativos, no entanto, foram obtidos na bacia de Santos pela British Petroleum, pelo Esso e pelo grupo Pecten/Chevron/Marathon.

Acrescentou que neste ano a Petrobras realizará a quarta licitaçao, à qual se candidataram 14 companhias, isoladamente ou associadas, apresentando 34 propostas para operar em parte dos 123 blocos de terra e da plataforma continental colocados em concorrência.

REFINO

A politica de refinação em 1980 adotada pela Petrobras, segundo seu presidente, se concentrara na adaptação gradual do parque de refino as condições do mercado interno de derivados e das perspectivas de maior disponibilidade de petróleos pesados no mercado internacional.

Assegurou que o processamento de matérias-primas pelas refinarias da Petrobras deverá alcançar este ano 66,7 milhões de metros cúbicos, com aumento de 4,4% sobre 1979. Este nivel operacional permitirá a produção de 59,1 milhões de metros cubicos de combustiveis, 4,5 milhões de metros cubicos de matérias-primas petroquimicas, 1,4 milhão de toneladas de asfalto e 600 mil metros cúbicos de oleos lubrificantes, alem de derivados especiais em menor escala.

— O programa de operação do parque de refino foi preparado com base na mais recente estimativa do comportamento do mercado nacional de derivados, e levando em consideração tambem as medidas governamentais para redução da demanda de produtos como o oleo diesel, oleos combustiveis e gasolina, afirmou.

Citou entre as mais expressivas realizações da Petrobrás no setor, a entrada em operação, em março último, da refinaria de São Jose dos Campos — Revap, a 11ª unidade do parque industrial da companhia. Localizada no Km 314 da Via Dutra, a Revap acrescenta a capacidade nominal de 30 mil metros cubicos diarios ao parque nacional de refino.

Destacou que a Petrobrás dará ênfase especial neste ano aos projetos e investimentos para o desenvolvimento de fontes alternativas de energia. Será iniciada a construção da primeira etapa da Usina Industrial de Xisto de São Mateus, no Paraná. Em 1979 tiveram prosseguimento as atividades da Usina Prototipo de Irati, que desenvolveu estudos e pesquisas relacionados ao aproveitamento dos finos de britagem e do xisto retortado, com a preservação do meio-ambiente, a recuperação e revegetação dos solos minerados e o levantamento de recursos hidricos na área de São Mateus do Sul.

Acrescentou que foram assinados em 1979 contratos de fornecimento de tecnologia industrial e prestação de serviços técnicos especializados com a Krupp Koppers, da Alemanha Federal, relativos aos projetos de engenharia básica da usina de São Jerônimo, a ser instalada no Rio Grande do Sul. Prosseguiram tambem os estudos junto à Sidersul, referentes à usina de Gaseificação de Santa Catarina, que produzirá gás para a fabricação de ferro-esponja.

Destacou ainda os estudos desenvolvidos o ano passado na área do alcool para fins carburantes, em adiçao à gasolina. Na usina de alcool de Curvelo, em Minas, desenvolveram-se os trabalhos de aperfeiçoamento do processo produtivo e dos equipamentos.

Empresário diz que Governo provou confiar na vitória sobre inflação

Com o nível de inflação esperado de no mínimo 60 a 65% e um crescimento da ordem de 5 a 6%, o nível de expansão de crédito de 45% configura uma construção real de 19%. Embora concorde com o Ministro Delfim quando diz que se queremos combater a inflação temos que manter a massa monetária sob controle, a um nível da expectativa da inflação, sob pena de estarmos ratificando a mesma, ainda assim me parece que houve erro de dosagem, já que a contração proposta é drástica e recessionária.

Esta afirmação é de Paulo José Possas, conselheiro da Corporação Bonfiglioli, para quem o Governo, e no caso, o Ministério do Planejamento desejou acima de tudo dar uma prova psicológica de confiança, na vitória sobre a espiral inflacionária. "Creio que se deveria estar preparado para rever estes índices trimestralmente", acrescenta, "pois o preestabelecimento dos 45% por um ano contêm riscos enormes justamente para não se saber qual o montante real de realimentação da chamada inflação corretiva do segundo semestre do ano passado".

Segundo ele, essa revisão se torna extremamente necessária tendo em vista que o nível de 45%, visto hoje, já é um tanto irrealista. Neste contexto, torna-se claro que foi deixada uma válvula de escape nas operações com moedas estrangeiras, mas estas não substituem completamente o crédito bancário, mais ágil e mais simples. Além disso, defrontamonos com a existência de uma terceria parte, e que é o fornecedor de recursos no exterior.

"Felizmente as quedas das taxas de juros internacionais, que já eram previstas, se aceleraram de forma até surpreendente, o que diminui o hiato entre taxas internas tabeladas e taxas externas flutuantes. Vislumbra-se assim, a existência de três mercados separados com três tipos de clientes, igualmente separados". Primeiramente os que possuem alto prestígio e que por sua própria condição conseguem renovar suas linhas de desconto. Estes são seguidos por outra gama de clientes menos qualificados que serão abastecidos ao menos parcialmente em recursos de 63, com custos bem mais caros. O terceiro segmento será a importante parcela representada pelas pequenas e médias empresas que ficarão com crédito realmente dificultado. Inclusive, corre-se o risco de ver florescer um mercado paralelo de descontos.

"Isto sera evitável — diz Possas — desde que o Governo mantenha a roupa justa, mas não estrangulada, isto é, que o crédito seja apertado, mas não inexistente.

FILOSOFIA

Ao fazer referência ao IOF, o conselheiro da Corporação Bonfiglioli acentua que um mesmo decreto trouxe duas medidas filosoficamente diferentes. Uma delas, a imposição de 6,9% sobre operações de crédito, representa o aumento da alíquota de um imposto já existente e cujos objetivos são o aumento da arrecadação fiscal e equilíbrio maior entre custos internos e externos do dinheiro.

A outra, sobre o câmbio, representa um novo imposto, que embora tenha impacto na receita fiscal da União, tem como objetivo principal encarecer de forma não tarifária as importações. "Representa, na verdade, a metade da criação de um sistema de biparidade cambial.

Esse sistema, que foi aplicado na França e na Bélgica nos meios dos anos 70, separa as taxas de câmbio em comercial e financeira. Dado que o Governo pré-estabeleceu o nível de 45% para desvalorização do cruzeiro — assumindo certo compromisso com os tomadores de recursos externos — o recrudescimento da inflação no Brasil, associado à recessão nos Estados Unidos, indica que chegaremos ao final do ano com uma sobrevalorização da ordem de 10 a 15% do cruzeiro, o que é fortemente desestimulador para as exportações brasileiras" — assinalou Possas.

Com o IOF, o Governo criou metade da taxa comercial — na importação. Por isso, o conselheiro Possas crê ser mais saudável abrir mão dessa receita a partir de setembro para adotar o sistema de biparidade. O dólar comercial seria implantado desde já para as exportaçoes com um diferencial crescente sobre o dólar financeiro até atingir a 10% de diferença em primeiro de setembro, quando se extinguiria o IOF no câmbio das importações. "Esse sistema — inclusive — é mais simples, envolvendo menos custos administrativos que o próprio IOF."

Neste contexto, surgem dois "cavat": o hiato entre as duas taxas que não deve ultrapassar 10 a 15%, pois "do contrário haveria forte estímulo à fraude; e, o fato de que o sistema não deve durar menos de um ano e mais de três". "É evidente que este conjunto de medidas restringe bastante a capacidade de manobra do sistema financeiro e um momento em que os custos administrativo e de pessoal estão pressionando. Daí a inquietude dos banqueiros."

COMO CRESCER

Este, porém, não foi o caso do Banco Auxiliar, empresa líder do Sistema Financeiro Auxiliar, que afortunadamente encontrava-se há três anos em constante ganho de fatias do mercado, a ponto de ser atingido no ano passado o oitavo posto entre os maiores bancos privados do País.

De acordo com o Relatório Anual do Sistema Financeiro Auxiliar, o banco encerrou 1979 com depósitos globais (à vista e a prazo) de Cr$ 17 bilhões, o que significa uma expansão de 104,8% em relação aos Cr$ 8,3 milhões registrados em 31 de dezembro de 1978. Esse avanço já se registrava a partir do primeiro semestre do ano, quando os depósitos somaram Cr$ 12,6 milhões.

Os dados demonstram que os depósitos à vista cresceram 98,2% no ano passado, quando houve um saldo de Cr$ 5,5 bilhões (31 de dezembro de 78) para Cr$ 7,1 bilhões no primeiro semestre de 79, atingindo Cr$ 10,9 bilhões em dezembro do ano passado. Esse crescimento atesta o esforço que vem sendo desenvolvido pela instituição, através de suas 120 agências, no sentido de ampliar o leque de captação no mercado nacional. Somente em depósitos à vista, a participação do Auxiliar passou de 1,8% para 2% no ano passado, sendo meta atingir no primeiro semestre do corrente ano uma participação de 2,4% (no total dos depósitos à vista) devendo assim alcançar a cifra aproximada de Cr$ 13,5 bilhões.

EXPANSÃO DAS ATIVIDADES

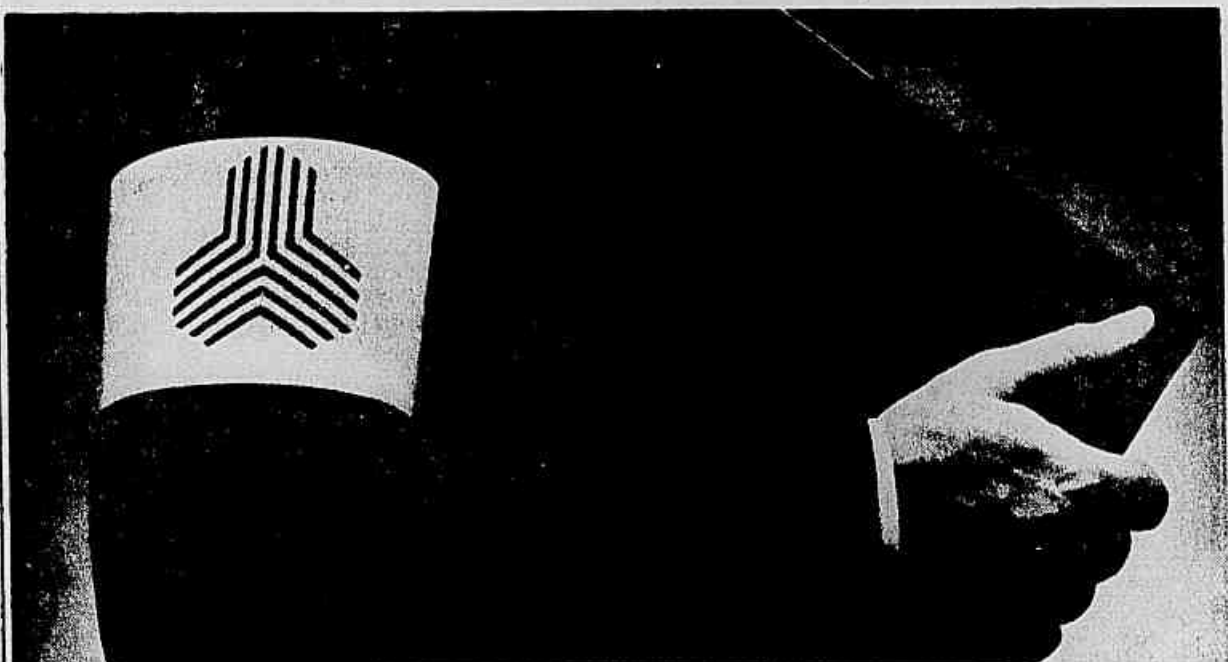
Igual ritmo de expansão foi experimentado nos depósitos a prazo. Estes cresceram 118% no ano passado, quando eram de Cr$ 2,8 bilhões (31 de dezembro de 78) saltando para Cr$ 5,5 bilhões no primeiro semestre de 79 e alcançando Cr$ 6,1 bilhões em dezembro último. O objetivo para este primeiro semestre do ano é o de alcançar Cr$ 7,5 bilhões, o que significará uma participação de 4% no total dos depósitos a prazo captados no País.

Quanto à arrecadação de tributos e encargos sociais, o Auxiliar atingiu cerca de Cr$ 1 bilhão em 1.979, contra os Cr$ 566 milhões registrados em 1.978, o que assegurou uma participação de 1,8% no mercado. Também aqui, as perspectivas são de que se aumente a fatia de mercado para 2,4%, com uma arrecadação de Cr$ 1,5 bilhão.

Por sua vez, os empréstimos do banco comercial cresceram 101%, alcançando no final do ano passado, o total de Cr$ 19,3 bilhões, contra Cr$ 9,6 bilhões em 1.978. Para este primeiro semestre, a meta é alcançar Cr$ 26,9 bilhões, o que significará uma participação de 1,9 para 2,1% nos empréstimos concedidos pelo sistema bancário nacional.

Os repasses de recursos do banco também apresentaram evolução. Em repasses internos, no ano passado, atingiu-se Cr$ 3,1 bilhões, enquanto em 1978 estes totalizaram Cr$ 1,7 bilhão. Quanto aos repasses externos, através da Resolução 63, o Auxiliar atingiu Cr$ 2,7 bilhões, contra os Cr$ 934 milhões em 1978. Para este ano, o banco espera significativa evolução nos repasses de recursos, principalmente dos externos.

Na área de câmbio houve forte expansão das atividades, apresentando um volume de Cr$ 1,8 bilhão apenas com adiantamento de contrato de câmbio para exportações, o que situou o Auxiliar entre os primeiros bancos brasileiros em volume de negócios nesta área.

As receitas operacionais do Auxiliar foram de Cr$ 4,5 bilhões no ano passado, configurando-se, portanto, 117% superior aos Cr$ 2,1 bilhões registrados em 1979. O resultado negativo de Cr$ 103 milhões em 1978 transformou-se, ao final de 1979, em resultado positivo de Cr$ 438 milhões

O Distrito Industrial de Juiz de Fora, com mais de 4 milhões de metros quadrados, está inteiramente ocupado

Mello Reis garante: Juiz de Fora é a melhor opção de investimento

Assegurar o desenvolvimento industrial de Juiz de Fora e de toda a região por ela polarizada tem sido preocupação permanente do prefeito Mello Reis pois, afinal, este é o investimento de maior rentabilidade pelos seus reflexos sociais. Na consolidação do Pólo Siderúrgico representado pela Mendes Júnior, na efetivação da Companhia Paraibuna de Metais que reduzirá de forma significativa as necessidades nacionais de importação de zinco e na transferência da fábrica de bicicletas da Monark para o Distrito Industrial de Juiz de Fora, a administração municipal vem realizando um intenso trabalho cuja avaliação não se limita aos números presentes, mas, sobretudo, nas perspectivas que se abrem às novas gerações.

Garantidos estes três grandes projetos e outros de expressão equivalente que se fixaram no Distrito Industrial, o prefeito Mello Reis passou a recomendar aos órgãos competentes da Prefeitura, o florescimento de uma série de obras de suporte e infra-estrutura urbana de modo a sustentar essa arrancada. É que, na verdade, o município nunca viveu um ciclo de desenvolvimento onde as atividades se conjugassem e abrissem espaços para os estágios seguintes. Hoje, paralelamente ao desenvolvimento industrial, a cidade recebe um programa harmônico de obras e serviços capaz de manter e melhorar os padrões de vida da população, transformando os reflexos deste crescimento em benefícios para toda a comunidade.

APOIO AOS PEQUENOS

Mas estas preocupações não se limitam apenas aos chamados grandes projetos: na semana passada, por exemplo, o prefeito Mello Reis assinou convênio com o Centro de Apoio à Pequena e Média Empresa destinado à contratação de orientação técnica para a implantação do sistema de fomento à pequena e micro-empresa, um dos 11 componentes do Projeto Cidades de Porte Médio, conquistado pela prefeitura junto ao Banco Mundial depois de dois anos de intensos trabalhos dirigidos pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento.

Seguindo uma política de carrear para o município indústrias de grande porte e ao mesmo tempo apoiar aquelas já instaladas em Juiz de Fora, o prefeito Mello Reis colocou em funcionamento no último dia 24 o sistema de fomento a pequena e micro-empresa. Este programa procura estabelecer um sistema integrado de apoio ao setor de malharias, confecções e calçados e tem como clientela básica tanto as empresas formalmente instaladas como as unidades produtivas, hoje chamados de informais. Estes ramos industriais ocupam hoje cerca de 10 mil pessoas e estão, sem sombra de dúvida, entre os principais da cidade.

O investimento previsto, com recursos do Projeto Cidades de Porte Médio/Banco Mundial chega a Cr$ 96.300.000,00 que somados às necessidades de capital de giro para a Central de Insumos e ao fundo para assistência financeira ao setor perfaz um montante de Cr$ 203 milhões a preços de abril deste ano.

Além do apoio gerencial, financeiro, técnico e tecnológico, o programa implantado pela prefeitura de Juiz de Fora prevê, também, a criação em área de cerca de 110 mil metros quadrados de um Distrito Industrial especializado, com lotes a serem vendidos às indústrias que se interessarem e aderirem ao programa. Neste Distrito haverá um núcleo de apoio à indústria de malharias e confecções e um composto de uma Central de Insumos, Central de Serviços de Assessoria Promocional. A Central de Insumos, deverá vender às empresas formais e à associação das Informais matérias-primas e materiais secundários a preços e condições atrativas. A Central de Serviços prestará assistência nas áreas contábil, jurídica e administrativa. O núcleo será dotado, também, de uma moderna oficina para manutenção e reparo de equipamentos das fábricas e terá um grande salão para exposições feiras e desfiles, além de um amplo anfiteatro. Ainda no Distrito Industrial será erguido um galpão de 4 mil metros quadrados, dividido em 20 boxes de 200 metros quadrados cada, que serão vendidos ou alugados às indústrias do setor.

O Parque Industrial de Juiz de Fora é hoje uma realidade — garante o prefeito Mello Reis — que vem enfatizar uma das características básicas da cidade e por sua vez da região: a personalíssima tendência para o crescimento e o progresso. Esta tradicional vocação para o desenvolvimento, que fez de Juiz de Fora uma das maiores metrópoles do país, consolida-se, agora, com a implantação de uma das metas básicas do governo que é a descentralização industrial. Dessa forma — conclui — o Polo Industrial de Juiz de Fora permanece como uma das mais viáveis e seguras opções para a implantação de indústrias.

Uma apreciação da economia cearense e seu desempenho governamental

A apreciação do comportamento da Economia do Estado do Ceará, no decorrer do ano de 1979, enseja a visualização de dois aspectos bem distintos que, sem se constituírem novidades nem parecem surpresas, apresentam grande utilidade para o Governo e os Empresários.

Uma dessas constatações refere-se às reais e efetivas possibilidades que já tem o Ceará de prosseguir de maneira firme no desenvolvimento do seu setor Industrial e de manter o bom desempenho do setor Serviço.

A outra realidade se prende ao fato de o setor agropecuário cearense, em que o Governo Virgílio Távora vem mantendo maiores cuidados, e onde estão sendo aplicadas políticas mais racionais, ainda apresenta-se muito vulnerável aos efeitos das irregularidades climáticas; com efeito a escassez de chuvas em quase todo o Estado, durante o ano de 1979, prejudicou em muito o desempenho do setor.

Faremos uma análise sucinta da avaliação desses setores e, concomitantemente, do desempenho das ações governamentais:

Setor Primário

No que concerne ao setor primário, dirigiremos a análise para a agropecuária, visto a importância que tem para o Estado; e para os programas importantes desenvolvidos no ano de 1979.

Se atentarmos para nossas principais culturas, que são algodão, milho, banana, caju, coco-da-baía, feijão, mandioca, entre outras, pode-se constatar o excelente posicionamento do Ceará, numa perspectiva regional. E mesmo, em certos casos, no cenário nacional.

Por exemplo, no tocante à produção de algodão em caroço, de banana e de caju, temos ocupado o 1º lugar na Região Nordeste, desde que examinemos dados referentes a essas culturas, de 1960 até os dias de hoje. Além disso, conforme cada caso, nossa produção tem oscilado entre duas e cinco vezes a média estadual observada no Nordeste.

Quanto à produção de coco-da-baía, deve-se notar que, em 1960 e 1970, o Ceará ocupava o 4º lugar no Nordeste. Ora, já em 1976 passara a ocupar o 2º posto e, nos dois últimos anos, tornava-se o maior produtor da Região (e também do País).

Para a produção de feijão, a posição ocupada pelo Ceará, no âmbito do Nordeste, tem sofrido algumas oscilações ao longo dos anos. Deve-se ressaltar que a cultura do feijão é daquelas mais sensíveis a variações das condições agro-climáticas, o que certamente explica tais oscilações. A título de exemplo, em 1960, o Ceará teve o 1º lugar na produção nordestina desta leguminosa; em 1970, o 3º lugar; e em 1975, 1976, 1977, 1978 e 1979, ocupou o 2º, 1º, 2º, 3º, e por fim, o 2º lugar.

Quanto ao milho, repetidas vezes o Ceará ocupou o primeiro posto no Nordeste. Contudo, em 1970, tivemos um 4º lugar. E, em 1978, cede posição para a Bahia e Pernambuco. Aliás, tanto no Ceará como em Pernambuco, recentes informações da SUDENE relatam, seja decréscimo da área cultivada (da ordem de 4% e 9%, respectivamente), seja declínio da produtividade, o que estaria a exigir especial atenção para o ocorrido.

Registre-se, porém, ser o milho uma das culturas, entre nós, mais sensíveis a variações das condições agro-climáticas. Ao contrário, por exemplo, da cultura da banana, que em geral é desenvolvida em terras úmidas. Ou do coco-da-baía e do caju, que predominam na faixa litorânea.

Já no tocante à produção de mandioca, ocupa o Ceará o 4º posição, após a Bahia (o maior produtor), Maranhão e Pernambuco. E para a cana-de-açúcar, ocupa o 5º posto no Nordeste, após Alagoas, Pernambuco, Bahia e Paraíba. Evidentemente, tendo em vista o atual programa energético brasileiro, há necessidade de ampliação dessas lavouras, para abastecimento em matéria-prima das usinas destinadas à produção de álcool-motor. Retornaremos a este último tópico, quando tratarmos do setor secundário.

Com relação à pecuária, somos o segundo Estado do Nordeste em número de cabeças de gado-bovino; o terceiro, em eqüinos, ovinos e aves. E estamos no 4º lugar, em suínos. No que diz respeito a qualidades, já dispomos de um rebanho bovino do mais alto padrão genético, tanto de raças zebuínas, como européias.

Conclui-se serem amplas as possibilidades do Ceará para atividades agropecuárias, mesmo as mais exigentes, e os acidentes climáticos têm atualmente muito menor influência sobre este setor da economia, do que há poucos anos. Além disso, deve ser ressaltada a política estabelecida no II PLAMEG, no que toca à formação e utilização racional de água, visando criar infra-estrutura ainda mais resistente às secas, através da instalação de pontos dágua disseminados nas zonas mais críticas, sejam poços, pequenos açudes, cisternas ou aguadas, além dos necessários estímulos para melhor utilização da água para fins de irrigação. Saliente-se ser esta uma das metas prioritários do Governo Virgílio Távora.

Convém destacar, ainda, as atividades envolvendo expansão da cafeicultura do sul do Estado e da Ibiapaba, garantia à formação de mudas, combate às pragas e doenças do cajueiro (no litoral cearense), combate ao moleque da bananeira, aquisição, comercialização e subsídios para sementes, combate às zoonoses, implantação de campos de forrageiras e apoio à colônias de pescadores etc.

Com o intuito de melhorar ainda mais a posição do Ceará no Nordeste, e por expansão, no Brasil, o governo do Estado vem desenvolvendo importantíssimos programas, como é o caso do POLONORDESTE, cuja finalidade é montar uma infra-estrutura de estradas vicinais, educação, saúde, assistência técnica, crédito, eletricidade, etc., atingindo as zonas de IBIAPABA, SERRA DE BATURITÉ, SERTÕES DE QUIXERAMOBIM E MÉDIO JAGUARIBE, SERTÕES DOS INHAMUNS E SALGADO, através dos Projetos de Desenvolvimento Rural Integrado (PDRI's) para cada zona mencionada.

Para se ter uma idéia da abrangência do programa, demonstramos a seguir a distribuição dos recursos aplicados somente no período abril-/dezembro-1979, para a sua administração.

POLONORDESTE

Distribuição de Recursos Aplicados na Administração — ABR/DEZ/79

DISCRIMINAÇÃO	Valor Aplicado (Cr$ 1.000,00)
-PDRI-DA IBIAPABA	6.717,4
-PDRI-DE BATURITÉ	3.153,8
-PDRI-SERTÃO DOS INHAMUNS ESALGADO	4.499,3
-PDRI-QUIXERAMOBIM EMÉDIO JAGUARIBE	3.722,5
TOTAL	18.093,0

O PROJETO CEARÁ também está sendo implantado pelo governo Virgílio Távora e contará com recursos estimado da ordem de 8,27 bilhões de cruzeiros com a participação do Banco Mundial (35%) e o Governo Federal (65%).

Em seu desenvolvimento, o Projeto Ceará terá uma ampla abrangência envolvendo as áreas de:

— Assistência Técnica e Extensão Rural;

— Reestruturação Industrial;

— Crédito Rural;

— Pesquisa e Experimentação Agrícola;

— Cooperativismo;

— Apoio à Comercialização;

— Abastecimento de Sementes e Mudas;

— Estradas Vicinais;

— Pequenos Negócios não-agrícolas;

— Sistema de Irrigação;

— Saúde;

— Educação;

— Saneamento entre outros.

No que concerne à implantação de infra-estrutura de apoio, já foi assinado contrato entre BNDE e o Governo do Estado do Ceará no valor de 1,7 bilhões de cruzeiros.

Dentre estes importantes programas, ainda, se destacam as atuações do PROJETO SERTANEJO e do PROTERRA, onde juntamente com o POLONORDESTE, o governo Virgílio Távora já aplicou mais de 56 milhões de cruzeiros na execução, no período Março a Dezembro de 1979, como mostra o quadro abaixo.

CEARÁ

Aplicação de Recursos por Programas Desenvolvidos no período 15/03 a 31/12/79

PROGRAMA	OBJETIVO	VALOR APLICADO (Cr$ 1.00)
POLONORDESTE	Promover o desenvolvimento rural do Nordeste.	18.793.474.00
PROTERRA	Redistribuir terras e estimular a agroindustria.	9.119.728.00
PROJETO SERTANEJO	Melhorar a estrutura produtiva do Nordeste semi-árido	28.220.538.00
TOTAL		56.133.740.00

FONTE: EMATERCE

Pode-se observar, também, no setor primário o desempenho do pescado, cuja produção de 1967 até 1977, chegou a multiplicar-se por dois. Note-se ser elevada a piscosidade da costa cearense, onde se sobressaem espécies nobres e de alto valor de mercado, como a lagosta, o pargo e o camarão, entre outras.

Em virtude disso, o governo do Estado vem apoiando esta área reativando e ampliando frigoríficos, investindo recursos da ordem de 3,4 milhões de cruzeiros, até março de 1980.

Deste modo, o Ceará participa, atualmente, com cerca 51% de toda a exportação de pescado no Brasil.

Setor Secundário

Na área industrial, convém ressaltar que o Ceará detém atualmente o maior parque de **confecções** do Nordeste. E o 2º posto na Região, na produção de **artesanatos metalúrgicos**, bem como na **indústria têxtil**. Nos demais gêneros industriais essa participação geralmente se situa em 3º lugar. Também é o Ceará o terceiro pólo de investimentos, a partir de recursos dos artigos 34-18 e FINOR.

Com o intujto de se discernir uma visão dinâmica da realidade cearense, no setor, seria interessante acompanhar alguns dados, ao longo dos três últimos anos (1977/1979). Para isso, consideramos os seguintes indicadores: produção e consumo de cimento, produção de álcool, arrecadação de IPI e consumo industrial de energia elétrica.

No tocante ao **consumo de cimento**, ocupamos o 3º posto do Nordeste, sendo o Ceará ultrapassado apenas por Bahia e Pernambuco. Quando à **produção de cimento**, apresentamos uma produção indiscutivelmente inferior às nossas necessidades e, também, às nossas reais potencialidades.

Com efeito, no Estado do Ceará, são extremamente favoráveis as condições para a ampliação de sua capacidade de produção de cimento, de vez que: I) há no território cearense reservas consideradas inesgotáveis de calcário e argila, além da ocorrência de gipsita em quantidades ponderáveis, especialmente na região nordeste do Estado; II) nos municípios onde ocorrem os citados minerais, que são matérias-primas utilizadas na fabrico de cimento, há boas condições de vias de acesso, eletrificação e demais economias externas necessárias à implantação e ao êxito dos empreendimentos. Assim, nesse ponto, o Ceará é privilegiado, pois conta com grandes jazidas de calcário na forma prontamente utilizável para teor de óxido de magnésio. Em síntese, a ampliação da produção cearense de cimento é uma iniciativa não apenas recomendável mas também oportuna.

Convém destacar aqui as nossas riquezas minerais como é o caso:

I) da **diatomita**, em vista das extensas jazidas existentes, que apenas esperam seu devido aproveitamento (a propósito, são reservas da ordem de um milhão de toneladas, que se equivalem em termos quantitativos e qualitativos às mais notáveis do mundo); II) da **bentonita**, também existentes em grande quantidade no solo cearense, que é uma argila plástico-coloidal com múltiplas utilizações na indústria petrolífera e siderúrgica, entre outras, havendo a destacar o notável crescimento do seu consumo, no Brasil, nos últimos dez anos; III) da **magnesita cristalina**, de que dispomos de reserva da ordem de 300 milhões de toneladas, uma dos maiores existentes no mundo, praticamente constituindo uma única jazida dentro de um perímetro de 80 Km na região de Jaguaribe; ora, a exploração da magnesita permitiria a instalação de indústrias produtoras de refratários e de magnésio metálico, com extensivo emprego nas indústrias automobilística, siderúrgica e de alumínio.

Voltando à análise de indicadores básicos do setor industrial, cabe também ressaltar, no tocante à **arrecadação de IPI**, que embora esteja o Ceará situado nitidamente abaixo dos níveis de arrecadação alcançados pelos Estados de Pernambuco e da Bahia, de qualquer maneira nossa situação é privilegiada com relação aos demais Estados da Região Nordeste, de sorte que também neste caso ocupamos o 3º lugar. No **Consumo Industrial de Energia Elétrica**, ficamos com o 4º lugar, em vista dos níveis de consumo de Alagoas, o que se explicaria pela proximidade de seus núcleos industriais com relação à usina de Paulo Afonso.

Deve-se ressaltar que, com o desenvolvimento do III PÓLO INDUSTRIAL DO NORDESTE, no Estado do Ceará, certas disparidades que mantemos com relação a Pernambuco e Bahia deverão ser gradativamente diminuídas. Aliás, o III Pólo já se encontra em plena operacionalização.

Ele tem como área de eleição natural a Região Metropolitana de Fortaleza composta de 5 (cinco) Municípios com 3.483 km². Isto não significa, no entanto, que seus efeitos não possam se irradiar a outras áreas do Estado. Tanto assim, que, dentro de seu elenco de metas, o III Pólo inscreve a implantação dos distritos industriais do CARIRI (Complexo BARBALHA / CRATO / JUAZEIRO DO NORTE) e das cidades de Sobral, Iguatu e Quixadá.

Suas atividades são bem diversificadas dando ênfase especialmente ao pólo metal-mecânico com incursões, também, em outros ramos como: têxtil, coureiro, confecções, calçados, alimentos, cerâmica, cimento, eletrônico e produtos petroquímicos finais.

Seus benefícios são bem abrangentes, principalmente, no que concerne à integração, que pode ser vista tanto a nível local como regional.

Essa integração envolverá não só as atividades primárias, através da extração mineral e da utilização de matérias-prima da agropecuária, inclusive da agricultura, como também outras indústrias locais e regionais.

Finalmente, o III Pólo propiciará abertura para os mercados local, regional e mesmo externo, na medida em que permitirá a implantação de indústrias de tamanho mais eficiente.

O III Pólo Industrial do Nordeste está sendo implantado pelo Governo Virgílio Távora, através de um conjunto de programas importantes que já possuem recursos disponíveis como demonstramos a seguir:

1º) PROGRAMA DE CONSOLIDAÇÃO INDUSTRIAL (PCI)

O governo dispõe de recursos do FINOR (139 milhões de cruzeiros), Governo Federal (226 milhões de cruzeiros), BNB (70 milhões de cruzeiros) e BANDECE (65 milhões de cruzeiros).

2º) PROGRAMA DE EXPANSÃO DE APOIO À PEQUENA E MÉDIA INDÚSTRIA

Neste programa o governo Virgílio Távora já dispõe de recursos do Governo Federal da ordem de 980 milhões de cruzeiros.

3º) PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO PÓLO TÊXTIL E DE VESTUÁRIO

Será aplicado, neste programa, recursos da ordem de 9,8 bilhões de cruzeiros propiciando a criação de 27.000 empregos diretos.

4º) PROGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DO PÓLO METAL — MECÂNICO

Com o Pólo Metal-Mecânico o governo irá investir recursos da ordem de 8,7 bilhões de cruzeiros, com maior destaque para a laminação de aços planos com a participação da SIDERBRÁS, cujos projetos de viabilidade econômica de engenharia de localização e de Infra-Estrutura estão concluídos este ano. Além disso, o maior grupo siderúrgico privado do País (Grupo Gerdal), implantará laminação de aços não-planos cuja importância em termos de economia e criação de novos empregos, é bastante significativo.

5º) PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA PESQUEIRA

Será elaborado o plano de pesca com recursos orçados em 20 milhões de cruzeiros.

6º) PROGRAMA DE APROVEITAMENTO DE NOVAS OPORTUNIDADES INDUSTRIAIS

Neste programa se destacam os estudos e pesquisas no setor de ALCOOL-QUÍMICA e serão investidos recursos da ordem de 10 milhões de cruzeiros.

7º) PROGRAMA DE APOIO INFRA-ESTRUTURAL

Destaca-se aqui a consolidação do Distrito Industrial de Fortaleza com recursos da ordem de 735 milhões de cruzeiros para a execução de diversos obras de infra-estrutura.

8º) PROGRAMA DE APOIO TECNOLÓGICO

Observa-se neste programa a preocupação do governo no Treinamento de mão-de-obra para efetuação de estudos e pesquisas em diversos ramos de desenvolvimento, através da consolidação do Núcleo de Tecnologia Industrial e a implantação do Núcleo de Tecnologia de Calçados e Afins.

Para isto, o o governo investirá recursos da ordem de 330 milhões de cruzeiros.

9º) PROGRAMA DE PROMOÇÃO INDUSTRIAL

Com este programa o governo está fornecendo informações sobre a oportunidade de investimentos industriais no Ceará e estará investindo no período 1979/83 recursos da ordem de 100 milhões de cruzeiros.

No III Pólo Industrial do Nordeste, no período Março a Dezembro/79, o governo Virgilio Távora já fez investimento em vários projetos entre os quais destacamos:

— Implantação do Núcleo de Tecnologia Industrial; Cr$ 1.413.000,00

— Sistema de Esgotamento do Distrito Industrial de Sobral; Cr$ 335.000,00

— Sistema Viário do Distrito Industrial do Cariri; Cr$ 300.000,00

— Implantação do III Pólo Industrial do Nordeste; Cr$ 2.249.000,00

Deste modo, podemos salientar que o interesse do III PÓLO INDUSTRIAL não se limita ao Ceará, onde afinal é bastante claro o papel que irá ali desempenhar, como núcleo dinâmico de irradiação do desenvolvimento econômico e, em conseqüência, capaz de dotar o Estado da base econômica adequada à sua evolução demográfica. Na verdade, a importância do III PÓLO INDUSTRIAL transcende os limites geográficos do Ceará, uma vez que traz implicações de ordem regional e nacional.

Setor Terciário

No que concerne ao setor terciário, selecionaremos um número limitado de indicadores, para fins comparativos: Arrecadação de ICM, Receita Tributária Municipal (capital), Movimento de Cheques Compensados e Títulos Negociados na Bolsa de Valores.

No que concerne à Arrecadação de ICM, o Ceará ocupa o 3º lugar, no Nordeste, após Bahia e Pernambuco. A mesma situação pode ser observada quanto à Receita do Município da Capital. Curiosamente, para o valor de Cheques Compensados. Tivemos posição de Liderança em 1970, e 2º lugar (após a Bahia), em 1977 e 1978. Quanto ao Valor Global de Título Negociados em Bolsa, há de se ressaltar o movimentação da Bolsa de Valores do Ceará; de um total negociado da ordem de 2 milhões de cruzeiros em 1977, já em 1978 ultrapassava-se o movimento da Bolsa de Pernambuco e apenas se era suplantado pela Bolsa da Bahia, o que representa, para uma entidade com tão poucos anos de existência, um resultado extraordinário.

Porém, não se deve esquecer a preocupação do governo com o subsetor bancário, onde através do Banco do Estado do Ceará (BEC) foram realizadas em 1979, 192.734 operações de crédito geral no montante de Cr$ 7.060.959.338,00 envolvendo o setor privado e governamental.

Já o Banco de Desenvolvimento do Estado do Ceará as operações se procedem como mostra o quadro abaixo:

CEARÁ

Recursos Liberados e Aprovados

Marco/ Dezembro — 79

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (Cr$ 1.000,00)
— RECURSOS APROVADOS	1.966.397
— RECURSOS LIBERADOS	850.935
— TOTAL	2.817.332

Outra área em pleno desenvolvimento no Estado do Ceará é o Turismo onde estão sendo reorientadas as atividades turísticas e dando-se novo impulso com a organização de Feiras e Promoção de Artesanato entre outras.

Governador Virgílio Távora

Bens de capital sob encomenda estão reivindicando reserva de mercado

São Paulo — O parque de bens de capital sob encomenda implantado com um investimento superior a 20 bilhões de dólares, hoje com boa parte de suas indústria ociosas, através de seus principais dirigentes defende a **reserva de mercado** para o setor, como forma de desenvolvimento de tecnologia no país, conforme assegurou o presidente da Associação Brasileira para o Desenvolvimento das Industrias de Base (ABDIB), Sr. Waldir Gianetti, que espera ainda para 1980 encomenda no valor de 5 bilhões de dólares.

A ABDIB aguarda também um estudo do Ministério da Indústria e Comércio, com a relação de encomendas a serem feitas por setor. O Sr Gianetti explicou que os 5 bilhões de dólares previstos, foram apontados num estudo desenvolvido pelo Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI), "e que se as encomendas se concretizarem, os produtos serão entregues dentro de 24 a 30 meses. Hoje realmente temos ociosidade em vários setores, mas é impossível se mensurar uma média dessa situação". Outro setor de base ocioso, é o que diz respeito a estruturas metálicas, onde a ociosidade está ao redor de 40 por cento, segundo a Associação Brasileira das Empresas de Estruturas Metálicas (ABECEM).

PROÁLCOOL

O Sr Gianetti explicou que no caso do proálcool as encomendas deverão se suceder, pois há recurso de quase 1 bilhão de dólares a serem aplicados, "isso é muito bom" e da tranqüilidade de as indústrias do setor. Para ele, "o principal é que a resolução nº 9 seja respeitada e que realmente a industria nacional tenha preferência na compra de equipamentos por parte do governo ou do setor privado".

"Essa reserva de mercado é indispensável para se desenvolver tecnologia no país. É uma forma da indústria nacional se aperfeiçoar. É incoerente ir-se contra a reserva de mercado, quando notamos que outros países de desenvolvimento como a França, Itália, Alemanha, Japão e Estados Unidos têm reserva de mercado. É uma reserva evidente que está à mostra de todos", afirmou.

Disse que "existem setores onde deve-se dar reserva de mercado à indústria nacional, e o de bens de capital, é um deles, merecendo uma atenção especial".

LONGA ESPERA

Por outro lado, os empresários de bens de capital buscam um incremento das exportações do setor, que teriam atingido em 1979, ao redor de 300 milhões de dólares, mas que em 1980, segundo a Cacex pode chegar a 1 bilhão de dólares. Há vários meses que se busca criar um mecanismo de financiamento das exportações de bens de capital, sem se chegar ainda a um denominador comum. A ABDIB tem mantido reuniões constantes com a Cacex e aguarda-se para breve uma decisão.

Entretanto muitos empresários já estão desacreditando disso, pois há falta de praticidade nas **falas** do governo a respeito do problema. O que existe hoje são exportações de produtos e de tecnologia de forma isolada.

A Bardella, por exemplo, através de uma sua associada, Prensas Schuller, exporta máquinas para países do cone sul; a mesma Bardella, através de outra associada participa da implantação da hidrelétrica de Guri, na Venezuela; a Pilão exporta máquinas para fabricantes de papel e celulose da Europa; a Dedini exporta tecnologia para a Áustria e França, além de usinas completas para fabricação de álcool e açúcar para países da América Latina; a Romi exporta tornos para os Estados Unidos, Japão e Alemanha, com tecnologia desenvolvida no Brasil; a Confab industrial exporta tubos para o México e outros países latino-americanos; a Zanini exporta destilarias completas para países latino-americanos e tem proposta de vendas para os Estados Unidos; a Villares exporta para América-Latina e África; a Cobrasma, exporta para os Estados Unidos e países latino-americanos; a Voith exporta para a América Latina; a General Electric exporta para a América Latina e África; e outras.

ESPERANÇAS POR SETOR

Energia Elétrica: Nessa área, os empresários de bens de capital sob encomenda aguardam a concretização do **plano 95** da Eletrobrás, e prevêem investimentos no período 80/90 de Cr$ 1 trilhão 500 bilhões, numa média de Cr$ 180 bilhões anuais ao longo da década. Novas hidrelétricas em concorrência, somente em São Paulo têm três que vão possibilitar um acréscimo nas encomendas das empresas que atendem ao setor. Há também a antecipação da entrega do equipamento eletromecânico de Itaipu, a partir da 5ª turbina, possibilitando um faturamento antecipado.

Energia Nuclear: Nessa área não há muita perspectiva, pois o percentual participação da indústria nacional é pequeno, chegando a 30 por cento. A Nuclebrás tem mostrado aos empresários a intenção de fazer contratações, mas definido mesmo, só há as contratações feitas com a Confab Industrial. O Consórcio Bardella, Cobrasma, Confab tem um protocolo de cessão de equipamentos a Nuclebrás para Angra II e III. As três empresas investiram mais de Cr$ 50 milhões em compra de tecnologia e treinamento de técnico no exterior. A ABDIB mantém-se vigilante em relação a Nuclebrás Equipamentos Pesados, Nuclep, para não permitir que ela entre na área da iniciativa privada, a não ser como subcontratada.

Siderurgia: Na área siderúrgica há muita promessa aos empresários, mas nada concretizado. Fala-se no plano de expansão da Usiminas, mas nada foi acertado. O que a ABDIB prevê é o desencadeamento do IV estágio de expansão da Usiminas e da Cosipa, implantação da Usina II da Companhia Siderúrgica Nacional e de outros projetos.

Petrobrás: Na área da Petrobrás, há a promessa de investimentos na compra de equipamentos no país, superior a Cr$ 10 bilhões e de mais Cr$ 40 bilhões até 1982. A indústria nacional também participa fornecendo plataformas. Uma outra expectativa está na compra de equipamentos pelo Consórcio Paulipetro, para busca de petróleo na bacia do Paraná.

Celulose e Papel: Na área de celulose e papel, os investimentos praticamente inexistem hoje, após a conclusão do projeto da Aracruz. Um projeto em andamento é o do grupo Votorantim e o da Braskraft, a ser implantado no Paraná. Enquanto isso, há fata de celulose no mercado interno e de determinados tipos de papel. O mercado internacional continua aceso, com boas perspectivas para a celulose brasileira. O Brasil tem exportado muito bem máquinas para produção de celulose e papel, sendo que em 1979 atingiu a 5 milhões 573 mil dólares.

Cimento: Nesta área, o Governo deverá aprovar uma série de projetos, pois haverá falta de cimento, conforme salientou o presidente do **Grupo Votorantim**, Sr José Ermírio de Morais Filho. Uma fábrica de cimento demora no mínimo 4 anos para ser implantada. A ABDIB espera que ainda em 1980 ocorram maciços investimentos na área de produção de cimento, exigindo novos equipamentos.

Ferroviário: O setor ferroviário, principalmente na área de vagões de carga, tem ociosidade de 50%, havendo boas perspectivas de pedidos de encomendas nas áreas de vagões de passageiros, devido à necessidade de ampliação dos serviços de transporte urbanos nas grandes metrópoles. O presidente da Associação Brasileira da Indústria Ferroviária, ABIFER, Sr Marcos Xavier da Silveira, espera que o Governo anuncie novos investimentos, pois, para ele, "o transporte ferroviário é a grande solução para o país, em termos de economia de divisas. O setor ferroviário é altamente econômico e rentável em termos de transporte de longa distância ou de transporte coletivo nos subúrbios". Na área de locomotivas, a Emaq, Villares e General Electric já têm os pedidos para fabricação de locomotivas, o que assegura trabalho nas suas linhas de produção para pelo menos 12 meses. O setor de equipamento ferroviário também é exportador, tendo vendido externamente, em 1979, cerca de 30 milhões de dólares. Há boas perspectivas para 1980, com a Fábrica Nacional de Vagões tendo contratos com os Estados Unidos para vendas de 10 milhões de dólares, com perspectivas de ampliação; a Cobrasma tem contrato para vendas externas de 18 milhões de dólares; e outras.

Mineração: Os fabricantes de equipamentos de mineração aguardam um desfecho por parte das autoridades federais em relação a aprovação de novos projetos e entendem que a área de Carajás deve ser transformada numa grande área de compra de equipamentos. No ano de 1979, as empresas do setor receberam encomendas em quatro novos projetos, no valor de 95 milhões de dólares (os projetos são da Companhia Vale do Rio doce, duas unidades para beneficiamento de minério; Companhia Brasileira de Cobre, para expansão da capacidade de exploração de jazidas de cobre; Minas da Serra Geral S.A., para implantação de um complexo industrial para o aproveitamento do minério de ferro; e a Goiás Fertilizantes, para a implantação de instalações para extração e beneficiamento de fosfato).

Siemens investe no Brasil 16% dos seus investimentos

São Paulo — O Grupo Siemens, que obteve em 1979 um faturamento de Cr$ 13 bilhões 500 milhões, investirá no país, nos próximos cinco anos, cerca de 300 milhões de marcos, em média entre 50 a 60 milhões de marcos por ano. O seu faturamento em 1979 foi 75% maior que o do ano anterior e, para 1980, o diretor-superintendente da Siemens S.A., Sr Fritz Helmut Vervuert, estima que o grupo alcançara em termos reais, um aumento de faturamento a taxas superiores as da inflação.

É no Brasil que se localiza a maior atividade da Siemens, fora da Alemanha, seguida da Austria, Estados Unidos e Africa do Sul. O grupo atua em produção em 40 países tem representações em outros 120. Nos últimos cinco anos foram investidos no Brasil um total de 300 milhões de marcos, que corresponderam a 16% de todos os investimentos internacionais — exceto os feitos na Alemanha.

Entre as iniciativas da empresa, destaca-se no momento a associação com a Industrias Hering, do Rio Grande do Sul, na Equitel — Equipamentos de Telecomunicações Ltda. subsidiária da Siemens localizada em Curitiba. Com a Metalúrgica Abramo Eberle, a empresa já conta com uma associação na sua subsidiária E. E. Equipamentos Eletrônicos, instalada no Rio de Janeiro.

EMPRESAS DO GRUPO

Excluindo o faturamento do grupo em suas participações acionárias — na Transformadores União Ltda. e na Osram do Brasil — foram apurados em 1979 um total de Cr$ 10 bilhões, através dos faturamentos da Siemens S.A. — a primeira empresa do grupo do Brasil, implantada em 1905 — Icotron S. A. — Industrias de Componentes Eletrônicos, Kardos S. A. Condutores e Cabos Elétricos e a Equitel — Equipamentos de Telecomunicação Ltda.

No Brasil, o Grupo Siemens atua nos segmentos de telecomunicações; geração, distribuição e aplicação de energia elétrica, saúde pública — com equipamentos eletromedicos — e componentes eletrônicos.

Toda a linha de produção da Siemens brasileira está baseada na eletricidade, cobrindo desde os diminutos componentes da microeletrônica, até gigantescos hidrogeradores, com as nove unidades (4 de 737 MVA e cinco de 823 MVA) que está produzindo para a hidrelétrica de Itaipu. Os hidrogeradores produzidos pela Siemens respondem por cerca de 25% da potência instalada no Brasil. E entre os fornecidos às hidrelétricas brasileiras destacam-se os de Ilha Solteira (170 MVA), e de Paulo Afonso IV (486 MVA).

TECNOLOGIA E TREINAMENTO

Segundo o diretor-superintendente da Siemens, Fritz Helmut Vervuert, entre os disjuntores para alta-tensão fabricados pela Siemens na fábrica da Lapa, destaca-se o de extra e alta-tensão de 750 mil volts, um dos projetos mais novos da empresa, "que pode ser considerado a mais alta tecnologia do mundo".

Além dos investimentos do grupo, destinados à ampliação de sua capacidade de produção e para a introdução de novos produtos, tem-se destacado também os investimentos em pesquisas e treinamento de pessoal. Todos os anos seguem para a Alemanha técnicos brasileiros e em 1978 foram investidos cerca de 4 milhões de dólares em programas de treinamento, atendendo cerca de 3 mil pessoas, entre funcionários, fornecedores e clientes.

Esta localizado no Brasil o maior centro de treinamento da Siemens, fora da Alemanha. Trata-se do Centro de Treinamento Werner Von Siemens, em Curitiba, dedicado ao setor de Telecomunicações. A empresa possui em São Paulo o Centro de Treinamento Tecnomed, para o setor de eletromedicina, preparando pessoas especializadas na operação e manutenção de equipamentos eletromédicos.

LINHAS DE PRODUTOS

O grupo Siemens produz no Brasil nos seguintes segmentos: Material Elétrico Indústria: abrange a linha de hidrogeradores, motores seriados e especiais, aparelhos de comando de baixa tensão, quadros e sistemas de comando para indústrias, luminárias e lâmpadas de vários tipos; transformadores de distribuição e de alta tensão.

Recentemente, foi iniciada a produção de controle numerico para máquina de precisão e de disjuntores a gás SF-6 — exafloreto de enxôfre. — itens que até recentemente não eram fabricados no país. Produz ainda produtos seriados de baixa e media tensão, alem de cabos e fios eletricos, especialmente para instalações prediais e industriais.

Telecomunicações: inclui a produção de aparelhos telefônicos e centrais telefônicas publicas e particulares, centrais de telex e multiplex. Nessa área, a empresa lançou no Brasil a "ESK Crosspoint", considerado um equipamento de alto nível tecnológico, com inovações desenvolvidas por técnicos brasileiros, visando ao mercado local e latino-americano. Mais recentemente foi iniciada a produção de teleimpressores totalmente eletrônicos.

Eletromedicina: nesse campo, incluem-se aparelhos de Raio X, ondas curtas, bisturis elétricos, cadeiras dentarias, lâmpadas para cirurgia geral e odontologica, alem de aparelhos para surdez. Componentes eletrônicos: compreende componentes passivos (capacitores), semicondutores discretos (transistores, diodos, tiristores, conjuntos retificados de silicio de potência; semicondutores de potência (diodos) e circuitos integrados, além de componentes especiais como triplicadores de alta tensão e diodos emissores de luz.

Na área de sistemas e serviços, a empresa esta executando projetos de "turn key": projeta, fornece e instala sistemas elétricos completos para indústrias de pequeno, medio e grande porte, nas especialidades de geração, transformação, conversão, comando, distribuição, acionamento e instrumentação.

Setor de equipamentos prevê exportar US$ 1 bilhão e meio

São Paulo — O setor industrial de máquinas e equipamentos tem a previsão de exportação de 1 bilhão 400 milhões de dólares, e já comunicou essa meta a direção da Cacex, segundo anunciou o presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), Sr Einar Kok, que se diz preocupado com "indefinições na política de investimentos do Governo em vários setores, além da falta de uma política econômica ajustada, que impede que o empresariado privado faça suas aplicações em expansão da área produtiva".

O Sr Kok explicou que entre 78/79 o setor exportou 660 milhões de dólares e que do ano passado para cá exportou 900 milhões de dólares, devendo atingir a meta de 1 bilhão 400 milhões com muito esforço. Disse que muitas áreas de produção de equipamentos de bens de capital apresenta bom número de encomendas, "mas há outros em que praticamente não há perspectiva alguma, e a ociosidade é muito grande".

TERMINAR O QUE COMEÇOU

O presidente da Abimaq lembrou que "um sentido lógico a ser aplicado pelas empresas estatais nesse ano de poucos recursos é terminar as obras que foram iniciadas e que por algum motivo estão paralisadas. Os projetos inacabados, considerados prioritários devem ser terminados".

"É necessário que encomendas surjam para alimentar um parque industrial considerável. Existem setores como o de bens de capital sob encomenda, que tem poucas perspectivas, mas há outros na área de produção seriada, em que encomendas surgiram, e abriram perspectivas".

O crescimento do setor de produção de máquinas e equipamentos em 1979 foi de 2,6 por cento e o faturamento cresceu em 10 por cento."Deveremos ter uma ampliação na produção em 80 ao redor de 2 a 3 por cento, isto é, não muito diferente do ano anterior", afirmou o Sr Kok.

BALANÇO POR SETOR

O presidente da Abimaq e também do Sindicato Nacional das Indústrias de Máquinas e Equipamentos (SINDIMAQ), fez o seguinte balanço dos vários setores da indústria de máquinas:

Têxtil: O setor está bem, principalmente com as exportações que estão ocorrendo de tecidos, houve uma procura de novas máquinas, visando ampliar a produção. As empresas têm dez meses de encomendas de máquinas têxteis pela frente. O Sr. Kok lembrou que muitas frentes de exportação de tecidos se ampliaram, como é o caso da Argentina, que está adquirindo lotes de tecidos no País.

Plásticos: As fábricas de equipamentos de produção de material plástico estão operando com bom número de encomendas em carteira. Boas perspectivas;

Máquinas Gráficas: O setor está sem encomendas, e com uma ociosidade elevada ao redor de 60 por cento. Há estoque de três meses nas fábricas;

Máquinas Agrícolas: O setor está indo muito bem. Boas perspectivas, se mantido o ritmo de financiamentos do ano passado. Há encomendas grandes de implementos agrícolas e o setor tem boas perspectivas de exportação.

Cimento e Mineração: Esse setor está muito fraco em termos de encomendas. O Governo deve decidir com urgência um plano de expansão da produção de cimento no país, para que esse produto não falte a partir de 82. Espera-se também um aquecimento no setor de mineração. Os dois setores estão sem encomendas hoje;

Saneamento: Os equipamentos para saneamento básico das grandes cidades e municípios de interior não estão tendo encomendas. O movimento das carteiras das principais indústrias é fraco;

Máquinas-Ferramentas: O setor que estava paralisado até o final de 1979, em termos de pedidos em carteira, sofreu um reaquecimento. Empresas como a Romi, segundo confirmou o seu presidente Sr. Giordano Romi, começaram a ter novos pedidos em carteira a partir de janeiro e a perspectiva de exportações é grande. A Romi deverá fazer exportações mensais de Máquinas-ferramentas para os Estados Unidos, Europa e Japão. A exportação é a válvula de escape para equilibrar economicamente as empresas, quando o mercado interno estiver indo mal. O Sr. Einar Kok disse que mais de 40% da produção do setor pode se destinar a exportação, uma vez que a tecnologia aqui desenvolvida é muito evoluida.

Máquinas Rodoviárias: É um setor que está em recesso, pois é uma área que depende muito dos investimentos públicos, que não tem se verificado ultimamente;

Químicos e petroquímicos: O setor está sem muitas encomendas, pois houve uma paralisação de investimentos nesses dois setores, que com a decisão da Petrobrás em aplicar em exploração, foram deixados de lado. O pólo petroquímico do Sul também está sendo implantado de forma lenta.

DISTORÇÕES

O Sr. Einar Kok disse também que a nova política industrial do governo com a retirada dos incentivos e subsidios, tem algumas distorções, "como a facilidade de importação de produtos manufaturados, que acaba por prejudicar a indústria nacional".

"Na presente situação o Brasil não pode se permitir ao luxo de comprar no exterior, o que pode produzir aqui. O que gera emprego aqui, a indústria, não pode ser desprezada e prejudicada por falta de mecanismos que a proteja".

Explicou que "a grande preocupação hoje é o desejo de o governo fazer incidir o ICM sobre máquinas de produção. O importado devido a dispositivo constitucional é isento de ICM. Isso criou um problema sério, e que terá reflexos até nos financiamentos".

Equilíbrio depende das exportações

São Paulo — A participação da indústria, como um todo, no processo brasileiro de exportação, é peça fundamental para atendimento da prioridade brasileira de equilibrar o seu balanço de pagamentos. O empresário Laerte Setúbal Filho, presidente da Associação de Exportadores Brasileiros, identifica que esse engajamento industrial deva ser planejado num horizonte equivalente ao do atual Governo (1985) e no reconhecimento das prioridades básicas impostas pela conjuntura:

"Se se determinou que a prioridade máxima é a agricultura, devemos aceitar essa realidade, mesmo porque ela é benéfica à indústria no sentido de que uma agricultura forte é fator de aumento do consumo de bens manufaturados. Mas, considerando o balanço de pagamentos a segunda prioridade nacional, cabe-nos buscar na exportação de bens industriais o apoio indispensável ao equilíbrio de nossa balança de comércio. E nesse caso, à luz da realidade, impõe-se estabelecer linhas de uma política industrial compatível com as reais necessidades de incremento das exportações, considerando um volume menor de recursos, pois a maioria dos investimentos deverá, naturalmente, ser carreada para a agricultura."

ENERGIA PESA

Na busca das soluções válidas para o equilíbrio do balanço de pagamentos Laerte Setúbal Filho vê, na exportação, a maior contribuição a esse objetivo básico. "Por isso a exportação passa a ser e continuará sendo uma importante prioridade nacional e precisamos considerá-la sob o prisma de uma contribuição real e efetiva, avaliando a pauta de exportação que até agora prevaleceu.

É muito importante que um novo critério venha a despojar essa pauta dos componentes energéticos importados, o que, de certa forma, reduz o mérito das vendas externas sob o ponto de vista do peso das importações de determinados componentes.

Programas especiais levam desenvolvimento para todo país

Com a aprovação, pelo presidente da República, de 6,450 bilhões de cruzeiros destinados aos programas de Recursos Hídricos e de Irrigação do Nordeste, o Ministério do Interior passa a contar com mais de Cr$ 22 bilhões para aplicar no desenvolvimento regional do país, em 1980.

O Programa de Aproveitamento de Recursos Hídricos visa a perenização de rios e açudes públicos destinados ao abastecimento de pequenas comunidades, abertura e manutenção de equipamentos, a cargo do DNOCS e CODEVASF. O programa de Irrigação do Nordeste integra e completa o elenco de ações do governo na promoção do desenvolvimento rural, com destaque para o POLONORDESTE, Projeto Sertanejo, Programa de Recursos Hídricos e Agro-industrial do Nordeste, cuja ação, articulada com os governos dos Estados, deverá propiciar a transformação gradativa da economia rural daquela região.

Também a cargo do DNOCS e CODEVASF o programa possibilitou, em 1979, a expansão da área beneficiada com infra-estrutura de irrigação na ordem de 5.636 hectares, dos quais já foram postos em operação 1.817, integrados à atividade agrícola. Em termos globais, até 1979, apresentou os seguintes resultados acumulados: 3.953 famílias assentadas e organizadas através do sistema cooperativo e 46.634 hectares irrigados, dos quais 24.090, já em operação.

Com a liberação dos atuais recursos está prevista a implantação de 5,8 mil hectares de infra-estrutura de irrigação e a expansão da área cultivada, à base do perímetro irrigado, de 3,5 mil hectares. O contingente de famílias de pequenos produtores rurais beneficiados se elevará de 2.810 para 4.354, com um incremento de 1.544 famílias, somente em 1980.

Os dois programas, ao lado de outros, igualmente em execução no país, como: Programa Especial do Centro-Oeste do Paraná — PRODOPAR; Programa Especial da Região Geo-Econômica da Brasília; Programa Especial do Nordeste — PROTERRA; Programa Especial de desenvolvimento do Estado de Mato Grosso — PROMAT; Programa de Recuperação Sócio-Econômica do Nordeste Paranaense — PRONORPAR Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste — POLONORDESTE; Programa Especial de Desenvolvimento Regional e Infra-estrutura do Complexo Alumínio ALBRAS/ALUNORTE e Projeto Sertanejo, representam medidas de largo alcance social para o efetivo desenvolvimento das diversas regiões brasileiras. Os recursos para fazer face a esses investimentos são provenientes ao Fundo Nacional de Desenvolvimento e os programas em apreço contam com a participação dos Ministérios da Agricultura, Transporte e Indústria e Comércio, sob a coordenação do Ministério do Interior. A Secretaria do Planejamento está autorizada a proceder a liberação dos recursos, de acordo com a programação, o plano de aplicação e o cronograma de desembolso sempre aprovadas por ato do ministro Delfim Neto, mediante proposta do ministro Mário David Andreazza, após ouvir os demais ministérios envolvidos.

Mais famílias de pequenos produtores rurais serão beneficiados com o Programa de Irrigação, ainda este ano

A produtividade agrícola em áreas do POLOCENTRO alcança nível sensivelmente superior à média nacional.

OESTE DO PARANÁ

Recursos na ordem de Cr$ 112 milhões deram seqüência em 1979 ao Programa Especial do Oeste do Paraná — PRODOPAR.

Para o presente exercício, dos objetivos a serem alcançados pelo programa, ficam considerados os projetos constantes do Desenvolvimento Urbano, Desenvolvimento Regio[illegible], Saúde, Educação, Saneamento Básico, Re[illegible]larização Fundiária, Turismo e Comércio E[illegible]rior, Preservação das condições Ecológic[illegible] e Administração e Acompanhamento.

Estudos realizados pelo Ministério do Interior recomendaram o desenvolvimento das ações visando complementar a capacidade econômico-financeira dos municípios atingidos por perda de população e áreas produtivas; recompor a organização do espaço sub-regional na área imediatamente atingida pela formação do reservatório; adequar o quadro urbano de Guaíra, em função da contida barragem de Ilha Grande; adequar o quadro urbano de Porto Mendes e Santa Helena em função da contigüidade física ao reservatório de Itaipu; adequar o quadro urbano de Foz do Iguaçu de forma a atenuar os desiquilíbrios de demanda e oferta de infra-estrutura básica; concentrar esforços no sentido de implantar ou diversificar atividades, em Foz do Iguaçu, capazes de criar base econômica de caráter permanente, integrada ao espaço regional; quantificar e qualificar os efeitos diretos do reservatório de Itaipu sobre áreas adjacentes, bem como os efeitos das atividades produtivas sobre o futuro reservatório.

A programação proposta para 1980 envolve recursos da ordem de Cr$ 153 milhões.

REGIÃO GEO-ECONÔMICA DE BRASÍLIA

A continuidade do Programa Especial da Região Geo-econômica de Brasília, busca maior coerência entre as ações programadas e os fins desejados para a região.

Desta forma, procura-se conferir efetividades à estratégia estabelecida que preconiza a valorização econômica das áreas de dinamização — Eixo Ceres — Anápolis, Áreas de Mineração, Vale do Paraná, Área de Influência das BRs 040/050 e Área de Paracatu — **escala regional**, o fortalecimento da infra-estrutura social e urbana das áreas de controle — municípios limítrofes do Distrito Federal — **escala de transição**, de forma a preservar, na área de contenção — Território do Distrito Federal — **escala local**, o desenvolvimento das atividades próprias à condição de Capital Federal.

A proposta de aplicação de recursos nessa área se junta às diretrizes gerais da atual Administração Federal no tocante à descentralização administrativa, reforçando o papel da Superintendência de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste — SUDECO, na coordenação do programa a nível regional, em articulação com as demais instituições federais, ao mesmo tempo em que se intensifica a participação dos Governos de Goiás e Minas Gerais, na programação e acompanhamento a nível local e na coordenação da execução a nível dos órgãos envolvidos.

A melhoria da eficiência das ações do setor público será meta permanente do Programa, que motivará o aperfeiçoamento da integração das diversas instituições envolvidas e que buscará a articulação com os demais programas federais e estaduais atuantes na região, com destaque para o PLANOROESTE II, o POLOCENTRO e o PIASS. Com isso, busca-se ampliar seus benefícios, principalmente no tocante à eliminação da pobreza rural, à redistribuição da renda, à criação de emprego e à valorização econômica e social do meio rural, mediante a interiorização do desenvolvimento.

PRODENOR

No caso do Programa Especial do Norte Fluminense — PRODENOR ressalta-se a necessidade de reorientar o Programa, de forma que o mesmo se configure como um efetivo instrumento de desenvolvimento regional, buscando-se ampliar seus benefícios, principalmente no tocante à eliminação da pobreza rural e interiorização do desenvolvimento.

A programação proposta para 1980, totaliza recursos da Ordem de Cr$ 300 milhões e envolve os seguintes subprogramas: saneamento e aproveitamento hidroagrícola (Cr$ 180 milhões), irrigação (Cr$ 20 milhões), Transportes (Cr$ 13 milhões), educação (Cr$ 10 milhões), pesquisa agropecuária (Cr$ 26 milhões), abastecimento (Cr$ 23 milhões), assistência técnica e extensão rural (Cr$ 26 milhões) e assistência a pesca artesanal (Cr$ 2 milhões).

CERRADOS

O Programa de Desenvolvimento dos Cerrados — POLOCENTRO — tem como objetivo primordial a ocupação racional e ordenada das áreas de cerrado.

O desempenho do Programa, desde o seu lançamento, caracteriza-se pela apresentação de resultados bastante satisfatórios em razão da incorporação de novas áreas à agropecuária nacional, salientando-se a agregação direta de 2,8 milhões de hectares, dos quais 2,1 milhões em exploração pecuária e lavouras e 0,7 milhões em florestamento e reflorestamento.

Igualmente, as ações integradas de pesquisa e experimentação, assistência técnica, crédito rural orientado e apoio de infra-estrutura (eletrificação rural, estradas vicinais e armazenamento), conjugados ao critério de concentração estratégica de recursos em polos de desenvolvimento, além do sistema de acompanhamento dos projetos do POLOCENTRO e da utilização de tecnologia agrícola adequada, vêm possibilitando a obtenção de produtividade agrícola, nas áreas do Programa, em nível sensivelmente superior à média nacional.

POLAMAZÔNIA

Ao completar cinco anos de execução, o POLAMAZÔNIA apresenta, nas áreas selecionadas, um significativo quadro de realizações, destacando-se os setores de infra-estrutura econômica, desenvolvimento urbano, desenvolvimento social e desenvolvimento rural.

A programação do POLAMAZÔNIA, proposta para o exercício de 1980, apresenta as seguintes características principais:

— **Na infra-estrutura econômica**, continuará merecendo destaque o setor de transporte, abrangendo construção de estrada de penetração, construção e melhoria de aeroportos e implantação de portos e atracadouros; no setor energético, serão destinados recursos à ampliação da oferta de energia em áreas carentes;

— **para o desenvolvimento das comunidades indígenas** estão sendo destinados recursos visando à implantação da infra-estrutura social de comunidades indígenas nos pólos Juruá-Solimões, Pré-Amazônia, Maranhão e Rondônia;

No âmbito da SUDECO, estudos recentes permitiram a identificação, nos cinco pólos sob sua jurisdição, de onze subáreas que apresentaram homogeneidade em suas características básicas como áreas objeto de desenvolvimento integrado, assim distribuídas: cinco no pólo Rondônia (Porto Velho), Ariquemes, Ji-Paraná/Cacoal, Pimenta Bueno/Vilhena e Guajará-Mirim), uma no pólo Aripuanã (Aripuanã), uma no pólo Juruena (Porto dos Gaúchos/Diamantino), duas no pólo Xingu/Araguaia (Luciara e São Félix do Araguaia/Xavantina) duas no pólo Araguaia/Tocantins (Extremo Norte de Goiás e Baixo Araguaia de Goiás), onde serão executados Projetos de Desenvolvimento Integrados — PDIs.

PROTERRA

O programa de Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste tem como objetivo a diversificação e interiorização do processo de industrialização do Nordeste, advindo dele, como conseqüência imediata, a intensificação da utilização de matérias-primas e produtos agropecuários da própria região, como reflexos positivos na geração de empregos e na política de exportação do país.

Dessa forma, os projetos contemplados pelo Programa estão enquadrados dentro de um referencial de estreita observância aos seus objetivos e compatíveis com a estratégia de interiorização, de utilização intensiva de mão-de-obra, de apoio à pequena e microempresa e de uso de matéria-prima de origem agropecuária produzida na própria Região.

PROMAT

O Programa Especial de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso, no exercício de 1980, aplicará Cr$ 3.250 milhões e contempla entre outros setores básicos:

— **infra-estrutura básica** (Cr$ 440 milhões), propiciar condições permanentes de escoamento de produção agrícola do Estado;

— **desenvolvimento rural** (Cr$ 150,5 milhões), apoiar áreas onde se expandem atividades agropecuárias, criando e difundindo tecnologias adequadas, assistindo convenientemente os setores de produção e comercialização, com o objetivo de elevar o nível de vida das populações;

— **desenvolvimento urbano**, completar o esforço do Governo Estadual de modo a dotar as cidades de infra-estrutura adequada, bem como propiciar serviços essenciais ao desenvolvimento de atividades produtivas;

— **na área de desenvolvimento social** (Cr$ 239,6 milhões), melhorar a estrutura de prestação de serviços de saúde e educação no Estado.

PRONORPAR

A melhoria da eficiência das ações do setor público será meta permanente do Programa de Recuperação Sócio-Econômica do Nordeste Paraense, que motivará o aperfeiçoamento da integração das diversas instituições federais e estaduais atuantes na área-programa, com destaque para as atividades de apoio ao pequeno produtor rural e da expansão da infra-estrutura social, principalmente a disseminação de serviços simplificados de saúde e abastecimento d'água.

Os recursos destinados à recuperação sócio-econômica do Nordeste Paraense, em 1980, são da ordem de Cr$ 100 milhões.

POLONORDESTE

O objetivo básico do Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste consiste no encaminhamento de soluções que visem à remoção ou atenuação dos aspectos restritivos ao desenvolvimento das atividades dos pequenos produtores rurais (pequenos proprietários e agricultores sem acesso à posse da terra), indispensável à melhoria de seu padrão de vida e ao seu ingresso na economia de mercado.

A melhoria da eficiência das ações do setor público será meta permanente, que motivará o aperfeiçoamento da integração das diversas instituições envolvidas e que buscará a articulação com os demais programas federais e estaduais atuantes na Região, com destaque para o Projeto Sertanejo, o Programa de Irrigação do Nordeste, o PRODECOR, o PIASS e o Programa de Aproveitamento de Recursos Hídricos.

Da mesma forma, seguiu-se a orientação de evitar a atomização no uso dos recursos disponíveis e a inclusão de projetos e atividades não coerentes com as diretrizes gerais e setoriais do Programa, buscando-se ampliar seus benefícios, principalmente no tocante à eliminação da pobreza, à redistribuição da renda, à democratização das oportunidades de progresso, à criação de emprego e à valorização econômica e social do meio rural, mediante a interiorização do desenvolvimento.

No âmbito dos novos Projetos incluídos na programação do POLONORDESTE será concedida prioridade às medidas voltadas à regularização fundiária, à titulação de imóveis rurais e a promoção do acesso à terra aos pequenos produtores sem terras, como esforço de preparação à plena implementação das atividades de desenvolvimento rural, principalmente no que se refere à melhoria da infra-estrutura econômica.

A proposta de aplicação de recursos ora aprovada se coaduna com as diretrizes gerais da atual Administração Federal no tocante à descentralização administrativa, reforçando o papel da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE, responsabilizando-a pela coordenação do Programa a nível regional, em articulação com as demais instituições federais, ao mesmo tempo em que se intensifica a participação dos Governos Estaduais, na programação e no acompanhamento a nível local e na coordenação da execução a nível dos órgãos envolvidos. Os recursos para o POLONORDESTE somam a Cr$ 4,7 bilhões.

ALBRÁS/ ALUNORTE

No Programa Especial de Desenvolvimento Regional e Infra-Estrutura do Complexo Alumínio ALBRÁS/ ALUNORTE, com vistas ao cumprimento dos encargos assumidos pelo Governo Brasileiro nos acordos de cooperação econômica firmados com o Japão, em 1976, foram destacados para implantação de infra-estrutura básica do complexo ALBRÁS/ ALUNORTE recursos da ordem de Cr$ 175 milhões, dos quais Cr$ 75 milhões oriundos do Fundo de Desenvolvimento de Áreas Estratégicas — FDAE.

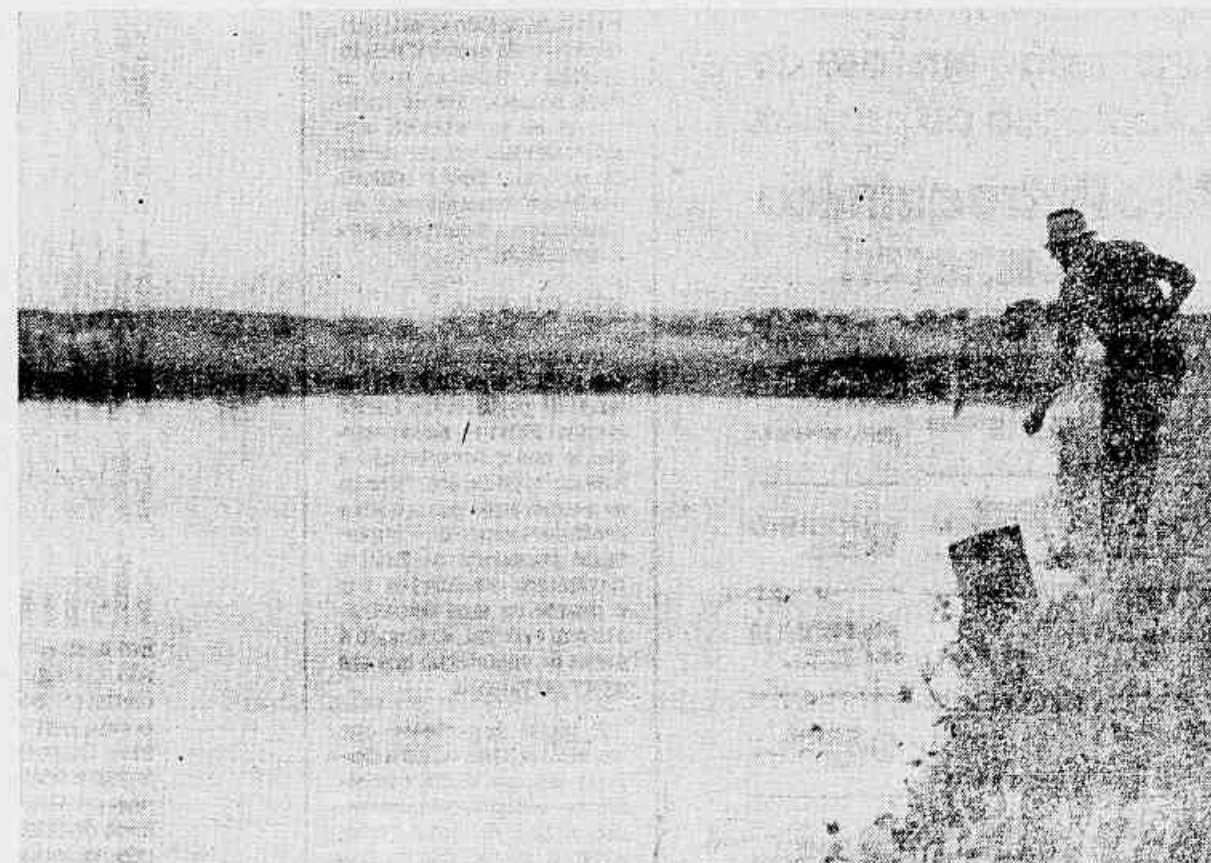
A proposta para 1980, aprovada, é da ordem de Cr$ 400 milhões.

PROJETO SERTANEJO

O Projeto Sertanejo foi criado com a finalidade de fortalecer a economia das pequenas e médias unidades de produção agrícola da região semi-árida nordestina, tornando-as mais resistentes aos efeitos das secas, a partir de Núcleos de Prestação de Serviços e de Assistência Técnica, localizados em áreas previamente selecionadas.

Há consenso generalizado quanto à dimensão social do problema da seca, principalmente a vulnerabilidade dos grupos sociais mais pobres à ausência ou irregularidade das chuvas, que os priva de condições de emprego e de obtenção de seus produtos de subsistência. De outra parte, reconhecem-se as dificuldades institucionais de promoção do pequeno produtor rural, tanto no sentido de expandir suas atividades produtivas, como de rentabilizar melhor o emprego de seus recursos, principalmente a mão-de-obra familiar.

A melhoria da eficiência das ações do setor público será meta permanente do Programa, mediante o aperfeiçoamento da integração das diversas instituições envolvidas na promoção do desenvolvimento rural do Nordeste, visando à articulação com os demais programas federais e estaduais atuantes na região semi-árida, com destaque para o Programa de Irrigação do Nordeste, o PRODECOR, o PIASS, o POLONORDESTE e o recente Programa de Intensificação do Aproveitamento dos Recursos Hídricos do Nordeste.

As atividades do Projeto Sertanejo serão concentradas na promoção do pequeno produtor rural, reforçando sua capacidade de absorver os efeitos negativos da ocorrência das secas. A atuação do Programa, em 1980, compreenderá a manutenção dos 46 núcleos já em operação e a instalação de 30 novos, envolvendo aplicação global de Cr$ 1,5 bilhão.

A perenização dos rios e açudes públicos no Nordeste é um dos objetivos do Programa de Aproveitamento dos Recursos Hídricos, a cargo do DNOCS e CODEVASF

Pioneirismo gaúcho na busca de novos mercados externos

Porto Alegre — Quando ainda não existiam mecanismos oficiais de apoio à exportação, havia desconhecimento toal do mercado externo, e uma viagem ao exterior se constituía numa verdadeira aventura para uma empresa, algumas empresas gaúchas já se lançavam em busca de novos mercados para a colocação de seus produtos.

Sem dúvida uma das pioneiras na exportação gaúcha e até brasileira, foi o grupo Zivi-Hércules, dedicado a artigos de cutelaria (tesouras, alicates, facas profissionais e de uso doméstico), talheres e utensílios domésticos e artigos para presentes de aço inox. As empresas Zivi S.A. — Cutelaria e Hercules S.A. Fábrica de Talheres, embora juridicamente distintas, tem a mesma administração e iniciaram suas primeiras vendas ao exterior durante a II Guerra Mundial, entre os anos de 43 a 45.

Na ocasião foram exportados talheres e tesouras em volume razoável, para a Argentina e Chile, se constituindo num verdadeiro pioneirismo da empresa que hoje é considerada uma das maiores do mundo no seu ramo, superando inclusive em faturamento e produção e número de funcionários as maiores empresas alemães.

O diretor-comercial da Zivi-Hércules, Sr Klaus Wilms, conta que depois dos anos 40, a empresa só recomeçou a exportar, e desta vez com maior ênfase e regularidade a partir de 1961, quando o primeiro mercado a ser atingido, foi os Estados Unidos. Naquela época, lembrou o Sr Klaus Wilms, havia várias dificuldades tanto interna como externamente: total e absoluta inexistência de mecanismos de apoio à exportação e a irrealidade cambial. No plano externo, "uma séria burocracia, já que o governo não acreditava no setor manufaturado para exportação", e a dificuldade de fazer crer aos importadores que o Brasil tinha condições de oferecer um produto de cutelaria tão bom quanto os alemães ofereciam. "Os artigos de consumo durável não tinham ainda credibilidade no mercado externo, pois naquela época só vendíamos café".

Quando o Sr Klaus Wilms foi até os Estados Unidos para levar amostras aos possíveis importadores, estes, observando o nome alemão no cartão de apresentação do diretor da Zivi e a qualidade do produto brasileiro, afirmavam que aquele produto era feito na Alemanha. O mercado alemão, no entanto foi atingido a partir de 1965, e até então, a Zivi já havia exportado cerca de US$ 100 mil para os Estados Unidos. Hoje os norte-americanos detêm cerca de 20% do total de exportações da empresa gaúcha.

São 73, os países para onde a Zivi-Hércules exporta regularmente o que representou no ano passado, um faturamento somente com o mercado externo de US$ 12 milhões. Da produção global da Zivi, 15% é destinado ao mercado externo, que graças a política da empresa orientou suas vendas para um mercado diversificado, que inclui os cinco continentes, sem o perigo de um ou outro país deter grande fatia da produção da empresa gaúcha. Uma curiosidade é que a partir de 64, a Zivi começou a exportar também para o extremo Oriente, como o Vietnã do Sul, que depois de conquistado pelos comunistas sustou suas compras.

As tesouras são os produtos que lideram as exportações da indústria gaúcha, seguidas de artigos de cutelaria. O faturamento da Zivi-Hercules no último exercício foi de Cr$ 1 bilhão 979 milhões, que com mais de 6 mil funcionários lidera a produção no país e no mundo.

A eliminação dos incentivos, ligada a maxidesvalorização do cruzeiro, a médio e longo prazos, serão benéficas para a exportação de manufaturados, diz o sr Klaus Wilms, pois "não daremos chances para que os países industrializados clamem por barreiras e nos acusem de fazer **dumping**, observou o diretor-comercial da Zivi-Hércules. Mas salientou ainda que a política de mini-desvalorizações cambiais deve prosseguir, para não haver o perigo de voltar a "irrealidade cambial", de antes do pacote de dezembro. "Não podemos voltar aos índices irreais em que o cruzeiro fique muito abaixo da inflação, pois assim nossos preços lá fora serão também irreais, e os concorrentes com melhor competitividade, nos tiram nossos mercados."

Para o diretor-comercial da Zivi, a mudança constante das regras do jogo na política econômica é reflexo do mundo em ebulição em que nos encontramos, e também reflexo de um país emergente e que tem acelerado o seu crescimento. "Nossa maior preocupação no momento é que o Governo mantenha uma política cambial o mais realista possível. O cruzeiro ficou muito tempo subvalorizado, e finalmente encontramos nossa realidade."

MARCOPOLO S.A.

No longínquo ano de 1961, a MARCOPOLO S.A. — Carrocerias e Ônibus, aventurou-se a vender para o pequeno Uruguai, dois ônibus fabricados e montados pela empresa gaúcha de Caxias do Sul. A partir dali o mercado internacional foi conquistado, ampliando-se para toda a América Latina e África, e alguns países do Oriente Médio.

O início, segundo conta o diretor-presidente Paulo Bellini, foi difícil, mesmo porque a falta de conhecimento do mercado externo era muito grande por parte dos empresários, e os incentivos ainda não existiam. Naquela época, as dificuldades de comunicação e os custos elevados das viagens ao exterior para a participação em feiras e exposições obstruíam muito a atividade de exportação. "O que se gastava para se exportar um produto, não era compensado depois, ou seja, a empresa subsidiou as vendas, as despesas com exportações por muito tempo, até que a operação se tornasse rendosa", observou.

A partir da década de 70, a empresa começou a ampliar suas unidades industriais e a agredir o mercado internacional na busca de novos clientes. A proximidade com os países latino-americanos foi o primeiro fator para a preferência dada pela Marcopolo em vender seus ônibus para esse mercado. Além de exportar unidades para quase todos os países da América Latina, dispõe de linhas de montagem no Chile, Ghana e Nigéria, e vende seus produtos a maioria dos países da África e Oriente.

Maior fornecedora de carrocerias e ônibus para o mercado interno e com crescente participação no mercado internacional, a Marcopolo S.A. possui hoje três fábricas — duas em Caxias do Sul e uma em Porto Alegre — e até o final do ano, contará com outras duas unidades industriais: uma que será inaugurada em agosto, em Caxias do Sul, e outra em Betim, em Minas Gerais, em setembro próximo. Com as cinco unidades, a Marcopolo ampliará sua produção de 320 ônibus/mês para 500 unidades. Cerca de 30% dessa produção é destinada ao mercado externo.

O capital social da empresa é de Cr$ 186 milhões, e exportações previstas este ano de US$ 20 milhões. A Marcopolo S.A. lidera outras seis empresas filiadas: a Carrocerias Eliziário; Invel S.A., indústria de veículos especiais; Marcoexport (comércio e exportação); Marcopolo Minas (em construção), Marvoeza (assistência técnica) e Marcodipe (distribuidora de peças, sediada em São Paulo), além de unidades de apoio e manutenção em Recife e Rio.

O faturamento da empresa em 1979, foi de Cr$ 2 bilhões 500 milhões. A empresa gaúcha foi fundada em 1949, em Caxias do Sul, por um grupo de empresários de origem italiana, entre eles, o sr Paulo Bellini, que hoje é o diretor-presidente do grupo. Naquela época, era feita a montagem de carrocerias de madeira para ônibus, que atualmente é feita de material metálico.

STRASSBURGER S.A.

Dedicando 40% de sua produção total de calçados à exportação, a Strassburger S.A. Indústria e Comércio de calçados vem solidificando sua posição no mercado internacional desde o início da década de 70, embora tenha iniciado suas primeiras remessas ao exterior ainda em meados dos anos 60.

Do faturamento do grupo Strassburguer (do qual a Strassburger S.A. é a líder) de Cr$ 1 bilhão 800 milhões projetados para este ano, cerca de Cr$ 740 milhões (US$ 15 milhões) se referem à exportação dos produtos. A empresa representa um pouco menos de 10% do total das exportações realizadas pelo Vale dos Sinos, o que indica sua real importância no quadro das empresas gaúchas.

Líder de um grupo de seis empresas — Calçados Piloto, Calçados Jubileu, Calçados Carioca, Calçados Fransinos, Ruy Chaves S. A. e Lojas Strassburger, com filiais em Novo Hamburgo e Porto Alegre — a Strassburger S.A. tem um capital social de Cr$ 140 milhões, e a exemplo de suas congêneres do Vale dos Sinos, exporta mais de 80% de sua produção exportável para os Estados Unidos, dividindo os restantes 20% entre Canadá e Austrália e Mercado Comum Europeu.

Os primeiros contatos visando a exportação foram feitos pelo seu ex-diretor presidente Cláudio Ênio Strassburger (hoje Deputado Federal) em 1961, quando foi ao Canadá para fornecer amostras a alguns importadores que adquiriram pequenas quantidades de calçados, somente para suprir as necessidades de suas lojas naquele país. Mas a primeira e efetiva venda significativa foi feita em 1967 para a Inglaterra. O diretor-presidente da empresa, Sr Armin Rudy Blos conta que na época o Sr. Cláudio Strassburger levou as amostras ao cliente inglês (Britich Shoes Inc.) que exigiu outros modelos de sandálias femininas num curto prazo de duas semanas. O prazo foi cumprido, para surpresa do empresário inglês, que acabou adquirindo 300 mil pares da Strassburger.

O Sr Armin Blos frisa que a criação dos incentivos à exportação foi fator decisivo para que o setor calçadista agredisse o mercado externo de forma a solidificar sua posição encontrada hoje. A partir de 72, iniciaram as vendas para os Estados Unidos, que desde então, tem sido o maior comprador de calçados brasileiros. "Na verdade nós não vendemos para os Estados Unidos, eles é que nos compram", comenta o Sr Armin Blos, lembrando que quem dita a tendência e os modelos que devem ser fabricados pelos brasileiros, são os americanos.

"Eles vieram para o Vale, se estabeleceram em escritórios de representação e tomaram conta do mercado". Os exportadores gaúchos chegaram a fazer tentativas de imporem seu produto, com suas criações e materiais, mas os americanos não gostaram e os empresários do Vale tiveram de recuar para não perderem os clientes. O mesmo sistema ocorre com os importadores do Canadá e Austrália, isto é, "eles trazem o protótipo para ser fabricados com a matéria-prima brasileira, e nós cumprimos", diz Sr Armin Blos.

Os calçadistas estão satisfeitos com a atual política de incentivos à exportação. E não é para menos, pois, embora os créditos de ICM e IPI que eram concedidos aos exportadores tenha sido eliminados no pacote de dezembro do ano passado, a desvalorização cambial de 30% favoreceu mais ainda os calçadistas. Os créditos prêmios aliados aos subsídios dos juros que também eram concedidos aos calçadistas possibilitavam um incentivo de 18% a 20%, quando que com a maxidesvalorização, eles tem um ganho de 30%.

De outro lado, a tranquilidade do setor foi conseguida também graças a eliminação das sobretaxas americanas às exportações de calçados (eliminadas em função da queda dos incentivos decretada pelo Governo brasileiro), permitindo uma maior liberdade de comercialização aos exportadores brasileiros.

De qualquer forma, os calçadistas, segundo o Sr Armin Blos, tem no diálogo seu maior instrumento para defesa de seus interesses. Eles admitem que o setor recebe do governo uma atenção especial, e a cada medida que possa prejudicar os negócios, se dirigem até as autoridades para tentar uma solução.

A STRASSBURGER S.A., foi fundada em 1935, por um alemão técnico em calçados, Paul Triebsees, associado a outro calçadista, Osmar Alfredo Erman. A empresa ainda era denominada de Triebsees e Cia. Ltda., e um capital social de 12 contos de réis, quando ingressaram outros dois sócios: Carlos Strassburger Filho (pai do Sr Claudio Strassburger) e Edmundo Strassburger.

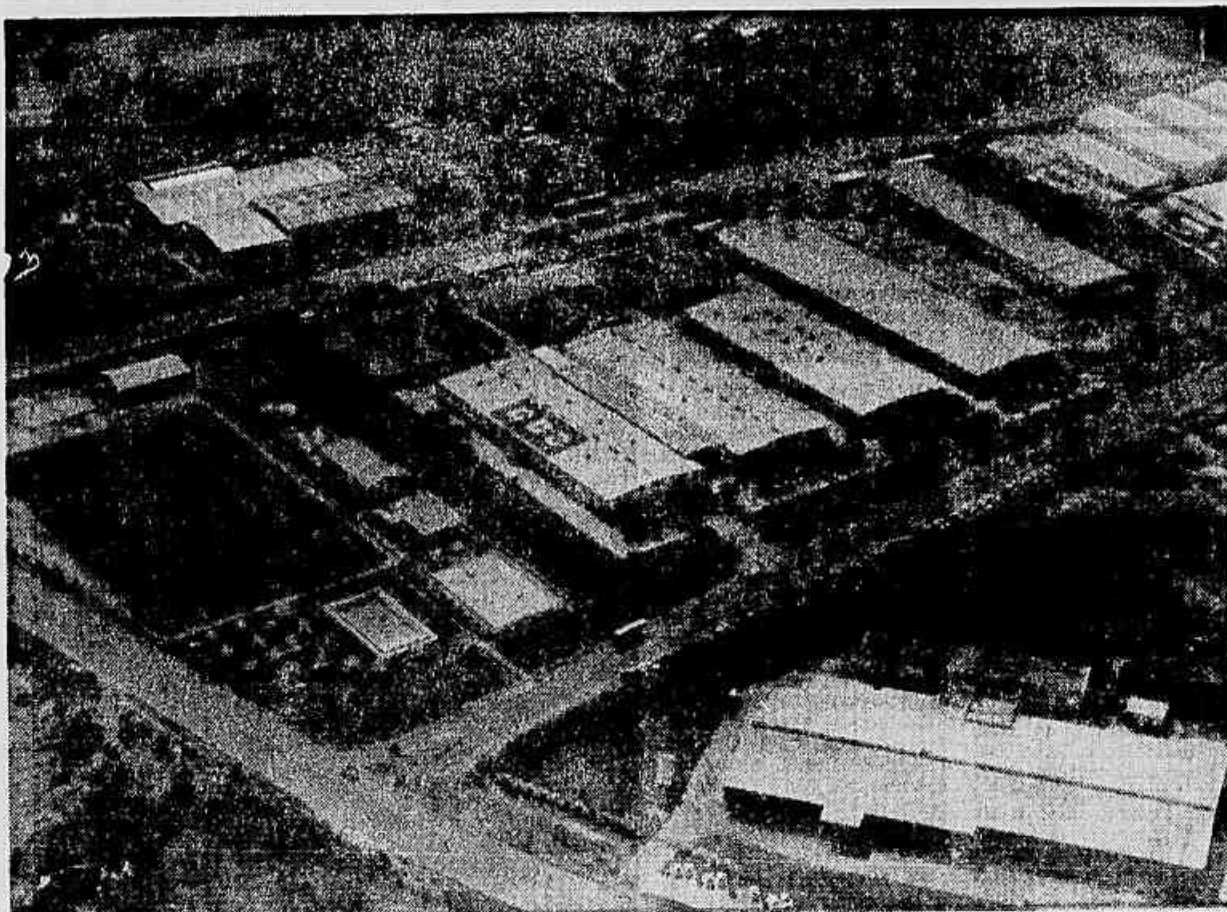
Em 46, ingressaram novos sócios: Edith Strassburger, e a empresa passou a denominar-se Strassburger e Cia. Ltda. Em 1947, os irmãos Claudio e Ethel Strassburger assumiram a direção da empresa, tornando-se diretor presidente o Sr Claudio Strassburger. O Sr Armin Blos foi admitido com sócio em 61, e passou a presidência em 1979, quando o Sr Claudio Strassburger precisou licenciar-se para exercer mandato político na Câmara Federal. Hoje o Sr Claudio é presidente do Conselho Administrativo. A produção diária do grupo é de 50 mil pares entre sandálias e sapatos, tendo exportado no ano passado 2 milhões e 500 mil pares.

Os exportadores gaúchos tem suas preocupações básicas em relação a política de exportação adotada pelo governo. A satisfação de alguns — especialmente calçadistas — com tais mecanismos, não estende-se a todos os exportadores. Uma das preocupações básicas refere-se ao temor de que o governo com a prática de desvalorização da moeda não consiga compensar a eliminação dos incentivos decretada pelo pacote de dezembro do ano passado. Isto porque a inflação prossegue elevada, os custos operacionais aumentam, e o governo não poderá desvalorizar eternamente a moeda para compensar as perdas dos incentivos.

Outro fator que preocupa, é a demora com que o Banco do Brasil libera os financiamentos dos importadores, em países onde há agências do banco, retardando o retorno monetário ao exportador. Isto ocorre especialmente em casos de produtos de porte e que são 90% financiados aos importadores, mediante aval do Banco do Brasil. O banco emite letras contra o importador e avaliza tais papéis para que o cliente dê seu aceite. Toda essa operação é aceita normalmente pelos exportadores, mas a concretização do aval que permita um retorno financeiro imediato ao exportador é que é demorada, podendo prolongar-se por até 300 dias, informou um exportador gaúcho.

Há necessidade de que tal operação se efetue rapidamente, para que a mercadoria, ao ser embarcada já proporcione o retorno monetário ao vendedor, caso contrário, as empresas ficam com um imobilizado muito grande durante quase um ano, com custos operacionais elevados. Outra queixa dos exportadores refere-se a restrição da Cacex às taxas de comissões aos representantes das empresas no exterior, e o limite de dinheiro às viagens ao exterior, que segundo os exportadores "é ridícula". O limite dado pelo banco central de US$ 1.000, não é suficiente para cobrir as despesas de viagem que geralmente os exportadores têm com seus clientes no exterior

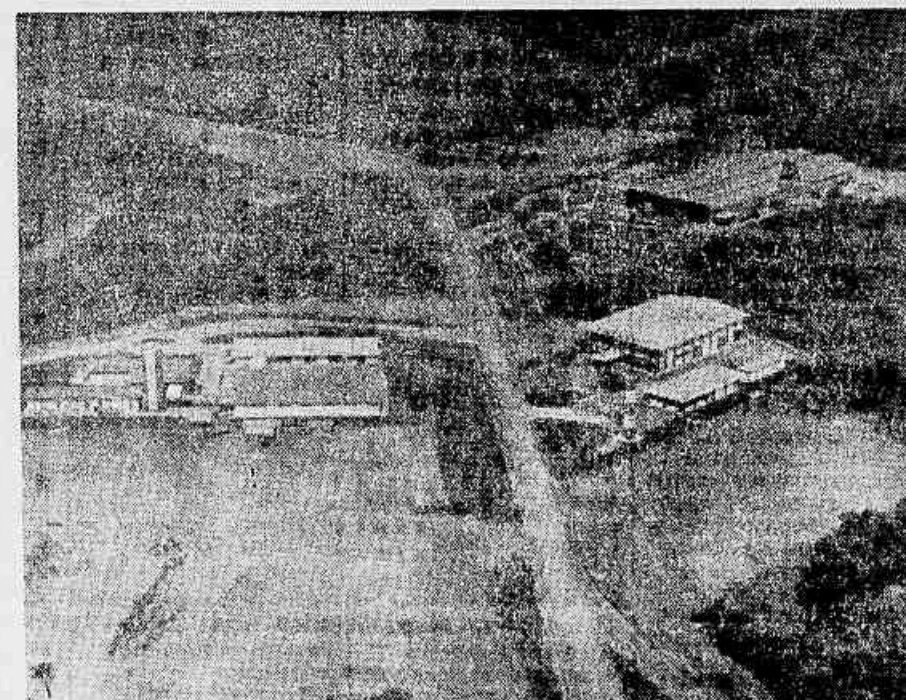
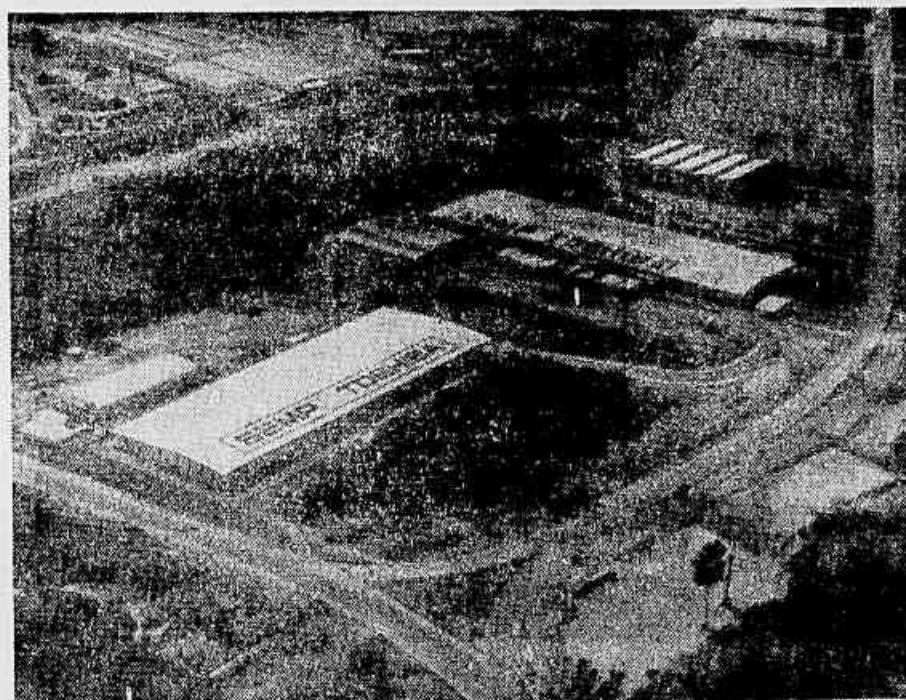
A Zivi-Hércules foi uma das primeiras empresas gaúchas a exportarem seus produtos, iniciando a primeira remessa ainda na época da II Guerra Mundial

A Strassburger exporta em média US$ 15 milhões por ano em sapatos femininos e masculinos e sandálias

Zona Franca
Desenvolvimento industrial

Dentre os resultados oferecidos até agora pelo modelo de desenvolvimento da Zona Franca, o pólo industrial de Manaus merece destaque especial, considerado a importância social do número de empregos diretos que vem gerando e a capacidade demonstrada por seus principais segmentos em se ajustar às políticas definidas pelo Governo Federal, com vistas a substituição das importações e o incremento às exportações.

O ano de 1979 foi marcado por um esforço conjunto da SUFRAMA e das empresas industriais da Zona Franca de Manaus, no sentido de ampliar os níveis de nacionalização já atingidos, uma das metas perseguidas pelo Superintendente Ruy Lins. É fato que, hoje, grande número de indústrias, especialmente do setor eletroeletrônico, já supera os índices mínimos de nacionalização estabelecidos oficialmente.

Outro esforço foi o de melhorar a posição da balança comercial da Zona Franca de Manaus, utilizando os incentivos do Programa Especial de Exportação — PROEX. Em 1979, a SUFRAMA aprovou 63 programas especiais de exportação de 13 empresas locais, no total de aproximadamente US$ 11 milhões de exportações, para um montante de US$ 6 milhões de importaçõs. No plano da articulação SUFRAMA/ EMPRESARIADO, com vistas a definição de medidas concretas em favor do desenvolvimento industrial, registra-se a criação da Associação dos Exportadores da Zona Franca de Manaus e o Centro das Indústrias do Estado do Amazonas; a instalação da Diretoria Regional da ABINEE — Associação Brasileira da Indústira Elétrica e Eletrônica — para a Amazônia Ocidental; a implantação do Consórcio do Distrito Industrial de Manaus — CONDIM, que assumirá todos os encargos relativos à administração e manutenção do Distrito Industrial, o qual foi totalmente construído com recursos orçamentários da SUFRAMA, em área de 17 km², dotada de toda infra-estrutura necessária, com 71 indústrias em pleno funcionamento.

No ano de 1979 foram aprovados 31 projetos industriais (16 de implantação e 15 de ampliação), que significaram investimentos da ordem de Cr$ 1,6 milhões e a geração de aproximadamente 6 mil empregos diretos, nos próximos três anos. Foram ainda, aprovadas, 22 cartas-consultas com previsão de Cr$ 783 milhões de investimentos gerando 3.646 empregos diretos. A isso soma-se a aprovação de 17 projetos sumários, concedendo-se isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados a pequenas indústrias que empregam 288 pessoas e totalizam investimentos em torno de Cr$ 37 milhões, ampliando, pois, para 77 o número de projetos dessa categoria, já aprovados. Ainda em 1979 foi adotada uma das mais importantes medidas em favor da especialização do Parque Industrial da Zona Franca objetivo estabelecido no Plano de Ação, através da Resolução do Conselho de Administração (199/79), que definiu os critérios para a implantação do Pólo Relojoeiro, estabelecendo prazos e etapas de nacionalização e regionalização progressiva do setor.

O acordo de Transportes Brasil—Venezuela, assinado em 1979, está possibilitando que a Zona Franca de Manaus transforme-se em "corredor de exportação" de produtos brasileiros, especialmente os produzidos na região, para os mercados da Associação Latino-Americana de Livre Comercio — ALAIC.

Com o comprometimento total da superfície utilizável do Distrito Industrial de Manaus, a SUFRAMA acelerou o processo de ampliação do atual Distrito, incorporando mais de 60 km² contíguos por desapropriação. Para gerir o complexo industrial, enquanto o Consórcio do Distrito Industrial — CONDIM não fora concebido e organizado, a Superintendência criou no mês de abril de 1979 a Prefeitura do Distrito Industrial que hoje apresenta resultados satisfatórios dada a descentralização das suas decisões.

A complementação das obras de infra-estrutura do Distrito Industrial; a implantação do projeto de arborização e paisagismo; a idealização e planejamento da "Exposição Industrial Permanente" dos bens produzidos na ZF; a preparação dos princípios e critérios que regem as normas para licitação de serviços referentes à implantação da nova etapa da área industrial são algumas das atividades já realizadas pela atual Prefeitura do Distrito Industrial de Manaus.

O Pólo industrial de Manaus, hoje constituído por 191 projetos já implantados, de um elenco de 235 aprovados, gerando mais de 40 mil empregos diretos, representa uma esperança concreta no atingimento do desenvolvimento auto-sustentado, objetivo maior da legislação especial de incentivos para a Amazônia Ocidental.

Produtores esperam crescimento

Porto Alegre — Por depender exclusivamente do bom desempenho da agricultura, os produtores de adubos do Rio Grande do Sul esperam para este ano um pequeno crescimento do consumo, em função das medidas tomadas pelo Governo federal, alterando valores básicos de custeio do trigo, eliminando o confisco da soja e criando melhores condições de plantio para os orizicultores.

A produção gaucha de adubos é de 1 milhão 500 mil toneladas ano, e o consumo deve situar-se entre 1,5 e 1,8 milhão (sendo que 300 mil t são referentes ao cloreto de sódio que é totalmente importado), informou o presidente do Sindicato das Indústrias de Adubos, sr Adair Schiavon.

Quase toda a produção gaucha é dedicada ao mercado interno, sendo que apenas algumas iniciativas de exportação estão sendo feitas pelo Luchsinger Madorin (adubos Trevo), visando mercado da Argentina e Uruguai e Paraguai.

Uma das preocupações do setor de fertilizantes, e que causou impacto no início de maio ao setor, foi a criação do imposto de importação de 15% através de decreto-lei do Banco Central, de 18 de abril, o que encareceria ainda mais o produto final para a lavoura. Felizmente, segundo o sr Adair Schiavon, o Governo foi sensível ao problema eliminando o imposto antes mesmo de ele ser aplicado. Mesmo porque, as importações de matéria-prima básica para a produção de fertilizantes (acido fosfórico, cloreto de sódio e amônia) já estão contigenciadas pelo Governo.

Quanto a política do ministro Delfim Neto, o Sr Adair Schiavon, admite que há dificuldades de recursos no país, e que o ministro está canalizando parte desses recursos para a agricultura, por ser um setor prioritario. "Notamos que o ministro está lutando para combater a inflação e que muitas são as dificuldades que ele enfrenta".

O carvão, a exemplo do setor de couros, foi escolhido como a alternativa mais viável para as industrias de adubos, mas com exceção da Adubos Trevo, as demais indústrias estão ainda na fase de racionalização do óleo combustível em suas fornalhas, e se adaptando ao corte de 10% decretado pelo Governo federal para este ano.

A Adubos Trevo, em iniciativa pioneira, já está substituindo a nível experimental, o óleo pelo carvão, em sua unidade industrial de Cubatão (SP), e se a experiência for bem sucedida, estenderá a outra unidade (matriz 0) que tem em Rio Grande. Dentro de 30 dias, segundo o diretor comercial da Trevo, sr José Luiz Mambrini, a unidade de Cubatão deixará de usar o fuel oil, para apenas usar o carvão.

Por ser uma unidade pequena (produz 25 mil t/ano), ainda não foi dimensionado o consumo que será necessário de carvão em Cubatão. Para maior garantia, um forno movido a "fuel oil" também estará disponível na indústria, no caso de problemas de abastecimento ou operacionalidade com o carvão. A Trevo é uma das indústrias gauchas que mais produz adubos no país, cerca de 1 milhão t/ano, com capital de Cr$ 677 milhões e faturamento do ano passado de Cr$ 7 bilhões. A indústria exporta também para a Argentina, Uruguai e Paraguai.

Burity defende ampla reforma fiscal e tributária no país

João Pessoa — A execução de uma "profunda reforma fiscal e tributária no país" é defendida pelo Governador da Paraíba, Sr Tarcísio Burity, a fim de que seja devolvida aos Estados e Municípios a autonomia que perderam há alguns anos, tornando-os "extremamente dependentes da União".

Ressaltou o Governador que a atual legislação fiscal e tributária brasileira centraliza de tal forma as operações dos impostos que para os Estados e Municípios resta pouco mais do que fazer a arrecadação e transferir os recursos para o Governo Federal.

REFORMULAÇÃO

"Independentemente dos Partidos aos quais pertençam — afirmou o Sr Tarcísio Burity — os governadores, prefeitos, parlamentares e as lideranças políticas estaduais e municipais devem se unir para obter do Governo Federal a reformulação do sistema fiscal e tributário do país".

Ele defende que, no caso do Nordeste, em particular, essa luta deve ser ainda mais intensa, "pois aqui ocorrem graves distorções regionais em relação ao restante do país, além de disparidades entre seus próprios Estados. A reforma econômica daí decorrente será tão importante quanto a reforma política que se processa no Brasil".

Outro problema da região, abordado pelo Governador, foi a seca, que considera a questão mais crítica do Nordeste, embora reconheça que existem outros problemas da mesma forma graves para a area.

Quanto à estiagem, acredita que é preciso uma reformulação nos métodos de combate a este fenômeno, o que, segundo ele, já começa a ser feito na Paraíba.

"Não se pode dar tratamento emergencial a um fato que se repete com regularidade. Tratamento de emergência é para fatos inesperados e a seca não é inesperada, pois se repete em ciclos regulares".

O Sr Tarcísio Burity elogiou os planos elaborados pelo Governo Federal para combater as estiagens no Nordeste. Na sua opinião, é exatamente com a irrigação, com a construção de açudes, perfuração de poços e perenização de rios que a região estará sempre preparada para enfrentar os períodos regulares da seca.

"O programa de recursos hídricos que o Ministério do Interior começa a implantar no Nordeste é a melhor solução para acabar com esse problema que desde o século XVII atormenta a vida econômica e social da região", afirmou.

O governador da Paraíba referiu-se ainda à visita que o Presidente Figueiredo fez esta semana ao Estado, não só pelos benefícios econômicos e sociais que resultaram disso mas, também, "pelo contato direto que o chefe da Nação teve com os principais problemas locais e da região. O Presidente sentiu de perto as nossas necessidades, testemunhou o esforço que estamos fazendo para superá-las e renovou seu interesse em ajudar, objetivamente, na recuperação econômica da região".

POLÍTICA

Ao referir-se às questões políticas do País, o sr. Tarcísio Burity reafirmou ser contrário à tese da coincidência de eleições, "porque o povo deve exercitar com freqüência o seu direito de votar, fortalecendo, assim, a prática da democracia. Os partidos políticos, por sua vez, também precisam participar, freqüentemente, de pleitos diretos, pois só assim terão oportunidade de reformular linhas de atuação adequando-as ao veredicto popular".

Ressalvou, no entanto, que considera impraticável a realização do pleito municipal de novembro deste ano, por imperativo de dispositivos legais: "apenas por essa questão, de natureza institucional, admito a prorrogação dos mandatos atuais de prefeitos" observou.

Explicou que esta sua posição atual é apenas decorrência das circunstâncias ligadas à formação de novos partidos, pois, em princípio, sou contra qualquer tipo de prorrogação, por considera-la uma medida profundamente antipática. Primeiro, porque o povo deve votar e, segundo, porque quem foi eleito para cumprir determinado tempo de mandato, não deve permanecer no cargo além deste tempo". Afirmou.

Bahia exporta este ano US$ 1,5 bilhão de industrializados

O cacau ainda é o principal produto de exportação da Bahia

Salvador — As exportações baianas, este ano, deverão atingir a casa dos US$ 1,5 bilhão, com os produtos industrializados participando com mais de 50 por cento desse total segundo as previsões do diretor presidente da Promoexport, Luciano Freitas. Somente nos dois primeiros meses deste ano a Bahia já exportou US$ 205 milhões.

Segundo Luciano Freitas, o aumento de 17 por cento nas exportações dos dois primeiros meses em relação a igual período do ano passado já indica as possibilidades da Bahia atingir a meta de exportações para este ano. Em 1978 as exportações baianas atingiram a casa dos US$ 1,2 bilhão.

MERCADOS

Do total das exportações do ano passado os produtos básicos do cacau e do dendê somaram US$ 845 milhões, o ferro-liga representou US$ 55 milhões, a corda de sisal US$ 34 milhões, vergalhões de aço US$ 8 milhões e o suco de maracujá US$ 3 milhões. A maior parte das exportações baianas do ano passado foi para os Estados Unidos que ficou com 35 por cento das exportações, o Mercado Comum Europeu ficou com 24 por cento e o Leste Europeu com 20 por cento, cabendo uma pequena parcela para a América Latina, Ásia e África.

Para este ano espera-se um crescimento nas exportações do Pólo Petroquímico, artesanato de prata, confecções, roupa de cama e mesa e produtos alimentícios. Segundo Luciano Freitas, algumas empresas já estão se preparando para exportar cravo e pimenta e existe fortes possibilidades do Instituto Mauá vir a exportar artesanato!

As previsões da Promoexport para este ano prevê que, o cacau deverá ficar com aproximadamente US$ 1 bilhão das nossas exportações, o sisal com US$ 150 milhões, o fimo com US$ 50 milhões, a mamona com US$ 55 milhões, os ferro-ligas e os vergalhões de aço com US$ 73 milhões, os produtos petroquímicos com US$ 60 milhões e o café com US$ 9 milhões.

TRANSPORTES

A falta de navios no porto de Salvador para alguns mercados não tradicionais como América Latina e África é, segundo Luciano Freitas, a maior queixa dos exportadores baianos. Por causa dessa dificuldade, o Promoexport está organizando um balcão de cargas e fretes, onde se estabeleceria um cronograma dos embarques para facilitar a programação para o porto de Salvador.

Essa tem sido a preocupação da Promoexport no sentido de facilitar o envio das mercadorias de mais de 100 exportadores baianos. Ao lado disso, a Promoexport tem tido um grande trabalho de assistência técnica, de promoção dos produtos baianos junto aos compradores do mercado externo, participando de feiras e exposições, treinando recursos humanos e um grande acompanhamento do mercado externo através da publicação de um boletim.

Exportações de Pernambuco são voltadas para mercado dos EUA

Recife — As principais exportações de Pernambuco são, ainda, do tipo tradicional e voltadas, em seu maior peso, para o mercado norte-americano. O açúcar demerara é o produto mais vendido ao exterior, e em 1979 as exportações deste produto, 92% das quais destinadas aos Estados Unidos, renderam 110 milhões de dólares.

O Sr Jorge Cavalcante, Secretário de Planejamento do Estado, afirma que já se observa uma tendência de diversificação das exportações e um esforço para a agregação local de mais valor ao produto exportado. "Foi assim que exportamos, no ano passado, 70 milhões de dólares em açúcar refinado, como resultado deste esforço para aumentar o valor dos produtos vendidos ao exterior."

Dentre os artigos considerados não tradicionais, que representaram, em conjunto, 32 milhões de dólares em divisas no ano que passou, o maior destaque individual é para os componentes para telecomunicações, responsáveis por 11 milhões de dólares, dentro do total deste item.

No entanto, as melhores perspectivas de crescimento das exportações não tradicionais não se situam no âmbito dos complexos industriais projetados, que atuarão mais no sentido de abastecer o mercado nacional e reduzir importações (fertilizantes, química do álcool, metalurgia). Este aumento nas vendas externas é o resultado de planos de expansão das indústrias produtoras daqueles itens.

A Philips Nordeste, principal responsável pelos 11 milhões de dólares em equipamentos para telecomunicações, deverá expandir sua produção de circuitos integrados, hoje já inteiramente exportada, podendo atingir, em 1983, o valor próximo a 50 milhões de dólares, no total de suas vendas ao exterior.

Dentre os produtos tradicionalmente exportados por Pernambuco, o óleo de mamona, do grupo dos semi-manufaturados, rendeu no ano passado 12,5 milhões de dólares.

Em 1979, o total das exportações de Pernambuco foi de 314 milhões 883 mil dólares, figurando em primeiro lugar os produtos básicos, com 179 milhões de dólares, seguido pelos manufaturados, com quase 12 milhões de dólares, enquanto os semimanufaturados deixaram 111 milhões 815 mil dólares.

Apesar da pouca expressividade das exportações de produtos pernambucanos, o Estado, como aliás todo o Nordeste, é superavitário em suas trocas com o exterior. A região, como um todo, contribuiu para a balança comercial do país, em 1978, com um saldo positivo de 820 milhões de dólares, muito embora as suas exportações não representem mais que um quarto das vendas externas do Sudeste. É que as importações da região representam apenas cerca de 1/20 das do Sudeste.

O Secretário de Planejamento de Pernambuco, Sr Jorge Cavalcante, ressalta: "A indústria nordestina tem pouco peso e pouca diversificação, em comparação com a do Sudeste, e o esforço de diversificação que estamos fazendo, a nível regional e estadual, não deverá alterar essa característica, mais auspiciosa para o Brasil do que para o próprio Nordeste.

Assim, o processo de industrialização se faz hoje de meneira seletiva, apoiando-se solidamente nas dotações locais de recursos naturais, orientando-se pelas oportunidades abertas no mercado exterior pela marcha dos acontecimentos econômicos e políticos, e sempre com a preocupação de não onerar negativamente a balança de pagamentos do país", afirma o Sr Jorge Cavalcante.

BC refinancia US$ 83 milhões das empresas de engenharia

O Banco Central aprovou esquema de refinanciamento de US$ 83 milhões, referentes às dívidas contraídas pelas empresas de engenharia, construção e montagem filiadas ao Sindicato Nacional da Indústria de Construção de Estradas, Pontes, Portos, Aeroportos, Barragens e Pavimentação (Sinicon) e à Associação Brasileira de Engenharia Industrial (Abemi).

Esta medida visa minimizar os prejuízos decorrentes da maxidesvalorização do cruzeiro — decretada com o pacote econômico de dezembro — conforme exposto pelas duas entidades ao Governo federal. Os vencimentos dessa dívida estão assim escalonados, conforme levantamento da Abemi: US$ 36 milhões este ano; US$ 19 milhões em 1981, US$ 8 milhões em 1982 e US$ 20 milhões após 1982.

De acordo com a circular da Associação aos seus associados, o Banco Central analisará, individualmente, as operações de refinanciamento, mediante solicitação feita aos seu presidente Carlos Geraldo Langoni. As solicitações deverão conter as seguintes informações:

a) caracterização das operações em moeda estrangeira (413), Resolução 63, financiamentos de importações ou outras;

b) nome das instituições financeiras no país ou no exterior;

c) características das operações — data de sua realização, prazo de vencimento, taxa de juros, prazo de carência, forma de amortização e outros detalhes;

d) demonstrativo detalhado do esquema de pagamento do principal e juros, destacando as parcelas já amortizadas e as parcelas a serem amortizadas.

No caso de uma empresa possuir mais de uma operação em moeda estrangeira, ressalva a circular da Abemi, estas deverão ser caracterizadas uma a uma junto ao Banco Central.

O Conselho Nacional de Exportação de Serviços de Engenharia (Conese) criou cinco grupos de trabalhos para estudar e consolidar as sugestões que formalizará ao Governo federal, como subsídio às decisões que visem a dotar a engenharia nacional de condições capazes de torná-la competitiva no mercado internacional.

Os grupos de trabalho são integrados por representantes das entidades que constituem o Conese: Associação Brasileira de Consultores de Engenharia (ABCE); Associação Brasileira de Engenharia Industrial (Abemi); Sindicato Nacional da Industria de Construção de Estradas, Pontes, Portos, Aeroportos, Barragens e Pavimentação (Sinicon) e da Câmara Brasileira das Industrias da Construção (CBIC).

Prioridade à agricultura é permanente, diz Delfim

Brasília — A agricultura é a única e grande saída de que dispõe o País para solucionar, em prazo relativamente curto, os problemas econômicos por que atravessa, atenuando, ao mesmo tempo, as altas da inflação, os saldos negativos do balanço de pagamentos e a nossa dependência do petróleo importado, cada vez mais caro. A opinião é do Ministro do Planejamento, Delfim Neto, segundo quem, por isto, nada faltará ao setor agrícola, que irá continuar a ser a prioridade número um ao longo de todo o governo do Presidente João Baptista Figueiredo.

"Vamos resolver ou não os problemas do País" — acentua ele — "dependendo da resposta que a agricultura vai dar aos estímulos do Governo. As indicações que temos são de que o setor continuará a responder a esses estímulos. É fundamental que os agricultores compreendam que, sobre os seus ombros, repousam, realmente, as soluções dos nossos problemas. É fundamental que a agricultura compreenda que, sem uma expansão rápida e eficaz da sua atividade, dificilmente poderemos superar, num curto prazo, os grandes problemas com que nos defrontamos".

SEM DIFICULDADES

De acordo com o Ministro do Planejamento, ao contrário de outros setores, a agricultura tem as soluções dos problemas da alta de preços, "déficit" da nossas transações com o exterior e da adaptação do Brasil à crise energética sem criar dificuldades adicionais — ou seja, sem gerar exageradamente mais inflação. E com uma outra grande vantagem: também contrariamente a outros ramos da atividade econômica, os investimentos nela realizados não precisam maturar por longo tempo para produzir as respostas desejadas, tal a rapidez de seu retorno.

> **"Sobre os ombros do agricultor repousam as soluções para os três maiores problemas do País, no momento"**

A questão da alta taxa inflacionária, que já beira os 100% anuais, será atenuada pela eliminação da escassez física de alimentos — uma das quatro razões básicas, nestes últimos dois ou três anos, que pressionaram a inflação ao patamar no qual se encontra, pois, como se sabe, se não existe oferta de produtos agrícolas, os preços dos alimentos tendem fatalmente a subir, como efetivamente ocorreu.

"Uma das causas fundamentais do atual índice de inflação" — constata Delfim Neto — "se deve à diminuição da oferta física de alimentos. Tivemos, nos últimos anos, uma redução da quantidade de alimentos disponíveis. Não se pode ignorar a enorme pressão inflacionária derivada deste constrangimento da oferta agrícola. Os indicadores de preços mostram que no ano passado os preços agrícolas cresceram muito mais rapidamente do que os outros preços e isto se deve, basicamente, ao fato de que a sua oferta sofreu uma enorme redução".

Justamente por haver estimulado a agricultura já no primeiro ano da Administração Figueiredo, com crédito farto, preços mínimos remuneradores e a certeza do seguro, através do Proagro, é que o Governo está conseguindo eliminar a causa da inflação proveniente da escassez física de alimentos. Com efeito, verificando-se o comportamento dos preços no atacado e os seus aumentos junto ao consumidor, medidos pelo índice do custo de vida, constata-se que agora os preços dos produtos agrícolas têm subido menos do que há alguns meses e irão estacionar e baixar posteriormente, com a comercialização da safra, já iniciada. Só de grãos serão mais de 50 milhões de toneladas, a empurrar os preços dos alimentos para baixo. Os efeitos já serão sentidos neste começo de semestre.

Também para a solução do problema energético se espera uma contribuição fundamental da agricultura. Os preços do barril de petróleo subiram 116% de abril de 1979 a abril de 1980 e só isto dá um quandro muito claro do peso do custo do petróleo para o País. Então, enquanto a Petrobrás procura elevar a produção interna do petróleo, é necessário, ao mesmo tempo, buscar fontes alternativas à sua utilização — e a agricultura, novamente, é a resposta.

Segundo Delfim Neto, é claro que o primeiro substituto do petróleo é o petróleo, assim como o segundo, o terceiro ou o quarto substituto. "Num quinto lugar, porém" — assinala — "vêm possivelmente os combustíveis produzidos pelo aproveitamento da energia solar acumulada nas plantas e, no caso brasileiro, temos grandes e fundadas esperanças de que poderemos ampliar a oferta de energia interna pela produção do álcool da cana".

"O programa do álcool em desenvolvimento" — acentua — "mostra que isto é possível, mais do que isto, que é factível e que devemos esperar da agricultura realmente uma contribuição importante do problema da energia. Não apenas a produção do álcool da cana, mas a produção do carvão vegetal, fundamental para o setor siderúrgico e para a possibilidade da movimentação de toda a agricultura, através de motores à gás pobre e ainda, eventualmente, no futuro, a produção de álcool derivado da madeira, deixando alguns subprodutos importantes".

EFEITOS INDIRETOS

Um outro terceiro problema por que passa o país, os déficits nas suas transações com o exterior, tem uma outra contribuição importante para resolvê-lo igualmente no setor agrícola. Em 1979, por exemplo, as más safras e a conseqüente escassez de produtos agrícolas chegaram a tal ponto que o País se viu transformado em importador líquido de alimentos, comprando lá fora produtos dos quais era tradicional exportador, com arroz, feijão, milho, carne.

Isto agravou, de forma significativa, o déficit da balança comercial: importamos, no ano passado, mais de 1 bilhão de dólares de alimentos, ao mesmo tempo em que deixamos de exportar cerca de 2 bilhões 500 milhões de dólares de tais produtos, o que resultou num efeito líquido negativo ao redor de 3 bilhões 500 milhões de dólares.

O Ministro do Planejamento afirma que ninguém deve ignorar que o constrangimento maior da economia brasileira, atualmente, é o balanço de pagamentos, que impede o País de crescer a taxas anuais superiores a 5 ou 6%, porque mais do que isto implicaria em maiores importações, em mais pagamentos de fretes e de tecnologia ao exterior, em maior crescimento da dívida externa, conseqüências insuportáveis para o balanço de pagamentos.

"Na medida em que ampliarmos as nossas exportações agrícolas, na medida em que aumentarmos a nossa capacidade de colocar estes produtos no exterior, estaremos afastando a restrição mais forte sobre o nosso crescimento e possibilitando uma ampliação da taxa de crescimento da economia sem criar pressões sobre o balanço de pagamentos", observa Delfim Neto.

> **"O tripé continua: financiamos tudo o que for plantado, compramos o que não se vender e indenizamos os prejuízos"**

De acordo com ele, "a expansão da agricultura, hoje, porque representa uma ampliação das exportações, significa o único meio eficaz de aumentar o emprego na cidade sem criar tensões adicionais sobre o balanço de pagamentos — ou seja, a ampliação da agricultura é o único caminho de que dispomos para aumentar o nível de emprego na cidade, porque, permitindo que superemos o constrangimento do balanço de pagamentos, permitirá um crescimento maior da economia do que é possível atualmente e, em conseqüência, um nível de emprego mais elevado".

Portanto, segundo Delfim Neto, a ampliação da atividade agrícola é fundamental, também, do ponto de vista da possibilidade de se ampliar o Produto Nacional Bruto (PNB) e a oferta de emprego. Esta seria uma contribuição indireta porque, na medida em que diminuírem as restrições ao balanço de pagamentos, existe, aí, a possibilidade de uma maior liberalização das importações.

"Ora, não há mecanismo mais eficaz de controle das pressões inflacionárias" — lembra o Ministro do Planejamento — "do que uma abertura para o exterior; não existe mecanismo mais eficaz de controle das ampliações de preços a curto prazo do que o aumento das importações". Um exemplo prático poderia ser citado com o arroz e o feijão. Se o arroz e o feijão estão escassos no mercado interno e, portanto, caros, a folga no balanço de pagamentos permite a importação dos dois produtos, de tal forma que, existindo ambos no mercado, adquiridos no exterior, havendo oferta, seus preços, anteriormente altos, cairão necessariamente.

"Quando se tem uma certa folga no balanço de pagamentos, quando se tem uma folga nos pagamentos externos, pelo nível das reservas cambiais, pode-se realizar uma política de importação mais inteligente, que ajuda a controlar os preços internos. Diria, portanto, que os efeitos da agricultura não são apenas aqueles efeitos diretos, de ampliação da oferta de produtos agrícolas, mas também indiretos e tão importantes quanto os diretos. De um lado, a possibilidade de aumento da taxa de crescimento do produto nacional e, do outro, a possibilidade de uma maior liberalização das importações", destaca Delfim Neto.

APOIO MACIÇO

Por todas estas razões, por estar demonstrado que o setor agrícola se constituí, efetivamente, na única e grande saída para solucionar, num prazo relativamente curto, os grandes problemas que enfrenta o País, é que o Governo repetirá, este ano, e nos anos restantes da Administração João Figueiredo, o apoio maciço que tem dado à agricultura.

"Foi exatamente por tudo isto" — justifica o Ministro do Planejamento — "que o Presidente da República imaginou uma política extremamente simples, mas que se revelou bastante eficaz. Esta política apoiava-se num tripé: financiar tudo o que se desejasse plantar, comprar eventualmente o que fosse produzido e não comercializado e indenizar aquilo que eventualmente sofresse dificuldades na sua produção. A execução desta política nos colocou diante de uma grande safra e continuaremos nesse esforço futuro, nos anos próximos".

Dentro deste espírito é que os VBCs (Valor Básico de Custeio) que estão sendo anunciados para a safra 1980/81 cobrirão 100% dos custos de quase todos os produtos agrícolas, repetindo a decisão adotada no ano passado, assim como os preços mínimos continuam sendo remuneradores, de tal maneira que continuarão estimulando o produtor a plantar.

Garante o Ministro do Planejamento que está se estabelecendo um sistema de financiamento, novamente, que atenderá plenamente aos interesses dos agricultores. "A política financeira, a política creditícia que estamos aplicando na agricultura para a safra 1980/81, é condizente com as necessidades do setor e com os mais altos interesses nacionais", frisa.

"É uma política" — destaca — "que colocará de novo, na mão dos agricultores, os instrumentos para que voltem a juntar-se a nós, num esforço de aumentar a produção. Ao lado destas duas coisas, estamos voltando a aplicar o Proagro, a dar garantia àqueles que estão produzindo e que terão um suporte do Governo caso tenham dificuldades. Caminharemos no aperfeiçoamento deste mecanismo de seguros que, pouco a pouco, vamos construindo, de maneira a dar ao produtor aquele mínimo de segurança de que necessita", enfatiza ele.

> **"É preciso repetir boas safras por três, quatro anos seguidos"**

Tal como ocorreu em 1979, **também para a safra 1980/81, os empréstimos para o custeio agrícola continuarão ilimitados. Assegura Delfim Neto que "temos que compreender que, apesar de todo o esforço de controle dos meios de pagamento, continuaremos a manter os créditos de custeio como contos** abertos no orçamento monetário, isto é, contas não sujeitas às restrições do orçamento, para que possamos realmente cumprir a palavra de financiar tudo aquilo que for plantado".

> **"Não existe outra opção ao Brasil, não há outro setor a que dedicar maior atenção do que o setor agrícola"**

Este processo, de certa forma, ao que reconhece ele, cria certamente dificuldades do ponto-de-vista inflacionário e é por isto que, para neutralizar tais dificuldades, paralelamente a uma grande expansão do crédito agrícola, está sendo feito um controle mais rígido e eficaz da elevação dos empréstimos em outros setores, especialmente a indústrias e o comércio, de modo a que os financiamentos, como um todo, não ultrapassem o limite de 45% fixado para o crescimento dos empréstimos este ano.

Segundo Delfim Neto, mesmo os financiamentos para investimentos, cujos recursos, ao contrário daqueles destinados ao custeio, não são ilimitados, crescerão em relação ao volume liberado para a presente safra. "Estamos continuando a aperfeiçoar o mecanismo de financiamento dos investimentos. É muito claro, hoje, que se desejamos uma ampliação da produção agrícola, temos que estimular o aumento da área plantada. Este aumento exige, realmente, um financiamento de novos investimentos, um financiamento na compra de máquinas, na ampliação das propriedades", afirma.

O apoio creditício à agricultura persistirá em tal intensidade que não só lhe serão transferidos recursos de outros setores dentro do orçamento monetário, mas também recursos do próprio orçamento da União, cujos "superavits", que serão elevados neste segundo semestre, serão encaminhados ao Banco Central para serem transformados em financiamentos à atividade agrícola. Esta decisão, inclusive, implicará em alguns cortes de recursos para obras e projetos, em favor da agricultura.

CONTRIBUIÇÃO

Em que pese todo este esforço, o Ministro do Planejamento espera uma contribuição daqueles produtores que auferiram bons lucros com a excelente safra que esta sendo comercializada, aplicando na produção uma parcela de seus recursos próprios. "Esperamos que haja uma contribuição, neste campo, dos agricultores que, tendo obtido uma safra importante este ano, utilizem uma pequena parte do rendimento dela obtido para prosseguirem na produção", diz. Conforme Delfim Neto, o Governo não espera que o agricultor, em um ano, se capitalize integralmente de safras frustradas durante dois, três anos consecutivos, mas acredita que o processo de aplicação de recursos próprios na atividade se amplie progressivamente durante os próximos três ou quatro anos.

"É fundamental que todos nos compreendamos" — declara Delfim Neto — "que o Presidente Figueiredo atribuiu à agricultura um papel relevante no seu programa de desenvolvimento, exatamente porque talvez seja esse o único setor do qual se pode esperar uma contribuição à solução dos problemas da alta da inflação pela escassez de alimentos, do balanço de pagamentos e da questão energética. São três contribuições que não criam contradições internas e que não dificultam, cada uma delas, a solução dos outros problemas".

De acordo com o Ministro do Planejamento, "a agricultura deverá nos ajudar, este ano, no segundo semestre, de forma importante, mas temos que compreender que apenas um ano de boa safra não vai alterar de maneira fundamental a situação presente. Precisamos repetir boas safras por três ou quatro anos seguidos, de forma a voltar a ter um estoque regulador mínimo, capaz de garantir a estabilidade de oferta".

"O papel da agricultura no desenvolvimento do Brasil" — acrescenta — "vai continuar a ser decisivo e, portanto, daremos ao setor não apenas o suporte financeiro, mas o suporte técnico mínimo capaz de dar à agricultura uma elevação não apenas de área produzida, mas também da produtividade. A agricultura é a prioridade número um do Governo Figueiredo e vai continuar a ser a prioridade número um".

Afirma Delfim Neto que "da agricultura, portanto, esperamos uma contribuição fundamental à realização do nosso desenvolvimento a curto prazo. Eu diria mesmo que o sucesso ou o insucesso da política econômica governamental está basicamente ligado à possibilidade de ampliarmos a produção agrícola".

> **"Da agricultura esperamos ajuda fundamental ao desenvolvimento a curto prazo"**

Defende ele a necessidade de que, a par da elevação da produção, da produtividade e da área plantada, é necessário, igualmente, diversificar esta área plantada País afora, de maneira a que os efeitos climáticos, quando ocorrerem, sejam localizados e não afetem a produção como um todo.

"Como esta produção depende das flutuações do tempo, é preciso" — assinala — "que a cada ano possamos ampliar um pouco a área plantada por toda a Nação, de tal forma que os efeitos perniciosos do tempo, se vierem a ocorrer, sejam localizados e incapazes de alterar de maneira importante o volume produzido".

Acrescenta o Ministro do Planejamento que a diversificação da área geográfica da produção é absolutamente fundamental, "e como vimos recentemente, no caso da seca, no Nordeste, é exatamente por isto que, ao lado deste apoio direto à agricultura, nós estamos procurando estimular os governos estaduais a que se juntem neste esforço e que desenvolvam nos seus Estados a agricultura mais propícia aos recursos disponíveis, de forma a se alcançar esta diversificação geográfica e reduzir os custos inerentes à atividade agrícola".

"Na medida em que tivermos sucesso nesta tarefa" — prossegue — "estaremos estabilizando o nível de produção, ao mesmo tempo em que ele esta sendo ampliado, e certamente vamos colher os frutos desta diversificação e ampliação de áreas".

Conclui o Ministro Delfim Neto enfatizando que "não existe outra alternativa para o País, não existe nenhum outro setor ao qual possamos dedicar nossa atenção, não há nenhum outro setor que possa ser qualificado como prioridade número um, capaz de atender à solução dos três maiores problemas brasileiros da atualidade".

Ministro Delfim Neto

Formar estoques sem baixar preço

O apoio governamental à produção agrícola e à ampliação da área plantada, dado no ano passado, repetido em 1980 e a continuar nos anos restantes do Governo Figueiredo, na forma de crédito farto e preço mínimo remunerador, não é tudo. É igualmente fundamental que, ao lado deste apoio, se agilize a formação de estoques reguladores, permanentemente, sem os quais o esforço à produção resultará sem efeito, na medida em que não se terá um mecanismo rápido e eficaz para regular a oferta e, em conseqüência, os preços.

"Esta estabilidade de oferta de alimentos proporcionada pela formação de estoques é absolutamente necessária para que voltemos a ter um sistema de preços mais adequado, para que possamos permitir que o mercado funcione melhor", enfatiza o Ministro do Planejamento, Delfim Neto. Tais estoques, segundo ele, serão feitos sem nenhuma pressão inflacionária, por meio de utilização dos saldos positivos do Orçamento do Tesouro, que representam recursos não inflacionários.

"É exatamente por isto" — assinala o Ministro do Planejamento — "que temos de fazer estes estoques lentamente, aos poucos, porque representam, no fundo, uma parte da poupança nacional que temos de guardar, a cada ano, para que possamos ter os benefícios da estabilidade da oferta de alimentos." Dentro desta estratégia e já aproveitando a excelente safra que começa a ser comercializada, está decidido pelo Governo que os resíduos de produtos agrícolas em poder da CFP (Comissão de Financiamento da Produção), se houver algum saldo no final da safra, serão utilizados para a formação dos estoques reguladores.

Delfim Neto, contudo, tranqüiliza os agricultores. "É preciso dizer" — acentua — "que o objetivo da formação de estoques reguladores não é e não será o de comprimir os preços da agricultura, mas de, simplesmente, regularizar a oferta, dando ou reduzindo, talvez, as flutuações, mas não impedindo que os preços acompanhem os custos de produção, de tal forma a dar ao setor um mínimo de rentabilidade, sem o que não se pode esperar que prospere."

Essa tranqüilidade ao agricultor, a garantia de que a constituição dos estoques reguladores não se fará em detrimento de quedas nos preços, já estão funcionando na prática. O Secretário Especial de Abastecimento e Preços, Carlos Viacava, garante que a CFP não entrará no mercado comprando em alta, de maneira a não pressionar os preços para baixo. Isto está sendo feito, por exemplo, com o arroz e o milho, cuja comercialização já foi iniciada e que só serão adquiridos pela CFP quando o preço estiver próximo do preço mínimo ou quando o agricultor não conseguir comercializá-los.

Garante ele a cerealistas e corretores das bolsas de cereais que o Governo não intervirá intempestivamente no mercado. "A interferência do Governo na comercialização da produção agrícola" — diz — "deve ser a menor possível e a sua filosofia, na formação de estoques reguladores, é de enquadrá-los na política de estabilização de preços, o que inviabiliza a participação governamental no mercado quando ela representar aviltamento de preços".

Segundo Viacava, o Governo só entrará no mercado "quando houver precipitação de vendas e queda no preço, pois não terá sentido uma participação para antecipar altas". Informa que, na formação dos futuros estoques reguladores, a CFP e a Cobal darão prioridade aos produtores de regiões mais distantes, por enfrentarem dificuldades de comercialização.

BNH prepara-se para operar como entidade de 1a. linha

O presidente do BNH, Sr. José Lopes de Oliveira, reafirmou que está nas cogitações do Banco operar como instituição de primeira linha, isto é, diretamente junto ao mutuário, "em áreas pioneiras e quando houver necessidade de ação complementar ao papel desempenhado pelos agentes financeiros".

Justificou esta nova ação do BNH pelo fato de que nos seus 15 anos de existência, o BNH e o seu sistema financeiro ficaram "muito urbanos", sem desenvolverem maior apoio no interior do país, que apresentam hoje "muitos problemas sem a ação direta do Sistema Financeiro da Habitação".

AVALIAÇÃO

O Sr José Lopes de Oliveira, ao analisar o desempenho do BNH afirmou que após 15 anos de existência, o Banco e os agentes do SFH construíram ou deixaram em fase de construção, cerca de 2 milhões de moradias:

— Para um déficit estimado em cerca de 6 milhões de moradias, principalmente nas classes de média e baixa rendas, verifica-se que o problema habitacional brasileiro, por força das condições de renda, do crescimento populacional e das migrações internas, ainda se acha em fase de agravamento.

Explicou que diante desse quadro, com que se deparou o Governo do Presidente Figueiredo, o ano de 1979 haveria de se caracterizar por um período de profundas reformulações, especialmente nos planos financeiros e programas de responsabilidade do BNH e do SFH, para enfrentar o problema da moradia e equacionar soluções mais rápidas e abrangentes.

Citou entre as medidas adotada o ano passado, com vistas a aperfeiçoar os instrumentos da política habitacional, o retorno da Tabela Price para os financiamentos de até 500 UPC e adoção de um sistema misto para os financiamentos acima deste limite, possibilitando a redução em até 20,7% das primeiras prestações dos compradores de baixa renda; redução dos juros e ampliação dos prazos; utilização mensal do FGTS na amortização de todos os financiamentos do SFH, independente do seu valor; criação de novas Cohabs, visando ao melhor atendimento da demanda da habitação popular, principalmente no interior do país; aprovação do Plano Inquilino, permitindo às entidades do SFH concederem financiamentos a inquilinos para aquisição das moradias onde residem; "leasing" imobiliário, nova linha de crédito para pequenos conjuntos.

PROMORAR

Afirmou que pelo seu "profundo sentido social", o Promorar — Programa de Erradicação da Moradia Subumana — está proporcionando, pela primeira vez na existência do BNH, meio de equacionar e solucionar, em coordenação com outros órgãos federais, estaduais e municipais, o problema sócio-econômico dos mocambos e palafitas.

Suas características principais, segundo o Sr José Lopes de Oliveira, se constituem em edificar, nas mesmas áreas ou adjacentes em que ora se localizam as palafitas e mocambos, novas habitações a custos finais de que resultem, para os que percebem de 1 a 3 salários mínimos, uma prestação mensal não superior a 10% de um salário mínimo.

Esses financiamentos — assinalou — podem estender-se até 30 anos, a condições de juros praticamente simbólicos, a fim de compatibilizar a renda mensal dos compradores com aquela condição especial de prestação mensal.

Acrescentou que o Promorar já se acha lançado em Manaus, Belém, São Luís, Fortaleza, Natal, Recife, Maceió, Salvador, Vitória, Rio de Janeiro, Curitiba e em várias localidades dos Estados de Minas e Rio Grande do Sul. A reformulação, do Programa Habitacional Empresa — Prohemp — possibilita, segundo o presidente do BNH, executá-lo sob as formas de aluguel, "leasing", com opção de compra e cessão gratuita e venda.

OUTROS PROGRAMAS

A criação de outros programas, como Prosindi (para o trabalhador sindicalizado), o Prohasp (servidores públicos), o Programa Instituto (agora para todos os servidores da administração direta e indireta), a simplificação do Programa de Cooperativa e a nova regulamentação do Programa Pronto (compra de empreendimentos habitacionais), constituem novos instrumentos, segundo ele, de implementação da diretriz de proporcionar, em melhores condições e mais diversificadas opções, o acesso à casa própria às classes sociais mais necessitadas.

Referiu-se ainda ao Plano Nacional da Habitação Rural, que deve começar a funcionar ainda este ano, juntamente com o "Performance Bond", seguro que tem por objetivo garantir qualidade, preço e prazo na entrega da obra.

Persegue-se também — afirmou — como meta indispensável para baratear os custos de casas populares, a padronização de material de construção e a utilização de sistemas não convencionais de construção.

No campo do saneamento básico citou a integração de novos municípios ao Planasa (Plano Nacional de Saneamento). Ao final de 1979, revelou, cerca de 2 mil 10 municípios participaram desse Plano, com o que aproximadamente 80% da população urbana do país terá a instalação de rede de água potável completada até 1982.

HABITAÇÕES

Revelou que do total de operações contratadas em 1979 (no valor global de Cr$ 164 bilhões 893 milhões), cerca de Cr$ 128 bilhões 600 milhões, ou seja, 78% tiveram por objetivo a produção habitacional e sua complementação, aí incluídos ampliação e melhoria, lotes urbanizados, infra-estrutura e equipamentos comunitários de conjuntos residenciais.

No ano passado foram produzidas 336 mil 965 unidades habitacionais.

— O declínio de 2% em comparação ao ano de 1978 deve-se à semiparalização de atividades operacionais nos três primeiros meses do período, resultante das mudanças nos quadros políticos e administrativos do país, com a posse do novo Governo, disse.

Disse ainda que até o final do exercício de 1979, haviam sido concluídas 126 mil 264 unidades habitacionais, o que representa mais de 10% do total concluído até o ano anterior, desde a criação do Banco, que era de 1 milhão 229 mil unidades.

Destacou entre os programas, em termos de desempenho, o de Cooperativas que, em 1979 apresentou um total de Cr$ 26 bilhões 458 milhões em aplicações, que permitiram a construção de 56 mil 975 habitações, o que representou um crescimento de 29,7% comparados com os números obtidos desde o início do programa até dezembro de 1978.

José Lopes de Oliveira

APLICAÇÕES DE RECURSOS DO BNH

REGIÕES (IBGE) / AREAS	DESENVOLVIMENTO URBANO		HABITAÇÃO E OPERAÇÕES COMPLEMENTARES HABITACIONAIS		OPERAÇÕES DE APOIO — TECNICO		OPERAÇÕES DE APOIO — FINANCEIRO		TOTAL A	TOTAL B	
	EM 1978	EM 1979	EM 1978	EM 1979	EM 1978	EM 1979	EM 1978	EM 1979	EM 1978	EM 1979	B/A
Norte	19	1 125	1 849	2 908	0	—	—	24	1 868	4 057	2,17
Nordeste	4 213	4 332	11 794	13 290	201	111	31	208	16 239	17 941	1,10
Sudeste	13 357	15 733	27 317	29 554	127	41	1 501	2 252	42 302	47 580	1,12
Sul	4 618	4 959	11 352	10 859	130	136	357	108	16 457	16 062	0,98
Centro-Oeste	1 192	967	4 801	5 469	21	1	156	88	6 170	6 525	1,06
A Discriminar	530	735	14	—	—	—	881	649	1 425	1 384	0,97
Brasil	23 929	27 351	57 127	62 080	479	289	2 926	3 329	84 461	93 549	1,11

UPC — Cr$ 428,80

SANTA CATARINA

Proinfra: um programa para melhorar nossa agricultura

"Impressionou-me sobremaneira, a ânsia do povo catarinense em participar. Deduzi também que uma parcela significativa de nossas forças permanece às margens do processo, não por vontade própria, mas por quase absoluta impossiblidade material para tal. Refiro-me especificamente às comunidades agrícolas de nosso Estado, que por sua localização distanciam-se cada vez mais do acesso aos benefícios capazes de melhorar a qualidade da vida no seu mais amplo sentido".

Estas são palavras do governador Jorge Konder Bornhausen, escritas na apresentação do "Programa de Implantação de Infra-estrutura Agrícola — PROINFRA, e levadas ao presidente Figueiredo, como "um caminho para superar estas distorções", em março de 1979.

Conhecendo as peculiaridades que caracterizam o Estado de Santa Catarina e reconhecendo a agricultura como um setor importante, embora longe de modelos e padrões tradicionais, entendeu o atual governo que era preciso desenvolver esquemas próprios e específicos capazes de aumentar substancialmente o nível de produtividade, e reduzir ao mínimo, o volume de perdas. E é isto que pretende conseguir o PROINFRA. Um exemplo disso, é citado na apresentação do Programa onde os técnicos lembram que: "a fertilidade do solo deixa a desejar. Mas, apesar destes fatores adversos, a gente catarinense conseguir moldar um esquema de produção agrícola compatível às exigências do mercado. Constatada a impossibilidade de exercer-se uma agricultura de "exportação" concentraram-se os esforços para desenvolver-se uma agricultura de "especialização". Assim, o pequeno produtor de milho, com poucas possibilidades de atingir o mercado consumidor foi integrado à produção de suínos e aves com mercado praticamente cativo. As terras impróprias à cultura de cereais, por problemas de topografia e regime climático, estão sendo reflorestadas com frutígeras de altos níveis de produtividade e de renda para os agricultores. Aqueles agricultores com parcelas de terras muito pequenas, estão sendo integrados a um esquema de produção de horti-grajeiros, e de pequenos animais, com excepcionais resultados, não só no que se refere ao aumento de renda mas o também na melhora dos padrões alimentares de significativa parcela de nossa população.

RESULTADOS

O PROINFRA se propõe a atingir ainda neste governo os seguintes resultados: o aumento da produção agrícola, através da utilização mais racional dos fatores de produção. Obter-se-á, assim, um aumento na renda dos agricultores e na disponibilidade de alimentos.

O aumento da renda dos agricultores, fatalmente determinará um acesso mais fácil a um conjunto de comodidades de ordem material e espiritual resultando na melhoria da qualidade da vida no campo. Aumentando-se a quantidade de alimentos disponíveis no mercado se estará beneficiando toda a população, não só pelas facilidades de acesso, mas também pelo equilíbrio mais ordenado do balanço de demanda e oferta de alimentos.

Também se pretende com o PROINFRA fixar o homem no campo. Apesar do Estado ainda não se ressentir de maiores preocupações no que se refere ao êxodo rural, parece imperioso estabelecer-se desde já uma política de prevenção.

— Despondo apenas de médios aglomerados urbanos, o Estado de Santa Catarina procura minimizar o fluxo migratório no sentido campo-cidade, capaz de determinar focos de tensões sociais altamente prejudiciais à qualidade da vida urbana. Por outro lado a fixação do homem no campo deve ser buscada através de formas que se justifiquem como ato econômico e social. Ou seja, o homem deve ser mantido no campo, porque lá ele é capaz de desenvolver todas as suas potencialidades, quer de ordem material, quer de origem espiritual ou social. Mas, para que tal ocorra, será necessário desenvolver-se uma série de medidas, algumas das quais catalogadas como objetivos precípuos do PROINFRA.

Outro objetivo a ser alcançado é o aperfeiçoamento do sistema distribuidor de alimentos, que será uma conseqüência de todo um trabalho que se irá desenvolver. Vai beneficiar os principais agentes do processo, os produtores e consumidores.

Os produtores verão menos frustadas as suas safras, através de uma substancial redução nas perdas. Os consumidores, além da garantia de abastecimento, terão acesso a um produto de melhores qualidades intrínsecas.

O QUE É O PROGRAMA

O Programa de Implantação de Infra-estrutura Agrícola — PROINFRA, compreende o desenvolvimento de uma série de atividades, capazes de dotar o Estado de uma infra-estrutura compatível, elevando em conseqüência os níveis de produção em volumes bastante expressivos. A ação vai se voltar para a eletrificação de 80 mil propriedades rurais, com a extensão aproximada de 20 mil quilômetros de novas redes; pavimentação de 1.400 km de rodovias vicinais estaduais; adequação e melhora de 32 mil km de estradas vicinais municipais; organização da rede de armazenagem de cereais, através da implantação de uma capacidade estática adicional de 320 mil toneladas; implantação de uma rede de armazenagem a frio, com capacidade estática de 75.800 toneladas, destinando-se 800 toneladas para pescado, 25 mil toneladas para carnes e 50 mil toneladas para frutas e hortaliças; implantação em cada unidade de armazenagem de frutas e hortaliças de uma subunidade de tratamento prévio e manipulação de produtos.

Os investimentos deverão ser na ordem de 15 bilhões de cruzeiros, a serem canalizados através de fontes federais, estaduais, municipais e de beneficiários finais. Além dos benefícios indiretos que advirão de um programa desta natureza, estima-se ser possível alcançar-se no final do período, ou seja em 1984: acréscimo da área cultivada em 500 mil hectares; produção de um volume adicional de 1 milhão de toneladas/ano de cereais; produção de um volume adicional de 130 mil toneladas/ano de hortigranjeiros e redução de 50% do atual volume de perdas na fase pós-colheita. Em termos de nível de renda dos agricultores, estima-se ser possível expandi-lo ao redor de 30%.

O Programa de Implantação de Infra-estrutura Agrícola — PROINFRA, abrangerá todo o Estado de Santa Catarina. A alocação dos recursos, todavia, será efetuado prioritariamente nas mesorregiões que apresentam elevada densidade de pequenas propriedades agrícolas e que, simultaneamente, possuam maior potencial de resposta aos estímulos governamentais.

Santa Catarina é um tradicional fornecedor de alimentos básicos para o país. Como 5º produtor de alimentos, alguns de seus produtos típicos tem se destacado nacionalmente pelo alto padrão de qualidade. A maçã, a carne suína e de aves, a cebola, o mel são alguns exemplos. O nosso Estado tem atualmente 206.860 estabelecimentos agrícolas, ocupando uma área de 6.969.351.

Segundo os técnicos do PROINFRA, "os aumentos futuros na produção agrícola deverão ser obtidos pela elevação da produtividade do trabalho e das culturas e criações, e pela exploração das áreas aptas ao cultivo de lavouras temporárias e permanentes, ainda não utilizadas. Essas áreas representam quase 20% da área agrícola total, atingindo a cerca de 1,5 milhões de hectares.

DEFICIÊNCIAS

O relevo acidentado que caracteriza o Estado de Santa Catarina tem dificultado o desenvolvimento de rodovias integrando as diversas regiões do Estado, proibindo assim rápido escoamento das safras. Aliado a isto, há um déficit na capacidade de armazenagem, notadamente a frio e a manipulação inadequada dos produtos na fase pós-colheita, tem acarretado, anualmente, grandes perdas de produção. No campo da produção animal a deficiência do sistema de estradas vicinais e da rede de conservação a frio também tem provocado significativas perdas em épocas de chuva, reduzindo também a qualidade da matéria-prima destinada às agro-indústrias de laticínios e de carne suína e de aves.

Por outro lado, algumas atividades como a avicultura, por exemplo, de elevado interesse social e econômico para o Estado, dependem da existência de uma rede de energia para viabilizá-los, o que tem se constituído em ponto de estrangulamento à expansão destas atividades.

Apesar disto tudo, a gente catarinense está pronta para responder com trabalho aos estímulos que receber do Governo. Os catarinenses já vêm demonstrando isto de maneira muito real: com apenas 1,3% do território nacional, elevaram o Estado à posição de quinto produtor nacional de alimentos e ao segundo colocado em produtividade agrícola.

AÇÃO DO PROGRAMA

A ação do PROINFRA será desenvolvida em três áreas distintas: expansão da rede de eletrificação rural, expansão e melhoria da malha viária; expansão da rede de armazenagem e manipulação de produtos. Apesar destes fatores não se relacionarem diretamente com a produção agrícola, eles apresentam efeitos indiretos de larga intensidade: a eletrificação rural, além de possibilitar ao homem do campo o acesso a comodidades da vida moderna, energiza a propriedade, possibilitando o desempenho mais racional de uma gama de atividades antes desenvolvidas via esforço humano; a malha viária, apresenta condições favoráveis de tráfego durante todo o ano, é uma garantia ao produtor, do escoamento de sua produção, de forma veloz e segura; a armazenagem, além de indispensável ao tratamento de alguns produtos, especialmente aos de maior grau de perecibilidade, traz ao produtor a certeza de rentabilidade integral de safra, independentemente das condições de mercado que se apresentarem no momento da colheita.

Dentro deste esquema de ação o governo pretende implantar neste quadriênio, 20 mil km de novas redes, beneficiando diretamente cerca de 80 mil propriedades. Paralelamente a execução da extensão de redes, pretende-se desenvolver um trabalho de base junto aos agricultores de forma a capacitá-los no uso da energia elétrica como fator de racionalização e aumento de produção.

No que se refere a rodovias a ação do PROINFRA atingirá três níveis de rodovias: as áreas das rodovias federais será necessária a implementação dos seguintes troncos prioritários: BR 282 — Lages/Florianópolis; BR 475 — Lages/Tubarão; BR 280 — Canoinhas/Porto União; BR 150 — Campo Erê; BR 282 e BR 163 — Descanso/São Miguel D'Oeste/Dionísio Cerqueira.

Na área de rodovias estaduais, haverá necessidade de se estender ao máximo os acessos e ligações das regiões produtoras ao sistema pavimentado já existente. Para dar condições mínimas de atendimento à atual demanda é necessária a construção de 1.400 quilômetros de rodovias vicinais pavimentadas que, acrescidas aos 593 quilômetros já em tráfego, representarão ao final do período aproximadamente 50% da rede total prevista.

Na área das rodovias municipais deverão ser introduzidos melhoramentos e conservação na quase totalidade da rede, de forma a garantir, no mínimo a continuidade do tráfego da produção até as rodovias pavimentadas sob qualquer condição de tempo. Estima-se a necessidade de adequar-se 32 mil quilômetros de rodovias vicinais municipais.

As necessidades do Estado em armazenagem a frio podem ser divididas em três grupos: armazenagem de pescado; de carnes; de frutas e hortaliças. O PROINFRA estimou para o próximo quadriênio a necessidade de implantar uma capacidade de armazenagem a frio da ordem de 800 toneladas estáticas, para pescado. No setor de Carnes, a necessidade é de cerca de 25 mil toneladas e especificamente para produtos hortículas haverá necessidade de mais armazéns com capacidade para estocar 50 mil toneladas.

PROGRAMA PILOTO

A região de São Joaquim foi escolhida para o desenvolvimento do Programa Piloto. Para a escolha, considerou-se principalmente o enorme potencial ainda não explorado em termos de condições climáticas e áreas disponíveis.

O PROINFRA em São Joaquim pretende prover a região de uma infra-estrutura capaz de permitir uma melhor organização da produção e comercialização. Além da bovinocultura e da silvicultura (atividades tradicionais na área), a região de São Joaquim já dispõe de um potencial produtivo da ordem de 2.058 hectares de maçã, 981 hectares de olerícolas e 980 hectares destinados à produção de batata semente. A deficiente manipulação desses produtos, associada às más condições de comercialização, vem provocando consideráveis perdas e prejuízos — "a produção está sendo muito mais entregue do que vendida".

Além do potencial produtivo já existente (2.058 hectares com maçã, correspondendo a investimentos já realizados da ordem de Cr$ 300 milhões), prevê-se uma expansão da área cultivada com maçãs em 800 hectares. Esta expansão de área cultivada proporcionará um acréscimo de produção da ordem de 20 mil toneladas, alcançando a região, na safra 1984/85, uma produção total de 58.400 toneladas.

A expansão da área cultivada com olerícolas deverá atingir 650 hectares. Esta expansão de área proporcionará uma produção adicional da ordem de 25.200 toneladas/ano, elevando a produção da região para 54.992 toneladas/ano. Também se objetiva a implantação de condições favoráveis à produção de sementes e mudas.

Os municípios que serão beneficiados, através do PROINFRA, neste Programa Piloto são: Bom Retiro, Urubici, São Joaquim e Bom Jardim.

AÇÃO DO PROGRAMA

Para que se alcancem na região os resultados esperados é imprescindível que se desenvolva uma série de atividades e de obras, capazes de proporcionar o necessário suporte à produção, comercialização e escoamento dos produtos. No que se refere à produção o Programa vai trabalhar em cinco frentes: pesquisa, assistência técnica, subsídios, treinamento de mão-de-obra e crédito.

No que diz respeito à comercialização, a preocupação será com a pós-colheita e armazenagem, mercado produtor e industrialização de produtos não comercializáveis. Objetivando o escoamento da produção será implantada e pavimentada a Rodovia Lages — São Joaquim — Bom Retiro e serão melhorados cerca de 800 kms de rodovias municipais.

SEGUNDA ETAPA

A segunda etapa do Programa de Implantação de Infra-estrutura Agrícola — PROINFRA — contempla as regiões do Vale do Rio do Peixe, Oeste e Extremo do Estado, conhecidas como "celeiro" do Estado de Santa Catarina.

As metas fixadas na programação têm duas razões básicas: o potencial agrícola ainda não explorado; a racionalização da exploração agrícola, com vistas à proteção dos recursos naturais existentes e a manutenção do necessário equilíbrio ecológico.

A região eleita ocupa 25.338 km quadrados, abrigando uma população de 965 pessoas, dos quais 690 mil dedicam-se à agricultura.

As metas a alcançar foram divididas em dois grandes grupos: desenvolvimento agrícola e adequação da infra-estrutura agrícola.

As metas ligadas ao desenvolvimento agrícola são: expansão da produção de alimentos: cereais; suinocultura; bovino-cultura de leite e corte; fruticultura; olericultura; apicultura. Também o aumento da produtividade é preocupação do PROINFRA, através da geração de tecnologia adequada às condições regionais e transferência aos agricultores da tecnologia gerada; produção de sementes adequadas às condições regionais; treinamento de mão-de-obra.

Sobre implantação de infra-estrutura agrícola, o PROINFRA pretende organizar uma rede de armazenagem; adequar a malha viária; energização rural, com implantação de redes de eletrificação rural e aproveitamento de fontes energéticas alternativas. Cerca de 64 municípios serão beneficiados com o trabalho do PROINFRA nesta região.

Empresário acha que exportações ganharam um clima mais liberal

Desde o "pacote" de 7 de dezembro do ano passado — quando o Governo adotou a maxidesvalorização do cruzeiro, decretou o fim dos créditos fiscais na exportação e eliminou o depósito prévio na importação — o comércio exterior brasileiro vive uma nova fase — embora muita gente ainda não tenha percebido. Doze anos de subsidiamento direto das exportações e cinco anos de contenção compulsória das importações períodos portanto de alto grau de intervenção do Estado — foram substituídos por um regime efetivamente mais liberal, onde o exportador e o importador trabalham mais em contacto com a realidade dos preços e dos mercados.

O que significa essa nova fase para a atividade empresarial? Para Humberto da Costa Pinto Junior, representante do setor privado no Conselho Nacional de Comércio Exterior — CONCEX — e presidente da Associação Brasileira das Empresas Comerciais Exportadoras — ABECE — significa principalmente a necessidade dos exportadores ganharem na eficiência da comercialização o que perderam em incentivos fiscais. E isso através de duas atitudes de igual importância: a vinculação, no Brasil, das empresas produtoras às empresas comerciais exportadoras — as **trading companies** brasileiras — e a internacionalização desses conglomerados pela presença direta nos mercados de outros países.

"FOBISTAS"

A nova fase do comércio exterior é vista com entusiasmo pelo Sr Costa Pinto Jr. Na sua opinião, o sistema anterior — de forte subsidiamento aos produtos manufaturados — embora tenha produzido resultados notáveis na década de 70, trazia no seu bojo uma série de inconveniente, aos poucos transformados em problemas realmente graves: as reações protecionistas no exterior; o alto custo social provocado pela renúncia fiscal do Estado; e as distorções advindas da distribuição automática dos incentivos — desnecessários para alguns setores e induzindo artificialismos no caso de outros. Nas importações, o depósito compulsório foi causa reconhecida de muita pressão inflacionária.

"Mas o pior — afirma — eram os obstáculos que essa política trazia para o próprio amadurecimento das empresas envolvidas no comércio exterior. A presença superdimensionada do Estado era — e ainda é, de outras formas — um desestímulo à criatividade dos empresários — mesmo e sobretudo quando fazia distribuição de suas benesses. Se o preço **FOB** do exportador era reduzido à metade ou menos ainda do preço doméstico pelo acúmulo dos incentivos, por que motivo iria ele se preocupar com o funcionamento do mercado internacional? Por que pensar em transporte, distribuição, marca e outras tarefas difíceis e trabalhosas relacionadas com a comercialização externa? Não havia incentivos para isso. Melhor era continuar "fobista", e entregar o produto para o representante do importador, na porta da fábrica".

SEM ESQUEMA

O inconveniente dessa atitude — acrescenta o Sr Costa Pinto Jr foi que as exportações cresceram sem esquema de vendas. A não ser no caso de grandes indústrias com esquemas próprios de comercialização, ou de produtos primários vendidos tradicionalmente por empresas comerciais brasileiras — como o café, o cacau e em certa medida a soja — o grosso das exportações ficou mesmo nas mãos de empresa multinacionais ou de empresas do Estado — o que é igualmente prejudicial para o sistema privado brasileiro. Da mesma forma nas importações, a falta de um esquema comercial de compra deixou o país meio desarmado diante das bruscas mudanças na economia mundial.

Na opinião do empresário, a redução na presença do Estado e de seus incentivos trazida com o "pacote" de dezembro demonstrou que esses problemas foram reconhecidos no Governo. Foi também o início de uma etapa mais avançada para o comércio exterior brasileiro. Ou pelo menos uma boa oportunidade para isso.

"Largamos a mão do papai e vamos tentar caminhar sozinhos. Só que agora, vamos ter que pensar um pouco, e olhar em volta. O mercado internacional, como todos sabem, é de difícil abordagem. Mais difícil ainda é permanecer nele, como demonstra a longa lista de empresas que exportam uma vez só. Precisamos portanto agir com muita objetividade".

O ponto mais sensível onde cabe trabalhar, diz Costa Pinto Jr., é no desenvolvimento de um sistema de comercialização externo, solidamente apoiado em bases de produção internas, e com capacidade para participar diretamente em todo tipo de negociação que se faça no mercado internacional.

ASSOCIAÇÃO

Esse trabalho seria desenvolvido em duas frentes, simultaneamente, diz Costa Pinto Jr.:

"No Brasil, será preciso encontrar um mecanismo que facilite a associação do produtor-exportador — principalmente do pequeno e médio, que não tem condições para vender sozinho — com as empresas comerciais exportadoras, as **trading companies** brasileiras. Isso já vem ocorrendo naturalmente há algum tempo, principalmente sob a forma de consórcios de indústrias texteis e de autopeças que entregam parte de sua produção para ser exportada por uma trading. Mas será preciso ir mais longe, e encontrar instrumentos que possibilitem uma associação permanente, de preferência pelo capital".

Uma fórmula é a adoção de um programa que una pelo capital as companhias comerciais (trading companies), com as indústrias pequenas e médias — o Procap-Exportação.

Funcionaria do seguinte modo: A partir da identificação e desenvolvimento de mercados no exterior, a trading company toma recursos de investimento do Programa e os aplica, via subscrição de capital, nas empresas produtoras, obrigando-se a trading e a empresa produtora a realizar um programa de exportação como contrapartida dos recursos tomados.

"Não se trata portanto de nenhum incentivo automático a fundo perdido — acrescenta — mas de um investimento específico, selecionado ao curto e risco da **trading company**, e que poderia produzir resultados importantes em termos de mobilização de um sem número de exportadores em potencial".

COM BANCOS

Fora do Brasil, diz Costa Pinto Jr., esse bloco formado pelos produtores e pelo comércio teria o suporte de escritórios e subsidiárias das **trading companies** brasileiras — muitas das quais já contam com pontos de apoio no exterior — apoiadas por sua vez na já extensa rede internacional de agências de bancos brasileiros.

Aqui, assim como no caso da associação dos produtores às **trading**, seria preciso criar mecanismos para facilitar a ligação dessas subsidiárias com as agências dos bancos. Estas poderiam usar recursos captados no esterior para capitalizar o segmento externo das trading.

Estaria assim completado o circuito iniciado no universo das pequenas e médias empresas, e aberta uma frente ampla para o crescimento do comércio exterior brasileiro na nova fase que se apresenta, finaliza o empresário.

Vendas externas de Minas contribuíram com 10,9% do total feito pelo país

Belo Horizonte — As exportações mineiras participaram, em 1979, com 10,9% do total nacional e tendem a crescer mantendo-se o maior incremento aos manufaturados. Entretanto, segundo o Secretário de Indústria, Comércio e Turismo, Sr José Romualdo Cançado Bahia, os valores obtidos poderiam, ser pelo menos, 30% superiores, caso as vendas de café pelo Estado fossem computadas aqui.

Ele explica que o total de 1 bilhão 665 milhões 247 mil 373 dólares exportados em 1979 — 27,4% a mais que no ano anterior — não corresponde a uma realidade. Argumenta que as vendas de café, de cerca de 500 milhões de dólares no ano passado, foram contratadas pelos órgãos do governo federal e de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo. "Temos feito gestões com o Ministro Camilo Penna para a criação de uma praça de café aqui, para o fechamento do câmbio", afirmou.

FUTURO PROMISSOR

Sobre as perspectivas para os próximos períodos, o Secretário Cançado Bahia afirma serem muito boas. E cita as exportações previstas no Plano Decenal da Fiat Automóveis, de 50 mil carros a partir de 1982, além de cerca de 160 mil motores. "Os preços das matérias-primas também têm aumentado nos mercados externos e as nossas vendas de tecidos tendem a crescer".

Outro setor que sofrerá um relativo incremento no seu total de vendas externas é o de pedras preciosas que, no ano passado, oficialmente, participou apenas com 19 milhões 682 mil dólares nas exportações mineiras. "Vamos atuar de modo a que se venda mais pedras lapidadas e, para isso, o Centro de Pedras Preciosas, a ser criado pela Metamig — Metais de Minas Gerais S/A será fundamental".

O Secretário de Indústria, Comércio e Turismo mostra-se otimista com a possibilidade de criação de uma praça de café no Estado e argumenta que a solução favorável às solicitações já feitas ontem pela Associação Comercial de Minas depende de posições do Ministério da Fazenda e do Banco Central, além do MIC. "Mas é uma questão de justiça."

MUDANÇA DE PERFIL

As exportações de Minas Gerais, configurando uma mudança de perfil, demonstraram, em 1979, uma parcela de 21,3% em produtos manufaturados contra 16,4% em 1978 e 6,9% em 1975. No ano passado, foram 354 milhões 453 mil 111 dólares destes produtos, cerca de 60% superior à de todo o ano de 1978.

Enquanto isso, a parcela de produtos básicos sofreu uma redução de 83,3% em 1976 para 62% do total vendido em 1979. Neste ano, os produtos industrializados contribuíram com 38% da receita obtida e as vendas de semifaturados atingiu a 17,39% do valor global das exportações totais. Elas ocupavam, em 1978, 15,2% dos numeros gerais.

Entre os países que mais importaram produtos mineiros em 1979, o Japão lidera a lista com 394 milhões 343 mil dólares (23,6% do total), concentrados basicamente em minério de ferro, ferro-gusa, ferro-nióbio e pedras preciosas. A seguir vem a Alemanha Ocidental, com 283 milhões 955 mil dólares (14,3%), os Estados Unidos, com 149 milhões 583 mil dólares (9%) e a Itália, que comprou motores da Fiat principalmente, com 134 milhões 599 mil dólares, ou 8,1%.

Da América Latina, a Argentina é o único grande comprador de produtos mineiros, com 89 milhões 202 mil dólares, um valor três vezes superior ao volume de 1978. O Chile, que importou mais de 20 milhões de dólares, teve mais da metade de suas aquisições — 12 milhões 803 mil dólares — em veículos CKD da Fiat Automóveis. Merece citação ainda a China Continental, que adquiriu 24 milhões de dólares em ferro-gusa.

Os principais produtos exportados foram os seguintes: minério de ferro, com 970 milhões de dólares, ou 58,2%; ferro-gusa, com 126 milhões 583 mil dólares (7,6%) e ferro nióbio, com 4,2% do volume global. Em comparação ao ano anterior, ocorreu um incremento substancial nas vendas de celulose (190%), ferro-liga (134%) e tecidos de algodão, com 118%.

Além do minério de ferro e ferro-gusa, podem ser relacionadas as vendas mineiras de ferro-nióbio, com 70 milhões 140 mil dólares; motores de explosão da Fiat, com 67 milhões 25 mil dólares; celulose, com 56 milhões 446 mil dólares; chapas de aço, com 32 milhões 518 mil dólares; e tecidos e automóveis, cada um com cerca de 26 milhões de dólares.

Educação investe nas periferias urbanas

Brasília — Até dezembro deste ano, o Ministério da Educação e Cultura terá concluído a primeira fase de implantação de seus dois programas prioritários, destinados à melhoria das condições de vida das populações das zonas rurais e das periferias urbanas, consideradas os grandes bolsões de pobreza do País. Nesse sentido, já foram assinados convênios com governos estaduais e Secretarias de Educação num valor global de Cr$ 1 bilhão 30 milhões 445 mil.

Embora planejados isoladamente, dentro das características peculiares da clientela a que se propõem atingir, e mesmo das regiões onde está localizada esta clientela, os dois programas tem um objetivo comum. Segundo o Ministro Eduardo Portella, eles deverão contribuir, fundamentalmente, "para uma redistribuição mais justa da renda cultural e com isso chegar a uma sociedade mais igualitária". Ao beneficiar as regiões mais carentes do País, eles estarão auxiliando na correção do descompasso regional que caracteriza o desenvolvimento brasileiro.

CONVERGÊNCIA DE ESFORÇOS

Os programas de ações sócio-educativas e culturais para as zonas rurais e para as periferias urbanas tem em comum, também, a maneira pela qual vem sendo conduzidos no âmbito do Ministério da Educação e Cultura, que desenvolve, como linha básica de atuação, um sistema de entrosamento entre seus vários setores, denominado internamente de "convergência de esforços". O principal objetivo desta linha de ação é fazer com que cada Secretaria e cada órgão do MEC saibam o que os outros estão planejando e executando, para evitar a duplicação de esforços num mesmo sentido.

Ao mesmo tempo, a convergência de esforços pode envolver, num mesmo programa, vários órgãos diferentes, atuando em setores específicos; ela pode levar, igualmente, um programa em fase inicial ao entrosamento com algum projeto já existente no setor. No momento, as linhas de ação do MEC concentram-se nas estruturas do ensino básico, alvo dos programas para as periferias urbanas e zonas rurais, já que, para os técnicos do Ministério, muitos programas voltados para as populações de baixa renda podem ser atingidos com maior facilidade através de seu engajamento em outros projetos já em desenvolvimento nas áreas de cultura, educação ou desporto.

INSTRUMENTO DE SOBREVIVÊNCIA

Os dois programas prioritários do MEC refletem, simultâneamente, a orientação geral do Ministro Eduardo Portella, que pretende evitar uma divisão muito acentuada entre a ação cultural e a ação educativa. Para ele, a cultura e a educação estão intimamente ligadas e não há como pensar em uma sem pensar na outra: a educação seria a formalização de um processo cultural, ao passo que a cultura seria a informalização do processo educacional.

Dessa forma, tanto em relação ao programa sócio-educativo para as periferias urbanas quanto em relação ao programa para as zonas rurais, as fronteiras entre a ação cultural e a ação educativa se misturam. Nos dois programas, a educação informal, que foge aos padrões clássicos da sala de aula, tem um papel preponderante — especialmente ao levar em consideração a educação para o trabalho e ao incluir na estrutura educacional formas de expressão cultural populares.

O desenvolvimento cultural regional é apontado pelo Ministro Eduardo Portella como ambiente próprio para a educação. No caso, entretanto, ele explica que a educação não é entendida como manifestação dedicada às elites intelectuais ou econômicas; ela é algo vinculado às manifestações populares, que refletem as características do País como sociedade e Nação, tanto do ponto de vista material, quanto do ponto de vista tecnológico, já que muitas delas estão ligadas à criatividade da subsistência, num cenário em que a cultura é, ao mesmo tempo, arte e instrumento de sobrevivência.

PERIFERIAS URBANAS

Durante 1980, o programa de ações sócio-educativas e culturais para as periferias urbanas atuará nos grandes centros urbanos do Norte e Nordeste do País. Para sua execução, este ano, já estão sendo aplicados recursos de Cr$ 205 milhões, valor global dos convênios firmados pelo MEC com os Governos da Bahia, Pernambuco, Ceará e Pará.

Estes recursos estão sendo liberados gradativamente para as Secretarias de Educação, que os utilizarão de acordo com as prioridades estabelecidas para suas regiões. Apesar da diversidade de situações e, conseqüentemente, de prioridades, a ênfase à cultura e aos hábitos regionais será uma constante no desenvolvimento do programa.

Segundo a orientação do Ministro Eduardo Portella, os projetos voltados para as populações das periferias dos grandes centros urbanos devem atender a alguns aspectos pré-determinados, como o atendimento integrado de crianças, adolescentes e adultos, ou a ênfase no "aprender fazendo", isto é, a utilização de fórmulas didáticas que procurem reduzir as brechas entre estudo e trabalho, desenvolvendo atividades produtivas no âmbito da escola mas, ao mesmo tempo, extraindo elementos educacionais do mundo do trabalho.

CIDADES PERDIDAS

Como aspectos fundamentais para o desenvolvimento do programa nas periferias urbanas, o Ministro vê, também, a associação das ações educacionais com outras ações de desenvolvimento comunitário: a educação deve estar vinculada a uma rede mais ampla de informações sobre todos os aspectos da vida do homem, como a alimentação ou a higiene, por exemplo.

Ao mesmo tempo, ela deve se associar às manifestações culturais da comunidade e tentar preservá-las, evitando, assim, tornar-se um elemento estranho à comunidade sem muita ligação com os seus pontos de referência básicos. Ainda no campo do entrosámento com a comunidade e sua forma de vida, deve estar atenta e, possivelmente, associada à criação e à melhoria das oportunidades de emprego.

Toda a motivação para a educação nas periferias urbanas deve partir de temas de interesse local e, especialmente, deve dar à sua clientela um instrumento de trabalho. Ela tem, pois, que demonstrar a sua utilidade dentro de um meio em que os esquemas formais da escola clássica não têm nenhuma penetração.

Para o Ministro Eduardo Portella o problema das periferias urbanas é grave; ele acredita que o destino das grandes cidades brasileiras está em jogo e será decidido nos próximos anos. "Do contrário", observa, "sem a implantação dessas ações sócio-educativas, essas cidades estarão irremediavelmente perdidas em termos de qualidade de vida".

LINHAS DE AÇÃO

Ao longo de 1980, o programa de ações sócio-educativas e culturais para as periferias urbanas vem seguindo algumas linhas de ação: o reforço à rede escolar de primeiro grau é a primeira e mais importante delas, já que é na base do ensino que se encontram, exatamente, os seus maiores problemas: mais de sete milhões de crianças fora da escola, índices de evasão e repetência muito elevados.

Este reforço está sendo feito através da construção de novas unidades escolares, da ampliação e melhoria das unidades já existentes, da melhoria e extensão de seu funcionamento e do fortalecimento de seus vínculos com a população local, aproveitando seu espaço físico, fora do horário das aulas, para atividade de caráter comunitário.

Outra linha de ação prevista para 1980 é o apoio a projetos sócio-educativos e culturais desenvolvidos por agências públicas e particulares e o desenvolvimento de novos projetos, especialmente os que estejam voltados para o setor da aproximação entre o trabalho e a educação. Toda esta atividade está sendo desenvolvida em caráter experimental.

— "Os recursos dos convênios para o programa de ações sócio-educativas e culturais para as periferias urbanas deverão ser aplicados até março de 1981", observa o gerente do programa, Professor Antonio Cabral de Andrade. "Estamos visando uma aproximação entre educação e trabalho, de modo que os estudantes exercendo uma atividade produtiva possam ter suas rendas em benefício de suas famílias. Com esta linha de ação, os estudantes do primeiro grau nas áreas mais carentes estarão, ao mesmo tempo, aprendendo-fazendo e ajudando suas famílias; de acordo com os resultados obtidos, poderemos eventualmente ampliar esta atividade durante a execução do programa em 1981".

ZONAS RURAIS

Para a execução do programa de ações sócio-educativas nas zonas rurais, foram já assinados pelo MEC convênios no valor de Cr$ 825 milhões 445 mil com os governos do Maranhão, Piauí, Pernambuco, Sergipe, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas e Bahia. Como no caso do programa para as periferias urbanas, estes recursos serão repassados pelo MEC às Secretarias de Educação à medida em que os seus vários projetos forem sendo desenvolvidos.

No caso das zonas rurais, dois problemas a serem enfrentados pelo MEC são comuns aos das periferias urbanas: a pobreza da população e a falta de motivação inspirada por um ensino tradicional que não oferece nenhuma vantagem à sua clientela na vida real. Nas zonas rurais, entretanto, o programa deverá partir praticamente da estaca zero — e é, exatamente, isso que está sendo feito no momento, com a elaboração de cartilhas especiais para cada região.

Até agora, calçado em modelos urbanos, o ensino oferecido nas zonas rurais, além de não ter nenhuma aplicação prática no campo, servia de estímulo ao êxodo do homem do campo para as grandes cidades. O calendário escolar, feito à semelhança do calendário urbano, não levava em conta as épocas de plantio e colheita na lavoura, que utiliza em grande parte da mão-de-obra infantil.

ÍNDICES ALARMANTES

Com a execução do programa de ações sócio-educativas e culturais para as zonas rurais, o MEC pretende atingir um dos focos de pobreza mais graves do País. Em conseqüência da pobreza das zonas rurais, lá se encontram as mais baixas taxas de escolarização, ao lado de alarmantes índices de evasão e de repetência.

— "A melhoria dos níveis de educação no meio rural transforma-se num dos desafios decisivos para o País, levando em conta, sobretudo, a necessidade de desacelerar a forte tendência para a migração aí existente e, sem dúvida, gerada pelas condições de miséria quase absoluta", — diz o Ministro Eduardo Portella, observando que o MEC pretende transmitir à oferta de serviços educacionais conteúdo verdadeiramente rural.

O trabalho que o MEC desenvolverá nas zonas rurais buscará, além de um reforço da rede escolar semelhante ao das periferias urbanas, um melhor ajustamento dos currículos e das atividades escolares às condições sócio-econômicas do campo, tendo como objetivo final reter o homem na sua região através da possibilidade de condições de vida mais razoáveis. Ênfase especial será dada ao ensino pré-escolar, menos pelo seu impacto pedagógico do que pela oportunidade de influenciar as condições de nutrição e higiene das crianças e, conseqüentemente, de suas famílias.

DEPOIS, O VESTIBULAR

Dentro do quadro de prioridades do MEC, em que as periferias urbanas e zonas rurais ocupam posição de destaque, outro ponto crítico da educação brasileira — o vestibular — também merece as atenções do Ministro Eduardo Portella. Ao contrário do que afirma boa parte dos críticos do sistema educacional, para ele não é no vestibular que se concentram os problemas do ensino.

O vestibular é o topo da pirâmide, ou uma pequena parada antes deste topo; o Ministro entende, porém, que as bases da pirâmide é que estão precisando de maior reforço e é a elas que o MEC se vem dedicando com maior afinco. A questão do vestibular, contudo, também tem sido tratada de maneira ampla no âmbito do MEC e, em 1981, os novos exames já trarão as primeiras modificações introduzidas pelo professor Portella.

Entre elas, está a participação de professores do segundo grau na elaboração das questões, para que haja, na realidade, uma associação entre os dois graus de ensino que até agora permaneciam estanques. Uma outra alteração é a nota mínima necessária à aprovação: o estudante que não acertar pelo menos 20% das questões em cada prova estará eliminado.

Mas a maior das modificações, é aquela a que o Ministro atribui especial importância, é a ênfase acentuada no uso da língua — seja através das questões discursivas a serem acrescidas às provas, seja através do peso dado à redação. Para o professor Portella, o idioma nacional não é só um instrumento de comunicação, mas uma expressão da cultura brasileira.

Copesul está quase concluído para entrar em plena operação

Porto Alegre — Assinados os primeiros contratos de garantia de fornecimento de matéria-prima para as indústrias de segunda geração, pode-se comprovar, no local das obras, que o Pólo Petroquímico gaúcho começa a tornar-se uma realidade. Seus responsáveis garantem que em abril de 1982, a "complementação mecânica" estará realizada, o que permitirá o início de suas operações.

O cronograma de obras tanto de responsabilidade do Conselho de Implantação do Polo (Conpetro), que é responsável pela infra-estrutura, como da Copesul — Companhia Petroquímica do Sul, — que tem sob seus cuidados a Central de Matérias-Primas está em dia, garantem seus administradores.

ATRASO

O atraso que tem se verificado — dois meses no caso da Copesul — é mínimo diante do porte do investimento, salienta o superintendente da empresa, Sr Percy Louzada de Abreu, que justificou o atraso pela falta de mão-de-obra. Disse que a demanda de obras no setor de construção civil é muito grande no Estado nesta época (coincidindo com obras da Ponte do Guaíba, unidade de tratamento e branqueamento da celulose, da Riocell, além de obras particulares), e que a mão-de-obra tem sido escassa. "Não é pelo fato de pagarmos mal; o Rio Grande do Sul é um dos Estados que melhor paga seus operários da construção", frisou o Sr Percy Louzada de Abreu.

Para este ano, os investimentos a serem aplicados pela Copesul nas obras da Central de Matérias Primas serão de 220 milhões de dólares oriundos de bancos oficiais, privados e internacionais (BID e Banco Mundial) e o cronograma de aplicação desses recursos está sendo cumprido. Quanto à infra-estrutura, o Conpetro prevê para o biênio 80/81, Cr$ 3 bilhões 800 milhões.

O superintendente da Copesul — informa que as obras de construção civil da Comap estão em fase de montagem da central de geração de vapor, fornalhas de pirólise e torres principais, e que até julho deverão estar concluídas. Além disso, a montagem da estação de captação de água e adutora e parte da estação de tratamento, já estão com suas obras iniciadas. Para julho, está previsto o início da montagem da unidade de olefinas que produzirá as matérias-primas básicas para a Central (eteno, propeno e butadieno), e funcionará paralelamente à unidade de aromáticos, cujas obras devem ser iniciadas ainda neste semestre.

No dia 8 de maio último, foram assinados contratos de garantia de fornecimento de matérias-primas às indústrias de segunda geração pela Central de matérias-primas. Os cinco contratos assinados, cujo valor apenas da indenização (no caso de haver inadimplência por uma das partes) é de Cr$ 7 milhões ao dia. Pelo contrato, que os americanos denominam de "take or pay", fica estabelecido que a CEMAP entrega a matéria-prima, e as indústrias se comprometem a recebelas, sendo que se uma das partes não cumprir com o contrato, indeniza a outra parte.

A Poliolefinas e a Polisul receberão eteno, a PPH recebe propeno, a Petroflex butadieno. Além desses, a Petroflex assinou outro contrato para recebimento de eteno e benzeno, visando a produção de etilbenzeno.

Das indústrias de segunda geração — oito ao todo — duas ainda estão em fase de reformulação do projeto. A Proquisul, que tencionava produzir poliestireno, com a aquisição de matérias-primas (estireno) do resto do país, até que a Oxiteno (produtora de estireno e óxido de propeno entrasse em funcionamento no Pólo (em 1984). Mas a aprovação do Projeto Dow-Beflex, que também produzirá óxido de propeno, e provavelmente suprirá todo o mercado nacional, — já que terá uma capacidade de produção triplicada até 1984 (cerca de 90 mil t) — provocou um impasse junto à Oxiteno, que está reformulando seu projeto, pois está ameaçada com a concorrência da Dow química. Com esse fato novo, fica também prejudicado o projeto da Proquisul (cujo controle acionário é dividido entre a Petroablub e Proquigel), que ainda está sem prazo para entrada em operação. A aprovação do projeto Dow-química não foi do agrado de nenhum empresário ligado ao Pólo petroquímico, mas eles também preferem não comentar nada a respeito, "pelo menos por enquanto, até que se defina mais a posição da empresa multinacional no mercado brasileiro de insumos petroquímicos.

Numa primeira etapa, com funcionamento previsto para 1982, o pólo produzirá somente plásticos e elastômeros, para numa segunda etapa, dedicar-se também a fibras sintéticas. O que se produzirá na Central de Matérias Primas são petroquímicos básicos — eteno, propeno, butadieno, benzeno, xilenos e toluenos — que quando transformados em derivados, ganham aplicação industrial. Do eteno, por exemplo, saem o polietileno, PVC, poliestireno, a borracha SBR e outros.

Localizado entre os municípios de Montenegro, Triunfo e Canoas, ocupando uma área de 14 mil 600 ha, a qual foi declarada de utilidade pública para fins de desapropriação, o pólo petroquímico gaúcho exigirá investimentos na ordem de US$ 1,7 bilhão, sendo que US$ 450 milhões serão financiamentos feitos em moeda estrangeira.

Andreazza quer reformular sistema para permitir expansão da habitação

Brasília — Todas as refórmulações que o BNH vem procedendo no Sistema Financeiro de Habitação, seja reduzindo juros ou estendendo prazos, como desburocratizando os processos para a aprovação de projetos e induzindo os agentes financeiros do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos para aplicarem em habitações populares — permitirão que o País tenha 4,5 milhões de unidades habitacionais até o final do atual Governo, conforme assegurou o Ministro do Interior, Mário Andreazza.

A par disto, o Governo conta com a expansão da indústria da construção civil, que poderá se adaptar para a utilização de unidades premoldadas e prefabricadas. Enquanto que, além dos programas instituídos pelo Governo com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, das cadernetas de poupança e letras imobiliárias administradas pelo BNH, há um apelo para a participação de sindicatos de classe e cooperativas de trabalhadores rurais, através de programas específicos como o Programa Nacional da Habitação para o trabalhador sindicalizado — Prosindi.

Mutirão

O Ministro do Interior se manifesta otimista não só com as condições que dispõe para atingir a meta estabelecida pelo Governo Figueiredo no setor de habitação, como também, as obras de infra-estrutura necessárias, a serem feitas pelo Departamento Nacional de Obras e Saneamento — DNOS — e pela iniciativa privada.

Os empresários, segundo o sr Mário Andreazza, podem ficar tranqüilos porque o Banco Nacional de Habitação jamais pretendeu tornar-se um banco de primeira linha, o que representaria um medida efetiva de estatismo no sistema financeiro de habitação.

— O Banco Nacional de Habitação só atuará em primeira linha como agente promotor em empreendimentos habitacionais de natureza social quando as companhias de habitação popular ou instituições estatais encarregadas de promover os programas habitacionais populares não estejam conseguindo manter o ritmo de projetos e obras capaz de garantir o cumprimento dos convênios. Os convênios assinados entre o BNH e os respectivos governos estaduais, bem como as empresas, não serão alterados — garantiu o Ministro.

Evitando fazer advertências a empresários que não cumprem as normas estabelecidas pelo BNH porque está convicto de que o serviço de fiscalização do banco atende às necessidades do sistema, o Sr Mário Andreazza afasta, também, a ocorrência de especulação com os financiamentos cedidos para mutuários que já tenham imóvel.

Desta forma, o Ministro considera que, embora sendo um paliativo, casas de "zero quarto" construídas em bairros populares podem ser ampliadas por trabalhos de mutirão entre parentes e vizinhos, "como já vem sendo amplamente utilizado no Programa de Financiamento de Lotes Urbanos — Profilurb".

P) Quais são os planos e projetos do BNH para estimular a construção habitacional como importante absorvedor de mão-de-obra nos grandes centros?

R) Todos os programas habitacionais do BNH são estimulantes à construção e à absorção de mão-de-obra onde se localiza a demanda. Entre esses programas o destaque maior é para aqueles que atuam na produção de habitações para famílias de baixa renda, como Programar, o Plano Nacional de Habitação Popular — Planhap, o Programa Nacional de Habitação para o Trabalhador Sindicalizado — Prosindi; o Programa Nacional para os Servidores Públicos (Prohasp; o Programa Habitacional para Empresas e o Programa Institutos de Previdência Social.

P) — O que representa para o BNH o Sistema Financeiro de Habitação e para a indústria da construção civil o desafio da construção de 4,5 milhões de unidades habitacionais até o final do atual governo? Como será alcançanda esta meta? Quais os instrumentos existentes para isso?

R) — Todas as reformulações que o BNH vem procedendo no Sistema Financeiro de Habitação tem sido com o objetivo de ampliar o leque de ofertas de financiamentos habitacionais tornando-os mais acessíveis em termos de juros e prazos, desburocratizando os processos de aprovação de projetos e desenvolvendo esquema para induzir os agentes financeiros do sistema brasileiro de poupança e empréstimo para aplicarem em habitações populares. Tudo isto foi feito tendo em vista atingir metas traçadas pelo Ministério do Interior. Além disso o modo como vem se comportando o aporte de recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço — FGTS; cadernetas de poupança e letras imobiliárias administradas pelo Banco Nacional de Habitação, deverão permitir a viabilização desta meta.

P) — O que será feito em termos de infra-estrutura para apoiar estas novas unidades habitacionais? Que programa de saneamento — água e esgotos — serão acionados?

R) — Os programas de infra-estrutura do BNH continuarão sendo acionados para atender à população que ainda não dispõe de água e esgotos. Até agora, convém mencionar que o Plano Nacional de Saneamento — Planasa — já atendeu a 2.233 municípios em todo o País. As habitações que estão sendo produzidas pelo Sistema Financeiro de Habitação já dispõe de infra-estrutura.

P) — A indústria nacional está em condições de atender à demanda de ferro, cimento, areia, tijolos, vidros, madeiras e outros materiais para tais habitações? De que forma?

R) — O Banco Nacional de Habitação vem se preocupando com isso e além de dispor de linhas de financiamento para o capital de giro das empresas produtoras de material de construção — Reinvest — vem desenvolvendo estudos para implementação de técnicas de construção não convencionais, tais como a utilização de pré-moldados e pré-fabricados.

P) — Como está o projeto para unificar os recursos do Departamento Nacional de Obras e Saneamento com o Banco Nacional de Habitação dentro do Promorar? E o Porgrama de Habitação Rural a ser lançado conjuntamente com o Ministério da Agricultura?

R) — O Banco Nacional de Habitação já atua em conjunto com o Departamento Nacional de Obras e Saneamento, Governos estaduais e municipais na execução do Promorar. Quanto ao Programa de Habitação Rural, este deverá ser lançado em breve.

P) — O Ministro do Interior acredita ser possível um sistema de mutirão para ampliar casas de zero quartos construídas pelo BNH em muitas cidades? Como evitar que haja especulação de mutuários com o Sistema Financeiro de Habitação, pois sabe-se que muitas destas casas são alugadas?

R) — O sistema de mutirão já vem sendo amplamente utilizado pelo BNH, principalmente no Programa de Financiamento de Lotes Urbanos — Profilurb. Para evitar a especulação, o Sistema Financeiro da Habitação permite apenas um financiamento para cada adquirente e desde que o mesmo não tenha casa própria.

P) — O Ministério do Interior já dispõe de uma lista das empresas da construção civil que não cumprem as normas estabelecidas pelo BNH, como anunciou recentemente o Sr José Lopes de Oliveira?

R) — O banco dispõe de um serviço de fiscalização que exige o cumprimento das normas estabelecidas por ele, seja por parte de construtoras como de seus agentes financeiros. Este serviço já está atendendo todas as necessidades do sistema.

P) — O Sr poderia esclarecer em que condições o BNH atuará como banco de primeira linha? Os empresários do setor estão apreensivos com uma possível estatização?

R) — O Banco Nacional de Habitação só atuará em primeira linha como agente promotor em empreendimentos habitacionais de natureza social quando as companhias de habitação popular ou instituições estatais encarregadas de promover os programas habitacionais populares não estejam conseguindo manter um ritmo de projetos e obras capaz de garantir o cumprimento dos convênios. O cumprimento dos convênios assinados entre o BNH e os respectivos Governos estaduais não serão alterados; portanto nenhuma instituição privada ficará prejudicada com a medida, uma vez que o BNH, entidade estatal, estará apenas suprindo carências ou complementando a ação de outras entidades estatais e de companhias de habitação popular, quando for o caso.

Características

Uma das principais características do Plano Nacional de Habitação, como fator de desenvolvimento, é erradicar a sub-habitação no meio urbano e a implantação, no interior do país, de um programa de habitação no campo.

Isto se torna ainda mais importante quando a população do País — estimada em 110 milhões de habitantes — cresce à uma taxa anual de 2,7% e a carência habitacional eleva-se em pelo menos 600 mil unidades/ano, sendo 500 mil nas áreas urbanas e o restante em cidade de pequeno e médio portes no interior. Os últimos levantamentos do IBGE indicam que 50% das famílias na cidade encontram dificuldades para morar e, destas, a maioria vive em habitações coletivas, em favelas e outras habitações precárias.

O Ministro o Interior, Mário Andreazza, ao apresentar estes dados em recente conferência para os estagiários da Escola Superior de Guerra, ressaltou que o governo vem apoiando os municípios para que maior número deles possa participar do Sistema Financeiro de Habitação, seja reduzindo taxas de juros das linhas de financiamento do BNH nas regiões mais pobres, ou fortalecendo as administrações estaduais para a execução do programa. Lembrou que isto está ocorrendo no Nordeste, desde que o BNH instalou uma agência autônoma, na sede da Sudene, em Recife, para agilizar o programa de habitação em função da seca.

Entre os novos programas criados neste governo para reforçar as finalidades da política nacional de habitação o Sr Mário Andreazza mencionou com destaque o Promorar (Programa de Erradicação das Submoradias nas Favelas do País) que já foi instalado em praticamente todas as capitais do País e atua juntamente com a criação da carteira de erradicação da sub-habitação e o Profilurb — Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados). O Promorar é o programa de maior interesse social desenvolvido pelo BNH porque se destina a famílias com renda mensal de até três salários mínimos.

Os outros programas mencionados pelo Ministro do Interior se referem ao Prohemp-Programa Habitacional de Empresa; Prosindi-Programa Nacional de Habitação para o Trabalhador Sindicalizado, de baixa renda), o Prohasp (Programa Habitacional para os Servidores Públicos Civis da União); Programa de Financiamento para Pequenos Conjuntos, o Programa Inquilino e o Programa Condomínio.

O Prohemp procura oferecer aos empresários a possibilidade de que seus funcionários adquiram casa própria mediante facilitação nos entraves burocráticos feitos pelos agentes financeiros, dentre os quais a concessão de créditos e o reembolso dos empréstimos concedidos serão assegurados pelo BNH.

Através de cooperativas habitacionais de servidores, o Prohasp deverá abranger todo o universo de servidores federais, ativos e inativos, desde que o prazo de pagamento, somado à idade do beneficiário, não ultrapasse o limite de 85 anos.

Enquanto que o Prosindi, atual, também, através de cooperativas, tendo como agente financeiro a Caixa Econômica Federal, e se propõe a fornecer crédito para os trabalhadores sindicalizados com renda de até seis salários mínimos.

Os programas de financiamento para pequenos conjuntos, o Plano Inquilino e o Programa Condomínio se incluem como apêndices destes programas específicos para entidades de classe com a perspectiva de que, até 1983, o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo, facilite financiamento para proprietários de imóveis com "habite-se" de um mínimo de até 16 de maio de 1979.

O Museu de Arte da Prefeitura, ex-cassino, é um dos pontos de maior atração da Pampulha

Belo Horizonte amplia suas áreas verdes

O programa de embelezamento desta capital não se restringe à região central, onde estão sendo construídas e recuperadas praças, fazendo com que novas áreas de lazer e maior volume de áreas verdes sejam oferecidos à população. A Pampulha também está voltando aos seus melhores dias e, do outro lado, na Serra do Curral, está-se implantando o Parque das Mangabeiras.

Ao assumir a Prefeitura de Belo Horizonte, há pouco mais de um ano, o Prefeito Maurício Campos — que como cidadão há muito constatava a absoluta falta de condições de lazer para a população de uma cidade de quase 2 milhões de habitantes — decidiu promover essas condições, em caráter prioritário, de forma a devolver à capital mineira sua antiga fisionomia, cantada por poetas e amada por sua gente.

HUMANIZAÇÃO

Quando decidiu pela promoção de melhores condições de lazer, o Prefeito Maurício Campos tinha também em mente que desse modo estaria humanizando uma cidade que estava rapidamente se transformando em concreto e asfalto. O verde, quase desaparecido, está voltando com o plantio de milhares de árvores nas ruas e praças e definição de áreas de preservação.

No primeiro ano da administração do Prefeito Maurício Campos, foram entregues à população mais de 10 novas praças, todas arborizadas. Outras 38 estão programadas para serem implantadas até o final do ano.

O programa de embelezamento de Belo Horizonte contempla também as regiões periféricas, os bairros operários. O projeto de recuperação e implantação de praças não esgota o programa, que se completa pela preservação de todas as áreas verdes da cidade, através da criação de parques nas regiões periféricas, onde estão surgindo novas áreas de lazer.

O primeiro destes novos parques já foi entregue ao povo. É o Julien Ryant, que ocupa área de 14 mil metros quadrados, no Bairro Anchieta.

Mas a maior área de lazer da capital mineira será o Parque das Mangabeiras, cujas obras deverão ser iniciadas imediatamente. Ocupa área de 390 mil metros quadrados entre o Bairro da Serra e a Serra do Curral e terá capacidade para receber até 100 mil pessoas nos fins de semana, oferecendo-lhes, além de bela vegetação remanescente da floresta primitiva, lagos artificiais para pesca, pistas para equitação ou esqui, teatro de arena, boite e restaurante, entre outros equipamentos de lazer.

PAMPULHA

O Bairro da Pampulha, que já viveu uma época de grande utilização como área de lazer e depois, por muitos anos, se viu relegado quase ao abandono, vai recuperar os seus melhores dias. A começar pela recuperação da Lagoa da Pampulha, uma obra de grandes proporções e que fará da região uma das mais bonitas áreas de turismo do Estado.

Ao lado dos jardins de Burle, do Museu de Arte (ex-cassino), da Casa de Baile e da igrejinha de São Francisco de Assis, que uniram os gênios de Oscar Niemeyer e Portinari, há na Pampulha bons restaurantes e o Jardim Zoológico. Este está sendo modernizado e ampliado para se transformar num dos melhores do continente. A Prefeitura está construindo cinco fossos de 1 mil 200 metros quadrados cada um, onde os animais selvagens viverão como se estivessem no próprio "habitat".

As obras de recuperação da lagoa incluem o desassoreamento, sendo que três dragas trabalham em regime de tempo integral para retirar 1 milhão de metros cúbicos de detritos depositados na lagoa pelos córregos que a abastecem. Quando estiver terminado esse serviço, surgirá uma grande ilha, com 168 mil metros quadrados, separada pela avenida que margeia a lagoa por um canal de 50 metros de largura.

Nesta ilha será implantado um parque, com quadras de esporte e pistas para patinação, playground e outros equipamentos. O canal servirá para a prática de esportes náuticos.

Dentro do programa de humanização de Belo Horizonte, criado por determinação do Prefeito Maurício Campos, estão previstas também outras medidas, como a construção de pequenos campos de várzea para a prática de futebol e os projetos culturais, visando a levar a arte ao povo.

Crise energética faz governo ativar transporte ferroviário

Brasília — O agravamento da crise energética ocasionou um redirecionamento da política governamental no sentido de maximizar a utilização dos meios de transporte de maior economicidade de combustíveis derivados de petróleo e, ao mesmo tempo, otimizar a cooperação da infra-estrutura existente.

O programa de transportes alternativos para a economia de combustíveis, aprovado em 17-09-79, definiu a necessidade de capacitar o sistema ferroviário a dar pleno atendimento ao transporte de cargas tipicamente ferroviárias, para exportação e consumo interno, envolvendo transporte intermodal, armazenagem, comercialização, aperfeiçoamento do desempenho operacional e integração das ferrovias. Dentre os eventos de maior significado, destacam-se:

— Adequação do sistema ferroviário do triângulo econômico Rio de Janeiro/São Paulo/Belo Horizonte.

A configuração final da malha de bitola larga que atenderá à demanda de transportes ferroviários na área do triângulo econômico Rio de Janeiro — Belo Horizonte — São Paulo, com a retomada dos trabalhos da Ferrovia do Aço, no trecho Jeceaba — Itutinga — Volta Redonda; ampliação da capacidade de transporte da Linha do Centro (Rio — Belo Horizonte) para 45 milhões de toneladas úteis por ano e melhoramentos do ramal de São Paulo, ligação Rio — São Paulo.

O projeto da Ferrovia do Aço corresponde à construção do trecho Jeceaba — Volta Redonda, na extensão de 372 km, em linha eletrificada de 25.000 v, em corrente alternada, com capacidade de 100 milhões de toneladas por ano, considerada a sua integração com a Linha do Centro. A ferrovia deverá entrar em operação em 1982.

Ao programa da Ferrovia do Aço se conjugará o da colocação da bitola mista na linha da CVRD entre Ipatinga e Miguel Burnier (240 km), para permitir o escoamento, sem transbordo, da produção siderúrgica do quadrilátero ferrífero. Ainda a construção da ligação Itutinga — Macaia (Lavras), com 50 km, permitirá a implantação do corredor Sepetiba-Brasília, através da conexão da bitola de 1,60 m com a de 1,00 m, em Itutinga. A extensão total deste corredor será de 1.439 KM.

— Melhoramentos e ampliação da Ferrovia da Soja — Com o propósito de atender ao significativo crescimento da produção dos Estados do Paraná e Mato Grosso do Sul, cujo escoamento é feito em grande escala por veículos rodoviários, à necessidade da redução do consumo de combustíveis e ao objetivo de ampliar a participação ferroviária no transporte de granéis, desenvolveu-se um programa para a Ferrovia da Soja que compreende a ampliação do novo trecho Curitiba-Paranaguá, com 109 km, a modernização da linha entre Curitiba e Guarapuava e entre Ponta Grossa e Norte do Estado do Paraná, na extensão de 900 km, o prolongamento de Guarapuava até Cascavel, com 243 km.

A preços de janeiro de 1980, os investimentos necessários atingem a 26 bilhões de cruzeiros, dos quais, no período 1980/82, serão aplicados Cr$ 19/5 bilhões assim distribuídos: nova linha Curitiba — Paranaguá Cr$ 6,0 bilhões; linha Guarapuava — Cascavel Cr$ 6,5 bilhões; modernização da malha atual Cr$ 7,0 bilhões Total Cr$ 19,5 milhões

— Programa Ferroviário de apoio ao escoamento de carvão.

— Em face da necessidade de substituição do petróleo por combustíveis de fonte nacional estabeleceram-se metas de produção de carvão mineral, cujo consumo poderá atingir a cerca de 22 milhões de toneladas por ano, em 1985.

Para possibilitar a movimentação desse fluxo, o Ministério dos Trasnportes adotou medidas da capacitação de portos e de ferrovias e de ampliação da frota de navios graneleiros, na cabotagem.

Consideram-se necessários, no setor ferroviário, os acessos às minas das regiões carboníferas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, adequação e modernização de linhas e das ligações aos portos de expedição e recepção, além de ampliação da frota de vagões e locomotivas.

O programa de trabalho da RFFSA, neste último ano, envolveu recursos no montante de Cr$ 51,5 bilhões, com Cr$ 16,7 bilhões para investimentos, cabendo destacar as seguintes realizações:

— A continuação do programa de estudos e projetos, envolvendo, entre outros o da malha ferroviária da área abrangida pelas cidades de Campinas Sorocaba Santos São Sebastião e São José dos Campos viabilidade da ligação ferroviária Nordeste do Rio Grande do Sul, estudo técnico-econômico do corredor de Paranaguá e modernização do transporte suburbano da grande São Paulo.

— Conclusão do ramal de Arafertil, do ramal de Sangão, do sub-ramal da mina União e da primeira etapa do acesso à margem esquerda do porto de Santos.

— Incorporação de 2.159 vagões novos e encomenda de 1.800

— O recebimento de 10 locomotivas da encomenda de 183 unidades, encontrando-se em negociação a aquisição de 60 locomotivas diesel — elétricas e 11 a vapor, para a área de mineração de carvão.

— Execução dos contratos para aquisição de 150 trens — unidade elétricos para o subúrbio do Rio de Janeiro.

No que se refere à operação ferroviária, propriamente dita, são de se destacar os índices alcançados em 1979. Otransporte de mercadorias, medido em toneladas x quilômetros úteis transportadas (TKU), passou de 25,1 bilhões, em 1978, para cerca de 28 bilhões no ano de 1979, com acréscimo de 11,6%; o mesmo transporte, medido em toneladas úteis, atingiu o montante aproximado de 61 milhões de toneladas, em 1979, com um acréscimo de 12,8% em relação ao ano anterior. O transporte de subúrbio atingiu, em 1979, a 332 milhões de passageiros com um acréscimo de 5,8% em relação a 1978, a receita operacional em 1979, alcançou o montante de Cr$ 12,6 bilhões, com um acréscimo de 15,5%, sobre 1978, cujo valor foi de Cr$ 11,3 bilhões (a preços de 79).

SETOR RODOVIÁRIO

No período de março/79 a fevereiro/80 o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem executou a implantação de 736 km de rodovias, a pavimentação de 1.099 km, a construção de 54 obras de artes especiais e recuperação de 25, com uma extensão total de 10,2 mil metros, tendo desembolsado, nestas realizações, cerca de Cr$ 10,4 bilhões, cabendo salientar: BR-020 — Canindé — Fortaleza com 114 km sendo cerca de 6 km em pista dupla; BR-040 — Divisa MG/RJ — Areal com 39 km em pista dupla e as pistas centrais do anel rodoviário de Belo Horizonte, com 27 km em pista dupla.

É de ser ressaltado que, através do programa para financiamento de estradas vicinais do BIRD-BNDE — DNER, foram implantados mais de 860 km e executados 917 km de revestimento primário.

Dentre as obras inauguradas, foram entregues ao tráfego 262 km de rodovias com resvestimento primário e 766 Km de rodovias pavimentadas, sendo 78 km em pista dupla, totalizando 1.028 km.

No setor de melhoramentos e restauração foram executados serviços de recapeamento, tratamento de pista e pavimentação de acostamentos em 38 mil km, equivalente à alocação de recursos da ordem de 6,9 bilhões de cruzeiros.

Para a manutenção da Rede Rodoviária Federal foram realizados serviços de conservação em 60,4 mil km, sendo 39 mil km pavimentados e 21,4 mil km implantados, com uma destinação de recursos de cerca de Cr$ 3,4 bilhões.

Os serviços de sinalização e policiamento das rodovias foram intensificados no período, visando maior segurança do usuário, tendo sido obtida uma substancial redução no número de acidentes.

Objetivando a redução do consumo de combustível adicionou-se a essas medidas a promoção do uso dos transportes coletivos interestadual e internacional de passageiros, através da revisão de horários e melhoria da frota e dos serviços existentes.

Dentre as medidas adotadas na área do transporte rodoviário de cargas, destacam-se a implantação do registro e cadastro dos transportadores rodoviários de cargas, o programa de instalação de balanças e o planejamento de centros rodoviários de cargas e fretes e de terminais rodoviários de carga, já se encontrando definidos os terminais de Porto Alegre, Salvador, Belém, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, bem como os estudos para conclusão dos terminais de Curitiba e Salvador.

No que se refere a grandes metas, no setor rodoviário, foram realizados, no período citado, estudos de viabilidade para o asfaltamento da ligação Cuiabá — Porto Velho, englobando trechos das BRS-070, 174 e 364, cujas obras serão iniciadas ainda em 1980, envolvendo recursos da ordem de Cr$ 13,4 bilhões.

A ligação Cuiabá — Porto Velho faz parte das diretrizes e metas do setor transporte elaboradas para o atual governo. A sua posição destacada deve-se aos expressivos aspectos econômico-sociais que envolvem sua realização, permitindo a incorporação de grandes áreas agricultáveis ao processo produtivo, intensificação do uso das já exploradas na sua zona de influência e a integração de Porto Velho à rede rodoviária pavimentada, proporcionando melhores níveis de atendimento social à população da região.

SETOR DE PORTOS E VIAS NAVEGÁVEIS

Cerca de 234 milhões de toneladas foram movimentadas nos portos brasileiros no ano de 1979, com um crescimento, em relação ao anterior, de 13,7%. No que se refere ao tipo de transporte, foram movimentados 170 milhões de toneladas no longo curso, 58 milhões de toneladas na cabotagem e 15 milhões de toneladas na navegação interior. Quanto à movimentação de **containers**, esta vem crescendo nos últimos anos, atingindo um total de cerca de 128 mil TEU (TEU são unidades equivalentes a **containers** com 20 pés de comprimento), valor esse que é 28% maior do que em 1978 e o dobro de 1977. Em tonelagem, as proporções são, aproximadamente, as mesmas, tendo sido movimentadas em **containers**, no ano de 1979, cerca de 1,05 milhão de toneladas, nos portos de Manaus, Belém, Salvador, Rio de Janeiro, São Sebastião, Santos, Paranaguá e Rio Grande.

Dentre as realizações da Portobrás SA, no ano de 1979, cabe destacar as inaugurações do silo de grãos no porto de Paranaguá (100.000 toneladas de capacidade estática) e do terminal de granéis líquidos do porto de Aratu.

No que se refere à dragagem, foram executados serviços nos portos de Recife, Laguna, Rio Grande, Paranaguá, São Francisco do Sul e Belém.

Quanto às vias navegáveis foram executadas obras de melhoramentos nos rios São Francisco, Paraguai, Jacuí, Taquari e nos da bacia do Maranhão. Destacam-se, também: a construção do terminal para minérios e carga-geral, no porto de Ladário (Estado de Mato Grosso do Sul); prosseguimento dos estudos, projetos e obras na hidrovia do Tietê — Paraná; conclusão da eclusão de sobradilho (Rio São Francisco) e assinatura de convênio — Portobrás — Eletro-Norte, para a construção das eclusas de Tucuruí.

No setor portuário, dentre os projetos em execução destacam-se: terminal de trigo e soja do Rio Grande (com a conclusão prevista para 1980); complexo de Sepetiba, previsto para atender ao programa siderúrgico do eixo Rio de Janeiro e Minas Gerais e que deverá tender, também, ao carvão vapor para indústrias de cimento; terminal de **containers** no porto de Santos (com a conclusão prevista para 1980), complexo portuário de Capuaba (com aproximadamente 80% das obras concluídas, faltando concluir os armazens e as obras complementares).

COMPLEXO PORTUÁRIO DE SEPETIBA

O porto de Sepetiba ocupará uma área de cerca de 10,4 milhões de m². Com as obras de infra-estrutura e superestrutura em andamento, terá, em sua primeira fase, um terminal com capacidade para movimentar, anualmente 5,8 milhões de toneladas de carvão e 130 mil toneladas de alumina da Valesul.

A conclusão dessa fase está prevista para o 2º semestre de 1981, sendo o custo total de, aproximadamente, Cr$ 10,1 bilhões com recursos obtidos através da Portobrás (Fundo Portuário Nacional), BNDE, Finame e CDRJ.

A segunda fase, a ser desenvolvida em seguida ao término da primeira, compreenderá instalações para a exportação de 18 milhões de toneladas/ano de minério de ferro, através de dois berços de atracação, além de 4 milhões de toneladas anuais de produção siderúrgicas em três berços; disporá, também, de um cais para movimentação de gás natural, enxofre, fertilizantes e **containers**.

Já foram concluídas a ponte de acesso e o pier, estando em conclusão o aterro e o enrocamento de contenção e os pátios de estocagem.

PORTO DE IMBITUBA

Em janeiro do corrente ano foi aprovado pela Portobrás o projeto básico das obras civis para aumento da capacidade de embarque de carvão no porto de Imbituba.

No mês de março foram assinados contratos de financiamento com o BNDE e o Finame de cerca de Cr$ 62 milhões e Cr$ 247 milhões, respectivamente, perfazendo um total de Cr$ 309 milhões, destinados à aquisição de dois guindastes para 1.500 t/h para movimentação de carvão e rocha fosfática no porto de Imbituba.

TERMINAL PARA CONTAINERS

A Portobrás está construindo um terminal para **containers** no porto de Santos, que será o primeiro terminal especializado no gênero na América do Sul, com um cais de 500 m para dois navios, já tendo sido realizada concorrência para aquisição de dois guindastes tipo **portainers** prevendo-se, ainda, aquisição dos demais equipamentos para movimentação de **containers** no pátio de estocagem.

O terminal de **containers** está previsto para entrar em funcionamento no 2º semestre de 1981 devendo, suas obras civis, ficar concluídas até o final de 1980.

PORTO DE PRAIA MOLE

O contrato assinado no Ministério dos Transportes em março de 1980, define as atribuições e competências das partes interessadas, Portobrás, Siderbrás e Companhia Vale do Rio Doce.

O empreendimento deverá envolver recursos da ordem de US$ 193 milhões.

Caberá à Portobrás a construção das obras que constituem a infra-estrutura básica do porto, tais como: canal de acesso (calado mínimo de 14,5 metros), molhe de abrigo (2.320 metros) e 11 km de acesso rodoviário.

À Siderbrás caberá a construção do terminal siderúrgico e à CVRD caberá a consturção do terminal de carvão e o acesso ferroviário.

Cada terminal compreende o respectivo cais, os equipamentos para carga, descarga e movimentação, os parques de estocagem, bem como as instalações de suprimentos, prédios administrativos e urbanização das área de seu uso específico.

O contrato assinado entre as três partes estabelece que a 1ª fase do porto de Praia Mole atenderá à movimentação de carvão e de produtos siderúrgicos.

Para a expansão das instalações do porto de Praia Mole, com vistas à movimentação de outras cargas, deverão ser adotadas soluções que se harmonizem com o funcionamento e operação dos terminais de carvão e de produtos siderúrgicos.

O complexo portuário de Praia Mole, deverá iniciar suas operações, regularmente, no 2º semestre de 1982, estando previstas as seguintes movimentações, a partir de 1983: carvão energético 5.000.000T; carvão metalúrgico 5.000.000T; produtos siderúrgicos 2.500.000T/ano.

Cabe salientar, ainda, dentre as realizações da Portobrás, a atualização do Plano Diretor Portuário-PDP, que consiste na adequação do programa de investimentos da Portobrás, partindo da reavaliação do PDP elaborado em 1974, considerando os demais planos e programas existentes no setor portuário e as modificações ocorridas na conjuntura econômica do País nos últimos anos. Integra ainda este estado, um cadastramento físico e operacional dos portos.

Além disso, com o objetivo de dinamizar gradualmente o sistema **roll-on/roll-off**, foram previstos dentro do programa de transportes alternativos para a economia de combustíveis, investimentos no valor de 597 milhões de cruzeiros a serem aplicados nos portos de Recife, Salvador, Rio de Janeiro e Santos, no período 1980/81.

NAVEGAÇÃO INTERIOR

Na navegação interior, busca-se o desenvolvimento imediato dos sistemas de maior demanda e que exigem menores investimentos, como é o caso do aperfeiçoamento do sistema Jacuí-Taquari-Lagoa dos Patos, no Rio Grande do Sul, onde foram alocados em 79, recursos de Cr$ 1,9 bilhão a serem aplicados no período 1980/82, em melhoramentos na hidrovia, construção de terminais fluviais e aquisição de embarcações. Por outro lado, para o apoio à navegação fluvial na amazônia, atividade essencial do ponto de vista social, foram alocados recursos da ordem de Cr$ 0,6 bilhão, a serem aplicados no período 1980/82, na construção de 13 terminais fluviais e aquisição de 40 embarcações.

MARINHA MERCANTE E CONSTRUÇÃO NAVAL

O conceito da indústria da construção naval brasileira vem, cada vez mais, se firmando no mercado exterior. Em 1979 foi assinado contrato, pela Ishibrás, no valor de US$ 56 milhões, para construção de dois petroleiros de 80 mil toneladas, do tipo Aframax: o estaleiro Verolme construirá quatro unidades do tipo Panamax, de 80 mil toneladas ao preço de US$ 113 milhões (o maior contrato para exportação de navios, já firmado por estaleiro nacional; também o Estaleiro Mauá assinou contrato, com armadores escoceses, para exportação de quatro navios.

Ainda no que tange à construção naval, destacam-se os valores alcançados em 1979: lançamento de 60 embarcações totalizando cerca de 830 mil tpb, entrega de 68 embarcações com 1,45 milhões TPB e exportação de 11 embarcações com 324 mil tpb. Assim sendo, a frota mercante brasileira conta hoje com 1.337 embarcações em operação, num total de 7,2 milhões tpb, estando em execução outras 218 com 3,1 milhões tpb.

Deve-se ressaltar a nova filosofia para a indústria de construção naval, liberando a mediação do Governo nas negociações entre estaleiros e armadores. A atuação do poder público tende, agora, às áreas de financiamento e fiscalização da aplicação dos recursos governamentais na indústria da construção naval.

No que se refere aos fretes marítimos, obteve-se um acréscimo de 23% na navegação de longo curso; atingindo-se US$ 2,8 bilhões, enquanto na cabotagem esse valor atingiu a US$ 5,2 bilhões, representando um acréscimo de 64% em relação a 1978.

Merece destaque, ainda, o acordo de transportes marítimos, assinado em Buenos Aires, que garantirá a divisão de receitas de fretes em partes iguais, às empresas nacionais dos dois países e no tráfego com a Europa Continental. O acordo servirá para o equilíbrio e a estabilização do comércio marítimo dos dois países.

TRANSPORTES URBANOS

Em 1979, a partir de 15 de março, foram firmados 30 convênios novos, envolvendo um total de recursos da ordem de Cr$ 3,8 bilhões, dos quais o Fundo de Desenvolvimento dos Transportes Urbanos — FDTU — participou com Cr$ 2,7 bilhões, que correspondem a 71% do total.

Para o triênio 1980/82, o marco da programação de investimentos em transportes urbanos foi o programa de transportes alternativos para economia de combustíveis que estima uma aplicação de Cr$ 91,1 bilhões, com a seguinte destinação: a) trens metropolitanos — Cr$ 53,6 bilhões; b) sistema rodoviário urbano — Cr$ 23,2 bilhões; c) trolebus — Cr$ 10,0 bilhões e d) sistema hidroviário urbano — Cr$ 4,3 bilhões.

Com base nesse programa já foram firmados, para o presente exercício, 10 convênios com os Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Sergipe, Pernambuco, Alagoas, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina no montante de Cr$ 43,4 bilhões e com o Distrito Federal, para o biênio 1980/81, no valor de Cr$ 3,4 bilhões, sendo a seguinte a participação do Ministério dos Transportes no total: Cr$ 8,6 bilhões do FDTU; Cr$ 8,9 bilhões do programa de mobilização energética (PME); Cr$ 5,9 bilhões do DNER/Progres; Cr$ 5,9 bilhões da Rede Ferroviária Federal S/A e Cr$ 1,0 bilhão de operações de crédito.

Até meados de março do ano em curso deverão ser ainda assinados convênios com os Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Maranhão, Piauí e Pará no montante de Cr$ 2,7 bilhões, dos quais, Cr$ 1,4 bilhão desta Secretaria de Estado.

Destacam-se nos convênios assinados com os Estados do Rio de Janeiro e São Paulo os recursos para os metrôs de, respectivamente, Cr$ 3 bilhões e Cr$ 3,8 bilhões.

O transporte inermodal vem de encontro às diretrizes do Governo Federal no que diz respeito à economia de combustíveis derivados de petróleo, cabendo à Comissão Coordenadora da Implantação e Desenvolvimento do Transporte Intermodal — CIDETI — prover os meios para sua efetiva utilização. Assim é que, no último ano, foram concedidas 30 autorizações a empresas brasileiras para explorar o serviço de transporte intermodal de carga unitizada em **containers**, que somadas às 23 autorizações concedidas no ano de 1978, perfazem um total 53 empresas autorizadas a operar no transporte intermodal no País; foi concedida a duas empresas brasileiras, autorização para admissão temporária de **containers** estrangeiros para uso no comércio interno, pelo período de um ano, até que a indústria nacional possa atender à demanda interna; entraram em tráfego três navios do tipo **roll-on-roll-off**, sendo um afretado e dois provenientes de encomenda realizada em estaleiro espanhol: um para atendimento da linha Buenos Aires—Santos e os outros dois para a linha Salvador—Rio, já em operação normal desde dezembro de 1977.

O Ministério dos Transportes desenvolveu gestões junto ao Ministério da Indústria e Comércio, para a utilização das linhas de financiamento do BNDE e Finame no apoio à indústria nacional de fabricação de **containers** e chassis porta-**containers** e para a aquisição de chassis porta-**containers**, **containers**, semi-reboques e cavalos mecânicos rodoviários, pelas empresas habilitadas à operação do transporte intermodal; através de portaria ministerial, foram estendidos à navegação interior os benefícios concedidos ao sistema **roll-on/roll-off**, no transporte marítimo ou doméstico de cabotagem.

O Ministério dos Transportes desenvolveu, ainda, ações em apoio à indústria nacional de **containers**, a qual, respondendo receptivamente, através da Câmara Brasileira de **Containers — CBC** — manifestou o início efetivo de produção no primeiro semestre de 1980, **containers** mês ao final do ano. Estima-se, assim, uma produção anual de aproximadamente, 12.000 unidades em 1980, com perspectivas de duplicação em 1981.

ATIVIDADES INTERNACIONAIS

As principais atividades do Ministério dos Transportes na área internacional se voltaram para o desenvolvimento de projetos de cooperação econômica, financeira, técnica e de intercâmbio comercial.

Assim, o Ministério participou de comissões mistas sobre comércio e cooperação técnica com os seguintes países: Noruega, China, Espanha, Austrália, México, Guiana, Iraque, Polônia, Dinamarca, Bulgária e Romênia.

Na área de transportes marítimos foram assinados: o acordo com a China e o protocolo adicional com a República Federal Alemã.

Na área de transporte terrestre foram desenvolvidos estudos para a interconexão ferroviária Brasil-Paraguai a cargo de um grupo de trabalho "ad hoc" constituído por autoridades brasileiras e paraguaias. O estudo conclui pela indicação do ponto de interconexão na região de Salto del Guaira (Paraguai) e Guira (Brasil), com recomendações de adequação das características técnicas e operacionais dos sistemas nos dois países.

O Ministério dos Transportes faz-se representar ativamente nas reuniões realizadas pela Unctad, em Genebra, tendo discutido, na última conferência das Nações Unidas, o projeto de uma convenção sobre transporte multimodal internacional. O Brasil foi eleito o país-relator da conferência e o Ministério dos Transporte está interessado em conseguir o reconhecimento, pela convenção, das posições até agora defendidas, dentre as quais cabem ser destacadas: assegurar o direito a consultas, entre governos, usuários e organizadores de transporte multimodal, antes da introdução de novas tecnologias; assegurar o direito de cada país de regular e controlar, a nível nacional, as operações e os operadores do transportes ultimodal internacional; assegurar a defesa dos países em desenvolvimento, nos problemas relativos à introdução de novas tecnologias, maior utilização da mão-de-obra, equipamentos e serviços locais, bem como a necessidade de serem estabelecidos procedimentos agilizados por parte das alfândegas, principalmente as dos países de trânsito.

Camaçari começa a produzir enfrentando problema financeiro

Salvador — Quando ja não cabem mais discussões politicas sobre o erro ou o acerto da decisão de ter se implantado na Bahia o segundo polo petroquimico do pais — o Complexo Petroquimico de Camaçari é uma realidade e ha em torno dele unanimidade de que se trata de um motor essencial ao desenvolvimento da Bahia e do Nordeste — os empresarios e as autoridades regionais mais diretamente ligadas ao empreendimento se vêem forçadas a entrar num novo embate: o de convencer o Governo federal de que alguns subprodutos da politica econômica atual estão exaurindo as forças do Complexo.

Em outras palavras: "O Copec não está com problemas econômicos — existe mercado, materia-prima e capacidade de produção. Mas sao muito graves os problemas financeiros de algumas das maiores empresas do polo neste momento, decorrentes de medidas como a maxidesvalorizaçao cambial e o problema de aumento de custos nao imediatamente repassados, em função da sistematica que o CIP vem adotando. Tudo isso e mais grave na vida de empresas novas, como são as do Copec", diz Fernando Paes de Andrade, diretor comercial da Copene.

Superavit na balança

Tão grave de fato que, nunca, como nesses ultimos meses, nos quase dois anos de vida efetiva do Complexo, se sentiu tanto tempo, tanto desalento e um clima de tamanha desconfiança entre os dirigentes das empresas ali instaladas. Mas tirando-se a media entre as declarações dos empresarios e das autoridades, pode-se concluir que não pairam riscos de vida sobre o Copec, nem seu futuro esta definitivamente ameaçado, mas é muito dificil e delicado o seu momento atual.

Com 31 empresas em operação, 11 unidades em implantação e 11 projetos aprovados, alem de cerca de 15 outros empreendimentos em estado avançado de analise no CDI, o Complexo Petroquimico de Camaçari é uma realidade indiscutivel. É certo que, o que se chamava e chama-se ainda de efeito gerador, ou seja, a sua capacidade de atrair a petroquimica de ponta, ou indústria de quarta geração, esta a uma distância quase infinita, do que se imaginava há quatro anos — por isso mesmo em relação aos esperados, são ainda minimos os efeitos sociais mais diretos do Pólo, já que a indústria de ponta e que é empregadora por excelência.

De qualquer sorte, o Copec emprega hoje um contingente de 14.300 operarios, aos quais se somarão mais de 5.400 nos proximos três anos, a medida em que forem entrando em operação as unidades de implantação e os projetos aprovados.

Eloqüente

Em termos de participação na economia do Estado, talvez o dado mais eloquente seja o de que, neste ano, o conjunto das industrias em operação no Pólo, vai ser responsável por cerca de 25% da receita tributaria, apesar de gozarem do incentivo fiscal de 60% do ICM. "Por si só, o pólo vai determinar um superávit na balança comercial do Estado", diz Raimundo Brito, coordenador do Complexo Petroquimico de Camaçari.

E ele ainda quem diz que no ano passado as empresas do Copec recolheram aproximadamente Cr$ 1 bilhão de cruzeiros aos cofres do Estado. "Poderiamos falar num faturamento de 2,5 bilhões de dolares, para o conjunto das empresas do Pólo, este ano, mas há sempre a referência mutável de preço, que torna inseguro este número.

O investimento do Copec representa algo em torno de 2,5 bilhões de dólares, se se considerar somente as empresas em operação. Chega a 3,5 bilhões, se nos cálculos já se leva em conta em empreendimentos que estão sendo implantados e vai a 4 bilhões, caso se considere também os projetos aprovados. E é importante saber que o complexo basico pensado e planejado pela Petroquimica no inicio da década de 70 ja completou e está em plena operação. Os projetos em andamentos ou aprovados ja são desdobramentos do plano original.

Ampliações retardadas

Assim, Raimundo Brito considera que não se pode falar em perspectivas sombrias, apesar de dificuldades conjunturais. "Preços, hoje — diz — se discute em todos os setores dinâmicos da economia brasileira. Todos eles tecem criticas à politica do CIP, que está englobada na politica mais geral do governo. Mas nesse instante, a discussão ganha ênfase maior na industria petroquimica, porque estão para se decidir os reajustes de preços dos produtos de segunda e terceira geração, depois que ocorreram dois reajustes da nafta (a matéria prima básica da indústria petroquimica) e um reajuste nas matérias primas fornecidas pela Copene, a partir da nafta, às outras empresas do complexo".

— É justo — diz o coordenador da Copec — que as empresas do Polo, ate mesmo por serem empresas que entraram em operação há pouco mais de um ano, estejam preocupadas com os preços e reivindiquem melhores reajustes. Mas, dentro de uma politica econômica mais global, admito que o melhor percentual de reajuste não é exatamente o que esta sendo pedido pelos empresários. Temos todos que entender que estamos atravessando uma fase econômica dificil e cada um dos setores da economia deve contribuir para a superação das dificuldades atuais.

Fernando Paes de Andrade fala do problema utilizando uma linguagem mais incisiva. Ele explica que os petroquimicos básicos fornecidos pela Copene às demais indústrias, sofreram um reajuste de cerca de 50% no inicio de abril. Passaram-se vários dias, ate que se concedesse parte de um repasse (apenas 17%, em média) aos preços dos produtos de segunda e terceira geração. "Em sintese, isso significa que as empresas maiores já acumulam prejuizos reais em torno de Cr$ 100 milhões cada uma".

Enquanto isso, a nafta, entre 19 de março, quando houve o primeiro aumento e 24 de abril, quando veio um segundo, ao todo teve seu preço elevado em 87,5%. "Passaram-se 15 dias para que o primeiro aumento pudesse ser repassado para os produtos da Copene, que derivam do craqueamento da nafta. Nesses 15 dias, também a Copene teve um prejuizo de cerca de Cr$ 100 milhões. Veio o reajuste e a situação se normalizou para nos. Agora, desde 24 de abril, voltamos a ter prejuizos diarios entre Cr$ 7 e Cr$ 8 milhões de cruzeiros, enquanto aguardamos que haja um novo reajuste."

— É evidente — diz ainda Fernando Paes — que se os aumento da nafta, que são justos e necessarios, não forem repassados nos prazos devidos aos produtos petroquimicos, a industria petroquimica não tem condições de se suportar.

E Raimundo Brito admite que "a continuidade dessa fase dificil que esta sendo enfrentada pelas empresas, poderá eventualmente retardar as ampliações de unidades que estejam programadas".

Riscos da expansão

De fato, a Polipropileno S A, que fabrica homo e copolimeros de polipropileno (resina termo-plastica de larga aplicação, onde se inclui sacaria de rafia sintética, cordoaria etc), com uma produção de 48.200 toneladas/ano, já não tem nenhuma segurança de que iniciará sua expansão, em setembro, como estava previsto no plano diretor da empresa.

— Nos encontramos céticos quanto à possibilidade de iniciarmos o projeto em setembro, porque a empresa vem sofrendo uma descapitalização serissima, por ter-se engajado junto ao Governo federal no combate à inflação, que julga benéfico e por não ter tido, por parte do Governo, autorização para elevação dos seus preços no tempo devido — diz Geraldo Araujo, diretor superintendente da Polipropileno.

Preocupado, Geraldo Araujo diz que "tem que haver um limite no compromisso de combate a inflação, que a industria assumiu com o Governo", porque, segundo diz, é a sobrevivência mesmo da empresa que esta em perigo. "Sem quaisquer exageros, a situação e critica".

Ele explica que sem contar com os dois aumentos recentes da nafta e o aumento de utilidades (vapor, agua e energia fornecidos pela Copene) a Polipropileno esperava em março um reajuste de 55% para seus preços e obteve em abril, apenas 12%, que equivale apenas a elevação do custo da sua materia-prima principal (o propeno, fornecido pela Copene).

— Desde agosto, a empresa vem arcando com os aumentos em despesas administrativas em geral, aumentos de pessoal, aumentos de materiais, aumentos de todos os outros produtos quimicos e aditivos e de utilidades, sem que tenha podido repassar nada disso. No inicio de maio a nossa empresa se deparou com a cotação de um determinado produto utilizado para fins de sua embalagem, com preço de venda 300% superior àquele pelo qual compráramos cinco meses atras. Já alcançamos o limite maximo de comprometimento — diz.

No último dia 30 de abril, toda a diretoria da empresa se reuniu para analisar os efeitos dessa politica de preços do CIP e concluiu que já precisa agir para obter empréstimos em setembro, para poder fechar seu fluxo de caixa. "Como as perspectivas são de diminuição de liquidez, face à situação econômica do pais, já estamos seriamente preocupados com essa necessidade de empréstimo".

Não é menos grave o quadro pintado por Otávio Pontes, diretor da Politeno do Nordeste. "Há mais de 12 meses a indústria petroquimica está funcionando sem ter custos repassados. Há que haver uma alta, porque do contrario entendemos que o Governo pôs um ponto final na expansão da petroquimica. Estamos vivendo uma situação de troca de dinheiro apenas e isso, mesmo considerando subsidio, não pagamento do imposto de renda, etc. Os preços dos produtos petroquimicos são absolutamente artificiais, artificialmente baixos. O polietileno, o produto que fabricamos no Brasil, custa 800 dólares por tonelada, enquanto no mercado internacional seu preço é de 1.100 dolares por tonelada. Isto e um contrasenso. E nós não exportamos parte das 100 mil toneladas ano que produzimos, por conta das necessidades nacionais".

— Que capitalismo é esse — pergunta Otávio Pontes — em que não se tem direito ao retorno do investimento? A industria petroquimica — conclui — esta sendo penalizada por trabalhar eficientemente e ter pouco "lobby"

Fernando Paes de Andrade tambem acha injustificavel o artificialismo dos preços dos produtos petroquimicos. "Alem de não ter nenhum sentido que os preços dos petroquimicos no Brasil sejam inferiores aos do mercado internacional, isso traz uma destorção, que e um crescimento da demanda a niveis altissimos, sem que o setor tenha condições de investir na sua expansão, precisamente porque esta descapitalizado. É artificial esse crescimento a taxas elevadissimas do mercado de produtos petroquimicos. Diante disso, a politica que me parece certa, e a dos aumentos sucessivos da nafta repassados a todos os petroquimicos, até que se chegue a um ponto equivalente ao do petróleo importado, para que o setor possa ter um crescimento mais lento".

Mas Raimundo Brito acha que, a julgar pelos reajustes que foram concedidos, o consumidor de petroquimicos não resiste a preços substancialmente maiores. "De outro lado, a manutenção do subsidio é importante quando se abrem grandes condições para a concorrênria internacional e exportação das materias petroquimicas, sendo de se destacar que nessa fase, as exportações deverão se restringir aos excedentes por ventura existentes".

Eletroeletrônica deverá ter, este ano, crescimento semelhante ao de 1979

São Paulo — A industria eletroeletrônica deverá ter em 1980, um crescimento semelhante ao do ano passado, que foi de 10%, assegurou o novo presidente da Associação Brasileira da Indústria Eletroeletrônica (ABINEE), Sr Firmino Rocha de Freitas, acrescentando que no setor de "telecomunicações, as perspectivas não são animadoras para esse ano, pois não há recursos".

O ex-presidente da entidade, Sr Manoel da Costa Santos, diretor da Arno e presidente da Microlite, salientou que "os primeiros meses de 1980 apresentaram um melhor comportamento do que igual periodo do ano passado, e que hoje não se observa boas perspectivas para o curto prazo, pois está havendo um aperto no crédito, no financiamento de nossos produtos e outros manufaturados em geral".

SEM PLANEJAMENTO

O Sr Costa Santos enfatizou que "o crescimento da industria poderá se repetir, caso as dificuldades não sejam ampliadas. As novas medidas adotadas pelo Governo deverão esfriar a demanda e atingir a industria eletroeletrônica, fazendo com que se chegue a um crescimento final do setor de 10% ao termino do ano".

"É dificil analisar a situação. Em maio, as vendas foram boas, como o são normalmente nessa epoca. Na verdade, o que sentimos hoje é que o empresário não sabe o que fazer. Não sabe como se programar, porque a inflação e as medidas adotadas para combatê-la estão ai. E uma situação dificil", concluiu o Sr Costa Santos.

BALANÇO DO SETOR

O novo presidente da Abinee, Sr Rocha de Freitas, salientou que "não vê no setor perigo de recessão", e fez a seguinte análise das várias áreas que compõem a eletroeletrônica:

Telecomunicações: Terá um ano dificil. A perspectiva desse setor não é animadora, pois não há muitos recursos por parte de empresas estatais, tradicionais clientes. Há um esforço exportador no setor.

Material Eletrônico Leve: O crescimento do setor deverá ser razoável, com um crescimento pouco superior dos 10 por cento;

Material Pesado: "É dificil uma análise completa nesse setor. Há encomendas no mercado interno e perspectiva de exportação. Seu crescimento manterá o ritmo de 1979. Esse setor tem como produção principal equipamentos para hidrelétricas".

Informática: "É um setor com pouca possibilidade de expansão, com a Secretaria de Informática liberando a importação de 182 milhões de dólares para a importação de componentes. Essa liberação de importação dá a tônica do que será o ano".

EXPORTAÇAO

O Sr Firmino Rocha de Freitas salientou que as exportações do setor eletroeletrônico deverão atingir a 900 milhões de dólares em 1980:

"Já comunicamos essa nossa meta a Cacex, e entendemos que ela é viavel. Atenderemos ao apelo do Governo de crescimento nas vendas externas de 40 por cento. Esperamos que nosso esforço tenha maior êxito do que esperamos alcançar", afirmou.

Sobre a questão dos preços do setor eletroeletrônico, o Sr Rocha de Freitas, explicou que "há uma defasagem de preços em alguns setores, e o CIP vem corrigindo essa falha. Isso já ocorreu no caso das geladeiras".

"Acontece que nos últimos meses, os preços das matérias-primas, principalmente de não ferrosos vêm-se elevando muito. O mercado mundial tem preços realmente altos. O grande problema do industrial nacional de eletroeletrônicos, esta na matéria-prima. Os custos do aço, do cobre e dos não ferrosos em geral são proibitivos. Até com a elevação do preço da prata há alguns meses no mercado mundial, houve reflexo por aqui. Alguns componentes utilizam a prata como materia-prima.

ELETRODOMESTICOS

No setor de eletrodomesticos, o Sr Firmino Rocha de Freitas assegurou que "o comportamento do setor está sendo muito bom". O crescimento do setor de televisores a cor no primeiro trimestre foi de 25 por cento nas vendas sobre igual periodo do ano passado. Televisores em branco e preto estão faltando no mercado, e a produção não atende a demanda. O mesmo se repete em relação a geladeiras, freezers e fogões.

O novo presidente da Abinee asseverou tambem que "a importação de alguns componentes está dificil. Têm vários componentes que nós não produzimos aqui e que sai mais barato importar do que simplesmente se iniciar sua fabricação por aqui. Muitos empresários estão se queixando de que a Cacex está dificultando a importação. Isso prejudica a produção".

"A justificativa para isso está no fato de que as importações nos dois primeiros meses do ano foram altas, agravando o deficit comercial do pais. Creio que isso deverá melhorar agora, com o equilibrio na balança sendo alcançado", afirmou.

A respeito da intenção do Ministerio da Indústria e Comércio de reduzir alguns numeros de modelos de aparelhos eletro-eletronicos do mercado, buscando uma padronização, o novo presidente da Abinee assim se manifestou:

"Isso é possivel, mas quem vai determinar que isso ocorra é o mercado. Deve ser feito um esforço para a padronização em algumas areas. O Ministério da Indústria e Comércio pode servir como catalisador da idéia, mas quem vai determinar sua praticidade é o mercado. Não há como escapar disso. A intençao do Ministerio e elogiav[illegible] mas nada será feito, caso o p[illegible]co não apoie essa determinação. O mercado é quem manda numa economia capitalista como a nossa".